



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3241

Segunda-feira - 24 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Coronel Martins.....	297	Laguna .....	512
Agronômica .....	6	Correia Pinto.....	305	Lauro Muller .....	515
Água Doce.....	10	Corupá .....	308	Leoberto Leal.....	521
Águas de Chapecó.....	11	Cunha Porã.....	309	Lindóia do Sul .....	523
Águas Frias.....	12	Curitibanos .....	312	Lontras.....	524
Alfredo Wagner .....	17	Descanso.....	313	Luiz Alves .....	537
Alto Bela Vista.....	18	Dionísio Cerqueira .....	314	Luzerna .....	551
Anchieta.....	25	Dona Emma.....	317	Macieira.....	552
Anitápolis.....	27	Doutor Pedrinho.....	320	Mafra .....	555
Antônio Carlos .....	28	Entre Rios.....	326	Maracajá .....	557
Apiuna.....	31	Ermo .....	329	Maravilha.....	560
Arabutã .....	33	Erval Velho .....	330	Marema.....	562
Arroio Trinta.....	36	Faxinal dos Guedes.....	331	Massaranduba.....	563
Arvoredo .....	56	Formosa do Sul .....	350	Matos Costa.....	569
Atalanta.....	59	Forquilha.....	351	Meleiro .....	572
Aurora .....	61	Fraiburgo.....	368	Mirim Doce .....	573
Balneário Arroio do Silva .....	62	Garopaba.....	371	Mondaí .....	574
Balneário Camboriú .....	63	Garuva .....	379	Monte Carlo .....	576
Balneário Gaivota .....	65	Gaspar .....	380	Monte Castelo.....	577
Balneário Piçarras.....	66	Governador Celso Ramos .....	386	Morro da Fumaça .....	579
Balneário Rincão .....	77	Grão Pará .....	390	Morro Grande.....	582
Barra Bonita.....	78	Guaramirim .....	391	Navegantes.....	584
Barra Velha.....	86	Herval d'Oeste .....	395	Nova Erechim.....	595
Belmonte.....	90	Ibicaré.....	396	Nova Itaberaba .....	597
Benedito Novo .....	91	Ilhota .....	397	Nova Trento .....	600
Biguaçu .....	101	Imarui .....	400	Nova Veneza .....	610
Blumenau .....	113	Imbituba .....	401	Novo Horizonte .....	612
Bom Jesus do Oeste .....	166	Imbuia .....	412	Orleans .....	613
Bom Retiro .....	167	Indaial.....	413	Ouro .....	615
Botuvera.....	168	Iomerê.....	417	Ouro Verde .....	617
Braço do Trombudo .....	169	Ipira .....	418	Paial.....	618
Brunópolis .....	171	Iporã do Oeste.....	419	Palhoça .....	619
Brusque.....	172	Ipumirim .....	424	Palma Sola.....	628
Caçador.....	181	Iraceminha .....	425	Papanduva.....	629
Caibi .....	198	Irani.....	426	Passos Maia .....	631
Camboriú.....	199	Irineópolis .....	430	Paulo Lopes .....	636
Campo Alegre .....	236	Itá .....	432	Penha.....	637
Campo Erê.....	239	Itaiópolis .....	435	Peritiba.....	664
Campos Novos.....	240	Itapema .....	436	Pescaria Brava .....	665
Canelinha .....	252	Itapiranga.....	438	Petrolândia .....	666
Canoinhas.....	253	Itapoá .....	440	Pinheiro Preto .....	667
Capinzal .....	262	Ituporanga .....	452	Piratuba.....	671
Catanduvas.....	271	Jaborá.....	455	Pomerode.....	672
Caxambu do Sul.....	276	Jacinto Machado .....	456	Ponte Alta do Norte .....	675
Chapadão do Lageado .....	278	Jaraguá do Sul .....	458	Ponte Serrada .....	677
Chapecó.....	283	Joaçaba .....	497	Porto União.....	678
Cocal do Sul.....	288	José Boiteux .....	500	Pouso Redondo .....	685
Concórdia .....	289	Jupia .....	510	Presidente Getúlio .....	687
Cordilheira Alta .....	295	Lages .....	511	Presidente Nereu.....	695

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3241

Segunda-feira - 24 de Agosto de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

Princesa .....	697	São João Batista.....	852	Timbó .....	933
Quilombo.....	766	São João do Oeste .....	855	Três Barras .....	938
Rancho Queimado.....	777	São João do Sul .....	857	Treviso .....	940
Rio das Antas.....	778	São Joaquim .....	858	Treze Tílias .....	943
Rio do Campo .....	784	São José.....	863	Trombudo Central.....	945
Rio do Oeste.....	785	São José do Cedro.....	872	Tunápolis .....	946
Rio dos Cedros.....	808	São Lourenço do Oeste.....	876	União do Oeste .....	947
Rio do Sul .....	788	São Miguel da Boa Vista .....	882	Urubici .....	948
Rio Negrinho.....	809	São Miguel do Oeste.....	883	Urussanga .....	955
Rodeio.....	812	São Pedro de Alcântara.....	889	Vargeão.....	959
Salto Veloso.....	813	Saudades.....	893	Vargem Bonita .....	963
Santa Terezinha do Progresso .....	814	Schroeder.....	895	Videira.....	964
Santo Amaro da Imperatriz .....	821	Seara .....	911	Vitor Meireles.....	973
São Bento do Sul.....	822	Serra Alta .....	914	Xanxerê.....	975
São Bernardino .....	831	Sul Brasil .....	921	Xaxim .....	977
São Bonifácio .....	832	Tangará .....	926	Zortéa .....	991
São Carlos .....	834	Tigrinhos .....	929		
São Francisco do Sul.....	841	Tijucas .....	931		

## Consórcios

CIS/AMVI .....	996
CISAM.....	1013
CIGAMVALI.....	1014
CISAM-SUL .....	1014



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### PORTARIA 347 DE 11 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2615992

PORTARIA N° 347/2020

“PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO (PA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, Prefeito Municipal de do município de Abdon Batista-SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento e poderes emanados da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a dificuldade de citação da parte denunciada;  
Considerando as dificuldades imposta pela Pandemia da COVID19;

Considerando a necessidade de Prorrogação do prazo para a conclusão do PA instaurado pela portaria 274/2020,  
RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por um período de até 60 (sessenta) dias, a contar de 12/07/2020, o prazo para conclusão do Processo Administrativo instaurado pela portaria acima.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de julho de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Abdon Batista-SC, 11 de agosto 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra.

### PORTARIA 348 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2616239

Portaria nº 348/2020  
EXONERA SERVIDOR QUE MENCIONA

Lucimar Antonio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 30 420/2002.

Considerando requerimento a título de desincompatibilização para concorrer a mandato eletivo, protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos;

Resolve

Art.1º - Exonerar Odair Rogério Rosa, brasileiro, casado, portador do CPF nº 073.255.829-86, nomeado através da portaria nº 057/2017 de 02 de janeiro de 2017, no cargo em provimento em comissão de Coordenador Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 15 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista – SC, em 14 de agosto de 2020.

Lucimar Antonio Salmoria  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

**PORTARIA 350 DE 14 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616710

PORTARIA Nº. 350/2020

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA AO SERVIDOR EFETIVO QUE MENCIONA

Lucimar Antônio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação Eleitoral Vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor SERGIO CEREGATTI, ocupante do cargo em provimento efetivo de MOTORISTA, conforme Requerimento protocolado no departamento de Recursos Humanos, ficando garantido ao funcionário o direito à percepção de sua remuneração integral.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 15 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 14 de agosto de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 351 DE 14 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616724

PORTARIA Nº. 351/2020

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDORA EFETIVA QUE MENCIONA

Lucimar Antônio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação Eleitoral Vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA a servidora VALDETE GOULART ROSS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Servente, conforme Requerimento protocolado no departamento de Recursos Humanos, ficando garantido a funcionária o direito à percepção de sua remuneração integral.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 15 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 14 de agosto de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 352 DE 14 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616820

PORTARIA Nº. 352/2020

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR EFETIVO QUE MENCIONA

Lucimar Antônio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação Eleitoral Vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor FIDELIS DE ASSIS BESEN, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, conforme Requerimento protocolado no departamento de Recursos Humanos, ficando garantido ao funcionário o direito à percepção de sua remuneração integral.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 15 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 14 de agosto de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

Prefeito Municipal



**PORTARIA 353 DE 17 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2616838

PORTARIA N°. 353/2020

CONCEDE LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA A SERVIDOR EFETIVO QUE MENCIONA

Lucimar Antônio Salmoria, Prefeito Municipal de Abdon Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Legislação Eleitoral Vigente,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA ao servidor JULIANO MECABO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Engenheiro Agrônomo, conforme Requerimento protocolado no departamento de Recursos Humanos, ficando garantido ao funcionário o direito à percepção de sua remuneração integral.

Art.2º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria tem seus efeitos em 15 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Abdon Batista, em 14 de agosto de 2020.

LUCIMAR ANTONIO SALMORIA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 354 DE 17 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2617167

Portaria nº 354/2020.

NOMEIA SERVIDORES PARA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o previsto no Estatuto dos Servidores Municipais, resolve:

Art. 1º - Nomeia os servidores, Vanderlea de Fátima Rodrigues, Nilton José Mocelin e Dilmar Demeneck, para compor a Comissão de Avaliação de Bens Imóveis.

Art. 2º - A Comissão de Avaliação de Bens Imóveis terá a seguinte composição:

- Presidente: Vanderlea de Fátima Rodrigues;
- Secretário: Nilton José Mocelin;
- Membro: Dilmar Demeneck;

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, determino a publicação deste ato.  
Abdon Batista, 17 de agosto de 2020.

Lucimar Antônio Salmória

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

# Agronômica

## PREFEITURA

**391/2020**

Publicação Nº 2618337

PORTARIA Nº 391/2020 DE 24 DE AGOSTO DE 2020.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal de Agronômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01/90 de 31/10/1990 e suas alterações posteriores, e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo, da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, na administração pública,

Considerando a necessidade do atendimento da Lei Nacional nº 12.594 de 18/01/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratique ato infracional.

**RESOLVE:**

1-) Fica nomeado os integrantes da equipe que executo as medidas socioeducativos no município

- Vanessa Claudino dos Santos Peruzzolo, matrícula nº 609 ocupante do cargo de provimento em efetivo de Assistente Social e
- Gabriela Maiochi, matrícula nº 1083 ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga.

2-) Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 24 de agosto de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

**Nº 092/2020**

Publicação Nº 2618299

DECRETO Nº 092/2020 DE 24 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AGRONÔMICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

**DECRETA:**

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464, publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 07 de julho de 2020, sofreu alteração de seu status, passando de risco ALTO

(2) para GRAVE (3);

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que o risco potencial evolua para GRAVISSIMO (4) e seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na Região;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes;

CONSIDERANDO que a matriz de risco e os dados fornecidos no momento, apontam que deverão ser adotadas medidas que impliquem na ampliação do isolamento social e que qualquer flexibilização de atividade que acarrete incremento do risco sanitário à população deverá ser adotada somente mediante critérios técnicos-científicos;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em Municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos Municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

CONSIDERANDO que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual 562/2020 com redação dada pelo Decreto Estadual 630/2020 no seu artigo 9º,

CONSIDERANDO, as resoluções 01,02,03 e 10/2020 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) AMAVI,

CONSIDERANDO, o Alerta 069 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 18/08/2020;

#### DECRETA

Art. 1º. Dentro do território do Município de Agronômica, fica adotada todas as medidas compatíveis com a Resolução DIR Nº 010/2020 de 07 de agosto de 2020 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) AMAVI em anexo, pelo prazo de 14 (quatorze) dias.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 24 de agosto de 2020.

CESAR LUIZ CUNHA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
Diretor de Administração e Finanças

#### RESOLUÇÃO DIR Nº 010/2020

Dispõe sobre as medidas sanitárias preventivas recomendadas para adoção em âmbito regional.

O Presidente da AMAVI, no uso de suas atribuições e em cumprimento às disposições do Decreto Estadual nº 630/2020, da Portaria SES nº 464/2020, conforme deliberação dos Prefeitos dos Municípios da AMAVI em reunião virtual realizada no dia 07 de agosto de 2020 e concomitante homologação pela Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) na mesma reunião:

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que conforme documento protocolado na AMAVI em 03 de agosto de 2020, a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí (CIR) abdicou do encargo de deliberar sobre as medidas sanitárias de restrição ou de liberação das atividades;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes, na forma da Portaria SES nº 464,

publicada em 03 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>) visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 28 de julho de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVE(3) para GRAVÍSSIMO (4), mantendo-se o status na atualização da matriz de risco datada de 04 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que seja necessária imposição de novo lockdown (fechamento total);

CONSIDERANDO a comprovação do aumento do número de casos na Região;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de mais leitos de UTI e a escassez de suprimentos hospitalares importantes;

CONSIDERANDO que as medidas de retomada das atividades sociais e econômicas que impactem diretamente em Municípios vizinhos devem considerar a situação mais atual do sistema de saúde da respectiva Região de Saúde, uma vez que a lógica assistencial e a rede hospitalar instalada visam assegurar o acesso universal e igualitário à população dos Municípios circunscritos naquela região, portanto, as medidas restritivas de prevenção devem ser adotadas uniformemente em toda a região;

CONSIDERANDO que os Municípios e as Regiões de Saúde devem adotar as medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, conforme determinado na Portaria SES nº 464;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 17.974, de 30 de julho de 2020 prevê que "as restrições ao direito de funcionamento de restaurantes, lanchonetes, padarias e similares pelo Poder Público, nas situações excepcionais referidas no caput deste artigo, deverão fundamentar-se nas normas sanitárias ou de segurança pública aplicáveis e serão precedidas de decisão administrativa fundamentada da autoridade competente, a qual deverá expressamente indicar a extensão, os motivos e critérios científicos e técnico embaixadores da(s) medida(s) imposta(s)";

CONSIDERANDO a Lei Estadual n. 17.940 de 08 de maio de 2020 que reconhece a atividade religiosa como essencial para a população de Santa Catarina em situações de calamidade pública, de emergência ou de epidemia, bem como que desde o início da pandemia causada pelo COVID-19 houve noticiamento de acréscimo significativo nos atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, além de casos de tentativa de suicídio, fazendo-se necessários maiores cuidados em relação à saúde mental da população do município, inclusive possibilitando a atuação das entidades religiosas;

CONSIDERANDO as medidas recomendadas pela CIR nas Resoluções 01, 02, 03 e 04/2020;

CONSIDERANDO o Alerta 052 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 04/08/2020;

RECOMENDA que os Municípios da AMAVI adotem as seguintes medidas para o período de 14 (quatorze) dias a contar do dia 10 de agosto de 2020:

Art. 1º Aos Municípios e as Regiões de Saúde do Alto Vale do Itajaí cabe a adoção das medidas sanitárias para correção e controle dos efeitos negativos sobre a curva de tendência de contaminação, na forma do artigo 3º, §1º da Portaria SES nº 464 de 03 de julho de 2020.

Art. 2º Permanecem suspensas as seguintes atividades:

I - A realização de todo e qualquer evento público e privado que implique em aglomeração de pessoas (shows, cinemas, teatros etc.);

II - Música ao vivo em eventos de qualquer natureza;

III - Parques, ginásios e clubes de lazer públicos e privados, ficando permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias (dentro de clubes), conforme protocolos preestabelecidos;

IV - Quaisquer atividades esportivas coletivas e recreativas, com exceção das que envolvam até 2 (dois) participantes sem contato físico (ex, tênis, beach tênis, badminton e outros);

V - A prática de jogos de mesa, sinuca, bocha e similares de qualquer espécie nos bares, lanchonetes, restaurantes e similares.

Art. 3º Em todo o território da região do Alto Vale do Itajaí o uso de máscaras pelos cidadãos em ambientes públicos ou privados é obrigatório.

Art. 4º Todos os estabelecimentos comerciais deverão controlar o acesso ao seu interior a fim de que seja permitida a circulação e permanência de, no máximo, 50% da capacidade total, além de adotar todas as medidas sanitárias preventivas já impostas, inclusive, barreiras físicas que facilitem o distanciamento seguro.

Art. 5º O comércio não essencial (galerias, shoppings, lojas de variedades, lojas de rua e comércios em geral) deverá adotar horário reduzido de funcionamento, podendo funcionar todos os dias até às 22 horas.

§ 1º Os comércios referidos neste artigo são aqueles que não envolvem serviços de alimentação e consumo de bebidas no local.

§ 2º O estabelecimento deverá orientar os clientes de forma a evitar aglomerações do lado externo e deverão observar todas as medidas de prevenção já determinadas, bem como disponibilizar no mínimo 01 funcionário para efetuar o controle da entrada dos clientes.

Art. 6º Fica reconhecido, nos termos da Lei Estadual nº 17.974 de 30 de julho de 2020, os serviços de alimentação, tais como restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia.

Art. 7º Fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas nos balcões de atendimento de bares, pubs, lojas de conveniências e postos de combustível e similares, podendo o consumo ocorrer em mesas desde que respeitadas as normas sanitárias.

Parágrafo único. A comercialização de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos citados no caput só poderá ocorrer até às 20 horas.

Art. 8º A fiscalização das medidas sanitárias preventivas ocorrerá na forma da legislação federal, estadual e municipal, devendo os municípios empreenderem esforços para intensificar a realização das fiscalizações, devendo promover a edição de Decreto a fim de investir como autoridade de saúde a Polícia Militar, Polícia Civil, Defesa Civil, Bombeiros, Fiscais de Posturas e demais órgãos que possam auxiliar e colaborar efetivamente na fiscalização das normas sanitárias municipais de enfrentamento da pandemia

Art. 9º Os mercados e supermercados deverão manter no mínimo 01 funcionário efetuando o controle de entrada e a higienização dos carrinhos e cestinhas e deverão orientar a população de que somente será permitida a entrada de 01 pessoa por família, sendo vedada a entrada de crianças, ressalvados os casos excepcionais.

Art. 10. Conforme Lei Estadual nº 17.940 de 08 de maio de 2020, está liberada a realização de missas, cultos e demais atividades de manifestação religiosa, devendo-se observar as diretrizes previstas nas Portarias SES nº 254 de 20 de abril de 2020 e nº 269, de 24 de abril de 2020, do Estado de Santa Catarina, notadamente as descritas abaixo:

I - A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento da capacidade do templo ou igreja);

II - Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III - Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 11. Os velórios deverão observar o período de duração máxima de 06 (seis) horas, devendo ser restrito a familiares e proibindo-se a permanência de mais de 10 (dez) pessoas simultaneamente.

Parágrafo único: Os velórios de pacientes confirmados ou suspeitos para COVID-19 permanecem proibidos.

Art. 12. Permanecem suspensas, até o dia 30 de agosto de 2020, as cirurgias eletivas que não sejam "tempo-sensíveis".

Art. 13. Os estabelecimentos hoteleiros, pousadas e similares deverão respeitar a limitação de 30% (trinta por cento) da sua capacidade de hóspedes, respeitadas as medidas sanitárias aplicáveis a esses estabelecimentos, em especial as previstas na Portaria SES nº 244, de 12 de abril de 2020.

Art. 14. As academias de musculação e ginástica, estúdios de atividade física e similares deverão limitar o acesso e permanência de clientes no máximo de 30% da capacidade total de público, respeitadas as demais exigências previstas na Portaria SES nº 258/2020, de 21 de abril de 2020.

Art. 15. Quanto as atividades referentes aos serviços públicos não essenciais, recomenda-se aos municípios que:

I - seja imediatamente suspenso o atendimento ao público para serviços não essenciais que possam ser realizados de forma não presencial (telefone e e-mail, por exemplo);

II - os horários de expediente sejam organizados priorizando o trabalho remoto e o afastamento de pessoas do grupo de risco, adotando-se medidas que reduzam a circulação de funcionários nos prédios públicos, como por exemplo, escala de revezamento, concessão de licenças, turno ininterrupto etc.

Art. 16. As indústrias deverão funcionar com capacidade mínima necessária, priorizando o afastamento dos funcionários que se enquadrem no grupo de risco e adotando todas as medidas sanitárias preventivas, em especial as previstas nas Portarias SES nº 189, de 22 de março de 2020 e nº 272, de 27 de abril de 2020.

Art. 17. Os estabelecimentos comerciais, de serviços, indústrias, instituições financeiras, empresas e estabelecimentos congêneres e as repartições públicas, serão responsáveis em zelar pelo cumprimento das exigências sanitárias expedidas pelos órgãos municipais, estaduais ou federais mencionadas ou não na presente Resolução.

Art. 18. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de agosto de 2020.

Joel Longen  
Presidente da AMAVI

# Água Doce

## PREFEITURA

### ALTERAÇÃO DE ABERTURA PROCESSO LICITATÓRIO N°. 43/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N°. 30/2020

Publicação N° 2616306

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

ALTERAÇÃO DE ABERTURA

PROCESSO LICITATÓRIO 43/2020

PREGÃO PRESENCIAL 30/2020

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que o PROCESSO LICITATÓRIO nº 43/2020, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 30/2020", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a eventual e futura aquisição de materiais de pedreira, teve sua data de abertura alterada para dia 04 de setembro de 2020 às 13h30, em virtude de correção no edital.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 21 de agosto de 2020

ANTONIO JOSE BISSANI

Prefeito Municipal

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE 15º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N° 002/2019

Publicação N° 2615929

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855  
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO N° 002/2019

#### EDITAL DE 15º CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antonio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 15º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de: Motorista, conforme abaixo especificado.

#### 1. Da data e endereço:

DATA: 25 de Agosto de 2020

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

#### 2. Do candidato convocado:

CARGO: MOTORISTA  
HORÁRIO: 09:00 hs

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1800454	Elton Bauer	12º

Águas de Chapecó, 21 de Agosto de 2020.

LEONIR ANTONIO HENTGES  
Prefeito Municipal



# Águas Frias

## PREFEITURA

### DECRETO N° 213/2020

Publicação N° 2616274

DECRETO N° 213/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 45/2016, e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor Avelino Azir Senczkowski, para o cargo de Diretor de Departamento, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período integral, provido em comissão, percebendo a remuneração fixada no Anexo II, Nível CC-3, Cód. 6104, da Lei Complementar Municipal nº 45/2016.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Águas Frias - SC, em 21 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO  
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

### DECRETO N° 214/2020

Publicação N° 2616278

DECRETO N° 214/2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 45/2016, e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado de suas funções o Senhor Marcos Roberto da Silva, ocupante do Cargo Público de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, provido em comissão, pelo período integral, conforme a Lei Municipal Complementar nº 45/2016.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Águas Frias - SC, em 21 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO  
Sec. Adm. Finanças e Planejamento



**DECRETO Nº 215/2020**

Publicação Nº 2616280

DECRETO Nº 215/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 45/2016, e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor Armelindo Trevelin, para o cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, pelo período integral, provido em comissão, percebendo a remuneração fixada no Anexo II, Cód. 6101, da Lei Complementar Municipal nº 45/2016.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Águas Frias - SC, em 21 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO  
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

**DECRETO Nº 216/2020**

Publicação Nº 2616283

DECRETO Nº 216/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO ROLIM DE MOURA, Prefeito Municipal de Águas Frias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 45/2016, e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor Marcos Roberto da Silva, para o cargo de Secretário Municipal de Infraestrutura, pelo período integral, provido em comissão, percebendo a remuneração fixada no Anexo II, Cód. 6101, da Lei Complementar Municipal nº 45/2016.

Art. 2º - Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Águas Frias - SC, em 21 de agosto de 2020.

RICARDO ROLIM DE MOURA  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CEZAR JOSE GOLLO  
Sec. Adm. Finanças e Planejamento

**EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº39/2020**

Publicação Nº 2616405

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS

EXTRATO DE ADITIVO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Primeiro Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº39/2020

Ata Nº:	39/2020
Detentora da Ata:	ESPAÇO BORILLE MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES EIRELI

Objeto	AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO
Processo Nº	53/2020
Modalidade	Pregão Nº19/2020

Vigência da Ata	Início: 24/08/2020 Fim: 30/06/2021
-----------------	------------------------------------

**PREÇOS REGISTRADOS]**

Lote	Item	Qtde Licitada	Itens	Qtde a ser Aditivada 24,67%	Valor Unitário
1	2	150	TUBO DE CONCRETO 40CM	37	39,70

Águas Frias – SC, 21 de agosto de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA

Prefeito

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº53/2020**

Publicação Nº 2616227

Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE AGUAS FRIAS				
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS				
Ata Nº:	53/2020			
Detentora da Ata:	ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE SÃO VICENTE DE PAULO			
Objeto	Contratação de Hospitais Especializados e/ou Gerais para a Realização de Consultas Especializadas, Procedimentos Cirúrgicos de Alta Complexidade em Ortopedia e exames, para suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde para atendimento da lista de pacientes em fila de espera, residentes no Município de Águas Frias,			
Processo Nº	63/2020			
Modalidade	Pregão Nº 23/2020			
Vigência da Ata	Início: 24/08/2020		Fim: 23/08/2021	
PREÇOS REGISTRADOS				
Lote Nº	Item Nº	Produto	Unidade	Valor em reais
1	1	Consulta especializada em Ortopedia	un	130,0000
1	2	Hernia discal e/ou laminectomia	un	10.256,2500
1	3	Artrodese de coluna 01 (um) nível	un	18.511,9700
1	4	Artrodese de coluna 02 (dois) níveis	un	21.074,2200
1	5	Artrodese de Coluna 03 (três) níveis	un	24.658,7500
1	6	Eventuais despesas necessárias de recuperação do paciente	un	85.537,4400
2	1	Consulta especializada em ortopedia (joelho)	un	127,5900
2	2	Artroplastia total primária de joelho	un	12.191,3800
2	3	Eventuais despesas necessárias a recuperação do paciente (procedimentos de joelho)	un	25.000,0000
3	1	Consulta Especializada em Ortopedia - Ombro	un	127,4600
3	2	Ruptura de tendão subescapular - Ombro	un	11.745,8300
3	3	Eventuais depesas necessárias a recuperação do paciente (procedimento ombro)	un	8.545,4800
4	1	consulta Especializada em Ortopedia (Quadril)	un	131,7000
4	2	Artroplastia Total Primária do Quadril	un	15.496,3300
4	3	Eventuais despesas necessárias a recuperação do paciente (Procedimento de Quadril)	un	15.909,2000
5	1	Consulta Especializada em	un	143,3300

		Urologia		
5	2	Ureterorrenolitotripsia	un	14.923,5800
5	3	Ressecação Endoscópica de Próstata	un	16.681,6300
5	4	Ureterolitotomia	un	14.761,5800
5	5	Eventuais despesas necessárias a recuperação do paciente em caso de procedimentos de urologia	un	23.613,4000
6	1	Consulta Especializada em Nefrologia	un	135,0000
6	2	Consulta Especializada em Neurologia	un	135,0000
6	3	Consulta Especializada em Pneumologia	un	135,0000
6	4	Consulta Especializada em Proctologia	un	135,0000

**ÁGUAS FRIAS – SC, 21 de agosto de 2020.**

**RICARDO ROLIM DE MOURA**

**Prefeito**

**Alfredo Wagner****PREFEITURA****DECRETO 4510**

Publicação N° 2616292

DECRETO N° 4510 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA OS INCISOS I, II, e IV DO ART. 1º DO DECRETO N° 4500, DE 31 DE JULHO DE 2020, QUE DISPOE SOBRE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO NOVO CORONAVÍRUS NO MUNICÍPIO DE ALFREDO WAGNER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, Artigo 93, Seção II da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020 na qual estabelece critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, de acordo com níveis da avaliação Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO a primeira divulgação da Avaliação de Risco Potencial Regional para COVID-19 publicado no dia 19 de agosto de 2020 no site [www.coronavirus.sc.gov.br](http://www.coronavirus.sc.gov.br), no qual classifica a região da Grande Florianópolis em Risco Potencial Grave;

CONSIDERANDO que as medidas estabelecidas pelo Governo do Estado conforme dispõe o art. 7º da Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, serão implementadas após 2 (dois) dias completos de divulgação da Avaliação de Risco, pelo prazo de 14 (quatorze) dias,

**DECRETA**

Art. 1º. Os incisos I, II, III e IV do art. 1º do Decreto nº 4500 de 31 de julho de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

I – até 04 de setembro de 2020, a prática de esporte coletivo, amador ou profissional, a exemplo das atividades esportivas em grupo nos ginásios de esportes, quadras poliesportivas, campos de futebol e vôlei;

II – até 04 de setembro de 2020, a realização de atividades e eventos que acarretem reunião de público;

.....

IV – até 04 de setembro de 2020, a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, academias ao ar livre, parques infantis públicos a fim de evitar aglomeração, com exceção da prática de esportes individuais;

..... “(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner/SC, 21 de agosto de 2020.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

## Alto Bela Vista

## PREFEITURA

## ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO PR57/2020

Publicação Nº 2617232



# Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC  
 CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br)  
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Chave de Autenticação Digital  
 1.495-2653-404

Página  
 1 / 2



## Licitações Adjudicadas

### Licitação: PR57/2020

Modalidade: Pregão

Julgamento: Por item

Registro de preço: Sim

Controla quantidade: Sim

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de peças novas para manutenção e recuperação do maquinário pesado da frota Municipal, equipamentos utilizados pela Gerência de Infraestrutura.

Fornecedor: 4437 - JULIO SILVESTRI FILHO		CPF/CNPJ: 15.608.150/0001-50		Valor total (R\$): 18.637,00	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)
21/08/2020	1	22789 - Lâmina de Corte Curva AR1 7X6X5/8 13 furos para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2347012193 Marca: METISA	unidade	4,00000	445,00000
21/08/2020	2	22514 - Canto Lâmina 6 furos 1/2" para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327052190 Canto Lâmina 6 furos 1/2" para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327052190 Marca: METISA	unidade	4,00000	205,00000
21/08/2020	3	22515 - Porca da Lâmina 3/4 para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 1217012480 Porca da Lâmina 3/4 para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 1217012480 Marca: FEY	unidade	100,00000	0,75000
21/08/2020	4	22516 - Parafuso da Lâmina para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327012450 Parafuso da Lâmina para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327012450 Marca: FEY	unidade	100,00000	1,85000
21/08/2020	5	22517 - Arruela Lisa 16 mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 0164331645 Arruela Lisa 16 mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 0164331645 Marca: FEY	unidade	100,00000	0,80000
21/08/2020	6	22518 - Guia de Bronze Menor para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387031331 Guia de Bronze Menor para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387031331 Marca: TT	unidade	8,00000	59,00000
21/08/2020	7	22519 - Guia de Bronze Maior 128mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387353320 Guia de Bronze Maior 128mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387353320 Marca: TT	unidade	8,00000	83,00000
21/08/2020	8	22520 - Dente Escarificador / Suporte para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327151310 Dente Escarificador / Suporte para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327151310 Marca: TT	unidade	20,00000	125,00000
21/08/2020	11	22523 - Guia para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387051550 Guia para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387051550 Marca: SIBRAL	unidade	4,00000	396,00000
21/08/2020	12	22524 - Placa Giro Lâmina 6 mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387031630 Placa Giro Lâmina 6 mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387031630 Marca: TT	unidade	4,00000	52,00000
21/08/2020	14	22526 - Ponta da Haste (UNHA) para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327151320 Ponta da Haste (UNHA) para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327151320 Marca: OEM	unidade	20,00000	31,50000
21/08/2020	17	22529 - Cruzeta 83 mm para Retroscavadeira Caterpillar 416E Cód. Ref. 174-4643 Cruzeta 83 mm para Retroscavadeira Caterpillar 416E Cód. Ref. 174-4643 Marca: BLUMAQ	unidade	4,00000	74,00000
21/08/2020	18	22530 - Dente RC (UNHA) para Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 160 Cód. Ref. HEKH20EX Dente RC (UNHA) para Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 160 Cód. Ref. HEKH20EX Marca: COLINA	unidade	10,00000	95,00000
21/08/2020	21	22533 - Dente da Concha Traseira para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000309 Dente da Concha Traseira para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000309 Marca: COLINA	unidade	20,00000	38,00000
21/08/2020	22	22534 - Dente Lateral Lado Direito para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000310 Dente Lateral Lado Direito para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000310 Marca: COLINA	unidade	10,00000	38,00000
21/08/2020	23	22535 - Dente Lateral Lado Esquerdo para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000311 Dente Lateral Lado Esquerdo para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000311 Marca: COLINA	unidade	10,00000	38,00000
21/08/2020	25	22537 - Porca da Lâmina 3/4" para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000075 Porca da Lâmina 3/4" para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000075 Marca: FEY	unidade	100,00000	1,00000
21/08/2020	26	22538 - Barra de Direção completa para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000471 Barra de Direção completa para Retroscavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000471 Marca: NAKATA	unidade	4,00000	185,00000
21/08/2020	27	22539 - Lâmina de Corte 10 furos para Retroscavadeira JCB Cód. Ref. 331/49470 Lâmina de Corte 10 furos para Retroscavadeira JCB Cód. Ref. 331/49470 Marca: METISA	unidade	4,00000	425,00000
21/08/2020	28	22540 - Dente Central para Retroscavadeira JCB Cód. Ref. 531/03205	unidade	50,00000	38,00000
					1.780,00

21/08/2020	29	22541 - Dente Lateral Lado Direito para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 531/03208	unidade	10,00000	78,00000	780,00
<b>Marca: COLINA</b>						
21/08/2020	30	22542 - Dente Lateral Lado Esquerdo para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 531/03209	unidade	10,00000	78,00000	780,00
<b>Marca: COLINA</b>						
21/08/2020	31	22543 - Parafuso Sextavado da Lâmina 3/4" para para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 826/00303	unidade	100,00000	2,75000	275,00
<b>Marca: FEY</b>						
21/08/2020	32	22544 - Porca da Lâmina 3/4" para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 1340/0701	unidade	100,00000	1,00000	100,00
<b>Marca: FEY</b>						
21/08/2020	33	22545 - Barra de Direção completa para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 126-02253	unidade	2,00000	249,00000	498,00
<b>Marca: NAKATA</b>						
<b>Total Adjudicado (R\$):</b>						18.637,00

**Total de licitações adjudicadas: 1****Total Geral Adjudicado (R\$):****18.637,00**



## Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista / SC  
CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 [prefeitura@altobelavista.sc.gov.br](mailto:prefeitura@altobelavista.sc.gov.br)  
<http://www.altobelavista.sc.gov.br>

Usuário: Alguerth Heris

Chave de Autenticação Digital  
1495-2653-404

Página  
2 / 2



### Licitações Adjudicadas

CATIA TESSMANN REICHERT  
PREFEITA



**DECRETO Nº 3.070, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615853

ESTABELECE A JORNADA DE TRABALHO DOS SERVIDORES NOMEADOS PARA AS FUNÇÕES DE CHEFIA, DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO NO ÂMBITO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 085 DE 12 DE JUNHO DE 2017, E ALTERAÇÕES POSTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMAN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do Inciso V do Artigo 99 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os seguintes horários de serviço nos setores públicos municipais, dos servidores nomeados para cargos de chefia, direção e assessoramento, com base na Lei Complementar n.º 085 de 12 de Junho de 2017, e suas alterações, definindo ainda a Jornada semanal de trabalho a ser cumprida pelos mesmos:

I – Cargos vinculados a Gerência de Administração, Gerência de Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico, Gerência de Planejamento e Finanças, jornada semanal de 37,5h (Trinta e sete vírgula cinco horas), sendo das 08:00h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h;

II – Cargos vinculados a Gerência de Agricultura e Meio Ambiente e Gerência de Infraestrutura, Jornada semanal de 44h (Quarenta e quatro horas), sendo das 07:00h as 11:30h e das 13:30h as 18:00h de segunda a quinta e na sexta-feira da 13:30h as 17:00h;

III – Cargos vinculados a Gerência de Saúde, jornada semanal de 40h (quarenta horas), sendo das 07:30h as 11:30h e das 13:00h as 17:00h;

IV – Cargos Vinculados a Gerência de Assistência Social, jornada semanal de 40h (quarenta horas), sendo das 07:45h as 11:45h e das 13:00h as 17:00h;

V – Cargos Vinculados a Gerência de Educação e Esportes, Jornada Semanal de 40h (Quarenta horas), sendo da 07:30h as 11:30 e das 13:00h as 17:00h.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 21 de agosto de 2020.

CATIA TESSMAN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 3.071, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616255

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Fica designado a Senhor ADEMAR AMANT Gerente Municipal de Saúde, nomeado pelo Decreto nº 3.046, de 20 de julho de 2020, para responder interinamente pelas ações da Gerência Municipal de Assistência Social e Habitação, exercendo cumulativamente as atribuições de ambas as Gerências.

Art. 2º - Pela acumulação dos cargos descritos no artigo anterior, não decorrerá ao nomeado o direito de acréscimo aos seus vencimentos, continuando o mesmo a receber como Gerente Municipal de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando os efeitos do Decreto nº 3.047, de 21 de julho de 2019, e as disposições em contrário.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Alto Bela Vista/SC, 21 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas Publicações

**DECRETO Nº 3.073, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2617262

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado ANDERSON KEIBER, inscrito no CPF sob nº 004.987.220-66, portador da cédula de Identidade nº 9080150461 –RS, para o cargo de COORDENADOR OPERACIONAL DE SAÚDE, com as atribuições previstas no art. 16, § 1º, da Lei Complementar nº 085, de 12 de junho de 2017, a partir de 24 de agosto de 2020.

Parágrafo único. A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista (SC), em 21 de agosto de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas Publicações

## HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PR57/2020

Publicação N° 2617207



## Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Rua do Comércio, 1015 - Centro - 89.730-000 - Alto Bela Vista/ SC

CNPJ: 01.614.374/0001-60 Fone: (49) 3455-9022 prefeitura@altobelavista.sc.gov.br

<http://www.altobelavista.sc.gov.br>Chave de Autenticação Digital  
1425-8907-569Página  
1 / 1

## Licitações homologadas

Registro de preço: Sim

Controla quantidade: Sim

Modalidade: Pregão

Licitação: PR57/2020

Objeto: Registro de preços para possível aquisição de peças novas para manutenção e recuperação do maquinário pesado da frota Municipal, equipamentos utilizados pela Gerência de Infraestrutura.

Credor/Fornecedor: 4437-JULIO SILVESTRE FILHO	Data	Item	Un. Medida	Material/Serviço/Denominação
	21/08/2020	1	unidade	22789 - Lâmina de Corte Curva AR1 7X6X5/8 13 furos para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2347012193
	21/08/2020	2	unidade	22514 - Canto Lâmina 6 furos 1/2" para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327052190
				Canto Lâmina 6 furos 1/2" para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327052190
	21/08/2020	3	unidade	22515 - Porca da Lâmina 3/4 para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 1217012480
				Porca da Lâmina 3/4 para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 1217012480
	21/08/2020	4	unidade	22516 - Parafuso da Lâmina para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327012450
				Parafuso da Lâmina para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327012450
	21/08/2020	5	unidade	22517 - Arruela Lisa 16 mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 0164331645
				Arruela Lisa 16 mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 0164331645
	21/08/2020	6	unidade	22518 - Guia de Bronze Menor para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387031331
				Guia de Bronze Menor para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387031331
	21/08/2020	7	unidade	22519 - Guia de Bronze Maior 128mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387353320
				Guia de Bronze Maior 128mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387353320
	21/08/2020	8	unidade	22520 - Dente Escarificador / Suporte para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327151310
				Dente Escarificador / Suporte para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327151310
	21/08/2020	11	unidade	22523 - Guia para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387051550
				Guia para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387051550
	21/08/2020	12	unidade	22524 - Placa Giro Lâmina 6 mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387031630
				Placa Giro Lâmina 6 mm para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2387031630
	21/08/2020	14	unidade	22526 - Ponta da Haste (UNHA) para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327151320
				Ponta da Haste (UNHA) para Motoniveladora Komatsu G555 Cód. Ref. 2327151320
	21/08/2020	17	unidade	22529 - Cruzeta 83 mm para Retroescavadeira Caterpillar 416E Cód. Ref. 174-4643
				Cruzeta 83 mm para Retroescavadeira Caterpillar 416E Cód. Ref. 174-4643
	21/08/2020	18	unidade	22530 - Dente RC (UNHA) para Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 160 Cód. Ref. HEKH20EX
				Dente RC (UNHA) para Escavadeira Hidráulica Komatsu PC 160 Cód. Ref. HEKH20EX
	21/08/2020	21	unidade	22533 - Dente da Concha Traseira para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000309
				Dente da Concha Traseira para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000309
	21/08/2020	22	unidade	22534 - Dente Lateral Lado Direito para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000310
				Dente Lateral Lado Direito para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000310
	21/08/2020	23	unidade	22535 - Dente Lateral Lado Esquerdo para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000311
				Dente Lateral Lado Esquerdo para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000311
	21/08/2020	25	unidade	22537 - Porca da Lâmina 3/4" para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000075
				Porca da Lâmina 3/4" para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000075
	21/08/2020	26	unidade	22538 - Barra de Direção completa para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000471
				Barra de Direção completa para Retroescavadeira Randon RK406B Cód. Ref. 219000471
	21/08/2020	27	unidade	22539 - Lâmina de Corte 10 furos para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 331/49470
				Lâmina de Corte 10 furos para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 331/49470
	21/08/2020	28	unidade	22540 - Dente Central para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 531/03205
				Dente Central para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 531/03205
	21/08/2020	29	unidade	22541 - Dente Lateral Lado Direito para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 531/03208
				Dente Lateral Lado Direito para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 531/03208
	21/08/2020	30	unidade	22542 - Dente Lateral Lado Esquerdo para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 531/03209
				Dente Lateral Lado Esquerdo para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 531/03209
	21/08/2020	31	unidade	22543 - Parafuso Sextavado da Lâmina 3/4" para para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 826/00303
				Parafuso Sextavado da Lâmina 3/4" para para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 826/00303
	21/08/2020	32	unidade	22544 - Porca da Lâmina 3/4" para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 1340/0701
				Porca da Lâmina 3/4" para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 1340/0701
	21/08/2020	33	unidade	22545 - Barra de Direção completa para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 126-02253
				Barra de Direção completa para Retroescavadeira JCB Cód. Ref. 126-02253

Total licitações homologadas: 1



CATIA TESSMANN REICHERT  
PREFEITA

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 159/2020

Publicação Nº 2615767

DECRETO Nº. 159/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Orçamentária Municipal sob nº 2.469, de 19 de novembro de 2019 e demais dispositivos constitucionais e legais,

DECRETA:  
TÍTULO I

#### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 1º Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária nº. 2.469, de 19 de novembro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), distribuídos em conformidade com os prescritos neste ato.

#### CAPÍTULO II DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados a reforçar a dotação orçamentária abaixo especificada e constante do Orçamento Geral do Município, na seguinte conta, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS  
15.452.0016.2.034- LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS  
(115) 4.4.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

Total ..... R\$ 3.000,00

Art. 3º Para atendimento da abertura do Crédito constante neste ato fica autorizado à redução da dotação na importância de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), em conformidade com a seguinte conta, a saber:

07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
01 – PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS  
15.452.0016.2.034- LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS  
(113) 3.3.90.00.00.00.00.0131 -Aplicações Diretas ..... R\$ 3.000,00

Total ..... R\$ 3.000,00

#### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 4º Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 2468, de 14 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores dessa lei, relativamente ao Crédito introduzido no presente Decreto.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 21 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

**DECRETO N. 160/2020**

Publicação Nº 2616203

DECRETO Nº. 160/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ESTABELECE NOVAS REGRAS PARA O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, COM VISTAS A ESTABELECE MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições legais, em especial as contidas no inciso VIII, do artigo 84, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562 de 17 de abril de 2020 e declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19, estabelece medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de flexibilizar ou restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 348 de 22 de maio de 2020 que proíbe a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

CONSIDERANDO as últimas recomendações exaradas pela COES – Central de Operações de Emergência em Saúde para a região Extremo Oeste do Estado de Santa Catarina e da CIR – Comissão Inter Gestores Regional da Região de Saúde do Extremo-Oeste de Santa Catarina

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020, que estabeleceu critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da Covid-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Protecional Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO que o monitoramento realizado pelo COES, apontam que a região Extremo Oeste está classificada como Risco Potencial Grave;

**DECRETA**

Art. 1º Fica determinado o regime de tele-trabalho ou trabalho remoto em todos os órgãos da Administração Pública Municipal, para os serviços não essenciais, sempre que possível.

Art. 2º Fica alterado o horário de expediente nas Secretarias Municipais de Administração, Fazenda, Assistência Social e Agricultura, com o objetivo de ampliar o horário de atendimento à população e reduzir a aglomeração, mediante a distribuição dos servidores públicos municipais lotados nas respectivas unidades administrativas, em dois turnos ininterruptos de 6 (seis) horas cada um, das 7 h às 13 h e das 13h às 19 h.

Parágrafo único. Para o funcionamento das Secretarias Municipais mencionadas no caput deste artigo, que não puderem realizar os serviços forma remota, deverão ser feitos através de escala, distribuídos nos dois turnos, a ser fixada pelos Secretários de cada setor.

Art. 3º Os servidores públicos municipais que estão desempenhando suas atividades no local de trabalho público, em todas as unidades administrativas, estão obrigados ao atendimento das seguintes regras:

I – Uso obrigatório de máscara, independentemente do número de pessoas no ambiente de trabalho;

II – Distanciamento mínimo de 2,00m (dois metros) entre um servidor e outro;

III – Uso de álcool 70% para higienização das mãos.

Art. 4º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar do dia 24 de agosto até 07 de setembro de 2020.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Anchieta – SC, 21 de agosto de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

# Anitápolis

## PREFEITURA

### PORTARIA 084/2020

Publicação Nº 2617058

PORTARIA Nº 084/2020  
CONCEDE LICENÇA

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Seção I, inciso I do Art. 58 da Lei 504/00 e Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido à servidora RITA DE CASSIA TEODORO STUEPP, matrícula nº 907, ocupante do cargo de professora do quadro permanente de pessoal desta Prefeitura, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, licença de suas atividades profissionais pelo período previsto de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde de pessoa da família, conforme Laudo Pericial anexo, firmado por junta médica oficial do município, nomeados através da nomeados através da Portaria nº 029/2018 de 01.03.18, a partir de 29 de julho de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Anitápolis, 21 de agosto de 2020.

Laudir Pedro Coelho  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 85/2020

Publicação Nº 2617092

PORTARIA Nº 085/2020

**DESIGNA MÉDICOS PERITOS**

O Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 2º do Decreto nº 020/2011 de 01.06.11 e pela Seção II, Inciso VIII, Artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica Designado a Dra. Nicole Zalula Beatriz - CRM/SC nº 26964, Dra. Laura Leisa da Silveira - CRM/SC nº 28592 e a Dra. Marina Spillere- CRM/SC nº 28989, todos profissionais, médicos com especialização em Medicina do Trabalho, para comporem JUNTA MÉDICA, oficial do Município de Anitápolis, com competência de proceder exames e emitir Laudo Pericial de servidores desta municipalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 029/18 de 01/03/2018.

Anitápolis, 21 de agosto de 2020.

Laudir Pedro Coelho  
Prefeito Municipal

### QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2019

Publicação Nº 2616418

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – Extrato do Quinto Termo Aditivo ao contrato nº 034/2019. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda. CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 23/08/2021 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 21/08/2020 Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2019- CÂMARA MUNICIPAL

Publicação Nº 2616416

CÂMARA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS – Extrato do Segundo Termo Aditivo ao contrato nº 004/2019. CONTRATANTE: Câmara Municipal de Anitápolis. CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda. CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 23/08/2021 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 21/08/2020. Sérgio Freitas – Presidente da Câmara.



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 97/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 61/2020

Publicação Nº 2618365

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório n. 97/2020. Pregão Presencial n. 61/2020. Tipo: Menor preço por item. Objeto: A presente licitação tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de escavadeira hidráulica e de caminhão basculante (caçamba) 6x4, traçado e com motorista para utilização pelas Secretarias do Município de Antônio Carlos/SC, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas no Anexo I e nas condições previstas neste Edital. Entrega dos envelopes: Dia 03 de setembro de 2020, até as 12h00min, na Prefeitura de Antônio Carlos/SC. Abertura da sessão: Dia 04 de setembro de 2020, as 09h00min, no Auditório da Câmara de Vereadores de Antônio Carlos/SC. Obtenção do edital e informações no Setor de Licitações Municipal, localizado na Praça Anchieta, n. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07h00min as 13h00min, pelo telefone (48) 3272.8617 ou pelo endereço eletrônico [licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos/SC, 24 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N. 94/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N. 58/2020

Publicação Nº 2615964

PROCESSO LICITATÓRIO N. 94/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N. 58/2020  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Antônio Carlos/SC torna pública a RETIFICAÇÃO ao edital do Processo Licitatório n. 94/2020, Pregão Presencial n. 58/2020, o qual passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

14.2. Os produtos deverão ser entregues pela empresa vencedora, em local indicado pela Secretaria solicitante, com frete, carga e descarga as suas custas, na quantidade solicitada na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados de sua emissão.

Leia-se:

14.2. O prazo de entrega do objeto licitado não deverá ultrapassar a 180 (cento e oitenta) dias, contados do envio, por e-mail, da Autorização de Fornecimento expedida pelo Município.

Onde se lê:

15.2. O pagamento será:

[...]

15.2.2. realizado pelo Município de Antônio Carlos/SC, mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia útil, após a apresentação da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, acompanhada da nota fiscal eletrônica, com o devido aceite no verso pela Secretaria solicitante.

Leia-se:

15.2. O pagamento será:

[...]

15.2.2. realizado pelo Município de Antônio Carlos/SC, nas seguintes condições:

a) 50% (cinquenta por cento) do valor total, em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura da presente ata, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica emitida pela empresa fornecedora, desde que esteja devidamente aprovada e recebida pela Secretaria solicitante;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor total, em até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica emitida pela empresa fornecedora, desde que esteja devidamente aprovada e recebida pela Secretaria solicitante.

Onde se lê:

4.3. Prazo de Entrega

4.3.1. O prazo de entrega do objeto licitado não deverá ultrapassar a 15 (quinze) dias úteis, contados do envio, por e-mail, da Autorização de Fornecimento expedida pelo Município.

Leia-se:

4.3. Prazo de Entrega

4.3.1. O prazo de entrega do objeto licitado não deverá ultrapassar a 180 (cento e oitenta) dias, contados do envio, por e-mail, da Autorização de Fornecimento expedida pelo Município.

Onde se lê:

5.2. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega do objeto contratado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica emitida pela empresa fornecedora, desde que esteja devidamente aprovada e recebida pela Secretaria solicitante.

Leia-se:



5.2. O pagamento será efetuado nas seguintes condições:

- a) 50% (cinquenta por cento) do valor total, em até 15 (quinze) dias úteis, após a assinatura da presente ata, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica emitida pela empresa fornecedora, desde que esteja devidamente aprovada e recebida pela Secretaria solicitante;
- b) 50% (cinquenta por cento) do valor total, em até 15 (quinze) dias úteis, após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica emitida pela empresa fornecedora, desde que esteja devidamente aprovada e recebida pela Secretaria solicitante.

A retificação refere-se ao prazo de entrega do objeto licitado, bem como à forma de pagamento da prestação dos serviços, conforme solicitação da Secretaria de Esporte, Turismo, Indústria e Comércio do Município de Antônio Carlos.

Diante da alteração supra implicar na formulação das propostas, em respeito ao disposto no art. 21, § 4º, da Lei n. 8.666/1993, necessária a alteração da data da sessão pública, a qual ocorrerá no dia 03/09/2020, as 09h00min.

As demais disposições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos/SC, 21 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA N 492/2020**

Publicação N° 2616060

PORTARIA N° 492/2020

Prorroga contratação ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar a contratação temporária de JULIA ESPINDOLA GUIMARÃES no cargo MÉDICO 40H, de 17 de agosto de 2020 a 06 de fevereiro de 2021, em substituição a servidora efetiva Mariana Aparecida Cypriano de Castro Hoffmann, de licença maternidade.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/08/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 21 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 24 de agosto de 2020.

## **PORTARIA N 493/2020**

Publicação N° 2616062

PORTARIA N° 493/2020  
Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS por 30 dias ao servidor LUIS CLÁUDIO DOS REIS, ocupante do cargo efetivo de ODONTÓLOGO 20H, referente ao período aquisitivo de 04/05/2017 a 03/05/2018, a partir de 01 de setembro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 21 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 24 de agosto de 2020.

**PORTARIA N 494/2020**

Publicação N° 2616064

PORTARIA N° 494/2020  
Concede licença maternidade.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Municipal n° 1.225/2009;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE por 180 dias a servidora BRUNA NAU MALAGOLI, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO DE EDUCAÇÃO, a partir de 18 de agosto de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18/08/2020.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 21 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 24 de agosto de 2020.

**PORTARIA N° 491/2020**

Publicação N° 2615738

PORTARIA N.º 491/2020

Instaura Processo administrativo Disciplinar e/ou sindicância.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais, e da competência que lhe confere o inciso VI do art. 56 da Lei Orgânica do Município, bem como, os arts. 146 e seguintes da Lei Municipal 558/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**Resolve:**

Art. 1o – Instaurar processo administrativo disciplinar, com o objetivo de apurar a responsabilidade da servidora THAISA MELLO, ocupante do cargo de MÉDICO 20 HORAS, matrícula 2179, por suposta infração praticada no exercício de suas atribuições, constantes no Inquérito Civil n. 06.2019.00005720-2, instaurado pelo Ministério Público de Santa Catarina.

Art. 2º - A apuração dos atos apontados, será conduzida pelos membros nomeados através da Comissão que será posteriormente formada.

Art. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 21 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

# Apiuna

## PREFEITURA

### AVISO DE CONVOCAÇÃO DO QUINTO COLOCADO PP 100-2019 ITEM 36

Publicação N° 2615786

AVISO DE CONVOCAÇÃO DO QUINTO COLOCADO NO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 100/2019

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 100/2019

Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, MATERIAL DE COPA, COZINHA, CAFÉ, ÁGUA E DIVERSOS DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE .

item 36- LUVA DE LÁTEX PARA PROCEDIMENTOS, AMBIDESTRO, HIPOLERGENICA, LEVEMENTE TALCADA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES

O município de Apiúna, informa que em face do parecer emitido e da decisão administrativa que deferiu o pedido de desistência do primeiro colocado em fornecer o item 36-LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS, AMBIDESTRO, HIPOLERGENICA, LEVEMENTE TALCADA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES da referida licitação, CONVOCAMOS o licitante remanescente, na ordem de classificação, JP DE LIMA COMERCIO EPP, classificada em 5º lugar do Item 36 no certame, para MANIFESTAR interesse em fornecer o referido item . A contratação se dará nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços de conformidade com o ato convocatório, conforme art. 64, § 2º, da Lei de Contratos e Licitações. Desde já, solicitamos a aquiescência da referida empresa e no fornecimento desse item e se mantém o preço proposto PELA PRIMEIRA COLOCADA (VALOR UNITÁRIO Reajustado -R\$ 37,80 ) .

Caso não aceite, será convocado os remanescentes.

SERÃO SOLICITADAS APROXIMADAMENTE 50 caixas no total, em todos os tamanhos.

Solicito que manifeste em 2 dias o interesse em fornecer o item 36- LUVA DE LATEX PARA PROCEDIMENTOS, AMBIDESTRO, HIPOLERGENICA, LEVEMENTE TALCADA, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES

### DECRETO N° 3568

Publicação N° 2616299

DECRETO N° 3568/2020

de 17/08/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 918/2019 de 26/11/2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado vínculo de recurso – 30.000 Recursos Ordinários e suplementado no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna o valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil Reais) na seguinte classificação orçamentária:

06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0782.0602.2060	Manutenção de Estradas e Equipamentos	
300000000000	Despesas Correntes	
330000000000	Outras Despesas Correntes	
339000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	310.000,00
	TOTAL	310.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 17 de Agosto de 2020.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO OFICIAL SUSPENSÃO CONTRATO Nº 48/2020**

Publicação Nº 2616378

**SUSPENSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

A PREFEITURA DE APIÚNA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representada pelo Prefeito senhor JOSE GERSON GONCALVES, decide pela suspensão do Contrato nº 48/2020, originário da Tomada de Preços nº 50/2020 com o objeto CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE TODOS OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE APIÚNA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA, firmado com a empresa PRESIDENTE INDL IMPORTADORA E COML LTDA.

Justificativa:

Acatando mandado de segurança nº 5001360-20.2020.8.24.0104/SC.

Apiúna, 20 de agosto de 2020.

JOSE GERSON GONCALVES  
Prefeito de Apiúna

**PUBLICAÇÃO OFICIAL SUSPENSÃO CONTRATO Nº 49/2020**

Publicação Nº 2616377

**SUSPENSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

A PREFEITURA DE APIÚNA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representada pelo Prefeito senhor JOSE GERSON GONCALVES, decide pela suspensão do Contrato nº 49/2020, originário da Tomada de Preços nº 50/2020 com o objeto CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE TODOS OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE APIÚNA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA, firmado com a empresa MDM COMERCIO E SERVICOS LTDA.

Justificativa:

Acatando mandado de segurança nº 5001360-20.2020.8.24.0104/SC.

Apiúna, 20 de agosto de 2020.

JOSE GERSON GONCALVES  
Prefeito de Apiúna

JOSE GERSON GONCALVES  
Prefeito de Apiúna

**PUBLICAÇÃO OFICIAL SUSPENSÃO CONTRATO Nº 50/2020**

Publicação Nº 2616375

**SUSPENSÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO**

A PREFEITURA DE APIÚNA, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC, inscrita no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representada pelo Prefeito senhor JOSE GERSON GONCALVES, decide pela suspensão do Contrato nº 50/2020, originário da Tomada de Preços nº 50/2020 com o objeto CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE TODOS OS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DA PREFEITURA DE APIÚNA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA, firmado com a empresa VITALINO DE SOUZA-MEI.

Justificativa:

Acatando mandado de segurança nº 5001360-20.2020.8.24.0104/SC.

Apiúna, 20 de agosto de 2020.

JOSE GERSON GONCALVES  
Prefeito de Apiúna

# Arabutã

## PREFEITURA

### CHAMADA 03/2020-RETIFICADO

Publicação Nº 2615988

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ SC,  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA  
Nº 003/ 2020.

Modalidade: Chamada pública destinada à admissão de MÉDICO VETERINÁRIO, em caráter temporário de excepcional interesse público o exercício transitório da função, decorrente da excepcional necessidade de preenchimento da vaga por limitação temporária para o exercício das atividades decorrente de afastamento da titular do cargo, a ser realizada em sessão pública no prazo e nas condições estabelecidas neste edital.

A AUDIÊNCIA PÚBLICA se dará será no dia 01 de Setembro de 2020, com início às 09 h, tendo como local o Auditório do Centro Administrativo Municipal, Avenida Lauro Muller, 210 - Centro, Arabutã – SC, sendo que o candidato deverá comparecer munido de documento de identificação com fotografia e demais documentos.

O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Concurso". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Tributos deste Município, situado na Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 19 de agosto de 2020.

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

### PORTARIA 427/2020

Publicação Nº 2618330

PORTARIA Nº 427/2020  
ALTERA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;  
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO o interesse Público;

CONSIDERANDO os ditames do Decreto nº 2598 de 17 de abril de 2020;

#### RESOLVE:

Art.1º ALTERAR, a partir de 21 de agosto de 2020, a jornada de trabalho da servidora RÚBIA CRISTINA PATZLAFF KIEKOW, inscrita no CPF sob nº 022.227.659-27, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora III, exercendo função de Coordenadora Pedagógica, de segunda a quinta-feira sendo trabalho remoto pela manhã e presencial à tarde das 13h às 17h, e na sexta-feira presencial pela manhã das 07h30 às 11h30 e remoto à tarde, até o momento em que o Município julgar necessária a alteração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os termos da Portaria nº 228 de 22 de abril de 2020.

Arabutã/SC, 21 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### PORTARIA 428/2020

Publicação Nº 2618331

PORTARIA Nº 428/2020  
ALTERA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;  
CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO o interesse Público;

CONSIDERANDO os ditames do Decreto nº 2598 de 17 de abril de 2020;

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR, a partir de 21 de agosto de 2020, a jornada de trabalho da servidora MAYARA REGINA MORCHE LODI inscrita no CPF sob o nº. 069.437.199-80, ocupante do cargo de Secretária de Escola, das 12h às 18h, até o momento em que o Município julgar necessária a alteração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os termos da Portaria nº 255 de 28 de abril de 2020.

Arabutã/SC, 21 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 429/2020**

Publicação Nº 2618332

PORTARIA Nº 429/2020

ALTERA JORNADA DE TRABALHO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas necessárias para o combate do COVID-19;

CONSIDERANDO o interesse Público;

CONSIDERANDO os ditames do Decreto nº 2598 de 17 de abril de 2020;

**RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR, a partir de 24 de agosto de 2020, a jornada de trabalho da servidora DANIELA ROSANA KOCHENBORGER inscrita no CPF sob nº. 053.995.669-40, ocupante do cargo de confiança de Gerente de Educação, de segunda a quinta-feira sendo trabalho remoto pela manhã e presencial à tarde das 13h às 17h, e na sexta-feira presencial pela manhã das 07h30 às 11h30 e remoto à tarde, até o momento em que o Município julgar necessária a alteração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente os termos da Portaria nº 230 de 22 de abril de 2020.

Arabutã/SC, 21 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

**PORTARIA 430/2020**

Publicação Nº 2618333

PORTARIA Nº 430/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER, ao servidor DAVID DLUGOVIT, inscrito no CPF sob nº. 016.672.320-70, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral 40 horas, férias referentes ao período aquisitivo de 03 de novembro de 2018 a 02 de novembro de 2019, para serem gozadas no período de 24 de agosto a 22 de setembro de 2020.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 21 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

## **PORTARIA 431/2020**

Publicação N° 2618335

PORTARIA N° 431/2020  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, ao servidor DOUGLAS ROBERTO RECKERS inscrito no CPF sob nº. CPF sob nº. 044.182.939-22, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor III, licença paternidade conforme art. 109 da Lei Complementar nº159/2014, a partir de 20 de agosto de 2020.

Art.2º Os efeitos desta Portaria retroagem a data de 20 de agosto de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 21 de agosto de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**Arroio Trinta****PREFEITURA****CONTRATO N° 0041/2020**

Publicação N° 2618313

**CONTRATO N° 0041/2020, PROCESSO LICITATÓRIO N°0071/2020, TOMADA DE PREÇOS 0003/ 2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA BUENO APOIO A GESTÃO CONTÁBIL LTDA.**

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o senhor, **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF n° 551.995.939-00 e CI n° 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina; e de outro lado à empresa **BUENO APOIO A GESTÃO CONTÁBIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n°.26.843.103/0001-07, com sede na Rua das Carmelitas, 587, Hauer, Curitiba – Paraná, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo senhor **DANIEL BUENO KURZLOP**, administrador de empresas, inscrito no CPF sob N° 055.819.819-81 e Carteira de Identidade n° 9.811.210-3 SSP/PR, na cidade de Curitiba – Estado do Paraná, que de acordo com o Processo Licitatório N° 0071/ 2020, Tomada de Preços N° 0003/2020, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

**CLÁUSULA PRIMEIRA –**

**1.1. CONSTITUI OBJETO DESTE CONTRATO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CONTÁBIL PARA COORDENAR, ORGANIZAR, ORIENTAR E EXECUTAR ATIVIDADES RELATIVAS À CONTABILIDADE, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	<b>34597 - Contratação de empresa para digitação e transmissão do SIOPE, SIOPS, SICONFI:</b> - SIOPE, bimestre; - SIOPS, bimestre; - SICONFI RREO, bimestre; - SICONFI	Bimestre	6	880,00	5.280,00



	RGF, quadrimestre; - SICONFI MSC, mensal. Contrato inteiramente efetuado à distância, mediante acesso remoto ao banco de dados, sem a necessidade de cumprimento de carga horária mínima. O serviço poderá ser prestado por técnico de contabilidade. -Duração do contrato, 6 bimestres, podendo ser renovado por até sessenta meses. - Pagamento bimestral, até o 10º dia do mês subsequente à prestação dos serviços. Os serviços de assessoria são considerados serviços contínuos, eis que, daqui a diante, eles serão contratados permanentemente, ou seja, por mais de um exercício financeiro. Sendo assim, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado até o limite de sessenta meses.				
<b>Total</b>					<b>5.280,00</b>

**1.2.** A contratada poderá realizar os serviços contratados inteiramente à distância, mediante acesso remoto ao banco de dados, sem a necessidade de cumprimento de carga horária mínima.

**1.2.1.** Os serviços deverão ser prestados conforme detalhamento do Termo de Referência, sendo que o prazo de duração do contrato inicialmente será de 12 meses, podendo ser renovado por até sessenta meses.

**1.3.** Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

**2.1.** O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0071/2020 - TP, Tomada de Preço nº 0003/2020 - TP

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1.** A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2020, conforme segue:

**8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas**

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR**

**4.1.** O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente bancária da empresa CONTRATADA, Bimestralmente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

**4.2.** O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

**4.3.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

**4.4.** A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

**4.5.** Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

**5.1.** As obrigações da contratada são as descritas no edital.

**5.2 –** São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

**5.3 -** O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

**6.1.** Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Concorrência ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

**6.2.** De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

**6.3.** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

**6.4.** Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Órgão Gerenciador poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

**6.4.1.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

**6.4.2.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos serviços empenhados.

**6.4.3.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, em casos de rescisão contratual.

**6.4.5.** Para cada notificação de descumprimento contratual, será cobrada multa de R\$ 100,00 (cem reais), devendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência pelo mesmo motivo.

**6.5.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

**6.5.1.** Advertência;

**6.5.2.** Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

**6.5.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**6.5.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**6.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**6.7.** Nenhum pagamento será processado à licitante penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**6.8.** As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**6.9.** Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1.** A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos serviços prestados, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

**7.2.** A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**7.3.** Ficam designadas para a fiscalização da execução contratual: Gizeli Maffioletti – Diretora de Gestão de Pessoal e Muriel Ferreira Da Silva Correa – Agente Administrativa, e-mail [rh@arroioetrinta.sc.gov.br](mailto:rh@arroioetrinta.sc.gov.br) / [notafiscal@arroioetrinta.sc.gov.br](mailto:notafiscal@arroioetrinta.sc.gov.br) e telefones (49) 3535 6012 e (49) 3535-6026.

**7.3.1** – As fiscais serão assessoradas tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

**7.3.2** – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

**7.3.3** As fiscais do contrato deverão:

- a) Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação aos serviços que estarão sendo prestados pelo Licitante vencedor.

- b) Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.

Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

**8.2.** Este contrato vige da data de sua assinatura até 20/08/2021, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.

8.2.1 - Duração do contrato, 6 bimestres, podendo ser renovado por até sessenta meses. Os serviços de assessoria são considerados serviços contínuos, eis que, daqui a diante, eles serão contratados permanentemente, ou seja, por mais de um exercício financeiro. Sendo assim, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado até o limite de sessenta meses.

### **CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA**

**9.1.** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES**

**10.1.** As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, a responsabilidade pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

**10.2.** Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

**10.3.** O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**10.4.** O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de

ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

**10.5.** A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

**10.6.** Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 20 de agosto de 2020.

#### **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

**C.N.P.J nº 82.826.462/0001-27**

**CLAUDIO SPRÍCIGO**

**CPF nº 551.995.939-00**

**CONTRATANTE**

#### **BUENO APOIO A GESTÃO PÚBLICA LTDA - ME**

**C.P.N.J. nº 26.843.103/0001-07**

**DANIEL BUENO KURZLOP**

**CONTRATADA**

#### **TESTEMUNHAS:**

**GIZELI MAFFIOLETTI**

**CPF Nº: 088.733.359-18**

**MURIEL F. DA SILVA CORREA**

**CPF Nº: 007.874.639-65**

**CONTRATO N°: 0041/2020****PROCESSO LICITATÓRIO N°: 0071/2020****TOMADA DE PREÇOS: 0003/2020****FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA – SIOPE , SIOPS****CONTRATADA: BUENO APOIO A GESTÃO CONTÁBIL LTDA****VALOR: R\$5.280,00**

**CONTRATO Nº 0042/2020**

Publicação Nº 2618317

**CONTRATO Nº 0042/2020, PROCESSO LICITATÓRIO Nº0071/2020, TOMADA DE PREÇOS 0003/ 2020, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA INSTITUTO GIOMBELLI ED. AS. EM GESTÃO EMPRESARIAL.**

Contrato que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com sede a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o senhor, **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina; e de outro lado à empresa **INSTITUTO GIOMBELLI DE ED. AS. EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.07.820.557/0001-18, com sede na Avenida Rio Branco, 735, Sala 02, Ipumirim - SC, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pelo senhor **LEURI LUIZ GIOMBELLI**, administrador de empresas, inscrito no CPF sob Nº182.885.619-34 e Carteira de Identidade nº 840.719, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, 197, na cidade de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0071/ 2020, Tomada de Preços Nº 0003/2020, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

**CLÁUSULA PRIMEIRA –**

**1.1. CONSTITUI OBJETO DESTES CONTRATO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CONTÁBIL PARA COORDENAR, ORGANIZAR, ORIENTAR E EXECUTAR AS ATIVIDADES RELATIVAS À CONTABILIDADE, EM RAZÃO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, TENDO EM VISTA A DESINCOMPATIBILIZAÇÃO DO CONTADOR EFETIVO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64, DE 18 DE MAIO DE 1990 E DO ACÓRDÃO Nº 14.267 – TSE, CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:**



Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	<p><b>34596 - Contratação de empresa contábil para coordenar, organizar, orientar e executar atividades relativas à contabilidade em razão da necessidade temporária do Município de Arroio Trinta.</b></p> <p>A empresa contratada deverá assumir todas as atividades executadas pelo contador efetivo, em especial: - Atender as demandas da Prefeitura e demais de acordo com o plano de contas e às exigências legais, tudo em conformidade com as exigências do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas da União, com profissional devidamente inscrito perante o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Santa Catarina, que deverão prestar assessoria no município de Arroio Trinta, com cumprimento de 24 (vinte e quatro horas) semanais, sendo pelo menos 16 horas semanais na sede da Prefeitura Municipal, e outras 8 em sistema à distância, através de acesso remoto ao banco de dados e via telefone, com responsabilidade técnica das atividades exercidas. - Conferência e emissão de empenhos; - Elaborar planos orçamentários, financeiros e demonstrações contábeis; - Revisão do PPA, para exercício de 2021; - Elaboração da LDO para exercício de 2021; - Elaboração da LOA, para exercício de 2021; - Prestar informações aos órgãos fiscalizadores (MPSC, TCE/SC, entre outros) - Planejar e preparar relatórios contábeis, de ofício ou quando solicitado, dentro dos prazos previstos e obedecendo aos princípios e procedimentos contábeis preestabelecidos, visando fornecer subsídios para o processo decisório e cumprimento da legislação, procedendo a ajustes necessários para correspondência físico/contábil; - Orientar o setor de patrimônio, conferindo e ajustando os saldos das respectivas contas, de acordo</p>	MÊS	6	5.694,00	34.164,00

	<p>com as normas contábeis, executar outras tarefas de mesma natureza ou nível de complexidade, associadas à sua especialidade e ambiente funcional; - Elaboração de DCTF; - Cálculo Pasep; - Atualização do portal da transparência; - Elaboração do E-Sfinge e treinamento de servidores do Município para a completa operacionalização do sistema após o encerramento do contrato. - Demonstrações Contábeis mensais e anuais conforme NBC; - Balanço Patrimonial - Mensal, Acumulado e Anual; - Demonstração de Variação Patrimonial - mensal e anual; - Demonstração do Fluxo de Caixa; - Demonstração da Mutação de Patrimônio; - Demonstração do Fluxo de Caixa - Mensal e Anual; - Escrituração Contábil com emissão do Diário, Razão e Balancete - mensal e Anual; - Análise e Conciliação Bancária mensal; - Controle de movimentação bancária e despesas; - Elabora�o do Plano de Contas com Centro de Custo; - Classifica�o contábil e fiscal; - C�culo de Retenções na Fonte IRRF, PIS, COFINS, CSLL, ISS; - Assinar empenhos, avisos de liquida�o, documentos extras, ordem de pagamento, balanços, balancetes, demonstrativos contábeis, presta�o de contas, e outros documentos relacionados ao setor. Pagamento mensal, até o 10� dia do mês subsequente � presta�o dos serviços. Prazo de dura�o do contrato: de 1 a 6 meses, conforme os desdobramentos do pleito eleitoral. Se houver alterações de datas no calendário eleitoral, o prazo de dura�o do contrato se ajustará aos novos prazos do calendário eleitoral.</p>				
<b>Total</b>					<b>34.164,00</b>

**1.2.** A Contratada deverá prestar assessoria ao município de Arroio Trinta, com cumprimento de 24 (vinte e quatro horas) semanais, sendo pelo menos 16 horas semanais na sede da Prefeitura Municipal, e outras 8 em sistema   distância, através de acesso remoto ao banco de dados e via telefone, com responsabilidade técnica das atividades exercidas.

**1.2.1.1.** Os serviços deverão ser prestados mensalmente, conforme detalhamento do Termo de Referência, sendo que o prazo de duração do contrato, poderá variar de 1 a 6 meses, conforme os desdobramentos do pleito eleitoral. Se houver alterações de datas no calendário eleitoral, o prazo de duração do contrato se ajustará aos novos prazos do calendário eleitoral.

**1.3.** Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO**

**2.1.** O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0071/2020 - TP, Tomada de Preço nº 0003/2020 - TP

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1.** A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2020, conforme segue:

**8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas**

## **CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR**

**4.1.** O pagamento será realizado por meio de crédito em conta corrente bancária da empresa CONTRATADA, mensalmente até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, acompanhados da respectiva Nota Fiscal.

**4.2.** O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

**4.3.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES**

6.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições desta Concorrência ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

6.2. De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

6.3. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

6.4. Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Órgão Gerenciador poderá aplicar a CONTRATADA as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

6.4.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

**6.4.2.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos serviços empenhados.

**6.4.3.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, em casos de rescisão contratual.

**6.4.5.** Para cada notificação de descumprimento contratual, será cobrada multa de R\$ 100,00 (cem reais), devendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência pelo mesmo motivo.

**6.5.** Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

**6.5.1.** Advertência;

**6.5.2.** Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

**6.5.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

**6.5.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**6.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

**6.7.** Nenhum pagamento será processado à licitante penalizada, sem que antes, este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

**6.8.** As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

**6.9.** Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1.** A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos serviços prestados, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

**7.2.** A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**7.3.** Ficam designadas para a fiscalização da execução contratual: Gizeli Maffioletti – Diretora de Gestão de Pessoal e Muriel Ferreira Da Silva Correa – Agente Administrativa, e-mail [rh@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:rh@arroiotrinta.sc.gov.br) / [notafiscal@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:notafiscal@arroiotrinta.sc.gov.br) e telefones (49) 3535 6012 e (49) 3535-6026.

**7.3.1** – As fiscais serão assessoradas tecnicamente, sempre que necessário, pelos profissionais do Município em suas respectivas áreas de atuação.

**7.3.2** – Caberá ao Fiscal verificar se o objeto do presente certame, atende à todas as especificações e demais requisitos exigidos, bem como autorizar o pagamento da respectiva nota fiscal, e participar de todos os atos que se fizerem necessários para o adimplemento a que se referir o objeto licitado.

**7.3.3** As fiscais do contrato deverão:

- a) Verificar o cumprimento das características e especificações constantes no edital e seus anexos, com relação aos serviços que estarão sendo prestados pelo Licitante vencedor.
- b) Anotar e documentar em registro próprio e circunstanciado todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização e correção das faltas ou defeitos observados.

Cobrar, junto à licitante vencedora, o cumprimento dos prazos bem como todas as demais condições do edital e contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA**

**8.2.** Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2020, podendo ser prorrogado através de termo aditivo.

**8.2.1** - Prazo de duração do contrato: de 1 a 6 meses, conforme os desdobramentos do pleito eleitoral. Se houver alterações de datas no calendário

eleitoral, o prazo de duração do contrato se ajustará aos novos prazos do calendário eleitoral.

### **CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA**

**9.1.** O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES**

**10.1.** As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, a responsabilidade pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

**10.2.** Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

**10.3.** O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**10.4.** O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

**10.5.** A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

**10.6.** Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**11.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 20 de agosto de 2020.

**MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

**C.N.P.J nº 82.826.462/0001-27**

**CLAUDIO SPRÍCIGO**

**CPF nº 551.995.939-00**

**CONTRATANTE**

**INSTITUTO GIOMBELLE DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA EM**

**GESTÃO EMPRESARIAL LTDA**

**C.P.N.J. nº 07.820.557/0001-18**

**LEURI LUIZ GIOMBELLI**

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

**GIZELI MAFFIOLETTI**

**CPF Nº: 088.733.359-18**

**MURIEL F. DA SILVA CORREA**

**CPF Nº: 007.874.639-65**



<b>CONTRATO N°: 0042/2020</b>
-------------------------------

<b>PROCESSO LICITATÓRIO N°: 0071/2020</b>
---

<b>TOMADA DE PREÇOS: 0003/2020</b>
------------------------------------

<b>FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA – CONTADOR</b>
--

<b>CONTRATADA: INSTITUTO GIOMBELLE DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL LTDA</b>
--

<b>VALOR: R\$34.164,00</b>
----------------------------

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0008/2020**

Publicação Nº 2615698

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA**

**Processo Administrativo Nº 0085/2020 - IL**  
**Inexigibilidade Nº 0008/2020 - IL**

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 2002, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

**RATIFICAR** a presente **Inexigibilidade**, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 25, inc. II da Lei 8.666/93 e tendo como objeto **Contratação de empresa do ramo de telecomunicação para prestação de serviços continuados de telefonia móvel e comunicação de dados, na modalidade de Serviço Móvel Pessoal, pelo período inicial de 12 meses, em atendimento das necessidades do Município de Arroio Trinta, objetivando maximizar o andamento das comunicações referentes aos serviços executados junto à administração pública**, nestes termos:

Proponente que apresentou o menor preço e seu respectivo item:

**4023 - TIM SA (02.421.421/0001-11)**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	<b>34882 - Serviços de telefonia móvel - Operadora TIM.</b> Plano TIM Black 2 GB: 39,90 por linha telefônica. Contratação de 18 linhas telefônicas na modalidade serviço móvel, com ligações ilimitadas, 800 SMS por linha, Gestor Web grátis e velocidade de internet 4G. Período da contratação inicial 12 meses,	Mês	12	718,20	8.618,40

	podendo ser renovado por se tratar de serviços de necessidade contínua.				
				<b>Total</b>	<b>8.618,40</b>

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 06 de agosto de 2020.

**Claudio Spricigo.**  
Prefeito de Arroio Trinta.

# Arvoredo

## PREFEITURA

### DECRETO 2.489

Publicação Nº 2616359

DECRETO Nº 2.489, de 21 de agosto de 2020

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 021/2020, MODALIDADE CHAMADA PUBLICA Nº 002/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ARALDI, Prefeito Municipal em exercício do Município de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, no uso das Atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando o parecer manifestação da Comissão Municipal de Licitações datada de 20 de agosto de 2020;

Considerando, a existência do princípio da legalidade, bem como boa fé por parte do Administrador, segurança jurídica necessária, ausência de prejuízo ao erário público;

Considerando que a Administração Pública pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica ANULADO o Processo Licitatório nº 021/2020, modalidade Chamada Publica nº 002/2020, bem como todos os demais atos decorrentes do mesmo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arvoredo (SC),  
em 20 de agosto de 2020.

IVANIR ARALDI  
Prefeito Municipal – em exercício

Registrado e publicado em data supra.

Miriam Meneguzzi  
Responsável pela publicação

### LICITAÇÃO 021/2020 ANULAÇÃO

Publicação Nº 2616357

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARVOREDO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021/2020  
MODALIDADE: EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2020  
ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

IVANIR ARALDI, Prefeito Municipal em Exercício do Município de Arvoredo (SC), torna público que para atendimento do interesse público, que procedeu a anulação o do Processo de Licitação acima identificado na forma do Decreto nº 2.489, de 21 de agosto de 2020.

Arvoredo (SC), 21 de agosto de 2020.

IVANIR ARALDI  
Prefeito Municipal – Em Exercício

### PORTARIA 197/2020

Publicação Nº 2616814

PORTARIA Nº. 197, DE 14 DE AGOSTO 2020.

Dispõe sobre a Prorrogação da Contratação de servidora por tempo determinado e dá outras providências

IVANIR ANTONIO ARALDI, Prefeito Municipal de Arvoredo em Exercício, no uso das atribuições do cargo que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII e,

Considerando o que prevê o Inciso V e a alínea a, do Inciso VI, do Art. 2º, da Lei Complementar Nº. 14; de 30 de setembro de 2005 e alterações,

Considerando, a necessidade de prorrogação por tempo determinado de servidora para atender demanda pelo motivo de servidora titular ainda estar afastada em licença maternidade.

RESOLVE,

Art. 1º. Fica prorrogada a contratação da servidora, ELEANE ROSA TURATO COROZZOLA, até o 06 de novembro de 2020, brasileira, casada, estudante, portadora do RG. 2.466.563 e CPF. 016.659.489-06, residente e domiciliado na Rua Hercílio Luz – Centro - Arvoredo - SC, para o cargo de Agente Administrativa, do Quadro Geral de Cargos do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Admitido em Caráter Temporário, com carga horária de 35 horas semanais e vencimentos referentes ao cargo.

Parágrafo Único. A servidora ora nomeada fica, vinculada ao Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Arvoredo, sujeito ao Direito Administrativo e filiado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 18 de agosto até 06 de novembro de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 14 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ANTONIO ARALDI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ELEANE ROSA TURATO COROZZOLA

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativa

## PORTARIA 198/2020

Publicação Nº 2616817

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA No. 198, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.  
Concede Licença para Tratamento de Saúde e dá outras providências

IVANIR ANTONIO ARALDI, Prefeito Municipal de Arvoredo em Exercício, no uso das atribuições do cargo que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art.100 Inciso VIII, e.

Considerando o que dispõe o Art. 83 e seguintes da Lei Complementar Nº. 090, de 23 de outubro de 2019,

Considerando a prescrição médica orientando para afastamento do servidor de suas atividades, conforme atestado em anexo,

RESOLVE,

Art. 1º. Fica concedido a servidora, CLAUZIA ADRIANA DE VARGAS BROLL, que ocupa o cargo de Professor II, do Quadro Geral de Cargos Admitida em Caráter Efetivo do Poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Tratamento de Saúde.

Parágrafo Único. A presente Licença é concedida a partir do dia 17 até 23 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos em 17 de agosto de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 17 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ANTONIO ARALDI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Publicada  
em data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativa

## **PORTARIA 199/2020**

Publicação N° 2616821

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARVOREDO

PORTARIA N°. 199, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Revoga Portaria 196 de 14 de agosto de 2020, e dá outras providências

IVANIR ANTONIO ARALDI, Prefeito Municipal de Arvoredo em Exercício, no uso das atribuições do cargo e que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 100 Inciso VIII, e

Considerando, o que prevê o Art. 99 e parágrafos da Lei Complementar n°. 090 de 23 de outubro de 20,

Considerando, o recebimento do requerimento de retorno,

RESOLVE,

Art. 1°. Fica revogada a Portaria 196 de 14 de agosto de 2020, do poder Executivo Municipal de Arvoredo, Licença para Atividade Política.

Art. 2°. As despesas decorrentes da presente portaria correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2020.

Art.4°. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL DE ARVOREDO, EM 21 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ANTONIO ARALDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE ARVOREDO EM EXERCÍCIO

ELEANDRO LUIZ BERNO

Publicada em  
data supra

Miriam Meneguzzi Padova  
Agente Administrativo

# Atalanta

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 055/2020

Publicação Nº 2616394

DECRETO N.º 055/2020.

Dispõe sobre novas medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas em âmbito municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 e suas alterações, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Alerta 069 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 18/08/2020;

CONSIDERANDO a Resolução DIR 012/2020 da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, de 20 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO as peculiaridades locais relativas ao funcionamento dos serviços públicos essenciais;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas, por 14 (quatorze) dias a contar de 24 de agosto de 2020, as medidas sanitárias de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19 determinadas pelo Decreto Municipal nº 50/2020, no que não conflitem com as medidas determinadas no presente decreto.

Art. 2º Fica suspenso, por 14 (quatorze) dias, a contar de 24 de agosto de 2020, o funcionamento dos serviços públicos municipais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais.

§ 1º Consideram-se serviços públicos essenciais os previstos nos Decretos Federal nº 10.282/2020 e Estadual nº 562/2020, e em suas normas complementares, bem como os disciplinados neste Decreto e os que vierem a ser considerados como essenciais em ato normativo municipal.

§ 2º São consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

Art. 3º Caberá aos Secretários Municipais editar ato administrativo disciplinando o rol de servidores que ficarão submetidos ao teletrabalho (home office), ou que estarão em gozo de férias, licença-prêmio ou em regime de banco de horas.

§ 1º Permanecem inalteradas as regras atinentes aos servidores que se enquadram no grupo de risco, aos quais igualmente se aplicam as disposições do caput deste artigo.

§ 2º Os servidores responsáveis pelo desempenho das atividades de que trata o § 2º do artigo anterior, se forem os únicos na função poderão continuar a desempenhar as atividades de modo presencial, desde que o trabalho remoto seja inviabilizado por questões de ordem tecnológica, de logística ou inerentes à própria função, devidamente justificadas pelo Secretário da pasta.

§ 3º Em havendo mais de um servidor responsável pelo desempenho de atividade de que trata o § 2º do artigo anterior, quando a execução por modo remoto for inviabilizada por questões de ordem tecnológica, de logística ou inerentes à própria função, devidamente justificadas pelo Secretário da pasta, deverá ser adotado preferencialmente o revezamento presencial, designando os servidores para jornada parcial em teletrabalho.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Atalanta, 21 de agosto de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 051/2020**

Publicação Nº 2615897

DECRETO Nº 051/2020

"Altera a Redação do Art. 1º, Inciso V, do Decreto n.º 019/2020 e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta-SC, Juarez Miguel Rodermel, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art. 65, VII, da Lei Orgânica

Art. 1º - A redação do inciso V, do Art. 1º, do Decreto n.º 019/2020, passa a vigorar com a seguinte redação:  
[...]

V - Representantes dos Pais de alunos das Escolas Públicas Municipais:

Titular: Jaison Senem.

Suplente: Joares Chequeleiro

Titular: Ana Claudia Pinheiro Alves

Suplente: Giseli Schafer Ribeiro da Luz

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Atalanta, 12 de agosto de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1626/2020**

Publicação Nº 2615885

LEI N.º 1626/2020

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 276.071,00 (Duzentos e setenta e seis mil e setenta e um reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

3.1.90.00.00.00.01.38.0141 – Aplicações Diretas ..... R\$ 276.071,00

Art. 2º - Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária na dotação do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0141 – Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Covid 19 no valor de R\$ 276.071,00 (Duzentos e setenta e seis mil e setenta e um reais).

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 17 de julho de 2020.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal



# Aurora

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE 005/2020 - FMS

Publicação Nº 2615908

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 051 de 14 de agosto de 2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 03 de setembro de 2020, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 005/2020, FMS (Fundo Municipal de saúde), na modalidade de Pregão Eletrônico.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade:

“AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE JOSÉ MATIAS NECKEL DO MUNICÍPIO DE AURORA - SC”.

Aurora, 21 de agosto de 2020.

ALEXSANDRO KOHL  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PE 006/2020 - FMS

Publicação Nº 2615910

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA  
AVISO DE LICITAÇÃO

A comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Aurora, nomeada pelo Decreto Nº. 051 de 14 de agosto de 2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 04 de setembro de 2020, às 09:00:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE AURORA SETOR DE LICITAÇÕES ROD. SC 350 - KM 364 - Nº 408 - CENTRO - AURORA - SC, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 006/2020, FMS (Fundo Municipal de saúde), na modalidade de Pregão Eletrônico.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93. Finalidade:

“AQUISIÇÃO DE UMA AMBULANCIA TIPO FURGÃO 0 KM PARA UTILIZAÇÃO NO TRANSPORTE DE PACIENTES DO FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AURORA – SC”.

Aurora, 21 de agosto de 2020.

ALEXSANDRO KOHL  
Prefeito Municipal

# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2020

Publicação Nº 2615914

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2020  
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020  
EXCLUSIVO ME E EPP'S

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços gráficos de impressão de apostilas, incluindo todo o material e a mão de obra necessária, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

TIPO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, e Lei Complementar nº 123/2006, e posteriores alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 08h30min, do dia 04 de setembro de 2020, na Sala de Licitações, na Sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Santa Catarina, nº 1122, Centro, na Cidade de Balneário Arroio do Silva/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou pelo telefone: (48) 3526-1445. E-mail: administracao@arroiodosilva.sc.gov.br.

Balneário Arroio do Silva/SC, 21 de agosto de 2020.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES  
Prefeito Municipal

**Balneário Camboriú****PREFEITURA****2º ADT CT 004/2018 - FURBES**

Publicação Nº 2616043

SEGUNDO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA DE GERENCIAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA - TERMO Nº 004/2018 – FURBES

CONTRATADA: ESTOP TOPOGRAFIA E CONSULTORIA LTDA,

OBJETO: Serviços técnicos de assessoria jurídica, assessoria de engenharia e social, para gerenciamento e implementação de regularização urbanística e fundiária.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO - Ao prazo de execução do objeto contratual, acrescentará 6 (seis) meses, a partir da presente data, ficando alterada a execução do contratado para 21 (vinte e um) meses e a vigência estabelecida para 30 (trinta) dias após o término da execução final alterando a cláusula 9.1 do contrato.

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 09 de março de 2020.

SAMARONI BENEDET

**8º ADT CT 124/2018 - PMBC**

Publicação Nº 2616048

OITAVO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE DIAGNOSTICO SOCIOAMBIENTAL TERMO Nº 124/2018 – PMBC

CONTRATADA: ALTO URUGUAI – ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA EPP.

OBJETO: Elaboração de diagnóstico socioambiental municipal para identificação da área urbana consolidada e dos núcleos urbanos do município de Balneário Camboriú, na forma do Termo de Referência, em anexo ao Edital.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO - Ao prazo de execução das obras do objeto contratual, acrescentará o prazo 2 (dois) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 23 (vinte e três) meses, alterando a cláusula nona do contrato.

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 21 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2020 - SSSM/FMS - COMPRASNET 131/2020 - AQUISIÇÃO DE VÍDEO LARINGOESTROBOSCÓPIO E VÍDEO NASOFIBROSCÓPIO**

Publicação Nº 2616665

PMBC - SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA 320, NAÇÕES - FONE (47) 3267-7079.

A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2020 – SSSM/FMS

COMPRASNET Nº 131/2020

Objeto: Aquisição de vídeo laringoestroboscópio e vídeo nasofibroscópio para realização de exames dos pacientes atendidos no Ambulatório de Especialidades do Município. Proposta e Habilitação deverão ser registradas no sistema COMPRASNET, até o horário de abertura da sessão eletrônica, conforme indicações abaixo:

Data da sessão eletrônica: 10 (dez) de setembro de 2020. Horário: 13:30 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Código UASG: 988039.

Tipo de Licitação: Menor preço por item.

Valor estimado: R\$ 22.610,33

Leitura e/ou retirada do edital: No endereço acima citado ou através do site [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br).

Balneário Camboriú, 20 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2020 - PMBC - COMPRASNET 132/2020 - REGISTRO DE PREÇOS DE PRÉ-MOLDADOS EM CONCRETO**

Publicação Nº 2616662

PMBC - SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA 320, NAÇÕES - FONE (47) 3267-7079.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 103/2020 – PMBC

COMPRASNET Nº 132/2020

Objeto: Registro de Preços de pré-moldados em concreto para uso no Sistema Viário e Drenagem da Secretaria de Obras. Proposta e Habilitação deverão ser registradas no sistema COMPRASNET, até o horário de abertura da sessão eletrônica, conforme indicações abaixo:

Data da sessão eletrônica: 14 (quatorze) de setembro de 2020. Horário: 13:30 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Código UASG: 988039.

Tipo de Licitação: Menor preço por item.

Valor estimado: R\$ 230.121,00.

Leitura e/ou retirada do edital: No endereço acima citado ou através do site [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br).

Balneário Camboriú, 21 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

**TERMO DE ERRATA ÀS INFORMAÇÕES DO ATO Nº 2613477, PUBLICADA EM 20/08/2020**

Publicação Nº 2616063

PMBC – SECRETARIA DE COMPRAS

RUA DINAMARCA 320, NAÇÕES – FONE (47) 3267-7106.

TERMO DE ERRATA: INFORMAÇÕES DO ATO Nº 2613477, PUBLICADA EM 20/08/2020.

ONDE SELÊ:

QUARTO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DESTINADO AS INSTALAÇÕES DA EXTENSÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO DO PROJETO OFICINAS – TERMO Nº 152/2016 – PMBC

LOCATÁRIO: JOSÉ ANTONIO CHAPIEWSKY.

OBJETO: Locação destinado as instalações da extensão de Centro de Atendimento do Projeto Oficinas.

I – DA ALTERAÇÃO SUPRESSAO DO PREÇO GLOBAL – Diante composição dos valores a suprimir, ficará suprimido ao item 3.1 do contrato, a cifra de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) e, diante do valor supracitado, o presente contrato passa a importar o valor global de R\$ 334.600,00 (trezentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais).

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 13 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

LEIA-SE

QUARTO TERMO DE ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO DE ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO, COLETA DE DADOS, FORNECIMENTO DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS (SIG) CORPORATIVO, ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES, BEM COMO TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO - TERMO Nº 012/2018 – PMBC

CONTRATADA: GEOMAIIS GEOTECNOLOGIA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para atualização de cadastro, coleta de dados, fornecimento de sistema de informações geográficas (SIG) corporativo, atualização da planta genérica de valores, bem como treinamento e suporte técnico.

I – DO ACRÉSCIMO: Conforme justificativa apresentada no ofício nº 001/2020/GSFA, fica acrescido ao valor global original a cifra de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), totalizando o presente contrato a cifra R\$ 9.789.850,00 (nove milhões, setecentos e oitenta e nove mil e oitocentos e cinquenta reais), o alterando cláusula sétima do contato originário.

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 03 de agosto de 2020.

SAMARONI BENEDET

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2615948

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BALNEÁRIO GAIVOTA/SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2020.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2020.

CREDOR: BETHA SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC.

OBJETO: Contratação de licenciamento mensal do direito de uso não exclusivo dos aplicativos: Contabilidade, Compras e Licitações, Folha de pagamento, Patrimônio, Recursos Humanos e Portal da Transparência. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- a) Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.
- b) Suporte técnico operacional, exclusivamente no(s) aplicativo(s) contratado(s).
- c) Serviços de alterações específicas da entidade, quando solicitado.
- d) Serviços de treinamento de reciclagem, quando solicitado.

Base legal: inciso II do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações.

VALOR: R\$ 15.800,60 (Quinze mil, oitocentos reais e sessenta centavos).

Base legal do valor: Nos termos da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 961, DE 6 DE MAIO DE 2020, em seu artigo 1º, inciso I, alínea b, conforme segue:

Art. 1º Ficam autorizados à administração pública de todos os entes federativos, de todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos:

I - a dispensa de licitação de que tratam os incisos I e II do caput do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, até o limite de:

b) para outros serviços e compras no valor de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA: A dispensa de licitação se faz necessária em virtude da necessidade do Município Manter a utilização do sistema fornecido pela empresa citada acima, visto que em virtude que o Brasil ainda encontra-se enfrentando a PANDEMIA DO COVID-19, e as normas de cuidado e prevenção prevalecem até o momento este município se vê obrigado a realizar novamente a contratação do objeto em questão via dispensa de licitação, pelo prazo de 4 (quatro) meses.

Balneário Gaivota/SC, 20 de Agosto de 2020.

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### DECRETO 097-1908-COVID-19-TEMPLOS RELIGIOSOS

Publicação N° 2615957

DECRETO N° 097/2020

Dispõe acerca da liberação de acesso aos templos religiosos, igrejas e afins.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o Artigo 90, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais pertinentes,

CONSIDERANDO a necessidade de buscar medidas que visem garantir maior estabilidade jurídica para a tomadas de decisões de enfrentamento de combate ao COVID-19; e

CONSIDERANDO os cuidados que as instituições religiosas estão tomando na realização dos cultos e nos atendimentos dos fiéis;

DECRETA:

Art.1º O caput do Artigo 18 do Decreto 84 de 14 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Ficam permitidos os cultos religiosos de segunda-feira à domingo no Município de Balneário Piçarras.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Balneário Piçarras/SC, 19 de agosto de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 097/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 19 de agosto de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

### DECRETO 098-2108-SUPLEMENTAÇÃO-SUPERÁVIT FINANCEIRO

Publicação N° 2616224

DECRETO N° 098/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo Art. 19, Inciso III da Lei Municipal nº 731, de 20/11/2019 – LOA, e dá outras providências.

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso das atribuições e prerrogativas que lhe concede o inciso VII, do artigo 90, da Lei Orgânica Municipal e autorizado pela Lei nº 731, de 20 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 60.479,17 (sessenta mil, quatrocentos e setenta e nove reais e dezessete centavos) destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 14 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 001 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional-Programática: 10.302.0008

Atividade: 2036 - Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00

Fonte de Recurso: 0.6.38.0918 - SF: Teto Municipal da Mac Ambulatorial e Hospitalar

Valor: R\$ 60.479,17

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2019 por conta dos Recursos do Teto Municipal da Mac Ambulatorial e Hospitalar na importância de R\$ 60.479,17 (sessenta mil, quatrocentos e setenta e nove reais e dezessete centavos).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Balneário Piçarras/SC, 12 de agosto de 2020.

LEONEL JOSÉ MARTINS  
Prefeito Municipal

O presente Decreto nº 098/2020 foi registrado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do Edifício Sede da Prefeitura em 12 de agosto de 2020.

ANA LÚCIA WILVERT  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## **PORTARIA 244/2020**

Publicação Nº 2616226

PORTARIA N.º 244/2020

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 90, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, DESIGNA, o Servidor, Sr. JONATHAN FRONZA, brasileiro, maior, solteiro, portador do RG sob o nº 4.873.211 SSP/SC, CPF nº 077.564.069-74, Carteira de Habilitação nº 04721398109, Categoria AB, matrícula nº 11854, ocupante do cargo efetivo de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, para conduzir o veículo, CHEVROLET CLASSIC LS, 2015, Placa QHM-7480, especificamente à atender ocorrências relacionadas as atribuições do cargo de Mecânico.

REGISTRE-SE  
PUBLIQUE-SE e  
CUMPRA-SE  
Balneário Piçarras (SC), 18 de agosto de 2020.

Leonel José Martins  
Prefeito Municipal

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda, publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020 - FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 – FME REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO**

Publicação Nº 2616370

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020 - FME  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020 – FME

REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO

Considerando a necessidade de alteração do descritivo das lousas digitais que serão adquiridas por meio deste processo, a Secretaria de Educação, por meio do ofício 137/2020/SED, solicitou a revogação do presente processo devido a estas inconsistências. Nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93 cabe a administração revogar o processo licitatório por razões de interesse público. A revogação pauta-se na conveniência e oportunidade, embora o ato seja legal tornou-se inconveniente. Verifica-se pela leitura do dispositivo anterior que, sendo conveniente e oportuna para a Administração, esta tem a possibilidade de revogar o procedimento licitatório, acarretando inclusive, o desfazimento dos efeitos da licitação. Desse modo, a Administração ao constatar necessidade, poderá rever o seu ato e consequentemente revogar o processo licitatório, respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.  
Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Allan Diego Eleutério  
Assessor de Licitação

Laureci Bernadete Schneider Pereira  
Secretária de Educação

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2020 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ERRATA I – TERMO DE REFERÊNCIA**

Publicação Nº 2617982

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2020 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 – FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ERRATA I – TERMO DE REFERÊNCIA  
ONDE SE LÊ

**7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 6.1 Comprovação de experiência na área técnica de serviço de manutenção em informática;  
6.2 Experiência de no mínimo dois anos na rotina de alimentação dos sistemas públicos de Saúde como E-SUS, SISUS, CNES, CADSUS, BPA e FPO.

LEIA SE  
**7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

I. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou declaração de aptidão técnica emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do emitente e cargo que ocupa, comprovando que a proponente forneceu serviços compatíveis com o objeto da presente licitação;

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Allan Diego Eleuterio  
Departamento de Compras

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2020 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ERRATA II – EDITAL**

Publicação Nº 2617985

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2020 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 – FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ERRATA II – EDITAL  
ONDE SE LÊ

**7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL**

I. Apresentar atestado de capacidade técnica ou declaração emitida por pessoa jurídica de direito público, com identificação do emitente e cargo que ocupa, comprovando que a proponente prestou serviços de no mínimo 1 (um) ano em rotinas de alimentação dos sistemas públicos de saúde (E-SUS, CADSUS, BPA e FPO).

LEIA SE  
**7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL**

I. Apresentar Atestado de Capacidade Técnica ou declaração de aptidão técnica emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do emitente e cargo que ocupa, comprovando que a proponente forneceu serviços compatíveis com o objeto da presente licitação;

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Allan Diego Eleutério  
Departamento de Compras

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2020 – FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020 – FMS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2616012

PUBLICAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2020 – FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2020 – FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura Aquisição de Placas, totens e Película de Proteção Solar para instalação nos equipamentos municipais de saúde, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor Estimado: R\$ 63.068,00 (Sessenta e três mil e sessenta e oito reais).



Recebimento dos Envelopes até: 03/09/2020 às 09h. Data da Sessão Pública: 03/09/2020 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras (SC), 21 de agosto de 2020. Regiane Carolina Pereira Basso - Secretária Municipal de Saúde.

**PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 224-2020**

Publicação Nº 2616842

OFÍCIO N. 224/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Ao Senhor  
HERCULES CAMMARATA NETO  
Rua 3150 – Santa Catarina, 1000 - Itacolomi  
88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 3262/2019, que trata de Pedido Isenção de IPTU, consoante determinação da Secretaria da Fazenda, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

“Em atendimento ao Protocolo Geral acima evidenciado, diante o exposto na documentação fornecida pelo Contribuinte e comprovação dos Departamentos Fazendário e Contábil, somos pelo INDEFERIMENTO de tal pedido DE ISENÇÃO DE IPTU/2020 DO CADASTRO IMOBILIÁRIO 359572, de acordo com o Parecer Jurídico nº 170/2020-PROGEM às fls. 18, 18v e 19 e Parecer da Controladoria Geral nº 071/2020-CGM às fls. nº 21.

Ressalto também que tal indeferimento tem base na Lei Municipal nº 712/2019.”

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail [processodigital@picarras.sc.gov.br](mailto:processodigital@picarras.sc.gov.br), fazendo constar o número do processo administrativo n. 3262/2019.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

**PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 225-2020**

Publicação Nº 2617168

OFÍCIO N. 225/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

À Senhora  
MIRIAN BAPTISTA CARLE  
Rua 960 – Ivone Maria Pires, 305 - Centro  
88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 3269/2019, que trata de Pedido Isenção de IPTU, consoante determinação da Sra. Assessora Fazendária, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

“Diante do indeferimento pelo PROGEM, Controladoria e Secretaria de Administração e Fazenda, intime-se o requerente por e-mail ou AR e ainda através de publicação por edital, inclusive fazendo constar o prazo de 15 (quinze) dias uteis, para interposição recurso ao Conselho Municipal Superior de Recursos.

Após archive-se.”

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail [processodigital@picarras.sc.gov.br](mailto:processodigital@picarras.sc.gov.br), fazendo constar o número do processo administrativo n. 3269/2019.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

## **PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 229-2020**

Publicação Nº 2617203

OFÍCIO N. 229/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

À Senhora  
LEODETE ARANTES TONIOTI  
Rua 4750 – Porto União, 493 - Itacolomi  
88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 3126/2019, que trata de Pedido Isenção de IPTU, consoante determinação da Sra. Assessora Fazendária, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

“Diante do indeferimento pelo PROGEM, Controladoria e Secretaria de Administração e Fazenda, intime-se o requerente por e-mail ou AR e ainda através de publicação por edital, inclusive fazendo constar o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para interposição recurso ao Conselho Municipal Superior de Recursos.

Após archive-se.”

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail [processodigital@picarras.sc.gov.br](mailto:processodigital@picarras.sc.gov.br), fazendo constar o número do processo administrativo n. 3269/2019.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

## **PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 230-2020**

Publicação Nº 2617269

OFÍCIO N. 230/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Ao Senhor  
GUILHERME GONÇALVES DOS SANTOS  
Rua 5131 – João Gregório da Rosa, 30 – Nossa Senhora da Paz  
88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 3352/2019, que trata de Pedido Isenção de IPTU, consoante determinação da Sra. Assessora Fazendária, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

“Diante do indeferimento pelo PROGEM, Controladoria e Secretaria de Administração e Fazenda, intime-se o requerente por e-mail ou AR e ainda através de publicação por edital, inclusive fazendo constar o prazo de 15 (quinze) dias uteis, para interposição recurso ao Conselho Municipal Superior de Recursos.

Após archive-se.”

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail [processodigital@picarras.sc.gov.br](mailto:processodigital@picarras.sc.gov.br), fazendo constar o número do processo administrativo n. 3352/2019.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

## **PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 231-2020**

Publicação Nº 2617273

OFÍCIO N. 231/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Ao Senhor  
ERNANY ADEMAR JUNG  
Rua 300 – Nossa Senhora da Paz, 340 - Centro  
88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 315/2020, que trata de Pedido Isenção de IPTU, consoante determinação da Sra. Assessora Fazendária, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

“Diante do indeferimento pelo PROGEM, Controladoria e Secretaria de Administração e Fazenda, intime-se o requerente por e-mail ou AR e ainda através de publicação por edital, inclusive fazendo constar o prazo de 15 (quinze) dias uteis, para interposição recurso ao Conselho Municipal Superior de Recursos.

Após archive-se.”

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail [processodigital@picarras.sc.gov.br](mailto:processodigital@picarras.sc.gov.br), fazendo constar o número do processo administrativo n. 315/2020.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

**PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 232-2020**

Publicação Nº 2617275

OFÍCIO N. 232/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Ao Senhor  
OSCAR JOSÉ GALASSINI  
Rua 250 – Marcilio Dias, 350 - Centro  
88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 262/2020, que trata de Pedido Isenção de IPTU, consoante determinação da Sra. Assessora Fazendária, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

“Diante do indeferimento pelo PROGEM, Controladoria e Secretaria de Administração e Fazenda, intime-se o requerente por e-mail ou AR e ainda através de publicação por edital, inclusive fazendo constar o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para interposição recurso ao Conselho Municipal Superior de Recursos.

Após archive-se.”

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail processodigital@picarras.sc.gov.br, fazendo constar o número do processo administrativo n. 262/2020.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

**PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 233-2020**

Publicação Nº 2617278

OFÍCIO N. 233/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

À Senhora  
IRACEMA DA SILVA  
Rua 4950 – 1002, 319 - Itacolomi  
88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 384/2020, que trata de Pedido Isenção de IPTU, consoante determinação da Sra. Assessora Fazendária, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

“Diante do indeferimento pelo PROGEM, Controladoria e Secretaria de Administração e Fazenda, intime-se o requerente por e-mail ou AR e ainda através de publicação por edital, inclusive fazendo constar o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para interposição recurso ao Conselho Municipal Superior de Recursos.

Após archive-se.”

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail processodigital@picarras.sc.gov.br, fazendo constar o número do processo administrativo n. 384/2020.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

## **PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 234-2020**

Publicação Nº 2617279

OFÍCIO N. 234/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Ao Senhor  
JATIR MÁRIO PERTILLE  
Rua 3450 – Paulista, 151 - Itacolomi  
88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 3171/2019, que trata de Pedido Isenção de IPTU, consoante determinação da Sra. Assessora Fazendária, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

“Diante do indeferimento pelo PROGEM, Controladoria e Secretaria de Administração e Fazenda, intime-se o requerente por e-mail ou AR e ainda através de publicação por edital, inclusive fazendo constar o prazo de 15 (quinze) dias uteis, para interposição recurso ao Conselho Municipal Superior de Recursos.

Após archive-se.”

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail processodigital@picarras.sc.gov.br, fazendo constar o número do processo administrativo n. 3171/2019.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

## **PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 235-2020**

Publicação Nº 2617282

OFÍCIO N. 235/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Ao Senhor  
NATAL DOS SANTOS  
Rua 4050 – Nicolau Wiltemburg, 618 - Itacolomi  
88.380-000 – Balneário Piçarras - SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 3170/2019, que trata de Pedido Isenção de IPTU, consoante determinação da Sra. Assessora Fazendária, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

“Diante do indeferimento pelo PROGEM, Controladoria e Secretaria de Administração e Fazenda, intime-se o requerente por e-mail ou AR e ainda através de publicação por edital, inclusive fazendo constar o prazo de 15 (quinze) dias uteis, para interposição recurso ao Conselho

Municipal Superior de Recursos.

Após archive-se."

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail processodigital@picarras.sc.gov.br, fazendo constar o número do processo administrativo n. 3170/2019.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

## **PUBLICAÇÃO OFÍCIO N. 251-2020**

Publicação Nº 2617290

OFÍCIO N. 251/2020

Balneário Piçarras, 21 de agosto de 2020.

Ao Senhor  
ADRIANO JOSÉ VIEIRA  
Rua Professora Carmela de Souza, 64 - Centro  
88.380-000 – Balneário Piçarras – SC

Prezado(a) Senhor(a):

Com os meus cordiais cumprimentos, ensejo e aproveito a oportunidade, para, referente ao Processo Administrativo nº 742/2020, que trata de Pedido de Revisão de Área Construída, consoante determinação da Assessora Fazendária, INFORMAR/INTIMAR Vossa Senhoria, nos seguintes termos:

"Trata-se de pedido de revisão de IPTU / 2020, do imóvel com Cadastro imobiliário n. 286982, inscrição imobiliária n. 01.08.005.0093.002, representado pela Casa 02, em nome de Adriano José Vieira, sob alegação da metragem estar divergente do projeto.

Ocorre, que tanto no projeto de Licenciamento de Construção n. 212/2011, quanto na Matrícula mãe n. 40.179, averbação n. 7, e, na Matrícula n. 44443, o Residencial Vieira IV, possui uma área total construída de 236,99m², sendo que a CASA 02, do Residencial Vieira IV, possui a área privativa da unidade é de 141,59m², e área de terreno de 149,90m², portanto, não há nenhuma divergência cadastral no cadastro imobiliário n. 286982.

Conforme consta na notificação de lançamento do IPTU / 2020, o terreno possui uma área total construída de 236,99m² e a CASA 02 possui área construída da unidade é de 141,59m² e fração do solo de 149,36m², portanto, igual a constante na Matrícula.

Assim, não havendo nenhuma divergências cadastral e nem em relação ao valor lançado, pois diante das características cadastrais houve a aplicação correta dos Anexos I, II e IV, da Lei 712/2019, estando de acordo a legislação tanto o valor venal, quando o valor de cobrança do tributo, estando o lançamento do IPTU do exercício de 2020 restou procedido de forma adequada, obedecido os ditames da Lei nº 712, de 14 de agosto de 2019, em especial o disposto no art. 32 e no art. 35 da lei do IPTU que assim dispõe:

"Art. 32. Será concedido desconto de até dez por cento (10%) sobre o valor do IPTU, sem prejuízo do disposto no art. 31 desta Lei, à título de "Bônus Adimplência", se os Créditos Tributários municipais de IPTU, referentes ao imóvel, tiverem sido pagos até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao do Lançamento, conforme dispuser o Regulamento".

"Art. 35. Excepcionalmente no exercício de 2020, será concedido desconto no IPTU na proporção de dez por cento (10%), para os imóveis que porventura tenham o imposto lançado naquele exercício superior a dez por cento (10%), em comparação com o exercício de 2019.

§1º O valor do lançamento do IPTU do exercício de 2020, não poderá ser inferior ao imposto lançado no exercício de 2019, acrescido da variação do INPC/IBGE no período.

§2º O desconto constante deste artigo será aplicado após a concessão do benefício constante do artigo 32 desta Lei, ou seja, antes da concessão do benefício para pagamento em quota única, constante do artigo 31 desta Lei".

Destaca-se, ainda, que o Decreto no 06, de 13 de janeiro de 2020 fixou o percentual dez por cento (10%) de descontos referente ao art. 32 da Lei nº 712/2019 e datas de vencimento das parcelas do IPTU para o exercício de 2020.

Assim, nos termos da Instrução Normativa no 001/2020, constatou-se que:

1. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 levou em consideração o disposto no art. 32 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art.

35 da referida lei.

2. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 levou em consideração o disposto no caput do art. 35 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.

3. O lançamento do IPTU do exercício de 2020 levou em consideração o disposto no §2º do art. 35 da Lei nº 712/2019, respeitando o §1º do art. 35 da referida lei.

4. Diante do disposto no §1º do art. 35 da Lei nº 712/2019, o IPTU no exercício de 2020 não poderá ser inferior ao IPTU do exercício de 2019 acrescido da variação do INPC/IBGE no período de janeiro de 2019 a dezembro de 2019 que resultou em 4,48% (quatro inteiros e quarenta e oito centésimos por cento).

Deste modo, em virtude da regularidade no lançamento do IPTU/2020, os lançamentos este efetuado em conformidade com o cadastro imobiliário municipal e com a Lei 712/2019 e o Novo Código Tributário Municipal Lei 155/2019, de 14/08/2019, deve o pedido ser INDEFERIDO, pois a metragem de 141,59m² constante no Cadastro 286982 e o mesmo que consta na Matrícula do imóvel.

Publique-se. Intime-se.

Balneário Piçarras/SC, 10 de Agosto de 2020.

Regiane Regina Correia das Neves  
Assessora Fazendária."

O prazo para apresentação dos documentos e/ou interposição de recurso é de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da presente correspondência. Ultrapassado o prazo sem manifestação, o processo será arquivado definitivamente.

Igualmente, informamos que em razão de Decreto Municipal, que tem por objeto o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19), faz-se necessário agendar o atendimento previamente, por meio do telefone (47) 3347-4747 ou encaminhamento dos documentos pelo e-mail [processodigital@picarras.sc.gov.br](mailto:processodigital@picarras.sc.gov.br), fazendo constar o número do processo administrativo n. 742/2020.

Sem mais para o momento, renovo protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

DOUGLAS JOHN  
Matr. 11845

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO N° 021/2020**

Publicação N° 2616158

**EXTRATO DE CONTRATO 21/2020 – 1º TERMO ADITIVO**

Estado de Santa Catarina	
Município de Balneário Piçarras	
Câmara Municipal De Piçarras	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato nº:	03/2020 – 1TA
Contratante:	Câmara de Vereadores de Balneário Piçarras
Contratado:	Auto Posto Jordan Eireli
CNPJ:	31.300.736/0001-09
Objeto:	O presente instrumento trata do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato firmado entre as partes.
Valor:	Ao objeto "Gasolina Comum" passa a constar como valor por litro, R\$ 4,211 (Quatro reais duzentos e vinte e um centésimos). Valor total do contrato: R\$ 4.211,00 (quatro mil, duzentos e onze reais).
Vigência:	Início: 13/08/2020 Término: 31/12/2020
Dispensa Licitação	03/2020
Balneário Piçarras, 13 de agosto de 2020	
JOÃO BENTO MORAES	
Presidente	



# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 061/PMBR/2020

Publicação Nº 2616494

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO

AVISO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE BALNEARIO RINCÃO, comunica aos interessados que fica SUSPENSA, a abertura do processo licitatório em andamento, Edital de Nº. 061/PMBR/2020, em virtude do Decreto Municipal Nº. 103/2020, motivado pela Portaria SES Nº. 592 de 17/08/2020, no seu Art. 3º, inciso VI, do Governo do Estado de Santa Catarina, bem como pelo Processo Administrativo 09.2020.00001972-0 do Ministério Público da Comarca de Içara, em função da Pandemia do Coronavírus, que assola o Mundo e, consequentemente o Brasil.

Tão logo a situação de isolamento retorne ao normal, novas datas serão marcadas e comunicadas por meio de publicação no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios (DOM) e nos demais jornais na forma da Lei, se necessário.

Balneário Rincão, aos 21 dias do mês de Agosto de 2020.

Jairo Celoy Custodio

Prefeito Municipal

**Barra Bonita****PREFEITURA****DECRETO Nº. 1.255/2020**

Publicação Nº 2616410

DECRETO Nº 1.255/2020

Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$. 344.336,00 (Trezentos e Quarenta e Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Seis Reais) e contém outras providências.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Nº. 864/2019, de 03 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$. 344.336,00 (Trezentos e Quarenta e Quatro Mil, Trezentos e Trinta e Seis Reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária  
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos  
FONTE/REC: 01380425 - Transferências SUS/União Coronavírus (Covid-19) ..... R\$. 230.246,00  
CAT.ECON: 339000000000 – Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes  
FONTE/REC: 01380425 - Transferências SUS/União Coronavírus (Covid-19) ..... R\$. 14.190,00  
FONTE/REC: 01630423 – Transf. de Convênio do Estado de SC para SUS ..... R\$. 99.900,00  
Total ..... R\$. 344.336,00

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o excesso de arrecadação na receita abaixo especificada:

RECEITA: 170000000000000000 – Transferências correntes  
171800000000000000 – Transferências da união e de suas entidades  
171803000000000000 – Transf. do SUS Bloco Custeio Ações e Serv. Públ.de Saúde 171803900000000000 – Transferência do SUS - Outros Programas Fundo a Fundo 171803910000000000 – Transferência do SUS - Outros Programas Fundo a Fundo  
171803910000000001 – Transf. SUS/União Coronavírus (Covid-19)  
FONTE/REC: 01380425 - Transferências SUS/União Coronavírus (Covid-19) ..... R\$. 244.436,00

RECEITA: 170000000000000000 – Transferências correntes  
172800000000000000 – Transferências dos Estados  
172810000000000000 – Transf. Convênios do Estados e suas entidades  
172810100000000000 – Transf. Convênios do Estado para – SUS  
172810110000000000 – Transf. Convênios do Estado para – SUS  
172810110100000000 – Transf. Convênios do Estado de SC p/-SUS  
FONTE/REC: 01630423 – Transf. de Convênio do Estado de SC para SUS ..... R\$. 99.900,00  
Total ..... R\$. 344.336,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 21 de agosto de 2020.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º277, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2616327

PORTARIA N.º277, de 21 de agosto de 2020.  
Concede Férias aos Servidores e da Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Art.1º. Conceder Férias aos Servidores (as) abaixo relacionados:

Nome	Matricula	Período aquisitivo	Período de gozo
Leandro Zilio	179002	01.06.2018 a 31.05.2019	24.08.20 a 02.09.20

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a contas do Orçamento Municipal Vigente.

Art.3 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 21 de agosto de 2020.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

**PORTARIA N°.276 DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2615963

**PORTARIA N°.275 de 21 de agosto de 2020.**

**Autoriza a realização e pagamento de horas extras.**

**Moacir Piroca**, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade a Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, de acordo com o Decreto n°1036/2018.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** Fica autorizado a realização, bem como o pagamento de eventuais horas extras, para atender situações excepcional e necessidade de interesse publico aos servidores públicos municipais, no dia 21 de agosto de 2020 a 20 de setembro, conforme previsão em anexo.

**Art. 2°** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Barra Bonita, em 21 de agosto de 2020.

**Moacir Piroca**  
**Prefeito Municipal**

## ANEXO II

**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

<b>Sec/ Fundo Municipal: ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA</b>	
<b>Nome do Servidor: JEFERSON CANEPPELE</b>	<b>Função: Operador/designado a serviço da Casan.</b>
<b>Período previsto para realização das horas extras:</b> De: 21/08/2020 à 20/09/2020	
<b>Horas extras previstas (aproximadamente): 40:00 horas</b>	
<input type="checkbox"/> <b>Opção pelo banco de horas</b>	<input checked="" type="checkbox"/> <b>Opção pelo pagamento</b>
<b>Justificativa:</b> Manutenção da rede de abastecimento, dosagem de cloro, regulagem de bomba de água e afins..	
<b><u>Autorização</u></b> Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.	
<b>Cargo/Assinatura do autorizador</b>	
_____ <b>Cargo</b>	
_____ <b>Assinatura</b>	

-----  
**Ciente do servidor**

-----  
**HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS**

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

\_\_\_\_\_  
**Prefeito Municipal**

Barra Bonita, \_\_/\_\_/201\_\_.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras.

**(Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).**

## AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS

ANEXO II

**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal de <b>Saúde</b> de Barra Bonita	
Nome do Servidor: <b>Marlene Zaccaron</b>	Função: <b>Técnico de Enfermagem</b>
Período previsto para realização das horas extras: De: <b>21/08/2020 a 20/09/2020.</b>	
Horas extras previstas (aproximadamente): <b>40:00</b> horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: <b>Acompanhar pacientes com ambulância, realizar curativos em finais de semana e feriados, entre outros.</b>	
<p style="text-align: center;"><u>Autorização</u></p> <p>Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.</p>	
<p style="text-align: center;">Cargo/Assinatura do autorizador</p> <p>_____</p> <p>Cargo</p> <p>_____</p> <p>Assinatura</p>	

-----

Ciente do servidor

-----

**HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS**

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal

Barra Bonita, 21/08/2020.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. (Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).

ANEXO II  
**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal de <b>Saúde</b> de Barra Bonita			
Nome do Servidor: <b>Célia Maria Mezzomo</b>		Função: <b>Técnico de Enfermagem</b>	
Período previsto para realização das horas extras: De: <b>21/08/2020 a 20/09/2020.</b>			
Horas extras previstas (aproximadamente): <b>40:00</b> horas			
	Opção pelo banco de horas	<b>X</b>	Opção pelo pagamento
Justificativa: <b>Acompanhar pacientes com ambulância, realizar curativos em finais de semana e feriados, entre outros.</b>			
<u>Autorização</u>			
Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.			
Cargo/Assinatura do autorizador			
<hr/>			
Cargo			
<hr/>			
Assinatura			

-----  
Ciente do servidor

-----  
**HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS**

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

\_\_\_\_\_  
Prefeito Municipal

Barra Bonita, 21/08/2020.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. (Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).



ANEXO II

**AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS**

Sec/ Fundo Municipal de <b>Saúde</b> de Barra Bonita	
Nome do Servidor: <b>NEIVA GATTERMANN</b>	Função: <b>Técnico de Enfermagem</b>
Período previsto para realização das horas extras: De: <b>21/08/2020 a 20/09/2020.</b>	
Horas extras previstas (aproximadamente): <b>40:00</b> horas	
<input type="checkbox"/> Opção pelo banco de horas	<input checked="" type="checkbox"/> Opção pelo pagamento
Justificativa: <b>Acompanhar pacientes com ambulância, realizar curativos em finais de semana e feriados, entre outros.</b>	
<p style="text-align: center;"><u>Autorização</u></p> <p>Pela presente, autorizo o servidor acima designado, a realizar a quantidade de horas extras previstas nesta autorização, com a finalidade de atender as necessidades conforme justificadas.</p>	
<p style="text-align: center;">Cargo/Assinatura do autorizador</p>  <div style="display: flex; justify-content: space-between;"><div>Cargo</div><div>Assinatura</div></div>	

-----

Ciente do servidor

-----

**HOMOLOGAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO E REALIZAÇÃO DAS HORAS EXTRAS**

Pela presente, **autorizo** o setor de recursos humanos a efetuar o pagamento das horas extras, referente ao período autorizado, conforme o relatório de cartão ponto e declaração de horas extraordinárias realizadas que deverão ser anexados a presente autorização.

-----

Prefeito Municipal

Barra Bonita, 21/08/2020.

Obs.: documento devidamente preenchida sem rasuras. (Alterado pelo Decreto nº 1094/2019).

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2020 PMBV

Publicação Nº 2616332

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2020 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020-PMBV

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Objeto: Futura aquisição/fornecimento parcelado de Óleo Diesel para uso nos veículos e máquinas da frota da Prefeitura de Barra Velha.

Valor da Ata: R\$01.013.520,00 (Hum milhão treze mil e quinhentos e vinte reais)

Data de Assinatura: 20/08/2020

Data de Vencimento: 20/09/2021

Barra Velha, 20 de agosto de 2020

ROLF BAYERL

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### DECRETO Nº 1434 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616339

DECRETO Nº 1434 – DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Regulamenta a Lei nº 1859, de 14 de agosto de 2020 que Criou gratificação temporária e transitória aos Servidores da Saúde de Barra Velha que trabalharem no atendimento da situação de pandemia do Coronavírus - COVID 19

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 71, inciso VII, e alínea "a" do inciso I do artigo 91, da Lei Orgânica e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1859/2020, DECRETA:

Art. 1º A gratificação prevista na Lei Municipal nº 1859/2020 será paga para todos profissionais da Secretaria Municipal da Saúde de Barra Velha que trabalharem no atendimento da situação de pandemia do Coronavírus - COVID 19.

Art. 2º A gratificação será paga inclusive aos servidores de outras Secretarias, que manifestem o interesse em compor as equipes de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º A Secretaria Municipal de Saúde realizará a seleção dos candidatos conforme os critérios de conveniência, oportunidade e capacidade técnica dos interessados.

§ 2º. Os servidores interessados em compor as equipes de trabalho de atendimento da situação de pandemia do COVID-19, poderão formalizar o interesse por meio do preenchimento e envio do formulário anexo a Secretaria Municipal, que o encaminhará por Comunicado Interno para a Secretaria Municipal de Saúde para análise.

§ 3º O servidor cumprirá as funções e carga horária, designadas pela Secretaria Municipal de Saúde, sem direito a escolha de local de trabalho ou tarefa a ser desenvolvida.

§ 4º Os servidores ficarão desobrigados das atividades tão logo cessar a necessidade de seus préstimos, independente do fechamento do mês.

Art. 3º A manifestação do interesse não pressupõe nenhum direito ou preferência do interessado.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde enviará mensalmente para o Departamento de Recursos Humanos relação atualizada dos profissionais que estarão trabalhando no atendimento da situação de pandemia do COVID 19.

§ 1º Devem ser elaboradas duas listas, uma contendo os profissionais que têm como lotação originária a Secretaria Municipal de Saúde e outra com os servidores das demais Secretarias, selecionados conforme os critérios dispostos no art. 2º.

§ 2º As listagens mencionadas no parágrafo anterior, deverão conter o nome de cada profissional e o respectivo local de trabalho.

§ 3º A implantação do benefício na folha de pagamento será até o dia 20 de cada mês.

Art. 5º O pagamento do benefício ocorrerá até o limite da necessidade do município, cujo o término será definido em ato próprio, nos termos do artigo 6º da Lei 1859, de 14 de agosto de 2020.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 18 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

**SOLICITAÇÃO DE TRABALHO JUNTO AO  
COMBATE A PANDEMIA COVID-19**

À chefia imediata,

Para análise e deferimento, conforme estabelece o § 4º do art. 2º do Decreto nº /2020, venho por meio deste solicitar formalmente a minha disponibilização espontânea, para realizar trabalho junto ao combate a pandemia do COVID19, com vínculo a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, vez que não me enquadro em nenhuma das hipóteses descritas no quadro segundo:

DADOS DO SERVIDOR	
Nome:	Nº Matrícula Funcional:
Órgão/Setor:	
Cargo:	

Declaro para os devidos fins que não me enquadro na opção ABAIXO:

( ) gestante e/ou lactante;

( ) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com comorbidade atestada

( ) portadores de doença respiratórias crônicas ou comprometidas de imunidade, devidamente comprovada por laudo médico.

NOME E ASSINATURA DO SERVIDOR  
Cargo do Servidor

**LEI N. 1861, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2617796

LEI N. 1861, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Denomina "Rua Carolina Willaim Cunha", logradouro público localizado no Bairro Itajuba.

O Prefeito de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Carolina Willaim Cunha, o logradouro público até então identificado como Rua 1002, localizada no Bairro Itajuba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 21 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 1860, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2617788

LEI Nº 1860, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Altera disposições da Lei n. 1806, de 23 de setembro de 2019, que autorizou o município a instituir contribuição de melhoria para custear obra de pavimentação na Rua Paulo Sérgio Santana e da outras providências.

O Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º As alíneas "c" e "d" do inciso I, do artigo 1º da Lei nº 1806, de 23 de setembro de 2019, passam a vigorar com as seguintes redações:

I – Rua Paulo Sergio Santana - Trecho da Rua Paulo Sergio Santana, no bairro Itajuba, com extensão de 528 metros da Rua Paulo Sergio Santana, a partir da Avenida Itajuba até a Rua 1159, com as seguintes características:

- a) tipo de pavimentação: lajota sextavada em concreto
- b) custo total: R\$ 318.105,37 (trezentos e dezoito mil cento e cinco reais e trinta e sete centavos);
- c) Custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria: R\$ 53.905,00 (cinquenta e três mil novecentos e cinco reais);
- d) Custo da obra a ser financiada por pavimentação comunitária: R\$164.495,00 (cento e sessenta e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais);
- e) Custo da Obra a ser financiada pelo município: R\$ 59.385,37 (cinquenta e nove mil trezentos e oitenta e cinco reais e trinta e sete centavos);
- f) Entroncamentos: R\$. 40.320,00 (quarenta mil trezentos e vinte reais);
- g) área da obra: 3.696 metros quadrados.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 21 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 52/2020 - MCD – LUCAS MATEUS DA SILVA**

Publicação Nº 2617758

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 52/2020 - MCD – LUCAS MATEUS DA SILVA

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço do contribuinte LUCAS MATEUS DA SILVA, CPF Nº 288.934.339-15, a Secretaria Municipal de Finanças do Município de Barra Velha INTIMA o contribuinte acima identificado para que tome conhecimento da lavratura da NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 52/2020 – MCD. O prazo para interposição de reclamação administrativa é de 60 (sessenta) dias a contar da presente publicação. Transcorrido o prazo, o débito será objeto de protesto extrajudicial.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 53/2020 - MCD – LUCAS MATEUS DA SILVA

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço do contribuinte LUCAS MATEUS DA SILVA, CPF Nº 288.934.339-15, a Secretaria Municipal de Finanças do Município de Barra Velha INTIMA o contribuinte acima identificado para que tome conhecimento da lavratura da NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 53/2020 – MCD. O prazo para interposição de reclamação administrativa é de 60 (sessenta) dias a contar da presente publicação. Transcorrido o prazo, o débito será objeto de protesto extrajudicial.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 54/2020 - MCD – LUCAS MATEUS DA SILVA

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço do contribuinte LUCAS MATEUS DA SILVA, CPF Nº 288.934.339-15, a Secretaria Municipal de Finanças do Município de Barra Velha INTIMA o contribuinte acima identificado para que tome conhecimento da lavratura da NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 54/2020 – MCD. O prazo para interposição de reclamação administrativa é de 60 (sessenta) dias a contar da presente publicação. Transcorrido o prazo, o débito será objeto de protesto extrajudicial.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 50/2020 - MCD – LUCAS MATEUS DA SILVA

Considerando o retorno da correspondência enviada ao endereço do contribuinte LUCAS MATEUS DA SILVA, CPF Nº 288.934.339-15, a Secretaria Municipal de Finanças do Município de Barra Velha INTIMA o contribuinte acima identificado para que tome conhecimento da lavratura da NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 50/2020 – MCD. O prazo para interposição de reclamação administrativa é de 60 (sessenta) dias a contar da presente publicação. Transcorrido o prazo, o débito será objeto de protesto extrajudicial.

**PORTARIA Nº 2052-GAB, DE 17 DE AGOSTO 2020**

Publicação Nº 2615825

PORTARIA Nº 2052-GAB, DE 17 DE AGOSTO 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, com fulcro no art. 71, Incisos V e VII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais vigentes;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a partir de 17/08/2020 a Sra. VIVIAM SARTORI FLORES, inscrita no CPF sob o nº 469.836.519-87, do cargo comissionado de SECRETÁRIA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Barra Velha, 17 de agosto de 2020.

VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### PORTARIA Nº 28/2020

Publicação Nº 2618009

PORTARIA Nº 028/2020

Concede 30 dias de férias a Servidora Sra. Adriana Aparecida Penso Dias, e autoriza a servidora a gozar as férias no período de 24 de agosto de 2020 a 22 de setembro de 2020.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Resolução nº 41/2017, em seu artigo 48, inciso XXIII,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Sra. Adriana Aparecida Penso Dias, matrícula n. 664545, relativas ao período aquisitivo de 2019/2020.

Art. 2º Autoriza a servidora a gozar as férias no período de 24 de agosto de 2020 a 22 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha/SC 21 de agosto de 2020.

Eduardo Peres  
Presidente

# Belmonte

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 85, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2618056

DECRETO Nº 85, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 2.070 de 09 de novembro de 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a Lei Municipal nº 2.070- Lei Orçamentária Anual - LOA; a Lei Municipal nº 2.068 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e a Lei Municipal nº 2.069 – Plano Plurianual, ambas do dia 09 de novembro de 2019, para o exercício financeiro de 2020, referente a abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 56.710,00, com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas ao custeio das despesas do Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres, relativas ao vendaval ocorrido no dia 10 junho de 2020.

Art. 2º Abre Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	17.00	FUNDO MUN.ENFRENTAMENTO A DESASTRES	
Unidade:	17.01	Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres	
Proj./Ativ.	04.122.0000.2.007	Coord.e Gestão do Fundo Mun.Enfrentamento a Desastres	
3.3.90.00.00.00.00.30000		Aplicações diretas	R\$ 53.780,00
3.3.90.00.00.00.00.10080		Aplicações diretas	R\$ 2.930,00
T O T A L -			R\$ 56.710,00

Art. 3º Para atendimento parcial do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado o produto do superávit financeiro de exercício financeiro de 2019, especificado na tabela abaixo, em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Recurso Especificação Nomenclatura VALOR R\$  
TCE SC

00.03.0000.0000000 - (Esp. TCE: 00) - Superávit - Recursos Ordinários			53.780,00

Art. 4º Para atendimento complementar do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado o produto do provável excesso de arrecadação de receitas especificadas na tabela abaixo, em conformidade com inciso II do § 1º e § 3º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Receitas Recurso Especificação Nomenclatura VALOR R\$  
TCE SC

4.1.3.2.1.00.1.1.01.99.04-Rem.Dep.Banc.Vinc. 00.01.0080.0000000 - (Esp. TCE: 80) – Outras Especificações 4,00  
4.1.7.4.8.10.1.1.01.00.00 Transf.Inst.Privadas 00.01.0080.0000000 - (Esp. TCE: 80) – Outras Especificações 20,00  
4.1.7.7.0.00.1.1.01.00.00 Transf.de Pessoas 00.01.0080.0000000 - (Esp. TCE: 80) – Outras Especificações 2.906,00  
Total 2.930,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 14 de agosto de 2020.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 97/2020

Publicação Nº 2615865

#### ATA DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 97/2020  
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 97/2020  
DATA: 19/08/2020 - HORA DE INÍCIO: 9 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 132/2020 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação acima citado, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE LUVAS DE PROCEDIMENTO PARA UTILIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CORPO DE BOMBEIROS E DA SAÚDE NAS AÇÕES DE COMBATE A PANDEMIA DO COVID-19. Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa. Da análise destes documentos, observa-se que a empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12 se encontra com a documentação de habilitação regular. Cabe ressaltar que esta Comissão de Licitações não analisa o mérito e a motivação da contratação, limita-se apenas a analisar os documentos acostados ao processo licitatório. Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	JOICE APARECIDA COSTA Membro	EUNICE DA SILVA FREITAS Membro
-------------------------------------	---------------------------------	-----------------------------------

### AVISO DE SUSPENSÃO PP 89/2020

Publicação Nº 2618354

#### SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 89/2020

Devido a apresentação de impugnações, fica suspensa a abertura da licitação Pregão Presencial nº 89/2020 que ocorreria inicialmente no dia 25/08/2020, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE E NO CORPO DE BOMBEIROS, para possíveis alterações e ou correções no Edital. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente bem como possíveis alterações ou correções. Outras informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações desta Municipalidade, localizada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br). Maiores informações pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487.

Benedito Novo (SC), 24 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito

### EXTRATO DE CONTRATO 75/2020

Publicação Nº 2615814

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC  
Processo Licitatório Nº 78/2020  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 75/2020  
Contratada: JULYAGRO COMERCIAL LTDA  
Objeto AQUISIÇÃO DE MAQUINAS ROÇADEIRAS NOVAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES.  
Valor: R\$ 15.870,00  
Vigência: 17/08/2020 a 31/12/2020  
Data Assinatura: 17/08/2020  
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

**LEI 1.993/2020 - ALTERA A LEI Nº 1.592, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2615711

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
Rua Celso Ramos, 5070 – Centro – 89.124-000  
BENEDITO NOVO – SC  
FONE/FAX: (47) 3385-0487  
CNPJ 83.102.780/0001-08

Lei nº 1.993, de 12 de agosto de 2020.

Altera a Lei nº 1.592, de 01 de dezembro de 2010, que Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente no Município de Benedito Novo e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O item "b", do Art. 4º, da Lei nº 1.592, de 01 de dezembro 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente de Benedito Novo será constituído por conselheiros que formarão o colegiado, obedecendo-se a distribuição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada:

a) Dos Órgãos Governamentais:

.....  
.....

b) Dos Órgãos Não Governamentais:

01 (um) representante das Cooperativas de Energia Elétrica;  
01 (um) representante do Empresariado Madeireiro;  
01 (um) representante da Câmara dos Diretores Lojistas;  
01 (um) representante da Classe de Engenheiros;  
01 (um) representante da Associação de Engenheiros Florestais do Vale do Itajaí;  
01 (um) representante do Sindicato Rural;  
..... "

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.  
Benedito Novo, aos 12 de agosto de 2020.

Joice Aparecida Costa  
Chefe da Divisão de Compras

**LEI 1.994/2020 - DISPÕE SOBRE A DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS URBANOS E NÚCLEOS URBANOS INFORMAIS QUE OCUPAM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE AO LONGO DOS CURSOS D'ÁGUA NATURAIS DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO E ESTABELECE MEDIDAS PARA A REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS SITUADOS NESSES NÚCLEOS**

Publicação Nº 2615715

Lei nº 1.994, de 19 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a delimitação dos núcleos urbanos e núcleos urbanos informais que ocupam área de preservação permanente ao longo dos cursos d'água naturais do Município de Benedito Novo e estabelece medidas para a regularização ambiental de imóveis situados nesses núcleos urbanos informais, nos termos do que estabelecem o artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 e os artigos 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica e com fundamento no Art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988 e nos Art. 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I



## DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei delimita os Núcleos Urbanos (NUR) e os Núcleos Urbanos Informais (NUI) que ocupam área de preservação permanente ao longo de cursos d'água naturais do Município de Benedito Novo e estabelece medidas para a regularização ambiental de imóveis situados nos NUI.

Art. 2º. Para fins de regularização fundiária urbana de Núcleos Urbanos Informais comprovadamente existentes até 22 de dezembro de 2016, que ocupam área de preservação permanente ao longo de cursos d'água naturais, não identificados pelo diagnóstico socioambiental como área de risco geotécnico, de inundação ou de outro risco especificado em lei ou identificado pela Defesa Civil e que não seja de interesse ecológico relevante, será admitida a flexibilização das disposições constante no Art. 4º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, mediante a concessão de Certidão de Regularização Ambiental (CRA) e desde que observados os limites previstos nesta Lei.

Art. 3º. Para que seja concedida a Certidão de Regularização Ambiental (CRA) de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S) de núcleos urbanos informais, ou de parcela deles, situados em área de risco geotécnico, de inundação ou de outro risco especificado em lei ou identificado pela Defesa Civil, estudos técnicos deverão ser realizados, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada.

§ 1º. Nos casos de Reurb-S, em sendo possível a eliminação, correção ou administração do risco, na Certidão de Regularização Ambiental (CRA) deverá estar contemplada como condicionante a implantação das medidas indicadas nos estudos técnicos realizados.

§ 2º. Nos casos de Reurb-S, não sendo possível a eliminação, correção ou administração do risco, o Município procederá à realocação dos ocupantes do núcleo urbano informal a ser regularizado.

Art. 4º. Para fins de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (Reurb-E) não será concedida a Certidão de Regularização Ambiental (CRA) prevista nesta lei, aos imóveis situados em Núcleos Urbanos Informais ou em parcela deles, que ocupam área de preservação permanente ao longo de cursos d'água naturais identificados pelo diagnóstico socioambiental como de relevante interesse ecológico ou como área de risco geotécnico, de inundação ou de outro risco especificado em lei ou identificado pela Defesa Civil.

§ 1º. Será possível a concessão de Certidão de Regularização Ambiental (CRA) de Reurb-E de núcleos urbanos informais ou de parcela deles, situados em área identificada como de ameaça, suscetibilidade e vulnerabilidade a risco geotécnico, de inundação ou de outro risco especificado em lei ou identificado pela Defesa Civil, desde que estudos técnicos sejam realizados a fim de examinar a possibilidade de sua eliminação, correção ou administração, vedado o aterramento nos casos de área inundável.

§ 2º. Nos casos de Reurb-E, em sendo possível a eliminação, correção ou administração do risco em áreas identificadas como de ameaça, suscetibilidade e vulnerabilidade a risco geotécnico, de inundação ou de outro risco especificado em lei ou identificado pela Defesa Civil, na Certidão de Regularização Ambiental (CRA) deverá estar contemplada como condicionante a implantação das medidas indicadas nos estudos técnicos realizados, cujos custos de execução serão de responsabilidade do Requerente.

§ 3º. Nos casos de áreas identificadas como sujeitas a ameaça, suscetibilidade ou vulnerabilidade a inundação é vedado o aterramento como medida de eliminação, correção ou administração do risco.

## CAPÍTULO II DOS CONCEITOS

Art. 5º. Para os fins desta Lei, considera-se:

I – Núcleo Urbano – assentamento humano, com uso misto e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada como rural, de difícil reversão, considerados a densidade demográfica dos setores censitários quando couber, o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de no mínimo três dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados ou a implantar:

- a) drenagem de águas pluviais;
- b) esgotamento sanitário;
- c) abastecimento de água potável;
- d) distribuição de energia elétrica; e
- e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

II - Núcleo Urbano Previamente Identificado (NUR-PI): constitui a área do território municipal indicada no mapa constante do Anexo I, parte integrante desta Lei;

III – Núcleo Urbano Mediante Análise (NUR-MA): constitui a área do território municipal indicada no mapa constante do Anexo I, parte integrante desta Lei, que contempla edificações existentes até 22 de dezembro de 2016.

IV – Área de Território Municipal que Não Constitui Núcleo Urbano (ATM-NCNUR): constitui a área do território municipal que não se enquadra como NUR-PI e NUR-MA identificada no mapa constante do Anexo I, parte integrante desta Lei;

V – Linha Limite da Área de Preservação Permanente (LLAPP): constitui a linha que delimita as áreas de preservação permanente ao longo dos cursos d'água, conforme definido no Art. 4º, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, indicada no mapa constante do Anexo

II, parte integrante desta Lei;

VI – Linha Limite de Ocupação da Área de Preservação Permanente (LLO-APP): constitui a largura média do distanciamento entre a margem do curso de água, representado como polígono de massa d'água de acordo com a base hidrográfica ottocodificada e as edificações, vias, calçadas, cabeceiras de ponte, de difícil reversão, existentes nos imóveis lindeiros na forma indicada no mapa constante do Anexo III.

VII – Linha Limite de 15 (quinze) metros (LL-15): constitui a linha que delimita uma faixa de 15 (quinze) metros de largura ao longo do curso d'água, medida desde a borda da calha do seu leito regular, considerada pelo art. 65, da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, como não edificável, na forma indicada no mapa constante do Anexo III;

VIII – Núcleo Urbano Informal que ocupa Área de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais (NUI-APP): aquele clandestino, irregular, abrangidas as questões ambientais, ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização, na forma indicada no mapa constante do Anexo IV;

IX – Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e

X – Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico (Reurb-E): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso IX deste artigo.

### CAPÍTULO III DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI

Art. 6º. Ainda que se trate de imóvel inserido em Núcleo Urbano, nos termos do art. 5º, inciso I, o procedimento de regularização previsto nesta Lei não se aplica:

I - às edificações já existentes, cujas obras tenham respeitado a legislação mais restritiva vigente à época em que foram construídas;

II – às edificações construídas sem observância do afastamento mínimo de 15,00 (quinze) metros do curso d'água natural, medido desde a borda do seu leito regular, ressalvadas aquelas que se enquadram no inciso I desse artigo;

III – à aprovação e registro de novos parcelamentos do solo urbano na modalidade de loteamento, bem como aos lotes individualizados deles decorrentes;

IV – aos lotes e áreas remanescentes decorrentes de loteamentos nos quais, por ocasião da aprovação e registro do referido parcelamento do solo, tenha sido expressamente realizada a aplicação dos distanciamentos constantes no Art. 2º, "a", da Lei Federal nº 4.771 de 15 de setembro de 1965.

§ 1º. As edificações mencionadas no inciso I desse artigo, serão consideradas ambientalmente regularizadas quanto ao afastamento de curso d'água natural, independentemente da adoção do procedimento previsto nesta Lei e será admitida sua reforma desde que não implique ampliação da área construída.

§ 2º. Para a comprovação do previsto no inciso I desse artigo, é possível a apresentação de imagens de satélite, plantas ou qualquer outro meio de prova em direito admitida, como também, alvará de localização e/ou declaração da Secretaria de Planejamento do destino da área utilizada em APP até o marco regulatório, ou ainda a declaração da Celesc que comprove o tempo de fornecimento da energia elétrica ao imóvel.

Art. 7º. As disposições desta Lei, se aplicam automaticamente aos imóveis localizados em NUI-APP de NUR-PI, definido no inciso II, do Art. 5º, com as ressalvas do Art. 6º.

Parágrafo único: Nos NUI-APP inseridos em NUR-PI, a emissão de Certidão de Regularização Ambiental (CRA) da ocupação existente e/ou ocupação futura, quando couber, se dará mediante a aplicação de medidas de compensação e/ou recuperação ambiental de acordo com os procedimentos definidos nesta Lei.

Art. 8º. Nos imóveis localizados em NUI-APP de NUR-MA, as disposições desta Lei serão aplicáveis mediante manifestação favorável do Conselho Municipal de Meio Ambiente, ouvida a Comissão de Análise Prévia de Núcleo Urbano constituída por representantes dos setores de Planejamento, Meio Ambiente, Defesa Civil e da Procuradoria do Município, a partir de requerimento fundamentado apresentado pelo interessado, observado o previsto no Art.10.

§ 1º. Nos NUI-APP inseridos em NUR-MA, não será concedida Certidão de Regularização Ambiental (CRA), para ocupações posteriores a 22 de dezembro de 2016.

§ 2º. Nos NUI-APP inseridos em NUR-MA, a regularização ambiental das edificações existentes, quando couber, se dará mediante a aplicação de medidas de compensação e/ou recuperação ambiental de acordo com os procedimentos definidos nesta Lei.

§ 3º. Em imóveis localizados em NUI-APP de NUR-MA, a construção de novas edificações, parcelamento do solo, uso e ocupação de novas áreas do solo para fins diversos de edificação, incluindo serviços de terraplanagem, quando couberem, somente serão admitidos observando-se a LLAPP.

Art. 9º. As disposições desta Lei não se aplicam aos imóveis localizados na área descrita no inciso IV, do Art.5º, da presente Lei.

**CAPÍTULO IV****DOS PROCEDIMENTOS PARA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DE IMÓVEIS SITUADOS EM NUI-APP**

Art. 10. A regularização ambiental de imóveis situados em NUI-APP de Núcleo Urbano, definido nos termos do Art.5º, incisos II e III, observará o seguinte procedimento:

I – O interessado na regularização ambiental de imóvel titulado ou em processo de regularização fundiária encaminhará requerimento a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, solicitando a emissão de Certidão de Regularização Ambiental (CRA) de NUI-APP;

II – A Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente realizará a análise do requerimento indicado no inciso I, para verificar se o imóvel:

a) está localizado em área de relevante interesse ecológico ou de risco geotécnico, de inundação ou outro risco especificado em lei ou identificado pela Defesa Civil, cuja ocupação não seja admitida pela legislação em vigor;

b) está localizado em área identificada como de ameaça, suscetibilidade e vulnerabilidade a risco geotécnico, de inundação ou de outro risco especificado em lei ou identificado pela Defesa Civil e constem estudos técnicos a fim de examinar a possibilidade de sua eliminação, correção ou administração, vedado o aterramento no caso de área inundável;

c) está inserido em NUr-PI;

d) está inserido em NUr-MA e não se trata de edificação posterior a 22 dezembro de 2016, caso no qual deve ocorrer prévia manifestação favorável do Conselho Municipal de Meio Ambiente, conforme estabelecido no Art. 8º desta Lei;

e) possui edificação que observa o afastamento de 15 (quinze) metros contados desde a borda da calha do leito regular do curso d'água;

f) possui edificação que não observa o afastamento de 15,00 (quinze) metros contados desde a borda da calha do leito regular do curso d'água;

g) se enquadra, total ou parcialmente, em alguma das seguintes modalidades:

1. possui edificação, munida de Alvará de Construção ou Habite-se;
2. possui edificação, sem Alvará de Construção ou Habite-se;
3. não possui edificações, mas seu proprietário pretende construir nova edificação no local;
4. é objeto de processo de parcelamento urbano em forma de loteamento, desmembramento ou desdobro; e,
5. é objeto de uso do solo para fins diversos que os de edificação, incluindo serviços de terraplenagem.

III – verificados os aspectos mencionados no inciso II, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, irá deferir ou indeferir o requerimento formulado, expedindo Certidão Positiva ou Negativa de Regularização Ambiental para imóvel situado em NUI-APP.

**CAPÍTULO V****DAS ÁREAS NÃO UTILIZÁVEIS DE IMÓVEIS SITUADOS EM NUI-APP QUE DEVERÃO SER OBSERVADAS QUANDO DA EMISSÃO DA CRA****Seção I****Das Áreas Não Utilizáveis de Imóveis Situados em NUI-APP de NUr-PI**

Art. 11. Nas futuras ocupações em NUI-APP situadas em NUr-PI, a ser realizadas em imóveis localizados nas margens do rio Santa Maria, rio Inominado 22, ribeirão Tigre, ribeirão do Carvão, rio Benedito, ribeirão das Antas e ribeirão dos Russos todos representados como polígonos de massa d'água de acordo com a base hidrográfica otocodificada, para fins de definição da faixa não utilizável em cada imóvel que deverá constar na Certidão de Regularização Ambiental (CRA), será adotada a LLO-APP, observando-se o seguinte:

I – no caso de novas edificações ou ampliação de edificações já existentes:

a) não será admitida na faixa de 15,00 (quinze) metros contados a partir da borda da calha do leito regular do curso d'água;

b) não será admitida naquela parcela do imóvel situada entre a LL-15 e a LLO-APP;

c) não será admitida naquela parcela do imóvel situada entre a LL-15 e a LLAPP que contiver cobertura vegetal em estágio médio e/ou avançado de regeneração.

II - no caso de demolição de edificação já existente e construção de nova edificação ou reforma:

a) não será admitida na faixa de 15,00 (quinze) metros contados a partir da borda da calha do leito regular do curso d'água;

b) na faixa compreendida entre a LL-15 e a LLO-APP, a nova edificação ou reforma:

- 1) não poderá ser realizada em distância inferior do curso d'água natural, em comparação com a edificação anteriormente existente; e,
- 2) não poderá ter área construída e nem ocupar área de solo superior àquela da edificação anteriormente existente;

III – nos casos de regularização de parcelamento do solo efetuado até 22 de dezembro de 2016 e/ou uso do solo para fins diversos que os de edificação, incluindo serviços de terraplenagem:

- a) não será admitido na faixa de 15,00 (quinze) metros contados a partir da borda da calha do leito regular do curso d'água;
- b) não será admitido naquela parcela do imóvel situada entre a LL-15 e a LLO-APP;
- c) não será admitido naquela parcela do imóvel situada entre a LLO-APP e a LLAPP que contiver cobertura vegetal em estágio médio e/ou avançado de regeneração.

Art. 12. Nas futuras ocupações em NUI-APP situado em NUr-PI, quando realizadas em imóveis localizados nas margens dos rios representados como linhas simples de acordo com a base hidrográfica ottocodificada, para fins de definição da faixa não utilizável em cada imóvel, será adotada a LL-15, observando-se o seguinte:

I – não será admitida a edificação de novas construções, mesmo em caso de demolição de edificação já existente, ampliações, bem como, parcelamento do solo e/ou seu uso para fins diversos que os de edificação, incluindo serviços de terraplanagem, na faixa de 15,00 (quinze) metros contados a partir da borda da calha do leito regular do rio;

II – não será admitida a edificação de novas construções, ampliação de edificação existente, parcelamento do solo e/ou seu uso para fins diversos que os de edificação, incluindo serviços de terraplanagem, naquela parcela do imóvel situada entre a LL-15 e a LLAPP que contiver cobertura vegetal em estágio médio e/ou avançado de regeneração.

#### Seção II

Das Áreas Não Utilizáveis de Imóveis Situados em NUI-APP de NUr-MA

Art. 13. Não serão admitidas novas ocupações em NUI-APP de NUr-MA.

Art. 14. No caso de demolição de edificação já existente e construção de nova edificação em NUI-APP situado em NUr-MA:

I - não será admitida na faixa de 15,00 (quinze) metros contados desde a borda da calha do leito regular do curso d'água;

II – em imóveis localizados nas margens dos cursos d'água naturais, na faixa compreendida entre a LL-15 e a LLAPP, a nova edificação:

- a) não poderá estar situada em distância inferior do curso d'água natural, em comparação com a edificação anteriormente existente; e,
- b) não poderá ter área construída e nem ocupar área de solo superior àquela da edificação anteriormente existente.

#### CAPÍTULO VI

##### DA CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (CRA)

Art. 15. A Certidão de Regularização Ambiental (CRA) de NUI-APP quando cabível, destina-se exclusivamente à definição do distanciamento a ser observado por edificações, parcelamento ou ocupação do solo em relação a cursos d'água naturais, não dispensando o cumprimento dos demais requisitos contidos na legislação urbanística, ambiental e de defesa civil.

Art. 16. Da Certidão de Regularização Ambiental Positiva de NUI-APP para imóvel localizado em NUr-PI, constará:

I - O atestado da regularidade ambiental quanto à localização da edificação em relação a curso d'água natural, quando o requerimento tratar de edificação já existente no imóvel e que esteja munida de Habite-se ou Alvará de Construção;

II - O atestado da viabilidade da regularização ambiental para instruir processo de regularização fundiária, quanto a localização da edificação em relação a curso d'água natural, sem prejuízo da aplicação dos demais requisitos contidos na legislação municipal, quando o requerimento tratar de regularização de edificação já existente no imóvel e que não esteja munida de Habite-se ou Alvará de Construção;

III - O afastamento que a futura edificação deve observar em relação ao curso d'água natural, conforme previsto nos artigos 11 e 12, caso o requerimento seja destinado à edificação nova;

IV - O afastamento que a ocupação deve observar em relação ao curso d'água natural, conforme previsto nos artigos 11 e 12, caso o requerimento trate de ocupação do solo para fins diversos que os de edificação, incluindo serviços de terraplanagem.

Art. 17. A emissão de Certidão de Regularização Ambiental Positiva de NUI-APP para imóvel localizado em NUr-MA, será admitida apenas para fins de regularização de edificação existente e de ocupação da área no entorno da edificação em relação a cursos d'água naturais, e dela constará:

I - O atestado de regularidade ambiental quanto à localização da edificação e/ou ocupação do solo na área do entorno da edificação para fins diversos em relação a curso d'água natural, quando o requerimento tratar de edificação já existente no imóvel e que esteja munida de Habite-se ou Alvará de Construção; e

II - O atestado da viabilidade de regularização ambiental para instruir processo de regularização fundiária, quanto à localização da edificação e/ou ocupação do solo na área do entorno da edificação para fins diversos em relação a curso d'água natural, quando o requerimento tratar de edificação já existente no imóvel e que não esteja munida de Habite-se ou Alvará de Construção.

Parágrafo Único - quando da regularização da ocupação/uso do solo para fins diversos que os de edificação, a área regularizada não poderá ter seu uso, tamanho e/ou localização alterados.

Art. 18. A Certidão de Regularização Ambiental Positiva de NUI-APP possui natureza declaratória e não substitui atos administrativos destinados à construção ou regularização de edificações.

Art. 19. Nos imóveis inseridos no NUR-PI e que estejam localizados nas margens de cursos d'água naturais, a emissão de Certidão Regularização Ambiental (CRA) de NUI -APP será documento obrigatório para a tramitação de procedimentos administrativos relativos:

I - a novas edificações;

II - à regularização de edificações já existentes;

III - à regularização de parcelamento do solo efetuado até 22 de dezembro de 2016;

IV - à retificação, unificação e inserção de confrontações e medidas;

V - à emissão ou renovação de licenças ambientais relativas às atividades desenvolvidas no imóvel, quando cabível;

VI - uso do solo para fins diversos que os de edificação, incluindo serviços de terraplanagem;

VII - a outros procedimentos administrativos, definidos por meio de regulamento do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Nas situações previstas nesse artigo, para análise do procedimento administrativo, deverá ser considerado o afastamento constante na Certidão de NUI-APP.

Art. 20. Nos imóveis inseridos no NUR-MA e que estejam localizados nas margens de cursos d'água naturais, a emissão de Certidão de Regularização Ambiental (CRA) de NUI-APP será documento obrigatório para a tramitação de procedimentos administrativos relativos:

I - à regularização de edificações já existentes e/ou ocupação do solo na área do entorno da edificação para fins diversos;

II - à retificação, unificação e inserção de confrontações e medidas;

III - à emissão ou renovação de licenças ambientais relativas às atividades desenvolvidas no imóvel, quando cabível;

IV - a outros procedimentos administrativos, definidos por meio de regulamento do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Nas situações previstas nesse artigo, para análise do procedimento administrativo, deverá ser considerado o afastamento constante na Certidão de NUI -APP.

Art. 21. Em caso de emissão de Certidão de Regularização Ambiental Negativa, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, deverá justificar sua decisão com fundamento em critérios técnicos e legais.

## CAPÍTULO VII

### DA COMPENSAÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Art. 22. A emissão de Certidão de Regularização Ambiental (CRA) Positiva de NUI-APP está condicionada ao pagamento de compensação ambiental e/ou execução de medida de recuperação ambiental quando cabível.

Art. 23. As medidas de compensação ambiental consistem:

I - na destinação de recursos monetários pelo requerente ao Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA), para financiar programa de apoio e incentivo a conservação e recuperação ambiental das áreas de preservação permanente.

II - na aquisição de áreas e/ou execução de obras e serviços pelo requerente em favor do Poder Público Municipal, para a conservação e recuperação ambiental das áreas de preservação permanente.

Art. 24. As ações de apoio e incentivo a conservação e recuperação das áreas de preservação permanente compreendem:

I - pagamento ou incentivo a serviços ambientais com retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria das áreas de preservação permanente e que propiciem a conservação da beleza cênica natural, da biodiversidade, dos recursos hídricos, do solo e assegurem o bem estar da população humana.

II - elaboração de projetos e implementação de parques lineares urbanos, aquisição de áreas de preservação permanente, áreas de risco e/ou de relevante interesse ecológico;

III - o exercício do direito de preempção para aquisição de remanescentes florestais relevantes, conforme dispõe a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Art. 25. A compensação ambiental será calculada da seguinte forma:



V= AR.UMA.40%

Onde:

V = valor da medida de compensação ambiental, expresso em reais (R\$);

AR = área do terreno a ser regularizada expressa em metros quadrados (m2);

UMA = Unidade Monetária Ambiental.

§1º Quando se tratar de edificação já existente e que esteja munida de Alvará de Construção, Habite-se ou comprovação equivalente elencada nessa lei, não se aplica a previsão de medida de compensação ambiental.

§2º Quando se tratar de regularização de área com uso diferente de edificação, como pátios de manobra, estacionamentos e jardins, aplica-se ao valor calculado um fator redutor de 40% (quarenta por cento).

§3º - Nas áreas a serem regularizadas acima de 2.000,00 m2 (dois mil metros quadrados) de uso diferenciado o fator de redução será de 20% (vinte por cento).

§4º A alteração da destinação da área descrita no §2º acima, acarretará a cobrança da diferença, deduzido o valor já pago, conforme descrito no caput do Art. 25 desta Lei.

§5º - O pagamento de compensação ambiental que trata esse capítulo poderá ser parcelado, em até 12 (doze) parcelas, para pagamentos mensais e consecutivos, atualizados monetariamente, desde que o valor de cada parcela não seja inferior a 130 UFMs (cento e trinta Unidades Fiscais Municipais).

§6º - A Certidão de Regularização Ambiental (CRA) de NUI-APP e a emissão de atos administrativos destinados à construção ou regulamentação de edificações (Alvará de Construção, de Reforma, de Habite-se, etc.), bem como a emissão ou renovação de Licença ou autorização Ambiental relativa às atividades desenvolvidas no imóvel, somente serão concedidas após a quitação do parcelamento.

Art. 26. Nos casos em que houver, no mesmo imóvel, edificações parcialmente munidas de Alvará de Construção ou Habite-se, a medida de compensação ambiental incidirá somente em relação à área edificada que não estiver contemplada nos referidos atos administrativos.

Art. 27. Os recursos oriundos das medidas de compensação ambiental serão mantidos em conta específica do Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA), administrado pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente em articulação com o Conselho Municipal de Meio Ambiente e serão aplicados exclusivamente para as finalidades previstas nos Art. 23 e 24 desta Lei.

Art. 28. As medidas de recuperação ambiental compreendem ações levadas a efeito pelo proprietário do imóvel beneficiado com Certidão de Regularização Ambiental Positiva de NUI-APP, visando manter a estrutura e as funções ambientais das áreas de preservação permanente, tais como estabilidade geológica; fluxo gênico de fauna e flora; proteção do solo, da qualidade da água e da paisagem.

Art. 29. As ações de recuperação ambiental das áreas de preservação permanente compreendem:

I – condução de regeneração natural e/ou plantio de espécies nativas; e,

II – regularização sanitária mediante a implantação e manutenção de sistema local de tratamento de esgoto e/ou ligação a rede coletiva de tratamento de esgoto.

Art. 30. Nos imóveis munidos de Certidão de Regularização Ambiental (CRA) de NUI-APP a emissão de atos administrativos destinados à construção ou regularização de edificações (Alvará de Construção, de Reforma, de Habite-se, etc.), bem como a emissão ou renovação de Licença ou Autorização Ambiental relativa às atividades desenvolvidas no imóvel, está condicionada a realização de medidas de compensação e/ou recuperação ambiental, conforme previstas nesse Capítulo.

## CAPÍTULO VIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 31. Será considerada infração administrativa ambiental, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas estabelecidas nesta lei, conforme o disposto nos Art. 32 a 38 deste Capítulo, e para a efetiva responsabilização do infrator, aplicam-se subsidiariamente a Lei Municipal nº 1.892/2018, que Dispõe sobre a Criação do Fundo Municipal do Meio Ambiente, a Fiscalização Ambiental no Âmbito da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, e dá outras providências; a Lei Complementar nº 141/2016, que Dispõe sobre as taxas municipais por serviços ambientais executados pelo órgão ambiental do Município de Benedito Novo, alterada pela Lei Complementar nº 156/2017, alterada pela Lei complementar nº 188/2019; a Lei Nacional nº 9.605/1998, que Dispõe sobre as sanções penais e administrativas

derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; o Decreto Nacional nº 6.514/2008, que Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências; ou outras normas que lhes forem sucedâneas.

Art. 32. Promover a construção, ampliação ou demolição/reconstrução de edificação em imóvel situado em área utilizável de NUI - APP de NUr - PI, sem a autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Multa de 60 UMA's (sessenta unidades monetárias ambientais) a 315 UMA's (trezentos e quinze unidades monetárias ambientais) e embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total de atividades e recomposição da área.

Art. 33. Promover a construção, ampliação ou demolição/reconstrução de edificação em imóvel situado em área não utilizável de NUI - APP de NUr - PI.

Multa de 115 UMA's (cento e quinze unidades monetárias ambientais) a 630 UMA's (seiscentos e trinta unidades monetárias ambientais) e embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total de atividades e recomposição da área.

Art. 34. Promover a demolição e a reconstrução de edificação em imóvel situado em área de NUI - APP de NUr - MA sem a autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Multa de 60 UMA's (sessenta unidades monetárias ambientais) a 315 UMA's (trezentos e quinze unidades monetárias ambientais) e embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total de atividades e recomposição da área.

Art. 35. Promover a construção e ampliação de edificação em imóvel situado em área não utilizável de NUI - APP de NUr - MA.

Multa de 115 UMA's (cento e quinze unidades monetárias ambientais) a 630 UMA's (seiscentos e trinta unidades monetárias ambientais) e embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total de atividades e recomposição da área.

Art. 36. Promover a regularização do parcelamento do solo ou uso do solo para fins diversos de edificação, inclusive serviços de terraplanagem em imóvel situado em área utilizável de NUI - APP de NUr - PI sem a autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida.

Multa de 60 UMA's (sessenta unidades monetárias ambientais) a 115 UMA's (cento e quinze unidades monetárias ambientais) e embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total de atividades e recomposição da área.

Art. 37. Promover o parcelamento do solo, uso do solo para fins diversos de edificação, inclusive serviços de terraplanagem em imóvel situado em área não utilizável de NUI - APP de NUr - PI.

Multa de 115 UMA's (cento e quinze unidades monetárias ambientais) a 630 UMA's (seiscentos e trinta unidades monetárias ambientais) e embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total de atividades e recomposição da área.

Art. 38. Promover a construção de edificação, o parcelamento do solo, uso e ocupação de novas áreas do solo para fins diversos de edificação, incluindo serviços de terraplanagem, em imóvel situado em NUI - APP de NUr - MA sem a observância da LLAPP.

Multa de 115 UMA's (cento e quinze unidades monetárias ambientais) a 630 UMA's (seiscentos e trinta unidades monetárias ambientais) e embargo de obra ou atividade, suspensão parcial ou total de atividades e recomposição da área.

## CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. Fica criada a Comissão de Análise Prévia de Núcleo Urbano que será formada por, no mínimo, 05 (cinco) membros, sendo 02 (dois) representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, 01(um) representante da Secretaria de Planejamento e Trânsito, 01 (um) representante da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e 01 (um) representante da Assessoria Jurídica do Município, nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo

Parágrafo único. A Comissão de Análise Prévia de Núcleo Urbano auxiliará os demais órgãos internos do Executivo Municipal envolvidos na aplicação da presente Lei.

Art. 40. O preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei substitui apenas parcialmente a exigência de apresentação dos estudos técnicos individuais para fins de regularização ambiental, referidos nos Art. 64 e 65, da Lei Federal nº 12.651/2012 os quais deverão ser complementados de acordo com as especificidades de cada caso, conforme orientações da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Benedito Novo.

Art. 41. Fazem parte desta Lei:

I - Anexo I: Mapa do Núcleo Urbano Previamente Identificado (NUr-PI), do Núcleo Urbano Mediante Análise (NUr-MA), da Área de Território Municipal que não constitui Núcleo Urbano (ATM-NCNUr) e das áreas de Relevante Interesse Ecológico;

II - Anexo II: Mapa da Linha Limite da Área de Preservação Permanente (LLAPP) ao longo dos cursos d'água e ao redor de nascentes, conforme a Lei Federal nº 12.651/2012;

III - Anexo III: Mapa da Linha Limite de Ocupação em Área de Preservação Permanente (LLO-APP) e da Linha Limite de 15 (quinze) metros (LL-15);

IV - Anexo IV: Mapa do Núcleo Urbano Informal que ocupa Área de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais (NUI-APP);

V - Anexo V: Mapa de risco hidrológico e de suscetibilidade a risco hidrológico;

VI - Anexo VI: Tabela de medidas da Linha Limite de Ocupação em Área de Preservação Permanente (LLO-APP);

VII - Anexo VII: Metodologia utilizada para definição do Núcleo Urbano Previamente Identificado (NUr-PI), Núcleo Urbano Mediante Análise (NUr-MA), Linha Limite da Área de Preservação Permanente (LAPP), Linha Limite de Ocupação da Área de Preservação Permanente (LLO-APP), Linha Limite de 15 metros (LL-15), Núcleo Urbano Informal que ocupa Área de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água naturais NUI-APP.

Art. 42. A regularização ambiental de que trata a presente lei será de interesse do proprietário do imóvel.

Art. 43. Enquanto não for regulamentado o procedimento de regularização fundiária no âmbito do Município, considera-se baixa renda para fins desta lei, famílias que possuam renda familiar de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos.

Art. 44. O Poder Executivo Municipal elaborará no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta Lei, a Carta de Inundação do Município de Benedito Novo, para fins de análise de risco dos pedidos de regularização ambiental.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.  
Benedito Novo, aos 19 de agosto de 2020.

Joice Aparecida Costa  
Chefe da Divisão de Compras

--	--



# Biguaçu

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 53 EDITAL 001/2016

Publicação Nº 2616295

CONVOCAÇÃO Nº 53 – Edital 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MAXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO A VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 20 de agosto de 2020.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

26 - ELIZABETE FERNANDES FARINA

CARGO: OPERADOR DE EQUIPAMENTOS PESADOS

01 - FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA

### HOMOLOGAÇÃO TP99/ 2020-PMB

Publicação Nº 2616127

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 99/2020-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP99/2020-PMB, " contratação de empresa especializada com fornecimento de material e prestação de serviços para a pavimentação asfáltica, implantação de sistema de drenagem das Ruas Célio de Oliveira, Julieta Ferreira e Servidão Salum Silva, Bairro Rio Caveiras, Município de Biguaçu, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, cronograma físico-financeiro, partes integrantes desse processo.

, bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor:

EMPRESA: AZIMUTE PAVIMENTACAO EIRELIVALOR:R\$ 491.406,13.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 21/08/2020.

Biguaçu 21 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 1946/2020

Publicação Nº 2617662

PORTARIA nº 1946 de 20 de agosto de 2020

Concede exoneração ao(a) Servidor(a), ocupante de cargo temporário, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração a(o) servidor(a) CARMEN LUCIA ALVES, ocupante do cargo temporário de AUXILIAR DE CIRURGIÃO DENTISTA DA FAMÍLIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 18/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 18/08/2020.

Biguaçu, 20 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1947/2020**

Publicação Nº 2617684

PORTARIA nº 1947/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ROSINELE HEINZ, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8017/2020 em anexo, no período de 22/07/2020 a 08/08/2020.

Biguaçu, 20 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1948/2020**

Publicação Nº 2617708

PORTARIA nº 1948/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VIVIAN CRISTINA SCHLEMPER, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8851/2020 em anexo, no período de 08/08/2020 a 17/08/2020.

Biguaçu, 20 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1949/2020**

Publicação Nº 2617709

PORTARIA nº 1949/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), VINICIUS MEDEIROS DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8026/2020 em anexo, no período de 16/07/2020 a 08/08/2020.

Biguaçu, 20 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1950/2020**

Publicação Nº 2617710

PORTARIA nº 1950/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ELAINE CRISTINA KIRCHOF, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8617/2020 em anexo, no período de 03/08/2020 a 17/08/2020.

Biguaçu, 20 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA N° 1951/2020**

Publicação N° 2617711

PORTARIA nº 1951/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MAYSA GONÇALVES GIL VICENTE, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8238/2020 em anexo, no período de 27/07/2020.

Biguaçu, 20 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA N° 1952/2020**

Publicação N° 2617972

PORTARIA nº 1952 de 21 de agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ANA PAULA DE SOUZA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 1953/2020**

Publicação N° 2617973

PORTARIA nº 1953 de 21 de agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, LEANDRO KROTH BASTIANELLO, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA II (CARTEIRA C) VEÍCULOS DE CARGAS, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 1954/2020**

Publicação N° 2617974

PORTARIA nº 1954 de 21 de agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, POLLYNI RICKEN, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO FLORESTAL, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1955/2020**

Publicação Nº 2617975

PORTARIA nº 1955 de 21 de agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, DANIELLE SENA LIMA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com jornada de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1956/2020**

Publicação Nº 2617976

PORTARIA nº 1956 de 21 de agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, FILIPE GOMES VIEIRA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE II, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1957/2020**

Publicação Nº 2617977

PORTARIA nº 1957 de 21 de agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, KAMYLLA SANTOS DA CUNHA, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1958/2020**

Publicação Nº 2617978

PORTARIA nº 1958 de 21 de agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, MAYARA REGINA CRUZ RIBEIRO DOS SANTOS, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO I, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1960/2020**

Publicação Nº 2618021

PORTARIA nº 1960/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), PRISCILA ESPINDOLA BEPLER, ocupante do cargo efetivo de PSICÓLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 7881/2020 em anexo, no período de 19/07/2020 a 07/08/2020.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1961/2020**

Publicação Nº 2618023

PORTARIA nº 1961/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GABRIELLA DA SILVA MEINSCHIN VIANA, ocupante do cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8574/2020 em anexo, no período de 04/08/2020 a 07/08/2020.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1962/2020**

Publicação Nº 2618026

PORTARIA nº 1962/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), HERON FELÍCIO PEREIRA, ocupante do cargo efetivo de MÉDICO PLANTONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8307/2020 em anexo, no período de 27/07/2020 a 31/07/2020.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1963/2020**

Publicação Nº 2618028

PORTARIA nº 1963/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8281/2020 em anexo, no período de 09/07/2020 a 17/07/2020.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1964/2020**

Publicação Nº 2618030

PORTARIA nº 1964/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FERNANDA DA SILVA CUNHA MEDEIROS, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8310/2020 em anexo, no período de 22/07/2020 a 04/08/2020.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1965/2020**

Publicação Nº 2618032

PORTARIA nº 1965/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARCOS HENRIQUE RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA GERAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8919/2020 em anexo, no período de 03/08/2020 a 30/09/2020.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1966/2020**

Publicação Nº 2618034

PORTARIA nº 1966/2020

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), FERNANDA APARECIDA DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 8795/2020 em anexo, no período de 06/08/2020 a 04/09/2020.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1967/2020**

Publicação Nº 2618054

PORTARIA nº 1967 de 21 de agosto de 2020

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) FILIPE GOMES VIEIRA, detentor(a) do cargo de provimento em comissão de DIRETOR DO TESOURO MUNICIPAL – CC3, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 21/08/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/08/2020.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI  
Secretária Municipal de Administração

**ATA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA TP124/2020-PMB**

Publicação N° 2616333

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

**ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E  
PROPOSTA DE PREÇOS TP124/2020-PMB**

ÀS 14:00 HORAS DO DIA 21 DE AGOSTO DE 2020, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DESIGNADA PELA PORTARIA 782/2020, PARA A ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS EMPRESAS: LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES -ME E MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI.

DANDO INÍCIO A SESSÃO FOI FEITO O CREDENCIAMENTO DO REPRESENTANTE PRESENTE DA EMPRESA LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES ME.

OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E REPRESENTANTE PRESENTE.

EM SEGUIDA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES, ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL. O REPRESENTANTE PRESENTE ABRE MÃO DE RECURSO, BEM COMO TAMBÉM O REPRESENTANTE DA EMPRESA MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI, ENVIOU POR EMAIL DOCUMENTO DE DESISTÊNCIA DE RECURSO.

DANDO CONTINUIDADE AOS TRABALHOS, FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS DAS EMPRESAS HABILITADAS. OS DOCUMENTOS FORAM ANALISADOS E RUBRICADOS PELA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E REPRESENTANTE PRESENTE ESTANDO EM CONFORMIDADE COM O EDITAL.

OS VALORES APRESENTADOS FORAM OS SEGUINTE:

LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES -ME: R\$195.788,00;

MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI: R\$195.563,16.

A EMPRESA QUE APRESENTOU O MENOR VALOR FOI MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI.

O REPRESENTANTE PRESENTE ABRE MÃO DE RECURSO.

NADA MAIS A CONSTAR, ENCERRA-SE A PRESENTE ATA QUE VAI ASSINADA PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E MEMBROS E PELOS REPRESENTANTES PRESENTES.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO:**

**NABEL ANA M. DE CAMPOS  
PRESIDENTE MEMBRO**

**MARISTELA LIRA B. DE ÁVILA  
MEMBRO**

**ANA CLÁUDIA SAGÁS  
MEMBRO**

**LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES -ME \_\_\_\_\_**



**CONVOCAÇÃO Nº 09 EDITAL 002/2020**

Publicação Nº 2617951



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**CONVOCAÇÃO Nº 009 – Edital 002/2020**

A Secretaria Municipal de Administração, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo SEMAD Edital 002/2020, abaixo relacionado para comparecer na Rua: Praça Nereu Ramos, Nº 90 – Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia **26/08/2020**, munidos da Carteira de Identidade (original) para dar início ao processo de admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE P NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ DITO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluído aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 17 de agosto de 2020.

**Ramon Wollinger**

Prefeito Municipal

CARGO: GUARDA PATRIMONIAL – 40HS

005 – ERIKS RIBEIRO DA SILVA - Chamada de acordo com o Art.2º da Lei Nº 1528 de 02 de maio de 2001.

Praça Nereu Ramos, nº 90  
Centro – Biguaçu – CEP 88.160-116  
Telefone (48) 3094 4100



**CONVOCAÇÃO Nº 10 EDITAL 002/2020**

Publicação Nº 2617955



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**CONVOCAÇÃO Nº 010 – Edital 002/2020**

A Secretaria Municipal de Administração, **no uso das atribuições**, CONVOCA o candidato aprovado no Processo Seletivo SEMAD Edital 002/2020, abaixo relacionado para comparecer na Rua: Praça Nereu Ramos, Nº 90 – Bairro: Centro – Biguaçu – SC, até o dia **30/08/2020**, munidos da Carteira de Identidade (original) para dar início ao processo de admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE P NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ DITO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluído aprovação no exame pré-admissional, o candidato assinará contrato e iniciará suas atividades.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

**Ramon Wollinger**

Prefeito Municipal

CARGO: GUARDA PATRIMONIAL – 40HS

006 – ALLAN PIRES DA SILVA - Chamada de acordo com o Art.2º da Lei Nº 1528 de 02 de maio de 2001.

Praça Nereu Ramos, nº 90  
Centro – Biguaçu – CEP 88.160-116  
Telefone (48) 3094 4100



**ERRATA PE 107/2020 PMB**

Publicação Nº 2616461

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE BIGUAÇU SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO nº 107/2020- PMB**

Comunicamos às empresas interessadas no **PE 107/2020-PMB**, que tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento, administração, emissão e fornecimento de documentos de legitimação na forma de cartão magnético personalizado com senha e logotipo exclusivo, denominados Cartão Social (SMASH), destinados às famílias atendidas pela Secretaria de Assistência Social e Habitação do Município de Biguaçu - SC, ao Benefício Eventual.**, que após recebimento de questionamento, viu-se a necessidade da alteração do edital do referido processo, conforme segue:

**Onde se lê:** Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer Licitante poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, na forma eletrônica, mediante petição, a ser enviada exclusivamente pelo [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), até as 14:00 horas, no horário oficial de Brasília – DF.

**Leia-se:** Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer Licitante poderá impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico, mediante petição, a ser enviada para e-mail: [pregao@bigua.sc.gov.br](mailto:pregao@bigua.sc.gov.br) ou [licitacao.bigua@gmail.com](mailto:licitacao.bigua@gmail.com) ou entregar diretamente no setor de licitações da prefeitura de Biguaçu, até as 14:00 horas, no horário oficial de Brasília – DF.

**Diante do exposto, agenda-se nova data de realização da sessão de licitação:**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 04 DE SETEMBRO DE 2020.**

**HORÁRIO: 17:00 HORAS**

As demais informações constantes no edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 21 de agosto de 2020.

Gerson da Silva  
Pregoeiro Municipal

**IL140/21020-PMB**

Publicação N° 2616165

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 140/2020-PMB**

**OBJETO:** Aquisição de LABORATÓRIO MÓVEL, para atender aos alunos do 6º ao 9º da Rede Municipal de Ensino.

**EMPRESA CONTRATADA:** NOVAFROTA EQUIPAMENTOS S/A

**VALOR:** R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

**VIGÊNCIA:** 60 (sessenta)

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

575 9/2 2020 34490529900000000000

**JUSTIFICATIVA:** Ao optarmos pelo conceito de LABORATÓRIO MÓVEL, levamos em consideração vários aspectos positivos, que possibilitam equipar as escolas com este importante instrumento de trabalho, de maneira prática e objetiva.

Com o laboratório didático móvel é possível ministrar aulas práticas de Ciências da Natureza nas próprias salas de aulas, sem deslocar os alunos para outro local, pois o laboratório vai até a sala de aula. Com isto, não é necessário disponibilizar uma sala específica para esta finalidade (que a maioria das escolas não tem), sem contar com a complexidade para se equipar adequadamente um laboratório de ciências convencional para aulas práticas.

Os laboratórios didáticos móveis são unidades autônomas, com características funcionais independentes, que reúne materiais para experiências e condições técnicas suficientes para o exercício das aulas práticas de Ciências da Natureza, Química, Física, Biologia e Matemática atendendo plenamente o currículo do Ensino Fundamental e Médio, de acordo com o conjunto de materiais para cada fase do aprendizado (6º ao 9º ano e Ensino Médio).

As unidades do laboratório didático móvel possuem energia própria, bancada de trabalho, reservatório de água limpa e servida, compressor de ar, unidade de calor (gás), extintor de incêndio, sistema de segurança, quadro branco (lousa) com Flip Chart, medidor de nível de água, toalheiro para papel e mais de 250 itens diferentes de materiais (num total de mais de 800 componentes) para uso nas experiências, suficientes para ministrar as aulas práticas de ciências, podendo ser transferido de uma sala de aula para outra ou até mesmo para uma feira de ciências, aulas ao ar livre, etc... De maneira prática e descomplicada, bastando apenas transportá-lo, pois todos os materiais estão acomodados dentro da própria unidade de trabalho. Além destas características, o fornecedor deverá obrigatoriamente instalar os laboratórios nas escolas indicadas, oferecendo garantias contra defeitos de fabricação por um período mínimo de 01 (um) ano, assistência técnica no local e capacitação para os professores operarem com o laboratório.

Deste modo, optou-se por processo de Inexigibilidade, com fundamento no art. 25, I:

*I- "para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes". O valor contratado está dentro do praticado no mercado, e a empresa contratada apresentou todos os documentos de regularidade fiscal dentro de seu prazo de validade.*

**Biguaçu, 21 de agosto de 2020.**

**RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL**

***Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani***  
**Secretária de Administração**

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 12.785/2020

Publicação Nº 2616823

DECRETO Nº 12.785, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.904, de 20 de agosto de 2020,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 7.947.240,00 (sete milhões, novecentos e quarenta e sete mil e duzentos e quarenta reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0020.2018 – Manut. das Atividades de Compras e Licitações

Modalidade 3.3.90 (62) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio

Atividade 05.04.04.122.0020.2021 – Manut. das Ativ. de Guarda e Conservação do Patrimônio

Modalidade 3.3.90 (76) Aplicações Diretas R\$ 210.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0802 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.02.04.131.0023.2031 – Manut. das Ativ. de Divulgação das Ações do Governo

Modalidade 3.3.90 (136) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

#### 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 09.01.12.122.0026.2035 – Manut. das Ativ. Administrativas da Semed

Modalidade 3.1.90 (147) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0047.1003 – Construção/Ampliação/Reformas UEs

Modalidade 4.4.90 (157) Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0050.2336 – Manut. Ativ. Educação de Jovens e Adultos

Modalidade 3.1.90 (193) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.361.0051.2047 – Manut. Atividades da Educação Especial - Ens.Fundamental

Modalidade 3.3.90 (199) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0047.1006 – Construção/Ampliação/Reforma Ceis - Creche

Modalidade 4.4.90 (208) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2046 – Manut. Desenv. Ensino Educação Basica- Fundeb/Creche

Modalidade 3.1.90 (226) Aplicações Diretas R\$ 3.800.000,00

Fonte de Recursos 0118.00000

Modalidade 3.1.90 (227) Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00

Fonte de Recursos 0119.00000

Modalidade 3.3.50 (231) Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Fonte de Recursos 0119.00000

#### 35 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

3503 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 35.03.13.122.0037.2499 – Manut. Ativ. Diretoria Administrativo-Financeira da Cultura

Modalidade 3.3.90 (805) Aplicações Diretas R\$ 24.740,00

Fonte de Recursos 0100.00000

3504 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura

Atividade 35.04.13.392.0084.2500 – Fundo Municipal de Apoio a Cultura

Modalidade 3.3.90 (824) Aplicações Diretas R\$ 18.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

37 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3705 – Diretoria de Educação Ambiental e Bem Estar Animal

Atividade 37.05.18.541.0003.2514 – Manut. Ativ. Diret. De Educação Ambiental e Bem-Estar Animal

Modalidade 3.3.90 (882) Aplicações Diretas R\$ 99.500,00

Fonte de Recursos 0100.00080

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º deste Decreto, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA-GERAL DO MUNICIPIO

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.28.846.0000.2012 – Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios

Modalidade 3.3.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0501 – Administrativo do Gabinete

Atividade 05.01.04.122.0020.2017 – Manut. das Ativ. Administrativas da Sede

Modalidade 4.4.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0020.2018 – Manut. das Atividades de Compras e Licitações

Modalidade 4.4.90 (63) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0020.2020 – Manutenção das Atividades de Pessoal

Modalidade 3.3.90 (66) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 05.03.04.128.0020.2332 – Manut. de Bolsa de Estudos á Estudantes

Modalidade 3.3.90 (72) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.361.0048.2043 – Manut. Desenv. Ensino Educação Básica- Fundeb/Ens. Fundamental

Modalidade 3.1.90 (182) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Modalidade 3.1.90 (183) Aplicações Diretas R\$ 3.800.000,00

Fonte de Recursos 0118.00000

Atividade 09.03.12.361.0048.2326 – Manut. da Concessão de Benefícios ao Servidor Público - EF

Modalidade 3.3.90 (190) Aplicações Diretas R\$ 915.000,00

Fonte de Recursos 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2340 – Manut. Desenv. Ensino Educação Básica - Fundeb/Pré Escola

Modalidade 3.1.90 (238) Aplicações Diretas R\$ 1.600.000,00

Fonte de Recursos 0119.00000

Modalidade 3.3.50 (242) Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Fonte de Recursos 0119.00000

35 – SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

3501 – Diretoria de Cultura

Atividade 35.01.13.392.0084.2493 – Banda Municipal

Modalidade 3.3.50 (772) Aplicações Diretas R\$ 12.740,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 35.01.13.392.0084.2494 – Promoção de Eventos Culturais

Modalidade 3.3.90 (773) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

37 – SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

3705 – Diretoria de Educação Ambiental e Bem Estar Animal

Atividade 37.05.18.541.0003.2515 – Manut. Ampliação das Ações de Educação Ambiental

Modalidade 3.3.90 (887) Aplicações Diretas R\$ 49.500,00  
Fonte de Recursos 0100.00080

3706 – Diretoria de Desenvolvimento Rural  
Atividade 37.06.20.606.0095.2538 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural  
Modalidade 3.3.90 (902) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ R\$ 2.021.788,34 (dois milhões, vinte e um mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e quatro centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB  
2601 – Fundação Promot. de Exposições de Blumenau - Proeb  
Atividade 26.01.23.122.0033.2138 – Manutenção das Atividades da Proeb  
Modalidade 3.1.90 (04) Aplicações Diretas R\$ 350.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Modalidade 3.3.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 1.460.788,34  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Modalidade 4.4.90 (29) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Modalidade 3.1.91 (30) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000  
Modalidade 3.3.91 (31) Aplicações Diretas R\$ 160.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º deste Decreto, correrão por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER  
1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção  
Atividade 16.02.23.695.0080.2280 – Manut. Atividades de Planejamento e Promoção  
Modalidade 3.3.50 (1078) Aplicações Diretas R\$ 36.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES  
3801 – Diretoria Administrativa  
Atividade 38.01.04.122.0043.2517 – Manut. Ativ. Diretoria Administrativa da SMTT  
Modalidade 3.1.90 (931) Aplicações Diretas R\$ 1.200.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

39 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA  
3901 – Diretoria Administrativa  
Atividade 39.01.08.122.0044.2525 – Manut. Ativ. Diretoria Administrativa da Família  
Modalidade 3.1.90 (973) Aplicações Diretas R\$ 785.788,34  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 12.786/2020

Publicação Nº 2616826

DECRETO Nº 12.786, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "a", da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício, no orçamento da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Obras e Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, na fonte de recurso



0179.00000, no valor de R\$2.766.397,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil, trezentos e noventa e sete reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0047.1006–Construção/Ampliação/Reforma Ceis- Creche

Modalidade 4.4.90 (1192) Aplicações Diretas R\$ 598.250,00

Fonte de Recursos 0179.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2413 – Manut. das Ativ. De Educação Infantil - Creche

Modalidade 3.3.90 (1193) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0179.00000

Atividade 09.03.12.365.0049.2414 – Manut. das Ativ. De Educação Infantil – Pré-Escola

Modalidade 3.3.90 (1194) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0179.00000

0904 – Diretoria de Desenvolvimento Paradesporto

Atividade 09.04.12.367.0051.2345 – Manut. Ativ. De Desenvolvimento Paradesporto

Modalidade 4.4.90 (1195) Aplicações Diretas R\$ 168.147,00

Fonte de Recursos 0179.00000

**11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

1102 – Diretoria de Projetos de Infraestrut.Urbana

Atividade 11.02.15.451.0052.1010 – Execução de Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação de Ruas

Modalidade 4.4.90 (1189) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0179.00000

**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO**

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.15.451.0052.1173–Projetos Especiais p/Desenvolvimento Urbano

Modalidade 4.4.90 (1190) Aplicações Diretas R\$ 1.270.000,00

Fonte de Recursos 0179.00000

**14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E MANUT. URBANA**

1403 – Diretoria de Manutenção de Bairros

Atividade 14.03.15.451.0094.2077 – Manutenção das Atividades de Manutenção de Bairros

Modalidade 4.4.90 (1196) Aplicações Diretas R\$ 230.000,00

Fonte de Recursos 0179.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 12.787/2020**

Publicação Nº 2616827

DECRETO Nº 12.787, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA O ATO DE REGISTRO E O LICENCIAMENTO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, inciso II, combinado com o art. 75, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações posteriores, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 17.071, de 12 de janeiro de 2017, quanto ao Enquadramento Empresarial Simplificado (EES) das pessoas jurídicas cuja atividade econômica seja considerada de baixo grau de risco, no intuito de incentivar o desenvolvimento econômico, e simplificar os processos;

CONSIDERANDO as Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional – CGSN e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto estabelece procedimento especial no âmbito do Município de Blumenau para os atos de registro e o licenciamento do Microempreendedor Individual - MEI.

CAPITULO I



**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – Consulta de Viabilidade: ato pelo qual a administração municipal, mediante requerimento formal ou eletrônico, informa sobre os requisitos e impedimentos para o exercício de atividade econômica no território municipal, nos termos da Legislação vigente, sendo este requisito essencial para se estabelecer e funcionar;

II – Alvará de Localização e Funcionamento: procedimento administrativo posterior ao registro empresarial e inscrições tributárias em que o Poder Executivo Municipal verifica o preenchimento dos requisitos previstos na legislação e autoriza o funcionamento de determinada atividade;

III - Alvará de Localização e Instalação: procedimento administrativo posterior ao registro empresarial e inscrições tributárias em que o Poder Executivo Municipal autoriza a instalação de estabelecimentos que pretendam exercer atividade econômica sujeita a licenças ou autorizações de funcionamento específicas, emitidas pelos órgãos e entidades competentes;

IV - Termo de Ciência e Responsabilidade: documento gerado em conjunto com o CCMEI e assinado pelo responsável legal pelo estabelecimento em que se responsabiliza e atesta que cumprirá com a legislação municipal, estadual e federal vigentes acerca das condições de higiene, segurança, de uso, estabilidade e habitabilidade da edificação, nos termos da lei Estadual nº 17.071/17;

V – Enquadramento Empresarial Simplificado (EES): Autodeclaração assinada pelo responsável legal pelo estabelecimento, de que as informações prestadas são verídicas, que sua atividade se enquadra como baixo risco e que conhece as normas relacionadas às atividades constantes no cadastro de pessoa jurídica, nos termos da Lei Estadual nº 17.071/17.

VI – atividade econômica: ramo de atividade identificado a partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE);

VII – grau de risco: nível de perigo em potencial à integridade física e a saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio em decorrência do exercício de atividade econômica;

VIII – atividade econômica sem grau de risco: atividades de prestação de serviços desenvolvidas, sem estabelecimento físico ou armazenamento de produtos em sua sede, na condição de "Escritório Virtual", obrigatoriamente compartilhada com o uso residencial, e que não impliquem em atividades reguladas pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária (SNVS) ou que não esteja obrigado ao licenciamento sanitário e ambiental;

IX – atividade econômica de baixo grau de risco: aquela que permite o início da operação do estabelecimento sem a necessidade da realização de vistoria prévia, para a comprovação do cumprimento de exigências, por parte dos órgãos e das entidades responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento;

X – atividade econômica de alto grau de risco: aquelas que exigem vistoria prévia por parte dos órgãos e das entidades responsáveis pela emissão de licenças e autorizações, antes do início do funcionamento da empresa;

XI – Microempreendedor individual (MEI): o empresário individual que se enquadre no disposto no §1º do artº 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**CAPITULO II****DO LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES**

Art. 3º O licenciamento inicial, as alterações e as baixas dos MEI's serão realizados de forma presencial ou on-line, competindo aos servidores da Praça do Empreendedor disponibilizar as informações e instruções necessárias.

**Seção I****Consulta Prévia de Viabilidade**

Art. 4º É obrigatória às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa dos empreendimentos a realização prévia da Consulta de Viabilidade, de modo a prover ao interessado certeza quanto à documentação exigível e à viabilidade do registro ou inscrição do seu negócio, nos termos do regulamento da Lei Complementar Federal nº 123/06.

Parágrafo único. A Consulta de Viabilidade informará ao interessado:

I – a descrição oficial do endereço de seu interesse com a possibilidade de exercício da atividade desejada no local escolhido;

II – todos os requisitos a serem cumpridos para obtenção de licenças e alvarás de funcionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização;

III - orientações referentes às exigências que cada órgão tem quanto ao tipo de atividade que o MEI queira exercer.

Art. 5º Os órgãos municipais competentes darão resposta à Consulta de Viabilidade no prazo máximo de três dias úteis para o endereço eletrônico fornecido ou, se for o caso, para o endereço do interessado, informando sobre a compatibilidade do local com a atividade solicitada.

**Seção II****Dos Alvarás de Localização e Funcionamento e**

## de Localização e Instalação

Art. 6º Nenhum estabelecimento comercial, industrial, de prestação de serviços ou de outra natureza poderá se estabelecer ou funcionar sem Alvará de Localização e Instalação ou Alvará de Localização e Funcionamento, conforme o caso, emitido pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 7º Para o licenciamento da ocupação MEI, o processo deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Consulta de Viabilidade para estabelecer adequada para o local e atividade pretendida;

II - documento oficial com foto do interessado;

III - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI;

IV - comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

V - formulário do Boletim de Informações Cadastrais (BICIM) preenchido e assinado;

VI - documento oficial do Corpo de Bombeiros.

§1º A critério do interessado, desde que compareça pessoalmente e munido de documento oficial com foto, a Praça do Empreendedor realizará as consultas e os procedimentos necessários para a obtenção do alvará de localização e funcionamento do MEI.

§2º A Praça do Empreendedor poderá solicitar ao interessado a obtenção de documentos complementares, bem como incluir, excluir e alterar os CNAEs e ocupações disponíveis no sistema interno da consulta de viabilidade, conforme as especificações do CONCLA – Comissão Nacional de Classificação e deliberações dos demais órgãos licenciadores municipais, estaduais ou federais.

Art. 8º Atendidos os requisitos previstos no art. 7º deste Decreto, o Alvará de Localização e Funcionamento será concedido automaticamente ao MEI, desde que nenhuma das ocupações pretendidas se sujeite ao licenciamento ambiental ou sanitário.

Art. 9º Quando qualquer das ocupações pretendidas se sujeitar ao licenciamento sanitário ou ambiental, será emitido o Alvará de Localização e Instalação e condicionado o Alvará de Localização e Funcionamento à apresentação dos alvarás sanitário ou ambiental, conforme o caso, no prazo de até 120 dias.

§1º Constará do Alvará de Localização e Instalação a informação que está sendo concedido provisoriamente pelo prazo de 120 dias contados do ato do registro e que somente será convertido em Alvará de Localização e Funcionamento quando obtidas as licenças ou alvarás emitidos pelos órgãos e entidades competentes.

§2º O Alvará de Localização e instalação será acompanhado de informações concernentes aos requisitos para funcionamento e exercício das atividades econômicas constantes do CCMEI, para efeito de cumprimento das normas de segurança sanitária, ambiental e de prevenção contra incêndio vigentes no município.

§3º Não havendo a conversão do Alvará de Localização e Instalação em Alvará de localização e Funcionamento no prazo mencionado no §1º desde artigo, fica automaticamente cancelado o Alvará de Localização e Instalação.

## Seção III

### Licenciamento Ambiental

Art. 10. São sujeitas ao licenciamento ambiental as atividades assim definidas em regulamentação específica dos órgãos ambientais da União, do Estado e do Município de Blumenau.

Art. 11. O pedido, o processamento e a concessão do licenciamento ambiental observarão a regulamentação própria da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMAS.

## Seção IV

### Licenciamento Sanitário

Art. 12. As ocupações MEI sujeitas ao licenciamento sanitário, a classificação de risco sanitário das mesmas, bem como as atividades permitidas, não permitidas ou permitidas com restrições estão definidas no Anexo Único deste Decreto, com base na resolução Normativa 001/DIVS/SUV/SC, de 17/02/2020, da Diretoria de Vigilância Sanitária de SC e suas posteriores atualizações.

§1º Caso todas as ocupações pertencentes ao mesmo MEI sejam classificadas como baixo grau de risco, fica o estabelecimento dispensado de vistoria prévia para seu licenciamento, sendo concedido o Alvará Sanitário mediante Autodeclaração Sanitária, permitindo assim o início do funcionamento da atividade.

§2º Caso alguma ocupação MEI informada pelo interessado seja classificada como alto grau de risco, fica o estabelecimento obrigado à vistoria prévia, somente sendo permitido o início do funcionamento após a emissão do Alvará Sanitário.

§3º Os microempreendedores cujas atividades necessitem de licenciamento sanitário responderão, nos termos legais, por infrações e danos causados à saúde pública.

Art. 13. A regularização dos empreendimentos objeto deste decreto junto à Vigilância Sanitária municipal pressupõe a anuência dos empreendedores quanto à inspeção sanitária do local de exercício das atividades.

Art. 14. Às ocupações MEI constantes na Tabela do Anexo Único que necessitem de Alvará Sanitário, classificadas como de Baixo Grau de Risco, localizadas em endereço residencial, somente será concedido licenciamento sanitário mediante o cumprimento dos requisitos constantes no item C do mesmo anexo.

Art. 15. Ao MEI cuja atividade seja regulada pela Vigilância Sanitária será concedida Certidão de Inexigibilidade sanitária para Escritório Administrativo (EA), exclusivamente, quando ocorrer a prestação de serviços sem estabelecimento físico, sendo proibido o depósito de produtos pertinentes ao exercício de suas atividades no endereço registrado, observados os seguintes requisitos:

I - possua o uso do serviço ou de comércio associado obrigatoriamente ao uso residencial;

II - não possua indicação de placas de publicidade;

III - endereço somente para fins de correspondência e domicílio fiscal, não podendo efetuar atendimentos presenciais e armazenamento de produtos;

IV - dispensa da apresentação do atestado de funcionamento do Corpo de Bombeiros Militar, uma vez que não haverá local físico de exercício de atividade para vistoriar.

Parágrafo único. Os MEIs na condição de Escritório Administrativo (EA) serão passíveis de vistorias dos órgãos fiscalizadores.

Art. 16. O pedido de concessão do Alvará Sanitário deverá ser protocolado pelo sistema VISA dentro do prazo máximo de 60 dias contados da emissão do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI.

Art. 17. Na hipótese de indeferimento da solicitação do alvará sanitário, o interessado será informado a respeito dos fundamentos da decisão e será oferecida orientação para adequação às exigências legais.

#### Seção V Da Fiscalização

Art. 18. A competência no âmbito municipal para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas ao MEI é da Fiscalização Tributária e, no âmbito de suas competências, as fiscalizações Sanitária, de Posturas e Ambiental.

Art. 19. A fiscalização municipal, no que se refere aos aspectos sanitário, ambiental, de segurança e de uso e ocupação do solo, relativos ao MEI, deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§1º Quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço da fiscalização.

§2º Constatado eventual desrespeito aos parâmetros de incomodidade, condições de instalação, segurança e higiene e outras posturas municipais relativas à regularidade do imóvel nos termos da legislação municipal aplicável, o proprietário da edificação em situação irregular responderá solidariamente com a pessoa física ou jurídica responsável pela atividade exercida com base no alvará emitido pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 20. A qualquer tempo o município poderá se manifestar quanto à correção do endereço de exercício da ocupação do Empresário Individual (MEI) relativamente à sua descrição oficial, assim como quanto à possibilidade de que este exerça as ocupações constantes da inscrição no órgão de registro e do enquadramento tributário federal na condição de Microempreendedor Individual no local.

§1º Manifestando-se contrariamente à descrição do endereço de exercício da ocupação do MEI, a município notificará o interessado para a devida correção, sob pena de cassação das licenças.

§2º Manifestando-se contrariamente à possibilidade de que o MEI exerça suas ocupações no local indicado aos órgãos de registro, o município notificará o interessado, fixando prazo para a transferência da sede de sua ocupação, sob pena de cassação das licenças.

### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. As Secretarias Municipais da Fazenda, da Saúde, do Desenvolvimento Econômico e do Meio Ambiente e Sustentabilidade poderão expedir, se necessário, instruções normativas para a correta aplicação deste Decreto.

Art. 22. Fica revogado o Decreto nº 9.718, de 31 de maio de 2012.

Art. 23. Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 17 de agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 12.787/2020 - ANEXO UNICO

Publicação Nº 2616829

## ANEXO ÚNICO – DECRETO Nº 12.787, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

## TABELA DE ATIVIDADES DE OCUPAÇÃO MEI COM CLASSIFICAÇÃO DE RISCO SANITARIO PARA MEI (PERMITIDAS COM RESTRIÇÃO E NÃO PERMITIDAS)

1. PCR – ATIVIDADE PERMITIDA COM RESTRIÇÃO
2. PRODUTO ARTESANAL (Baixo risco): aquele produzido em escala reduzida com atenção direta e específica dos responsáveis por sua manipulação. Sua produção é, em geral, de origem familiar ou de pequenos grupos, o que possibilita e favorece a transferência de conhecimentos sobre técnicas e processos originais.
3. INDEPENDENTE – O Termo “Independente” foi acrescentado em todas as ocupações do MEI através da Resolução 137 CGSN/2017. Entende-se como independente a ocupação exercida pelo titular do empreendimento desde que este não guarde, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

CNAE	Ocupação MEI	Descrição da subclasse CNAE	Vigilância sanitária	Grau de Risco Sanitário	Restrições sanitárias	Observações
0121-1/01	Viveirista Independente	Horticultura, exceto morango	N/A	N/A		
0159-8/01	Apicultor Independente	Apicultura	N/A	N/A		
0159-8/02	Criador de animais domésticos Independente	Criação de animais de estimação	N/A	N/A		Atividade depende de autorização previa da SEMMAS/CEPREAD, conforme Art. 29 da Lei Complementar Municipal 1054/2016.
0161-0/02	Prestador(a) De Serviços de Poda, Sob Contrato de Empreitada, Independente	Serviço de Poda de Arvores Para Lavoura	N/A	N/A		
0161-0/03	Prestador(a) De Serviços de Colheita, Sob Contrato de Empreitada, Independente	Serviço de Preparação de Terreno, Cultivo e Colheita	N/A	N/A		
0161-0/03	Prestador(a) De Serviços de Preparação de Terrenos, Sob Contrato de Empreitada, Independente	Serviço de Preparação de Terreno, Cultivo e Colheita	N/A	N/A		
0161-0/03	Prestador(a) De Serviços de Roçagem, Destocamento, Lavração, Gradagem e	Serviço de Preparação de Terreno, Cultivo e Colheita	N/A	N/A		

	Sulcamento, Sob Contrato de Empreitada, Independente								
0161-0/03	Prestador(a) De Serviços de Semeadura, Sob Contrato de Empreitada, Independente	Serviço de Preparação de Terreno, Cultivo e Colheita	N/A	N/A					
0162-8/02	Tosquiador Independente	Serviço de tosquiamiento de ovinos	N/A	N/A					
0321-3/04	Criador De Peixes Ornamentais Em Água Salgada Independente	Criação De Peixes Ornamentais Em Água Salgada E Salobra	N/A	N/A					
0322-1/04	Criador De Peixes Ornamentais Em Água doce Independente	Criação De Peixes Ornamentais Em Água doce	N/A	N/A					
0892-4/01	Salineiro/extrator De Sal Marinho Independente	Extração de sal marinho	N/A	N/A					
1013-9/01	Fabricante de produtos derivados de carne Independente	Fabricação de produtos de carne	N/A	N/A					Exigência: Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os empreendimentos produtores de carnes, pescados, ovos, mel, leites e seus derivados, bebidas alcoólicas e outros são objeto de fiscalização/inspeção dos órgãos da agricultura.
1013-9/01	Salsicheiro/linguiceiro Independente	Fabricação de produtos de carne	N/A	N/A					Exigência: Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os empreendimentos produtores de carnes, pescados, ovos, mel, leites e seus derivados, bebidas alcoólicas e outros são objeto de fiscalização/inspeção dos órgãos da agricultura.
1031-7/00	Compoteiro Independente	Fabricação de conservas de frutas	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO				(A); (B); (C)	
1031-7/00	Fabricante de conservas de frutas Independente	Fabricação de conservas de frutas	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO				(A); (B); (C)	
1031-	Fabricante de polpa de frutas	Fabricação de conservas de frutas	PCR - Exigência de	BAIXO RISCO				(A); (B); (C)	

7/00	Independente		Alvará Sanitário	SANITARIO		
1031-7/00	Fabricante de amendoim e castanha de caju torrados e salgados Independente	Fabricação de conservas de frutas	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1031-7/00	Beneficiador de castanha Independente	Fabricação de conservas de frutas	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1032-5/99	Fabricante de conservas de legumes e outros vegetais Independente	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais, exceto palmito	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1033-3/01	Fabricante de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes Independente	Fabricação de sucos concentrados de frutas, hortaliças e legumes	N/A	N/A		Exigência: Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os empreendimentos produtores de carnes, pescados, ovos, mel, leites e seus derivados, bebidas alcoólicas e outros são objeto de fiscalização/inspeção dos órgãos da agricultura.
1033-3/02	Fabricante de sucos de frutas, hortaliças e legumes Independente	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	N/A	N/A		Exigência: Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os empreendimentos produtores de carnes, pescados, ovos, mel, leites e seus derivados, bebidas alcoólicas e outros são objeto de fiscalização/inspeção dos órgãos da agricultura.
1052-0/00	Fabricante de laticínios Independente	Fabricação de laticínios	N/A	N/A		Exigência: Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os empreendimentos produtores de carnes, pescados, ovos, mel, leites e seus derivados, bebidas alcoólicas e outros são objeto de fiscalização/inspeção dos órgãos da agricultura.
1052-0/00	Queijeiro/ Manteigueiro Independente	Fabricação de laticínios	N/A	N/A		Exigência: Registro de Estabelecimento no Ministério da

									Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Os empreendimentos produtores de carnes, pescados, ovos, mel, leites e seus derivados, bebidas alcoólicas e outros são objeto de fiscalização/inspeção dos órgãos da agricultura.
1061-9/02	Fabricante de produtos derivados do arroz Independente	Fabricação de produtos do arroz	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1063-5/00	Farinheiro de mandioca Independente	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1064-3/00	Farinheiro de milho Independente	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1065-1/01	Fabricante de amido e féculas de vegetais Independente	Fabricação de amidos e féculas de vegetais	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1069-4/00	Moendeiro Independente	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1071-6/00	Fabricante de açúcar mascavo Independente	Fabricação de açúcar em bruto	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1071-6/00	Fabricante de rapadura e melaço Independente	Fabricação de açúcar em bruto	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1091-1/01	Fabricante de pão de queijo congelado Independente	Fabricação de produtos de panificação industrial	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1091-1/01	Padeiro Independente	Fabricação de produtos de panificação industrial	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1091-1/02	Confeiteiro Independente	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				
1092-9/00	Bolacheiro /biscoiteiro Independente	Fabricação de biscoitos e bolachas	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)				

1093-7/01	Chocolateiro Independente	Fabricação de produtos derivados do cacau e de chocolates	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1093-7/02	Fabricante de balas, confeitos e frutas cristalizadas Independente	Fabricação de frutas cristalizadas, balas e semelhantes	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1094-5/00	Fabricante de massas alimentícias Independente	Fabricação de massas alimentícias	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1095-3/00	Fabricante de especiarias Independente	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	
1096-1/00	Fabricante de alimentos prontos congelados Independente	Fabricação de alimentos e pratos prontos	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1099-6/01	Vinagreiro Independente	Fabricação de vinagres	N/A	N/A		
1099-6/04	Fabricante de gelo comum Independente	Fabricação de gelo comum	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1099-6/05	Fabricante de chá Independente	Fabricação de produtos para infusão (chá, mate, etc)	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	
1099-6/99	Fabricante de geléia de mocotó Independente	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1099-6/99	Fabricante de produtos de soja Independente	Fabricação de outros produtos alimentícios não especificados anteriormente	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1122-4/03	Fabricante de refrescos, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas Independente	Fabricação de refresco, xaropes e pós para refrescos, exceto refrescos de frutas	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(A); (B); (C)	
1220-4/99	Fabricante de fumo e derivados do fumo Independente	Fabricação de outros produtos do fumo, exceto cigarros, cigarrilhas e charutos	N/A	N/A		
1311-/00	Fabricante de fios de algodão Independente	Preparação e fiação de fibras de algodão	N/A	N/A		



1312-0/00	Fabricante de fios de linho, rami, juta, seda e lã Independente	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	N/A	N/A	N/A	
1321-9/00	Tecelão de algodão Independente	Tecelagem de fios de algodão	N/A	N/A	N/A	
1322-7/00	Tecelão Independente	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	N/A	N/A	N/A	
1340-5/01	Estampador de peças do vestuário Independente	Estamparia e texturização em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças do vestuário	N/A	N/A	N/A	
1340-5/99	Bordado Independente	Outros Serviços De Acabamento Em Fios, Tecidos, Artefatos Têxteis E Peças Do Vestuário	N/A	N/A	N/A	
1340-5/99	Customizador de roupas Independente	Outros Serviços De Acabamento Em Fios, Tecidos, Artefatos Têxteis E Peças Do Vestuário	N/A	N/A	N/A	
1351-1/00	Fabricante de artefatos têxteis para uso doméstico Independente	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	N/A	N/A	N/A	
1352-9/00	Tapeceiro Independente	Fabricação de artefatos de tapeçaria	N/A	N/A	N/A	
1353-7/00	Redeiro Independente	Fabricação De Artefatos De Cordoaria	N/A	N/A	N/A	
1359-6/00	Artesão Textil Independente	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados	N/A	N/A	N/A	
1359-6/00	Rendeiro Independente	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	N/A	N/A	N/A	
1411-8/01	Fabricante de roupas íntimas Independente	Confecção de roupas íntimas	N/A	N/A	N/A	
1411-8/02	Fabricante de partes de roupas íntimas – facção Independente	Facção de roupas íntimas	N/A	N/A	N/A	
1412-6/01	Costureiro De Roupas, Exceto Sob Medida Independente	Confecção De Peças De Vestuário, Exceto Roupas Íntimas E As Confeccionadas Sob Medida	N/A	N/A	N/A	
1412-6/02	Alfaiate Independente	Confecção, Sob Medida, De Peças Do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas	N/A	N/A	N/A	
1412-6/02	Costureiro De Roupas, Sob Medida Independente	Confecção, Sob Medida, De Peças Do Vestuário, Exceto Roupas Íntimas	N/A	N/A	N/A	

1412-6/03	Fabricante de partes de peças do vestuário – facção Independente	Facção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	N/A	N/A	N/A		
1413-4/03	Fabricante de partes de roupas profissionais – facção Independente	Facção de roupas profissionais	N/A	N/A	N/A		
1414-2/00	Boneleiro (Fabricante De Bonés) Independente	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	N/A	N/A	N/A		
1414-2/00	Chapeleiro Independente	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	N/A	N/A	N/A		
1414-2/00	Fabricante de cintos/cinteiro Independente	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	N/A	N/A	N/A		
1421-5/00	Fabricante de meias Independente	Fabricação de meias	N/A	N/A	N/A		
1422-3/00	Crocheteiro Independente	Fabricação De Artigos Do Vestuário, Produzidos Em Malharias E Tricotagens, Exceto Meias	N/A	N/A	N/A		
1422-3/00	Tricoteiro Independente	Fabricação De Artigos Do Vestuário, Produzidos Em Malharias E Tricotagens, Exceto Meias	N/A	N/A	N/A		
1510-6/00	Curtidor De Couro Independente	Curtimento E Outras Preparações De Couro	N/A	N/A	N/A		
1521-1/00	Fabricante de bolsas/bolseiro Independente	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	N/A	N/A	N/A		
1521-1/00	Fabricante de mochilas e carteiras Independente	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	N/A	N/A	N/A		
1521-1/00	Fabricante de malas Independente	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	N/A	N/A	N/A		
1529-7/00	Artesão em Couro Independente	Fabricação De Artefatos De Couro Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A	N/A		
1529-7/00	Seleiro Independente	Fabricação De Artefatos De Couro Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A	N/A		
1531-	Fabricante de calçados de	Fabricação de calçados de couro	N/A	N/A	N/A		

9/01	couro Independente								
1531-9/02	Acabador de Calçados Independente	Acabamento De Calçados De Couro Sob Contrato	N/A	N/A					
1539-4/00	Fabricante de calçados de borracha, madeira e tecidos e fibra Independente	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	N/A	N/A					
1540-8/00	Fabricante de partes para calçados Independente	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	N/A	N/A					
1622-6/99	Carpinteiro Independente	Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção	N/A	N/A					
1623-4/00	Fabricante de embalagens de madeira Independente	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	N/A	N/A					
1623-4/00	Tanoeiro Independente	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	N/A	N/A					
1629-3/01	Artesão em madeira Independente	Fabricação de artefatos diversos de madeira, exceto móveis	N/A	N/A					
1629-3/02	Artesão em cortiça, bambu e afins Independente	Fabricação de artefatos diversos de cortiça, bambu, palha, vime e outros materiais trançados, exceto móveis	N/A	N/A					
1721-4/00	Fabricante de papel Independente	Fabricação de papel	N/A	N/A					PROIBIDA a fabricação de papel Grau Cirúrgico
1731-1/00	Fabricante de embalagens de papel Independente	Fabricação de embalagens de papel	N/A	N/A					PROIBIDA a fabricação de embalagens para alimentos e bebidas
1732-0/00	Fabricante de embalagens de cartolina e papel cartão Independente	Fabricação de embalagens de cartolina e papel cartão	N/A	N/A					
1742-7/99	Fabricante de guardanapos e copos de papel Independente	Fabricação De Produtos De Papel Para Uso Doméstico E Higiénico-sanitário, Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A					PROIBIDA a fabricação de caixas de perfurcortantes
1749-4/00	Artesão em papel Independente	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel cartão e papel ondulado, não especificados anteriormente	N/A	N/A					
1813-0/99	Serigrafista Independente	Impressão De Material Para Outros Usos	N/A	N/A					
1813-0/01	Serigrafista Publicitário Independente	Impressão De Material Para Uso Publicitário	N/A	N/A					
1821-1/00	Clicherista Independente	Serviços de pré-impressão	N/A	N/A					

1822-9/01	Encarnador/plastificador Independente	Serviços De Encadernação E Plastificação	N/A	N/A		
2219-6/00	Artesão em borracha Independente	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	N/A	N/A		
2229-3/99	Artesão em plástico Independente	Fabricação de artefatos de material plástico para outros usos não especificados anteriormente	N/A	N/A		
2319-2/00	Artesão em vidro Independente	Fabricação de artigos de vidro	N/A	N/A		
2330-3/99	Artesão em cimento Independente	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	N/A	N/A		
2330-3/99	Artesão em gesso Independente	Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	N/A	N/A		
2342-7/02	Oleiro Independente	Fabricação De Artefatos De Cerâmica E Barro Cozido Para Uso Na Construção, Exceto Azulejos E Pisos	N/A	N/A		
2349-4/99	Artesão em cerâmica Independente	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	N/A	N/A		
2391-5/01	Britador Independente	Britamento de pedras, exceto associado à extração	N/A	N/A		
2391-5/03	Artesão em Mármore, Granito, Ardósia e outras pedras Independente	Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em Mármore, Granito, Ardósia e outras pedras	N/A	N/A		
2399-1/01	Artesão em louças, vidro e cristal Independente	Decoração, lapidação, gravação, vitrificação e outros trabalhos em cerâmica, louca, vidro e cristal	N/A	N/A		
2512-8/00	Fabricante de esquadrias metálicas sob encomenda ou não Independente	Fabricação de esquadrias de metal	N/A	N/A		
2532-2/01	Fabricante de artefatos de funilaria Independente	Produção de artefatos estampados de metal	N/A	N/A		
2532-2/01	Fabricante de artefatos estampados de metal, sob	Produção de artefatos estampados de metal	N/A	N/A		

	encomenda ou não independente								
2539-1/01	Soldador/Brasador Independente	Serviços De Usinagem, Tornearia E Solda	N/A					N/A	
2539-1/01	Torneiro Mecânico Independente	Serviços De Usinagem, Tornearia E Solda	N/A					N/A	
2539-0/02	Galvanizador Independente	Serviços de tratamento e revestimento em metais	N/A					N/A	
2541-1/00	Fabricante de artigos de cutelaria Independente	Fabricação de artigos de cutelaria	N/A					N/A	
2542-0/00	Serralheiro, Exceto para Esquadrias, Sob Encomenda Ou Não, Independente	Fabricação De Artigos De Serralheria, Exceto Esquadrias	N/A					N/A	
2543-8/00	Ferramenteiro, Independente	Fabricação de ferramentas	N/A					N/A	
2543-8/00	Ferreiro/forjador, Independente	Fabricação de ferramentas	N/A					N/A	
2599-3/01	Armador De Ferragens Na Construção Civil, Independente	Serviços De Confeção De Armações Metálicas Para A Construção	N/A					N/A	
2599-3/99	Artesão Em Metais, Independente	Fabricação De Outros Produtos De Metal Não Especificados Anteriormente	N/A					N/A	
2740-6/02	Fabricante de luminárias e outros equipamentos de iluminação, Independente	Fabricação de luminárias e outros equipamentos de iluminação	N/A					N/A	
2950-6/00	Retificador De Motores Para Veículos Automotores	Recondicionamento E Recuperação De Motores Para Veículos Automotores	N/A					N/A	
3101-2/00	Marceneiro Sob Encomenda ou não, Independente	Fabricação De Móveis Com Predominância De madeiral	N/A					N/A	
3102-1/00	Moveleiro De Móveis Metálicos, Independente	Fabricação De Móveis Com Predominância De Metal	N/A					N/A	
3103-9/00	Moveleiro Independente	Fabricação De Móveis De Outros Materiais, Exceto Madeira E Metal	N/A					N/A	
3104-7/00	Colchoeiro Independente	Fabricação de colchões	N/A					N/A	
3211-6/01	Lapidador Independente	Lapidação de gemas	N/A					N/A	
3211-6/02	Artesão Em Metais Preciosos Independente	Fabricação De Artefatos De Joalheria E Ourivesaria	N/A					N/A	
3211-	Cunhador De Moedas E	Cunhagem De Moedas E Medalhas	N/A					N/A	

6/03	Medalhas Independente								
3212-4/00	Artesão de bijuterias Independente	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	N/A				N/A		
3220-5/00	Fabricante de instrumentos musicais Independente	Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios	N/A				N/A		
3230-2/00	Fabricante de artefatos para pesca e esporte Independente	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	N/A				N/A		
3240-0/99	Fabricante de jogos recreativos Independente	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	N/A				N/A		
3240-0/99	Fabricante de brinquedos não eletrônicos Independente	Fabricação de outros brinquedos e jogos recreativos não especificados anteriormente	N/A				N/A		
3291-4/00	Vassoureira Independente	Fabricação de escovas, pinças e vassouras	N/A				N/A		PROIBIDA a fabricação de escova dental para uso humano
3292-2/02	Fabricante de produtos de tecido não tecido para uso odontológico-hospitalar Independente	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional	N/A				N/A		NÃO PERMITIDO
3299-0/01	Fabricante de guarda chuvas e similares Independente	Fabricação de guarda-chuvas e similares	N/A				N/A		
3299-0/02	Confeccionador de Carimbos Independente	Fabricação De Canetas, Lápis E Outros Artigos Para Escritório	N/A				N/A		
3299-0/03	Fabricante de letreiros, placas e painéis não luminosos, sob encomenda ou não Independente	Fabricante de letras, letreiros e placas de qualquer material, exceto luminosos	N/A				N/A		
3299-0/04	Fabricante de painéis e letreiros luminosos Independente	Fabricação de aviamentos para costura	N/A				N/A		
3299-0/05	Fabricante de aviamentos para costura Independente	Fabricação de painéis e letreiros luminosos	N/A				N/A		
3299-0/06	Fabricante de velas, inclusive decorativas Independente	Fabricação de velas, inclusive decorativas	N/A				N/A		
3299-0/99	Artesão em Outros Materiais Independente	Fabricação De Produtos Diversos Não Especificados Anteriormente	N/A				N/A		
3311-2/00	Reparador de Tanques, Reservatórios Metálicos E Caldeiras, Exceto Para Veículos, Independente	Manutenção E Reparação De Tanques, Reservatórios Metálicos E Caldeiras, Exceto Para Veículos	N/A				N/A		
3313-	Reparador de Geradores,	Manutenção E Reparação De	N/A				N/A		

9/01	Transformadores E Motores Elétricos, Independente	Geradores, Transformadores E Motores Elétricos				
3313-9/02	Reparado de Baterias E Acumuladores Elétricos, Exceto Para Veículos, Independente	Manutenção E Reparação De Baterias E Acumuladores Elétricos, Exceto Para Veículos	N/A	N/A		
3313-9/99	Reparador De Aparelhos E Equipamentos Para Distribuição E Controle De Energia Elétrica, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas, Aparelhos E Materiais Elétricos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A		
3314-7/01	Reparador de Máquinas Motrizes Não-elétricas Lanchonetes, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas Motrizes Não-elétricas Equipamentos Para Uso Geral Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A		
3314-7/02	Reparador de Equipamentos Hidráulicos E Pneumáticos, Exceto Válvulas, Independente	Manutenção E Reparação De Equipamentos Hidráulicos E Pneumáticos, Exceto Válvulas	N/A	N/A		
3314-7/06	Reparador de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Para Instalações Térmicas, Independente	Manutenção E Reparação de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos Para Instalações Térmicas	N/A	N/A		
3314-7/07	Reparador de Máquinas E Aparelhos De Refrigeração E Ventilação Para Uso Industrial E Comercial, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas E Aparelhos De Refrigeração E Ventilação Para Uso Industrial E Comercial	N/A	N/A		
3314-7/09	Reparador de Máquinas De Escrever, Calcular E De Outros Equipamentos Não-eletrônicos Para Escritório, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas De Escrever, Calcular E De Outros Equipamentos Não Eletrônicos Para Escritório	N/A	N/A		
3314-7/10	Reparador de Balanças Industriais E Comerciais, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas E Equipamentos Para Uso Geral Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A		
3314-7/10	Reparador de Extintor De Incêndio, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas E Equipamentos Para Uso Geral Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A		
3314-7/10	Reparador de Filtros Industriais, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas E Equipamentos Para	N/A	N/A		

		Uso Geral Não Especificados Anteriormente					
3314-7/10	Reparador de Máquinas Para Bares e Lanchonetes, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas E Equipamentos Para Uso Geral Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			
3314-7/11	Reparador de Máquinas E Equipamentos Para Agricultura E Pecuária, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas E Equipamentos Para Agricultura E Pecuária	N/A	N/A			
3314-7/12	Reparador de Tratores Agrícolas, Independente	Manutenção E Reparação De Tratores Agrícolas	N/A	N/A			
3314-7/19	Reparador De Máquinas E Equipamentos Para As Indústrias De Alimentos, Bebidas E Fumo, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas E Equipamentos Para As Indústrias De Alimentos, Bebidas E Fumo	N/A	N/A			
3314-7/20	Reparador de Máquinas E Equipamentos Para A Indústria Têxtil, Do Vestuário, Do Couro E Calçados, Independente	Manutenção E Reparação De Máquinas E Equipamentos Para A Indústria Têxtil, Do Vestuário, Do Couro E Calçado	N/A	N/A			
3314-7/99	Reparador de Máquinas E Aparelhos Para A Indústria Gráfica, Independente	Manutenção E Reparação De Outras Máquinas E Equipamentos Para Usos Industriais Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			
3314-7/99	Reparador de Máquinas E Equipamentos Para A Indústria Da Madeira, Independente	Manutenção E Reparação De Outras Máquinas E Equipamentos Para Usos Industriais Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			
3314-7/99	Reparador de Máquinas Para Encadernação Equipamentos Para Instalações Térmicas, Independente	Manutenção E Reparação De Outras Máquinas E Equipamentos Para Usos Industriais Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			
3317-1/02	Reparador De Embarcações Para Esporte E Lazer, Independente	Manutenção E Reparação De Embarcações Para Esporte E Lazer	N/A	N/A			
3319-8/00	Reparador de Cordas, Velames e Lonas, Independente	Manutenção E Reparação De Equipamentos E Produtos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			PROIBIDA a atividade de reparador de equipamentos médico-hospitalares não eletrônicos
3319-	Reparador de Equipamentos	Manutenção E Reparação De	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO		NÃO PERMITIDO



8/00	Médico- Hospitalares Não-eletrônicos, Independente	Equipamentos E Produtos Não Especificados Anteriormente					
3319-8/00	Reparador de Tonéis, Barris E Paletes De Madeira, Independente	Manutenção E Reparação De Equipamentos E Produtos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			PROIBIDA a atividade de reparador de equipamentos médico-hospitalares não eletrônicos
3319-8/00	Reparador de Veículos De Tração Animal, Independente	Manutenção E Reparação De Equipamentos E Produtos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			PROIBIDA a atividade de reparador de equipamentos médico-hospitalares não eletrônicos
3319-8/00	Restaurador de Instrumentos Musicais Históricos, Independente	Manutenção E Reparação De Equipamentos E Produtos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			PROIBIDA a atividade de reparador de equipamentos médico-hospitalares não eletrônicos
3319-8/00	Restaurador De Jogos Acionados Por Moedas, Independente	Manutenção E Reparação De Equipamentos E Produtos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			PROIBIDA a atividade de reparador de equipamentos médico-hospitalares não eletrônicos
3321-0/00	Instalador de Máquinas E Equipamentos Industriais, Independente	Instalação De Máquinas E Equipamentos Industriais	N/A	N/A			
3329-5/01	Montador de Móveis, Independente	Serviços De Montagem De Móveis De Qualquer Material	N/A	N/A			
3600-6/02	Distribuidor de água potável em caminhão pipa, Independente	Distribuição de água por caminhões	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO (H)			
3702-9/00	Fosseiro (limpador de fossa), Independente	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO			
3811-4/00	Carroceiro- coleta de entulhos e resíduos, Independente	Coleta de resíduos não-perigosos	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO			NÃO PERMITIDO
3811-4/00	Coletor de resíduos não perigosos, Independente	Coleta de resíduos não-perigosos	N/A	N/A			
3831-9/01	Reciclador De Sucatas De Alumínio, Independente	Recuperação De Sucatas De Alumínio	N/A	N/A			
3831-9/99	Reciclador de Materiais Metálicos, Exceto Alumínio, Independente	Recuperação De Materiais Metálicos, Exceto Alumínio	N/A	N/A			
3832-7/00	Reciclador de Materiais Plásticos, Independente	Recuperação De Materiais Plásticos	N/A	N/A			
3839-4/99	Reciclador de Borracha, Madeira, Papel E Vidro,	Recuperação De Materiais Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			

[illegible]

4/02	Independente	Tetos, Divisórias E Armários Embutidos De Qualquer Material					
4330-4/03	Gesseiro Independente	Obras de acabamento em gesso e estuque	N/A			N/A	
4330-4/04	Pintor De Pareda Independente	Serviços De Pintura De Edifícios Em Geral	N/A			N/A	
4330-4/05	Azulejista Independente	Aplicação De Revestimentos E De Resinas Em Interiores E Exteriores	N/A			N/A	
4330-4/05	Calafetador Independente	Aplicação De Revestimentos E De Resinas Em Interiores E Exteriores	N/A			N/A	
4330-4/05	Colocador De Revestimentos Independente	Aplicação De Revestimentos E De Resinas Em Interiores E Exteriores	N/A			N/A	
4330-4/05	Sinteteiro Independente	Aplicação De Revestimentos E De Resinas Em Interiores E Exteriores	N/A			N/A	
4330-4/05	Pastilheiro Independente	Aplicação De Revestimentos E De Resinas Em Interiores E Exteriores	N/A			N/A	
4399-1/03	Pedreiro Independente	Obras De Alvenaria	N/A			N/A	
4399-1/05	Poço/ Cisterno/ Cachimbeiro Independente	Perfuração E Construção De Poços De Água	N/A			N/A	
4399-1/99	Calheiro Independente	Serviços Especializados Para Construção Não Especificados Anteriormente	N/A			N/A	
4399-1/99	Cerqueiro Independente	Serviços Especializados Para Construção Não Especificados Anteriormente	N/A			N/A	
4399-1/99	Telhador Independente	Serviços Especializados Para Construção Não Especificados Anteriormente	N/A			N/A	
4520-0/01	Mecânico De Veículos Independente	Serviços De Manutenção E Reparação Mecânica De Veículos Automotores	N/A			N/A	
4520-0/01	Vidraceiro De Automóveis Independente	Serviços De Manutenção E Reparação Mecânica De Veículos Automotores	N/A			N/A	
4520-0/02	Funileiro/lanterneiro Independente	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	N/A			N/A	
4520-0/02	Pintor De Automóveis Independente	Serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores	N/A			N/A	
4520-	Eletricista De Automóveis	Serviços De Manutenção E	N/A			N/A	

0/03	Independente	Reparação Elétrica De Veículos Automotores					
4520-0/05	Lavador e polidor de carro Independente	Serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos automotores	N/A		N/A		
4520-0/06	Borracheiro Independente	Serviços De Borracharia Para Veículos Automotores	N/A		N/A		
4520-0/07	Instalador E Reparador De Acessórios Automotivos Independente	Serviços De Instalação, Manutenção E Reparação De Acessórios Para Veículos Automotores	N/A		N/A		
4520-0/08	Capoteiro Independente	Serviços De Capotaria	N/A		N/A		
4530-7/03	Comerciante de peças e acessórios novos para veículos automotores, Independente	Comercio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	N/A		N/A		
4530-7/04	Comerciante de peças e acessórios usados para veículos automotores, Independente	Comercio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		ALTO RISCO – especificamente para ferro- velho	(F)	
4530-7/05	Comerciante de pneumáticos e câmaras de ar, Independente	Comercio a varejo de pneumáticos e câmaras de ar	N/A		N/A		
4541-2/06	Comerciante de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas, Independente	Comercio a varejo de peças e acessórios novos para motocicletas e motonetas	N/A		N/A		
4541-2/07	Comerciante de peças e acessórios usados para motocicletas e motonetas, Independente	Comercio a varejo de peças e acessórios usados para motocicletas e motonetas	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		ALTO RISCO – especificamente para ferro- velho	(F)	
4543-9/00	Mecânico De Motocicletas E Motonetas, Independente	Manutenção E Reparação De Motocicletas E Motonetas	N/A		N/A		
4712-1/00	Barraqueiro Independente	Comercio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (S); (E)	
4712-1/00	Merceeiro/vendeiro Independente	Comercio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios –	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (S); (E)	

		minimercados, mercearias e armazéns						
4713-0/02	Comerciante de miudezas e quinquilharias Independente	Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines	N/A	N/A	N/A			
4721-1/02	Comerciante de produtos de panificação Independente	Padaria e confeitaria com predominância de revenda	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (S)		
4721-1/03	Comerciante de laticínios Independente	Comercio varejista de laticínios e frios	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (S)		
4721-1/04	Baleiro Independente	Comercio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (S)		
4722-9/01	Açougueiro Independente	Comercio varejista de carnes - açougues	Exigência de Alvará Sanitário	Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO			
4722-9/02	Peixeiro Independente	Peixaria	Exigência de Alvará Sanitário	Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO			
4723-7/00	Comerciante de bebidas Independente	Comercio varejista de bebidas	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (S)		
4724-5/00	Quitandeiro Independente	Comercio varejista de hortifrutigranjeiros	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (D)		
4724-5/00	Verdureiro Independente	Comercio varejista de hortifrutigranjeiros	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (D)		
4724-5/00	Abatedor de aves com comercialização do produto Independente	Comercio varejista de hortifrutigranjeiros	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B);		
4724-5/00	Vendedor de aves vivas, coelhos e outros pequenos animais para alimentação Independente	Comercio varejista de hortifrutigranjeiros	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B);		
4729-6/01	Comerciante de produtos de tabacaria Independente	Tabacaria	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B);		
4729-6/99	Comerciante de cestas de café da manhã Independente	Comercio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (S); (E)		

4729-6/99	Comerciante de produtos naturais independente	Comercio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (S); (E)	
4729-6/99	Sorveteiro independente	Comercio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (S); (E)	
4732-6/00	Comerciante de lubrificantes independente	Comercio varejista de lubrificantes	N/A	N/A		
4741-5/00	Comerciante de tintas e materiais para pintura independente	Comercio varejista de tintas e materiais para pintura	N/A	N/A		
4742-3/00	Comerciante de material elétrico independente	Comercio varejista de material elétrico	N/A	N/A		
4743-1/00	Comerciante de vidros independente	Comércio varejista de vidros	N/A	N/A		
4744-0/01	Comerciante de ferragens e ferramentas, independente	Comercio varejista de ferragens e ferramentas	N/A	N/A		
4744-0/02	Comerciante de madeira e artefatos, independente	Comercio varejista de madeira e artefatos	N/A	N/A		
4744-0/03	Comerciante de materiais hidráulicos, independente	Comercio varejista de materiais hidráulicos	N/A	N/A		
4744-0/04	Comerciante de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas, independente	Comercio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas	N/A	N/A		
4744-0/99	Comerciante de materiais de construção em geral, independente	Comercio varejista de materiais de construção em geral	N/A	N/A		
4751-2/01	Comerciante De Equipamentos E Suprimentos De Informática, independente	Comércio Varejista Especializado De Equipamentos E Suprimentos De Informática	N/A	N/A		
4751-2/02	Recarregador De Cartuchos Para Equipamentos De Informática, independente	Recarga De Cartuchos Para Equipamentos De Informática	N/A	N/A		
4752-1/00	Comerciante de equipamentos de telefonia e comunicação, independente	Comercio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	N/A	N/A		
4753-9/00	Comerciante de eletrodomésticos e	Comercio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos	N/A	N/A		

	equipamentos de áudio e vídeo, independente	de áudio e vídeo				
4754-7/01	Comerciante de moveis Independente	Comercio varejista de moveis	N/A	N/A		
4754-7/02	Comercio de artigos de colchoaria Independente	Comercio varejista de artigos de colchoaria	N/A	N/A		
4754-7/03	Comercio de artigos de iluminação Independente	Comercio varejista de artigos de iluminação	N/A	N/A		
4755-5/01	Comerciante de tecidos Independente	Comercio varejista de tecidos	N/A	N/A		
4755-5/02	Comerciante de artigos de armario Independente	Comercio varejista de artigos de armario	N/A	N/A		
4755-5/03	Comerciante de artigos de cama, mesa e banho Independente	Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho	N/A	N/A		
4756-3/00	Comerciante de instrumentos musicais e acessórios, Independente	Comercio especializado de instrumentos musicais e acessórios	N/A	N/A		
4757-1/00	Comerciante de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, Independente	Comercio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	N/A	N/A		
4759-8/01	Comerciante de Artigos De Tapeçaria, Cortinas E Persianas Independente	Comércio Varejista De Artigos De Tapeçaria, Cortinas E Persianas	N/A	N/A		
4759-8/99	Comerciante De Artigos De Cutelaria Independente	Comércio Varejista De Outros Artigos De Uso Pessoal E Doméstico Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A		
4759-8/99	Comerciante de Artigos Para Habitação Independente	Comércio Varejista De Outros Artigos De Uso Pessoal E Doméstico Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A		
4759-8/99	Comerciante de Sistema De Segurança Residencial Independente	Comércio Varejista De Outros Artigos De Uso Pessoal E Doméstico Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A		
4759-8/99	Comerciante de Toldos E Papel de Parede Independente	Comércio Varejista De Outros Artigos De Uso Pessoal E Doméstico Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A		

4761-0/01	Livreiro Independente	Comercio varejista de livros	N/A	N/A	N/A		
4761-0/02	Jornaleiro Independente	Comercio varejista de jornais e revistas	N/A	N/A	N/A		
4761-0/03	Papeleiro Independente	Comércio Varejista De Artigos De Papelaria	N/A	N/A	N/A		
4762-8/00	Comerciante de discos, Cds, Dvds, e fitas Independente	Comercio varejista de discos, Cds, Dvds, e fitas	N/A	N/A	N/A		
4763-6/01	Comerciante de brinquedos e artigos recreativos Independente	Comercio varejista de brinquedos e artigos recreativos	N/A	N/A	N/A		
4763-6/02	Comerciante de artigos esportivos Independente	Comercio varejista de artigos esportivos	N/A	N/A	N/A		
4763-6/03	Comerciante de bicicletas e triciclos, peças e acessórios Independente	Comercio varejista de bicicletas e triciclos, peças e acessórios	N/A	N/A	N/A		
4763-6/04	Comerciante de artigos de caça, pesca e camping Independente	Comercio varejista de artigos de caça, pesca e camping	N/A	N/A	N/A		
4772-5/00	Comerciante de cosméticos e artigos de perfumaria Independente	Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	SEDE - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (R)	EA – Atividade dispensada de Alvará Sanitário	
4772-5/00	Comerciante de produtos de higiene pessoal, Independente	Comercio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	SEDE - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (R)	EA – Atividade dispensada de Alvará Sanitário	
4773-3/00	Comerciante de artigos médicos e ortopédicos Independente	Comercio varejista de artigos médicos e ortopédicos	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	
4774-1/00	Comerciante de artigos de óptica Independente	Comercio varejista de artigos de óptica	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	
4781-4/00	Comerciante de artigos do vestuário e acessórios Independente	Comercio varejista de artigos do vestuário e acessórios	N/A	N/A	N/A		
4782-2/01	Comerciante de calçados Independente	Comercio varejista de calçados	N/A	N/A	N/A		
4782-2/02	Comerciante de artigos de viagem Independente	Comercio varejista de artigos de viagem	N/A	N/A	N/A		
4783-1/01	Comerciante de artigos de joalheria Independente	Comercio varejista de artigos de joalheria	N/A	N/A	N/A		
4783-1/02	Comerciante de artigos de relojoaria Independente	Comercio varejista de artigos de relojoaria	N/A	N/A	N/A		



4785-7/01	Antiquário Independente	Comércio Varejista De Antiguidades	N/A	N/A		
4785-7/99	Comerciante De Artigos Usados Independente	Comércio Varejista De Outros Artigos Usados	N/A	N/A		
4789-0/01	Comerciante de Suvenires, Bijuterias e Artesanatos Independente	Comércio Varejista De Suvenires, Bijuterias E Artesanatos	N/A	N/A		
4789-0/02	Comerciante de Plantas, Flores Naturais, Vasos E Adubos Independente	Comércio Varejista De Plantas E Flores Naturais	N/A	N/A		
4789-0/03	Comerciante de Objetos De Arte Independente	Comércio Varejista De Objetos De Arte	N/A	N/A		
4789-0/04	Comerciante de artigos e alimentos para animais de estimação (pet shop) Independente	Comercio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação	N/A	N/A	(N)	
4789-0/05	Comerciante de inseticidas e ratificadas, Independente	Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B);	
4789-0/05	Comerciante de produtos para piscinas, Independente	Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B);	
4789-0/05	Comerciante de produtos de limpeza Independente	Comercio varejista de produtos saneantes domissanitários	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B);	
4789-0/07	Comerciante de Equipamentos Para Escritório Independente	Comércio Varejista De Equipamentos Para Escritório	N/A	N/A		
4789-0/08	Comerciante de Artigos Fotográficos e Para Filmagem Independente	Comércio Varejista De Artigos Fotográficos E Para Filmagem	N/A	N/A		
4789-0/99	Comerciante de artigos de bebe, Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	SEDE - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO- Exclusivamente para produtos de higiene infantil	(B);	EA – Atividade dispensada de Alvará Sanitário
4789-0/99	Comerciante de artigos erótico, Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	SEDE - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO- Exclusivamente para artigos de sex shop	(B);	EA – Atividade dispensada de Alvará Sanitário
4789-0/99	Comerciante De Artigos Funerários Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados	N/A	N/A		

		anteriormente						
4789-0/99	Comerciante de Carvão E Lenha Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	N/A	N/A				
4789-0/99	Comerciante de Embalagens Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	N/A	N/A				
4789-0/99	Comerciante de Flores, Plantas E Frutas Artificiais Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	N/A	N/A				
4789-0/99	Comerciante de Molduras E Quadros Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	N/A	N/A				
4789-0/99	Comerciante de Perucas Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	N/A	N/A				
4789-0/99	Comerciante De Produtos Para Festas e Natal Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	N/A	N/A				
4789-0/99	Comerciante De Produtos Religiosos Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	N/A	N/A				
4789-0/99	Comerciante De Redes Para Dormir Independente	Comercio varejista de outros produtos não especificados anteriormente	N/A	N/A				
4923-0/01	Mototaxista Independente	Serviço De Táxi	N/A	N/A				
4923-0/01	Taxista Independente	Serviço De Táxi	N/A	N/A				
4924-8/00	Transportador escolar independente	Transporte escolar	N/A	N/A				
4929-9/01	Transportador Municipal Coletivo De Passageiros Sob Frete Independente	Transporte Rodoviário Coletivo De Passageiros, Sob Regime De Fretamento, Municipal	N/A	N/A				
4929-9/02	Transportador Intermunicipal Coletivo De Passageiros Sob Frete Em Região Metropolitana Independente	Transporte Rodoviário Coletivo De Passageiros, Sob Regime De Fretamento, Intermunicipal, Interestadual E Internacional	N/A	N/A				
4929-9/03	Organizador De Excursões Em Veículo Próprio, Municipal Independente	Organização De Excursões Em Veículos Rodoviários Próprios, Municipal	N/A	N/A				
4930-	Transportador municipal de	Transporte rodoviário de carga,	PCR - Exigência de	ALTO RISCO SANITARIO				Atividade dispensada de Alvará

2/01	cargas não perigosas (carreto) Independente	exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	Alvará Sanitário	– para medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos ou saneantes BAIXO RISCO SANITÁRIO - para alimentos		Sanitário, desde que NÃO transporte ou armazene produtos de interesse da saúde ou alimentos ou medicamentos
4930-2/01	Carroceiro – transporte de carga Independente	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO
4930-2/02	Caminhoneiro de cargas não perigosas, intermunicipal e interestadual Independente	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITÁRIO- para medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos ou saneantes BAIXO RISCO SANITÁRIO- para alimentos		Atividade dispensada de Alvará Sanitário, desde que NÃO transporte ou armazene produtos de interesse da saúde ou alimentos ou medicamentos
4930-2/04	Carroceiro – transporte de mudanças Independente	Transporte rodoviário de mudanças	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO
4930-2/04	Transportador de mudanças Independente	Transporte rodoviário de mudanças	N/A	N/A	N/A	
5011-4/01	Transportador marítimo de carga Independente	Transporte marítimo de cabotagem- carga	N/A	N/A	N/A	
5021-1/01	Transportador municipal hidroviário de carga Independente	Transporte por navegação interior de carga, municipal, exceto travessia	N/A	N/A	N/A	
5091-2/01	Transportador municipal de travessia por navegação pluvial Independente	Transporte por navegação de travessia, municipal	N/A	N/A	N/A	
5091-2/02	Transportador intermunicipal e interestadual de travessia por navegação pluvial Independente	Transporte por navegação de travessia, intermunicipal, interestadual e internacional	N/A	N/A	N/A	
5099-8/01	Transportador Aquaviário Para Passeios Turísticos Independente	Transporte Aquaviário Para Passeios Turísticos	N/A	N/A	N/A	
5099-8/99	Barqueiro Independente	Outros Transportes Aquaviários Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A	N/A	
5211-	Guardador de moveis	Guarda-móveis	N/A	N/A	N/A	

7/02	Independente							
5212-5/00	Carregador (veículos de transporte terrestre) Independente	Carga e descarga	N/A	N/A				
5223-1/00	Proprietário de Estacionamento De Veículos Independente	Estacionamento De Veículos	N/A	N/A				PROIBIDO para estadia ou guarda de veiculos apreendidos
5229-0/02	Guincheiro (reboque de veículos) Independente	Serviços de reboque de veiculos	N/A	N/A				
5229-0/99	Motorista (por aplicativo ou não) Independente	Outras atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	N/A	N/A				
5310-5/02	Agente de Correio Franqueado E Permissionário Independente	Atividades De Franqueadas Do Correio	N/A	N/A				PROIBIDO para medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos e saneantes
5320-2/01	Entregador de malotes Independente	Serviços de malote não realizados pelo correio nacional	N/A	N/A				
5320-2/02	Bikeboy (Ciclista Mensageiro) Independente	Serviços De Entrega Rápida	N/A	N/A				
5320-2/02	Motoboy Independente	Serviços De Entrega Rápida	N/A	N/A				
5590-6/01	Proprietário de albergue não assistencial Independente	Albergues, exceto assistenciais	Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO				
5590-6/02	Proprietário de camping Independente	Campings	Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO				
5590-6/03	Proprietário de pensão Independente	Pensões (alojamento)	Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO				
5590-6/99	Proprietário de hospedaria Independente	Outros alojamentos não especificados anteriormente	Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO				
5611-2/01	Proprietário de restaurante Independente	Restaurantes e similares	Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO				
5611-2/03	Proprietário de lanchonete Independente	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO				

5611-2/03	Proprietário de casa de sucos Independente	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO		
5611-2/03	Proprietário de casa de chá Independente	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO		
5611-2/04	Proprietário de bar e congêneres sem entretenimento Independente	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, sem entretenimento	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (P)	
5611-2/05	Proprietário de bar e congêneres s/ entretenimento Independente	Bares e outros estabelecimentos especializados em servir bebidas, com entretenimento	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(B); (P)	
5612-1/00	Pipoqueiro ambulante Independente	Serviços ambulantes de alimentação	N/A		(F)	Deverá ter parecer favorável da VISA no processo de Alvará Anual de Ambulante expedido SEPLAN
5612-1/00	Quitandeiro Ambulante Independente	Serviços ambulantes de alimentação	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	
5612-1/00	Sorveteiro Ambulante Independente	Serviços ambulantes de alimentação	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	
5612-1/00	Churrasqueiro Ambulante Independente	Serviços ambulantes de alimentação	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	
5612-1/00	Vendedor Ambulante De Produtos Alimentícios Independente	Serviços ambulantes de alimentação	N/A		(F)	Deverá ter parecer favorável da VISA no processo de Alvará Anual de Ambulante expedido SEPLAN (pipoca, churros, algodão doce e cachorro quente)
5620-1/01	Fornecedor de alimentos preparados para empresas, independente	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para empresas	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	
5620-1/02	Churrasqueiro em domicilio independente	Serviços de alimentação para eventos e recepções -bufe	EA - Atividade dispensada de Alvará Sanitário	PCR	(G)	Deverá possuir carteira de saúde atualizada para manipulador de alimentos
5620-1/02	Pizzaiolo em domicilio independente	Serviços de alimentação para eventos e recepções -bufe	EA - Atividade dispensada de Alvará Sanitário	PCR	(G)	Deverá possuir carteira de saúde atualizada para manipulador de alimentos
5620-1/03	Proprietário de cantina independente	Cantinas- serviços de alimentação privativos	PCR - Atividade dispensada de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(O)	

5620-1/04	Cozinheiro que fornece refeições prontas e embaladas para consumo Independente	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(C); (O)	
5620-1/04	Doceiro Independente	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(C); (O)	
5620-1/04	Marmiteiro Independente	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(C); (O)	
5620-1/04	Salgadeira Independente	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO	(C); (O)	
5811-5/00	Editor De Livros Independente	Edição De Livros	N/A	N/A		
5812-3/01	Editor De Jornais Diários Independente	Editor De Jornais Diários	N/A	N/A		
5812-3/02	Editor De Jornais Não Diários Independente	Editor De Jornais Não Diários	N/A	N/A		
5813-1/00	Editor De Revistas Independente	Edição De Revistas	N/A	N/A		
5819-1/00	Editor De Lista De Dados E De Outras Informações Independente	Edição De Cadastros, Listas E De Outros Produtos Gráficos	N/A	N/A		
5912-0/01	Dublador Independente	Serviços De Dublagem	N/A	N/A		
5912-0/99	Editor De Vídeo Independente	Atividades De Pós-produção Cinematográfica, De Vídeos E De Programas De Televisão Não Especificadas Anteriormente	N/A	N/A		
6190-6/99	Instalador de Rede De Computadores Independente	Outras Atividades De Telecomunicações Não Especificadas Anteriormente	N/A	N/A		
6399-2/00	Apurador, Coletor E Fornecedor De Recortes De Matérias Publicadas Em Jornais E Revistas Independente	Outras Atividades De Prestação De Serviços De Informação Não Especificadas Anteriormente	N/A	N/A		
7319-	Panfleteiro Independente	Promoção De Vendas	N/A	N/A		

0/02	Promotor De Vendas Independente	Promoção De Vendas	N/A				
7319-0/02	Bike Propagandista Independente	Outras Atividades De Publicidade Não Especificadas Anteriormente	N/A				
7319-0/99	Proprietário De Carro De Som Para Fins Publicitários Independente	Outras Atividades De Publicidade Não Especificadas Anteriormente	N/A				
7420-0/01	Fotografo Independente	Atividades de produção de fotografias, exceto aérea e submarina	N/A				
7420-0/02	Fotografo (aéreo) Independente	Atividades De Produção De Fotografias Aéreas E Submarinas	N/A				
7420-0/02	Fotografo (submarino) Independente	Atividades De Produção De Fotografias Aéreas E Submarinas	N/A				
7420-0/03	Revelador Fotográfico Independente	Laboratórios Fotográficos	N/A				
7420-0/04	Filmador Independente	Filmagem de festas e eventos	N/A				
7490-1/02	Mergulhador (Escafandrista) Independente	Escafandria E Mergulho	N/A				
7719-5/99	Locador de motocicleta, sem condutos, independente	Locação de Outros Meios de Transporte Não Especificados Anteriormente, Sem Condutor	N/A				
7721-7/00	Locador de bicicletas independente	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	N/A				
7721-7/00	Locador De Equipamentos Recreativos E Esportivos Independente	Aluguel De Equipamentos Recreativos e Esportivos	N/A				
7721-7/00	Locador de material e equipamento esportivo, independente	Aluguel de Equipamentos Recreativos e Esportivos	N/A				
7722-5/00	Locado De Fitas De Vídeo, Dvds E Similares, Independente	Aluguel De Fitas De Vídeo, Dvds E Similares	N/A				
7722-5/00	Locador de vídeo games independente	Aluguel De Fitas De Vídeo, Dvds E Similares	N/A				
7723-3/00	Locador de Objetos do Vestuário, Jóias E Acessórios, Independente	Aluguel De Objetos Do Vestuário, Jóias E Acessórios	N/A				
7729-2/01	Locador de aparelhos de jogos eletrônicos, independente	Aluguel de aparelhos de jogos eletrônicos	N/A				

7729-2/02	Locador De Instrumentos Musicais, Independente	Aluguel De Móveis, Utensílios E Aparelhos De Uso Doméstico E Pessoal; Instrumentos Musicais	N/A	N/A	N/A	
7729-2/02	Locador de Móveis E Utensílios, Inclusive Para Festas, Independente	Aluguel De Móveis, Utensílios E Aparelhos De Uso Doméstico E Pessoal; Instrumentos Musicais	N/A	N/A	N/A	
7729-2/03	Locador De Material Médico, Independente	Aluguel De Material Médico	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO
7729-2/99	Locador de Livros, Revistas, Plantas e Flores, Independente	Aluguel De Outros Objetos Pessoais E Domésticos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A	N/A	
7731-4/00	Locador De Máquinas E Equipamentos Agrícolas Sem Operador, Independente	Aluguel De Máquinas E Equipamentos Agrícolas Sem Operador	N/A	N/A	N/A	
7732-2/01	Locador De Máquinas E Equipamentos Para Construção Sem Operador, Exceto Andaimas, Independente	Aluguel De Máquinas E Equipamentos Para Construção Sem Operador, Exceto Andaimas	N/A	N/A	N/A	
7732-2/02	Locador de andaime, Independente	Aluguel de andaimes	N/A	N/A	N/A	
7733-1/00	Locador De Máquinas E Equipamentos Para Escritório, Independente	Aluguel De Máquinas E Equipamentos Para Escritório	N/A	N/A	N/A	
7739-0/02	Locador de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador, Independente	Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO	NÃO PERMITIDO
7739-0/03	Locador De Palcos, Coberturas E Outras Estruturas De Uso Temporário, Exceto Andaimas, Independente	Aluguel De Palcos, Coberturas E Outras Estruturas De Uso Temporário, Exceto Andaimas	N/A	N/A	N/A	
7739-0/99	Locador De Outras Máquinas E Equipamentos Comerciais E Industriais Não Especificados Anteriormente, Sem Operador, Independente	Aluguel De Outras Máquinas E Equipamentos Comerciais E Industriais Não Especificados Anteriormente, Sem Operador	N/A	N/A	N/A	
7911-2/00	Agente de Viagens Independente	Agências De Viagens	N/A	N/A	N/A	
7912-1/00	Guia de turismo Independente	Operadores turísticos	N/A	N/A	N/A	
7990-	Promotor de Turismo Local	Serviços De Reservas E Outros	N/A	N/A	N/A	



2/00	Independente	Serviços De Turismo Não Especificados Anteriormente				
8011-1/02	Adestrador de cães de guarda Independente	Serviços de adestramento de cães de guarda	N/A	N/A	(G)	Atividade depende de autorização previa da SEMMAS/CEPREAD, conforme Art. 29 da Lei Complementar Municipal 1054/2016.
8020-0/02	Instalador E Reparador De Cofres, Trancas E Travas De Segurança, Independente	Outras Atividades De Serviços De Segurança	N/A	N/A	(G)	
8129-0/00	Piscineiro Independente	Atividades de limpeza não especificados anteriormente	EA - Atividade dispensada de Alvará sanitário.	N/A	(G); (J)	
8130-3/00	Jardineiro Independente	Atividades paisagísticas	N/A	N/A		
8219-9/01	Fotocopiador Independente	Fotocopias	N/A	N/A		
8219-9/99	Digitador Independente	Preparação De Documentos E Serviços Especializados De Apoio Administrativo Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A		
8230-0/01	Promotor e Eventos Independente	Serviços De Organização De Feiras, Congressos, Exposições E Festas	N/A	N/A		
8230-0/02	Proprietário de Casas De Festas e Eventos Independente	Casas De Festas E Eventos	Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITARIO- com serviço de alimentação		
8291-1/00	Cobrador de dívidas Independente	Atividades de cobrança e informações cadastrais	N/A	N/A		
8292-0/00	Envasador e empacotador independente	Envasamento e empacotamento sob contrato	N/A	N/A	(K)	
8299-7/03	Gravador de carimbos Independente	Serviços de gravação de carimbos, exceto confecção	N/A	N/A		
8299-7/07	Proprietário de Sala De Acesso À Internet Independente	Salas De Acesso À Internet	N/A	N/A		
8299-7/99	Cartazista, Pintor de Faixas Publicitárias de De Letras Independente	Outras Atividades De Serviços Prestados Principalmente Às Empresas Não Especificadas Anteriormente	N/A	N/A		
8592-	Instrutor de artes cênicas	Ensino de artes cênicas, exceto	PCR - Exigência de	BAIXO RISCO	(G)	

9/02	Independente	dança	Alvará Sanitário			
8592-9/03	Instrutor de música Independente	Ensino de música	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITÁRIO	(G)	
8592-9/99	Instrutor de Arte e Cultura Em Geral Independente	Ensino De Arte E Cultura Não Especificado Anteriormente	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITÁRIO	(G)	
8593-7/00	Instrutor de idiomas Independente	Ensino de idiomas	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITÁRIO	(G)	
8599-6/03	Instrutor de informática Independente	Treinamento em informática	N/A	N/A		
8599-6/04	Instrutor de cursos gerenciais Independente	Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial	N/A	N/A		
8599-6/05	Instrutor de cursos preparatórios Independente	Cursos preparatórios para concursos	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITÁRIO	(G)	
8599-6/99	Professor particular Independente	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITÁRIO	(G)	
8712-3/00	Cuidador de idosos e enfermos, independente	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a pacientes no domicílio	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	BAIXO RISCO SANITÁRIO	(G)	
9001-9/01	Humorista e Contador De Histórias Independente	Produção Teatral	N/A	N/A		
9001-9/02	Cantor/músico Independente	Produção Musical	N/A	N/A		
9001-9/06	Disc Jockey (Dj) Ou Vídeo Jockey (Vj) Independente	Atividades De Sonorização E De Iluminação	N/A	N/A		
9001-9/06	Técnico de Sonorização E De Iluminação Independente	Atividades De Sonorização E De Iluminação	N/A	N/A		
9002-7/02	Restaurador de obras de arte Independente	Restaurador de obras de arte	N/A	N/A		
9329-8/03	Proprietário de salão de jogos de sinuca e bilhar Independente	Exploração de jogos de sinuca, bilhar e similares	N/A	N/A		
9329-8/04	Proprietário de fliperama Independente	Exploração de jogos eletrônicos recreativos	N/A	N/A		
9329-8/99	Animador de festas Independente	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	N/A	N/A		
9329-8/99	Mágico Independente	Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	N/A	N/A		

9511-8/00	Técnico de manutenção de computador Independente	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos	N/A	N/A			
9512-6/00	Técnico de manutenção de telefonia Independente	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	N/A	N/A			
9521-5/00	Técnico de manutenção de eletrodomésticos Independente	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	N/A	N/A			
9529-1/01	Sapateiro Independente	Reparação De Calçados, De Bolsas E Artigos De Viagem	N/A	N/A			
9529-1/02	Chaveiro Independente	Chaveiros	N/A	N/A			
9529-1/03	Relojoeiro Independente	Reparação de relógios	N/A	N/A			
9529-1/04	Reparador de Bicicleta Independente	Reparação De Bicicletas, Triciclos E Outros Veículos Não-motorizados	N/A	N/A			
9529-1/05	Estofador Independente	Reparação de artigos do mobiliário	N/A	N/A			
9529-1/05	Reparador De Artigos De Tapeçaria Independente	Reparação de artigos do mobiliário	N/A	N/A			
9529-1/05	Reparador de Móveis Independente	Reparação de artigos do mobiliário	N/A	N/A			
9529-1/05	Reparador de Toldos E Persianas Independente	Reparação de artigos do mobiliário	N/A	N/A			
9529-1/06	Ourives Independente	Reparação de jóias	N/A	N/A			
9529-1/99	Amolador De Artigos De Cutelaria Independente	Reparação E Manutenção De Outros Objetos E Equipamentos Pessoais E Domésticos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			
9529-1/99	Reparador de Artigos E Acessórios do Vestuário Independente	Reparação E Manutenção De Outros Objetos E Equipamentos Pessoais E Domésticos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			
9529-1/99	Reparador de Brinquedos Independente	Reparação E Manutenção De Outros Objetos E Equipamentos Pessoais E Domésticos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			
9529-1/99	Reparador e Equipamentos Esportivos Independente	Reparação E Manutenção De Outros Objetos E Equipamentos Pessoais E Domésticos Não Especificados Anteriormente	N/A	N/A			
9529-	Reparador De Guarda Chuva E	Reparação E Manutenção De	N/A	N/A			

1/99	Sombrinhas Independente	Outros Objetos E Equipamentos Pessoais E Domésticos Não Especificados Anteriormente					
9529-1/99	Reparador De Instrumentos Musicais Independente	Reparação E Manutenção De Outros Objetos E Equipamentos Pessoais E Domésticos Não Especificados Anteriormente	N/A		N/A		
9529-1/99	Reparador De Painéis (Painel)	Reparação E Manutenção De Outros Objetos E Equipamentos Pessoais E Domésticos Não Especificados Anteriormente	N/A		N/A		
9529-1/99	Restaurador De Livros Independente	Reparação E Manutenção De Outros Objetos E Equipamentos Pessoais E Domésticos Não Especificados Anteriormente	N/A		N/A		
9601-7/01	Lavadeiro de roupas independente	Lavanderias	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		BAIXO RISCO SANITARIO	(L)	
9601-7/02	Tintureiro Independente	Tinturarias	N/A		N/A		
9601-7/03	Lavadeiro de roupas profissionais Independente	Toalheiros	N/A		N/A		
9602-5/01	Barbeiro independente	Cabeleireiros, manicure e pedicure	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		BAIXO RISCO SANITARIO	(I); (C)	
9602-5/01	Cabeleireiro Independente	Cabeleireiros, manicure e pedicure	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		BAIXO RISCO SANITARIO	(I); (C)	
9602-5/01	Manicure/pedicure Independente	Cabeleireiros, manicure e pedicure	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		BAIXO RISCO SANITARIO	(I); (C)	
9602-5/02	Depilador independente	Atividades De Estética E Outros Serviços De Cuidados Com A Beleza	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		BAIXO RISCO SANITARIO- somente SEM procedimentos invasivos	(I); (C); (M)	
9602-5/02	Esteticista Independente	Atividades De Estética E Outros Serviços De Cuidados Com A Beleza	PCR - Exigência de Alvará Sanitário		BAIXO RISCO SANITARIO- SEM procedimentos invasivos	(I); (C)	Grau de risco dependente de informação
9602-	Maquiador Independente	Atividades De Estética E Outros	PCR - Exigência de		ALTO RISCO SANITARIO - COM procedimentos invasivos	(I); (C); (M)	

5/02		Serviços De Cuidados Com A Beleza	Alvará Sanitário	SANITARIO - SEM procedimentos invasivos		
9603-3/04	Agente funerário Independente	Serviços de funerárias	N/A	N/A		
9609-2/02	Agente matrimonial Independente	Agências Matrimoniais	N/A	N/A		
9609-2/06	Colocador de piercing Independente	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(I); (Q)	
9609-2/06	Tatuador Independente	Serviços de tatuagem e colocação de piercing	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	ALTO RISCO SANITARIO	(I); (Q)	
9609-2/07	Adestrador de animais Independente	Alojamento de animais domésticos	N/A	N/A	(G); (N)	Atividade depende de autorização previa da SEMMAS/CEPREAD, conforme Art. 29 da Lei Complementar Municipal 1054/2016.
9609-2/08	Banhista de animais domésticos Independente	Higiene e embelezamento de animais domésticos	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - BAIXO RISCO SANITARIO	(G); (N)	
9609-2/08	Cuidador de animais (pet sitter) Independente	Higiene e embelezamento de animais domésticos	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - BAIXO RISCO SANITARIO	(G); (N)	
9609-2/08	Esteticista de animais domésticos Independente	Higiene e embelezamento de animais domésticos	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - BAIXO RISCO SANITARIO	(G); (N)	
9609-2/08	Tosador de animais domésticos Independente	Higiene e embelezamento de animais domésticos	PCR - Exigência de Alvará Sanitário	PCR - BAIXO RISCO SANITARIO	(G); (N)	
9609-2/99	Engraxate Independente	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	N/A	N/A		
9609-2/99	Lavador de estofado e sofá Independente	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	N/A	N/A		
9609-2/99	Astrólogo Independente	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	N/A	N/A		
9609-2/99	Carregador de malas Independente	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	N/A	N/A		
9609-2/99	Locutor de Mensagens Fonadas e Ao Vivo,	Outras atividades de serviços pessoais não especificadas	N/A	N/A		

	Independente	anteriormente			
9700-5/00	Diarista Independente	Serviços domésticos	N/A	N/A	

**LISTA DE CÓDIGOS DE RESTRIÇÕES SANITÁRIAS:**

(A) Atividade permitida desde que exercida sob a "forma artesanal". PRODUTO ARTESANAL (Baixo risco): produzido em escala reduzida com atenção direta e específica dos responsáveis por sua manipulação. Sua produção é, em geral, de origem familiar ou de pequenos grupos, com a transferência de conhecimentos sobre técnicas e processos originais.

(B) Atividade permitida desde que SEM depósito no local.

(C) atividade permitida em endereço de residência desde que:

I – local exclusivo para execução da atividade econômica, com área física separada das áreas de moradia, não podendo ter acesso direto com estas, não devendo servir de permanência e uso dos moradores que não estejam envolvidos nas atividades relacionadas ao empreendimento;

II – local dever ter as condições físicas, de instalações elétricas e hidráulicas, de acordo com as exigências dispostas na legislação sanitária para a atividade econômica;

III - Os utensílios e equipamentos utilizados no exercício da atividade deverão ser exclusivos para o local, não podendo ser utilizados utensílios da moradia;

IV - As áreas de residência, incluindo a moradia, construções anexas, terreno ou quintal devem ser mantidos livres de objetos em desuso, resíduos, entulhos para que não propiciem a criação e permanência de vetores e pragas urbanas.

(D) Somente permitido o comércio de produtos hortifrutis "in natura"

(E) Não permitido açougue

(F) Atividade depende de prévia obtenção das autorizações específicas, de acordo com a legislação municipal correspondente.

(G) Atividade permitida desde que exercida no endereço do cliente e/ou locais licenciados pela VISA.

(H) Providenciar licença sanitária de transporte para o veículo utilizado.

(I) Atividade permitida somente para SEDE, no endereço que constar no Alvará de Localização. Não permitido a atividade de forma itinerante

(J) NÃO permitida a atividade de limpeza de reservatórios de água ou caixas d'água

(K) Atividade não permitida para medicamentos, insumos farmacêuticos, produtos para saúde, cosméticos, saneantes e alimentos

- (L) NÃO permitida o processamento de roupas de uso hospitalar
- (M) NÃO permitidos procedimentos invasivos
- (N) Não permitida a venda de medicamentos
- (O) Atividade permitida quando exercida em locais licenciados pela VISA
- (P) Proibida a manipulação de alimentos no local
- (Q) Atividade não permitida no endereço residencial
- (R) PROIBIDA atividade de fracionamento
- (S) Não permitido o consumo de alimentos e bebidas no local (mesas e cadeiras)

**DECRETO Nº 12.788/2020**

Publicação Nº 2616831

DECRETO Nº 12.788 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

3802 – Diretoria de Trânsito

Atividade 38.02.06.125.0079.2519 – Manutenção Atividades de Trânsito

Modalidade 3.3.90 (946) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0112.00079

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

3802 – Diretoria de Trânsito

Atividade 38.02.06.125.0079.2519 – Manutenção Atividades de Trânsito

Modalidade 3.3.20 (942) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0112.00079

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.377/2020**

Publicação Nº 2616833

PORTARIA Nº 24.377, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

DISPENSA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA COORDENAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCEL MOURA REIS, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 37 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD

nº 545/2020, resolve:

DISPENSAR gratificação especial pela Coordenação de Serviço Especializado em Saúde, conforme artigo 37, I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016,  
do servidor público municipal MARCEL MOURA REIS, ocupante  
do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotado na  
Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 14 de agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 24.379/2020**

Publicação Nº 2616835

PORTARIA Nº 24.379, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 23, inciso III, combinado com o art. 32 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016,  
e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 546/2020, resolve:

CONCEDER gratificação especial pela participação no programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, conforme artigo 32, I, da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, aos servidores públicos municipais que indica:

ANA PAULA COUTINHO FONTES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 03/08/2020;

SIMONE SOARES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a contar de 10/08/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 20 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 24.380/2020**

Publicação Nº 2616839

PORTARIA Nº 24.380, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

DECLARA VAGO O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL, OCUPADO PELA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA OLIVEIRA HOFFMANN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO, a contar de 24 de agosto de 2020, o cargo de provimento efetivo de Educador Social, ocupado pela servidora pública municipal SANDRA OLIVEIRA HOFFMANN, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, em virtude de sua posse no cargo de Assistente Social, com jornada de 30 horas semanais, neste Município, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, conforme o Processo Administrativo nº 2020/08/4512.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 24.381/2020**

Publicação Nº 2616840

PORTARIA Nº 24.381, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

REVOGA A PORTARIA Nº 24.375, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

MARIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

REVOGAR

a Portaria nº 24.375, de 19 de agosto de 2020, repristinando a Portaria nº 24.353, de 14 de agosto de 2020, que exonerou Grazielle de Souza Metzner, do cargo de provimento em Comissão de Diretor de Iluminação Pública, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2020.

MARIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO DISCIPLINAR Nº 020/2020 - 2ª CPASD**

Publicação Nº 2616844

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

EDITAL DE CITAÇÃO

PROCESSO DISCIPLINAR N. 020/2020- 2ªCPASD

A 2ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, constituída por meio das Portarias nº 13.865/2010, nº 15.326/2012 e nº 23.368/2019, vem por sua Presidente, no uso de suas atribuições e com suporte no art. 222, da LC 660/07, CITAR, pelo presente edital, MARCOS GABRIEL JAMPIETRI DE PAIVA, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, portador da Cédula de Identidade n. 7720680, inscrito no CPF n. 331.620.948-44, para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, contado desta publicação, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar em epígrafe, instaurado por meio da Portaria n. 24.338, de 10/08/2020, para apurar, em tese, "ABANDONO DE CARGO PÚBLICO", sob pena de ser declarada revel, nos termos do art. 242 da LC 660/07. A defesa deverá ser protocolada na sede desta Comissão, localizada à Praça Victor Konder, 02, 3º andar, sala 32, (Prédio da PMB), Centro, Blumenau/SC, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido das 9h às 11h e das 14h às 17h.

Blumenau, 21 de agosto de 2020.

ALETÉIA LUIZITA DE FARIAS  
Presidente da 2ª CPASD

**INTIMAÇÃO 2º CSPAD - PAD Nº 030/2019**

Publicação Nº 2616854

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD

PAD Nº 030/2019

INDICIADA: C.A.G.

ADV. MARIA EDUARDA HILLESHEIM - OAB/SC nº 45.768

DESPACHO: Fica a procuradora do servidor indiciado intimada para tomar ciência do relatório final exarado por esta Comissão e da decisão do Excelentíssimo Prefeito Municipal, constante de fls. 74 a 86 dos autos.

.

**EXTRATO - JUSTIFICATIVA AO PROCESSO DE DISPENSA AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 029/2020**

Publicação Nº 2617204

EXTRATO –JUSTIFICATIVA AO PROCESSO DE DISPENSA AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº.029/2020.

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) E A ASSOCIAÇÃO CASA SÃO SIMEÃO

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 13.019/2014 – art. 30, II, Decreto nº. 8.726/2016, Medidas Provisórias nº. 953/2020 e nº. 956/2020, Portarias nº. 63, nº. 337 e nº. 369/2020 do Ministério da Cidadania, Resolução CMAS nº. 24/2020, Decreto Estadual nº. 525/2020, Decreto Municipal nº. 12.589/2020, entre outras legislações aplicáveis.

VALOR: R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais)

VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar de 24 de agosto de 2020

OBJETO: Repasse emergencial de recursos federais para o cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19.

JUSTIFICATIVA: O Ministério da Cidadania, por meio da Portaria nº. 369 de 29 abril de 2020 dispôs sobre o repasse financeiro emergencial de recursos federais para a execução de ações socioassistenciais e estruturação da rede do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no âmbito dos estados, Distrito Federal e municípios devido à situação de emergência de saúde pública de importância nacional – ESPIN, em decorrência de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19).

A Portaria estabelece os critérios e a operacionalização deste repasse de recurso financeiro emergencial, que será realizado por meio de transferência fundo a fundo, com a finalidade de aumentar a capacidade de resposta do SUAS no atendimento a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente da COVID-19.

A Portaria nº. 63 de 30 de abril de 2020 traz os aspectos da operacionalização da adesão ao repasse financeiro emergencial de recursos federais previsto na Portaria nº. 369/2020.

Os recursos previstos na Portaria nº. 369/2020 destinam-se em síntese a promover:

I - Estruturação da rede do SUAS por meio da:

a) aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI para os profissionais das unidades públicas e estatais de atendimento do SUAS; b) aquisição de alimentos, prioritariamente ricos em proteína, para pessoas idosas e pessoas com deficiência acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias.

II – Cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento de situação de emergência em decorrência do COVID-19, por meio da proteção, orientação, apoio e atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados pela situação, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação de riscos quanto à infecção ou disseminação do Coronavírus.

O Município de Blumenau atendeu aos critérios de elegibilidade da Portaria nº. 369/2020 e foi contemplado através do Fundo Municipal de Assistência Social com o valor de R\$ 1.187.235,00 (um milhão, cento e oitenta e sete mil, duzentos e trinta e cinco reais) tendo como finalidade aumentar a capacidade de resposta ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social decorrente do COVID-19.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições deliberou através da Resolução nº. 24/2020 acerca da utilização deste recurso.

De acordo com a Resolução nº. 24/2020 foi definido também pelo repasse de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais) à Organização da Sociedade Civil Associação Casa São Simeão, que possui inscrição perante os Conselhos Municipais de Assistência Social e do Idoso como executora do serviço de acolhimento institucional para idosos – grau de dependência I (cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19 - inciso II do art. 2º. da Portaria nº. 369/2020).

O cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do Covid-19 tem como finalidade promover orientação, apoio, atendimento e proteção às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social afetados, de forma a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação dos riscos quanto à infecção ou disseminação do vírus. Destina-se, portanto a permitir a esse público condições adequadas de alojamento, isolamento, provisões e outras demandas que atendam às determinações sanitárias, proteção, prevenção e mitigação dos riscos quanto à infecção ou disseminação do vírus.

A utilização desses recursos deve assegurar as provisões listadas no art. 8º da Portaria.

No caso em comento, considerando que o valor a ser repassado contemplará serviço de acolhimento já existente no município, a utilização dos recursos deve estar vinculada a medidas que visem mitigar riscos de transmissibilidade do novo Coronavírus (Covid-19) e/ou atender necessidades advindas da situação de emergência em saúde pública, incluindo medidas voltadas à diminuição da aglomeração, como a reestruturação da rede para atendimento em pequenos grupos, ampliação do percentual de acolhimento em famílias acolhedoras, dentre outras.

O repasse emergencial dos recursos federais ao município ocorrerá em duas parcelas, cada uma referente a 3 (três) meses da demanda aferida para cada item, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Desta feita, salvo melhor juízo a desnecessidade de autorização legislativa municipal quanto ao repasse, visto a iniciativa da Medida Provisória partir da Presidência da República e a excepcionalidade em função das medidas de enfrentamento de emergência de saúde pública decretadas pelo Congresso Nacional.

Por todo o exposto, justifica-se a formalização de parceria com Organização da Sociedade Civil para execução do objeto da parceria.

**EXTRATO - TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 029/2020**

Publicação Nº 2617264

EXTRATO – TERMO DE COLABORAÇÃO Nº029/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU (SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL)

E A

ASSOCIAÇÃO CASA SÃO SIMEÃO

OBJETO: Repasse emergencial de recursos federais para o cofinanciamento de ações socioassistenciais visando ao enfrentamento da situação de emergência em decorrência do COVID-19.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, Decreto Federal nº 8.726/2016, Decreto Estadual nº 525/2020, Decretos Municipais nº 11.235/2017, nº 11.509/2017 e nº 12.589/2020, Instrução Normativa nº 14/2012 do TCE/SC, Medidas Provisórias nº 953/2020 e nº 956/2020, Portarias nº 63, nº 337 e nº 369/2020 do Ministério da Cidadania, Resolução CMAS nº 024/2020, entre outras legislações aplicáveis.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES

PRAZO DE VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, contados de 24 de agosto de 2020.

VALOR TOTAL: R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 18 de agosto de 2020.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020**

Publicação Nº 2617270

MUNICÍPIO DE BLUMENAU -PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2020

Objeto: Registro de Preços para manutenção e conserto de equipamentos de informática e afins, com fornecimento de peças, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 ano - Diversas Secretarias - ISSBLU, FMAS. Data da sessão eletrônica: 04 (quatro) de setembro de 2020. Horário: 14h00min. Local: Sistema: COMPRASBR - site: <https://comprasbr.com.br/> - edital disponível via e-mail: [brunamaas@blumenau.sc.gov.br](mailto:brunamaas@blumenau.sc.gov.br) e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>- Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02, 13.979/20 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 24/08/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020**

Publicação Nº 2617272

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020

Data da Homologação: dia 14 de agosto de 2020. Objeto: Aquisição de produtos e materiais de higiene pessoal, destinados ao atendimento às Demandas emergenciais de enfrentamento ao Corona vírus (Covid-19), no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de acordo com a Portaria 369 de 29 de abril de 2020. - SEMUDES/FMAS.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Empresas vencedoras: A. V. COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI - Itens 01, 02, 03, 04. Valor total R\$ 1.912,00 (Um mil, novecentos e doze reais); KELLY A.D.S. MINIOLI COMÉRCIO DE PRODUTOS ME - Itens 05, 06, 07. Valor total R\$ 7.980,00 (Sete mil, novecentos e oitenta reais). Base Legal: De acordo com o pregão supracitado nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.732/04 Lei Complementar 123/06 e alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações. Blumenau, 24/08/2020.

**SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020**

Publicação Nº 2617276

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – SUSPENSÃO DE ABERTURA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020

Utilizamos do presente para informar que a abertura do Pregão supracitado prevista para o dia 25/08/2020, às 09:00 horas, no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) está SUSPensa. Motivo: Adequação ao Edital. Objeto: Contratação de empresa para prestação de coleta, transporte e destino final dos resíduos de serviço de saúde (lixo hospitalar), conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 12 meses - FMS/SEMUS - SEMMAS. Oportunamente será publicada nova data de abertura. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 21/08/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

**PORTARIA Nº 570/2020/GABSEMUS**

Publicação Nº 2617280

PORTARIA N.570/2020/GABSEMUS.

ESTABELECE AS REGRAS DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS QUE FORNECEM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESPAÇOS PRIVADOS OU COMUNITÁRIOS DE LAZER PARA PRÁTICAS ESPORTIVAS E CULTURAIS COLETIVAS, DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

Winnetou Krambeck, Secretário Municipal de Promoção da Saúde do Município de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do artigo 14 da Lei Complementar n. 1.234, de 06 de junho de 2019, na forma da alínea "g" do inciso II do artigo 75 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, por analogia, com fundamento na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro 2020, no artigo 38 do Anexo Único da Lei Complementar n. 84, de 09 de junho de 1995, que "institui o Código de Saúde do Município de Blumenau", e no artigo 39-A do Decreto n. 12.738, de 20 de julho de 2020, que "consolida e estabelece medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), no âmbito do Município de Blumenau", e

CONSIDERANDO que o Prefeito Municipal, autoridade máxima de vigilância em saúde em nível local, ao editar o Decreto n. 12.784, de 19 de agosto de 2020 – que entre suas disposições alterou a redação da alínea "c" do inciso IV do caput do artigo 2º do Decreto n. 12.738, de 20 de julho de 2020 –, tornou ineficaz a suspensão de práticas esportivas e culturais coletivas em espaços privados no âmbito do Município de Blumenau,

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer um regramento sanitário que embarace a transmissão do coronavírus antes, durante e logo após a prática destas atividades;

**RESOLVE:**

Art. 1º O funcionamento dos estabelecimentos que fornecem serviços de locação de espaços privados e comunitários de lazer para práticas esportivas e culturais coletivas, durante a situação de emergência de saúde pública internacional decorrente da pandemia de COVID-19, fica condicionado à observância das regras previstas nesta Portaria.

Art. 2º Os estabelecimentos de que trata o artigo 1º desta Portaria devem organizar a realização das respectivas atividades atendendo as seguintes condições:

I - na entrada do estabelecimento e em pontos estratégicos, deve ser disponibilizado dispensador com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, para higienização das mãos dos praticantes e funcionários;

II - é obrigatório o uso de máscaras por todos os praticantes e funcionários durante a permanência no estabelecimento;

III – não devem ser permitidos:

a) a permanência nos estabelecimentos de pessoas com mais de 60 (sessenta) anos, do grupo de risco ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado;

b) a presença de público nos estabelecimentos;

c) o uso:

1. de bebedouros ou equipamento similar;

2. de churrasqueiras ou áreas sociais, de lazer ou recreação;

3. de guarda volumes;

4. de vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local;

5. compartilhado de uniformes ou coletes;

d) o consumo de alimentos e bebidas no local das práticas;

e) a permanência dos praticantes após a realização das atividades;

IV - o tempo de permanência de cada grupo de usuários no local deve ser de, no máximo, 60 minutos;

V - o estabelecimento deve organizar grupos de usuários para cada horário, durante o qual o respectivo grupo deve iniciar e finalizar as atividades;

VI – deve haver um intervalo de tempo de, no mínimo, 15 (quinze) minutos entre a saída de um grupo e a entrada de outro, de forma a evitar o cruzamento entre os praticantes e permitir a higienização do espaço e equipamentos;

VII - os lavatórios e sanitários devem estar providos de sabonete líquido, toalha descartável e álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento sem as mãos;

VIII – nas atividades que envolvam crianças de até 12 (doze) anos de idade deve-se respeitar o limite máximo de 4 (quatro) praticantes simultaneamente.

Art. 3º Os estabelecimentos de que trata o artigo 1º desta Portaria que também forneçam serviços de alimentação anexos, como bares, cantinas, lanchonetes e afins, devem observar o disposto na Portaria n. 256, de 21 de abril de 2020, do Secretário de Estado da Saúde.

Art. 4º A responsabilidade pela divulgação, aplicação e controle das determinações desta Portaria é do representante legal e, se houver, do responsável técnico do estabelecimento.

Art. 5º A fiscalização dos estabelecimentos de que trata esta Portaria ficará a cargo da força-tarefa de que trata o artigo 36 do Decreto n. 12.738, de 20 de julho de 2020, e dos militares e servidores das Polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, os quais tiveram reconhecida a autoridade sanitária pelo artigo 36-A do mesmo diploma normativo.

Art. 6º As condições estabelecidas nesta Portaria poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município de Blumenau.

Art. 7º O descumprimento do disposto nesta Portaria sujeitará o infrator às penalidades sanitárias previstas na Lei n. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, do Estado de Santa Catarina, e na Lei Complementar n. 84, de 09 de junho de 1995, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Parágrafo único. Na forma da Lei Complementar n. 84, de 09 de junho de 1995, as pessoas naturais ou jurídicas que descumprirem as condições previstas nesta Portaria, sujeitar-se-ão à penalidade de multa no valor de R\$213,51 a R\$21.351,66, cujo montante será fixado pela autoridade sanitária municipal competente para a reprovação e prevenção da infração sanitária, de acordo com:

- I – a gradação da infração;
- II – as circunstâncias agravantes e atenuantes;
- III – a gravidade do fato;
- IV – os antecedentes e capacidade econômica do infrator.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao período da situação de emergência de saúde pública cujo término será declarado por ato do Ministro de Estado da Saúde.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE, em 20 de agosto de 2020.

Winnetou Krambeck  
Secretário Municipal de Promoção da Saúde

**EXTRATO Nº 329/2020 - FURB**

Publicação Nº 2617281

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU**

Extrato nº. 329/2020

**PARTES:** FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
KHROS INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM ELETRÔNICA LTDA.

**ADITIVO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL**  
**TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 058/2020**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e serviços de instalação de Sistema de Geração Fotovoltaico, em atendimento do Termo de Convênio nº. 013 PEE Celesc 2017, firmado entre a referida entidade e a Universidade, com garantia de energia gerada.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Presencial nº 008/2020 e Contrato nº. 058/2020, firmado em 22 de julho de 2020.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DE COMPONENTE:**

Altera-se parcialmente a Cláusula Primeira, Lote 01, itens 07 e 11, que passam a ter a seguinte descrição:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DO PRAZO, DO PREÇO E DO REAJUSTE**

Altera-se parcialmente a Cláusula Primeira, item 1.2., onde o subitem 1 do item 1 (cód. FURB 39882), que trata do Módulo Fotovoltaico passa a ser da seguinte Marca/Modelo: **BYD 340PHK-36**.

1.2. Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o preço de **R\$ 139.500,00 (cento e trinta e nove mil e quinhentos reais)**, constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**:

Item	Sub-Item	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo (obrigatório para os subitens 1 e 2 do item 1, e opcional para os demais)	Garantia	Preço Unitário do Item (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1		Despesa com aquisição de equipamentos componentes do Sistema de Geração Fotovoltaica com capacidade mínima de 49,5 kWp, para o Campus II da FURB, conforme projeto e memorial descritivo, sendo composto por:						
	1	150	Um	Módulo Fotovoltaico, conforme memorial descritivo.	<b>BYD 340PHK-36</b>	10 anos de garantia do fabricante contra defeitos de fabricação e 25 anos de garantia, 80% da potência nominal	527,64	79.146,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA:**

Altera-se parcialmente a Cláusula Quarta, Item 4.2., que passa a ter a seguinte redação:

**4.2. As entregas e os serviços deverão atender ao cronograma de execução definido abaixo:**

Cronograma de execução a partir do recebimento da ordem de compra/serviço						
Descrição dos serviços (dias)	7 dias	92 dias	107 dias	110 dias	140 dias	145 dias
Parecer técnico e atualizações de projeto	7 dias					
Entrega do material		85 dias				
Instalação do sistema			15 dias			
Testes e verificações finais				3 dias		
Conexão do sistema a rede elétrica					30 dias	
Treinamento						5 dias

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº. 058/2020 que não conflitem com o presente documento.

Blumenau/SC, 14 de agosto de 2020.



**EXTRATO Nº 328/2020 - FURB**

Publicação Nº 2617285

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 328/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e a empresa  
FRANCIELE CRISTINE LAMIM ME

ADITIVO DE INCLUSÃO DE ITEM  
TERMO ADITIVO Nº 001 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 078/2020

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e produtos de informática para diversos setores da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 473/2019 e Ata de Registro de Preços nº.078/2020, firmada em 22 de junho de 2020.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente termo aditivo tem como objeto a Inclusão de Item à Ata de Registro de Preços nº 078/2020, firmada entre as partes em 22 de junho de 2020, nos termos previstos em sua Cláusula Primeira.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO:**

Fica alterada a Cláusula Primeira, Item 1.3, da Ata de Registro de Preços nº. 078/2020, acrescentando o Item 26 no rol de produtos registrados para a empresa Franciele Cristine Lamim ME, com as seguintes características e valor:

Item	Und.	Descrição dos Produtos	Marca e Modelo	Preço Unitário (em R\$)
26	10 Peças	Placa de rede Gigabit PCI-E 1x, com as seguintes características: Tipo: interna para instalação em gabinete tipo torre ATX Taxa de transferência mínima: 10/10/1000 Mbps Conectores mínimos: <ul style="list-style-type: none"><li>• 1 conector PCI Express x1</li><li>• 1 conector para cabo de rede padrão RJ-45</li></ul> Compatibilidade: Windows 10 ou superior Garantia mínima: 12 (doze) meses .	VINIK PRV1000E	53,50

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas na Ata de Registro de Preços nº.078/2020, que não colidirem com o presente documento.

DATA: 18 de agosto de 2020.

**EXTRATO Nº 330/2020 - FURB**

Publicação Nº 2617288

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 330/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E  
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGURO EMPRESARIAL (PATRIMONIAL) PARA A FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 160/2020.

PREÇO: A Administração pagará o valor global de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais).

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em 4 (quatro) parcelas de igual valor e com intervalo de 30 (trinta) dias consecutivos entre elas, vencendo a primeira em 10 (dez) dias consecutivos após a data de celebração do instrumento contratual, não devendo, por isso, computar-se qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas. O pagamento da 2ª (segunda) parcela fica vinculado

à apresentação da(s) apólice(s) de seguro.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência do seguro será de 12 (doze) meses, a partir das 00h00min do dia 03 de setembro de 2020 e até as 24h00min do dia 02 de setembro de 2021, prorrogáveis até no máximo 60 (sessenta) meses.

**DATA:** 24/08/2020.

## EXTRATO Nº 331/2020 - FURB

Publicação Nº 2617289

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 331/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

VERSATUS – SOLUÇÕES E SUPORTE EM REDES E COMPUTAÇÃO DE ALTA PERFORMANCE EIRELLI

**OBJETO:** Aquisição de equipamento, Cluster Computacional, para expansão da capacidade de processamento paralelo dos Laboratórios de Fluidodinâmica Computacional (LFC) e de Verificação e Validação (LVV) da FURB - Termo de Cooperação 5900.0112067.19.98.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Dispensa nº 176/2020 e Contrato nº 150/2020, firmado em 26 de agosto de 2020.

**PREÇO:** Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 752.000,00 (setecentos e cinquenta e dois mil reais), hoje equivalente a US\$ 128.137,17 (cento e vinte e oito mil, cento e trinta e sete dólares e dezessete centavos), preço FCA fabricante para importação direta convertidos em moeda brasileira, à taxa de câmbio vigente no dia do efetivo pagamento, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante de folhas 33 à 40 e 106 (proforma invoice) do processo de Dispensa nº 176/2020, anteriormente mencionado, sendo este(s) o(s) preço(s) unitário(s):

Equipamento Cluster HPC

Item	Sub-item	Qtde	Descrição	Valor Unitário (USD)
1	1	1	Compute Node DellPower Edge R7525 Server	11,762.05
1	2	8	Compute Nodes Dell Power Edge 6525 Server	12,073.40
1	3	1	1 Switch Dell EMC Switch N1124T-ON Ethernet	1,107.02
1	4	1	1 Switch Dell Mellanox SB7890 InfiniBand EDR	18,680,90
Total				128,137,17

**PAGAMENTO:** A CONTRATANTE efetuará o pagamento à vista, de R\$ 752.000,00 (setecentos e cinquenta e dois mil reais), hoje equivalente a US\$ 128.137,17 (cento e vinte e oito mil, cento e trinta e sete dólares e dezessete centavos), preço FCA (free carrier) para importação direta convertidos em moeda brasileira, à taxa de câmbio vigente no dia do efetivo pagamento, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA, constante de folhas 33 à 40 e 106 (proforma invoice) do Processo de Dispensa de Licitação nº 176/2020, à empresa Versatus HPC Inc., em parcela única, através de Cobrança Documentária (Cad-Cash Against Documents) contra documentos consignados ao banco indicado pela CONTRATANTE que serão enviados ao mesmo, sendo que as despesas bancárias nacionais e internacionais serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo do presente Contrato ficará vinculado a vigência da garantia do(s) equipamento(s), constante da Cláusula Quinta deste instrumento contratual, ou seja, de 12 (doze) meses a contar da data de recebimento do(s) equipamento (s).

**DATA:** 21/08/2020

## EXTRATO Nº 332/2020 - FURB

Publicação Nº 2617292

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 332/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

ADITIVO DE INCLUSÃO DE ITEM

TERMO ADITIVO Nº 004 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 204/2019

**OBJETO:** Registro de preços para aquisições futuras de materiais médico hospitalar e de higiene e beleza para a Universidade.



FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência Pública (SRP) nº.241/2019 e Ata de Registro de Preços nº.204/2019, firmada em 23 de setembro de 2019.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O presente termo aditivo tem como objeto a Inclusão de Item à Ata de Registro de Preços nº 204/2019, firmada entre as partes em 23 de setembro de 2019, nos termos previstos em sua Cláusula Primeira.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO:**

Fica alterada a Cláusula Primeira, Item 1.3, da Ata de Registro de Preços nº. 204/2019, acrescentando o Item 191 no rol de produtos registrados para a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda., com as seguintes características e valores:

Item	Quantidade Estimada (Saldo)	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)
191	72 Pacotes	Saco de lixo hospitalar / capacidade 100 litros / pacote com 100 peças.	RAVA	25,71

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas na Ata de Registro de Preços nº 204/2019 e Termos Aditivos nos 001 à 003, que não colidirem com o presente documento.

DATA: 20 de agosto de 2020.

**DESPACHO AUTORIDADE SUPERIOR EDITAL Nº 071/2020 - FURB**

Publicação Nº 2617303

Blumenau, 13 de agosto de 2020.

Vistos, etc.

Conheço do recurso interposto pela licitante KAYAMA DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, eis que processado a tempo e modo. Nego-lhe, porém, provimento quanto às razões apresentadas, com base no despacho de análise da peça recursal, no Parecer Jurídico nº 230/2020/PROGEF e despacho de intenção de anulação acostado às fls. 450 à 453 dos autos.

Ratifico a decisão tomada pelo Sr. Marco Aurélio de Oliveira, em conjunto com os pregoeiros Sr. Inácio José Amorim e Sr. Douglas Lindner.

Determino, por fim, na condição de Autoridade Superior da Fundação Universidade Regional de Blumenau, a manutenção do resultado do item 1 e a anulação do item 2 do Edital nº 071/2020, na modalidade Pregão Presencial.

Dê-se ciência às interessadas.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espíndola  
Reitora - Fundação Universidade Regional de Blumenau

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 1204/2020

Publicação Nº 2615818

LEI MUNICIPAL Nº 1.204/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica, Leis nº 1.178/19 de 09.12.2019 (LDO) e 1.179/19 de 09.12.2019 (LOA), faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito suplementar nos projetos abaixo, modalidades de despesas respectivas da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais).

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545200302.031 – Manutenção das Atividades de Obras e Serviços Urbanos.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1495).

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1751200552.018 – Manutenção dos Serviços de Saneamento Básico.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (1569).

Valor R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 1545100301.045 – Construção e Melhoria de Praças e Jardins.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1405).

Valor R\$ 3.000,00 (Três mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade Orçamentária: 08.01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Proj/Ativ.: 2472200272.030 – Manutenção e Instalação de Repetidora de Sinais.

Elemento: 4490 – Aplicações Diretas (1581).

Valor R\$ 6.000,00 (Seis mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado pelo artigo primeiro da presente Lei, serão utilizados recursos da anulação do seguinte projeto abaixo modalidades de despesa respectiva da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos no valor de R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais).

Órgão: 03 – Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Unidade Orçamentária: 03.01 – Administração Geral.

Proj/Ativ.: 0412200082.005 - Manutenção das Atividades com Eventos Municipais.

Elemento: 3390 – Aplicações Diretas (197).

Valor R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais).

Fonte de Recursos: 01.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - As despesas decorrentes da realização da presente Lei, correm por conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 21 de agosto de 2020.

RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### MINUTA TA ATA REGISTRO DE PREÇOS 25/2020

Publicação Nº 2615956

#### TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 25/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratada: Classmed Produtos Hospitalares Ltda.

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reequilíbrio econômico-financeiro do item 221 (Metildopa 250mg) no percentual de 25%, passando o valor da unidade de R\$ 0,3500 para R\$ 0,4375 e do item 261 (Permetrina 50mg/g (5%)) no percentual de 10,58%, passando o valor da unidade de R\$ 2,3900 para R\$ 2,6430, conforme faculta legislação vigente.. Ficam ratificadas as demais cláusulas desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Bom Retiro, 24 de agosto de 2020.

Vilmar José Neckel

Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO N° 2.550/2020**

Publicação N° 2616259

DECRETO N° 2.550/2020

"Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2020."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1.475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 4.950,00 (quatro mil e novecentos e cinquenta reais), conforme abaixo especificado:

09 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
001 - Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente
0018 - Gestão Ambiental
0541 - Preservação e Conservação Ambiental
0021 - PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE
44 - PROGRAMAS E PROJETOS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
Cód. 382 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas
Fonte de recurso - 03004100 - Superávit - FDMA 4.950,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 21 de agosto de 2020.

Botuverá, 21 de agosto de 2020.

JOSE LUIZ COLOMBI  
Prefeito Municipal

**PL53/2020-TP03/2020-PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE RUAS**

Publicação N° 2616501

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ  
PROCESSO N°54/2020-TOMADA DE PREÇO N°03/2020

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ torna público que se encontra aberto Processo Licitatório para execução de serviços de engenharia para Execução de Obras de Pavimentação Asfáltica de Ruas do Município de Botuverá, conforme projetos e demais informações técnicas constantes no processo. Recebimento da documentação e propostas até 11/09/2020, às 10:00 Horas. Abertura da sessão na mesma data às 10:30 horas. Local, sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no setor de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47)3359-3200, e-mail: licitacao@botuvera.sc.gov.br, e site: www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá-SC, 21 de Agosto de 2020.

Angelo Luiz Venzon  
Secretário de Obras

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 101/2020

Publicação Nº 2616374

DECRETO Nº. 0101/2020.

Anula e Suplementa no Orçamento do Município de Braço do Trombudo.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0936, de 09 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada no Orçamento Anual do Município, relativo ao exercício de dois mil e dezenove, na dotação orçamentária abaixo o valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme segue:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
04 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 – Manutenção da ETA  
(41) – 3.1.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º - Com os recursos orçamentários provenientes do Art. 1º deste decreto, fica suplementada a dotação orçamentária abaixo no valor de R\$ R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), conforme segue:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
04 - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E SANEAMENTO

2.023 – Manutenção da ETA  
(43) – 3.3.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 21 de Agosto de 2020.

NILDO MELMESTET  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 17º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

Publicação Nº 2616381

EXTRATO 17.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 28/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Porto Seguro Cia de Seguro Gerais

CNPJ 61.198.164/0001-60

Av Rio Branco, 1489, Bairro Campos Eliseos

Cidade São Paulo – SP

Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo de seguros automotivos, para segurar os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Vigência: 25.08.2020 até 31.12.2020.

Data da assinatura: 21.08.2020

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

**EXTRATO 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 29/2020**

Publicação N° 2616384

**EXTRATO 9.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 29/2016**

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Gente Seguradora SA

CNPJ 90.180.605/0001-02

Rua Floriano Peixoto, 450 Bairro Centro Histórico

Cidade Porto Alegre - RS

Objeto: Contratação de empresa especializada no ramo de seguros automotivos, para segurar os Veículos e Máquinas da Frota Municipal de Braço do Trombudo.

Vigência: 25.08.2020 até 31.12.2020.

Data da assinatura: 21.08.2020

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO 46/2020

Publicação Nº 2615927

DECRETO MUNICIPAL Nº 046, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS/SC, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo nos artigos 4º e 6º da Lei Municipal nº 947/2019...

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto: 2.030 – Bloco de Gestão - IGDSUAS

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.35.32 ..... R\$ 17.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2019, apurado conforme balanço, na fonte de recurso 035.32 –Transferência do SUAS - IGDSUAS, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64;

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto: 2.031 – Bloco de Gestão – IGD Bolsa Família

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.35.33 ..... R\$ 20.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2019, apurado conforme balanço, na fonte de recurso 035.33 –Transferência do SUAS – IGD Bolsa Família, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64;

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Projeto: 2.027 – Proteção Social Básica

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.35.30 ..... R\$ 17.250,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2019, apurado conforme balanço, na fonte de recurso 035.30 –Transferência do SUAS – Piso Básico Fixo, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64;

Art. 4º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 SEC DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Projeto: 2.018 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0001 ..... R\$ 80.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar, correrão à conta da anulação da seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 05.01 SEC DE EDUCAÇÃO, CULTURA, BEM ESTAR E DESPORTO

Projeto: 2.018 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0001 .....R\$ 80.000,00

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis (SC)  
Gabinete do Prefeito Municipal de Brunópolis/SC,  
em 21 de Agosto de 2020

Ademil Antonio da Rosa,  
Prefeito Municipal

Maria Gorete do Nascimento Kern  
Secretária de Administração Planejamento e Fazenda  
Registrado e Publicado no DOM

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8.702-2020

Publicação Nº 2617713

DECRETO nº 8.702, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Estabelece os critérios mínimos de segurança sanitária para a retomada do Transporte Coletivo Municipal no Município de Brusque. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município, Considerando o Decreto nº 630, de 01 de junho de 2020, que altera o Decreto nº 562, de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina, que flexibiliza e regionaliza as medidas para enfrentamento ao COVID-19 no tocante a determinadas atividades;

Considerando a Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabeleceu critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

Considerando a Lei Estadual nº 17.950, de 3 de junho de 2020, que reconhece o transporte coletivo urbano municipal e intermunicipal de passageiros como essenciais para a população, ainda que em estado de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia;

Considerando a Portaria SIE nº 321/2020, de 03/06/2020, que regula as normas sanitárias para retomada do transporte municipal e intermunicipal;

Considerando as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia no estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e de estrutura de saúde existente, neste momento, e sua evolução programada para enfrentamento da COVID-19;

Considerando que os trabalhadores atuantes nas atividades já autorizadas necessitam de transporte seguro até os respectivos locais de trabalho, bem como que o deslocamento de tais passageiros em meios de transporte improvisados, sem a observância de parâmetros mínimos de segurança sanitária, pode maximizar os riscos de contágio pela COVID-19;

DECRETA:

Art. 1º A circulação do transporte coletivo de passageiros no Município de Brusque, será autorizada, a partir de 24/08/2020, mediante a observância das seguintes regras por parte da empresa concessionária, sem prejuízo das normativas estabelecidas pelo Governo do Estado de Santa Catarina e seus respectivos órgãos:

I – priorizar o afastamento, sem prejuízo de salários, de trabalhadores de grupo de risco;

II – priorizar o trabalho remoto para os setores administrativos;

III – adotar medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho;

IV – controlar a lotação máxima limitada à capacidade de passageiros sentados;

V – fornecer álcool 70% ou substância equivalente para a higienização de todas as pessoas a ingressar no veículo;

VI – exigir a utilização de máscaras por todos os passageiros, motoristas e trabalhadores, durante todo o percurso e nos pontos de ônibus;

VII – tráfegar com as janelas dos veículos abertas ou, na impossibilidade, adotar meios de circulação do ar que garanta seu fluxo e renovação contínua;

VIII – os trabalhadores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos;

IX – realizar procedimentos que garantam a higienização frequente do veículo, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes ou com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, corrimões, apoios, entre outros – no mínimo uma higienização completa do veículo por dia;

X – aferir, antes de iniciar cada turno de serviço, a temperatura de todos os colaboradores envolvidos na operação de transporte de passageiros;

XI – afastar e orientar os trabalhadores que estiverem com febre ou sintomas respiratórios (tosse, coriza, falta de ar), bem como encaminhar para o Centro de Triagem do Município de Brusque;

XII – permitir acesso livre da vigilância sanitária, epidemiológica e demais agentes públicos para fiscalização dos veículos e passageiros;

XIII – demarcar distância de segurança de no mínimo 1,5 (um metro e meio) nos terminais de embarque e desembarque ou locais destinados para fila, evitando a aglomeração de pessoas;

XIV – afixar nas dependências do Terminal Urbano e dos veículos de transporte coletivo, cartazes com orientações sobre boas práticas de prevenção ao novo coronavírus;

XV – adotar mecanismo de integração da passagem dentro dos ônibus, garantindo que o usuário possa embarcar em nova linha sem pagamento de nova passagem até 45 (quarenta e cinco) minutos após a embarcação em sua primeira viagem;

XVI – dispensar o uso das catracas no Terminal Urbano.

Art. 2º. Na utilização do serviço de transporte público, os passageiros deverão observar todos os protocolos de segurança, bem como:

I – uso obrigatório e correto de máscaras para ingressar e permanecer no ônibus;

II – não usar o transporte público se tiver sintomas de gripe ou COVID-19;

III – utilizar álcool gel toda vez que ingressar e sair do ônibus;

IV – transitar sentados, evitar aglomeração e respeitar a capacidade reduzida dos veículos.

Art. 3º A integração sem o pagamento de passagem não é válida para a mesma linha.

Art. 4º Fica designado o Grupo Técnico do Comitê de Enfrentamento ao COVID-CECOV, de que trata a Portaria nº 13.329, de 06 de abril de 2020, para acompanhar perante a empresa Concessionária, o cumprimento das medidas de restrição.

Art. 5º. A Secretaria Municipal de Saúde poderá emitir normativa própria adotando novas medidas de controle e combate à propagação da



pandemia.

Art. 6º. O transporte urbano de passageiros ocorrerá de segunda-feira a sábado, com possível adequação de linhas e horários, de acordo com a demanda.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de agosto de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW  
Procurador-Geral do Município  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 8.703 -2020

Publicação Nº 2617714

DECRETO N. 8.703, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Revoga o Decreto n. 8.678 de 27 de julho de 2020, que estabeleceu horário especial de trabalho na Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município,

Considerando que compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer a organização e o funcionamento dos órgãos da administração pública, de acordo com o art. 82, VIII, da Lei Orgânica do Município de Brusque;

Considerando o Ofício n. 827, de 18 de agosto de 2020, expedido pela Secretaria de Obras e Serviços Públicos, no qual solicita a revogação do Decreto n. 8.678, de 27 de julho de 2020;

### DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto 8.678, de 27 de julho de 2020, que estabeleceu horário especial de trabalho na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, a partir de 24 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de agosto de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE  
Prefeito de Brusque

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 085-2020**

Publicação Nº 2617723

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 085/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2020**

**CONSIDERANDO** que a Administração tem o dever de divulgar todos os seus atos, assim como as dúvidas de quaisquer interessados na execução do objeto, o que se faz em observância aos princípios da isonomia e publicidade (art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei 8.666/93); torna-se público, através desse termo que: Onde se lê:

**LOTE 1 – LAMINADO ELASTOPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO  
HORIZONTAL VIÁRIA – TIPO 2 (ABNT NBR 15741)**

ITEM	QTDE	UNDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
<b>1</b>	100	PC	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO; COR <b>AMARELA</b> , TABELA MUNSELL 10YR-7,5/14.	168,21	168.210,00
<b>2</b>	300	PC	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO COR <b>BRANCA</b> , TABELA MUNSELL N 9,5/9,0.	168,21	504.630,00
<b>3</b>	20	PC	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO; COR <b>AZUL</b> , TABELA MUNSELL 5 PB 2/8.	178,21	35.642,00
<b>4</b>	30	PC	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO; COR <b>VERMELHA</b> , TABELA MUNSELL 5 R 4/14.	178,21	53.463,00
<b>5</b>	50	PC	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO; COR <b>PRETA</b> , TABELA MUNSELL N 1,0.	178,21	89.105,00
<b>6</b>	250	BD	ADESIVO/COLA PARA LAMINADO	307,57	76.892,50



			ELASTOPLÁSTICO		
<b>VALOR TOTAL LOTE 4</b>				<b>927.942,50</b>	
Leia-se:					
<b>LOTE 1 – LAMINADO ELASTOPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA – TIPO 2 (ABNT NBR 15741)</b>					
ITEM	QTDE	UNDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
<b>1</b>	1000	m2	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO; COR <b>AMARELA</b> , TABELA MUNSELL 10YR-7,5/14.	168,21	168.210,00
<b>2</b>	3000	m2	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO COR <b>BRANCA</b> , TABELA MUNSELL N 9,5/9,0.	168,21	504.630,00
<b>3</b>	200	m2	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO; COR <b>AZUL</b> , TABELA MUNSELL 5 PB 2/8.	178,21	35.642,00
<b>4</b>	300	m2	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO; COR <b>VERMELHA</b> , TABELA MUNSELL 5 R 4/14.	178,21	53.463,00
<b>5</b>	500	m2	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO – TIPO 2, LARGURA 40 CM; ESPESSURA MÍNIMA 1,5MM; EM ROLO DE 25M DE COMPRIMENTO; COR <b>PRETA</b> , TABELA MUNSELL N 1,0.	178,21	89.105,00
<b>6</b>	250	BD	ADESIVO/COLA PARA LAMINADO ELASTOPLÁSTICO	307,57	76.892,50
<b>VALOR TOTAL LOTE 4</b>				<b>927.942,50</b>	

Esclarecimentos e informações poderão ser realizadas junto Secretaria de Orçamento e Gestão (Departamento de Compras e Licitações), sito a Praça das

☐

Bandeiras, nº. 77, Brusque (Santa Catarina), das 12:00h às 18:00h, pelo telefone (47) 3251-1833/1870. Publique-se no Diário Oficial dos Municípios.  
CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Diretora de Licitações e Contratos



**EXTRATO DO CONTRATO 052/2020 -SAMAE**

Publicação Nº 2617676

**EXTRATO DO CONTRATO 052/2020**

ESPÉCIE: Fornecimento, instalação e configuração de controlador geral para grupo gerador; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico; PROCESSO LICITATÓRIO: 037/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.33903925000000.06000000; VIGÊNCIA: 90 dias; DATA DA ASSINATURA: 21/08/2020; VALOR: R\$ 14.960,00; FISCAL DO CONTRATO: Diego Ribeiro Pena; CONTRATADA: Eletronema Ltda EPP; CNPJ: 80.756.893/0001-39; Diretor do SAMAE.

Brusque, 21 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO DO CONTRATO 053/2020 -SAMAE**

Publicação Nº 2617712

**EXTRATO DO CONTRATO 053/2020**

ESPÉCIE: Fornecimento e instalação de sistemas de tratamento de efluentes individuais (caixa de inspeção, fossa e filtro); MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial; PROCESSO LICITATÓRIO: 038/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.1192.34490519900000000000.000.060000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 21/08/2020; VALOR: R\$ 34.450,00; FISCAL DO CONTRATO: Armando Alberto Walendowsky; CONTRATADA: Materiais de Construção Nova Casa Eireli EPP; CNPJ: 81.539.777/0001-20; Diretor do SAMAE.

Brusque, 21 de agosto de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 045-2020-SAMAE**

Publicação Nº 2617725

**PROCESSO LICITATÓRIO 045/2020  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 045/2020, na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para contratação de empresa jornalística com jornal de circulação municipal ou regional, com abrangência no município de Brusque e na região do vale do rio Itajaí, para fins de publicação de atos oficiais do samae. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 08 de setembro de 2020, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 046-2020-SAMAE**

Publicação Nº 2617727

**PROCESSO LICITATÓRIO 046/2020  
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 046/2020, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, para aquisição de equipamentos diversos. O recebimento das propostas e documentos de habilitação dar-se-á até o dia 09 de setembro de 2020, às 13:00 horas.

Todos os trâmites da fase externa da presente licitação serão processados no sistema eletrônico PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS através do endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE – Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068-2020**

Publicação Nº 2617724

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0682020  
PREGÃO N. 051/2020

Objeto: Aquisição de massa CAUQ asfáltica – asfalto frio.

Recorrente: INOVA ASFALTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ Nº 33.907.587/0001-76.

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, recebo o recurso interposto pela Empresa INOVA ASFALTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, para no mérito considerá-lo IMPROCEDENTE, mantendo-se a decisão proferida na sessão de julgamento datada de 23/07/2020, pelos motivos de fato e de direito expostos. CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA (Diretora de Licitações e Contrato) RICARDO JOSÉ DE SOUZA (Secretário de Obras e Serviços Públicos)

**PORTARIA Nº 003-2020-SEME**

Publicação Nº 2617759

PORTARIA Nº 003/2020, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

Alteração de Membros da Comissão Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação - PME

A Secretária Municipal de Educação, nomeada através da Portaria nº 12.301 de 31 de janeiro de 2018, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, "e" e § 1º da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar a Comissão Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação.

Representante da Gerência Educacional de Blumenau – Unidade de Atendimento da Educação – Brusque

LILIAN MARCHI

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir de 16 de abril de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Brusque/SC, 20 de agosto de 2020.

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 1902-2020**

Publicação Nº 2617730

PORTARIA Nº 1902/2020

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c/ com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos do Art.5º . Lei Complementar 313 de 29/05/2020, a servidora EDILA MARISTANE SANTOS PEDEBOS, matrícula Nº 723770-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado médico do dia 07/08/2020, sendo seu afastamento no dia 22/08/2020 a 20/09/2020.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o Art. 1º, da Normativa 001/2020 de 29/04/2020.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22/08/2020 revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 21 de agosto de 2020  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Edena Beatris Censi  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 1903-2020**

Publicação Nº 2617731

Portaria nº 1903/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4299310	1	ANA GRASIELE REINERT ALEXANDRE	Secretaria de Saúde	24/08/2020	04/09/2020	12

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1904-2020**

Publicação Nº 2617732

Portaria nº 1904/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4147294	1	MARIA GABRIELA DE OLIVEIRA	Secretaria de Saúde	26/08/2020	04/09/2020	10
10000192066	1	PRISCILA CARDOSO	Secretaria de Saúde	26/08/2020	24/09/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1905-2020**

Publicação Nº 2617733

Portaria nº 1905/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
683868	3	EDUARDO FUCKNER	Secretaria de Saúde	31/08/2020	09/09/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 1906-2020**

Publicação Nº 2617734

Portaria nº 1906/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as Férias do servidor abaixo relacionado, nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
121070	4	DOMINGOS PAVESI	Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque	20/08/2020	18/09/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 20/08/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 21 de Agosto de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ADEMIR JOSÉ JORGE  
Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque  
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretoria de Recursos Humanos



# Caçador

## PREFEITURA

### DECRETO N° 8.875

Publicação N° 2618053

DECRETO N° 8.875, de 20 de agosto de 2020.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município, exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto, no art. 16, Incisos I, II, III, da Lei nº 3.580, de 19 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme segue:

2000 – CHEFIA DO EXECUTIVO

2003 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.451.17.2.45 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

4.4.90.00.01.79 – Aplicações Diretas (383) .....R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º serão utilizados recursos provenientes de Emendas Parlamentares Impositivas do Estado, Recursos TCE - 0.1.79 – Emendas Parlamentares Impositivas – Transferências do Estado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, de 20 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

### DECRETO N° 8.877

Publicação N° 2618044

DECRETO N° 8.877, de 20 de agosto de 2020.

Aprova remembramento e desmembramento de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o remembramento das áreas de terrenos urbanos de propriedade de Giesela Stein, abaixo descritas, com as seguintes medidas e confrontações:

I – área com 246,73m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta e seis metros e setenta e três decímetros quadrados), objeto da matrícula 5958, inicia no marco denominado 'P1', Segue confrontando com Rua Hugo Honaiser com o azimute de 17°03'29" e a distância de 6.15 m até o marco 'P2'; Segue confrontando com Giesela Stein (Matrícula - 16911) com o azimute de 104°53'43" e a distância de 40.75 m até o marco 'P3'; Segue confrontando com Hemerson André Castanheiro e Outros (Posse da Matrícula - 2973) com o azimute de 199°51'22" e a distância de 6.03 m até o marco 'P4'; Segue confrontando com Helga Rotter, Erica Rotter (Matrícula - 5959) com o azimute de 284°41'59" e a distância de 40.46 m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 246,73 m<sup>2</sup>.

II – área com 1.075,04m<sup>2</sup> (um mil, setenta e cinco metros e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula 16911, inicia no marco denominado 'P1', Segue confrontando com Rua Hugo Honaiser com o azimute de 17°03'29" e a distância de 15.00 m até o marco 'P2'; Segue confrontando com Osmar Felipe Reinbold (Matrícula 13500), Clair Lebiota (Matrícula - 13499) com o azimute de 94°30'21" e a distância de 44.04 m até o marco 'P3'; Segue confrontando com Rua José Bonifácio com o azimute de 151°34'41" e a distância de 31.68 m até o marco 'P4'; Segue confrontando com Hemerson André Castanheiro e Outros (Matrícula – 3750 e posse da matrícula 2973) com o azimute de 285°10'05" e a distância de 24.87 m até o marco 'P5'; Segue confrontando com Giesela Stein ( Matrícula - 5958) com o azimute

de 284°53'43" e a distância de 40.75 m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.075,04 m<sup>2</sup>.

Art. 2º As áreas acima descritas formam uma área total com 1.321,77m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e vinte e um metros e setenta e sete decímetros quadrados), inicia no marco denominado 'P1', Segue confrontando com a Rua Hugo Honaiser com o azimute de 17°03'29" e a distância de 21.15 m até o marco 'P2'; Segue confrontando com Osmar Felipe Reinbold (Matrícula 13500), Clair Lebioda (Matrícula - 13499) com o azimute de 94°30'21" e a distância de 44.04 m até o marco 'P3'; Segue confrontando com a Rua José Bonifácio com o azimute de 151°34'41" e a distância de 31.68 m até o marco 'P4'; Segue confrontando com Hemerson André Castanheiro e Outros (Matrícula - 3750 e posse Matrícula 2973) com o azimute de 285°10'05" e a distância de 24.87 m até o marco 'P5'; Segue com o azimute de 199°51'22" e a distância de 6.03 m até o marco 'P4'; Segue confrontando com Helga Rotter, Erica Rotter (Matrícula - 5959) com o azimute de 284°41'59" e a distância de 40.46 m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 1.321,77 m<sup>2</sup>.

Art. 3º Fica aprovado o desmembramento da área de 1.321,77m<sup>2</sup> (um mil, trezentos e vinte e um metros e setenta e sete decímetros quadrados), de propriedade de Giesela Stein, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) glebas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba "A" com 667,44m<sup>2</sup> (seiscentos e sessenta e sete metros e quarenta e quatro decímetros quadrados), inicia no marco denominado 'P1'; Segue confrontando com a Rua Hugo Honaiser com o azimute de 17°03'29" e a distância de 21.15m até o marco 'P2'; Segue confrontando com Osmar Felipe Reinbold (Matrícula 13500), Clair Lebioda (Matrícula - 13499) com o azimute de 94°30'21" e a distância de 25.96m até o marco 'P3'; Segue confrontando com Giesela Stein (Gleba B) com o azimute de 184°28'53" e a distância de 26.14 m até o marco 'P8'; Segue confrontando com Helga Rotter, Erica Rotter (Matrícula - 5959) com o azimute de 284°41'59" e a distância de 31.06m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 667.44 m<sup>2</sup>.

II - gleba "B" com 654,33m<sup>2</sup> (seiscentos e cinquenta e quatro metros e trinta e três decímetros quadrados), Inicia-se no marco denominado 'P4'; Segue confrontando com a Rua José Bonifácio com o azimute de 151°34'41" e a distância de 31.68 m até o marco 'P5'; Segue confrontando com Hemerson André Castanheiro e Outros (Matrícula - 3750 e posse Matrícula 2973) com o azimute de 285°10'05" e a distância de 24.87 m até o marco 'P6'; Segue com o azimute de 199°51'22" e a distância de 6.03 m até o marco 'P7'; Segue confrontando com Helga Rotter, Erica Rotter (Matrícula - 5959) com o azimute de 284°41'59" e a distância de 9.41 m até o marco 'P8'; Segue confrontando com Giesela Stein (Gleba A) com o azimute de 4°28'53" e a distância de 26.14 m até o marco 'P3'; Segue confrontando com, Clair Lebioda (Matrícula - 13499) com o azimute de 94°30'21" e a distância de 18.08 m até o marco 'P4'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 654,33 m<sup>2</sup>.

Art. 4º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes destes remembramentos e desmembramentos.

Art. 5º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## DECRETO Nº 8.878

Publicação Nº 2618043

DECRETO Nº 8.878, de 20 de agosto de 2020.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA :

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 525,00m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e cinco metros quadrados), objeto da matrícula nº 9.095 do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado nas Ruas Joaquim Raisal da Cruz e Antonio Ozorio, de propriedade de Antenor Lizot e Marinêz Cordeiro Lizot, resultando após o desmembramento em duas áreas, tudo de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos neste Decreto:

I – gleba A com 265,50m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e cinco metros e cinquenta decímetros quadrados), situado à Rua Antonio Ozorio, esquina com a Rua Joaquim Raisal da Cruz, nesta cidade de Caçador-SC, dentro das seguintes confrontações e medidas perimetrais: Frente, com a Antonio Ozorio, medindo 17,50 metros; Fundos, com o imóvel constante da matrícula nº 17.422 medindo 17,50 metros; Lado Esquerdo, com a Rua Joaquim Raisal da Cruz medindo 15,00 metros; Lado Direito, com a Gleba B deste projeto de Desmembramento, medindo 15,00

metros. Sobre o referido terreno encontra-se edificada uma casa em alvenaria, com 01 pavimento, medindo 60,00m<sup>2</sup>, contendo o nº 374 para a Rua Antonio Ozorio.

II – gleba B com 265,50m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e cinco metros e cinquenta décimos quadrados), situado à Rua Antonio Ozorio, distante 17,50 metros da Rua Joaquim Raisal da Cruz, nesta cidade de Caçador-SC, dentro das seguintes confrontações e medidas perimetrais: Frente, com a Antonio Ozorio, medindo 17,50 metros; Fundos, com o imóvel constante da matrícula nº 17.422 medindo 17,50 metros; Lado Esquerdo, com a Gleba A deste projeto de Desmembramento medindo 15,00 metros; Lado Direito, com o imóvel constante da matrícula nº 9.945, medindo 15,00 metros. Sobre o referido terreno encontra-se edificada uma casa em alvenaria, coberta com telhas de barro, medindo 63,00m<sup>2</sup> contendo o nº 374 para a Rua Antonio Ozorio.

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 20 de agosto de 2020.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 33.250

Publicação Nº 2616480

PORTARIA Nº 33.250, de 30 de julho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	05/07/2019 a 04/07/2020	13/07/2020 a 27/07/2020
755	Gilmar Rodrigues Ribeiro	01/09/2018 a 31/08/2019	27/07/2020 a 10/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 30 de julho de 2020.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

## PORTARIA Nº 33.264

Publicação Nº 2616477

PORTARIA Nº 33.264, de 31 de julho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurada no período de 16 de junho a 15 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15593	Adriano de Oliveira Lourenço	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	1,3
929	Damião Quintino de Souza	Auxiliar Serviços Gerais	1,3
2650	Odiney Leite	Motorista de Caminhão	1,3

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

### PORTARIA Nº 33.265

Publicação Nº 2616469

PORTARIA Nº 33.265, de 31 de julho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de junho a 15 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
11784	Aline Mendes Luciano	Medico Veterinário	8,58
17779	Lindamir Gonçalves	Auxiliar de Serviços Gerais	220
2650	Odiney Leite	Motorista Caminhão	1,06
17785	Rosinei Aparecida Pereira Cardozo	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	3,3
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	3,52

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

### PORTARIA Nº 33.280

Publicação Nº 2617448

PORTARIA Nº 33.280, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 30 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16463	Adriana Stankevitz Rampinelli	Técnico em Enfermagem	36,32
15737	Adriano Rech	Motorista	40,57
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	10,1
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	8,07
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	12,5
1453	Alvaro Santos de Castro	Motorista Caminhão	35,27
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	35,41
16230	Antoniels Metsalen Branco	Motorista	12,38
16289	Bruno Vitiritti Ferreira Zanardo	Médico	10,59
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	22,45
16457	Cinara Araldi Vicente	Enfermeiro	137
16451	Claudia Richter dos Santos	Enfermeiro	118,44
1303	Dioclecio Alves de Moura	Motorista Caminhão	25,46
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	21,13
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	33,24
16272	Eloir Fogues	Técnico em Enfermagem	137
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista	10,04
16454	Gislaine Gaio	Enfermeiro	137
10949	Iseline Correia de Souza do Valle	Auxiliar de Enfermagem	100,28
16271	Juliana dos Santos Almeida	Técnico em Enfermagem	127,52
16455	Jussara Aparecida Santos Almeida	Enfermeiro	9,08
14277	Liriane Marques de Lima	Auxiliar de Enfermagem ESF	3,47
16174	Luiz Alberto Togni	Motorista	7,52
11032	Luiz Antonio Wanciw	Auxiliar de Enfermagem	137
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar Serviços Gerais	127,52
9385	Maria Eva Martins da Silva Soares	Auxiliar Serviços Gerais	137
16458	Maria Izabel Pereira de Oliveira	Enfermeiro	137
16460	Mayelle Aparecida Cassamalli	Técnico em Enfermagem	9,08
14080	Petras dos Santos	Motorista	2,58
15172	Rudinei Citadin	Motorista	45,38
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	35,02
10785	Vagner Gonçalves	Técnico em Enfermagem	2,51
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	6,03
749	Valdecir Jose Pereira da Silva	Motorista Caminhão	6,26
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	29,2

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 33.281**

Publicação Nº 2617409

PORTARIA Nº 33.281, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e na Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 1º a 30 de junho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	Enfermeiro	1,55
11866	Alcides Moraes de Lemos	Agente Comunitário de Saúde	3,48
11728	Alessandra Heberle	Auxiliar em Saúde Bucal	19,09
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	Técnico em Enfermagem	7
13950	Anderson Luiz Ramos	Odontólogo ESF	3,12
12037	Angela Cristine Beckert	Agente Comunitário de Saúde	4,13
14668	Angelita Aparecida Alves Lisboa Troillio	Auxiliar de Enfermagem	3,3
1771	Aurelio Luiz Arrabar	Odontólogo	12,32
12038	Camila Domingues de Souza	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	5,04
11809	Clairton Mario Correa	Auxiliar de Enfermagem ESF	1,34
9697	Clayton Luiz Gorny	Médico	42,3
11937	Dirce Teresinha Mantovani	Agente Comunitário de Saúde	13,47
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	4,29
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	4,28
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	5,37
14015	Elaine Aparecida Chaves	Agente Comunitário de Saúde	2,06
12021	Eliane Gouveia	Agente Comunitário de Saúde	10,04
11935	Eliete Aparecida Kucher Furlin	Agente Comunitário de Saúde	4,19
14032	Elisa Teresinha de Oliveira Paz	Agente Comunitário de Saúde	9,56
13986	Erica Brustolin	Agente Comunitário de Saúde	8,3
4256	Flavia Morona Maffessoni	Odontólogo	2,54
16269	Giosane Moreira de Almeida	Técnico em Enfermagem	24,26
15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	2,47
12873	Giuliano Metelski	Psicólogo ESF	1,02
11879	Hortencia Teresinha Girardi Ramos	Agente Comunitário de Saúde	1,14
12589	Iara Aparecida Speggorin	Enfermeiro ESF	2,19
11936	Ionice Aparecida Alves da Cruz	Agente Comunitário de Saúde	1,24
16273	Jaison Leonardo Franca	Técnico em Enfermagem	13,35
11853	Jane Terezinha Souza Didone	Auxiliar de Enfermagem ESF	4,19
12017	Josiane Domingos Camargo	Agente Comunitário de Saúde	4
13972	Josiane Guadagnin	Agente Comunitário de Saúde	3,25
13978	Juliane Rossetti	Agente Comunitário de Saúde	3,44
9355	Leandro Souza de Matos	Analista de Sistemas	14,22
10786	Lorete Aparecida Braun	Enfermeiro	10,13



14072	Luana Maira Rosa da Costa Zandavalli	Auxiliar em Saúde Bucal	1,48
13984	Luciane Xavier dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	1,38
7684	Luiz Eduardo Ruppel	Auxiliar de Administração	6
7784	Mara Rubia Cordeiro	Auxiliar de Serviços Gerais	1,1
11812	Marcia de Oliveira Guedes	Auxiliar de Enfermagem	8,23
14278	Margarete Alves Veronesi	Agente Comunitário de Saúde	16,44
1855	Maria Ivonete Bento	Auxiliar de Enfermagem	4,3
11965	Marilene de Cassia Favero	Agente Comunitário de Saúde	3,13
16215	Marilia Caroline Andrade Rodrigues	Auxiliar de Serviços Gerais	1,59
14006	Marli Bonfim de Quadros	Agente Comunitário de Saúde	4,5
14034	Mayara Neris da Rocha Banderlof	Agente Comunitário de Saúde	2,09
16415	Natielly Cristina Smokovitz	Odontólogo ESF	1,2
11944	Neiva da Aparecida de Lima Carlin do Prado	Agente Comunitário de Saúde	24,09
15531	Pamela Popik de Mattos	Auxiliar em Saúde Bucal ESF	1,1
7674	Patrícia Kirschner	Técnico em Saúde Bucal	5,29
11885	Paulina Voleinik	Auxiliar de Enfermagem ESF	6,26
16184	Renata Cristina da Silva Favarao	Fiscal Sanitarista	1,08
16229	Roger Francisco Ferreira de Campos	Técnico em Vigilância em Saúde	18,16
3799	Rosangela Rodrigues Ferreira Jeronymo	Fonoaudiólogo	1,06
8428	Roseli Bora	Servente Educação	4,19
14017	Rosilda Cristina Regert	Enfermeiro ESF	5,33
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	5,11
10541	Sara Nadiesa Velasques	Auxiliar em Saúde Bucal	1,13
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes Ferreira	Agente Comunitário de Saúde	8,22
11951	Silvana Maria Cristaldo	Agente Comunitário de Saúde	1,27
9197	Simone Aparecida Gonçalves Corrêa Machado	Auxiliar Serviços Gerais	7,16
16058	Stela Laner Batista	Médico	2,07
13869	Stella Maris Oliveira Kaulfuss	Odontólogo ESF	4,53
15725	Sulivan Francisco da Silva	Médico ESF	13,44
847	Teresa Dias dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	3,3
7673	Valeria da Silva	Auxiliar em Saúde Bucal	6,49
11859	Vanira Santos de Moraes	Agente Comunitário de Saúde	56,59
14646	Vera Lucia de Azevedo	Médico	1,07
890	Vidalmina Prado dos Santos	Auxiliar Serviços Gerais	1,17
11941	Zenaide Heyer Gois	Agente Comunitário de Saúde	4,03

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 33.282**

Publicação Nº 2617366

PORTARIA Nº 33.282, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurado no período de 1º a 30 de junho de 2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviço extraordinário, na razão de 50% (cinquenta por cento) à do normal, aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15737	Adriano Rech	Motorista	60
1836	Aldecir Barp	Motorista Caminhão	35,06
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	60
7739	Alice Loreni Gomes De Lafavera	Técnico em Enfermagem	37,54
1453	Alvaro Santos de Castro	Motorista Caminhão	60
14079	Andre Leonardo Mazzotti	Motorista	60
14668	Angelita Aparecida Alves Lisboa Troillio	Auxiliar de Enfermagem	20,51
16230	Antonieli Metsalen Branco	Motorista	60
10775	Candice Valeida Goltz	Enfermeiro	18,54
16142	Caroline Duarte Mello	Médico	0,26
1793	Cicero Brasil Moreira	Motorista Caminhão	59,59
11809	Clairton Mario Correa	Auxiliar de Enfermagem ESF	23,11
1303	Dioclecio Alves de Moura	Motorista Caminhão	60
2027	Edezio Recalcatti	Motorista Caminhão	48,45
15715	Edina Ferreira Lopes	Técnico em Enfermagem	18,17
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	Auxiliar de Enfermagem	19,58
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	60
10768	Elisangela de Fatima Borges	Técnico em Enfermagem	19,26
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista	60
15592	Erica Tasca	Técnico em Enfermagem	20,04
14078	Fabiano Midginski	Motorista	51,5
16180	Ivete de Fatima Sales	Assistente Administrativo	32,03
11890	Jorge Jair de Moura Borges	Enfermeiro ESF	2,51
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	Técnico em Enfermagem	6,26
16236	Jussara Fatima Girardi	Enfermeiro	18,18
16121	Leidemira Koppe	Assistente Administrativo	12,42
14277	Liriane Marques de Lima	Auxiliar de Enfermagem ESF	18,23
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	Auxiliar em Saúde Bucal	14,04
16174	Luiz Alberto Togni	Motorista	60
10796	Lurdes dos Santos	Técnico em Enfermagem	24,07
7824	Maicon Sgarbossa	Enfermeiro	7,39
378	Maricelda Rita Tonieto	Odontólogo	5,43
16055	Marla Fernanda Fernandes Capelaxio	Enfermeiro	21,04
16038	Micheli Leal Ferreira	Enfermeiro	20,1
1271	Neide Teresinha Oliveira Brochier	Auxiliar de Enfermagem	22,23



11033	Nelci Aparecida Cordeiro Bauerle	Auxiliar de Enfermagem	11,22
14080	Petras dos Santos	Motorista	42,18
8479	Rejane Serafini	Enfermeiro	15,02
15172	Rudinei Citadin	Motorista	60
15206	Saulo Soares Carlin	Motorista	60
3437	Sayonara Galina	Auxiliar de Enfermagem	21,33
10224	Simone do Nascimento Cardoso	Técnico em Enfermagem	16,14
10785	Vagner Goncalves	Técnico em Enfermagem	23,01
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	Motorista	21,05
749	Valdecir Jose Pereira da Silva	Motorista Caminhão	25,06
14612	Vanessa Petrykowski	Enfermeiro	16,58
1376	Veroni Salete Dalaqua	Auxiliar de Enfermagem	6
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista	24,49
14076	Wilian Gualberto Werle	Motorista	60

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 33.283

Publicação Nº 2617308

PORTARIA Nº 33.283, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o previsto nas Leis Ordinárias nº 1.889, de 22/04/2003 e nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõem sobre o pagamento de gratificação de produtividade,

CONSIDERANDO o número e a natureza das ações fiscais mensais realizadas pela Servidora no período de 16 de junho a 15 de julho de 2020, conforme estabelecido no Anexo Único da Lei Ordinária nº 1.932/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER gratificação de produtividade à Servidora abaixo relacionada e lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Pontuação
13312	Ana Claudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Obras e Posturas	1000

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 33.284

Publicação Nº 2617306

PORTARIA Nº 33.284, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurada no período de 1º a 31 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de serviço extraordinário pelos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome do servidor, cargo e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
16476	Carolina Giovelli Karlec	Médico	11,42
16142	Caroline Duarte Mello	Médico	6,02
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	65,42
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	25,57

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA Nº 33.285

Publicação Nº 2617304

PORTARIA Nº 33.285, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 e 271, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento do SERVIÇO HORAS MÉDICOS PLANTONISTAS realizado no período de 1º a 31 de julho no Pronto Atendimento, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº horas
16445	Alexandre Wall	85,45
16452	Carolina Giovelli Karlec	5,55
16446	Cicero Raimundo da Silva	181,28
16444	Claudio Nelson Gehring Filho	71,17
16443	Eduardo Castilho Casagrande	170,2
16453	Flaviany Araujo Carmello	85,58
16442	Jessica Lovcke	242,58
16447	Patricia de Melo Pereira	62,43
14503	Rafael Stecca Martins	24,33
14129	Rodrigo Rocha da Silva	144,03
16449	Rosangela Macedo Costa	168,18
16441	Rosemeri Aparecida Carlim	221,42
16448	Tiago Pegoraro	98,57
14052	Youssef Elias Ammar	36,45

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 33.286**

Publicação Nº 2617300

PORTARIA Nº 33.286, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 1º a 31 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o pagamento de adicional noturno em virtude dos plantões realizados no Pronto Atendimento, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
16445	Alexandre Wall	Médico Plantonista	50,22
16452	Carolina Giovelli Karlec	Médico Plantonista	4,57
16446	Cicero Raimundo da Silva	Médico Plantonista	26,57
16444	Claudio Nelson Gehring Filho	Médico Plantonista	41,1
14700	Eduardo Barbosa Lopes	Médico	15,42
16443	Eduardo Castilho Casagrande	Médico Plantonista	23,3
16453	Flaviany Araujo Carmello	Médico Plantonista	56,32
14649	Matheus Lobato Farinon	Médico ESF	16,32
16447	Patricia de Melo Pereira	Médico Plantonista	37,33
14503	Rafael Stecca Martins	Médico Plantonista	16
14129	Rodrigo Rocha da Silva	Médico Plantonista	64
16449	Rosangela Macedo Costa	Médico Plantonista	40
16441	Rosemeri Aparecida Carlim	Médico Plantonista	0,05
16448	Tiago Pegoraro	Médico Plantonista	56

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Saúde de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 33.287**

Publicação Nº 2617298

PORTARIA Nº 33.287, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 3º, inciso I da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 1º a 31 de julho 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	Motorista Caminhão	294
10463	Alice Regina Sturmer Blank Legat	Bioquímico	96
15055	Anderson Torezan	Fiscal Sanitarista	120
3287	Andrea Rui Pistore	Tecnólogo em Alimentos	96
14597	Elisa Regina Kruguer Possenti	Técnico em Enfermagem	123
103	Eltes Francisco Sinhorin	Motorista	288
14078	Fabiano Midginski	Motorista	252

15	Giovani Ernandes Teles de Oliveira	Auxiliar Serviços Agrícolas e Florestais	174
14993	Nara Tescke de Castilho	Enfermeiro	114
693	Paula Brustolin Xavier	Enfermeiro	69
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	Farmacêutico	108
16184	Renata Cristina da Silva Favarão	Fiscal Sanitarista	120
15172	Rudinei Citadin	Motorista	24
1535	Vilmar Miguel Dobner	Motorista	239
1065	Waltraud Warken Zardo	Auxiliar de Enfermagem	123

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA Nº 33.289

Publicação Nº 2617295

PORTARIA Nº 33.289, de 31 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço extraordinário apurado no período de 1º a 31 de maio de 2020 na Secretaria da Saúde,

CONSIDERANDO a ausência de ato e a necessidade de regularizar a situação funcional dos Servidores,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de serviço extraordinário ao Servidor abaixo relacionado e lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, especificando código, nome, cargo, número de horas e mês do pagamento:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas	Mês de pagamento
15173	Eduardo Alisson Sporr	Motorista	27,05	Julho/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA Nº 33.290

Publicação Nº 2616438

PORTARIA Nº 33.290, de 31 de julho de 2020.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a prestação de serviço noturno apurado no período de 16 de junho a 15 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento de adicional noturno aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
15096	Alessandro Iran Pacievitcz	Educador Social	62,48

16009	Divanete Eloisa Bachi	Educador Social	54,48
16224	Lizandra Maboni	Educador Social	73,04
15021	Willian Jose Guzi	Educador Social	81,04

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

## PORTARIA Nº 33.291

Publicação Nº 2616431

PORTARIA Nº 33.291, de 31 de julho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 68 e art. 69 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO as faltas injustificadas apuradas no período de 16 de junho a 15 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas descontadas:

Código	Nome	Cargo	Nº de horas
7665	Eloa Fatima de Paula	Auxiliar Serviços Gerais	6,37
10217	Luciana Marques	Assistente Social	1,16
10446	Nelci de Jesus Oliveira	Servente Educação	7,11

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

## PORTARIA Nº 33.292

Publicação Nº 2616429

PORTARIA Nº 33.292, de 31 de julho de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 3º, inciso I, da Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobreaviso e dá outras providências,

CONSIDERANDO a prestação de serviços sob o regime de sobreaviso no período de 16 de junho a 15 de julho de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento pela prestação de serviços sob o regime de sobreaviso aos Servidores abaixo relacionados e lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, especificando código, nome, cargo e número de horas:

Código	Nome	Cargo	Nº horas
7785	Elizete Farias	Assistente Social	176
16232	Iure França	Motorista	117
15095	Lais Suellen Nascimento dos Santos	Assistente Social	163
7848	Neiva Vieceli	Assistente Social	163
14082	Rafael Nunes	Motorista	185
14088	Rodrigo de Paula	Motorista	200

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

## PORTARIA Nº 33.340

Publicação Nº 2616427

PORTARIA Nº 33.340, de 13 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional à Servidora abaixo relacionada, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
14511	Rosiane de Fatima Cardozo	15/03/2019 a 14/03/2020	10/08/2020 a 24/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 13 de agosto de 2020.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

## PORTARIA Nº 33.345

Publicação Nº 2616426

PORTARIA Nº 33.345, de 13 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a ser pago a contar do mês de AGOSTO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
1856	Doraci Maciel dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	Nível 10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 13 de agosto de 2020.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

**PORTARIA N° 33.356**

Publicação N° 2616423

PORTARIA N° 33.356, de 14 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto n° 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 128 da Lei Complementar n° 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
10823	Jocemara Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	22/03/2011 a 22/03/2016	08/09/2020 a 07/10/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 14 de agosto de 2020.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA,  
DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

**PORTARIA N° 33.364**

Publicação N° 2617515

PORTARIA N° 33.364, de 19 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto n° 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 128, da Lei Complementar n° 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença prêmio aos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Saúde, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
4418	Janete de Fátima Pereira	Recepcionista	19/02/2009 a 19/02/2014	14/08/2020 a 12/09/2020
1140	Luiz Fernando dos Santos	Odontólogo	01/02/2005 a 01/02/2010	14/08/2020 a 12/09/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 19 de agosto de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA N° 33.365**

Publicação N° 2617492

PORTARIA N° 33.365, 19 de agosto de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto n° 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90 da Lei Complementar n° 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:



Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
13978	Juliane Rossetti	10/08/2019 a 09/08/2020	17/08/2020 a 15/09/2020
14007	Suzana Aparecida Cordova	24/08/2018 a 23/08/2019	17/08/2020 a 31/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 19 de agosto de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 33.366

Publicação Nº 2616422

PORTARIA Nº 33.366, de 19 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional à Servidora abaixo relacionada, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
10218	Silvia Linhares Martelo	14/06/2019 a 13/06/2020	17/08/2020 a 31/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação de Caçador, em 19 de agosto de 2020.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

## PORTARIA Nº 33.367

Publicação Nº 2616421

PORTARIA Nº 33.367, de 19 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
11784	Aline Mendes Luciano	11/04/2020 a 10/04/2021	17/08/2020 a 26/08/2020
17795	Douglas de Lima	23/12/2017 a 22/12/2018	18/08/2020 a 01/09/2020
17795	Douglas de Lima	23/12/2018 a 22/12/2019	02/09/2020 a 01/10/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.



Gabinete da Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 19 de agosto de 2020.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

# Caibi

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 170/2020

Publicação Nº 2618338

DECRETO Nº 170/2020, de 21 de Agosto de 2020.

Nomeia Gestor e Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento celebrado entre o Município de Caibi/SC e a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Caibi e dá outras providências

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de composição de Gestor e Comissão e Monitoramento e Avaliação de Termo de Fomento, conforme artigo 35, V, alínea "h", da Lei nº 13,019/2014 e suas alterações posteriores;

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes servidores abaixo especificados para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento celebrado entre o Município de Caibi/SC e a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Caibi:

Maura Nicolao, Rúbia Paula Perin e Viviane Paula Fiorentin

Art 2º - Fica Nomeado a seguinte servidora abaixo especificada como gestora do Termo de Fomento celebrado entre o Município de Caibi/SC e a Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de Caibi:

Patrícia Pessato

Art. 3º - Cabe à Comissão constituída no art. 1º deste decreto realizar o Monitoramento e Avaliação do Termo de Fomento celebrado, emitindo para tanto, parecer técnico quanto à execução física e atingimento dos objetivos do Termo de Fomento, bem como parecer financeiro que se relacione à correta e regular aplicação dos recursos do Termo de Fomento.

Art 4º - Compete ao Gestor do termo de Fomento as seguintes obrigações:

I – acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II – Informar ao superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidade na gestão dos recursos, bem como as providencias adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III – emitir parecer técnico conclusivo da análise da prestação de contas final, levando em consideração as determinações da Lei Federal nº 13.019/14 e suas alterações posteriores.

Art. 5º - A designação de que trata este Decreto, não caracteriza vínculo de emprego, nem beneficia de qualquer forma, com direito a remuneração, qualificando-se como serviço de caráter relevante.

Art. 6º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se o Decreto 050/2020 de 18 de março de 2020 e as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, 21 de Agosto de 2020.

ELÓI JOSÉ LÍBANO  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de SC

EDUARDO GASPARIN  
Diretor de Administração e Planejamento

# Camboriú

## PREFEITURA

**1111/2020**

Publicação Nº 2617923

PORTARIA Nº1.111/2020

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 31/07/2020 à 30/08/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
CARLA MARISTELA ROSA DE OLIVEIRA	TECNICO EM RADIOLOGIA 40 HORAS	665/2020	534/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**1112/2020**

Publicação Nº 2617925

PORTARIA Nº1.112/2020

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 20/07/2020 à 30/08/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
VITOR MACHADO	MOTORISTA 40 HORAS	635/2020	535/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1113/2020**

Publicação Nº 2617926

**PORTARIA Nº1.113/2020**

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 01/07/2020 à 01/07/2021:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DANISIO ALBANO	VIGIA 40 HORAS	785/2019	536/2020
JOSÉ JUNIOR DE VALEN	VIGIA 40 HORAS	784/2019	537/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1114/2020**

Publicação Nº 2617928

**PORTARIA Nº1.114/2020**

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Fundação do Meio Ambiente de Camboriú, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 01/07/2020 à 30/06/2021:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DAFNE DUANI PEREIRA DA SILVA	FISCAL AMBIENTAL 40 HORAS	782/2019	538/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 1115/2020

Publicação Nº 2617929

PORTARIA Nº1.115/2020  
NOMEIA COORDENADOR DO PROGRAMA SAÚDE MELHOR – ACADEMIA DE SAÚDE

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, TATIANA DA SILVA, no cargo de COORDENADOR DO PROGRAMA SAÚDE MELHOR – ACADEMIA DE SAÚDE, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 1116/2020

Publicação Nº 2617930

PORTARIA Nº1.116/2020

nomeia ASSESSOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei complementar nº026/2009 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, EDSON DE OLIVEIRA PRESTES no cargo em comissão de ASSESSOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1117/2020**

Publicação Nº 2617931

**PORTARIA Nº1.117/2020**

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a servidora EDLAYNE GISELE SEVERINO, matrícula nº. 22560-3, contratada no cargo de AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO- ESF, a partir de 29/06/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 29/06/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1118/2020**

Publicação Nº 2617932

**PORTARIA Nº1.118/2020**

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 30/06/2020 à 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
MARILEIA APARECIDA GOMES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	758/2019	543/2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1119/2020**

Publicação N° 2617934

PORTARIA N°1.119/2020

**REDUZ CARGA HORÁRIA PARA ATENDIMENTO AO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal e conforme Lei Municipal nº 39/2012.

CONSIDERANDO laudo expedido pela junta médica do Município, com base no § 1º do Art. 66º da Lei Complementar 39/2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com base na lei e no artigo supracitado, reduzir, para atendimento ao filho portador de necessidades especiais, 50% (cinquenta por cento) da carga horária, sem prejuízo da remuneração, do(a) servidor(a) VERA LUCIA PARASKI, matrícula nº.5686, que ocupa o cargo efetivo de MERENDEIRA, por um período de 1(um) ano, a partir de 14/07/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 14/07/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**1120/2020**

Publicação N° 2617935

PORTARIA N°1.120/2020

**REDUZ CARGA HORÁRIA PARA ATENDIMENTO AO FILHO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal e conforme Lei Municipal nº 39/2012.

CONSIDERANDO laudo expedido pela junta médica do Município, com base no § 1º do Art. 66º da Lei Complementar 39/2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Com base na lei e no artigo supracitado, reduzir, para atendimento ao filho portador de necessidades especiais, 50% (cinquenta por cento) da carga horária, sem prejuízo da remuneração, do(a) servidor(a) ELIANA DA SILVA MOHR, matrícula nº. 19219-3, que ocupa o cargo efetivo de SERVENTE, por um período de 1(um) ano, a partir de 14/07/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 14/07/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 20 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**1123/2020**

Publicação N° 2617941

**PORTARIA N°1.123/2020**

Exonera Servidor (a) por  
falecimento

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº. 039/2012, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, por falecimento, o(a) Servidor(a) IZABEL FRANCISCA RODRIGUES ZAUPA, portador do CPF N°592.868.570-04, matrícula nº19215-1, do cargo efetivo de SERVENTE.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 19/07/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 21 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1124/2020**

Publicação N° 2617942

**,PORTARIA N°1.124/2020**  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) ADILSON CARVALHO, portador do CPF nº 782.228.429-00, matrícula nº. 5598-3, a contar de 27/07/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 27/07/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 24 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração



**1125/2020**

Publicação N° 2617943

## PORTARIA N°1.125/2020

exonera DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei complementar nº026/2009 e posteriores alterações;

## RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, ADRIANA DA GUIA JULIO, matrícula nº 22431-2, do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ADJUNTO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 21/07/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 27 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1126/2020**

Publicação N° 2617944

## PORTARIA N°1.126/2020

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

## RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº631/2020 de 18/05/2020, firmado entre RENNY MAGALHAES DE OLIVEIRA, matrícula nº 24819-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM, a partir de 27/07/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 27 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1127/2020**

Publicação N° 2617945

PORTARIA N°1.127/2020

**RESCINDE CONTRATO**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº519/2020 de 06/03/2020, firmado entre GEOVANA ALVES, matrícula nº 21422-4, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de VIGIA, a partir de 27/07/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 27 de julho de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**1128/2020**

Publicação N° 2617946

,PORTARIA N°1.128/2020

Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº008/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/08/2020 á 30/07/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CÉLIO VARGAS	OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA 40 HORAS	760/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**1129/2020**

Publicação N° 2617947

,PORTARIA N°1.129/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº006/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/08/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JOSÉ LUIZ DOS SANTOS	MOTORISTA 40 HORAS	761/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1130/2020**

Publicação N° 2617948

,PORTARIA N°1.130/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº006/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/08/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CARLOS RAFAEL SANTOS DE JESUS	TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	762/2020	15º
YASMIN FRANCIelly FERREIRA DA SILVA FOGAÇA	TECNICO DE ENFERMAGEM 40 HORAS	763/2020	17º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1131/2020**

Publicação N° 2617949

,PORTARIA N°1.131/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº022/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/08/2020 á 31/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANDREZA APARECIDA LEITE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	764/2020	18º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1132/2020**

Publicação N° 2617953

,PORTARIA N°1.132/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº010/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/08/2020 á 07/09/2020:



NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MAURO DA SILVA MARTINS	VIGIA 40 HORAS	765/2020	03º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

### 1133/2020

Publicação Nº 2617954

,PORTARIA Nº1.133/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº010/2020;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/08/2020 á 05/10/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
NATALICIO BOLDA	VIGIA 40 HORAS	766/2020	02º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

### 1134/2020

Publicação Nº 2617956

,PORTARIA Nº1.134/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/08/2020 á 31/07/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARLI LUNELLI DA SILVA	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	767/2020	'33º
MARIO FERNANDO DA SILVA MARQUES	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	768/2020	74º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1135/2020**

Publicação Nº 2617957

,PORTARIA Nº1.135/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/08/2020 á 31/07/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELAINE PATRICIA ESMERIO	ENFERMEIRA ESF 40 HORAS	769/2020	46º
ISADORA MACHADO ARANTES	ENFERMEIRA ESF 40 HORAS	770/2020	49º
SIMONE MOSER	ENFERMEIRA ESF 40 HORAS	771/2020	48º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1136/2020**

Publicação N° 2617958

,PORTARIA N°1.136/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/08/2020 á 31/07/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
SOELI TEREZINHA DIAS	RECEPCIONISTA ESF 40 HORAS	772/2020	24º
VIVIANE BEGALI ROSSATO DA SILVA	RECEPCIONISTA ESF 40 HORAS	773/2020	21º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1137/2020**

Publicação N° 2617959

,PORTARIA N°1.137/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº013/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/08/2020 á 31/07/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALESSANDRA RODRIGUES DA ROCHA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESF 40 HORAS	774/2020	30º
PATRICIA DE FATIMA GRUMISKI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESF 40 HORAS	775/2020	26º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1138/2020**

Publicação N° 2617960

,PORTARIA N°1.138/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº013/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/08/2020 á 31/07/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
INGRID VIANNA PERES	AGENTE DE ENDEMIA 40 HORAS	776/2020	12º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1139/2020**

Publicação N° 2617961

,PORTARIA N°1.139/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº013/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/08/2020 á 31/07/2021:



## UBS CAIC

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
IVANETE MONGELO CELESTRINO DA SILVA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS	777/2020	05º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1140/2020**

Publicação N° 2617962

,PORTARIA N°1.140/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Agricultura, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº009/2020;

## RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 03/08/2020 á 30/07/2021:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALESSANDER GOULART CARPES	MÉDICO VETERINÁRIO 40 HORAS	778/2020	02º
LUIZ HENRIQUE MESCHKE	MÉDICO VETERINÁRIO 40 HORAS	779/2020	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1141/2020**

Publicação Nº 2617963

PORTARIA Nº1.141/2020

**RESCINDE CONTRATO**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº787/2018 de 26/09/2018, firmado entre MIRIAM ERESI GONÇALVES AMARAL, matrícula nº 23786-4, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de ASSISTENTE SOCIAL, a partir de 31/07/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 31/07/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**1142/2020**

Publicação Nº 2617965

PORTARIA Nº1.142/2020

**Exonera Servidor(a) Por  
Aposentadoria**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei 039/2012, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO Portaria nº.028/2020 de 09/07/2020, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, por aposentadoria, o(a) Servidor(a) LIET FONSECA ZORRON MANGABEIRA BAPTISTA, portador do CPF Nº 660.252.227-20, matrícula nº. 12739-1, do cargo efetivo de ORIENTADOR EDUCACIONAL, a partir de 02/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**1143/2020**

Publicação Nº 2617966

,PORTARIA Nº1.143/2020  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) SERGIO ROBERTO BATISTA LISBOA, portador do CPF nº 225.746.890-20, matrícula nº. 12098-1, a contar de 01/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos á 01/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1144/2020**

Publicação Nº 2617967

,PORTARIA Nº1.144/2020  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) MARIA DA GLORIA SOARES, portador do CPF nº 365.973.254-00, matrícula nº. 19919-1, a contar de 03/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1145/2020**

Publicação Nº 2617968

,PORTARIA Nº1.145/2020  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) CLAUDIA REGINA VIEIRA DOLBERTH, portador do CPF nº 868.564.649-91, matrícula nº. 14271-1, a contar de 03/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 03 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 1146/2020

Publicação Nº 2617969

,PORTARIA Nº1.146/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº010/2020;

### RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 04/08/2020 á 11/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANDRE LUIZ MACEDO	VIGIA 40 HORAS	780/2020	08º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 04 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 1147/2020

Publicação Nº 2617970

,PORTARIA Nº1.147/2020  
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) WILLIAN MACHADO PORTO, portador do CPF nº 001.436.450-64, matrícula nº. 18855-3, a contar de 15/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 15/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 05 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 1149/2020

Publicação Nº 2617971

,PORTARIA Nº1.149/2020  
Concede Licença para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) ROSALVO ERNANDES DA SILVA, ocupante do cargo de Vigia, nomeado(a) por meio da portaria de nº420/2009, Licença para Atividade Política, a partir de 08/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 08/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 07 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 1150/2020

Publicação Nº 2617979

,PORTARIA Nº1.150/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) CLAUDINEI BRAZ DA SILVA, ocupante do cargo de Professor, nomeado(a) por meio da portaria de

nº121/2012, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 07 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 1151/2020

Publicação Nº 2617986

,PORTARIA Nº1.151/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) DENISE DE SOUZA SOARES DA SILVA, ocupante do cargo de Nutricionista, nomeado(a) por meio da portaria de nº613/2012, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

## 1152/2020

Publicação Nº 2617988

,PORTARIA Nº1.152/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) JANE MARIA FOLDA GALEOTTO, ocupante do cargo de Professora, nomeado(a) por meio da portaria de nº364/2012, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**1153/2020**

Publicação Nº 2617989

,PORTARIA Nº1.153/2020

Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) AIRES RAFAELI NETO, ocupante do cargo de Professor, nomeado(a) por meio da portaria de nº354/2009, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH

Secretário da Administração

**1154/2020**

Publicação Nº 2617990

,PORTARIA Nº1.154/2020

Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da

correspondente remuneração”.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) MARCIA MACHADO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeado(a) por meio da portaria de nº023/2015, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1155/2020**

Publicação Nº 2617991

,PORTARIA Nº1.155/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: “A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração”.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) ISAIAS VIVILAQUA, ocupante do cargo de Encanador, nomeado(a) por meio da portaria de nº347/2009, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1156/2020**

Publicação Nº 2617992

,PORTARIA Nº1.156/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.



CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) ALEXANDRE DIOGO ADAMY, ocupante do cargo de Professor, nomeado(a) por meio da portaria de nº353/2009, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1157/2020**

Publicação Nº 2617993

,PORTARIA Nº1.157/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) NILO BOGER, ocupante do cargo de Professor, nomeado(a) por meio da portaria de nº297/2015, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1158/2020**

Publicação Nº 2617994

,PORTARIA Nº1.158/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) ROSELI MARIA DE LIMA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, nomeado(a) por meio da portaria de nº385/1995, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1159/2020**

Publicação Nº 2617995

,PORTARIA Nº1.159/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) LEANDRO MARTINS ANTONIO, ocupante do cargo de Operario Braçal, nomeado(a) por meio da portaria de nº404/2009, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1160/2020**

Publicação Nº 2617996

,PORTARIA Nº1.160/2020

Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) GILBERTO GREIN, ocupante do cargo de Motorista, nomeado(a) por meio da portaria de nº1.074/2014, Licença para Atividade Política, a partir de 15/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 15/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 11 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1161/2020**

Publicação Nº 2617997

PORTARIA Nº1.161/2020

exonera ASSESSOR DE PAISAGISMO E URBANISMO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei complementar nº050/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, ALECIO VASQUES MILIOVINI, matrícula nº 21174-2, do cargo em comissão de ASSESSOR DE PAISAGISMO E URBANISMO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 12 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1162/2020**

Publicação N° 2617998

PORTARIA N°1.162/2020

exonera CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei complementar nº050/2013 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, ROBISON HONORIO CORREA, matrícula nº 20951-2, do cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1163/2020**

Publicação N° 2617999

PORTARIA N°1.163/2020

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº581/2020 de 16/03/2020, firmado entre ELIANI RIBEIRO BERNARDINO, matrícula nº 24762-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS, a partir de 13/08/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1164/2020**

Publicação N° 2618000

PORTARIA N°1.164/2020

exonera diretor(a) de escola

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009 de 18/12/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonerar, os(as) Servidores(as), do Cargo em Comissão de Diretor(a) de Escola, da relação que segue abaixo;

Matrícula	Nome	Cargo	Gratificação
18752-1	TARSILLA NOEMI BERTOLI ALEXANDRINO	PROFESSOR(A)	60%

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1165/2020**

Publicação Nº 2618001

,PORTARIA Nº1.165/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) TARSILLA NOEMI BERTOLI ALEXANDRINO, ocupante do cargo de Professora, nomeado(a) por meio da portaria de nº995/2014, Licença para Atividade Política, a partir de 13/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1166/2020**

Publicação Nº 2618002

,PORTARIA Nº1.166/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) PATRICIA BAPTISTA ALVES, ocupante do cargo de Monitora, nomeado(a) por meio da portaria de nº013/2015, Licença para Atividade Política, a partir de 13/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1167/2020**

Publicação Nº 2618003

,PORTARIA Nº1.167/2020  
Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) ANDERSON PIEMONTEZ, ocupante do cargo de Motorista, nomeado(a) por meio da portaria de nº1.097/2009, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1168/2020**

Publicação Nº 2618004

**,PORTARIA Nº1.168/2020**

Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) SALETE IZOTTON DOS SANTOS LOPES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nomeado(a) por meio da portaria de nº1.070/2015, Licença para Atividade Política, a partir de 14/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 14/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1169/2020**

Publicação Nº 2618005

**,PORTARIA Nº1.169/2020**

Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) ARISTIDES RODRIGUES FILHO, ocupante do cargo de Professor, nomeado(a) por meio da portaria de nº122/2012, Licença para Atividade Política, a partir de 15/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 15/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1170/2020**

Publicação N° 2618006

,PORTARIA N°1.170/2020

Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) NEYLOR CESAR DE OLIVEIRA NEMETH, ocupante do cargo de Motorista, nomeado(a) por meio da portaria de nº1.047/2014, Licença para Atividade Política, a partir de 15/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 15/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1171/2020**

Publicação N° 2618007

,PORTARIA N°1.171/2020

Concede Licença Para Atividade Política para fins de desincompatibilização.

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os prazos de desincompatibilização da Lei Complementar Federal nº 064/90.

CONSIDERANDO que o artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 039/2012 dispõe: "A partir do registro da candidatura, até o 10º (décimo) dia seguinte ao da eleição, o servidor efetivo terá direito a licença como se em efetivo exercício estivesse, sem prejuízo da correspondente remuneração".

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao(a) Servidor(a) ELIANA ANDREA DE SIQUEIRA BACKES, ocupante do cargo de Professora, nomeado(a) por meio da portaria de nº355/2009, Licença para Atividade Política, a partir de 15/08/2020 até 15/11/2020, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor em 15/08/2020, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 13 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração



**1173/2020**

Publicação N° 2618008

,PORTARIA N°1.173/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº027/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2020 á 11/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DIRCEANA DE OLIVEIRA SILVERO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	781/2020	93º
MARIANGELA TINTI RIBEIRO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	782/2020	87º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 14 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1174/2020**

Publicação N° 2618010

,PORTARIA N°1.174/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº027/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2020 á 11/12/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
KATIA DE ALMEIDA PESSOA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	783/2020	35º
REGIANE DA SILVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	784/2020	31º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 14 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1175/2020**

Publicação N° 2618012

,PORTARIA N°1.175/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº027/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2020 á 12/09/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
HELOIZA THIBES	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	785/2020	100º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 14 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1176/2020**

Publicação N° 2618013

,PORTARIA N°1.176/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº027/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2020 á 29/11/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
SUELEN CRISTINA SILVA	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 20 HORAS	786/2020	25º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 14 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

### 1177/2020

Publicação N° 2618014

,PORTARIA N°1.177/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº027/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2020 á 29/11/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARGARETE GIMENEZ	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 10 HORAS	787/2020	22º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 14 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

### 1178/2020

Publicação N° 2618015

,PORTARIA N°1.178/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº027/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2020 á 31/08/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELISANGELA DA SILVA CANETE	PROFESSOR(A) DE MATEMÁTICA 20 HORAS	788/2020	45º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 14 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**1179/2020**

Publicação Nº 2618017

,PORTARIA Nº1.179/2020  
Designa funcionários(as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016, Artigo 2º, Parágrafo VIII e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº027/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 14/08/2020 á 30/09/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MÔNICA MARIA FRAZZON	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	789/2020	97º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,  
em 14 de agosto de 2020.

ELCIO ROGERIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado na Secretaria de Administração

EDUARDO PUGATSCH  
Secretário da Administração

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2020 - FMS**

Publicação N° 2616140

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 036/2020 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 110/2020 – SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DA OFERTA DE MAIOR PERCENTUAL, SOBRE OS VALORES CONSTANTES NA REVISTA ABC FARMA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 21/08/2020  
1ª Publicação.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2020 - PMC**

Publicação N° 2616084

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 037/2020 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 074/2020 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MAQUINA COLHEDORA DE FORRAGENS PARA SUPRIR AS DEMANDAS DOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 21/08/2020  
1ª Publicação.

**DECRETO N.º 3.738/2020**

Publicação N° 2617921

DECRETO N.º 3.738/2020

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL N° 3.704, DE 14 DE JULHO DE 2020, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso I do artigo 9º e o inciso II do artigo 12 do Decreto Municipal 3.704/2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º (...)

I - manter o horário de funcionamento máximo, das 8 horas às 23 horas;

(...)

Art. 12

(..)

II - as atividades esportivas coletivas, amadoras e profissionais, em áreas públicas.”

Art. 2º Ficam autorizadas a partir de 22 de agosto de 2020, inclusive, as atividades esportivas coletivas e individuais, amadoras e profissionais realizadas em áreas privadas, devendo ser respeitado o intervalo mínimo de 01 (uma) hora entre os jogos e mediante o cumprimento das seguintes medidas de proteção:

I - Somente poderão participar das atividades esportivas atletas com idade superior a 12 (doze) anos;

II - Disponibilizar álcool em gel 70% (setenta por cento) para todos usuários e prestadores de serviços nas entradas e saídas do estabelecimento;

III - Realizar a aferição da temperatura corporal de todas as pessoas, antes da entrada ao local, através de termômetros infravermelhos ou aparelhos correlatos.

IV - Exigir o uso de máscaras por todos os funcionários do estabelecimento e, quando possível dos praticantes das atividades esportivas;

V- Exigir que cada usuário possua recipiente próprio com água de uso individual, sendo vedada a utilização de bebedouros com jatos direcionados;

VI - Proceder a desinfecção dos equipamentos, materiais e acessórios utilizados no desempenho das atividades;

VII - Respeitar o horário de funcionamento de segunda- feira a sexta-feiras das 18h às 23h e aos sábados das 08h às 20h;

VIII - Afastar do atendimento presencial os empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes de alto risco, com comprovação médica;

IX - Os vestiários devem ser utilizados de forma limitada, evitando aglomerações, sendo vedada a utilização de chuveiros para banhos;

X - As áreas de lazer e churrasqueiras devem permanecer fechadas;

XI - Os restaurantes, bares, lanchonetes e afins instalados nos estabelecimentos a que se refere este artigo, além de cumprir as medidas já definidas nos incisos anteriores, somente poderão comercializar alimentos nas modalidades delivery, drive-thru e pedidos para retirada, sendo vedado o consumo dos alimentos no local;

XII - Em todos os espaços do estabelecimento deve ser priorizada a circulação de ar externo, mantendo-se as janelas e portas abertas;

XIII - Permanece suspensa a presença de torcida e espectadores;

XIV - O descumprimento das medidas estabelecidas neste artigo, sujeitará ao infrator, seja ele pessoa física ou jurídica, as penalidades previstas no artigo 21 do Decreto Municipal 3.704 de 14 de julho de 2020.

Parágrafo Único - Permanecem suspensas as atividades esportivas coletivas, amadoras e profissionais nas áreas públicas.

Art. 3º As medidas previstas neste decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento de acordo com a evolução da situação epidemiológica do Município de Camboriú.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 18 de agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

## DL 008/2020 - PMC

Publicação Nº 2616743

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 008/2020 – PMC  
Data: 21/08/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA A REVISÃO 10.000 KM DO VEÍCULO RENAULT/LOGAN LIFE 10MT, ANO 2019/2020, COR BRANCO, PLACA GDB9F68, PERTENCENTE A FROTA DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

Valor total: R\$ 1.442,99,00 (mil quatrocentos e quarenta e dois reais e noventa e nove centavos).

Secretaria: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contratado: LIBERTE VEICULOS LTDA

Embasamento legal: artigo 24, inciso "XVII", da Lei Federal 8666/1993.

Camboriú, 21 de Agosto de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

## RESUMO CONTRATO DIA 17 DE AGOSTO A 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2617169

### RESUMO DE CONTRATO

#### CONTRATO

##### FMS

Contrato Nº 012/2020

Processo: Pregão Presencial Nº. 035/2020

Contratado: CENTRO INTEGRADO MEDICO CAMBORIU LTDA

Data: 18/08/2020

Prazo: 18/02/2021

Valor: R\$ 79.800,00 (setenta e nove mil e oitocentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CONSULTAS PEDIÁTRICAS DESTINADAS A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

#### ADITIVO

##### PMC

**Segundo Termo Aditivo**

Contrato: 007/2020

Processo: Tomada de Preço Nº. 003/2020

Contratado: BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA

Data: 17/08/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA BAGDÁ, BAIRRO SANTA REGINA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO, PLANILHAS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra por 02 (dois) meses, vigorando de 29 de agosto de 2020 a 29 de outubro de 2020, devido ao aguardo de liberação de início de obra expedido pela Caixa Econômica Federal e posterior a liberação, dias chuvosos atrasaram o serviço em campo, conforme informado no memorando apresentado pela Secretaria de Municipal de Planejamento Urbano.

**Primeiro Termo Aditivo**

Contrato: 019/2020

Processo: Tomada de Preço Nº. 020/2020

Contratado: INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

Data: 20/08/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NO BAIRRO MONTE ALEGRE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME MEMORIAL E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO, CONTRATO DE REPASSE 0.352.309-56/MCIDADES - URBANIZAÇÃO DO DISTRITO DO MONTE ALEGRE.

Objeto do aditivo: DO VALOR: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 25.487,74 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e setenta e quatro centavos), pois, tendo em vista que devido às fortes chuvas ocorridas na região, houve carregamento de material na encosta da Rua Violeta, acarretando na inviabilidade da execução da pavimentação e assentamento de meio fio em um determinado trecho, necessitando de uma contenção para a execução dos serviços e para prevenir possíveis problemas futuros com novos desmoronamentos; ainda, o acréscimo da pavimentação asfáltica e sinalização viária se dão pelo fato do trecho conter espaços públicos e uma escola que não estavam incluídos no projeto anterior, sendo incluídos no presente aditivo, conforme justificativa apresentada pela empresa e Secretaria de Obras.

FME

**Segundo Termo Aditivo**

Contrato: 006/2020

Processo: Tomada de Preço Nº. 006/2019

Contratado: METAL PERFEITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI

Data: 17/08/2020

Fundamento: artigo 65 da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE DUAS SALAS NA UNIDADE DE ENSINO C.E.I OTÍLIA SANTOS DA SILVA, CONFORME PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual da obra em 30 (trinta) dias, 18 de agosto de 2020 até 17 de setembro de 2020, devido ao aguardo da emissão da baixa da CNO, conforme justificativa apresentada Secretaria de Educação.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL



# Campo Alegre

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 149/2020

Publicação Nº 2616018

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019  
CONVOCAÇÃO Nº 149/2020

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. GABRIEL WITT DA SILVA COELHO, inscrito no CPF/MF sob nº 095.337.529-39 aprovado em 2º lugar no Processo Seletivo nº 01/2019, para o Cargo Público de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – DISTRITO DE FRAGOSOS para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 26 de agosto de 2020, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 21 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Secretária Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 13.025 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616689

DECRETO Nº 13.025 DE 21 DE AGOSTO DE 2020  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radio-patrolha.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 7.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radio-patrolha.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 13.026 DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616693

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 13.026 DE 21 DE AGOSTO DE 2020  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO HORÁRIO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao §1º do art. 81, da Lei Complementar Municipal nº 002 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Fica alterado o horário de trabalho do Servidor Público Municipal SÉRGIO DA COSTA, matrícula funcional nº 000449, registro no sistema sob nº 954399, ocupante do Cargo Público de Fiscal, Função Fiscal de Obras, Postura e Meio Ambiente, atualmente exercendo o Cargo Público de Provimento em Comissão, Coordenador do Serviço de Iluminação Pública, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

Parágrafo único. A alteração do horário de trabalho do Servidor Público Municipal de que o caput deste artigo, será executado conforme a seguir descrito:

- I - segunda-feira das 18h às 24h;
- II - terça-feira das 15h às 21h;
- III - quarta-feira das 07h às 12h e das 13h às 16h;
- IV - quinta-feira das 07h às 12h e das 13h às 16h;
- V - sexta-feira das 07h às 12h e das 13h às 16h.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de agosto de 2020.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 12.417 de 09 de dezembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 18.237 DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616328

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 18.237 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA ATUAR EM REGIME DE SOBREAVISO NO SERVIÇO DE ACOlhIMENTO FAMILIAR.

Considerando que o Serviço de Acolhimento Familiar, como parte inerente da política de atendimento à criança e ao adolescente neste Município;

Considerando ainda a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina, em prestar Serviço de Acolhimento Familiar de forma ininterrupta, se faz necessário disponibilizar Servidores Públicos Municipais técnicos na área, para atuarem em regime de sobreaviso, nos horários noturno, finais de semana e feriados;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 82 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterado pela Lei Complementar Municipal nº 151 de 18 de agosto de 2020 e Decreto Municipal nº 13.021 de 20 de agosto de 2020; Resolve:

Art. 1º Designar a Servidora Pública DANIELLE ALMEIDA DA GUIA, matrícula funcional nº 000782, registro no sistema sob nº 955406, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social para atuar "Em regime de sobreaviso no Serviço de Acolhimento Familiar", deste Município, conforme escala previamente definida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. A Servidora Pública Municipal ora designada deverá cumprir a jornada de trabalho em regime de sobreaviso sem prejuízo de sua jornada de trabalho habitual.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 18.236 de 20 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
21 de agosto de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 24/08/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 35/2020

Publicação Nº 2615785

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 631/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2020

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 24 de setembro de 2020, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 631/2020 na modalidade de Pregão Presencial Nº 35/2020, tipo Menor Preço - Unitário por Item para a Aquisição de 01 (um) Veículo Automotor, conforme descrição constante no Anexo VIII do presente Edital, com a finalidade de realizar atividades Da Secretaria Municipal da Educação do Município de Campo Erê(SC), conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15, e no e-mail [licitacao@campoere.sc.gov.br](mailto:licitacao@campoere.sc.gov.br) - Campo Erê - SC, 21 de agosto de 2020. Odenir Maffissoni – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 48/2020

Publicação N° 2616668

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE COMPRA N° 91/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 48/2020

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar, no dia 04 de setembro de 2020 às 14h30min, pregão presencial do tipo maior desconto sobre catálogo, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E ACESSÓRIOS AUTOMOTIVOS, ORIGINAIS OU GENUÍNOS, PARA VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA, FUNDOS E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E ENTIDADES CONVENIADAS, conforme Termo de Referência. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizada na Rua: Expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente.

Campos Novos, 21 de agosto de 2020.

### DECRETO N° 8688/2020 DE 14/08/2020 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação N° 2616356

DECRETO N° 8688/2020 DE 14/08/2020

DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.26, inciso II da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 1754/2020 de 03/08/2020,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do Anexo I grupo I quadro do pessoal da complementar Lei nº 10/11 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município, em decorrência da aposentaria por Tempo de Contribuição de ANA APARECIDA LOPES DE SOUZA.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2020.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 14 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### DECRETO N°. 8.693, DE 21 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2617983

DECRETO N°. 8.693, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DAS MEDIDAS RESTRITIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e ainda:

CONSIDERANDO que a matriz de risco sanitário de 18 de agosto de 2020, metodologia proposta pelo COES/SC, aponta informações que classificam a região do Meio Oeste de Santa Catarina como "de risco gravíssimo", exigindo medidas restritivas relacionadas ao isolamento social e medidas relacionadas a testagem, busca ativa de casos suspeitos e rastreamento de contatos.

CONSIDERANDO a reunião de trabalho de forma virtual, dos Prefeitos da região da Associação do Meio Oeste Catarinense - AMMOC e da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC, juntamente a CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde, realizada no dia 20 de agosto de 2020.

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogadas por mais 07 (sete) dias, a contar de 21 de agosto de 2020 as medidas restritivas previstas no art. 3º do Decreto Municipal n. 8.686, de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º. A realização de missas e cultos religiosos presenciais fica liberada para ocorrer em todos os dias da semana, desde que respeitada

a lotação máxima de 30% (trinta por cento) da capacidade de público das igrejas, templos religiosos e afins, bem como observadas todas as normas sanitárias pertinentes.

Art. 3º. Para fins de cumprimento das medidas restritivas, consideram-se essenciais todos os serviços públicos, pois a essencialidade é característica que decorre de sua própria natureza e os torna indispensáveis ao atendimento das necessidades da comunidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Campos Novos-SC, 21 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito de Campos Novos

## **EXTRATO DE RESCISÃO AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2020**

Publicação Nº 2618019

EXTRATO DE RESCISÃO AO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2020

Edital de Chamamento Público nº 02/2020

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Prefeitura Municipal de Campos Novos/SC.

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: CLUBE CAMPONOVENSE DE CAÇA E TIRO ESPORTIVO.

VALOR A SER RESCINDIDO: R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais).

ASSINATURA DO TERMO DE RESCISÃO: 21 de agosto de 2020.

OBJETO: Diante da pandemia causada pelo Covid-19, tornou-se impossível a continuidade da execução do objeto descrito no Termo de Fomento nº 04/2020, tendo em vista o Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 com suas alterações, bem como tendo em vista os decretos municipais que tratam sobre as medidas adicionais para enfrentamento e contenção do contágio da pandemia originada pelo Covid-19 e suas providências. Assim, mantém-se o valor de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) repassado na parcela nº 01, rescindindo-se o valor de R\$17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) referente às demais parcelas que não foram repassadas, não restando prejuízos, nem multas para ambas as partes, tendo em vista que nenhuma dessas deu causa à impossibilidade.

Campos Novos, em 21 de agosto de 2020.

RAFAEL QUEIROZ DE CARVALHO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

## **PORTARIA Nº 1768/2020**

Publicação Nº 2616502

PORTARIA Nº 1768/2020 de 06/08/2020  
EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) DENISE MADALENA DOS SANTOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) DENISE MADALENA DOS SANTOS do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
06 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1769/2020**

Publicação Nº 2616535

PORTARIA Nº 1769/2020 de 06/08/2020

EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) CAMILA CORREA VELASQUES DE OLIVEIRA MACHADO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) CAMILA CORREA VELASQUES DE OLIVEIRA MACHADO do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de agosto de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
06 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1770/2020**

Publicação Nº 2617271

PORTARIA Nº 1770/2020 de 06/08/2020

EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) CAROLINE ELIS DE SOUZA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) CAROLINE ELIS DE SOUZA do cargo de ATENDENTE DE FARMACIA. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
06 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1793/2020**

Publicação Nº 2616560

PORTARIA Nº 1793/2020 de 13/08/2020

EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) JACIELA FERREIRA PETRY

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) JACIELA FERREIRA PETRY do cargo de TECNICO EM APOIO ADMINISTRATIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
13 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 1794/2020**

Publicação N° 2616589

PORTARIA N° 1794/2020 de 13/08/2020  
EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) SILUI MARIA SPIEGKER ROSSETTO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) SILUI MARIA SPIEGKER ROSSETTO do cargo de PROFESSOR REGENTE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de agosto de 2020.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
13 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 1795/2020**

Publicação N° 2616610

PORTARIA N° 1795/2020 de 14/08/2020  
EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) TATIANE KLUVES

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) TATIANE KLUVES do cargo de FISCAL DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
14 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 1796/2020**

Publicação N° 2617243

PORTARIA N° 1796/2020 de 14/08/2020  
EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) RICARDO FERREIRA DA SILVA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) RICARDO FERREIRA DA SILVA do cargo de GERENTE EXECUTIVO. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
14 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 1797/2020**

Publicação N° 2617258

PORTARIA N° 1797/2020 de 14/08/2020  
EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) MARTA RAMOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) MARTA RAMOS do cargo de SUPERINTENDENTE. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
14 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 1798/2020**

Publicação N° 2617261

PORTARIA N° 1798/2020 de 14/08/2020  
EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) ISMAEL ASSIS BIAZI

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) ISMAEL ASSIS BIAZI do cargo de AUXILIAR DE OBRAS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
14 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 1799/2020**

Publicação N° 2617263

PORTARIA N° 1799/2020 de 14/08/2020  
EXONERA A PEDIDO O(A) SERVIDOR(A) ANDREIA KRAUS DOS PASSOS

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a pedido o(a) servidor(a) ANDREIA KRAUS DOS PASSOS do cargo de ASSISTENTE SOCIAL. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE-SE

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,  
14 de agosto de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal



**ATA DE RG 32/2020 - AVENTAL**

Publicação Nº 2615876

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/7  
**Processo Nº.: 80/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 38/2020**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/2020**

No dia 20 do mês de Agosto do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) Secretário da Fazenda e Administração, o Sr(a). DARI ORESTE SCARABOTTO, inscrito no CPF sob o nº. 871.581.759-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 38/2020, Processo Licitatório nº. 80/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (AVENTAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12652	BRAMED COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES E FARMACEUTI	2, 4
12651	G D C DA SILVA COSTA & COSTA LTDA	1, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRAMED COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES E FARMACE	28.345.933/0001-30	.....	.....
G D C DA SILVA COSTA & COSTA LTDA	09.721.729/0001-21	.....	.....

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (AVENTAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS, FUNDOS E AUTARQUIAS MUNICIPAIS DE CAMPOS NOVOS - SC.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12651 - G D C DA SILVA COSTA & COSTA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	AVENTAL PARA PROCEDIMENTO PARA USO CLINICO E AMBULATORIAL, DESCARTAVEL, MANGA LONGA, PUNHO COM ELASTICO, GRAMATURA ESPECIAL, TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, ATÓXICO, HIPOALERGENICO E NÃO ESTERIL gramatura 40	UN	SP ODONTO	14.850,000	5,9900	88.951,50
3	AVENTAL PARA PROCEDIMENTO PARA USO CLINICO E AMBULATORIAL, DESCARTAVEL, MANGA LONGA, PUNHO COM ELASTICO, GRAMATURA ESPECIAL, TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, ATÓXICO, HIPOALERGENICO E NÃO ESTERIL gramatura 40	UN	SP ODONTO	150,000	5,9900	898,50

Fornecedor: 12652 - BRAMED COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES E FARMACEUTI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AVENTAL PARA PROCEDIMENTO PARA USO CLINICO E AMBULATORIAL, DESCARTAVEL, MANGA LONGA, PUNHO COM ELASTICO, GRAMATURA ESPECIAL, TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, ATÓXICO, HIPOALERGENICO E NÃO ESTERIL gramatura 30	UN	DEJAMARO	14.850,000	3,2800	48.708,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**Página: 2/7  
Processo N°. 80/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 38/2020**Fornecedor: 12652 - BRAMED COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES E FARMACEUTI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AVENTAL PARA PROCEDIMENTO PARA USO CLINICO E AMBULATORIAL, DESCARTAVEL, MANGA LONGA, PUNHO COM ELASTICO, GRAMATURA ESPECIAL, TECIDO NÃO TECIDO (TNT) 100% POLIPROPILENO, ATÓXICO, HIPOALERGENICO E NÃO ESTERIL gramatura 30	UN	DEJAMARO	150,000	7,5800	1.137,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observadas as seguintes condições:
  - as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7  
Processo N°. 80/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 38/2020

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7  
Processo N°. 80/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 38/2020

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 80/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 38/2020

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 80/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 38/2020

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/7  
Processo N°. 80/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 38/2020

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 20 de Agosto de 2020.

\_\_\_\_\_  
**DARI ORESTE SCARABOTTO**  
Secretário da Fazenda e Administração

**Empresas Participantes:**

BRAMED COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES E FARMACEU' CNPJ: 28.345.933/0001-30 \_\_\_\_\_

G D C DA SILVA COSTA & COSTA LTDA CNPJ: 09.721.729/0001-21 \_\_\_\_\_

# Canelinha

## PREFEITURA

### DISPENSA 013/FHMC/2020

Publicação N° 2617274

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA

Dispensa de Licitação 013/FHMC/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para instalação de materiais de segurança contra incêndio no prédio sede da Fundação Hospitalar do Município de Canelinha.

CONTRATADA: BRUNA DE OLIVEIRA ROSA 10394114957 CNPJ:32.631.330/0001-71

VALOR DO CONTRATO: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa a licitação, com fundamento no inciso I do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93. Canelinha, 21 de Agosto de 2020.  
Vera Lucia de Jesus – Diretora Administrativa.



# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 195/2020

Publicação Nº 2616231

DECRETO Nº. 195/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 318.866,32 (trezentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), com as seguintes classificações institucionais:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.23 – Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 318.866,32

Recurso 15300 – AFM – (LC 173/2020 – Art.5º, II-B) Sem destinação Específica

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, utilizando recursos do excesso de arrecadação, o valor de R\$ 318.866,32 (trezentos e dezoito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e trinta e dois centavos), observando a arrecadação prevista e a arrecadação do exercício de 2020, como é demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Demonstrativo do excesso de arrecadação

Recurso	A Valor previsto no exercício + Valores abertos	B Arrecadação no exercício	C Excesso de arrecadação no exercício (C=B-A)	D Valor a ser utilizado para fins deste decreto (D<=C)
15300	4.120.194,29	4.439.060,61	318.866,32	318.866,32
TOTAL				318.866,32

Fonte: SMAFO 2020

Art. 3º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 67.684,20 (sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade Orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.25 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....42.684,20

Recursos 31100 – Conv. Trânsito – P. Civil - Superávit

II)

Unidade Gestora 01: Prefeitura Municipal de Canoinhas

Unidade Orçamentária 12001: Secretaria Munic. de Obras e Desenv. Urbano

Função 15: Urbanismo

Subfunção 452: Serviços Urbanos

Programa 06: Ações Eficientes em Obras e Urbanismo

Ação 2.25 – Ações do DETRACAN e Convênio Trânsito

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....25.000,00

Recursos 31100 – Conv. Trânsito – P. Civil - Superávit

Art. 4º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 3º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 67.684,20 (sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2019, conforme cancelamento de restos a pagar e tabela a seguir:

Tabela 2 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

11100	Conv. Trânsito SSP/SC – Pol. Civil	64.325,85
31100	Conv. Trânsito – P. Civil – Superávit	58,03
11100	Conv. Trânsito SSP/SC – Pol. Civil	1.782,32*
31100	Conv. Trânsito – P. Civil – Superávit	1.518,00*
TOTAL		67.684,20

Fonte: SMAFO/2020

\*Valor atinente ao cancelamento de restos a pagar do exercício de 2019, conforme fontes de recursos (11100 e 31100).

Art. 5º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 148.717,00 (cento e quarenta e oito mil e setecentos e dezessete reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 07: FUNREBOMPM DE CANOINHAS

Unidade orçamentária 15001: FUNREBOM DE CANOINHAS

Função 06: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Ação 2.30 – Ações do FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 148.717,00

Recurso 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

Art. 6º - Para suporte do que trata o artigo 5º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 148.717,00 (cento e quarenta e oito mil e setecentos e dezessete reais), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 07: FUNREBOMPM DE CANOINHAS

Unidade orçamentária 15001: FUNREBOM DE CANOINHAS

Função 06: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Ação 2.30 – Ações do FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas ..... 148.717,00

Recurso 30000 – Recursos Ordinários - Superávit

Art. 7º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 8º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**DECRETO Nº 196/2020**

Publicação Nº 2616234

DECRETO Nº. 196/2020

“NOMEAR MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS PRODUTOS CONSTANTES NOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAIS DE LIMPEZA.”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade da constituição de comissão específica para a avaliação dos produtos constantes nos processos de Licitação para o registro de preços de materiais de limpeza, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Avaliação dos Produtos Constantes nos Processos de Licitação para Registro de Preços de Materiais de Limpeza, esta composta pelos seguintes servidores:

1. Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento:

1.1 – Daniela Cristina da Silva – Presidente;

2. Secretaria Municipal de Educação:

2.1 – Maria Conceição Pereira;

2.2 – Angélica Hoffmann;

2.3 – Luiz Fernando da Cruz Vieira Magalhães;

3. Secretaria Municipal de Saúde:

3.1 – Damaris Aparecida de Cassia Krul Pires.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto nº 166/2017. Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

**DECRETO Nº 197/2020**

Publicação Nº 2616232

DECRETO Nº. 197/2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO”

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.475 de 20/12/2019 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º- Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2020, o valor de R\$ 4.853,41 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Unidade Gestora 04: Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas

Unidade Orçamentária 18001: Fundo Municipal de Assistência Social

Função 08: Assistência Social

Subfunção 244: Assistência Comunitária

Programa 10: Assistência Social Responsável

Ação 2.110 – Ações de Proteção Social Básica

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas .....4.853,41

Recursos 66520 – CRAS Estado – Custeio - Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescer no Plano Plurianual 2018-2021 (Lei 6.147/2017) e seus anexos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020 (Lei nº. 6.474/2019) e seus anexos, e na Lei Orçamentária Anual 2020 (Lei nº. 6.475/2019) e seus anexos, da Prefeitura Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, o valor de R\$ 4.853,41 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e três reais e quarenta e um centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2019, conforme cancelamento de restos a pagar e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

26520	Transf. SUAS Estado – CRAS – Custeio	1.027,78
66520	CRAS Estado – Custeio – Superávit	1.447.70
66520	CRAS Estado – Custeio – Superávit	2.377,93*
TOTAL		4.853,41

Fonte: SMAFO/2020

\*Valor atinente ao cancelamento de restos a pagar do exercício de 2019, conforme fonte de recurso (66520).

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 20/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

## PORTARIA Nº 1104/2020

Publicação Nº 2616195

PORTARIA Nº. 1104/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias a servidora MARCIA HAACK DOS ANJOS, que exerce o cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 01/09/2020 a 30/09/2020, conforme Memorando nº 14.068/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## PORTARIA Nº 1105/2020

Publicação Nº 2616196

PORTARIA Nº. 1005/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

### CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Licença Prêmio ao servidor JAIR ZATTAR, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Comércio, Indústria e Turismo, referente ao período aquisitivo de 2015/2020, a desfrutar no período de 03/08/2020 a 17/08/2020, conforme Memorando nº 12.889/SMDEICT/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 03 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 03/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## PORTARIA Nº 1106/2020

Publicação Nº 2616194

PORTARIA Nº. 1106/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 75 da Lei Complementar nº 070/2019, resolve:

### CONCEDER PROGRESSÃO POR TITULAÇÃO

Art. 1º - Fica concedido à servidora ANGELICA KRAILING SAMPAIO, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Capacitação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 5% (cinco por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 5001241-69.2019.8.24.0015.

Art. 2º - Fica concedido à servidora RAFAELA CIUPKA VALIM, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Pós-Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0301212-36.2016.8.24.0015.

Art. 3º - Fica concedido à servidora DIRAZELI DO PRADO, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Capacitação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 5% (cinco por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0303656-71.2018.8.24.0015.

Art. 4º - Fica concedido ao servidor RENATO HATSCHBACH, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do "Ensino Médio", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0303289-47.2018.8.24.0015.

Art. 5º - Fica concedido à servidora JANINE RIBEIRO ISPHAIR WATZKO, efetiva no cargo de Enfermeiro, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Pós-Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0304637-37.2017.8.24.0015.

Art. 6º - Fica concedido à servidora DANIELLE LUDKA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Capacitação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 2,5% (dois vírgula cinco por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0301985-13.2018.8.24.0015.

Art. 7º - Fica concedido à servidora MARILENE FIGURA GONÇALVES, efetiva no cargo de Jardineiro, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0303808-56.2017.8.24.0015.

Art. 8º - Fica concedido ao servidor ARLEI HAVAI VOTCOSKI, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do "Ensino Médio", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0302924-90.2018.8.24.0015.

Art. 9º - Fica concedido à servidora APARECIDA RODRIGUES, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Educação, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Ensino Médio", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0301344-88.2019.8.24.0015.

Art. 10 - Fica concedido à servidora MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0304635-67.2017.8.24.0015.

Art. 11 - Fica concedido ao servidor NELSON DE LIMA, efetivo no cargo de Fiscal II, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0300267-78.2018.8.24.0015.

Art. 12 - Fica concedido ao servidor EDENILSON ALVES CARDOSO, efetivo no cargo de Técnico Agrícola, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0300262-56.2018.8.24.0015.

Art. 13 - Fica concedido à servidora LEILA CRISTINA SIEMS DOS SANTOS, efetiva no cargo de Assistente Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Progressão por Titulação, em razão da conclusão do curso de "Pós-Graduação", incorporando em seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), a partir do mês de agosto de 2020, conforme Decisão Judicial nº 0303193-66.2017.8.24.0015.

Art. 14 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 19/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1107/2020**

Publicação Nº 2616218

PORTARIA Nº. 1107/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio a servidora MARIA DE LOURDES KAMINSKI FALKEWICZ, efetiva no cargo de Especialista em Assuntos Educacionais - Pedagoga, 40 horas semanais, na EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2014/2019, a desfrutar no período de 31/08/2020 a 29/09/2020, conforme Memorando nº 14.316/SME/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1109/2020**

Publicação Nº 2616215

PORTARIA Nº. 1109/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor VINICIUS ELIAS DE OLIVEIRA, que exerce o cargo de Diretor Administrativo,



junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 21/09/2020 a 05/10/2020, conforme Memorando nº 14.274/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 19 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 19/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1110/2020**

Publicação Nº 2616216

PORTARIA Nº. 1110/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 96 da LC 070 de 2019, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença Prêmio ao servidor DORIVAL DIAS PAULO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, a desfrutar no período de 14/09/2020 a 13/10/2020, conforme Memorando nº 13.939/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 20 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 20/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1112/2020**

Publicação Nº 2616229

PORTARIA Nº. 1112/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei Complementar nº 070/2019:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 151 da Lei Complementar nº 070/2019, resolve:

### **INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 151 e seguintes da Lei Complementar 070/2019, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais, designados pela Portaria nº 1088/2020, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. DANIELLE LUDKA;
2. MARINA NICHIMORI OLESCOWICZ;
3. MAURICIO ALFONSO SOBCZAK.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descritos no Memorando nº 10.774/ST/2020.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1113/2020**

Publicação Nº 2616225

PORTARIA Nº. 1113/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei Complementar nº 070/2019:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 151 da Lei Complementar nº 070/2019, resolve:

### **INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 151 e seguintes da Lei Complementar 070/2019, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais, designados pela Portaria nº 1088/2020, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. ADELMO DE CARVALHO;
2. NELSON VARELA DE OLIVEIRA;
3. SERGIO MURILO MIGUEL.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descritos no Memorando nº 12.915/SMS/2020.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

## **PORTARIA Nº 1114/2020**

Publicação Nº 2616221

PORTARIA Nº. 1114/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei Complementar nº 070/2019:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 151 da Lei Complementar nº 070/2019,



resolve:

#### INSTAURAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

Art. 1º - Nos termos dos artigos 151 e seguintes da Lei Complementar 070/2019, fica instaurada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos servidores públicos municipais, designados pela Portaria nº 1088/2020, de acordo com a Lei nº 5.556/2015 e 5.574/2015, sendo eles:

1. CAMILLA WALTER;
2. DANIELA CRISTINA DA SILVA;
3. FABRICIO JOSNEI PEREIRA.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar os fatos, conforme descritos no Memorando nº 13.676/DP/2020.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 21 de agosto de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 21/08/2020.

DIOGO CARLOS SEIDEL  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento.

#### **PUBLICAÇÃO DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 12/2019**

Publicação Nº 2616138

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 12/2019

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO ITEM 20 DO REGISTRO DE PREÇOS DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO, ELÉTRICO E TELEFONIA, DESTINADOS PARA SUPRIR A NECESSIDADE DE TODOS SETORES DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, POLÍCIA CIVIL, MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

O Município de Canoinhas/SC, inscrito no CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede a Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, através de seu Prefeito, torna público o realinhamento do valor do Item: 20) BARRA DE FERRO 3/8", BARRA COM 12 METROS, que passa de R\$ 29,80 a barra para o valor de R\$ 35,00 a barra (fornecedor: AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA). O realinhamento foi solicitado pelo fornecedor. A documentação para a concessão do reequilíbrio econômico financeiro encontra-se apenso ao Processo, disponível aos interessados.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

# Capinzal

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 129, DE 21 DE AGOSTO DE 2020 - MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19

Publicação Nº 2616648

DECRETO Nº 129, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

“Dispõe sobre medidas restritivas para o enfrentamento do COVID-19 e dá outras providências”

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO a metodologia proposta pelo COES/SC, que aponta informações que classificam a região do meio Oeste de Santa Catarina como “de risco gravíssimo”;

CONSIDERANDO a reunião de trabalho de forma virtual, dos Prefeitos da região da Associação do Meio Oeste Catarinense - AMMOC e da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC, juntamente a CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde, realizada no dia 20 de agosto de 2020;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam determinadas por 07 (sete) dias, a contar da 0hs00min do dia 21 de agosto de 2020 as seguintes restrições:

I - Bares e tabacarias poderão funcionar até as 18h00 de segunda a sexta-feira, ficando vedado o funcionamento após este horário, bem como aos sábados, domingos e feriados;

II - Restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, funcionarão até às 23h00, independentemente do dia de semana;

III - Lojas de conveniência estarão proibidas de permitir o consumo de bebidas e a permanência a partir das 18h00, todos os dias da semana;

§1º As restrições e obrigações estabelecidas por este artigo não se aplicam aos serviços de entrega ou retirada no estabelecimento.

§2º Todos os estabelecimentos nos horários de funcionamento devem manter o distanciamento entre as mesas e adotar todos os protocolos de higienização.

Art. 2º A realização de missas e cultos religiosos presenciais está liberada para ocorrer em todos os dias da semana, desde que respeitadas as normas sanitárias pertinentes e a lotação máxima de 30% (trinta por cento) da capacidade de público das igrejas, templos religiosos e afins.

Art. 3º Fica SUSPENSA a circulação de veículos de Transporte Coletivo Público Urbano Municipal, a contar 0hs00min do dia 21 de agosto de 2020 a 30 de agosto de 2020.

Art. 4º Fica determinada a intensificação da conscientização da população relativa ao Novo Coronavírus (COVID-19), principalmente quanto ao uso de máscaras e a proibição de aglomerações.

Art. 5º Para fins de cumprimento das medidas restritivas consideram-se essenciais todos os serviços públicos, pois a essencialidade é característica que decorre de sua própria natureza e os torna indispensáveis ao atendimento das necessidades da comunidade.

Art. 6º A fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas neste Decreto ficará a cargo da Vigilância Sanitária e da Segurança Pública.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 0hs00 do dia 21 de agosto de 2020.

Art. 8º Revogam-se os seguintes Decretos:

I - Decreto nº 111, de 30 de julho 2020; e

II - Decreto nº 124, de 13 de agosto de 2020.

Capinzal - SC, 20 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 0034/2020**

Publicação Nº 2616243



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE CAPINZAL****Secretaria da Administração e Finanças****Diretoria de Compras e Licitações****EDITAL****Processo Licitatório Nº 0098/2020  
Dispensa de Licitação Nº 0034/2020**

**VERANICE MARIA LOVATEL**, Secretária de Educação, Cultura e Esportes do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, bem como o Art. 4B da Lei 13.979, torna público o Processo Licitatório supracitado, conforme segue:

**1. DO OBJETO**

O objeto do presente processo licitatório consiste na Contratação de empresa especializada para Serviço de Telefonia Móvel para a Secretaria da Educação, Cultura e Esportes e escolas Municipais. Com Recursos Próprios.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

A Rede municipal de ensino de Capinzal é composta por 8 unidades escolares de Ensino Fundamental e 7 de Educação infantil, distribuídas entre a sede da cidade, bairros e interior.

Com o avanço do Novo Coronavírus obrigou escolas da rede pública e privada a suspenderem aulas em praticamente todo o Brasil. Isso significa milhares de crianças e jovens longe das instituições de ensino infantil, fundamental e médio – e por tempo indeterminado.

Neste contexto, a Secretaria de Educação do município de Capinzal, seguindo as recomendações da FECAM (Federação Catarinense dos Municípios) e em consonância com as ações já em andamento da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, mantém uma jornada de intenso trabalho na criação de atividades escolares para repassar para os alunos acompanharem os conteúdos durante este período de isolamento social e se manterem ativos cognitivamente.

Agora, sem dúvida, a tecnologia impõe-se como aliada da educação com fins a não distanciar o aluno do tão importante contato com a escola e com o professor. A tecnologia se mostra como grande ferramenta neste novo processo.

A Secretaria Municipal de Educação adquiriu aparelhos celulares para as escolas municipais, pois é de suma importância esta ferramenta tecnológica, pois as escolas necessitam entrar em contato com as famílias para repassar recados e atividades. Cabe ressaltar que a maioria dos pais possuem dados móveis para esta comunicação, mas, uma parcela destes pais não dispõem de internet e a escola necessita se comunicar com as famílias através do telefone fixo ou chamadas encaminhadas para celulares, bem com, informar sobre as atividades que serão levadas de forma física até as residências.

Infelizmente, o município de Capinzal não possui rede de telefonia fixa em algumas escolas, em localidades do interior e num novo loteamento, conforme descrito abaixo:

ESCOLA SEM TELEFONE			LOCALIDADE
ESCOLA	MUNICIPAL	CONSTRUINDO	Loteamento Novo Horizonte
SONHOS			



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE CAPINZAL****Secretaria da Administração e Finanças****Diretoria de Compras e Licitações**VISTO  
PELO  
JURÍDICO

ESCOLA MUNICIPAL ERNESTO HACHMANN	Comunidade de Barro Preto - interior
CRECHE MUNICIPAL FADA MADRINHA	Comunidade de Barro Preto - interior

As escolas estão enfrentando dificuldades de comunicação com os pais e alunos, mesmo porque nestas localidades a única operadora de celular que possui antena de telefonia móvel é a Operadora **TIM**. Desta forma, a Secretaria Municipal da Educação sentiu a necessidade de contratar os serviços de telefonia móvel para estas escolas, para que possam manter contato com estas famílias de difícil comunicação.

Esta é uma questão emergencial e sem precedentes, dessa forma solicito a contratação de Empresa Especializada em telefonia Móvel, especificamente a Operadora TIM, que é representada em nossa região pela **EMPRESA INOVA TELECOM**, inscrita no CNPJ com o Nº 14.298.710/0001-54, com sede à Rua da Paz, 1066- Centro, Catanduvas/SC, CEP 89.700-000, telefone: 49 3521-0453, representada pelo Administrador/Procurador PATRIC MIRANDA, inscrito no CPF sob nº 010.092.749-10. Para embasar a contratação informamos que a referida empresa já foi contratada pelo município de Capinzal no ano 2019, e realizamos uma cotação de preços, de outra empresa, que não representa nossa região, para podermos ter um comparativo de preços.

### 3. DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente contratação encontra respaldo no art. 4 CAPUT da Lei 13.979/2020, bem como no inciso II, do art. 24, da Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores.

É dispensável a licitação:

*Art. 4º - Lei 13.979/2020*

*É dispensável a licitação para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância Internacional decorrente do coronavírus de que trata esta lei.*

*Art. 24. – Lei 8.663/93*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

### 4. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A Secretaria de Educação, Cultura e Esportes optou pela empresa **EMPRESA INOVA TELECOM**, inscrita no CNPJ com o Nº 14.298.710/0001-54, com sede à Rua da Paz, 1066-

Centro, Catanduvas, CEP 89.700-000, Estado de Santa Catarina, que foi selecionada para fornecimento do objeto, uma vez que apresentou o menor preço com relação às demais. Ainda, a contratada está em dia com sua regularidade fiscal, conforme documentação anexa.

### 5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO



Estado de Santa Catarina

**MUNICÍPIO DE CAPINZAL****Secretaria da Administração e Finanças****Diretoria de Compras e Licitações**VISTO  
PELO  
JURÍDICO

No que se refere à justificativa do preço, foi devidamente precedido de cotação de preços e a empresa acima qualificada apresentou proposta com preço compatível com o de mercado e compatível para o fornecimento do objeto, razão pela qual se justifica sua escolha, conforme tabela abaixo:

Item	Qtidade	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	5	MÊS	Plano mensal de serviço móvel, por telefonia celular: contemplando <b>5 linhas de telefonia</b> móvel, com 5 CHIP de celular, com minutos ilimitados para qualquer operadora (fixo e móvel) do Brasil, internet 4 Gb cada, SMS ilimitado para qualquer operadora, isenção de roaming (deslocamento). VALOR POR LINHA: 74,90	374,50	1.872,50
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>1.872,50</b>

#### 6. DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes da presente dispensa de licitação, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

<b>RUBRICAS ORÇAMENTÁRIAS - 2020:</b>
<b>Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>
<b>Unidade: 01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>

REDUZIDO	PROJETO ATIVIDADE	ELEMENTO DESPESA
75	2042– Manutenção da Secretaria Mun. Da Educação	3.3.90.00.00.00.00.00

O presente Edital de Licitação é assegurado pela regularidade, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica deste Município N° 219/2020 emitido no dia 20/08/2020.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal-SC, 21 de agosto de 2020.

**VERANICE MARIA LOVATEL**  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes  
Município de Capinzal

**ERRATA DO EDITAL Nº 001/2020 - EVENTO "SEMANA MAIS CULTURA EM CASA"**

Publicação Nº 2616667



ERRATA DO EDITAL Nº 001/2020 REF. O EVENTO DESIGNADO “SEMANA MAIS CULTURA EM CASA” PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE CAPINZAL – SC, TORNA PÚBLICO A RETIFICAÇÃO DO REFERIDO EDITAL, NOS TERMOS DO PRESENTE EDITAL.

**ERRATA DO EDITAL Nº 001/2020 - “SEMANA MAIS CULTURA EM CASA”****Errata 1**

No preâmbulo do Edital:

I – Onde se lê:

7.1 A lista dos contemplados será divulgada **no dia 24 de agosto de 2020** no site da Prefeitura Municipal de Capinzal pelo [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

II – Leia-se:

7.1 A lista dos contemplados será divulgada **no dia 24 de agosto de 2020 a partir das 16h** (horário de Brasília) no site da Prefeitura Municipal de Capinzal pelo [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br).

**Errata 2**

No preâmbulo do Edital:

I – Onde se lê:

8.4 A previsão de pagamento dos projetos contemplados é **de 30 (trinta) dias** após a realização do evento e assinatura do recibo conforme agendamento do setor financeiro.

II – Leia-se:

8.4 A previsão de pagamento dos projetos contemplados é **de 90 (noventa) dias** após a realização do evento e assinatura do recibo conforme agendamento do setor financeiro.

**PMC CONTRATO 0144/2020**

Publicação Nº 2615937

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Contrato Nº.: 0144/2020 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: GELOPAR REFRIGERACAO PARANAENSE LTDA Valor ..... : 5.940,00 (cinco mil novecentos e quarenta reais) Vigência ..... : Início: 21/08/2020 Término: 31/12/2020 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 36/2020 Processo_Licitatório.....: 0106 / 2020 Objeto ..... : Aquisição de Freezer Vertical, equipamento para manutenção das atividades destinadas ao Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental - CISAM Meio Oeste, na realização de análises de água e efluentes, em conformidade com o Termo de Compromisso TC/PAC 0328/07 e seus Termos Aditivos, firmado entre a Fundação Nacional da Saúde - FUNASA/SC e o Município de Capinzal/SC.</p>	
Capinzal, 21 de Agosto de 2020	

**PMC TA 001/2020 C0206**

Publicação Nº 2615748

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
<p>Aditivo Nº ..... : TA 001/2020 C206 - Contrato Nº: 0206/2016 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada.: INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS PARA GESTAO Valor ..... : 2.475,00 (dois mil quatrocentos e setenta e cinco reais) Vigência ..... : Início: 21/08/2020 Término: 31/12/2020 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 55/2016 Processo_Licitatório.....: 00098 / 2016 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação da vigência do contrato original, a contar da data de 16/09/2020, findando em 31/12/2020, bem como o valor de R\$ 2.475,00 (dois mil, quatrocentos e setenta e cinco reais) referente aos itens 3 e 4 (Locação de Sistemas), conforme solicitação, documentos e Parecer Jurídico Nº 217/2020 que passará a integrar o processo.</p>	
Capinzal, 21 de Agosto de 2020	



**PMC TA 005/2020 C298**

Publicação Nº 2618320

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Aditivo Nº ..... : TA 005/2020 C298 - Contrato Nº: 0298/2019 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: CONSTRUTORA CIVILE LTDA Valor ..... : 0,00 (zero) Vigência ..... : Início: 25/08/2020 Término: 24/09/2020 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 16/2019 Processo_Licitatório....: 000143 / 2019 Objeto ..... : O objeto do presente termo aditivo é a PRORROGAÇÃO da vigência atual do contrato para 30 dias, a contar da data de 25/08/2020, findando em 24/09/2020, conforme solicitação, documentos comprobatórios de regularidade fiscal e Parecer Jurídico Nº 0221/2020, que passam a integrar o referido processo.	
Capinzal, 21 de Agosto de 2020	

**PORTARIA 0715/2020**

Publicação Nº 2616399

PORTARIA Nº 0715, DE 12 DE MAIO DE 2020

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999 e 3.149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Rita Fuertes Januzzi, matrícula nº 410303/03, até 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de maio de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária da Saúde

**PORTARIA 0716/2020**

Publicação Nº 2616400

PORTARIA Nº 0716, DE 12 DE MAIO DE 2020

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999 e 3.149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor Erlei Perini, matrícula nº 410526/01, até 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º O servidor exerce as funções do cargo de Médico, nível 178, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 01 de maio de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

KAMILLE SARTORI BEAL  
Secretária da Saúde



**PREGÃO ELETRÔNICO 0047/2020**

Publicação N° 2616372

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório N° 0107/2020  
Pregão Eletrônico N° 0047/2020

**REGISTRO DE PREÇO DO TIPO MENOR PREÇO ITEM**

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Aluzinco e Parafusos para manutenção das atividades das Secretarias de Infraestrutura; da Agricultura e de Desenvolvimento Econômico. Com Recursos Próprios.

O presente Edital de Licitação é assegurado pela regularidade, de acordo com o Parecer emitido pela Assessoria Jurídica deste Município N° 220/2020 emitido no dia 21/08/2020.

As propostas iniciais e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas, exclusivamente por meio eletrônico, para o seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), conforme data e horário:

**PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:** Até dia 15/09/2020 às 07h40min.

**ABERTURA DA SESSÃO:** Dia 15/09/2020 às 07h45min.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO

**INFORMAÇÕES DO EDITAL:** No site do Município de Capinzal: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) ou no [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Capinzal, 21 de agosto de 2020.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário de Administração e Finanças  
Município de Capinzal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN01/2020**

Publicação Nº 2615938

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN01/2020

PROCESSO Nº CAO/0272/2020

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADO: FAST ADB INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI – EPP

CNPJ DO CONTRATADO: 08.177.746/0001-87

OBJETO: MANUTENÇÃO NO DECANter DO MÓDULO Nº 1 DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (ETE ÁREA DE LAZER).

VALOR: R\$ 19.350,00 (DEZENOVE MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART 25, INCISO I, DA LEI 8666/93.

# Catanduvas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.643/2020

Publicação Nº 2618060

DECRETO Nº 2.643/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ADOta MEDIDAS RESTRITIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DA COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas, no uso das atribuições legais que lhe conferem os incisos II e VIII, do artigo 103 da Lei Orgânica Municipal e, ainda,

CONSIDERANDO, que a Avaliação de Risco Potencial Regional para COVID-19 de 19 de agosto de 2020, aponta informações que classificam a região do Meio Oeste de Santa Catarina como "de risco potencial gravíssimo", exigindo a tomada de medidas urgentes;

CONSIDERANDO o que prevê o artigo 9º da Portaria SES nº 592, de 17 agosto de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam determinadas pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar de 22 de agosto de 2020, as seguintes medidas de enfrentamento à Covid-19:

I – suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II – suspensão de atividades em casas noturnas, assim como de festas, shows e espetáculos e eventos de qualquer natureza, em locais abertos ou fechados, de caráter público ou privado, independentemente do número de pessoas;

III – suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, com exceção da prática de esportes individuais;

IV – suspensão de conferências públicas ou privadas que acarretem aglomeração de pessoas, excepcionadas as missas e cultos religiosos;

V – fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

Art. 2º. Ficam determinadas pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar de 22 de agosto de 2020, as seguintes restrições:

I - Bares e tabacarias poderão funcionar até as 18h00 de segunda a sexta-feira, ficando vedado o funcionamento após este horário, bem como aos sábados, domingos e feriados;

II - Restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, funcionarão até às 23h00, independentemente do dia de semana;

III - Lojas de conveniência estarão proibidas de permitir o consumo de bebidas e a permanência a partir das 18h00, todos os dias da semana;

§1º. As restrições e obrigações estabelecidas por este artigo não se aplicam aos serviços de entrega a domicílio ou retirada no estabelecimento.

§2º. Todos os estabelecimentos nos horários de funcionamento devem manter o distanciamento entre as mesas e adotar todos os protocolos de higienização.

Art. 3º. No período de 14 (quatorze) dias, a contar de 22 de agosto de 2020, missas e cultos religiosos presenciais poderão ser realizados apenas aos sábados e domingos.

Art. 4º. Fica determinada a intensificação da conscientização da população relativa à Covid - 19, principalmente quanto ao uso de máscaras e a proibição de aglomerações.

Art. 5º. A fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas neste Decreto ficará a cargo da Vigilância Sanitária e da Segurança Pública.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 22 de agosto de 2020.

Catanduvas, 21 de agosto de 2020.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### EDITAL DE REVISÃO DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 03/2019 EDITAL DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA DE 01/08/2019

Publicação Nº 2615695

EDITAL DE REVISÃO DE LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Edital de Contribuição de Melhoria nº 03/2019

Edital de Lançamento de Contribuição de Melhoria de 01/08/2019

O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto-Lei Federal nº 195 de 24/02/1967, Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 17/2001, e da Lei Municipal nº 2.680/2019 e nos termos do Edital de Contribuição de Melhoria 03/2019,

Considerando que à Administração é facultado rever ou anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais;

Considerando que no Edital de lançamento ora revisto constou equivocadamente como custo da obra o valor de R\$ 268.689,78 (duzentos e sessenta e oito mil seiscentos e oitenta e nove reais e setenta e oito centavos);

Considerando que o valor real da obra acabou sendo reduzido, após licitação e termo aditivo contratual, para o valor de R\$ 243.306,16 (duzentos e quarenta e três mil trezentos e seis reais e dezesseis centavos), reduzindo-se, portanto, o valor a ser financiado pela contribuição de melhoria instituída;

Considerando que a Administração não pode cobrar do contribuinte valor superior ao custo da obra e, no caso em apreço, valor superior a 50% do custo efetivo da obra, nos termos do §5º do art. 4º da Lei Municipal nº 2.680/2019;

Considerando o que prescreve os artigos 145, 146 e 149 do Código Tributário Nacional, que tratam da revisão do lançamento tributário:

Art. 145. O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de: a) impugnação do sujeito passivo; b) recurso de ofício; c) iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no art. 149.

Art. 149. O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I – quando a lei assim o determine;

II – quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III – quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV – quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V – quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI – quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII – quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII – quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX – quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade essencial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

**TORNA PÚBLICO** a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, da **REVISÃO DO LANÇAMENTO** da Contribuição de Melhoria das obras executadas na Rua Ery Gomes Bittencourt, no trecho entre a Rua da Liberdade e a SC-355. efetivada através do Edital 03/2019 de 01 de agosto de 2019, nos seguintes termos:

**01. CUSTO DA OBRA:**

Revisa-se o custo das obras descrito no item 5 do Edital de Contribuição de Melhoria nº 03/2019 para o valor de R\$ 243.306,16 (duzentos e quarenta e três mil trezentos e seis reais e dezesseis centavos), conforme descrito no item 5 do Edital de Contribuição de Melhoria nº 03/2019.

**02. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO:**

Revisa-se o valor que caberá aos contribuintes beneficiados com a obra pagarem através da Contribuição de Melhoria, o valor de R\$ 121.653,08 (cento e vinte e um mil seiscentos e cinquenta e três reais e oito centavos).

**03. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:**

O lançamento fiscal (e a notificação do contribuinte) ocorrerá após 15 (quinze) dias da publicação do presente Edital.

Após o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante. A decisão proferida sobre a impugnação deverá manter ou anular os valores lançados.

Sendo mantido o valor do lançamento, retoma-se, da notificação do contribuinte, a contagem do prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

**04. DOS PRAZOS DE PAGAMENTO**

A Contribuição de Melhoria poderá ser paga nas seguintes condições:

I. No prazo de 60 (sessenta) dias do recebimento da notificação de lançamento, com desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do lançamento; ou

II. Em até 48 (quarenta e oito) parcelas mensais, iguais e consecutivas, atualizadas pela UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, em valor mínimo de 25 (vinte e cinco) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal;

III. Ao contribuinte que não efetuar o pagamento da contribuição de melhoria no prazo do inciso I deste artigo, será concedido automaticamente o parcelamento em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais;

IV. Os contribuintes que já tenham pago alguma parcela do tributo com base no lançamento anterior, ora revisado, terá direito à compensação ou restituição, conforme o caso.

**05. DO ANEXO:**

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

**ANEXO I – PLANILHA DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – CUSTO DA OBRA E VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS**

**06. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

Permanecem inalterados os demais elementos do Edital de lançamento 03/2019 de 01 de agosto de 2019.

Mais informações poderão ser obtidas no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal.

Catanduvas, 10 de agosto de 2020.

**DORIVAL RIBEIRO DO SANTOS**  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0012/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2020 PMC PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2020 PMC**

Publicação Nº 2618057

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0012/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2020 PMC  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2020 PMC

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A.

Objeto: Contratação de seguros para frota oficial de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Catanduvas – SC.  
Vigência do Contrato: 14/08/2020 a 14/08/2021

Valor Contratual: R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais)

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
08.001.10.301.0015.2033.3.3.90	363	09/2020	Cofinanciamento

Catanduvas – SC, 14 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0044/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2020**

Publicação Nº 2618058

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0044/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0059/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2020  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A.

Objeto: Contratação de seguros para frota oficial de veículos, máquinas e equipamentos do Município de Catanduvas – SC.  
Vigência do Contrato: 14/08/2020 a 14/08/2021

Valor Contratual: R\$ 10.480,00 (dez mil quatrocentos e oitenta reais)

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
03.001.04.122.0003.2004.3.3.90	100	09/2020	Recursos Ordinários
04.001.12.361.0004.2011.3.3.90	136	35/2020	Salário Educação

Catanduvas – SC, 14 de agosto de 2020.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

## PLANILHA DE LANÇAMENTO LEI 2.680.2019. EDITAL 03.2019

Publicação N° 2615713

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 03/2019  
RUA: ERY GOMES BITTENCOURT

ÁREA TOTAL (m2):  
2203,43  
CUSTO TOTAL DA OBRA (R\$):  
243.306,16  
Parcela custeada pelo contribuinte (R\$):  
121.653,08  
CUSTO DO METRO (R\$):  
55,21

	ÁREA TOTAL DA OBRA	PARCELA CUSTEADA PELO CONTRIBUINTE	CUSTO DO METRO (M²)	N° DO IMÓVEL	ÁREA DO IMÓVEL (M²)	TESTADA (M)	LARGURA PAVIMENTAÇÃO	ÁREA PAVIMENTADA (M²)	CUSTO INDIVIDUAL (R\$)	1 AVALIAÇÃO	VALOR INICIAL DO IMÓVEL (R\$)	2 AVALIAÇÃO (R\$)	VALOR FINAL DO IMÓVEL	VALORIZAÇÃO/TETO (R\$)	VALOR A LANÇAR
ELIA NERIS DA CRUZ	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1067	206,25	13,75	7	96,25	R\$ 5.314,04	300	R\$ 61.875,00	320	R\$ 66.000,00	R\$ 4.125,00	R\$ 4.125,00
JOCIR PEDRO CHAVES	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1068	206,25	13,75	7	96,25	R\$ 5.314,04	300	R\$ 61.875,00	320	R\$ 66.000,00	R\$ 4.125,00	R\$ 4.125,00
EULIDES SANDI	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1069	450,00	15	7	105	R\$ 5.797,13	300	R\$ 135.000,00	320	R\$ 144.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 5.797,13
IRACEMA															
MATTIOLLO BONAMIGO	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1070	450,00	15	7	105	R\$ 5.797,13	300	R\$ 135.000,00	320	R\$ 144.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 5.797,13
ELDES JOSE RAMPON	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1071	450,00	15	7	105	R\$ 5.797,13	300	R\$ 135.000,00	320	R\$ 144.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 5.797,13
DAVI															
PARIZOTTO JUNIOR	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1072	206,25	13,75	7	96,25	R\$ 5.314,04	300	R\$ 61.875,00	320	R\$ 66.000,00	R\$ 4.125,00	R\$ 4.125,00
ADELURDE DA SILVA															
AMORIM	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1073	206,75	13,75	7	96,25	R\$ 5.314,04	300	R\$ 62.025,00	320	R\$ 66.160,00	R\$ 4.135,00	R\$ 4.135,00
ARLINDO HUGO															
HERICKS	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1063	150,33	15	7	105	R\$ 5.797,13	275	R\$ 41.340,75	295	R\$ 44.347,35	R\$ 3.006,60	R\$ 3.006,60
ROMANA ADRIANO															
GALVAN - ESPÓLIO	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1064	211,89	11,7	7	81,9	R\$ 4.521,76	275	R\$ 58.269,75	295	R\$ 62.507,55	R\$ 4.237,80	R\$ 4.237,80
LUCIA GONÇALVES DA SILVA	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	3511	288,11	6,42	7	44,94	R\$ 2.481,17	275	R\$ 79.230,25	295	R\$ 84.992,45	R\$ 5.762,20	R\$ 2.481,17

REINELI TONIELO	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1919	450,00	14,88	7	104,16	R\$ 5.750,75	275	R\$ 123.750,00	295	R\$ 132.750,00	R\$ 9.000,00	R\$ 5.750,75
VALDIR															
VALTER	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1060	189,00	12,6	7	88,2	R\$ 4.869,59	275	R\$ 51.975,00	295	R\$ 55.755,00	R\$ 3.780,00	R\$ 3.780,00
PISSOLI															
VILMAR	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	3188	193,50	10,4	7	72,8	R\$ 4.019,34	275	R\$ 53.212,50	295	R\$ 57.082,50	R\$ 3.870,00	R\$ 3.870,00
ANDREIS															
ARI DE LIMA	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1062	1005,00	33	7	231	R\$ 12.753,69	275	R\$ 276.375,00	295	R\$ 296.475,00	R\$ 20.100,00	R\$ 12.753,69
MITRA															
DIOCESANA DE JOACAB	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1053	412,50	27,5	7	192,5	R\$ 10.628,07	300	R\$ 123.750,00	320	R\$ 132.000,00	R\$ 8.250,00	R\$ 8.250,00
ROSALINA															
PEDROSO	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1052	208,00	13	7	91	R\$ 5.024,18	300	R\$ 62.400,00	320	R\$ 66.560,00	R\$ 4.160,00	R\$ 4.160,00
JOAO															
ANTONIO															
BERTOLO	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1051	242,00	2	7	14	R\$ 772,95	300	R\$ 72.600,00	320	R\$ 77.440,00	R\$ 4.840,00	R\$ 772,95
CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENT	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1050	450,00	15	7	105	R\$ 5.797,13	300	R\$ 135.000,00	320	R\$ 144.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 5.797,13
CASAN - COMPANHIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAMENT	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1049	450,00	15	7	105	R\$ 5.797,13	300	R\$ 135.000,00	320	R\$ 144.000,00	R\$ 9.000,00	R\$ 5.797,13
VERONICA APARECIDA BITTENCOUT CARVALHO	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	1048	337,50	22,5	7	157,5	R\$ 8.695,70	300	R\$ 101.250,00	320	R\$ 108.000,00	R\$ 6.750,00	R\$ 6.750,00
MUNICIPIO DE CATANDUVAS	2203,43	R\$ 121.653,08	R\$ 55,21	3203 (prefeitura)	75,00	5	7	35	R\$ 1.932,38	300	R\$ 22.500,00	320	R\$ 24.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 135/2020

Publicação Nº 2615729

Decreto Nº 135/2020

“Dispõe sobre a nomeação de servidor público municipal e dá outras providências.”

GLAUBER BURTET, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado(a) para o cargo de GERENTE DE DEPARTAMENTO, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos Sr(a). ROVANIR BAIOTO, inscrito(a) no CPF nº 026.XXX.XXX-44, a partir do dia 21 de agosto de 2020.

Art. 2º. Para o exercício do cargo, o(a) servidor(a) ora nomeado(a) fará jus a remuneração de acordo com Anexo I da Lei Complementar 001/2005.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Caxambu do Sul/SC, 21 de agosto de 2020.

Glauber Burtet

Prefeito

### EDITAL 020/2020

Publicação Nº 2615808

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020/2020

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Administração Municipal de Caxambu do Sul/SC convoca a todos os interessados em participar da Audiência Pública que será realizada no próximo dia 10 de setembro de 2020, pela plataforma do Youtube Brasil, sendo que o link da transmissão ao vivo será disponibilizado no site oficial do município e no Canal do Youtube: Prefeitura Caxambu do Sul, com início às 14:00 horas, tendo como tema:

- Cumprimento das Metas fiscais – Prestação de Contas relativa ao 2º quadrimestre/2020.
- Participação popular na elaboração e discussão dos planos das leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos para o ano seguinte.

Ressalta-se que, a fim de atender às medidas de prevenção a Covid19 e ao Decreto municipal n. 82/2020, optou-se por realizar a referida audiência em meio virtual. Inobstante, a participação popular será oportunizada por meio dos comentários, em tempo real, da transmissão ao vivo.

Ainda, esclarece-se que a audiência virtual não será realizada pelo facebook oficial do município haja vista a desativação temporária da rede social em cumprimento a legislação eleitoral.

Fica revogado o edital de convocação n. 019/2020, em razão de que a audiência não ocorrerá de forma presencial.

Caxambu do Sul/SC, em 21 de agosto de 2020.

GLAUBER BURTET

Prefeito.

### LEI Nº 1.454/2020

Publicação Nº 2615943

Lei nº 1.454, de 21 de agosto de 2020.

“Fixa os subsídios do prefeito, vice-prefeito, secretários e vereadores do Município de Caxambu Do Sul para a legislatura de 2021 a 2024 e dá outras providências”.

GLAUBER BURTET, Prefeito municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER, a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal de Vereadores apreciou, votou e aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1.º - Esta Lei fixa o subsídio dos Agentes Políticos do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, para a Legislatura que se iniciará em 1.º de janeiro de 2021 e findará em 31 de dezembro de 2024.

Art. 2.º - O subsídio mensal do Prefeito Municipal fica fixado em R\$ 12.603,85(Doze mil e seiscentos e três reais e oitenta e cinco centavos) e o do Vice-Prefeito Municipal em R\$ 5.219,39(cinco mil e duzentos e dezenove reais e trinta e nove centavos).

§1.º - O Vice-Prefeito Municipal, quando no exercício do cargo de Prefeito Municipal, receberá o subsídio correspondente a este cargo



proporcionalmente ao tempo em que exercê-lo.

§2.º - O Vice-Prefeito Municipal, quando nomeado para o cargo de secretário municipal ou outro cargo equivalente, deverá optar por um dos subsídios.

Art. 3.º - O subsídios mensal dos Secretários Municipais fica fixado em R\$ 4.860,35(quatro mil e oitocentos e sessenta reais e trinta e cinco centavos).

§1.º - Os secretários municipais terão direito a décimo terceiro subsídio e férias remuneradas acrescidas de um terço.

Art. 4.º - O subsídio mensal dos Vereadores fica fixado em R\$ 2.983,87(dois mil e novecentos oitenta e três reais e oitenta e sete centavos). E o subsídio mensal do cargo de Presidente da Câmara fica fixado em R\$ 4.180,99(quatro mil e cento e oitenta reais e noventa e nove centavos).

Art. 5.º - A percepção do subsídio dos vereadores está condicionada ao comparecimento do Vereador às Sessões Ordinárias da Câmara.

§1.º - O Vereador que não comparecer às Sessões sofrerá descontos de 25%(vinte e cinco por cento) no valor do subsídio, salvo justificativa aprovada pela Mesa Diretora(ou pelo Presidente ou Plenário).

§2.º - Será considerado presente à Sessão, o Vereador que assinar a folha de presença no início da Sessão, que participar da votação das proposições constantes da pauta e permanecer no Plenário até o encerramento da Ordem do Dia.

§3.º - A participação em sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

§4.º - O subsídio dos Vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares.

§5.º - Em caso de substituição, o suplente terá direito à percepção do subsídio calculado proporcionalmente ao período em que exercer o mandato.

Art. 6.º - O Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário, Presidente da Câmara ou Vereador poderá renunciar, total ou parcialmente, ao recebimento do subsídio, a qualquer momento da Legislatura, mediante requerimento escrito e protocolado na respectiva secretaria.

Art. 7.º - Fica assegurada a recomposição anual no valor dos subsídios fixados por esta lei, nos termos do Artigo 37, Inciso X, da Constituição Federal, limitada à variação do índice oficial de inflação.

Art. 8.º - As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações orçamentárias próprias, dos orçamentos anuais do Município.

Art. 9.º - Esta Lei poderá ser regulamentada por Resolução.

Art. 10.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1.º de janeiro de 2021.

Art. 11.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Caxambu do Sul SC, 21 de agosto de 2020.

GLAUBER BURTET  
Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 098 DE 21.08.2020**

Publicação Nº 2615824

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO**

**DECRETO Nº 098 DE 21.08.2020**

**Disciplina o Regime de Teletrabalho durante a Pandemia do Covid-19, nos Órgãos da Administração Pública Municipal de Chapadão do Lageado e da outras providencias.**

**A PREFEITA MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

**CONSIDERANDO** que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

**CONSIDERANDO** que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

**CONSIDERANDO** que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

**CONSIDERANDO** o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562, de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

**CONSIDERANDO** que a matriz de **Avaliação do Risco Potencial para COVID-19** disponibilizada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que visa orientar a regionalização e descentralização das ações relacionadas à contenção da pandemia;

**CONSIDERANDO** que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 28 de julho de 2020, recebeu alerta de alteração do status de **GRAVE (3)** para **GRAVÍSSIMO (4)**, mantendo-se o status na atualização da matriz de risco datada de 19 de agosto de 2020;

**CONSIDERANDO** que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim

de evitar a disseminação da doença (COVID-19) em toda a Região do Alto Vale do Itajaí, objetivando impedir que seja necessária imposição de novo *lockdow* (fechamento total);

**CONSIDERANDO** a comprovação do aumento do número de casos na Região;

**CONSIDERANDO** a publicação da Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020, da Secretara de Estado da Saúde;

**DECRETA:**

Art. 1º Este Decreto disciplina o regime de teletrabalho dos servidores públicos municipais durante a pandemia do COVID-19, no âmbito do Município de Chapadão do Lageado.

Parágrafo único. Salvo determinação em contrário, durante a realização do regime de teletrabalho de que trata o *caput*, fica garantido o atendimento ao público em geral de forma prioritariamente remota e excepcionalmente de forma presencial.

Art. 2º Mediante autorização do Secretário Municipal fica temporariamente autorizada à execução das atribuições dos servidores municipais em regime de teletrabalho.

Parágrafo único. Ficam excluídos do regime excepcional de teletrabalho os servidores:

I – que executam serviço essencial que não possa ser prestado remotamente;

II – que por sua natureza não possam ser prestados remotamente, a exemplo dos serviços de manutenção e conservação de vias, limpeza e varrição de ruas, limpeza dos órgãos públicos, entre outras atividades correlatas;

III – que não disponham de recursos tecnológicos que viabilizem a execução do teletrabalho.

Art. 3º No regime de teletrabalho não são devidos o pagamento de horas extras ou adicional noturno.

§ 1º O atendimento ao público interno ou externo, por meio de e-mail, telefone, videoconferência ou aplicativo de mensagens, salvo determinação expressa de secretário municipal, somente deve ser realizado durante o horário em que o servidor exerce seu expediente de forma presencial.

§ 2º O descumprimento do § 1º não autoriza a realização de banco de horas.

Art. 4º As metas individuais de produtividade serão estipuladas e regularmente reavaliadas pelas chefias imediatas, enquanto perdurar o regime de teletrabalho de que trata o art. 1º.

Art. 5º O Município não será responsável pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos ou da infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto, bem como não arcarão com nenhum tipo de reembolso de despesas arcadas pelo servidor.

Art. 6º São deveres do servidor em regime excepcional de teletrabalho:

I – possuir e manter em adequado funcionamento os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto;

II – atingir os níveis de produtividade determinados pela chefia imediata, apresentando relatório semanal dos trabalhos executados;

III – indicar todos os meios pelos quais poderá ser contatado dentre os quais, endereço de *e-mail* e número de telefone;

IV – acessar ao menos uma vez por dia útil seu e-mail funcional;

V - manter-se disponível para contato imediato durante o horário em que exerce seu expediente de forma presencial, via internet, telefone e aplicativo de mensagens, para eventual atendimento do público interno ou externo, podendo ser convocado para excepcionalmente comparecer ao local de trabalho, quando seu superior assim o exigir.

Art. 7º Os secretários municipais poderão autorizar que os servidores em regime de teletrabalho retirem da repartição pública documentos ou processos administrativos, que sejam imprescindíveis para execução do trabalho remoto.

Art. 8º A alteração da modalidade de teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo.

Parágrafo único. Poderá o servidor ser convocado pela chefia imediata, nos termos de que trata este Decreto, inclusive para atuação provisória em favor de outro órgão que não o de sua lotação original, em especial à Secretaria Municipal de Saúde, à Secretaria Municipal de Assistência Social ou outro órgão considerado como essencial perante as medidas de combate ao coronavírus.

Art.9º Fica estabelecido a entrega semanal do relatório, constante do Anexo Único deste Decreto, devidamente preenchido e assinado, para fins de comprovação dos trabalhos desenvolvidos em teletrabalho.

Art. 10. Mesmo durante a situação de emergência, da excepcionalidade da situação, as prestações de contas e a transparência dos atos são medidas que se impõem, em cumprimento às Leis de Acesso à Informação, de Transparência e especialmente aos arts. 48 e seguintes da LRF.

Art. 11. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de agosto de 2020.

Marli Goretti Kammers  
Prefeita Municipal

**ANEXO ÚNICO****RELATÓRIO DE ATIVIDADES EM TELETRABALHO****SECRETARIA:****SERVIDOR:****CARGO:**

<b>DATA:</b>	<b>DESCREVER AS ATIVIDADES REALIZADAS</b>
Segunda ____/____/____	
Terça ____/____/____	
Quarta ____/____/____	
Quinta ____/____/____	
Sexta ____/____/____	

Data da entrega:

Assinatura do servidor \_\_\_\_\_ Assinatura do Secretário \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº. 099 DE 21.08.2020**

Publicação Nº 2616089

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

**DECRETO Nº. 099 DE 21.08.2020**

Dispõe sobre novas medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas em âmbito municipal, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Orgânica do Município e, ainda, CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 e suas alterações, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Alerta 069 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 18/08/2020;

CONSIDERANDO a Resolução DIR 012/2020 da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, de 20 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO as peculiaridades locais relativas ao funcionamento dos serviços públicos essenciais;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam prorrogadas, por 14 (quatorze) dias a contar de 24 de agosto de 2020, as medidas sanitárias de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19 determinadas pelo Decreto Municipal nº.096 de 10.08.2020, no que não conflitam com as medidas determinadas no presente decreto.

Art. 2º Fica suspenso, por 14 (quatorze) dias a contar de 24 de agosto de 2020, o funcionamento dos serviços públicos municipais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais.

§ 1º Consideram-se serviços públicos essenciais os previstos nos Decretos Federal nº 10.282/2020 e Estadual nº 562/2020, e em suas normas complementares, bem como os disciplinados neste Decreto e os que vierem a ser considerados como essenciais em ato normativo municipal.

§ 2º São consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

Art. 3º Caberá aos Secretários Municipais a definição da relação de servidores que ficarão submetidos ao exercício de atividades laborais na modalidade de teletrabalho, conforme disposições do Decreto nº 098 de 21.08.2020.

§ 1º Permanecem inalteradas as regras atinentes aos servidores que se enquadram no grupo de risco, aos quais igualmente se aplicam as disposições do caput deste artigo.

§ 2º Os servidores responsáveis pelo desempenho das atividades de que trata o § 2º do artigo anterior, se forem os únicos na função poderão continuar a desempenhar as atividades de modo presencial, desde que o trabalho remoto seja inviabilizado por questões de ordem tecnológica, de logística ou inerentes à própria função, devidamente justificadas pelo Secretário da pasta.

§ 3º Em havendo mais de um servidor responsável pelo desempenho de atividade de que trata o § 2º do artigo anterior, quando a execução por modo remoto for inviabilizada por questões de ordem tecnológica, de logística ou inerentes à própria função, devidamente justificadas pelo Secretário da pasta, deverá ser adotado preferencialmente o revezamento presencial, designando os servidores para jornada parcial em teletrabalho.

Art. 4º Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 21 de agosto de 2020.

Marli Goretti Kammers  
Prefeita Municipal

# Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 005 DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616470

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/SC - CMDCA

EDITAL nº 005 de 20 de agosto de 2020

Convoca as entidades e organizações não governamentais para o fórum de eleição dos representantes da sociedade civil para compor a gestão 2020/2022 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó/SC – CMDCA Chapecó/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069/90, pela Lei Municipal Nº 6.296/2012 e pela reunião virtual extraordinária do dia 20 de agosto de 2020, Resolve:

Art. 1º Convocar as entidades e organizações não governamentais que atuam na área da criança e do adolescente do Município de Chapecó/SC, para participar do FÓRUM DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS para a eleição dos representantes da esfera Não-Governamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó/SC - Gestão 2020/2022.

Art. 2º O Fórum será realizado através de reunião virtual, no dia 10/10/2020, em primeira convocação às 14h00min, com 50% (cinquenta por cento) mais uma das entidades inscritas por segmento, e em segunda convocação às 14h15min, com qualquer número, sendo que o link de acesso será enviado aos participantes inscritos momentos antes do início.

Art. 3º Para concorrer a uma das vagas, as entidades deverão inscrever-se em um dos seguintes segmentos, previstos no Art. 12 - § 3º da Lei 6.296 de 19 de julho de 2012, conforme sua área de atuação, :

I - Segmento de atendimento à criança e ao adolescente (três vagas);

II - Segmento de Universidade com atuação no município (uma vaga);

III - Segmento de organizações sociais (duas vagas);

IV - Representante de associações profissionais da área (uma vaga).

§ 1º Só poderão participar do processo de eleição da representação do segmento de atendimento à criança e ao adolescente, as entidades que se encontram devidamente registradas junto ao CMDCA.

§ 2º Havendo o cancelamento do registro da entidade após o período de eleição das entidades não governamentais, a plenária do Conselho providenciará sua substituição.

§ 3º Consideram-se organizações sociais as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas para atividades de relevante valor social, que independem de concessão ou permissão do Poder Executivo, criadas por iniciativas de particulares, segundo modelo previsto em Lei, reconhecidas, fiscalizadas e fomentadas pelo Poder Público.

§ 4º Poderão concorrer às vagas do segmento de organizações sociais, aquelas que desenvolvam ações na área da infância e adolescência, descritas na ficha de inscrição (Anexo I).

Art. 4º Para concorrer a uma das vagas previstas no Art. 3º, a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Requerimento assinado pelo representante legal da entidade, indicando nome e assinatura do delegado que representará a entidade no processo eleitoral, conforme anexo I deste Edital;

II – Cópia do Estatuto Social da entidade, devidamente registrado em cartório (apenas para as entidades que não dispõe de cópia nos arquivos da Secretaria Executiva dos Conselhos ou que apresentarem alterações posteriores);

III – Ata de eleição da atual diretoria.

§ 1º As inscrições deverão ser feitas somente através do e-mail: cmdca@chapeco.sc.gov.br até o dia 24 de Setembro de 2020, mediante preenchimento do anexo I deste Edital, acompanhado da documentação constante no caput deste Artigo.

Art. 5º Terminado o prazo de inscrição, as entidades que se candidatarem tomarão conhecimento de sua habilitação através de relação a ser divulgada pela Secretaria Executiva dos Conselhos, no dia 28 de setembro de 2020.

§ 1º. Da decisão que indeferir a inscrição, caberá recurso dirigido à Comissão Eleitoral até o dia 30 de setembro de 2020.

§ 2º O resultado da análise de recursos interpostos perante a Comissão Eleitoral será divulgado no dia 03 de outubro de 2020, na Secretaria Executiva dos Conselhos, juntamente com a listagem das entidades aptas ao processo eleitoral.

Art. 6º Para a eleição, os delegados de cada segmento definirão, em comum acordo, as entidades eleitas. Em caso de não concordância, decidirão pelo formato da votação.

Art. 7º As entidades eleitas, terão um prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data da eleição, para indicação de forma definitiva dos representantes titulares e suplentes, conforme o caso, que irão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 8º No caso de haver a inscrição e participação de somente uma entidade de um determinado segmento no Fórum, estará automaticamente eleita e indicará o titular e o suplente.

Art. 9º O processo eleitoral será coordenado pela comissão de eleição, formada na plenária do CMDCA do dia 18 de junho de 2020.

Parágrafo Único: É vedada a participação dos membros da comissão responsável pelo processo eleitoral, como delegados das entidades.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão e, havendo necessidade, pela plenária do Conselho.

Chapecó/SC, 20 de agosto de 2020.

CassintiaSantinGasparetto  
Presidente do CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CHAPECÓ/CMDCA

ANEXO I

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhora Presidente,

Conforme Edital nº005/2020 do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, a entidade abaixo qualificada vem requerer a inscrição para concorrer à eleição das entidades Não-Governamentais para a gestão do CMDCA 2020/2022.

Nome da Entidade .....  
SIGLA: .....  
CNPJ: .....  
Endereço: Rua: ..... Nº .....  
Complemento: ..... Bairro: .....  
Cidade: ..... Estado: .....  
CEP: ..... Fone: .....  
FAX: ..... e-mail: .....

Assinale o Segmento que a Entidade Representa:

- ☐ I - Segmento de atendimento à criança e ao adolescente;  
☐ II - Segmento de Universidade com atuação no município;  
☐ III - Segmento de organizações sociais;  
☐ IV - Representante de associações profissionais da área

Obs.: O segmento de organizações sociais deverá descrever suas ações com crianças e adolescentes.

Nome do(a) Representante legal (presidente) da entidade: .....

RG: ..... CPF: .....

Assinatura: .....

Nome e assinatura do(a) Delegado(a) para o processo eleitoral: .....  
.....

RG: ..... CPF: .....

Assinatura: .....

Chapecó, SC, ..... de ..... de 2020.

## SINDICÂNCIA: PORTARIA N.º 8.971, DE 02 DE JUNHO DE 2020

Publicação Nº 2616479

Sindicância: Portaria n.º 8.971, de 02 de junho de 2020.

### JULGAMENTO

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.971, de 02 de junho de 2020, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Sindicante e o Parecer nº 1011/2020 da Procuradoria Geral do Município, para determinar a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à servidora pública municipal CLAIR BORTOLETTI, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, Matrícula nº. 45284, por infração aos incisos II, III, IV, IX e XI do art. 3º; aos incisos V e XXII do art. 4º e ao inciso V do art. 21, todos da Lei Complementar nº 617/2018 e por ter infringido o disposto nas alíneas "b" e "h" do art. 482 da CLT.

Nada mais.



Chapecó, 17 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**SINDICÂNCIA: PORTARIA Nº 8.694, DE 21 DE JANEIRO DE 2020**

Publicação Nº 2616473

Sindicância: Portaria nº 8.694, de 21 de janeiro de 2020.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.694, de 21 de janeiro de 2020, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e o Parecer Jurídico nº. 1012/2020 da Procuradoria Geral do Município, para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó, 17 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**SINDICÂNCIA: PORTARIA Nº 8.927, DE 29 DE ABRIL DE 2020**

Publicação Nº 2616475

Sindicância: Portaria nº 8.927, de 29 de abril de 2020.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.927, de 29 de abril de 2020, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e o Parecer Jurídico nº. 1009/2020 da Procuradoria Geral do Município, para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância.

Nada mais.

Chapecó, 17 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**SINDICÂNCIA: PORTARIA Nº 8.975, DE 02 DE JUNHO DE 2020**

Publicação Nº 2616481

Sindicância: Portaria nº 8.975, de 02 de junho de 2020.

**JULGAMENTO**

Estando os autos do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº 8.975, de 02 de junho de 2020, para julgamento final.

Analisando o conjunto probatório trazido nestes autos, resta a esta Autoridade acolher o Relatório Final da Comissão Processante e o Parecer Jurídico nº. 1008/2020 da Procuradoria Geral do Município, para determinar o ARQUIVAMENTO do presente Processo de Sindicância e a determinação para o cumprimento das demais sugestões do Relatório Final.

Nada mais.

Chapecó, 17 de agosto de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 62 DE 2020**

Publicação Nº 2617170

Portaria Nº 62/20

Dispõe sobre nomeação em cargo comissionado.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Nomear a senhora PATRICIA RAQUEL ZANCHETT para exercer cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, com vencimento de R\$ 3.689,88 (Três mil, seiscentos e oitenta e nove reais e oitenta e oito centavos).

Art. 2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 21 de agosto de 2020.

Gabinete do Presidente, em 21 de agosto de 2020

ILDO ADÃO ANTONINI
--------------------

Presidente
------------

**PORTARIA 61/2020**

Publicação Nº 2616487

**Portaria Nº 61/20**

*Estabelece Ponto Facultativo no âmbito da Câmara Municipal de Chapecó.*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Fica decretado no Poder Legislativo de Chapecó, ponto facultativo na segunda-feira do dia 24 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, em 21 de agosto de 2020.

ILDO ADÃO ANTONINI  
Presidente

# Cocal do Sul

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº. 280/2020

Publicação Nº 2615792

RESOLUÇÃO Nº. 280/2020, de 21 de agosto de 2020.

DISPOE SOBRE AS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, RICHARDSON VIEIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

CONSIDERANDO a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo vírus COVID-19 e a PORTARIA SES nº 592/2020, de 17 de agosto de 2020 e Ofício nº, 0423/2020/01PJ/URS:

**RESOLVE:**

Art. 1º As sessões ordinárias da Câmara serão realizadas de forma virtual, assim como as reuniões das Comissões Permanentes, por meio do aplicativo Zoom, por período indeterminado.

§ 1º As reuniões das Comissões e as sessões ordinárias virtuais ocorrerão nos dias e horários determinados no Regimento Interno da Câmara.

§ 2º A metodologia de discussão e de votação de matérias em reunião de comissões e em sessões ordinárias virtuais seguirão, no que couber, o que determina o Regimento Interno.

§ 3º O voto de cada Vereador será proferido após chamamento de cada um por parte de Presidente do Legislativo.

§ 4º Concluída a reunião de comissões ou a sessão ordinária, virtuais, será redigida ata que será assinada por todos posteriormente.

§ 5º Aplica-se às reuniões virtuais de comissão e às sessões ordinárias virtuais as disciplinas das sessões ordinárias presenciais, no que couber.

Art. 2º As sessões ordinárias virtuais serão gravadas e disponibilizadas no site do Poder Legislativo: [www.camaracocal.sc.gov.br](http://www.camaracocal.sc.gov.br).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Cocal do Sul, 21 de agosto de 2020.

RICHARDSON VIEIRA GIOVANA GALATO SANTA ROSA  
Presidente 1ª. Secretária

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte.

# Concórdia

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2020 – PMC

Publicação Nº 2616329

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2020 – PMC  
Aquisição de Bens

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de placas metálicas de trânsito e indicativas de logradouros, dispositivos complementares de sinalização viária ou de segurança para serem utilizados na sinalização de trânsito em toda a área do município de Concórdia, obedecendo ao que prevê a legislação de trânsito CTB - Código Brasileiro de Trânsito, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 09/09/2020.

Início da Sessão: dia 09/09/2020 às 08 h e 30 min, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 21 de agosto de 2020.

ELTON POLINA  
Secretário Municipal de Gestão Urbana

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2020 – PMC

Publicação Nº 2616391

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2020 – PMC  
Aquisição de Bens

Objeto: Aquisição de núcleos novos para o topo de postes metálicos já existentes e localizados em diversos pontos do Município, visando a instalação de luminárias do tipo LED, a fim de atender as demandas da Secretaria Municipal de Gestão Urbana, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até às 10h00min do dia 10/09/2020.

Abertura: dia 10/09/2020 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 21 de agosto de 2020.

ELTON POLINA  
Secretário Municipal de Gestão Urbana

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BE Nº 02/2020

Publicação Nº 2615922

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FEAS BE nº 02/2020

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos proveniente do Repasse Fundo a Fundo – SST/FEAS/Benefícios Eventuais, no valor de R\$ 38.265,30 (Trinta e oito mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos).



Concórdia SC, 20 de agosto de 2020.

ANA MARIA SELLA DA SILVA  
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

### **ERRATA AO AVISO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2020 – PMC**

Publicação Nº 2616366

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA-SC  
ERRATA AO AVISO AO EDITAL DE  
TOMADA DE PREÇOS Nº 25/2020 – PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Na publicação nº 2612327, veiculada no Diário Oficial dos Municípios, edição nº 3238, página 257, da data de 21 de agosto de 2020:  
Onde lê-se:

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 10/9/2020 AS 16h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 15/09/2020 AS 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 15/9/2020 AS 10h00min.

Abertura: dia 15/09/2020 às 14h00min.

Leia-se:

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 23/9/2020 AS 16h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 28/09/2020 AS 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 28/9/2020 AS 10h00min.

Abertura: dia 28/09/2020 às 14h00min.

Concórdia, SC, 21 de agosto de 2020.

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Planejamento

### **EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2020 – FMS**

Publicação Nº 2615878

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE  
LICITAÇÃO Nº 20/2020 – FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde, torna público que ratificou o ato do Senhor Leandro Boeira Zorzan, Diretor Administrativo e Financeiro, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 20/08/2020, para a Credenciamento de Clínicas Prestadoras de Serviços de Saúde para internações de pacientes do CAPS em comunidade terapêutica, conforme edital de Credenciamento nº 04/2018. a favor de ASSOCIACAO DEUS ESTA AQUI, no valor de R\$ 466.857,60 (quatrocentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e sete reais com sessenta centavos).

GEOVANI BEDIN  
Gestor do FMS

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2020 – PMC**

Publicação Nº 2616187

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE  
LICITAÇÃO Nº 20/2020 – PMC

O Secretário Municipal de Desporto e Cultura, torna público que ratificou o ato do Senhor Julio Gomes, Diretor de Cultura, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Art. 25, II da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 20/08/2020, para a prestação de serviços profissionais de assessoria para desenvolvimento dos trabalhos da gestão pública municipal em cultura relativos a lei federal de emergência cultural - Lei Aldir Blanc (Lei 14.017/2020).; a favor de VINHAS CONSULTORIA E ASSESSORIA CULTURAL LTDA no valor total de R\$ 1.490,00 (um mil e quatrocentos e noventa ).

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Desporto e Cultura

**IPRECON - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA****PORTARIA Nº 52/2020 - IPRECON**

Publicação Nº 2615842

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 52/2020, DE 6 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora ROSANE FÁTIMA SEBEM.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 6 de agosto de 2020, à servidora ROSANE FÁTIMA SEBEM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Especialista em Educação, nível 11.12, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro de Cargos do Magistério Público Municipal, matrícula nº 67091-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

ONEIDE BERTOLINI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 6 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA COLOMBO

Agente Administrativo

**PORTARIA Nº 53/2020 - IPRECON**

Publicação Nº 2615844

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 53/2020, DE 7 DE AGOSTO DE 2020.

Constitui e designa comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidoras integrantes do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, para efeitos de estágio probatório e Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal; dá outras providências.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e pelo Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto nos arts. 25, 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações; nos arts. 20 a 27 e 33 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações; nas Leis nºs. 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alterações e 5.269, de 10 de outubro de 2019; nos Decretos nºs. 4.068, de 26 de janeiro de 1999 e 5.705, de 14 de maio de 2012 e alteração.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidoras pertencentes ao Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, para efeitos de estágio probatório e Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, as servidoras abaixo, pertencentes ao Quadro Permanente de Cargos do IPRECON:

I – presidente: VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador;

II – membros:

a) DIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador;

b) MARGARETE PECINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo.

Parágrafo único. A avaliação das servidoras integrantes da comissão, para efeitos de Avaliação de Desempenho para fins de Promoção Horizontal, será efetuada pelos demais membros juntamente com a servidora ANA CAROLINA COLOMBO, ocupante do cargo de provimento



efetivo de Agente Administrativo.

Art. 3º Em face do disposto no art. 2º desta Portaria, conceder à servidora VANESSA DAIANE RIFFEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, do Quadro Permanente de Cargos do IPRECON, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o respectivo vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos na referida Comissão.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento do IPRECON.

Art. 5º Revogar a Portaria nº 1/2017, de 6 de janeiro de 2017.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

ONEIDE BERTOLINI  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 7 de agosto de 2020.

VANESSA DAIANE RIFFEL  
Administrador

## **PORTARIA Nº 54/2020 - IPRECON**

Publicação Nº 2615845

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 54/2020, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora ERCÍ MARLEI SCHWINGEL CESCO.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, no art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-A da Lei Complementar nº 164/1999, acrescido pela Lei Complementar nº 432, de 30 de setembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a partir de 10 de agosto de 2020, à servidora ERCÍ MARLEI SCHWINGEL CESCO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, 35 (trinta e cinco) horas semanais, nível 6-35-GTD1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 89338-02, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da última remuneração-de-contribuição da servidora no cargo referido e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

ONEIDE BERTOLINI  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 10 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA COLOMBO  
Agente Administrativo

## **PORTARIA Nº 55/2020 - IPRECON**

Publicação Nº 2615846

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – IPRECON

PORTARIA Nº 55/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

Concede Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição à servidora LIRINÊS SENSOLLO DALMOLIN.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 40, § 1º, III, "a" e § 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e nos arts. 30-A e seus parágrafos, 31, § 3º e 105, da Lei Complementar nº 164/1999.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora LIRINÊS SENSOLLO DALMOLIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível 10.12, 20 (vinte) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, matrícula nº 122416-04, Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, equivalentes a 100% da média aritmética simples das 80% maiores remunerações-de-contribuição, efetuadas desde julho de 1994, assegurado o reajustamento na mesma data e pelo mesmo índice aplicado aos benefícios do Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de agosto de 2020.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

ONEIDE BERTOLINI  
Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON, em 14 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA COLOMBO  
Agente Administrativo

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 203/2020

Publicação Nº 2615655

DECRETO Nº 203/2020

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e artigo 34, inciso II, da Lei Complementar n. 018/2001,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, do cargo de Assessor de Secretaria, a partir de 21 de agosto de 2020, a servidora DIANALINA BRITO CASTILLO.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 21 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

### EXTRATO CONTRATO ADM 56/2020

Publicação Nº 2616016

Extrato DO CONTRATO ADM 56/2020

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 87/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELI CNPJ 09.656.330/0001-04

DO OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação pelo prazo de 02 (dois) meses da vigência do Contrato Administrativo n. 87/2019, que possui o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO LUDOVICO JULIO TOZZO, CONTEMPLANDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA.

DA JUSTIFICATIVA: A prorrogação do prazo de vigência contratual justifica-se em razão da delonga para realização de vistoria e ligação da rede de energia elétrica pela CELESC, ocasionando atraso na execução de alguns serviços, bem como na verificação final de funcionamento desta rede.

DA VIGÊNCIA: Com a presente prorrogação o Contrato Administrativo n. 87/2019 estenderá seus efeitos até 09/10/2020.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO: o presente aditivo Contratual tem amparo no art. 57, §1º, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Julho de 1993.

Signatário: Carlos Alberto Tozzo e Joelma Moreto  
Cordilheira Alta/SC, 03/08/2020

### EXTRATO CONTRATO ADM 57/2020

Publicação Nº 2616047

Extrato DO CONTRATO ADM 57/2020

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 85/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, CNPJ n. 07.336.749/0001-53

DO OBJETO: Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação pelo prazo de 01 (um) mês da vigência do Contrato Administrativo n. 85/2019, que possui o seguinte objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE EXTENSÃO DE REDE DE BAIXA TENSÃO NAS RODOVIAS EMCA-020 E EMCA-211, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA, conforme justificativa que consta nos autos.

DA VIGÊNCIA: Com a presente prorrogação o Contrato Administrativo n. 85/2019 estenderá seus efeitos até 06/09/2020.

DO FUNDAMENTO JURÍDICO: O Presente aditivo Contratual tem amparo no art. 57, §1º, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Julho

de 1993.

Signatário: Carlos Alberto Tozzo e Paulo Delfino Pinto  
Cordilheira Alta/SC, 03/08/2020

## **PORTARIA N. 332/2020**

Publicação N° 2616340

PORTARIA N° 332/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dia de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Sra. Patricia Cenci, matrícula nº 1355902, ocupante do cargo de Farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/08/2020.

Cordilheira Alta/SC, 19 de agosto de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ZAIRE RODRIGUES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº142/2020

Publicação Nº 2616342

DECRETO N.º 142, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2020 e Lei Orçamentária Anual nº. 747 de 27/11/2019;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação na fonte de recurso 34 no valor de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais) na seguinte Programação de despesa:

06.01 – SECRET. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
20.606.2001	1.058	Ampliação da Patrulha Agrícola		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1034	85	99.000,00
Total				99.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Agosto de 2020.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº143/2020

Publicação Nº 2616343

DECRETO N.º 143, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2020, Lei Orçamentária Anual nº. 747 de 27/11/2019 e Lei Complementar Federal nº. 173 de 27/05/2020;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar por Excesso de Arrecadação nas fontes de recursos 52 e 53 no valor de R\$ 68.638,53 (sessenta e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta e três centavos) nas seguintes Programações de despesas:

05.01 – SECRET. MUNIC. DE TRANSP., OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
26.782.2601	2.012	Manutenção das Atividades Rodoviárias		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1053	157	40.000,00
Total				40.000,00

06.01 – SECRET. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição

20.606.2001	2.017	Manutenção das Atividades de Agricultura		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1053	151	28.638,53
Total				28.638,53

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Agosto de 2020.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº144/2020

Publicação Nº 2616354

DECRETO Nº. 144, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A abertura de crédito adicional SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2020 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994, Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2018/2021, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2020 e Lei Orçamentária Anual nº. 747 de 26/11/2019;

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) na seguinte Programação de despesa:

06.01 – SECRET. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
20.606.2001	2.017	Manut. das Ativ. Agric. E Meio Ambiente		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	89	800,00
Total				800,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos pela anulação parcial de dotações orçamentárias nas seguintes programações de despesas:

06.01 – SECRET. MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
Funcional/Prog	Projeto/Atividade	Descrição		
20.606.2001	2.017	Manut. das Ativ. Agric. E Meio Ambiente		
Classificação	Descrição	Fonte	Reduzido	Valor R\$
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	01.1000	87	800,00
Total				800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 19 de Agosto de 2020.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 758/2020**

Publicação Nº 2615740

LEI Nº 758 DE 12 DE AGOSTO DE 2020

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADEMIR MADELLA - Prefeito do Município de CORONEL MARTINS - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2021, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

**CAPÍTULO I****DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2021, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2021, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

**CAPÍTULO II****DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizem de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.
- IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com as Portarias conjuntas do STN, e despesas em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa;
- IV - Programa de Trabalho;
- V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;
- VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;
- VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade;
- IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;
- X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;
- XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;
- XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portarias conjuntas do STN

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Poder Executivo com fundos centralizados e Fundos descentralizados abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);



- Fundo Municipal de Assistência Social (centralizado);
- Fundo Municipal da Infância e Adolescência (centralizado);
- Fundo Municipal de Habitação (centralizado);
- Fundo Agropecuário Rural (centralizado);
- Fundo Municipal de Defesa Civil (centralizado)
- Fundo Municipal do Idoso (centralizado)

Art. 6º - mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - Texto da Lei;

II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2017 a 2019, fixada para 2020 e projetada para 2021 a 2023;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2019 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2021 a 2023;

IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;

VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2017 a 2019;

VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2021;

VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2017 a 2019, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;

IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2021 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.

Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2021, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar a definição da previsão da receita.

Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2021, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação de despesas com horas extras;

III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV - redução dos investimentos programados;

V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;

VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2021 a 10%(Dez por cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2021.

Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2020.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2021, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexos desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias, após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2021, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão



consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal, a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento, de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em de 02 exercícios 2019/2021, certificado por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2021, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2021, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes dos Anexos desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites, estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2021, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2021, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2020, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2021.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2021, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2020, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;
- j) - Demonstrativos das receitas e despesas.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

CORONEL MARTINS (SC), EM 12 DE AGOSTO DE 2020.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 123/2020

Publicação Nº 2615830

PORTARIA Nº. 123 DE 20 DE AGOSTO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

Considerando Portaria de retorno da servidora nº 039 de 24 de Março de 2020

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:  
01 – Para gozo de 24 (Vinte e Quatro) dias no período de 08 de Setembro de 2020 á 01 de Outubro de 2020

NOME	CARGO	REFERENCIA
Sandra Aparecida Scudella	Assistente Social	04/08/2018 á 03/08/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,  
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 20 de Agosto de 2020.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Chefe de Gabinete

## PORTARIA N° 124/2020

Publicação N° 2615985

PORTARIA N°. 124, DE 21 DE AGOSTO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

### CONSIDERANDO

- Lei complementar nº 040 de 29 de abril de 2014 Art. 113;
- Pedido formulado e protocolado pela servidora no dia 14/08/2020; e o deferimento feito pelo Chefe de Gabinete no dia 21/08/2020;
- Que do período de licença prêmio de 10/2016 á 10/2019 será contado apenas 22 dias uteis já que a servidora irá gozar a licença apenas em dias uteis, em dois dias por semana, sendo nas Quintas e Sextas Feiras;
- Princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e da economicidade; Resolve:

### CONCEDER:

Art. 1º Licença Prêmio a servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.  
01- Pelo período de 30 (Trinta) dias, sendo considerado 22 dias uteis pelo motivo de ser gozado apenas nas Quintas e sextas com gozo a partir do dia 17 de Setembro á 27 de Novembro de 2020. Conforme período abaixo:

FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
Carolina de Fatima de Jesus Madella	Auxiliar Administrativo	10/2016 á 10/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,  
em 21 de Agosto de 2020

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA N° 125/2020**

Publicação N° 2616694

PORTARIA N° 125, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público e da economicidade;

DESIGNA:

Art. 1º. A Sra. Cristiane Biazin, Servidora pública municipal, ocupante do Cargo de Técnico Administrativo Educacional, do Município de Coronel Martins/SC, para responder como Gestora junto a Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 21 Agosto de 2020

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SHUSTER  
Chefe de Gabinete

**Correia Pinto****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO DE PRORROGAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 04/2019 FMS**

Publicação N° 2616249

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 04/2019 FMS  
EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Instrumento: Contratos n° 368.1/2020 FMS e 369.1/2020 FHMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 00.802.002/0001-02.

Instrumento: Contratos n° 368.2/2020 FMS e 369.2/2020 FHMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 01.328.535/0001-59.

Instrumento: Contratos n° 368.3/2020 FMS, 369.3/2020 FHMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e DENTAL SHOW COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o n° 11.776.334/0001-78.

Instrumento: Contratos n° 368.4/2020 FMS, 369.4/2020 FHMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e FUFA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 07.164.711/0001-40.

Instrumento: Contratos n° 368.5/2020 FMS, 369.5/2020 FHMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e MF DE ALMEIDA E CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 05.021.932/0001-34.

Instrumento: Contratos n° 368.6/2020 FMS, 369.6/2020 FHMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e MEDEFE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES, inscrita no CNPJ sob o n° 25.463.374/0001-74.

Instrumento: Contratos n° 368.7/2020 FMS, 369.7/2020 FHMCP

Partes: Município de Correia Pinto/SC e METROMED COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 83.157.032/0001-22.

Instrumento: Contratos n° 368.8 /2020 FMS, 369.8/2020 FHMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 03.505.263/0001-40.

Instrumento: Contratos n° 368.9/2020 FMS, 369.9/2020 FHMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e SOMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no CNPJ sob o n° 05.531.725/0001-20.

Instrumento: Contratos n° 368.10/2020 FMS, 369.10/2020 FHMCP.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALARES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o n° 06.555.143/0001-46.

Objeto: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais médico-hospitalares para uso na fundo municipal de saúde, fundação hospitalar municipal e o corpo de bombeiros do município de correia pinto/sc, para o exercício de 2019/2020.

Vigência: 25/07/2020 à 25/09/2020.

CELSONO ALVES RIBEIRO  
Prefeito

**RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 44/2020 PMCP**

Publicação Nº 2616347

I RERRATIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA - PROCESSO Nº 44/2020 PMCP  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 3601 – Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a RERRATIFICAÇÃO ao edital do Concorrência Pública - Processo nº 44/2020 PMCP, alterando-se os seguintes descritivos:

Item 3, Do cadastro. 3.1.

Feitas as devidas correções e entendendo que estas não afetam a formulação das propostas pelas licitantes, em conformidade com o Art. 21, § 4º da Lei 8.666/93, mantem-se a data anteriormente marcada para a abertura dos envelopes, no dia 02/09/2020 às 14h30min, no mesmo local. O edital retificado encontra-se disponível no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 21 de agosto de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro

Prefeito

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO ADM 0014/2020**

Publicação Nº 2617915

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO****RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 0014/2020****DISPÕE SOBRE A SUSPENSÃO  
DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS NO ÂMBITO DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO SC.**

Tendo em vista a PORTARIA SES nº 592 de 17 de agosto de 2020 do Governo do Estado e diante da classificação da Região da Serra Catarinense como risco potencial gravíssimo, a Portaria prevê a suspensão do funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais a Mesa diretora RESOLVE:

Art. 1º. Ficam suspensas todas as atividades presenciais da Câmara Municipal pelo período de **quatorze dias**, contados a partir de 22 de agosto de 2020. Os trabalhos essenciais deverão ser realizados pelos servidores no regime de teletrabalho.

§. 1º. O atendimento ao público neste período será prestado através de meio eletrônico [secretaria@camaracorreiapinto.sc.gov.br](mailto:secretaria@camaracorreiapinto.sc.gov.br) ou telefônico através dos números 49991911701 / 992025579/ 991162511 e 49 991096278;

§ 2º. O retorno as atividades ficará condicionado a divulgação da avaliação semanal no site <https://www.coronavirus.sc.gov.br>.

Correia Pinto, 21 de agosto de 2020.

**Lucia Raquel Rodrigues Ortiz (MDB)**  
**Presidente**

**Amarildo dos Santos Ruivo (MDB)**  
**1º Secretário**

**Anildo do Nascimento (MDB)**  
**2º Secretário**

Rua Duque de Caxias, nº 3601 - Cep: 88535-000, Centro, Correia Pinto - SC

Fone: (49) 3243-1166 - E-mail: [camaracorreiapinto@gmail.com](mailto:camaracorreiapinto@gmail.com)

Página 1

[www.camaracorreiapinto.sc.gov.br](http://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br)

Este documento é cópia do original assinado digitalmente  
Para conferir o original, acesse o site <https://www.camaracorreiapinto.sc.gov.br/cei>, informe o código: 200821174022FAF50

# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO N° 1989/2020

Publicação N° 2615706

DECRETO N° 1989/2020

NOMEIA A SRA. DENISE ROSANE WEBER FRUCHTING, PARA OCUPAR O CARGO DE DIRETORA DA ESCOLA FRANCISCO MEES.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO que a nomeação de Diretora é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado a Sra. DENISE ROSANE WEBER FRUCHTING, para ocupar o cargo de Diretora.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1987/2020.

Gabinete do Prefeito de Corupá, 24 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA N° 5769/2020

Publicação N° 2615699

PORTARIA N° 5769/2020

LICENCIA A SRA. DENISE ROSANE WEBER FRUCHTING, DO CARGO DE PROFESSOR III – SÉRIES INICIAIS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinado com o art. 139 da Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009, e

Considerando indicação para assumir o cargo comissionado de Diretor Escolar, de livre nomeação e exoneração.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica licenciada a pedido, para assumir cargo comissionado, enquanto perdurar necessidade, a Sra. DENISE ROSANE WEBER FRUCHTING, do cargo de Professor III – Séries Iniciais.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar a partir de 14 de agosto de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
24 de agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ



# Cunha Porã

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 111, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2617299

DECRETO MUNICIPAL Nº 111, de 19 de agosto de 2020.

“DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO E DELIBERAÇÕES À RESPEITO DA LEI 14.017/2020 – LEI ALDIR BLANC NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros abaixo descritos para compor a comissão que acompanhará e deliberará a respeito da Lei nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc no âmbito municipal:

I - Representantes do Poder Executivo Municipal:

- André Renato do Nascimento
- Silvana de Vargas Lenz
- Eliane Maria Duranti Becker

II – Representantes da sociedade civil:

- Luciane de Oliveira Bueno
- Ketty Bichet
- Vanderlei Gonçalves

Art. 2º. O período de atividades desta comissão será da data de assinatura deste decreto até o envio final das prestações de contas sobre o recurso recebido e todo o seu fluxo de repasses.

Art. 3. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de agosto de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf  
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

### DECRETO Nº 112, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2618339

DECRETO MUNICIPAL Nº 112/2020.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO 2020 APROVADO PELA LEI Nº 2.837 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o Art. 7º, I e II da Lei Municipal nº 2.837, de 28 de novembro de 2019, e as disposições da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;

CONSIDERANDO os recursos do Superávit Financeiro do Exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro do exercício de 2019 no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade Orçamentária: 03.01 – ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ.: 28.846.0000.0.002 – Sentenças Judiciais

Mod. Aplicação: 3.3.90.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS

(1161) Fonte: 0.3.0.0.00.00 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, no valor de 70.000,00 (setenta mil reais) será utilizado o Superávit Financeiro do Exercício de 2019.

Art. 3º. Fica pelo presente Decreto, efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação de despesa, no órgão, Projeto e Atividade, conforme demonstrado abaixo:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.452.0014.2.023 – Manut. Das ações do Dpto. de Planejamento e Obras

Mod. Aplicação: 3.3.90.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS

(85) Fonte: 0.1.0.0.00.00 – Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 26.782.0017.2.030 – Manut. Das ações do Dpto. de Infraestrutura e Transporte

Mod. Aplicação: 3.3.90.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS

(102) Fonte: 0.1.0.0.00.00 – Recursos Ordinários ..... R\$ 120.000,00

Art. 4º. Os recursos para cobertura do presente Remanejamento, que trata o artigo anterior, será proveniente da anulação parcial das dotações orçamentárias, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), conforme especificação a seguir:

ORGÃO: 07 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Unidade Orçamentária: 07.01 – DPTO. DE PLANEJAMENTO E OBRAS

Proj./Ativ.: 15.452.0014.2.023 – Manut. Das ações do Dpto. de Planejamento e Obras

Mod. Aplicação: 3.1.90.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS

(84) Fonte: 0.1.0.0.00.00 – Recursos Ordinários ..... R\$ 50.000,00

Unidade Orçamentária: 07.02 – DPTO. DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 26.782.0017.2.030 – Manut. Das ações do Dpto. de Infraestrutura e Transporte

Mod. Aplicação: 3.1.90.0000 – APLICAÇÕES DIRETAS

(101) Fonte: 0.1.0.0.00.00 – Recursos Ordinários ..... R\$ 120.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de agosto de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf

Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

## DECRETO Nº 113, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2618342

DECRETO MUNICIPAL Nº 113, de 21 de agosto de 2020.

“PRORROGA O PRAZO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO À SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogadas, até o dia 24 de agosto de 2020, as medidas definidas nos Decretos Municipais nº 095 de 31 de julho e 098 de 4 de agosto de 2020, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor no dia 21 de agosto de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf  
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

## **DECRETO Nº 114, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2618355

DECRETO Nº 114, de 21 de agosto de 2020.

ALTERA COMPOSIÇÃO DISCIPLINAR NOMEADA PELO DECRETO Nº 087/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei Complementar nº 02/1990;

### **DECRETA:**

Art. 1º. Fica alterada a composição da Comissão Disciplinar nomeada pelo Art. 2º do Decreto nº 087 de 21 de julho de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º. Ficam nomeados os servidores: Any Francini Schmitt- Psicóloga Social, EDERSON LAUSCHNER– Professor de Ensino Fundamental, ROSANI SANTI BUENO – Professora de Ensino Fundamental, para, sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão Disciplinar encarregada de realizar o Processo Disciplinar instaurado no Art. 1º.”

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se,

Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra,

Marcia Rejane Markendorf  
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/2020

Publicação Nº 2616456

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 125/2020

Tipo de Licitação: Menor Preço Por Item

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, torna público, para quem interessar possa, que fará realizar licitação na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônico, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), do tipo Menor Preço Por Lote, o qual será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02, Decreto Federal 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal 5338/2020 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, e suas respectivas alterações e legislação aplicável, pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 426/2020, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA DAS SECRETARIAS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAL, sendo que a proposta deve ser apresentada até o dia e hora abaixo especificados.

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 04/09/2020

HORÁRIO LIMITE: até 15h.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 04/09/2020

HORÁRIO: às 15h01min.

Curitibanos, 20 de Agosto de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020

Publicação Nº 2617259

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020

O Fundo de Educação do Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO FURGÃO E VEICULO DE 7 LUGARES, PARA COMPOR A FROTA DE VEICULOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. CONFORME TERMO DE REFERENCIA ANEXO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 09/09/2020, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 16:00 horas do dia 09/09/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no setor de Licitações e Contratos, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Curitibanos, 21 de Agosto de 2020.

Joelma Aparecida Vargas

Presidente do Fundo

# Descanso

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - CREDENCIAMENTO N° 05/2020 - PMD

Publicação N° 2618353

MUNICIPIO DE DESCANSO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
CREDENCIAMENTO N° 5/2020

Objeto: Encontra-se aberto Edital de Credenciamento que destina-se a receber as inscrições para credenciamento de prestadores de serviços de retroescavadeira 4x4 e escavadeira hidráulica com no mínimo 14 toneladas, para execução de trabalhos de infraestrutura em atendimento a incentivos previsto na Lei Municipal 1.656/2018 e alterações posteriores, que dispõe sobre a concessão de incentivos econômicos e estímulos fiscais às empresas estabelecidas ou que se estabeleçam no Município de Descanso ou nele ampliem ou reativem suas atividades produtoras, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação para Credenciamento a partir da publicação do presente, a qualquer tempo, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br) Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 24 de agosto de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### 2º T.A. CONTRATO 13-2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 30-2017 - HMDC

Publicação Nº 2615663

ESTADO DE SANTA CATARINA  
HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
EXTRATO CONTRATUAL  
Aditivo Nº ..... : 2º TA 013-2017 - Contrato Nº: 013-2017  
Contratante...: HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA  
Contratada...: INSTITUTO SANTÉ  
Valor ..... : 142.395,67 (cento e quarenta e dois mil trezentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos)  
Vigência ..... : Início: 21/08/2020 Término: 01/09/2022  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 30/2017  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL QUE ATUE NA ÁREA DA SAÚDE PARA FAZER A GESTÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.  
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
PREFEITO MUNICIPAL  
Dionísio Cerqueira, 21 de Agosto de 2020

### DECRETO Nº 6091/2020

Publicação Nº 2615978

#### DECRETO Nº 6091/2020

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 25.056,00 (VINTE E CINCO MIL E CINQUENTA E SEIS REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, os preceitos do inciso I do artigo 13 da Lei Municipal 4.758/2019 de 16 de dezembro de 2019.

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Altera a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 25.056,00 (Vinte e cinco mil e cinquenta e seis reais), objetivando a criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos de convênio assinado com o município de Princesa – SC, o qual visa atendimento de crianças em regime de acolhimento, que se encontram em situação de risco e que necessitem ser afastadas do meio em que vivem.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º. Altera a Lei nº. 4.757, de 16 de dezembro de 2019 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 25.056,00 (Vinte e cinco mil e cinquenta e seis reais), objetivando a criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos de convênio assinado com o município de Princesa – SC, o qual visa atendimento de crianças em regime de acolhimento, que se encontram em situação de risco e que necessitem ser afastadas do meio em que vivem.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º. Altera a Lei nº. 4.758, de 16 de dezembro de 2019 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 25.056,00 (Vinte e cinco mil e cinquenta e seis reais) objetivando a criar dotações orçamentárias no decorrer do exercício financeiro mais especificadamente com recursos oriundos de convênio assinado com o município de Princesa – SC, o qual visa atendimento de crianças em regime de acolhimento, que se encontram em situação de risco e que necessitem ser afastadas do meio em que vivem.

**CAPÍTULO IV**  
**DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA**

Art. 4º. O Chefe do Poder Executivo promove a abertura de um Crédito Adicional Especial na importância R\$ 25.056,00 (Vinte e cinco mil e cinquenta e seis reais), em conformidade com o disposto abaixo especificado:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01 – ADMINISTRAÇÃO

08.243.0483.2.074 – Adm. Geral dos Bens e Serviços do Abrigo Infantil Beija Flor

3.1.90.00.00.00.0.1.1179 - Aplicações Diretas ..... R\$ 25.056,00

Total R\$ 25.056,00

Art. 5º Para a cobertura do crédito o Chefe do Poder Executivo Municipal utilizará o produto do provável excesso de arrecadação dos recursos na Fonte de Recursos 00.01.1179 - Transf. de Recursos de Municípios - Princesa, provenientes de convênio firmado entre os municípios de Dionísio Cerqueira e Princesa, em consonância com os prescritos na Lei Federal 4.320/64, art. 43, inciso II do § 1º e § 3º, bem como as demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 20 DE AGOSTO DE 2020.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M. no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

NORMÉLIO PÉRCIO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA 555/2020

Publicação Nº 2615974

PREFEITURA DE  
**DIONÍSIO  
CERQUEIRA**Secretaria Municipal de  
Administração e Finanças

## PORTARIA 555/2020

DESIGNA SERVIDORES E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS

**THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal (art. 84, inciso VII),

**Art. 1º.** Ficam designados os servidores, **VALMOR ESTEVÃO DA SILVA VIEIRA**, Matrícula nº3164, **THOMAS JEFERSON ALENCAR NITSCHÉ DALLANORA** Portaria nº 476/2011, Matrícula 170, e **GUILHERME HENRIQUE MARAN LIBARDONI**, CPF nº 043.987.729-60 para comporem, sob a presidência do primeiro, **COMISSÃO DE AVALIAÇÃO** dos bens abaixo relacionados que serão levados a leilão:

Item	Qtde.	Un.	Descrição
Lote 01	01	Un.	EQUIPAMENTOS LATICÍNIO CASTELHANA: TANQUE, ESTUFA, ANALISADOR, BOMBA, UNIDADE DE RESFRIAMENTO E OUTROS RETIRADA POR CONTA DO ARREMATANTE COMPRADOR NA LINHA CASTELHANA
Lote 02	01	Un.	CALDEIRA TUBULAR HORIZONTAL E VH E RESERVATÓRIO TÉRMICO TERMOMAX RETIRADA POR CONTA DO ARREMATANTE COMPRADOR NO ENDEREÇO RUA VEREADOR JOÃO VERONA 322 HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA.
Lote 03	01	Un.	GERADOR DE VAPOR BREMER HBV.5, ANO 1998, CAP. 90 KG/H
Lote 04	01	Un.	APROX. 30 TABLETS MULTILASER ML SUPRA QUAD
Lote 05	01	Un.	TANQUE ISOTERMICO DE COLETA DE LEITE A GRANEL CAP.:8000 LITROS
Lote 06	01	Un.	SUCATA DE FIAT SIENA 6 MARCHAS, 1998/1999, PL.: IIV9H71 (SC), CH.: 8AP178530W4105714
Lote 07	01	Un.	BETONEIRA S/MOTOR
Lote 08	01	Un.	SUCATA DE CHEVROLET ASTRA GL, 2001/2001, PL.: FRT2703 (SC), CH.: 9BGGT08C01B222708
Lote 09	01	Un.	TALHA P/ FABRICA DE TUBOS
Lote 10	01	Un.	2 CAPAS P/ROLO COMPACTADOR

§ primeiro – a avaliação deverá ser relatada de forma circunstanciada, contemplando o *status* geral dos bens.

§ segundo – para a expedição do competente laudo, os Srs. *Experts* nomeados poderão servir-se, subsidiariamente, de todos os elementos que julgarem necessários, a fim de bem apurarem e fixarem o valor dos.

**Art. 2º.** O resultado deverá ser apresentado em forma de **LAUDO DE AVALIAÇÃO** em duas vias.

**Art. 3º.** As despesas decorrentes desta portaria correrão à conta da dotação orçamentária em execução.

**Art. 4º.** A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, aos 21 dias do mês de agosto de 2020.

**THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES**

Prefeito Municipal

*Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios, e na forma da Lei.*

Normélio Pércio

Secretário de Administração e Finanças



**Dona Emma****PREFEITURA****COMUNICAÇÃO SAÚDE - COMISSÃO**

Publicação Nº 2616045

De: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Para: SECRETARIA DA SAÚDE

ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DAS INSCRIÇÕES RELATIVO AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020 DO MUNICÍPIO DE DONA EMMA.

Vimos por intermédio do presente encaminhar a ficha de inscrição relativo ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020 do Município de Dona Emma.

ITEM	CANDIDATO	CARGO
01	Fabiana Ferreira da Silva	Técnico em Enfermagem

Dona Emma, 21 de agosto de 2020

\_\_\_\_\_  
ANGELA APARECIDA DE CAMARGO DÉBORA PETRY  
Chefe de Gabinete Diretora de Administração

Recebi em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**DECRETO Nº 077/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2618304

DECRETO Nº 077/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas em âmbito municipal, e dá outras providências.

NERCI BARP, Prefeito Municipal de Dona Emma, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do art. 79 da Lei Orgânica do Município, de 31 de março de 1990, ainda

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do Coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 e suas alterações, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao Coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Alerta 069 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 18/08/2020;

CONSIDERANDO a Resolução DIR 012/2020 da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, de 20 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO as peculiaridades locais relativas ao funcionamento dos serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO os serviços públicos essenciais estabelecidos nos Decretos Federal nº 10.282/2020 e Estadual nº 562/2020, e em suas normativas complementares;

DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas, por 14 (quatorze) dias a contar de 24 de agosto de 2020, as medidas sanitárias de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19 determinadas pelo Decreto Municipal nº 026/2020 de 19 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Dona Emma, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19; no que não conflitam com as medidas determinadas no presente decreto.

Art. 2º Fica suspenso, por 14 (quatorze) dias a contar de 24 de agosto de 2020, o funcionamento dos serviços públicos municipais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais.

§ 1º Consideram-se serviços públicos essenciais os previstos nos Decretos Federal nº 10.282/2020 e Estadual nº 562/2020, e em suas normas complementares, bem como os disciplinados neste Decreto e os que vierem a ser considerados como essenciais como os elencados no Anexo.

§ 2º São consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dona Emma (SC), 21 de agosto de 2020.

NERCI BARP  
Prefeito Municipal

Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 1540/2017, de 19 de setembro de 2017.

RUBENS STANKE  
Contabilista, respondendo pelo expediente da Secretaria de  
Administração, Finanças e Planejamento  
ANEXO  
ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

I – Serviços de assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – Serviços de assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – Serviços e atividades de segurança pública;

IV – Órgão e atividades da defesa civil;

V - Telecomunicações e internet;

VI - Captação, tratamento e distribuição de água;

VII – Captação, tratamento e destinação de esgoto e lixo;

VIII - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia;

IX - Iluminação pública;

X - Serviços funerários;

XI - Vigilância sanitária, epidemiológica e fitossanitária;

XII - Inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XII - Controle de trânsito;

XIII - Fiscalização ambiental;

XIV - Atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;

XV - Atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativa ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e demais atividades essenciais.

NERCI BARP  
Prefeito Municipal

## RESULTADO PROVISÓRIO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020

Publicação N° 2616046

### RESULTADO PROVISÓRIO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2020

#### Lista de Classificação do Processo Seletivo Simplificado 001/2020

Visto a realização de Processo Seletivo Simplificado 001/2020, com a necessidade de contratação para as vagas temporárias de Técnico em Enfermagem do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde de Dona Emma, e considerando que no edital previa a 2 (duas) vagas, informamos que houve apenas 1 (uma) inscrição.

Sendo assim, após a avaliação e análise da documentação solicitados no Edital, apresentamos a CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA do Processo Seletivo Simplificado 001/2020, do Município de Dona Emma:

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTOS TEMPO DE SERVIÇO	PONTOS CURSO APERFEIÇO- AMENTO	PONTUAÇÃO TOTAL
01	Fabiana Ferreira da Silva	2,5	8,7	11,2

Dona Emma, 21 de agosto de 2020

OLIANI ALVES DE SOUSA  
Chefe da Unidade de Saúde

SUELEN SUAVE DAIANE PETRY  
Enfermeira Enfermeira

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### DECRETO - 63/2020

Publicação Nº 2616403

DECRETO Nº 063, de 21 de agosto de 2020.

Amplia o prazo de suspensão das aulas presenciais da rede pública e privada de ensino no âmbito do município de Doutor Pedrinho.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

CONSIDERANDO que as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos – EJA, ensino técnico e ensino superior no âmbito do município de Doutor Pedrinho estão suspensas desde 19 de março de 2020 em decorrência da Pandemia de Covid-19;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta nº 612/2020/SED/SES, de 19 de agosto de 2020, prorrogando até 12 de outubro de 2020 a suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino profissional, em todos os níveis e modalidades, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, em todo o território catarinense.

#### DECRETA:

Art.1º. Permanecem suspensas até o dia 12 de outubro de 2020, as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos – EJA, ensino técnico e ensino superior no âmbito do município de Doutor Pedrinho, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de agosto de 2020; 32º ano de Fundação; 31º ano de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho

O presente decreto foi devidamente registrado e publicado na forma determinada pela legislação vigente.

TARCÍSIO LENZI  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 64/2020

Publicação Nº 2617266

DECRETO Nº 064, de 21 agosto de 2020.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,15.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita de Doutor Pedrinho/SC, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 917, de 23 de dezembro de 2019;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado a proceder à suplementação, no valor de até R\$ 1.000,15 (um mil reais e quinze centavos), do Superávit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2020 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 917, de 23/12/2019):

08.002.27.812.0050.2018	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
08.002.27.812.0050.2018	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
08.002.27.812.0050.2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR	
300000	DESPESAS CORRENTES	

330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.000,15
TOTAL		1.000,15
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.000,15

Art. 2º - Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superávit Financeiro ----- R\$ 1.000,15

Fonte de Recurso	Descrição Fonte Recursos	Valor
3000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.000,15
TOTAL		1.000,15

Art. 3º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 21 de agosto de 2020; 32o ano de Fundação; 31o ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho - SC, 21 de agosto de 2020.

TARCISO LENZI  
Chefe de Gabinete

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020**

Publicação Nº 2615823

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – SUPRESSÃO DE ITENS E QUANTITATIVOS**

**Considerando-se:**

- a contratação mediante sujeição mútua as normas constantes das Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislação pertinente, a Licitação de Edital de Concorrência nº 60/2019, e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 043/2020;
- a necessidade de alteração no quantitativo de itens sendo a exclusão de itens previstos no Projeto Básico licitado;
- o Parecer Técnico favorável a alteração contratual emitido pela Engenharia da municipalidade anexo a este termo, esmiuçando as razões de ordem técnica para a supressão;
- a previsão legal para aditivos, nos limites e condições ora apresentados, especificamente no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666, o qual aduz:

“ Art. 65...

*§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.”*

As partes, de um lado **MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com sede na Rua Brasília, nº 2- Centro, Doutor Pedrinho - SC, representado por sua Prefeita, Sra. Simoni Mércia Mesch Nones, abaixo denominado **MUNICÍPIO** e

**TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.535.370/0001-02, com endereço à Rua Ruy Barbosa, nº 783, Bairro Capitais, cidade de Timbó - SC, CEP: 89.120-000, representada por JARDEL FLORIANI, Brasileiro, CPF nº 003.688.079-59, cargo de Sócio Administrador, endereço residencial na Rua Bulgária, nº 214, Bairro das Nações, cidade de Timbó - SC doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**,

resolvem de comum acordo, celebrar termo aditivo ao contrato em epígrafe, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO:**

- 1.1 - Fica suprimido do objeto de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 043/2020, os seguintes itens e quantitativos:

**ITENS A SUPRIMIR DO CONTRATO**

Item	Código SINAPI	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unt.	BDI	Preço unt. Com BDI	Valor Total
1.8.1.1	72947	SINALIZACAO HORIZONTAL COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRILICA COM MICROESFERAS DE VIDRO	M²	48,12	11,07	21%	13,39	644,32
1.8.1.2	5213362 SICRO	TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL – FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	UN	02	33,19	21%	40,15	80,30
1.8.2.1	012 COMPOSIÇÃO	TUBO GALVANIZADO PARA FIXAÇÃO DE PLACA, INCLUSIVE ESCAVAÇÃO E BASE DE CONCRETO	UN	03	121,01	21%	146,42	439,26
1.8.2.2	5213572 SICRO	FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE PLACA DE AÇO – PELÍCULA III + III	M²	1,12	300,43	21%	363,52	436,22
TOTAL								1.600,10

1.2 – Em razão das alterações, na forma tratada no item anterior, fica suprimido o valor de R\$ **R\$ 1.600,10 (Um mil, seiscentos reais e dez centavos)** do valor total previsto na Clausula Terceira do Contrato Administrativo nº 043/2020.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, em 20 de agosto de 2020.

**SIMONI MÉRCIA MESCH NONES**  
PREFEITA MUNICIPAL

**JARDEL FLORIANI**  
TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA

**RONI ANDREAS MAEDA HASSLER**  
ASSESSOR JURÍDICO  
OAB/SC 52.912

**GESTOR/FISCAL DO CONTRATO**  
ELIZEU RODRIGUES TAVARES

Testemunhas:

**TARCÍSIO LENZI**

**ALLISON DA LUZ**



**REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020**

Publicação Nº 2616850

**MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO - SC**  
**REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2020**

Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 06/2020

Pregão Presencial nº 07/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA DE GÁS MEDICINAL (OXIGÊNIO), COM FORNECIMENTO EM TUBO CILINDRO EM REGIME DE COMODATO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fornecedor: NANDIS - TRANSPORTES E COMERCIO DE GASES ATMOSFERICOS LTDA					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
1	RECARGA	02	OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO EM TUBO CILINDRO, EM REGIME DE COMODATO, TUBO COM CAPACIDADE PARA 01 M³.	NANDIS	R\$ 67,00	R\$ 134,00
2	RECARGA	50	OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO EM TUBO CILINDRO, EM REGIME DE COMODATO, TUBO COM CAPACIDADE PARA 03 M³.	NANDIS	R\$ 82,00	R\$ 4.100,00
3	RECARGA	06	OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO EM TUBO CILINDRO, EM REGIME DE COMODATO, TUBO COM CAPACIDADE PARA 07 M³.	NANDIS	R\$ 112,00	R\$ 672,00
4	RECARGA	12	OXIGÊNIO MEDICINAL, COM FORNECIMENTO EM TUBO CILINDRO, EM REGIME DE COMODATO, TUBO COM CAPACIDADE PARA 10 M³.	NANDIS	R\$ 132,00	R\$ 1.584,00
<b>TOTAL DO FORNECEDOR:</b>					<b>R\$ 6.490,00</b>	

Prazo de Validade da Ata: 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

Data da assinatura da Ata: 24 de fevereiro de 2020.

Doutor Pedrinho/SC, 21 de agosto de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

# Entre Rios

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 280/2020

Publicação N° 2616160

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº280 de 18 de agosto de 2020

DECLARA A EFETIVAÇÃO NO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM FITOTERÁPICO, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSELI FERNANDES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e legislações pertinentes:

CONSIDERANDO, que a Servidora passou por todas as avaliações do estágio probatório;

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica DECLARADO, que em 01 de novembro de 2019, a Servidora Pública Municipal SIRLEY DE OLIVEIRA, torna-se Efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem Fitoterápico, 40 horas semanais, Titulada, em função do cumprimento de Estágio Probatório, e em decorrência de Concurso Público.

Artigo 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos em 01 de novembro de 2020.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, 18 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N° 281/2020

Publicação N° 2616166

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº281 de 18 de agosto de 2020

DECLARA A EFETIVAÇÃO NO CARGO DE VIGIA, O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDSON RIBEIRO LEMOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e legislações pertinentes:

CONSIDERANDO, que o Servidor passou por todas as avaliações do estágio probatório;

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica DECLARADO, que em 07 de dezembro de 2019, o Servidor Público Municipal EDSON RIBEIRO LEMOS, torna-se Efetivo no cargo de Vigia, 40 horas semanais, Titulado, em função do cumprimento de Estágio Probatório, e em decorrência de Concurso Público.

Artigo 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos a partir de 07 de dezembro de 2019.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, 18 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 282/2020**

Publicação N° 2616170

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº282 de 18 de agosto de 2020

DECLARA A EFETIVAÇÃO NO CARGO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DE MECÂNICO, O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FELIPE GIACOMETTIO DOS PASSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e legislações pertinentes:

CONSIDERANDO, que o Servidor passou por todas as avaliações do estágio probatório;

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica DECLARADO, que em 13 de fevereiro de 2020, o Servidor Público Municipal FELIPE GIACOMETTI DOS PASSOS, torna-se Efetivo no cargo de Vigia, 40 horas semanais, Titulado, em função do cumprimento de Estágio Probatório, e em decorrência de Concurso Público.

Artigo 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos a partir de 13 de fevereiro de 2020.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, 18 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 283/2020**

Publicação N° 2616176

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº283 de 18 de agosto de 2020

DECLARA A EFETIVAÇÃO NO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCILENE ARNO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e legislações pertinentes:

CONSIDERANDO, que a Servidora passou por todas as avaliações do estágio probatório;

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica DECLARADO, que em 03 de abril de 2020, a Servidora Pública Municipal LUCILENE ARNO, torna-se Efetivo no cargo de Técnico em Enfermagem Fitoterápico, 40 horas semanais, Titulada, em função do cumprimento de Estágio Probatório, e em decorrência de Concurso Público.

Artigo 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos em 03 de abril de 2020.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, 18 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 284/2020**

Publicação N° 2616182

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS

Portaria nº284 de 18 de agosto de 2020

DECLARA A EFETIVAÇÃO NO CARGO DE ENFERMEIRA, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALINE FAVERO NUNES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JURANDI DELL OSBEL, Prefeito Municipal de Entre Rios, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e legislações pertinentes:

CONSIDERANDO, que a Servidora passou por todas as avaliações do estágio probatório;

**RESOLVE:**

Artigo 1º. Fica DECLARADO, que em 18 de julho de 2020, a Servidora Pública Municipal ALINE FAVERO NUNES, torna-se Efetivo no cargo de Enfermeira, 40 horas semanais, Titulada, em função do cumprimento de Estágio Probatório, e em decorrência de Concurso Público.

Artigo 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos em 18 de julho de 2020.

Artigo 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Entre Rios/SC, 18 de agosto de 2020.

JURANDI DELL OSBEL  
Prefeito Municipal

# Ermo

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 063, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616141

DECRETO N.º 063, de 19 de Agosto de 2020.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 466/19, de 13/11/2019 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

07.01 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

08.244.0039.2.020– Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0110 (69) – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, ocorrerá por conta do excesso de arrecadação de recursos da fonte 0110 (Transf. Fundo Assis. Social) no valor de R\$50.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 19 de Agosto de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA 005/2020

Publicação N° 2616293

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório n° 061/2020  
Edital de Tomada de Preços n° 005/2020

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS a ser Processada e Julgada em conformidade com a Lei Federal n° 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Pavimentação Asfáltica com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado Quente) em Rua do Município de Erval Velho, conforme projeto e memorial descritivo constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 09 de setembro de 2020.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### AVISO DE PUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.0001/2020 FMS

Publicação Nº 2615732

AVISO DE PUBLICAÇÃO DE  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 0001/2020-FMS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, cidade Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que realizará Licitação Pública na Modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, do tipo MELHOR TÉCNICA E PREÇO regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, objetivando aquisição de um APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA e estará recebendo os Envelopes para habilitação, Técnica e proposta de preços até as 08h15m do dia 09 de OUTUBRO de 2020, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e, às 08h30m, deste mesmo dia, e, no mesmo local, fará a abertura dos envelopes da documentação da proposta técnica e das propostas de preços dos interessados. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados, no Departamento Municipal de Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, Cidade que lhe empresta o nome, ou pelo telefone 0xx49-34364300, no horário das 08h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m ou junto ao sítio [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br).

Faxinal dos Guedes/SC, 21 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

### AVISO DE REPUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0026/2020

Publicação Nº 2616310

AVISO DE REPUBLICAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0026/2020  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que REPUBLICA o Edital da licitação pública, regida pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0026/2020 – Melhor Preço – Preço Global, visando registro de preços para CONTRATAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA, mantidas as quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h00m às 13h30m horas do dia 03 de setembro de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 13h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 21 de agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 175/2020

Publicação Nº 2615955

DECRETO Nº 175/2020.  
DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO E O SISTEMA DE E-OUV MUNICÍPIOS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 66, inciso III da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços da Administração Pública;

CONSIDERANDO ainda que a referida Lei traz em seu bojo uma série de obrigações ao encargo do Poder Público Municipal, cabendo a este sua regulamentação e aplicação no âmbito do Poder Público Municipal;

CONSIDERANDO por fim o interesse público, objeto maior da Administração Pública Municipal, cujo titular, que é o cidadão, será amplamente beneficiado com a regulamentação da legislação supra citada;

**DECRETA:**

Art. 1º - Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:

I - presunção de boa-fé;

II - compartilhamento de informações, nos termos da Lei;

III - eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido;

IV - aplicação de soluções tecnológicas que visem simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações;

V - utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos;

VI - articulação com o Governo Federal, com os Estados e com os outros Municípios da Federação, bem como com os outros Poderes, para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.

Parágrafo Único. Usuários dos serviços públicos são as pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, diretamente atendidas por serviço público.

**Capítulo I****DA CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO**

Art. 2º - Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal que prestam atendimento aos usuários dos serviços públicos, direta ou indiretamente, deverão elaborar e divulgar Carta de Serviços ao Cidadão, no âmbito de sua esfera de competência.

§ 1º A Carta de Serviços ao Cidadão tem por objetivo informar aos usuários dos serviços prestados pelo órgão ou pela entidade do Poder Executivo Municipal as formas de acesso a esses serviços e os compromissos e padrões de qualidade do atendimento ao público.

§ 2º Da Carta de Serviços ao Cidadão, deverão constar informações claras e precisas sobre cada um dos serviços prestados, especialmente as relativas:

I - ao serviço oferecido;

II - aos requisitos e aos documentos necessários para acessar o serviço;

III - às etapas para processamento do serviço;

IV - ao prazo para a prestação do serviço;

V - à forma de prestação do serviço;

VI - à forma de comunicação com o solicitante do serviço;

VII - aos locais e às formas de acessar o serviço.

§ 3º Além das informações referidas no § 2º deste artigo, a Carta de Serviços ao Cidadão deverá, para detalhar o padrão de qualidade do atendimento, estabelecer:

I - os usuários que farão jus à prioridade no atendimento;

II - o tempo de espera para o atendimento;

III - o prazo para a realização dos serviços;

IV - os mecanismos de comunicação com os usuários;

V - os procedimentos para receber, atender, gerir e responder às sugestões e reclamações;

VI - as etapas, presentes e futuras, esperadas para a realização dos serviços, incluídas as estimativas de prazos;

VII - os mecanismos para a consulta pelos usuários acerca das etapas, cumpridas e pendentes, para a realização do serviço solicitado;

VIII - outras informações julgadas de interesse dos usuários.

**Capítulo II****DA OUVIDORIA MUNICIPAL**

Art. 3º - As ouvidorias terão como atribuições precípua, sem prejuízo de outras estabelecidas em regulamento específico:

I - promover a participação do usuário na administração pública, em cooperação com outras entidades de defesa do usuário;

II - acompanhar a prestação dos serviços, visando a garantir a sua efetividade;

III - propor aperfeiçoamentos na prestação dos serviços;

IV - auxiliar na prevenção e correção dos atos e procedimentos incompatíveis com os princípios estabelecidos nesta lei;

V - propor a adoção de medidas para a defesa dos direitos do usuário, em observância às determinações desta lei;

VI - receber, analisar e encaminhar às autoridades competentes as manifestações, acompanhando o tratamento e a efetiva conclusão das manifestações de usuário perante órgão ou entidade a que se vincula;

VII - promover a adoção de mediação e conciliação entre o usuário e o órgão ou a entidade pública, sem prejuízo de outros órgãos competentes.

Art. 4º - Com vistas à realização de seus objetivos, as ouvidorias irão:

I - receber, analisar e responder, por meio de mecanismos proativos e reativos, as manifestações encaminhadas por usuários de serviços públicos;

II - elaborar, anualmente, relatório de gestão, que deverá consolidar as informações mencionadas no inciso I, e, com base nelas, apontar falhas e sugerir melhorias na prestação de serviços públicos.

Art. 5º - O relatório de gestão de que trata o inciso II do caput do art. 14 deverá indicar, ao menos:

I - o número de manifestações recebidas no ano anterior;

II - os motivos das manifestações;

III - a análise dos pontos recorrentes; e

IV - as providências adotadas pela administração pública nas soluções apresentadas.

Parágrafo único. O relatório de gestão será:

I - encaminhado à autoridade máxima do órgão a que pertence a unidade de ouvidoria;

II - disponibilizado integralmente na internet.



Art. 6º - A ouvidoria encaminhará a decisão administrativa final ao usuário, observado o prazo de trinta dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

Parágrafo Único. Observado o prazo previsto no caput, a ouvidoria poderá solicitar informações e esclarecimentos diretamente aos agentes públicos do órgão ou entidade a que se vincula, e as solicitações devem ser respondidas no prazo de vinte dias, prorrogável de forma justificada uma única vez, por igual período.

#### DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Art. 7º - Cabe aos Órgãos de Controle do Poder Público Municipal (Rede de Ouvidorias, Corregedoria Geral do Município e Controladoria Geral do Município) zelar pelo cumprimento do disposto neste Decreto e adotar as providências para a responsabilização dos servidores públicos e de seus superiores hierárquicos, que praticarem atos em desacordo com suas disposições.

#### Capítulo IV

##### DA DIVULGAÇÃO AOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Art. 8º - A Carta de Serviços ao Usuário, a forma de acesso, as orientações de uso e as informações sobre os serviços prestados ao Cidadão, deverão ser objeto de permanente divulgação e mantidos visíveis e acessíveis ao público nos portais institucionais e de prestação de serviços na internet.

#### Capítulo VIII

##### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 9º - As despesas decorrentes com a execução do presente Decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 10º - Este Decreto entra na data de sua publicação.

Art. 11º - Ficam revogadas as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de Maio de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes/SC

**DECRETO Nº 224/2020**

Publicação Nº 2615960

**FAXINAL DOS GUEDES - SC**  
**GOVERNO MUNICIPAL**

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

**DECRETO Nº 0224/2020.**

**REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A LEI FEDERAL Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS JURÍDICAS PELA PRÁTICA DE ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**GILBERTO ANGELO LAZZARI**, Prefeito Municipal do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**DECRETA:****CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º.** Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal.

**CAPÍTULO II**  
**DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA****Seção I**  
**Disposições Gerais**



## FAXINAL DOS GUEDES - SC

### GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

**Art. 2º.** A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**Art. 3º.** A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é da autoridade máxima do órgão ou da entidade municipal em face da qual foi praticado o ato lesivo.

**Parágrafo único** - a competência de que trata o caput será exercida de ofício ou mediante provocação e poderá ser delegada, sendo vedada a subdelegação.

### Seção II

#### Do Processo Administrativo de Responsabilização

**Art. 4º.** O processo administrativo de que trata o artigo 2º deste decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

### Subseção I

#### Da Instauração, Tramitação e Julgamento

**Art. 5º.** A instauração do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

- I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;
- II - a indicação do membro que presidirá a comissão;
- III - o número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados; e
- IV - o prazo para conclusão do processo.

**Art. 6º.** O Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa – PAR, será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades, com **independência** e **imparcialidade**, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.



## FAXINAL DOS GUEDES - SC

### GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax - 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 - FAXINAL DOS GUEDES - SC.

**Art. 7º.** O prazo para conclusão do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa - PAR, não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por meio de solicitação do presente da comissão à autoridade instauradora, que decidirá de forma fundamentada.

**Art. 8º.** Instaurado o Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa - PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

**Parágrafo único** - deverá constar no mandado de intimação:

- I - a identificação da pessoa jurídica;
- II - a indicação do órgão ou entidade envolvido na ocorrência e o número do processo administrativo de responsabilização;
- III - a descrição objetiva dos atos lesivos supostamente praticados contra a Administração Pública Municipal;
- IV - a especificação das provas utilizadas pela comissão do PAR para imputar responsabilidade à pessoa jurídica;
- V - a informação de que a pessoa jurídica tem o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa escrita e específicas provas; e,
- VI - a identificação da comissão com a indicação do local onde ela se encontra instalada.

**Art. 9º.** As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada

**Parágrafo único** - estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do caput, será feita nova intimação por meio de edital.

**Art. 10.** Na hipótese de a pessoa jurídica requerer a produção de provas em sua defesa, à comissão processante fixará prazo razoável para sua produção.

**Parágrafo único** - serão recusadas, mediante decisão fundamentada, provas propostas pela pessoa jurídica que sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.



## FAXINAL DOS GUEDES - SC

### GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

**Art. 11.** O depoimento de testemunhas observará o procedimento previsto na legislação municipal que regulamenta a matéria, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil.

**Art. 12.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

**Art. 13.** Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

**Art. 14.** Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

§ 1º - o relatório final do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa – PAR, será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

§ 2º - a comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

§ 3º - na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa - PAR.

**Art. 15.** Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

**Art. 16.** Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município e no respectivo sítio eletrônico.



## **FAXINAL DOS GUEDES - SC**

### **GOVERNO MUNICIPAL**

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

**Art. 17.** A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

**Parágrafo único** - mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no caput, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS**

##### **Seção I** **Disposições Gerais**

**Art. 18.** As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013:

- I - multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa; e
- II - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

##### **Seção II** **Da Multa**

**Art. 19.** A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**Art. 20.** Para o cálculo da multa, devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

**§1º** - a existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.



## **FAXINAL DOS GUEDES - SC**

### **GOVERNO MUNICIPAL**

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

**§2º** - o valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

**Art. 21.** O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

**§1º** - caso não seja possível utilizar o critério do valor faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa - PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

**§2º** - em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.

**Art. 22.** O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 17.

### **Seção III**

#### **Da publicação Extraordinária da Decisão Administrativa Sancionadora**

**Art. 23.** A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**





## FAXINAL DOS GUEDES - SC

### GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

**Art. 24.** Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

**Parágrafo único** - o programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal 12.846, de 2013.

### CAPÍTULO V

#### DO ACORDO DE LENIÊNCIA

**Art. 25.** O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº 8.666, de 1993, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

**Art. 26.** Compete à autoridade máxima do órgão municipal responsável pelo controle interno celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo municipal, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013, sendo vedada a sua delegação.

**Art. 27.** O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

**§1º** - a proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa - PAR.





## FAXINAL DOS GUEDES - SC

### GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

§ 2º - A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa - PAR.

§3º - a apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:

I - a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II - o resumo da prática supostamente ilícita; e

III - a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§4º - uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do art. 26 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, relacionados aos fatos objeto do acordo.

**Art. 28.** Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por dois servidores estáveis para a negociação do acordo.

**Art. 29.** Compete à comissão responsável pela condução da negociação:

I - esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

II - avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:

a) ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;

b) a admissão de sua participação na infração administrativa;

c) o compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo;  
e

d) a efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.

III - propor a assinatura de memorando de entendimentos;



## FAXINAL DOS GUEDES - SC

### GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 - FAXINAL DOS GUEDES - SC.

IV - proceder à avaliação do programa de integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal;

V - propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, repute-se necessárias para assegurar:

- a) a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;
- b) o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;
- c) a obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e
- d) o acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

**Parágrafo único** - o relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 33 deste Decreto.

**Art. 30.** Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei Federal nº 12.846, de 2013, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.

**Art. 31.** A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.

**§ 1º** - a pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.

**§ 2º** - em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

**Art. 32.** A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.

**§ 1º** - a desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:

I - não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e



## FAXINAL DOS GUEDES - SC

### GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax - 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 - FAXINAL DOS GUEDES - SC.

II - implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a administração pública tiver conhecimento deles por outros meios.

**§ 2º** - o não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

**Art. 33.** A celebração do acordo de leniência poderá:

I - isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

II - reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

III - isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal n. 8.666, de 1993 e suas posteriores alterações e/ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.

**§ 1º** - os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

**§ 2º** - os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrarem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

**Art. 34.** No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;

II - o Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade Administrativa - PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

**Parágrafo único** - o descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, administrado pelo Poder Executivo federal.



## **FAXINAL DOS GUEDES - SC**

### **GOVERNO MUNICIPAL**

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax – 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 – FAXINAL DOS GUEDES - SC.

**Art. 35.** Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

### **CAPÍTULO VI**

### **DOS CADASTROS**

**Art. 36.** Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública municipal, entre as quais:

I - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso III do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666, de 1993;

III - impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal no 10.520, de 17 de julho de 2002;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 47 da Lei Federal no 12.462, de 4 de agosto de 2011;

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no Inciso IV do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no Inciso V do caput do art. 33 da Lei Federal no 12.527, de 2011.

**Art. 37.** Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP informações referentes:

I - às sanções impostas com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013; e



## FAXINAL DOS GUEDES - SC

### GOVERNO MUNICIPAL

Av. Rio Grande do Sul, 458. Fone/Fax - 0xx49-3436-4300 - [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br)  
CEP - 89694-000 - FAXINAL DOS GUEDES - SC.

II - ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal no 12.846, de 2013, nos termos do parágrafo único do art. 34 deste Decreto.

**Parágrafo único** - as informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal n. 12.846, de 2013, serão registradas no CNEP após a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.

### CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 38.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 39.** Revogam-se as disposições em contrário

Faxinal dos Guedes/SC, 24 de Julho de 2020

**GILBERTO ANGELO LAZZARI**  
**Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes/SC**

#### DECRETO Nº 239/2020

Publicação Nº 2615962

Faxinal dos Guedes, SC, 13 de Agosto de 2020.

Decreto nº239/2020.

**CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

**DECRETA:**

Art.1º. Concede Licença Maternidade a servidora pública municipal MARINA TOMAZI SOARES, matrícula nº 2415, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Física – 40 horas semanais, no período de 29/07/2020 a 24/01/2021.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 29/07/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 13 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO Nº 241/2020**

Publicação Nº 2615967

Faxinal dos Guedes, SC – 17 de Agosto de 2020.

Decreto nº241/2020

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

GILBERTO ÂNGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor DORLEI ANDRIN, portador do CPF nº 594.310.249-34, para o exercício do cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE OBRAS E SERVIÇOS de acordo com a Lei Complementar 48/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO Nº 242/2020**

Publicação Nº 2615968

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de Agosto de 2020.

Decreto nº 242/2020

NOMEIA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

Considerando, as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – COVID19;

Considerando que, a situação demanda emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos a saúde pública, afim de evitar a disseminação da doença;

Considerando, o Edital nº 0003/2020 de 31 de Julho de 2020, da Secretaria Municipal de Saúde Pública;

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeada a Senhora SUELI GONÇALVES DE MEIRA, portadora do CPF nº 069.041.629-61, para o exercício do cargo de provimento temporário de excepcional interesse público, de ENFERMEIRA com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde Pública, com vigência no período de 17/08/2020 a 30/11/2020.

Parágrafo Único: O Servidor desempenhará as funções inerentes ao cargo, percebendo o vencimento previsto na referida lei.

Art.2º. O servidor vincula-se às disposições da Lei Complementar nº044/2016 e suas alterações posteriores, sendo que, em relação à Previdência Social o CONTRATADO será vinculado ao RGPS.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

**DECRETO Nº 243/2020**

Publicação Nº 2615975

Faxinal dos Guedes, SC – 17 de Agosto de 2020.

Decreto nº243/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR,  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal, conforme a Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei Municipal 1.850/2008, alterada pela Lei 2.269/2013 e demais disposições:

Considerando, as eleições para escolha dos Conselheiros, para o período de 10/01/2020 a 09/01/2024;

Considerando, a RESOLUÇÃO Nº 005/2019, que dispõe sobre a homologação do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Faxinal dos Guedes – SC;

Considerando, a licença do membro do conselho tutelar Valdecir Rodrigues para concorrer a cargo Eletivo;

Considerando, a necessidade da contratação de um suplente para atuar como membro do Conselho Tutelar;

DECRETA:

Art.1º. Fica nomeado o Senhor VALDIR DOS SANTOS, portador do CPF nº 701.855.069-68, para o exercício do cargo de provimento eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, no período de 17/08/2020 a 13/11/2020, podendo ser prorrogado caso haja interesse da administração.

Parágrafo único. O servidor desempenhará as atribuições inerentes ao cargo, percebendo o vencimento conforme a Lei.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO Nº 244/2020**

Publicação Nº 2615977

Faxinal dos Guedes, SC – 17 de Agosto de 2020.

Decreto nº244/2020

EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica exonerado a partir da data 14 de Agosto de 2020 o Sr. ELOI BOTTIN, matrícula 2639, portador do CPF nº 674.468.259-87, do exercício do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR DE OBRAS E SERVIÇOS da Lei Complementar 048/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data 14/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.



**DECRETO Nº 245/2020**

Publicação Nº 2615979

Faxinal dos Guedes, SC – 17 de Agosto de 2020.

Decreto nº245/2020

EXONERA SERVIDOR DO EXERCÍCIO DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Fica exonerado a partir da data 14 de Agosto de 2020 o Sr. DORLEI ANDRIN, matrícula 3058, portador do CPF nº 594.310.249-34, do exercício do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE MANUTENÇÃO da Lei Complementar 048/2006.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir da data 14/08/2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**DECRETO Nº 249/2020**

Publicação Nº 2615981

Faxinal dos Guedes, SC, 18 de Agosto de 2020.

Decreto nº249/2020.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GILBERTO ANGELO LAZZARI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.66, inciso III da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art.1º. Concede Licença Maternidade a servidora pública municipal SANDRA DE OLIVEIRA COSTA MAIA, matrícula nº 2230, ocupante do cargo efetivo de Agente de serviços gerais – 40 horas semanais, no período de 18/08/2020 a 13/02/2021.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 18 de Agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

**EXTRATO DE CONTRATO N. 0047/2020**

Publicação Nº 2616143

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0047/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: SCALA PRÉ FABRICADOS EIRELI

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato: é o serviço para a CONSTRUÇÃO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CEMEI – DOCE ENCANTO, COM ÁREA MÍNIMA DE 709,31 M², EDIFICAÇÃO EM ALVENARIA COM DOIS (2) PAVIMENTOS, EM CONFORMIDADE COM O CÓDIGO DE POSTURA MUNICIPAL, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETO ARQUITETÔNICO E PROJETOS COMPLEMENTARES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pelos serviços, o preço proposto que é da ordem de R\$ 1.189.866,13 (um milhão cento e



oitenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis reais e treze centavos), sendo R\$ 892.399,60 (oitocentos e noventa e dois mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta centavos) de material e R\$ 297.466,53 (duzentos e nove e sete mil quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos) de serviços de mão de obra.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

7.1 - O prazo de execução da obra será de QUATRO MESES, e sua vigência dar-se-á da data da assinatura do presente instrumento contratual, até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93, suas posteriores alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ - SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em quatro (4) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 21 de agosto de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal-

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 5043/2020

Publicação Nº 2616300

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 5043, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL APROVADO (A) EM CONCURSO PÚBLICO".

\*

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 71 da Lei Orgânica do Município, o Art. 9.º do Estatuto dos Servidores Públicos e considerando o resultado do Concurso Público N.º 001/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Público Municipal IZAQUE BREGALDA, para o Cargo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo o vencimento constante no grupo Serviços Operacionais (SOP).

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto será utilizado os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 21 de agosto de 2020.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

### EXTRATO DE CONTRATO N° 91/2020

Publicação Nº 2616686

EXTRATO CONTRATUAL N° 91/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS

CONTRATADO: AGV SINALIZACOES LTDA - ME

VALOR: R\$ 13.800,00 (treze mil oitocentos reais)

Vigência: Início: 21/08/2020 Término: 31/12/2020

Licitação: Processo Administrativo N°. 52/2020

Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia N°. 21/2020

Formosa Do Sul, 21 de Agosto de 2020

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DE DISPENSA N° 52/2020

Publicação Nº 2616678

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. N°. 52/2020

Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia N°. 21/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SINALIZAÇÃO DE VIAS URBANAS

CONTRATADO: AGV SINALIZACOES LTDA - ME

VALOR: R\$ 13.800,00 (treze mil oitocentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24. É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO:

I - PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE VALOR ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) DO LIMITE PREVISTO NA ALÍNEA "A", DO INCISO I DO ARTIGO ANTERIOR, DESDE QUE NÃO SE REFIRAM A PARCELAS DE UMA MESMA OBRA OU SERVIÇO OU AINDA PARA OBRAS E SERVIÇOS DA MESMA NATUREZA E NO MESMO LOCAL QUE POSSAM SER REALIZADAS CONJUNTA E CONCOMITANTEMENTE;

FORMOSA DO SUL, 21 de Agosto de 2020

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2020

Publicação Nº 2615913

	Estado de Santa Catarina MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2020

SEGUNDA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2020, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA SEGMENTADA EM 290,87M² E AMPLIAÇÃO 5,45M² NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ESTRELA GUIA, LOCALIZADA NA RUA JOÃO PEDRO SATURNO, BAIRRO SATURNO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às nove horas do dia vinte e um do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 96/PMF/2020. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo discutiu com a comissão o produto da diligência instaurada e concluíram que o documento apresentado pela empresa NG3 CONSTRUTORA E PUBLICIDADE LTDA. para cumprir com o item 5.1.5 letra C do edital resta irregular, enquanto a documentação da empresa V. DOS SANTOS GUIDI CONSTRUTORA teve as informações conferidas e validadas. Deste modo, a empresa NG3 CONSTRUTORA E PUBLICIDADE LTDA. foi INABILITADA por deixar de cumprir as normas editalícias. As empresas REDIL CONSTRUTORA EIRELI e V. DOS SANTOS GUIDI CONSTRUTORA foram HABILITADAS para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). Todas as empresas licitantes apresentaram a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial podendo valer-se da Lei nº. 123/06. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 21 de agosto de 2020.

VALDECIR TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitação

ROSINETE MENEGON ZANIVAN WARMLING  
Membro da Comissão

HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS  
Membro da Comissão

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 109/PMF/2020

Publicação Nº 2615832

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 109/PMF/2020;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de areão saibro grosso, para uso da secretaria de Infraestrutura do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 11 de setembro de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: [editais@forquilha.sc.gov.br](mailto:editais@forquilha.sc.gov.br) ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 21 de agosto de 2020.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 110/PMF/2020**

Publicação Nº 2615834

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO - MULTIENTIDADE

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 110/PMF/2020;

OBJETO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de móveis e utensílios para diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 14 de setembro de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 21 de agosto de 2020.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

**DECRETO Nº. 100 DE 14 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615768

DECRETO Nº. 100 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal em Exercício de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º, o Inciso V e a Alínea "c", Inciso I do Artigo 11, da Lei Municipal nº 2.400 de 14 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 342.000,00 (trezentos e quarenta e dois mil reais), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças

2.010 – Manutenção e Assistência Financeira de Convenios e Entidades

033 – 4490.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 4.000,00

Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura

2.032 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

109 – 3390.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 150.000,00

Órgão 10 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

2.030 – Aquisição de máquinas, implementos e incentivo ao desenvolvimento agropecuário, artesanal, agricultura familiar/psicultura

186 – 4490.00.01.94 – Aplicações Diretas .....R\$ 188.000,00

TOTAL .....R\$ 342.000,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos, na dotação 186, parte do valor recebido na conta bancária nº 71.018-4, do Banco do Brasil S/A, referente ao Convênio firmado com o Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA, nº 890116, assinado em dezembro de 2019, no valor de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais) e para as dotações 33 e 109 será anulada a dotação abaixo:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças

2.010 – Manutenção e Assistência Financeira de Convenios e Entidades

028 – 3390.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 4.000,00

Órgão 07 – Secretaria de Infraestrutura

2.032 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

108 – 3190.00.01.00 – Aplicações Diretas .....R\$ 150.000,00

TOTAL .....R\$ 342.000,00

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 315.124,40 (trezentos e quinze mil, cento e vinte e quatro reais, quarenta centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

2.060 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

018 – 3390.00.02.71 – Aplicações Diretas .....R\$ 300.000,00

095 – 3371.00.02.71 – Aplicações Diretas .....R\$ 3.825,00

2.062 – Programa Atenção Básica - PAB

108 – 4490.00.02.67 – Aplicações Diretas .....R\$ 5.299,40

2.065 – Programa Farmácia Básica - PFB

047 – 3390.00.02.67 – Aplicações Diretas .....R\$ 6.000,00

TOTAL .....R\$ 315.124,40



Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizado como fonte de recursos, nas dotações 18 e 95, parte do excesso da arrecadação lançada na rubrica 1.7.1.8.03.9.1.02.00 – Transferência Recursos Coronavírus – Portaria 1666/2020, no valor de R\$ 303.825,00 (trezentos e três mil, oitocentos e vinte e cinco reais), na dotação 108, será utilizado parte do excesso de arrecadação lançada na rubrica 2.4.1.8.04.1..1.05.00 – Assistência Farmacêutica – Investimento, no valor de R\$ 5.299,40 (cinco mil, duzentos e noventa e nove reais, quarenta centavos) e na dotação 47 será utilizado parte do excesso de arrecadação lançada na rubrica 1.7.1.8.03.4.1.02.00 – Assistência Farmacêutica – Manutenção, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

TOTAL .....R\$ 315.124,40

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 14 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 14 de agosto de 2020.

JULIANA TAVARES  
Chefe de Departamento de Governo

## LEI Nº 2.444, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615750

LEI Nº 2.444, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

### TÍTULO I

#### DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

##### Capítulo I DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º A Política Municipal de Meio Ambiente baseia-se nos seguintes princípios:

I - ação governamental, inclusive consorciada, na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o desenvolvimento sustentável;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água, da flora, da fauna e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, com a recuperação das áreas degradadas;

V - controle das atividades potencialmente poluidoras;

VI - imposição ao degradador à obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário à contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos;

VII - a educação ambiental formal em todos os níveis do ensino e a educação não formal da comunidade.

##### Capítulo II DOS OBJETIVOS

Art. 2º São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I - assegurar à atual e às futuras gerações um ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à saúde e a qualidade de vida;

II - definir as áreas prioritárias de ação governamental municipal relativa à qualidade ambiental e das funções ecológicas;

III - capacitar a comunidade para participar ativamente na defesa do meio ambiente;

IV - difundir as tecnologias e técnicas de manejo dos recursos ambientais, divulgação de dados e informações ambientais;

V - preservar, conservar e restaurar os recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção da qualidade ambiental.

##### Capítulo III DAS DIRETRIZES

Art. 3º Constituem diretrizes gerais para a implementação da Política Municipal de Meio Ambiente:

I - a integração da gestão ambiental com a gestão de recursos hídricos e saneamento;

II - a articulação da gestão ambiental com a gestão do uso do solo.

## Capítulo IV DOS INSTRUMENTOS

Art. 4º São instrumentos da Política Ambiental Municipal:

I - o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impacto ambiental;

IV - o licenciamento e a autorização de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos ambientais;

V - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Municipal;

VI - a auditoria e a certificação ambiental;

VII - o sistema municipal de informações ambientais;

VIII - a fiscalização, o controle e o monitoramento da qualidade ambiental.

### Seção I

#### Do Estabelecimento de Padrões de Qualidade Ambiental

Art. 5º Os índices de Padrão de Qualidade Ambiental são os valores de concentrações máximas toleráveis para cada poluente definidos pelo poder público Federal, Estadual e Municipal e pelos seus respectivos conselhos de meio ambiente, de modo a resguardar a saúde humana, a fauna, a flora, assim como as atividades econômicas do meio ambiente em geral.

Art. 6º Fica permitido ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA a possibilidade de estabelecer padrões de qualidade ambiental não previstos na legislação.

Parágrafo único. Os padrões de qualidade ambiental devem ser expressos, quantitativamente, indicando as concentrações máximas de poluentes suportáveis em determinados ambientes, devendo ser respeitados os indicadores ambientais de condições de autodepuração do corpo receptor.

### Seção II

#### Do Zoneamento Ambiental

Art. 7º O Zoneamento Ambiental consiste na definição, a partir de critérios geoeconômicos, de parcelas do território municipal, nas quais serão permitidas ou restringidas determinadas atividades, de modo absoluto ou parcial, e para as quais serão previstas ações que terão como objetivo a proteção, manutenção e recuperação do padrão de qualidade do meio ambiente, consideradas as características ou atributos de cada uma dessas áreas.

Art. 8º As unidades territoriais de que trata o artigo anterior serão enquadradas nas seguintes áreas características:

I - Áreas de Preservação Permanente (APPs): área dedicada à proteção dos ecossistemas e dos recursos naturais, representando o mais alto grau de preservação do território municipal, caracterizada pela predominância de ecossistemas pouco alterados, encerrando, localmente, aspectos remanescentes da Mata Atlântica e de seus ecossistemas associados, de importância ecológica municipal ou regional;

II - Zona Especial de Parque - ZEP: área do município de propriedade pública ou privada, com características naturais de relevante valor ambiental destinadas ao uso público legalmente instituído, com objetivos e limites definidos, sob condições especiais de administração, sendo a elas aplicadas garantias diferenciadas de conservação, proteção e uso disciplinado;

III - Zona de Proteção Histórica, Artística, Cultural e Paisagística - ZPAC: área de proteção de espaços vinculados à imagem da cidade, seja devido ao grau de preservação e integridade dos elementos naturais que as compõem, seja pela singularidade, harmonia e riqueza do conjunto arquitetônico, ou por configurarem valores históricos, artísticos, culturais e paisagísticos significativos do município;

IV - Área Especial de Recuperação Ambiental (AERA): área constituída por ambientes degradados, desmatados ou com fragmentos florestais reduzidos e dispersos, cujos componentes originais sofreram fortes alterações, representando áreas de importância para a recuperação ambiental em virtude das funções ecológicas que desempenham na proteção dos mananciais, preservação da biodiversidade, estabilização de encostas, no controle da erosão do solo, na manutenção e dispersão da biota e das teias alimentares;

V - Zona Ru-Urbana - ZUR: área onde os ecossistemas originais foram amplamente alterados em sua diversidade e organização funcional, sendo utilizada por atividades agrícolas e extrativistas, havendo, ainda, presença de assentamentos rurais dispersos;

VI - Setor de Serviço e Comércio - SESC: área efetivamente utilizada para fins urbanos e de expansão, em que os componentes ambientais, em função da urbanização, foram modificados ou suprimidos;

VII - Zona de Interesse Turístico Ecológico - ZITE: área destinada ao desenvolvimento de atividades turísticas voltadas a promoção da integração entre o homem e o meio ambiente, visando à conservação, preservação e recuperação do patrimônio ambiental do município.

### Seção III

#### Da Avaliação de Impacto Ambiental

Art. 9º Para efeitos desta Lei Complementar, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades socioeconômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade e quantidade dos recursos ambientais;

VI - os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 10. As avaliações de impactos ambientais resultam do emprego de métodos cientificamente aceitos que possibilitam a análise e a



interpretação das alterações sofridas pelo meio ambiente.

Parágrafo único. A aplicação dos métodos referidos no caput deste artigo permitirá a elaboração de avaliações sobre os efeitos causados pela ação impactante, o que resultará na elaboração de Estudo Ambiental Simplificado - EAS, Relatório Ambiental Prévio - RAP e Estudo de Impacto Ambiental - EIA, assim como relatório sobre as alterações impostas ao meio ambiente, denominado Relatório de Impacto Ambiental - RIMA.

Art. 11. Compete a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha exigir, quando não regulamentado por Resolução do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, os estudos ambientais referidos no parágrafo único do artigo anterior, conforme a complexidade da atividade e/ou empreendimento a ser licenciado e a singularidade do local a se instalar.

§ 1º A exigência dos estudos definidos no caput do artigo anterior, não dispensa da exigência de outros estudos, como o Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, requerido nos termos da legislação.

§ 2º Poderão ser solicitadas informações complementares, de acordo com a complexidade da atividade e/ou empreendimento e a singularidade do local a se instalar.

#### Subseção I

##### Do Relatório Ambiental Prévio - RAP

Art. 12. O Relatório Ambiental Prévio - RAP é um estudo técnico elaborado por um ou mais profissionais habilitados, visando a oferecer elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente.

Art. 13. O RAP deverá abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e socioeconômico, buscando a elaboração de um diagnóstico simplificado da área do empreendimento e entorno.

Art. 14. O RAP deverá conter a descrição sucinta dos impactos resultantes da implantação do empreendimento e a definição das medidas mitigadoras, de controle e compensatórias, quando couber.

#### Subseção II

##### Do Estudo Ambiental Simplificado - EAS

Art. 15. O Estudo Ambiental Simplificado - EAS é um estudo técnico elaborado por equipe multidisciplinar que oferece elementos para a análise da viabilidade ambiental de empreendimentos e/ou atividades consideradas potencial ou efetivamente causadoras de degradação do meio ambiente.

Art. 16. O EAS deve abordar a interação entre elementos dos meios físico, biológico e socioeconômico, buscando a elaboração de um diagnóstico integrado da área de influência do empreendimento e/ou atividade.

Art. 17. O EAS deverá possibilitar a avaliação dos impactos resultantes da implantação do empreendimento e/ou atividade, e a definição das medidas mitigadoras, de controle ambiental e compensatórias, quando couber.

#### Subseção III

##### Do Estudo de Impacto Ambiental - EIA e do Relatório de Impacto Ambiental - RIMA

Art. 18. O Estudo de Impacto Ambiental - EIA e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, serão exigidos previamente pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, para concessão de licença ambiental de empreendimentos, obras e/ou atividades que apresente potencial ou significativo impacto ambiental, conforme disposto em legislação pertinente.

Art. 19. O EIA obedecerá as seguintes diretrizes:

- I - contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do mesmo;
  - II - identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de pesquisa, implantação e operação;
  - III - definir os limites da área geográfica a ser direta e indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;
  - IV - considerar os planos e programas governamentais propostos e em implantação na área de influência do projeto, e sua compatibilidade.
- Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha fixará as diretrizes adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área, forem julgadas necessárias.

Art. 20. O estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

- a) o meio físico: o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes atmosféricas, as áreas de preservação permanente e as unidades de conservação;
- b) o meio biológico e os ecossistemas naturais: a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção;
- c) o meio socioeconômico: o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconômica, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II - análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, por meio de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos, diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazos, temporários e permanentes, seu grau de reversibilidade, suas propriedades cumulativas e sinérgicas, a distribuição dos ônus

e benefícios sociais;

III - definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de resíduos, avaliando a eficiência de cada uma delas;

IV - elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados;

V - definição das medidas compensatórias relativas aos impactos ambientais permanentes e irreversíveis;

Parágrafo único. Ao determinar a execução do estudo de impacto ambiental, a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, ou o consórcio, fornecerá as instruções adicionais que se fizerem necessárias, pelas peculiaridades do projeto e características ambientais da área.

Art. 21. Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental, inclusive a elaboração do RIMA e fornecimento de pelo menos 03 (três) cópias.

Art. 22. O RIMA refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental e conterá, no mínimo:

I - os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - a descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas e mão de obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - a síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - a descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - o programa de acompanhamento, monitoramento e compensação dos impactos;

VIII - recomendação quanto à alternativa mais favorável, contemplando as conclusões e comentários de ordem geral.

Parágrafo único. O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão, com linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação.

Art. 23. A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha definirá o prazo para se manifestar de forma conclusiva sobre o RIMA apresentado.

Parágrafo único. O prazo a que se refere o caput deste artigo terá o seu termo inicial na data do recebimento pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha do EIA e seu respectivo RIMA.

Art. 24. As cópias do RIMA permanecerão à disposição dos interessados na Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, inclusive durante o período de análise técnica, respeitado o sigilo industrial, desde que assim solicitado e demonstrado pelo interessado.

§ 1º Os órgãos públicos que manifestarem interesse, ou tiverem relação direta com o projeto, receberão cópia do RIMA, para conhecimento e manifestação.

§ 2º A partir do recebimento do RIMA, a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha determinará o prazo para recebimento dos comentários a serem feitos pelos órgãos públicos e demais interessados e marcará a realização de audiência pública para informação sobre o projeto e seus impactos ambientais e discussão do EIA/RIMA.

#### Seção IV

##### Do Licenciamento e Autorização Ambiental

Art. 25. Para efeitos desta Lei Complementar, serão adotadas as seguintes definições:

I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;

II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

III - Estudos Ambientais: são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, estudo ambiental simplificado, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada, análise preliminar de risco e EIA/RIMA;

IV - Impacto Ambiental Local: é todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente, no todo ou em parte, o território de um município sem ultrapassar o seu limite territorial.

#### Subseção I

##### Do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local

Art. 26. A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.



§ 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, quando não previsto em outras normas, definirá quais os tipos de empreendimentos e atividades sujeitos ao licenciamento ambiental de impacto local, bem como os estudos ambientais necessários.

§ 2º A definição prevista no parágrafo anterior observará os critérios de exigibilidade, levando em consideração as especificidades, os riscos ambientais, o potencial poluidor, o porte e outras características do empreendimento ou atividade.

§ 3º Não competirá à Fundação Ambiental Municipal de Forquilha licenciar as atividades licenciadas ambientalmente pelos demais entes federados.

Art. 27. Será exigido estudo mais abrangente ou específico se, por ocasião da apresentação inicial do estudo ambiental, ficar caracterizada pelas peculiaridades do empreendimento e pelos impactos avaliados, devidamente fundamentado em parecer técnico da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha de que se trata de atividade com maior potencial de impacto ambiental do que o previsto inicialmente.

Art. 28. Compete à Fundação Ambiental Municipal de Forquilha o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades que, embora não sejam de impacto ambiental local, lhe forem delegadas por instrumento legal ou convênio.

Art. 29. A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças:

I - Licença Ambiental Prévia - LAP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença Ambiental de Instalação - LAI: autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - Licença Ambiental de Operação - LAO: autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação;

IV - Autorização Ambiental: autoriza a instalação e operação de atividades passíveis de licenciamento simplificado, bem como o corte, a poda e a supressão de vegetação, nos termos da competência municipal prevista em lei.

V - Certidão Ambiental: documento que certifica que o porte da atividade está abaixo dos limites fixados pela Resolução CONSEMA 99/2017 e suas alterações, e as atividades relacionadas no COMDEMA 03/2019 e suas alterações que solicita como estudo a Declaração de Conformidade Ambiental (DCA) emitida por profissional habilitado e acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

VI - Cadastro ambiental: documento que certifica o registro das atividades relacionadas no COMDEMA 03/2019 e suas alterações que solicita como estudo a Declaração de Conformidade Ambiental (DCA) expedida pelo empreendedor, com dispensa da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

VII - Declaração: documento emitido de acordo com a solicitação feita a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, não tem legitimidade como licença ambiental.

Parágrafo único. As licenças ambientais poderão ser expedidas isolada ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade, podendo ser expedidas outras licenças previstas em regulamento próprio;

Art. 30. O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

I - definição pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha dos documentos, projetos e estudos ambientais, necessários ao início do processo de licenciamento correspondente à licença a ser requerida;

II - requerimento da licença ambiental pelo empreendedor, acompanhado dos documentos, projetos e estudos ambientais pertinentes, dando-se a devida publicidade;

III - análise pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias;

IV - solicitação de esclarecimentos e complementações pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha em decorrência da análise dos documentos, projetos e estudos ambientais apresentados, quando couber, podendo haver a reiteração da mesma solicitação caso os esclarecimentos e complementações não forem satisfatórios;

V - audiência pública, quando couber, de acordo com a regulamentação pertinente;

VI - solicitação de esclarecimentos e complementações pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha decorrentes de audiências públicas, quando couber, podendo haver reiteração da solicitação quando os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios;

VII - emissão de parecer técnico conclusivo e, quando necessário, parecer jurídico;

VIII - deferimento ou indeferimento do pedido de licença, dando-se a devida publicidade.

§ 1º No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Secretaria do Município responsável pelo planejamento urbano, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e outras eventuais exigências solicitadas pelo órgão ambiental.

§ 2º No caso de empreendimentos e atividades sujeitos ao EIA, se verificada a necessidade de nova complementação em decorrência de esclarecimentos já prestados, conforme incisos IV e VI, a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, mediante decisão motivada e com a participação do empreendedor, poderá formular novo pedido de complementação.

Art. 31. Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

§ 1º O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

§ 2º Todos os custos do licenciamento deverão ser suportados pelo empreendedor, inclusive a realização de estudos complementares, perícias, entre outros, que ficarão ao encargo exclusivo deste.

Art. 32. A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha definirá, se necessário, procedimentos específicos para as licenças ambientais, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

§ 1º Poderão ser estabelecidos procedimentos simplificados para as atividades e empreendimentos de pequeno potencial de impacto

ambiental.

§ 2º Deverão ser estabelecidos critérios para agilizar e simplificar os procedimentos de licenciamento ambiental das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental, visando a melhoria contínua e aprimoramento do desempenho ambiental.

Art. 33. Os custos para análise do processo de licenciamento serão objeto de normatização própria.

Art. 34. A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha poderá estabelecer prazos de análise diferenciados para cada modalidade de licença (LAP, LAI e LAO), em função das peculiaridades da atividade ou empreendimento, bem como para a formulação de exigências complementares, desde que observado o prazo máximo de 06 (seis) meses a contar do ato de protocolar o requerimento até seu deferimento ou indeferimento, ressalvados os casos em que houver EIA/RIMA, quando o prazo será de até 12 (doze) meses.

§ 1º A contagem do prazo previsto no caput deste artigo será suspensa durante a elaboração dos estudos ambientais complementares ou preparação de esclarecimentos pelo empreendedor.

§ 2º Os prazos estipulados no caput poderão ser alterados, desde que justificados e com a concordância do empreendedor e da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha.

Art. 35. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha dentro do prazo por ela fixado, a contar do recebimento da respectiva notificação, sob pena, inclusive, de arquivamento definitivo do processo de licenciamento, sem direito à qualquer ressarcimento de valores.

Parágrafo único. O prazo que for estipulado poderá ser prorrogado a critério da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha.

Art. 36. O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos acima, sujeitará o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.

Art. 37. O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, que deverá obedecer aos procedimentos estabelecidos no artigo 30 e seguintes desta Lei Complementar, mediante novo pagamento da competente taxa de licenciamento e fiscalização.

Art. 38. A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença, especificando-os no respectivo documento, levando em consideração as diretrizes estabelecidas pelo CONAMA e CONSEMA, podendo, entretanto, estabelecer prazos diferentes dos estabelecidos nestas, sempre observado o prazo máximo de validade.

Art. 39. A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde;

#### Subseção II

#### Do Corte e Supressão de Vegetação

Art. 40. Para a adequada compreensão desta Lei Complementar, considera-se:

I - corte: corte eventual de árvores e/ou arbustos dispersos em uma determinada área, desde que não caracterize remanescente de floresta nativa;

II - poda: corte parcial da estrutura aérea de um ou mais indivíduos arbóreos com o objetivo de efetuar a sua manutenção;

III - supressão: corte de árvores e/ou arbustos dispersos em uma determinada área característica de remanescente de floresta nativa.

Art. 41. O corte ou a poda de árvores, e a supressão de vegetação dentro do território do município, em áreas públicas ou privadas, dependerá obrigatoriamente de autorização da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, salvo quando a competência for do órgão ambiental do Estado ou União.

Art. 42. Os mecanismos de compensação ambiental por meio da reposição, para o corte eventual de árvores, deverá seguir o proposto em leis federais, estaduais e municipais.

Art. 43. O Município poderá decretar a imunidade ao corte de árvore em decorrência dos seguintes critérios: espécie, porte, paisagem, raridade, endemismo, condição, localização e função ambiental.

#### Seção V

#### Da Criação de Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

Art. 44. Ao Município compete instituir, implantar e administrar, na forma da legislação ambiental pertinente que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, espaços territoriais e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais a serem protegidos e/ou recuperados, com vistas a manter e utilizar racionalmente o patrimônio natural e cultural de seu território, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção, respeitadas as competências legislativas das unidades federadas.

Art. 45. A criação de espaços territoriais especialmente protegidos, envolvendo o ambiente natural e/ou o patrimônio histórico-cultural, tem como principais objetivos:

I - preservar o patrimônio genético e conservar amostras de ecossistemas em estado natural;

II - proteger espécies raras em perigo ou ameaçadas de extinção;

III - proteger mananciais para conservação da sua produção hídrica;

- IV - criar espaços para atividades educacionais, turísticas e recreativas;
- V - proteger locais de herança cultural, histórica, geológica, arqueológica e paleontológica;
- VI - proteger belezas cênicas;
- VII - promover estudos e pesquisas científicas para divulgação do conhecimento sobre a dinâmica dos ecossistemas e dos recursos naturais;
- VIII - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- IX - promover a utilização sustentável dos recursos naturais.

Art. 46. Para os efeitos desta Lei Complementar, unidade de conservação é o espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituída pelo Poder Público Municipal, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, a qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

§ 1º As unidades de conservação serão criadas por ato do Poder Público, devendo a criação ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

§ 2º A desafetação, redução dos limites ou transformação da unidade em categoria de menor restrição só poderão ser feitas mediante lei específica.

§ 3º As unidades de conservação devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos, cujo uso e ocupação devem estar de acordo com os objetivos, respectivamente, de minimizar os impactos negativos sobre a unidade e estabelecer a integração entre elas.

§ 4º As Áreas de Proteção Ambiental - APA e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN não possuem zona de amortecimento.

§ 5º Deverão constar no ato do Poder Público diretrizes para a regularização fundiária, demarcação, fiscalização adequada e estrutura de funcionamento dos espaços especialmente protegidos.

Art. 47. O conjunto de unidades de conservação do Município deve ser integrado aos Sistemas Estadual e Nacional de Unidades de Conservação, dividindo-se em dois grupos, com as seguintes características:

I - Unidades de Proteção Integral;

II - Unidades de Uso Sustentável.

§ 1º O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais.

§ 2º O objetivo básico das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

§ 3º O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Estação Ecológica: de posse e domínio públicos tem como objetivo a preservação dos recursos naturais renováveis e a realização de pesquisas científicas, em área correspondente a no máximo três por cento da extensão total da unidade e até o limite de um mil e quinhentos hectares. É proibida a visitação pública, exceto quando com o objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico;

II - Reserva Biológica: de posse e domínio públicos tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, exceto as medidas de recuperação e ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. É proibida a visitação pública, exceto quando com o objetivo educacional ou de pesquisa, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico;

III - Parque Natural Municipal: de posse e domínio públicos tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e visitação, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico;

IV - Monumento Natural: tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais pelo proprietário, sendo admitida a visitação pública de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico;

V - Refúgio de Vida Silvestre: tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, podendo ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelo proprietário. É admitida a visitação pública de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico.

§ 4º Até que seja elaborado o Plano de Manejo, as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas necessárias a garantir a integridade dos recursos e ao cumprimento dos seus objetivos.

§ 5º O grupo das Unidades de Uso Sustentável é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

I - Área de Proteção Ambiental: é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar da população humana, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. É constituída por terras públicas ou privadas, podendo ser realizadas atividades de pesquisa científica e visitação pública, observadas as exigências e restrições legais;

II - Área de Relevante Interesse Ecológico: é uma área com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza. É constituída por terras públicas ou privadas;

III - Floresta Municipal: é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas, de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei;

IV - Reserva Extrativista: é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais, conforme o disposto no artigo 23 desta Lei Complementar e em regulamentação específica, sendo

que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei;

V - Reserva de Fauna: é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos, de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei;

VI - Reserva de Desenvolvimento Sustentável: é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica, constitui-se área de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei;

VII - Reserva Particular do Patrimônio Natural: é uma área privada gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. É admitida a pesquisa científica e a visitação pública com fins recreativos, educacionais e turísticos, de acordo com que dispuser o regulamento específico;

VIII - Parque Urbano: área pública ou privada cujo objetivo é de melhorar o clima em escala local, proporcionando conforto climático pela sombra que produzem, retirar o calor do ar por meio da evapotranspiração, servir de barreira contra o vento, ajudar a controlar a poluição atmosférica agindo como filtro de ar, combater a poluição sonora, reduzindo os ruídos, embelezar as cidades, proteger a biodiversidade, atuar no controle de pragas e doenças urbanas, permitir melhor convívio social, lazer, educação, eventos culturais e prática de esportes, colaborar com a drenagem das águas pluviais e com a recarga da água do solo;

§ 6º O Poder Executivo deverá destinar, de acordo com sua disponibilidade orçamentária, recursos específicos que se fizerem necessários para a implantação e gestão dos espaços territoriais especialmente protegidos.

§ 7º O Município adotará formas de incentivos e estímulos para promover a constituição voluntária de áreas protegidas de domínio privado.

#### Seção VI Da Auditoria

Art. 48. Para efeito desta Lei Complementar, denomina-se auditoria ambiental o processo de inspeção, análise e avaliação sistemática das condições gerais e específicas do sistema de gestão ambiental de um empreendimento e/ou atividade, documentado, com vistas a:

I - identificar os níveis efetivos ou potenciais de poluição ou de degradação ambiental provocados por atividades de pessoas físicas ou jurídicas;

II - estimar a qualidade do desempenho das funções do gerenciamento ambiental, os sistemas e os equipamentos utilizados;

III - identificar as condições de operação e de manutenção dos equipamentos e sistemas de controle de poluição;

IV - identificar a capacitação dos responsáveis pela operação e manutenção dos sistemas, rotinas, instalações e equipamentos de proteção do meio ambiente e da saúde dos trabalhadores;

V - verificar o cumprimento das normas ambientais;

VI - verificar o encaminhamento que está sendo dado às diretrizes e aos padrões da empresa ou entidade, objetivando preservar o meio ambiente e a vida;

VII - identificar possíveis falhas ou deficiências concernentes aos itens anteriores;

VIII - determinar as medidas para restaurar o meio ambiente, proteger a saúde humana e adequar o sistema de gestão ambiental;

IX - propor soluções que permitam minimizar a probabilidade de exposição de operadores e do público a riscos provenientes de acidentes hipotéticos mais prováveis e de emissões contínuas que possam afetar direta ou indiretamente sua saúde ou segurança;

X - propor medidas preventivas à garantia da saúde e bem estar dos trabalhadores e da população local.

Parágrafo único. As medidas necessárias de que trata o inciso VIII deste artigo deverão ter o prazo para sua implantação fixado pelo órgão ambiental municipal, ao qual caberá também a sua fiscalização e aprovação.

Art. 49. A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha determinará a realização de auditorias periódicas ou ocasionais, estabelecendo diretrizes e prazos específicos.

Parágrafo único. Nos casos das auditorias periódicas mencionadas no caput deste artigo, nos procedimentos com a elaboração de diretrizes, poderá ser exigida a consulta à comunidade afetada.

Art. 50. As auditorias ambientais serão realizadas às expensas do empreendedor de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, desde que haja justificativa técnica.

Art. 51. Sempre que julgar conveniente para assegurar a idoneidade da auditoria, a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha poderá determinar que esta seja conduzida por equipe técnica independente.

§ 1º Nos casos a que se refere o caput deste artigo, as auditorias deverão ser realizadas por instituições credenciadas pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, assegurada a capacitação técnica.

§ 2º A omissão ou sonegação de informações relevantes na auditoria implicará descredenciamento definitivo do técnico responsável e o descredenciamento, por no mínimo 02 (dois) anos da instituição responsável, devendo ser o fato comunicado ao Ministério Público e ao Conselho de Classe competente.

Art. 52. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA definirá as atividades que, em função de seu potencial poluidor e porte, estarão sujeitas, obrigatoriamente, às auditorias ambientais periódicas, bem como os regramentos necessários.

Parágrafo único. No caso das auditorias obrigatórias, a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha poderá elaborar um termo de referência contendo orientações.

Art. 53. Constatadas infrações ambientais poderão ser realizadas auditorias até a correção das irregularidades, independentemente da aplicação de penalidades administrativas.

Art. 54. As diretrizes para a realização de auditorias ambientais poderão incluir, entre outras, avaliações relacionadas aos seguintes aspectos:

I - impactos sobre o meio ambiente provocados pelas atividades de rotina;



II - avaliação de riscos de acidentes e dos planos de contingência para evacuação e proteção dos trabalhadores e da população situada na área de influência, quando necessária;

III - atendimento aos regulamentos e normas técnicas em vigor no que se refere aos aspectos mencionados nos incisos I e II deste artigo;

IV - alternativas tecnológicas, inclusive de processo industrial, e sistemas de monitoramento contínuo disponíveis, para a redução dos níveis de poluição.

Art. 55. Todos os documentos relacionados às auditorias ambientais, incluídas as diretrizes específicas e o currículo dos técnicos responsáveis por sua realização, serão acessíveis à consulta pública.

Art. 56. A realização de auditorias ambientais não exime as atividades efetiva ou potencialmente poluidoras ou causadoras de degradação ambiental do atendimento a outros requisitos da legislação em vigor.

## Seção VII

### Da Certificação Ambiental

Art. 57. Fica criado o Programa de Certificação Ambiental Municipal, com a finalidade de fortalecer a execução da política de proteção dos recursos naturais.

Art. 58. O Programa de Certificação Ambiental Municipal tem por objetivos:

- I - incentivar o empreendedor a utilizar técnicas de conservação dos recursos naturais e de proteção da biodiversidade;
- II - promover a educação ambiental do empreendedor, enfatizando a necessidade de conciliar a produção com a conservação ambiental;
- III - orientar o empreendedor a produzir com qualidade e competitividade, aperfeiçoando os mecanismos de apoio à produção, quanto à observância do desenvolvimento sustentável;
- IV - estimular a participação da sociedade no processo de elaboração dos orçamentos públicos, com vistas à alocação de maior volume de recursos financeiros para programas de apoio às empresas que visam aliar produção e proteção ambiental.

Art. 59. Para receber os benefícios previstos nesta Lei Complementar, o empresário deverá submeter o projeto de desenvolvimento sustentável para análise e seleção prévia à comissão técnica de âmbito municipal.

Art. 60. Os projetos selecionados serão submetidos à aprovação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA.

Art. 61. Os projetos selecionados e que estiverem de acordo com os princípios e diretrizes desta Lei Complementar receberão os seguintes benefícios:

- I - incentivo para o investimento e/ou custeio da atividade produtiva, conforme disposto em regulamento;
  - II - Certificação Ambiental, conferida pelo Município de Forquilha.
- Parágrafo único. A entrega do Certificado será feita em reunião solene, com a presença de representantes do Poder Público Municipal.

Art. 62. Para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei Complementar, o Município criará mecanismos de incentivo ao empresário cuja atividade seja potencialmente poluidora e que observe o princípio do desenvolvimento sustentável.

Art. 63. Para fins de implementação do Programa de Certificação Ambiental compete à Fundação Ambiental Municipal de Forquilha:

- I - fiscalizar o cumprimento desta Lei Complementar;
- II - receber os projetos do empresário interessado;
- III - dar ampla divulgação às ações do programa.

Art. 64. São fontes de financiamento do programa:

- I - os créditos consignados no orçamento do Município;
- II - os recursos provenientes de convênios firmados com o Governo Federal, com outros municípios ou com organizações não governamentais;
- III - os recursos previstos em dotação orçamentária.

## Seção VIII

### Do Sistema Municipal de Informações Ambientais

Art. 65. O sistema municipal de informações ambientais será gerido pelo órgão ambiental, tendo por objetivo oferecer à comunidade amplo acesso às informações básicas sobre o meio ambiente.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei Complementar, informações básicas sobre o meio ambiente são as geradas por instituições governamentais que contribuam para:

- I - monitorar os componentes da diversidade biológica;
- II - identificar processos e categorias de atividades potencialmente nocivas para a diversidade biológica;
- III - auxiliar a gestão ambiental no Município.

Art. 66. O sistema municipal de informações ambientais tem como objetivos, entre outros:

- I - integrar bancos de dados sobre biodiversidade e aspectos socioeconômicos relacionados com o meio ambiente produzidos por instituições públicas e privadas que atuam no Município e outros órgãos da administração federal e estadual;
- II - promover a divulgação de informações relacionadas com a conservação e com a utilização sustentável da biodiversidade;
- III - apoiar a divulgação de resultados de pesquisas técnicas e científicas relativas ao meio ambiente.

Parágrafo único. O sistema de informações de que trata o caput deste artigo conterá, no mínimo, as seguintes bases de dados:

- I - de processos de licenciamento ambiental;

- II - de instalações e situações sob risco de acidente ambiental;
- III - de referências técnicas e científicas;
- IV - sobre legislação ambiental;
- V - de imagens;
- VI - de áreas protegidas no Município e de áreas potenciais para a criação de unidades de conservação.

Art. 67. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, participantes do sistema municipal de meio ambiente, assegurarão o acesso público aos documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e fornecerão as informações relativas ao meio ambiente que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico, especialmente as que se referam a:

- I - qualidade do meio ambiente;
- II - políticas, planos e programas potencialmente causadores de impacto ambiental;
- III - resultados de monitoramento e auditoria nos sistemas de controle de poluição e de atividades potencialmente poluidoras, bem como de planos e ações de recuperação de áreas degradadas;
- IV - acidentes, situações de risco ou de emergência ambientais;
- V - emissões de efluentes líquidos e gasosos e produção de resíduos sólidos;
- VI - substâncias tóxicas e perigosas;
- VII - diversidade biológica;
- VIII - organismos geneticamente modificados.

Art. 68. Qualquer pessoa poderá ter acesso às informações de que trata esta Lei Complementar, conforme regulamento, desde que se comprometa a não as utilizar para fins comerciais, sob as penas da lei civil, penal, de direito autoral e de propriedade industrial, e a citar a fonte, caso venha a divulgá-las por qualquer meio, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º É assegurado o sigilo comercial, industrial, financeiro ou qualquer outro sigilo protegido por lei, bem como o sigilo relativo às comunicações internas dos órgãos e entidades governamentais do Município.

§ 2º A fim de que seja resguardado o sigilo a que se refere o § 1º deste artigo, as pessoas físicas ou jurídicas que fornecerem informações à Administração Pública Municipal deverão indicar a necessidade do sigilo, de forma expressa e fundamentada.

§ 3º O documento contendo as informações sigilosas deverá ficar encartado e selado nos autos do processo, sendo acessível apenas pela autoridade competente ou quem ela assim designar.

Art. 69. Serão publicados em órgão oficial de imprensa e ficarão disponíveis nos órgãos do sistema municipal de meio ambiente, em local de fácil acesso ao público, dados referentes à:

- I - concessão de licenciamento e sua respectiva renovação;
- II - concessão de licença para supressão de vegetação;
- III - autos de infração e respectivas penalidades impostas pelo órgão ambiental;
- IV - lavratura de termos de compromisso de ajustamento de conduta;
- V - reincidências em infrações ambientais;
- VI - decisões de recursos interpostos em processo administrativo ambiental;
- VII - aprovação ou rejeição de estudos de impacto ambiental.

§ 1º A relação dos dados de que trata o caput deste artigo estará disponível para o público a partir da publicação dos atos a que se referem.

§ 2º Os pedidos e concessões de licenças e autorizações ambientais poderão ser publicados no site oficial da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha na rede mundial de computadores e no seu mural de publicações.

Art. 70. O Poder Executivo, por meio de seus órgãos competentes, garantirá a implantação e a gestão do sistema de informações de que trata esta Lei Complementar.

## Seção IX

### Da Fiscalização, Controle e Monitoramento

Art. 71. A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, para fins de controle da poluição ambiental e conservação dos recursos naturais, por meio de sua fiscalização, terá livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, florestas ou outras áreas particulares ou públicas, que exerçam atividades capazes de causar impacto ao meio ambiente.

Art. 72. Os agentes fiscalizadores poderão:

- I - realizar levantamentos, vistorias e avaliações ambientais estratégicas;
- II - solicitar documentação que comprove o licenciamento ambiental;
- III - efetuar medições e coletar amostras;
- IV - elaborar relatório técnico de inspeção;
- V - requisitar força policial, quando obstados no exercício da função;
- VI - lavrar o competente auto de infração, termo de apreensão, termo de interdição ou de embargo.

## TÍTULO II

### DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SISMUMA

#### Capítulo I

##### DOS OBJETIVOS E DA COMPOSIÇÃO

Art. 73. Fica criado o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA, com os seguintes objetivos:

- I - coordenar a gestão ambiental municipal;
- II - implementar a Política Ambiental Municipal;

III - planejar, regular e controlar o uso, a preservação e a recuperação dos recursos ambientais;

IV - controlar a poluição em qualquer de suas formas;

V - implementar ações de conservação da biodiversidade.

Art. 74. Integram o Sistema Municipal de Meio Ambiente - SISMUMA:

I - o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Poder Executivo diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, bem como deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

II - a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, bem como executar e fazer executar, como órgão municipal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente.

## Capítulo II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA

#### Seção I

##### Da Constituição, Objetivo e Competência

Art. 75. Fica criado o COMDEMA, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, órgão de composição paritária, deliberativo, normativo e de assessoramento da Prefeitura Municipal de Forquilha - SC, na proteção, preservação, recuperação e fiscalização ambiental no território do município;

Parágrafo Único. O COMDEMA, Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, integrará a estrutura organizacional da prefeitura municipal, vinculada ao Gabinete do Prefeito Municipal de Forquilha.

Art. 76. O COMDEMA tem por objetivo promover a participação organizada da sociedade civil no processo de discussão e definição da política ambiental, na preservação, recuperação, proteção e fiscalização no Município de Forquilha.

Art. 77. Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente compete:

I - colaborar nos planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, mediante recomendações referentes à proteção do Meio Ambiente do Município;

II - estudar, definir e propor normas e procedimentos visando a proteção ambiental do Município, como colaboração a sua administração;

III - promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção da flora, fauna e dos recursos naturais do Município;

IV - fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa do meio ambiente, na imposição de licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras, ou passíveis de degradação ambiental;

V - colaborar em campanhas educacionais relativas a problemas de saneamento básico, poluição das águas, do ar e do solo, combate a vetores, proteção da fauna e da flora;

VI - promover e colaborar na execução de um programa de Educação Ambiental a ser ministrado obrigatoriamente em toda a Rede de Ensino Municipal;

VII - manter intercâmbio com as atividades oficiais e privadas de pesquisa e de atividades ligadas à defesa do meio ambiente;

VIII - conhecer e prever os possíveis casos de poluição que ocorram ou possam ocorrer no Município, diligenciando no sentido de sua apuração e sugerindo ao Senhor Prefeito Municipal as providências que julgarem necessárias;

IX - deliberar sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, formulada pelo Executivo, à luz do conceito de desenvolvimento sustentável, em consonância com as definições da Agenda 21, e oferecer contribuições para o seu aperfeiçoamento, bem como complementar e aprovar listagem das atividades potencialmente poluidoras ou de degradação ambiental de impacto local, previstas na Resolução CONSEMA 99/2017 e suas alterações;

X - deliberar sobre planos, programas e projetos intersetoriais, regionais e locais, de desenvolvimento do Município em bases de equilíbrio social e ecológico, e oferecer contribuições para o seu aperfeiçoamento;

XI - propor diretrizes para a conservação, reabilitação e recuperação do patrimônio ambiental do Município, em especial dos recursos naturais;

XII - apreciar e pronunciar-se sobre os Projetos de Lei e Decretos referentes à proteção e qualidade ambiental no Município de Forquilha, oferecendo contribuições para o seu aperfeiçoamento, notadamente aqueles relativos ao zoneamento e planejamento ambientais, assim como na definição e implantação de espaços territoriais de relevante interesse ambiental, a serem especialmente protegidos;

XIII - propor e contribuir para a realização de campanhas de conscientização sobre os problemas ambientais;

XIV - fiscalizar e pronunciar-se sobre os atos do Poder Público, no âmbito do Município de Forquilha, quanto à observação da legislação ambiental, bem como analisar balanço e relatório das atividades da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha;

XV - apreciar e pronunciar-se, quando solicitado pelo órgão municipal competente, sobre Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e respectivos Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e Relatórios Ambientais Preliminares (RAP) e sobre quaisquer outros planos, estudos e relatórios exigidos pela legislação municipal, estadual e federal, de empreendimentos e atividades de impacto ambiental local ou regional, quando couber;

XVI - elaborar seu Regimento Interno;

XVII - apresentar sugestões para o Plano Diretor Urbano no que concerne às questões ambientais;

XVIII - examinar matéria em tramitação na Administração Pública Municipal, que envolva questão ambiental, bem como atos, procedimentos relacionados a gestão ambiental pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha;

XIX - propor e incentivar ações de caráter educativo, para a formação da consciência pública, visando a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente;

XX - julgar os pedidos de reconsideração de indeferimentos de licenciamentos e de penalidades aplicadas pelo órgão municipal competente.

#### Seção I

##### Da Composição

Art. 78. O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente será constituído de forma paritária por representantes do setor público e da sociedade civil organizada, na forma do seu Regimento Interno.

Art. 79. Cada membro do COMDEMA terá um suplente devendo obrigatoriamente ser da mesma entidade, que o substituirá em caso de impedimento, ou ausência.

Parágrafo Único. Havendo renúncia ou impedimento de qualquer membro da Comissão será designado novo membro, que completará o mandato, ouvida a respectiva classe representativa, nos termos deste artigo.

Art. 80. Todas as instituições que compõe o Conselho deverão indicar seus representantes titulares e suplentes, cuja nomeação se dará por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 81. Os representantes dos órgãos da Administração Municipal, bem como seus respectivos suplentes, serão designados pelo Prefeito, mediante sua indicação.

Art. 82. As atribuições conferidas ao Conselho de que trata esta Lei não eliminam as competências constitucionais dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 83. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria simples, exceto quando se tratar de alteração do regimento Interno e eleição da Diretoria Executiva, que deverá ter maioria absoluta.

Art. 84. O mandato dos membros do COMDEMA será considerado extinto antes do término nos seguintes casos:

- a) morte;
- b) renúncia;
- c) ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas;
- d) doença que exija o licenciamento por mais de 06 (seis) meses;
- e) procedimento incompatível com a dignidade da função, assim entendido por maioria simples dos conselheiros integrantes do COMDEMA;
- f) pela condenação por sentença criminal com trânsito em julgado por crime doloso.

Art. 85. Os membros do COMDEMA terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período;

Art. 86. Os membros do COMDEMA eleitos, após nomeados e empossados pelo Prefeito, reunir-se-ão, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, e elegerão uma diretoria executiva composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretário.

### Seção III

#### Do Funcionamento

Art. 87. O exercício das funções de membro do COMDEMA reger-se-á pelo definido em seu Regimento Interno, observadas as disposições desta Lei.

§ 1º O exercício da função de conselheiro é considerado como prestação de serviços relevantes ao Município e não será remunerado.

§ 2º Os membros do COMDEMA, quando em viagem a serviço do Conselho, perceberão diária no valor dos limites estabelecidos na tabela de diárias para os servidores municipais de Forquilha, bem como as respectivas passagens.

Art. 88. O Conselho reunir-se-á, ordinariamente uma vez por bimestre, na forma estabelecida em seu Regimento Interno e, em caráter extraordinário, sempre que convocado pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) de seus membros titulares.

§ 1º As reuniões do Conselho, serão realizadas com a presença de membros efetivos e/ou seus suplentes, com a presença de, pelo menos, a maioria absoluta (50% mais um) de seus membros, e as deliberações serão por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 2º A critério do Conselho, poderão participar convidados com direito a voz.

Art. 89. O COMDEMA poderá instalar comissões técnicas, com a finalidade de examinar questões específicas do meio ambiente, de foros próprios, públicos ou privados, opinando sobre as mesmas perante o conjunto do órgão.

Art. 90. No prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua instalação o COMDEMA elaborará seu Regimento Interno, que deverá ser homologado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 91. O apoio técnico e administrativo do Conselho será prestado pela Secretaria Municipal de Governo, através da Coordenação dos Conselhos Municipais, responsável pela orientação, articulação, acompanhamento e avaliação do andamento dos trabalhos técnicos e administrativos do COMDEMA com o propósito de cuidar para que os objetivos, metas e cronogramas sejam executados e alcançados nos prazos estabelecidos.

Art. 92. O COMDEMA manterá com órgãos de Administração Municipal, Estadual e Federal estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à defesa o Meio Ambiente.

Art. 93. As decisões do COMDEMA serão consubstanciadas em Resoluções.

Art. 94. A instalação do COMDEMA e a composição dos seus membros ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da publicação desta Lei.

### Capítulo III



**DA FUNDAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE FORQUILHINHA**

Art. 95. A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, com sede e foro no Município de Forquilha, jurisdição em todo o seu território, com tempo indeterminado de duração, tem as seguintes competências:

- I - executar a política ambiental municipal, conforme os princípios, objetivos e diretrizes previstos nesta Lei Complementar;
- II - assessorar a Administração Pública Municipal em todos os aspectos relativos à implementação da Política Municipal do Meio Ambiente;
- III - articular-se com órgãos municipais, estaduais, federais, internacionais e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas ambientais;
- IV - promover e apoiar as ações relacionadas à preservação, recuperação e a exploração racional dos recursos naturais presentes no território do Município;
- V - celebrar contratos, convênios, consórcios, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, inclusive estrangeiras, visando a desenvolver suas competências;
- VI - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para com os problemas de preservação e proteção ambiental;
- VII - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, adotando medidas preventivas e aplicando as penalidades e punições previstas na Legislação Ambiental;
- VIII - implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação criadas por lei municipal;
- IX - controlar e monitorar os padrões de qualidade ambiental previstos nesta Lei Complementar;
- X - propor ao Conselho Municipal de Defesa e Meio Ambiente - COMDEMA normas referentes ao meio ambiente e à proteção do patrimônio paisagístico do Município;
- XI - implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais, com a finalidade de executar atividades de reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagens e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município;
- XII - promover a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, incluindo a fauna, a flora e os recursos minerais;
- XIII - estimular a implantação e normatização das atividades relacionadas ao ecoturismo no Município;
- XIV - propor ao Conselho Municipal de Defesa e Meio Ambiente - COMDEMA a Política Municipal de Saneamento Ambiental;
- XVI - elaborar e executar projetos específicos de coleta seletiva;
- XVII - promover a participação social no planejamento, execução e vigilância das ações que visem à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável;
- XVIII - elaborar e executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;
- XIX - apoiar, com recursos próprios disponíveis, e procurar o apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como, para empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;
- XX - licenciar os empreendimentos e atividades consideradas de impacto ambiental local e aquelas que forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio.

§ 1º Os agentes públicos efetivos da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, com formação específica na área ambiental, ficarão investidos na atribuição do exercício de fiscalização.

§ 2º As ações e procedimentos relacionamentos à fiscalização ambiental municipal devem ser padronizadas e normatizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º As sanções administrativas constituem-se nas penalidades e medidas preventivas, previstas nas legislações federal, estadual e municipal, sendo aplicadas por processo administrativo infracional da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha.

§ 4º Nos casos de iminência ou ocorrência de degradação da qualidade ambiental, o órgão que tiver conhecimento do fato deverá determinar medidas para evitá-la, fazer cessá-la ou mitigá-la, comunicando imediatamente à Fundação Ambiental Municipal de Forquilha para as providências cabíveis.

§ 5º O disposto no caput deste artigo não impede o exercício, pelos entes federativos, da atribuição comum de fiscalização da conformidade de empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou utilizadores de recursos naturais com a legislação ambiental em vigor, prevalecendo o auto de infração ambiental lavrado por órgão que detenha a atribuição de licenciamento ou autorização de que se trata este artigo.

**Capítulo IV****DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Art. 96. Fica criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente, com a finalidade de mobilizar e gerir recursos para o financiamento de planos, programas e projetos que visem o uso racional dos recursos ambientais, à melhoria da qualidade do meio ambiente, à prevenção de danos ambientais e à promoção da educação ambiental.

§ 1º O Fundo Municipal de Meio Ambiente possui natureza contábil e financeira, é vinculado à Secretaria Municipal de Administração e/ou Fundação Ambiental Municipal de Forquilha e tem como gestor financeiro o Secretário Municipal de Administração e/ou Superintendente da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha.

§ 2º O órgão ao qual está vinculado o Fundo fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos seus objetivos.

Art. 96. O Fundo Municipal do Meio Ambiente será administrado pela Secretaria Municipal de Administração ou Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, em articulação com o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, e terá as seguintes atribuições:

- I - elaborar a proposta orçamentária do Fundo, submetendo-a para apreciação do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes, na época e na forma determinada em lei ou regulamento;
- II - organizar o plano anual de trabalho e cronograma de execução físico-financeiro, de acordo com os critérios e prioridades definidas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- III - celebrar convênios, acordos ou contratos, observada a legislação pertinente, com entidades públicas ou privadas, visando à execução das atividades custeadas com recursos do Fundo;
- IV - ordenar despesas com recursos do Fundo, respeitada a legislação pertinente;
- V - outras atribuições que lhe sejam pertinentes, na qualidade de gestão do Fundo e de acordo com a legislação específica;

VI - prestar contas dos recursos do Fundo aos órgãos competentes.

Art. 97. A execução dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente será aprovada pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, que terá competência para:

I - definir os critérios e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo;

II - fiscalizar a aplicação dos recursos;

III - apreciar a proposta orçamentária apresentada pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, antes de seu encaminhamento às autoridades competentes para inclusão no orçamento do Município;

IV - aprovar o plano anual de trabalho e o cronograma físico-financeiro apresentado pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha;

V - apreciar os relatórios técnicos e as prestações de contas apresentadas pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha, antes de seu encaminhamento aos órgãos de controle complementar;

VI - outras atribuições que lhe forem pertinentes na forma da legislação ambiental.

Art. 98. Constituirão recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente aqueles provenientes:

I - de dotações orçamentárias e créditos adicionais, na forma regulamentar;

II - de penalidades pecuniárias delas decorrentes, na forma regulamentar;

III - de transferências de recursos da União, do Estado ou de outras entidades públicas e privadas;

IV - de acordos, convênios, contratos e consórcios, de ajuda e cooperação interinstitucional;

V - de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, recebidos de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VI - de multas cobradas por infrações às normas ambientais, na forma da lei;

VII - de rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;

VIII - taxas de licenciamento e fiscalização ambiental e outros documentos emitidos pela Fundação Ambiental Municipal de Forquilha;

IX - de outros destinados por lei.

Art. 99. São considerados prioritários para a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente os planos, programas e projetos destinados a:

I - criação, manutenção e gerenciamentos de praças, unidades de conservação e demais áreas verdes ou de proteção ambiental;

II - educação ambiental;

III - desenvolvimentos e aperfeiçoamento de instrumentos de gestão, planejamento e controle ambiental;

IV - pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico;

V - manejo dos ecossistemas e extensão florestal;

VI - aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas;

VII - desenvolvimento institucional e capacitação de recursos humanos da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha ou de órgãos ou entidade municipal com atuação na área do meio ambiente;

VIII - pagamento pela prestação de serviços para execução de projetos específicos na área do meio ambiente;

IX - aquisição de material permanente e de consumo necessário ao desenvolvimento de seus projetos;

X - contratação de consultoria especializada;

XI - financiamento de programas e projetos de pesquisa e de qualificação de recursos humanos.

Parágrafo único. Os planos, os programas e os projetos financiados com os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente serão periodicamente revistos, de acordo com os princípios e as diretrizes da Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 100. O Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, terá vigência ilimitada.

Art. 101. Aplicam-se ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, instituído por esta Lei, todas as disposições constitucionais e legais que regem a instituição e operacionalização de fundos assemelhados.

### TÍTULO III

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 102. A dívida ativa poderá ser cobrada pela Procuradoria-Geral do Município de Forquilha, a quem incumbirá a defesa do patrimônio ambiental, inclusive à propositura de Ação Civil Pública Ambiental nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 103. Ficam sujeitas às normas dispostas nesta Lei Complementar pessoas físicas e jurídicas, inclusive órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais que pretenderem executar quaisquer das atividades passíveis de licenciamento ambiental de competência da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha.

Art. 104. Compete a Fundação Ambiental Municipal de Forquilha atuar supletivamente no cumprimento da Legislação Federal e Estadual relativamente à política do meio ambiente no Município de Forquilha.

Art. 105. Aplicam-se subsidiariamente à esta Lei as disposições das normas federais, estaduais e municipais vigentes, que digam respeito à proteção, conservação, preservação, controle de poluição e degradação ambiental, fiscalização dos recursos naturais e não naturais.

Art. 106. É facultado ao Município de Forquilha o exercício do licenciamento ambiental por meio de consórcios intermunicipais, com atribuição para análise técnica e jurídica dos processos de licenciamento ambiental, desde que devidamente instituído por lei.

Art. 107. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei Complementar naquilo que for necessário.

Art. 108. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta das dotações consignadas no orçamento vigente.

Art. 109. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 193, de 02 de dezembro de 1992, e a Lei Municipal nº 1.372, de 29 de maio de 2008.

Art. 110. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 21 de agosto de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 21 de agosto de 2020.

JULIANA TAVARES  
Chefe do Departamento de Governo

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 186 - 2020

Publicação Nº 2616025

DECRETO Nº 186, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2467 de 04 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2020, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI		
17.512.0035.2.077 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos		
3.3.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (12)	R\$	200.000,00
TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo		
14.01 – Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI		
17.512.0035.2.077 – Gerenciamento de Resíduos Sólidos		
4.4.90 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0900 (14)	R\$	200.000,00
TOTAL	R\$	200.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 21 DE AGOSTO 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3241 e 24/08/2020, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

### PORTARIA 10152020

Publicação Nº 2616049

PORTARIA Nº 1015, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido o servidor LUCAS BERTAOLLI ANDRADE, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 080.538.299-29, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 31 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 10162020**

Publicação Nº 2616051

PORTARIA Nº 1016, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.  
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 025/2020 da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – Sanefrai;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao servidor JULIO CEZAR FANTIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 072.295.819-66, nomeado no cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE ETA/ETE, Função Gratificada Nível 1, por ser responsável pelo setor de almoxarifado interno da Estação de Tratamento de Água – ETA, recebimentos dos materiais necessários para o andamento dos serviços referentes ao tratamento da água e destinação desses materiais para os servidores responsáveis, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 10172020**

Publicação Nº 2616053

PORTARIA Nº 1017, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora ALESSANDRA DEVENS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 007.693.309-16, nomeada no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 21 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 10182020**

Publicação Nº 2616055

PORTARIA Nº 1018, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal em cargo de Provimento Efetivo

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n.º 110/2010; de acordo com o Edital de Concurso Público 001/2017 - PMF, homologado pelos decretos 180/2017 e 192/2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear ALESSANDRA DEVENS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 007.693.309-16, no cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração fixada em Lei, a partir de 24 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 21 de agosto de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0011\_2020-PMF DOM**

Publicação Nº 2616056

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇOS Nº 0011/2020 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a Contratação de empresa do ramo para regularização do greide da rua, base em pedrisco, drenagem em tubos de concreto, bocas-de-lobo, calçamento com pedras irregulares, meio-fio e sinalização viária, na Rua Sem Denominação II, na localidade do Faxinal dos Carvalhos (Rua de acesso a Escola), na cidade de Fraiburgo – SC, com fornecimento de material e mão de obra, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante, houve a participação das empresas: – MATERBRÁS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME – enquadrada como microempresa, NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA – enquadrada como microempresa, SLW TECNOLOGIA EM LIMPEZA SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO EPP – enquadrada como empresa de pequeno porte e COLUFORT CONSTRUTORA EIRELI – enquadrada como microempresa. Quando da abertura dos envelopes de habilitação, foram HABILITADAS pela Comissão as empresas: MATERBRÁS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI ME; NOSSA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA e COLUFORT CONSTRUTORA EIRELI todas pela apresentação regular dos documentos, e INABILITADA a empresa SLW TECNOLOGIA EM LIMPEZA SANEAMENTO E CONSTRUÇÃO EPP – Por não apresentar Comprovante de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação. Desta forma transcorrido “in albis” o prazo recursal de 5 dias úteis, previsto no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, será designada data para abertura e julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS das empresas habilitadas. Havendo interposição de recursos as empresas serão intimadas posteriormente.

Fraiburgo (SC), 21 de agosto de 2020.

Claudete Ghelher Mathias – Prefeita

# Garopaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 207/2020

Publicação Nº 2618011

DECRETO N.º 207, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 92.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	92.000,00
10301251.075 - Aquisição de Veículos	92.000,00
4.4.90.0.2.14.001236 - Aplicações Diretas	92.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 92.000,00 (noventa e dois mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 208/2020

Publicação Nº 2618016

DECRETO N.º 208, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 2.957,39 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 2.957,39 (dois mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	2.957,39
0412291.006 - Aquisição de Veículos	2.957,39
4.4.90.0.3.00.000000 - Aplicações Diretas	2.957,39

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 2.957,39 (dois mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e nove centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 209/2020**

Publicação Nº 2618018

DECRETO N.º 209, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 249.343,84 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 249.343,84 (duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e tres reais e oitenta e quatro centavos) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	249.343,84
10301252.077 - Manutenção da Atenção Básica	197.710,00
3.1.90.0.2.14.000060 - Aplicações Diretas	116.000,00
3.1.90.0.2.14.001223 - Aplicações Diretas	81.710,00
10302252.078 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	51.633,84
3.1.90.0.1.52.000000 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.0.2.14.001067 - Aplicações Diretas	41.633,84

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 249.343,84 (duzentos e quarenta e nove mil, trezentos e quarenta e tres reais e oitenta e quatro centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 24/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 327.2020 ADILSON DA SILVA**

Publicação Nº 2616696

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 327/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: ADILSON DA SILVA

Objetivo: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

Valor: R\$ 1.490,16 (um mil e quatrocentos e noventa reais e dezesseis centavos) mensais

Vigência: De 16/08/2020 até 16/02/2021, prorrogável conforme legislação vigente

**EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 328.2020 EDEMIR TORQUATO**

Publicação Nº 2616697

Extrato de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado nº. 328/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Contratado: EDEMIR TORQUATO

Objetivo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Valor: R\$ 1.118,54 (um mil e cento e dezoito reais e cinquenta e quatro centavos) mensais

Vigência: De 18/08/2020 até 18/02/2021, prorrogável conforme legislação vigente



**LEI Nº 2.251, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2618036

LEI Nº 2.251, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A PRESENÇA DE PELO MENOS UM(A) PROFESSOR (A) CAPACITADO(A) EM LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) EM CADA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE GAROPABA".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Todas as Escolas Municipais de Educação Básica de Garopaba, a partir de 2021, devem ter em seu quadro de professores no mínimo uma pessoa capacitada em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Parágrafo único – O objetivo é promover inclusão e assegurar ao deficiente auditivo, sendo alunos e pais, igualdade de acesso, oportunidades e aprendizagem nas Escolas Municipais de Educação Básica de Garopaba, contando com professores capacitados e compromissados com a educação de todos.

Art. 2º. Os estabelecimentos de ensino do Município de Garopaba, terão o prazo de 12 (doze) meses para o cumprimento do que estabelece a presente lei.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 20 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**LEI Nº 2.252, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2618041

LEI Nº 2.252, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE PIAS OU LAVABOS QUÍMICOS – COM ÁGUA POTÁVEL, SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA OU SECADOR ELÉTRICO PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS EM EVENTOS PÚBLICOS OU PRIVADOS QUE UTILIZEM BANHEIROS QUÍMICOS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica obrigatório, no âmbito do município de Garopaba, a instalação de pias ou lavabos químicos, com água potável, sabonete líquido e papel toalha ou secador elétrico, para higienização das mãos, nos eventos públicos ou privados, que utilizem banheiros químicos, nos eventos culturais ou artísticos realizados ao ar livre.

Parágrafo Único. A quantidade de pias ou lavabos químicos a que se refere o "caput" deste artigo obedecerá a seguinte proporção:

I – de um a cinco banheiros químicos: no mínimo dois lavabos/pias;

II – a cada cinco banheiros químicos: somado a quantia de mais dois lavabos/pias;

Art. 2º O requerimento para concessão da licença para realização do evento ou espetáculo deverá ser instruído com documentos que comprove à satisfação das exigências descritas no art. 1º desta Lei.

Art. 3º Ficam responsáveis pela fiscalização do cumprimento dos termos desta Lei o órgão de vigilância sanitária do Município.

Art. 4º O descumprimento das exigências previstas, implicará na negativa de licença para realização do evento ou suspensão de alvará sanitário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**LEI Nº 2.253, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2618049

LEI Nº 2.253, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE VASOS, FLOREIRAS E OUTROS RECIPIENTES, SEM ESCOAMENTO, OU SEM ORIFÍCIO PARA ESCOAMENTO DE EXCESSO DE ÁGUA, BEM COMO DE BUQUES DE FLORES ARTIFICIAIS OU NATURAIS, QUE ESTEJAM ACONDICIONADOS EM SACOS PLÁSTICOS OU MATERIAIS QUE IMPEÇAM O ESCOAMENTO INTEGRAL DE ÁGUA, SOBRE OS JAZIGOS OU TÚMULOS E DEMAIS DEPENDÊNCIAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE GAROPABA”.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica proibida a utilização de vasos, floreiras e outros recipientes, sem escoamento, ou sem orifício para escoamento de excesso de água, bem como de buques de flores artificiais ou naturais, que estejam acondicionados em sacos plásticos ou materiais que impeçam o escoamento integral de água, sobre os jazigos ou túmulos e demais dependências do Cemitério Municipal de Garopaba”.

Art. 2º - Será permitido apenas, o uso de recipientes que possibilitem o escoamento integral da água, preferencialmente, flores naturais em vasos com areia e devidamente plantados.

Art. 3º - (VETADO).

Art. 4º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de agosto de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 24/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 040-2020**

Publicação Nº 2618020

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 040/2020

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 01 de Setembro de 2020 (01/09/2020), terça-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270094322019 (8316/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: CARLOS ROQUE ZUCCO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270011882020 (1399/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: L E R BORGES IND. COM. E EXP. DE ART. ESP. E ORTOP. (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270058402020 (6121/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: AUDACI GOMES DAMASIO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 21 de Agosto de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 041-2020**

Publicação Nº 2618022

## JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 041/2020

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 03 de Setembro de 2020 (03/09/2020), quinta-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão extraordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270060832020 (4155/2020) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ANTONIO ARSENIO RIVAS (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270080782019 (3844/2016) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MARIA ANGÉLICA GALANTI HOPPE (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270027962020 (8803/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: LUIZ GEOVANI POPPL (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

(Interessada).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 21 de Agosto de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 042-2020**

Publicação Nº 2618025

## JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 042/2020

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 08 de Setembro de 2020 (08/09/2020), terça-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10260070562018 (0377/2018) – Recurso Ordinário – Recorrente: SAMARA GONÇALVES FERREIRA; Participantes: SAMARA GONÇALVES FERREIRA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270094292019 (0066/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: GILBERTO BORGES. (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270094482019 (8420/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: CLEMENTE BERNARDINO MALTA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 21 de Agosto de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 043-2020**

Publicação Nº 2618027

## JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 043/2020

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 10 de Setembro de 2020 (10/09/2020), quinta-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão extraordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270006212020 (6798/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: EDSON PACHECO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10260063632018 (5965/2016) – Recurso Ordinário – Recorrente: Procuradoria Geral do município; Participantes: SANDRO DE AMORIM - ME (Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270069492016 (7150/2012) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: ISRAELEISRAEL

COMERCIO DE PIZZA LTDA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).  
(Interessada).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 21 de Agosto de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 044-2020

Publicação Nº 2618029

### JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

#### PAUTA DE JULGAMENTO Nº 044/2020

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 15 de Setembro de 2020 (15/09/2020), terça-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270094302019 (4735/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: JOÃO DOMINGOS DA SILVEIRA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270094092019 (9256/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: OSVALDO CONCEIÇÃO. (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270081562019 (0002/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MILTON JOSÉ PEREIRA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 21 de Agosto de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 045-2020

Publicação Nº 2618031

### JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

#### PAUTA DE JULGAMENTO Nº 045/2020

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 17 de Setembro de 2020 (17/09/2020), quinta-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão extraordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270077152019 (8499/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: LILIAN LA DWIG (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270094402019 (8369/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MARIA ODETE DOS ANJOS (Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270094102019 (0023/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: EMILY CRISTINA DE SOUZA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).  
(Interessada).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 21 de Agosto de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 046-2020**

Publicação Nº 2618033

## JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 046/2020

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 22 de Setembro de 2020 (22/09/2020), terça-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270094492019 (8298/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MAURINO VIEIRA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270094132019 (8218/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: SILVIA AMANDA KOBIELSKI. (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270094312019 (3925/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: GABRIEL CONSTANTE (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 21 de Agosto de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 047-2020**

Publicação Nº 2618037

## JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 047/2020

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 24 de Setembro de 2020 (24/09/2020), quinta-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão extraordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270094112019 (9133/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: FRANCO ZANIOLO BERTAGNOLI (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270094152019 (0021/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS (Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270094212019 (8322/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: MANOEL ARGEMIRO RAMOS (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

(Interessada).

Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 21 de Agosto de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 048-2020**

Publicação Nº 2618035

## JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS

## PAUTA DE JULGAMENTO Nº 048/2020

Na condição de Secretário da JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS FISCAIS, sito à Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, bairro Centro, Garopaba/SC, faço saber a quem possa interessar que, no dia 29 de Setembro de 2020 (29/09/2020), terça-feira às 19 horas e 15 minutos, em sessão ordinária, serão julgados na sala de sessões os recursos referentes aos seguintes processos:

10270094432019 (6119/2016) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: JOÃO CARLOS BERNARDO (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: CARLOS RAFAEL MACANHO DUTRA.

10270080832019 (0322/2018) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: NELSON LUIZ HEINECK. (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).

Relator: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR.

10270094512019 (8415/2019) – Reexame Necessário – Recorrente: Autoridade Julgador de Primeira Instância; Participantes: PORFIRIO

MANOEL VIEIRA (Requerente/ Interessado); Secretaria Municipal de Fazenda (Requerida).  
Relator: SUELEN BARICALLA DE OLIVEIRA.

Garopaba, 21 de Agosto de 2020.

Marcelo da Fonte Albuquerque  
Secretário da JARF

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 154/2020

Publicação Nº 2616205

DECRETO Nº. 154 de 21 de agosto de 2020

“Dispõe sobre a nomeação da senhora JANAYNA DA SILVA RODRIGUES para o cargo comissionado de Diretor de Esporte e Turismo.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1º. – Fica nomeada a senhora JANAYNA DA SILVA RODRIGUES, portadora do CPF nº 071.906.379-58, para o cargo comissionado de Diretor de Esporte e Turismo, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Esporte e Turismo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a contar de 24 de agosto de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal



# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2019

Publicação Nº 2616005

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 283/2019

AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 163/2019

Objeto: Registro de Preços visando à eventual e futura aquisição de materiais e equipamentos, incluindo os serviços de conservação, bem como as intervenções necessárias para readequação do sistema luminotécnico, nos logradouros do Município de Gaspar. O MUNICÍPIO DE GASPAR torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais possa interessar, que a licitação supramencionada foi ANULADA. Base Legal: artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

Gaspar (SC), 20 de agosto de 2020.

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020

Publicação Nº 2616413

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 167/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2020

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Gás de Cozinha (GLP) e Vasilhames, Com Entrega - Repetição. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 08/09/2020, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br). Gaspar (SC), 21/08/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

### DECRETO Nº 9.527, DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615775

DECRETO Nº 9.527, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM A COMISSÃO INTERSETORIAL DE PLANEJAMENTO DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS NO MUNICÍPIO DE GASPAR E ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO N.º 9.486, DE 03 DE AGOSTO DE 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, os membros abaixo especificados, para integrarem a Comissão Intersetorial de Planejamento de Retorno às Aulas Presenciais no Município de Gaspar, acrescentando e alterando dispositivos do Decreto n.º 9.486, de 03 de agosto de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º [...]

I - Representantes da Secretaria de Educação:

[...]

f) Jacqueline Andrade;

[...]

XIV - Representantes do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Gaspar:

a) Jeferson Debus - Titular;

b) Loiva Teresinha Vergutz – Suplente

XV - Representantes dos Profissionais da Educação do Município de Gaspar:

a) Regiani Zwang - Titular;

b) Rozangela Aparecida Alves Elias – Suplente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar



**DECRETO Nº 9.528, DE 14 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615772

DECRETO Nº 9.528, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR EDUARDO ERNESTO DIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a vacância do cargo de Técnico em Contabilidade, do servidor EDUARDO ERNESTO DIAS, inscrito no CPF sob o nº 368.908.040-15, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, com 40 horas semanais, ao qual foi nomeado pelo Decreto n.º 2.750, de 03 de junho de 2008, em virtude de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, a partir de 07 de agosto de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 07 de agosto de 2020.

Gaspar, 14 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 9.530, DE 17 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615766

DECRETO Nº 9.530, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA MARTA CAROLINA SCHMIDT DE SOUSA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORA DE SERVIÇOS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 17 de agosto de 2020, MARTA CAROLINA SCHMIDT DE SOUSA, inscrita no CPF sob o nº 065.548.959-22, para o exercício de cargo em comissão de Coordenadora de Serviços, da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, ref. 33, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2020.

Gaspar, 17 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 9.531, DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615764

DECRETO Nº 9.531, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

NOMEIA JOÃO VITOR DOS SANTOS PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE OBRAS DO BELCHIOR.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 18 de agosto de 2020, o servidor JOÃO VITOR DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 112.976.329-31, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Obras do Belchior, do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, ref. 55, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18 de agosto de 2020.

Gaspar, 19 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 9.534, DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615761

DECRETO Nº 9.534, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

EXTINGUE APOSENTADORIA EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DE JOSE LANA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica extinta, a partir de 12 de agosto de 2020, a aposentadoria de JOSE LANA em virtude de seu falecimento, concedida através do Decreto n.º 2.871, de 1º de agosto de 2008.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 12 de agosto de 2020.

Gaspar, 19 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**EXTRATO ADITIVO 5 CONTRATO SAF-151/2019**

Publicação Nº 2616219

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO DO ADITIVO Nº 5 CONTRATO Nº SAF-151/2019

Tomada de Preços nº.: 15/2019. OBJETO: prorrogação dos prazos de execução (até 20/09/2020) e vigência (até 01/11/2020) do contrato para pavimentação e drenagem da Rua Porcínio Luiz da Silva. CONTRATADA: FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA (03.453.030/0001-41). CLEVERTON JOÃO BATISTA - Secretário de Planejamento Territorial

**PORTARIA Nº 6.427, DE 12 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615794

PORTARIA Nº 6.427, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SERVIDORES DE SECRETARIAS A SEREM DEFINIDAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, com fundamento nos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e

Considerando o teor da notícia de possível irregularidade, realizada através dos Memorandos n.º 57/2020 e n.º 62/2020 da Secretaria Municipal da Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurada sindicância para apurar a responsabilidade de servidores de Secretarias Municipais a serem definidas, pelo desaparecimento de um refrigerador deixado no depósito da Ponte do Vale, juntamente com demais móveis, sendo constatada a ausência do bem em 26/05/2020, conforme consta nos Memorando n.º 57/2020 e n.º 62/2020 oriundos da Secretaria da Saúde.

Art. 2º A sindicância será conduzida pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Dulcinéia Santos, Sarah Ribeiro Ribas e Luis Cesar Hening, sob a presidência da primeira.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 12 de agosto de 2020.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 6.428, DE 12 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615791

PORTARIA Nº 6.428, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR J. L. R.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e aos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n.º 1.305 de 09 de outubro de 1991, e

Considerando o teor do Memorando n.º 58/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como dos demais documentos anexos que fazem parte integrante da portaria,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor J. L. R., matrícula n.º 13.123, ocupante do cargo efetivo de Motorista, em decorrência dos fatos delineados no Memorando n.º 58/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, e na documentação anexa ao referido Memorando.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Dulcinéia Santos, Sarah Ribeiro Ribas e Luis Cesar Hening, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência dos fatos denunciados, estará o servidor sujeito à penalização, com fundamento no artigo 146, incisos I, III e VII da Lei Municipal n.º 1.305/1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 12 de agosto de 2020.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 6.429, DE 12 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615789

PORTARIA Nº 6.429, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR P. DA S.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e aos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n.º 1.305 de 09 de outubro de 1991, e

Considerando o teor dos Memorandos n.º 052/ 2020 e n.º 092/2020 da Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa - Superintendência de Trânsito, bem como dos demais documentos anexos que fazem parte integrante da portaria,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor P. da S., matrícula n.º 6.629, ocupante do cargo efetivo de Agente Municipal de Trânsito, em decorrência dos fatos delineados no Memorando n.º 092/2020 da Secretaria Municipal Da Fazenda e Gestão Administrativa - Superintendência de Trânsito, e na documentação anexa ao referido Memorando.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Dulcinéia Santos, Sarah Ribeiro Ribas e Luis Cesar Hening, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência dos fatos denunciados, estará o servidor sujeito à penalização, com fundamento no artigo 146, incisos III e VI, no artigo 147, inciso II e XVII, bem como no artigo 162, inciso XIII, todos da Lei Municipal n.º 1.305/1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 12 de agosto de 2020.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 6.430, DE 12 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615788

PORTARIA Nº 6.430, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR W. P.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, e aos artigos 173 e seguintes da Lei Municipal n.º 1.305 de 09 de outubro de 1991, e

Considerando o teor dos Memorandos n.º 13/2020 e n.º 59/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, bem como dos demais documentos anexos que fazem parte integrante da portaria,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade do servidor W. P., matrícula n.º 9.783, ocupante do cargo efetivo de Dentista ESF, em decorrência dos fatos delineados nos Memorandos n.º 13/2020 e n.º 59/2020 da Secretaria Municipal de Saúde, e na documentação anexa ao referido Memorando.

Art. 2º O processo administrativo disciplinar será conduzido pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos servidores Dulcinéia Santos, Sarah Ribeiro Ribas e Luis Cesar Hening, sob a presidência da primeira.

Art. 3º Caso comprovada a ocorrência dos fatos denunciados, estará o servidor sujeito à penalização, com fundamento no artigo 146, incisos I, III e X; artigo 147, inciso XIV; e artigo 162, incisos III e VI, todos da Lei Municipal n.º 1.305/1991.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Os servidores designados para participar da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para composição do relatório final.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 12 de agosto de 2020.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA Nº 6.431, DE 12 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615755

PORTARIA Nº 6.431, DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

CEDE A SERVIDORA VANESSA FERNANDA SCHMITT, PARA OCUPAR CARGO DE SUBSECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROTEÇÃO AMBIENTAL E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ceder a servidora VANESSA FERNANDA SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados II, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, para exercer o cargo de Subsecretária de Desenvolvimento Sustentável, Proteção Ambiental e Unidades de Conservação do Estado de Goiás.

Art. 2º A referida cessão se efetivará a partir de 14 de agosto de 2020, e não trará quaisquer ônus para o Município de Gaspar.

Art. 3º Fica revogada, a partir de 13 de agosto de 2020, a Portaria nº 5.658, de 18 de outubro de 2018, que cedeu a servidora VANESSA FERNANDA SCHMITT para exercer o cargo de Assessora Símbolo CA- I, junto à agência reguladora de águas, energia e saneamento básico do distrito federal – ADASA.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13 de agosto de 2020.

Gaspar, 12 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

**PORTARIA N° 6.448, DE 14 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2615758

PORTARIA N° 6.448, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

REMOVE DE OFÍCIO A SERVIDORA MARIZE BERNZ ROTTA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no artigo 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 35 da Lei Municipal n.º 1.305, de 09 de outubro de 1991 e, Considerando a conclusão proferida pela Comissão Especial de Remoção de Ofício de Funcionários da E.E.B. Zenaide S. Costa, a qual foi nomeada pelo Decreto n.º 9.144, de 11 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Remover de ofício, a partir de 11 de agosto de 2020, a servidora MARIZE BERNZ ROTTA, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada com 40 horas semanais na E.E.B. Zenaide Schmitt Costa, passando a ter lotação de 40 horas semanais na E.E.B. Ferandino Dagnoni.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11 de agosto de 2020.

Gaspar, 14 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA N° 6.449, DE 14 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2615760

PORTARIA N° 6.449, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

REMOVE DE OFÍCIO A SERVIDORA MADALENA DALVA MENGARDA SCHMITT.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no artigo 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 35 da Lei Municipal n.º 1.305, de 09 de outubro de 1991 e, Considerando a conclusão proferida pela Comissão Especial de Remoção de Ofício de Funcionários da E.E.B. Profº Vitório Anacleto Cardoso, a qual foi nomeada pelo Decreto n.º 9.128, de 02 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Remover de ofício, a partir de 11 de agosto de 2020, a servidora MADALENA DALVA MENGARDA SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de Coordenador Pedagógico, lotada com 40 horas semanais na E.E.B. Profº Vitório Anacleto Cardoso, passando a ter lotação de 40 horas semanais na E.E.B. Ferandino Dagnoni.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 11 de agosto de 2020.

Gaspar, 14 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

**PORTARIA N° 6.450, DE 17 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2615754

PORTARIA N° 6.450, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA VIVIANE WEHMUTH LANA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora VIVIANE WEHMUTH LANA, inscrita no CPF sob o nº 940.358.069-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturária, lotado com 40 horas semanais na Secretaria de Saúde, fica à disposição do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2020.

Gaspar, 17 de agosto de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito Municipal de Gaspar

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 99 DE 21 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE MEDIDAS UNIFICADAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2618042

DECRETO Nº 99 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS UNIFICADAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica e demais legislações aplicáveis,

CONSIDERANDO a Portaria SES n. 464/2020 que institui o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19 em Santa Catarina;

CONSIDERANDO o alinhamento dos prefeitos das cidades de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu em busca de medidas unificadas para controle da pandemia de forma regional,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidas as seguintes medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19), pelo período de 07 dias:

I - Fica proibido o acesso de pessoas, individual ou coletivamente, à areia das praias, com exceção dos seguintes casos:

- a) a prática individual de esportes aquáticos;
- b) a prática de pesca de arrasto e de tainha e maricultura, conforme regimento próprio;

II - As galerias e centros comerciais funcionarão de segunda à sábado, ficando proibida a prova de roupa em banheiros, provadores ou quaisquer outros locais e mediante a indicação de coordenador local que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização das medidas de combate e enfrentamento ao COVID-19;

III - Fica proibida a utilização de playgrounds, academias ao ar livre e arenas de esportes públicas;

IV - Fica proibida a permanência e a prática de atividades físico-desportivas de forma individual e coletiva nos ambientes ao ar livre, como parques, calçadões, ciclovias, Avenida Beira-mar, durante finais de semana e feriados, ficando permitido apenas o trânsito de bicicletas com a finalidade de deslocamento;

V - Fica proibida a permanência de pessoas nas áreas comuns dos condomínios residenciais, como piscinas, salões de festas, saunas, home cinema, academia e quadras poliesportivas;

VI - Os estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à prática regular de exercícios físicos, como academias de ginástica, lutas, musculação, estúdios, danças, treinamentos funcionais, crossfit, natação, hidroginástica, hidroterapias e áreas afins, poderão funcionar observando as seguintes medidas:

- a) cumprimento das normas previstas na Portaria SES nº 258/2020;
- b) limitar a ocupação a 30% (trinta por cento) da capacidade estabelecida pelo alvará do Corpo de Bombeiros e o distanciamento mínimo de 1,5m entre usuários;
- c) realizar a desinfecção total do ambiente uma vez por período, com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde;
- d) adotar o uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os funcionários;
- e) utilizar pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia;
- f) utilizar apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado;

VII - Fica autorizado o funcionamento dos complexos e arenas esportivas para prática e treinamento individual, desde que observadas as normas sanitárias vigentes na Portaria SES nº 275/2020 e mediante a adoção do uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os funcionários;

VIII - Fica proibido o uso de saunas instaladas em hotéis, academias, clubes e condomínios;

IX - Em relação às Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPI devem ser observadas as disposições da Portaria GAB/SES nº 252, de 13 de abril de 2020, com as alterações/inclusões dos artigos subsequentes e, ainda:

- a) ficam proibidas as visitas aos residentes das Instituições de Longa Permanência de Idosos, com exceção de residente que esteja em situação de saúde que envolva risco de morte;
- b) todos os funcionários das ILPIs devem respeitar um rigoroso isolamento social quando fora da instituição, evitando ao máximo a exposição à possível contaminação por COVID-19;
- c) os profissionais das ILPIs não devem ser trabalhadores de outros serviços de saúde.
- d) as ILPIs não devem permitir a entrada de pessoas estranhas à instituição, com exceção à entrada de socorristas em razão de eventual emergência;

X - Continuam proibidos, em todo o território, treinos e jogos de desporto coletivo profissional e amador, com exceção do disposto na Portaria SES n. 466, de 06 de julho de 2020;

XI - Ficam proibidas as atividades de ensino presencial, realizadas por estabelecimentos públicos e privados, para a modalidade de cursos livres sendo que as excepcionalidades relacionadas à serviços essenciais, como os de segurança, devem ser tratadas individualmente pela Secretaria Municipal de Saúde;

XII - Ficam proibidas as aulas presenciais teóricas nos Centros de Formação de Condutores, podendo as aulas teóricas serem ministradas



aos alunos através de vídeo aulas;

XIII - Os restaurantes, food parks, lanchonetes, cafeterias, pizzarias, bares, adegas e demais atividades correlatas, têm autorização para permanecerem abertos com atendimento ao público, com acesso e uso do ambiente interno, durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19, desde que observado o seguinte:

- a) atendimento integral da Portaria SES n. 256 de 21 de abril de 2020;
- b) manutenção do afastamento mínimo de 1,5m (um metro e cinquenta centímetros) de raio entre cada cliente que estiver consumindo no local;
- c) máximo de quatro clientes por mesa, exceto nos casos de pessoas que coabitam na mesma unidade residencial, inclusive para mesas em calçadas e áreas externas;
- d) permitir o consumo de alimentos ou bebidas apenas por pessoas sentadas;
- e) no caso de restaurantes, a entrada do último cliente poderá se dar até às 22 horas;
- f) encerramento das atividades às 23h;
- g) proibição de som ao vivo;
- h) proibição de utilização de atrativos como espaços kids, jogos de sinuca e similares;
- i) proibição de narguilés;

XIV - Os restaurantes, food parks, lanchonetes, cafeterias, pizzarias, bares, adegas e demais atividades correlatas poderão funcionar também na modalidade do tipo tele-entrega (delivery), até as 23h, retirada na porta e/ou balcão (take out) ou drive thru, observando, ainda:

- a) nos pontos de atendimento ao cliente, deve ser disponibilizado dispensador de álcool gel;
- b) não poderão disponibilizar autoatendimento de produtos não embalados aos clientes;
- c) todos os trabalhadores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo o seu turno de serviço, independentemente de estarem em contato direto com o público;

XV - Padarias e confeitarias poderão funcionar todos os dias, até às 23h, devendo observar as regras dispostas nos incisos anteriores no caso de funcionamento de café e lanchonete, quando houver;

XVI - Fica autorizada a prestação de serviços autônomos e por profissionais liberais, desde que observada a necessidade de agendamento para atendimento individual, respeitando o limite de ocupação de 50% do espaço do local, a necessidade de distanciamento de pelo menos 1,5m entre pessoas e o reforço das medidas de biossegurança;

XVII - Os serviços autônomos e de profissionais liberais que exigirem uma maior aproximação do prestador do serviço e o cliente, deverão ser realizados com a utilização de luvas e máscaras;

XVIII - O comércio em geral poderá funcionar de segunda a sábado, das 6h às 20h, e deverá respeitar as seguintes exigências:

- a) limitação de permanência dentro do estabelecimento de 01 (um) cliente por atendente e de 01 pessoa para cada 4m<sup>2</sup> (quatro metros quadrados) de área do local;
- b) observar a distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;
- c) garantir a circulação de ar externo nos estabelecimentos, mantendo-se as janelas e portas abertas, sendo recomendada a não utilização de aparelhos de ar condicionado;
- d) organizar as filas externas, com a permanência de 1 (uma) pessoa a cada 2m (dois metros);
- e) assegurar que todos os clientes, antes de adentrarem no estabelecimento, higienizem suas mãos com álcool gel 70% (setenta por cento) e utilizem máscaras;
- f) fica proibida a experimentação de roupas, calçados, acessórios e afins;
- g) afixar cartaz com informação de quantitativo máximo de pessoas permitidas no local e realizar a aferição da temperatura corporal dos clientes e funcionários antes de adentrarem o recinto através de termômetros infravermelhos ou instrumentos correlatos;

XIX - Os supermercados poderão funcionar todos os dias, das 6h às 23h e deverão observar as seguintes normas adicionais:

- a) realizar a aferição da temperatura corporal dos clientes e funcionários antes de adentrarem o recinto através de termômetros infravermelhos ou instrumentos correlatos e afixar cartaz com informação de quantitativo máximo de pessoas permitidas no local;
- b) operar com ocupação máxima de 40% (quarenta por cento);
- c) proibir as atividades de promotores de vendas que não trabalhem de forma fixa em uma unidade;
- d) proibir a degustação de alimentos e bebidas;
- e) permitir a entrada de apenas uma pessoa por família, salvo responsável com criança;

XX - As conveniências de postos de combustíveis e estabelecimentos comerciais em geral deverão encerrar suas atividades às 23 horas durante todos os dias da semana e deverão observar as regras de higienização e distanciamento social e proibir o consumo de alimentos e bebidas no local;

XXI - As conveniências localizadas dentro de postos de combustíveis 24h poderão permanecer abertas apenas para pagamento de produtos, ficando vedado o consumo e permanência no local;

XXII - Os hotéis, pousadas e similares deverão cumprir as regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº 244/2020 e, ainda, os hotéis e pousadas deverão cumprir, no que couber, as seguintes medidas adicionais:

- a) no momento da realização do check in deverá ser aplicado formulário de detecção de pacientes sintomáticos respiratórios;
- b) os hotéis com capacidade igual ou maior a 20 (vinte) quartos deverão realizar a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrarem ao estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato;
- c) disponibilizar álcool gel 70% para uso dos clientes na recepção, nas portas dos elevadores e nos corredores de acesso aos quartos;
- d) não permitir a permanência e circulação em espaços comuns, como saunas e salas de reunião;
- e) fica recomendada a não utilização de sistemas de ar-condicionado central;
- f) os hóspedes deverão utilizar máscaras em todos os espaços do hotel, exceto no interior dos quartos;
- g) o estabelecimento deverá definir e executar protocolos de desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos diários para todos os

ambientes e após cada check-out de hóspedes;

h) todos os trabalhadores deverão usar máscaras durante todo seu turno de serviço, independentemente de estarem em contato direto com o público;

i) os espaços de playgrounds devem funcionar com agendamento prévio e dispor de profissional responsável pela supervisão do uso, cumprimento das regras sanitárias de distanciamento e higienização e, ainda:

1. que se respeite a limitação máxima de uma criança por brinquedo e, no máximo, cinco crianças com um acompanhante cada no espaço ao mesmo tempo;
2. que seja respeitado o distanciamento social recomendado de dois metros entre todos os usuários, salvo aqueles ocupantes da mesma unidade habitacional;
3. que se realize a higienização com álcool 70% ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos, tanto para o tipo de degermante quanto para os pontos possíveis de higienização, após a utilização por cada usuário;
4. que seja disponibilizado álcool 70% para higienização de mãos.

j) as piscinas poderão ser utilizadas individualmente ou por ocupantes da mesma unidade habitacional, mediante agendamento, desde que disponham de colaborador para higienização das áreas de contato e aplicação das regras sanitárias vigentes e, ainda:

1. que os parâmetros físico-químicos e bacteriológicos estejam em conformidade com as normas vigentes;
2. que se higienize após cada utilização as escadas, mesas, espreguiçadeiras ou qualquer outro mobiliário utilizado pelo(s) usuário(s);
3. que as orientações ao usuário estejam em local visível e que seja disponibilizado álcool gel;
4. que não se permita a utilização por pessoas com sintomas sugestivos de infecção pelo COVID-19.

k) as academias poderão ser utilizadas desde que licenciadas para este fim, com supervisão de um profissional durante todo turno de funcionamento e cumprimento das regras previstas na Portaria SES nº 258/2020;

XXIII - As igrejas, templos religiosos e afins, poderão funcionar com ocupação máxima de 30%, e deverão cumprir as seguintes obrigações:

- a) observar o disposto na Portaria SES nº 254, de 20 de abril de 2020;
- b) sempre que possível, garantir a circulação de ar externo, mantendo-se as janelas e portas abertas, sendo recomendada a não utilização de aparelhos de ar condicionado;
- c) realizar a aferição de temperatura corporal de todas as pessoas antes de adentrarem ao estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato;
- d) os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;
- e) deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

XXIV - As feiras livres poderão ocorrer de segunda-feira a sábado e devem obedecer ao seguinte regimento:

- a) É obrigatório o uso de máscara por todos, incluindo clientes e atendentes;
- b) Deve ser respeitado o distanciamento mínimo de 4 metros entre as barracas;
- c) Deve ser atendido um cliente por vez e por atendente, mantendo o distanciamento de 2 metros;
- d) Cada barraca é responsável pela organização de sua fila e deve garantir o distanciamento de 2 metros entre cada cliente;
- e) Todo cliente deve higienizar as mãos com álcool 70% antes de tocar os produtos;
- f) Os atendentes devem higienizar as mãos com álcool 70% a cada atendimento;
- g) Recomenda-se, quando possível, que haja controle de acesso a feira a fim de evitar aglomeração.
- h) É proibida a degustação de alimentos e bebidas;
- i) Os alimentos devem ser selecionados, embalados e pesados pelos atendentes.

XXV - Continuam proibidas em todo território municipal as atividades de visitação turística às ilhas, casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público, ressalvada a modalidade drive in, prevista e regulamentada na forma da Portaria SES nº 465 de 06 de julho de 2020;

XXVI - Ficam proibidas as festas residenciais, estando o descumprimento desta determinação sujeito, em caso de flagrante delito, ao ingresso de autoridades competentes em residência para verificação, nos termos art. 5º, XI, da Constituição Federal e do art. 268 do Código Penal;

XXVII - As agências bancárias deverão dispor de um funcionário local para organizar o distanciamento nas filas e o uso de máscaras em dias úteis e devem dispor de álcool gel 70% junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana.

XXVIII – Permanecem suspensas as aulas presenciais nas unidades da rede pública e privada de ensino, incluindo educação infantil, fundamental, nível médio, EJA - educação de jovens e adultos, técnico, ensino superior e pós graduação.

Art. 2º É obrigatória a utilização de máscara em todo território municipal.

Parágrafo único. A obrigação a que se refere o caput deste artigo se aplica ainda às áreas comuns dos condomínios residenciais.

Art. 3º Todos os estabelecimentos que descumprirem as regras previstas neste Decreto devem ser interditados por, no mínimo, 07 (sete) dias, sem prejuízo da aplicação de multas, ainda que tenham protocolado pedido de desinterdição em prazo anterior.

Art. 4º O Fiscal de Obras e Serviços Urbanos fica responsável por constatar e noticiar a ocorrência de infrações sanitárias específicas por descumprimento às medidas restritivas impostas pelo Município neste Decreto, independentemente da presença de autoridade sanitária no ato de constatação.

§ 1º A responsabilidade do Fiscal de Obras e Serviços Urbanos prevista no caput visa, mediante ato material, a auxiliar a fiscalização das medidas de combate e prevenção ao coronavírus, podendo determinar fechamento imediato de estabelecimentos, cessação de atividade, dispersão de aglomerações, além de aplicação de multa, nos termos da Lei Complementar nº 1.348/2019 (Código Sanitário Municipal), a partir dos seguintes valores:

- I - Mínimo de R\$ 1.250,00 para pessoas físicas;
- II - Mínimo de R\$ 2.500,00 para pessoas jurídicas.



§3º. A sanção de advertência corresponde a uma notificação, por escrito, ao infrator, indicando as providências cabíveis para adequação.

§4º. A sanção de multa corresponde ao pagamento de obrigação pecuniária, pelo infrator, podendo ser cumulativa com quaisquer outras sanções que venham a ser aplicadas.

§5º. A sanção de suspensão do Alvará de Funcionamento do empreendimento corresponde à interdição temporária da atividade, pelo descumprimento às medidas emergenciais de prevenção, contenção de contágio e enfrentamento da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19).

§6º. A sanção de cassação do Alvará de Funcionamento do empreendimento corresponde à interdição, até o final do Estado de Calamidade Pública, em razão do reiterado descumprimento das medidas emergenciais de prevenção, contenção de contágio e enfrentamento da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19).

Artigo 5º. Os Fiscais do Município, a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e demais autoridades com poder de polícia ficam autorizados a adotar as medidas necessárias ao cumprimento das normas previstas no Decreto nº 79/2020

Art. 6º As medidas dispostas neste Decreto serão reavaliadas a qualquer tempo.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 22 de agosto de 2020.

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 21 de agosto de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

## **NOVO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP 69/2020**

Publicação Nº 2618039

### **NOVO AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

**PREGÃO PRESENCIAL 69/2020**

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.**

**NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 03/09/2020 até às 14h00min.**

**NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 03/09/2020 às 14h30min.**

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: [www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br](http://www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br)

Governador Celso Ramos, 24 de agosto de 2020.

Paulo Henrique Silveira de Souza  
Secretário de Administração

# Grão Pará

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

### EXTRATO CONTRATO 54-2020 FMS

Publicação Nº 2616237

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ

EXTRATO DO CONTRATO N. 54/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE TOTENS PARA ÁLCOOL EM GEL PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO COMO MEDIDA DE COMBATE AO COVID-19.

Contratada: ALCEDIR EDERILSO SOMBRIO FERNANDES 76757854953.

CNPJ: 20.206.377/0001-09.

Data de Assinatura do Contrato: 19/08/2020.

Valor do Contrato: R\$ 4.792,00.

Vigência do Contrato: até 31 de dezembro de 2020.

Grão-Pará/SC, 19 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIIUS

Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 1295/2020

Publicação Nº 2616352

DECRETO Nº. 1295/2020

Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 1.170.415,00 (um milhão, cento e setenta mil, quatrocentos e quinze reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 1.170.415,00 (um milhão, cento e setenta mil, quatrocentos e quinze reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

02 - Gabinete do Prefeito	
001 - Gabinete do Prefeito	
0004.0122.0002.2003 - Manutenção das Atividades do Gabinete Prefeito	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	52.415,00
0004.0122.0002.2006 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice-prefeito	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	13.900,00
03 – Procuradoria	
001 – Procuradoria	
0004.0062.0002.2007 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	44.370,00
04 - Secretaria de Administração e Finanças	
001 - Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Atividades de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e Patrimônio	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	114.200,00
0004.0122.0004.2097 - Manutenção das Atividades de Apoio a Serviços de Terceiros, JSM e Identificação	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	

01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	54.810,00
0004.0123.0004.2009 - Manutenção das Atividades de Controle Financeiro e Prestação de Contas	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	67.350,00
0004.0126.0004.2011 - Manutenção das Atividades de Apoio Administrativo, Pessoal e Ti	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	19.140,00
0004.0129.0004.2008 - Manutenção das Atividades de Arrecadação e Fiscalização	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	30.800,00
05 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
001 - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
0004.0121.0004.2013 - Manutenção das Atividades de Planejamento Urbano	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	175.000,00
0004.0125.0004.2014 - Manutenção das Atividades de Fiscalização Urbana	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	16.650,00
06 - Secretaria Municipal de Educação	
001 - Ensino Fundamental	
0012.0306.0005.2073 - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	45.270,00
004 - Ensino de Jovens e Adultos	
0012.0366.0005.2031 - Educação de Jovens e Adultos -EJA	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	

33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	11.690,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar	
0012.0306.0005.2074 - Alimentação Escolar - Pré-Escola	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	19.790,00
006 - Educação Infantil - Creches	
0012.0306.0005.2075 - Alimentação Escolar - Creche	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	55.000,00
08 - Secretaria de Infraestrutura	
001 - Secretaria de Infraestrutura	
0026.0782.0011.2091 - Manutenção de Estradas, Ruas, Calçadas, Canais, Córregos e Valas.	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	277.300,00
10 - Secretaria Municipal de Agricultura	
001 - Secretaria Municipal de Agricultura	
0020.0606.0008.2061 - Manutenção das Atividades de Apoio a Iniciativas Produtivas (Agrícola, Pecuária, etc.)	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	40.890,00
0020.0606.0008.2063 - Manutenção das Atividades de Veterinária e Inseminação Artificial	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	27.850,00
18 - Secretaria de Esporte e Lazer	
001 - Secretaria de Esporte e Lazer	
0027.0812.0015.2081 - Apoio ao Esporte Amador	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	40.700,00

0027.0812.0015.2083 - Manutenção das Atividades das Escolas de Esportes	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	35.000,00
0027.0812.0015.2099 - Manutenção de Estádios, Campos e Ginásios Esportivos	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	27.490,00
26 - Encargos Gerais do Município	
001 - Encargos Gerais do Município	
0028.0846.0000.0001 - Contribuição ao Pasep	
33000000000000000000 - Despesas correntes	
33300000000000000000 - Outras despesas correntes	
33390000000000000000 - Aplicações diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	800,00
TOTAL	1.170.415,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do crédito suplementar provêm do excesso de arrecadação apurado até a presente data na receita 41718991101000000000 Outras transferências da união, fonte 01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b), no valor de R\$ 1.170.415,00 (um milhão, cento e setenta mil, quatrocentos e quinze reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 21 de agosto de 2020.

Luis Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 998/2020

Publicação N° 2616222

PORTARIA N° 998/2020

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL, à servidora ROSELI ROLIM DA SILVA (Matr. 404), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, do Nível/Referência – 12/1/L, para o Nível – 12/1, Referência - M, 30 (trinta) horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, referente ao mês de novembro de 2019, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao mês de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 20 de agosto de 2020.

Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO 2 - 2020 TESTE RÁPIDOS COVID

Publicação N° 2617205

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO N° 6/2020 FMS

EDITAL PREGÃO N° 2/2020 FMS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ (SC), representada neste ato pela Secretária, MARLENE ALBERGUINI, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, como órgão gerenciador, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 008/2006, Instrução Normativa nº 08/2014 e alteração, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinado ao REGISTRO DE PREÇOS visando eventuais requisições futuras de TESTES RÁPIDOS COVID IGG e IGM.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Ibicaré, na Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso;

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 09 horas do dia 28 de agosto de 2020 e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), site: [www.ibicare.sc.gov.br](http://www.ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 21 de agosto de 2020

Marlene Alberguini

Gestora



# Ilhota

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO - REGISTRO DE PREÇO 039-2020 MUL E AGUAS DE ILHOTA - COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 2615961

PROCESSO Nº 321/2020

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 039/2020 – MUL e Águas de Ilhota

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – TOTAL POR ITEM
OBJETO	OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E SUAS SECRETARIAS, ALÉM DOS BOMBEIROS MILITARES E O SAMAE, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 09/09/2020 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 09/09/2020 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 21 de Agosto de 2020.

### CONTRATO 2017-017 - ADITIVO 017 - TP 01-2017 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DA RUA SEVERO SILVEIRA RAMOS

Publicação Nº 2616169

DECIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 017/2017, firmado em 26 de maio de 2017, com vigência a partir de 26 de maio de 2017 da data da ordem de serviço.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP Nº 88.320-000, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA, situada a Rod. BR 470, nº 2233 – Volta Grande – Navegantes, com registro no CNPJ sob número 75.862.946/0001 - 66, DORAVANTE DENOMINADO CONTRATADA, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI Nº 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 110/2017.  
Tomada de Preço: nº 01/17 - PMI  
Contrato: 017/2017

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO: Este aditivo tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA - TRECHO DE 278,40M DA RUA SEVERO SILVEIRA RAMOS (SILVÉRIO SILVEIRA RAMOS - CFME LEI MUNICIPAL 1829/2017) - BAIRRO MINAS, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 819683/2015/ MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA, CONFORME PROCESSO Nº 2622.1023711-15/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGENCIA - A vigência do contrato ora aditado fica prorrogado por 60 dias a partir de 22/08/2020, vencendo em 21/10/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUINTA - As partes elegem o FORUM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste

termo.

Ilhota, 21 de agosto de 2020.

## **CONTRATO 2019-051 - ADITIVO 005 - TP 010-2019 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA BONIFÁCIO MABA - ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA**

Publicação N° 2616172

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 051/2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP N° 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA SITUADA NA ROD. BR 470, N° 2233, VOLTA GRANDE, NA CIDADE DE NAVEGANTES/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 75.862.946/0001-66, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI N° 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 266/2019

Tomada de Preço 010/2019.

Contrato: 051/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA A RUA BONIFÁCIO MABA NO BAIRRO DAS MISSÕES DO MUNICÍPIO DE ILHOTA SANTA CATARINA, conforme memorial descritivo e especificações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 25/08/2020 até 24/10/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 21 de agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA  
CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Antonio Schöpping Filho  
Fiscal do Contrato  
CREA 116263-6

Viland Bork  
Gestor do Contrato  
CPF: 479.634.509-44

## **CONTRATO 2019-052 - ADITIVO 005 - TP 011-2019 - PAVIMENTAÇÃO DA RUA JOÃO DOMINGOS PEREIRA-ILHOTINHA**

Publicação N° 2616175

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 052/2019, FIRMADO EM 29 DE AGOSTO DE 2019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP N° 88320-000 NO MUNICÍPIO DE ILHOTA, E A ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA SITUADA NA ROD. BR 470, N° 2233, VOLTA GRANDE, NA CIDADE DE NAVEGANTES/SC, COM REGISTRO NO CNPJ SOB NÚMERO 75.862.946/0001-66, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI N° 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 267/2019

Tomada de Preço 011/2019.

Contrato: 052/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA A RUA JOÃO DOMINGOS PEREIRA NO BAIRRO ILHOTINHA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA SANTA CATARINA, conforme memorial descritivo e especificações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 25/08/2020 até 24/10/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUARTA - As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 21 de agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

CONTRATANTE

ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Antonio Schöpping Filho  
Fiscal do Contrato  
CREA 116263-6

\_\_\_\_\_  
Viland Bork  
Gestor do Contrato  
CPF: 479.634.509-44

# Imarui

## PREFEITURA

### 2ª ERRATA AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS FMS N° 001/2020

Publicação N° 2615896

#### 2ª ERRATA AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS FMS N° 001/2020

O Município de Imaruí torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizado correção no Edital de Licitação de Tomada de Preços FMS N° 001/2020, que tem como objeto contratação de empresa para conclusão da construção da Unidade Básica de Saúde do Centro de Imaruí/SC. Tendo em vista que as alterações afetarão na formulação das propostas por parte dos licitantes, fica estabelecido novo prazo. Entrega dos envelopes: até o dia 09/09/2020 às 08h45min no Setor de Protocolo, e a Sessão Pública para abertura dos envelopes no dia 09/09/2020 às 09 horas. O edital retificado ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 08h às 12h no setor de licitação, pelo e-mail [licitacao@imarui.sc.gov.br](mailto:licitacao@imarui.sc.gov.br) ou pelo site [www.imarui.sc.gov.br](http://www.imarui.sc.gov.br). Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 20 de agosto de 2020.

Francismari Rossi Lessa

Secretário Municipal de Saúde

# Imbituba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROC 103/2020 PREGÃO 47/2020 SEDUCE

Publicação Nº 2618047

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEDUCE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2020

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 47/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI (LC – 147/2014)

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 03 de setembro de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PINTURA E MÃO DE OBRA PARA PINTURA INTERNA DO GINÁSIO DE ESPORTES OLIVAR FRANCISCO LOCALIZADO NO CENTRO DE IMBITUBA/SC".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 24 de agosto de 2020

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 101/2020 DISPENSA Nº 39/2020 (PMI-SEDUCE)

Publicação Nº 2616402

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2020

PMI – SEDUCE

Objeto: CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A OUTORGA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DE SKATEPARK PÚBLICO, NO FORMATO BOWL, E ELABORAÇÃO DE PROJETO ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DE REFORMA, NO FORMATO STREET, COM ÁREA TOTAL DE APROXIMADAMENTE 800M², LOCALIZADO NA PRAÇA HENRIQUE LAGE, NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Contratado: SKATE SPOT - CONSTRUÇÕES, INCORPORAÇÕES E ARQUITETURA LTDA -EPP

Nome Fantasia: SPOT SKATEPARKS

CNPJ: 15.158.773/0001-78

Valor Total: R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais).

Fundamento: Artigo 24, inciso I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de agosto de 2020.

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 102/2020 DISPENSA Nº 40/2020 (SEFAZ/BOMBEIRO)

Publicação Nº 2616699

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2020

SEFAZ - BOMBEIRO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA PARA SERVIÇO DE INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REESTRUTURAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE COMPUTADORES POR CABO E SEM FIO NO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA

Contratado: TECOMNI LTDA - ME

CNPJ: 13.794.058/0001-04

Valor Total: R\$ 13.185,00 (Treze mil cento e oitenta e cinco reais).

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de agosto de 2020.

André Corrêa de Araújo

Cap BM Cmt. Int 2ªCBM/8ºBBM.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 36/2020 DISPENSA Nº 13/2020 (SEMUSA)**

Publicação Nº 2618051

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2020  
SEMUSA

Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL ATRAVÉS DE DISPENSA PARA LOCAÇÃO MENSAL DE BOMBA DE INFUSÃO PARA EQUIPAR A UTI DO HOSPITAL SÃO CAMILO NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-2019 NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Contratado: MEDIC-HELP COMERCIO ATACADISTA E ASSISTENCIA TÉCNICA LTDA- ME  
CNPJ: 31.180.745/0001-03.

Valor Mensal: R\$ 38.000,00 (Trinta e oito mil reais).

Valor Total: R\$ 228.000,00 (Duzentos e vinte e oito mil reais).

Fundamento: Artigo 24, Inciso IV da Lei 8.666/93, e suas alterações, e Lei Federal 13.979 de 06 de janeiro de 2020.

Imbituba, 24 de agosto de 2020.

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal da Saúde

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 87/2020 DISPENSA Nº 30/2020 (PMI-SEDUCE)**

Publicação Nº 2616338

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 30/2020  
PMI – SEDUCE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ALIMENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO SISTEMA SIOPE – SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE ORÇAMENTOS PÚBLICOS EM EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, EXERCÍCIO DE 2019 (6º BIMESTRE) E DE 2020 (DO 1º AO 5º BIMESTRE).

Contratado: FABULARE ASSESSORIA EM CONTABILIDADE PUBLICA EIRELI - EPP

CNPJ: 05.905.338/0001-06

Valor Total: R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais).

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de agosto de 2020.

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 88/2020 DISPENSA Nº 31/2020 (PMI-SEDUCE)**

Publicação Nº 2618068

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2020  
PMI – SEDUCE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE FRALDÁRIO EM MDF CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE ESTIMADAS E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTA MINUTA DE CONTRATO, PARA USO DOS ALUNOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO ESPECIAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

Contratado: PAULA MÓVEIS E DECORAÇÃO LTDA - ME

CNPJ: 11.590.053/0001-26

Valor Total: R\$ 16.950,00 (Dezesseis mil novecentos e cinquenta reais).

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de agosto de 2020.

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 89/2020 DISPENSA Nº 32/2020 (PMI-SEINFRA)**

Publicação Nº 2618069

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2020  
PMI – SEINFRA

Objeto: AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS LATERAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO

Contratado: IMBI MÁQUINAS EIRELI - ME

CNPJ: 25.313.328/0001-99

Valor Total: R\$ 10.200,00 (Dez mil e duzentos reais).  
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.  
Imbituba, 24 de agosto de 2020.  
Edilson Misael Antunes da Silva  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 90/2020 DISPENSA Nº 34/2020 (PMI-SEINFRA)**

Publicação Nº 2618070

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 34/2020  
PMI – SEINFRA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA Balsa Localizada no Bairro de Sambaqui.  
Contratado: DARLAN HENRIQUE MARTINS 05963268907 - ME  
CNPJ: 35.298.046/0001-13  
Valor Total: R\$ 16.450,00 (Dezesseis mil quatrocentos e cinquenta reais).  
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.  
Imbituba, 24 de agosto de 2020.  
Edilson Misael Antunes da Silva  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 91/2020 DISPENSA Nº 35/2020 (SEFAZ/BOMBEIRO)**

Publicação Nº 2618073

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 91/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2020  
SEFAZ - BOMBEIRO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PISO DE ALTO IMPACTO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA  
Contratado: PLT RECICLAGEM LTDA - ME  
CNPJ: 17.795.668/0001-75  
Valor Total: R\$ 1.670,00 (Um mil seiscentos e setenta reais).  
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.  
Imbituba, 24 de agosto de 2020.  
André Corrêa de Araújo  
Cap BM Cmt. Int 2ªCBM/8ºBBM.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 92/2020 DISPENSA Nº 36/2020 (SEFAZ/BOMBEIRO)**

Publicação Nº 2618074

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 92/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 36/2020  
SEFAZ - BOMBEIRO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE CFC – CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES (AUTO – ESCOLA) PARA SERVIÇOS DE MUDANÇA DE CATEGORIA DE CNH (CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO) DE MILITARES CONDUTORES DE VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA  
Contratado: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DAZYMBA LTDA - EPP  
CNPJ: 04.551.443/0001-21.  
Valor Total: R\$ 1.950,00 (Um mil novecentos e cinquenta reais).  
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.  
Imbituba, 24 de agosto de 2020.  
André Corrêa de Araújo  
Cap BM Cmt. Int 2ªCBM/8ºBBM.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 93/2020 DISPENSA Nº 37/2020 (PMI-SEDUCE)**

Publicação Nº 2618075

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2020  
PMI – SEDUCE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE RETROPROJETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PADRE DR. ITAMAR LUIS DA COSTA E DEPUTADO JOAQUIM RAMOS E ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ VANDERLEI MAYER.

Contratado: RETROPAR COMÉRCIO LTDA - EPP  
CNPJ: 85.329.126/0001-67

Valor Total: R\$ 2.220,00 (Dois mil duzentos e vinte reais).

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de agosto de 2020.

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 98/2020 DISPENSA Nº 38/2020 (PMI-SEDUCE)**

Publicação Nº 2616312

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 98/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2020  
PMI – SEDUCE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE MÁSCARAS DE TECIDO EM ALGODÃO, PARA USO DOS PROFESSORES, SERVENTES-MERENDEIRAS, ESTAGIÁRIAS E DEMAIS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, A FIM DE EVITAR A PROPAGAÇÃO DO CORONAVIRUS – COVID-19.

Contratado: LUCAS DA SILVA MARTINS 09800706941 - ME

Nome Fantasia: LUCAS MARTINS ATELIER

CNPJ: 24.524.913/0001-75

Valor Total: R\$ 4.900,00 (Quatro mil e novecentos reais).

Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de agosto de 2020.

Cristiane Tokarski Espezim

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 781/2020**

Publicação Nº 2616325

PORTARIA PMI/SEAD Nº 781, de 21 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 24 de agosto de 2020, a Sra. MARLIZE FERREIRA VENANCIO, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 952.166.939-04, em decorrência de sua aprovação em 39º lugar no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017, para exercer a função temporária de Servente Merendeira, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do afastamento da servidora titular do cargo, Sra. Maria Conceição de Carvalho, que encontra-se em auxílio-doença.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para a referida função temporária tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Imbituba, 21 de agosto de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD N° 782/2020

Publicação N° 2616313

PORTARIA PMI/SEAD N° 782, de 21 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD n° 21, de 08 de janeiro de 2019, alterada através da PORTARIA PMI/SEAD n° 91, de 04 de fevereiro de 2019 e PORTARIA PMI/SEAD n° 942, de 30 de setembro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar n° 1.984, de 16 de dezembro de 1999, Lei Complementar n° 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Memorando n° 13.904/2020 - SEDUCE e considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedida através da PORTARIA PMI/SEAD n° 21, de 08 de janeiro de 2019, alterada através da PORTARIA PMI/SEAD n° 91, de 04 de fevereiro de 2019 e PORTARIA PMI/SEAD n° 942, de 30 de setembro de 2019, da servidora, Sra. ROZENILDA MATOS RODRIGUES DA ROSA, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 560.324.639-15, admitida em 02 de março de 1998, contrato n° 491, referente ao q-inq-ênio devido, com nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	01.10.2019 a 30.10.2019 14.05.2021 a 12.06.2021 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de outubro de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD n° 942, de 30 de setembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 21 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD N° 783/2020

Publicação N° 2616702

PORTARIA PMI/SEAD N° 783, de 21 de agosto de 2020.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar n° 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando o Protocolo n° 10.448/2020, ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. JATIR JOÃO DE AMORIM, Odontólogo, inscrito no CPF sob o n.º 342.736.389-91, admitido em 01 de julho de 1994, contrato n° 209, referente ao q-inq-ênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2015 a 2020	01.09.2020 a 30.10.2020 01.03.2021 a 30.03.2021

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 21 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 784/2020

Publicação Nº 2617301

PORTARIA PMI/SEAD Nº 784, de 21 de agosto de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda todo o exposto no Memorando nº 11.235/2020,

#### RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, o abaixo relacionado, nomeado através da PORTARIA PMI/SEAD nº 712, de 03 de agosto de 2020 e posse em 04 de agosto de 2020 através da Portaria de Posse e Exercício PPE - PMI/SEAD nº 114/2020, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Lucas Cardoso Lessa	Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19	090.423.409-67	05/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 21 de agosto de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 785/2020

Publicação Nº 2617296

PORTARIA PMI/SEAD Nº 785, de 21 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Auxiliar de Serviços Gerais, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Memorando nº 10.534/2020;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 24 de agosto de 2020, o(a) Sr(a). MARISA DOS SANTOS SILVA, brasileira, inscrito no CPF sob o n.º 045.894.509-92, em decorrência de sua aprovação em 7º lugar no Concurso Público n. 01/2017, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em razão do desligamento de servidora de carreira, Sra. Ariela Alves Vieira.

Art. 2º O(A) nomeado(a) para o referido cargo tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o(a) nomeado(a) terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O(A) servidor(a) empossado(a) que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado(a), de ofício, do cargo ao qual fora nomeado(a).

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD N° 786/2020

Publicação N° 2617609

PORTARIA PMI/SEAD N° 786, de 21 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Auxiliar de Serviços ao Enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015; considerando a necessidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; considerando a necessidade de se manter a manutenção dos espaços públicos utilizados no enfrentamento do COVID-19, bem como, assegurar a manutenção dos locais de trabalho com medidas de prevenção; considerando todo o exposto no Memorando nº 13.549/2020 e de acordo com o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 21 de agosto de 2020, o candidato abaixo relacionado, visando a contratação emergencial e imediata de pessoal em caráter temporário, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços ao Enfrentamento do COVID-19, com a remuneração consignada na legislação pertinente, conforme quadro abaixo:

Nome	CPF
Nilson Soares Padilha	806.185.610-72

Art. 2º O nomeado para a referida função temporária deverá apresentar-se na Prefeitura Municipal de Imbituba no dia 21/08/2020, a partir das 09:00h, data da expedição deste ato, para tomar posse em caráter de emergência.

Parágrafo único. O não comparecimento do nomeado na data e horário estabelecido no art.2º deste ato, será tomado sem efeito o ato de nomeação por desistência.

Art. 3º O servidor empossado, não entrando em exercício, será exonerado de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 787/2020**

Publicação Nº 2617833

PORTARIA PMI/SEAD Nº 787, de 21 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor; com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015; considerando a necessidade de contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; considerando a necessidade de se manter a fiscalização ostensiva nos estabelecimentos cuja atividade permaneça suspensa, bem como, a fiscalização de áreas públicas no município de Imbituba, assegurando medidas de prevenção e enfrentamento ao COVID-19; considerando ainda todo o exposto no Memorando nº 11921/2020 e de acordo com o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 21 de agosto de 2020, o candidato abaixo relacionado, visando a contratação emergencial e imediata de pessoal em caráter temporário, para exercer o cargo de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19, com a remuneração consignada na legislação pertinente, conforme quadro abaixo:

Nome	CPF
Gelson Gregório	429.450.209-63

Art. 2º O nomeado para a referida função temporária deverá apresentar-se na Prefeitura Municipal de Imbituba no dia 21/08/2020, a partir das 09:00h, data da expedição deste ato, para tomar posse em caráter de emergência.

Parágrafo único. O não comparecimento do nomeado na data e horário estabelecido no art.2º deste ato, será tomado sem efeito o ato de nomeação por desistência.

Art. 3º O servidor empossado, não entrando em exercício, será exonerado de ofício, da função temporária ao qual fora nomeado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 788/2020**

Publicação Nº 2618046

PORTARIA PMI/SEAD Nº 788, de 21 de agosto de 2020.

Dispõe sobre a Nomeação de Assessor de Secretário - SEINFRA, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 14.069/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de agosto de 2020, o Sr. LUIZ ALBERTO BUTTER, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 645.932.079-91, para exercer o cargo de Assessor de Secretário junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado para o referido cargo possui o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o nomeado terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O servidor empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado, de ofício, do cargo ao qual fora nomeado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## **PORTARIA PMI/SEAD Nº 789/2020**

Publicação Nº 2618048

PORTARIA PMI/SEAD Nº 789, de 21 de agosto de 2020.  
Dispõe sobre a Nomeação de Chefe de Departamento - SEINFRA, e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 14.069/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de agosto de 2020, o Sr. JARDEL CARLOS MACHADO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 004.409.179-64, para exercer o cargo de Chefe de Departamento junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado para o referido cargo possui o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o nomeado terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O servidor empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado, de ofício, do cargo ao qual fora nomeado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## **PORTARIA PMI/SEAD Nº 790/2020**

Publicação Nº 2618052

PORTARIA PMI/SEAD Nº 790, de 21 de agosto de 2020.  
Dispõe sobre a Nomeação de Diretor de Serviços Públicos - SEINFRA, e da outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 14.069/2020, ainda o disposto na legislação em vigor,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, em 24 de agosto de 2020, o Sr. MAURÍCIO DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 009.366.909-76, para exercer o cargo de Diretor de Serviços Públicos junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O nomeado para o referido cargo possui o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregar toda a documentação

exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomar posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, o nomeado terá o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentar para o labor e entrar em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º O servidor empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido no art. 3º será exonerado, de ofício, do cargo ao qual fora nomeado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PPE - PMI/SEAD Nº 132/2020

Publicação Nº 2617729

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PPE - PMI/SEAD Nº 132/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD nº 786, de 21 de agosto de 2020, para exercer a função temporária de Auxiliar de Serviços ao Enfrentamento do COVID-19.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	CPF
Nilson Soares Padilha	806.185.610-72

Art. 2º Em conformidade com a legislação que rege os contratos temporários, o servidor entra em exercício em 21/08/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

## PPE - PMI/SEAD Nº 133/2020

Publicação Nº 2617897

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO  
PPE - PMI/SEAD Nº 133/2020

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88 e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD nº 787, de 21 de agosto de 2020, para exercer a função temporária de Fiscal de Controle ao Enfrentamento do COVID-19.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de

fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	CPF
Gelson Gregório	429.450.209-63

Art. 2º Em conformidade com a legislação que rege os contratos temporários, o servidor entra em exercício em 21/08/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 21 de agosto de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal



# Imbuia

## PREFEITURA

### EDITAL 28/2020

Publicação Nº 2615710

MUNICÍPIO DE IMBUIA – SC  
PROCESSO LICITATORIO Nº 28/2020  
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N 03/2020

O Município de Imbuia, SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 08:30h de 14/09/2020, no Setor de Licitações, estará selecionando melhor proposta para contratação sob regime de empreitada GLOBAL, para a CONTRATAÇÃO DE E EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PASSEIOS - RUA JOÃO RAITZ – TRECHO 02, NO MUNICÍPIO DE IMBUIA/SC, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PLANO DE AÇÃO N. 0903-003229/2020, MODALIDADE DE TRANSFERENCIAL ESPECIAL, PROGRAMA 0903, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E O MUNICÍPIO DE IMBUIA/SC, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários - conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-financeiro e Projeto, descritos nos Anexos integrante deste edital, cujas especificações detalhadas encontram-se na Relação dos Itens da Licitação, que faz parte integrante deste Edital como Anexo I. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado ou pelo Site [www.imbuia.sc.gov.br](http://www.imbuia.sc.gov.br) ou e-mail [adriana@imbuia.sc.gov.br](mailto:adriana@imbuia.sc.gov.br); Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 21/08/2020. Amilton Machado - Prefeito Municipal.

### EDITAL 29/2020

Publicação Nº 2615851

MUNICÍPIO DE IMBUIA – SC  
PROCESSO LICITATORIO Nº 29/2020  
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N 04/2020

O Município de Imbuia, SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 14:30h de 14/09/2020, no Setor de Licitações, estará selecionando melhor proposta para contratação sob regime de empreitada GLOBAL, para a CONTRATAÇÃO DE E EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA CONSTRUÇÃO DE GALPÃO DE 12,00 M X 20,00 M, EM ESTRUTURA DE MADEIRA COM TRATAMENTO EM AUTOCLAVE, COM PÉ-DIREITO DE 4,00 M, FECHAMENTO EM TÁBUAS, PORTÕES E TELHA METÁLICA, MONTADO NA LOCALIDADE DE NOVA ALEMANHÃ NO MUNICÍPIO DE IMBUIA/SC, com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos necessários - conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-financeiro e Projeto, descritos nos Anexos integrante deste edital, cujas especificações detalhadas encontram-se na Relação dos Itens da Licitação, que faz parte integrante deste Edital como Anexo I. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado ou pelo Site [www.imbuia.sc.gov.br](http://www.imbuia.sc.gov.br) ou e-mail [adriana@imbuia.sc.gov.br](mailto:adriana@imbuia.sc.gov.br); Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 21/08/2020. Amilton Machado - Prefeito Municipal.



# Indaial

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 075/2020

Publicação Nº 2615664

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 075/2020

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS.

CNPJ: 84.231.281/0001-83

OBJETO DO CONTRATO: O presente Contrato tem por objeto a Contratação de 10 (dez) leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI Adulto Tipo II – COVID-19 conforme descrito na Tabela SIGTAP/SUS e habilitados pelo Ministério da Saúde através da Portaria Nº 1.799, de 21 de julho de 2020, para atender situações de emergência de saúde pública provocadas pelo agente infeccioso COVID-19/SRAG (Síndrome Respiratória Aguda Grave), incluindo equipamentos, insumos e equipe multiprofissional de saúde.

VALOR ESTIMADO: R\$ 1.440.000,00

PRAZO: 12 de agosto de 2020 até 10 de novembro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 12/08/2020.

### DECRETO Nº 2426/2020

Publicação Nº 2615714

. DECRETO Nº 2426/20

. De 21 de agosto de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento de 2020 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, proveniente de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5475/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.440.000,00 (Hum milhão, quatrocentos e quarenta mil reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.004.0010.0302.0030.2472.33390000000000000000 CONVENIOS/CONTRATOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS ESPECIAIS EM SAÚDE	01381731	1.440.000,00
Total do Lote		1.440.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020 ref. receitas para o enfrentamento da emergência de saúde nacional – Covid-19 cfe. Portaria Ministerial 1799/2020 que habilita leitos de UTI para tratamento exclusivo da Covid-19.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de agosto de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### DECRETO Nº 2427/2020

Publicação Nº 2615916

. DECRETO Nº 2427/20

. De 21 de agosto de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2020 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.745/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.426.071,51 (HUM

MILHÃO E QUATROCENTOS E VINTE E SEIS MIL E SETENTA E UM REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotação	Valor
02.001 - Gabinete do Prefeito	
0004.0122.0002.2051 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - Gabinete do Prefeito	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	223.796,65
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	8.914,60
02.006 - Gabinete do Prefeito	
0022.0122.0002.2081 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - Assessoria de Desenvolvimento Econômico	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	29.456,76
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	2.192,40
04.001 - Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0004.2151 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - Secretaria de Administração e Finanças	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	320.085,56
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	19.957,80
06.001 - Secretaria de Agricultura	
0020.0122.0006.2251 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - Agricultura e Abastecimento	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	74.732,42
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	6.496,00
08.001 - Secretaria de Obras	
0015.0122.0008.2301 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - Secretaria de Obras	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	333.114,99
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	34.453,46
09.001 - Secretaria de Planejamento	
0015.0122.0009.2351 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - Secretaria de Planejamento	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	106.723,57
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	

01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	6.919,40
09.003 - Secretaria de Planejamento	
0006.0122.0009.2801 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - DEMUT-TIN	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	56.316,21
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	3.770,00
10.001 - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
0017.0122.0010.2401 - Manutenção do RH - Folha de Pagamento - Secretaria de Serviços Urbanos e Meio Ambiente	
33190000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	181.405,29
33390000000000000000 - Aplicações Diretas	
01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	17.736,40

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de agosto de 2020.

André Luiz Moser  
Prefeito  
Publique-se na Forma da Lei

## PORTARIA Nº 111/2020

Publicação Nº 2615973

. PORTARIA Nº 111/20  
. De 21 de agosto de 2020

Colocar temporariamente a Disposição da Secretaria de Saúde /CTC – Centro de Triagem para COVID / Ana Maria Nunes

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo corona vírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional.

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19.

CONSIDERANDO, que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto Estadual nº 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19.

CONSIDERANDO que foi decretada Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Indaial, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (COVID-19), por meio do Decreto Municipal nº 2128/2020.

CONSIDERANDO que o inciso XVII do artigo 117 da Lei Federal nº 8.112/90, estabelece que "cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias".

CONSIDERANDO que o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 105/2010), em seu artigo 95, inciso XVI, reproduz a legislação federal (Lei 8.112/90, 117, XVII), possibilitando a Administração Pública conferir aos seus servidores atribuições estranhas ao cargo que ocupa para atender situações de emergência e transitórias.

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas do Estado, em informativo direcionado aos gestores públicos, asseverou que "em situações

excepcionais, como a presente pandemia do coronavírus (Covid19), em que se requer a proteção iminente da vida (bem jurídico maior a ser tutelado) e da saúde da coletividade, poder-se-ia admitir, por meio de Decreto regulamentando as situações específicas, que determinados servidores exerçam, em caráter de urgência e de modo temporário, atividades distintas do cargo ou emprego para o qual foram nomeados, desde que possuam habilitação específica para exercer o mister a que forem designados (TCE/SC – [http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/coronavirus\\_perguntas\\_e\\_respostas.pdf](http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/coronavirus_perguntas_e_respostas.pdf)).

CONSIDERANDO que com a Pandemia COVID-19, ocorreu a suspensão das Aulas, conforme Decreto Estadual, deixando alguns servidores da Secretaria de Educação ociosos, bem como a necessidade de pessoal junto ao Centro de Triagem – Secretaria de Saúde.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Colocar à disposição da Secretaria de Saúde, para auxiliar nas atividades do CTC – Centro de Triagem para COVID, a Servidora Ana Maria Nunes, Monitora de Transporte Escolar - ACT na Secretaria de Educação.

Parágrafo único – Para o cumprimento do artigo 1º sua jornada de trabalho será de segunda a sexta das 12h30 até 18h30.

Art. 2º - As medidas previstas nesta Portaria poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 21 de agosto de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

**TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 067/2020**

Publicação Nº 2615682

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 004 AO CONTRATO Nº 067/2020

CNPJ: 08.160.936/0001-91

CONTRATADA: SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI.

OBJETO DO ADITIVO: visa o acréscimo de quantidades no item 3, da planilha constante na cláusula terceira do contrato.

VALOR: R\$ 7.837.348,28

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2020.

# Iomerê

## PREFEITURA

### PORTARIA 3613/20

Publicação N° 2615744

PORTARIA N° 3613 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Exonera, a pedido, Servidor Publico Efetivo

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor RONI MARCELO MENEGUZZI, do cargo efetivo de Operador de Máquinas Nivel III, a partir do dia 21/08/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 21 de agosto de 2020

LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### EDITAL 037/2020-PMI

Publicação N° 2616330

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA - PMI

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 037/2020 - PMI

Pregão Eletrônico nº 004/2020 - PMI

A Prefeitura Municipal de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para aquisição de equipamentos e mobiliários para as escolas da rede municipal de ensino, em atendimento ao repasse financeiro realizado através de transferência especial pela Secretaria de Estado da Educação/Governo do Estado de Santa Catarina. Cadastro das propostas por meio de sistema eletrônico 08h45min do dia 04 de setembro de 2020. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0\*\*49) 3558-0451 – E-mail: [neocir@ipira.sc.gov.br](mailto:neocir@ipira.sc.gov.br).

Ipira (SC), 21 de agosto de 2020.

Emerson Ari Reichert

Prefeito Municipal

### 20/2020-FMS

Publicação N° 2616676

21/08/2020 21/08/2021 21/08/2020 2020 12 971 20/2020 0 1 Fornecimento, instalação e adequação de 01 (uma) PLATAFORMA MODELO HIDRÁULICA CABINADA EM AÇO CARBONO C/ PINTURA, conforme especificações constantes no ANEXO "A" deste Edital. 30000,00 103111 SOBENO SERVICOS PARA ELEVADORES LTDA J 1 2 2020 0 38 C 0 0 14 PE 3 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### TERMO CONTRATUAL 091-2020

Publicação Nº 2616168

TERMO CONTRATUAL DE ADESÃO Nº 091/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 056/2020  
Inexigibilidade nº 007/2020

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Santo Antônio, nº 100, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Lúcio Mallmann, portador do CPF nº 831.980.599-68, adiante nomeado CREDENCIANTE, e a CREDENCIANTE, e a COOPERATIVA DE CRÉDITO E ECONOMIA COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE GUARACIABA – CRESOL GUARACIABA, estabelecida na Treze de Maio, nº 152, Centro, Município de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 05.400.634/0001-55, neste ato representado pelos Senhores LEODIR ROSSETTI, portador do CPF nº 892.061.269-20 e JAIR SPINELLI, portador do CPF sob nº 033.373.339-82, adiante nomeada CREDENCIADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Credenciamento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e pelas normas do Processo Administrativo nº 056/2020, Inexigibilidade nº 007/2020, de 21 de julho de 2020 e pelas condições que estipulam a seguir:

#### DO OBJETO

Credenciamento de Instituição Financeira e/ou Cooperativas de visando prover de forma emergencial capital de giro para as empresas estabelecidas no Município sem limite de faturamento anual, em forma de empréstimo, pelo qual o Município subsidiaria diretamente para as empresas os juros dos financiamentos tomados, até o limite do percentual mensal de 0,89% (zero vírgula oitenta e nove por cento) do juro financiado pelas empresas participantes do Programa.

#### DO PROCEDIMENTO

O credenciamento será executado em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial ao seu artigo 196 e as normas gerais da Lei nº 8.666/1993 e a Lei Municipal 1.901/2020 e Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 115/2020.

#### DA VIGÊNCIA

A vigência será do dia da assinatura do termo de credenciamento até a data de 29.12.2023.

#### DO PAGAMENTO

O pagamento do valor do juro do financiamento, contratado pelas empresas, no limite subsidiado pelo Município, será realizado por débito em conta corrente, devidamente autorizado pelo Executivo, no dia 20 (vinte) de cada mês, sendo que a instituição financeira e/ou cooperativa de crédito deverá apresentar na mesma data, ao setor de contabilidade, relatório do valor debitado.

A empresa beneficiada com o Programa terá prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da data da liberação dos recursos, para efetuar a prestação de contas mediante apresentação de notas fiscais em conformidade com o Plano de Trabalho, para a Comissão de Avaliação de Investimentos do Programa Empresa Mais, que emitirá parecer acerca da prestação de contas apresentada.

#### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas previstas decorrentes das contratações oriundas deste credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária anual específicas para execução do Programa, na seguinte dotação:

Órgão: 11.00 – Secretarias de Desenvolvimento Econômico e urbano

Unidade: 11.003 – Departamento de Indústria e Comércio

Atividade: 23.691.0017.2042 – Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

#### DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A Administração Municipal irá credenciar as Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito, subsidiando diretamente para as empresas os juros dos financiamentos tomados, até o limite do percentual mensal de 0,89% (zero vírgula oitenta e nove por cento), tendo como limite máximo os seguintes valores financiados:

I - para Indústrias até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - para Comércio até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

III - Prestador de Serviço (exceto MEI) até 15.000,00 (quinze mil reais).

O valor financiado poderá ser utilizado na sua totalidade para capital de giro.

O benefício concedido pelo Programa Empresa Mais 2, será automaticamente cancelado se a empresa:

I – Incurrir em inadimplemento contratual;

II – For inscrita em dívida ativa pela Fazenda Municipal;

III – Deixar de atender aos critérios de enquadramento do programa;

IV – For concebida por ilícito fiscal;

V – Reduzir o número de funcionários no período do financiamento contratado;

VI – No encerramento de suas atividades.

#### DOS COMPROMISSOS DAS PARTES



Para a consecução dos objetivos do presente termo, o Município e a Credenciada nos estritos termos da Lei, compromete-se a cumprir todos os quesitos previstos na Lei Municipal 1.901/2020 e Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 115/2020, e subsidiariamente regido pelo Lei 8.666/93 e alterações.

#### MOTIVOS DE RESCISÃO

O termo de adesão poderá ser rescindido a qualquer tempo, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, e, ainda, pelos seguintes motivos:

- a) a reiteração de impugnação dos serviços, evidenciando a incapacidade da credenciada, no cumprimento satisfatório o edital;
- b) recusa injustificada da prestação dos serviços, atraso injustificado na prestação dos serviços, entrega em desacordo com o contratado, reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, bem como quaisquer das situações previstas neste edital;
- c) quando ocorrerem razões de interesse público justificado;
- d) a cobrança de taxas de usuários, pela realização dos serviços contratados.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Iporã do Oeste - SC, 21 de Agosto de 2020.

LUCIO MALLMANN  
Prefeito Municipal  
Credenciante

LEODIR ROSSETTI  
Cooperativa de crédito e economia com interação  
solidária de Guaraciaba – CRESOL Guaraciaba  
Credenciada

JAIR SPINELLI  
Cooperativa de crédito e economia com interação  
solidária de Guaraciaba – CRESOL Guaraciaba  
Credenciada

Após análise do conteúdo do procedimento licitatório acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela assinatura do presente Termo.

DOUGLAS ALBERTO MALLMANN  
OAB/SC – 31.568  
Advogado/Assessor Geral

#### TERMO CONTRATUAL 092-2020

Publicação Nº 2616179

TERMO CONTRATUAL DE ADESÃO Nº 092/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 056/2020  
Inexigibilidade nº 007/2020

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Santo Antônio, nº 100, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Lúcio Mallmann, portador do CPF nº 831.980.599-68, adiante nomeado CREDENCIANTE, e a COOPERATIVA DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS OESTE CATARINENSE, SICOOP OESTECREDI, estabelecida na Rua Visconde do Rio Branco, nº 852, Centro, Município de Palmitos, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 78.825.023/0001-22 neste ato representada pelos Senhores ELIANA BERLT, portadora do CPF nº 015.090.509-22 e ANDERSON PITON, portador do CPF nº 029.848.339-45 adiante nomeada CREDENCIADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Credenciamento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e pelas normas do Processo Administrativo nº 056/2020, Inexigibilidade nº 007/2020, de 21 de julho de 2020 e pelas condições que estipulam a seguir:

#### DO OBJETO

Credenciamento de Instituição Financeira e/ou Cooperativas de visando prover de forma emergencial capital de giro para as empresas estabelecidas no Município sem limite de faturamento anual, em forma de empréstimo, pelo qual o Município subsidiaria diretamente para as empresas os juros dos financiamentos tomados, até o limite do percentual mensal de 0,89% (zero vírgula oitenta e nove por cento) do juro financiado pelas empresas participantes do Programa.

#### DO PROCEDIMENTO

O credenciamento será executado em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial ao seu artigo 196 e as normas gerais da Lei nº 8.666/1993 e a Lei Municipal 1.901/2020 e Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 115/2020.

#### DA VIGÊNCIA

A vigência será do dia da assinatura do termo de credenciamento até a data de 29.12.2023.



**DO PAGAMENTO**

O pagamento do valor do juro do financiamento, contratado pelas empresas, no limite subsidiado pelo Município, será realizado por débito em conta corrente, devidamente autorizado pelo Executivo, no dia 20 (vinte) de cada mês, sendo que a instituição financeira e/ou cooperativa de crédito deverá apresentar na mesma data, ao setor de contabilidade, relatório do valor debitado.

A empresa beneficiada com o Programa terá prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da data da liberação dos recursos, para efetuar a prestação de contas mediante apresentação de notas fiscais em conformidade com o Plano de Trabalho, para a Comissão de Avaliação de Investimentos do Programa Empresa Mais, que emitirá parecer acerca da prestação de contas apresentada.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas previstas decorrentes das contratações oriundas deste credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária anual específicas para execução do Programa, na seguinte dotação:

Órgão: 11.00 – Secretarias de Desenvolvimento Econômico e urbano

Unidade: 11.003 – Departamento de Indústria e Comércio

Atividade: 23.691.0017.2042 – Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

**DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A Administração Municipal irá credenciar as Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito, subsidiando diretamente para as empresas os juros dos financiamentos tomados, até o limite do percentual mensal de 0,89% (zero vírgula oitenta e nove por cento), tendo como limite máximo os seguintes valores financiados:

I - para Indústrias até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - para Comércio até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

III - Prestador de Serviço (exceto MEI) até 15.000,00 (quinze mil reais).

O valor financiado poderá ser utilizado na sua totalidade para capital de giro.

O benefício concedido pelo Programa Empresa Mais 2, será automaticamente cancelado se a empresa:

I – Incurrir em inadimplemento contratual;

II – For inscrita em dívida ativa pela Fazenda Municipal;

III – Deixar de atender aos critérios de enquadramento do programa;

IV – For concebida por ilícito fiscal;

V – Reduzir o número de funcionários no período do financiamento contratado;

VI – No encerramento de suas atividades.

**DOS COMPROMISSOS DAS PARTES**

Para a consecução dos objetivos do presente termo, o Município e a Credenciada nos estritos termos da Lei, compromete-se a cumprir todos os quesitos previstos na Lei Municipal 1.901/2020 e Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 115/2020, e subsidiariamente regido pelo Lei 8.666/93 e alterações.

**MOTIVOS DE RESCISÃO**

O termo de adesão poderá ser rescindido a qualquer tempo, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, e, ainda, pelos seguintes motivos:

a) a reiteração de impugnação dos serviços, evidenciando a incapacidade da credenciada, no cumprimento satisfatório o edital;

b) recusa injustificada da prestação dos serviços, atraso injustificado na prestação dos serviços, entrega em desacordo com o contratado, reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, bem como quaisquer das situações previstas neste edital;

c) quando ocorrerem razões de interesse público justificado;

d) a cobrança de taxas de usuários, pela realização dos serviços contratados.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Iporã do Oeste - SC, 21 de Agosto de 2020.

LUCIO MALLMANN

Prefeito Municipal

Credenciante

ELIANA BERLT

Coop. de Livre Admissão de Assoc. Oeste Catarinense

SICOOB Oestecredi - Credenciada

ANDERSON PITON

Coop. de Livre Admissão de Assoc. Oeste Catarinense

SICOOB Oestecredi - Credenciada

Após análise do conteúdo do procedimento licitatório acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela assinatura do presente Termo.

DOUGLAS ALBERTO MALLMANN

OAB/SC – 31.568

Advogado/Assessor Geral

**TERMO CONTRATUAL 093-2020**

Publicação Nº 2616183

TERMO CONTRATUAL DE ADESAO Nº 093/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 056/2020  
Inexigibilidade nº 007/2020

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Santo Antônio, nº 100, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Lúcio Mallmann, portador do CPF nº 831.980.599-68, adiante nomeado CREDENCIANTE, e a CREDENCIANTE, e a COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CELEIRO SUL MINAS - SICREDI CELEIRO SUL MINAS RS/SC/MG, estabelecida na Rua Braga, nº 408, Centro, Município de Campo Novo, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ sob nº. 88.099.247/0001-58, neste ato representado pelos Senhores ALINE THIESEN, portadora do CPF nº 989.327.300-59 e MARCELO JUNIOR ALTISSIMO, portador do CPF sob nº 932.576.860-72, adiante nomeada CREDENCIADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Credenciamento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e pelas normas do Processo Administrativo nº 056/2020, Inexigibilidade nº 007/2020, de 21 de julho de 2020 e pelas condições que estipulam a seguir:

**DO OBJETO**

Credenciamento de Instituição Financeira e/ou Cooperativas de visando prover de forma emergencial capital de giro para as empresas estabelecidas no Município sem limite de faturamento anual, em forma de empréstimo, pelo qual o Município subsidiaria diretamente para as empresas os juros dos financiamentos tomados, até o limite do percentual mensal de 0,89% (zero vírgula oitenta e nove por cento) do juro financiado pelas empresas participantes do Programa.

**DO PROCEDIMENTO**

O credenciamento será executado em conformidade com o que dispõe a Constituição da República, em especial ao seu artigo 196 e as normas gerais da Lei nº 8.666/1993 e a Lei Municipal 1.901/2020 e Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 115/2020.

**DA VIGÊNCIA**

A vigência será do dia da assinatura do termo de credenciamento até a data de 29.12.2023.

**DO PAGAMENTO**

O pagamento do valor do juro do financiamento, contratado pelas empresas, no limite subsidiado pelo Município, será realizado por débito em conta corrente, devidamente autorizado pelo Executivo, no dia 20 (vinte) de cada mês, sendo que a instituição financeira e/ou cooperativa de crédito deverá apresentar na mesma data, ao setor de contabilidade, relatório do valor debitado.

A empresa beneficiada com o Programa terá prazo de até 90 (noventa) dias, a partir da data da liberação dos recursos, para efetuar a prestação de contas mediante apresentação de notas fiscais em conformidade com o Plano de Trabalho, para a Comissão de Avaliação de Investimentos do Programa Empresa Mais, que emitirá parecer acerca da prestação de contas apresentada.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas previstas decorrentes das contratações oriundas deste credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária anual específicas para execução do Programa, na seguinte dotação:

Órgão: 11.00 – Secretarias de Desenvolvimento Econômico e urbano

Unidade: 11.003 – Departamento de Indústria e Comércio

Atividade: 23.691.0017.2042 – Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

**DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A Administração Municipal irá credenciar as Instituições Financeiras ou Cooperativas de Crédito, subsidiando diretamente para as empresas os juros dos financiamentos tomados, até o limite do percentual mensal de 0,89% (zero vírgula oitenta e nove por cento), tendo como limite máximo os seguintes valores financiados:

I - para Indústrias até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

II - para Comércio até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

III - Prestador de Serviço (exceto MEI) até 15.000,00 (quinze mil reais).

O valor financiado poderá ser utilizado na sua totalidade para capital de giro.

O benefício concedido pelo Programa Empresa Mais 2, será automaticamente cancelado se a empresa:

I – Incorrer em inadimplemento contratual;

II – For inscrita em dívida ativa pela Fazenda Municipal;

III – Deixar de atender aos critérios de enquadramento do programa;

IV – For concebida por ilícito fiscal;

V – Reduzir o número de funcionários no período do financiamento contratado;

VI – No encerramento de suas atividades.

**DOS COMPROMISSOS DAS PARTES**

Para a consecução dos objetivos do presente termo, o Município e a Credenciada nos estritos termos da Lei, compromete-se a cumprir todos os quesitos previstos na Lei Municipal 1.901/2020 e Regulamentado pelo Decreto Municipal nº 115/2020, e subsidiariamente regido pelo Lei 8.666/93 e alterações.

**MOTIVOS DE RESCISÃO**

O termo de adesão poderá ser rescindido a qualquer tempo, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, e, ainda, pelos seguintes motivos:

- a) a reiteração de impugnação dos serviços, evidenciando a incapacidade da credenciada, no cumprimento satisfatório o edital;
- b) recusa injustificada da prestação dos serviços, atraso injustificado na prestação dos serviços, entrega em desacordo com o contratado, reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, bem como quaisquer das situações previstas neste edital;
- c) quando ocorrerem razões de interesse público justificado;
- d) a cobrança de taxas de usuários, pela realização dos serviços contratados.

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Iporã do Oeste - SC, 21 de Agosto de 2020.

LUCIO MALLMANN  
Prefeito Municipal  
Credenciante  
Credenciada

ALINE THIESEN  
Cooperativa de crédito, poupança e investimento  
celeiro Sul Minas - SICREDI celeiro Sul Minas RS/SC/MG

MARCELO JUNIOR ALTISSIMO Cooperativa de crédito, poupança e investimento  
celeiro Sul Minas - SICREDI celeiro Sul Minas RS/SC/MG  
Credenciada

Após análise do conteúdo do procedimento licitatório acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela assinatura do presente Termo.

DOUGLAS ALBERTO MALLMANN  
OAB/SC – 31.568  
Advogado/Assessor Geral

# Ipumirim

## PREFEITURA

### EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2020 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 56/2020/PM

Publicação Nº 2616209

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 56/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso I, cujo objeto é: Contratação de empresa para fornecimento de imagem de alta resolução, na escala de 1:1000 com GSD de 10 cm, ou superior, contendo 08(oito) km², mais montagem de base cartográfica de 500 (quinhentas) edificadas urbanas, visando integração com o sistema CIGAGEO, no perímetro urbano do Município de Ipumirim. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 21/08/2020

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº.440/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2.020

Publicação Nº 2616190

RESTABELECE A PORTARIA 454/2019 QUE DESIGNOU E CONCEDEU GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 84 da Lei 001/2002 do estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências.

#### R E S T A B E L E C E .

Art. 1º - Fica restabelecida a portaria 454/2019 que designou e Concedeu à TATIANE ZANELLA 2064, ocupante do cargo de Fiscal, portadora da cédula de identidade nº. 4.163.711 e CPF sob o nº. 074.617.159-50, admitida por concurso público pela portaria nº. 443/2012, gratificação de função de 70% (setenta por cento) sobre o piso salarial do município. Para atuar como Fiscal de Obras, cumulando assim, dois cargos de Fiscal, Situação esta que encontra amparo na legislação pertinente, tornando legítima a pretensão,

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrario a presente portaria produzira efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 21 de Agosto de 2.020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº.441/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616690

CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO A PEDIDO.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta.

#### C O N C E D E

A FERNANDA PALUDO matrícula 1639, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, relativos aos períodos aquisitivos de 2010 a 2015 e gozo a partir de 19 de Agosto de 2020 a 17 de Setembro de 2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeito retroativo a partir de 19 de Agosto de 2020.

Ipumirim - SC, 21 de Agosto de 2020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

# Iraceminha

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 178/2020, 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616156

PORTARIA Nº 178/2020, 21 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

#### RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER Licença Tratamento de Saúde por 09 (NOVE) dias, a Sra. ILENA NORONHA DA SILVA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, contratada em Caráter Temporário (ACT) conforme classificação do Teste Seletivo 002/2019 no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 40 horas. A PARTIR DESTA DATA, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 21 de Agosto de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

## Irani

## PREFEITURA

## DECISÃO DE SUSPENSÃO DO CONTRATO N° 008/2020

Publicação N° 2615819

MUNICIPIO DE IRANI

EXTRATO DE SUSPENSÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 008/2020

Termo de suspensão do contrato administrativo N° 008/2020, celebrado entre Município de Irani e a Empresa Núcleo Brasil sul de Provas e Avaliações Eireli, na forma e condições que seguem. Considerando recomendação do Ministério Público de Santa Catarina n° 0031/2020/04PJ/COM, que noticia a decisão judicial proferida nos autos n° 0900069.63.2018.8.24.0056, da Comarca de Santa Cecília, que em caráter liminar, proibiu as empresas NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI e INFINITY ASSESSORIA PEDAGÓGICA LTDA de contratar com o Poder Público; Considerando que a recomendação noticia, também, que através de uma investigação realizada, a empresa contratada NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI foi constituída apenas para possibilitar que os donos da NBS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI continuasse contratando com o Poder Público; Considerando que a empresa NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI foi vencedora da Licitação n° 001/2020, Pregão Presencial n° 001/2020, no Município de Irani, tendo firmado contrato para a prestação de serviços consistente na realização de Concurso Público e Processo Seletivo; Considerando que, em virtude dos fatos, o Ministério Público recomendou ao Município de Irani a suspensão do contrato administrativo firmado com a empresa, inclusive impedindo que sejam realizados quaisquer pagamentos à mesma; O Prefeito do Município de Irani, Sívio Antonio Lemos das Neves, decide SUSPENDER o contrato administrativo n° 008/2020 firmado com a empresa NÚCLEO BRASIL SUL DE PROVAS E AVALIAÇÕES EIRELI, devendo ser aberto processo administrativo sancionador a fim de apurar a fraude noticiada, possibilitando a aplicação da penalidade prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002; Intima-se a empresa acerca da suspensão do contrato, inclusive para que se abstenha de praticar qualquer ato referente ao mesmo. Publique-se a presente decisão.

Irani - SC, 20 de agosto de 2020.

## DECRETO N° 161.2020

Publicação N° 2616273

DECRETO 0161/2020, de 18 de agosto de 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.10	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO			
02.10.20	Agricultura			
02.10.20.606	Extensão Rural			
02.10.20.606.2001	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL			
02.10.20.606.2001.2.049	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA			
4.4.90.00.00.00.00.3128	Aplicações Diretas		100.000,00	100.000,00
TOTAL			100.000,00	100.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de Arrecadação verificado na fonte de recursos 3128 – TRANSFERÊNCIA ESPECIAL CASA DO AGRICULTOR, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 18 de agosto de 2020.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 18/08/2020.

**DECRETO Nº 162.2020**

Publicação Nº 2616279

DECRETO 0162/2020, de 21 de agosto de 2020

“DISPÕE SOBRE O EXERCÍCIO DO TRABALHO REMOTO PARA OS SERVIDORES CONSIDERADOS GRUPOS DE RISCO”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 104, XI, da Lei Orgânica Municipal:

DECRETA,

Art. 1º. Os servidores públicos e membros do Conselho Tutelar que se enquadram no conceito de grupo de risco definido pelo Decreto Estadual nº 562/2020 (que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico; com 60 anos ou mais; gestantes; e que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas) e que se encontram afastados do local de trabalho, deverão exercer suas atividades de forma remota.

Art. 2º. As atividades a serem executadas, bem como a comprovação do exercício das mesmas, serão objeto de deliberação pelo Secretário ao qual o servidor ou membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 3º. A não realização das atividades designadas pelo superior ensejará a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar, conforme o caso.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 21 de agosto de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 21/08/2020.

**DECRETO Nº 163.2020**

Publicação Nº 2616281

DECRETO 0163/2020, de 21 de agosto de 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.752,00 (mil setecentos e cinquenta e dois reais) no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.03	SECRETARIA DE ED. CULTURA E ESPORTES			
02.03.12	Educação			
02.03.12.365	Educação Infantil			
02.03.12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			
02.03.12.365.1201.2.043	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
3.3.90.00.00.00.00.0159	Aplicações Diretas		1.752,00	1.752,00
TOTAL			1.752,00	1.752,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de Arrecadação



verificado na fonte de recursos 0159 – PROGRAMA DIRETO NA ESCOLA - PDDE, no valor de R\$ 1.752,00 (mil setecentos e cinquenta e dois reais).

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 21 de agosto de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 21/08/2020.

## DECRETO N° 164.2020

Publicação N° 2616287

DECRETO 0164/2020, de 21 de agosto de 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelos incisos VIII e XI do artigo 104 da Lei Orgânica do Município, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Municipal 1919/2019, de 25/11/2019, em seu artigo 27, §2º e pela Lei Orçamentária Municipal - LOA, Lei Municipal nº 1926/2019 de 19/12/2019 em seu artigo 5º, inciso II:

DECRETA,

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais) no orçamento vigente para o exercício de 2020, do Município de Irani, para fazer frente ao seguinte projeto atividade:

		FONTE DE RECURSOS		
		ORDINÁRIOS	VINCULADOS	TOTAL
02	PODER EXECUTIVO			
02.03	SECRETARIA DE ED. CULTURA E ESPORTES			
02.03.12	Educação			
02.03.12.365	Educação Infantil			
02.03.12.365.1201	DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL			
02.03.12.365.1201.2.043	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL			
3.3.90.00.00.00.00.0649	Aplicações Diretas		624,00	624,00
TOTAL			624,00	624,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de Arrecadação verificado na fonte de recursos 0649 – BRASIL CARINHOSO, no valor de R\$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais).

Art. 3o. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Irani - SC, em 21 de agosto de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
Prefeito

Registrado e publicado nesta Secretaria em 21/08/2020.

## EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PARA AGENTE ADMINISTRATIVO

Publicação N° 2616294

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº07/2020 CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº029/2007, ART. 3º, §2.

O Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, publica Edital de chamada pública para contratação de Agente Administrativo 40h, para atuar junto a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, por prazo determinado, até realização de Concurso, conforme segue:

### 1. JUSTIFICATIVA

A vaga disponibilizada, excepcionalmente, por não haver candidatos em cadastro reserva, para o preenchimento da vaga de Agente Administrativo 40h criado por meio da Lei Complementar nº 31/2007, após o pedido de exoneração do servidor que ocupava o cargo no dia 20/07/2020. Ainda o Concurso que está com Edital aberto encontra-se suspenso pelo Novo Coronavírus por prazo indeterminado.



VAGAS	CH	CARGO	HABILITAÇÃO	SALÁRIO BASE	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO
01	40H	Agente Administrativo	Ensino Médio	R\$ 1374,28	R\$ 220,00

São atribuições do cargo de Agente Administrativo: Executar serviços administrativos, financeiros e auxiliar na contabilidade e nas atividades de controle interno; serviços operacionais diversos nos setores da Administração Municipal, como no controle patrimonial, controle de estoques e de materiais, rotinas de recursos humanos; conhecer e estudar a legislação municipal; conhecer, estudar a praticas normas básicas de direito administrativo, tributário e financeiro; auxiliar e executar rotinas especiais e próprias de compras e licitações; operar equipamentos eletrônicos e de informática utilizados nas atividades administrativas; efetuar redação oficial; auxiliar titulares de órgãos e unidades administrativas nas mais diversas atividades de ordem burocrática; executar outras atividades demandadas, especialmente no órgão municipal de administração, gestão, tributação e contabilidade.

## 2. INSCRIÇÃO

A inscrição para a Chamada Pública será realizada exclusivamente até às 17h00min do dia 28/08/2020, no seguinte email: rhananeves@irani.sc.gov.br, o candidato deverá anexar os seguintes documentos:

- Cópia de documentos pessoais com foto (cédula de identidade e CPF);
- Certificado de conclusão de Ensino Médio;
- Documento que comprove o preenchimento dos critérios do item seguinte:

## 3. DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

I - Graduação na área específica ; (não exigido para o cargo)

II - Pós-graduação lato sensu na área específica ou afim; (não exigido para o cargo)

III - Mestrado na área específica ou afim; (não exigido para o cargo)

IV - Doutorado na área específica ou afim; (não exigido para o cargo)

V - Maior tempo de serviço na área específica ou afim, exercido na iniciativa pública ou privada, devidamente comprovados (em dia, meses e anos). Os períodos enviados em anos fechados sem a informação do dia e mês iniciado não será contado.

## 4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O Candidato que prestar informações falsas será desclassificado.

Será contado 01 (um ponto) para cada item da ordem de classificação acima, desde que devidamente comprovado.

Após a publicação da lista de classificação preliminar o candidato terá 01 (um dia) para interpor recurso por escrito no seguinte e-mail: rhananeves@irani.sc.gov.br.

O prazo de vigência da presente chamada pública encerra-se com a realização do Concurso para contratação do profissional.

Irani/SC, 21 de agosto de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES  
PREFEITO MUNICIPAL

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 36/2020 - DECLARAÇÃO

Publicação N° 2615899

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 36/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2020  
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, caput e inciso II, da Lei nº. 8.666/93, declarou a dispensa de licitação, para CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, PARA OS PROCEDIMENTOS SUBSIDIÁRIOS DE CARÁTER LEGAL, TÉCNICO, BUROCRÁTICO E ADMINISTRATIVO NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo está de acordo com o praticado no mercado.

Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 20 de agosto de 2020.

ANDRESSA BENDLIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria nº 441/2019

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 36/2020 - DESPACHO PREFEITO

Publicação N° 2615904

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 36/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2020  
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, PARA OS PROCEDIMENTOS SUBSIDIÁRIOS DE CARÁTER LEGAL, TÉCNICO, BUROCRÁTICO E ADMINISTRATIVO NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 24, caput e inciso II da Lei nº. 8.666/93, declarar a Dispensa de licitação para CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, PARA OS PROCEDIMENTOS SUBSIDIÁRIOS DE CARÁTER LEGAL, TÉCNICO, BUROCRÁTICO E ADMINISTRATIVO NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado. Conforme consta dos autos, o preço se apresenta compatível com o praticado pelo mercado. Cumpra-se.

Irineópolis, 20 de agosto de 2020.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 36/2020 - JUSTIFICATIVA

Publicação N° 2615903

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 36/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2020  
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES - ESTÁGIOS CIN, PARA OS PROCEDIMENTOS SUBSIDIÁRIOS DE CARÁTER LEGAL, TÉCNICO, BUROCRÁTICO E ADMINISTRATIVO NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DE ESTÁGIOS. Razão da Escolha: visando o estágio curricular, obrigatório ou não, de estudantes, entendido o estágio como ato educativo supervisionado, que integra o processo de ensino-aprendizagem, visando a preparação para o trabalho produtivo do educando.

FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de dispensa de licitação com fulcro no artigo 24 "caput", "para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez". Assim, a contratação encontra respaldo legal no art. 24, caput e inc. II da Lei n.º 8.666/93.

DO PREÇO E SUA JUSTIFICATIVA: O valor a ser pago a empresa contratada corresponde a taxa administrativa mensal de R\$ 12,00 (doze reais) por estagiário contratado; pelo período de 12(doze) meses. A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, II, da Lei 8.666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS: As dotações a serem utilizadas para contabilização da respectiva despesa são: Projeto Atividade – 2069 – Manutenção de programas de Assistência Social – 3.3.90.00.00.00.00.00.0222 – Aplicações Diretas; Projeto Atividade – 2002 – Manutenção da Secretaria da Administração – 3.3.90.00.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas; Projeto Atividade – 2031 – Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde – 3.3.90.00.00.00.00.00.0251– Aplicações Diretas.

É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 20 de agosto de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANDRESSA BENDLIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Portaria nº 441/2019

# Itá

## PREFEITURA

### AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020

Publicação Nº 2615953

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2020

O Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 04 de setembro de 2020, para contratação de empresa para aquisição de materiais, montagem e manutenção do "BRILHA ITÁ 2020", conforme especificações do edital. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 04 de setembro de 2020 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9510. Itá SC, 21 de agosto de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

### DECRETO 084/2020

Publicação Nº 2615838

DECRETO Nº 084, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a aplicação da Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020 ao território do Município de Itá-SC e dá outras providências.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e considerando:

- que, nos termos do artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

- a declaração de pandemia da Organização Mundial de Saúde datada de 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana provocada pelo novo coronavírus (COVID-19);

- a Portaria nº 188/GM/MS de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

- a edição da Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020;

- que a região do Alto Uruguai Catarinense foi classificada como Risco Potencial Grave, conforme alertas COES nº 78.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam adotadas no território do Município de Itá, as seguintes medidas de enfrentamento:

I – suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II – suspensão de atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III – suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV – suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, com exceção da prática de esportes individuais;

V – autorização de funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais;

VI – fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal em Exercício de Itá, SC em 03 de Agosto de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que este Decreto foi Registrado e publicado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO 085/2020

Publicação N° 2615839

DECRETO N.º 085 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

“INSTITUI E NOMEIA A EQUIPE TÉCNICA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE ITÁ/SC”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e nomear a Equipe Técnica para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Itá/SC, conforme a Lei n.º 2.398/2015 de 23/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

I – Coletar dados, anualmente, em fontes de pesquisas oficiais e instituir indicadores confiáveis relativos à educação em âmbito municipal;

II – Relacionar metas e estratégia de forma cronologia;

III – Analisar as estratégias anuais de monitoramento, emitir nota técnica quando necessário, para futura revisão do Plano Municipal de Educação;

IV – Apresentar e encaminhar as fichas de monitoramento à Comissão Coordenadora do PME;

V- Elaborar a versão preliminar e revisão do Plano Municipal de Educação e encaminhar o documento à Secretaria Municipal de Educação para análise e validação;

VI – Divulgar anualmente os resultados do monitoramento e das avaliações, do cumprimento das metas e estratégias do PME, nos respectivos sítios institucionais da internet e em outros meios de divulgação que a Secretaria Municipal de Educação entender necessários;

VII – Verificar previsões orçamentárias e participar efetivamente da elaboração do PPA – LDO e LOA do município;

VIII – Verificar prazos e o período de validação;

IX – Verificar e analisar a evolução dos indicadores que foram definidos;

X – Verificar se os indicadores estão apropriados para aferir as metas do PME.

Art. 3º Nomear, para compor a Equipe Técnica que constará no presente decreto, os seguintes membros:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) Joice Anita Sartoretto Zotti;

b) Juliana Aparecida Batista

II – Representantes da Secretaria de Administração e Finanças:

a) Elton José Thomas;

b) Deise Mara Gusatto.

III – Representante do Conselho Municipal de Educação:

a) Marinês Bender;

b) Raquel Maria Bohrer.

IV – Representante do Conselho do FUNDEB:

a) Gemir Gehlen;

b) Elaine Corbari Bondan.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 078/2016, 036/2017, 023/2018 e 092/2019.

Itá-SC, 21 de Agosto de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO 086/2020

Publicação Nº 2615841

DECRETO Nº 086 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

“INSTITUI A COMISSÃO COORDENADORA PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – PME, DO MUNICÍPIO DE ITÁ-SC”

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente,

### RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Coordenadora para Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Itá/SC, conforme a Lei n.º 2.398/2015 de 23/06/2015, que prevê o acompanhamento e avaliação das metas e estratégias em cada nível e modalidade de ensino do município.

Art. 2º São atribuições da Comissão Coordenadora de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação – PME:

- I – Promover reuniões para estudo, análise e aprovação dos dados encaminhados pela Secretaria Municipal de Educação;
- II – Organizar Consulta Pública para analisar os dados preliminares do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação;
- III – Sistematizar os resultados da Consulta Pública em documento: Plano Municipal de Educação – Versão Final e encaminhar à Secretaria Municipal de Educação;
- IV – Publicar os resultados do Monitoramento do Plano Municipal de Educação.

Art. 3º Ficam designadas as seguintes instituições e representantes de classe/órgão/entidade para indicarem representante que formarão a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação:

- a) Secretaria Municipal de Administração: Elton José Thomas – Contador;
- b) Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil – Silvana Brand;
- c) Secretaria Municipal de Educação – Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Márcia Porn;
- d) Secretaria Municipal de Educação – Séries Finais do Ensino Fundamental – Vanessa Pereira;
- e) Conselho Municipal de Educação – Nadia Henzel;
- f) Secretaria Municipal de Educação – Escolas Municipais – Juliana Aparecida Batista;
- g) Secretaria Municipal de Educação – Escolas Estaduais – Amanda Dallazen;
- h) Secretaria Municipal de Educação – Marisa de Oliveira;
- i) Secretaria Municipal de Educação – Elizabete Sgarbossa – Orientadora Pedagógica.

Parágrafo único. As entidades, órgãos e instituições citadas neste artigo, serão convocados por ofício a indicar os respectivos nomes dos representantes para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do PME, que serão nomeados por Decreto Municipal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os Decretos nº 093/2019 e 069/2020.

Itá-SC, 21 de Agosto de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Itaiópolis

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### AVISO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO PR N° 03/2020

Publicação N° 2615725

#### Aviso de Revogação de Processo

O Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, informa que o Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 03/2020 que tem como objeto aquisição de 01 (um) veículo novo, zero quilômetro, com capacidade para 07 (sete) lugares, para uso da Secretaria Municipal de Saúde, foi Revogado com base no art. 49 da Lei 8.666/93 e justificativa fundamentada no Processo. Itaiópolis/SC, 21 de agosto de 2020. Kelly Evelyn Ientz de Souza – Secretária Municipal da Saúde.

# Itapema

## PREFEITURA

### 04.066.2020 - 1ª ERRATA

Publicação N° 2617728

ERRATA N. 1

PREGÃO PRESENCIAL 04.066.2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assessoria contábil, suporte técnico, manutenção e gerenciamento nos sistemas de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital N°. 04.066.2020

Exclui-se:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

2.11 Em atenção aos itens 2.7, 2.8, 2.9 e 2.10, deverá em até 05 (cinco) dias após classificação e habilitação, a empresa vencedora deverá apresentar o que segue:

- Comprovação de um profissional com formação em nível superior na área contábil e devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.
- Comprovação de um profissional com formação em nível superior na área de Administração e devidamente registrado no Conselho Regional de Administração - CRA.
- Comprovação de um profissional com formação na área de Tecnologia da Informação e devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA.
- Comprovação de que os Técnicos acima (a, b e c) compõe o quadro da licitante deverá se dar através de contrato de prestação de serviços ou carteira de trabalho ou contrato social.

Exclui-se:

5.4.1 – Apresentação de atestado de capacidade técnica, que comprove que a licitante já tenha prestado serviço com características similares aos do objeto deste Edital, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos e a qualidade.

Exclui-se:

5.4.3. Declaração formal, sob as penas legais, declarando expressamente, que a licitante (caso vencedora) disponibilizará equipe técnica e apresentará documentação relacionada no subitem 2.11 a, b, c e c do Termo de Referência do edital no prazo de até 5 (cinco) dias após ser declarado vencedor do respectivo processo, para cumprimento do objeto do edital do Pregão 04.066.2020, conforme anexo X.

Inclui-se:

5.3 – DA REGULARIDADE ECONOMICA E FINANCEIRA:

5.3.2 - Balanço patrimonial, acompanhado da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e as suas respectivas Notas Explicativas, do último exercício social, assinadas pelo representante legal da empresa e por contador com registro profissional, sendo vedada a substituição dos documentos exigidos, por balancetes ou balanços provisórios.

OBS: Serão considerados aceitos o balanço patrimonial e demonstrativos assim apresentados:

- Cópia registrada e autenticada dos demonstrativos e notas explicativas citados, bem como dos termos de abertura e encerramento do livro diário registrado em Junta Comercial; ou
- Cópia registrada e autenticada dos demonstrativos e notas explicativas citados, bem como Termo de Autenticação do recibo gerado pelo sistema público de Escrituração Digital - SPED; ou
- Cópia legível e autenticada dos demonstrativos e notas explicativas citados publicados em jornais e revistas demonstrando, pelo menos, o nome do jornal ou revista e a data ou período de circulação.

4.2.3 - Patrimônio líquido, comprovado através do balanço patrimonial, ou certidão, expedida pela Junta Comercial do Estado, atestando a razão social da licitante e o capital social, até a data da sua apresentação para este Edital, com valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor orçado para o objeto desta licitação podendo ser atualizado pelo IPCA-IBGE ou outro indicador que o venha substituir, quando encerrados a mais de 03 (três) meses, da data de apresentação da proposta.

4.2.4 Demonstração Financeira, assinadas pelo contador responsável e pelos sócios ou responsável legal da empresa participante, compatível com os dados do balanço patrimonial, informando os índices contábeis que atendam aos seguintes limites financeiros:

- Liquidez Geral =  $AC + ARLP > 1,0$   
PC + ELP
- Liquidez Corrente =  $AC > 1,0$   
PC
- Solvência Geral =  $\frac{AT}{PC + ELP} > 1,0$

Legenda:



AC = Ativo Circulante.

AT= Ativo Total

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo.

PC = Passivo Circulante.

ELP = Exigível a Longo Prazo.

PL = Patrimônio Líquido.

Inclui-se:

5.4.1 - Comprovação de aptidão da proponente, através de Atestado de Capacitação Técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público, atestando que a empresa (proponente), executa ou executou serviços de complexidade técnica compatível em características, quantidades e prazos equivalente com objeto da presente licitação.

Inclui-se:

5.4.3 A proponente deverá comprovar que possui registro nos órgãos competentes e profissionais capacitados para o desempenho das atividades elencadas no termo de referência, devendo ser apresentado, o rol de documentos a seguir:

- a) Comprovação que a empresa (proponente), possui registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), dentro do prazo de validade.
- b) Comprovação que a empresa (proponente), possui registro no Conselho Regional de Administração (CRA), dentro do prazo de validade.

Inclui-se:

5.4.4 Equipe Técnica formada com no mínimo os seguintes profissionais:

- a) Responsável pelas atividades relacionadas aos módulos contábeis e financeiros, deverá ser contador, que possua no mínimo curso superior ou outro devidamente reconhecido e comprovação de registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SC);
- b) Responsável pela administração e planejamento Estratégico das atividades gerenciais bem como da elaboração e orientação dos planos de trabalho propostos, deverá ser administrador, que possua no mínimo curso superior ou outro devidamente reconhecido e comprovação de registro no Conselho Regional de Administração (CRA/SC);
- c) Responsável pelas atividades relacionadas à tecnologia da informação, tanto da parte de infraestrutura de software, quanto nos sistemas envolvidos, sejam eles instalados de forma física nos servidores da Prefeitura, servidores virtualizados ou via web, deverá ser 01 (um) Técnico, que possua no mínimo curso superior ou outro devidamente reconhecido na área de Tecnologia da Informação.
- d) Responsável pelas atividades relacionadas à tecnologia da informação, no que tange à parte de infraestrutura e de ativos de rede, deverá ser gerenciada por profissional devidamente registrado no CREA, que possua no mínimo curso superior ou outro devidamente reconhecido na área de Tecnologia da Informação.

Inclui-se:

5.4.5 - Comprovação de possuir no quadro da empresa ou contratado na data prevista de abertura de licitação, os responsáveis técnicos, conforme qualificação técnica acima descrita, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

- a) Cópias da Carteira de Trabalho e Previdência Social, contendo as folhas: número de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário; ou
- b) Ficha de Registro de Empregado, em frente e verso, a última alteração de salário, ou
- c) Contrato de Trabalho ou de Prestação de serviços devidamente registrado em cartório de registro de títulos e documentos;
- d) Caso o responsável técnico for o próprio proprietário da empresa, devidamente comprovado no Contrato Social apresentado para este certame, a(s) cópia(s) da Carteira de Trabalho, Ficha de Registro de Empregados ou do Contrato de Trabalho, ficará(ão) dispensada(s).

A data e hora de entrega dos envelopes e abertura do Pregão Presencial 04.066.2020 ficam ALTERADAS, para:

Recebimento das Propostas: Até 15:00 horas do dia 08/09/2020

Abertura das Propostas: às 15:01 horas do dia 08/09/2020

Itapema, 21 de agosto de 2020.

DANIEL CECÍLIO NEVES

Secretário de Finanças

MARINES KEPLER NUNES

Secretária de Administração

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 103/2020

Publicação Nº 2615784

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRONICO Nº 103/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE BATERIAS A BASE DE TROCA, DESTINADAS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICIPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até às 07h55min do dia 03/09/2020.

Início da Sessão: dia 03/09/2020, às 08h:00min, no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e do Município [itapiranga.atende.net](http://itapiranga.atende.net) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 21 de agosto de 2020.

José Gilvane Lauer  
Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos

### EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº C.M 7546596/2019

Publicação Nº 2615925

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: C.M 7546596/2019

Aditivo Nº: 3 T.A C.M 7546596/2019

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS

Licitação: Dispensa de Licitação 76/2019

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS PARA ESTA MUNICIPALIDADE.

Vigência: Início: 18/08/2020 Término: 18/08/2021

Assinatura: 18/08/2020

Itapiranga, 21 de agosto de 2020

### EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2017

Publicação Nº 2615657

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: 113/2017

Aditivo Nº: 4 T.A 113/2017

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada: EVOLUCAO SISTEMAS DE MONITORAMENTO ELETRONICO LTDA

Licitação: Pregão Presencial 150/2017

Objeto: PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSTALAÇÃO E SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE PRÉDIOS PÚBLICOS

Vigência: Início: 21/08/2020 Término: 21/08/2021

Assinatura: 19/08/2020

Valor R\$: 14.333,40 (Quatorze Mil, Trezentos e Trinta e Três Reais e Quarenta Centavos)

Dotação: 19 - 03.001.2007.3339039770000000000.01001000  
Dotação: 73 - 07.001.2037.3339039770000000000.01001000  
Dotação: 134 - 08.001.2040.3339039770000000000.01001000  
Dotação: 290 - 11.001.2047.3339039770000000000.01001000  
Itapiranga, 21 de agosto de 2020

# Itapoá

## PREFEITURA

### DESPACHO DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇO Nº 16/2020

Publicação Nº 2615882

#### DESPACHO DE JULGAMENTO

REF: Tomada de Preço nº16/2020 – Processo nº73/2020 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE REVESTIMENTO CERÂMICO DA EMEF FREI VALENTIM, EMEF JOÃO MONTEIRO CABRAL, PRÉ-ESCOLA LUA DE CRISTAL, CEI GENTE FELIZ E CENTRO DE PREPARAÇÃO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, EM DIVERSOS LOCAIS NESTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, COM METRAGEM TOTAL DE 536,90M2, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

Após análise de todas as peças processuais que interessam à espécie, adoto as razões apresentadas de acordo com a análise e respostas conforme Parecer Contábil nº238/2020, sob fl. 549, Parecer Técnico emitido pela Secretaria de Planejamento sob fls. 551/552, e Parecer Jurídico vistos e etc, verso fl. 552, como se minhas fossem e, as considerando integradas a este, julgo IMPROVIDO os recursos apresentados pelas empresas CURY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS EIRELLI, inscrita no CNPJ/MF:08.299.152/0001-49, protocolo nº 8007/2020 sob fls.505/526, e ARBO EMPREENDIMENTOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ/MF:21.457.375/0001-55, protocolo nº 8093/2020 sob fls.527/543. Sendo assim, que seja dado sequência ao processo licitatório e tomadas as medidas cabíveis para o andamento do processo, visando o interesse público.

Itapoá, 21 de agosto de 2020

SAMUEL ALVES SILVA  
DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

### DESPACHO REMESSA TP Nº03-20- HABILITAÇÃO

Publicação Nº 2616028

#### DESPACHO DE REMESSA DE PROCESSO

REF: Tomada de Preço nº03/2020 – Processo nº15/2020, objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO PONTAL, LOCALIZADA A RUA CARAJURU, Nº301, LOCALIDADE DO PONTAL DO NORTE, NESTE MUNICÍPIO, COM METRAGEM DE 422,68 M2, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

Ao Diretor de Administração  
Sr. SAMUEL ALVES SILVA

Segue anexo, o presente processo para que haja deliberação de V.Sas. no que se refere aos recursos e a contrarrazões apresentados pelas empresas:

- Recurso ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, Protocolo nº7756/2020 sob fls. 1510 a 1525.
- Recurso CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA, Protocolo nº7778/2020 sob fls. 1526 a 1536.
- Recurso ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, Protocolo nº8011/2020 sob fls. 1537 a 1553.
- Contrarrazão ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, Protocolo nº8559/2020 sob fls. 1559 a 1561.
- Contrarrazão ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, Protocolo nº8560/2020 sob fls. 1562 a 1568.
- Contrarrazão AOK ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E LIMPEZA EIRELI, Protocolo nº8562/2020 sob fls. 1569 a 1576.

Outrossim, esclarecimentos que a decisão hostilizada do pedido encontra-se detalhada na análise e resposta conforme, Parecer técnico emitido pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo sob fls.1601/1604 e Parecer jurídico vistos e etc, verso fls.1604, bem assim considerado improcedentes as razões apresentadas, portanto nesta concepção ficam prejudicados os recursos.

Itapoá, 21 de agosto de 2020.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**NOTIFICAÇÃO TP Nº16-20- ABERTURA DE SESSÃO JULGAMENTO PROPOSTAS**

Publicação Nº 2615990

**NOTIFICAÇÃO**

À

Empresa	CNPJ/MF
CONSTRUTORA NOVA ITAJAÍ EIRELLI	27.340.939/0001-51
AVILA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI	33.902.200/0001-99

O Município de Itapoá, através da Secretaria Municipal de Educação e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade Tomada de Preço nº 16/2020 - Processo nº 73/2020 - Objeto: Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para execução de revestimento cerâmico da Emef Frei Valentim, EMEF João Monteiro Cabral, Pré-escola lua de cristal, CEI gente feliz e centro de preparação de alimentação escolar, em diversos locais neste município de Itapoá, com metragem total de 536,90m2, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do edital, tendo o prazo de recursal findo, e demais elementos que os julgaram e indeferiram os recursos. Fica, portanto a sessão pública para abertura de envelopes de propostas marcada para a data de 25/08/2020 às 08h:30min na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itapoá, sito a Rua Mariana Michels Borges nº201, balneário Itapema do Norte, porém em virtude da pandemia COVID19, os interessados poderão acompanhar a sessão pública ao vivo pelo link: <https://www.youtube.com/channel/UCtdJ7at3UHMoh9nAN26bICA>. Tendo em vista o Decreto Estadual nº 562/2020, alterado pelo Decreto Estadual nº 724/2020 os documentos de propostas serão escaneados e disponibilizados no Site Oficial do Município para acesso aos interessados, e posterior apresentação de recursos previsto na Lei Federal nº 8666/93. Itapoá, 21 de agosto de 2020.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

FERNANDA CRISTINA ROSA  
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 033/2020**

Publicação Nº 2616723

**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 033/2020**

**TORNA PÚBLICA A ABERTURA DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, COM VISTAS À CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PROFESSOR SUBSTITUTO PARA ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, Secretária Municipal de Educação de Itapoá/SC, no uso das atribuições legais, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para provimento de cargos em caráter temporário, para a contratação de profissionais do quadro do magistério para atuar na Rede Municipal de Ensino POR TEMPO DETERMINADO no município de ITAPOÁ, em atendimento ao estabelecido no art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, nos artigos 36, 37 e 38 da Lei Ordinária Municipal nº 075/2001, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público e que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e Anexos.

Considerando a Instrução Normativa nº. 19, de 12 de março de 2020 que estabelece orientações quanto às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), as etapas deste processo serão realizadas remotamente.

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo dias letivos a ser cumpridos pelas instituições e redes ensino;

Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo

novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

Considerando a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, na Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

Considerando que, no exercício da autonomia e responsabilidade na condução dos respectivos projetos pedagógicos e do sistema de ensino, compete às autoridades do Sistema Municipal de Ensino de Itapoá, em conformidade com a legislação vigente, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 36, § 11, inciso VI, que para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências desenvolvidas em cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

Considerando o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

Considerando a Portaria MEC nº 343/2020 dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19;

Considerando a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

## 1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 . O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de cargo professor por tempo determinado a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, observada a ordem classificatória dos candidatos.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Secretaria de Educação do Município de Itapoá, coordenado por Comissão específica, obedecidas as normas do presente Edital.

1.3 O Edital, seus anexos, bem como eventuais alterações e comunicações serão publicados no Diário Oficial dos Municípios. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, no endereço eletrônico [www.educaitapoa.sc.gov.br](http://www.educaitapoa.sc.gov.br) a publicação de todos os atos referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

1.4 O Processo Seletivo Simplificado terá validade no decorrer no ano letivo de 2020, podendo ser prorrogado de acordo com legislação municipal vigente.

1.5 Os documentos relacionados a seguir são parte integrante do presente Edital de Processo Seletivo Simplificado:

Anexo I – Cronograma;

Anexo II – Cargo, Carga Horária e Vagas;

Anexo III – Requerimento para concorrer às Vagas Reservadas;

Anexo IV – Ficha de Inscrição;

## 2 - DOS CARGOS:

2.1 Os cargos objetos deste Processo Seletivo Simplificado, as respectivas vagas, carga horária, remuneração, atividades, escolaridade e requisitos estão indicados nos anexos.

2.2 Os candidatos aprovados e classificados poderão ser convocados para (atender a necessidade temporária de excepcional interesse público) o preenchimento das vagas que vierem a surgir no Quadro do Pessoal da Secretaria de Educação do Município de Itapoá, dentro do prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

2.3 São requisitos legais para o ingresso no serviço público municipal, devendo o candidato atender e comprovar cumulativamente no ato da convocação, apresentando prova de:

a) ter nacionalidade brasileira, ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado das prerrogativas dos Decretos números 70.391



de 12 de abril de 1972 e 70.436 de 18 de abril de 1972 e Artigo 12, § 1º da Constituição Federal do Brasil;

- b) encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;
- c) estar quite com as obrigações eleitorais e, se do sexo masculino, também com as militares;
- d) cumprir as regras estabelecidas neste Edital;
- e) ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, que será comprovada por meio de Atestado de Saúde Ocupacional;
- g) não ter sofrido pena de demissão ou de destituição de cargo público, no Município de Itapoá ou outro ente público, nos últimos 05 (cinco) anos;
- h) não exercer outro emprego, cargo, ou função pública e não possuir aposentadoria, no serviço público, em qualquer das esferas de governo, ressalvadas as exceções constitucionais, apresentando declaração própria sobre essa condição;
- i) ter sido classificado neste Processo Seletivo Simplificado e possuir todos os requisitos específicos exigidos para o cargo na forma estabelecida do Anexo III.

### 3 - DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA:

3.1 O candidato com deficiência, em razão da necessária igualdade de condições, é assegurado o direito de se inscrever neste Processo Seletivo Simplificado, desde que as atribuições da função temporária pretendida sejam compatíveis com a deficiência e a eles serão reservados o mínimo de 5% (cinco por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) das vagas a serem preenchidas em cada cargo, de acordo com o artigo 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei Federal nº 7.853/89, Decreto Federal nº 3.298/99 e Lei Federal nº 8.112/90.

3.2 O primeiro candidato com deficiência classificado neste Processo Seletivo Simplificado, será convocado para ocupar a quinta vaga aberta, enquanto os demais serão convocados a cada intervalo de vinte vagas providas.

3.3 Consideram-se pessoas com deficiência, aquelas que se enquadrem nas categorias discriminadas no Artigo 4º do Decreto Federal 3.298/99, e da Lei 13.146/15.

3.4 No ato da inscrição o candidato com deficiência deverá declarar em campo específico do Formulário de Inscrição, essa condição e sua deficiência;

3.5 O candidato com deficiência que no ato da inscrição não declarar essa condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação;

3.6 O candidato com deficiência deverá se declarar no ato da inscrição, para concorrer às vagas reservadas, anexando a este o Laudo Médico comprobatório da deficiência que deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a) Atestar a deficiência o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças – CID;
- b) Ser emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (o número do CRM deverá constar no laudo);
- c) Ter sido emitido de forma legível;
- d) Ser apresentado o documento original em formato digital no ato da inscrição.

3.7 O candidato com deficiência que não juntar o laudo médico comprobatório da deficiência, conforme especificado no item acima não será considerado como deficiente apto para concorrer às vagas reservadas, mesmo que tenha assinalado tal opção no formulário de inscrição, será considerado desclassificado das vagas de deficientes e neste caso a inscrição será revertida, para que o candidato concorra às demais vagas não reservadas;

3.8 Não havendo candidatos com deficiências classificados em números suficientes para preencher as vagas reservadas, estas se reverterão às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

3.9 A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa com deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.

### 4 - DOS VENCIMENTOS:

4.1 – A retribuição Mensal para o profissional HABILITADO é de R\$ 3.204,81 (Três Mil, Duzentos e Quatro Reais e Oitenta e Um Centavos) para 40 horas semanais.

4.1.2 – A retribuição Mensal para o profissional NÃO HABILITADO é de R\$ R\$ 1.922,86 (Um Mil e Novecentos e Vinte e dois Reais e Oitenta e Seis Centavos) para 40 horas semanais.

4.2 – O contrato fará jus:

- a) Ao vale-transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência e não utilize veículo próprio.
- b) Ao auxílio-alimentação no valor de R\$ 448,40 (Quatrocentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta Centavos).
- c) Férias e 13º salários proporcionais;

4.3 – A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao Regime Geral da Previdência Social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais e Leis Municipais nº 075/2001, 155/2003 e 044/2014.

4.4 O horário/período de trabalho obedecerá à jornada de trabalho do Município, podendo ser diurno ou noturno, previsto no calendário

escolar.

## 5 - DA INSCRIÇÃO:

5.1 A inscrição será efetuada, exclusivamente, via internet, através do e-mail institucional: [edital33.seletivo2020@educitapoa.sc.gov.br](mailto:edital33.seletivo2020@educitapoa.sc.gov.br). A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

5.2 Não haverá cobrança de taxa de inscrição para este Processo Seletivo Simplificado.

5.3 O período das inscrições é das 08h00min do dia 26/08/2020 (4ªfeira) até 17h00min do dia 28/08/2020 (6ªfeira).

5.4 A etapa de inscrição é composta pelo cadastro dos dados pessoais, que devem ser preenchidos na ficha de inscrição, com a indicação do cargo e os títulos que se refere este Processo Seletivo Simplificado.

5.5 O preenchimento correto dos dados no ato da inscrição e a guarda do Comprovante de Inscrição é de responsabilidade exclusiva do candidato não sendo admitidas alegações de erro e alterações de dados encerrado o período de inscrições.

5.6 Caso seja necessária qualquer alteração de informação da inscrição efetuada e confirmada, o candidato deverá gerar nova inscrição dentro do período de inscrição.

5.7 Em qualquer situação, caso seja verificada a existência de mais de uma inscrição para o mesmo candidato, serão canceladas as mais antigas e considerado válida a última inscrição concluída.

5.8 O candidato que não realizar as correções dos dados no período da inscrição, será o único responsável pelas consequências advindas de sua omissão. Ao fim do período das inscrições, não será aceito pedido de alteração de qualquer natureza.

5.9 Cada candidato poderá realizar 01 (uma) única inscrição no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital.

5.10 A Secretaria de Educação do Município de Itapoá não se responsabiliza por inscrições não confirmadas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

5.11 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das normas e condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos, sendo de inteira responsabilidade do candidato, ou de seu representante legal, podendo ser indeferido do Processo Seletivo Simplificado aquele que apresentar dados incorretos bem como aquele que prestar informações inverídicas, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

## 6. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA A EFETIVAÇÃO DA INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:

6.1 – AO PROFESSOR HABILITADO deve apresentar os documentos originais digitalizados das letras “a” ao “d”, obrigatórios frente e verso, se houver:

a.	Ficha de Inscrição preenchida corretamente e assinada;
b.	Cédula de Identidade frente e verso e CPF;
c.	Diploma frente e verso e Histórico Escolar frente e verso de Licenciatura Plena na disciplina específica da inscrição, ao candidato(a) que tenha concluído esta licenciatura há mais de 180 (cento e oitenta) dias;
d.	Histórico Escolar e Certidão de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena na disciplina específica da inscrição, ao candidato(a) que tenha concluído esta licenciatura até 180 (cento e oitenta) dias;

6.2 – Ao Professor HABILITADO, apresentar os documentos DIGITALIZADOS para a Prova de Títulos:

a.	Atestado e/ou Declaração de Tempo de Serviço no cargo em que se inscreveu;
b.	Diploma e Histórico Escolar de Curso de Especialização (Pós-Graduação) na área de inscrição;
c.	Diploma e Histórico Escolar de Curso de Mestrado na área de inscrição;

6.3 – AO PROFESSOR NÃO HABILITADO deve apresentar os documentos originais digitalizados das letras “a” ao “c”, obrigatórios frente e verso, se houver:

a.	Ficha de Inscrição preenchida corretamente e assinada;
b.	Cédula de Identidade e CPF;
c.	Certidão de Matrícula do Curso de Licenciatura na área de atuação;

6.4 – Ao professor NÃO HABILITADO apresentar os documentos digitalizados para a Prova de Títulos:



a.	Atestado e/ou Declaração de Tempo de Serviço no cargo em que se inscreveu;
----	--

6.5 – O não preenchimento correto de todos os campos da ficha de inscrição e a falta de qualquer dos documentos citados nos itens 6.1 e 6.3, implicará na nulidade da inscrição;

6.6 – O atestado ou Declaração de Tempo de Serviço, e/ou a Carteira de Trabalho deverá ser digitalizado o original, constando obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato, observando o prazo final em 20/07/2020;

6.7 – O Atestado ou Declaração de tempo de serviço no magistério, expresso em anos, meses e dias deverá ser expedido pelos órgãos competentes, datado e assinado pelo responsável, não sendo computado tempo de serviço paralelo;

6.8 – São considerados órgãos competentes:

- a) Departamento de Recursos Humanos do Município, quando se tratar de magistério público municipal;
- b) Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público estadual de Santa Catarina;
- c) Unidade Escolar, quando se tratar de magistério público de outros estados;
- d) Setor de recursos humanos do órgão federal ou de unidade escolar, quando se tratar de magistério público Federal ou Particular, respectivamente.

6.9 – A falta de qualquer informação relacionada nos itens 6.6, 6.7 e 6.8, implicará no cancelamento do documento apresentado para contagem de tempo de serviço;

6.10 – O atestado de tempo de serviço para profissional já aposentado contará a partir da data de homologação da aposentadoria, não sendo considerado o período de trabalho anterior à aposentadoria.

6.11 – A falta da juntada da Portaria de Homologação da Aposentadoria ou a omissão da informação relacionada no item 6.10, implicará na desconsideração do documento apresentado para contagem de tempo de serviço.

6.12 – O candidato deverá preencher sua ficha de inscrição, assinar e digitalizar e enviar por e-mail para o endereço eletrônico edital33.seletivo2020@educapoa.sc.gov.br no período estabelecido da inscrição, devendo nomear o assunto do e-mail em caixa alta com a palavra EDITAL Nº 033/2020 seguido do seu nome e a disciplina de inscrição, bem como anexar em ARQUIVO ÚNICO em formato PDF os documentos obrigatórios do item 6.2, 6.3, 6.4 e 6.5, os documentos da Prova de Títulos e o Laudo Médico (digitalizado) para o candidato com deficiência.

## 7. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

7.1 – É responsabilidade do candidato, ou de seu representante legal, acompanhar o e-mail institucional: edital33.seletivo2020@educapoa.sc.gov.br para receber o número de protocolo de sua inscrição.

7.2 – Caso os dados pessoais do candidato, constantes na confirmação de inscrição, não estiverem de acordo com a Ficha de Inscrição, o candidato, ou seu representante legal, deverá solicitar retificação pelo próprio e-mail dentro do prazo de recurso.

7.3 Não será aceito pedido de alteração de opção da função diferente daquela preenchida na Ficha de Inscrição.

7.4 O candidato é responsável pela conferência dos dados da confirmação de inscrição.

## 8. DA SELEÇÃO:

8.1 O presente Processo Seletivo Simplificado ocorrerá em 01(uma) única etapa, de prova de títulos (classificatória).

## 9 DA PROVA DE TÍTULOS:

9.1 A prova de títulos será de caráter classificatório em que serão avaliados segundo critérios de títulos acadêmicos e o Tempo de Serviço;

9.2 A prova de títulos consiste no fornecimento dos documentos de comprovação (quando houver): de 01 (um) diploma e Histórico escolar de Pós-graduação (especialização na área da educação), e 01 (um) Diploma e Histórico Escolar de Mestrado (na área de educação), para os profissionais habilitados, e, o tempo de serviço na área da vaga ao qual o candidato se inscreveu para fins de pontuação no presente Processo Seletivo Simplificado, para os Habilitados e Não Habilitados, conforme descrito neste Edital.

9.3 O candidato deverá digitalizar toda documentação original e anexar no e-mail da inscrição sendo: edital33.seletivo2020@educapoa.sc.gov.br

9.4 Não será permitido realizar a entrega da documentação pelos Correios, apenas será recebido via e-mail institucional edital33.seletivo2020@educapoa.sc.gov.br

9.5 É de responsabilidade do candidato o envio correto da documentação relativa à Prova de Títulos via e-mail institucional edital33.seletivo2020@educapoa.sc.gov.br para avaliação por Comissão específica.

9.6 Considera-se original o certificado emitido pela internet em que é possível realizar a verificação ou validação do mesmo por meio de site de acesso constante no certificado.

9.7 O preenchimento da ficha de inscrição é de inteira responsabilidade do candidato. Os comprovantes identificados de forma equivocada não serão computados para fins de pontuação em categoria diversa da solicitada.

9.8 Os títulos serão avaliados conforme a pontuação determinada no quadro abaixo:

Título na Área da Vaga	Pontuação	Pontuação Máxima
01 título de Mestrado/na área de Educação (sendo validado no Brasil)	3,0	3,0
01 título de Pós-Graduação Especialização na área de Educação	2,0	2,0
Tempo de Serviço Comprovar o exercício, com o tempo total em dias, meses e anos de Atividades desenvolvidas na mesma função e mesma atribuição para a função que está inscrito.	0,025 (vinte e cinco milésimos) a partir do primeiro trimestre (três meses), ou 0,1 (um décimo) a cada (um) ano de trabalho, até no máximo 10 anos ou 1,00 ponto	1,0

10. A pontuação dos títulos não é cumulativa, sendo computado os pontos referentes a 01 (um) CERTIFICADO com Histórico Escolar de Pós-Graduação, em nível de Especialização e 01 (um) Diploma com Histórico Escolar em nível de Mestrado.

11. Não serão computados para essa etapa do Processo Seletivo Simplificado os títulos que são requisitos para investidura na função pleiteada, bem como os títulos que não se referem à área da função pleiteada.

12. Somente serão aceitos os títulos acadêmicos de programas e instituições devidamente reconhecidos e autorizados no Brasil. Os títulos estrangeiros precisam estar devidamente validados no Brasil, por instituição credenciada para tanto, acompanhados da devida tradução juramentada e autenticada.

13. Os certificados de Especialização e Mestrado, apresentados de instituições que estejam respondendo a inquérito, processo ou condenadas por fraude na emissão de certificados falsos não serão computados sob nenhuma hipótese.

14. O comprovante de tempo de serviço prestado no magistério deve conter data de início e término dos contratos: Estadual, Municipal, Particular e/ou Federal deverá atestar o tempo de serviço especificado em anos, meses e dias, com o(s) período(s) em ano de efetivo trabalho, computados até 20/07/2020, sendo aceita carteira de trabalho para este fim.

15. A comprovação de tempo de serviço por meio da Carteira de Trabalho deverá ser realizada mediante as cópias das seguintes páginas: a) página contendo dados pessoais; b) página do contrato de trabalho com data de início e término; c) páginas das alterações do contrato, quando ocorridas.

## 16. DA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO

16.1 Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, além dos outros requisitos previstos neste Edital:

- a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- b) não apresentar os documentos exigidos por ocasião da admissão;
- c) preencher a ficha de inscrição de forma incompleta, principalmente no item que trata da função.
- d) ilegíveis;
- e) fora do prazo da inscrição;

## 17. DA CLASSIFICAÇÃO

17.1 A pontuação final do candidato será a soma dos pontos obtidos na prova de títulos.

17.2 O candidato que não tiver Títulos poderá participar desta seleção, porém, contará com apenas 0 (zero) pontos;

17.3 Os candidatos aprovados serão classificados por função, em ordem decrescente da prova de títulos.

17.4 Se houver o empate, dar-se-á preferência ao candidato de:

- a) maior número de filhos menores de 18 anos;
- b) maior idade

## 18. DOS PEDIDOS DE REVISÃO E DOS RECURSOS

18.1 É admitido pedido de recurso quanto:

- a) à classificação no Processo Seletivo Simplificado Parcial.

18.2 Os pedidos de recurso deverão ser interpostos por escrito pelo candidato, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados da publicação

do Resultado Parcial do Processo Seletivo Simplificado, à Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no e-mail institucional: [edital33.seletivo2020@educaitapoa.sc.gov.br](mailto:edital33.seletivo2020@educaitapoa.sc.gov.br) com o "assunto" informando: "RECURSO EDITAL 033/2020, seguido do nome completo do candidato e a justificativa do Recurso.

18.3 O prazo recursal, se encerra às 17 h. O envio de recursos após esse horário implicará em perda do prazo.

18.4 É de responsabilidade do candidato o Recurso, não sendo admitidas a juntada de novos documentos e quaisquer prorrogações de prazo por eventual problema.

18.5 Somente serão apreciados os pedidos de recurso expressos em termos convenientes e que apontarem as circunstâncias que os justificam, via e-mail, bem como tiverem indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, função pretendida no Processo Seletivo Simplificado.

18.6 O pedido de recurso interposto fora do respectivo prazo não será conhecido, sendo observada, para cômputo de prazo, a data do respectivo protocolo.

#### 19. CHAMAMENTO DOS CANDIDATOS:

19.1 O Termo de Convocação ocorrerá em data a ser definido e publicado no site da Prefeitura de Itapoá, sendo: [www.educaitapoa.sc.gov.br](http://www.educaitapoa.sc.gov.br) para cada área/disciplina, conforme a necessidade exclusiva do Município de Itapoá.

19.2 A classificação neste Processo Seletivo Simplificado não assegura o direito de ingresso automático no quadro temporário de pessoal da Prefeitura Municipal de Itapoá/SC.

19.3 A chamada dos candidatos aprovados será efetuada obedecendo à ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

19.4. O candidato que for chamado e desistir da vaga, será excluído da listagem de classificação.

19.5 O candidato que escolher a vaga e se manter no contrato até o final da vigência, ficará na listagem de classificação e poderá se manter no final da classificação e ser chamado mais de uma vez, se houver a necessidade, por parte da Secretaria Municipal de Educação.

19.6 Ao candidato contratado será permitida a alteração de carga horária no período do contrato, desde que comprovada a necessidade por parte da Secretaria Municipal de Educação.

19.7 O candidato deverá apresentar-se no dia indicado pela Secretaria de Educação na Unidade Escolar para assumir as aulas. Passado o prazo, fica a Secretaria de Educação autorizada a dar continuidade à chamada dos demais candidatos, respeitando a sequência da ordem de classificação. Caso o candidato não se apresente no prazo determinado, será excluído do processo seletivo.

19.8 Em caso de fechamento de turma, o professor ACT que assumiu por último a vaga na Rede Municipal de Ensino, terá seu contrato rescindido.

19.9 A classificação dos candidatos no prazo de validade estabelecido para este Processo Seletivo não gera para a Secretaria Municipal de Educação, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados.

20. Depois de efetivada a contratação, não será permitida ao candidato trocá-la, salvo nos casos de interesse do serviço público, justificáveis.

21. O candidato já contratado que desistir da vaga, implicará no indeferimento de inscrição para o ano letivo de 2021.

22. O candidato contratado ficará em permanente Avaliação de Desempenho de acordo com as atribuições da função. Caso não estiver cumprindo com suas atribuições, caberá a equipe pedagógica/gestor elaborar o(s) registro(s) em Ata com encaminhamentos/orientações num intervalo de tempo de 15 dias após a primeira Ata. Registra no Sistema de Gestão da Unidade Escolar e comunica a Secretaria de Educação. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, será rescindido seu contrato.

23. O candidato que se ausentar da Unidade Escolar pelo prazo superior a 48 (quarenta e oito) horas, sem apresentar justificativa para a direção da escola, seu contrato será rescindido a partir do primeiro dia de ausência, sendo considerado desistente e eliminado do Processo Seletivo regido por este Edital.

#### 24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 A publicação do resultado parcial do Processo Seletivo Simplificado será no dia 03 de setembro de 2020 (5ª feira), no site [www.educaitapoa.sc.gov.br](http://www.educaitapoa.sc.gov.br).

24.2 A publicação da homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado ocorrerá no dia 09 de setembro de 2020 (4ª feira), devendo o(s) candidato(s) consultar o site [www.educaitapoa.sc.gov.br](http://www.educaitapoa.sc.gov.br).

24.3 A responsabilidade operacional do Processo Seletivo Simplificado de que trata o presente Edital, cabe a Secretaria Municipal de Educação de Itapoá.

24.4 O candidato contratado receberá o e-mail institucional da gestora na Unidade Escolar que vai atuar, e este e-mail institucional será

excluído após 10 (dez) dias da rescisão do seu contrato.

24.5 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo da Secretaria Municipal de Educação, prevista neste Edital em consulta com a procuradoria jurídica do Poder Executivo.

## 25. DAS EXIGÊNCIAS PARA A ADMISSÃO:

25.1 O candidato aprovado e classificado será convocado para admissão, através do site [www.educaitapoa.sc.gov.br](http://www.educaitapoa.sc.gov.br).

25.2 O candidato terá o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data da convocação divulgada através do site [www.educaitapoa.sc.gov.br](http://www.educaitapoa.sc.gov.br) para se apresentar e entregar os seguintes documentos abaixo relacionados ao setor de Recursos Humanos para admissão, sob pena de desclassificação:

	Uma Foto 3x4 (recente);
	Cédula de identidade – RG (cópia e original)
	Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
	Título de eleitor (cópia e original);
	Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
	Comprovante Quitação Militar – carteira de reservista (cópia e original);
	Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
	Número do PIS / PASEP;
	Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
	Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
	Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
	Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
	Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
	Declaração de IRRF (imposto de renda);
	Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
	Declaração de não ter sofrido Processo Disciplinar (prefeitura fornece);
	Declaração de Bens e ou IRRF (prefeitura fornece);
	Certidão de antecedentes criminais federal, estadual e municipal, atual (original);
	Registro no órgão de classe atualizado (quando o cargo requerer);
	Certidão de regularização do CPF (internet);
	Declaração de Qualificação Social (Site – <a href="http://consultacadastral.inss.gov.br">consultacadastral.inss.gov.br</a> )
	Tipagem sanguínea – Exame, carteira de doador ou declaração;
	Laudo Médico;
	Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá.
	Comprovante escolaridade exigido edital para cargo (Diploma e histórico escolar) cópia e original
	Demais documentos solicitados pelo setor de RH.

## 26. DA PUBLICAÇÃO E DO FORO

26.1 O presente Edital será publicado no Diário Oficial dos Municípios.

26.2 O Edital completo, estará disponível no site oficial da Prefeitura de Itapoá [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) e site oficial da Secretaria de Educação [www.educaitapoa.sc.gov.br](http://www.educaitapoa.sc.gov.br) e afixados no Mural Público da Secretaria Municipal de Educação.

26.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá/SC para dirimir toda e qualquer questão inerente ao presente Processo Seletivo Simplificado.

Itapoá, em 21 de agosto de 2020.

LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

## ANEXO I – CRONOGRAMA

EVENTO	DATA PREVISTA
Publicação do Edital	21/08/2020
Período das Inscrições	26 a 28/08/2020
Publicação do Resultado Parcial	03/09/2020
Prazo do recurso do resultado Parcial	03 e 04/09/2020

Publicação do Resultado Final

09/09/2020

**ANEXO II**

Para professor Habilitado:

FUNÇÃO	NÍVEL	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Professor de ARTE (habilitado)	Professor I	Reserva Técnica	10, 20, 30 ou 40 h conforme vagas	Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Artes
Professor de CIÊNCIAS (habilitado)	Professor I	Reserva Técnica	10, 20, 30 ou 40 h conforme vagas	Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Ciências ou Ciências Biológicas
Professor de LÍNGUA PORTUGUESA (habilitado)	Professor I	Reserva Técnica	10, 20, 30 ou 40 h conforme vagas	Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura Letras Habilitação em Língua Portuguesa;
Professor de GEOGRAFIA (habilitado)	Professor I	Reserva Técnica	10, 20, 30 ou 40 h conforme vagas	Diploma e Histórico Escolar de Licenciatura em Geografia

Para professor Não Habilitado:

FUNÇÃO	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Professor de ARTE (não habilitado)	Reserva Técnica	10, 20, 30 ou 40 h conforme vagas	Certidão de Matrícula do Curso de Licenciatura em Artes
Professor de CIÊNCIAS (não habilitado)	Reserva Técnica	10, 20, 30 ou 40 h conforme vagas	Certidão de Matrícula do Curso de Licenciatura em Ciências ou Ciências Biológicas
Professor de LÍNGUA PORTUGUESA ( não habilitado)	Reserva Técnica	10, 20, 30 ou 40 h conforme vagas	Certidão de Matrícula do Curso de Licenciatura em Letras /Português
Professor de GEOGRAFIA (não habilitado)	Reserva Técnica	10, 20, 30 ou 40 h conforme vagas	Certidão de Matrícula do Curso de Licenciatura em Geografia

**ANEXO III****REQUERIMENTO PARA CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS****COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

Nome do Candidato: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Número de Inscrição: \_\_\_\_\_

VENHO REQUERER a inscrição como candidato PESSOA COM DEFICIÊNCIA, e, Declaro, desde já, que preencho os requisitos necessários para deferimento da solicitação, e que as informações e documentos aqui apresentados são verdadeiros. DECLARO ciência de que a não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição que garante o deferimento da solicitação ou ainda apresentação dos documentos fora dos padrões, prazos e forma solicitados, implicará indeferimento da solicitação.

DESCREVER OS DADOS ABAIXO COM BASE NO ATESTADO MÉDICO:

Tipo de deficiência:

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID):

Nome do Médico Responsável pelo Atestado:

ESTE FORMULÁRIO DEVERÁ SER ENVIADO JUNTAMENTE COM O ATESTADO MÉDICO, CONFORME PREVISTO NO EDITAL.

Local e Data:

Assinatura

**ANEXO IV****FICHA DE INSCRIÇÃO**

Prezado candidato, favor preencher a Ficha de Inscrição:

CARGO PRETENDIDO:				INSCRIÇÃO Nº
NOME COMPLETO:				
DATA DE NASCIMENTO:		NATURAL DE:		ESTADO:

SEXO:	MASCULINO ( )	FEMININO ( )
NACIONALIDADE:		RAÇA:
PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ( ) NÃO ( ) SIM	TIPO DEFICIÊNCIA:	
ESTADO CIVIL:	Nº FILHOS:	
Nº DO CPF:		
Nº CARTEIRA DE IDENTIDADE:		
EMISSOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE:		
E-MAIL DO CONTATO:		
TELEFONE RESIDENCIAL: ( )		
TELEFONE CELULAR: ( )		
ENDEREÇO RESIDENCIAL: Rua: Nº		
BAIRRO:		
MUNICÍPIO:	ESTADO:	
CEP:		
NOME DA GRADUAÇÃO:		
NOME ESPECIALIZAÇÃO:		
NOME MESTRADO:		
TOTAL DE TEMPO DE SERVIÇO:		
OBSERVAÇÃO: Declaro que todos os dados aqui informados são verdadeiros, e CONCORDO COM TODO TEOR PUBLICADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.		
DATA E LOCAL:		
ASSINATURA DO CANDIDATO:		

**TERMO ADITIVO Nº 94/2020**

Publicação Nº 2615944

TERMO ADITIVO Nº 94/2020 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2018 (4º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, o Sr. JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, portador do CNPF/MF nº 094.739.189-41 e CI.RG nº 5.686.839-SESP/SC, residente e domiciliado à Rua Hermínio Dagnoni, nº 175, Bairro: Itapema do Norte, neste Município, e de outro lado a Empresa SKOPOS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA com sede à Rua Antônio Scalise Filho, nº 135, Centro, na cidade de São José dos Pinhais/PR, CEP: 83.005-120, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.647.829/0001-79 e Inscrição Estadual: Isenta, representada neste ato por sócio, o Sr. KLÉBER ROGÉRIO OBLADEN FOGGIATTO portador do CNPF/MF nº 003.932.719-19 e do CI.RG nº 4.521.500-8 SSP/, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de agências para a prestação de serviços de propaganda e publicidade, compreendendo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, e demais serviços inerentes à atividade publicitária, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de CONCORRÊNCIA Nº 03/2017 – PROCESSO Nº 83/2017 de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 20/2018, em 6 (seis) meses, contados a partir do dia 23/08/2020, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO**

A previsão orçamentária para a execução dos serviços contratados, pelo prazo de 6 (seis) meses, é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

**CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 20/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 20/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 21 de agosto de 2020.

CONTRATANTE JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO CHEFE DO GABINETE DO PREFEITO	CONTRATADA SKOPOS COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA KLÉBER ROGÉRIO OBLADEN FOGGIATTO
---	---

Fiscal do Contrato:

LINCOLN PAUL PRADAL  
DIRETOR DE GABINETE

Testemunhas:

NOME: CNPF/MF:

NOME: CNPF/MF:

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 06/2020 - ATAS COMISSÃO GLEBA - ITAPOÁ - SC**

Publicação N° 2618076

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO N° 06/2020**

MARLON ROBERTO NEUBER, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto no Art. 3º do Decreto Municipal nº 3893/2019, de 25 de janeiro de 2019, HOMOLOGA as ATAS a seguir, contendo as deliberações da Comissão Municipal para Regularização da Gleba: Ata nº 30/2020, de 03 de julho de 2020; Ata nº 31/2020, de 08 de julho de 2020; Ata nº 32/2020, de 10 de julho de 2020; Ata nº 33/2020, de 15 de julho de 2020; Ata nº 34/2020, de 17 de julho de 2020; Ata 35/2020, de 22 de julho de 2020; Ata 36/2020 de 24 de julho de 2020; e, Ata 37/2020, de 29 de julho de 2020;

Itapoá (SC), 11 de agosto de 2020.

Marlon Roberto Neuber  
Prefeito Municipal



# Ituporanga

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO Nº 60/2020/PMI – PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2020/PMI

Publicação Nº 2616308

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO Nº 60/2020/PMI – PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2020/PMI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA; CONTRATADA: MÉTRICA GEOENGENHARIA E AEROLEVANTAMENTOS EIRELI; CNPJ: 05.594.264/0001-34; VALOR GLOBAL PREVISTO: R\$ 81.010,00 (Oitenta e um mil e dez reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMAGEM DE ALTA RESOLUÇÃO E CARTOGRAFIA DA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, TENDO EM VISTA QUE O PROCESSO LICITATÓRIO N. 27/2020 - PREGÃO 15/2020 FOI REVOGADO. Data da assinatura: 21 de agosto de 2020 – Osni Francisco de Fragas – Prefeito.

### PORTARIA N. 1.843/2020

Publicação Nº 2616703

PORTARIA Nº 1.843, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 157 da Lei Complementar Nº 020, de 17 de dezembro de 2008, e de acordo com Requerimento nº 2289/2020 e a certidão exarada do Departamento de Recursos Humanos,

#### RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o gozo da licença prêmio a(o) servidor(a) ADRIANO MINELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, na Secretaria de Infraestrutura, no período de 20/08/2020 a 17/11/2020, referente o período aquisitivo de 01/08/2011 a 31/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 20 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito Municipal

LUISMAR AGUIAR SENA  
Secretário de Infraestrutura

### PORTARIA N. 1.850/2020

Publicação Nº 2616700

PORTARIA Nº 1.850, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei Complementar nº 020/2008 e o requerimento protocolado sob nº 2405/2020,

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao servidor OSCAR RECK, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, na Secretaria de Infraestrutura, licença para atividade política no período de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito Municipal

LUISMAR AGUIAR SENA  
Secretário de Infraestrutura



**PORTARIA N. 1.863/2020**

Publicação N° 2616706

PORTARIA N° 1.863, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com as Leis n° 11.770, de 09 de setembro de 2008, bem como Decreto n° 708, de 24 de novembro de 2009 e Requerimento n° 2335/2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR a licença gestação da servidora KARIN EDUARDA DO ROSARIO, ocupante do Cargo de SERVENTE, na Secretaria de Educação, concedida pela Portaria N° 1.112/2020, pelo prazo de sessenta (60) dias, no período de 07/08/2020 a 05/10/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2020.

Ituporanga, SC, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 1.864/2020**

Publicação N° 2616708

PORTARIA N° 1.864, DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei Complementar n° 020/2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER à servidora PRISCILA BATISTA KUSTER, ocupante do cargo TECNICA EM ATIVIDADES DE SAÚDE, na Secretaria de SAÚDE, licença para tratamento de saúde no período de 07/08/2020 a 14/08/2020, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de agosto de 2020.

Ituporanga, 18 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO

Secretária da Saúde

**PORTARIA N. 1.869/2020**

Publicação N° 2616712

PORTARIA N° 1.869, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei n° 2.189, de 27 de setembro de 2007, Parecer exarado pelo Departamento de Recursos Humanos, bem como Processo n° 2482/2020,

**RESOLVE;**

Art. 1º CONCEDER progressão por nova titulação ao servidor OSNI DE FRAYN, ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, Nível 4 - Referência D, para o cargo de MOTORISTA, Nível 4 - Referência E.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ituporanga, SC, 20 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

LUCIANIA FRANZ EIFLER

Secretária da Educação

**PORTARIA N. 1.870/2020**

Publicação Nº 2616716

PORTARIA Nº 1.870, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei nº 2.189/2007, Lei Complementar nº 020/2008 e parecer do controle interno nº 75/2020,

RESOLVE;

Art. 1º Nomear MARIA ALICE DA ROSA BRUGGEMANN para exercer o cargo em comissão de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DA MULHER, IDOSO E CLUBES DE SERVIÇOS, na Secretaria da Assistência Social, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir de 21 de agosto de 2020.

Ituporanga, SC, 20 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

JANETE MEES JUTTEL

Secretária da Assistência Social

**PORTARIA N. 1.872/2020**

Publicação Nº 2616717

PORTARIA Nº 1.872, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 2.124 de 07 de junho de 2006, Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007 Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora ITAMARA MACHADO, nomeada para exercer o cargo em comissão de COORDENADORA EXECUTIVA DO PROCON - Programa Municipal de Proteção e Orientação ao Consumidor de Ituporanga-SC, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor a partir de 24 de agosto de 2020.

Ituporanga, 20 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRGAS

Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

**PORTARIA N. 1.873/2020**

Publicação Nº 2616721

PORTARIA Nº 1.873, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere com o inciso VII, do artigo 65, da Lei Orgânica do Município de Ituporanga, de acordo com a Lei nº 2.124 de 07 de junho de 2006, Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007 Lei Complementar nº 20, de 17 de dezembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALTAIR LAMIM JUNIOR, para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON - Programa Municipal de Proteção e Orientação ao Consumidor de Ituporanga-SC, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor a partir de 25 de agosto de 2020.

Ituporanga, 20 de agosto de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRGAS

Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária de Administração

# Jaborá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.942

Publicação Nº 2616309

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei Municipal 1.653, de 03 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 220.000,00 (Duzentos e vinte mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente no Fundo Municipal de Saúde:

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0005.2.027 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE  
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0078 (0078) (58) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0005.2.030 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF  
3.1.90.00.00.00.00.00 0.1.00550 (0038) (64) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

09.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
09.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0005.2.033 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA FARMACIA BÁSICA - PFB  
3.3.90.00.00.00.00.00 0.1.0550 (0038) (65) – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Transf. Rec. Enfrent. Emergência em Saúde Pública - COVID-19 - Portaria 1.666 - R\$ 20.000,00  
Transf. Do Sus – Emendas Individuais - R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 220.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação nas seguintes Fontes de Recursos:

#### FONTES DE RECURSOS:

Transf. Rec. Enfrent. Emergência em Saúde Pública - COVID-19 - Portaria 1.666 - R\$ 20.000,00  
Transf. Do Sus – Emendas Individuais - R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 220.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,  
em 21/Agosto/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 24/08/2020

MARLENE F.M.C.PICINATTO  
Secretária De Administração

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO PP 38/2020

Publicação Nº 2617268

Estado de Santa Catarina  
Município de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 38/2020 - Pregão Presencial  
Menor Preço por Item

Objeto: Aquisição de uma escavadeira hidráulica para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do município de Jacinto Machado/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 07h45min do dia 03/09/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h00min do dia 03/09/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do Edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133.

João Batista Mezzari  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2020

Publicação Nº 2618324

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 005/2020

A Administração Municipal de Jacinto Machado, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de Março de 1997, NOTIFICA os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e Entidades Empresárias com sede no Município de Jacinto Machado, que recebeu Recursos Federais abaixo especificados:

Contrato de Repasse nº 882282/2018 – Operação 1063012-76

Programa: Agropecuária Sustentável

Objeto do Convênio: Pavimentação asfáltica da Estrada Geral Picadão – Etapa 2 em Jacinto Machado

Origem do Recurso: MAPA

Data do Repasse: 14/08/2020

Valor da Parcela: R\$ 182.375,48 (cento e oitenta e dois mil, trezentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)

Jacinto Machado/SC, 19 de agosto de 2020.

### PORTARIA 308/2020

Publicação Nº 2616163

#### PORTARIA Nº. 308 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o que dispõe a Lei nº. 470, de 01 de setembro de 2006.

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR Servidor a pedido FABIANA MONTEIRO PINTO do cargo de AUXILIAR DE ENSINO lotado junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Agosto de 2020

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**PORTARIA 309/2020**

Publicação N° 2616164

PORTARIA N°. 309 DE 14 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor a pedido e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, usando da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Art. 79 da Lei nº. 001/93, de 02 de março de 1993, e Art. 41 da Lei no. 245 de 20 de março de 2000 e suas alterações

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR Servidor SIMONE SANTANA NOLLA do cargo de ASSISTENTE SOCIAL lotado junto ao Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jacinto Machado – (SC), 14 de Agosto de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 28/2020 UROCENTRO JARAGUÁ DO SUL

Publicação N° 2615701

#### 1º ADITIVO AO CONTRATO N.º 28/2020 TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 108/2019, para a prestação de serviços médicos que mantém entre si, a credenciada UROCENTRO JARAGUÁ DO SUL, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Acrescentar o item 5.5 ao contrato original, com a seguinte redação:

"5.5. Os pacotes de procedimentos constantes no Anexo II do presente contrato serão remunerados de acordo com o valor fixado naquele."

2) Acrescentar o Anexo II ao contrato original:

#### ANEXO II PACOTES DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS

Código CBHPM	Descrição	Taxa	Valor Total
3.12.05.07-0	Cirurgia esterilizadora masculina	R\$ 191,72	R\$ 850,00
3.12.06.21-2	Plástica do freio bálano-prepucial	R\$ 147,00	R\$ 305,00
3.01.01.29-8	Eletrocoagulação de lesões de pele e mucosas	R\$ 25,22	R\$ 115,00
3.01.01.46-8	Exérese de lesão / tumor de pele e mucosas	R\$ 181,54	R\$ 360,00

"Obs.: a taxa mencionada na tabela refere-se aos custos de taxa de sala, hotelaria, materiais e medicamentos e auxiliares necessários conforme cada procedimento."

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 03 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Raphael Lahr Vasconcellos Sampaio Sócio Administrador CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira Superintendente de Assistência e Saúde TESTEMUNHA		Jean Paulo Trunkle Médico Auditor do Issem TESTEMUNHA

Rafael Kist  
Procurador Autárquico  
OAB/SC 33890 Visto:  
Caroline Doro Lenzi  
Supervisora de Compras, Contratos e Licitações

### 2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 34/2019 ANJOS DA VIDA SAÚDE – SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTOS A URGÊNCIAS LTDA

Publicação N° 2615700

#### 2º ADITIVO AO CONTRATO N.º 34/2019

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 34/2019, para a prestação de serviços de remoção com ambulância por Unidade de Suporte Básico (USB) ou Unidade de Suporte Avançado (USA), destinado aos beneficiários do Issem-Saúde, que mantém entre si, a empresa ANJOS DA VIDA SAÚDE – SERVIÇOS MÓVEIS DE ATENDIMENTOS A URGÊNCIAS LTDA e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambos já qualificados no contrato original, resolvem alterar o que segue:

1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 26/08/2020.

2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Patrícia Melz Sócia-Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA		Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

## 5º ADITIVO AO CONTRATO 233/2016 ACTA – ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ATUARIAL LTDA

Publicação Nº 2615702

5º ADITIVO AO CONTRATO N.º 233/2016  
TOMADA DE PREÇO N.º 05/2016

Pelo presente Aditivo ao Contrato n.º 233/2016, Tomada de Preço n.º 05/2016, que tem como objeto a prestação de serviços de assessoria e consultoria atuarial para o Fundo Municipal de Assistência e Saúde – FMASA do Issem, que mantém entre si, a empresa ACTA – ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ATUARIAL LTDA, e o ISSEM – INSTITUTO DE SEGURIDADE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, ambas já qualificadas no contrato original, resolvem alterar o que segue:

- 1) Prorrogar a vigência por mais 12 meses, a contar de 01/09/2020
- 2) As demais cláusulas e condições do contrato original, não atingidas pelo presente aditivo, permanecerão inalteradas.

E por estarem assim acordados, assinam o presente aditivo em duas vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo:

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

Márcio Erdmann Presidente CONTRATANTE		Karen Tressino Sócia Administradora CONTRATADA
Charles Sérgio Pereira TESTEMUNHA		Rafael Kist Procurador Autárquico OAB/SC 33890

## APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 132/2020

Publicação Nº 2616117

APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 409/2019  
Contratada: K&P CONSTRUTORA EIRELI – CNPJ/MF nº 85.388.601/0001-76

APOSTILA Nº 132/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 387/2020/SEMED, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.122.300.2.117	Manutenção patrimonial - Educação Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	103	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	150	0.3.80.0097

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Daniel Peach – Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

Alceu Gilmar Moretti – Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

## **APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 133/2020**

Publicação Nº 2616119

### **APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 410/2019

Contratada: LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI – CNPJ/MF nº 78.268.810/0001-10

### **APOSTILA Nº 133/2020**

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 387/2020/SEMED, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.122.300.2.117	Manutenção patrimonial - Educação Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	103	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	150	0.3.80.0097

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Daniel Peach – Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

Alceu Gilmar Moretti – Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

## **APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 134/2020**

Publicação Nº 2616120

### **APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 411/2019

Contratada: PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI – CNPJ/MF nº 33.159.931/0001-96

### **APOSTILA Nº 134/2020**

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 387/2020/SEMED, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.122.300.2.117	Manutenção patrimonial - Educação Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	103	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	150	0.3.80.0097

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Daniel Peach – Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

Alceu Gilmar Moretti – Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS



**APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 135/2020**

Publicação N° 2616121

**APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 235/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 412/2019

Contratada: ELTON LUIZ MADEIRA – CNPJ/MF n° 27.666.061/0001-49

**APOSTILA N° 135/2020**

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício n° 387/2020/SEMED, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.122.300.2.117	Manutenção patrimonial - Educação Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	103	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	150	0.3.80.0097

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Daniel Peach – Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

Alceu Gilmar Moretti – Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

**APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA N° 136/2020**

Publicação N° 2616122

**APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS N° 235/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 414/2019

Contratada: COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME – CNPJ/MF n° 18.138.763/0001-69

**APOSTILA N° 136/2020**

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício n° 387/2020/SEMED, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.122.300.2.117	Manutenção patrimonial - Educação Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	103	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	150	0.3.80.0097

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Daniel Peach – Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

Alceu Gilmar Moretti – Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

**APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 137/2020**

Publicação Nº 2616124

**APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2019  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 055/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 412/2019  
Contratada: ELTON LUIZ MADEIRA – CNPJ/MF nº 27.666.061/0001-49

**APOSTILA Nº 137/2020**

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 387/2020/SEMED, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.122.300.2.117	Manutenção patrimonial - Educação Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	103	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	150	0.3.80.0097

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Daniel Peach – Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

Alceu Gilmar Moretti – Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

**APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 138/2020**

Publicação Nº 2616125

**APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2019  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 056/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 411/2019  
Contratada: PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI – CNPJ/MF nº 33.159.931/0001-96

**APOSTILA Nº 138/2020**

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 387/2020/SEMED, ficam incluídas as seguintes dotações orçamentárias, como seguem:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.122.300.2.117	Manutenção patrimonial - Educação Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	103	0.3.36.0066
08.003.12.122.0300.2121	Manutenção patrimonial - Educação Infantil	3.3.90 – Aplicações Diretas	150	0.3.80.0097

Jaraguá do Sul, 18 de agosto de 2020.

Argos José Burgardt – Secretário de Administração

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Daniel Peach – Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

Alceu Gilmar Moretti – Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

**CONTRATO 140/2020 CLÍNICA HOCHMULLER SS LTDA**

Publicação Nº 2615705

EXTRATO – CONTRATO Nº 140/2020  
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Clínica Hochmuller SS Ltda – CNPJ 08.823.185/0001-46

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, FISIOTERAPIA E PSICOTERAPIA, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 15/08/2020.

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann e Eduardo da Silva Hochmuller

Márcio Erdmann  
Presidente  
Issem

**CONTRATO Nº 137/2020 HOSPITAL SANTA CATARINA**

Publicação Nº 2615703

EXTRATO – CONTRATO Nº 137/2020  
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Hospital Santa Catarina – CNPJ 01.880.344/0001-03

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS HOSPITALARES, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 08/08/2020.

DATA DA ASSINATURA: 06/08/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann, Maurício de Andrade e Genemir Raduenz,

Márcio Erdmann  
Presidente  
Issem

**CONTRATO Nº 139/2020 CENTRO OFTALMOLÓGICO JARAGUÁ DO SUL LTDA**

Publicação Nº 2615704

EXTRATO – CONTRATO Nº 139/2020  
ISSEM

CONTRATANTE: Issem – Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (CNPJ nº 00.091.238/0001-70)

CONTRATADO: Centro Oftalmológico Jaraguá do Sul Ltda – CNPJ 32.745.032/0001-02

OBJETO: Fornecimento de SERVIÇOS MÉDICOS, destinados aos beneficiários dos Serviços Assistenciais e de Saúde do Issem.

FORMA DE PRESTAÇÃO DO OBJETO: conforme o Decreto Municipal nº 12.796/2019 e alterado pelo Decreto 13.620/2020, Edital de Credenciamento nº 01/2020 e demais legislações pertinentes.

VIGÊNCIA: de 14/08/2020 até 31/08/2020.

DATA DA ASSINATURA: 10/08/2020.

SIGNATÁRIOS: Márcio Erdmann, Milena Vitório Alves e Gilberto Guilherme Boettcher

Márcio Erdmann  
Presidente  
Issem

**EDITAL Nº 001/2020/SEMSA PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO CLÍNICO GERAL, MÉDICO ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA E ENFERMEIROS**

Publicação Nº 2617450

EDITAL Nº 001/2020/Semsa

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO CLÍNICO GERAL, MÉDICO ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA E ENFERMEIROS

O Secretário Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Complementar Municipal nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, e suas alterações, e;

CONSIDERANDO a estrita e excepcional necessidade temporária, com interesse público para o atendimento de necessidades urgentes, emergenciais e específicas, dada a falta de profissionais nas diversas Unidades de Saúde, Caps e Pama do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO o direito constitucional do cidadão de acesso aos serviços de saúde pública, que só pode ser prestado com a adequada organização e equipe médica e de assistência em níveis minimamente necessários;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 13.723/2020, de 18 de março de 2020, que declara situação de emergência no Município de Jaraguá do Sul e dispõe de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID – 19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, bem como suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO os incisos I e II do artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 102/2010, que considera a necessidade temporária de excepcional interesse público o atendimento de necessidades urgentes, emergenciais e específicas, no caso de: I) assistência a situações de calamidade pública ou de debelação de situações declaradas emergenciais; e II) combate a surtos endêmicos;

CONSIDERANDO o §1º do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 102/2010, que dispõe que "a contratação de pessoal para atender o disposto nos incisos I e II do artigo 2º, dispensará a realização do processo seletivo público simplificado, observadas a qualificação e a competência técnica do contratado para a realização das funções;

CONSIDERANDO o Ofício nº 53/SEMA-DGP, de 10 de março de 2020, que informa à Secretaria de Saúde sobre a finalização da lista de médicos classificados pelo Processo Seletivo nº 002/2019 - SEMSA;

CONSIDERANDO o Ofício nº 138/SEMA-DGP, de 01 de julho de 2020, que informa à Secretaria de Saúde sobre o término da lista de enfermeiros classificados no Processo Seletivo nº 002/2019 - SEMSA;

CONSIDERANDO o comunicado C.E. nº 011/2020, de 19 de março de 2020, do Instituto Ânima Sociesc, de suspensão, em razão da pandemia pelo Novo Coronavírus, das etapas seguintes do Concurso Público lançado pelo Município de Jaraguá do Sul para a contratação, entre outras carreiras, de médicos, médicos especialistas e enfermeiros;

CONSIDERANDO o grande aumento no número de atendimentos de pacientes com síndromes gripais e suspeita de COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, que Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a Portaria MS/GM nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, que Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria MS/SAES nº 99, de 07 de fevereiro de 2020, a qual redefine registro das Equipes de Atenção Primária e Saúde Mental no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNE);

CONSIDERANDO a necessidade da equipe mínima para o funcionamento dos CAPS, conforme Portaria 336/2002 e a Portaria 3088/2011, que prevê no mínimo 01 médico psiquiatra para cada serviço;

CONSIDERANDO que a manutenção da equipe mínima nos CAPS é condição para a permanência da habilitação dos serviços junto ao Ministério da Saúde;

FAZ SABER que se encontram abertas as inscrições para o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO CLÍNICO GERAL, MÉDICO ESPECIALISTA EM PSIQUIATRIA E ENFERMEIROS, UNICAMENTE COM BASE

NO EXAME DE TÍTULOS, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, nas condições e prazos previstos no presente Edital.

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O presente processo de contratação será organizado e conduzido pela Comissão Especial designada pela Portaria nº 191/2020/Semsa e regido pelo art. 37, inciso IX da Constituição Federal, pela Lei Complementar Municipal nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e suas alterações, e terá como única fase para classificação dos candidatos a análise documental conforme a Cláusula Terceira deste edital.
2. Este Edital de Processo Seletivo nº 001/2020/Semsa, para todos os efeitos, terá validade de até 02 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação do resultado final.
3. Os candidatos aprovados e classificados poderão ser convocados para o preenchimento das vagas que vierem a surgir, dentro do prazo de validade do Edital de Processo Seletivo nº 001/2020/Semsa.
4. O período de validade estabelecido para este Edital de Processo Seletivo nº 001/2020/Semsa não gera para o Município de Jaraguá do Sul a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados e aprovados. A aprovação gera, para o candidato, apenas o direito à preferência na contratação, dependendo da sua classificação no Edital de Processo Seletivo nº 001/2020/Semsa.
5. Todos os atos e avisos relacionados a este edital, até a data de sua homologação, estarão disponíveis no site "<https://www.jaraguadosul.sc.gov.br>", no link "Concursos Públicos e Processos Seletivos".
6. Os documentos recebidos fora dos prazos estabelecidos serão considerados intempestivos, seja qual for o motivo do atraso alegado pelo candidato.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Edital tem como objeto a Seleção Pública Simplificada e Emergencial de Pessoal para contratação em caráter temporário, para atuar nas Unidades de Saúde, Caps e Pama do Município de Jaraguá do Sul, por até 02 anos, tendo em vista a excepcional necessidade da Administração Pública, conforme quadro de cargos, vagas, requisitos, carga horária e vencimentos constantes no Anexo II.

1.2. O candidato aprovado, observada a sua inscrição e a ordem de classificação, poderá ser convocado para atuar em caráter temporário em uma das vagas disponíveis nas Unidades de Saúde, Caps e Pama, sendo:

Médico Clínico Geral - 40 horas semanais;

Médico Clínico Geral - 20 horas semanais;

Médico Especialista em Psiquiatria – 20 horas semanais;

Enfermeiro – 40 horas semanais.

1.3. Os profissionais serão admitidos, em caráter temporário, pelo Regime de Direito Administrativo Especial – REDA, na forma da Lei Complementar Municipal nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, devidamente inscritos no RGPS – Regime Geral de Previdência Social, através de contratação em caráter emergencial, para atender necessidade temporária decorrente de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 2 (dois) anos.

1.4. A contratação temporária será adotada nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV, VI e VII do artigo 2º da Lei Complementar Municipal nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, e suas alterações.

1.5. No caso de posterior demissão de algum dos servidores contratados, a vaga será preenchida conforme a disponibilidade de profissionais já contratados ou pela ordem de classificação na respectiva categoria profissional.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

2.1. São requisitos para o candidato participar do Processo Seletivo Público Simplificado e/ou para firmar contrato temporário com a administração pública:

I – nacionalidade brasileira;

II – idade mínima de dezoito anos;

III – quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – aptidão física e mental;

V – nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

2.2. É vedada a celebração de contrato com a administração pública sem o preenchimento dos requisitos do item 2.1, observando ainda a vedação de acumulação de cargos públicos, de acordo com o artigo 37 da Constituição Federal, e inexistência de penalidade por Processo de Sindicância e ou Administrativo Disciplinar.

2.3. As atribuições referentes a cada cargo, objeto deste Edital de Processo Seletivo nº 001/2020/Semsa são as indicadas no Anexo III deste Edital.

2.4. O candidato aprovado no Edital de Processo Seletivo nº 001/2020/Semsa e que vier a ser convocado para o cargo público a que concorreu, será alocado para trabalhar nas unidades de saúde do Município de Jaraguá do Sul, podendo em qualquer tempo da vigência do

contrato ser transferido de unidade para atender interesses e necessidades da instituição.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS INSCRIÇÕES E DA CLASSIFICAÇÃO

3.1. O candidato deverá conhecer, antes de efetuar a inscrição, os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício das atribuições dos cargos.

3.2. A inscrição deverá ser efetuada no período de 09 a 11 de setembro de 2020, preenchendo a ficha de inscrição (Anexo IV) e anexando os documentos constantes dos itens 3.3 e 3.4, enviando para o e-mail "saude.processoseletivo@jaraguadosul.sc.gov.br".

3.3. No período estipulado para o envio dos documentos, o candidato deverá anexar obrigatoriamente:

- a) ficha de inscrição assinada pelo candidato;
- b) cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) cópia do diploma de curso superior;
- d) cópia do Registro no Órgão do Conselho de Classe (CRM/COREN);
- e) cópia do Registro de Qualificação de Especialista para o cargo de Psiquiatra (RQE).

3.4. Para efeitos de classificação, o candidato poderá ainda anexar os documentos abaixo relacionados, que incrementarão a pontuação do candidato da seguinte forma:

- a) Diploma ou certificado de Doutorado completo: 03 pontos
- b) Diploma ou certificado de Mestrado completo: 02 pontos
- c) Diploma ou certificado de especialização completa: 01 ponto

3.4.1. Os referidos diplomas e certificados deverão ser reconhecidos pelo Ministério da Educação – MEC na forma da lei.

3.5. Os candidatos habilitados serão classificados em ordem decrescente pela somatória dos pontos obtidos.

3.5.1. No caso de igualdade de pontos obtidos, terá preferência na classificação o candidato com maior idade.

3.6. É de total responsabilidade do candidato providenciar e enviar os documentos conforme solicitado nos itens 3.3 e 3.4.

3.7. A classificação preliminar das inscrições será divulgada no site "https://www.jaraguadosul.sc.gov.br", no link "Concursos Públicos e Processos Seletivos", no dia 17 de setembro de 2020, após às 8h.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO RECURSO

4.1. O candidato poderá impetrar recurso fundamentado e dirigido à Comissão de Seleção do Processo Seletivo, através do preenchimento do Formulário de Recurso (Anexo I) e enviado através do e-mail "saude.processoseletivo@jaraguadosul.sc.gov.br", no dia 18 de setembro de 2020, da 00:00h às 23:59h.

### 5. CLÁUSULA QUINTA – CLASSIFICAÇÃO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

5.1. A classificação final será divulgada no site "https://www.jaraguadosul.sc.gov.br", no link "Concursos Públicos e Processos Seletivos", no dia 22 de setembro de 2020, após às 13h.

5.2. A homologação será feita em publicação no Diário Oficial do Município no dia 23 de setembro de 2020.

### 6. CLÁUSULA SEXTA – DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

6.1. Fica assegurado à Pessoa com Deficiência (PcD), 5% (cinco por cento) das vagas existentes, nos termos do Artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e pela Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a necessidade de que sejam portadores. O candidato Pessoa com Deficiência (PcD) deverá declarar na ficha de inscrição o tipo de deficiência e anexar laudo médico pericial comprobatório, e que a mesma é compatível com o exercício do cargo ao qual se inscreveu.

6.2. O primeiro candidato Pessoa com Deficiência (PcD) classificado em cada cargo no Edital de Processo Seletivo nº 001/2020/Semsa será contratado para ocupar a quinta vaga aberta no referido cargo, enquanto os demais serão contratados a cada intervalo de vinte vagas providas em cada cargo.

### 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

7.1. Os candidatos serão convocados em observância à ordem de classificação e a conveniência da Administração, na medida das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

7.1.1. O candidato convocado pode requerer a sua reclassificação, passando para o último lugar da listagem que está classificado.

7.1.2. O requerimento de reclassificação deverá ser protocolado na Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, em até dois dias úteis após a convocação.



7.1.3. Uma vez aceita pela Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, a reclassificação terá caráter definitivo e não poderá ser cancelada pelo candidato, seja qual for o motivo alegado.

7.1.4. Cada candidato aprovado poderá requerer sua reclassificação somente uma vez.

7.1.5. A reclassificação não garante nova convocação.

7.1.6. O candidato classificado que não se apresentar no dia e horário determinados para escolha de vagas perderá todos os direitos de preenchimento de vaga, podendo ser novamente convocado ao final da lista.

7.2. O candidato convocado para contratação deverá se apresentar na Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul no prazo máximo de dois dias úteis munido de todos os documentos constantes no Anexo V.

7.3. Não será permitido ao candidato contratado e em exercício, desistir de parte de sua carga horária, exceto quando for de interesse da Administração.

7.4. A contratação do candidato classificado dependerá, ainda, da aprovação prévia em exames médicos admissionais e da comprovação da habilitação/escolaridade.

7.4.1. A critério do médico do trabalho, poderão ser solicitados exames médicos complementares.

7.5. Após o exame médico e com o parecer "APTO", o candidato deverá imediatamente realizar agendamento junto à Diretoria de Gestão de Pessoas, tendo prazo máximo de 2 (dois) dias úteis para a efetivação de sua contratação, sob pena de perda do direito ao preenchimento da vaga.

## 8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

8.1. As contratações serão realizadas mediante dotação orçamentária específica e prévia autorização do Secretário de Administração.

8.2. Para os efeitos de remuneração, não serão consideradas as vantagens de natureza individual dos Médicos Clínicos Gerais, Médicos Psiquiatra e Enfermeiros ocupantes de cargos tomados como paradigma.

8.3. Aplica-se ao contratado nos termos deste Edital o disposto:

I – na legislação municipal que fixa o auxílio alimentação e auxílio transporte;

II – no artigo da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, relativo ao direito de petição;

III – nos artigos 173 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, relativo aos deveres, proibições, acumulação e responsabilidade do servidor;

IV – nos artigos 181 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, relativo às penalidades;

V – nos artigos 140 e 141 da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014 e na Lei Municipal nº 88/09, de 04 de setembro de 2009, que tratam da licença especial à gestante e adotante.

8.4. O contratado, nos termos deste Edital, não poderá:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III – ser novamente contratado com base no mesmo processo seletivo que originou a sua contratação, ressalvadas as prorrogações contratuais.

8.5. A inobservância do disposto no item 8.4 importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

8.6. As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado por tempo determinado serão apuradas mediante Processo Administrativo Disciplinar.

8.7. O contrato firmado de acordo com este Edital extinguir-se-á:

I – pelo término do período de contrato;

II – por iniciativa do contratado;

III – quando o contratado incorrer em infração disciplinar punível com demissão, observando a ampla defesa e o contraditório;

IV – por iniciativa do Poder Executivo.

8.8. A extinção do contrato fundada nos incisos I, II e III do item 8.7 não implicará no pagamento de indenização.

8.9. A extinção do contrato fundada no inciso IV do item 8.7, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe seria devido no período remanescente do contrato.

8.10. O tempo de serviço público objeto de contratação por tempo determinado será computada na forma prevista em Lei, observada a legislação relativa ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

8.11. A conferência e assinatura da ficha de inscrição deste edital valerá como aceitação tácita das normas deste Processo Seletivo Público

Simplificado.

8.12. O candidato deverá comunicar à Diretoria de Gestão de Pessoas toda e qualquer alteração de seu telefone, endereço de e-mail ou endereço residencial, responsabilizando-se pelos prejuízos que por ventura vierem a ter em decorrência da não atualização.

8.12.1. Para alterar o endereço informado no ato da inscrição, o candidato deverá protocolar no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, documento indicando seu cargo, novo endereço, telefone, e-mail e fazendo menção expressa que se relaciona ao Edital de Processo Seletivo nº 001/2020/Semsa.

8.13. Não será fornecido ao candidato qualquer documento de caráter individual comprobatório de classificação.

8.14. A classificação do candidato neste Processo Seletivo Público Simplificado não implica direito a contratação, cabendo ao Município, exclusivamente, a decisão quanto à conveniência e oportunidade nas convocações para provimento das demandas verificadas.

8.15. Caberá ao candidato contratado arcar com as despesas de sua locomoção ou mudança, para prover demanda em localidade a que for designado pela Secretaria Municipal de Saúde para o cumprimento de suas atribuições.

8.16. A inexistência de informações e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente à contratação do candidato na insubsistência da inscrição no Processo Seletivo Público Simplificado poderão levar a sua nulidade e consequente rescisão unilateral por parte do Município, sem prejuízo das cominações legais aplicáveis.

8.17. A simples efetivação da inscrição não gera qualquer direito ao candidato.

8.18. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo designada pelo Secretário de Saúde pela Portaria nº 191/2020/Semsa.

8.19. Não poderão ser contratados os interessados com penalidade por Processo de Sindicância e ou Administrativo Disciplinar.

8.20. O candidato deve tomar conhecimento das atribuições do respectivo cargo (Anexo III).

8.21. As despesas decorrentes da execução deste Edital correrão por conta de dotação específica consignada no Orçamento.

8.22. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

ALCEU GILMAR MORETTI  
Secretário Municipal de Saúde

#### ANEXO I

#### FORMULÁRIO DE RECURSO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO		
NOME DO CANDIDATO: _____		
INSCRIÇÃO: _____ (se tiver)		
MOTIVO: _____		
_____		
_____		
_____		
_____		
(Para uso da Secretaria Municipal de Saúde)		
		DEFERIDO
		INDEFERIDO

Jaraguá do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
NOME E ASSINATURA DO CANDIDATO



## ANEXO II

## CARGOS, VAGAS, SALÁRIO MENSAL, JORNADA DE TRABALHO E ESCOLARIDADE/PRÉ-REQUISITOS

Cargos de Nível Superior	Salário Mensal	Jornada Semanal de Trabalho	Vagas	Escolaridade/Pré-requisitos
Enfermeiro	R\$4.112,48	40 horas	03	Escolaridade: Ensino Superior Completo em Enfermagem, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do exercício da Profissão. Habilitação: Carteira de Habilitação na categoria B.
Médico Clínico Geral	R\$8.154,56	20 horas	02	Escolaridade: Formação Superior Completa em Medicina, e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do exercício da Profissão. Habilitação: Carteira de Habilitação na categoria B.
Médico Clínico Geral	R\$16.309,12	40 horas	04	Escolaridade: Formação Superior Completa em Medicina, e registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do exercício da Profissão. Habilitação: Carteira de Habilitação na categoria B.
Médico Especialista em Psiquiatria	R\$10.959,07	20 horas	02	Escolaridade: Formação Superior Completa em Medicina com residência médica ou especialização específica na área de atuação Psiquiatria, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizador do exercício da Profissão. Habilitação: Carteira de Habilitação na categoria B.

## ANEXO III

## ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

## 1) ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODOS OS CARGOS:

- 1.1) Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando o constante alinhamento aos objetivos do Município;
- 1.2) Potencializar as habilidades técnicas e específicas da atribuição profissional buscando capacitação e formação continuada, e também habilidades de gestão e cognição através do trabalho em equipe e polivalência;
- 1.3) Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e legislação aplicável, visando à adequada e imediata disponibilidade dos mesmos;
- 1.4) Deslocar-se até o local que será realizado o trabalho, seja internamente ou em campo;
- 1.5) Utilizar equipamentos de proteção e adotar rotinas que propiciem segurança e bem-estar pessoal e das pessoas do seu convívio no trabalho;
- 1.6) Ser assíduo e pontual;
- 1.7) Apresentar-se adequadamente, utilizando vestimenta adequada ao ambiente e função;
- 1.8) Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;
- 1.9) Executar outras tarefas correlatas às acima descritas, a critério de seu superior imediato e/ou conforme demanda.

## 2) ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MÉDICO

- 2.1) Participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja partícipe ou que os desenvolva;

2.2) Desenvolver ações em saúde que contribuam para o bem-estar dos usuários, por meio da realização de consultas e atendimentos médicos:

- Efetuando anamnese;
- Realizando exame físico e solicitando exames complementares;
- Realizando e/ou supervisionando propedêutica instrumental;
- Interpretando dados de exames clínicos e exames complementares;
- Diagnosticando o estado de saúde do paciente;
- Planejando, indicando e prescrevendo tratamento;
- Praticando intervenções clínicas e/ou cirúrgicas;
- Estabelecendo prognóstico;
- Monitorando o estado de saúde dos pacientes.

2.3) Realizar consultas clínicas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.);

2.4) Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referências e contrarreferências locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência;

2.5) Realizar o acompanhamento e orientação dos Agentes Comunitários de Saúde;

2.6) Implementar ações para promoção da saúde:

- Estabelecendo planos de ação;
- Ministrando tratamentos preventivos;
- Promovendo ações de controle epidemiológico, de vetores e zoonoses;
- Implementando medidas de segurança e proteção do trabalhador.

2.7) Promover a educação em saúde:

- Promovendo atividades educativas, prestando informações e orientações à população, divulgando fatores de riscos e outros;
- Divulgando informações em mídia;
- Desenvolvendo estudos e pesquisas relacionados à sua área de atuação;
- Realizando reuniões e/ou comissões com equipes multidisciplinares;
- Organizando campanhas, palestras e outras atividades afins.

2.8) Executar serviços de consultoria, auditoria, controle, avaliação, regulação e emissão de parecer, sobre matéria de teor médico;

2.9) Elaborar documentos médicos e manter o registro dos usuários atendidos;

2.10) Dirigir veículos oficiais quando houver necessidade de deslocamento para realização das atribuições do seu cargo.

### 3) ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE ENFERMEIRO

3.1) Zelar pelo bem-estar da pessoa atendida, buscando melhorar as condições de saúde do paciente, por meio da realização de procedimentos de enfermagem:

- Avaliando as ações desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde;
- Triando as demandas identificadas;
- Atendendo pacientes em seus domicílios, quando necessário;
- Encaminhando os pacientes conforme referência e recursos existentes;
- Realizando consultas de enfermagem;
- Utilizando técnicas de enfermagem apropriadas conforme a demanda identificada;
- Prescrevendo ações;
- Realizando aferição de sinais vitais, cateterismo vesical e nasogástrico, punções venosas, eletrocardiogramas e demais procedimentos que se fizerem necessários;
- Coletando materiais de triagem;
- Prescrevendo medicamentos previamente estabelecidos em programa de Saúde Pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde, bem como assistência de enfermagem;
- Acompanhando os pacientes durante o seu desenvolvimento e/ou tratamento.

3.2) Assegurar condições adequadas de limpeza, preparo, esterilização e manuseio do material a ser utilizado nos diversos procedimentos;

3.3) Contribuir com a qualidade de vida da população, por meio da execução e/ou participação em programas, projetos e ações estratégicas:

- Planejando, programando e/ou coordenando serviços;
- Executando e monitorando políticas de saúde preconizadas pela Gestão Municipal, com a finalidade de intervir no processo saúde/doença dos cidadãos, família e comunidade, segundo os princípios do SUS.

3.4) Disseminar conhecimentos a fim de promover saúde, por meio da prestação de orientações sobre saúde, cuidados pessoais e familiares, realizando reuniões, grupos de serviço, grupos na comunidade, trabalhos individuais, grupais e/ou outros eventos.

3.5) Produzir análises, relatórios, material educativo e boletins, preparando informações em saúde, visando propiciar debates, difusão de informações e divulgação junto à comunidade e servidores do Município.

3.6) Participar de programas e atividades de assistência integral à saúde individual e de grupos específicos, bem como de programas de treinamento e aprimoramento de pessoal de saúde.

3.7) Desempenhar atividades de vigilância epidemiológica de acordo com as normas vigentes.

3.8) Acompanhar o desempenho da área, avaliando sistematicamente os registros e anotações das atividades realizadas pelo pessoal de enfermagem.

3.9) Participar na elaboração e na operacionalização do sistema de referência e contrarreferência do paciente em diferentes níveis de atenção e saúde.

3.10) Assumir a responsabilidade técnica, atendendo as exigências da Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, e a Resolução do COFEN nº 168/93, ou o que vier a revogá-las.

3.11) Facilitar a plena atenção prestada aos usuários, integrando a equipe multiprofissional de saúde e vigilância, sempre que necessário, por meio da elaboração, desenvolvimento e implementação de programas no seu campo de atuação.

3.12) Participar, se necessário, nos processos de aquisição de medicamentos, materiais, equipamentos, entre outros, necessários para assistência à saúde.

3.13) Acompanhar in loco, quando necessário, a transferência de pacientes entre unidades e/ou estabelecimentos de saúde.

3.14) Planejar gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos Agentes Comunitários de Saúde.

3.15) Supervisionar, coordenar e realizar atividades de qualificação permanente dos Agentes Comunitários de Saúde, com vistas ao desempenho de suas funções.

3.16) Dirigir veículos oficiais quando houver necessidade de deslocamento para realização das atribuições do seu cargo.

#### 4) ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE MÉDICO ESPECIALISTA

4.1) Participar efetivamente na elaboração e na execução dos planos, programas, ações e serviços de saúde pública em que o Município seja partícipe ou que os desenvolva.

4.2) Desenvolver ações em saúde que contribuam para o bem estar dos usuários, por meio da realização de consultas e atendimentos médicos:

- Efetuando anamnese;
- Realizando exame físico e solicitando exames complementares;
- Realizando e/ou supervisionando propeidêutica instrumental;
- Interpretando dados de exames clínicos e exames complementares;
- Diagnosticando o estado de saúde do paciente;
- Planejando, indicando e prescrevendo tratamento;
- Praticando intervenções clínicas e/ou cirúrgicas;
- Estabelecendo prognóstico;
- Monitorando o estado de saúde dos pacientes.

4.3) Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais e outros procedimentos para fins diagnósticos.

4.4) Realizar consultas clínicas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família e quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações, etc.).

4.5) Encaminhar, quando necessário, usuários a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referências e contra-referências locais, mantendo sua responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico do usuário, proposto pela referência.

4.6) Promover a educação em saúde:

- Promovendo atividades educativas, prestando informações e orientações à população, divulgando fatores de riscos e outros;
- Divulgando informações em mídia;
- Desenvolvendo estudos e pesquisas relacionados à sua área de atuação;
- Realizando reuniões e/ou comissões com equipes multidisciplinares;
- Organizando campanhas, palestras e outras atividades afins.

4.7) Executar serviços de consultoria, auditoria, controle, avaliação, regulação e emissão de parecer, sobre matéria de teor médico.

4.8) Elaborar documentos médicos e manter o registro dos usuários atendidos.

4.9) Participar de equipe multidisciplinar na elaboração de diagnóstico de saúde, contribuindo com dados e informações na verificação dos serviços e da situação de saúde da comunidade, para estabelecimento de prioridades nas atividades a serem implantadas, integrando a equipe na elaboração e/ou adequação de normas e procedimentos operacionais, visando à melhoria da qualidade de ações prestadas nos

serviços do município.

#### ANEXO IV

##### FICHA DE INSCRIÇÃO

- ( ) Enfermeiro – 40 horas semanais  
( ) Médico Clínico – 20 horas semanais  
( ) Médico Clínico – 40 horas semanais  
( ) Médico Especialista em Psiquiatria – 20 horas semanais

Nome completo: \_\_\_\_\_

Data de Nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_

Telefones: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Rua: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

Possui deficiência:

- ( ) Não  
( ) Sim, qual? (anexar laudo médico conforme item 6.1 deste Edital) \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do Candidato

#### ANEXO V

##### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO DE ACT's

(devem ser apresentados somente no momento da contratação)

- ☐ Cópia da certidão de nascimento, para solteiros ATUALIZADA (últimos 6 meses);
- ☐ Cópia da certidão de casamento ATUALIZADA (últimos 6 meses);
- ☐ Cópia do comprovante de endereço atual (água, energia ou telefone no nome da pessoa) OU declaração de comprovação de residência;
- ☐ Cópia e Original do comprovante de grau de escolaridade E para os cargos de Nível Superior trazer Cópia e Original do DIPLOMA;
- ☐ Cópia e Original do CERTIFICADO/DIPLOMA de curso de especialização (pós-graduação, mestrado ou doutorado) – quando exigido para o cargo;
- ☐ Cópia e Original do Número do Registro de Qualificação de Especialista – RQE (só para médicos especialistas);
- ☐ Cópia da carteira do registro no órgão de classe (quando exigido para o cargo);
- ☐ Certidão Negativa de Débito junto ao órgão de classe (Conselhos Regionais) – quando exigido para o cargo;
- ☐ Cópia e Original do CERTIFICADO de curso específico (quando exigido para o cargo);
- ☐ Cópia RG, CPF, Título de Eleitor e CNH (Carteira Nacional de Habilitação);
- ☐ Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira + cópia da qualificação civil;
- ☐ Cópia do PIS/PASEP (ATIVO);
- ☐ Cópia do certificado de reservista (para os homens);
- ☐ Abertura de conta na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (somente após admissão no RH);
- ☐ Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- ☐ Cópia do CPF para filhos menores de 18 anos;
- ☐ Cópia COMPLETA da Declaração de Imposto de Renda E recibo de entrega da declaração de ajuste anual. Caso não tenha declarado, preencher a Declaração de Bens no RH;
- ☐ Se houver dependentes na Declaração do Imposto de Renda, trazer CPF dos dependentes;
- ☐ 2 (duas) fotos 3x4 RECENTES;
- ☐ Informar tipagem sanguínea;
- ☐ Atestado da Saúde Ocupacional (APTO) emitido pela Gerência de Assistência ao Servidor da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

##### EMISSÃO DAS 5 (cinco) CERTIDÕES ABAIXO:

- 1) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais – Justiça Federal ([www.jfsc.jus.br](http://www.jfsc.jus.br));
- 2) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da cidade onde reside – Justiça Estadual (Sistema de Requisição de Certidões – SAJ, no endereço eletrônico "<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>" ou solicitar no Fórum);
- 3) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da cidade onde reside – Justiça Estadual (Sistema de Requisição de Certidão Eproc, no endereço eletrônico "<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/>" ou solicitar no Fórum);
- 4) Certidão Negativa de Crimes Eleitorais – Cartório Eleitoral ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br));

5) Certidão de Quitação Eleitoral – Cartório Eleitoral ([www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br));

6) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crimes de Improbidade Administrativa ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))

#### ANEXO VI - CRONOGRAMA

ATIVIDADES	DATAS PREVISTAS	LOCAL
Publicação do Edital	24/08/2020	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaraguadosul.sc.gov.br">https://www.jaraguadosul.sc.gov.br</a> , no link "Concursos Públicos e Processos Seletivos" e no Diário Oficial do Município - DOM
Inscrições	09, 10 e 11 de setembro de 2020	Pelo e-mail <a href="mailto:saude.processoseletivo@jaraguadosul.sc.gov.br">saude.processoseletivo@jaraguadosul.sc.gov.br</a>
Divulgação da classificação preliminar	17 de setembro 2020	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaraguadosul.sc.gov.br">https://www.jaraguadosul.sc.gov.br</a> , no link "Concursos Públicos e Processos Seletivos"
Recursos	18 de setembro de 2020	Pelo e-mail <a href="mailto:saude.processoseletivo@jaraguadosul.sc.gov.br">saude.processoseletivo@jaraguadosul.sc.gov.br</a>
Classificação Final	22 de setembro de 2020	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaraguadosul.sc.gov.br">https://www.jaraguadosul.sc.gov.br</a> , no link "Concursos Públicos e Processos Seletivos"
Homologação	23 de setembro de 2020	No endereço eletrônico: <a href="https://www.jaraguadosul.sc.gov.br">https://www.jaraguadosul.sc.gov.br</a> , no link "Concursos Públicos e Processos Seletivos" e no Diário Oficial do Município - DOM

#### PORTARIA Nº 262/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2615856

PORTARIANº 262/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 085/2020/2ªCPPAD, de 20/08/2020, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

#### RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 21/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 010/2019, instaurado pela Portaria Nº 544/2019, de 24/06/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

#### PORTARIA Nº 263/2020/SEMTIP

Publicação Nº 2615857

PORTARIANº 263/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 083/2020/2ª CPPAD, de 20/08/2020, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 20/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 041/2019, instaurado pela Portaria Nº 922/2019, de 21/10/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 20/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

### **PORTARIA Nº 264/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615858

PORTARIANº 264/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 084/2020/2ª CPPAD, de 20/08/2020, da Segunda Comissão de Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 21/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Segunda Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 007/2020, instaurado pela Portaria Nº 178/2020, de 19/03/20.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

### **PORTARIA Nº 265/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615859

PORTARIANº 265/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 076/2020/4CPAD, de 18/08/2020, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 09/08/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 023/2019, instaurado pela Portaria Nº 631/2019, de 12/07/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 09/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

## **PORTARIA Nº 266/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615860

PORTARIANº 266/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 075/2020/4CPAD, de 18/08/2020, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 035/2019, instaurado pela Portaria Nº 898/2019, de 11/10/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

## **PORTARIA Nº 267/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615862

PORTARIANº 267/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 074/2020/4CPAD, de 18/08/2020, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 21/08/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 027/2019, instaurado pela Portaria Nº 656/2019, de 24/07/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública



**PORTARIA Nº 268/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615863

PORTARIANº 268/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 073/2020/4CPAD, de 18/08/2020, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 18/08/2020, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 032/2019, instaurado pela Portaria Nº 738/2019, de 20/08/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

**PORTARIA Nº 269/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615864

PORTARIANº 269/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 072/2020/4CPAD, de 18/08/2020, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 06/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 005/2020, instaurado pela Portaria Nº 104/2020, de 04/03/20.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

**PORTARIA Nº 270/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615867

PORTARIANº 270/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 071/2020/4CPAD, de 18/08/2020, da Quarta Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;



**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar N° 039/2019, instaurado pela Portaria N° 904/2019, de 11/10/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

**PORTARIA N° 271/2020/SEMTIP**

Publicação N° 2615868

PORTARIAN° 271/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal N° 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício n° 187/2020/1ª CPAD, de 19/08/2020, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal N° 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 16/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar N° 012/2020, instaurado pela Portaria N° 294/2020, de 18/05/20.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

**PORTARIA N° 272/2020/SEMTIP**

Publicação N° 2615869

PORTARIAN° 272/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal N° 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício n° 186/2020/1ª CPAD, de 19/08/2020, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal N° 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal N° 169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 21/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar N° 008/2020, instaurado pela Portaria N° 179/2020, de 19/03/20.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

### **PORTARIA Nº 273/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615870

PORTARIANº 273/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 185/2020/1ª CPAD, de 19/08/2020, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 038/2019, instaurado pela Portaria Nº 903/2019, de 11/10/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

### **PORTARIA Nº 274/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615871

PORTARIANº 274/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 184/2020/1ª CPAD, de 19/08/2020, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 10/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 036/2019, instaurado pela Portaria Nº 899/2019, de 11/10/19.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

**PORTARIA Nº 275/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615873

PORTARIANº 275/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 183/2020/1ªCPAD, de 19/08/2020, da Primeira Comissão Permanente de Processos Administrativos Disciplinares;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 17/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 034/2019, instaurado pela Portaria Nº 829/2019, de 18/09/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

**PORTARIA Nº 276/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615874

PORTARIANº 276/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 182/2020/1ª CPAD, de 19/08/2020, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 15/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 024/2018, instaurado pela Portaria Nº 390/2018, de 25/05/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

**PORTARIA Nº 277/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2615875

PORTARIANº 277/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 181/2020/1ª CPAD, de 19/08/2020, da Primeira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº

169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 17/08/2020, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar N° 008/2018, instaurado pela Portaria N° 060/2018, de 26/02/18.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

### **PORTARIA N° 278/2020/SEMTIP**

Publicação N° 2615877

PORTARIAN° 278/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal N° 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do ofício n° 188/2020/1ªCPPAD da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo , datado de 19/08/2020,

RESOLVE:

Art.1º SUSPENDER os trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Administrativo Disciplinar N° 019/2020, instaurado pela Portaria N° 486/2020 de 20/07/2020, em virtude de perícia médica agendada para 16/09/2020 em razão do processo judicial n° 5004213-12.2020.8.24.0036.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de junho de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY  
Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

### **PORTARIA N° 584/2020**

Publicação N° 2616246

PORTARIAN° 584/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal N° 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais N°s 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 24/08/2020, GUIOMAR SCHUNKE KLEIN para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO, da Gerência de Turismo, da Diretoria de Turismo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA Nº 585/2020**

Publicação Nº 2616247

PORTARIANº 585/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020,

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 24/08/2020, RUBIA MARA TEIKOSKI FIAMONCINI para exercer o cargo de provimento em comissão de CHEFE ADMINISTRATIVA, da Gerência da Unidade de Gestão de Programa, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/08/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**PORTARIA SAMAESU Nº 519/2020**

Publicação Nº 2616109

PORTARIA SAMAESU Nº 519/2020  
Nomeia Servidor

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público Nº 001/2018, seguindo a ordem classificatória;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR CASSIO AMARAL aprovado no Concurso Público nº 001/2018, para exercer em caráter efetivo o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º O nomeado terá prazo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16, § 1º da Lei Complementar Municipal nº 154/2014, para tomar posse no respectivo cargo, contados da publicação da presente Portaria, sob a pena de ser considerado desistente, devendo, na oportunidade, como condição indispensável ao ato, apresentar os seguintes documentos:

- I. Comprovação de nacionalidade brasileira;
- II. Comprovação de idade mínima de dezoito anos;
- III. Quitação com as obrigações eleitorais;
- IV. Quitação com as obrigações militares;
- V. Comprovação de gozo dos direitos políticos;
- VI. Comprovação do nível de escolaridade exigido para o cargo;
- VII. Comprovação da habilitação exigida para o cargo;
- VIII. Declaração de bens;
- IX. Declaração de inexistência ou acumulação lícita de cargo ou emprego público;
- X. Declaração se participa ou não de gerência ou administração de empresa privada ou se exerce comércio;
- XI. Declaração se percebe ou não provento de Aposentadoria decorrente do exercício de cargo, emprego ou função pública;
- XII. Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- XIII. Laudo médico de saúde física e mental de capacidade laboral compatível com o cargo, na forma da legislação municipal e do edital;
- XIV. Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas – CPF;
- XV. Carteira de identidade;
- XVI. Título de eleitor;
- XVII. Comprovante de endereço;
- XVIII. Comprovante de habilitação conforme o Edital de Concurso Público;
- XIX. Certidão negativa de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal, dos últimos cinco anos onde tenha residido;
- XX. Certidão negativa de improbidade Administrativa.

Parágrafo Único. A ausência da apresentação de qualquer um dos documentos elencados nos incisos anteriores ou o não atendimento das condições exigidas pelo edital de concurso público 001/2018, implica em inabilitação para a posse e o exercício do cargo, tornando sem efeito o ato de nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 12 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### **PORTARIA SAMAEJSU Nº 521/2020**

Publicação Nº 2616088

PORTARIA SAMAEJSU Nº 521/2020  
Afastamento de Servidor por motivo de saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 6 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor MOACIR LUIS MAASS, matrícula 719, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Coordenadoria de Redes e Ramais de Água da Diretoria de Obras, no período de 06 a 13 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### **PORTARIA SAMAEJSU Nº 522/2020**

Publicação Nº 2616090

PORTARIA SAMAEJSU Nº 522/2020  
Afastamento de Servidor por motivo de saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 11 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor OZIAS DREHER, matrícula 608, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Coordenadoria de Redes e Ramais de Água da Diretoria de Obras, no período de 11 a 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### PORTARIA SAMAEJSU Nº 523/2020

Publicação Nº 2616091

PORTARIA SAMAEJSU Nº 523/2020  
Concede Gozo de Férias

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a solicitação de férias dos servidores, autorizadas por seus Diretores/Coordenadores, solicito Portaria de férias conforme abaixo relacionado:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
Adão Machado dos Santos – Diretoria Técnica	363	12/01/2019 a 11/01/2020	*_*_*_*_*_*_*_*	X	10
Louise Amanda Kuhl – Diretoria Técnica	709	12/02/2019 a 11/02/2020	31/08/2020 a 19/09/2020	20	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### PORTARIA SAMAEJSU Nº 524/2020

Publicação Nº 2616092

PORTARIA SAMAEJSU Nº 524/2020  
Concede gozo de Licença Prêmio

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO o teor do Memorando 1137/Samae de 17 de agosto de 2020 emitido pela Coordenadoria do Setor de Recursos Humanos;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período aquisitivo de 07 de fevereiro de 2014 a 06 de fevereiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 31 de agosto de 2020, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal ADÃO MACHADO DOS SANTOS, matrícula 363, ocupante do cargo de Encanador.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 15 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.



Jaraguá do Sul, 17 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### **PORTARIA SAMAEJSU Nº 525/2020**

Publicação Nº 2616093

PORTARIA SAMAEJSU Nº 525/2020  
Concede gozo de Licença Prêmio

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o período aquisitivo de 27 de junho de 2004 a 25 de junho de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 19 de agosto de 2020, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal NERE-OMAR JOSE MARTINS, matrícula 171, ocupante do cargo de Operador de Eta/Ete.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 3 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### **PORTARIA SAMAEJSU Nº 526/2020**

Publicação Nº 2616094

PORTARIA SAMAEJSU Nº 526/2020  
Concede gozo de Licença Prêmio

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o período aquisitivo de 14 de março de 2003 a 10 de março de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 19 de agosto de 2020, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal PLINIO LUIZ CAPITANI, matrícula 393, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 3 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.



Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### PORTARIA SAMAEJSU Nº 527/2020

Publicação Nº 2616095

PORTARIA SAMAEJSU Nº 527/2020  
Concede gozo de Licença Prêmio

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018, com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014; e,

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências;

CONSIDERANDO o período aquisitivo de 12 de abril de 2012 a 10 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, a partir do dia 19 de agosto de 2020, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal WILMAR JORGE BERLINTES DE MACEDO RIBAS, matrícula 378, ocupante do cargo de Encanador.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 3 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### PORTARIA SAMAEJSU Nº 528/2020

Publicação Nº 2616097

PORTARIA SAMAEJSU Nº 528/2020  
Concede Gozo de Férias

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas e com fundamento na Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03 de novembro de 2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90 F, inciso X da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO a orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Prefeitura de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 13.744/2020, que Adota medidas administrativas no âmbito do Município de Jaraguá do Sul em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do CORONAVÍRUS (COVID-19), e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR, CARGO e LOTAÇÃO.	Matrícula	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário
Adair Schug – Diretoria Administrativa	755	19/09/2020 a 18/09/2021	24/08/2020 a 02/09/2020	10	x
Betinho Doege – Diretoria Administrativa	389	14/03/2019 a 13/03/2020	20/08/2020 a 26/08/2020	07	x

Cildo Raymundo Demschinski – Diretoria Administrativa	434	13/03/2020 a 12/03/2021	24/08/2020 a 02/09/2020	10	X
João Grapper – Diretoria de Obras	525	01/03/2019 a 29/02/2020	20/08/2020 a 29/08/2020	10	X
Olavo Kisner – Diretoria Administrativa	419	01/03/2020 a 28/02/2021	20/08/2020 a 29/08/2020	10	X
Roberto Vieira de Aquino – Diretoria de Obras	450	05/11/2019 a 04/11/2020	19/08/2020 a 28/08/2020	10	X

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### **PORTARIA SAMAESU N° 529/2020**

Publicação N° 2616100

PORTARIA SAMAESU N° 529/2020  
Afastamento de Servidor por motivo de saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n° 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 14 de agosto de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor JEDIELSON MACHADO, matrícula 739, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Coordenadoria de Redes e Ramais de Água da Diretoria de Obras, no período de 14 a 18 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 19 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

### **PORTARIA SAMAESU N° 530/2020**

Publicação N° 2616103

PORTARIA SAMAESU N° 530/2020  
Afastamento de Servidor para cumprir medida de isolamento domiciliar

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n° 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos

relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 17 de agosto de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º AFASTAR, para cumprir medida de isolamento domiciliar, o Servidor LUCAS ALEXANDRE RUYSAM, matrícula 738, ocupante do Cargo efetivo de Técnico em Operação de ETA/ETE, lotado na Diretoria Técnica, no período de 17 a 19 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

**PORTARIA SAMAESU Nº 531/2020**

Publicação Nº 2616104

PORTARIA SAMAESU Nº 531/2020

Afastamento de Servidor por motivo de saúde

A DIRETORA PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 220 de 21 de novembro de 2018; e,

CONSIDERANDO os termos do Decreto 13.723/2020, o qual declara situação de Emergência no Município de Jaraguá do Sul e Dispõe de Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências;

CONSIDERANDO que o art. 11 do Decreto 13.731/2020, orienta que para os agentes públicos que apresentarem atestados médicos relacionados a Síndromes Gripais, ficará estabelecido a Perícia Documental;

CONSIDERANDO o Atestado médico protocolado na Coordenadoria de Recursos Humanos no dia 14 de agosto de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º AFASTAR, para tratamento da própria saúde, o Servidor SERGIO BODDENBERG, matrícula 452, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Diretoria Técnica, no período de 14 a 19 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

ANA CAROLINA BORNEMANN SILVEIRA FIGUR  
Diretora Presidente

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 108/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020**

Publicação Nº 2616149

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 108/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICOS E UTENSÍLIOS EM GERAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos bens imóveis, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada dos itens a seguir, ficando da seguinte forma:

Item	Quant. licitada	Quant. acrescida	Quant. total	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
368	6.354 D.A.	1.588	7.942	un	TELHA DE CIMENTO 2,44MX-50CMX4mm - (Cód interno - 12238) Ondulada. 4mm. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	9,79
369	706 10%	176	882	un	TELHA DE CIMENTO 2,44MX-50CMX4mm - (Cód interno - 12238) Ondulada. 4mm. Em fibrocimento. Livre de amianto. Atender Norma ABNT NBR 15210:2015. Garantia de 5 (cinco) anos contra defeitos de fabricação.	9,79

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2020 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
19.01.16.482.0603.2509	Aquisição de materiais de construção para doação	3.3.90 – Aplicações Diretas	456	0.3.00.0080

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, André de Carvalho, Alceu Gilmar Moretti e Martinho José Lehnert

Argos José Burgardt  
Secretário de Administração

André de Carvalho  
Gerenciadora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Alceu Gilmar Moretti  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 112/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2019

Publicação Nº 2616147

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 112/2020 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 206/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2019.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de TINTAS, SOLVENTE E MICROESFERAS, para sinalização viária e manutenções diversas ao longo de 12(doze) meses, em conformidade com as especificações técnicas constantes no ANEXO IX do edital de Pregão presencial 149/2019, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescida a quantidade licitada do item a seguir, ficando da seguinte forma:

Item	Quant. licitada	Quant. acrescida	Quant. total	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
06	405	100	505	Balde	Tinta acrílica VERMELHA, especial para demarcação viária, acondicionada em balde de 18 L (Padrão ABNT 11862). Laudadas por lote.	169,90

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2020 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
33.00.15.0452.410.2261	Manutenção da sinalização viária	3.3.90 – Aplicações Diretas	529	0.1.00.0080
				0.1.64.0317
				0.3.64.0317

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Eduardo Bertoldi e Alex Eugênio Calikoski

Eduardo Bertoldi

Secretario Municipal de Planejamento Urbano

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 378/2020 AO CONTRATO Nº 493/2019

Publicação Nº 2616150

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 378/2020 AO CONTRATO Nº 493/2019

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 123/2019.

FUNDAMENTO: artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para reforma em uma área de 573,97m² e ampliação com área de 929,98m², construção de muros de contenção, estrutura, cobertura e fechamento lateral da quadra poliesportiva e demais serviços conforme projetos complementares, na E.M.E.B Adelino Francener, localizada na Rua Domingos Rosa nº 1040 – Bairro Boa Vista em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DA RATIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Considerando que o prazo de execução do contrato original previsto no item 6.1 da cláusula sexta, foi suspenso através das Ordem de Paralisação recebida em 14/11/2019, bem como o reinício em 30/07/2020. Tendo em vista que o saldo remanescente do prazo é de mais 353 (trezentos e cinquenta e três) dias para a execução dos serviços, compreendendo o período de 31/07/2020 a 18/07/2021. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 93.378,68 (noventa e três mil trezentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), correspondentes a 4,99% (quatro inteiros e noventa e nove centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original. Em consequência do acréscimo, o valor total da obra fica em R\$ 1.962.978,75 (um milhão, novecentos e sessenta e dois mil novecentos e setenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2020, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.002.12.361.0350.1116	Reformar EMEB Adelino Franzner	4.4.90 – Aplicações Diretas	118	0.3.36.0066

DA COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 16 de setembro de 2021, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 4.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 4.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 13.999/2020, servidor público Engenheiro Giordano Niccolo Rincaweski Vegini, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 05/08/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Valdir Olini Tomasi Junior.

Ivana Atanásio Dias

Secretaria Municipal de Educação



**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 390/2020 AO CONTRATO Nº 171/2020**

Publicação Nº 2616126

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 390/2020 AO CONTRATO Nº 171/2020****PROCESSO:** TOMADA DE PREÇOS Nº 339/2019.**FUNDAMENTO:** artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**DO OBJETO:** Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para execução de galerias de concreto armado, na Rua Carlos Frederico Ramthum, no Bairro Santa Luzia, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.**DO PRAZO:** Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 12/08/2020 com término em 10/10/2020.

O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

**DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:** A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 09 de dezembro de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal e ao gestor do contrato designados pelo Decreto Municipal nº 13.569/2020, os servidores públicos Engenheiro Uwe Roberto Buhr e o Sr. Marcelo Ludwack, a fiscalização e gestão da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

**DATA DA ASSINATURA:** 12/08/2020.**FORO:** COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.**SIGNATÁRIOS:** Onésimo José Sell e Maurício Vogelsanger.

Onésimo José Sell

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 422/2020 AO CONTRATO Nº 149/2020**

Publicação Nº 2616151

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 422/2020 AO CONTRATO Nº 149/2020****PROCESSO:** CONCORRÊNCIA Nº 342/2019.**FUNDAMENTO:** artigo 57, § 1º, incisos I e VI C/C artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.**CONTRATADA:** CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA EPP**DO OBJETO:** Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de edificações e mobiliários do Parque Municipal Ambiental "Parque da Inovação", localizado na Rua Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, neste Município, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.**DO PRAZO:** O prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, suspenso em 20/03/2020 através do Decreto Municipal nº 13.729/2020, com reinício das atividades em 27/03/2020 através do Decreto Municipal nº 13.733/2020. Tendo em vista que o saldo remanescente do prazo é de mais 162 (cento e sessenta e dois) dias para a execução dos serviços, compreendendo o período de 27/03/2020 a 04/09/2020. Com fundamento no artigo 57, § 1º, incisos I e IV da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 70 (setenta) dias, a contar de 05/09/2020 com término em 13/11/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.**DA SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO:** Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 63.703,65 (sessenta e três mil setecentos e três reais e sessenta e cinco centavos), correspondentes a 4,44% (quatro inteiro e quarenta e quatro centésimos percentuais) de redução em relação ao valor do contrato original. Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo II) que acresce os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 142.008,56 (cento e quarenta e dois mil e oito reais e cinquenta e seis centavos), correspondentes a 9,89% (nove inteiros e oitenta e nove centésimos percentuais) de acréscimo em relação ao valor do contrato original. Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 1.513.252,01 (um milhão, quinhentos e treze mil duzentos e cinquenta e dois reais e um centavo).**DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:** As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de recursos do exercício de 2020, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.004.27.813.1000.5607	Implantação do Parque Tecnológico	4.4.90 – Aplicações Diretas	609	0.3.00.0080

Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 3823/2020.

**DA PRORROGAÇÃO E COMPLEMENTAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:** A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e

complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 11 de janeiro de 2021, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal e gestor do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 13.533/2020, respectivamente, os servidores públicos Humberto José Travi e o Sr. Nilton Hanemann, a fiscalização e gestão da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 21/08/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Cleide Mosca e Taynara Umlauf.

Cleide Mosca

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

## RESOLUÇÃO EX OFFICIO Nº 017/2020/COMPHAAN/JS

Publicação Nº 2616113

RESOLUÇÃO ex officio Nº 017/2020/COMPHAAN/JS

Dispõe sobre o Processo: 18809/2020 – Cadastro: 57.893, Assunto: outros requerimentos (alvará de reforma), tendo como requerente: Orli Tadeu de Souza Ortiz, do imóvel localizado na Rua 9 – 25 de Julho, 258, no Bairro Vila Nova – Jaraguá do Sul – SC

A presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural – COMPHAAN, no exercício de suas atribuições, com amparo no Decreto nº 6933/2009, de 18 de novembro de 2009 e Portaria nº 214/2020, de 15 de abril de 2020, e

CONSIDERANDO o Despacho nº 006/2020/SPHC, de 14 de agosto de 2020 do Setor do Patrimônio Histórico-Cultural, onde informam que o assunto em tela fora encaminhado para análise e deliberação do COMPHAAN, sem o número do protocolo formal na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

CONSIDERANDO que na data de 11 de agosto de 2020, o processo foi protocolado sob o nº 18809/2020, num ato de formalização/oficialização do pedido.

CONSIDERANDO deliberação da Sessão Plenária Extraordinária Virtual realizada no dia 8 de Julho de 2020, transmitida da sala de reuniões do Gabinete do Prefeito na sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, na Rua Walter Marquardt, 1111, Bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade.

CONSIDERANDO a emissão da RESOLUÇÃO Nº 014/2020/COMPHAAN/JS, que aprovou o alvará de reforma, concordando com o Parecer Técnico nº 013/2020/CAT/COMPHAAN, emitido pela Comissão de Análise Técnica do COMPHAAN/JS, e com o Parecer Técnico nº 129/2020/SPHC, emitido pelo Setor de Patrimônio Histórico-Cultural da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer.

RESOLVE:

Art. 1º – Ratifica a decisão da RESOLUÇÃO Nº 014/2020/COMPHAAN/JS.

Art. 2º – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 20 de agosto de 2020.

Cleide Mosca

Presidente do COMPHAAN

## SAMAE - ATA Nº: 4594 REF. LICITAÇÃO Nº: 069/2020

Publicação Nº 2615884

ATA Nº:	4594		
REF. LICITAÇÃO Nº:	069/2020		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	AQUISIÇÃO SISTEMA GERENCIAMENTO DE PONTO		
DATA DA SESSÃO:	21/08/2020	HORA DA SESSÃO:	08H

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 153/2020)

Bruno Dilmo de Souza
Fabiano Laube
Enio Evandro Luchtenberg

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação para analisar o Teste de Homologação do Sistema de Gerenciamento de Ponto, conduzido pelos membros da Comissão de Avaliação designada e cujo resultado foi relatado por meio do Memorando 1161/2020/Samae/CTI. Conforme os documentos apresentados, a empresa Ahgora Sistemas S.A. atendeu às exigências dispostas no item 5 do Termo de Referência do Edital TP nº 069/2020. Desta forma, a Comissão de Licitação adjudica o objeto em favor da empresa vencedora Ahgora Sistemas S.A. e encaminha o processo para homologação. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ATA, a qual vai assinada pelos presentes.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2020.

Comissão de Licitação: Enio Evandro Luchtenberg, Fabiano Laube e Bruno Dilmo de Souza		

### SAMAE - ATA Nº: 4595 REF. LICITAÇÃO Nº: 068/2020

Publicação Nº 2615886

ATA Nº:	4595		
REF. LICITAÇÃO Nº:	068/2020		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	FORNECIMENTO E MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS		
DATA DA SESSÃO:	21/08/2020	HORA DA SESSÃO:	08H30

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 153/2020)

Bruno Dilmo de Souza
Fabiano Laube
Enio Evandro Luchtenberg

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação para, diante da inexistência de interposição de recurso administrativo por parte de nenhuma licitante, agendar a abertura dos envelopes nº 02 – Proposta Comercial das concorrentes habilitadas no presente processo licitatório, para o dia 24/08/2020, às 09h, na Sala de Reuniões do Samae. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ATA, a qual vai assinada pelos presentes.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2020.

Comissão de Licitação: Enio Evandro Luchtenberg, Fabiano Laube e Bruno Dilmo de Souza		

### SAMAE - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 093/2020

Publicação Nº 2617302

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 093/2020

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que adquiriu respiradores purificadores de ar tipo face inteira e filtro químico classe 1 multi-gases”, para proteção contra a propagação do Covid-19, através de dispensa de licitação, no valor de R\$ 10.368,00 (Dez mil e trezentos e sessenta e oito reais) com a empresa CORSUL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES DO SUL LTDA (CNPJ: 85.179.240/0002-39).

Fundamento Legal: Art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Municipal nº 13.709/2020, Decreto Estadual nº 515/2020, Decreto Legislativo nº 18.332/2020, Lei Federal nº 13.979/2020 e MP nº 926/2020.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9114.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur  
Diretora Presidente



**SAMAE - AVISO LICITAÇÃO Nº 091/2020**

Publicação Nº 2617309

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO

LICITAÇÃO Nº 091/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA GUARITA DE CONTROLE DE ACESSO À SEDE DO SAMAE JARAGUÁ DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 24/08/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 10/09/2020 às 09 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ana Carolina B. Silveira Figur

Diretora Presidente

**SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 392/2020 AO CONTRATO Nº 286/2019**

Publicação Nº 2616128

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 392/2020 AO CONTRATO Nº 286/2019

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 044/2019.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso VI C/C artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária, nas Ruas Emma Schade Marquardt, 564, Henrique Reichow, Arthur C.G. Erdmann e 971 Manoel Vieira, no Bairro Barra do Rio Cerro, com extensão total de 1.216,21 m (hum mil duzentos e dezesseis vírgula vinte e um metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Considerando que o prazo de vigência do contrato original previsto no item 6.1 da cláusula sexta, foi suspenso através das Ordens de Paralisação, bem como o reinício das atividades através das Ordens de Reinício, prorrogado pelo item 2.3 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 216/2020, suspenso novamente através da Ordem de Paralisação recebida em 11/05/2020, bem como o reinício das atividades em 20/05/2020. Tendo em vista que o saldo remanescente do prazo é de mais 32 (trinta e dois) dias para a execução dos serviços. Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, fica prorrogado por 60 (sessenta) dias a contar de 21/08/2020 com término em 19/10/2020.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo I) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 264.153,08 (duzentos e sessenta e quatro mil cento e cinquenta e três reais e oito centavos), correspondentes a 14,85% (quatorze inteiros e oitenta e cinco centésimos) de redução em relação ao valor do contrato original. Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 1.514.548,47 (um milhão, quinhentos e quatorze mil quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 19 de outubro de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 4.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal e gestor do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 13.065/2019, respectivamente, os servidores públicos Engenheiro Marcus Alessi e a Sra. Carla Eduarda Scheuer Keiser, a fiscalização e gestão da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

**SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 402/2020 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 324/2018**

Publicação Nº 2616019

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 402/2020 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 324/2018**

PROCESSO: Inexigibilidade 027/2018-FMS ao CREDENCIAMENTO 011/2018 – FMS.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CRJ CENTRO DE RECUPERAÇÃO JARAGUÁ LTDA

OBJETO: O presente Credenciamento tem por objeto a prestação de serviços especializados de Fisioterapia - Grupo 03 – Subgrupo 01 – Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos e Subgrupo 02 – Fisioterapia, de caráter urgente e inadiável, aos usuários do SUS, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde, nas condições e prazos estipulados no Edital de Credenciamento nº 11/2018.

DO PRAZO: Com fundamento do artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 13.1 da décima terceira cláusula do Termo de Credenciamento original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 362/2019, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 03/09/2020 com término em 02/09/2021. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2020 e 2021, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.003.10.302.0753.2705	Prestar serviços de média e alta complexidade - ambulatorial e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	50	0.6.38.0093
				0.1.02.0002
15.003.10.302.0753.2705	Prestar serviços de média e alta complexidade - ambulatorial e hospitalar	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2021	0.2.38.0093
				0.1.02.0002

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Alceu Gilmar Moretti e Sérgio Luiz Rodrigues.

Alceu Gilmar Moretti

Secretário Municipal da Saúde e Gestor de Fundo Municipal de Saúde

**SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 416/2020 AO CONTRATO Nº 168/2020**

Publicação Nº 2616131

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 416/2020 AO CONTRATO Nº 168/2020**

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 338/2019.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, incisos III da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: ENGEFIELD CONSTRUTORA LTDA EPP

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de cabeceiras de ponte na Rua Alfredo Gielow, no Bairro Rio Cerra I, em Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias/Quantitativas e Minuta de Contrato que são partes integrantes deste edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso III da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, suspenso em 20/03/2020 através do Decreto Municipal nº 13.729/2020, com reinício das atividades em 27/03/2020 através do Decreto Municipal nº 13.733/2020; prorrogado pelo item 2.3 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 273/2020, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a contar de 20/08/2020 com término em 19/09/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 18 de novembro de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal e ao gestor do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 13.563/2020, servidores públicos Engenheiro Uwe Roberto Buhr e o Sr. Marcelo Lucvichak, a fiscalização e gestão da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Daniel Augusto Hey Binsfeld.

Otoniel da Silva

Secretário de Obras e Serviços Públicos

**TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 411/2020 AO CONTRATO Nº 334/2019**

Publicação Nº 2616130

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 411/2020 AO CONTRATO Nº 334/2019**

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 093/2020.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, reperfilamento, terraplanagem e serviços complementares na Rua 502 – Bertha Weege, Bairro: Barra do Rio Cerro em Jaraguá do Sul/SC, com extensão total de 3.616,90 m ( três mil, seiscentos e dezesseis, vírgula noventa metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 145/2020, prorrogado pelo item 2.3 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 257/2020, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 16/05/2016 com término em 12/09/2016.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 12 de setembro de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo aos fiscais do contrato designados pelos Decretos Municipais nº 13.095/2019 e nº 13.202/2019, servidores públicos Engenheiro Marcelo Gumboski e Ivan Andreais Wolter, respectivamente, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 13/08/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Otoniel da Silva e Maurício Vogelsanger.

Otoniel da Silva

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

**TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 415/2020 AO CONTRATO Nº 283/2017**

Publicação Nº 2616020

**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 415/2020 AO CONTRATO Nº 283/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 084/2017.

FUNDAMENTO: artigo 57 inciso II da Lei nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SANTA CATARINA CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na prestação de assessoria técnica especializada na área de orientação de elaboração de projetos e acompanhamento de processos, no âmbito do Distrito Federal, junto aos Órgãos Governamentais Federais, Organismos Internacionais e Embaixadas, e na área de captação de recursos junto ao Governo Federal, Instituições Financeiras Nacionais e Internacionais e Organismos Internacionais.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços, previstos no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro do Termo Aditivo nº 294/2018, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 346/2019, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 22/08/2020 com término em 21/08/2021. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a Contratada, o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 294/2018, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 346/2019, permanece inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 6.100,00 (seis mil e cem reais), totalizando o aditivo no valor em R\$ 73.200,00 (setenta e três mil e duzentos reais).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2020 e 2021 a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
02.001.04.122.0300.2020	Manutenção das atividades administrativas do Gabinete do Prefeito	3.3.90 – aplicações diretas	01	0.3.00.0080

02.001.04.122.0300.2020	Manutenção das atividades administrativas do Gabinete do Prefeito	3.3.90 – aplicações diretas	Exercício 2021	0.3.00.0080
-------------------------	---	-----------------------------	----------------	-------------

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 18/08/2020.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Emanuela Christian Wolf e Lilio Chaves Cabral.

Emanuela Christian Wolf  
Chefe de Gabinete

# Joaçaba

## PREFEITURA

### ATA 133/2019/PMJ -TA 04

Publicação N° 2616818

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 133/2019/PMJ – TA 04

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, como órgão gerenciador, representada neste ato pelo Secretário, Sr. MICHEL CARLESSO ÁVILA, e a empresa JEFERSON LUIZ BALAN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.466.358/0001-93, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº 1019, centro, CEP 89600-000, no município de Joaçaba - SC, doravante denominada DETENTORA, representada por JEFERSON LUIZ BALAN, inscrito no CPF sob o nº 067.733.049-97, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 133/2019/PMJ, firmada em 23/10/2019, proveniente do Processo de Licitação nº 78/2019/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 52/2019/PMJ, para Sistema de registro de preços para aquisição eventual e futura de peças de reposição, periféricos e demais equipamentos, destinados à recuperação e manutenção de equipamentos de informática, observando-se o disposto no inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 4, 32, 34, 39, 41, 44 e 46 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
4	DISCO RÍGIDO SATA 3,5”	un	SEAGATE	458,66
32	ROUTER WIRELESS	un	TP LINK	194,35
34	SWITCH/HUB 8 PORTAS	un	TP LINK	144,55
39	PROCESSADOR INTEL CORE I5 8400	un	INTEL	1.344,35
41	PLACA MÃE	un	ASROCK	546,25
44	PROCESSADOR AMD RYZEN 5 2400G	un	AMD	844,18
46	KIT INTEL	un	INTEL ...	2.158,05

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 133/2019/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 20 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
MICHEL CARLESSO ÁVILA - Secretário

JEFERSON LUIZ BALLAN  
JEFERSON LUIZ BALAN

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### CONTINUAÇÃO TP 06/2020/PMJ

Publicação N° 2617987

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 48/2020/PMJ  
TOMADA DE PREÇO N° 06/2020/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 48/2020/PMJ – Tomada de Preço nº 06/2020/PMJ, cujo objeto é “contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para o deslocamento de rede de energia elétrica nas ruas Armindo Raimundo Heberle, neste Município.” fica designado o dia 26 de agosto de 2020 as 16h, no setor de compras e licitações, para abertura dos envelopes das propostas e continuação do certame. Quaisquer informações podem ser

solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 21 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Comissão de Licitação

## DECRETO N° 6.020 DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2616491

DECRETO N° 6.020 DE 20 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELA LEI N° 5.314 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019, PELO ARTIGO 15 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 33.662,11 (trinta e três mil seiscientos e sessenta e dois reais e onze centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, por conta do superávit financeiro do exercício anterior de recursos ordinários do município:

ÓRGÃO 08: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Unidade Orçamentária: 01 – DIRETORIA DE TRANSPORTES, TRÂNS. E MOB. URBANA

Proj./Atividade: 2.036 - Manutenção do Trânsito – Prefeitura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.00.0000 – 101

Valor: R\$ 33.662,11

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 20 de agosto de 2020.

Dioclésio Ragnini  
Prefeito

## DECRETO N° 6.021 DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2616581

DECRETO N° 6.021 DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE MEDIDAS RESTRITIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO, que a matriz de risco sanitário de 18 de agosto de 2020, metodologia proposta pelo COES/SC, aponta informações que classificam a região do Meio Oeste de Santa Catarina como “de risco gravíssimo”, exigindo medidas restritivas relacionadas ao isolamento social e medidas relacionadas à testagem, busca ativa de casos suspeitos e rastreamento de contatos;

CONSIDERANDO a reunião de trabalho de forma virtual, dos Prefeitos da região da Associação do Meio Oeste Catarinense - AMMOC e da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC, juntamente a CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde, realizada no dia 20 de agosto de 2020;

DECRETA:

Art.1º- Ficam prorrogadas por mais 07 (sete) dias, a contar de 21 de agosto de 2020 as medidas restritivas previstas no Decreto nº 5.995 de 30 de julho de 2020 e suas alterações:

I. Bares e tabacarias poderão funcionar até as 18h00 de segunda a sexta-feira, ficando vedado o funcionamento após este horário, bem como aos sábados, domingos e feriados;

II. Restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres funcionarão até às 23h00, independentemente do dia de semana;

III. Lojas de conveniência estarão proibidas de permitir o consumo de bebidas e a permanência a partir das 18h00, todos os dias da semana;

§1º- As restrições e obrigações estabelecidas por este artigo não se aplicam aos serviços de tele entrega ou retirada no estabelecimento.

§2º- Todos os estabelecimentos nos horários de funcionamento devem manter o distanciamento entre as mesas e adotar todos os protocolos de higienização.

Art.2º- Para fins de cumprimento das medidas restritivas consideram-se essenciais todos os serviços públicos, pois a essencialidade é característica que decorre de sua própria natureza e os tornam indispensáveis ao atendimento das necessidades da comunidade.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 21 de agosto de 2020.



Joaçaba (SC), em 20 de agosto de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

**EXTRATO PL 57/2020/PMJ - PE 27/2020/PMJ**

Publicação Nº 2618038

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2020/PMJ  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2020/PMJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de conectividade IP dedicado / internet dedicada, suportando aplicações TCP/IP nas velocidades de 150 Mbps e 50 Mbps, com garantia de 100% de banda contratada, (Download/Upload – Full Duplex), por meio de fibra óptica, incluindo configuração/locação de equipamentos necessários, visando atender as necessidades de diversos órgãos e entidades do Município de Joaçaba, SC.

Forma de Julgamento: Menor preço - Global. DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 10 de setembro de 2020. HORÁRIO LIMITE: até 13h15min. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 10 de setembro de 2020. HORÁRIO: às 13h30min. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou nos sites [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br)

Joaçaba, 21 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTES  
DIOCLÉSIO PAGNINI - Prefeito

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 336/2020**

Publicação Nº 2617265

PORTARIA SIMAE JHL Nº 336/2020 DE 21/08/2020

“AUTORIZAÇÃO DE SERVIDOR A CONDUZIR VEÍCULO”

Patrícia Callegari Warken, Diretora-Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna – Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Autorizar o servidor Mateus Lopes de Barbas, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, a conduzir o veículo Ford Cargo de placa MEB-6131 de propriedade desta autarquia no exercício de suas atribuições, desde que possuidor de Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e com categoria compatível com o veículo a ser utilizado.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 21 de agosto de 2020.

Publique-se e registre-se,

Joaçaba-SC, 21 de agosto de 2020.

Patricia Callegari Warken  
Diretora-Presidente

**José Boiteux****PREFEITURA****DECRETO 068/2020**

Publicação Nº 2615692

DECRETO nº. 68/2020, de 11 de agosto de 2020.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JONAS PUDEWELL, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo descrita:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2030	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3339000000000000	Aplicações diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$50.000,00
TOTAL		R\$50.000,00

Art. 2º Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux a seguir descritas:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2030	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3339000000000000	Aplicações diretas	
01020000	Recursos Ordinários - 15% Saúde	R\$50.000,00
TOTAL		R\$50.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 11 de agosto de 2020.

JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal**DECRETO 069/2020**

Publicação Nº 2615691

DECRETO nº. 069/2020, de 11 de agosto de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 450.002,94 (quatrocentos e cinquenta mil e dois reais e noventa e quatro centavos), consignados as seguintes unidades:

04	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	
0020.0606.0401.1002	Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas	
3449000000000000	Aplicações diretas	
01790003	Emendas Parlamentares Impositivas Estado - Jerry Comper	R\$100.000,00
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2030	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	



01380022	Enfrentamento COVID-19 - Portaria 1.666	R\$100.000,00	,00
3449000000000000	Aplicações diretas		
01389900	Outros Recursos do Fns	R\$2,94	
06	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
001	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto		
0012.0361.0601.2019	Manutenção do Transporte Escolar		
3449000000000000	Aplicações diretas		
01790002	Emendas Parlamentares Impositivas Estado - Milton Hobus	R\$150.000,00	
07	Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos		
001	Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos		
0026.0782.0701.2024	Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos		
3339000000000000	Aplicações diretas		
01790001	Emendas Parlamentares Impositivas Estado - Laércio Schuster	R\$100.000,00	
TOTAL		R\$450.002,94	

Art. 2º Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, pelo Excesso de Arrecadação, conforme fontes de recursos a seguir relacionadas:

Código	Descrição	Valor
01790001	Emendas Parlamentares Impositivas Estado - Laércio Schuster	R\$100.000,00
01790002	Emendas Parlamentares Impositivas Estado - Milton Hobus	R\$150.000,00
01790003	Emendas Parlamentares Impositivas Estado - Jerry Comper	R\$100.000,00
01380022	Enfrentamento COVID-19 - Portaria 1.666	R\$100.000,00
01389900	Outros Recursos do Fns	R\$2,94
TOTAL		R\$450.002,94

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do município, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux/SC, 11 de agosto de 2020.

JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

## DECRETO 070/2020

Publicação Nº 2615688

DECRETO Nº 070/2020, 11 DE AGOSTO DE 2020.

INSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO COORDENADORA DO CHAMAMENTO PÚBLICO - EDITAL DE CHAMADA 004/2020.

JONAS PUDEWELL, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA,

Art. 1º Fica instituída a Comissão Municipal Coordenadora do Processo relativo ao Edital de Chamamento Público nº 004/2020.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo primeiro deste Decreto, fica assim composta:

Presidente: Graciele Lanznaster  
Secretário: Silvana Tenfen  
Membro: Karin Goebel  
Membro: Adriana de Andrade  
Membro: Tatiana Ferreira Correa

Parágrafo Único. A Comissão poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros.

Art. 3º À Comissão Municipal Coordenadora do Chamamento Público nº 004/2020, compete promover o acompanhamento e efetivação

deste Edital de Chamada Pública, que terá a responsabilidade de acompanhar a sua realização e deliberar sobre os casos omissos ou duvidosos.

Art. 4º As decisões da Comissão Coordenadora do Chamamento Público nº 004/2020 serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário.

Art. 5º Compete ao Presidente da Comissão Municipal Coordenadora do Chamamento Público acima mencionado presidir as reuniões.

Art. 6º Compete ao Secretário da Comissão Municipal Coordenadora do Chamamento Público citado anteriormente:

I - lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

II - coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III - propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

IV - elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros;

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do Município, como condição indispensável à sua eficácia.

Paço Municipal de José Boiteux, 11 de agosto de 2020.

JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

## DECRETO 071/2020

Publicação Nº 2615687

DECRETO Nº 71, DE 11 DE AGOSTO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDO PELOS SERVIDORES E ADOTA MEDIDAS ADMINISTRATIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO EM CUMPRIMENTO ÀS AÇÕES EM SAÚDE PÚBLICA EMANADAS DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO E À ELIMINAÇÃO DOS RISCOS DE DISSEMINAÇÃO E CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE José Boiteux, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 79, VI, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que declara emergência em saúde pública de importância nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais nº 515, de 17 de março de 2020, nº 521, de 19 de março de 2020 e o nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõem sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 024, de 24 de março de 2020, que DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores municipais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas aptas a evitar a contaminação e restringir riscos,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a Lei 1.184/2020, disciplinado o regime de teletrabalho dos servidores públicos municipais durante a pandemia de COVID-19, abrangendo os servidores das Secretarias Municipais de Assistência Social, de Agricultura, Obras e Administração, no âmbito do Município de José Boiteux-SC.

Art. 2º Mediante autorização do Secretário Municipal, fica temporariamente autorizada a execução das funções dos servidores municipais em regime de teletrabalho.

Parágrafo único. Ficam excluídos do regime excepcional de teletrabalho os servidores:

I - que executam serviço essencial que não possa ser prestado remotamente;

II - que por sua natureza não possam ser prestados remotamente, a exemplo dos serviços de manutenção, limpeza e varrição de ruas;

Art. 3º No regime de teletrabalho não são devidos o pagamento de adicional de horas extras ou adicional de sobreaviso.

Art. 4º O atendimento ao público interno ou externo deverá ser:

§ 1º Por meio de e-mail, telefone, videoconferência ou aplicativo de mensagens; salvo determinação expressa de Secretário Municipal ou autoridade equivalente, somente deve ser realizado durante o horário em que o servidor exerce seu expediente de forma presencial.

§ 2º O descumprimento do § 1º não autoriza a realização de banco de horas.

Art. 5º Gozarão de preferência para desempenhar em domicílio, em regime excepcional de teletrabalho, os servidores públicos:

I - que apresentam doenças respiratórias crônicas;

II - que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas;

III - com 60 anos ou mais;

IV - gestantes, e

V - portadores de imunossupressão.

Art. 6º Os servidores públicos municipais de que trata o art. 2º deste Decreto, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao Teletrabalho (home office).

§ 1º Considera-se Teletrabalho, as atividades realizadas pelo servidor fora do seu local de trabalho, com a utilização de tecnologias da informação e comunicação que, por sua natureza, não configurem trabalho externo.

§ 2º O servidor submetido à modalidade de Teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 3º O Teletrabalho será priorizado aos servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), de acordo com a referência normativa do Ministério da Saúde.

§ 4º A alteração da modalidade de Teletrabalho para a modalidade presencial poderá ocorrer a qualquer tempo, justificado o interesse público.

§ 5º O Teletrabalho referenciado neste artigo não se aplica aos servidores lotados na Secretária de Saúde, nos órgãos de fiscalização e na Defesa Civil.

§ 6º A alteração de que trata o caput será notificado o servidor público municipal com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 7º Na hipótese de o servidor público municipal não possuir os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do Teletrabalho, do trabalho remoto ou do trabalho a distância:

I - o Poder Executivo Municipal poderá fornecer os equipamentos em regime de comodato, mediante termo de autorização de uso, que poderá ser encaminhado digitalmente, e pagar por serviços de infraestrutura, que não caracterizarão verba de natureza vencimental; ou

II - na impossibilidade do oferecimento do regime de comodato de que trata o inciso I, o período da jornada normal de trabalho será computado como tempo de trabalho à disposição da Administração Pública Municipal.

§ 8º O tempo de uso de aplicativos e programas de comunicação fora da jornada de trabalho normal do servidor não constitui tempo à disposição, regime de prontidão ou de sobreaviso.

§ 9º Os servidores municipais submetidos ao teletrabalho poderão ser convocados, a qualquer tempo, por iniciativa do secretário da pasta, no interesse do serviço público ou em decorrência da decretação do fim da situação de emergência.

Art. 7º São deveres do servidor em regime excepcional de teletrabalho:

I - possuir e manter em adequado funcionamento os equipamentos tecnológicos e a infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto;

II - indicar todos os meios pelos quais poderá ser contatado dentre os quais, endereço de e-mail e número de telefone;

III - manter-se disponível para contato imediato durante o horário em que exerce seu expediente de forma presencial; via internet, telefone e aplicativo de mensagens; para eventual atendimento do público interno ou externo, podendo ser convocado para excepcionalmente

comparecer ao local de trabalho, quando seu superior assim o exigir.

Art. 8º Para fins de redução de despesas, poderão ser adotadas as seguintes medidas administrativas:

I - concessão de licença prêmio aos servidores efetivos;

II - concessão de férias coletivas aos servidores efetivos e comissionados;

III - concessão de férias normais, aos servidores efetivos e comissionados, atualizando-se o número de férias que porventura já se encontrem vencidas;

IV - concessão de férias antecipadas aos servidores efetivos com período aquisitivo incompleto, exceto, aos servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde, aos servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme o Decreto Estadual e aos servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município;

Art. 9º Havendo justificada necessidade de ampliação do contingente de pessoal para dar conta ao enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Municipal nº 24/2020, fica facultado ao Município:

I - designar servidores para atuar em Secretarias diversas daquelas onde se encontram lotados, desde que para o desempenho de atribuições equivalentes ou afins às do cargo ocupado;

II - contratar pessoal por tempo determinado, priorizando os que tenham sido aprovados em processo seletivo vigente, autorizada a contratação prescindindo de processo seletivo quando inexistentes candidatos classificados ou esteja esgotada lista classificatória.

Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do município.

Paço Municipal de José Boiteux, 11 de agosto de 2020.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 072/2020

Publicação Nº 2615685

DECRETO Nº 072, DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO REGIME DE TRABALHO A SER DESENVOLVIDO PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO EM CUMPRIMENTO DO REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS DECORRENTE DA SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES PRESENCIAIS, NA REDE MUNICIPAL DE JOSÉ BOITEUX, ESTABELECIDADA COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA (COVID-19), E SOBRE A SUSPENSÃO DOS CONTRATOS DE ESTAGIÁRIOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE José Boiteux, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 79, VI, da Lei Orgânica do Município e, ainda,

CONSIDERANDO que a Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 11 de março do corrente ano, atribuiu à epidemia causada pelo novo CORONAVÍRUS (COVID-19) o status de pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que DECLARA EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA NACIONAL (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a edição da MP n. 934, de 1º de abril de 2020, que ESTABELECE NORMAS EXCEPCIONAIS SOBRE O ANO LETIVO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DO ENSINO SUPERIOR DECORRENTES DAS MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto nos Decretos Estaduais 515, de 17 de março de 2020, 521, de 19 de março de 2020 e o 525, de 23 de março de 2020 que dispõem sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento da situação de emergência em saúde pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 024, de 24 de março de 2020, que DECRETOU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas aptas a evitar a contaminação e restringir riscos

DECRETA:  
CAPÍTULO I

Das Disposições Iniciais

Art. 1º As regras definidas no presente decreto aplicam-se exclusivamente aos servidores e contratados vinculados à Secretaria Municipal de Educação do Município de José Boiteux/SC cujas atividades regulares foram paralisadas em razão da promulgação do Decreto Estadual nº 509, de 17 de março de 2020, e o Decreto Municipal nº 22, de 18 de março de 2020.

Art. 2º Fica regulamentada a Lei 1.184/2020 e cria o regime especial de atividades não-presenciais implementado no âmbito do Município de José Boiteux envolverá o desenvolvimento de atividades remotas cujo aproveitamento para fins do disposto no inc. I do art. 24 da Lei

de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), depende do integral cumprimento das regras e diretrizes a serem fixadas no âmbito do sistema municipal de ensino.

Art. 3º Durante o período em que forem suspensas as atividades escolares na rede municipal de ensino, os servidores efetivos vinculados à Secretaria Municipal de Educação deverão desenvolver suas atividades por meio de um dos seguintes regimes de trabalho:

I – Teletrabalho, com cumprimento integral de sua jornada de trabalho, através da realização de atividades não-presenciais;

II – Expediente regular, com cumprimento integral de sua jornada de trabalho, na forma presencial, em Unidade Escolar para a qual esteja designado;

III – Expediente regular, com cumprimento regular de sua jornada de trabalho em outro órgão da administração pública municipal, mediante lotação provisória; e

IV – Banco de horas, mediante a suspensão da realização de atividades com formação de banco de horas para compensação futura, quando forem retomadas as atividades escolares presenciais.

§ 1º. O regime de “teletrabalho” será prioritariamente desenvolvido pelos titulares do cargo de professor em exercício de função docente, conforme plano de ação apresentado pelas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Município de José Boiteux, enquanto os em exercício das funções de Diretor Escolar, Secretário Escolar e Coordenador Pedagógico deverão exercer sua jornada de trabalho em regime de “expediente regular”.

§ 2º A critério da chefia imediata, o professor que, eventualmente, não atingir suas metas individuais de produtividade, poderá ser convocado para cumprimento de sua jornada de trabalho em regime de “expediente regular”.

§ 3º Poderá ser fixado regime híbrido, que preveja o cumprimento da jornada de trabalho do profissional nos regimes de trabalho previstos nos incisos I, III e IV deste artigo.

Art. 4º Enquanto as atividades regulares nas unidades de ensino estiverem suspensas:

I - independentemente do regime de trabalho a que estiver submetido o servidor, será mantida a percepção das seguintes vantagens remuneratórias (caso previstas pelo Município):

a) auxílio alimentação.

II - em relação àqueles servidores que estiverem atuando em regime de trabalho banco de horas serão suspensas a percepção das seguintes vantagens (caso previstas pelo Município):

a) auxílio alimentação;

Parágrafo Único o pagamento do adicional por aulas excedentes fica restrito aos professores em exercício nas modalidades de ensino obrigatórias, previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Art. 5º Quando do retorno das atividades presenciais, havendo determinação dos órgãos sanitários para manutenção do afastamento dos professores integrantes do grupo de risco, a estes será garantido desempenho de atividades em regime diferenciado a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º Aos agentes de serviços gerais e motoristas vinculados à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, fica vedado o regime de “teletrabalho”, durante o período de vigência do regime especial de atividades escolares não-presenciais na Rede Municipal de Ensino, podendo ser aplicadas as medidas administrativas:

I - concessão de licença prêmio aos servidores efetivos;

II - concessão de férias coletivas aos servidores efetivos e comissionados;

III - concessão de férias normais, aos servidores efetivos e comissionados, atualizando-se o número de férias que porventura já se encontrem vencidas;

IV - concessão de férias antecipadas aos servidores efetivos com período aquisitivo incompleto, exceto, aos servidores em gozo de benefício de auxílio doença ou licença para tratamento de saúde, aos servidores lotados em unidades administrativas que prestam serviços considerados essenciais, conforme o Decreto Estadual e aos servidores que estão executando atividades-meio imprescindíveis para o desenvolvimento de atividades essenciais à cargo do Município;

Art. 7º Demais servidores vinculados à Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, especialmente, nutricionista, assessor de esportes e diretores de departamento, deverão exercer sua jornada de trabalho em regime de “expediente regular”, podendo alternar para “teletrabalho”, caso haja impedimento legal para a permanência no local regular de trabalho.

## CAPÍTULO II

### Do Regime De Trabalho Remoto

Art. 8º As atividades não-presenciais que integram o regime de trabalho remoto incluem, entre outras:

I - planejamento, adequação e preparação de atividades de intervenção docente não presencial;

II - participação em reuniões pedagógicas remotas;

III - participação de atividades de formação continuada;

IV - produção de conteúdo e de estratégias didáticas para diferentes modalidades de ensino por meio de estratégias de intervenção diversas do método presencial;

V - elaboração de material didático para ser disponibilizado em versão impressa ou digital

VI - as interações com os discentes em ambiente virtual e acompanhamento de atividades avaliativas.

Art. 9º Os membros do Magistério Público Municipal, titulares do cargo de professor, efetivos e contratados, deverão comprovar o cumprimento de sua jornada de trabalho à chefia imediata, quando do regime de "teletrabalho", por meio de planejamentos periódicos, relatórios e outros meios que lhes forem solicitados.

§ 1º A comunicação e/ou interação de professores com estudantes, pais, mães e/ou responsáveis, dar-se-á exclusivamente dentro do horário de trabalho do docente, sendo que qualquer atividade realizada fora do horário de trabalho regular será considerada mera liberalidade, sendo vedado o pagamento de horas extras ou aulas excedentes, além das inicialmente previstas, caso devidas.

§ 2º A execução das atividades não presenciais corresponderá à totalidade da carga horária do respectivo profissional, incluindo não somente as horas-aula, como as horas-atividade.

§ 3º Os efeitos jurídicos do regime de "teletrabalho" se equiparam àqueles decorrentes da atividade exercida mediante subordinação pessoal e direta nas dependências da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 10. Caso o professor não disponha dos meios materiais e demais recursos para o exercício de suas atividades laborais em regime de "teletrabalho", o mesmo deverá cumprir integralmente sua jornada de trabalho em regime de "expediente regular", na forma presencial, em Unidade Escolar para a qual esteja designado.

### CAPÍTULO III

#### Do Regime De Banco De Horas

Art. 11. Os servidores que não puderem exercer suas atividades em regime de expediente normal (art. 3º, incisos II e III deste Decreto), ou ainda, através de trabalho remoto (art. 3º, inc. I), estarão submetidos ao regime de compensação por banco de horas, nos termos definidos no art. 3º, inc. IV, deste decreto.

Art.12. O regime de banco de horas consiste no acúmulo de horas de trabalho não prestadas pelo servidor durante o período em que houve a suspensão do atendimento presencial das unidades escolares e demais dependências educacionais da rede de ensino municipal.

Art. 13. Ao final do período de suspensão das atividades escolares e dependências educacionais, será calculado o montante do total de horas negativas acumuladas no período, devendo o servidor público compensá-las quando forem retomadas as atividades regulares na rede de ensino municipal.

§ 1º As horas trabalhadas a mais em razão do regime de compensação de horas, em regra, não terão caráter de labor extraordinário, e serão compensadas de acordo com os parâmetros e critérios definidos no Plano de Intervenção Emergencial de Educação e no Plano de Trabalho Individual do profissional.

§ 2º A compensação mencionada no §1º, deste artigo, não poderá resultar em jornada diária total superior a 10 (dez) horas diárias.

§ 3º A compensação das horas não pode prejudicar o direito dos servidores públicos quanto ao descanso entre jornadas, salvo em caso de excepcional necessidade do serviço público, e desde que assim ajustado de comum acordo entre a chefia imediata e o servidor.

§ 4º As horas acumuladas nos termos deste capítulo deverão ser compensadas ao longo do período em que se estender o período de reposição para cumprimento integral do calendário letivo do ano de 2020, ainda que eventualmente adentre no ano civil de 2021.

Art. 14. Para fins de contagem das horas de trabalho a serem acumuladas, aplicam-se os seguintes critérios:

I - para os profissionais do Magistério que atuam como docentes, o acúmulo das horas deve tomar como referência o total das horas (hora relógio) abrangidas por sua jornada de trabalho;

II - para os demais profissionais do Magistério e da Educação, o acúmulo das horas deve tomar como referência sua jornada de trabalho regular.

§ 1º Em relação aos profissionais do Magistério que atuam como docentes, o montante final das horas acumuladas deverá diferenciar o número total de horas de interação com os estudantes (2/3) e de horas-atividade (1/3), para fins de regular aplicação do disposto no art.



2º, § 4º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008.

§ 2º A critério da Administração, e nos termos do Plano de Intervenção Emergencial de Educação, aos profissionais do Magistério que atuam como docentes poderá ser determinada a realização de atividades de formação continuada até o limite de 1/3 de sua jornada de trabalho, horas essas a serem abatidas do montante total das horas-atividade acumuladas.

Art. 15. A compensação das horas acumuladas pelos profissionais do Magistério que atuam como docentes deve levar em conta os seguintes balizamentos:

I - as horas acumuladas a título de horas-atividade não podem ser utilizadas para compensar atividades que exijam interação direta com os alunos;

II - a critério da Secretaria Municipal de Educação, a compensação das horas devidas poderá ser realizada em unidades de ensino distintas daquelas às quais o servidor esteja vinculado.

Parágrafo único. O planejamento dos instrumentos de compensação das horas acumuladas deve constar de Plano Individual de Trabalho a ser fixado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 16. A acumulação de horas devidas em face da sujeição ao regime de banco de horas aplica-se exclusivamente enquanto perdurar a suspensão das aulas da rede municipal de ensino.

Parágrafo único. A sujeição do servidor ao regime de banco de horas não pode importar em redução de sua remuneração mensal.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Lotação Provisória Em Outro Órgão Da Administração Pública

Art. 17. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a determinar a lotação provisória de servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação, para o exercício em outro órgão da Administração Pública, nos termos definidos no art. 3º, inc. III, deste decreto.

Parágrafo único. O servidor público só deverá exercer suas atribuições no local da lotação provisória quando as funções por ele desempenhadas sejam compatíveis com as atribuições do cargo de provimento efetivo de que é titular e desde que respeitada a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente.

Art. 18. O ato da lotação provisória do servidor deverá ocorrer sem prejuízo de seus vencimentos e deverá ser efetivado, independentemente de sua anuência prévia, exigindo sua comunicação com pelo menos dois dias de antecedência.

Art. 19. O ato de lotação provisória do servidor público municipal se concretizará com a publicação da portaria no Diário Oficial dos Municípios.

§ 1º O ato de lotação provisória deverá prever seu termo final, que será por prazo certo ou pelo adimplemento de condição resolutive.

§ 2º A lotação provisória poderá ser suspensa a qualquer tempo por ato unilateral do Secretário Municipal de Educação.

#### CAPÍTULO V

##### Dos Servidores Contratados Por Prazo Determinado (ACT's)

Art. 20. A fim de dar cumprimento ao Plano de Intervenção Emergencial de Educação a ser implementado no âmbito do Município, em relação aos servidores contratados por prazo determinado, o Secretário de Educação Municipal poderá determinar:

I - a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho:

- a) de expediente regular, nos termos do art. 3º, II;
- b) de trabalho remoto, nos termos do art. 3º, I;
- c) em regime de trabalho híbrido, nos termos do art. 3º, § 3º.

II - a suspensão do contrato de trabalho;

III - a alteração unilateral do contrato de trabalho, para exercício extraordinário em lotação diversa;

IV - a rescisão unilateral do contrato de trabalho, em razão da situação de emergência (calamidade pública) reconhecida no âmbito do Município.

Art. 21. Aos servidores temporários que continuarem a desenvolver suas atividades na forma definida no inciso I do art. 20, aplica-se integralmente as regras definidas Art. 3º deste decreto.

Art. 22. O servidor temporário vinculado à Educação, que não possa ser aproveitado na execução de atividades em regime de expediente normal ou de trabalho remoto, poderá ter seu contrato de trabalho unilateralmente alterado para exercício temporário em outro órgão de lotação, observados os seguintes requisitos:

I - o exercício de atribuições afins à função para a qual foi contratado, respeitadas a habilitação exigida e o mesmo nível de escolaridade na função correspondente;

II - a demonstração de que há necessidade temporária de excepcional interesse público a justificar a alteração unilateral do local de realização da função temporária;

III - a assinatura de termo de alteração da contratação por prazo indeterminado por ambas as partes

Parágrafo único. O termo que determine as alterações na contratação temporária pode fixar como condição resolutive o retorno das atividades regulares nas unidades de ensino e educacionais do Município.

Art. 23. Os servidores contratados por prazo determinado poderão ter seu contrato de trabalho extinto unilateralmente, assegurada a percepção de verba indenizatória prevista em lei

§ 1º A extinção do contrato será comunicada com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 2º Na hipótese de o servidor possuir mais de um vínculo funcional com a Administração, em consonância com os critérios fixados no Plano de Intervenção Emergencial de Educação, a Secretaria Municipal de Educação pode determinar a rescisão de somente um desses vínculos.

§ 3º Na superveniência de situação não prevista no Plano de Intervenção Emergencial de Educação que configure manifesta necessidade de serviço, os contratos rescindidos poderão ser reestabelecidos, após manifestação prévia dos interessados.

Art. 24. Na hipótese de o servidor temporário requerer a rescisão antecipada de seu contrato, serão deduzidas das verbas indenizatórias os valores remuneratórios que lhe foram antecipados à título de férias, ou ainda, durante a vigência da suspensão de seu contrato de trabalho.

Art. 25. Os contratos de trabalho por prazo determinado poderão ter sua vigência prorrogada a fim de que sejam adequados ao novo calendário escolar relativo ao ano letivo 2020.

Parágrafo único. Os contratos por prazo determinado cujo termo final de vigência expire durante o período em que as atividades escolares estiverem suspensas, poderão ser prorrogados, desde que demonstrada a necessidade de sua manutenção.

## CAPÍTULO VI

### Dos Termos De Compromisso De Estágio No Âmbito Da Secretaria Municipal De Educação

Art. 26. A fim de dar cumprimento ao Plano de Intervenção Emergencial de Educação a ser implementado no âmbito do Município, em relação aos Termos de Compromisso de Estágio em vigor, o Secretário de Educação Municipal poderá determinar:

I - a continuidade do exercício de suas atividades, sem qualquer prejuízo na remuneração contratada, em regime de trabalho de expediente regular ou de trabalho remoto, nos termos do art. 3º, I e II deste Decreto.

II - a suspensão do termo de compromisso de estágio, sem percepção da respectiva bolsa de estágio;

III - a rescisão unilateral do termo de compromisso de estágio, em razão da situação de emergência reconhecida no âmbito do Município.

§ 1º Os atos relacionados ao disposto nos incisos II e III serão notificados ao estagiário com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, por escrito ou por meio eletrônico.

§ 2º Durante o período de suspensão do termo de compromisso de estágio, fica igualmente suspenso o pagamento de quaisquer benefícios dele decorrentes, como vale transporte e/ou auxílio alimentação, devendo ser garantido pagamento do seguro em favor do estagiário (art. 9º, inc. IV da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008), por parte da entidade conveniada ou do próprio Município.

§ 3º Uma vez restabelecidas as atividades regulares das unidades de ensino da rede municipal, o termo de compromisso de estágio, suspenso nos termos do inc. II, será restabelecido no prazo máximo de até dois dias corridos.

## CAPÍTULO VI

### Disposições Finais e Transitórias

Art. 27. Durante o período de suspensão das atividades regulares nas unidades de ensino da rede pública municipal, ficarão suspensos os relatórios de avaliação de desempenho, a contagem de tempo de interstício para fins de progressão na carreira e o prazo de contagem do estágio probatório.

Art. 28. Ficam suspensos até o dia 31 de dezembro de 2020, a implementação em folha de pagamento de progressão funcional, de adicional de tempo de serviço, de adicional de pós-graduação, de abono de permanência e de ajuda de custo.



Art. 29. As licenças de capacitação e as licenças para tratamento de assunto de interesse particular, a critério da Secretaria Municipal de Educação, em consonância com o Plano Emergencial da Educação, poderão ser suspensas por decisão unilateral.

Art. 30. Ficam convalidados os atos praticados anteriormente à promulgação deste decreto, naquilo que não lhe seja contrário.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do município.

Paço Municipal de José Boiteux, 11 de agosto de 2020.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 073/2020

Publicação Nº 2615683

DECRETO Nº 073, de 19 de Agosto de 2020.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2020 PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO, ENFERMEIRO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM, PARA RECOMPOR A EQUIPE DE SAÚDE PARA A IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ENFRENTAMENTO AO COVID-19."

JONAS PUDEWELL, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, na Constituição Federal.

### DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Classificação Final do Chamamento Público nº 004/2020 para a contratação temporária de médico, enfermeiro e técnico de enfermagem, para recompor a equipe de saúde para a implantação do Centro de Enfrentamento ao COVID-19, constando relação em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 19 de agosto de 2020.

JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo I  
Cargo: Médico

Classificação	Nome
1º	Mariana Mauricio Silva Costa
2º	Bárbara Moretti Heidtmann

Cargo: Enfermeiro

Classificação	Nome
1º	Elizeth do Socorro Pereira de Oliveira Tavares Persike
2º	Aline Lifonsina Do Nascimento
3º	Diego Valcazara de Oliveira
4º	Michele Fogaça de Moraes
5º	Zelindo Viana Figueiredo
6º	Hadsamyta Soares Campos Pimenta
7º	Bruna Rosa de Souza
8º	Beatriz da Silva Santos
9º	Leticia Baby Couto
10º	Dulcicleide Firmino de Paiva Lins

Cargo: Técnico em Enfermagem

Classificação	Nome
1º	Gabriela Honorato Mendonça

# Jupirá

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 232/20 DE 20/08/2020

Publicação Nº 2615697

PORTARIA N. º 232/20 de 20/08/2020.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DAS SERVIDORAS RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES DO SISTEMA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art. 74, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e, em especial ata nº 002/2014 de 03/11/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora municipal, Sra. CAMILA TEZZA, ocupante do cargo de Psicóloga, para além das atribuições inerentes ao cargo, desempenhar a função de coordenadora do sistema de informações SIPIA SINASE.

Art. 2º. Designar a servidora municipal, Sra. SHEILA CRISTINI MINIERO DA SILVA, ocupante do cargo de Assistente Social, para além das atribuições inerentes ao cargo, desempenhar a função de auxiliar a coordenadora, designada no art. 1º desta Portaria, nos trabalhos relativos ao sistema de informações SIPIA SINASE.

Art. 3º. As servidoras municipais, designadas neste ato, não caberão quaisquer acréscimos em sua remuneração por esta atribuição.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 20 de agosto de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
Prefeito Municipal

# Lages

## PREFEITURA

### PREGÃO ELETRÔNICO 92/2020 PML

Publicação N° 2616704

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 92/2020 PML

Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Aplicação de Bactericida para Sanitização Externa (Saneante Bactericida com Princípio Ativo Quaternário de Amônio), e de Desinfecção Interna, com Fornecimento de Material e Mão de Obra, em Instalações da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Habitação e diversos locais na cidade de Lages, como medida preventiva ao contágio da Covid-19.

Abertura: 04/09/2020 às 13:30.

Valor Estimado: R\$ 183.620,50

Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 24 de agosto de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

### PREGÃO ELETRÔNICO 95/2020 PML

Publicação N° 2616044

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico 95/2020 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Água e Gêneros Alimentícios para a Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Abertura: 08/09/2020 às 09h.

Valor Estimado: R\$ 3.201.801,04

Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 24 de agosto de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO – CLASSIFICADOS CONCURSO 01/2019 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGUNA

Publicação Nº 2616492

#### CONVOCAÇÃO – Classificados Concurso 01/2019

A Secretária Municipal de Saúde, Valéria Olivier Alves, no uso de suas atribuições, convoca os candidatos classificados no Concurso Público nº 01/2019, para comparecerem nessa Secretaria na data e horários marcados:

Enfermeiros: Dia 26/08/2020 – As 08:30 horas

- Amanda Gonçalves de Souza

- Maria Angelica Casa Nova dos Santos

- Nutricionista – Dia 26/08/2020 as 08:45 horas

- Patrícia de Medeiros

- Médica Auditora – Dia 26/08/2020 – as 09:00hs

- Carolina Brighente Padilha

Valéria Olivier Alves

Secretária de Saúde

### DECRETO N.º 6.303/2020 - CRIA O COMITÊ DE EMERGÊNCIA CULTURAL PARA DELIBERAÇÃO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL NA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020, A SEREM ADOTADAS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 20 D

Publicação Nº 2617617

DECRETO Nº 6.303/2020, de 19 de agosto de 2020.

CRIA O COMITÊ DE EMERGÊNCIA CULTURAL PARA DELIBERAÇÃO DAS AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL NA APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020, A SEREM ADOTADAS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vice-Prefeito, no exercício do cargo de PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Júlio César Willemann, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e, Considerando a destinação de R\$333.941,10 (trezentos e trinta e três mil, novecentos e quarenta e um reais e dez centavos) ao Município de Laguna, através da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, e a necessidade de sistematizar sua aplicação;

Considerando o estado de calamidade pública em âmbito federal reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 06, de 20 de março de 2020,

Considerando o estado de calamidade pública em todo o território catarinense declarado pelo Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020,

Considerando a situação de emergência em todo o território catarinense por meio do Decreto Estadual nº515, de 17 de março de 2020,

Considerando a ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais, de 16 de julho de 2020, que acatou o parecer de sua Câmara Técnica para gestão dos recursos oriundos da Lei Aldir Blanc, através de um Comitê com dois representantes do referido conselho,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê de Emergência Cultural, no âmbito do Município de Laguna, que deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para o recebimento direto do valor integral a ser destinado ao Município de Laguna, nos termos do artigo 3º, da Lei Federal nº 14.017/2020, com as seguintes atribuições:

I - realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal, responsáveis pela descentralização dos recursos;

II - participar das discussões referentes à regulamentação, no âmbito do Município de Laguna, para a distribuição dos recursos na forma prevista nos incisos II e III, do artigo 2º, da Lei Federal nº 14.017/2020;

III - acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do art. 1º deste Decreto;

IV - acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município de Laguna;

V - fiscalizar a destinação e execução dos recursos transferidos;

VI - elaborar relatório e balanço final a respeito da destinação e execução dos recursos no âmbito do Município de Laguna.

§ 1º O Comitê Emergencial da Cultura, de que trata o art. 1º, fica assim composto:

I - Presidente da Fundação Lagunense de Cultura - FLC, Mirella de Jesus Honorato que o presidirá;

II - Assessor da Presidência da FLC, Cristian Pavanate Soares;

III – um (01) representante Governamental, por indicação do Chefe do Poder Executivo – Tiago Sebastião Laurindo – Secretaria de Turismo;

IV – um (01) representantes da Sociedade Civil: Juliana Regazoli – Titular Setorial de Cultura Afro-Brasileira;

II – um (01) representante da Sociedade Civil: Luciana Teresinha de Oliveira Silveira Santos - titular - Setorial de Artesanato

§ 2º O Comitê de Emergência Cultural poderá solicitar contribuição de outras secretarias e departamentos que se façam necessários para realização de suas atribuições.

§ 3º O Comitê de Emergência Cultural poderá solicitar à Câmara de Vereadores representante para acompanhar as reuniões e ações do Comitê no sentido de fiscalizar a lisura do processo.

Art. 2º - Os membros participantes deste Comitê Emergencial da Cultura exercerão as atividades sem prejuízos das funções que ocupam e será considerada prestação de serviço público relevante e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Art. 3º A Presidente da Fundação Lagunense de Cultura poderá expedir Portaria para complementar, esclarecer e orientar a execução da Lei Federal nº 14.017, de 2020, inclusive, no tocante à forma de execução de seu artigo 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Júlio César Willemann

Vice-Prefeito, no exercício do cargo de Prefeito Municipal

## **RESOLUÇÃO Nº 020/CMS 2020 - APROVA A PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA 2020**

Publicação Nº 2617795

RESOLUÇÃO Nº 020/CMS 2020

APROVADO

O Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº 1.802 de 01 de janeiro de 2015.

1- CONSIDERANDO a defesa incondicional do Sistema Único de Saúde – SUS e dos seus princípios e diretrizes constitucionais e legais;

2- CONSIDERANDO o preconizado pela Constituição Federal, e Leis nºs 8.142/1990, 8080/1990 e Resolução do CNS nº 333/2003 e 453/2012.

3- CONSIDERANDO deliberação da Reunião Ordinária do dia 06 de agosto de 2020.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a Pactuação Interfederativa 2020.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Homólogo em, 07 de agosto de 2020

Sebastião Ferreira Nunes

Presidente do CMS/Laguna

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 021/CMS 2020 - APROVA A PACTUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA**

Publicação Nº 2617772

RESOLUÇÃO Nº 021/CMS 2020

APROVADO

O Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº 1.802 de 01 de janeiro de 2015.

- 1- CONSIDERANDO a defesa incondicional do Sistema Único de Saúde – SUS e dos seus princípios e diretrizes constitucionais e legais;
- 2- CONSIDERANDO o preconizado pela Constituição Federal, e Leis nºs 8.142/1990, 8080/1990 e Resolução do CNS nº 333/2003 e 453/2012.
- 3- CONSIDERANDO deliberação da Reunião Ordinária do dia 06 de agosto de 2020.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar a Pactuação da Vigilância Sanitária 2021/2023.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Homólogo em, 07 de agosto de 2020

Sebastião Ferreira Nunes  
Presidente do CMS/Laguna

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito Municipal

**Lauro Muller****PREFEITURA****DECRETO Nº 138/2020**

Publicação Nº 2616275

DECRETO Nº 138/2020.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 1.949.299,27 (Um milhão novecentos e quarenta e nove mil, duzentos e noventa e nove reais e vinte e sete centavos), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.001 - Aquisição de Área, Construção e Ampliação de Unidades de Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.5062 ..... Aplicação Direta .....R\$ 1.949.299,27

Total ..... R\$ 1.949.299,27

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá pela entrada de recurso de Convênio nº 2020TR001140. FONTE DE RECURSO 5062 – Transferência de Convênios Estado/Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fina. e Planej.

**DECRETO Nº 139/2020**

Publicação Nº 2616276

DECRETO Nº 139/2020.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 394.000,00 (Trezentos e noventa e quatro mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E ESPORTE

04.01 - Departamento de Apoio Pedagógico

1.001 - Aquisição de Área, Construção e Ampliação de Unidades de Ensino Fundamental

4.4.90.00.00.00.5001 ..... Aplicação Direta .....R\$ 394.000,00

Total ..... R\$ 394.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do Provável excesso de arrecadação na fonte 5001 - Receitas e Transferências de Impostos- Educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fina. e Planej.

## DECRETO Nº 140/2020

Publicação Nº 2616282

DECRETO Nº 140/2020.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

05.01 - Departamento de Obras

2.015 - Manutenção da Secretaria de Obras

3.3.90.00.00.00.5000 ..... Aplicação Direta .....R\$ 80.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item:

05 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

05.01 - Departamento de Obras

2.015 - Manutenção da Secretaria de Obras

3.3.71.00.00.00.5000 ..... Aplicação Direta .....R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fina. e Planej.

## DECRETO Nº 141/2020

Publicação Nº 2616284

DECRETO Nº 141/2020.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 59.000,00 ( Cinquenta e nove mil reais ), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

1.006 - Invest. Em Ações de Infra-Estrut., Pavimentação, Recuperação de Ruas

4.4.90.00.00.00.5064 ..... Aplicação Direta .....R\$ 59.000,00



Total ..... R\$ 59.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação, que ocorrerá pela entrada de recurso de Convênio FR 5064 – Transferência de Convênio Estado.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fina. e Planej.

## DECRETO Nº 142/2020

Publicação Nº 2616285

DECRETO Nº 142/2020.  
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 2.062/2018, de 30 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual LOA),  
DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 126.000,00 (Cento e vinte e seis mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

05.01 - Departamento de Obras

1.006 - Invest. Em Ações de Infra-Estrut., Pavimentação, Recuperação de Ruas

4.4.90.00.00.00.5000 ..... Aplicação Direta ..... R\$ 126.000,00

Total ..... R\$ 126.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do Provável excesso de arrecadação na fonte 5000 - Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 14 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO  
Sec. Administração, Fina. e Planej.

## DECRETO Nº 143/2020

Publicação Nº 2616286

D E C R E T O Nº 143/2020

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE LAURO MULLER DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria federal nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO que a Administração Pública Municipal vem atuando com diligência em todas as frentes para a prevenção da proliferação do vírus, sem descuidar do desenvolvimento das atividades econômicas para o desenvolvimento do Município;

CONSIDERANDO que a retomada de atividades demanda a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Criciúma;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 464, de 3 de julho de 2020, que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que inexistência evidência estatística que vincule o aumento de casos com o funcionamento do transporte coletivo, uma vez que se encontra paralisado há mais de 1 mês;

CONSIDERANDO que a necessidade de prestação de serviços, de forma presencial no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta,

DECRETA:

## CAPÍTULO I DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO

### Seção I Das atividades declaradas essenciais

Art. 1º Ficam declaradas como essenciais todas as atividades exercidas no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, uma vez que fundamentais para o atendimento das necessidades da comunidade.

### Seção II Das Medidas Adotadas No Serviço Público Municipal

Art. 2º Diante do previsto no inciso III do art. 8º da Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020, ficam definidas as seguintes providências:

I- Fica mantido o Regime Excepcional de Teletrabalho para os servidores e trabalhadores públicos municipais pertencentes aos grupos de risco, nos termos do Decreto nº 087/2020.

Art. 3º Sempre que for considerado necessário, conforme Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, os servidores públicos serão submetidos aos testes para o monitoramento de contaminação pela COVID-19, no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

### Seção III Das medidas a serem adotadas pelo Poder Público

Art. 4º Ficam mantidas todas as medidas elencadas nos decretos municipais já editados com a finalidade de estabelecer medidas de controle da propagação do novo coronavírus, devendo, ainda, ser observadas as seguintes providências, por parte do Poder Público Municipal:

I – fiscalização da utilização de máscaras por todos os indivíduos acima de 3 (três) anos de idade em qualquer espaço público ou privado compartilhado, com exceção do ambiente domiciliar;

II – identificação e comunicação à população das atividades mais propensas à transmissão da COVID-19;

III – monitoramento de todos os casos suspeitos e confirmados de COVID-19, de forma que casos sintomáticos permaneçam em isolamento domiciliar e sejam acompanhados pelo Centro de Triagem Municipal;

IV – monitoramento e atendimento de pessoas com doenças crônicas;

V – notificação e investigação de casos, surtos e todos os óbitos suspeitos de COVID-19 e registro por meio dos sistemas de informação oficiais;

VI – controle do fluxo de atendimento nos estabelecimentos de atenção à saúde, de forma a evitar o contato de pessoas infectadas (ou

com suspeita de estarem com COVID-19) com pessoas não infectadas, a fim de orientar a população quanto ao local mais adequado para atendimento, de acordo com os sintomas apresentados;

VII –acompanhamento dos dados epidemiológicos sobre a circulação do novo coronavírus e outros vírus respiratórios utilizando as ferramentas de análise de dados disponibilizadas pelo Governo do Estado, assim como outras utilizadas pelos Municípios;

VII – reforço de campanhas educativas para os profissionais da área da Saúde e a população em relação às medidas não farmacológicas preventivas para doenças respiratórias, incluindo a COVID-19, como etiqueta respiratória, higiene das mãos, uso de EPIs e uso de máscara;

IX – monitoramento dos casos de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

Art. 5º Fica suspensa a entrada de novos residentes em Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI).

## CAPÍTULO II

### DO RETORNO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL

Art. 6º Diante do disposto no art. 9º da Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020, fica autorizado o retorno do transporte coletivo urbano municipal, a partir do dia 24 de agosto de 2020, as 00:00, devendo observar as determinações de higienização e lotação contidas nos Decretos e Portarias do Governo do Estado.

## CAPÍTULO III

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 7º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 8º Permanecem em vigor as determinações constantes de Decretos e Portarias anteriormente publicadas, que não conflitem com o aqui disposto, sendo que as atividades não referidas nos Decretos e Portarias municipais seguirão as diretrizes sanitárias editadas pela SES.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 20 DE AGOSTO DE 2020.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETTO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/PMLM/2020

Publicação Nº 2616847

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 03/08/2020 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para reforma de carreta agrícola pertencente ao município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller/SC, 21 de agosto de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

## TOMADA DE PREÇO Nº 108/PMLM/2020

Publicação Nº 2616498

### TOMADA DE PREÇO Nº 108/PMLM/2020

Data e horário da sessão de abertura: 10/09/2020 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para a execução da reforma e revitalização das escolas municipalizadas (Prof. Ligia Chaves Cabral, Prof. José Heleodoro Barreto Junior e Prof. Emília Mamede Soares) de Lauro Muller/SC, conforme projetos, orçamento, memorial descritivo, minuta do contrato, anexos e partes integrantes deste edital, bem como de acordo com

o convenio firmado com o Governo do Estado DE Santa Catarina de nº2020TR1140/2020 e sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller/SC, 21 de agosto de 2020.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 085/2020

Publicação Nº 2616161

DECRETO Nº 085, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

“CRIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.017 - LEI DE EMERGÊNCIA CULTURAL ALDIR BLANC E NOMEIA MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.017/2020, de 29 de julho de 2020 - Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Municipal de Trabalho para implantação da Lei Federal nº 14.017/2020, de 29 de julho de 2020 - Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

I – Representante da Secretaria de Assistência Social  
GIAN CARLOS KNAUL

II – Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto  
ELIZIANA ESTEVÃO

III – Representante da Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças  
DANIELA CARLA KNAUL

IV – Representante do Setor Jurídico  
LUCAS HOFFMANN FRANZEN

V – Representantes dos professores e servidores da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto  
FRANCIELE SEZERINO  
ELAINE FLÁVIA MARIAN

VI – Representantes das oficinas dos Grupos de Mulheres  
LORITA SOUZA  
MARNILZE BACK LOPES

Art. 3º A comissão será responsável pela seleção das propostas objeto dos incisos II e III, do artigo 2º da Lei Federal 14.017/2020, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.464, de 17 de agosto de 2020, bem como das discussões e encaminhamentos sobre a destinação de recursos da referida Lei.

Art. 4º Pela relevância dos serviços prestados, os membros da Comissão não receberão remuneração de qualquer espécie ou natureza, prestando seus serviços em forma de colaboração.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 21 de agosto de 2020

VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 086/2020**

Publicação Nº 2617283

DECRETO N.º 086, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL."

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 32, Inciso II da Lei nº 1.440, de 27 de novembro de 2019;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações do Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 172.000,00 (cento e setenta e dois mil reais) de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	172.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	172.000,00
Função	10	Saúde	172.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	172.000,00
Programa	0015	SAÚDE	172.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Bloco - Atenção Básica	172.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	172.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	172.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	160.000,00
Modalidade de aplicação	91	Aplicações Diretas Decorrentes de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social	12.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0038.61	Incentivo Financ. da APS – Fator Comp. de Transição - PABS	172.000,00
TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR .....			172.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação de dotação da Seguridade Social com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	172.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	172.000,00
Função	10	Saúde	172.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	172.000,00
Programa	0015	SAÚDE	172.000,00
Projeto/ Atividade	2.056	Bloco - Atenção Básica	172.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	172.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	172.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	172.000,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	01.0038.61	Incentivo Financ. da APS – Fator Comp. De Transição - PABS	172.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO .....			172.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 21 de agosto de 2020.

VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 201, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615951

PORTARIA Nº 201, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Prorroga prazo de conclusão da Sindicância n. 01/2019 - Investigativa.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município e, Considerando os argumentos lançados no despacho da autoridade sindicante às fls. 38 e 39 da Sindicância n. 01/2019 – Investigativa. Considerando o despacho de fls. 43 do referido procedimento.

#### RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Sindicância n. 01/2019 – Investigativa, instaurada pela Portaria n. 268 de 27 de Agosto de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 28 de Agosto de 2019, edição n. 2914, pg. 650 e 651.

Art. 2º. A prorrogação de que trata o art. 1º, contar-se-á a partir do dia 23/08/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 21 de Agosto de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se

Édem Luiz Tumelero

Auditor Interno

## Lontras

## PREFEITURA

## DECRETO Nº 121/2020

Publicação Nº 2616242

DECRETO Nº 121, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R\$ 611.503,38 (SEISCENTOS E ONZE MIL, QUINHENTOS E TRÊS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO".

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 611.503,38 (seiscentos e onze mil, quinhentos e três reais e trinta e oito centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

## CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

## Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0015.0452.0010.2040	Atividade:Manutenção das Praças, Vias Urbanas e Limpeza Pública.	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 100.000,00

## Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0026.0782.0011.2042	Atividade:Manutenção das Estradas Municipais	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 200.000,00

## Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0015.0451.0010.1014	Projeto:Pavimentação de Ruas e Passeios	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 150.000,00

## Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto

Unidade Orçamentária: 05.001	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto	
Funcional Programática: 05.001.0027.0812.0006.2026	Atividade:Apoio e Incentivo ao Esporte	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 50.000,00

## Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0006.0182.0010.2058	Atividade:Apoio a Serviços de Combate a Incendio e Socorro	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	03000000 - Recursos Ordinários	R\$ 91.153,38

## Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0006.0182.0010.2058	Atividade:Apoio a Serviços de Combate a Incendio e Socorro	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor



Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 611.503,38 (seiscentos e onze mil, quinhentos e três reais e trinta e oito centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 350,00
Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto		
Unidade Orçamentária: 05.001	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto	
Funcional Programática: 05.001.0027.0812.0006.2026	Atividade:Apoio e Incentivo ao Esporte	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 611.503,38		

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

#### ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0026.0782.0011.2042	Atividade: Manutenção das Estradas Municipais	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 350.000,00
Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0004.0122.0011.2034	Atividade: Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 100.000,00
Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto		
Unidade Orçamentária: 05.001	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto	
Funcional Programática: 05.001.0027.0812.0006.2026	Atividade: Apoio e Incentivo ao Esporte	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 50.000,00
Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0006.0182.0010.2058	Atividade: Apoio a Serviços de Combate a Incendio e Socorro	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	03000000 - Recursos Ordinários	R\$ 91.153,38
Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0006.0182.0010.2058	Atividade: Apoio a Serviços de Combate a Incendio e Socorro	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 350,00
Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto		
Unidade Orçamentária: 05.001	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto	
Funcional Programática: 05.001.0027.0812.0006.2026	Atividade: Apoio e Incentivo ao Esporte	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 611.503,38		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 21 de agosto de 2020.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Lontras em exercício

**DECRETO Nº 122/2020**

Publicação Nº 2616257

DECRETO Nº 122, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM EXCESSO E NO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO".

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

DECRETA:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais) e a abrir crédito adicional suplementar, com base em provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 883.376,00 (oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e seis reais), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR****Secretaria de Saúde**

Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontras
------------------------------	-------------------------------------

Funcional Programática: 06.001.0010.0303.0008.2031	Atividade: Manutenção dos Serviços de Farmácia Básica
---	---

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 151.376,00

**Secretaria de Saúde**

Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontras
------------------------------	-------------------------------------

Funcional Programática: 06.001.0010.0302.0008.2030	Atividade: Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade
---	---

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 180.000,00

**Secretaria de Saúde**

Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontras
------------------------------	-------------------------------------

Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0008.2029	Atividade: Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde
---	---

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 100.000,00

**Secretaria de Saúde**

Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontras
------------------------------	-------------------------------------

Funcional Programática: 06.001.0010.0304.0008.2032	Atividade: Manutenção dos Serviços de Vigilância em Saúde
---	---

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 77.000,00

**Secretaria de Saúde**

Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontras
------------------------------	-------------------------------------

Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0008.2028	Atividade: Manutenção do Programa Saúde da Família
---	--

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 375.000,00

**Secretaria de Saúde**

Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontras
------------------------------	-------------------------------------

Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0008.2027	Atividade: Manutenção da Atenção Básica em Saúde
---	--

Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 265.000,00

VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 1.148.376,00

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1718039103 - Transferências SUS União - Portaria 1.666 - COVID 19 da fonte 1382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19 nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 21 de agosto de 2020.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Lontras em Exercício

## DECRETO Nº 123/2020

Publicação Nº 2616261


**MUNICÍPIO DE LONTRAS**  
**Estado de Santa Catarina**

## DECRETO Nº 123, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

**"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO"**

**RUBENS ROBERTO DOS SANTOS**, Prefeito Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 65, inciso VII, da Lei Orgânica do Município e demais disposições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 659.862,94 (seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
<b>Secretaria da Fazenda</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 10.001	Secretaria da Fazenda	
<b>Funcional Programática:</b> 10.001.0004.0123.0003.2051	<b>Atividade:</b> Manutenção da Secretaria da Fazenda	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	R\$ 13.862,94
<b>Gabinete do Prefeito, Vice-prefeito e Consultoria</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 02.001	Gabinete do Prefeito, Vice-prefeito e Consultoria	
<b>Funcional Programática:</b> 02.001.0004.0122.0002.2002	<b>Atividade:</b> Manutenção do Gabinete	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	R\$ 250.000,00
<b>Secretaria da Administração</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 03.001	Secretaria da Administração	
<b>Funcional Programática:</b> 03.001.0004.0122.0003.2004	<b>Atividade:</b> Manutenção da Secretaria de Administração	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	R\$ 396.000,00
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 659.862,94</b>		

**Art. 2º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do provável excesso de arrecadação da(s) receita(s): da fonte 1530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 79.056,34 (setenta e nove mil, cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
<b>Secretaria de Saúde</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontres	
<b>Funcional Programática:</b> 06.001.0010.0301.0008.2027	<b>Atividade:</b> Manutenção da Atenção Básica em Saúde	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01520100 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - SAÚDE	R\$ 79.056,34
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 79.056,34</b>		

**MUNICIPIO DE LONTRAS**  
**Estado de Santa Catarina**

**Art. 4º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do provável excesso de arrecadação da(s) receita(s): da fonte 1520100 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - SAÚDE nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 8.784,26 (oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Assistência Social e Habitação		
Unidade Orçamentária: 11.001	Fundo de Assistência Social de Lontras	
Funcional Programática: 11.001.0008.0244.0007.2055	Atividade: Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01520200 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)	R\$ 8.784,26
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 8.784,26		

**Art. 6º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do provável excesso de arrecadação da(s) receita(s): da fonte 1520200 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 7º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Lontras (SC), 21 de agosto de 2020.**

**RUBENS ROBERTO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de Lontras em Exercício

**EDITAL 66/2020**

Publicação Nº 2616311

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 66/2020

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES E MATERIAIS PARA OS VEÍCULOS, ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS PESADAS E DEMAIS EQUIPAMENTOS PERTENCENTES À FROTA DA PREFEITURA, INCLUINDO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I E II, QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DO EDITAL. Tipo: Maior percentual de desconto no lote. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 08/09/2020; Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 08/09/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 21 de agosto de 2020. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em exercício.

**EXTRATO DE CONTRATO 1118/2020**

Publicação Nº 2615907

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO N.º 1118/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PARA PACIENTES DE FAMÍLIA COM BAIXA RENDA, PASSANDO POR PERÍODOS DE DIFICULDADES FINANCEIRAS E NUM QUADRO CLÍNICO DEBILITADO, AVALIADOS E LIBERADOS PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL OU SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. TENDO EM VISTA QUE ESSE SUPLEMENTO ALIMENTAR NÃO DISPONIBILIZADOS PELA SES/SC E NEM HÁ PREVISÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS CREDENCIAMENTOS PELO ESTADO, CABENDO AO MUNICÍPIO ORDENAR O SERVIÇO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO. POSSUI PROCESSO JUDICIAL. APENAS UM ORÇAMENTO POIS É A ÚNICA COMERCIALIZANTE.

CONTRATADO: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

CNPJ: 03.612.312/0004-97

Valor: R\$ 1.432,50 (Mil quatrocentos e trinta e dois reais e 50 centavos)

Lontras, 21 de agosto de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**LEI Nº 2545/2020**

Publicação Nº 2616238

LEI Nº 2545, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

	"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, NO VALOR DE R\$ 611.503,38 (SEISCENTOS E ONZE MIL, QUINHENTOS E TRÊS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS), NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO".
--	--

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONTRAS, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício, com fundamento nos artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 611.503,38 (seiscentos e onze mil, quinhentos e três reais e trinta e oito centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Funcional Programática:

07.001.0015.0452.0010.2040

Atividade: Manutenção das Praças, Vias Urbanas e Limpeza Pública.

Elemento de Despesa

3390000000 - Aplicações diretas

Fonte de Recurso

01000000 - Recursos Ordinários

Valor

R\$ 100.000,00

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Unidade Orçamentária: 07.001

Secretaria de Infraestrutura e Obras

Funcional Programática:

07.001.0026.0782.0011.2042

Atividade: Manutenção das Estradas Municipais

Elemento de Despesa

Fonte de Recurso

Valor



Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 611.503,38 (seiscentos e onze mil, quinhentos e três reais e trinta e oito centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 200.000,00
Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0015.0451.0010.1014	Projeto:Pavimentação de Ruas e Passeios	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 150.000,00
Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto		
Unidade Orçamentária: 05.001	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto	
Funcional Programática: 05.001.0027.0812.0006.2026	Atividade:Apoio e Incentivo ao Esporte	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 50.000,00
Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0006.0182.0010.2058	Atividade:Apoio a Serviços de Combate a Incendio e Socorro	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	03000000 - Recursos Ordinários	R\$ 91.153,38
Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0006.0182.0010.2058	Atividade:Apoio a Serviços de Combate a Incendio e Socorro	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 350,00
Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto		
Unidade Orçamentária: 05.001	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto	
Funcional Programática: 05.001.0027.0812.0006.2026	Atividade:Apoio e Incentivo ao Esporte	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 611.503,38		

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

#### ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0026.0782.0011.2042	Atividade: Manutenção das Estradas Municipais	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 350.000,00
Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0004.0122.0011.2034	Atividade: Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 100.000,00
Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto		
Unidade Orçamentária: 05.001	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto	
Funcional Programática: 05.001.0027.0812.0006.2026	Atividade: Apoio e Incentivo ao Esporte	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 50.000,00
Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	



Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

#### ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Funcional Programática: 07.001.0006.0182.0010.2058	Atividade: Apoio a Serviços de Combate a Incendio e Socorro	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	03000000 - Recursos Ordinários	R\$ 91.153,38
Secretaria de Infraestrutura e Obras		
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Infraestrutura e Obras	
Funcional Programática: 07.001.0006.0182.0010.2058	Atividade: Apoio a Serviços de Combate a Incendio e Socorro	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - Aplicacoes diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 350,00
Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto		
Unidade Orçamentária: 05.001	Secretaria da Educacao, Cultura e Desporto	
Funcional Programática: 05.001.0027.0812.0006.2026	Atividade: Apoio e Incentivo ao Esporte	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 611.503,38		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 21 de agosto de 2020.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS

Prefeito Municipal de Lontras em exercício

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim  
Projeto de Lei nº 44, de 03 de agosto de 2020.

## LEI Nº 2546/2020

Publicação Nº 2616256

LEI Nº 2546, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

	"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM EXCESSO E NO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO".
--	--

A CÂMARA MUNICIPAL DE LONTRAS, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício, com fundamento nos artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais) e a abrir crédito adicional suplementar, com base em provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 883.376,00 (oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e seis reais), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

#### CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Secretaria de Saude		
Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saude de Lontras	
Funcional Programática: 06.001.0010.0303.0008.2031	Atividade: Manutenção do Serviços de Farmácia Básica	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 151.376,00
Secretaria de Saude		
Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saude de Lontras	
Funcional Programática: 06.001.0010.0302.0008.2030	Atividade: Manutenção das Atividades de Media e Alta Complexidade	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 180.000,00
Secretaria de Saude		
Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saude de Lontras	



Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 265.000,00 (Duzentos e sessenta e cinco mil reais) e a abrir crédito adicional suplementar, com base em provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 883.376,00 (oitocentos e oitenta e três mil, trezentos e setenta e seis reais), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

## CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0008.2029	Atividade: Manutenção do Programa Agentes Comunitários de Saúde	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 100.000,00
Secretaria de Saude		
Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saude de Lontras	
Funcional Programática: 06.001.0010.0304.0008.2032	Atividade: Manutenção dos Serviços de Vigilância em Saúde	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 77.000,00
Secretaria de Saude		
Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saude de Lontras	
Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0008.2028	Atividade: Manutenção do Programa Saúde da Família	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 375.000,00
Secretaria de Saude		
Unidade Orçamentária: 06.001	Fundo Municipal de Saude de Lontras	
Funcional Programática: 06.001.0010.0301.0008.2027	Atividade: Manutenção da Atenção Básica em Saúde	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19	R\$ 265.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 1.148.376,00		

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1718039103 - Transferências SUS União - Portaria 1.666 - COVID 19 da fonte 1382100 - Transferências do Sistema Único de Saúde - Portaria 1.666 - COVID 19 nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Lontras (SC), 21 de agosto de 2020.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal de Lontras em Exercício

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim  
Projeto de Lei nº 42, de 03 de agosto de 2020.

**LEI Nº 2547/2020**

Publicação Nº 2616260


**MUNICIPIO DE LONTRAS**  
**Estado de Santa Catarina**
**LEI Nº 2547, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.**

**"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO, COM BASE EM PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NA FORMA EM QUE ESPECIFICA ABAIXO"**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE LONTRAS**, Estado de Santa Catarina, aprovou e eu, **RUBENS ROBERTO DOS SANTOS**, Prefeito Municipal em Exercício, com fundamento nos artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em provável excesso de arrecadação, no valor de R\$ 659.862,94 (seiscentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</b>		
<b>Secretaria da Fazenda</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 10.001	Secretaria da Fazenda	
<b>Funcional Programática:</b> 10.001.0004.0123.0003.2051	<b>Atividade:</b> Manutenção da Secretaria da Fazenda	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	R\$ 13.862,94
<b>Gabinete do Prefeito, Vice-prefeito e Consultoria</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 02.001	Gabinete do Prefeito, Vice-prefeito e Consultoria	
<b>Funcional Programática:</b> 02.001.0004.0122.0002.2002	<b>Atividade:</b> Manutenção do Gabinete	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	R\$ 250.000,00
<b>Secretaria da Administração</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 03.001	Secretaria da Administração	
<b>Funcional Programática:</b> 03.001.0004.0122.0003.2004	<b>Atividade:</b> Manutenção da Secretaria de Administração	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	R\$ 396.000,00
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 659.862,94</b>		

**Art. 2º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do provável excesso de arrecadação da(s) receita(s): da fonte 1530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 79.056,34 (setenta e nove mil, cinquenta e seis reais e trinta e quatro centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

<b>CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR</b>		
<b>Secretaria de Saúde</b>		
<b>Unidade Orçamentária:</b> 06.001	Fundo Municipal de Saúde de Lontras	
<b>Funcional Programática:</b> 06.001.0010.0301.0008.2027	<b>Atividade:</b> Manutenção da Atenção Básica em Saúde	
<b>Elemento de Despesa</b>	<b>Fonte de Recurso</b>	<b>Valor</b>
3190000000 - Aplicações diretas	01520100 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - SAÚDE	R\$ 79.056,34
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 79.056,34</b>		

**MUNICIPIO DE LONTRAS**  
**Estado de Santa Catarina**

**Art. 4º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do provável excesso de arrecadação da(s) receita(s): da fonte 1520100 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) - SAÚDE nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R\$ 8.784,26 (oito mil, setecentos e oitenta e quatro reais e vinte e seis centavos), para reforço no exercício financeiro de 2020 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
Secretaria Assistência Social e Habitação		
Unidade Orçamentária: 11.001	Fundo de Assistência Social de Lontres	
Funcional Programática: 11.001.0008.0244.0007.2055	Atividade: Manutenção dos Serviços de Assistência Social	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01520200 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)	R\$ 8.784,26
<b>VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 8.784,26</b>		

**Art. 6º** Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do provável excesso de arrecadação da(s) receita(s): da fonte 1520200 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Lontres (SC), 21 de agosto de 2020.**

**RUBENS ROBERTO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal de Lontres em Exercício

**LEI Nº 2548/2020**

Publicação Nº 2616265

LEI Nº 2548, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LONTRAS A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, COM A INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS VISANDO A DESCENTRALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DE INSERÇÃO DE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL, PRELIMINAR À EMISSÃO DA CÉDULA INDIVIDUAL DE IDENTIFICAÇÃO.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Lontras em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Lontras autorizado a firmar Acordo de Cooperação Técnica com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Segurança Pública, com a interveniência do Instituto Geral de Perícias - IGP, visando a descentralização da atividade de inserção de dados de identificação civil, preliminar à emissão da cédula individual de identificação, nos termos da minuta de convênio anexa, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 21 de agosto de 2020.

RUBENS ROBERTO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal de Lontras em Exercício

Autor: Prefeito Municipal Marcionei Hillesheim  
Projeto de Lei nº 41, de 03 de agosto de 2020.

**RETIFICAÇÃO AO EDITAL 62/2020**

Publicação Nº 2615752

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 62/2020  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE ROUPAS DE COMBATE A INCÊNDIOS PARA AS GUARNIÇÕES DE SOCORRO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE RIO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DO EDITAL. Fica alterado o anexo I do edital. Alterado o item 8.5 do edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 10:15 horas do dia 24/08/2020 às 08:00 horas do dia 09/09/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:01 às 08:59 horas do dia 09/09/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 09/09/2020.

LOCAL: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Lontras, 21 de agosto de 2020. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em exercício.

**Luiz Alves****PREFEITURA****AUDIÊNCIA PÚBLICA LOA 2021**

Publicação N° 2615661

Estado de Santa Catarina  
Município de Luiz Alves  
Convite

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves, através da Secretaria Municipal de Finanças, vem pelo presente, convidar Vossa Senhoria, a participar da Audiência Pública, para discussão e elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2021, do município de Luiz Alves, SC, de acordo com a Lei Complementar n° 101 de 04 de Maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A audiência será realizada no dia 09 de Setembro de 2020, quarta-feira, de forma on-line com a disponibilização do link de acesso no site do Município de Luiz Alves, sito à Rua Erich Gielow, n° 35, com início as 15:30 horas.

Certos de podermos contar com a vossa presença, desde já agradecemos.

Luiz Alves, 17 de Agosto de 2020.  
Adriana Teresinha Schmitz Zimmermann  
Secretária Municipal de Finanças

**CONTRATO N.º 33/2020 (FMS)**

Publicação N° 2615837

EXTRATO DO CONTRATO N.º 33/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES – CNPJ: 19.578.710/0001-21.

Contratado: JLA JORNAL LTDA 19.296.640/0001-19

Do objeto: Contratação de jornal de circulação municipal com a finalidade de publicação de boletins epidemiológicos, disponibilizados através do site [jornalluizalves.com](http://jornalluizalves.com). os mesmos ficaram expostos por 7 (sete) dias ou o tempo que for necessário a disposição de toda a população.

Dos valores: Para a execução dos serviços mencionados será pago alor mensal de R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), totalizando o montante de R\$ 5.250,00 (cinco mil duzentos e cinquenta reais).

Do prazo: O presente contrato terá início de vigência em 14 de agosto de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2020.

Luiz Alves, 14 de agosto de 2020.

Marcos Pedro Veber  
Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 178/2020**

Publicação N° 2616733

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES****DECRETO N.º 178/2020**

*Aprova o projeto definitivo do  
parcelamento de terra denominado  
“Loteamento Residencial Meurer”.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal n.º 001/2007 – Plano Diretor, e a Lei Federal n.º 6.766/1979;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica aprovado o parcelamento de terra denominado “Loteamento Residencial Meurer”, localizado na Rua Antônio Conradi Júnior, Dom Bosco, perímetro urbano do Município de Luiz Alves/SC, com área útil de 202.307,31 m², objeto da matrícula n.º 22.906, registrada perante o Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes/SC, de propriedade de Loteamento Residencial Meurer SPE LTDA, inscrita sob o CNPJ n.º 32.921.973/0001-50.

**Art. 2º** A área total do loteamento aprovado fica assim distribuída:

I – área parcelada em 132 lotes: 130.816,43 m²;

II – área verde: 36.936,84 m²;

III – área destinada à habitação de interesse social: 1.762,27 m²;

IV – área pública: 18.011,64 m²;

V – área destinada ao sistema viário: 14.780,13 m².

**Art. 3º** A área verde, a área destinada à habitação de interesse social, a área pública e área destinada ao sistema viário, constantes no artigo anterior, no projeto e no memorial descritivo, passarão a integrar o domínio e patrimônio do Município, desde a data de registro do loteamento no Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes, em conformidade com o artigo 271 da Lei Complementar Municipal n.º 001/2007 e artigo 22 da Lei Federal n.º 6.766/1979.

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000  
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**Art. 4º** O loteamento compreende obras de terraplenagem, execução de pavimentação do sistema viário e dos passeios, execução do sistema de drenagem pluvial e execução da rede de água potável, da rede de esgoto e da rede elétrica.

**Art. 5º** O cronograma das obras e o orçamento para execução destas estão previstos, respectivamente, nas planilhas dos Anexos I e II deste Decreto.

**Art. 6º** Ficam caucionados os seguintes lotes para garantia da execução da obra:

- I – lote 64 da quara 06 com área de 454,41 m²;
- II – lote 65 da quadra 06 com área de 623,25 m²;
- III – lote 66 da quadra 06 com área de 451,84 m²;
- IV – lote 107 da quadra 08 com área de 390 m²;
- V – lote 108 da quadra 08 com área de 390 m²;
- VI – lote 109 da quadra 08 com área de 390 m²;
- VII – lote 110 da quadra 08 com área de 390 m²;
- VIII – lote 111 da quadra 08 com área de 390 m²;
- IX – lote 112 da quadra 08 com área de 420 m²;
- X – lote 113 da quadra 08 com área de 420 m²;
- XI – lote 114 da quadra 08 com área de 420 m²;
- XII – lote 115 da quadra 08 com área de 420 m²;
- XIII – lote 116 da quadra 08 com área de 420 m²;
- XIV – lote 117 da quadra 08 com área de 420 m²;
- XV – lote 118 da quadra 08 com área de 390 m²;

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000  
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

XVI – lote 119 da quadra 08 com área de 390 m<sup>2</sup>;

XVII – lote 120 da quadra 08 com área de 390 m<sup>2</sup>;

XVIII – lote 121 da quadra 08 com área de 390 m<sup>2</sup>.

**Art. 7º** O loteamento ora aprovado deve ser submetido ao registro imobiliário do Ofício de Registro de Imóveis de Navegantes, em consonância com o disposto no artigo 303 da Lei Complementar Municipal n.º 01/2007, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste Decreto, sob pena de caducidade da aprovação.

**Art. 8º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 19 de agosto de 2020.

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal

*Publicado no Diário Oficial dos Municípios de  
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)*

**Gilmar Lorenceti da Silva**  
Secretário Municipal de Administração

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000  
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**ANEXO I**

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO																			
MESES																			
ATIVIDADE	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18						
Terraplanagem																			
Drenagem																			
Rede Água																			
Rede Esgoto																			
Pavimentação																			
Rede Elétrica																			
Outros																			

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000  
 Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**ANEXO II**

Item	Cod. Sicro	Descrição	Unidade	Qtde	Valor Unitario	Valor Total
<b>1.0</b>		<b>Terraplanagem</b>				
1.1	5502985	Limpeza de Terreno Camada Vegetal e=0,30m	m²	62.682,00	R\$ 0,38	R\$ 23.819,16
1.2	vc	Escavação, carga e transporte de material de 1ª categoria - IMT de 600 a 800 m (Corte)	m³	33.690,24	R\$ 12,50	R\$ 421.128,00
1.3	5502978	Compactação de Aterro 100% P.N.	m³	18.200,80	R\$ 3,21	R\$ 58.424,57
<b>Valor Total do Item</b>						<b>R\$ 503.371,73</b>
<b>2.0</b>		<b>Drenagem Pluvial</b>				
2.1	vc	Escavação, fornecimento, rejunte e apiloamento de Tubo de concreto DN 0,30m	m	970,00	R\$ 58,63	R\$ 56.871,10
2.2	vc	Escavação, fornecimento, rejunte e apiloamento de Tubo de concreto DN 0,40m	m	881,00	R\$ 98,25	R\$ 86.558,25
2.3	vc	Escavação, fornecimento, rejunte e apiloamento de Tubo de concreto DN 0,60m	m	379,00	R\$ 142,51	R\$ 54.011,29
2.4	vc	Caixa de drenagem simples para DN 0,30m	Unid	44,00	R\$ 1.388,07	R\$ 61.075,08
2.5	vc	Caixa de drenagem simples para DN 0,40m	Unid	41,00	R\$ 1.586,36	R\$ 65.040,76
2.6	vc	Caixa de drenagem dupla para DN 0,40m	Unid	9,00	R\$ 1.982,95	R\$ 17.846,55
2.7	vc	Caixa de drenagem simples para DN 0,60m	Unid	10,00	R\$ 1.784,66	R\$ 17.846,60
2.8	vc	Caixa de drenagem dupla para DN 0,60m	Unid	11,00	R\$ 2.230,83	R\$ 24.539,08
2.9	vc	Caixa de ligação para DN 0,40m	Unid	1,00	R\$ 1.388,07	R\$ 1.388,07
2.10	vc	Caixa de ligação para DN 0,60m	Unid	2,00	R\$ 1.586,36	R\$ 3.172,72
2.11	vc	Ala de Drenagem DN 0,60m	Unid	1,00	R\$ 1.982,95	R\$ 1.982,95
<b>Valor Total do Item</b>						<b>R\$ 390.332,45</b>
<b>3.0</b>		<b>Pavimentação</b>				
3.1	vc	Pavimentação Pista com Faver 8cm	m²	8.996,93	R\$ 55,00	R\$ 494.831,15
3.2	vc	Base de Fô de Brita e=0,2m	m³	1.799,39	R\$ 68,00	R\$ 122.358,25
3.3	vc	Sub-Base Macadame e=0,3m	m³	2.699,08	R\$ 58,00	R\$ 156.546,58
3.4	4915684	Pavimentação de passeio com grama esmeralda 1,3m	m²	2.351,96	R\$ 8,66	R\$ 20.367,97
3.5	1100658	Pavimentação de Passeio com concreto 15 mpa 1,5m	m³	171,56	R\$ 311,30	R\$ 53.407,25
3.6	2003947	Meio fio pré moldado	m	2.356,62	R\$ 35,00	R\$ 82.481,70
<b>Valor Total do Item</b>						<b>R\$ 929.992,90</b>
<b>4.0</b>		<b>Esgotamento Sanitário</b>				
4.1	vc	Rede Coletora PVC Ø 150	m	2.158,00	R\$ 34,25	R\$ 73.911,50
4.2	vc	Poços de Visita (PV)	Unid	32,00	R\$ 1.860,00	R\$ 59.520,00
4.3	vc	Terminais de Limpeza (TL)	Unid	10,00	R\$ 527,00	R\$ 5.270,00
4.4	vc	Conjuntos para pontos de espera	Unid	58,00	R\$ 535,00	R\$ 31.030,00
<b>Valor Total do Item</b>						<b>R\$ 169.731,50</b>
<b>5.0</b>		<b>Rede de Água Potável</b>				
5.1	vc	TE PVC PBA INJETADO DN50 DE60mm	Unid	10,00	R\$ 20,22	R\$ 202,20
5.2	vc	TE PVC PBA INJETADO DN100 DE110mm	Unid	2,00	R\$ 78,93	R\$ 157,86
5.3	vc	CURVA 90° PVC PBA DE60mm	Unid	45,00	R\$ 15,39	R\$ 692,55
5.4	vc	CURVA 45° PVC PBA DE60mm	Unid	29,00	R\$ 24,49	R\$ 710,21
5.5	vc	CURVA 22°30' PVC PBA DE60mm	Unid	8,00	R\$ 19,10	R\$ 152,80
5.6	vc	JUNÇÃO PVC PBA EXP DE60mm	Unid	2,00	R\$ 35,70	R\$ 71,40
5.7	vc	CURVA 90° PVC PBA DE110mm	Unid	2,00	R\$ 71,60	R\$ 143,20
5.8	vc	CURVA 45° PVC PBA DE110mm	Unid	5,00	R\$ 66,21	R\$ 331,05
5.9	vc	CURVA 22°30' PVC PBA DE110mm	Unid	1,00	R\$ 54,42	R\$ 54,42
5.10	vc	VALV RETENÇÃO HORIZONTAL COM FORTINHOLA DOCOL 4"	Unid	2,00	R\$ 631,80	R\$ 1.263,60
5.11	vc	TUBO PVC PBA CL15 DN50 DE60mm	Barra	442,00	R\$ 63,83	R\$ 28.212,86
5.12	vc	TUBO PVC PBA CL20 DN100 DE110mm	Barra	91,00	R\$ 285,22	R\$ 25.955,02
5.13	vc	TUBO PVC PBA CL15 DN100 DE110mm	Barra	3,00	R\$ 239,26	R\$ 717,78
5.14	vc	CHAVE BOIA (CONTROLE AUTOMÁTICO DE NÍVEL) CABO C/3,5MT 15A ANAUGER	Unid	2,00	R\$ 54,81	R\$ 109,62
5.15	vc	CAIXA DAGUA EM FIBRA DE VIDRO 20.000LT (VINTE MIL)	Unid	2,00	R\$ 6.626,05	R\$ 13.252,10
5.16	vc	VALV BORBOLETA WAFER SEMI LUG CORPO F. FUNDIDO DISCO INOX 304 VED EPDM C/ALAVANCA 2	Unid	2,00	R\$ 177,75	R\$ 355,50
5.17	vc	VALV BORBOLETA WAFER SEMI LUG CORPO F. FUNDIDO DISCO INOX 304 VED EPDM C/ALAVANCA 4	Unid	4,00	R\$ 250,82	R\$ 1.003,28
5.18	vc	ESTAÇÃO PRESSURIZADORA - BOOSTER	Unid	1,00	R\$ 42.550,00	R\$ 42.550,00
5.19	vc	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO - BOOSTER	Unid	1,00	R\$ 150,00	R\$ 150,00
5.20	vc	VALV GAVETA BRONZE HASTE NÃO-ASCENDENTE 1502B DECA BSP 2	Unid	5,00	R\$ 120,30	R\$ 601,50
5.21	vc	VALV GAVETA BRONZE HASTE NÃO-ASCENDENTE 1502B DECA BSP 2	Unid	3,00	R\$ 781,39	R\$ 2.344,17
5.22	vc	ADAPT PVC SOLDÁVEL CURTO BOLSA/ROSCA 50mm X 1.1/2	Unid	10,00	R\$ 1,85	R\$ 18,50
5.23	vc	ADAPT PVC SOLDÁVEL CURTO BOLSA/ROSCA 110mm X 4	Unid	6,00	R\$ 27,31	R\$ 163,86
5.24	vc	ANCORAGEM DE REGISTRO DE CONCRETO	Unid	8,00	R\$ 1.050,00	R\$ 8.400,00
5.25	vc	LASTRO DE PEDRA BRITA 03 ESP.MIN 7mm	m3	0,20	R\$ 150,00	R\$ 30,00
5.26	vc	TAMPA DE CONCRETO ARMADO	Unid	8,00	R\$ 312,00	R\$ 2.496,00
5.27	vc	TAMPÃO FERRO FUNDIDO T9	Unid	8,00	R\$ 106,08	R\$ 848,64
5.28	vc	ALMOFADA DE TIJOLOS MACIÇOS	Unid	8,00	R\$ 175,00	R\$ 1.400,00
5.29	vc	BLOCO DE ANCORAGEM EM CONCRETO	Unid	8,00	R\$ 620,00	R\$ 4.960,00
5.30	vc	VALV GAVETA BRONZE HASTE NÃO-ASCENDENTE 1502B DECA BSP 2	Unid	7,00	R\$ 120,30	R\$ 842,10
5.31	vc	VALV GAVETA BRONZE HASTE NÃO-ASCENDENTE 1502B DECA BSP 4	Unid	2,00	R\$ 781,39	R\$ 1.562,78
5.32	vc	TUBO PVC PBA CL12 DN50 DE60mm	Barra	5,00	R\$ 58,63	R\$ 293,15
5.33	vc	TUBO PVC PBA CL12 DN100 DE110mm	Barra	2,00	R\$ 199,21	R\$ 398,42
5.34	vc	CURVA 90° PVC BOLSA DE JE2GS CLASSE 20 - DN100	Unid	18,00	R\$ 71,60	R\$ 1.288,80
5.35	vc	TE PVC PBA INJETADO DN50 DE60mm	Unid	9,00	R\$ 20,00	R\$ 180,00
5.36	vc	VALV GAVETA BRONZE HASTE NÃO-ASCENDENTE 1502B DECA BSP 2	Unid	9,00	R\$ 120,30	R\$ 1.082,70

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000  
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

5.37	vc	ADAPT PVC SOLDÁVEL CURTO BOLSA/ROSCA 50mm X 1.1/2	Uni	18,00	R\$	1,85	R\$	33,30
5.38	vc	LASTRO DE PEDRA BRITA 03 ESP.MIN 7mm	m3	0,23	R\$	150,00	R\$	34,50
5.39	vc	TAMPA DE CONCRETO ARMADO	Uni	9,00	R\$	150,00	R\$	1.350,00
5.40	vc	TAMPAO FERRO FUNDIDO T9	Uni	9,00	R\$	106,08	R\$	954,72
5.41	vc	TUBULAÇÃO PVC PBA CL12 DN50 de60mm	Barra	1,00	R\$	58,63	R\$	58,63
5.42	vc	CURVA 90° PVC PBA DE60mm	Uni	4,00	R\$	15,39	R\$	61,56
5.43	vc	VALV GAVETA BRONZE HASTE NÃO-ASCENDENTE 1502B DECA BSP 2	Uni	8,00	R\$	120,30	R\$	962,40
5.44	vc	FILTRO Y DE BRONZE - 2	Uni	4,00	R\$	156,18	R\$	624,72
5.45	vc	VALV RED PRESSÃO PN25 LATÃO COD 08026200 EMMETI 2	Uni	4,00	R\$	794,74	R\$	3.178,96
5.46	vc	UNIÃO ASSENTO BRONZE/FERRO GALV BSP 2	Uni	8,00	R\$	71,70	R\$	573,60
5.47	vc	VENTOSA LATÃO 3/4"	Uni	2,00	R\$	45,82	R\$	91,64
5.48	vc	TE GALVANIZADO BSP 2	Uni	10,00	R\$	32,61	R\$	326,10
5.49	vc	TUBO GALVANIZADO NBR5580L 2	Barra	2,00	R\$	225,14	R\$	450,28
5.50	vc	MANÔMETROS 100MM esc 0-10kgf/lbs CX AÇO CARB INT LATÃO HORIZONTAL 1/2	Uni	4,00	R\$	140,68	R\$	562,72
5.51	vc	BUCHA RED GALV BSP (REF241) 2 X 3/4	Uni	4,00	R\$	16,31	R\$	65,24
5.52	vc	NIPLE GALV BSP (REF280) 2	Uni	32,00	R\$	94,62	R\$	3.027,84
5.53	vc	CURVA 90° FEMEA GALV BSP (REF2) 2	Uni	2,00	R\$	94,62	R\$	189,24
5.54	vc	ARMÁRIO METÁLICO PORTA FRONTAL	Uni	2,00	R\$	1.500,00	R\$	3.000,00
5.55	vc	VENTILAÇÃO PARA VENTOSA	Uni	2,00	R\$	750,00	R\$	1.500,00
5.56	vc	SAPATA OU CUNHA DE ANCORAGEM	Uni	4,00	R\$	680,00	R\$	2.720,00
5.57	vc	VALV ESF MB LATÃO SFERA PF BSP 3/4 C/ ADAPTADOR PVC	Uni	4,00	R\$	38,73	R\$	154,92
5.58	vc	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO ERF	Uni	2,00	R\$	150,00	R\$	300,00
5.59	vc	MACROMEDIDOR 2"	Uni	1,00	R\$	8.551,54	R\$	8.551,54
5.60	vc	FILTRO Y LATÃO 2	Uni	1,00	R\$	141,10	R\$	141,10
5.61	vc	ADAPTADOR PVC SOLDÁVEL CURTO BOLSA/ROSCA 60mm x 2	Uni	2,00	R\$	4,28	R\$	8,56
5.62	vc	TAMPA DE CONCRETO ARMADO	Uni	1,00	R\$	312,00	R\$	312,00
5.63	vc	TAMPAO FERRO FUNDIDO T9	Uni	1,00	R\$	106,08	R\$	106,08
<b>Valor Total do Item</b>							<b>R\$</b>	<b>172.335,72</b>
<b>6.0</b>	<b>Rede de Distribuição de Energia Elétrica</b>							
6.1	vc	Posteamento, fiação, iluminação pública, transformadores e mão de obra de rede elétrica.	Uni	1,00	R\$	330.000,00	R\$	330.000,00
<b>Valor Total do Item</b>							<b>R\$</b>	<b>330.000,00</b>
<b>7.0</b>	<b>Sinalização</b>							
7.1	vc	Pintura de Faixa central das Ruas	m	56,64	R\$	36,15	R\$	2.047,54
7.2	vc	Placas de Advertência	Uni	11,00	R\$	361,20	R\$	3.973,20
7.3	vc	Faixas de Pedestres	Uni	15,00	R\$	92,30	R\$	1.384,50
<b>Valor Total do Item</b>							<b>R\$</b>	<b>7.405,24</b>
<b>Valor Total</b>							<b>R\$</b>	<b>2.503.169,53</b>

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000  
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55

**DECRETO N.º 179/2020**

Publicação Nº 2616734

DECRETO N.º 179/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.13.2.034 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 18

Fonte de Recursos: 0.2.38.1050 – Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde

Valor: R\$ 36.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2020, por conta dos recursos do Programa de Informatização das Unidades Básicas de Saúde, na importância de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 19 de agosto de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 10/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018**

Publicação Nº 2616720

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 10/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio do seu Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luiz Alves – SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 02/2018 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.

1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.

1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.

1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, consequentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

DOS ATOS DO CHAMAMENTO

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

#### DA ADMISSÃO

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 21 de agosto de 2020.

GILMAR LORENCETI DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 10/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Enfermeira 40h – Secretaria Municipal de Saúde

N.º da inscrição	Candidata
0000508	Bianca Rolim Fernandes

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 10/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018

#### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS;
3. Cópia do PIS/PASEP;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
  - 4.1. CPF;
  - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
  - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
  - 4.3. Título de eleitor;
  - 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
  - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
  - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
  - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
  - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
  - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
  - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
  - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
  - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
  - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
  - 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
  - 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
  - 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar.

( ) Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

#### IMÓVEIS



Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

## VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

## OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS


## FONTES DE RENDA


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de \_\_\_\_\_, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

ANEXO II

TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital n.º 02/2018) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de \_\_\_\_\_, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO II

TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 02/2018, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de \_\_\_\_\_, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 02/2018.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO II

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofreu penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.  
 Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato  
 ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 10/2020  
 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2018  
 RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Medico PCMSO

Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administraivo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	
Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicologo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretario	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmaceutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	

Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vigilância Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operário Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	
Fiscal de Obra-Saúde-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agrônomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Médico Veterinário	Sim	**	
Operador de Máquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Técnico Agrícola	Sim	**	

## EXTRATO DO CONTRATO 44/2020 - 4º ADITIVO AO CONTRATO 19/2019

Publicação Nº 2615666

EXTRATO DO CONTRATO N.º 44/2020 – 4º ADITIVO AO CONTRATO N.º 19/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – CNPJ n.º 83.102.319/0001-55.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA. – CNPJ n.º 08.628.996/0001-96.

Do objeto: Construção da ponte “01” e da ponte “02”, conforme projeto básico, na comunidade de canoas, sobre o rio canoas, no município de Luiz Alves/SC.

Do prazo: Com fundamento no parágrafo primeiro da cláusula segunda do Contrato n.º 19/2019, fica prorrogada a vigência do referido termo até o dia 31 de dezembro de 2020.

Luiz Alves, 19 de Agosto de 2020.

MARCOS PEDRO WEBER  
Prefeito Municipal

## PORTARIA N.º 353-A

Publicação Nº 2617291

PORTARIA N.º 353-A/2020

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com a servidora Sr.ª MICHELLE CINTRA CEZAR, professora de educação infantil, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 14 de agosto de 2020.

MARCOS PEDRO WEBER  
Prefeito Municipal



Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA N.º 357/2020

Publicação Nº 2616810

### PORTARIA N.º 357/2020

Suspende contrato de trabalho de caráter temporário, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos do Decreto Municipal n.º 83/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO a edição da Medida Provisória n.º 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 62, de 12 de abril de 2020, que alterou os Decretos Municipais n.º 45/2020 e n.º 48/2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19, inclusive suspendendo as atividades escolares;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 83/2020, que dispõe sobre a regulamentação do regime de trabalho especial a ser desenvolvido pelos servidores públicos municipais em decorrência da situação emergencial para o enfrentamento da pandemia pelo coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Suspender, nos termos do inciso II do artigo 16 do Decreto Municipal n.º 83/2020, o contrato de trabalho da servidora Sr.ª JUCIELE HESS GESSER, atendente de educação infantil, contratada em regime de caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Durante o período de suspensão estabelecido no artigo 1º desta Portaria, fica assegurado a percepção de remuneração, a ser contabilizada como horas de trabalho acumuladas, para fins de compensação futura, em regime de banco de horas previsto nos artigos 11 e seguintes do Decreto Municipal n.º 83/2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 24 de agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 19 de agosto de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## PORTARIA N.º 358/2020

Publicação Nº 2616812

### PORTARIA N.º 358/2020

Contrata servidor em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a prestação dos serviços de saúde, especialmente diante da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 11 de março de 2020, em decorrência da infecção humana pela COVID-19, configurando emergência em saúde pública de importância internacional;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o que estabelece o Decreto Municipal n.º 175, de 12 de agosto de 2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, o servidor Sr. JONATAR CESAR VIEIRA, junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2019, para desempenhar a função de motorista (categoria "D"), nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 24 de agosto de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 21 de agosto de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### PORTARIA 148/20

Publicação N° 2617765

PORTARIA N° 148/20 de 19 de Agosto de 2020.

“EXONERA SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IV do art. 47 da Lei Complementar 164 de 25 e abril de 2017,

RESOLVE:

Art.1º- EXONERAR A PEDIDO a servidora ISABELA TOSCAN MITTERER BERKEMBROCK do cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGA, 20 horas semanais, Nível IV, Classe “C” do GRUPO IV - Grupo Ocupacional Especialista (GE), do Anexo I da Lei Complementar n° 203 de 12 de março de 2019 e alterações posteriores, a partir de 31 de agosto de 2020.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de Agosto de 2020.

Luzerna(SC), 19 de agosto de 2020.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

### PORTARIA 149/20

Publicação N° 2617760

PORTARIA N° 149/20 de 21 de Agosto de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo, relacionados conforme período aquisitivo e de gozo descritos:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Claudemir Deige	Agente de Obras e Serviços	02/04/2019 a 01/04/2020	25/08/2020 a 23/09/2020
Felipe Zardo Dallanora	Assistente Administrativo	01/03/2018 a 28/02/2019	25/08/2020 a 03/09/2020
Regina Carin Jacoby Cureau	Sec. De Educação, Cultura e Esportes	01/01/2018 a 31/12/2018	25/08/2020 a 03/09/2020

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 21 de Agosto de 2020.

MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO\_ PROCESSO LICITATÓRIO N° 0032/2020

Publicação N° 2615667

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 0013/2020

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0032/2020

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como Lei nº 10.520/2002, e ainda Decreto Municipal nº 1916/2020 alterado pelo Decreto nº 1919/2020, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0032/2020, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 0013/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme especificações a seguir:

Objeto: Aquisição de 02 (dois) distribuidores de adubo orgânico líquido com bomba vácuo, conforme especificações presentes neste Edital.

Valor Máximo: R\$ 55.514,00 (cinquenta e cinco mil quinhentos e quatorze reais), sendo o valor máximo unitário de R\$ 27.757,00 (vinte e sete mil setecentos e cinquenta e sete reais) conforme estabelecido no Anexo II do Edital.

Recebimento das propostas: do dia 24/08/2020, às 09h00 ao dia 04/09/2020, às 08h30.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 31/08/2020 às 13h00.

Abertura das propostas/Sessão Pública: dia 04 de setembro de 2020, às 09h00.

Site: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas no site do Município em [www.macieira.sc.gov.br](http://www.macieira.sc.gov.br), ou diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) e/ou [compras3@macieira.sc.gov.br](mailto:compras3@macieira.sc.gov.br), ainda através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 13h00min, conforme Decreto Municipal nº1938/2020.

Macieira – SC, 20 de agosto de 2020.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

PREGOEIRA

### PORTARIA 4441

Publicação N° 2616036

PORTARIA N° 4441/2020

DESIGNAR SERVIDORA QUE ESPECIFICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a disponibilização da servidora em razão da suspensão das aulas por conta do COVID-19,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Amanda E. Levinski, auxiliar educacional, para substituir temporariamente, conforme Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira (Lei Complementar 68/2014), a servidora Larini Grahl, recepcionista, que estará temporariamente exercendo a função de tesoureira, conforme Portaria nº 4440/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2020, cessando seus efeitos com o retorno da servidora ou com o retorno das aulas.

Gabinete do Prefeito

Macieira, 20 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 4442**

Publicação N° 2616038

PORTARIA N° 4442/2020

DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER E FISCALIZAR CONTRATO PROVENIENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 0001/2020, PREGÃO ELETRÔNICO DE N° 0001/2020.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, Leida C. Maurina, Secretária de Assistência Social, para receber e fiscalizar contrato administrativo proveniente de Processo Licitatório n° 0001/2020, Pregão Eletrônico 0001/2020, referente ao fornecimento e instalação de piso laminado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Macieira, de acordo com o art. 67 da Lei 8666/93.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
20 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 4443**

Publicação N° 2616039

PORTARIA N° 4443/2020

DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER E FISCALIZAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROVENIENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 0028/2020, PREGÃO ELETRÔNICO DE N° 0011/2020.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, Clair Arconti, Secretário de Agricultura, para receber e fiscalizar a prestação de serviços de horas máquinas de acordo com o Processo Licitatório n° 0028/2020, Pregão Eletrônico 0011/2020, de acordo com o art. 67 da Lei 8666/93.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
20 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 4444**

Publicação N° 2616040

PORTARIA N° 4444/2020

DESIGNA RESPONSÁVEL PARA RECEBER E FISCALIZAR OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PROVENIENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 0029/2020, TOMADA DE PREÇOS DE N° 0006/2020 E CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0025/2020.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, Eduardo M. Zílio, Secretário de Administração para receber e fiscalizar, de acordo com o art. 67 da Lei 8666/93:  
§1º Objeto do contrato administrativo proveniente de Processo Licitatório nº 0029/2020, Tomada de Preços 006/2020, referente a Construção de Portal turístico;  
§2º Contrato administrativo nº 0025/2020 referente a cobertura do barracão da Prefeitura Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
20 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 4445**

Publicação N° 2616041

PORTARIA N° 4445/2020

DESIGNA RESPONSÁVEIS PARA RECEBER E FISCALIZAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROVENIENTE DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 0032/2020, PREGÃO ELETRÔNICO DE N° 0013/2020.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

**RESOLVE:**

Art. 1º DESIGNAR, Clair Arconti, Secretário de Agricultura e Clodoaldo de Bortoli, operador de máquinas, para receber e fiscalizar contrato administrativo proveniente do Processo Licitatório nº 0032/2020, Pregão Eletrônico 0013/2020, referente a aquisição de distribuidores de adubo orgânico líquido destinados a Secretaria Municipal de Agricultura, de acordo com o art. 67 da Lei 8666/93.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira,  
20 de agosto de 2020.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

# Mafra

## PREFEITURA

### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020

Publicação Nº 2616684

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

COMUNICADO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020

O MUNICIPIO DE MAFRA torna público que realizará ABERTURA DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE CONTRARRAZÕES REFERENTE AO RECURSO APRESENTADO PARA O PROCESSO LICITATÓRIO Nº 227/2020 – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2020, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de obra de pavimentação das seguintes ruas: Rua Ben. Ramiro Ruthes e Rod. Mun. Industrial Alfredo Ruthes; Rua Tab. José Juraszek, na Vila Nova, conforme projetos, orçamento, memorial descritivo, minuta do contrato, anexos e partes integrantes deste edital, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com recurso do BADESC. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, Mafra/SC. Último prazo para protocolo das CONTRARRAZÕES é dia 31/08/2020, até às 17:00 horas, no departamento de licitações. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:00, Fone: (47) 3642-4009 e 3641-4009.

Mafra (SC), 21 de agosto de 2020.

Wellington Roberto Bielecki  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4.361

Publicação Nº 2617209

DECRETO Nº. 4.361  
DE 21 DE AGOSTO DE 2020

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NA REGIÃO DO PLANALTO NORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”;

CONSIDERANDO que a Avaliação do Risco Potencial para COVID19, realizada através da Matriz de Risco do Estado de Santa Catarina, enquadrado o Planalto Norte Catarinense na situação GRAVE;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020

CONSIDERANDO, também, que os Prefeitos dos Municípios que integram a Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense, da qual fazem parte, Bela Vista do Toldo, Campo Alegre, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Três Barras, deliberaram, de forma conjunta, pela adesão as recomendações expedidas através da Resolução n. 07 de 21 de agosto de 2020, que estabeleceu “medidas sanitárias preventivas que deverão ser adotadas no âmbito regional para com os 13 (treze) municípios do Planalto Norte”.

#### DECRETA

Art. 1º Fica obrigatório o cumprimento integral das medidas sanitárias presentes na Resolução nº. 07/2020 da Comissão Intergestores Regional de Saúde do Planalto Norte Catarinense – CIR, que faz parte integrante em anexo, podendo ser acessada em [www.mafra.sc.gov.br](http://www.mafra.sc.gov.br) na aba transparência/legislação.

Art. 2º A fiscalização do presente Decreto será promovida pelo Poder Público Municipal, através de seus servidores especialmente designados para tal finalidade, podendo ainda, valer-se do auxílio da Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 3º A atuação da Fiscalização Municipal se pautará na seguinte conduta diante dos estabelecimentos que não cumprirem com as disposições de posturas e sanitárias de combate à propagação do novo coronavírus previstas nos atos normativos municipais e estaduais:

I – Advertência;

II – Multa: conforme estabelecido na legislação sanitária municipal

III – Interdição do estabelecimento pelo prazo de 10 (dez) dias, em caso de reincidência da conduta;

IV – Cassação do Alvará de Licença, Localização e Funcionamento, enquanto vigorar os efeitos desde Decreto

Parágrafo Único. Em caso de aplicação de penalidade, a Fiscalização Municipal expedirá relatório circunstanciado, procedendo seu encaminhamento à Promotoria de Justiça para verificação da hipótese de incidência do crime previsto no art. 267 e 268 do Código Penal.

Art. 4º Permanecem vigentes todas as demais determinações já expedidas pelos Poder Executivo Municipal e pelo Estado de Santa Catarina, desde que não conflitantes com as determinações contidas neste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 21 de agosto de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal



# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 100/2020

Publicação Nº 2616460

DECRETO Nº 100, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

“Dispõe sobre medidas para combate a proliferação da pandemia da Covid-19, e dá outras providências.”

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VII, do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município e:

Considerando a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual nº 630/2020, de 01 de junho de 2020, que altera o art. 9º do Decreto Estadual nº 562, e dispõem que “A governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus”;

Considerando o recente aumento no número de casos de pessoas infectadas pelo Coronavírus (COVID 19) na região do Extremo Sul Catarinense;

Considerando os dados fornecidos pela Secretária Estadual da Saúde do Estado de Santa Catarina, que demonstram a severa diminuição no número de leitos para tratamento dos pacientes infectados pelo COVID 19 em todo o Estado;

Considerando o Decreto Estadual nº 724/2020, de 17 de julho de 2020, que altera o Art. 8º e insere o Art. 8-A, do Decreto Estadual nº 562/2020, que dispõe, dentre outras diretrizes, a suspensão das aulas presenciais;

Considerando a necessidade de equilíbrio entre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e o compromisso da Administração Pública Municipal de garantir que cidadãos e empresas ultrapassem esse período com recursos suficientes para sobreviver com qualidade de vida durante a quarentena;

Considerando a Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

Considerando que a Região do Extremo Sul Catarinense onde se encontra inserido o Município de Maracajá, está nesse momento numa região de saúde classificada como de Risco Potencial Grave segundo a matriz epidemiológico-sanitário da SES – Secretaria de Estado e Saúde de Santa Catarina, divulgado em 19 de agosto de 2020;

#### DECRETA:

Art. 1º. O artigo 1º do Decreto Municipal nº. 81, de 24 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Ficam suspensos, no município de Maracajá, até o dia 4 de setembro de 2020:

I - o acesso do público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II – as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III – as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV – a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças, com exceção da prática de esportes individuais.”

Art. 2º. O artigo 3º do Decreto Municipal nº. 81, de 24 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Ficam determinadas, até o dia 4 de setembro de 2020, as seguintes restrições, como medida de diminuir a transmissão comunitária do COVID-19, em toda a Região do Extremo Sul Catarinense – AMESC, em especial no Município de Maracajá, a saber:

I - os bares, restaurantes, conveniências e estabelecimentos similares, terão seu horário de funcionamento de acordo com aquele autorizado

em alvará de funcionamento;

II - fica proibido qualquer tipo de atividade de jogos, entre eles: cartas, bilhar, dominós, eletrônicos ou similares dentro de estabelecimentos comerciais;

III - todos os estabelecimentos de comércio de alimentos, sejam mercados, supermercados, atacados, açougues, mercearias e afins deverão permitir a entrada de um único integrante familiar, exceto na hipótese de criança de colo, para compras no estabelecimento, a fim de evitar o acúmulo de pessoas no local;

IV - todo e qualquer tipo de aglomeração, seja ela em local público ou dentro dos estabelecimentos comerciais, que não respeite o distanciamento mínimo entre pessoas de 1,5 metros, será considerada transgressão às normas destinadas à proteção da saúde, passível de multa, além das demais penalidades previstas na legislação vigente.

Parágrafo único. Responde pelas mesmas penas previstas no presente Decreto e demais normas legais aplicáveis, o estabelecimento comercial que der causa a formação de aglomeração que resulte no descumprimento do distanciamento mínimo de 1,5 metros, tanto dentro do estabelecimento quanto na formação de filas em frente ao comércio;

a) Será considerada como causa à formação de aglomeração, a falta de sinalização, ou orientação aos clientes do comércio, que ensejar aglomeração em frente ao estabelecimento que desrespeite o distanciamento mínimo de 1,5 metros entre cada cliente."

Art. 3º. O caput do artigo 5º do Decreto Municipal nº. 81, de 24 de julho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. Fica proibida, até o dia 4 de setembro de 2020, a aglomeração de pessoas em residências edificadas neste Município, cujo número de pessoas seja superior a 10(dez)."

Art. 4º. Fica autorizado o funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais, assim considerados aqueles arrolados no art. 11 do Decreto Estadual nº. 562, de 17 de abril de 2020.

Art. 5º. As medidas estipuladas no presente decreto poderão ser revistas a qualquer tempo, mediante recomendação do Governo do Estado de Santa Catarina ou agravamento do nível de risco da Avaliação de Risco Potencial Regional, podendo o município editar regramento mais restritivo de acordo com sua condição sanitária, realizando a fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

Art. 6º. Fica revogado o Decreto nº. 091, de 5 de agosto de 2020, permanecendo vigentes todas as disposições estabelecidas em Decretos anteriores, desde que não colidam com as estipuladas no presente Decreto ou que tenham determinações mais restritivas às atividades mencionadas no presente Decreto.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em 22 de agosto de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2020.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 21 de agosto de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI  
Secretária de Administração

## DECRETO Nº 099/2020

Publicação Nº 2616443

DECRETO Nº 099 DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSO VINCULADO A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 1191 de 10 de janeiro de 2020 - LOA 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e necessidade administrativa na questão;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 15.00,00 (um mil

e quinhentos reais), para suplementar no Orçamento do Exercício Financeiro de 2020 do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	07	DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS	
UNIDADE	01	DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS	
PROJETO/ATIVIDADE	2.038	Manutenção do Depto. de Obras e Habit, Serviços Urbanos	
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas	
CÓDIGO REDUZIDO	139	Recurso	122
VALOR: 15.000,00 (quinze mil reais)			
TOTAL .....		R\$ 15.000,00	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 19 de Agosto de 2020.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração Municipal em 19 de Agosto de 2020.

Marluci Freitas Bitencourt Vitali  
Secretária de Administração

## PORTARIA Nº 103/2020

Publicação Nº 2616482

PORTARIA Nº 103 DE 20 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA SIMONE AMANDA DIAS.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir do dia 12 de agosto de 2020, a servidora Simone Amanda Dias, ocupante do cargo de Professor, a contar de 12/8/2020 a 7/2/2021, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 12 de agosto de 2020.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 20 de agosto de 2020.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 20 de agosto de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI  
Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### DECRETO N° 683/2020

Publicação N° 2615672

DECRETO N° 683, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre transferência de concessão de ponto de táxi e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### CONSIDERANDO:

O disposto no artigo 46, da Lei Municipal nº 2.099, de 13 de junho de 1995,

O Edital de Concorrência Pública para concessão de Ponto de Táxi nº 001/2003,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica transferida a concessão do ponto de táxi privativo anexo ao Posto Kakareko de Maravilha, sito a Avenida Maravilha, de propriedade de JACINTO WEITZ para JUSSARA TEREZINHA PALHANO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 21 de agosto de 2020.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### DECRETO N° 684/2020

Publicação N° 2615734

DECRETO N° 684, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Aprova desdobro de lote urbano e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovado o desdobro do imóvel: PARTE DO LOTE URBANO N° (1), da Quadra n° (40), LOTE URBANO n° (2), e, PARTES DO LOTE URBANO N° (3), da quadra n° (1), situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, localizados numa extremidade, no lado par da Avenida Euclides da Cunha, esquina com a Avenida Araucária e Rua 15 de Novembro e, noutra extremidade no lado ímpar da Rua Dr. Silvio Noronha, distando 38,559 metros, da esquina formada pela Avenida Araucária, com as áreas respectivas de (700,55 m², 1.600,00 m², 1.500,00 m² e 5.355,49 m²), perfazendo a área total de (9.156,04 m²), com edificação, sobre parte do lote urbano n° (3), da quadra n° (1), sendo: um prédio de alvenaria, com a área construída de (624,69 m²), coberto com telhas de fibrocimento, objeto da Matrícula n° 26.196 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de Município de Maravilha, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Euclides da Cunha, n° 60, Maravilha, SC, CNPJ/MF n° 82.821.190/0001-72, que será desdobrado formando novos lotes urbanos, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil Jorge Luiz Dummer, CREA/SC 43.926-0, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

#### DESCRIÇÃO DOS LOTES DESDOBRADOS

LOTE "A", PARTE DO LOTE URBANO N° (1), DA QUADRA N° (40), PARTE DO LOTE URBANO N° (3), E LOTE URBANO N° (2) ambos da QUADRA n° (1), com as áreas respectivas de (700,55 m², 4.410,71 m² e 1.600,00 m²), perfazendo a área total de "SEIS MIL, SETECENTOS E ONZE METROS E VINTE E SEIS CENTÍMETROS QUADRADOS" (6.711,26 m²), situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com edificação: sobre parte do lote urbano n° (3), da quadra n° (1), sendo: um prédio de alvenaria, com a área construída de (624,69 m²), coberto com telhas de fibrocimento; localizado numa extremidade no lado par da Avenida Euclides da Cunha, esquina formada pela Rua 15 de Novembro, e noutra extremidade no lado ímpar da Rua Dr. Silvio Noronha, distando 38,559 metros da esquina formada pela Avenida Araucária. CONFRONTANDO em conjunto:

- Ao NORTE: por duas linhas uma com a Avenida Euclides da Cunha, na extensão de 84,725 metros e outra com o Lote "B" parte do lote urbano nº (3), da quadra nº (1), de Município de Maravilha – M. 26.196 na extensão de 10,935 metros.
- Ao SUL: com a Rua Dr. Silvio Noronha, na extensão de 19,036 metros.
- Ao LESTE: com a Rua 15 de Novembro, na extensão de 52,002 metros.
- Ao SUDESTE: com o lote urbano nº (2-A), da quadra nº (1), na extensão de 107,614 metros, de Prefeitura Municipal de Maravilha – M. 22.394.
- Ao OESTE: por três linhas, duas com o lote "B" parte do lote urbano nº (3), da quadra nº (1), uma na extensão de 44,70 metros e outra na extensão de 20,30 metros, de Município de Maravilha – M. 26.196 e outra com partes do lote urbano nº (1), da quadra nº (1) de Edifício Belunno – M. 3.182 e Sônia Giusti, Damaris Giusti e Tamyris Giusti – M. 3.183 e M. 5.383 respectivamente, na extensão de 50,73 metros.

LOTE "B" PARTE DO LOTE URBANO Nº (3), DA QUADRA Nº (1), com a área de (2.444,78 m²) "DOIS MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO METROS E SETENTA E OITO CENTIMETROS QUADRADOS", sem edificações, localizado no lado par da Avenida Araucária esquina formada pela Avenida Euclides da Cunha. CONFRONTANDO:

- Ao NORTE: com a Avenida Euclides da Cunha, na extensão de 40,00 metros.
- Ao SUL: com parte do Lote urbano nº (1), de Edifício Belluno – M. 3.182 e com o lote "A", parte do lote urbano nº (1), da quadra nº (40), parte do lote urbano nº (3), e lote urbano nº (2), ambos da quadra nº (1), de Município de Maravilha – M. 26.196, na extensão de 50,00 metros.
- Ao LESTE: por duas linhas, com o lote "A", parte do lote urbano nº (1), da quadra nº (40), parte do lote urbano nº (3), e lote urbano nº (2), ambos da quadra nº (1), uma na extensão de 44,70 metros e outra na extensão de 20,30 metros, de Município de Maravilha – M. 26.196.
- Ao OESTE: com a Avenida Araucária, na extensão de 39,324 metros.

Art. 2º Permanece em vigor as condições constantes da Av. 1/26.196, sobre: a área ideal de (1.500,00) sem edificações de Parte do Lote urbano nº (3), da quadra nº (1), situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com a área de (2.444,78 m²), sem edificações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 556, de 15 de junho de 2020.

Maravilha – SC, 21 de agosto de 2020.

ROSIMAR MALDANER  
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

## EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 129/2020

Publicação Nº 2616435

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 129/2020 – Modalidade de Tomada de Preço n. 019/2020

Valor Orçado da Obra: R\$598.396,39

A Secretária de Assistência Social de Maravilha – SC, KATHIUCYA LARA IMMIG, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada para execução de ampliação da edificação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos – PETI, no Município de Maravilha – SC, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 09 de setembro de 2020. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 10 de setembro de 2020, com início às 09 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 21 de agosto de 2020.

KATHIUCYA LARA IMMIG – Secretária de Assistência Social.

## EXTRATO SENTENÇA PROCESSO ADMINISTRATIVO N.002/2020

Publicação Nº 2616350

Aviso de Penalidade

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Empresa Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A Sra. Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, considerando o que consta no Processo Administrativo n.002/2020, resolve aplicar a empresa Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda, devidamente inscrita no CNPJ /MF sob o n. 06.925.185/0001-21, as seguintes sanções: I – Suspensão de participar de licitações e contratar com o Município de Maravilha – SC, pelo período de 02 anos; II – Aplicação de Multa no valor de R\$41.157,38.

Maravilha - SC, 21 de agosto de 2020. ROSIMAR MALDANER – Prefeita Municipal.

# Marema

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N. 23/2020 REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2617277

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 23/2020 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Marema – SC comunica que se encontra aberto processo licitatório de Registro de preço para eventual contratação de serviços de mecânica em geral para manutenção preventiva e corretiva, assim como fornecimento de peças e acessórios para atender aos veículos pesados, caminhões e máquinas agrícolas da frota oficial do Município. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h30min do dia 03 de setembro de 2020, procedendo à abertura às 09h00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua José Gaspari nº 69, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 21 de agosto de 2020.

Adilson Barella

Prefeito Municipal

## Massaranduba

## PREFEITURA

CRC 2020 - ALP CONSTRUTORA EIRELI

Publicação Nº 2616828



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**

RAZÃO SOCIAL:	ALP CONSTRUTORA EIRELI		
CNPJ:	37.157.035/0001-49 – CÓD. FORNECEDOR: 315907		
ENDEREÇO:	RUA JK, 750, SAO CRISTOVÃO		
CEP: 88.390-000	MUNICÍPIO: BARRA VELHA	UF: SC	

RAMO:

CONSTRUÇÃO CIVIL

## DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	DOCUMENTO	EXPEDIÇÃO	VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	19815698/2020	11/08/2020	06/02/2021
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	200140087194611	22/07/2020	20/09/2020
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL	E859.2074.ED6B.9661	11/08/2020	07/02/2021
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	2020072405474202753531	24/07/2020	22/08/2020
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	5788/2020	11/08/2020	10/10/2020
FALENCIA E CONCORDATA	7596313	10/08/2020	09/10/2020

**CERTIFICO** que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da **PREFEITURA DE MASSARANDUBA**, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Federais 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo edital.

DATA DE EMISSÃO: 11/08/2020

VALIDADE ATÉ: 31/12/2020

**JULIANA POLETTA DA SILVA**  
Gerência de Licitações e Contratos  
CPF: 043.554.869-74

PUBLICADO EM:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

LOCAL: \_\_\_\_\_

ASS: \_\_\_\_\_

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Rua 11 de Novembro, número 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina  
Fone: (47) 3379-4600



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br



**DECRETO Nº 4268 DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616373

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4268 DE 18 DE AGOSTO DE 2020****Abre créditos adicionais especiais**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC)**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 2133 de 18 de agosto de 2020, DECRETA:

**Art. 1º** Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2019 no valor de R\$ 1.820.486,43 (um milhão oitocentos e vinte mil quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta e três centavos) nos programas discriminados dos Anexos I.

**Art. 2º** Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, são oriundos do excesso de arrecadação no exercício, conforme Artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 3º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 18 de agosto de 2020.

**ARMINDO SESAR TASSI**  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

**VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI**  
Gerente de Gabinete

**CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ**

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600  
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62





**MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA**  
Planejamento e Orçamento  
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos  
Data Inicial: 18/08/2020 Data Final: 18/08/2020 LOA: 2020

Pág 2 / 2

**ANEXO I**

Entidade: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA				Decreto: 4268/2020		Data Lançamento: 18/08/2020				
Lei: 2133/2020				Data Decreto: 18/08/2020		Código da Suplementação: 96				
Data Lei:				Crédito Adicional		Origem de Recursos				
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receta	Vínculo	Valor
1	Especial	433	07.003.0026.0782.0017.1031.344900000000000000000000	03890000	117.000,00	Excesso			01340800	238.750,00
1	Especial	439	12.001.0020.0606.0031.1074.344900000000000000000000	01890000	6.679,09	Excesso			01341300	283.757,34
1	Especial	437	12.001.0020.0606.0031.1074.344900000000000000000000	01341200	238.750,00	Excesso			03890000	76.050,00
1	Especial	436	12.001.0020.0606.0031.1074.344900000000000000000000	01341100	286.500,00	Excesso			01340900	286.500,00
1	Especial	435	12.001.0020.0606.0031.1074.344900000000000000000000	01341000	286.500,00	Excesso			01341000	286.500,00
1	Especial	434	12.001.0020.0606.0031.1074.344900000000000000000000	01340900	286.500,00	Excesso			01341100	286.500,00
1	Especial	433	07.003.0026.0782.0017.1031.344900000000000000000000	03890000	76.050,00	Excesso			01341200	238.750,00
1	Especial	432	07.003.0026.0782.0017.1031.344900000000000000000000	01341300	283.757,34	Excesso			01890000	6.679,09
1	Especial	431	07.003.0026.0782.0017.1031.344900000000000000000000	01340800	238.750,00	Excesso			03890000	117.000,00
Total do Lote					1.820.486,43			Excesso:	Total	1.820.486,43
					1.820.486,43			Op. de Crédito:		0,00
					0,00			Anulação:		0,00
					0,00			Superávit:		0,00
					0,00			Convenção:		0,00
Total Geral					1.820.486,43	Transposição Incremento:		0,00	Convenção:	0,00
Anulação :					0,00	Transposição Decremento:		0,00		
Superávit:					0,00					
Resumo por Vínculos										
Tipo: Vinculado										
Vínculo	Descrição Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convenção		
1340800	Transf. Conv. União - Rolo Compactador CV 890735/19 - Min. Agric.		0,00	238.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
1340900	Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 892089/19 - Min. Agric.		0,00	286.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
1341000	Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 890107/19 - Min. Agric.		0,00	286.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
1341100	Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 889794/19 - Min. Agric.		0,00	286.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
1341200	Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 890015/19 - Min. Agric.		0,00	238.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
1341300	Transf. Conv. União - Caminhão Basc. CV 897299/19 - Min. Desenv. Regional		0,00	283.757,34	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
1890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		0,00	6.679,09						0,00
3890000	Alienação Bens Dest.Outros Programas		0,00	193.050,00						0,00
Total Tipo: Vinculado				0,00	1.820.486,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral				0,00	1.820.486,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Identificador: WPL471101-657-HTDOBWGOEWXEW-3 - Emitido por: LAISA CRISTINA LOPES

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WPL v2013.01

**DECRETO Nº 4269 DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615817

DECRETO Nº 4269 DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Determina a suspensão temporária de expedição de alvarás para atividade eventual ou ambulante para não residentes/domiciliados no Município de Massaranduba/SC, a fim de conter a contaminação e a propagação do novo Coronavírus

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e,

CONSIDERANDO a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (covid-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 554 de 11 de abril de 2020, em seu Art. 4º que acrescentou o Art. 26-B ao Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, estabelecendo que os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas neste Decreto ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus em seus territórios;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinada a suspensão de expedição de alvarás para atividade eventual ou ambulante para não residentes/domiciliados no município de Massaranduba/SC, a fim de conter a contaminação e a propagação do novo Coronavírus (Covid-19).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Massaranduba, 18 de Agosto de 2020.

ARMINDO SESAR TASSI  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra.

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

**PRIMEIRA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO 84.2019 - SERVIMED MEDICINA OCUPACIONAL LTDA**

Publicação Nº 2616518

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 84/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E SERVIMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, SERVIMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.511.812/0001-51, com sede na Rua 7 de Setembro, número 1.760, bairro Centro, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. VALTER NAVE TAVARES, inscrito no CPF sob o nº 062.705.578-87, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 141/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme as seguintes disposições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente contrato consiste em: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO, A FIM DE ELABORAR PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – PPRA, LAUDO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO – LTCAT, ELABORAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL – PCMSO E ELABORAÇÃO DE PERFIL PROFISSIONAL PREVIDENCIÁRIO - PPP, BEM COMO REALIZAR EXAMES MÉDICOS ADMISSIONAIS, DEMISSORIAIS E PERIÓDICOS, DESTINADOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL E FUNDOS MUNICIPAIS.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

2.1. O item 3.1 constante na cláusula terceira do CONTRATO Nº 84/2019 firmado entre as partes prevê sua prorrogação mediante termo aditivo, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e Decreto Municipal 3749 de 12 de novembro de 2018.

2.1.1. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de vigência o dia 26 DE AGOSTO DE 2020, findando no dia 25 DE AGOSTO DE 2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE VALORES**

3.1. O item 3.3. constante na cláusula terceira do CONTRATO Nº 84/2019 firmado entre as partes prevê que, em caso de prorrogação contratual, os reajustes serão baseados no índice IGP-M.

3.2. O índice IGP-M que visa o reequilíbrio econômico do período (07/2019 a 06/2020) é de 7,313320%, compreendendo como novo valor global a importância de R\$ 59.022,33 (CINQUENTA E NOVE MIL, VINTE E DOIS REAIS E TRINTA E TRES CENTAVOS).

#### CLÁUSULA QUARTA – DA BASE LEGAL

4.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

5.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo originou.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais 02 (duas) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba – SC,	21	de	agosto	de	2020.
--------------------	----	----	--------	----	-------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA	SERVMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA
ARMINDO SESAR TASSI	JONY REUS KEPPEM
CONTRATANTE	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI	ELTRIDA FRITZKE VOELZ
CPF: 452.293.509-97	CPF: 489.697.029-20

### CÂMARA MUNICIPAL

#### ATO DE MESA Nº006/2020

Publicação Nº 2616832

ATO DA MESA Nº 006/2020  
17/08/2020

CONSIDERANDO, a competência da Mesa Diretora estipulada pela Resolução nº 120/2017;

CONSIDERANDO, a existência da Resolução nº 132/2020 que estabelece o formato de deliberação remota, e sua omissão referente ao período eleitoral;

CONSIDERANDO, o período eleitoral que se inicia em 15 de agosto de 2020 até a eleição;

CONSIDERANDO, a necessidade de se assegurar a igualdade de oportunidades entre os candidatos e, por consequência, promover a normalidade, a lisura e a legitimidade dos pleitos eleitorais;

CONSIDERANDO, o artigo 6º do Decreto Municipal nº 4241/2020, edita-se o presente Ato da Mesa:

Art. 1º Fica suspensa a partir desta data a transmissão ao vivo e nas redes sociais das sessões da Câmara até o final do período que veda a publicidade institucional pela Lei Federal nº 9.504/97.

Art. 2º A Câmara disponibilizará as sessões gravadas no sítio oficial no prazo de 05(cinco) dias de sua realização no canal do YouTube e Site da Câmara.

Art. 4º As reuniões das Comissões Permanentes ficam autorizadas a ocorrer de forma presencial nas dependências da Casa, obedecido o artigo 6º do Decreto Municipal nº 4241/2020.

Art. 5º A Mesa Diretora apresentará projeto de Resolução para alterar a Resolução nº 132/2020 a fim de adequá-la a este Ato da Mesa.

Art. 6º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de agosto de 2020.

CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC) EM 17 DE AGOSTO DE 2020.

MESA DIRETORA

Joanir José Lewandowski  
Presidente

Renato dos Santos  
Vice Presidente

Djonathan Cisz  
1º Secretário

Vanderlei Sasse  
2º Secretário

**Matos Costa****PREFEITURA****AVISO LICITAÇÃO FRACASSADA PROCESSO LICITATÓRIO 34/2020**

Publicação Nº 2616638

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 06/2020

O Município de Matos Costa, através do Presidente da Comissão de Licitação nomeado pelo Decreto nº 104/2020, torna público para conhecimento, que a licitação na modalidade Tomada de Preço, objetivando a CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA PARA COBERTURA DO SALÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS GERMANO PASSERO NO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC, conforme descrição constante do Termo de Referência deste Edital, vinculado a Portaria nº 179/SEF de 14/07/2020 - Emendas Impositivas - Transferências Especiais, realizada em 14 de agosto de 2020, às 15:15 horas foi considerada FRACASSADA.

Matos Costa, 21 de agosto de 2020 – Dalton Fagundes - Presidente da Comissão.

**EXTRATO 1º ADITIVO ACRÉSCIMO ATA 05/2020**

Publicação Nº 2616353

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA  
1º ADITIVO DE ACRÉSCIMO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.566/0001-51.

CONTRATADA: WALENDOWSKY & CIA. LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 73.387.557/0001-09.

OBJETO: O presente Aditivo tem por objeto o equilíbrio econômico financeiro constantes nos termos do art. 65, inc. II. "d" da Lei 8.666/93, correspondente ao acréscimo de 12,83 % (doze virgula oitenta e três por cento) por cento, sobre o valor unitário do litro de combustível. Demais informações permanecem inalteradas.

Matos Costa, 03 de agosto de 2020. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal.

**PORTARIA 406/2020**

Publicação Nº 2617286

PORTARIA Nº 406/2020 – De 17 de Agosto de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR a servidora LUZIANE MICHELI SKIBINKI DOS SANTOS, investida no cargo de provimento em carreira, do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para desempenhar suas funções como COORDENADOR DO CRAS, por possuir a habilitação e o nível de escolaridade necessária para tal função, com gratificação de 20% (vinte por cento), a partir do dia 14.08.2020, data do afastamento do servidor antes designado.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria tem efeitos retroativos a 14.08.2020.

Paço do Contestado, 17 de Agosto de 2020.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES  
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

**PORTARIA 410/2020**

Publicação N° 2617293

PORTARIA N° 410/2020 – De 20 de Agosto de 2020.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - AFASTAR o servidor ARI DOMINGUES DA SILVA, investido no cargo de provimento em carreira, do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS, na categoria funcional de CARPINTEIRO, licença para tratamento de saúde, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012 e com a Lei do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua assinatura.

Paço do Contestado, 20 de Agosto de 2020.

**RAUL RIBAS NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

**DIRCEU JOANIM DE FREITAS**  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

**ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES**  
Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16

**EXTRATO 1º ADITIVO ACRÉSCIMO ATA 07/2020**

Publicação N° 2616348



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE MATOS COSTA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA**

**MUNICÍPIO DE MATOS COSTA****1º ADITIVO DE ACRÉSCIMO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2020****PROCESSO LICITATÓRIO N° 25/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2020****CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n° 83.102.566/0001-51.**CONTRATADA:** AUTO POSTO RAFINHA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 09.476.303/0001-500.**OBJETO:** O presente Aditivo tem por objeto o equilíbrio econômico financeiro constantes nos termos do art. 65, inc. II. "d" da Lei 8.666/93, correspondente a 6,62% (seis vírgula sessenta e dois por cento) sobre o valor unitário do litro de combustível. Demais informações permanecem inalteradas.

Matos Costa, 21 de agosto de 2020. Raul Ribas Neto – Prefeito Municipal.

Município de Matos Costa-SC-Rua Manoel Lourenço de Araujo, n° 137-Centro-CEP- 89420-000  
CNPJ N° 83.102.566/0001-51 Fone FAX: (49) 3572-1111

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO ADITIVO Nº 006/2020 AO CONTRATO Nº 061/2017

Publicação Nº 2616626

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 006/2020 (troca de plataforma de navegação)

Contrato n.º 061/2017

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: O Contrato supra citado passa a vigorar com a seguinte alteração, respeitando o disposto no artigo 65, I, "a" da Lei. 8.666/93, no atendimento das necessidades do município a troca de plataforma de navegação passando o SISTEMA DE SERVIDOR PÚBLICO para o MINHA FOLHA sem acréscimos ao valor de locação.

Data da assinatura: 21 de agosto de 2020.

### EXTRATO CONTRATO Nº. 091/2020

Publicação Nº 2616493

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato n.º 091/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: NISAN CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: O presente Contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE (12M³), OBJETIVANDO O TRANSPORTE DE SEIXO BRUTO PARA OS SERVIÇOS PRELIMINARES NAS RODOVIA MEL 356 E MEL 255, CONFORME PROJETO TÉCNICO DE ENGENHARIA E CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DESCRITAS NO "ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA" DO PRESENTE EDITAL.

Valor: R\$ 109.179,17 (cento e nove mil, cento e setenta e nove reais e dezessete centavos)

Vigência: Início: 21/08/2020 Término: 31/12/2020.

Data da assinatura: 21 de agosto de 2020.

### PORTARIA Nº 265-2020

Publicação Nº 2616144

PORTARIA n.º 265/2020

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde o servidor VANDERLEI DOS SANTOS AMÉRICO, ocupante do cargo de Pedreiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 23/08/2020.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 21 de agosto de 2020.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças



# Mirim Doce

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 09/2020 FMS

Publicação N° 2615759

#### SAÚDE DE MIRIM DOCE

Processo Licitatório n.º 09/2020

Modalidade: Pregão Presencial

A presente Licitação tem como finalidade : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES DA REVISTA ABCFARMA (DE A a Z) PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DE PACIENTES DO MUNICIPIO DE MIRIM DOCE.

Credenciamento e entrega dos envelopes de habilitação e proposta das 08:00 até às 09:00 horas do dia 04/09/2020. Abertura da sessão às 09:10 horas do mesmo dia, na sede da Prefeitura, sito à Rua Alfredo Cordeiro, n.º 220, Centro, Mirim Doce/SC. Maiores informações sobre o edital poderão ser obtidas pelo e-mail: [licitacao@mirimdoce.sc.gov.br](mailto:licitacao@mirimdoce.sc.gov.br), telefone 47-3565-0035 na secretaria de saúde.

Mirim Doce/SC, 20 de agosto de 2020. Sergio Luiz Paisan – Prefeito Municipal

# Mondaí

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA - LDO

Publicação Nº 2618370

#### CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Mondaí/SC, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 2.861 de 07 de maio de 2001 e de conformidade com o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e conforme Decreto Municipal nº 5.345, de 22 de maio de 2020 (que institui e regulamenta a realização de audiências públicas eletrônicas), faz saber a quem interessar possa, que a Prefeitura Municipal de Mondaí realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA para Apresentação e Discussão do Projeto de Lei das DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO para o Exercício de 2021, no seguinte local, data e horário:

Local: Auditório do paço Municipal, situado à Rua Laju, 420, Centro, cidade de Mondaí/SC, sem participação de público, sendo a participação possibilitada por videoconferência.

Data: 25 de agosto de 2020 (terça-feira)

Horário: 14h00min.

\* Será disponibilizado link para acesso à videoconferência, 10 minutos antes do início da mesma, na página inicial do município: [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

\*\* A ferramenta adotada será o Jitsi Meet (gratuita) que pode ser acessada diretamente pelo browser ou por APP disponível para Android e iOS, permitindo, além do acompanhamento da apresentação da audiência, também a interação do cidadão com os agentes públicos.

\*\*\* Como forma de incentivo à participação popular, também será possível efetuar manifestações através dos seguintes meios eletrônicos, até 24 horas antes do início da audiência:

I - Via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv - disponível no sítio eletrônico do município;

II - Via Lei de Acesso à Informação - LAI - disponível no sítio eletrônico do município;

III - Por e-mail oficial do Município ([prefeitura@mondai.sc.gov.br](mailto:prefeitura@mondai.sc.gov.br)).

Diante do exposto, fica convocada a população em geral a participar dessa sessão virtual da Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei das DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – LDO para o Exercício de 2021. Mondaí/SC, 10 de agosto de 2020.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA

Publicação Nº 2618371

#### CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito de Mondaí/SC, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Municipal nº. 2.861 de 07 de maio de 2001 e de conformidade com o Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e conforme Decreto Municipal nº 5.345, de 22 de maio de 2020 (que institui e regulamenta a realização de audiências públicas eletrônicas), faz saber a quem interessar possa, que a Prefeitura Municipal de Mondaí estará acolhendo sugestões em AUDIÊNCIA PÚBLICA para elaboração da LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA para o Exercício de 2021, no seguinte local, data e horário:

Local: Auditório do paço Municipal, situado à Rua Laju, 420, Centro, cidade de Mondaí/SC, sem participação de público, sendo a participação possibilitada por videoconferência.

Data: 25 de agosto de 2020 (terça-feira)

Horário: 14h30min.

\* Será disponibilizado link para acesso à videoconferência, 10 minutos antes do início da mesma, na página inicial do município: [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br)

\*\* A ferramenta adotada será o Jitsi Meet (gratuita) que pode ser acessada diretamente pelo browser ou por APP disponível para Android e iOS, permitindo, além do acompanhamento da apresentação da audiência, também a interação do cidadão com os agentes públicos.

\*\*\* Como forma de incentivo à participação popular, também será possível efetuar manifestações através dos seguintes meios eletrônicos, até 24 horas antes do início da audiência:

I - Via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico e-Ouv - disponível no sítio eletrônico do município;

II - Via Lei de Acesso à Informação - LAI - disponível no sítio eletrônico do município;

III - Por e-mail oficial do Município ([prefeitura@mondai.sc.gov.br](mailto:prefeitura@mondai.sc.gov.br)).

Diante do exposto, fica convocada a população em geral a participar dessa sessão virtual da Audiência Pública para elaboração da LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA para o Exercício de 2021. Mondaí/SC, 10 de agosto de 2020. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

**EXTRATO T. A. 006 - RC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS**

Publicação Nº 2616264

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 035/2020 Edital: Pregão Presencial nº. 011/2020 Ata de Registro de Preços: 014/2020 – Termo Aditivo nº 06 Objeto: Fornecimento de combustível, Óleo Diesel S-10, destinados para manutenção da frota de veículos e máquinas do MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina. Finalidade: Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993. Fornecedor: RC COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA – 29.220.080/0001-72. Valores: Óleo Diesel S-10 do valor atual de R\$ 3,000 para R\$ 3,060 por litro. Vigência: até 21/06/2021. Mondai/SC, 21 de agosto de 2020. ELISEU BOHN - Secretário Municipal de Administração e Fazenda - Ordenador de Despesas.

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO N° 074/2020

Publicação N° 2616497

DECRETO N° 74/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A FORMA DE TRABALHO REALIZADA PELOS SERVIDORES QUE PRESTAM EXPEDIENTE NO PAÇO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica determinada aos servidores públicos municipais que prestam expediente no paço municipal a realização de trabalho na forma presencial, observada a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, devendo respeitar o distanciamento social e atender as normas sanitárias pertinentes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 21 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 020/2020

Publicação N° 2616853

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO – PROCESSO 038/2020

Modalidade Pregão Presencial nº 020/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS na modalidade, PREGÃO PRESENCIAL do Tipo MENOR PREÇO - POR ITEM para eventuais aquisições sob a forma fracionada ao longo de até 12 (doze) meses de: TUBOS, MEIO FIO E BLOCOS DE CONCRETO PARA SEREM UTILIZADOS EM CALÇAMENTOS, RECUPERAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS E DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I, e demais anexos

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 25/08/2020 às 08h45min horas do dia 03/09/2020.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h00min do dia 03/09/2020.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO E DO ARQUIVO DE ÍTENS: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br), link licitacoes.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 21 de Agosto de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 011/2020**

Publicação Nº 2615737

**PORTARIA Nº 011/2020 DE 05 DE AGOSTO DE 2020.**

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 23, Inciso III, Alínea "a" do Regimento interno e em conformidade com o que dispõe os artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 1.876, de 20 de agosto de 2007.

**RESOLVE:**

Art.1º. **NOMEAR** a Senhora Josilei Aparecida Carvalho , para exercer as funções de **Agente de Serviços Gerais**, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Câmara Municipal de Monte Castelo, em **Caráter Temporário, Emergencial e Excepcional**, nos termos de lei Municipal nº 1.876, de 20 de agosto de 2007, com jornada de trabalho de 40(Quarenta) horas semanais e remuneração correspondente ao **Nível de Referência Salarial "1-A"**, do Sub-anexo II, da Lei Municipal nº1.596, de 21 de Fevereiro de 2002, a contar da presente data.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Monte Castelo, 05 de agosto de 2020.

**Leandro Simões de Lima**  
*Presidente*

Este termo foi publicado no Diário  
Oficial dos Municípios na  
Data de 05 de agosto de 2020.

Eliei Gilcé Weber  
Assessor de Imprensa e  
Comunicação Social.

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 150/2020

Publicação Nº 2615993

DECRETO Nº 150, de 20 de agosto de 2020.

“INSTITUI JORNADA DE REVEZAMENTO, EM RAZÃO DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Enquanto permanecer vigente este Decreto fica autorizado o revezamento da jornada de trabalho, nos departamentos que possuem mais de um servidor trabalhando, a partir de 21 de agosto de 2020, sem prejuízo da remuneração e da prestação do serviço.

§1º O revezamento da jornada de trabalho previsto no caput desse artigo será organizado por cada secretário ou responsável pela pasta.

§2º O sistema de revezamento não se aplica ao órgão de proteção ao consumidor do município- PROCON, estabelecimentos de saúde e aos agentes de fiscalização.

§3º No período em que não estiver cumprindo a sua jornada presencialmente, o agente público deverá estar disponível para atendimento remotamente (via telefone, mensagem ou e-mail).

Art. 2º Os agentes públicos de qualquer órgão, na hipótese de apresentar sintomas de COVID-19, deverão apresentar comprovação desse estado de saúde e do atestado de afastamento por até 14 dias diretamente ao setor de Recursos Humanos, ficando, enquanto vigor esse Decreto, desobrigado a comparecer à Junta do Trabalho.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na presente data.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 20 de agosto de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

### DECRETO Nº 151/2020

Publicação Nº 2615994

DECRETO Nº 151, de 20 de agosto de 2020.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal e,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria federal nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO que a Administração Pública Municipal vem atuando com diligência em todas as frentes para a prevenção da proliferação do vírus, sem descuidar do desenvolvimento das atividades econômicas para o desenvolvimento do Município;

CONSIDERANDO que a retomada de atividades demanda a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Criciúma;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 464, de 3 de julho de 2020, que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que inexistência evidência estatística que vincule o aumento de casos com o funcionamento do transporte coletivo, uma vez que se encontra paralisado há mais de 1 mês;

CONSIDERANDO que a necessidade de prestação de serviços, de forma presencial, ainda que em horário reduzido e com redução de pessoal, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta,

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

#### DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO

##### Seção I

Das atividades declaradas essenciais

Art. 1º Ficam declaradas como essenciais todas as atividades exercidas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, uma vez que fundamentais para o atendimento das necessidades da comunidade.

##### Seção II

Das Medidas Adotadas No Serviço Público Municipal

Art. 2º Diante do previsto no inciso III do art. 8º da Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020, ficam definidas as seguintes providências:

I- fica mantido o regime de revezamento previsto no Decreto nº 150/2020;

II- fica mantido o Regime Excepcional de Teletrabalho/ Trabalho Remoto para os servidores e trabalhadores do grupo de risco, nos termos do Decreto 069/20, de 16 de abril de 2020.

Art. 3º Periodicamente, ou sempre que for considerado necessário, conforme Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, os servidores públicos serão submetidos aos testes para o monitoramento de contaminação pela COVID-19, no âmbito da Administração Direta e Indireta.

##### Seção III

Das medidas a serem adotadas pelo Poder Público

Art. 4º Ficam mantidas todas as medidas elencadas no Decreto Municipal n. 815/2020, e posteriores modificações, devendo, ainda, ser observadas as seguintes providências, por parte do Poder Público Municipal:

I – fiscalização da utilização de máscaras por todos os indivíduos acima de 2 (dois) anos de idade em qualquer espaço público ou privado compartilhado, com exceção do ambiente domiciliar;

II – identificação e comunicação à população das atividades mais propensas à transmissão da COVID-19;

III – monitoramento de todos os casos suspeitos e confirmados de COVID-19, de forma que casos sintomáticos permaneçam em isolamento domiciliar ou sejam encaminhados para o Centro de Tratamento da COVID-19, no Rio Maina, pelo período preconizado e casos que possam se agravar recebam atendimento hospitalar;

IV – monitoramento e atendimento de pessoas com doenças crônicas;

V – notificação e investigação de casos, surtos e todos os óbitos suspeitos de COVID- 19 e registro por meio dos sistemas de informação oficiais;

VI – controle do fluxo de atendimento nos estabelecimentos de atenção à saúde, de forma a evitar o contato de pessoas infectadas (ou com suspeita de estarem com COVID-19) com pessoas não infectadas, a fim de orientar a população quanto ao local mais adequado para atendimento, de acordo com os sintomas apresentados; VII – acompanhamento dos dados epidemiológicos sobre a circulação do novo coronavírus e outros vírus respiratórios utilizando as ferramentas de análise de dados disponibilizadas pelo Governo do Estado, assim como outras utilizadas pelos Municípios;

VII – reforço de campanhas educativas para os profissionais da área da Saúde e a população em relação às medidas não farmacológicas preventivas para doenças respiratórias, incluindo a COVID-19, como etiqueta respiratória, higiene das mãos, uso de EPIs e uso de máscara;

IX – monitoramento da rede de Unidades Sentinela de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

#### CAPÍTULO II

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 6º Permanecem em vigor as determinações constantes de Decretos e Portarias anteriormente publicadas, que não conflitem com o aqui disposto, sendo que as atividades não referidas nos Decretos e Portarias municipais seguirão as diretrizes sanitárias editadas pela SES.

Art. 7º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 20 de agosto de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se:



ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO  
Secretário do Sistema Econômico  
Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2020**

Publicação Nº 2615950

Morro da Fumaça. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 123/2020. CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA, conforme anexo. Data: 21/08/2020. Hora: 10:30. VENCEDOR: Mariana Feltrin Canever com o valor de R\$ 5.100,00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

# Morro Grande

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 92/2020

Publicação Nº 2615659

DECRETO Nº 92/2020

TRATA DA DESIGNAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DA VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas as pessoas abaixo relacionadas para constituir o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, conforme segue:

#### REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: Marlon Tomazi

Suplente: Sandy Rodrigues Dondossola

#### REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OU ÓRGÃO EQUIVALENTE

Titular: Flávia Brovedan Marcomin Fenali

Suplente: Ana Paula Magagnin

#### REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Reinaldo Borges

Suplente: Jaqueline Daniel Rabelo

#### REPRESENTANTE DOS DIRETORES DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Uilton Luiz Trevisol Ribeiro

Suplente: Josceli Bom Macarini

#### REPRESENTANTE DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS BÁSICAS PÚBLICAS

Titular: Dolores Martins Bosa

Suplente: Márcia Peruchi

#### REPRESENTANTES DOS PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Desirée Goulart Rosa

Suplente: Jéssica Savi Costa Magagnin

Titular: Adrieli Scarpato Magagnin

Suplente: Marilene Venson Rosso

#### REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA

Titular: Douglas Martignago Rosso

Suplente: João Vitor Belo da Silva

#### REPRESENTANTE DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA – INDICADO PELA ENTIDADE DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS

Titular: Beatriz Goulart

Suplente: Ruan Macarini Marcelo

#### REPRESENTANTE DO CONSELHO TUTELAR

Titular: Jadson Donadel

Suplente: Gislaine Bristot Homem

#### REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Marilaine Brina Coral

Suplente: Izelma Fenali Crepaldi Pazzini

Parágrafo único: As pessoas designadas como membros, não serão remuneradas para suas funções neste Conselho.

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 77/2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande/SC, 20 agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL N° 93/2020**

Publicação N° 2615731

**DECRETO N° 93/2020**

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º, Inciso III da Lei Municipal nº 960/2019 de 22 de outubro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 150.000,00 (cem e cinquenta mil reais) com a seguinte classificação:

3000 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

3002 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

2.016 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

3.3.90.00.00.00.00.0029 (183) – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

TOTAL ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior, verificado na fonte de recurso abaixo especificado.

FONTE FINANCIADORA: Superávit Financeiro.

CÓDIGO DO RECURSO: 029 –Recursos Ordinários - Superávit Financeiro ..... R\$ 150.000,00

TOTAL .....R\$ 150.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 20 de agosto de 2020.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DA SESSÃO 42/2020 FMS

Publicação Nº 2616031

ATA 42/2020 – FMS

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA ONZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 42/2020 FMS. CUJO OBJETO É PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE INSUMOS DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA PARA O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA E NÃO SE ENQUADRA COMO ME/EPP. INICIANDO O PREGÃO ELETRÔNICO FOI ABERTO À PROPOSTA, PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES ONDE NO LOTE 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA COM O VALOR DE R\$ 336,99. NO LOTE 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA COM O VALOR DE R\$ 489,00. RESTANDO FRACASSADO OS ITENS 03, 04, 05 E 06. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, INGLID DIAS, LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

### ATA DA SESSÃO 79/2020 PMN

Publicação Nº 2615804

ATA 79/2020 PMN

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA VINTE UM DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 79/2020 PMN. CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE LIXO/ENTULHOS, MÓVEIS INSERVÍVEIS DESCARTADOS PELOS MUNICÍPIOS, ROÇAGEM, CAPINAÇÃO, RESTOS DE PODAS DE ÁRVORES, RESÍDUOS DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PROVENIENTES DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO, LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS E LIMPEZA DA PRAIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA MARANATA TRAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NAVEGANTES LTDA. E SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA CREDENCIADA CUMPRIU COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; NO LOTE 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MARANATA TRAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NAVEGANTES LTDA COM O VALOR DO LOTE DE R\$ 2.700,000; FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, KEILA FERNANDES LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA. ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA VINTE UM DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO PRESENCIAL Nº: 79/2020 PMN. CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE LIXO/ENTULHOS, MÓVEIS INSERVÍVEIS DESCARTADOS PELOS MUNICÍPIOS, ROÇAGEM, CAPINAÇÃO, RESTOS DE PODAS DE ÁRVORES, RESÍDUOS DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PROVENIENTES DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS EXECUTADAS PELO MUNICÍPIO, LIMPEZA DE ÁREAS PÚBLICAS E LIMPEZA DA PRAIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DA EMPRESA MARANATA TRAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NAVEGANTES LTDA. E SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. ABERTO O ENVELOPE RELATIVO ÀS PROPOSTAS ONDE VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA CREDENCIADA CUMPRIU COM OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES; NO LOTE 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA MARANATA TRAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NAVEGANTES LTDA COM O VALOR DO LOTE DE R\$ 2.700,000; FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE A EMPRESA VENCEDORA CUMPRIU COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, KEILA FERNANDES LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

**ATA DA SESSÃO 97/2020 PMN**

Publicação Nº 2616023

ATA 97/2020 PMN

ABERTO O CERTAME AS OITO HORAS DO DIA DEZ DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NESTE ATO REPRESENTADO PELA PREGOEIRA FRANCIELE JUSTINO E EQUIPE DE APOIO INSTITUÍDA PELA PORTARIA 954/2020, TORNA-SE PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 97/2020 PMN. CUJO OBJETO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MINICOMPUTADORES, LEITORES BIOMÉTRICOS, TECLADOS NUMÉRICOS E MONITORES PARA MONTAGEM DE TOTENS PONTO PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DE NAVEGANTES/SC. COM A PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI, LF TECNOLOGIA LTDA, PARTNET TECNOLOGIA EIRELI, LIBERTY PRO INDUSTRIA E COMÉRCIO, I.L MENDES JUNIOR EIRELI ME, L.A FERREIRA SOUZA MAQUINAS ME, INOVA TECH INFORMÁTICA EIRELI, VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP, MTEC TECNOLOGIA EIRELI, VIA NOVITA LTDA ME E TODAS SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. INICIANDO O PREGÃO ELETRÔNICO FOI ABERTO ÀS PROPOSTAS, PASSANDO PARA A ETAPA DE LANCES ONDE NO LOTE 01 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 1.065,00. NO LOTE 02 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA WEIKAN TECNOLOGIA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 620,00. NO LOTE 03 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA I.L MENDES JUNIOR EIRELI ME COM O VALOR DE R\$ 57,99. NO LOTE 04 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA VIXBOT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA EPP COM O VALOR DE R\$ 464,82, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO ATENDER AO DESCRITIVO, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES, ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA INOVA TECH INFORMÁTICA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 478,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR A FICHA TÉCNICA E FOLDER, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA LF TECNOLOGIA LTDA COM O VALOR DE R\$ 480,00, SENDO DESCLASSIFICADO POR NÃO APRESENTAR O FOLDER, VOLTANDO A ETAPA DE LANCES ONDE SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA PARTNET TECNOLOGIA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 530,00. NO LOTE 05 SAGROU-SE VENCEDORA A EMPRESA INOVA TECH INFORMÁTICA EIRELI COM O VALOR DE R\$ 115,00. FORAM ANALISADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL VERIFICOU-SE QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM TODOS OS REQUISITOS EXIGIDOS NO EDITAL. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSO. ENCERRA-SE O PRESENTE CERTAME, E ENCAMINHA-SE PARA AUTORIDADE COMPETENTE. EU, INGLID DIAS LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E CONFERIDO SEGUE ASSINADO PELOS CREDENCIADOS PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

**AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 114/2020 PMN**

Publicação Nº 2615998

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 114/2020 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a aquisição e entrega de rochas (pedras brutas) para utilização e contenção/proteção das encostas e taludes no município, através da Secretaria de Obras e serviços municipais de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deveram cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 24/08/2020 até as 7h30 do dia 09/09/2020. Início da sessão em meio eletrônico as 8h00 do dia 09/09/2020. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

**AVISO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL 41/2020 FMS**

Publicação Nº 2615901

Setor de Compras e Licitações

AVISO DE SUSPENSÃO – PREGÃO PRESENCIAL 41/2020 FMS

A Prefeitura Municipal de Navegantes torna público que está SUSPENSO para alterações o edital do Pregão Presencial nº 41/2020 FMS do objeto: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DE-SARMADA, PARA ATENDER AO CAPS CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

Maiores informações poderão ser sanadas pelo telefone (47) 3342-9500  
Navegantes, 21 de agosto de 2020.

**DECRETO 174/2020 - PORTARIA SES**

Publicação Nº 2616424

DECRETO Nº 174 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o aumento do número de casos confirmados de infecção humana pelo novo coronavírus na região dos Municípios que

compõem a AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, na qual se inclui a cidade de Navegantes;

Considerando a Recomendação Conjunta nº 002/2020, da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – AMFRI;

Considerando a Recomendação Conjunta expedida pela Procuradoria Geral de Justiça nos autos do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002405-5, do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, na data de 10 de julho de 2020;

Considerando a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 19 de agosto de 2020, relacionada à região da Foz do Rio Itajaí, incluindo a região como risco potencial gravíssimo da doença do novo Coronavírus;

Considerando que o Comitê Central de Crise instituído pelo Decreto Municipal nº 48, de 17 de março de 2020, se reuniu através de aplicativo de troca de mensagens e deliberou pela prorrogação das medidas restritivas estabelecidas no Decreto Municipal nº 139, de 16 de julho de 2020; e,

Considerando os termos da Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, estabelecendo o dever de adoção de medidas de enfrentamento à Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) nas regiões em que a Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 19 de agosto de 2020 apontasse como de risco gravíssimo,

**DECRETA:**

Art. 1º Pelo período de 14 dias, a partir de 22 de agosto de 2020, a adoção das seguintes medidas:

**§ 1º Quanto aos mercados:**

I – Nos estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados), determina-se:

- a) Limitar/restringir o acesso a apenas 1 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes;
- b) A redução da capacidade de entrada de pessoas em no máximo 30% (trinta por cento) do limite permitido, sendo o horário previsto de funcionamento das 6:00 às 22:00 horas, de segunda-feira à domingo, devendo realizar a mensuração de temperatura da população e dos funcionários na entrada dos estabelecimentos, fornecimento de álcool em gel, uso de máscaras, desinfecção de cestas e carrinhos de compras, bem como o controle da fila na entrada, mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros); e,
- c) Os estabelecimentos devem seguir as diretrizes sanitárias do Estado: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-diretrizes-sanitarias/re-source/093d8933-94ba-4f3f-82f6-074f73c3a632>, com atenção ao controle da temperatura dos clientes e funcionários.

**§ 2º Quanto aos serviços de alimentação:**

I – Em relação aos serviços que envolvem a alimentação, tais como restaurantes, padarias, lanchonetes, carrinhos de lanche, petiscarias, conveniências, para manutenção de suas atividades econômicas, deverão funcionar das 6:00 às 22:00 horas, de segunda-feira à domingo e deverão seguir as seguintes medidas:

- a) Limitação de entrada e permanência de pessoas em 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima de público do estabelecimento, com a devida informação visível desse quantitativo, devendo ser retirado e/ou isoladas do salão as mesas e cadeiras excedentes;
- b) Priorização do atendimento mediante reserva com agendamento de horário;
- c) Intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento;
- d) Disponibilização de álcool gel 70% em cada mesa ou balcão;
- e) Disponibilização de informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira com acionamento a pedal nos lavatórios de higienização;
- f) Controle de acesso e marcação de lugares na área interna, reservados aos clientes, obedecendo a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas com a devida demarcação a fim de aumentar os espaços circulantes;
- g) Obedecer à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;
- h) Controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa com a devida demarcação horizontal (solo);
- i) Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, tais como a lavagem das mãos com água e sabão ou higienização com álcool gel 70%, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;

- j) Uso obrigatório de máscaras pelos atendentes;
  - k) Posse obrigatória de máscara por todo cliente que estiver no interior estabelecimento durante a alimentação;
  - l) Higienização das máquinas de cartão ou totens de pedido a cada uso;
  - m) Higienização das mesas, cadeiras e cardápios a cada uso;
  - n) Proibição de acondicionamento de copos em refrigeradores;
  - o) Afastamento obrigatório de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes de alto risco, com comprovação médica, exceto para o trabalho remoto (Home Office);
  - p) Priorização de trabalho remoto para os setores administrativos quando couber;
  - q) Fica vedada a utilização de bandas musicais;
  - r) Fica proibido, o uso de equipamentos de "Narguilé" em espaços públicos e privados com acesso ao público, mesmo em ar livre; e,
  - s) Fica proibida a permanência de pessoas em pé no interior do estabelecimento exceto, em filas e para acesso aos sanitários.
- § 3º Quanto às atividades das casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos – públicos e privados:
- I – Ficam proibidos o seu funcionamento, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.
- § 4º Quanto à execução de música ao vivo em qualquer local:
- I – Fica proibido, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.
- § 5º Quanto aos espaços de parques, praças, clubes sociais e afins:
- I – Ficam proibidos o seu funcionamento e acesso, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.
- § 6º Quanto à realização de velórios:
- I – Os velórios realizados no âmbito do Município de Navegantes terão a duração máxima de 4 (quatro) horas ininterruptas, limitando a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, utilizando obrigatoriamente a máscara;
- II – As celebrações de despedidas também deverão ser limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara;
- III – O velório só será permitido no dia do sepultamento e este deverá ocorrer das 05:00 horas até as 17h30; e,
- IV – Em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS).
- § 7º Quanto às academias ao ar livre e playgrounds:
- I – Ficam proibidos o seu funcionamento e acesso, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.
- § 8º Quanto às atividades esportivas coletivas:
- I – Fica proibido o acesso do público à competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não, bem como fica proibida a prática de atividade esportiva coletiva (futebol, vôlei, bocha, sinuca, dominó, baralho etc.), em áreas públicas ou privadas;
- § 9º Quanto às Praias:
- I – Ficam proibidas as atividades esportivas aquáticas, aglomeração de pessoas nas faixas de areia e em torno dos rios e lagoas, com exceção da pesca profissional e artesanal.
- § 10. Quanto às academias de Ginástica, Musculação, Crossfit, Funcionais, Estúdios, Danças, Escolas de Nataação, Escolas e Escolinhas de Futebol, Hidroginástica em estabelecimentos privados e públicos:
- I – Ficam proibidas as aulas coletivas, somente sendo permitidas as práticas individuais respeitada a taxa de ocupação de 30%, o distanciamento de 1,5m entre as pessoas e equipamentos e observadas as seguintes medidas:
- a) Realização de desinfecção total do ambiente uma vez por período (manhã/tarde/noite), com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde;
  - b) Adoção do uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os colaboradores;



c) Utilização de pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia; e,

d) Utilização de apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado.

§ 11. Quanto aos hotéis, pousadas e similares:

I – Ficam autorizados o seu funcionamento com o cumprimento das regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº244/2020.

§ 12. Quanto aos bancos:

I – Ficam autorizados o seu funcionamento, devendo o estabelecimento manter um funcionário para organizar o distanciamento nas filas e uso de máscaras e, dispor de álcool gel junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana.

§ 13. Quanto às atividades religiosas:

I – Ficam permitidas a realização de missas e cultos presenciais aos sábados e domingos com a manutenção das medidas sanitárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus e com o cumprimento das regras previstas na Portaria GAB/SES nº 254/2020; e,

II - Ficam permitidas às missas e cultos realizados na modalidade Drive in e/ou on-line.

§ 14. Quanto às aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino técnico, cursos superiores e de formação de condutores:

I – Ficam mantidas as suspensões de aulas presenciais durante o prazo estabelecido no caput deste artigo, inclusive estágios nas instituições de ensino.

§ 15. Quanto às conferências públicas ou privadas que acarretem aglomeração de pessoas:

I – Ficam proibidos o seu funcionamento e acesso, em qualquer modalidade, durante o prazo estabelecido no caput deste artigo.

§ 16. Quanto às cirurgias eletivas:

I – Ficam mantidas as suspensões das cirurgias eletivas em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados que atendem na rede complementar ao SUS (respeitando a Portaria SES/SC nº 421, de 22/06/2020).

§ 17. Quanto à Atenção Básica:

a) deverá ser priorizado o atendimento para a população por telefone para orientar quanto ao melhor local para atendimento de acordo com as queixas das pessoas, conforme relação abaixo;

- CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS Telefone: 3185-2008
- CENTRO ESPECIALIZADO DE SAÚDE – CES Telefone: 3319-2786
- CETA – CENTRO EPIDEMIOLÓGICO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO Telefone: 3319-0382
- CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM – CRMH Telefone: 3342-1654
- CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS- CEO Telefone: 3185-2301
- CENTRO ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO- CEFIR Telefone: 3185-2291
- UBS AREIAS Telefone: 99730-2209
- UBS CENTRAL Telefone: 3185-2357 / 3185 2388 / 3185 2354
- UBS ESCALVADOS Telefone: 3319-8008
- UBS ESCALVADINHOS Telefone: 3185-2021
- UBS GRAVATÁ Telefones: 3342-7344
- UBS HUGO DE ALMEIDA Telefone: 3319-9146
- UBS Machados / Policlínica Telefone: 3185-2002
- UBS MEIA PRAIA Telefone: 3319-3210
- UBS NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS Telefone: 3319-2192
- UBS PORTO ESCALVADOS Telefone: 3148-0052
- UBS PORTO DAS BALSAS Telefone: 3319-0110
- UBS PEDREIRAS Telefone: 3185-2019
- UBS SÃO DOMINGOS 1 Telefone: 3319-0813
- UBS SÃO DOMINGOS 2 Telefone: 3342-5682
- UBS SÃO PEDRO Telefone: 3319-0380
- UBS SÃO PAULO Telefone: 3185-2006
- UBS VERDE MAR Telefone: 3319-4014
- UBS VOLTA GRANDE Telefone: 3342-4737
- TRANSPORTE DA SAÚDE Telefone: 3319-3395

b) o fluxo de atendimento nas unidades de saúde deverá ser organizado de forma a diminuir o contato entre as pessoas;



- c) deverá monitorar as pessoas com sintomas respiratórios em tratamento domiciliar;
- d) deverá notificar os casos suspeitos para COVID-19 e comunicar a vigilância epidemiológica municipal;
- e) deverá realizar ações de educação em saúde para população local voltada para prevenção da transmissão da COVID-19;
- f) deverá suspender atendimentos eletivos, o que não se aplica ao atendimento das clínicas e laboratórios conveniados pelo município, bem como aqueles atendimentos realizados pelo CAPS - Centro de Atenção Psicossocial;
- g) deverá treinar equipe para atendimento de pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19; e,
- h) deverá treinar equipe para paramentação e desparamentação adequada e cuidados com proteção individual.

§ 18. Quanto ao atendimento presencial, ao público em geral, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, com exceção das Secretarias de Saúde, Assistência Social, Segurança e Defesa Social, bem como Coordenadoria de Defesa Civil e Navetrans:

I – Os atendimentos ao público realizados na modalidade teleatendimento e on-line continuarão normalmente, devendo, para tanto, o gestor de cada repartição pública municipal definir eventual escala de plantão para a manutenção de tais serviços.

II – Durante o período de suspensão do atendimento presencial definido no caput deste artigo, o expediente interno nos órgãos da Administração Pública Municipal deverá privilegiar a realização de suas atividades na modalidade de teletrabalho ou trabalho remoto, conforme critérios estabelecidos pelos gestores de cada repartição pública.

III – O atendimento prestado pelos órgãos que executam atividades meio e considerados essenciais para o funcionamento do serviço público municipal e, que não puder ser realizado na modalidade de teleatendimento ou on-line, deverá ser feito de forma presencial, através de escala de plantão definida pelo gestor de cada repartição e respeitando as medidas de segurança em saúde pública adotadas para o combate da infecção humana pelo novo coronavírus.

IV – As licitações do Município acontecerão de forma normal, sendo aberto o Paço Municipal 30 (trinta) minutos antes do horário definido, somente para acesso dos participantes habilitados, cuja sessão continuará sendo transmitida pelo sítio eletrônico institucional do Município.

V – Os prazos dos processos e procedimentos administrativos em tramitação perante os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, ficarão suspensos durante o período previsto no caput do artigo, com exceção dos prazos em procedimentos licitatórios.

VI – Fica autorizado o remanejamento dos servidores públicos municipais das repartições que terão seu expediente suspenso durante o prazo prescrito no caput deste artigo.

§ 19. Quanto ao funcionamento do comércio em geral:

I – Fica permitida a abertura de segunda-feira a domingo das 08:00 às 22:00 horas; e,

II – O disposto no inciso I acima, também se aplica aos bares (que deverão utilizar as mesmas condições sanitárias de segurança previstas no § 2º, do art. 1º, deste Decreto), sendo vedado, porém, a prática e o uso das mesas de sinuca, bem como a prática e o uso de jogos de azar (dominó, baralho etc).

§ 20. Quanto às medidas para a Sociedade em Geral, recomenda-se:

- a) higienizar as mãos com frequência;
- b) adotar como prática a etiqueta da tosse;
- c) evitar viajar e realizar comemorações com a presença de pessoas que não residem em sua casa;
- d) ficar em casa a maior parte do tempo;
- e) ingerir bastante água e se alimentar de forma saudável;
- f) manter distância de 1,5 metros de outras pessoas;
- g) não participar ou frequentar locais em que possa haver aglomeração de pessoas;
- h) priorizar serviços de delivery;
- i) quando possível adiar consultas, exames médicos, cirurgias e outros procedimentos que possam provocar danos à saúde e a ida a locais onde há pessoas potencialmente doentes;
- j) utilizar máscara em espaços públicos e espaços privados compartilhados; e,
- k) não frequentar locais que não sigam as recomendação e adequações necessárias para minimizar a transmissão do Coronavírus.

§ 21. Quanto às medidas ao Setor Privado recomenda-se:

- a) adaptar seu funcionamento para manter o distanciamento de 1,5m entre as pessoas, sanitização de ambientes e higienização;
- b) adequar o funcionamento de atividades essenciais com a menor quantidade de pessoas possível;
- c) adotar regimes de escala, rodízio e/ou novos turnos de trabalho com redução do número de trabalhadores presentes ao mesmo tempo no ambiente de atividades essenciais;
- d) afastar colaboradores suspeitos de COVID-19;
- e) afastar trabalhadores que pertençam aos grupos de risco;
- f) apresentar informativo visível das normas de funcionamento do local para a prevenção de contaminação com COVID-19;
- g) disponibilizar pias com água e sabão ou álcool 70% para higienização das mãos de funcionários e clientes nas atividades essenciais;
- h) higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparações antissépticas respeitando as características do produto nas atividades essenciais;
- i) intensificar higienização dos ambientes com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nas atividades essenciais;
- j) monitorar temperatura corporal de funcionários e clientes e evitar a permanência no ambiente de pessoas com temperatura acima de 37,5°;
- k) priorizar a ventilação natural dos ambientes nas atividades essenciais;
- l) procurar testar regularmente colaboradores; e,
- m) uso de máscaras pelos funcionários de atividades essenciais durante todo o período de funcionamento.

§ 22. Quanto à fiscalização e sanção:

I – O descumprimento deste Decreto sujeitará ao infrator, seja ele pessoa física ou jurídica, às penalidades previstas no art. 74, da Lei Complementar nº 148, de 23 de fevereiro de 2012, além das penas previstas no art. 268, do Código Penal.

II – A avaliação de risco potencial é realizada semanalmente conforme publicação pelo Governo do Estado de Santa Catarina, no endereço eletrônico: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>, cabendo revisões neste decreto sempre que necessário para alinhar com os resultados esperados - redução do risco potencial.

III – Todos os estabelecimentos citados neste artigo devem seguir as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado: COVID-19 - COVID-19 - Diretrizes Sanitárias - Diretrizes Sanitárias – Alimentação.

IV – A fiscalização desses estabelecimentos deve ser ampliada pela vigilância sanitária municipal, com apoio da Polícia Militar e/ou Guarda Municipal e/ou Defesa Civil e Corpo de Bombeiro Militar, buscando garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Art. 2º Permanecem as restrições contidas no Decreto Municipal nº 63, de 13 abril de 2020, naquilo em que não conflitam com as disposições do presente Decreto.

Art. 3º Fica permitida a prática do surfe durante o período prescrito no caput do art. 1º, deste Decreto.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Municipal nº 160, de 11 de agosto de 2020.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Marcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DECRETO Nº 178 DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2617208

DECRETO Nº 178 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15º, da Lei nº 3450 de 27/11/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 5038 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/UNIÃO, até a importância de R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 05 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 82 – Mutirão de Consultas Especializadas

2.160 – Manutenção de Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC

Fonte de Recursos – 5038 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/UNIÃO

26 - 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.350.000,00

T O T A L ..... R\$ 1.350.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2020.

Emílio Vieira  
PREFEITO

**DECRETO Nº 172 DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615771

DECRETO Nº 172 DE 20 DE AGOSTO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO/2019 (RECURSOS ORDINÁRIOS) PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO".

O Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 15º da Lei Municipal nº 3450 de 27/11/2019:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a transferência do saldo do superávit financeiro/2019, da fonte de recursos abaixo relacionada, até a importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 6000 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

14 – Secretaria Municipal de segurança e Defesa Social

06.181.0015 – 2.154 – Convênio Polícia Militar - Rádio Patrulha

220 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 60.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE AGOSTO DE 2020.

Emílio Vieira  
Prefeito

**DECRETO Nº 173 DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615776

DECRETO Nº 173 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

**"DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO".**

O Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo parágrafo 1º do art. 15º da Lei Municipal nº 3450 de 27/11/2019:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo relacionada, até a importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para as seguintes dotações:

Fonte de Recursos: 5001 – Receitas de Impostos e Transf. Resultantes de Impostos - Educação

02 – PREFEITURA MUNICIPAL

12 – Secretaria Municipal de Educação

12.361.0027 – 2.130 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

83 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

12.365.0027 – 2.131 – Manutenção e Funcionamento da Educação Infantil

95 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2020.

Emílio Vieira  
Prefeito

**EXTRATO CONTRATUAL 144/2020 PMN**

Publicação Nº 2616035

Prefeitura Municipal de Navegantes

Contrato Nº.: 144/2020

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ENGBV CONSTRUTORA EIRELI - ME

CNPJ: 08.933.578/0001-02

Proprietário: Gabriel Henrique Martins

Vigência ..... : Início: 21/08/2020 Término: 21/02/2021.

Licitação ..... : Dispensa de licitação nº 120/2020 PMN

Valor Total: R\$ 70.923,90

Recursos 227/2020.: Dotação: 1.129. 4.4.90.00.00.00.00

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE UMA ESTRUTURA METÁLICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA QUADRA DA ESCOLA ILKA MULLER DE MELLO, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 21 de agosto de 2020.

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 02/341/2020 FMV**

Publicação Nº 2617940

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 02/341/2010.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

FUNDACAO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEGANTES.

Contratada...: POINT CAR AUTO SOCORRO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ 00.209.214/0001-72, com sede na cidade de Navegantes, na Rodovia BR 470, nº. 4015 km 05, Machados, Navegantes, Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Francisco Ranguetti Junior.

Vigência\* ..... : Início: 09/08/2020 - 09/08/2021 – (12 meses).

Licitação ..... : Concorrência nº 02/2010.

Recursos ..... : 2.075.3.3.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : Nº 02/341/2010 - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO Nº 341/2010, REFERENTE À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE REMOÇÃO POR GUINCHO, DEPÓSITO E GUARDA DE VEÍCULOS, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A POINT CAR AUTO SOCORRO LTDA, CNPJ Nº 00.209.214/0001-72, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 02/2010.

Órgão Responsável: Fundação Municipal de Vigilância.  
Edemir de Souza – Superintendente da Fundação Municipal de Vigilância.  
Navegantes, 07 de agosto de 2020.

**EXTRATO DA DISPENSA 120/2020 PMN**

Publicação Nº 2615930

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 120/2020 PMN.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ENGEV CONSTRUTORA EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 08.933.578/0001-02, com sede na Rua Guamará, nº 43, Bairro Centro, CEP: 88.390-000, Cidade de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Senhor Gabriel Henrique Martins, pessoa física inscrito no CPF nº 058.855.519-36 – RG. 5287424 SSP-SC.

Vigência ..... : 180 dias.

Licitação ..... DL nº 120/2020 PMN

Valor Total: R\$ 70.923,90

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE UMA ESTRUTURA METÁLICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA QUADRA DA ESCOLA ILKA MULLER DE MELLO, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.

Fundamento: o Artigo 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade...

Órgão Responsável: Secretaria de Saneamento Básico do Município de Navegantes.

Navegantes, 21 de agosto de 2020.

**PORTARIA 2979/2020**

Publicação Nº 2615941

PORTARIA Nº 2979 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor Célio de Oliveira a dirigir os veículos ONIX – PLACA OTM 4565 e SPIN – PLACA QIM 1893, que serão utilizados para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga na íntegra a Portaria nº 2513 de 09 de setembro de 2019, publicada na Edição nº 2926 do DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 11 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2980/2020**

Publicação Nº 2615942

PORTARIA Nº 2980 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR AUTORIZADO A DIRIGIR OS VEÍCULOS QUE ESPECIFICA E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA QUE ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. AUTORIZAR, por este ato, o servidor Célio de Oliveira a dirigir os veículos ONIX – PLACA OTM 4565 e SPIN – PLACA QIM 1893, que serão utilizados para a realização dos trabalhos da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga na íntegra a Portaria nº 2513 de 09 de setembro de 2019, publicada na Edição nº 2926 do DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 11 de setembro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIA Nº 2978 DE 21 AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616033

PORTARIA Nº 2978 DE 21 AGOSTO DE 2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o Contrato 144/2020 PMN da Dispensa de Licitação nº 120/2020 PMN, cujo objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE UMA ESTRUTURA METÁLICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA QUADRA DA ESCOLA ILKA MULLER DE MELLO, LOCALIZADA NO BAIRRO GRAVATÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC.

Fiscais: ALESSANDRO LUIS GAIK -- (titular)  
MARIA BENEDITA CORRÊA -- (suplente).

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE AGOSTO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº. 207, DE 21 DE AGOSTO DE 2020. DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL VALMIR FERREIRA DE CARVALHO**

Publicação Nº 2616411

DECRETO Nº. 207, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a Exoneração do Servidor Municipal Valmir Ferreira de Carvalho.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado, o Sr. VALMIR FERREIRA DE CARVALHO, ocupante do Cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 060, de 11 de fevereiro de 2020.

Nova Erechim (SC), em 21 de agosto de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 018/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020. "RETOMADA DAS SESSÕES E COMISSÕES DE FORMA VIRTUAIS NO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 2615668



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM  
Rua São Pedro, 19 – Centro - Nova Erechim  
Fone: (49) 3333-0010  
E-mail: [camara@camaranovaerechim.sc.gov.br](mailto:camara@camaranovaerechim.sc.gov.br)

PORTARIA Nº 018/2020 de 21 de Agosto de 2020.

**“RETOMADA DAS SESSÕES E COMISSÕES DE  
FORMA VIRTUAIS NO PODER LEGISLATIVO  
MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS”.**

**LUIZ CARLOS SILVANO**, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal, bem como, as demais leis.

**CONSIDERANDO** que a Organização Mundial da Saúde declarou, em 30 de janeiro de 2020, pandemia em decorrência da infecção humana pelo COVID-19, fato que configura emergência em Saúde Pública Internacional;

**CONSIDERANDO** que a Portaria SES n.º 9592 de 17 de agosto de 2020, dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública declarada;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Ficam retomadas as sessões e comissões de forma virtual no Poder Legislativo Municipal de Nova Erechim, conforme RESOLUÇÃO Nº 001/2020, DE 30 DE ABRIL DE 2020.

**Art. 2º**- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º**- Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Erechim (SC), em 21 de Agosto de 2020.

**LUIZ CARLOS SILVANO**  
Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim

Registrado e Publicado  
nesta Casa Legislativa  
Em Data Supra no Local de Costume

Alfredo Carlos Merigo  
Secretário Geral

Câmara de Vereadores de Nova Erechim  
Publicado no Mural Público

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 339/2020 DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2618327

DECRETO Nº 339/2020 DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE NOVA ITABERABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 464/2001 de 22 de junho 2001.

CONSIDERANDO: A necessidade da existência do Conselho para acompanhamento das ações e dos recursos aplicados na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Comissão Municipal de Agricultura, com mandato de 20/08/2020 a 19/08/2022, os seguintes membros titulares com seus respectivos suplentes:

#### I – Representante da Linha Tarumã:

- a) Titular: Enio Valdir ficagna
- b) Suplente: Maria Variani

#### II – Representante da Linha União da Serra

- a) Titular: Nivaldo franchisco Bianchi
- b) Suplente: Joares Soares

#### III – Representante da Linha Amizade

- a) Titular: Odilce Alberti
- b) Suplente: Silvana Maria Nalin Malagutti

#### IV- Representante da Linha Barra da Taquara

- a) Titular: Laudir Mendes
- b) Suplente: Cizilvania Cristina Mendes

#### V- Representante da Linha Espuma

- a) Titular: Marinelde Rossoni
- b) Suplente: Cassiano Moroso

#### VI - Representante da Linha Cambucica

- a) Titular: Michel Foschiera
- b) Suplente: Ivo Maraschim

#### VII – Representante da Linha Santa Lúcia

- a) Titular: Altair Parise
- b) Suplente: Atonio Francisco Dalchiavon

#### VIII - Representante da Linha Bela Vista da Taquara

- a) Titular: Antonio Nalin
- b) Suplente: Gilmar Ferrarini

#### IX - Representante da Linha Alto Cambuim

- a) Titular: Beatriz Bernadete Saurin Zamboni
- b) Suplente: Juceli Polesello Ferrarini

#### X - Representante da Linha Barra do Cambuim

- a) Titular: Gilmar Ticiani
- b) Suplente: Edson Batistello

#### XI - Representante da Linha Pessegueiro

- a) Titular: Uzilia Reginatto
- b) Suplente: ivanor Possebon

#### XII - Representante da Linha Pinheiro

- a) Titular: Neocimar Rostirolla

b) Suplente: Ivo Santo Possa

XIII - Representante da Sede Município

a) Titular: Sady Miotto

b) Suplente: Luiz Ferla

XIV - Representante da Linha Garibaldi

a) Titular: Valmor Jose Teló

b) Suplente: Valer Faustino Zamboni

XV – Representantes das entidades em geral:

a) Administração Municipal: João Zarychta

b) Secretaria da Saúde: Monia Cypel Santana

c) Secretaria da Educação: Andressa Invernizzi

d) Secretaria da Agricultura: Danilo Gabriel

e) Cooperalfa: Janete De Zorze

f) Sindicato dos Trabalhadores Rurais: Maicon Rosa

g) Epagri: Adriano Scariot

h) AMUSNI: Ari Ferla

i) AAMNI: Jacir Ansolin

j) ACBNI: Ernedi Sperotto

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 20 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário de Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

## DECRETO Nº. 340/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2618329

DECRETO Nº. 340/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.262/2019, de 17 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba, no exercício 2020, no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), no Projeto Atividade 2.020 – Manutenção das atividades de Assistência Social, na modalidade de aplicação 3.3.90 - Aplicação Direta – na fonte 01.65 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS/Estado, nos detalhamentos conforme programação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 008 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA

Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.65 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS/Estado

Detalhamento: 0026 - Benefícios Eventuais R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) provenientes da anulação de dotação do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 008 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA

Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta  
Fonte: 01.65 – Transferências do Sistema Único de Assistência Social SUAS/Estado  
Detalhamento: 0023 - Proteção Básica R\$ 10.000,00

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 21 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS  
Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS  
Assessor Jurídico

## EXTRATO DE CONTRATO N° 89-2020

Publicação N° 2618334

### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 89/2020, de 21/08/20  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba  
CONTRATADO: J. GAMBATTO VEICULOS PREMIUM LTDA  
OBJETO: Aquisição de Veículo Automotor Novo, Tipo Furgão (Ambulância UTI).  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais)  
AMPARO LEGAL Pregão n° 133/2020, Lei n° 10.520/02 e  
Lei n° 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI  
Prefeito Municipal

# Nova Trento

## PREFEITURA

### ERRATA Nº 001 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2020

Publicação Nº 2618318

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

ERRATA Nº 001 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2020 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2020 de 07 de agosto de 2020.

A Prefeitura de Nova Trento, através da Comissão Permanente de Licitações, vem a público retificar a Publicação do Edital nº 055/2020 de 07/07/2020, cujo objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada em implantação e locação de software web de gestão em saúde pública/consultoria em tecnologia da informação, tendo como serviços implantar, capacitar e dar suporte à estratégia e-SUS AB PEC/CDS, e-SUS AB território, além de manutenção (corretiva, adaptativa e evolutiva) e acesso à plataforma de gestão em saúde pública com prontuário eletrônico para média complexidade, B.I., para a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Trento/SC, com armazenamento em CLOUD, conforme características, especificações e quantidades constantes neste edital. Alterar em parte a publicação efetuada por este jornal no dia 21/08/2020.

Onde se lê: Entrega das propostas a partir do dia 21/08/2020 até as 08:30 horas do dia 02/09/2020. Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO às 09:00 horas do dia 02/09/2020.

Leia-se: Entrega das propostas a partir do dia 25/08/2020 até as 08:30 horas do dia 04/09/2020. Início da sessão em MEIO ELETRÔNICO às 09:00 horas do dia 04/09/2020.

Nova Trento/SC, 21 de agosto de 2020.

Aprígio José Botameli  
Presidente Comissão de Licitações

### PORTARIA Nº 686/2020 "A"

Publicação Nº 2616014

PORTARIA Nº 686/2020 "A"

Concede Licença para Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

#### RESOLVE:

Prorrogar a Portaria nº 598/2020 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal GABRIELA SILVEIRA FELICIO, matrícula nº 6759, concursada no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 180(cento e oitenta) dias, com efeitos a contar de 10 de agosto de 2020 até 05 de fevereiro de 2021, conforme resultado pericial datado de 17 de agosto de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2020.

Adauton Raulino  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 707/2020

Publicação Nº 2615658

PORTARIA Nº 707/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas

através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, NADJA CARDOSO DE ANDRADE BARAUNA, matrícula nº 6739, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 708/2020**

Publicação Nº 2615665

**PORTARIA Nº 708/2020****Concessão de Férias**

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 05(cinco) dias, à Servidora Pública Municipal, ALEXANDRA APARECIDA DA SILVA, matrícula nº 6729, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Creche Municipal Santo Antonin, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 05/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 709/2020**

Publicação Nº 2615669

**PORTARIA Nº 709/2020****Concessão de Férias**

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 05(cinco) dias, à Servidora Pública Municipal, BRUNA GARBARI, matrícula nº 6730, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Creche Municipal Santo Antonin, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 05/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 710/2020**

Publicação Nº 2615670

PORTARIA Nº 710/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 03(três) dias, à Servidora Pública Municipal, SANDRA REGINA CIM CADORE, matrícula nº 7836, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Creche Municipal Santo Antonin, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 03/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 18/07/2019 a 17/07/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 711/2020**

Publicação Nº 2615847

PORTARIA Nº 711/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 11(onze) dias, à Servidora Pública Municipal, MARCELA WOLF, matrícula nº 6722, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Creche Municipal Claraiba, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 11/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2018 a 02/08/2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 712/2020**

Publicação Nº 2615902

PORTARIA Nº 712/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, MARCELA WOLF, matrícula nº 6722, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Creche Municipal Claraiba, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 14/09/2020 a 13/10/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 713/2020**

Publicação Nº 2615911

PORTARIA Nº 713/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, ANA LUIZA GESSELE, matrícula nº 7250, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 12/07/2019 a 11/07/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 714/2020**

Publicação Nº 2615939

PORTARIA Nº 714/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:



CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 05(cinco) dias, à Servidora Pública Municipal, DOCLEIA DA APARECIDA GOMES DE JESUS, matrícula nº 7850, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Claraíba, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 05/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 15/08/2019 a 14/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 716/2020

Publicação Nº 2615991

PORTARIA Nº 716/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 10(dez) dias, ao Servidor Público Municipal, VILIANE CARDOSO FERREIRA, matrícula nº 6900, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 18/08/2019 a 17/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 717/2020

Publicação Nº 2615996

PORTARIA Nº 717/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, ao Servidor Público Municipal, EDITE MARIA MORESCO, matrícula nº 6721, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Claraíba, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.



Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 718/2020**

Publicação Nº 2616024

PORTARIA Nº 718/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 03(três) dias, à Servidora Pública Municipal, CAROLINA CASAGRANDE, matrícula nº 7823, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 03/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 05/07/2019 a 04/07/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 719/2020**

Publicação Nº 2616026

PORTARIA Nº 719/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 05(cinco) dias, à Servidora Pública Municipal, MARIA PATRICIA SCHWAMBACK MARTINS, matrícula nº 6724, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 05/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 720/2020**

Publicação Nº 2616085

**PORTARIA Nº 720/2020****Concessão de Férias**

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(tinta) dias, à Servidora Pública Municipal, ADRIELE CONCEIÇÃO DOS SANTOS, matrícula nº 6811, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Espirado, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 03/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 721/2020**

Publicação Nº 2616080

**PORTARIA Nº 721/2020****Concessão de Férias**

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 08(oito) dias, à Servidora Pública Municipal, JOSIANE BOOZ, matrícula nº 7600, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Espirado, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 08/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 11/09/2019 a 10/09/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 722/2020**

Publicação Nº 2618307

**PORTARIA Nº 722/2020****Concessão de Férias**

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, SANDRA REGINA DALLABRIDA BATTISTI, matrícula nº 6810, concursada, ocupante do cargo de provimento em comissão de Chefe de Creche, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Espreado, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 723/2020**

Publicação Nº 2618308

PORTARIA Nº 723/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, IVANILDE RAISER MAFEZZOLI, matrícula nº 151, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Santo Antonin, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 03/09/2020 a 02/10/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/09/2019 a 02/09/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 724/2020**

Publicação Nº 2618309

PORTARIA Nº 724/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, SALETE APOLONIA DAICAMP LUCIANER, matrícula nº 6749, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Espreado, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 725/2020**

Publicação Nº 2618319

PORTARIA Nº 725/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, MARISTELA DUTRA, matrícula nº 6929, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Espreado, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 01/09/2019 a 31/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 726/2020**

Publicação Nº 2618340

PORTARIA Nº 726/2020

Concessão de Férias

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 72, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30(trinta) dias, à Servidora Pública Municipal, LUCICLEIDE ALVES DE ABRANTES, matrícula nº 6748, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Creche Municipal Espreado, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, para gozo entre 01/09/2020 a 30/09/2020, relativo ao período aquisitivo de 03/08/2019 a 02/08/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 727/2020**

Publicação Nº 2618352

**PORTARIA Nº 727/2020****Restabelece Contrato de Trabalho**

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com a Lei Complementar nº 675 de 24 de abril de 2020, artigo 21, § 6º do Decreto 059/2020 e contrato de Trabalho nº 276/2019, firmado entre as partes,

**RESOLVE:**

Art. 1º) Fica restabelecido o contrato de trabalho da servidora pública municipal, admitida em caráter temporário, DAIANE FERREIRA, matrícula nº 8200, ocupante do cargo de Atendente de Creche, em exercício das suas funções na Creche Municipal Ciranda Cirandinha, a partir de 24 de agosto de 2020.

Art. 2º) Ficam revogadas as deposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 728/2020**

Publicação Nº 2618363

**PORTARIA Nº 728/2020****Lotação Provisória**

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o artigo 10 do Capítulo II (Da lotação provisória em outro órgão da Administração Pública), do Decreto nº 059/2020 de 27/04/2020,

**RESOLVE:**

Fica determinada a lotação provisória da servidora pública municipal, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, DAIANE FERREIRA, ocupante do cargo de Atendente de Creche – ACT, matrícula 8200, para o exercício das suas funções na Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Gabinete, a partir de 24 de agosto de 2020 até 20 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 24 de agosto de 2020.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### DECRETO GP N.º 006, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616132

DECRETO GP N.º 006, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

“ESTABELECE NOVAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal n.º 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei n.º 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO que a Administração Pública Municipal vem atuando com diligência em todas as frentes para a prevenção da proliferação do vírus, sem descuidar do desenvolvimento das atividades econômicas para o desenvolvimento do Município;

CONSIDERANDO que a retomada de atividades demanda a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Nova Veneza;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria n.º 464, de 3 de julho de 2020, que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES n.º 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de prestação de serviços públicos de forma presencial no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas como essenciais todas as atividades exercidas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, uma vez que fundamentais para o atendimento das necessidades da comunidade.

Art. 2º - Periodicamente, ou sempre que for considerado necessário, conforme Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, os servidores públicos serão submetidos aos testes para o monitoramento de contaminação pela COVID-19, no âmbito da Administração Direta e Indireta.

Art. 3º - Ficam mantidas todas as medidas elencadas no Decreto Municipal n.º 194/2020, e posteriores modificações, devendo, ainda, ser observadas as seguintes providências, por parte do Poder Público Municipal:

I – fiscalização da utilização de máscaras por todos os indivíduos acima de 2 (dois) anos de idade em qualquer espaço público ou privado compartilhado, com exceção do ambiente domiciliar;

II – identificação e comunicação à população das atividades mais propensas à transmissão da COVID-19;

III – monitoramento de todos os casos suspeitos e confirmados de COVID-19, de forma que casos sintomáticos permaneçam em isolamento domiciliar pelo período preconizado e casos que possam se agravar recebam atendimento hospitalar;

IV – monitoramento e atendimento de pessoas com doenças crônicas;

V – notificação e investigação de casos, surtos e todos os óbitos suspeitos de COVID-19 e registro por meio dos sistemas de informação oficiais;

VI – controle do fluxo de atendimento nos estabelecimentos de atenção à saúde, de forma a evitar o contato de pessoas infectadas (ou com suspeita de estarem com COVID-19) com pessoas não infectadas, a fim de orientar a população quanto ao local mais adequado para atendimento, de acordo com os sintomas apresentados;

VII – acompanhamento dos dados epidemiológicos sobre a circulação do novo coronavírus e outros vírus respiratórios utilizando as ferramentas de análise de dados disponibilizadas pelo Governo do Estado, assim como outras utilizadas pelos Municípios;

VIII – reforço de campanhas educativas para os profissionais da área da Saúde e a população em relação às medidas não farmacológicas preventivas para doenças respiratórias, incluindo a COVID-19, como etiqueta respiratória, higiene das mãos, uso de EPIs e uso de máscara;

IX – monitoramento da rede de Unidades Sentinelas de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

Art. 4º - Fica suspensa a entrada de novos residentes em Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI).

Art. 5º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 6º - Permanecem em vigor as determinações constantes de Decretos e Portarias anteriormente publicadas, que não conflitem com o aqui disposto, sendo que as atividades não referidas nos Decretos e Portarias municipais seguirão as diretrizes sanitárias editadas pela SES.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 21 de agosto de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 21 de agosto de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

MARISTELA REGINA VITALI CUNICO  
Secretária Municipal de Saúde

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RESULTADO DO PREGÃO PM N° 015/2020

Publicação N° 2616490

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE RESULTADO DO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 030/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N° 015/2020

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial n° 015/2020 – AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM, TIPO FURGÃO, com recursos advindos Emenda Impositiva Estadual n° 768, que na data de sua realização: Dia 21/08/2020 que teve como empresas participantes a saber ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (4034), GAMBATTO C1 VEICULOS LTDA (4038). Sendo que a empresa ANTONHOLI & GARCIA MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA (4034), foi vencedora do item, com o valor de R\$ 134.990,00 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e noventa reais). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: a proposta da empresa vencedora satisfaz às exigências do edital; a empresa vencedora encontram-se a rigor habilitada quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Pregão Presencial N° 015/2020, e adjudico os itens as empresas vencedoras.

Novo Horizonte/SC, em 21 de agosto de 2.020.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO  
Pregoeira

Homologo o resultado da licitação  
DE ACORDO  
VANDERLEI SANAGIOTTO  
Prefeito Municipal



# Orleans

## PREFEITURA

### EDITAL CHAMAMENTO EFETIVAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 001/2017

Publicação Nº 2616013

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, mediante o qual fica CONVOCADO (A), para nomeação, o (a) candidato (a) aprovado (a) no Concurso Público nº 001/2017, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a Rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans/SC, no horário das 08:00 as 12:00 hs e das 13:30 as 17:30 hs, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2017 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2017, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo.

NOME	CARGO	CH
ANDREIA SOARES	ENFERMEIRO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 h

Orleans, 21 de Agosto de 2020.  
JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

### PROCESSO Nº 183/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2616376

PROCESSO Nº 183/2020  
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 61/2020

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE RÁDIOS PORTÁTEIS HÍBRIDOS DE COMUNICAÇÃO PARA BOMBEIRO COMUNITÁRIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 08/09/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 09/09/2020, às 14h30min.

ESTE PROCESSO LICITATÓRIO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 21 de Agosto de 2020

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

### PROCESSO Nº 184/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2617794

PROCESSO Nº 184/2020  
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 62/2020  
REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMPONENTES DE COMPUTADORES E ACESSÓRIOS PARA ATENDER ÀS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO, ALÉM DE LICENÇAS DE PROGRAMAS DE ENGENHARIA PARA O DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DIVERSOS OUTROS A SEREM UTILIZADOS PELAS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 09/09/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 10/09/2020, às 14h30min.

ESTE PROCESSO LICITATÓRIO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 21 de Agosto de 2020

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

**PROCESSO N° 185/2020 PREFEITURA**

Publicação N° 2617659

PROCESSO N° 185/2020

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª N° 14/2020

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA EM ESCOLA NO BAIRRO ORATÓRIO CONFORME ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes de Propostas e Habilitação até o dia: 10/09/2020 às 17h30min.

Abertura dos Envelopes dia: 11/09/2020, às 13h30min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 21 de Agosto de 2020.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

# Ouro

## PREFEITURA

### PORTARIA 2020/259

Publicação N° 2615952

PORTARIA N° 259/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Altera Cargo Comissionado de Servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o- que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1993, e suas alterações,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Cargo Comissionado da Servidora Paula Carolina Serafini, matrícula nº 1138-5, RG nº 5.239.173-6, CPF nº 069.995.129-14, passando do Cargo Coordenador de Secretário de Centro de Educação Infantil, Nível PCM-07, para o cargo de Assessor de Indústria e Comércio, Nível PCM-06, na Secretaria Municipal de Assistência Social, com vencimentos de lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
17 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

### PORTARIA 2020/260

Publicação N° 2615954

PORTARIA N° 260/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

Altera Cargo Comissionado de Servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o- que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1993, e suas alterações,

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Cargo Comissionado do Servidor Iziquel Inácio de Jesus, matrícula nº 532-4, RG nº 4.289.275, CPF nº 042.578.539-48, passando do Cargo Coordenador de Secretário de Chefe da Divisão de Transportes, Nível PCM-07, para o cargo de Diretor de Agricultura e Meio Ambiente, Nível PCM-09, na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com vencimentos de lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
17 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**PORTARIA 2020/261**

Publicação N° 2615959

PORTARIA N° 261/2020, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992, Lei nº 1.180, de 16 de dezembro de 1993, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Claudimir Alves Pereira, matrícula nº 404-8, RG nº 3.305.466, CPF nº 020.485.609-46, ocupante do cargo de Operário Geral Nível SGM-01, para exercer o cargo comissionado de Chefe da Divisão de Transportes, Grupo Pessoal Comissionado do Município – PCM, na Secretaria Municipal de Transportes.

Art. 2º Conceder afastamento ao servidor Claudimir Alves Pereira, do cargo de Operário Geral, pelo período do exercício da atividade comissionada nomeada no Art. 1º da presente portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,  
17 de agosto de 2020.

Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

Alex Sandro Silva  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### DECRETO Nº3456

Publicação Nº 2616030

DECRETO N.º 3456/2020

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeado para o Serviço Público Municipal Sr. ADEMIRO PEREIRA, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário Municipal de Agricultura, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 21 de agosto de 2020.

AMELIO REMOR JUNIOR  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADÉCIO VALENDOLF KOSINSKI  
Vice-Prefeito Municipal

**Paial****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PL 041-2020 TP 006-2020**

Publicação N° 2615743

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 041/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N° 041/2020

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 006/2020

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Legislação vigente, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

MODALIDADE:		N.º:
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA		006/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia ou construção civil por EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DE EDIFICAÇÃO EXISTENTE E AMPLIAÇÃO DE SALAS, REFEITÓRIO, COZINHA E BANHEIROS, SENDO 148,48 M² DE REFORMA E 100,20 M² DE AMPLIAÇÃO, PERFAZENDO UM TOTAL DE 248,68 M². LOCALIZADO NA RUA SAANTA CATARINA (CRECHE MUNICIPAL) NO MUNICÍPIO DE PAIAL SC de acordo com as especificações constantes no projeto anexo a este edital.

**RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

O recebimento dos Envelopes N° 01 DOCUMENTAÇÃO, - e N° 02 -PROPOSTA COMERCIAL contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 08H30MIN do dia 17/09/2020 no Setor de Protocolo deste Município, sito a Rua Goiás, 400, centro - Paial- SC.

**JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO**

A abertura dos Envelopes n. 01 – DOCUMENTOS dar-se-á a partir das 09H00MIN do dia 17/09/2020 em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS, CASO NÃO TENHA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO E APRESENTAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE PRAZO PARA ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTAS no mesmo local e horário.

**LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00

horas, pelo fone (49) 3451.0045, ou diretamente no Setor Administrativo do MUNICÍPIO DE PAIAL, Rua Goiás, 400, Centro e ainda no site: [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br)

Paial – SC, 21 de agosto de 2020.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

Declaro que a presente Licitação foi			Declaro que a presente Licitação foi
disponibilizada	no	Site:	Publicada no Mural Publico Em 21/08/2020
<a href="http://www.paial.sc.gov.br">www.paial.sc.gov.br</a>			
			Simone Lombardi
AMAURI JOSÉ AUZILIERO			
COMISSÃO DE LICITAÇÕES			

# Palhoça

## PREFEITURA

### PORTARIA 89/2020

Publicação N° 2618359

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Palhoça

AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc – Cep: 88132-271

Fone/Fax: (48) 3279-1745 – CNPJ: 82.892.316/0001-08 – Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA N° 89, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 31º, inciso IV, alínea K, da Lei Complementar n. 235/2016 combinado com o artigo 227 § 2º da Lei Complementar n. 96/2010. RESOLVE

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 42/2020 que trata da suspensão dos Processos Administrativos Disciplinares para que o prazo legal dos processos nº 10005/2019, 25776/2019 e 24840/2019 volte a correr.

Art. 2º – A portaria entra em vigor a partir da data de publicação.

Cristina Schwinden Schmidt

Secretária Municipal de Administração

### PREGÃO PRESENCIAL 158/2020 - RESULTADO

Publicação N° 2616386

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL N°158/2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO N°158/2020, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Artefatos de Cimento; Tubos de Concreto e galeria para utilização na construção de redes pluviais, obras de sistemas de drenagens em diversas obras realizadas pelo município, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

SÓLIDA SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI venceu os itens 01 a 13, registrando o valor de R\$933.100,00 (novecentos e trinta e três mil e cem reais).

Palhoça, 21 de agosto de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

## CÂMARA MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2020

Publicação N° 2616220

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 11/2020.

SRP: 04/2020

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para formação de registro de preços para futuras e eventuais aquisições de material de limpeza (álcool líquido 70%) destinados ao atendimento e necessidades de consumo da Câmara Municipal de Palhoça/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e detalhadas no Termo de Referência do Anexo I.

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, nomeada pela Portaria n. 61/2020, no exercício de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará no dia 03 de setembro de 2020, às 14h, no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), Pregão Eletrônico para aquisição de material de limpeza (álcool líquido 70%) destinados ao atendimento e necessidades de consumo da Câmara Municipal de Palhoça/SC

O edital em sua íntegra pode ser obtido no sítio eletrônico <https://www.cmp.sc.gov.br/>, no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou diretamente na Sede da Câmara de Palhoça, no endereço Rua Joci José Martins, 101, Palhoça/SC das 13 às 18 horas.

Palhoça, 21 de agosto de 2020.

Deleon de Sousa  
Pregoeiro

## **AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2020**

Publicação Nº 2616371

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2020.  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 12/2020.  
SRP: 05/2020  
TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para formação de registro de preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros de alimentação (açúcar, café, leite, filtro de papel, água mineral sem gás em garrafas descartáveis de 500ml (fardo) e água sem gás em garrafas de 20 litros) destinados ao atendimento e necessidades de consumo da Câmara Municipal de Palhoça/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e detalhadas no Termo de Referência do Anexo I.

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Palhoça, nomeada pela Portaria n. 61/2020, no exercício de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará no dia 04 de setembro de 2020, às 14h, no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), Pregão Eletrônico para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento e necessidades de consumo da Câmara Municipal de Palhoça/SC.

O edital em sua íntegra pode ser obtido no sítio eletrônico <https://www.cmp.sc.gov.br/>, no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou diretamente na Sede da Câmara de Palhoça, no endereço Rua Joci José Martins, 101, Palhoça/SC das 13 às 18 horas.

Palhoça, 21 de agosto de 2020.

Deleon de Sousa  
Pregoeiro



**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2020**

Publicação Nº 2616811

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº  
135/2020. Pregão Presencial 149/2020 - Partes: MUNICÍPIO  
DE PALHOÇA e a empresa: **MF DE ALMEIDA & CIA LTDA.**  
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais  
odontológicos, consumo e permanente, para uso nos  
consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de  
Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste  
Município.  
DATA: 21/08/2020 a 20/08/2021.

Nome da Empresa: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA				CNPJ: 05.021.932/0001-34	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Avental de chumbo adulto, equivalência de chumbo aprox. 0,50PB, com fecho em velcro na nuca, com protetor de tireóide, tam. aprox. 100x60cm.					
6	2,00	UN	N MARTINS Nmartins	R\$910,1300	R\$1.820,2600
<b>Especificação:</b> Bobina tubular para esterilização medindo 25cmX100m, confeccionada de um lado em papel cirurgico com porosidade controlada em gramatura minima de 60G/m2 e o outro com filme plástico com camada de polietileno, obrigatoriamente ser permeável ao vapor e ao ar, impermeável a microorganismos, resistente ao calor, com indicador de esterelização, ter transparência para visualização do material.					
19	240,00	BB	MEDSTERIL MEDSTERIL	R\$105,1000	R\$25.224,0000
<b>Valor Total</b> (vinte e sete mil, quarenta e quatro reais e vinte e seis centavos)					<b>R\$27.044,26</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 136/2020**

Publicação Nº 2616813

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº  
 136/2020. Pregão Presencial 149/2020 - Partes: MUNICÍPIO  
 DE PALHOÇA e a empresa: **ODONTO BLU COMÉRCIO E  
 ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA**. OBJETO: Aquisição de  
 equipamentos e materiais odontológicos, consumo e  
 permanente, para uso nos consultórios odontológicos das  
 Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de  
 Especialidades Odontológicas deste Município.  
 DATA: 21/08/2020 a 20/08/2021.

Nome da Empresa: ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA				CNPJ: 79.291.878/0001-83	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Consultório odontológico composto de: cadeira odontológica com estável, com isolamento em pvc, dispensa fixação ao piso, totalmente automática com 4 movimentos individuais mais 4 movimentos automáticos sendo: volta-zero e três programações de trabalho; acionamentos dos movimentos da cadeira através de comando de pé integrado a base da cadeira. Estofamento injetado em poliuretano flexível, revestido com laminado de pvc sem costuras; encosto com cabeceira articulada, com regulagem de altura, permitindo inclinação do apoio da cabeça; apoio de braço de ambos os lados da cadeira.caixa de ligação incorporada a base da cadeira. Equipamento odontológico em cart, com três terminais tipo borden, sendo: uma seringa tríplice com bico giratório e destacável para esterilização em autoclave, um para alta-rotação (ar) e um para micromotor-baixa-rotação (br), com acionamento do ar e br através de pedal progressivo; com bandeja auxiliar em aço inoxidável, sem bordas; mangueiras lisas em silicone, para fácil limpeza e desinfecção; regulagens individuais de ar e água. Reservatórios de água para alimentação das pontas em policarbonato transparente. Pedal progressivo de acionamento do equipo deve ser separado do pedal de comando da cadeira. Unidade auxiliar acoplada à cadeira, com estrutura de alta resistência; cuspideira com ralo, confeccionado em material de alta resistência, removível, possibilitando a limpeza; com um sugador e com possibilidade de instalação de um segundo sugador em sistema de alta potência. Refletor odontológico em material de alta resistência, com braço multiarticulado, pega-mão fixo e duplo; cabeçote com proteção e com movimentos de giro possuindo batente para evitar rompimento dos cabos elétricos; iluminação através de tecnologia led. 04 unidades de mocho odontológico à gás obrigatoriamente da mesma marca da cadeira com sistema de elevação do assento a gás, através de alavanca lateral que permite maior facilidade e rapidez no ajuste de posições. Encosto anatômico com ajuste de aproximação, proporcionando maior conforto ao profissional. Base com 5 rodízios, resistente, proporciona excelente estabilidade e fácil mobilidade. Estofamento em material rígido e resistente, com revestimento sem costura, densidade adequada e anti-deformante. Acabamento liso com cantos arredondados, altura regulável. Capacidade para suportar carga de 135 kg. Outras especificações: voltagem dos equipamentos elétricos: 220 volts; ambidestro; a pintura dos equipamentos deverá ser lisa e de alto brilho, com resistência à riscos e corrosão.					
13	5,00	CJ	ALLIAGE D700 D700 - MS 10069210062	R\$8.590,0000	R\$42.950,0000
<b>Especificação:</b> Filtro de ar para uso hospitalar ou odontológico composto de Filtro regulador, manômetro, filtro coalescente e filtro de carvão ativado.					
15	20,00	UN	FLUIR FLUIR TRIPLO -MS ISENT0	R\$490,0000	R\$9.800,0000
<b>Especificação:</b> Seladora : para completar o processo de esterilização, propiciando uma selagem hermética. O corpo deve ser constituído em aço inox garantindo maior durabilidade e resistência, e ser de bancada. Potência 570/460W. Deve possuir suporte para papel grau cirúrgico com regulagens para diferentes tamanhos de rolos abrangendo até 300mm de área, por 10mm de selagem. Possuir ajuste de temperatura de selagem, permitindo selagem segura e rápida. Deve possuir resistências isoladas, inibindo o risco de queimar o papel grau cirúrgico. Possuir braço de selagem com trava e fechamento mediante alavanca manual com trava. Indicador luminoso - ON/OFF, trazendo maior segurança para quem está manuseando o equipamento. Possuir apoio anterior removível e chave de apoio frontal desmontável, tornando o produto compacto e facilitando o transporte. Trilho de corte duplo.					
18	15,00	UN	ALLIAGE SELAPACK - REGISTRO MS ISENT0	R\$945,0000	R\$14.175,0000
<b>Valor Total</b> (sessenta e seis mil e novecentos e vinte e cinco reais)					<b>R\$66.925,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 137/2020**

Publicação Nº 2616815

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº  
137/2020. Pregão Presencial 149/2020 - Partes: MUNICÍPIO  
DE PALHOÇA e a empresa: **M.H.M. DO COUTO COMERCIAL  
ME**. OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais  
odontológicos, consumo e permanente, para uso nos  
consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de  
Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste  
Município.  
DATA: 21/08/2020 a 20/08/2021.

Nome da Empresa: M.H.M. DO COUTO COMERCIAL ME				CNPJ: 97.533.241/0001-38	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Aparelho fotopolimerizador sem fio com as seguintes características: luz fria (azul) gerada por led de alta potência (1200 mw/cm2); deverá dispor de três modos de programação de aplicação: contínuo, rampa e pulsado. ponteira de fotopolimerização confeccionada em fibra ótica orientada (sem fuga de luz), 100% coerente, autoclavável e com giro de 360°; comandos de programação na própria caneta; sistema stand by: desliga após minutos sem uso; não necessita de ventilação forçada; bivolt automático 90 à 240v.					
1	20,00	PÇ	SCHUSTER Emitter a Fit	R\$475,0000	R\$9.500,0000
<b>Especificação:</b> Bisturi eletrônico odontológico. Que corta e coagula, com pedal, caneta autoclavável, cabos e 6 diferentes eletrodos. Potência mínima 40W. Voltagem 220V ou bivolt.					
8	2,00	UN	TRANSMAL BP100D	R\$3.338,5000	R\$6.677,0000
<b>Especificação:</b> Destilador de água, capacidade mínima de 4litros, produção de 1000 a 1200 ml/hora, potência mínima de 750 W, voltagem 220v					
14	10,00	UN	CRISTOFOLI DESTILADORA	R\$707,0000	R\$7.070,0000
<b>Valor Total</b> (vinte e três mil e duzentos e quarenta e sete reais)					<b>R\$23.247,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 138/2020**

Publicação Nº 2616816

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº  
138/2020. Pregão Presencial 149/2020 - Partes: MUNICÍPIO  
DE PALHOÇA e a empresa: **ODONTOSUL LTDA**. OBJETO:  
Aquisição de equipamentos e materiais odontológicos,  
consumo e permanente, para uso nos consultórios  
odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e  
CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste  
Município.  
DATA: 21/08/2020 a 20/08/2021.

Nome da Empresa: ODONTOSUL LTDA				CNPJ: 04.971.211/0001-22	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Óleo lubrificante para canetas de alta rotação e baixa rotação, bactericida e fungicida para prevenir oxidação não contendo clorofluorcarbono com 200 ml. Embalagem pressurizada.					
20	50,00	UN	MAQUIRA MAQUIRA	R\$15,2000	R\$760,0000
Valor Total (setecentos e sessenta reais)					<b>R\$760,00</b>

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 139/2020**

Publicação Nº 2616819

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
 EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº  
 139/2020. Pregão Presencial 149/2020 - Partes: MUNICÍPIO  
 DE PALHOÇA e a empresa: **V. S. COSTA & CIA LTDA.**  
 OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais  
 odontológicos, consumo e permanente, para uso nos  
 consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de  
 Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste  
 Município.  
 DATA: 21/08/2020 a 20/08/2021.

Nome da Empresa: V. S. COSTA & CIA LTDA				CNPJ: 05.286.960/0001-83	
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
<b>Especificação:</b> Aparelho de Raio-X de coluna móvel para uso odontológico intra-oral com base em 04 rodízios; intensidade da corrente tubo emissor de mínimo de 08 amp; com potência de 70 kvp, com regulador de tensão que permita estabilização da alimentação; voltagem do tubo emissor em kvp; cilindro direcional longo com revestimento em película de chumbo de 0,5 mm; dupla colimação; filtro de alumínio equivalente a 2,5mm; isolamento termoeletrônico por imersão do cabeçote em óleo; controle remoto com cabo espiralado; seleção de exposição de tempo de 0,1 a 2,5 segundos; bip sonoro conjugado a emissão dos raios-x; braço articulado; câmara expansora de óleo; foco de emissão de 0,8 x 0,8 mm; temporizador digital microcontrolado, rodízios reforçados e freio transversal. 220 volts					
2	2,00	UN	PROCION ION 70 X	R\$4.995,0000	R\$9.990,0000
<b>Especificação:</b> Aparelho de Ultra-Som Piezelétrico 28-32 KHz, multifunções e jato de bicarbonato com reservatório de líquidos (bomba peristáltica); bivolt 110-220 volts; com kit com no mínimo 3 insertos.					
3	10,00	UN	ECEL SONIC PRIME PLUS	R\$1.475,0000	R\$14.750,0000
<b>Especificação:</b> Autoclave modelo horizontal de bancada para esterilização e secagem de material, com capacidade para 21 litros, com 03 bandejas, com no mínimo 18 sistemas de segurança. Confeccionada em aço lavável permitir uma boa circulação do vapor garantindo excelente qualidade na esterilização do material (curativo e odontológico), garantia mínima de 01 ano, voltagem 220 v					
5	10,00	UN	ECEL ECEL ADVANTIVE 21 LITROS - ECEL	R\$2.680,0000	R\$26.800,0000
<b>Especificação:</b> Bomba de vácuo com tampa, com as seguintes especificações mínimas: Filtro coletor de detritos na entrada da sucção com abertura superior, protetor térmico intermitente, eixo central do motor em inox, gabinete em aço fosfatizado com pintura em poliuretano, comando de acionamento eletrônico. Motor (potência) 1 CV, vácuo máximo 640 mmHg25,06HG, rotação do motor (r.p.m) 3450-60Hz, capacidade para até 5 consultórios simultaneamente, tensão na placa de comento 24v, alimentação 220v ou bivolt.					
9	5,00	UN	Evoxx EVO5	R\$2.850,0000	R\$14.250,0000
<b>Valor Total (sessenta e cinco mil e setecentos e noventa reais)</b>					<b>R\$65.790,00</b>

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 161/2020**

Publicação Nº 2616848

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 161/2020 – Contratante: MUNICÍPIO DE PALHOÇA – Locador: ORLI AMANCIO FIDENCIO. OBJETO: O objeto do presente Contrato é a locação de um imóvel destinado ao funcionamento do CAPS infantil. Prédio de alvenaria de 02 pavimentos, localizado na Rua Graciliano Carlos de Quadros, nº 180, Centro, Palhoça/SC. Área total para locação é de 497,32 m², composta por 18 cômodos. VALOR: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Rubrica orçamentária:

“355” – 17.1.2142.3.3.90.36.15.-1020179

Fundamento Legal: Art. 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666.

DATA: 19/08/2020.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

### PORTARIA Nº 083/2020

Publicação Nº 2616145

PORTARIA Nº 083/2020

Extingue aposentadoria por idade em caráter proporcional, concedida a servidora Eni Cardoso Martins.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Extinguir a aposentadoria por idade em caráter proporcional, concedida a servidora Eni Cardoso Martins, nos termos da Portaria nº 006/2004, em face do óbito ocorrido em 10/08/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 10/08/2020, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça (SC), em 20 de agosto de 2020

Milton Luiz Espindola  
Andrea M. Harger Luckmann Pleticos  
Presidente do IPPA Assistente Administrativo Matrícula 300169-01

### PORTARIA Nº 084/2020

Publicação Nº 2616318

PORTARIA Nº 084/2020

Retifica a Portaria nº 126/2019 e dá outras providências.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º - Retificar o Art. 2º da Portaria nº 126/2019, ou seja, onde se lê “(...) correspondente a 63,33% (sessenta e três vírgula trinta e três por cento) (...)”, leia-se “(...) correspondente a 64,98% (sessenta e quatro vírgula noventa e oito por cento).

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 126/2019 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 30/11/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 21 de agosto de 2020.

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA

### PORTARIA Nº 085/2020

Publicação Nº 2616323

PORTARIA Nº 085/2020

Retifica a Portaria nº 091/2019 e dá outras providências.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve,

Art. 1º - Retificar o Art. 2º da Portaria nº 091/2019, ou seja, onde se lê "(...) correspondente a 85,71% (oitenta e cinco vírgula setenta e um por cento) (...)", leia-se "(...) correspondente a 87,33% (oitenta e sete vírgula trinta e três por cento).

Art. 2º As demais disposições contidas na Portaria nº 091/2019 permanecem inalteradas.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/08/2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 21 de agosto de 2020.

Milton Luiz Espindola  
Presidente do IPPA

# Palma Sola

## PREFEITURA

### EXTRATO DA DISPENSA DE LIC. Nº. 29/2020 - DONAL DETTENBORN ME

Publicação Nº 2616258

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 85/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 029/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: DONAL DETTENBORN ME- CNPJ 79.497.210/0003-59

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BOMBA DE VÁCUO E MANGUEIRA DE SUÇÃO 4" – PARA DISTRIBUIDOR DE ADUBO LÍQUIDO.

VALOR TOTAL: R\$: 6.126,00

DATA DE EMISSÃO: 21/08/2020

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

CLEOMAR JOSÉ MANTELLI  
PREFEITO MUNICIPAL



# Papanduva

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052-2020 - MATERIAIS DE ENFERMAGEM

Publicação Nº 2616715

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2020

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a aquisição de MATERIAIS DE ENFERMAGEM.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 24 de agosto de 2020, a partir das 08h 00 min.

CADASTRO DAS PROPOSTAS NO SITE: até as 17h00min do dia 08 de setembro de 2020.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 09 de setembro de 2020 às 08h 30 min.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09 de setembro de 2020 às 09h00min.

FERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil - BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

Conforme edital as propostas devem ser cadastradas via site da plataforma utilizada, sendo esta acessada através do link [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br); BLL COMPRAS - Base legal: Lei n.º 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Plataforma BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 21 de Agosto de 2020. – Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 0030/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616851

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PORTARIA Nº 0030/2020

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA, MATRICULADA SOB O Nº. 123, A SENHORA JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA, REFERENTE AOS PERÍODOS AQUISITIVOS DE 14/07/2017 À

13/07/2018, 14/07/2018 À 13/07/2019 E 14/07/2019 À 13/07/2020.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição conferida pelo Artigo 86 da Lei Complementar nº. 8 de 03 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido o gozo de férias à servidora com matrícula sob nº. 123, a senhora JOSELENE DE FÁTIMA FERREIRA no seguinte sentido:

I - 30 dias de férias entre os dias 12/08/2020 à 10/09/2020, correspondente ao período aquisitivo 14/07/2018 à 13/07/2019;

II - 30 dias de férias entre os dias 11/09/2020 à 10/10/2020, correspondente ao período aquisitivo 14/07/2019 à 13/07/2020; e

III - 10 dias de férias entre os dias 11/10/2020 à 20/10/2020, correspondente ao período aquisitivo 14/07/2017 à 13/07/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar a partir do dia 12/08/2020.

Câmara Municipal de Papanduva em, 21 de agosto de 2020.

Esta Portaria foi registrada eletronicamente

na Secretaria da Câmara Municipal de

Papanduva e publicada no DOM/SC – Diário

Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Ernildo Selinke

Presidente

Altamir Glonek Nilson Pereira

1º Secretário 2º Secretário

# Passos Maia

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 317, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615777

PORTARIA Nº 317, de 20 de agosto de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico emitido pelo Dr. Antônio Castiglioni – CRM 17235 – datado de 20 de agosto de 2020, que sugere o afastamento da servidora Camila de Cassia de Santi de suas atividades laborais por um período de 09 (nove) dias;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora CAMILA DE CASSIA DE SANTI, matrícula nº 10918, ocupante do Cargo de Assistente de Programas Sociais, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, pelo período de 20 de agosto de 2020 a 28 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de agosto de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

### PORTARIA Nº 318, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615779

PORTARIA Nº 318, de 20 de agosto de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico emitido pelo Dr. Antônio Castiglioni – CRM 17235 – datado de 20 de agosto de 2020, que sugere o afastamento do servidor Pedro de Santi de suas atividades laborais por um período de 09 (nove) dias;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor PEDRO DE SANTI, matrícula nº 7044, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 20 de agosto de 2020 a 28 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de agosto de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 319, DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615780

PORTARIA Nº 319, de 20 de agosto de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico emitido pelo Dr. Antônio Castiglioni – CRM 17235 – datado de 20 de agosto de 2020, que sugere o afastamento do servidor Cleverson Luiz Alves de Santi de suas atividades laborais por um período de 09 (nove) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao servidor CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI, matrícula nº 10544, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Motorista, lotado na Secretaria da Administração Fazenda e Planejamento, pelo período de 20 de agosto de 2020 a 28 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de agosto de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PORTARIA Nº 320, DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615781

PORTARIA Nº 320, de 20 de agosto de 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico emitido pelo Dr. Antônio Castiglioni – CRM 17235 – datado de 20 de agosto de 2020, que sugere o afastamento da servidora Tainara Bertolla de suas atividades laborais por um período de 08 (oito) dias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora TAINARA BERTOLLA, matrícula nº 10947, ocupante do Cargo de Monitor de Creche, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, pelo período de 20 de agosto de 2020 a 27 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 20 de agosto de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

**PORTARIA Nº 321, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615782

PORTARIA Nº 321, de 21 de agosto de 2020.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, Considerando a Comunicação de decisão expedida em 20 de agosto de 2020, pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – que mantém o benefício por auxílio doença do servidor até o dia 28/09/2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE do servidor JOÃO DA SILVA, matrícula nº 10427, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, código SG-5, lotado na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, até o dia 28 de setembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 21 de agosto de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 0032/2020**

Publicação Nº 2615887

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0032/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 0022/2020

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0032/2020, Modalidade de Pregão Eletrônico n.0022/2020 – Objeto: Registro de preço para aquisição de teste Rápido para diagnóstico do COVID19 para a rede de saúde do município de Passos Maia. Conforme descrição dos itens anexo I do edital. As propostas deverão ser anexadas no sistema do dia 24/08/2020 a partir das 08:00 Hs, até às 08:45 Hs do dia 02/09/2020, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 Hs, do mesmo dia.

Obs. Prazo do processo licitatório reduzido conforme Art. 4-G da lei federal nº 13.979/2020.

Retirada do Edital pelo site [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) “Acesso Identificado no link – licitações”. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010. Passos Maia, 21 de agosto de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0032/2020**

Publicação Nº 2615753

TERMO ADITIVO 0001 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0032/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0026/2020  
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO n. 0019/2020

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Botero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Leomar Roberto Listoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 639.458.199-20 e RG n. 2.074.422, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA Pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 11.308.834/0001-85, sediada na Av. José Candido da Silveira, nº 2100, salas 13,15,17,18,19,36 e 44, Horto Florestal, – Belo Horizonte– Estado de Minas Gerais, neste ato representada pelo seu procurador Sr. Claudinei Pereira De Oliveira, brasileiro, inscrito no CPF sob o n. 012.758.386-69 e RG nº 10.495.354 seguir denominada simplesmente CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, o que se fazem nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93, Lei 13.979/2020. bem como no Edital de Licitação e ainda na respectiva Ata de Registro de Preço.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

Considerando a necessidade de aquisição de testes rápidos para detecção do COVID-19, tendo em vista uma recente alta nos números de casos no município de Passos Maia.

Considerando que quantitativo licitado não supriu a demanda do município faz necessário o termo aditivo para aquisição de forma emergencial de testes rápido.

Considerando o período legal de publicação de um novo processo de compra para registro de preço.

Conclui-se que a realização do presente termo aditivo acima identificado atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE**

Considerando o acréscimo, o quantitativo fixado na ata de registro de preço n. 0032/2020, será estabelecido conforme abaixo;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quant. Licitada	Quant. Aditivada	R\$ Unit	R\$ Total do aditivo
01	Teste rápido para diagnóstico do COVID19 (sars-cov-2) por IGG e IGM, pela metodologia de Imunocromatografia em até 15 minutos. Com registro na ANVISA.	150	50	30,00	1.500,00
Valor total dos itens				R\$ 1.500,00	

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR**

O valor Fixado para o item permanece inalterado.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas da Ata de Registro de Preço permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro de Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia, SC, 21 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA Leomar Roberto Listoni Licitante	VIDA BIOTECNOLOGIA LTDA Claudinei Pereira De Oliveira Contratada
---	--

**Testemunhas:**

Alex S. Zanchet	Edson Salvadego
CPF n. 068.152.419-71	CPF: 067.004.859-32

**DECRETO N. 054/2020**

Publicação N° 2615813

**DECRETO N° 000054/20 de 14 de Agosto de 2020**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000845/19 de 18 de Novembro de 2019.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

13.01.10.301.1001.2.031-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

30.000,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

30.000,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Agosto de 2020**

\_\_\_\_\_  
**LEOMAR ROBERTO LISTONI**

**Prefeito Municipal**

**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO 64/2020**

Publicação N° 2618322

**DECRETO N° 64/2020**

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.842 de 11 de dezembro de 2019, aprova o seguinte Decreto,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto, no orçamento fiscal, Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 6.929,04 (seis mil novecentos e vinte e nove reais e quatro centavos), de acordo com as especificações seguintes:

1201 – OPERAÇÕES ESPECIAIS R\$ 6.929,04

04.122.0000.1.061 – Contribuição ao PASEP R\$ 6.929,04

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0052.002524 – Aplicações Diretas R\$ 814,02

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.002525 – Aplicações Diretas R\$ 6.115,02

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 01.0052.002524 e 01.0058.002525 – Outras Transf. da União – PFEC I – Transferência Saúde e Assistência Social - R\$ 814,02 (oitocentos e quatorze reais e dois centavos) e PFEC II – Transferência Livre - no valor de R\$ 6.115,02 (seis mil cento e quinze reais e dois centavos), respectivamente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 24 de agosto de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA

Secretária Municipal de Administração



# Penha

## PREFEITURA

### 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2020 QUE ACONTECERÁ NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2020, ÀS 19 HORAS

Publicação Nº 2617933

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE - CONCIDADE

O SENHOR PRESIDENTE E O SENHOR SECRETÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA - CONCIDADE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2201/08, LEI MUNICIPAL Nº 2244/08 E ARTIGO 259 PARÁGRAFO ÚNICO, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 02/07 E DO ESTATUTO DAS CIDADES, CONVOCAM A POPULAÇÃO EM GERAL PARA A 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2020 QUE ACONTECERÁ NO DIA 08 DE SETEMBRO DE 2020, ÀS 19 HORAS.

ESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SERÁ ATRAVÉS DO LINK: <https://meet.google.com/dvz-hdxx-gec>

A AUDIÊNCIA PÚBLICA TAMBÉM SERÁ TRANSMITIDA PELO YOUTUBE EM LINK DISPONIBILIZADO NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES E ARQUIVOS ESTARÃO DISPONÍVEIS NO MESMO SITE NA ABA CONCIDADE.

PAUTA DA AUDIÊNCIA:

- 1) 19:00 horas: Abertura da Reunião.
- 2) Protocolo 1DOC nº 2802/2020 de Rôgga S/A Construtora e Incorporadora – Empreendimento Skyline Comfort Club.
- 3) Ofício nº 01/2020 GAB 10 do Exmo. Sr. Vereador Maurício Olívio Brockveld, referente a mudança na legislação para containers, caçambas ou similares.
- 4) Requerimento Solar Empreendimento RIV – Protocolo SEPLAN nº 705/2020.
- 5) Encerramento.

### 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2020 QUE ACONTECERÁ NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2020, ÀS 19 HORAS

Publicação Nº 2617936

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE - CONCIDADE

O SENHOR PRESIDENTE E O SENHOR SECRETÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA - CONCIDADE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2201/08, LEI MUNICIPAL Nº 2244/08 E ARTIGO 259 PARÁGRAFO ÚNICO, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 02/07 E DO ESTATUTO DAS CIDADES, CONVOCAM A POPULAÇÃO EM GERAL PARA A 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2020 QUE ACONTECERÁ NO DIA 10 DE SETEMBRO DE 2020, ÀS 19 HORAS.

ESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SERÁ ATRAVÉS DO LINK: <https://meet.google.com/baj-zcet-sig>

A AUDIÊNCIA PÚBLICA TAMBÉM SERÁ TRANSMITIDA PELO YOUTUBE EM LINK DISPONIBILIZADO NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES E ARQUIVOS ESTARÃO DISPONÍVEIS NO MESMO SITE NA ABA CONCIDADE.

PAUTA DA AUDIÊNCIA:

- 1) 19:00 horas: Abertura da Reunião.
- 2) Protocolo 1DOC nº 2838/2020 de Renato Kfuri (Bernardo Hering), solicita alteração na legislação para que o estacionamento de uma edificação comercial possa ser em áreas vizinhas da área do empreendimento.
- 3) Protocolo 1DOC nº 2426/2020 de Gisele Brehmer Klotz (Fabiano Gomes de Souza), para alteração no zoneamento na Praia de Armação do Itapocorói, para regularização de construção de pousada com três pavimentos.
- 4) Encerramento.

### 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2020 QUE ACONTECERÁ NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2020, ÀS 19 HORAS

Publicação Nº 2617939

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE - CONCIDADE

O SENHOR PRESIDENTE E O SENHOR SECRETÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA - CONCIDADE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 2201/08, LEI MUNICIPAL Nº 2244/08 E ARTIGO 259 PARÁGRAFO ÚNICO, LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 02/07 E DO ESTATUTO DAS CIDADES, CONVOCAM A POPULAÇÃO EM GERAL PARA A 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2020 QUE ACONTECERÁ NO DIA 14 DE SETEMBRO DE 2020, ÀS 19 HORAS.

ESTA AUDIÊNCIA PÚBLICA SERÁ ATRAVÉS DO LINK: <https://meet.google.com/bwz-hymf-bpi>

A AUDIÊNCIA PÚBLICA TAMBÉM SERÁ TRANSMITIDA PELO YOUTUBE EM LINK DISPONIBILIZADO NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PENHA, BEM COMO DEMAIS INFORMAÇÕES E ARQUIVOS ESTARÃO DISPONÍVEIS NO MESMO SITE NA ABA CONCIDADE.

PAUTA DA AUDIÊNCIA:

- 1) 19:00 horas: Abertura da Reunião.
- 2) Protocolo 1DOC nº 3105/2020 de Davide Bonvechio, para ampliação de atividade de mineração no Bairro São Cristóvão.
- 3) Encerramento.

### ATA 054/2020 FMS

Publicação Nº 2617885

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020 - FMS

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - FMS**  
Sistema De Registro De Preços

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2020**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE FILME PARA RAO X DIGITAL E MATERIAIS PARA PEQUENAS CIRURGIAS.**

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa IMP EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA, estabelecida à Rua Engenheiro Ubatuba de Faria nº 83, na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.625.395/0001-71, representada, neste ato pelo Sr. Celso da Paixão Silva, CPF sob o nº 045.528.758-92, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2020-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de filme de raio x digital e materiais para pequenas cirurgias para atender necessidades do Pronto Atendimento 24 horas e NAM do Município de Penha/SC, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Descrição do Material	Marca	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Filme para raio x digital 28x35 c/100 fls	Carestream Cares-trea	UN	12	R\$ 516,00	R\$ 6.192,00
	TOTAL DO PRO-CESSO:					R\$ 6.192,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.**

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Saúde.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.**

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.**

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais

órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 23 de julho de 2020.

SÉRGIO DE MELLO IMP EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde Celso da Paixão Silva  
CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS

Nome: Nome:  
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA MARCELO ALVES CRIVELATTI  
Secretário de Administração Controle interno  
Portaria nº 739/2019

#### ATA 055/2020 FMS

Publicação Nº 2617886

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020 - FMS  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - FMS  
Sistema De Registro De Preços

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE FILME PARA RAIOS X DIGITAL E MATERIAIS PARA PEQUENAS CIRURGIAS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA, estabelecida à Rua Sebastião Furtado nº 101, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.021.932/0001-34, representada, neste ato pelo Sr. Marcio Freitas de Almeida, CPF sob o nº 829.021.609-25, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório



referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2020-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de filme de raio x digital e materiais para pequenas cirurgias para atender necessidades do Pronto Atendimento 24 horas e NAM do Município de Penha/SC, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Descrição do Material	Marca	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
3	Pinça anatomica dissecção c/ serilha 14cm	ABC ABC	UN	65	R\$11,90	R\$ 773,50
4	Pinça kelly curva 14cm	ABC ABC	UN	85	R\$ 26,90	R\$ 2.286,50
7	Porta agulha mayo hegar 16cm	ABC ABC	UN	95	R\$ 34,50	R\$ 3.277,50
	TOTAL DO PRO-CESSO:					R\$ 6.337,50

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

- V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

##### 7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS**

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 23 de julho de 2020.

SÉRGIO DE MELLO MF DE ALMEIDA & CIA LTDA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde Marcio Freitas de Almeida

CONTRATADO

#### TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA MARCELO ALVES CRIVELATTI

Secretário de Administração Controle interno

Portaria nº 739/2019

### ATA 056/2020 FMS

Publicação Nº 2617892

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2020 - FMS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 - FMS

Sistema De Registro De Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE FILME PARA RAIOS X DIGITAL E MATERIAIS PARA PEQUENAS CIRURGIAS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. SÉRGIO DE MELLO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 712.792.459-72, RG nº 13/R 2.458480, residente e domiciliado à Rua Santa Lídia, nº. 175, Santa Lídia, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa R.A. DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI, estabelecida à Avenida André Hernandes, nº 271, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.526.668/0001-60, representada, neste ato pelo Sr. Rafael Alves dos Santos, CPF sob o nº 037.916.869-33, Cargo/Função Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2020-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de filme de raios x digital e materiais para pequenas cirurgias para atender necessidades do Pronto Atendimento 24 horas e NAM do Município de Penha/SC, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente,

sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os produto(s) com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O(s) produto(s) deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser recusados, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Item	Descrição do Material	Marca	Un.Med.	Qtde do Item	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	Pinça anatomica dissecação c/ dente de rato 14cm	ABC INSTRUMENTOS 017	UN	65	R\$12,95	R\$841,75
5	Pinça kelly reta 14cm	ABC INSTRUMENTOS 023	UN	45	R\$27,80	R\$1.251,00
6	Pinça kelly curva 16cm	ABC INSTRUMENTOS 023	UN	65	R\$33,00	R\$2.145,00
8	Tesoura mayo stille reta 15cm	ABC INSTRUMENTOS 032	UN	45	R\$31,40	R\$1.413,00
	TOTAL DO PRO-CESSO:					R\$5.650,75

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. O fornecimento deverá ser realizado pela Contratada, de forma parcelada, em local previamente informado pela Secretaria Solicitante, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade e cronograma de entrega da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição do(s) produto(s) registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos produto(s) que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos produto(s), assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do(s) material(is) cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

##### 7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

##### 8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Saúde.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial,

considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para

dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 23 de julho de 2020.

SÉRGIO DE MELLO R.A. DOS SANTOS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde HOSPITALARES EIRELI  
Contratante Rafael Alves dos Santos  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:  
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA MARCELO ALVES CRIVELATTI  
Secretário de Administração Controle interno  
Portaria nº 739/2019

**DECRETO Nº 3572/2020 ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 3503/2020, QUE, RECONDUZ E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA - CONCIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2617924

DECRETO Nº 3572/2020

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 3503/2020 QUE, RECONDUZ E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DE PENHA - CONCIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 1º do Decreto nº 3484/2019 do dia 05 de dezembro de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Ficam mantidos e renomeados os seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes do Conselho Municipal da Cidade de Penha – CONCIDADE:

I - Poder Público:

a) Prefeito Municipal ou seu representante legal  
Jaylon Jander Cordeiro da Silva

b) 6 (seis) representantes do Poder Executivo Municipal

Titular – Max Riesemberg Bastos  
Suplente – Eduardo Lourival Francisco

Titular – Maurílio Antônio Duarte  
Suplente – Édpo Cristiano Bento

Titular – Janilto Domingos Raulino  
Suplente – Sérgio de Mello

Titular – Maurílio Pedro Leite  
Suplente – Nicélio Assi Veloso

Titular – Leandro de Lima Borba  
Suplente – Camila Luchtenberg

Titular – Ana Paula Rodrigues Gonçalves  
Suplente – Everaldo Lourival Francisco



c) 1 (um) representante do Corpo de Bombeiros Militar

Titular – Tenente Ramon Phillipy Coelho

Suplente – Sargento BM Flaviano Alves da Silva

II - Sociedade Civil:

a) 1 (um) representante da ACIPEN – Associação Comercial e Industrial de Penha e Câmara de Diretores Lojistas - CDL

Titular – João Eduardo Sensi

Suplente – Edilson Doubrawa

b) 1 (um) representante da AHOREPE – Associação de Hotéis e Restaurantes de Penha

Titular – André Locatelli Trein

Suplente – Rafael Murilo Celestino

c) 1 (um) representante das entidades ambientalistas e/ou instituições de ensino, pesquisa e extensão com atuação na área do meio ambiente com atuação no Município.

Titular – Rosemeri Marenzi

Suplente – Gilberto Caetano Manzoni

d) 1 (um) representante do seguimento imobiliário com atuação no Município

Titular – Márcio Piccoli

Suplente – Fabiano José da Silva

e) 1 (um) representante da atividade pesqueira, agricultura e/ou aq-icultura com atuação no Município.

Titular – David Stolfá

Suplente – Giovane F. Dias

f) 1 (um) representante dos profissionais liberais do seguimento de engenharia e arquitetura com atuação no Município.

Titular – Gabriel Volpi

Suplente – Edimara Tambani

g) 1 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil

Titular – Cristina Boccasius Siqueira

Suplente – Marina Gonçalves Cé

h) 3 (três) representantes das Associações de Moradores de Bairro legalmente constituídas e que atuam no Município:

Titular – Angelo Piazero Júnior

Suplente – Hubert Junior Schmoegel

Titular – Costabile A. Silva Di Gregório

Suplente – Sérgio Machado

Titular – Moacir Livinalli

Suplente – Waldemiro Meister Neto

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, especialmente o Decreto nº 3503/2020.

Penha/SC, 13 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário da Administração

**DECRETO Nº 3573/2020 REGULAMENTA A CONSULTA PÚBLICA PREVISTA NO ART. 179 SS. E A AUDIÊNCIA E DEBATE PÚBLICOS PREVISTOS NO ART. 163 SS., TODOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2007**

Publicação Nº 2617927

DECRETO Nº 3573/2020

REGULAMENTA A CONSULTA PÚBLICA PREVISTA NO ART. 179 SS. E A AUDIÊNCIA E DEBATE PÚBLICOS PREVISTOS NO ART. 163 SS., TODOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2007.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 3.511, de 19 de março de 2020, declarou situação de emergência de saúde pública no Município de Penha, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 07 de julho de 2020, relacionada à região da Foz do Rio Itajaí, incluindo a região como risco potencial gravíssimo da doença do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do da Foz do Rio Itajaí, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

CONSIDERANDO a variação do avanço da doença, principalmente nas dimensões de isolamento social e investigação/testagem e isolamento de casos;

CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina ao Estado e aos Municípios;

CONSIDERANDO a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

CONSIDERANDO a elaboração e divulgação do Documento orientador nº 01/2020, datado de 10 de julho de 2020 pelo Comitê Regional de Enfrentamento da Pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de buscar medidas que visem garantir maior estabilidade jurídica para as tomadas de decisões de enfrentamento e combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO as deliberações ocorridas em reunião realizada na sede da AMFRI na data de 13 de julho de 2020, visando a padronização das ações para implantar uma política de regionalização para o combate ao COVID-19 na região da AMFRI; e

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade nas atividades previstas na Lei Complementar 02/2007, e que o Município deve manter a continuidade dos serviços públicos e de medidas que venham a resguardar a economia e a propiciar desenvolvimento, mantendo as medidas de prevenção e enfrentamento ao novo Coronavírus (COVID-19),

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Consulta Pública Virtual, Audiência Pública Virtual e Debate Público Virtual no âmbito da administração direta e indireta do Município de Penha a ser realizada em situações extraordinárias, ou seja, exclusivamente em situações de convulsão social, calamidade pública, pandemia, emergência epidemiológica, colapso do sistema de transportes ou situações de força maior que impeçam ou inviabilizem a reunião presencial das pessoas.

Parágrafo único. A Audiência Pública é uma instância de discussão onde a administração pública informa e esclarece dúvidas sobre ações, planos e projetos, públicos ou privados, relativos à política urbana, ao impacto ambiental e demais temas relevantes que a Legislação ou a municipalidade determine que os cidadãos direta e indiretamente atingidos pela decisão administrativa, sejam convidados a exercer o direito à informação e o direito de manifestação sobre estes projetos.

Art. 2º A Consulta Pública Virtual, Audiência Pública Virtual e Debate Público Virtual serão processadas por meio de solução tecnológica que viabilize a discussão de matérias, e terão por base uma plataforma que permita o debate, com vídeo e áudio, dos membros da Administração Pública, dos representantes do empreendedor que tenham pleno conhecimento do conteúdo em discussão, de convidados, de especialistas e com as pessoas interessadas em participar de forma interativa.

**SEÇÃO I****DA CONSULTA PÚBLICA**

Art. 3º A Consulta Pública tem por finalidade submeter à apreciação da população e recolher sugestões sobre atos normativos, programas e projetos do Poder Público Municipal.

Art. 4º A Consulta Pública ocorrerá em ambiente virtual (on-line) e deve ser formalizada por edital que informe:

I - O tema e o conteúdo da consulta;

II - Os locais e horários onde podem ser acessados os documentos para análise, os quais deverão estar à disposição on-line e fisicamente, durante todo o prazo de publicidade do edital;

III - A data de encerramento da consulta;

IV - O e-mail ou link para envio das contribuições, bem como o local e horário para protocolo de manifestações físicas;

V - As informações para a participação em reunião ou audiência pública, se for o caso.

Parágrafo único. Todos os atos da consulta pública, inclusive as reuniões e audiências públicas, poderão ser realizados on-line, mediante a divulgação e disponibilização do link e das instruções para participação.

Art. 5º O edital deve conferir prazo de publicidade mínimo de 15 (quinze) dias e ser veiculado na imprensa oficial e nos veículos oficiais de comunicação do Município, inclusive mídias sociais.

Art. 6º As Consultas Públicas têm caráter consultivo e informativo e as sugestões encaminhadas não vinculam as decisões do Poder Executivo.

§ 1º As críticas e sugestões derivadas da Consulta Pública serão registradas e respondidas publicamente, e deverão constar nos processos a que se referem, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação.

§ 2º O Poder Executivo deve documentar e responder publicamente sobre os motivos do não acolhimento das sugestões.

Art. 7º A Consulta Pública é aberta à participação de pessoas físicas ou jurídicas, e os interessados em participar poderão fazê-lo analisando o conteúdo disponibilizado e enviando suas manifestações conforme as diretrizes do edital.

§ 1º Somente serão apreciadas as contribuições e manifestações que contenham identificação do participante, acompanhada do respectivo contato (telefone ou e-mail).

§ 2º Após o encerramento do período de Consulta Pública, o Município divulgará, em seu site, a integralidade das contribuições e manifestações recebidas.

§ 3º Não serão divulgados os meios de contato informados pelos participantes.

Art. 8º Poderão remeter questões para Consulta Pública:

I - O Poder Executivo Municipal;

II - O Poder Legislativo Municipal;

## SEÇÃO II

### DAS AUDIÊNCIAS E DEBATES PÚBLICOS

Art. 9º As Audiências Públicas têm por finalidade informar e prestar esclarecimentos à população sobre os atos do Poder Público Municipal e os Debates Públicos têm por finalidade discutir, avaliar impactos e resultados, analisar e colher subsídios, críticas e sugestões sobre assuntos de interesse público do Município.

Parágrafo único. As audiências e debates públicos devem ser realizados nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 2/2007 e nos demais casos previstos em legislação específica, nos termos da regulamentação deste Decreto.

Art. 10 As Audiências e os Debates Públicos poderão ser convocados:

I - Pelo Poder Executivo Municipal;

II - Pelo Poder Legislativo Municipal;

III - Pela sociedade civil por solicitação de no mínimo 1% (um por cento) dos eleitores do Município.

Parágrafo Único. Nos casos referentes ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e ao Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) a determinação do inciso III deste artigo deverá ser flexibilizada para atender a demanda da população diretamente atingida pelo impacto.

Art. 11 As audiências e debates públicos podem ser realizados presencialmente ou em ambiente virtual (on-line), desde que observem os seguintes requisitos:

I - Convocação por edital e ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social de massa disponíveis, inclusive mídias sociais;

II - Antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias para divulgação do cronograma, dos locais das reuniões ou consultas e da apresentação dos assuntos que serão discutidos;

III - Garantia do acesso à informação e dados municipais de forma transparente, em linguagem adequada, em tempo hábil, através de meios digitais e impressos;

IV - Publicação e divulgação dos resultados das reuniões ou consultas com registro de presença, a dos participantes e registro em ata escrita e gravada dos debates e das propostas definidas nas diversas etapas dos processos participativos, tanto para os procedimentos presenciais como virtuais;

V - Serem dirigidos pelo Poder Público Municipal, que após a exposição do conteúdo, abrirá as discussões aos presentes;

VI - Garantia da presença de todos os cidadãos e cidadãs interessados, independentemente de comprovação de residência ou qualquer outra condição;

VII - Todos os documentos relativos ao tema da Audiência ou do Debate Público, tais como estudos, plantas, planilhas e projetos, serão colocados à disposição de qualquer interessado para exame e extração de cópias, inclusive por meio eletrônico, com antecedência mínima



de 96 (noventa e seis) horas da sua realização;

VIII - As intervenções dos participantes realizadas em Audiência ou Debate Público serão registradas por escrito e gravadas para acesso e divulgação públicos, e deverão constar nos processos referentes aos licenciamentos e/ou processos legislativos que lhe dão causa, conforme disposto neste código;

IX - Em caso de realização de audiências ou debates públicos para elaboração ou discussão de leis, as gravações e atas deverão ser anexadas ao Projeto de Lei, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Art. 12 As Audiências e Debates Públicos têm caráter consultivo e informativo e as sugestões encaminhadas não vinculam as decisões do Poder Executivo.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deve documentar e responder publicamente sobre os motivos do não acolhimento das sugestões produzidas nas Audiências e Debates Públicos.

Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 21 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

## **DECRETO Nº 3571/2020 NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS**

Publicação Nº 2617922

DECRETO Nº 3571/2020

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMED E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 64, inciso VI, 89, I, 'c' da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica nomeado o Conselho Municipal de Educação - COMED, sendo composto pelos seguintes membros:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Membro: Valdinéia Bortolato Germano

Membro: Lenara Serpa Schmitz

Suplente: Nayara Beatriz Silva

Suplente: Edna Ana Galdino Ferreira

INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL FILANTRÓPICA (APAE)

Membro: Jaqueline Machado Machado Ferreira

Suplente: Surama dos Santos Anacleto

REPRESENTANTE DAS ESCOLAS PARTICULARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Membro: Kátia Oliveira

Suplente: Pedro Guilherme Borba Lima

REPRESENTANTES DE CADA UMA DAS SEGUINTESS MODALIDADES DE ENSINO NA REDE MUNICIPAL

EDUCAÇÃO INFANTIL

Membro: Deise Regina dos Santos

Suplente: Roseli Helena Adriano Gonçalves

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Membro: Ana Maria Claudino

Suplente: Laurecina da Silva

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Membro: Charles Clever Valdrich

Suplente: Gabriel Rodrigues Porto de Sá

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Membro: Cheila Catiane Gonçalves

Suplente: Roseli Silva Stolf

REPRESENTANTES DA APP DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Membro: Elfrida Brandl Koepsel

Suplente: Licelma Conceição da Costa Silva

REPRESENTANTES DA APP DA REDE ESTADUAL DE ENSINO

Membro: Michele Aparecida Porto Neuman

REPRESENTANTES DOS ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Membro: Gertrudes Rogalsky

Suplente: Maria Aparecida da Silva

REPRESENTANTES DA SECRETARIA DO BEM – ESTAR SOCIAL E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Membro: Walquiria Jacinta Germano Gomes

Suplente: Elaine de Souza

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLECENTE

Membro: Marcolina Irene dos Santos

Suplente: Marlene Pereira Siqueira

Art. 2º O exercício de função de conselheiro é considerado serviço público relevante e não remunerado, sendo o mandato para o período de 14/08/2020 a 04/04/2021.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias, especialmente o Decreto nº 3304/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha/SC, 14 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 3574/2020 DEFINE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2617984

DECRETO Nº 3574/2020

DEFINE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 3.511, de 19 de março de 2020, declarou situação de emergência de saúde pública no Município de Penha, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 07 de julho de 2020, relacionada à região da Foz do Rio Itajaí, incluindo a região como risco potencial gravíssimo da doença do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do da Foz do Rio Itajaí, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

CONSIDERANDO a variação do avanço da doença, principalmente nas dimensões de isolamento social e investigação/testagem e isolamento de casos;

CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina ao Estado e aos Municípios;

CONSIDERANDO a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

CONSIDERANDO a elaboração e divulgação do Documento orientador nº 01/2020, datado de 10 de julho de 2020 pelo Comitê Regional de Enfrentamento da Pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de buscar medidas que visem garantir maior estabilidade jurídica para as tomadas de decisões de enfrentamento e combate ao COVID-19; e

CONSIDERANDO as deliberações ocorridas em reunião realizada na sede da AMFRI na data de 13 de julho de 2020, visando a padronização das ações para implantar uma política de regionalização para o combate ao COVID-19 na região da AMFRI;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam definidas, até 26 de agosto de 2020, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território municipal, as seguintes medidas:

I - Para os estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados) e congêneres:

- a) a limitação do acesso a apenas 01 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes;
- b) a redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 30% do limite permitido;
- c) horário permitido de funcionamento das 06:00hs às 00:00hs, de segunda-feira à domingo.
- d) deve ser feita a mensuração de temperatura da população e dos funcionários na entrada dos estabelecimentos;
- e) fornecimento de álcool em gel, uso de máscaras, desinfecção de cestas e carrinhos de compras, bem como o controle da fila na entrada, mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 metros;

II - Para serviços que envolvam a alimentação, tais como restaurantes, padarias e similares:

- a) para as padarias e restaurantes o horário permitido de funcionamento será de segunda-feira à domingo, das 6:00hs às 22:00hs;
- b) para os bares e similares, o horário de funcionamento será de segunda-feira a domingo das 08hs às 20hs;
- c) no período noturno está permitido os serviços por delivery, de segunda-feira à domingo, sem restrição de horário;
- d) limitação de entrada e permanência de pessoas em 40% (quarenta por cento) da capacidade máxima de público do estabelecimento, com a devida informação visível desse quantitativo, devendo ser retirado e/ou isoladas do salão as mesas e cadeiras excedentes;
- e) priorização do atendimento mediante reserva com agendamento de horário;
- f) intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento e em cada mesa ou balcão;
- g) disponibilização de informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira com acionamento a pedal nos lavatórios de higienização;
- h) controle de acesso e marcação de lugares na área interna, reservados aos clientes, obedecendo a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas com a devida demarcação a fim de aumentar os espaços circulantes;
- i) controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa com a devida demarcação horizontal (solo);
- j) uso obrigatório de máscaras pelos atendentes;
- k) higienização das máquinas de cartão ou totens de pedido a cada uso;
- l) proibição de acondicionamento de copos em refrigeradores;
- m) afastamento obrigatório de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes de alto risco, com comprovação médica, exceto para o trabalho remoto (Home Office);

- n) priorização de trabalho remoto para os setores administrativos quando couber;
- o) fica vedada a utilização de bandas musicais, sendo permitido voz e violão ou similares, desde que tenha uma proteção de acrílico, separando o artista do público;
- p) fica proibida a permanência de pessoas em pé no interior do estabelecimento exceto, em filas e para acesso aos sanitários;
- q) fica proibida a caracterização do estabelecimento de forma temática ou comemorativa (tais como aniversários e festas típicas do calendário);
- r) deve ser priorizada a ventilação natural dos ambientes;
- s) Obedecer à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;
- t) Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, tais como a lavagem das mãos com água e sabão ou higienização com álcool gel 70%, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;
- u) Posse obrigatória de máscara por todo cliente que estiver no interior estabelecimento durante a alimentação;
- v) Higienização das mesas, cadeiras e cardápios a cada uso;
- w) Fica proibido, o uso de equipamentos de "Narguilé" em espaços públicos e privados com acesso ao público, mesmo em ar livre.

III - que os velórios realizados em âmbito municipal tenham a duração máxima de 03 (três) horas, limitando-se a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, devendo as celebrações de despedidas também serem limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara, quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até as 17h30min., em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS);

IV - em relação as academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, hidroginástica em estabelecimentos privados e/ou condomínios:

- a) permitida somente práticas individuais respeitando a taxa de ocupação de 30% e o distanciamento de 1,5 m entre as pessoas e equipamentos;
- b) realizar a desinfecção total do ambiente uma vez por período, com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde;
- c) adotar o uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os colaboradores;
- d) utilizar pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia;
- e) utilizar apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado;

V - quanto aos serviços autônomos e de profissionais liberais ficam autorizados, desde que observada a necessidade de agendamento para atendimento individual, respeitando o limite de ocupação de 50% do espaço do local, a necessidade de distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre pessoas e o reforço das medidas de biossegurança;

VI - hotéis, pousadas e similares devem cumprir as regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº 244/2020, ou seja:

- a) somente poderão ativar 70% de sua capacidade total de hospedagem;
- b) devem disponibilizar álcool gel para uso dos clientes na recepção, nas portas dos elevadores e nos corredores de acesso aos quartos;
- c) os serviços de alimentação, tais como restaurantes, bares e lanchonetes, localizados dentro das hospedagens poderão atender aos hóspedes somente em serviço de quarto;
- d) as áreas sociais e de convivência, tais como sala de jogos, academias e piscinas, deverão permanecer fechadas;
- e) o serviço de governança deverá intensificar a higienização dos quartos e banheiros com desinfecção das superfícies com álcool a 70º ou sanitizantes de efeito similar, além da limpeza de rotina;
- f) ao final da estadia do hóspede deverá ser realizada limpeza e desinfecção completa do quarto e superfícies, antes da entrada de novo hóspede; e
- g) todos os trabalhadores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo seu turno de serviço, independentemente de estarem em contato direto com o público;

VII - estabelecimentos bancários: os estabelecimentos devem ter um funcionário local para organizar o distanciamento nas filas e uso de máscaras, dispor de álcool gel junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana;

VIII - quanto ao funcionamento de comércios em geral: abertura de segunda-feira a sábado, com suspensão aos domingos, sendo que ficará restrito ao horário das 08hs às 20hs;

IX - quanto a Rede de Atenção Básica, deverá:

a) dispor de atendimento para a população por telefone ou sistema on-line para orientar quanto ao melhor local para atendimento de acordo com os sintomas apresentados;

b) organizar o fluxo de atendimento na unidade de saúde de forma a diminuir contato de pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19 das pessoas não doentes, inclusive destinando consultório somente para esta finalidade, mantendo o paciente apenas neste local, devendo a equipe técnica acessar este espaço;

c) ampliar o horário para atendimento de pessoas com sintomas respiratórios;

d) monitorar as pessoas com sintomas respiratórios em tratamento domiciliar;

e) monitorar pessoas com doenças crônicas;

f) notificar os casos suspeitos para COVID-19 e comunicar a vigilância epidemiológica municipal;

g) realizar ações de educação em saúde para população local voltada para prevenção da transmissão da COVID-19;

h) suspender atendimentos eletivos;

i) treinar equipe para atendimento pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19;

j) treinar equipe para paramentação e desparamentação adequada e cuidados com proteção individual;

k) ações de enfrentamento, combate e tratamento profilático ou terapêutico relacionados a COVID-19, deverão obedecer o regramento estipulado para a ação específica;

X - Fica autorizado o funcionamento de quadras esportivas particulares, para fins de locação e funcionamento, sendo permitido somente 2 (dois) jogos por noite, com intervalo mínimo de 1 hora entre os jogos, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

a) Disponibilização de álcool 70% em todas as instalações do estabelecimento para higienização das mãos;

b) Todos os atletas e colaboradores deverão fazer uso de máscaras enquanto permanecerem no local, ressalvado o período em que estiver realizando a prática de esporte;

c) Proibição da utilização de churrasqueiras e demais ambientes de uso comum e/ou de recreação;

d) Proibição do compartilhamento de equipamentos e utensílios;

e) Bolas e demais equipamentos de uso coletivo devem ser obrigatoriamente higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, após cada utilização, respeitando as características e as informações da rotulagem;

f) Manutenção dos lavatórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento sem as mãos;

g) Proibir o uso de bebedouros ou qualquer equipamento similar;

h) Todos os atletas e/ou colaboradores que apresentarem sintomas respiratórios como tosse, febre, dor de garganta e mal estar geral devem ser proibidos de adentrar ao local;

i) Proibição de confraternização ou outras as atividades sociais e de lazer, entre outras, decorrentes destas atividades.

XI – Fica autorizado o funcionamento das aulas presenciais de formação de condutores, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

a) fica estabelecida a limitação de entrada de alunos nas salas de aulas teóricas dos CFC – Centro de Formação de Condutores - no quantitativo de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, mantendo-se o distanciamento mínimo de raio entre as pessoas de 2 m (dois metros).

b) Deverá ser previsto um intervalo mínimo de 30 minutos entre cada turma para que seja providenciado a limpeza de todo o ambiente com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, mesas, corrimãos, cadeiras e interruptores;

c) Todos os alunos e instrutores deverão utilizar máscara durante as aulas, bem como seguir as medidas de segurança constantes na Portaria SES nº 238 de 08 de abril de 2020 e nas normativas que a sucederem.

XII - Fica autorizado o funcionamento de aulas presenciais de cursos livres, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

a) fica estabelecida a limitação de entrada de alunos nas salas de aulas dos cursos livres - no quantitativo de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, mantendo-se o distanciamento mínimo de raio entre as pessoas de 2 m (dois metros).

b) Deverá ser previsto um intervalo mínimo de 30 minutos entre cada turma para que seja providenciado a limpeza de todo o ambiente com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, mesas, corrimãos, cadeiras e interruptores;

c) Todos os alunos e professores deverão utilizar máscara durante as aulas, bem como seguir as medidas de segurança constantes no artigo 2º deste Decreto.

XIII – Fica autorizado a realização de competições esportivas públicas e privadas, oficiais ou não, desde que obedecidos os requisitos estabelecidos na Portaria SES nº 592/ de 17 de agosto de 2020, proibido o acesso de público.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de que trata o inciso I deste artigo devem seguir as diretrizes sanitárias do Estado: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-diretrizes-sanitarias/resource/093d8933-94ba-4f3f-82f6-074f73c3a632>, com atenção ao controle da temperatura dos clientes e funcionários.

Art. 2º Todos os estabelecimentos deste tópico devem seguir as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado: COVID-19 - COVID-19 - Diretrizes Sanitárias - Diretrizes Sanitárias – Alimentação.

Art. 3º A fiscalização desses estabelecimentos deve ser ampliada pela vigilância sanitária municipal, com apoio da Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e Defesa Civil, buscando garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Art. 4º Ficam SUSPENSAS, até 26 de agosto de 2020, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território municipal, as seguintes atividades:

I - o transporte coletivo municipal e intermunicipal;

II - as atividades em casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos, públicos ou privados;

III - espaços de academias ao ar livre, playgrounds, parques, praças, clubes sociais, mirantes, espaços públicos e afins, em qualquer modalidade;

IV - praias: ficam suspensas as atividades esportivas aquáticas, incluindo passeios náuticos na modalidade "amadrinhada", aglomeração de pessoas, nas faixas de areia e em torno dos rios e lagoas, com exceção da pesca profissional, amadora e artesanal, bem como fica permitida a prática individual de esportes;

V - aulas coletivas presenciais da rede pública e privada, de cursos superiores e técnicos, inclusive estágios;

VI - cirurgias eletivas em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados que atendem na rede complementar ao SUS (respeitando a Portaria SES/SC nº 421, de 22/06/2020).

Art. 5º Fica mantido o funcionamento de Parque Temático, bem como os ambientes e locais turísticos, o qual deve limitar e ordenar o seu público, desde que não ultrapassem a capacidade permitida de até 50% (cinquenta por cento) devendo, obrigatoriamente, organizar as atividades, atendendo no mínimo as seguintes condições:

I. Devem ser disponibilizados dispensador com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, para higienização das mãos, na entrada e saída dos estabelecimentos, praça de alimentação, brinquedos, shows e afins;

II. É obrigatório o uso de máscaras descartáveis, de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão por todos os funcionários e clientes durante a permanência no estabelecimento, como também manter o distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

III. Os bebedouros devem estar fechados, sendo de responsabilidade de cada visitante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado;

IV. Durante o horário de funcionamento do estabelecimento, deve ser realizada a limpeza geral e a desinfecção de todos os ambientes (Praças de Alimentação, brinquedos, shows e afins) após utilização de cada cliente;

V. O Parque Temático deve organizar filas com grupos de usuários para entrada nos estabelecimentos e recomenda-se a aferição da temperatura na entrada, afim de evitar a disseminação do coronavírus. Quem apresentar febre a partir de 37,8º graus deve ser procurar atendimento médico especializado.

VI. Deve haver um distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas, nas filas dos estabelecimentos;



- VII. Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural possível e, para os estabelecimentos que possuam exclusivamente ar condicionado, os mesmos devem fazer a limpeza dos filtros diariamente;
- VIII. Devem ser disponibilizado cartazes com as regras de funcionamento autorizadas e as restrições sanitárias adotadas, em local visível e de fácil acesso;
- IX. Os clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado não devem frequentar os estabelecimentos;
- X. O estabelecimento deve disponibilizar álcool 70% em pontos estratégicos, para higienização das mãos;
- XI. Clientes e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool 70% na entrada e na saída dos estabelecimentos, sempre que utilizá-los;
- XII. Os equipamentos, como brinquedos e afins, devem, após cada uso, ser higienizados com álcool 70% ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos, tanto para o tipo de degermante quanto para os pontos possíveis de higienização;
- XIII. Equipamentos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados devem ser evitados, neste momento;
- XIV. É responsabilidade do estabelecimento fornecer álcool 70% ou outras substâncias degermantes, bem como orientar os usuários quanto à sua utilização;
- XVII. O estabelecimento deve recomendar aos usuários que evitem utilizar luvas;
- XVIII. Não é permitido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local;
- XIX. Os banheiros devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool 70%;
- XX. Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;
- XXI. Somente os clientes que estiverem de máscaras poderão acessar o estabelecimento;
- XXII. O estabelecimento deve fornecer álcool 70% para os clientes, na entrada e saída do local.
- XXIII. Intensificar a higiene e manter os ambientes ventilados naturalmente.
- XXIV. Aumentar a frequência de higienização de superfícies (mesas, cadeiras, maçanetas, balcões e etc.) do estabelecimento.
- XXV. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos trabalhadores sobre a correta higienização das instalações, equipamentos, utensílios e higiene pessoal (com comprovação documental, de acordo com a Resolução RDC nº 216/2004);
- XXVI. Os trabalhadores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos e antebraços, principalmente após tocarem o rosto, nariz, olhos e boca, após uso de sanitários e após tocar em dinheiro ou cartões de banco;
- XXVII. Disponibilizar álcool 70% no caixa para higienização das mãos, dos clientes e dos trabalhadores;
- XXVIII. Os saneantes utilizados devem estar devidamente regularizados junto a ANVISA e o modo de uso deve seguir as instruções descritas nos rótulos dos produtos;
- XXIX. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos funcionários sobre a correta higienização do estabelecimento e higiene pessoal.
- XXX. Quando possível, realizar o pagamento com cartão, diminuindo o contato com o funcionário do caixa.
- XXXI. Os idosos e aqueles que integram o grupo de risco para COVID-19 deverão, em caso de filas, terem prioridade no atendimento;
- XXXII. A comercialização de ingressos, deverá ser, prioritariamente, por meios eletrônicos, quando for realizada no local, afim de evitar filas e aglomerações;
- XXXIII. O estabelecimento deverá contar, no seu interior, com monitores treinados para orientar o público a fim de evitar aglomerações e observar a etiqueta sanitária;
- XXXIV. Os funcionários, colaboradores e terceiros deverão fazer o uso de máscaras;
- XXXV. O estabelecimento, poderá disponibilizar máscaras ao público;
- XXXVI. Os estabelecimentos que possuem veículos próprio e/ou terceirizados para transfer deverão garantir a segurança do transporte tanto dos motoristas quanto dos usuários, bem como a limpeza e desinfecção de tais veículos, inclusive, deverá o motorista possuir esquema

vacinal completo, álcool em gel 70% à disposição dos usuário, o uso de máscaras para motoristas e passageiros, cumprimento das regras de etiqueta respiratória, controle de usuários com escala, apresentação de procedimentos operacionais padrão sobre a atividade.

XXXVII. Empresas terceirizadas deverão seguir as mesmas medidas de prevenção exigidas aos parques;

XXXVIII. Instruir os funcionários acerca da obrigatoriedade da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos frequente, da utilização de produtos antissépticos durante o desempenho de suas tarefas, como álcool em gel 70%, etiqueta respiratória (cobrir boca e nariz, o uso de lenço descartável ou cotovelo ao tossir e espirrar), da manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho, da utilização de máscaras caseiras, observando o correto manuseio e higienização, bem como o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, evitando qualquer contato físico, como apertos de mão, abraços, etc.

XXXIX. O Parque Temático poderá adotar medidas mais restritivas para o combate ao COVID-19, desde que estiverem de acordo com este Decreto.

XL. Disponibilizar lixeiras com tampas por acionamento sem as mãos;

XLI. Organizar bancos de uso comum de forma a garantir o distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre os visitantes.

XLII. Orientar e desestimular o acesso de pessoas pertencentes a grupos de risco, tais como idosos, hipertensos, imunodeprimidos, diabéticos, gestantes ou portadores de doenças crônicas neste momento;

XLIII. Verificar a temperatura corporal com termômetro infravermelho digital (sem contato direto) de todas as pessoas que acessarem o estabelecimento;

XLIV. Disponibilizar informativos sobre a COVID-19 e suas medidas de prevenção e práticas de proteção em todo espaço, da bilheteria à saída para conhecimento de colaboradores, fornecedores e cliente;

XLV. Não compartilhar alimentos, copos e garrafas;

XLVI. Programar a utilização dos refeitórios, restaurantes, lanchonetes e similares de forma a evitar agrupamento e cruzamento, além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre as pessoas;

XLVII. Não utilizar a modalidade de buffet de alto serviço (self service) para as refeições;

XLVIII. Preferencialmente definir sistema de fluxo unidirecional de visitantes (sistema semelhante à trânsito de veículos – “mão e contra-mão”), de forma a evitar o cruzamento de pessoas na mesma linha de condução;

XLIX. Os locais que disponham de estacionamentos controlados devem ter alternativas de acessos e saídas com comandos sem o contato das mãos, tanto para os colaboradores quanto para os fornecedores e visitantes;

L. Nos veículos de fretamento para transporte de colaboradores, a ocupação de cada veículo recomendada é de 50% da capacidade de passageiros sentados, intercalando a posição janelacorredor (zigzague);

LI. Capacitar os colaboradores para aplicação das medidas de prevenção de contaminação pela COVID-19, incluindo a capacitação para paramentação e retirada dos equipamentos de proteção individual (EPI's);

LII. Monitorar os colaboradores, com vistas à identificação precoce de sintomas compatíveis à COVID-19 (sintomas respiratórios, tosse seca, dor de garganta ou dificuldade respiratória, com ou sem febre e sintomas gripais);

LIII. Manter afastados os colaboradores que coabitam ou tenham outras formas de contato com pessoas suspeitas ou com diagnóstico de infecção de COVID-19 até parecer médico liberando o retorno às atividades laborais;

LIV. Se positivo para COVID-19, manter isolamento domiciliar por, 14 dias do início dos sintomas, ou conforme orientação médica, podendo retornar às atividades após esse período desde que esteja assintomático por, no mínimo 72 horas ou após avaliação clínica atestando sua aptidão para o trabalho;

LV. Se resultado negativo, pode retornar as atividades laborais desde que assintomático há mais de 72 horas ou após avaliação clínica.

LVI. Todos os casos suspeitos ou confirmados para COVID-19 devem ser imediatamente informados para as autoridades sanitárias locais;

Art. 6º Quanto aos trabalhadores dos estabelecimentos citados no artigo 5º:

I. Os trabalhadores devem usar máscaras enquanto permanecerem nos ambientes de uso coletivo;

II. Recomendar que os trabalhadores não retornem às suas casas diariamente com as roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme;

III. Os locais para refeição, quando presentes, devem ser utilizados com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade (por vez). Devem organizar cronograma para sua utilização de forma a evitar aglomerações e cruzamento entre os trabalhadores (fluxos interno e de entradas e



saídas), além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);

IV. Adotar medidas internas relacionadas à saúde do trabalhador, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho, priorizando o afastamento, sem prejuízo de salários, dos trabalhadores pertencentes a grupos de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento;

V. Em caso de algum dos trabalhadores (proprietários, empregados próprios ou terceirizados) apresentar sintomas de contaminação pelo COVID-19, buscar orientação médica, bem como serem afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades sanitárias devem ser imediatamente informadas desta situação.

VI. Os trabalhadores devem evitar conversar, tocar o rosto, nariz, boca e olhos;

VII. Seguir a etiqueta da tosse, que orienta que ao tossir ou espirrar deve-se cobrir o nariz e a boca com um lenço descartável, descartá-lo imediatamente e realizar higienização das mãos. Caso não tenha disponível um lenço descartável cobrir o nariz e boca com o braço flexionado;

VIII. Caso a atividade necessite de mais de um trabalhador ao mesmo tempo manter a distância mínima entre eles de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros), sendo que todos deverão usar máscaras;

IX. Disponibilizar álcool gel 70% em cada posto de trabalho, devendo ser orientada e estimulada a sua utilização pelos trabalhadores;

X. Manter ventilados, dentro do possível, todos os postos de trabalho;

XI. Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, corrimãos e interruptores;

XII. Os lavatórios dos locais para refeição e sanitários deverão estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool 70%;

XIII. Adotar a modalidade de trabalho remoto para os setores administrativos, sempre que possível;

Art. 7º Ficaram mantidas as seguintes recomendações para a Sociedade em Geral e o Setor Privado, a fim de minimizar os efeitos da Pandemia de COVID-19 no município de Penha:

I - Higienizar as mãos com frequência;

II - Adotar como prática a etiqueta da tosse;

III - Evitar viajar e realizar comemorações com a presença de pessoas que não residem em sua casa;

IV - Ficar em casa a maior parte do tempo;

V - Ingerir bastante água e se alimentar de forma saudável;

VI - Manter distância de 1,5 metros de outras pessoas;

VII - Não participar ou frequentar locais em que possa haver aglomeração de pessoas;

VIII - Priorizar serviços de delivery;

IX - Quando possível adiar consultas, exames médicos, cirurgias e outros procedimentos que possam provocar dano à saúde e a ida a locais onde há pessoas potencialmente doentes;

X - Utilizar máscara em espaços públicos e espaços privados compartilhados;

XI - Não frequentar locais que não sigam as recomendação e adequações necessárias para minimizar a transmissão do coronavírus;

Parágrafo único. Ao Setor Privado:

a) Adaptar seu funcionamento para manter o distanciamento de 1,5m entre as pessoas, sanitização de ambientes e higienização;

b) Adequar o funcionamento de atividades essenciais com a menor quantidade de pessoas possível;

c) Adotar regimes de escala, rodízio e/ou novos turnos de trabalho com redução do número de trabalhadores presentes ao mesmo tempo no ambiente de atividades essenciais;

d) Afastar colaboradores confirmados ou suspeitos de COVID-19;

e) Afastar trabalhadores que pertençam aos grupos de risco;

- f) Apresentar informativo visível das normas de funcionamento do local para a prevenção de contaminação com COVID-19;
- g) Disponibilizar pias com água e sabão ou álcool 70% para higienização das mãos de funcionários e clientes nas atividades essenciais;
- h) Higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparações antissépticas respeitando as características do produto nas atividades essenciais;
- i) Intensificar higienização dos ambientes com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nas atividades essenciais;
- j) Monitorar temperatura corporal de funcionários e clientes e evitar a permanência no ambiente de pessoas com temperatura acima de 37,5°;
- k) Priorizar a ventilação natural dos ambientes nas atividades essenciais;
- l) Procurar testar regularmente colaboradores;
- m) Uso de máscaras pelos funcionários de atividades essenciais durante todo o período de funcionamento;

Art. 8º Fica autorizado, em todo o território do município de Penha, às igrejas, templos religiosos e afins a realização de missas e cultos religiosos presenciais de segunda à domingo, desde que obedecidos as seguintes orientações:

I – A lotação máxima autorizada será de 40% (quarenta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

II – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III – Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

§2º Os estabelecimentos citados no art. 1º deverão ainda seguir todos os demais regramentos estabelecidos pelas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde no que diz respeito ao seu funcionamento, desde que não forem contrários ao presente Decreto.

Art. 9º Fica mantida em todo território do Município de Penha a obrigatoriedade do uso de máscaras pelos cidadãos em todos os ambientes públicos ou privados.

Art. 10 As atividades de fiscalização e de poder de polícia necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto será feita em conjunto por servidores municipais, polícia militar e demais autoridades competentes.

Art. 11 O descumprimento do disposto neste Decreto constitui infração sanitária nos termos da Lei Estadual 6.320/1983 e nas legislações municipais vigentes.

Art. 12 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir do dia 13 de agosto de 2020, revogando o Decreto nº 3554/2020 e Decreto nº 3561/2020.

Penha/SC, 21 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

## **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2020 - FMS**

Publicação Nº 2616192

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL  
CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 044/2020 - FMS

Objeto: Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais Médicos, objetivando a prestação de serviços de consulta médicas e procedimentos médicos especializados, atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de acordo com a Solicitação nº 627/2020,

dos quais o fundo Municipal não possui em seu quadro de profissionais efetivos.

O presente edital ficará aberto pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir do dia 08 de setembro de 2020 às 14:00 horas, podendo os interessados solicitarem o credenciamento a qualquer tempo, desde que respeitadas as condições do Edital.

Local: Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 03, Centro, Penha/SC.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h às 18h.

Penha/SC, 21 de agosto de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário da Administração

## **REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020 - FMS**

Publicação Nº 2616382

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2020 – FMS  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de preços para aquisição de equipamentos de proteção individual (epi's) para serem fornecidos aos profissionais de saúde, objetivando atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Penha/SC, de acordo com a solicitação nº 570/2020 anexa ao processo.

Início de Entrega das Propostas: 24/08/2020 às 16:00h.  
Término do Recebimento das Propostas: 28/08/2020 às 13:00h.  
Início da Sessão de Disputa de Preços: 28/08/2020 às 14:00h.

Coordenação do Processo: Pregoeira Rovená Rosa Prestini.

Sistema Eletrônico utilizado: <http://bll.org.br/>. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12 às 18h.

Penha/SC, 21 de agosto de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário da Administração

# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA Nº 58/2020, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2020

Publicação Nº 2616687

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA

#### AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Processo de Licitação nº 58/2020 – Pregão Eletrônico nº 04/2020.

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição de chinelos e mantas destinados a distribuição aos idosos do município quando em comemoração à semana do idoso.

A Pregoeira do Município de Peritiba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei nº 10.520 e demais legislações aplicáveis, COMUNICA que Pregão Eletrônico nº 04/2020, Processo de Licitação nº 58/2020, foi considerado fracassado, pois as propostas apresentadas ficaram acima do preço máximo descrito no edital, dessa forma não sendo aceitas pelo município.

Peritiba – SC., 21 de agosto de 2020.

REGINA INÊS BRAND LAZZARIN

Pregoeira

(Decreto nº 134/2020)

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2020 – PMPB - TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2020 – PMPB

Publicação Nº 2616236

MUNICIPIO DE PESCARIA BRAVA – S.C.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2020 – PMPB  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 04/2020 – PMPB

#### AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, através de seu Prefeito Municipal, Sr. Deyvisonn da Silva de Souza, informa que será realizada licitação na modalidade Tomada de Preços, tipo “menor preço”, objetivando a “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DOMICILIARES, COMERCIAIS E OUTROS COMPACTÁVEIS, EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO”, conforme quantidades e especificações constantes no Edital e seus anexos. Licitação regida pelos termos da Lei Federal nº. 8.666/93.

Data de Abertura: 09/09/2020 às 08h00min.

Informações poderão ser obtidas através do fone: (048) 9 8840 4017 - Setor de Licitações, no endereço de e-mail: [licitacao@pescariabrava.sc.gov.br](mailto:licitacao@pescariabrava.sc.gov.br) (site: [www.pescariabrava.sc.gov.br](http://www.pescariabrava.sc.gov.br)) ou diretamente na Sede administrativa: Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Rod. SC 437, Km 8, s/n – Centro, Pescaria Brava/SC.

Pescaria Brava, 21 de agosto de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Petrolândia

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 070/2020

Publicação Nº 2615762

DECRETO Nº. 070, de 14 de Agosto de 2020.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1739/2019, de 18 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (89) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.3107 – Transferências Recursos SUS ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.3107 – Transferências Recursos SUS, na importância de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 14 de Agosto de 2020.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 071/2020

Publicação Nº 2615763

DECRETO Nº. 071, de 17 de Agosto de 2020.

SUPLEMENTA MODALIDADES DE APLICAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Municipal nº. 1739/2019, de 18 de dezembro de 2019 (Lei Orçamentária);

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar na importância de R\$ 29.380,00 (Vinte e nove mil, trezentos e oitenta reais) os saldos da Modalidade de Aplicação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Petrolândia, abaixo discriminada:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (87) Aplicações Diretas

Recursos - 0.1.3109 – Covid-19-Saude na Escola ..... R\$ 29.380,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Suplementar acima, utilizar-se-á recursos do Excesso de Arrecadação na Fonte de Recursos 0.1.3109 – COVID 19 – Saúde na Escola, na importância de R\$ 29.380,00 (Vinte e nove mil, trezentos e oitenta reais).

Art. 35º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 17 de Agosto de 2020.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.291, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615756

DECRETO Nº 5.291, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

REVOGA ALGUMAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS QUE DISPÕE O DECRETO MUNICIPAL Nº 5.210 DE 13 DE ABRIL DE 2020.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 84, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

Considerando a solicitação da secretaria municipal de educação em avaliar o pagamento do auxílio transporte, visto que alguns acadêmicos retornaram às aulas;

Considerando que alguns funcionários necessitam realizar cursos de aperfeiçoamento;

DECRETA

Art. 1º. Fica revogado os incisos IV do art. 1º e inciso XIX do art. 2º do Decreto Municipal n 5.210, de 13 de abril de 2020.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto/SC, 20 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.001/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO

Publicação Nº 2615821

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, torna público, que estará realizando na sede da prefeitura, o CREDENCIAMENTO PRA CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS/EXAMES LABORATORIAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, ANÁLISE DIAGNÓSTICA DE AMOSTRAS DE MATERIAL PARA DIAGNÓSTICO DE COVID-19 PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. conforme especificações junto ao Edital Convocatório e anexos.

Declara aberta o acolhimento dos cadastros de credenciamento de 21/08/2020 até dia 17 de fevereiro de 2.020.

Maiores informações e entrega de documentos na Sede Administrativa em Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo email: protocolo@pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 21 DE AGOSTO DE 2020.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 519, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616074

PORTARIA Nº 519, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

DETERMINA INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 231 da Lei Complementar nº 016, de 17 de novembro de 1992, e

Considerando a necessidade de se produzir prova para eventual processo Disciplinar;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Robbin Alex Reyes Zanotti, presidente da comissão, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Coord. E Planejamento, matrícula funcional nº 4406226; Ligiane Zago Silva, membro da comissão, ocupante do cargo efetivo de Analista de Licitações e Atos

Administrativos, matrícula funcional nº 4406333; Thais Mariani Bee, membro da comissão, ocupante do cargo de Nutricionista, matrícula funcional nº 440565, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância Investigativa destinada a apurar, no prazo de 60 dias, os fatos de que trata o Processo de Sindicância nº 03/2020, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro administrativo de Pinheiro Preto, 20 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito municipal

## **TERMO ADITIVO 56/2020**

Publicação Nº 2615730

Termo Aditivo 056/2020

### **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 002/2020 E 03/2020**

Primeiro Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, autorizado através do Processo nº 247/2019, Licitação nº 095/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

#### **CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

#### **CONTRATADA:**

Empresa: SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ-MF n.º: 76.578.202/0001-87  
Endereço: Rod. SC 480, Bairro Quedas do Palmital, nº 481 E, Chapecó SC.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto o Fornecimento de litros de combustível tipo; ÓLEO DIESEL S10 E DIESEL COMUM, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 095/2019.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITAMENTO**

2.1 2.1 Após comprovado a diminuição no preço do combustível tipo óleo diesel S10 e S 500 comercializado pelas refinarias em todo país, amplamente divulgado por diversos meios de comunicação, fica o contrato de fornecimento nº 002/2020 e 003/2020, reajustado, para fins de alta o preço do óleo diesel S10 e S 500.

2.2 Diante do disposto no item 2.1 desta cláusula, o valor de compra do combustível passa a ser de:

I – S 500, de R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos), para R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos) por litro;  
II – S10, de R\$ 3,31 (Três reais e trinta e um centavos) para R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos), por litro.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO**

A despesa para com o presente aditivo fica a cargo da dotação orçamentária em vigor.

#### **CLAUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1 As demais cláusulas do contrato nº 002/2020 e 003/2020 permanecem inalteradas.

6.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 06 de agosto de 2020.  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL



CONTRATADA  
SAFRA DIESEL LTDA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

## TERMO ADITIVO 57/2020

Publicação Nº 2615727

TERMO ADITIVO Nº 057/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 77/2020

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Pedro Rabuske, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa CONSTRUTORA CIVILE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.492.368/0001-10, com sede na rua Rodovia SC 355 KM 55, sala 01, Portal das Videiras, Videira SC, por seu representante legal Sr. André Vaillatti, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o primeiro termo aditivo ao contrato nº 77/2020, nos termos da Lei nº 8.666/93, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1 Constitui objeto deste termo aditivo de ACRÉSCIMO E O ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO de itens no contrato nº 2772020, que versa sobre a execução de obra de engenharia, destinada à construção/ampliação do Refeitório do Centro Educacional II, forma dos projetos básicos aprovados através de portaria nº 597 de 18 de dezembro de 2019.

### 0.2 CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

2.1 O item 2.1 da cláusula segunda do contrato nº 77/2020 que trata dos valores e das condições para pagamento, passará a vigorar com a seguinte redação:

2.1 O valor do contrato inicialmente estabelecido em R\$ 218.686,21 (duzentos e dezoito mil seiscentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos) – Preço global, somando-se ao valor do presente termo aditivo este no montante de R\$1.785,00 (um mil setecentos e oitenta e cinco reais), resulta no valor total do contrato em R\$ 220.471,21 (duzentos e vinte mil quatrocentos e setenta e um reais e vinte e um centavos), representando assim 0,82 % (zero vírgula oitenta e dois por cento) do valor inicial do contrato.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO DE PRAZO

3.1 O item 3.2 da cláusula terceira do Contrato nº 77/2020, que trata da vigência e execução, passará a vigorar com a seguinte redação:

3.2 A obra deverá ser executada até o dia 17/10/2020 ou seja um acréscimo de 60 (sessenta) dias no prazo de execução, cujo contrato vigorará de 06 de março de 2020 até 31/12/2020.

### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 A presente despesa correrá a conta da seguinte dotação orçamentária:

2003 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 12- Desenvolvimento Educacional

Ação: 1.8 AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA FUNDAMENTAL

Despesa 56 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

Ação: 1.8 - AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA FUNDAMENTAL

Despesa 230

Fonte de recurso: 362 - Transferencia de Convênios - Estado/Educação - ex. anterior

### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do contrato nº 77/2020, independente de transcrição.

### CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

5.1 O presente termo aditivo será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

Pinheiro Preto, 17 de agosto de 2020.

PEDRO RABUSKE CONSTRUTORA CIVILE LTDA

Prefeito CONTRATADA

CONTRATANTE

**TERMO ADITIVO 58/2020**

Publicação N° 2615728

Termo Aditivo 058/2020

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS N.º 002/2020 E 03/2020**

Primeiro Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa SAFRA DIESEL LTDA, autorizado através do Processo nº 247/2019, Licitação nº 095/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: SAFRA DIESEL LTDA  
CNPJ-MF n.º: 76.578.202/0001-87  
Endereço: Rod. SC 480, Bairro Quedas do Palmital, nº 481 E, Chapecó SC.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto o Fornecimento de litros de combustível tipo; ÓLEO DIESEL S10 E DIESEL COMUM, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 095/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITAMENTO**

2.1 2.1 Após comprovado a diminuição no preço do combustível tipo óleo diesel S10 e S 500 comercializado pelas refinarias em todo país, amplamente divulgado por diversos meios de comunicação, fica o contrato de fornecimento nº 002/2020 e 003/2020, reajustado, para fins de alta o preço do óleo diesel S10 e S 500.

2.2 Diante do disposto no item 2.1 desta cláusula, o valor de compra do combustível passa a ser de:

I – S 500, de R\$ 3,29 (três reais e vinte e nove centavos) para R\$ 3,33 (três reais e trinta e três centavos) por litro;  
II – S10, de R\$ 3,35 (três reais e trinta e cinco centavos) para R\$ 3,39 (três reais e trinta e nove centavos), por litro.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO**

A despesa para com o presente aditivo fica a cargo da dotação orçamentária em vigor.

**CLAUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

6.1 As demais cláusulas do contrato nº 002/2020 e 003/2020 permanecem inalteradas.

6.2 E, por assim acordarem, firmam este instrumento de prorrogação, em três vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 18 de agosto de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
SAFRA DIESEL LTDA

**TESTEMUNHAS:**

1) ..... 2) .....  
Nome: Nome:  
CPF: CPF:

# Piratuba

## PREFEITURA

### INSTRUÇÃO NORMATIVA CI-001/2020

Publicação N° 2616415

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA CI-001/2020

Dispõe sobre a entrega de Declaração de bens e Rendas por Agentes Políticos e servidores da Administração Direta e Indireta do Município de Piratuba/SC.

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo Art. 1º da Lei Municipal 675/2003 de 11/08/2003, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, e,

Considerando o disposto no artigo 13 da Lei 8.429, de 2 de junho de 1992,

#### RESOLVE:

Art. 1º Os agentes políticos, servidores ocupantes de cargo efetivo, em Caráter Temporário (ACTs), ou comissionados do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Município de Piratuba/SC, deverão entregar, em até 10 (dez) dias após o prazo final de declaração entregue à Receita Federal do Brasil.

§ 1º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 2º O documento deverá ser encaminhado ao Setor de Recursos Humanos de cada um dos Poderes.

§ 3º Para o atendimento do disposto nesse artigo, poderá ser entregue cópia da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF, ou formulário próprio, conforme modelo constante no Anexo I desta Instrução Normativa.

§ 4º Aqueles que não tiverem bens em seu nome ou forem isentos da apresentação da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física à Receita Federal, devem declarar tal situação, em formulário próprio, conforme modelo constante no Anexo I desta Instrução Normativa.

Art. 2º O envio da declaração, nos termos da presente Instrução Normativa, não afasta a obrigatoriedade da apresentação do documento quando da investidura ou da vacância do cargo ou função, observados os procedimentos próprios.

Art. 3º O não cumprimento do disposto no art. 1º poderá ensejar nas punições que constam no §3º do art. 13 da Lei 8.429 de 2 de junho 1992.

Art. 4º O acesso às informações constantes das Declarações de bens e Rendas apresentadas por agentes políticos e servidores somente ocorrerá mediante requisição fundamentada e autorização expressa do Chefe do Poder Executivo, na forma da Lei.

§1º Recomenda-se que as declarações fiquem à disposição do Controle Interno, para que possa fazer verificações e solicitar possíveis correções;

Art. 5º Esta instrução Normativa entre em vigor na data de sua publicação.  
Piratuba/SC, 03 de agosto de 2020.

JULIANO COWACICZ  
Técnico em Controle Interno  
Ciente:

OLMIR PAULINHO BENJAMINI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

#### IDENTIFICAÇÃO

Nome:
Cargo:
Ano Base:

( ) Declaro que não possuo bens  
( ) declaro que possuo os bens e valores abaixo especificados

DESCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)

#### OBSERVAÇÕES

Constitui crime de falsidade ideológica a omissão de declaração em documento público ou a inserção de declaração falsa de que devia constar, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, juridicamente relevante (artigo 299 do Código Civil Brasileiro).

Piratuba/SC, , de , de 20 \_\_\_\_.

Assinatura do declarante

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 3.868/20 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616233

DECRETO MUNICIPAL Nº 3.868/20  
DE 21 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 3.679/19 QUE DECLAROU DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE PÚBLICO, PARTE DE IMÓVEIS PARTICULARES SITUADOS NA RUA ARNOLDO HASS E NA RUA DOS ATIRADORES, NECESSÁRIOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ROTATÓRIA PARA ACESSO À RUA DOS ATIRADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, VI da Lei Orgânica do Município e nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/41; e

CONSIDERANDO a necessidade de modificações na implantação da rotatória de acesso à Rua dos Atiradores, que servirá de escoamento do trânsito na Cidade de Pomerode (SC);

CONSIDERANDO, que tal obra viária é de vital importância e necessidade para melhorar a fluidez do trânsito do Centro da Cidade, aumentado assim a segurança no local:

DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 3.679/19 passa a vigorar com a seguinte redação:

[...]

Art. 1º (...)

I - 1 (uma) área a ser desapropriada, situada na Rua dos Atiradores, Centro, Município de Pomerode (SC), parte do imóvel registrado sob matrícula nº 8.586, de propriedade de ALESAT COMBUSTÍVEIS S.A., contendo a área de 571,38 m<sup>2</sup> (quinhentos e setenta e um metros e trinta e oito centímetros quadrados), com polígono gerado a partir da interseção da frente com o lado direito, segue pela frente em 117,75m (cento e dezessete metros e setenta e cinco centímetros) com o lado ímpar da Rua Arnaldo Hass; lado esquerdo em uma linha de 0,95m (noventa e cinco centímetros) com a margem esquerda do Rio do Teste; fundos em cinco linhas sinuosas, a primeira partido do lado esquerdo em 37,41m (trinta e sete metros e quarenta e um centímetros), a segunda de 24,17m (vinte e quatro metros e dezessete centímetros), a terceira de 34,74m (trinta e quatro metros e setenta e quatro centímetros), a quarta de 18,27m (dezoito metros e vinte e sete centímetros) e a quinta de 9,47m (nove metros e quarenta e sete centímetros) com terras do próprio imóvel (M. 8.586 R.G. Comarca de Pomerode, fechando o polígono. Consta na área a ser desapropriada uma área de preservação permanente (A.P.P.) de 46,34m<sup>2</sup> (quarenta e seis metros e trinta e quatro centímetros quadrados). Sem benfeitorias.

II - 1 (uma) área a ser desapropriada, situada na Rua dos Atiradores, esquina com a Rua Arnaldo Hass, Centro, Município de Pomerode (SC), parte do imóvel registrado sob matrícula nº 15.554, de propriedade de HELMUT VIEBRANTZ, contendo a área de 674,30 m<sup>2</sup> (seiscentos e setenta e quatro metros e trinta centímetros quadrados), com polígono gerado a partir da interseção da frente com o lado esquerdo, segue pela frente em duas linhas a primeira uma linha reta com 102,54m (cento e dois metros e cinquenta e quatro centímetros), a segunda uma linha sinuosa de 12,20m (doze metros e vinte centímetros) com o lado par da Rua Arnaldo Hass; lado esquerdo em duas linhas sinuosas, a primeira com 15,55m (quinze metros e cinquenta e cinco centímetros) e a segunda com 18,56m (dezoito metros e cinquenta e seis centímetros) com o lado par da Rua dos Atiradores; fundos em cinco linhas, a primeira uma linha com 21,70m (vinte e um metros e setenta centímetros), a segunda, em linha sinuosa de 28,48m (vinte e oito metros e quarenta e oito centímetros), a terceira de 27,35m (vinte e sete metros e trinta e cinco centímetros), a quarta linha com 16,08m (dezesseis metros e oito centímetros) e a quinta linha de 31,03m (trinta e um metros e três centímetros), todas com terras do próprio imóvel (M. 15.554 R.G. Comarca de Pomerode); e, lado direito em 0,90m (noventa centímetros) com terras de Fakini Malhas Ltda. (M. 9.471 R.G. Comarca de Pomerode), fechando o polígono. Consta na área a ser desapropriada uma área de preservação permanente (A.P.P.) de 80,28m<sup>2</sup> (oitenta metros e vinte e oito centímetros quadrados). Sem benfeitorias.

[...]

Art. 2º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 21 de agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3.861/2020 DE 03/08/2020**

Publicação Nº 2616042

DECRETO Nº 3.861/2020  
DE 03/08/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2020, PROVENIENTES DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 9º, da Lei nº 3.067/2019 de 29/11/2019:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, nas Unidades Gestoras, conforme especificado na tabela abaixo:

**Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Dotação	19.004.0010.0305.0060.1104.34490 - Aquisição de Veículos e Equipamentos		
Vínculo	03380403 - Progr. Vig. Aids	Valor:	78.280,00

**Unidade Gestora: MUNICÍPIO DE POMERODE**

Dotação	03.001.0004.0122.0020.2003.34490 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Municipal		
Vínculo	03000002 - Recursos Ordinários - Fundo de Reap. da Procuradoria	Valor:	10.000,00
Dotação	08.001.0015.0451.0070.1011.34490 - Pavimentação de Ruas e Calçadas		
Vínculo	03000000 - Recursos ordinários	Valor:	1.000.000,00
Dotação	06.002.0004.0122.0030.0001.33290 - Amortização e Encargos da Dívida Fundada		
Vínculo	03000000 - Recursos ordinários	Valor:	42.000,00
Dotação	06.003.0004.0122.0030.2060.34490 - Manutenção do Funrebom		
Vínculo	03000001 - Recursos Ordinários - FUNREBOM	Valor:	290.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito adicional suplementar, provenientes do Provável Excesso de Arrecadação, nas Unidades Gestoras, conforme especificado na tabela abaixo:

**Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Dotação	21.0008.0244.0140.2067.33390 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Assistência Social		
Vínculo	01350004 - COVID-19 - EPI: Portaria 369 (C/C: 026.648-5)	Valor:	5.775,00
Vínculo	01350005 - COVID-19 - Socioassistencial (Acolhimento): Portaria 369 (C/C: 026.647-7)	Valor:	2.400,00

**Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Dotação	19.002.0010.0302.0060.2103.34490 - Manutenção Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Vínculo	01790003 - Saúde (Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado)	Valor:	150.000,00

**Unidade Gestora: MUNICÍPIO DE POMERODE**

Dotação	06.002.0004.0122.0030.0002.33390 - Contribuição ao Pasep		
Vínculo	01530000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b)	Valor:	8.903,31
Vínculo	01520000 - COVID-19 - Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b)	Valor:	1.211,08

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a ANULAR PARCIALMENTE A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, nas seguintes Unidades Gestoras, conforme especificado na tabela abaixo:

**Unidade Gestora: Município de Pomerode**

Dotação	09.001.0020.0606.0100.2027.33390 - Manutenção das Atividades de Produção Agrária		
Vínculo	01000000 - Recursos ordinários	Valor:	5.000,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, por conta da anulação discriminada no Art. 3º, autorizado a abrir CRÉDITO SUPLEMENTAR

na Unidade Gestora, conforme especificado na tabela abaixo:

Unidade Gestora: Município de Pomerode

Dotação	09.001.0020.0606.0100.2027.34490 - Manutenção das Atividades de Produção Agrária		
Vínculo	01000000 - Recursos ordinários	Valor:	5.000,00

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03 de Agosto de 2020.

Município de Pomerode, em 03 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal

## PREGÃO PRESENCIAL N.º 040 / 2020

Publicação Nº 2617260

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 040 / 2020

Processo Administrativo n.º 071 / 2020.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO ZERO KM, TIPO HATCH, DESTINADO A ATENDER A DEMANDA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 14h00min. do dia 04/09/2020.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura dos envelopes: 14h00min. do dia 04/09/2020.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br), ou site: [www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br) – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 21 de Agosto de 2020.

ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode



# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### DECRETO-1985-2020 - MEDIDAS - COVID 19

Publicação Nº 2618059

#### DECRETO Nº 1985/2020

Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), redução de horários de funcionamento de estabelecimentos e atividades no âmbito municipal, aplicação de penalidades para o descumprimento das determinações, altera o Decreto 1968/2020 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE - SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 81, VIII da Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica reduzido para até 20:00h (vinte horas), o horário da licença para funcionamento de todos os estabelecimentos, comércio, serviço, bares, restaurantes, lanchonetes e demais atividades de que trata o decreto municipal nº 1968/2020 de 10 de Julho de 2020, em todo o território do município de Ponte Alta do Norte, nos termos do inciso II d art. 2º da Lei Federal nº 13.979 e Portaria Estadual nº 592 de 17/08/2020 da Secretaria de Estado de Saúde.

§1º Estabelecimentos e atividades dispensados do alvará municipal e aqueles que eventualmente venham a ser concedidos na vigência deste decreto, ficarão sujeitos ao seu cumprimento.

§2º Permanecem inalterados os alvarás com horário de funcionamento inferior ao estabelecido no caput deste artigo.

§3º Não se aplica o disposto no caput, as seguintes atividades essenciais:

I – Assistência à saúde, incluídos os serviços médicos hospitalares, farmácias e afins;

II – Serviços Públicos essenciais;

III – Serviços funerários e relacionados;

IV – Postos de abastecimentos de combustíveis, ficando proibida a permanência de clientes no interior do estabelecimento;

V – Operações e serviços de delivery (entrega em domicílio) e tele entrega.

Art. 2º Fica inserido o art. 2º -A, ao decreto municipal nº 1968/2020, com a seguinte redação:

“Art. 2º A – Ficam proibidos, por motivo de saúde pública e por tempo indeterminado, todo e qualquer evento ou reunião em ambiente público ou privado, que implique em aglomeração de pessoas.

§ 1º Para fins deste decreto considera-se aglomeração de pessoas:

I - Em ambientes fechados, a presença de pessoas em número superior a 30% do limite máximo permitido no alvará de funcionamento expedido pelos Bombeiros Militares para aquele local;

II – Em espaços abertos a presença de 20 (vinte) pessoas ou mais;

§ Em ambientes residenciais, de recreação particular e demais locais privados, a permanência ficará restrita ao núcleo familiar, independentemente do número de pessoas presentes.”

Art. 3º Ficam alterados os incisos IX, XII, alínea “c”, e XVII do art. 3º do Decreto Municipal nº 1968/2020, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. (...)

IX – Fica restrito o ingresso e permanência em supermercados e demais estabelecimentos de comércio varejista ou atacadista de alimentos, hortifrutigranjeiros e afins, a uma pessoa por família, cuja responsabilidade de fiscalização será do próprio estabelecimento comercial; (...)

XII – (...)

c) garantir a manutenção de distanciamento mínimo de 2,0m (dois metros) entre as pessoas, permitindo apenas um aluno a cada 6,0 m² (seis metros quadrados), considerada a área exclusiva para realização de exercícios (excluídas as áreas comuns, administrativa e circulação, etc.) com a previa delimitação e demarcação dos espaços;”

XVII – Ficam suspensas as aulas presenciais na unidade da rede pública e privada de ensino, incluindo educação infantil, fundamental, nível médio – EJA – educação de jovens e adultos, técnico e ensino superior até o dia 31/10/2020.

Art. 4º - Fica proibido o comércio ambulante dentro dos limites do Município de Ponte Alta do Norte, por tempo indeterminado.

Art. 5º. Fica inserido o art. 9º-A no decreto municipal nº 1968/2020 com a seguinte redação:

“Art. 9º-A - O descumprimento das normas sanitárias de enfrentamento ao COVID-19 ensejará, sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, alternativa ou cumulativamente, nas seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

VII - interdição parcial, ou total do estabelecimento;

§ 1º Será considerada infração a desobediência ou inobservância ao disposto nas normas legais, regulamentos e outras que, por qualquer forma, se destinam à promoção, preservação e recuperação da saúde.

§ 2º Responderá pela infração quem de qualquer modo, cometer ou concorrer para a sua prática, ou dela se beneficiar.

§ 3º A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias:

I - para as infrações cometidas por pessoa física - multa de 2 (duas) UFM;

II - para infrações cometidas por pessoa jurídica - multa de 10 (dez) UFM.

§ 4º A reincidência específica sujeitará na aplicação da pena de multa em dobro.

§ 5º O valor arrecado com a aplicação de multas, reverterá em favor das ações de prevenção e proteção ao COVID-19.

§ 6º Os prazos, a notificação, a apresentação de recurso, e demais procedimentos decorrentes da aplicação de penalidade, seguirá as regras da Lei Complementar Municipal nº 073/2020.

§7º A fiscalização será realizada pelos servidores lotados na Vigilância Sanitária Municipal, Polícia Militar, Bombeiros Militares, ou ainda os servidores designados pelo poder executivo para tanto, a quem são conferidos os poderes para tanto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação vigendo por prazo indeterminado, ressalvado o previsto no art. 1º, que terá vigência pelo prazo de 14 dias a contar do dia 22/08/2020, inclusive, podendo ser prorrogado a critério da Administração Pública Municipal. Ponte Alta do Norte – SC, 21 de agosto de 2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
PREFEITO MUNICIPAL

Fica publicado o presente decreto aos vinte e um dias do mês de Agosto de 2020, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM Diário Oficial dos Municípios.

Delfa T. W. Costa  
Secretaria Executiva

## EXTRATO PP 31/2020

Publicação Nº 2615716

PROCESSO LICITATÓRIO 39/2020  
EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 135/2020 de 11 de Julho de 2020, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 03/09/2020 às 09:30 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES LEGAIS, ANÚNCIOS, INFORMATIVOS E NOTÍCIAS DO MUNICÍPIO EM IMPRENSA ESCRITA DAS AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Licitações da Prefeitura de Ponte Alta do Norte, até o horário limite de 09h30min do dia 03/09/2020. O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h30min do dia 03/09/2020

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm.

Ponte Alta do Norte - SC, 21/08/2020.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA  
Prefeito Municipal



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 60/2020

Publicação N° 2616307

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2020 – PREGÃO PRESENCIAL 60/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPERMEABILIZAÇÃO COM APLICAÇÃO DE MANTA ASFÁLTICA ALUMINIZADA 3MM EM POLIETILENO. O julgamento será MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 10H15 (horário de Brasília) do dia 03/09/2020. Abertura da Sessão às 10H30 horas (horário de Brasília) do dia 03/09/2020. Edital e anexos, disponíveis no site do município [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) em 24/08/2020. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail [compras@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:compras@ponteserrada.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 34356000.

Ponte Serrada, 21 de agosto de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

### PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 61/2020

Publicação N° 2616822

#### AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 61/2020 – PREGÃO PRESENCIAL 61/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E ARTEFATOS DE CIMENTO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS DE TRANSPORTES E OBRAS E SERVIÇOS URBANOS. O julgamento será MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 04/09/2020. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 04/09/2020. Edital e anexos, disponíveis no site do município [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) em 24/08/2020. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail [compras@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:compras@ponteserrada.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 34356000.

Ponte Serrada, 21 de agosto de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.015/2020

Publicação Nº 2616711

DECRETO Nº 1.015, de 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.595, de 10 de julho de 2019 (LDO) e 4.636, de 12 de dezembro de 2019 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 1.600.000,00 (Um milhão e seiscentos mil reais):

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2105 – Atenção Básica Saúde		
MODALIDADE	3390 – 243 – Aplicações Diretas	105	300.000,00
MODALIDADE	4490 – 243 – Aplicações Diretas	106	150.000,00
PROJETO	1154 – Investimentos em Saúde		
MODALIDADE	4490 – 053 – Aplicações Diretas	101	150.000,00
ATIVIDADE	2106 – Média e Alta Complexidade Saúde		
MODALIDADE	3390 – 243 – Aplicações Diretas	111	300.000,00
MODALIDADE	3393 – 243 – Aplicações Diretas - Dec. Oper. Entre Órgãos	112	250.000,00
MODALIDADE	4490 – 243 – Aplicações Diretas	113	150.000,00
ATIVIDADE	2108 – Assistência Farmacêutica - Saúde		
MODALIDADE	3390 – 243 – Aplicações Diretas	117	300.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.600.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação nas respectivas fontes de recurso.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 1.016/2020

Publicação Nº 2616714

DECRETO Nº 1.016, de 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.595, de 10 de julho de 2019 (LDO) e 4.636, de 12 de dezembro de 2019 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais):

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0207 – SEC.MUN.TRANSP.OBRAS E SERV. PUBLICOS		
ATIVIDADE	2020 – Melhoria Iluminação Pública		
MODALIDADE	3390 – 3155 – Aplicações Diretas	43	800.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		800.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro ocorrido no exercício anterior, na respectiva fonte.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 035/2020

Publicação Nº 2616663

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 035/2020

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 24/08/2020 a 28/08/2020, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
  - Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
  - Carteira de Identidade;
  - Carteira de Trabalho;
  - Comprovante do PIS/PASEP
  - Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
  - Título de Eleitor;
  - Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
  - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
  - Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
  - Certidões Negativas Criminais do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
  - Certidão Negativa Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
  - Comprovante de residência atualizado;
  - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
  - Certificado de Especialização, se for o caso;
  - Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
  - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
  - Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH\*);
  - Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH\*);
  - Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH\*);
  - Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH\*);
- \* Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos.

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**CARGO: ENFERMEIRO DO PSF**

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
MIRNA GORETI THEODOROVICZ DURSKI	12º		

Porto União (SC), 21 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2020 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2616269

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 027/2020 – EDUCAÇÃO.  
Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 002/2020.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR PREÇO por LOTE, do tipo Eletrônico, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h45min do dia 04 de setembro de 2020, com início da mesma às 09h00min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de agosto de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 069/2020 - REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2616271

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 161/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 069/2020 – Com Item Exclusivo ME – EPP – MEI – Âmbito Local – Decreto 535/2018.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por MENOR PREÇO por ITEM, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 08 de setembro de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de agosto de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 013/2020**

Publicação Nº 2616277

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 159/2020  
Extrato de Edital de Tomada de Preços 013/2020

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL, para PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 09 de setembro de 2020 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de agosto de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 014/2020**

Publicação Nº 2616288

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 160/2020  
Extrato de Edital de Tomada de Preços 014/2020

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, através do Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL, para CONSTRUÇÃO DO PARQUE CENTENÁRIO. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 10 de setembro de 2020 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [licitepor-touniao@yahoo.com.br](mailto:licitepor-touniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 21 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 849/2020 - RH**

Publicação Nº 2616419

PORTARIA Nº 849, de 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre rescisão de Contrato de Trabalho a Pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º RESCINDIR A PEDIDO, o contrato de trabalho LUIZA APARECIDA DE ASSIS OLIVEIRA, matrícula 83009, das funções do cargo de Médico - Psiquiatra, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 850/2020 - RH**

Publicação Nº 2616666

PORTARIA Nº 850, de 14 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, se esgotou;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 14 de agosto a 18 de dezembro de 2020, ou até realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, JEISON RODRIGO BINDER, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto ao Departamento Municipal de Esportes - DME, em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Departamento Municipal de Esportes - DME, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esportes, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 851/2020 - RH**

Publicação Nº 2616425

PORTARIA Nº 851, de 14 de agosto de 2020.  
Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, se esgotou;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 14 de agosto a 18 de dezembro de 2020, ou até realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, NILSON ADOLAR FERNANDES, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto ao Departamento Municipal de Esportes - DME, em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Departamento Municipal de Esportes – DME, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esportes, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 852/2020 - RH**

Publicação Nº 2616428

PORTARIA Nº 852, de 14 de agosto de 2020.  
Dispõe sobre Contrato de Trabalho por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO, que a lista dos candidatos aprovados e convocados através do concurso Público Municipal 001/2018, para o cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, se esgotou;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 14 de agosto a 18 de dezembro de 2020, ou até realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001 e alterações, VILMAR LUIZ GAVRONSKI, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, para atender a demanda junto ao Departamento Municipal de Esportes - DME, em razão de ter se esgotado a lista de candidatos aprovados e convocados em concurso público municipal para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades, junto ao Departamento Municipal de Esportes – DME, vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esportes, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 853/2020 - RH**

Publicação Nº 2616432

PORTARIA Nº 853, de 17 de agosto de 2020.  
Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Alínea "a", Inciso II, Artigo 84, da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de abril/2014 a abril/2019, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal



2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, à servidora DAYANE VAZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º Fica assegurado a servidora o saldo de 30 (trinta) dias consecutivos de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo mencionado no artigo anterior.

Art. 6º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## PORTARIA Nº 854/2020 - RH

Publicação Nº 2616434

PORTARIA Nº 854, de 17 de agosto de 2020.

Dispõe sobre conceder Licença Prêmio de acordo com a Lei 2.055/94.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 17 de agosto de 2020, referente ao período aquisitivo de fevereiro/2013 a fevereiro/2018, de 30 (trinta) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor PAULO MARCELO DE BAIRROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, quitando assim o período aquisitivo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## PORTARIA Nº 855/2020 - RH

Publicação Nº 2616437

PORTARIA Nº 855, de 17 de agosto de 2020.

Dispões sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor efetivo DERCIO LUIS KLIEMANN, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, de 5h (cinco) horas semanais, para 40 (quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011 e alterações, para atender a crescente demanda dos serviços médicos junto a Unidade de Saúde Central, vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Revogar, a Portaria nº 1.396, de 1º de novembro de 2019.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## PORTARIA Nº 856/2020 - RH

Publicação Nº 2616447

PORTARIA Nº 856, de 17 de agosto de 2020.

Dispõe sobre exoneração a pedido.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Inciso II, Artigo 84, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Ofício nº 076/2020/CMPU, o qual recomenda que a servidora Eliane Grossl Cruz opte por um dos vínculos que possui com esta municipalidade;

CONSIDERANDO o pedido da servidora, o qual opta pela exoneração do vínculo 30205;

**RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, ELIANE GROSSL CRUZ, matrícula 30205, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme prevê Artigo 57 da Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Inciso I, do Artigo 57, Lei Municipal 2.055/1994.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 13 de agosto de 2020.

Porto União (SC), 17 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 857/2020 - RH**

Publicação Nº 2616451

PORTARIA Nº 857, de 20 de agosto de 2020.

Dispõe sobre Prorrogação de Contrato de Trabalho nº 098/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR, o Contrato de Trabalho nº 098/2020, no período de 20 a 21 de agosto de 2020, de JOSIELE ZANELLA, que exerce as funções do cargo de Enfermeiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011 e suas alterações, em substituição à servidora Bianca Aparecida Alves Zimolong que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades, junto a Unidade de Saúde do São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 20 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 858/2020 - RH**

Publicação Nº 2616345

PORTARIA Nº 858, de 20 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento do servidor Luiz Antônio Monteiro Alves, protocolado em 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o artigo nº 1º, inciso II, alínea "I", da Lei Complementar nº 64/90;

CONSIDERANDO o artigo nº 138 da Lei Municipal nº 2.055/94;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 457/2020, de 20 de agosto de 2020;

**RESOLVE**

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA, a partir de 15 de agosto de 2020, sem prejuízos em sua remuneração, de acordo com o Art. 138 da Lei Municipal nº 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores públicos do município, ao servidor LUIZ ANTONIO MONTEIRO ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista de Veículos Leves.

Art. 2º A licença acima mencionada, terá sua validade mediante a apresentação do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, ou em caso de não ser candidato aprovado em Convenção Eleitoral, o servidor deverá retornar ao seu cargo de origem.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 15 de agosto de 2020.

Porto União (SC), 20 de agosto de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### DECRETO N° 105/2020 DE 14/08/2020 - DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2616407

DECRETO N° 105/2020 de 14/08/2020

Dispõe sobre a suplementação por provável excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município.

Órgão: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.301.0025.2.036 - Manutenção das Transferências SUS - Atenção Básica

(24) 3.3.90.00.00.00.00.5041 - Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

(26) 4.4.90.00.00.00.00.5041 - Aplicações Diretas ..... R\$ 37.408,00

TOTAL ..... R\$ 47.408,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 14 de agosto de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### DECRETO N° 106/2020 DE 17/08/2020 - DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação N° 2616436

DECRETO N° 106/2020 de 17/08/2020

Dispõe sobre a alteração de membros do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO a necessidade de alteração de alguns representantes do conselho, por desvinculação ou afastamento de seus cargos.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes integrantes para substituir os representantes titulares/suplentes das Secretarias abaixo relacionadas no Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência:

I – Representantes governamentais:

a) Representantes da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação:

Eliane da Silva – Titular

b) Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

Simone Vieira da Silva – Titular

d) Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

Djeison Fronza – Suplente

f) Representantes da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente:

Lenon Serpa Damazio – Titular

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 135/2019 de 04/11/2019.

Pouso Redondo, 17 de agosto de 2020.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 875/2020

Publicação Nº 2616441

PORTARIA Nº 875/2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 103, da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, e ainda de acordo com o artigo 60 da Lei Federal 8.213/91 que dispõem sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, resolve,

**CONCEDER:**

Ao servidor JUAREZ DA SILVA, Agente de serviços braçais, Nível 19, Classe B, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 15 dias de Licença para Tratamento de Saúde, considerando o Atestado Médico em anexo, com efeitos retroativos aos dias 15 a 30 de julho de 2020.

Presidente Getúlio - SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 20 DE AGOSTO DE 2020.  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

### PORTARIA Nº. 876/2020

Publicação Nº 2616444

PORTARIA Nº 876/2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 103, da Lei Complementar Municipal nº 2.287/2008, de 28 de fevereiro de 2008, e ainda de acordo com o artigo 60 da Lei Federal 8.213/91 que dispõem sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, resolve,

**CONCEDER:**

A servidora MARIA GORETI GONÇALVES, Agente de serviços braçais, Nível 19, Classe A, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 15 dias de Licença para Tratamento de Saúde, considerando o Atestado Médico em anexo, com efeitos retroativos aos dias 13 a 27 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio - SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO, 20 DE AGOSTO DE 2020.  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

### PORTARIA Nº. 877/2020

Publicação Nº 2616448

PORTARIA Nº 877/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

**CONCEDER:**

A servidora ANA LUCIA BITTENCOURT, Ecóloga, Nível 48, Classe C, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 18 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2019 a 31 de julho de 2020, no período de 10

de agosto a 27 de agosto 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal.

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

## **PORTARIA Nº. 878/2020**

Publicação Nº 2616450

PORTARIA Nº 878/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

### **CONCEDER:**

A servidora TANIA MARA GOEBEL DA ROCHA, Auxiliar Administrativo, Nível 30, Classe E, do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 18 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 30 de julho de 2018 a 29 de julho de 2019, a partir do dia 10 de agosto a 27 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

## **PORTARIA Nº. 879/2020**

Publicação Nº 2616455

PORTARIA Nº 879/2020  
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONARIA DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 130 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

### **CONCEDER:**

A funcionária LEILA CASUSA SARCELLA, Agente Comunitária de Saúde – ESF, do Quadro do Emprego Público do Programa Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2018 a 01 de julho de 2019, no período de 10 de agosto a 08 de setembro de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

## **PORTARIA Nº. 880/2020**

Publicação Nº 2616457

PORTARIA Nº 880/2020  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade

com o Artigo 104 e 210, Inciso I da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

**CONCEDER:**

A servidora LUCIANA RAMOS, Turismologa, Nível 41, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 60 (sessenta) dias para o gozo de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 28 de julho de 2008 a 27 de julho de 2013, no período de 13 de agosto a 11 de outubro de 2020 (sendo o 2º e 3º mês de direito).

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 881/2020**

Publicação Nº 2616459

PORTARIA Nº 881/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

**CONCEDER:**

A servidora MARILEI TOLFO AVI, Técnico em Enfermagem, Nível 26, Classe C, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 15 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 01 de agosto de 2018 a 31 de julho de 2019, a partir do dia 03 a 17 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 882/2020**

Publicação Nº 2616462

PORTARIA Nº 882/2020  
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 130 e artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

**CONCEDER:**

A funcionária JULIANA CHIODINI, Agente Comunitária de Saúde do ESF – Programa Estratégia de Saúde da Família, do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 15 dias de férias referente ao período aquisitivo de 06 de agosto de 2017 a 05 de agosto de 2018, a partir do dia 03 até 17 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA N°. 883/2020**

Publicação N° 2616463

PORTARIA N° 883/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 2.277 do dia 15 de agosto de 2006 e de acordo com a Lei Complementar nº 2.366/2015, de 20 de outubro de 2015, resolve,

**CONCEDER:**

A servidora MARILENE RODRIGUES DOS SANTOS, Técnico de Enfermagem do ESF, do Quadro de Cargos do Programa de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 10 dias de férias referente ao período aquisitivo de 04 de julho de 2019 a 03 de julho de 2020, no período de 05 a 14 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

**PORTARIA N°. 884/2020**

Publicação N° 2616464

PORTARIA N° 884/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

**CONCEDER:**

A servidora IVONETE WILHELM HEUSSER, Agente Comunitária de Saúde, do Quadro de Cargos de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 4 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, a partir do dia 10 de agosto a 13 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio - SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO, 20 DE AGOSTO DE 2020  
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N° 3.237/2018.

**PORTARIA N°. 885/2020**

Publicação N° 2616466

PORTARIA N° 885/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93 e 95 da Lei Complementar nº 2.287 do dia 28 de fevereiro de 2008, resolve,

**CONCEDER:**

A servidora IVONETE WILHELM HEUSSER, Agente Comunitária de Saúde, do Quadro de Cargos de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 6 dias de férias regulares, referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, a partir do dia 14 de agosto a 19 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio - SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO, 20 DE AGOSTO DE 2020  
ATO OFICIAL DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 886/2020**

Publicação Nº 2616468

PORTARIA Nº 886/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 2.277 do dia 15 de agosto de 2006, resolve,

**CONCEDER:**

A servidora DAYANE DOS SANTOS, Técnico de Enfermagem do ESF, do Quadro de Cargos do Programa de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 23 dias de férias referente ao período aquisitivo de 04 de julho de 2018 a 03 de julho de 2019, no período de 07 a 29 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 887/2020**

Publicação Nº 2616474

PORTARIA Nº 887/2020  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 2.277 do dia 15 de agosto de 2006, resolve,

**CONCEDER:**

A servidora DAYANE DOS SANTOS, Técnico de Enfermagem do ESF, do Quadro de Cargos do Programa de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 07 dias de férias referente ao período aquisitivo de 04 de julho de 2019 a 03 de julho de 2020, no período de 30 de agosto a 05 de setembro de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020  
PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

**PORTARIA Nº. 888/2020**

Publicação Nº 2616471

PORTARIA Nº 888/2020  
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 130 e artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

**CONCEDER:**

A funcionária RENILDE NAATZ, Agente Comunitária de Saúde do ESF – Programa Estratégia de Saúde da Família, do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 20 dias de férias referente ao período aquisitivo de 01 de junho de 2019 a 31 de maio de 2020, a partir do dia 03 até 22 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

## **PORTARIA Nº. 889/2020**

Publicação Nº 2616478

PORTARIA Nº 889/2020

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIA DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Complementar nº 2.318/2010, e nos termos do artigo 130 e artigo 134 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

CONCEDER:

A funcionária MICHELI ROZANE NASS, Agente Comunitária de Saúde do ESF – Programa Estratégia de Saúde da Família, do Quadro de Emprego Público da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 20 dias de férias, referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2019 a 01 de julho de 2020, com efeitos retroativos aos dias 03 a 2 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

## **PORTARIA Nº. 890/2020**

Publicação Nº 2616483

PORTARIA Nº 890/2020

CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONARIA DO ESF

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 130 DA Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, resolve,

CONCEDER:

A funcionária TATIANA RAQUEL PESSATI MILBRAATZ, Agente Comunitária de Saúde – ESF, do Quadro do Emprego Público do Programa Estratégia de Saúde da Família da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, 30 dias de férias referente ao período aquisitivo de 02 de julho de 2019 a 01 de julho de 2020, no período de 27 de julho a 25 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio/SC em, 20 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO. 20 DE AGOSTO DE 2020

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018

## **PORTARIA Nº. 891/2020**

Publicação Nº 2616484

PORTARIA Nº 891/2020

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o artigo 1º e 2º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 2.338/2013 e do artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 2.289/2008, considerando o resultado do Chamamento Público 012/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 14 de agosto de 2020, resolve,



**ADMITIR:**

A partir do dia 14 de agosto de 2020, CARLOS ALBERTO DOS SANTOS, para o cargo de OPERADOR DE VEICULOS, Nível 27, Classe A, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com carga horária semanal de 44 horas, vinculado a vaga do servidor Adilson Witt que está de férias e posteriormente licença prêmio, com prazo de até 12 meses de contrato.

Presidente Getúlio - SC em, 21 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 21 DE AGOSTO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 892/2020**

Publicação Nº 2616486

PORTARIA Nº 892/2020

ADMITE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 98, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar nº 2.277/2006, de 15 de agosto de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 2.304/2009, de 18 de agosto de 2009 e considerando o resultado do Chamamento Público nº 011/2020, publicado do Diário Oficial dos Municípios em 14 de agosto de 2020, resolve,

**ADMITIR:**

A partir do dia 18 de agosto de 2020, VERA LUCIA PEREIRA, para o cargo de Técnico em Enfermagem do ESF, ocupando função do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo em Caráter Contratual, da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC, subordinada à Secretaria da Saúde - SESA, com designação para o Posto de Saúde do Centro, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, com prazo de até 12 meses.

Presidente Getúlio - SC em, 21 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 21 DE AGOSTO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 893/2020**

Publicação Nº 2616488

PORTARIA Nº 893/2020

NOMEIA ASSESSOR ESPECIAL DO INTERIOR

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 80, inciso IX e artigo 98, inciso II, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Complementar nº 2.286/2008 de 28 de fevereiro de 2008 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município e ainda segundo a Lei Complementar nº 2.319/2010 de 15 de dezembro de 2010, resolve,

**NOMEAR:**

JAQUELINE SONARA MORETTI, para o cargo de ASSESSOR ESPECIAL DO INTERIOR, nível 41, do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão do Município, subordinado à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, a partir do dia 24 de agosto de 2020.

Presidente Getúlio - SC em, 21 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA

PRES. GETÚLIO, 21 DE AGOSTO DE 2020.

PUBLICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PORTARIA Nº. 894/2020**

Publicação Nº 2616739

PORTARIA Nº 894/2020

DESIGNA SERVIDOR PARA ATUAR COMO DEFENSOR AD HOC.

NELSON VIRTUOSO, Prefeito Municipal de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os artigos 4º da Lei Complementar Municipal nº 2.414, de 24 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º DESIGNAR o servidor RICARDO BORGES ZANCANARO, para atuar como defensor ad hoc nos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria Municipal nº, de 518/2020 de 26 de maio de 2020, de conformidade com o previsto no parágrafo paragrafo 3º do artigo 56, LCM 2.414/2019.

Prefeitura Municipal – SC., 21 de agosto de 2020.

NELSON VIRTUOSO  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA N/DATA  
PRESIDENTE GETÚLIO/SC., 21 DE AGOSTO DE 2020.  
ATO OFICIAL NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.237/2018.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2020 FMS**

Publicação Nº 2615895

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 24/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 38/2020

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE PÚBLICA

A comissão de Licitação nomeada pelo(a) Decreto – 126/2020, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que está suspensa a sessão marcada para o dia 25 de agosto de 2020, às 09:31 horas, no endereço eletrônico [www.portalde-compraspublicas.com.br](http://www.portalde-compraspublicas.com.br), conforme determina o Edital.

Informamos que se encontra suspensa a sessão para análise do edital e características técnicas, assim, para uma possível adequação. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações do Município de Presidente Getúlio, situado à Praça Otto Muller, 10, Centro, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, ou através do telefone (47)3352 5500.

Presidente Getúlio, 12 de agosto de 2020  
Iara Possamai – Secretária da Saúde

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2020**

Publicação Nº 2616824

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 29/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 99/2020

Objeto: FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES DE PRESIDENTE GETÚLIO/SC, CAPACITAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SIPIA CT. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.434/0001-20. com sede na Praça Otto M-ller, nº 10, Centro – SC – CEP 89150-000. Contratada: GRAZIELA CRISTINA LUIZ DAMACENA GABRIEL, inscrita no CNPJ sob o nº 28.493.822/0001-70, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº 462, Sala 03, Bairro Centro, Criciúma - SC, CEP: 88.801-450.

Valor Total: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Presidente Getúlio, SC, em 21 de agosto de 2020  
NELSON VIRTUOSO - Prefeito

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2020

Publicação Nº 2615912

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 5/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO PARA CRAS E SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNPJ: 08.609.654/0001-29

Valor do repasse: R\$ 580,00 (Quinhentos e sessenta reais).

Presidente Nereu, 21 de agosto de 2020. ISAMAR DE MELO. Prefeito.

**RESULTADO DA TP Nº36/2020 OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA RUA 22 DE JULHO**

Publicação Nº 2615826

**MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU**

Pág 1 / 1

Compras e Contratos

Termo Homologação - Termo de Homologação

Entidade - Processo Administrativo - Minuta - Licitação: 83 Ano - Minuta - Licitação: 2020 Número -  
Minuta - Licitação: 37 códigoCliente: 83 anoMinuta: 2020 cotaCredenciamento: 0**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO****Tomada de Preços**  
**Para Obras e Serviços de Engenharia**  
**36/2020**  
**Processo Administrativo: 36/2020**

O Sr. Isamar de Melo prefeito municipal tendo em vista a decisão proferida pela comissão de abertura e julgamento de licitações, designada pela portaria nº113/2020, decide:

**Homologar**

Nesta data a referida decisão é constante da ata anexa, considerando vencedor da licitação, objeto da Tomada de Preços nº. 36/2020, o participante:

27677 - CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUCAO JC LTDA						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA RUA 22 DE JULHO, QUE SERÁ CUSTEADO COM RECURSO FEDERAL ORIUNDO DE TRANSFERÊNCIA ESPECIAL- CÓDIGO PLANO DE AÇÃO 0903-004346 - PROGRAMA 0903 - EMENDA PARLAMENTAR 202022100018.	UNIDADE		1	R\$122.459,72	R\$122.459,72
Total do Fornecedor:						R\$122.459,72

Presidente Nereu, 21 de agosto de 2020.

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34

# Princesa

## PREFEITURA

### CONTRATOS 43 AO 51/2020 LOTEAMENTO PRIMAVERA

Publicação N° 2616389

Contrato N°.: 43/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: ELIZANE APARECIDA DA ROSA

Valor ..... : 12.007,58 (doze mil e sete reais e cinq-enta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 22/08/2020 Término: 21/08/2021

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 45/2020 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Venda com encargos do imóvel matrícula 12.720 de

10.10.2014: Lote Urbano número 20 (vinte), quadra 01 (um), com área de

270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

Princesa, 21 de Agosto de 2020

Contrato N°.: 44/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: AIRTON DA SILVA

Valor ..... : 12.007,58 (doze mil e sete reais e cinq-enta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 22/08/2020 Término: 21/08/2021

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 46/2020 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Venda com encargos do imóvel matrícula 12.705 de

10.10.2014: Lote Urbano número 05 (cinco), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

Princesa, 21 de Agosto de 2020

Contrato N°.: 45/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: MARINA CRISTINA BUCGS

Valor ..... : 12.007,58 (doze mil e sete reais e cinq-enta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 22/08/2020 Término: 21/08/2021

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 47/2020 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Venda com encargos do imóvel matrícula 12.706 de

10.10.2014: Lote Urbano número 06 (seis), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

Princesa, 21 de Agosto de 2020

Contrato N°.: 46/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Contratada...: EDUARDO LUIZ HECKLER

Valor ..... : 12.007,58 (doze mil e sete reais e cinq-enta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 22/08/2020 Término: 21/08/2021

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 48/2020 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Venda com encargos do imóvel matrícula 12.707 de

10.10.2014: Lote Urbano número 07 (sete), quadra 01 (um), com área de

270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

Princesa, 21 de Agosto de 2020

Contrato N°.: 47/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: SABRINA BONFANTE

Valor ..... : 12.007,58 (doze mil e sete reais e cinq-enta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 22/08/2020 Término: 21/08/2021

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 49/2020 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Venda com encargos do imóvel matrícula 12.708 de

10.10.2014: Lote Urbano número 08 (oito), quadra 01 (um), com área de

270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

Princesa, 21 de Agosto de 2020

Contrato N°.: 48/2020

Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: LURDES DA SILVA WAGNER

Valor ..... : 12.007,58 (doze mil e sete reais e cinq-enta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2020 Término: 21/08/2021  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 50/2020 Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Venda com encargos do imóvel matrícula 12.709 de  
10.10.2014: Lote Urbano número 09 (nove), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.  
Princesa, 21 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: 49/2020  
Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA  
Contratada...: FABIANO GILMAR DUTRA MARTINEZ DA ROCHA  
Valor ..... : 12.007,58 (doze mil e sete reais e cinq-enta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2020 Término: 21/08/2021  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 51/2020 Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.710 de  
10.10.2014: Lote Urbano número 10 (dez), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.  
Princesa, 21 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: 50/2020  
Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA  
Contratada...: ALESSANDRA KUHN  
Valor ..... : 12.007,58 (doze mil e sete reais e cinq-enta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2020 Término: 21/08/2021  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 52/2020 Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.711 de  
10.10.2014: Lote Urbano número 11 (onze), quadra 01 (um), com área de  
270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.  
Princesa, 21 de Agosto de 2020

Contrato Nº.: 51/2020  
Contratante.: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA Contratada...: EDIANE MORAES DA SILVA  
Valor ..... : 12.007,58 (doze mil e sete reais e cinq-enta e oito centavos)  
Vigência ..... : Início: 22/08/2020 Término: 21/08/2021  
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 53/2020 Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Venda com encargos do imóvel matrícula 12.712 de  
10.10.2014: Lote Urbano número 12 (doze), quadra 01 (um), com área de  
270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.  
Princesa, 21 de Agosto de 2020

## DECRETO Nº 662 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2616852

DECRETO Nº. 662, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

REVOGA DECRETO Nº 656 DE 14 DE AGOSTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade;

### RESOLVE:

Art. 1º. REVOGAR o Decreto nº 656 de 14 de agosto de 2020, por motivos de conveniência e oportunidade.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão à conta do orçamento municipal vigente, em dotação específica para tal fato.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 14 de agosto de 2020.

.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC,  
em 21 de Agosto de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS,  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei.  
Publicação no Diário Oficial dos Municípios – Ato nº 2616852.  
Data da Publicação: 24 de agosto de 2020

Edineia Inês Wille

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 114.2020-PM, DL 45.2020 - LOTE 20 - ELIZANE A. DA ROSA**

Publicação Nº 2615662

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 45/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 114/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 114/2020  
b ) Licitação Nr.: 45 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.720 de 10.10.2014: Lote Urbano número 20 (vinte), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010563 - ELIZANE APARECIDA DA ROSA	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal



**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 115.2020-PM, DL 46.2020 - LOTE 05 - AIRTON DA SILVA**

Publicação Nº 2615680

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 46/2020 - DL</b>
	<b>Processo Administrativo:</b>
	<b>Processo de Licitação:</b> 115/2020 <b>Data do Processo:</b> 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 115/2020  
b ) Licitação Nr.: 46 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.705 de 10.10.2014: Lote Urbano número 05 (cinco), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010574 - AIRTON DA SILVA	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 116.2020-PM, DL 47.2020 - LOTE 06 - MARINA C. BUGGS**

Publicação Nº 2615723

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 47/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 116/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 116/2020  
b ) Licitação Nr.: 47 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.706 de 10.10.2014: Lote Urbano número 06 (seis), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010572 - MARINA CRISTINA BUGGS	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

## Publicação Nº 2615751

Folha: 1/1

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 118.2020-PM, DL 49.2020 - LOTE 08 - SABRINA BONFANTE**

Publicação Nº 2615840

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 49/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 118/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 118/2020  
b ) Licitação Nr.: 49 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.708 de 10.10.2014: Lote Urbano número 08 (oito), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010010 - SABRINA BONFANTE	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 119.2020-PM, DL 50.2020 - LOTE 09 - LURDES S. WAGNER**

Publicação Nº 2615855

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 50/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 119/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 119/2020  
b ) Licitação Nr.: 50 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.709 de 10.10.2014: Lote Urbano número 09 (nove), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010575 - LURDES DA SILVA WAGNER	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 120.2020-PM, DL 51.2020 - LOTE 10 - FABIANO DA ROCHA**

Publicação Nº 2615893

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 51/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 120/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 120/2020  
b ) Licitação Nr.: 51 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.710 de 10.10.2014: Lote Urbano número 10 (dez), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010573 - FABIANO GILMAR DUTRA MARTINEZ DA ROCHA	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 121.2020-PM, DL 52.2020 - LOTE 11 - ALESSANDRA KUHN**

Publicação Nº 2615917

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 52/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 121/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 121/2020  
b ) Licitação Nr.: 52 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.711 de 10.10.2014: Lote Urbano número 11 (onze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010571 - ALESSANDRA KUHN	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 122.2020-PM, DL 53.2020 - LOTE 12 - EDIANE SILVA**

Publicação Nº 2615946

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 53/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 122/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 122/2020  
b ) Licitação Nr.: 53 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.712 de 10.10.2014: Lote Urbano número 12 (doze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010576 - EDIANE MORAES DA SILVA	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal



**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 123.2020-PM, DL 54.2020 - LOTE 13 - JACSON DELEVATTI**

Publicação Nº 2616059

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 54/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 123/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 123/2020  
b ) Licitação Nr.: 54 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.713 de 10.10.2014: Lote Urbano número 13 (treze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010569 - JACSON DELEVATTI	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 124.2020-PM, DL 55.2020 - LOTE 14 - TANIA R. HOFSTAETTER**

Publicação Nº 2616078

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 55/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 124/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 124/2020  
b ) Licitação Nr.: 55 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.714 de 10.10.2014: Lote Urbano número 14 (quatorze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Desccto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010568 - TANICA REGINA HOFSTAETTER	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 125.2020-PM, DL 56.2020 - LOTE 15 - LIZANDRA KUNTZ**

Publicação Nº 2616116

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 56/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 125/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 125/2020  
b ) Licitação Nr.: 56 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.715 de 10.10.2014: Lote Urbano número 15 (quinze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010565 - LIZANDRA KUNTZ	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 126.2020-PM, DL 57.2020 - LOTE 16 - DAIANE FELISBERTO**

Publicação Nº 2616185

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 57/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 126/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 126/2020  
b ) Licitação Nr.: 57 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.716 de 10.10.2014: Lote Urbano número 16 (dezesseis), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 009088 - DAIANE FELISBERTO	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 127.2020-PM, DL 58.2020 - LOTE 17 - MARIA JUSTINA SBERSE**

Publicação Nº 2616207

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 58/2020 - DL</b>
	<b>Processo Administrativo:</b>
	<b>Processo de Licitação:</b> 127/2020 <b>Data do Processo:</b> 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 127/2020  
b ) Licitação Nr.: 58 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.717 de 10.10.2014: Lote Urbano número 17 (dezessete), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010567 - MARIA JUSTINA SBERSE	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 128.2020-PM, DL 59.2020 - LOTE 18 - ANA CAROLINA DIEMER**

Publicação Nº 2616268

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 59/2020 - DL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 128/2020 <b>Data do Processo:</b> 21/08/2020
---	--

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 128/2020  
b ) Licitação Nr.: 59 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.718 de 10.10.2014: Lote Urbano número 18 (dezoito), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

			( em Reais R\$ )
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010566 - ANA CAROLINE DIEMER	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 129.2020-PM, DL 60.2020 - LOTE 23 - IZABEL P. POLICENO**

Publicação Nº 2616298

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 60/2020 - DL</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 129/2020 Data do Processo: 21/08/2020

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 129/2020  
b ) Licitação Nr.: 60 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.723 de 10.10.2014: Lote Urbano número 23 (vinte e três), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	( em Reais R\$ )		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010561 - IZABEL PRIMAZ POLICENO	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

## Publicação Nº 2616315

Folha: 1/1

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal



**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 131.2020-PM, DL 62.2020 - LOTE 34 - ANDRE BACKES**

Publicação N° 2616360

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</b>  CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 545 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 62/2020 - DL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 131/2020 <b>Data do Processo:</b> 21/08/2020
---	--

Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESS O LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 131/2020  
b ) Licitação Nr.: 62 /2020-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 21/08/2020  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação Venda com encargos do imóvel matrícula 12.734 de 10.10.2014: Lote Urbano número 34 (trinta e quatro), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

			( em Reais R\$ )
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:			
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010578 - ANDRE LUIZ BACKES	1	0,0000	12.007,58
		1	12.007,58

- Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

-----  
Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 114.2020-PM - DISPENSA 45.2020 - LOTE 20 - ELIZANE A. DA ROSA**

Publicação Nº 2615660



Estado de Santa Catarina  
**Município de Princesa**

[www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 114/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2020-PM**

**OBJETO**

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.720 de 10.10.2014: Lote Urbano número 20 (vinte), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anote-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa

Fone/Fax: (49) 3641-0059 / e-mail: [prefeitura@princesa.sc.gov.br](mailto:prefeitura@princesa.sc.gov.br)  
Rua Rio Grande do Sul, 545 / PRINCESA - SC / CEP 89935-000

Página 1 de 6



Estado de Santa Catarina  
**Município de Princesa**

[www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Silvana Stuani**  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

\_\_\_\_\_  
Michele C. Kunzler  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Simone Pinheiro  
Membro

\_\_\_\_\_  
Alessandra dos Santos  
Membro

Fone/Fax: (49) 3641-0059 / e-mail: [prefeitura@princesa.sc.gov.br](mailto:prefeitura@princesa.sc.gov.br)  
Rua Rio Grande do Sul, 545 / PRINCESA - SC / CEP 89935-000

Página 2 de 6



Estado de Santa Catarina  
**Município de Princesa**

[www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 114/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2020-PM**

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

*Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:*

*f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)*

Princesa, 21 de agosto de 2020.

**Silvana Stuani**  
Gestora Assistência Social

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Michele C. Kunzler  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Simone Pinheiro  
Membro

\_\_\_\_\_  
Alessandra dos Santos  
Membro

Fone/Fax: (49) 3641-0059 / e-mail: [prefeitura@princesa.sc.gov.br](mailto:prefeitura@princesa.sc.gov.br)  
Rua Rio Grande do Sul, 545 / PRINCESA - SC / CEP 89935-000

Página 3 de 6



Estado de Santa Catarina  
**Município de Princesa**

[www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PRINCESA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 114/2020-PM**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2020-PM**

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O(a) adquirente **ELIZANE APARECIDA DA ROSA**, inscrito(a) no CPF 077.193.699-04, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Silvana Stuani**  
Gestora Assistência Social

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Michele C. Kunzler  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Simone Pinheiro  
Membro

\_\_\_\_\_  
Alessandra dos Santos  
Membro

Fone/Fax: (49) 3641-0059 / e-mail: [prefeitura@princesa.sc.gov.br](mailto:prefeitura@princesa.sc.gov.br)  
Rua Rio Grande do Sul, 545 / PRINCESA - SC / CEP 89935-000

Página 4 de 6



Estado de Santa Catarina  
**Município de Princesa**

[www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PRINCESA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 114/2020-PM**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2020-PM**

**ENCAMINHAMENTO**

Encaminhamos ao Sr. **Edilson Miguel Volkweis**, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.720 de 10.10.2014: Lote Urbano número 20 (vinte), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) **ELIZANE APARECIDA DA ROSA**.

O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Silvana Stuani**  
Gestora Assistência Social

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
Michele C. Kunzler  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Simone Pinheiro  
Membro

\_\_\_\_\_  
Alessandra dos Santos  
Membro

Fone/Fax: (49) 3641-0059 / e-mail: [prefeitura@princesa.sc.gov.br](mailto:prefeitura@princesa.sc.gov.br)  
Rua Rio Grande do Sul, 545 / PRINCESA - SC / CEP 89935-000

Página 5 de 6





Estado de Santa Catarina  
**Município de Princesa**

[www.princesa.sc.gov.br](http://www.princesa.sc.gov.br)

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE PRINCESA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.**

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 114/2020-PM**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2020-PM**

**RATIFICAÇÃO**

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, **RATIFICO** este **PROCESSO LICITATÓRIO N. 114/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 45/2020-PM** e **AUTORIZO** a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

---

**Edilson Miguel Volkweis**  
Prefeito Municipal de Princesa

Fone/Fax: (49) 3641-0059 / e-mail: [prefeitura@princesa.sc.gov.br](mailto:prefeitura@princesa.sc.gov.br)  
Rua Rio Grande do Sul, 545 / PRINCESA - SC / CEP 89935-000

Página 6 de 6

**PROCESSO LICITATÓRIO 115.2020-PM - DISPENSA 46.2020 - LOTE 05 - AIRTON DA SILVA**

Publicação Nº 2615679

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 115/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2020-PM

**OBJETO**

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.705 de 10.10.2014: Lote Urbano número 05 (cinco), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anotar-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 115/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2020-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.



Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 115/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2020-PM

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente AIRTON DA SILVA, inscrito(a) no CPF 118.189.479-43, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 115/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2020-PM

## ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.705 de 10.10.2014: Lote Urbano número 05 (cinco), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) AIRTON DA SILVA. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 115/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 115/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 46/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

### PROCESSO LICITATÓRIO 116.2020-PM - DISPENSA 47.2020 - LOTE 06 - MARINA BUCGS

Publicação Nº 2615722

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.706 de 10.10.2014: Lote Urbano número 06 (seis), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

#### JUSTIFICATIVA

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anotar-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente MARINA CRISTINA BUCGS, inscrito(a) no CPF 061.706.149-19, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.706 de 10.10.2014: Lote Urbano número 06 (seis), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) MARINA CRISTINA BUCGS. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

#### PROCESSO LICITATÓRIO 117.2020-PM - DISPENSA 48.2020 - LOTE 07 - EDUARDO HECKLER

Publicação Nº 2615746

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.707 de 10.10.2014: Lote Urbano número 07 (sete), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos

e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anote-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA

## DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente EDUARDO LUIZ HECKLER, inscrito(a) no CPF 012.387.769-57, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM

## ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.707 de 10.10.2014: Lote Urbano número 07 (sete), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) EDUARDO LUIZ HECKLER.

O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM

**RATIFICAÇÃO**

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 116/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 47/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa	
---	--

**PROCESSO LICITATÓRIO 118.2020-PM - DISPENSA 49.2020 - LOTE 08 - SABRINA BONFANTE**

Publicação Nº 2615836

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2020-PM

**OBJETO**

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.708 de 10.10.2014: Lote Urbano número 08 (oito), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anotar-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2020-PM



**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2020-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2020-PM

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O(a) adquirente SABRINA BONFANTE, inscrito(a) no CPF 012.386.959-57, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2020-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2020-PM

**ENCAMINHAMENTO**



Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.708 de 10.10.2014: Lote Urbano número 08 (oito), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) SABRINA BONFANTE.

O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 117/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 48/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa	
---	--

#### PROCESSO LICITATÓRIO 119.2020-PM - DISPENSA 50.2020 - LOTE 09 - LURDES S. WAGNER

Publicação Nº 2615854

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 119/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 50/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.709 de 10.10.2014: Lote Urbano número 09 (nove), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

#### JUSTIFICATIVA

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anote-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão

contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 119/2020-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 50/2020-PM

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 119/2020-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 50/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente LURDES DA SILVA WAGNER, inscrito(a) no CPF 050.437.369-25, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020

que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 119/2020-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 50/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.709 de 10.10.2014: Lote Urbano número 09 (nove), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) LURDES DA SILVA WAGNER. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 119/2020-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 50/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 119/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 50/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa	
---	--

**PROCESSO LICITATÓRIO 120.2020-PM - DISPENSA 51.2020 - LOTE 10 - FABIANO G. D. M. DA ROCHA**

Publicação Nº 2615892

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 51/2020-PM

**OBJETO**

Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.710 de 10.10.2014: Lote Urbano número 10 (dez), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anotar-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 51/2020-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 51/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente FABIANO GILMAR DUTRA MARTINEZ DA ROCHA, inscrito(a) no CPF 064.952.189-74, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 51/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel Matrícula 12.710 de 10.10.2014: Lote Urbano número 10 (dez), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) FABIANO GILMAR DUTRA MARTINEZ DA ROCHA.

O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 51/2020-PM

## RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 120/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 51/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa	
---	--

**PROCESSO LICITATÓRIO 121.2020-PM - DISPENSA 52.2020 - LOTE 11 - ALESSANDRA KUHN**

Publicação Nº 2615915

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 52/2020-PM

## OBJETO

Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.711 de 10.10.2014: Lote Urbano número 11 (onze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

## JUSTIFICATIVA

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anote-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 52/2020-PM

## FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 52/2020-PM

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente ALESSANDRA KUHN, inscrito(a) no CPF 073.656.889-12, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.



Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 52/2020-PM

## ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel Matrícula 12.711 de 10.10.2014: Lote Urbano número 11 (onze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) ALESSANDRA KUHN. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

--	--

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 52/2020-PM

## RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 121/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 52/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa	
---	--



**PROCESSO LICITATÓRIO 122.2020-PM - DISPENSA 53.2020 - LOTE 12 - EDIANE DA SILVA**

Publicação Nº 2615945

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 122/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 53/2020-PM

**OBJETO**

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.712 de 10.10.2014: Lote Urbano número 12 (doze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anotar-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 122/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 53/2020-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 122/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 53/2020-PM

## RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente EDIANE MORAES DA SILVA, inscrito(a) no CPF 012.388.639-22, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 122/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 53/2020-PM

## ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.712 de 10.10.2014: Lote Urbano número 12 (doze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) EDIANE MORAES DA SILVA. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 122/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 53/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 122/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 53/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

#### PROCESSO LICITATÓRIO 123.2020-PM - DISPENSA 54.2020 - LOTE 13 - JACSON DELEVATTI

Publicação N° 2616058

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 123/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 54/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.713 de 10.10.2014: Lote Urbano número 13 (treze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

#### JUSTIFICATIVA

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anotar-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 123/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 54/2020-PM

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 123/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 54/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente JACSON DELEVATTI, inscrito(a) no CPF 071.540.879-86, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 123/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 54/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel Matrícula 12.713 de 10.10.2014: Lote Urbano número 13 (treze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) JACSON DELEVATTI. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 123/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 54/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 123/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 54/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

#### PROCESSO LICITATÓRIO 124.2020-PM - DISPENSA 55.2020 - LOTE 14 - TANIA HOFSTAETTER

Publicação Nº 2616077

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 124/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 55/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.714 de 10.10.2014: Lote Urbano número 14 (quatorze), quadra 01 (um), com área de 270



(duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anote-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 124/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 55/2020-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 124/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 55/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente TANIA REGINA HOFSTAETTER, inscrito(a) no CPF 055.355.349-60, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 124/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 55/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.714 de 10.10.2014: Lote Urbano número 14 (quatorze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) TANIA REGINA HOFSTAETTER. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 124/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 55/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 124/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 55/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

### PROCESSO LICITATÓRIO 125.2020-PM - DISPENSA 56.2020 - LOTE 15 - LIZANDRA KUNTZ

Publicação Nº 2616115

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 56/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.715 de 10.10.2014: Lote Urbano número 15 (quinze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

#### JUSTIFICATIVA

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anotar-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO



Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 56/2020-PM

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 56/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente LIZANDRA KUNTZ, inscrito(a) no CPF 037.563.459-32, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 56/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.715 de 10.10.2014: Lote Urbano número 15 (quinze), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) LIZANDRA KUNTZ.  
O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 56/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 125/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 56/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

### PROCESSO LICITATÓRIO 126.2020-PM - DISPENSA 57.2020 - LOTE 16 - DAIANE FELISBERTO

Publicação Nº 2616181

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 57/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.716 de 10.10.2014: Lote Urbano número 16 (dezesesseis), quadra 01 (um), com área de 270

(duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anote-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 57/2020-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 57/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente DAIANE FELISBERTO, inscrito(a) no CPF 091.212.769-43, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 57/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.716 de 10.10.2014: Lote Urbano número 16 (dezesseis), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) DAIANE FELISBERTO. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 57/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 126/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 57/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

### PROCESSO LICITATÓRIO 127.2020-PM - DISPENSA 58.2020 - LOTE 17 - MARIA JUSTINA SBERSE

Publicação N° 2616206

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 127/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 58/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.717 de 10.10.2014: Lote Urbano número 17 (dezessete), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

#### JUSTIFICATIVA

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anotar-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 127/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 58/2020-PM

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 127/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 58/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente MARIA JUSTINA SBERSE, inscrito(a) no CPF 006.033.210-70, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 127/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 58/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.717 de 10.10.2014: Lote Urbano número 17 (dezessete), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) MARIA JUSTINA SBERSE. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 127/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 58/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 127/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 58/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

### PROCESSO LICITATÓRIO 128.2020-PM - DISPENSA 59.2020 - LOTE 18 - ANA C. DIEMER

Publicação Nº 2616267

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 128/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 59/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.718 de 10.10.2014: Lote Urbano número 18 (dezoito), quadra 01 (um), com área de 270

(duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anote-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 128/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 59/2020-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**



Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 128/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 59/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente ANA CAROLINA DIEMER, inscrito(a) no CPF 129.310.499-05, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 128/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 59/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.718 de 10.10.2014: Lote Urbano número 18 (dezoito), quadra 01 (um), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) ANA CAROLINA DIEMER. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 128/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 59/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 128/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 59/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

#### PROCESSO LICITATÓRIO 129.2020-PM - DISPENSA 60.2020 - LOTE 23 - IZABEL P. POLICENO

Publicação Nº 2616297

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 129/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 60/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel Matrícula 12.723 de 10.10.2014: Lote Urbano número 23 (vinte e três), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

#### JUSTIFICATIVA

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anote-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 129/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 60/2020-PM

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 129/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 60/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente IZABEL PRIMAZ POLICENO, inscrito(a) no CPF 090.259.499-08, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 129/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 60/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel Matrícula 12.723 de 10.10.2014: Lote Urbano número 23 (vinte e três), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) IZABEL PRIMAZ POLICENO. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 129/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 60/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 129/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 60/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

### PROCESSO LICITATÓRIO 130.2020-PM - DISPENSA 61.2020 - LOTE 27 - MARCOS KUNTZ

Publicação Nº 2616314

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 130/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 61/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.727 de 10.10.2014: Lote Urbano número 27 (vinte e sete), quadra 02 (dois), com área de 270

(duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

**JUSTIFICATIVA**

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anote-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler Presidente	Simone Pinheiro Membro	Alessandra dos Santos Membro
----------------------------------	---------------------------	---------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 130/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 61/2020-PM

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani Gestora Assistência Social	
--	--

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 130/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 61/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente MARCOS ANTONIO KUNTZ, inscrito(a) no CPF 012.331.859-93, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 130/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 61/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.727 de 10.10.2014: Lote Urbano número 27 (vinte e sete), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) MARCOS ANTONIO KUNTZ. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 130/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 61/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 130/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 61/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

### PROCESSO LICITATÓRIO 131.2020-PM - DISPENSA 62.2020 - LOTE 34 - ANDRE BACKES

Publicação Nº 2616358

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 131/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 62/2020-PM

#### OBJETO

Venda com encargos do imóvel matrícula 12.734 de 10.10.2014: Lote Urbano número 34 (trinta e quatro), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, autorizado pela lei municipal nº 1.037 de 24 de dezembro de 2019 e decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020.

#### JUSTIFICATIVA

A Secretaria pretende alienar através da Administração Pública Municipal terrenos para construção de moradia popular, em imóvel localizado no loteamento Primavera.

Uma das maiores dificuldades encontradas hoje por aqueles que se ocupam do problema da moradia popular é a aquisição dos terrenos necessários ao atendimento da demanda existente.

Para reduzir essa demanda, o Município de Princesa iniciou no ano de 2013 a transformação de uma área de terra rural em zona de interesse social, e no ano de 2014 aprovou o Loteamento popular Primavera através da Lei nº 731 de 13 de fevereiro de 2014.

Com as conclusões das obras de infraestrutura no loteamento primavera, foi dado continuidade no procedimento para escolha dos interessados que preenchessem os requisitos previstos na legislação vigente para aquisição do terreno (sem construção).

Para ser beneficiado e poder adquirir o lote urbano, após passado por processo de habilitação e classificação, o contratante assumirá compromissos (encargos), entre eles, o de não alienar o imóvel antes de completados 10 (dez) anos.

Com a propriedade assumida mediante contrato de promessa de compra e venda, o adquirente encaminhará financiamento habitacional, e ao final, se exitoso, assinará a escritura pública de compra e venda do terreno com a municipalidade.

Anotar-se que há condições a serem cumpridas, todas previstas na minuta de contrato, e que se descumpridas, podem ensejar a rescisão contratual e o retorno do imóvel para a posse da administração municipal.

A finalidade da licitação é exatamente permitir que, nesta relação entre o benefício público e a vantagem privada, que o interesse público prevaleça, e que a vantagem privada seja atribuída de modo impessoal e equitativo, conforme seguiu o regramento de escolha do vencedor. Dessa forma, possibilita-se que seja realizada a alienação onerosa de bens da administração pública, conforme previsto no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO



Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 131/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 62/2020-PM

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente Dispensa de Licitação tem sua fundamentação legal no Art. 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993:

Art. 17 - A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóvel, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais e, para todos inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada está nos seguintes casos:

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Alínea com redação dada pela Lei nº 11.481, de 31.05.2007 - DOU 31.05.2007)

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 131/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 62/2020-PM

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O(a) adquirente ANDRE LUIZ BACKES, inscrito(a) no CPF 081.492.769-63, foi escolhido(a) com base no edital de chamamento público 01/2020 do município de Princesa/SC, com ampla divulgação e participação/fiscalização dos vereadores, onde foram abertas inscrições para interessados a participar do programa de habitação social. Após o transcurso das etapas de habilitação e classificação, originou-se o edital 05/2020 que homologou a disposição final do primeiro ao último inscrito, assim como os desclassificados. Através do Edital 06/2020 foram convocados os 36 primeiros classificados (conforme número de lotes disponíveis) resultando no decreto nº. 596 de 18 de junho de 2020 que homologou a escolha dos terrenos pelos adquirentes.

O preço de venda (R\$ 12.007,58 – doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos), foi estabelecido conforme avaliação realizada através dos integrantes nomeados pela Portaria 61/2020, restituindo a Municipalidade as despesas de instalação do loteamento primavera.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuani  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO



Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 131/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 62/2020-PM

#### ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, sendo o(a) adquirente do imóvel matrícula 12.734 de 10.10.2014: Lote Urbano número 34 (trinta e quatro), quadra 02 (dois), com área de 270 (duzentos e setenta metros quadrados), sem acessões, situado na Rua das Camélias, Loteamento Primavera, Município de Princesa, o(a) Sr.(a) ANDRE LUIZ BACKES. O preço de venda foi estabelecido em R\$ 12.007,58 (doze mil e sete reais, cinquenta e oito centavos).

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Silvana Stuari  
Gestora Assistência Social

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Michele C. Kunzler  
Presidente

Simone Pinheiro  
Membro

Alessandra dos Santos  
Membro

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRINCESA  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 131/2020-PM  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 62/2020-PM

#### RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no Art 17 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 131/2020-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 62/2020-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 21 de agosto de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal de Princesa

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 67/2020

Publicação Nº 2616153

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 67/2020
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2020
Tipo: Menor Preço/Por Item
Regime de Execução: Indireta
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS P/UTILIZAÇÃO NA CONFECÇÃO DA DECORAÇÃO NATALINA, NA AV.CEL.ERNESTO F. BERTASO, CENTRO ADMINISTRATIVO, PRAÇA MUNICIPAL E NAS RÓTULAS DA AV.PRIMO ALBERTO BODANESE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 03/09/2020.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 03/09/2020.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">www.quilombo.sc.gov.br</a>
Quilombo, 19 de agosto de 2020.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### AVISO 68/2020

Publicação Nº 2616401

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 68/2020
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2020
Tipo: Menor Preço/Por Lote
Regime de Execução: Indireta
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO/CONCERTO DOS PASSEIOS, MEIOS FIOS E VIGAS, EM CALÇADAS PÚBLICAS DE RUAS DA SEDE E BAIRROS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, DEVIDO À READEQUAÇÃO DA REDE DE ÁGUA DA CASAN.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 08/09/2020.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 08/09/2020.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">www.quilombo.sc.gov.br</a>
Quilombo, 21 de agosto de 2020.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### AVISO TP 17 2020

Publicação Nº 2615926

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. N°: 17/2020

Modalidade: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 17/2020

Tipo: Menor Preço/Por Lote

Regime de Execução: Indireta/Empreitada por Preço Global

Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ADEQUAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE CENTRO, BAIRRO SANTA INÊS, SALTO SAUDADES E VILA GAÚCHA E NA POLICLINICA MUNICIPAL, CONFORME MEMÓRIAS DESCRITIVAS, ORÇAMENTO QUANTITATIVO E FINANCEIRO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PROJETOS DO MUNICÍPIO EM ANEXO E EM ATENDIMENTO AO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DERIVADO DO INQUÉRITO CIVIL N° 06.2017.00006254-1.

Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 09/09/2020.

Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 09/09/2020.

A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias n° 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município [www.quilombo.sc.gov.br](http://www.quilombo.sc.gov.br)

Quilombo, 21 de Agosto de 2020.

NEDIO LUIZ CONCI

Secretário Municipal de Saúde

## DECRETO N.º 239/2020 - DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Publicação N° 2615677

DECRETO N.º 239/2020 - DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE DANIEL JOSÉ FONTANA DANIELLI PARA O CARGO QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IV, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Inciso II do Artigo 9º da Lei Municipal nº.032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Artigo 3º da Lei Complementar nº.031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e Lei Complementar nº. 126/2017, de 10 de julho de 2017,

### DECRETA

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 20 de agosto de 2020, DANIEL JOSÉ FONTANA DANIELLI, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de Assessor Jurídico (Código 06.11), com lotação no Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 20 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em \_\_/08/2020

Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê

Funcionário Designado

**DECRETO Nº 211/2020 - DE 12 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615671

DECRETO N. 211/2020 – DE 11 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO VISANDO POSSÍVEL REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação de regência, e,

CONSIDERANDO que o Poder Executivo recebeu o Ofício n. 0056/2020/PJ/QUI requerendo providências para proteção do patrimônio público, porquanto haveria informação de que imóvel de propriedade do Município estaria sendo ocupado ilegalmente por particulares;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 056/2020, de 10 de março de 2020, que nomeou a Comissão de Sindicância para investigar possível ocupação irregular de imóvel de propriedade do Município de Quilombo;

CONSIDERANDO o Despacho nº 067/2020, de 06 de julho de 2020, expedido pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito; e

CONSIDERANDO o Ofício nº 04/2020, de 16 de julho de 2020, expedido pela Comissão de Sindicância investigativa, que orienta a proceder com os atos pertinentes a promover a Regularização Fundiária da área ocupada.

DECRETA:

Art. 1º A abertura de processo administrativo com o objetivo de promover a Regularização Fundiária de área pertencente ao Lote Rural nº 19, registrado na matrícula nº 7.798, com área de 62.600,00 m² (sessenta e dois mil e seiscentos metros quadrados), com inscrição no INCRA sob o nº 802.026.016.632-8, localizado à Linha Cristo Rei, no Município de Quilombo.

Art. 2º Deverão ser adotados os procedimentos administrativos necessários para atingir a finalidade deste Decreto, os quais serão apurados no andamento do processo administrativo de regularização fundiária do imóvel descrito no Art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 12 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em \_\_\_\_/08/2020

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

**DECRETO Nº 248/2020 – DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615796

DECRETO Nº 248/2020 – DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DO ANO DE 2020.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município para o ano de 2020 no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 2794/2019, de 14 de dezembro de 2019, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	06
Unidade	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	01
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-função	Desporto Comunitário	812
Programa	ESPORTE: QUALIDADE DE VIDA	0013
Ação	PRAÇA ESPORTIVA/DESPORTO	1.023
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(289)	Aplicação Direta – 4.4.90	0.3.00 – Recursos Ordinários
Valor Total R\$:		29.000,00

Art.2º O recurso para a abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do superávit financeiro apurado no exercício de 2019, na DR 03.37.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 21 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

EDGAR D.BERLANDA  
TC/CRC/SC 15.171/0/1  
Registrada e Publicado  
Em \_\_\_\_/08/2020.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos  
Funcionário Designado

### **PORTARIA Nº. 0612/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616173

PORTARIA Nº. 0612/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVANIA PRIOR ALBERTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica interrompida a licença para tratamento de saúde concedida através da Portaria nº. 0589/2020 - de 14 de agosto de 2020, da Servidora Pública Municipal, Ivania Prior Alberti (20147), ocupante do cargo de Assistente de Promoção Social, a partir do dia 19 de agosto de 2020, conforme Declaração própria, sob Protocolo Nº 7730, de 18 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0589/2020, de 14 de agosto de 2020.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

### **PORTARIA Nº. 0613/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616180

PORTARIA Nº. 0613/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

INTERROMPE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NILTON CARLOS ALBERTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica interrompida a licença para tratamento de saúde concedida através da Portaria nº. 0590/2020 - de 14 de agosto de 2020, da Servidora Pública Municipal, Nilton Carlos Alberti (369), ocupante do cargo de Operador de Máquinas, a partir do dia 19 de agosto de 2020, conforme Declaração própria, sob Protocolo Nº 7729, de 18 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0590/2020, de 14 de agosto de 2020.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

## **PORTARIA Nº. 0604/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616123

PORTARIA Nº. 0604/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DIONILDA SALETE FRIGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991; Considerando o § 3º Art. 276, da Instrução normativa da Previdência Social nº 45/2010, de 06 de agosto de 2010;

Considerando o Art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 0543/2020, de 29 de julho de 2020, que concede licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Dionilda Salete Frigo, pelo período de 07 dias,

Considerando a Portaria nº 0576/2020, de 10 de agosto de 2020, que concede licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Dionilda Salete Frigo, pelo período de 05 dias,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Dionilda Salete Frigo (19917), ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano), conforme Atestado Médico, datado de 18 de agosto de 2020, pelo período de 10 (dez) dias (18 à 27 de agosto de 2020)

Art. 1º DAR CIÊNCIA QUE, a Servidora citada em supra, deverá, em consonância com o § 4º do Art. 60 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pleitear auxílio doença junto ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0605/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616135

PORTARIA Nº. 0605/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARIA DE FATIMA ANDRADE RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Maria De Fátima De Andrade Ramos (1820), ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, por determinação médica e conforme atestado, por 07 (sete) dias, entre 17 e 23 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0607/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616136

PORTARIA Nº. 0607/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ÉDINA MONIQUELI MAESTRI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Édina Moniqueli Maestri (20334), ocupante do cargo de Diretor de Projetos, por determinação médica e conforme atestado, por 02 (dois) dias, de 18 a 19 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0608/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616159

PORTARIA Nº. 0608/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA O AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE JUNTO AO INSS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JANETE MARIA DAL SASSO MORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991; Considerando o § 3º Art. 276, da Instrução normativa da Previdência Social nº 45/2010, de 06 de agosto de 2010;

Considerando o Art. 60 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 0484/2020, de 08 de julho de 2020, que concede licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Janete Maria Dal Sasso Moro, pelo período de 07 dias,

Considerando a Portaria nº 0498/2020, de 14 de julho de 2020, que concede licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Janete Maria Dal Sasso Moro, pelo período de 07 dias,

Considerando a Portaria nº 0575/2020, de 10 de agosto de 2020, que concede licença para tratamento de saúde à servidora pública municipal Janete Maria Dal Sasso Moro, pelo período de 02 dias,

Considerando Portaria nº 0588/2020, de 13 de agosto de 2020, que dá ciência do afastamento para tratamento de saúde junto ao INSS à servidora pública municipal Janete Maria Dal Sasso Moro, pelo período de 02 dias,

**RESOLVE:**

Art. 1º DAR CIÊNCIA QUE, a Servidora Pública Municipal, Janete Maria Dal Sasso Moro (20074), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, prorrogou seu afastamento das atividades pelo período de 02 (dois) dias (18 e 19 de julho de 2020), conforme Atestado Médico, datado de 18 de julho de 2020, devendo a servidora em consonância com o § 4º do Art. 60 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pleitear auxílio doença junto ao Instituto Nacional de Previdência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê

Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0609/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616162

PORTARIA Nº. 0609/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LURDES CATANEO ZATTERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Lurdes Cataneo Zattera (1774), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços de Saúde Pública, no dia 19 de agosto de 2020, no período matutino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7724, de 18 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 24 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;



Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

### **PORTARIA Nº. 0610/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616167

PORTARIA Nº. 0610/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETE MARIA PANSE-RA MOLON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Margarete Maria Pansera Molon (1349), ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, no dia 20 de agosto de 2020, no período matutino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7727, de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 25 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

### **PORTARIA Nº. 0611/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616171

PORTARIA Nº. 0611/2020 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLECI TEREZINHA MARAFON COMIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65

da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Cleci Terezinha Marafon Comin (1696), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 24 de agosto de 2020, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7723, de 18 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 27 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 18 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0614/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616186

PORTARIA Nº. 0614/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SAMIRA ELEN REBONATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo,

Considerando o Requerimento sob protocolo nº 7726, de 18 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Samira Elen Rebonatto (20364), ocupante do cargo de Odontóloga, nos dias 20 e 21 de agosto de 2020, para participar de Pós-Graduação, na cidade de Passo Fundo - RS.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, Declaração de Comparecimento/Participação e/ou Certificado da Capacitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0615/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616189

PORTARIA Nº. 0615/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JAQUELYNE DALPONT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Jaquelyne Dalpont (20287), ocupante do cargo de Enfermeira, por determinação médica e conforme atestado, no dia 17 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê

Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0616/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616199

PORTARIA Nº. 0616/2020 - DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISA USANOVICH MASCHIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo,

Considerando o Requerimento sob protocolo nº 7732, de 18 de agosto de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Elisa Usanovich Maschio (20365), ocupante do cargo de Odontóloga, nos dias 27 e 28 de agosto de 2020, para participar de Pós-Graduação.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, Declaração de Comparecimento/Participação e/ou Certificado da Capacitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 19 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê

Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0617/2020 - DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616204

PORTARIA Nº. 0617/2020 - DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GEDSON MEIRA SAGAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Gedson Meira Sagas (20351), ocupante do cargo de Chefe de Programas, no dia 21 de agosto de 2020, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7735, de 19 de agosto de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será compensado em datas posteriores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 20 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê

Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0618/2020 - DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616211

PORTARIA Nº. 0618/2020 - DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ERDERSON MEZZOMO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Erderson Mezzomo (7736), ocupante do cargo de Operador de Máquinas, no dia 20 de agosto de 2020, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7736, de 19 de agosto de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 25 de agosto de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 20 de agosto de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê

Funcionário Designado

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2020

Publicação N° 2616390

PROCESSO LICITATÓRIO N° 40/2020 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N° 22/2020 - PARA REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL – O Município de Rancho Queimado, torna público que até as 09:00 horas do dia 04 de setembro de 2020, contratação de empresa para eventual fornecimento de serviços de mão de obra para contratação de empresa para eventual fornecimento de mão de obra para assentamento de lajota, colocação de meio-fio e execução de calçadas no município de Rancho Queimado, de acordo com a necessidade da Secretaria de Obras. O edital na sua íntegra contendo todas as especificações poderão ser obtidos nos dias úteis na Prefeitura Municipal na Praça Leonardo Sell, 40 – Rancho Queimado – SC, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou no site <http://www.rq.sc.gov.br/licitacoes>. Rancho Queimado, em 21 de agosto de 2020. Publique-se. Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal.

# Rio das Antas

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 79/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615745

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS**

**DECRETO Nº 79/2020, DE 14 DE AGOSTO DE 2020.**  
**DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE**  
**AO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO**  
**DE RIO DAS ANTAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 102, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus – COVID19;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando a publicação do Decreto de nº 562, de 17 de abril de 2020 do Estado de Santa Catarina e alterações;

Considerando a deliberação dos Prefeitos dos Municípios membros da AMARP em reunião virtual realizada às 13h30min, do dia 13 de AGOSTO de 2020, quanto à tomada de decisão acerca do COVID-19;

Considerando o significativo aumento dos casos de infectados pelo COVID-19, em nosso Município e Região e a exígua quantidade de leitos de UTI disponíveis e do possível colapso;

**DECRETA:**

**Art. 1º Ficam adotadas no Município de Rio das Antas, no que couber, as decisões aprovadas pelos PREFEITOS DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕE A ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE-AMARP em 13/08/2020, conforme abaixo:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS****QUANTO AO FUNCIONAMENTO DE IGREJAS E CULTOS:**

- As missas e cultos estão proibidos de segunda a sábado enquanto a região da Amarp se mantiver na posição gravíssimo (cor vermelha) no mapa da matriz de risco.

Os cultos e missas poderão ser realizados aos domingos com um percentual mínimo de lotação, bem como seguindo todos os protocolos e regramentos sanitários de cada município.

Os Padres e Pastores deverão orientar os seus fiéis, bem como fiscalizar para que os regramentos sejam obedecidos durante os cultos e missas.

A única exceção de cultos fora do domingo, é aberta para a Igreja Adventista que só realiza seus cultos aos SÁBADOS.

Os Padres e Pastores poderão realizar atendimentos individualizados em suas igrejas ou em residências, caso sejam solicitados.

**QUANTO AO FUNCIONAMENTO DE SALÕES DE BELEZA E SIMILARES:**

- Os salões de beleza deverão trabalhar apenas com agendamento, realizando atendimento de forma individual, seguindo o regramento sanitário de cada município. É expressamente proibido o consumo de alimentos e chimarrão nesses locais.

**QUANTO AO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO:**

- Horário de funcionamento até as 19:00 horas de 2ª a 6ª feira. Aos Sábados, funcionamento poderá ser até as 19:00 horas, fechando aos domingos e feriados.

**QUANTO AO FUNCIONAMENTO DE LOJAS DE DEPARTAMENTOS, GALERIAS, CENTROS COMERCIAIS E SUPERMERCADOS, MERCADOS, MERCEARIAS, PADARIAS, AÇOUGUES E AFINS:**

- Funcionamento até as 22 horas de segunda a sábado.

Nos domingos as Lojas de Departamentos e Supermercados o horário de funcionamento será até as 13 horas, até que a região da AMARP permaneça no nível gravíssimo na matriz de risco do Governo do Estado de Santa Catarina.

**QUANTO AOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO:**

- **Restaurantes** – funcionamento de segunda a segunda-feira até as 22 horas.

- **Lanchonetes** – funcionamento de segunda a segunda-feira até as 22 horas.

- **Food Trucks/ambulantes (ex: cachorro quente)** – funcionamento de segunda a segunda-feira até as 22 horas.

- **Bares** – funcionamento de segunda a sexta-feira até as 19 horas e sábado até as 12 horas, domingos e feriados permanece fechado.

Não será permitido nenhum tipo de jogos como baralho, sinuca e similares.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS**

**- Lojas de Conveniências e similares** - As aquisições de lanches, guloseimas e bebidas não poderão ser consumidas no local, poderá ser realizada a venda, mas não o consumo no local. O horário seguirá conforme a abertura e fechamento do Posto de Gasolina.

**QUANTO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS:** Fica mantido a **PROIBIÇÃO** de funcionamento em qualquer modalidade, cinemas, teatros, casas noturnas, parques temáticos, bailes, shows e espetáculos que acarretam reuniões de público. O Decreto 630 do Governo do Estado de 1º de junho de 2020, permitiu a abertura desde o dia 05 de julho de 2020, mas nos municípios da AMARP, a permissão está vinculada ao início das aulas.

**QUANTO A EVENTOS ESPORTIVOS:** Fica mantido a **PROIBIÇÃO**. O Decreto 630 do Governo do Estado de 1º de junho de 2020, permitiu a abertura desde o dia 05 de julho de 2020, mas nos municípios da AMARP, a permissão está vinculada ao início das aulas do calendário do ensino fundamental.

**QUANTO AS AULAS ESPECIAIS DE ENSINO SUPERIOR:** O Decreto 630 do Governo do Estado de 1º de junho de 2020, permitiu a partir de 08 de junho de 2020, aulas presenciais de estágios obrigatórios e as atividades práticas presenciais curriculares nos laboratórios de cursos superiores, desde 08 de junho de 2020. Os municípios da AMARP, não farão o transporte escolar desses acadêmicos.

**QUANTO AS AULAS DE ENSINO SUPERIOR:** Considerando o aumento no número de casos na região, também em jovens a AMARP não autorizará o retorno as aulas presenciais em nível superior e técnico, como forma de preservar a saúde e vida dos estudantes. A aula nessa modalidade presencial, mesmo que com limitações, deverá reiniciar apenas com o retorno das aulas do ensino médio e fundamental que será autorizado apenas quando as informações técnicas da Secretaria de Estado da Saúde indicarem condições favoráveis para tal decisão, com indicativo de retorno por parte do Governo do Estado para 08 de setembro de 2020.

**QUANTO AS AULAS NORMAIS:** o início das aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos, será autorizado apenas quando as informações técnicas da Secretaria de Estado da Saúde indicarem condições favoráveis para tal decisão, com indicativo de retorno dia 08 de setembro de 2020.

Os municípios da AMARP obedecerão ao calendário da Secretaria de Estado da Educação

**QUANTO A EXECUÇÃO DE MÚSICA AO VIVO EM QUALQUER LOCAL:** Fica mantido a **PROIBIÇÃO** de funcionamento em qualquer modalidade.

**QUANTO AOS ESPAÇOS DE PARQUES, PRAÇAS, CLUBES SOCIAIS E AFINS:** Fica **PROIBIDO** o uso de parques e praças para atividade esportivas, caminhadas, corrida e afins. Conforme o decreto do Governo do Estado de Santa Catarina.

**Os parques infantis estão proibidos de permanecerem abertos, sendo os mesmos fechados**



**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS**

**pelos municípios, ficando a critério de cada município a fiscalização, para que não haja permanência de pessoas nesses locais enquanto houver a proibição.**

**QUANTO AO TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL E URBANO:** Fica suspenso até o dia 22 de agosto, conforme Decreto do Governo do Estado de Santa Catarina nº 785 de 07 de agosto de 2020.

**QUANTO A REALIZAÇÃO DE VELÓRIOS:** Os velórios realizados em âmbito municipal, deverão obedecer às normas sanitárias estipuladas por cada município.

**QUANTO AS ACADEMIAS AO AR LIVRE:** Está suspenda as atividades em academias ao ar livre, ficando a critério de cada município a fiscalização bem como o fechamento das mesmas, para que não haja aglomerações de pessoas nesses locais.

**QUANTO AS ATIVIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS DE CONTATO:** Fica **PROIBIDO**, a exemplo as práticas esportivas profissionais, amadores e de treinamentos. Exemplo: voleibol, futebol amador, futsal, entre outros. (Qualquer esporte coletivo de contato está expressamente proibido).

**QUANTO A OBRIGATORIEDADE DO USO DE MÁSCARAS:** Passam a ser obrigatórias em todo o território da região da AMARP, o uso de máscaras pelos cidadãos em todos os ambientes. O descumprimento gerará aplicação de multa pecuniária, com valor estabelecido por cada município.

**QUANTO A FISCALIZAÇÃO E SANÇÃO (multas): Vigilância Sanitária:**

- Máscara: não uso de máscara, conforme acima, multa no valor estabelecido por cada município;
- Estabelecimentos: Suspensão imediata no funcionamento do estabelecimento até regularização das medidas;
- Multa, conforme valor estabelecido por cada município.
- Sendo constatado o descumprimento das normas previstas nos protocolos citados, o órgão fiscalizador deve lavrar termo próprio para abertura de processo administrativo sanitário e boletim de ocorrência (nos termos do art. 268 do código penal), determinando a suspensão imediata das atividades pela infratora (fechamento), até que a Vigilância Sanitária constata a regularização das medidas de prevenção.

Ressalta-se que as medidas acima descritas, devem obrigatoriamente, seguir já autorizados ou com restrição, seguir protocolos, orientações e notas técnicas, bem como decretos e legislações vigentes.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS****DELIBERAÇÕES DA CIR:**

- Regramento da vigilância sanitária,
- Atuação permanente da fiscalização com auxílio do poder de polícia e guarda municipal;
- Lavar as mãos frequentemente com água e sabão;
- Higienize as mãos com álcool 70%;
- Cobrir com o braço o nariz e boca ao espirrar ou tossir;
- Mantenha os ambientes bem ventilados e limpos;
- Evite apertos de mão, abraços e beijos;
- Mantenha distância segura entre as pessoas, inclusive em filas;
- Evite tocar em balcões e outras superfícies;
- Higienize as mãos antes e depois de utilizar carrinhos e cestas de compras;
- Evitar reuniões familiares, de amigos, e qualquer tipo de aglomerações.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Estado de Santa Catarina. Decreto nº 630, de 1º de junho de 2020. Disponível em: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-decretos-estaduais>, e outras Portarias e normatizações.

**DA CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO TÉCNICA**

Os Senhores Prefeitos (as), disponibilizarão tudo o que for necessário para o atendimento de todas as pessoas, mediante o cumprimento de todas as medidas de prevenção e combate ao COVID-19.

**Art.2º - Fica revogado o DECRETO N° 76/2020, de 24/07/2020 e demais disposições em contrário.**

**Art. 3º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 14 DE AGOSTO DE 2020.

**RONALDO DOMINGOS LOSS**  
**Prefeito Municipal**

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

**GILBERTO ZIEMANN**  
**Secretário Municipal de Administração e Finanças**

**DECRETO Nº 80/2020, DE 20 DE AGOSTO 2020**

Publicação Nº 2615742

DECRETO Nº 80/2020, DE 20 DE AGOSTO 2020.

DESIGNA AUTORIDADE DE SAÚDE PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA PANDEMIA COVID-19 NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 102, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no art. 30 da Lei Municipal nº 834 de 14 de dezembro de 1992 que dispõe sobre as Normas de Saúde em Vigilância Sanitária;

CONSIDERANDO o disposto no art. 39, inciso XVIII c/c art. 37 da Lei Municipal nº 834/1992

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º da Portaria SES nº 464 de 03 de julho de 2020.

DECRETA

Art. 1º Ficam designados como Autoridade de Saúde, na forma do art. 30, da Lei Municipal nº 834 de 14 de dezembro de 1992, os servidores públicos dos quadros da Defesa Civil, Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e dos demais órgãos fiscalizadores, quando for o caso, para fiscalização do cumprimento das medidas específicas de enfrentamento à COVID-19, em todos os estabelecimentos comerciais e locais públicos do Município de Rio das Antas, sem prejuízo da atuação de órgãos com competência específica.

Parágrafo Único. Constatado pelas autoridades de que trata o caput deste artigo o descumprimento das medidas estabelecidas em decretos ou Portarias vigentes, a fiscalização da Vigilância em Saúde deve apurar eventual prática de infrações administrativas sanitárias prevista na Lei Municipal nº 834/1992, na Lei Federal nº 6.437/1977, na Lei Estadual nº 6.320/1983, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua vigência ao Decreto Legislativo Federal nº 06/2020, Decreto Estadual nº 562/2020 e Decreto Municipal nº 35/2020 e alterações posteriores, que declararam Estado de Calamidade Pública no âmbito da União, do Estado e do Município, respectivamente.

RIO DAS ANTAS, 20 de agosto de 2020.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

GILBERTO ZIEMANN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2020 - FUMAS**

Publicação Nº 2615827

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS - FUMAS – Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0001/2020 – FUMAS

A Gestora do Fundo de Assistência Social do Município de Rio das Antas, baseado nos termos do Art. 25, inciso I da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes, torna público o Processo Licitatório nº 0003/2020 e INEXIGIBILIDADE de licitação nº 0001/2020–FUMAS, com o seguinte objeto: Contratação de pessoa jurídica denominada Editora Amigos da Natureza Ltda, sob CNPJ: 04.096.738/0001-55, para fornecimento de material gráfico (Panfletos) relativos aos temas: Acidentes domésticos com idosos, Corona vírus, Feminicídio e Violência Sexual que são assuntos pertinentes às famílias, crianças e adolescentes e idosos atendidos no Programa de Atenção Integral a Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

CONTRATADA: EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA, CNPJ 04.096.738/0001-55.

O MUNICÍPIO PAGARÁ À EMPRESA CONTRATADA O VALOR TOTAL ESTIMADO DE R\$ 2.964,00 (Dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais), Conforme condições do termo de referência.

Demais informações poderão ser obtidas no setor de Licitações, sito a Rua do Comércio, 780, ou pelo fone (0xx49) 3564-0125, Ramal 202, no horário de expediente. Rio das Antas (SC), 05 de Agosto de 2020. Claudia Valéria Dallazem Santos - Secretária de Assistência Social.

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### 390 PORTARIA Nº 390 ALTERA DATA DE NOMENCLATURA DA PORTARIA 375-2020

Publicação Nº 2616067

Portaria nº. 390, de 21 de agosto de 2020.

"ALTERA data da nomenclatura da portaria 375/2020 em que nomeia ALICE ALVES para exercer o cargo comissionado de Secretário de Unidade Escolar".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR data da nomenclatura da portaria 375/2020 para 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de agosto de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini  
Secretaria de Administração e Finanças

### 391 PORTARIA Nº 391 CONCEDE FERIAS EM GOZO A SERVIDORA ELIZETE FARIAS DA SILVA

Publicação Nº 2616069

Portaria nº. 391, de 21 de agosto de 2020.

"Concede Férias em gozo a Servidora ELIZETE FARIAS DA SILVA".

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ELIZETE FARIAS DA SILVA, matrícula 32967, 10 (dez) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2019, tendo como período de gozo 24 de agosto de 2020 a 02 de setembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de agosto de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini  
Secretaria de Administração e Finanças

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO\_ 2595\_CORONAVIRUS\_AUTORIZA\_FUTEBOL

Publicação Nº 2616007

DECRETO Nº 2.595, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza a prática de atividades esportivas coletivas nos estabelecimentos privados próprios.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO a publicação da Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, a qual instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19, delegando aos Municípios e às respectivas Regiões de Saúde as tomadas de decisões relativas à flexibilização ou restrição de atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO a entrada em vigor da Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, a qual define critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação Risco Potencial Regional nas regiões de saúde.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a prática de atividades esportivas coletivas nos estabelecimentos privados próprios, tais como, ginásios, arenas esportivas e quadras, desde que não caracterize competição, campeonato ou similar.

§ 1º Fica terminantemente proibida a presença de público nos jogos, nas áreas internas e externas dos estabelecimentos.

§ 2º Os estabelecimentos de que trata o caput deste artigo deverão observar as seguintes medidas sanitárias:

I – somente poderão acessar as dependências dos estabelecimentos os funcionários e os atletas que participaram dos jogos;

II – se o estabelecimento possuir lanchonete, bar ou similar, este deverá permanecer fechado;

III – é vedada a troca de uniformes ou coletes durante os jogos entre os atletas ou outros;

IV – deve ser respeitado o intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos entre as partidas, a fim de evitar a aglomeração de pessoas, devendo, neste período, ser realizada a desinfecção do local;

V - somente maiores de 18 (dezoito) e menores de 60 (sessenta) anos poderão acessar as dependências dos estabelecimentos;

VI – deverá ser divulgado em local visível as informações de prevenção ao Covid-19, estabelecidas pelo Governo do Estado ou Município para as respectivas atividades;

VII - é vedado o acesso de pessoas não residentes no Município de Rio do Oeste às dependências dos estabelecimentos;

VIII - cada atleta deverá portar sua própria garrafa de água com identificação, para evitar troca ou compartilhamento com outros atletas;

IX – deverá ser exigida a utilização de máscara durante o período de permanência no estabelecimento, exceto no período de realização da prática esportiva;

X – deverá ser disponibilizado um colaborador para aferir a temperatura de todos que adentrarem no estabelecimento;

XI - os atletas deverão chegar ao estabelecimento já vestindo o uniforme de jogo;

XII – deverão ser disponibilizados recipientes dispensadores de álcool 70% em todas as instalações do estabelecimento, devendo ser orientada e estimulada a constante higienização das mãos por todos;

XIII – deverão ser realizados, diariamente, procedimentos que garantam a higienização dos ambientes, intensificando a limpeza dos espaços, utensílios, superfícies, equipamentos, maçanetas, mesas, corrimãos, interruptores, entre outros, com produtos sanitizantes;

XIV - os lavatórios dos sanitários deverão ser providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% e lixeiras com tampa de acionamento;

XV- deverão ser mantidos ventilados todos os ambientes, dentro do possível;

XVI – atletas e prestadores de serviço que apresentarem sintomas de infecção pelo COVID-19 deverão ser orientados a deixar o estabelecimento imediatamente e buscar acompanhamento médico o quanto antes;

XVII- é vedado o acesso de atletas e funcionários confirmados com COVID-19 às dependências dos estabelecimentos;

XVIII – é vedado o acesso de pessoas consideradas como grupo de risco às dependências dos estabelecimentos;

XIX – é vedado que atletas deixem, no estabelecimento, uniformes, tênis, bolas ou qualquer outro material, sendo retirados do local após a realização dos jogos;

XX – é vedado o uso de bebedouros ou qualquer equipamento similar;

XXI - todos que adentrarem no estabelecimento deverão realizar a higienização das mãos;

Art. 3º O descumprimento das obrigações contidas neste Decreto caracteriza infração, nos moldes do art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 40, de 05 de julho de 2013 (Código de Posturas), sendo aplicado ao estabelecimento infrator as penalidades previstas no artigo 16 do Decreto nº 2.587, de 10 de agosto de 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste - SC, 21 de agosto de 2020.

HUMBERTO PESSATTI  
Prefeito de Rio do Oeste

## **DECRETO\_2596\_CORONAVIRUS\_ALTERA\_DECRETO\_2587\_SUSPENDE\_SERVICO\_PUBLICO**

Publicação Nº 2616009

DECRETO Nº 2.596, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o Decreto nº 2.584, de 03 de agosto de 2020, prorrogando o prazo de suspensão de atividades, suspendendo serviços públicos não essenciais que não possam ser realizados remotamente e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO as medidas recomendadas pela CIR nas Resoluções 01, 02, 03 e 04/2020 e as Resoluções 10 e 12 de 2020 da DIR;

CONSIDERANDO o teor da Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 592, de 17 de agosto de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 2.584, de 03 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Permanecem suspensas por 14 (quatorze) dias a contar do dia 22 de agosto:

Art. 2º Fica alterado o inciso III do artigo 1º do Decreto nº 2.584, de 03 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

III - parques, ginásios e clubes de lazer, públicos e privados, ficando permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias (dentro de clubes), conforme protocolos preestabelecidos, salvo exceções previstas no Decreto nº 2.595/2020.

Art. 3º Fica revogado o inciso IV do artigo 1º do Decreto nº 2.584, de 03 de agosto de 2020.

Art. 4º Fica incluído o artigo 11-A no Decreto nº 2.584, de 03 de agosto de 2020, que vigorará com a seguinte redação:

Art. 11-A. Fica suspenso o funcionamento dos serviços públicos municipais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais.

§ 1º Consideram-se serviços públicos essenciais os previstos em normas federais, estaduais ou municipais, em especial no Decreto Federal nº 10.282/2020, no Decreto Estadual nº 5622020 e nas Portarias Estaduais que complementam o rol de serviços públicos essenciais estabelecidos em decreto.

§ 2º Além dos serviços essenciais, serão realizados presencialmente os trabalhos dos seguintes setores:

I – Engenharia;

II – Secretaria de Obras;

III – Secretaria de Serviços Urbanos;

IV – Licitação;

V – Comunicação Social;

VI – Administrativo da Secretaria de Esportes.

§ 3º Todos os agentes públicos vinculados aos serviços públicos suspensos e aqueles que estiverem exercendo suas funções de forma remota deverão estar à disposição da Prefeitura durante todo o horário de expediente, atentos à ligações, e-mails e qualquer outro meio de comunicação remota, devendo responder imediatamente e retomar às atividades presenciais imediatamente se assim for determinado pela autoridade hierarquicamente superior, sob pena de responsabilização por infração administrativa disciplinar.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste - SC, 21 de agosto de 2020.

HUMBERTO PESSATTI  
Prefeito de Rio do Oeste

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 015/2020/FMS

Publicação Nº 2616050

1º TERMO ADITIVO Nº 015/2020 – DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 001-A/2019/FMS, REFERENTE À LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL DE 236,94 M² E TERRENO COM ÁREA DE 400,00M², LOCALIZADA NA RUA SÃO JOÃO Nº325, CENTRO, DESTINADO PARA INSTALAÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL-CAPS, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E O SR. CELSO LUIZ DELLAGIUSTINA.

Ao primeiro (01) dia do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº 154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Roberta Hochleiter, ora denominado LOCATÁRIO, e o Sr. Celso Luiz Dellagiustina, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 223.942.149-53, e portador do RG nº 123.997SSI/SC, neste ato representado por Sergio Vasselai Imóveis LTDA, CNPJ nº 11.510.097/0001-07, com escritório à Alameda Aristiliano Ramos, nº 598, sala 02, Centro – CEP 89160-129 – Rio do Sul/SC, ora denominado LOCADOR, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação nº 037/2019/FMS, e no Contrato original de Locação de Imóvel nº 001-A/2019/FMS, datado de vinte e três (23) de julho (07) de dois mil e dezenove (2019), celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Inciso II, do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação do Gabinete da Secretaria de Saúde, datada de 29 de julho de 2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido, constante do item nº 8 do Preâmbulo do contrato original celebrado entre o LOCADOR e o LOCATÁRIO, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, a contar de 02 de agosto de 2020 e se encerrando em 01 de agosto de 2021, conforme Memorando nº 980/2020/GAB/SEC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Fica reajustado o valor contratual assumido do contrato original celebrado entre o LOCADOR e o LOCATÁRIO, conforme demonstrativo anexo, passando ao valor mensal de R\$ 3.824,43 (três mil, oitocentos e vinte e quatro reais e quarenta e três centavos);

O reajustamento ora definido está em plena consonância com a cláusula segunda do contrato original, que prevê a correção pelo IGP-M, que variou positivamente na ordem de 9,269330% entre agosto de 2019 e julho de 2020.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal e INSS.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

ROBERTA HOCHLEITER  
Secretária Municipal de Saúde  
Locadora

CELSON LUIZ DELLAGIUSTINA  
Locatário

Testemunhas:

Nome:  
CPF

Nome:  
CPF



**ADITIVO N° 018/2020/FMS**

Publicação N° 2616129

4º TERMO ADITIVO N° 018/2020 – DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 040/2017/FMS, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E EMPRESA JAIME KLEHM ME.

Aos dezenove (19) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Roberta Hochleitner, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa JAIME KLEHM ME, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 903.176.619-49, com sede na Rua Dom Bosco, nº 391, bairro Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representada pelo Sr. JAIME KLEHM, portador da cédula de identidade nº 1.427.991, inscrito no CPF sob nº 903.176.619-49, ora denominada CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 032/2017/FMS, e no Contrato original de Prestação de Serviços nº 040/2017/FMS, datado de oito (08) de setembro (09) de dois mil e dezessete (2017), celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Inciso II, do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação do Gabinete da Secretaria de Saúde, datada de 06 de julho de 2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, a contar de 11 de agosto de 2020 e encerrando em 10 de agosto de 2021, conforme Memorandos N° 1007/2020/GAB/SEC e N° 1079/2020/GAB/SEC.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE**

Ficam reajustados os valores contratuais assumidos no Segundo e Terceiro Termos Aditivos, nos valores de R\$ 54.878,40 (prorrogação) e R\$ 6.585,41 (acrécimo) respectivamente, celebrados entre o CONTRATANTE E CONTRATADO, conforme demonstrativos anexos, passando o valor total previsto para R\$ 63.036,60 (sessenta e três mil e trinta e seis reais e sessenta centavos).

Os reajustes ora definidos estão em plena consonância com a Cláusula Quarta do contrato original, que prevê a correção pelo INPC, que variou positivamente na ordem de 2,807220% entre junho de 2019 e julho de 2020 e 0,489470% entre maio de 2020 e julho de 2020.

**CLÁUSULA QUARTA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal e INSS.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

ROBERTA HOCHLEITNER  
Fundo Municipal de Saúde  
Contratante

JAIME KLEHM  
Jaime Khehm ME  
Contratada

Testemunhas:

Nome:  
CPF

Nome:  
CPF

**DECRETO 9275, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2618369

DECRETO Nº 9275, de 21 de Agosto de 2020.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 007/2020."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, artigo 73 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, Lei Complementar n. 309/2010 e alterações, Lei Complementar n. 208/2010 e alterações, Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002 e alterações e demais disposições legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 007/2020, de acordo com o que dispunha o respectivo Edital.

Art. 2º - O Anexo I é parte integrante deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de Agosto de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul.

**ANEXO I****RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 007/2020**

Posição	Nome Completo	Nota	Data de Nascimento
1	MARLI TERESINHA ANDRADE	2,5	19/04/1969
2	SCHEILA STUPP ALVES	2,5	10/02/1980
3	NATIELI FERREIRA ENGEL	2,0	28/05/1989
4	MAURILIA APARECIDA MACHADO	1,5	18/01/1971
5	ADEMAR ALVES DE LIMA	1,5	14/06/1975
6	ELIZABETE CARLESSO	1,5	03/05/1976
7	JANETE SEVERINO LUZ TOBIA	1,0	03/05/1974
8	THIAGO GOMES MACHADO	0,5	13/04/1989
9	WILMA PREIS	0,0	17/01/1960
10	MARLENE LEAL KUHNEN	0,0	05/02/1964
11	SIGMAR ALFARTH	0,0	28/01/1967
12	MARIA CELINA EISSMANN	0,0	12/06/1967
13	MARIA APARECIDA BONA	0,0	25/07/1969
14	ANTÔNIO DE ALMEIDA	0,0	18/04/1970
15	ELIANE ROCHA LOFHAGEN	0,0	05/11/1971
16	EDER FRANK DA SILVA	0,0	08/07/1972
17	JUCEMARA CORREA DE FREITAS	0,0	21/01/1973
18	LÚCIA HELENA GARCIA	0,0	28/03/1973
19	NEIDE FRANÇA DAS NEVES	0,0	28/06/1973
20	SILVANA BRANDT	0,0	02/01/1974
21	MARINEIA GONÇALVES ROCHA	0,0	13/09/1974
22	HELENA BERTO FELIPONI	0,0	03/08/1976
23	JUCIANE APARECIDA ZANQUETA DE OLIVEIRA	0,0	07/04/1977
24	SOLANGE MARIA NEUMANN KRIESER	0,0	03/11/1977
25	SOLANGE TEREZINHA DA SILVA	0,0	02/01/1978
26	MAXIVAN MACHADO SOARES	0,0	17/04/1978
27	ANDREIA MARQUES CORREIA	0,0	02/08/1978
28	DEISE BERTOGLIO	0,0	29/11/1978
29	ROSELAINÉ BARBOSA	0,0	23/03/1979
30	MONIA LUCI PAWLOWSKI FERREIRA	0,0	15/04/1979
31	ELIANE ARNDT	0,0	08/07/1979
32	CARMEM ALINE MORAES LOBATO	0,0	04/08/1979
33	ALESSANDRA DA SILVA OLIVEIRA	0,0	05/03/1980
34	ANDRÉIA PIRES DOS SANTOS	0,0	16/04/1980
35	MICHELE MEENKEN	0,0	25/06/1980
36	CASSIANE SANTINO FILISBINO	0,0	09/04/1981
37	DAIANI SCHMIDT	0,0	15/06/1981

38	LUCIANA MACHADO	0,0	08/07/1981
39	OSVANILDA BORGES DE SOUSA	0,0	01/09/1981
40	VIVIAN ALVES DE JESUS	0,0	16/12/1981
41	CLEBER ROBERTO RODRIGUES	0,0	30/04/1982
42	AUREA FELIPONI LOPES	0,0	02/09/1982
43	GREICE FARIAS	0,0	24/11/1982
44	OTAZILDO ARAUJO GARCIA	0,0	25/11/1982
45	FELICIDADE SOUSA DE OLIVEIRA	0,0	07/04/1983
46	CLEITON LUIZ DA SILVA	0,0	21/07/1983
47	DANIELA DA SILVA	0,0	07/08/1983
48	LEILA CLAUDIA GEHRKE	0,0	15/08/1983
49	FABIOLA KREUSCH	0,0	03/10/1983
50	LUANA FERRETTI	0,0	04/04/1984
51	ELIANE GUSTMANN	0,0	03/08/1985
52	VANESSA APARECIDA VIANA	0,0	22/08/1985
53	JANETE STIRMER	0,0	07/10/1985
54	GISLAINE ROCHA	0,0	21/12/1985
55	JANAINI ROSLAINE ELISIANI GUDRUM CORDEIRO	0,0	28/01/1986
56	AUREA DE FATIMADUFFECH	0,0	13/05/1986
57	DALVANA LEODORO RIBEIRO GOMES	0,0	14/05/1986
58	ARTUR JOÃO DA SILVA	0,0	31/07/1986
59	ADRIANA MAOESKI	0,0	31/10/1986
60	WALQUÍRIA GOMES	0,0	21/02/1987
61	MARIA REGINA RIBEIRO MENDES	0,0	07/06/1987
62	DANILO JOSÉ SILVA DA SILVA	0,0	09/06/1987
63	MARIA APARECIDA DE PAULA	0,0	23/09/1987
64	JEFERSON ROGER DOS SANTOS	0,0	18/10/1987
65	DANIEL CORDEIRO DOS SANTOS	0,0	11/12/1987
66	SABRINA FRANCO	0,0	03/04/1988
67	JULIANA MARA VIEIRA	0,0	02/05/1988
68	TAINE MARA VIEIRA AMANCIO	0,0	28/05/1988
69	ADELCI DUFFECH	0,0	03/08/1988
70	GABRIÉLA HONORATO MENDONÇA	0,0	12/11/1988
71	UYARA MIGUEL DOS SANTOS	0,0	15/06/1989
72	DJANARA ROPELATO MARTINS	0,0	04/03/1990
73	MAICON LUIZ BONA	0,0	22/05/1990
74	LIANE FERREIRA	0,0	22/05/1990
75	PABLO RAPHAEL PINHEIRO DE AMORIM	0,0	02/08/1990
76	INDAIARA PORTHUM VIEIRA	0,0	07/06/1991
77	ALEXSSON GRAL	0,0	02/10/1991
78	JAQUELINE DE SOUZA	0,0	21/11/1991
79	ANDREIA KATIA MICHELS SILVA	0,0	10/04/1992
80	HELEN BRUNA BARBOSA COUTINHO	0,0	23/04/1992
81	ALEXANDRA DE FÁTIMA DA CRUZ MARCON	0,0	19/06/1992
82	DIOVANI KELVIS SCHREINER	0,0	16/08/1992
83	JULIANA APARECIDA SILVA DE SOUZA	0,0	12/04/1993
84	CLARICE MARTINS	0,0	15/07/1993
85	GEICI FARIAS	0,0	23/07/1993
86	THALLYSSON PEDRO DA SILVA	0,0	28/07/1994
87	CARLOS LEONARDO SCHULLER	0,0	17/07/1995
88	RENAN WILLIAN DOMINGUES DIDTBERNER	0,0	05/08/1995
89	CAROLINE TAÍS DA SILVA	0,0	18/08/1995
90	DANIELA DE MORAES REIF	0,0	07/01/1996
91	WILLIAN HEINZ ALMEIDA	0,0	25/03/1996
92	CRISTIANO JOSÉ MARTENDAL	0,0	13/07/1996
93	FELLIPE RAFAEL DA SILVA SOUZA	0,0	29/03/1997
94	CAROLAINÉ APARECIDA REITZ	0,0	07/06/1997
95	MARIANA RODRIGUES	0,0	12/01/1998
96	CAROLINE SILVA DOS SANTOS	0,0	05/06/1998
97	ALÍCIA LOTERIO VIEIRA	0,0	05/07/1998
98	ARIANE PESSOA DE OLIVEIRA	0,0	06/08/1998
99	VITOR CORDEIRO DO ROSÁRIO	0,0	13/08/1998
100	MARIA EDUARDA FELIPPE	0,0	22/01/1999
101	CAMILA FARIAS BRUDA	0,0	12/08/1999

102	SUELEN CAROLINA DELGADO LIMA	0,0	09/11/1999
103	CAMILA ALVES DE OLIVEIRA	0,0	24/07/2000
104	JULIA LAIS RESSEL	0,0	02/03/2002
105	ELIANE DE PAULA MACIEL	0,0	10/03/2020
106	FRANCISCO DE ASSIS SILVA NETO GABRIEL	0,0	12/08/2020

**DECRETO N. 9.272, DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615747

DECRETO Nº 9.272, de 20 de agosto de 2020.

**"DISPÕE SOBRE A OBSERVÂNCIA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO DO SUL."**

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 37, da Lei Orgânica do Município e no disposto na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993,

CONSIDERANDO que o artigo 5º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, determina a obrigatoriedade de os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, pela Administração Pública, obedecendo, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicizada;

CONSIDERANDO que a competência legislativa da União para dispor sobre licitações e contratos administrativos, nos termos do artigo 22, inciso XXVII, da Constituição da República, restringe-se às normas gerais, cabendo aos entes federados disciplinarem os aspectos relativos às suas especificidades;

CONSIDERANDO a possibilidade de celebração de contratos de adesão, por parte da Administração, com previsão de datas determinadas de pagamento, regidos subsidiariamente pela Lei n. 8.666/1993, conforme artigo 62, § 3º, desta norma;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a manutenção de serviços de natureza contínua pela Administração, prevenindo a sua interrupção por atraso no pagamento, mas respeitando a ordem cronológica de credores;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar os procedimentos de contratações, de recebimento do objeto, de liquidação e de pagamentos de despesas, visando viabilizar a observância da ordem cronológica de pagamentos;

DECRETA:

Capítulo I

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Art. 1º Este Decreto regulamenta os procedimentos para a observância da ordem cronológica de pagamentos do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, com fundamento no artigo 5º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e, em conformidade com o artigo 115 da mesma Lei.

Parágrafo único. As disposições desse Decreto aplicam-se somente às despesas que sejam regidas pela Lei Federal n. 8.666/1993, direta ou subsidiariamente.

Art. 2º Para fins deste Decreto, considera-se:

I - unidade da Administração: fundo, órgão e Entidades da Administração Indireta que possua receitas próprias, ordinárias ou vinculadas, e que seja dotado de competência para gerir a execução de seu orçamento;

II - fonte de recurso: mecanismo adotado para o controle das destinações da receita, subdividindo-se em recursos livres, que são aqueles que não apresentam nenhuma vinculação com finalidade específica para a sua aplicação, e em recursos vinculados, que são aqueles legalmente vinculados a uma finalidade específica, conforme parágrafo único do artigo 8º da Lei Complementar n.101/2000;

III - ordem cronológica: classificação dos créditos em ordem decrescente de antiguidade, estabelecida pela data da sua exigibilidade;

IV - exigibilidade do crédito: data de apresentação das notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes de cobrança e demais documentos exigidos pelo contrato como condição de pagamento, após o adimplemento da obrigação pelo contratado, observado o que dispõe o artigo 5º deste Decreto;

V - contrato de baixo valor: os contratos de compras e serviços, salvo os de engenharia, cujo valor total contratado não ultrapasse o valor de 15% do limite do artigo 24, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/1993, o qual perfaz o valor de R\$ 4.905,00 (...).

VI - atestador: de acordo com o artigo 73, da Lei Federal n. 8.666/93, é o servidor do órgão ou entidade contratante, previamente designado pela Administração para o recebimento do objeto ou da execução do serviço ou obra;

VII - gestor: é o representante da Administração responsável pelo serviço de gerenciamento dos contratos, cuidando do reequilíbrio econômico financeiro, de incidentes relativos a pagamentos, de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento, de

prorrogação, celebrar aditivos e apostilamentos, analisar os pedidos de repactuação etc.;

Art. 3º O pagamento das obrigações de cada unidade da administração, relativas ao fornecimento de bens, locações, execução de obras e prestação de serviços, obedecerá para cada fonte de recurso a estrita ordem cronológica de seus créditos, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público, na forma do Capítulo III deste Decreto.

Art. 4º Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

Art. 5º O Departamento de Tesouraria classificará por ordem de vencimento de liquidação, obedecendo a ordem cronológica de antiguidade, estabelecida pela data de exigibilidade dos créditos.

## Capítulo II

### DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA E DO PAGAMENTO

Art. 6º Após o recebimento da nota fiscal e respectivo atesto, em até 5 (cinco) dias úteis, as unidades da Administração deverão encaminhar os processos à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, certificada pelo ordenador de despesa a observância à ordem cronológica de pagamento.

Parágrafo único. Havendo necessidade de maior prazo para a observação ou realização de vistoria que comprove a adequação do objeto, para fins de recebimento definitivo e liquidação da despesa, atendendo ao disposto no artigo 73, § 3º, da Lei n. 8.666/1993, tal prazo deverá ser devidamente justificado.

Art. 7º Após o recebimento dos respectivos processos, a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda realizará a liquidação ou o repasse financeiro em até 10 (dez) dias úteis.

Art. 8º Respeitada a ordem de classificação dos créditos e após a regular liquidação, o pagamento da obrigação ocorrerá nos seguintes prazos máximos, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente:

I - 30 (trinta) dias consecutivos, para os contratos em geral, em conformidade com o que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea a, da Lei Federal n. 8.666/1993;

II - 10 (dez) dias úteis, para os contratos de baixo valor, definidos no inciso V do artigo 2º deste Decreto, em conformidade com o que dispõe o artigo 5º, § 3º, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Art. 9º Não serão pagos créditos enquanto houver outro melhor classificado, custeado pela mesma fonte de recursos, ainda que seja originário de exercício encerrado.

§ 1º Havendo créditos já certificados, na forma do artigo 6º deste Decreto, e não pagos em razão de mora exclusiva da Administração na certificação de obrigação melhor classificada, os agentes públicos competentes, conforme § 1º do artigo 6º, adotarão as providências necessárias à regularização do fluxo de pagamento.

§ 2º É vedado o pagamento parcial de crédito, exceto:

I - quando houver indisponibilidade, em observância às cotas financeiras, para solver na íntegra o crédito melhor classificado, devendo permanecer o saldo do crédito na ordem classificatória para o seu pagamento;

II - quando houver necessidade de retenção cautelar de créditos para fazer frente aos valores de multas contratuais, durante o processamento do respectivo processo administrativo, autorizando-se o pagamento da parcela incontroversa.

Art. 10 O contratado poderá impugnar a preterição de seu crédito na ordem cronológica de pagamento em até 05 (cinco) dias consecutivos, contados da publicação da sua inclusão em lista classificatória, na forma do artigo 11 deste Decreto ou publicação da justificativa de suspensão.

§ 1º A impugnação deverá ser dirigida ao gestor da unidade da administração, que deverá respondê-la no prazo de 10 (dez) dias consecutivos, como base em lista consolidada previamente divulgada no Portal da Transparência desta municipalidade.

§ 2º Constatada a ocorrência dolosa de preterição injustificada de credor no estabelecimento da ordem de classificação, os responsáveis estarão sujeitos às sanções previstas no artigo 92 da Lei n. 8.666/93, devendo o fato ser comunicado ao Departamento de Controle Interno para as providências cabíveis.

## Capítulo III

### DA EXCLUSÃO DO CRÉDITO DA LISTA CLASSIFICATÓRIA E DA SUSPENSÃO DA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO

Art. 11 O credor será suspenso da respectiva lista classificatória nas seguintes hipóteses:

I - quando o contratado for notificado para sanar ocorrências relativas à execução do contrato ou à documentação apresentada;

II - quando ocorrer situação que impeça a certificação do adimplemento da obrigação;

III - quando constatar irregularidades que impeçam a liquidação e/ou pagamento.

Parágrafo único. A reinclusão do credor nas listas classificatórias será realizada após a regularização das falhas e da emissão do novo documento fiscal, se necessário, reiniciando-se os prazos previstos nos artigos 6º e 7º deste Decreto.

Art. 12 É vedado o pagamento de despesas em desacordo com a respectiva ordem cronológica de exigibilidade, exceto quando comprovado prejuízo ao interesse público, em situações extraordinárias, tais como as arroladas a seguir:

I - para evitar fundada ameaça de interrupção dos serviços essenciais da Administração ou para restaurá-los;

II - para dar cumprimento à ordem judicial ou à decisão do Tribunal de Contas do Estado que determine a suspensão de pagamentos ao credor melhor classificado;

III - para afastar o risco de prejuízo ao erário, se houver indícios de falsidade, fraude ou irregularidade grave na liquidação da despesa, de que resulte fundada dúvida quanto à certeza e à liquidez da obrigação;

IV - para evitar prejuízos à Administração, tais como a incidência de juros ou vencimento antecipado das demais parcelas em empréstimos ou financiamentos ou perda de cobertura de seguros.

§ 1º A suspensão da ordem cronológica dos pagamentos na forma do caput deste artigo, dependerá de prévia e formal justificativa do gestor da unidade da administração, devidamente publicada no Portal da Transparência do Município de Rio do Sul, assim como da comunicação da decisão ao Departamento de Controle Interno.

§ 2º Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, os fatos deverão ser apurados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis mediante justificativa.

#### Capítulo IV

#### DAS EXCEÇÕES À ORDEM CRONOLÓGICA

Art. 13 Consideram-se, exemplificativamente, situações que poderão vir a constituir relevantes razões de interesse público, a permitir excepcionar a regra da ordem cronológica:

I - contratos de adesão;

II - despesas de adiantamento;

III - despesas de ajuda de custo;

IV - contratos com valor limitado ao teto de R\$ 4.905,00 (quatro mil novecentos e cinco reais);

V - despesas de pessoal e encargos sociais;

VI - indenização decorrente de desapropriação;

VII - obrigações tributárias.

Art. 14 Os créditos decorrentes de contrato de adesão serão incluídos nas listas classificatórias de credores pela data do vencimento, em até 05 (cinco) dias úteis antes do vencimento da fatura, do boleto ou documento equivalente, salvo se a forma de pagamento não se constituir em cláusula uniforme aplicável a todos os usuários ou consumidores.

§ 1º Considera-se como contrato de adesão para fins deste Decreto, dentre outros:

I - os contratos em que a Administração for parte como usuária de serviços públicos, como o fornecimento de energia elétrica, o abastecimento de água, os serviços de telefonia fixa e móvel e os serviços de internet;

II - os empréstimos e financiamentos bancários;

III - os seguros veiculares e imobiliários;

IV - as matrículas ou inscrições em congressos, seminários, especializações, cursos, treinamentos e outras atividades afins para qualificação de servidores;

V - Aluguéis e Condomínios.

§ 2º A liquidação dos contratos de adesão deve ser realizada de forma a observar os prazos de pagamento previstos na fatura, no boleto ou documento equivalente, aplicando-se o artigo 6º deste Decreto, no que couber.

#### Capítulo V



**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 15 Os contratos vigentes na data de publicação deste Decreto deverão ser adequados à nova sistemática, devendo o Departamento de Tesouraria providenciar classificar por ordem de vencimento, no prazo de 30 dias, a contar da publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Os contratos vigentes obedecerão aos prazos e demais condições para pagamentos previstos nos respectivos instrumentos contratuais, aplicando-se os prazos deste Decreto se forem omissos a esse respeito

Art. 16 Os prazos previstos neste Decreto serão contados na forma estabelecida no artigo 110 da Lei Federal n. 8.666/1993.

Art. 17 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

20 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

**PORTARIA N. 0823/2020**

Publicação Nº 2615773

PORTARIA N. 0823/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor CRISTIAN GREIN BUENO, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, para a partir de 17/08/2020, atuar como Diretor do Departamento de Proteção ao Consumidor, na Secretaria Municipal de Gestão de Governo, com opção pela remuneração do cargo a ser ocupado e com base nos Artigos 11 e 13, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018 e Artigos 46 e 47 da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

phb

**PORTARIA N. 0824/DGP**

Publicação Nº 2616101

PORTARIA N. 0824/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora AMANDA CLAUDINO JAHN, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor (40h), para atuar como Diretor de Unidade Educacional de "pequeno porte" da Rede Pública Municipal – CEI Padre Angelo Moser, a partir de 10/08/2020. Pelo exercício da função, faz jus, além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao artigo 4º da Lei Complementar n. 194/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

phb

**PORTARIA N. 0828/DGP**

Publicação Nº 2616152

PORTARIA N. 0828/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar a servidora DENISE PERES FARIAS MARCON, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, para, a partir de 17/08/2020, atuar no cargo em comissão de Diretor do Departamento de Urbanismo, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com opção pela remuneração do cargo efetivo, acrescido do percentual de 20% sobre o valor do respectivo cargo em comissão, e com base nos Artigos 11 e 13, da Lei Complementar n. 401, de 22 de agosto de 2018, Artigo 56, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
phb

**PORTARIA N. 0843/DGP DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615971

PORTARIA N. 0843/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 01/03/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 038/2019, designada pela Portaria n. 1962/DGP de 13 de dezembro de 2019 (publicada no DOM em 18/12/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 038/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 008/CPSA/038/2019, de 28 de fevereiro de 2020, em face a complexidade do caso e necessidade de obtenção de mais provas e documentos para a instrução.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0852/DGP DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2615947

PORTARIA N. 0852/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a publicação da Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, a qual instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19, delegando aos Municípios e às respectivas Regiões de Saúde as tomadas de decisões relativas à flexibilização ou restrição de atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO o Decreto n. 9.268, de 20 de agosto de 2020, que dispõe sobre as medidas de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo covid-19.

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspender no período 14 (quatorze) dias, contados a partir de 21 de agosto de 2020, os trabalhos das comissões de tomadas de contas especial, processos administrativos disciplinares, de sindicâncias administrativas, de processos administrativos de responsabilização e de processos administrativos de estágio probatório em andamento.

Parágrafo único. Compete às comissões previstas no caput deste artigo a comunicação a todos os envolvidos nos processos.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Rio do Sul, 21 de agosto de 2020.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA N. 0853/DGP DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2615984

PORTARIA N. 0853/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 31/03/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 038/2019, designada pela Portaria n. 1962/DGP de 13 de dezembro de 2019 (publicada no DOM em 18/12/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 038/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 009/CPSA/038/2019, de 28 de fevereiro de 2020, em face a complexidade do caso e necessidade de obtenção de mais provas e documentos para a instrução.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA N. 0854/DGP DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2615995

PORTARIA N. 0854/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 01/03/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 039/2019, designada pela Portaria n. 1963/DGP de 13 de dezembro de 2019 (publicada no DOM em 18/12/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 039/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 010/CPSA/039/2019, de 28 de fevereiro de 2020, em face a complexidade do caso e necessidade de obtenção de mais provas e documentos para a instrução.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA N. 0855/DGP DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2615999

PORTARIA N. 0855/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 01/03/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 040/2019, designada pela Portaria n. 1964/DGP de 13 de dezembro de 2019 (publicada no DOM em 18/12/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 040/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 012/CPSA/039/2019, de 28 de fevereiro de 2020, em face a complexidade do caso e necessidade de obtenção de mais provas e documentos para a instrução.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PORTARIA N. 0856/DGP DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616017

**PORTARIA N. 0856/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 01/03/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 041/2019, designada pela Portaria n. 1965/DGP de 13 de dezembro de 2019 (publicada no DOM em 18/12/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 041/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 014/CPSA/041/2019, de 28 de fevereiro de 2020, em face a complexidade do caso e necessidade de obtenção de mais provas e documentos para a instrução.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PORTARIA N. 0857/DGP DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616029

**PORTARIA N. 0857/DGP**

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir de 01/03/2020 à Comissão de Sindicância Administrativa n. 044/2019, designada pela Portaria n. 1985/DGP de 13 de dezembro de 2019 (publicada no DOM em 18/12/2019), para conclusão da Instrução da Sindicância Administrativa n. 044/2019.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no artigo 200, § 5º, da Lei Complementar n. 309/2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício n. 016/CPSA/044/2019, de 28 de fevereiro de 2020, em face a complexidade do caso e necessidade de obtenção de mais provas e documentos para a instrução.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PORTARIA N.0847/DGP**

Publicação Nº 2615693

PORTARIA N. 0847/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o Art. 1º da Portaria n. 0447/DGP de 07/05/2020 publicada em 25/05/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Com fundamento ao disposto no Artigo 22 e §§, da Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL PADRE ANGELO MOSER, da Secretaria Municipal de Educação e, designar como membros: AMANDA CLAUDINO MACHADO JAHN, matrícula 230928-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e designada para exercer as funções do cargo de Diretor, VALQUIRIA MONTAGNA, matrícula 98221-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor, JANAINA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula 171123-5, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e, designar como seus respectivos suplentes: MARCIA BOLL CARDOSO, matrícula 104450-11, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor e TATIANA SALLA OLIVEIRA, matrícula 104116-11, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.”

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 20 de agosto de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Fcb

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020/RIO DO SUL PREV**

Publicação Nº 2616107

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2020/Rio do Sul PREV

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LICENCIAMENTO DE PROGRAMA DE COMPUTADOR COMPOSTO POR MÓDULOS INTEGRADOS DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA COM FOCO EM RPPS, INCLUINDO IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÕES E SUPORTE TÉCNICO.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 24/08/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 04/09/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h01min do dia 04/09/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e Decreto Municipal N. 6760/2017, subsidiariamente a Lei 8.666/93.

Rio do Sul, 17 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

VALDENIR BORGES RIBEIRO  
Diretor Executivo do Rio do Sul PREV

**RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2020/FCRS**

Publicação Nº 2615741

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS**RUA PRINCESA ISABEL - S/N | Rio do Sul - SC | Cep 89.160-000  
Fone: (047) 35217410 | CNPJ: 79.369.757/0001-07  
e-mail: financeiro@fmdriodosul.com.br**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.1/2020/FCRS****Pregão Eletrônico Nº 4/2020/FCRS****Validade: 12 meses**

Aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE RIO DO SUL** por meio da FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, situado na RUY BARBOSA Nº. 204, BUDAG, cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 81.162.588/0001-81, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TIJOLOS E DEMAIS MATERIAIS PARA REFORMA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL/SC, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Eletrônico, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
CERAMICA EWALD LTDA	79.839.643/0001-83

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TIJOLOS E DEMAIS MATERIAIS PARA REFORMA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL/SC**, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 1264230 - CERAMICA EWALD LTDA						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	Tijolos cerâmicos Maciços 24 x 11,5 x 5,3cm	U	Ceramica Ewald	11.000,00000	R\$0,5600	R\$6.160,0000
Total do Fornecedor:						R\$6.160,0000
Total Geral dos Itens:						R\$6.160,0000

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$6.160,00 (seis mil e cento e sessenta)

Rio do Sul (SC), 24 de Julho de 2020

CERAMICA EWALD LTDA  
CONTRATADAJOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
CPF: 054.215.249-57  
Prefeito Municipal

**RESUMO DO CONTRATO N° 040/2020/FMS**

Publicação N° 2615976

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS N° 040/2020/FMS  
Pregão Eletrônico N° 034/2020/FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul/SC

Contratada: Curt Schroeder SA IND e COM.

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, PRIMEIRO EMPLACAMENTO, TIPO FURGÃO, COM A FINALIDADE DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO COVID-19, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS.

Quantidade: 1 (uma) unidade.

Valor Unitário: R\$ 154.300,00 (cento e cinquenta e quatro mil e trezentos reais).

Valor Total: R\$ 154.300,00 (cento e cinquenta e quatro mil e trezentos reais).

Vigência: 17 de fevereiro de 2021.

Recurso: 87.02.2063.4490.5252 e demais dotações conforme orçamento vigente.

Fundamento Legal: Art. 4º, da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Rio do Sul/SC, 18 de agosto de 2020.

ROBERTA HOCHLEITNER

Secretária Municipal de Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO ANA PAULA DIAS MARCONCINI**

Publicação N° 2618360

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) ANA PAULA DIAS MARCONCINI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a contratação para o emprego público de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, 40 HORAS SEMANAIS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA; 8. LAUDO DO PSQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 21 de agosto de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas

Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO CHANDER ALEIXO LOSI**

Publicação N° 2615833

**TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO**

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) CHANDER ALEIXO LOSI, nomeado (a) pela Portaria n. 0764/DGP, de 27/07/2020, publicada no DOM na data de 31/07/2020, para exercer o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2019.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 20/08/2020.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 18 de agosto de 2020.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
phb

**LEI COMPLEMENTAR N. 459, DE 17 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616006

**LEI COMPLEMENTAR Nº 459**, de 17 de agosto de 2020.

**ALTERA O ANEXO 06 - QUADRO DE ÍNDICES URBANÍSTICOS, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 163, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2006, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, REFERENTE A AMPLIAÇÃO E NOVAS CONSTRUÇÕES EM ZONA RURAL.**

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o ANEXO 06 – TÍTULO IV – Quadro de Índices Urbanísticos, da Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, que passa a vigorar nos termos do Anexo Único da presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
17 de agosto de 2020

**JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ**  
Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO 06 - TÍTULO IV - QUADRO DE ÍNDICES URBANÍSTICOS																	
SIGLA	ZONA	TAXA DE OCUPAÇÃO MÁX. (%)	ÍNDICE DE APROVEITAMENTO O	TAXA DE PERMEABILIDADE DO SOLO (%)	GABARITO DE ALTURA	AFASTAMENTOS		USO DO SOLO				DIRETRIZES PARA PARCELAMENTO DO SOLO					
						FRONTAL (metros)	LATERAL E FUNDOS (mL) mín. 1,50m	ATIVIDADES	PORTE			DECLIV.	FRENTE MÍN.(m)	PROFUND. MÍN.(m)	ÁREA MÍN.(m²)		
									MICRO	PEQUENO	MÉDIO					GRANDE	
ZR1	ZONA RESIDENCIAL DE BAIXO ADENSAMENTO (a) (e) (g) (i) (m)	60%	2,00 Básico 3,00 Máximo	20	04pav. Básico 06pav. Máximo	4,00	H/6	Residencial	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Comercial e Serviços	P	P	P	I					
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
ZR1E	ZONA RESIDENCIAL DE BAIXO ADENSAMENTO (a) (e) (g) (i) (m)	60%	2,00 Básico 3,00 Máximo	20	04 pavimentos	4,00	H/6	Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00	
								Degradação Ambiental	P	T	I	I					
					Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental			P	T	I	I						
					Polo Gerador de Tráfego Pesado			P	T	I	I						
ZR2	ZONA RESIDENCIAL DE MÉDIO ADENSAMENTO (a) (b) (e) (f) (g) (h) (m)	70%	3,50 Básico 5,00 Máximo	10	15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	I	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00	
								Degradação Ambiental	P	P	I	I					
					Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Polo Gerador de Tráfego Pesado			P	P	I	I						
ZR3	ZONA RESIDENCIAL DE ALTO ADENSAMENTO (a) (b) (e) (f) (g) (h) (i) (l)	80%	5,00 Básico 6,50 Máximo	5	15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00	
								Degradação Ambiental	P	P	I	I					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)		(p)	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental			P	P	I	I						
					17 pav. Máximo	4,00	(H-9)/6	Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	I	I	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00	
								Degradação Ambiental	P	P	P	P					
					Comercial e Serviços/ Misto			P	P	P	P	P					T
					Institucional e Comunitário			P	P	P	P	P					T
					15 pav. Básico	4,00	(H-9)/6	Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)			



ZCD1	ZONA CORREDOR DIVERSIFICADO CENTRAL (b) (e) (f) (g) (h)	80%	5,00 Básico 6,50 Máximo	0	15 pav. Básico	0,00	(H+9)/6	Residencial	P	P	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços/Misto	P	P	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	I	I	I	I	I	I				
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	I	I	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	T	T	T				
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	P	P	P	P	P				
ZCD2	ZONA CORREDOR DIVERSIFICADO BAIROS-CENTRO (a) (b) (e) (f) (g) (h) (m)	60%	3,00 Básico 4,50 Máximo	10	08 pav. Básico 12 pav. Máximo	4,00	H/6	Residencial	P	P	P	P	P	P	Até 25,00%	12,00	20,00	300,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	T	T	T	T	T	T				
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P	25,01% a 30,00%	14,00	25,00	450,00
								Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Polo Gerador de Ruído Noturno	T	T	T	T	T	T				
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	P	P	P	P	P				
ZCD3	ZONA CORREDOR DIVERSIFICADO DE EIXO INDUSTRIAL (m)	60%	1,50	15	4 pv.	5,00	3,00	Residencial	P	P	P	P	P	P	Até 25,00%	30,00	50,00	1500,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	P	P	P	P	P	P				
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P	25,01% a 30,00%	45,00	60,00	3000,00
								Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Polo Gerador de Ruído Noturno	P	P	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	P	P	P	P	P				
ZCD4	ZONA CORREDOR DIVERSIFICADO DE TURISMO RURAL (a) (g) (m)	60%	2,00	20	4 pv.	4,00	2,00	Residencial	P	P	P	P	P	P	Até 25,00%	14,00	20,00	450,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	P	P	P	P	P	P				
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P	25,01% a 30,00%	20,00	30,00	750,00
								Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P	P	P	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Polo Gerador de Ruído Noturno	I	I	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	P	P	P	P	P				

IZ	ZONA INDUSTRIAL	20%	1,50	15	4 pv.	5,00	3,00	Residencial	P	P	T	T	Até 25,00%	30,00	50,00	1500,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	P				
								Institucional e Comunitário	P	P	I	I				
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P	25,01% a 30,00%	45,00	60,00	3000,00
								Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	P	P	P	P				
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	P	P	P				
ZEIC	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE COMUM (d)	XX	XX	XX	XX	XX	XX	Residencial	I	I	I	I	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Comercial	I	I	I	I				
								Institucional e Comunitário	I	I	I	I				
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	I	I	I	I				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	I	I	I	I				
								Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Tráfego Leve	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Ruído Diurno	I	I	I	I				
ZRP	ZONA RURAL DE PROTEÇÃO (g) (m)	20%	0,50	20	2 pv.	4,00	3,00	Residencial	P	P	P	T	Até 20,00%	30,00	50,00	1500,00
								Comercial e Serviços	P	P	P	T				
								Institucional e Comunitário	P	P	I	I				
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	P	P	T	T				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	P	P	T	T	20,01% a 30,00%	45,00	60,00	3000,00
								Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	T	T	T	T				
								Polo Gerador de Tráfego Leve	P	P	T	T				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	I	I	I	I	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Polo Gerador de Ruído Diurno	P	P	T	T				
ZPA	ZONA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL (c) (n)	20%	0,20	50	2 pv.	4,00	5,00	Residencial	P	P	I	I	Até 20,00%	30,00	50,00	3000,00
								Comercial e Serviços	T	I	I	I				
								Institucional e Comunitário	I	I	I	I				
								Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental	I	I	I	I				
								Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental	I	I	I	I	20,01% a 30,00%	45,00	60,00	5000,00
								Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Tráfego Pesado	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Tráfego Leve	I	I	I	I				
								Polo Gerador de Ruído Noturno	I	I	I	I	30,01% a 45,00%	(p)	(p)	(p)
								Polo Gerador de Ruído Diurno	I	I	I	I				

Não é permitido o parcelamento do solo neste zoneamento. Para projetos de interesse público comum, será exigido o EIV e EIA de acordo com a necessidade, para delimitar a área a ser edificável.

RURAL	ZONA RURAL (a) (g) (m) (n)	20%	0,20	60	2 pv.	4 pv. p/ Resid. Transitório	4,00	3,00	Residencial Comercial e Serviços Institucional e Comunitário Indústria de Baixo Potencial de Degradação Ambiental Indústria de Médio Potencial de Degradação Ambiental Indústria de Alto Potencial de Degradação Ambiental Polo Gerador de Tráfego Pesado Polo Gerador de Tráfego Leve Polo Gerador de Ruído Noturno Polo Gerador de Ruído Diurno P = PERMITIDO T = TOLERÁVEL (MEDIANTE ESTUDO DE VIZINHANÇA PASSÍVEL DE REPROVAÇÃO) I = INADEQUADO	P 
-------	-------------------------------	-----	------	----	-------	-----------------------------------	------	------	--	--

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS – PROCESSO LICITATORIO Nº 53/2020 O MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS – SC, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DO PROJETO DE COBERTURA METÁLICA PARA FINS DE RECR**

Publicação Nº 2617287

MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS – PROCESSO LICITATORIO Nº 53/2020

O MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA) DO PROJETO DE COBERTURA METÁLICA PARA FINS DE RECREAÇÃO E REFEITÓRIO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL EXPEDICIONÁRIO SERVINO MENGARDA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 17h do dia 10 de Setembro de 2020. ABERTURA: às 09h do dia 11 de Setembro de 2020. LOCAL: Por videoconferência através do link <https://meet.google.com/ukd-fwzy-gei>. Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Nereu Ramos, 205, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3386-1050 R: 2021, no site: [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros (SC), 21 de Agosto de 2020.

Roseli Samagaia – Secretária de Educação

### **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS ATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020 FS**

Publicação Nº 2617390

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

ATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

TOMADA DE PREÇO Nº 03/2020 FS INTERESSADAS: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP. DBM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI. SLM TRANSPORTE E CONSTRUCAO EIRELI. WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA – EPP EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA CONSTRUTORA RUBI EIRELI

Às nove horas, do vigésimo primeiro dia, do mês de agosto de dois mil e vinte (21/08/2020), na sala de Licitações da Prefeitura de Rio dos Cedros/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 002 de 02 de janeiro de 2020, para abertura dos envelopes de Habilitação do processo licitatório Tomada de Preço nº 03/2020 FS Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta de Preço as seguintes empresas: SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. EPP – CNPJ nº. 14.770.128/0001-49; DBM COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ nº. 31.109.919/0001-41; SLM TRANSPORTE E CONSTRUCAO EIRELI – CNPJ nº. 18806.639/0001-24; WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA – EPP – CNPJ nº. 21.338.866/0001-87; EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA – CNPJ nº. 08.628.996/0001-96 e CONSTRUTORA RUBI EIRELI – CNPJ nº. 26.728.263/0001-05.

Dando início à sessão, o Presidente solicitou aos membros da Comissão de Licitação rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Após o recebimento e assinatura dos envelopes o presidente encerrou a seção e agendou a abertura dos envelopes de habilitação para as 09h:30min horário de Brasília do dia 24 de agosto de 2020 onde a mesma será realizada de forma remota, por videoconferência em atendimento às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19) previstas pelo decreto municipal em vigor e portaria SES nº592 de 17 de agosto de 2020. Sendo assim a sessão pública será realizada por videoconferência através do link: <https://meet.google.com/ukd-fwzy-gei> e logo apos à abertura dos envelopes “Habilitação” os documentos neles contidos serão colocados a disposição dos interessados.

O Presidente encerrou a sessão, lavrando-se o presente ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão. Registre-se, publique-se, intimem-se.

	MIKAEL FELIPE SPIESS Presidente	
ANA PAULA GIACOMOZZI Secretaria		MARGARET SILVIA GRETTTER Membro

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14071 - DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2618326

PRORROGA PRAZO NO DECRETO MUNICIPAL N.º 14.058, DE 07 DE AGOSTO DE 2020 E ALTERA HORÁRIO DE TRABALHO E ATENDIMENTO DE UNIDADES DE SAÚDE

O Prefeito de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso IV, artigo 96, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO que o Município de Rio Negrinho decretou Estado de Emergência através do Decreto Municipal n.º 13.905, de 18 de maio de 2020 e posteriormente decretou Estado de Calamidade Pública, por meio do Decreto Municipal n.º 13.967, 18 de maio de 2020, para fins de prevenção e enfrentamento à pandemia do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a necessidade de medidas de urgência para combate ao vírus, em razão do número de aumento de casos na cidade de Rio Negrinho, por meio da transmissão comunitária;

CONSIDERANDO a necessidade de revezamento de equipes das Unidades de Saúde para os atendimentos realizados no Centro de Triagem do COVID em Rio Negrinho;

#### DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo do Decreto Municipal n.º 14.058 até o dia 04 de setembro de 2020, para medidas de combate e enfrentamento à pandemia do novo coronavírus no Município de Rio Negrinho.

Art. 2º - Considera alterado o horário de trabalho e atendimento da Unidade de Saúde Jardim Hantschel, que será das 12h15min às 18h15min e das Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Negrinho, que será cumprido no período compreendido entre as 07h30min às 13h30min de segunda a sexta-feira, a contar de 03 de agosto até 04 de setembro de 2020.

§ 1º Compete ao respectivo Secretário a fiscalização e organização do trabalho previsto no presente artigo de acordo com a necessidade do serviço público.

Art. 3º - O horário de atendimento, sem prejuízo da remuneração e do número de atendimentos.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 21 de agosto de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 166 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2618323

DEFINE A FAIXA NÃO EDIFICÁVEL AO LONGO DAS FAIXAS DE DOMÍNIO PÚBLICO DAS RODOVIAS ESTADUAL E/OU FEDERAL NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO/SC.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina,

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Ao longo das rodovias estadual e/ou federal, será obrigatória a reserva de faixas não edificáveis, além da faixa de domínio.

Parágrafo Único - Ao longo das faixas de domínio público das rodovias estadual e/ou federal existentes no Município de Rio Negrinho, a reserva de faixa não edificável será de, no mínimo, 5 (cinco) metros de cada lado.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 18 de agosto de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

### LEI Nº 3373 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2618311

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	11 - Secretaria de Infraestrutura
Unidade	001 - Departamento Rodoviário
Funcional Programática:	11.001.0026.0782.0011.2141
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização de Vias
Projeto/Atividade	2141 - Manutenção e Ensaibramento de Estradas

Despesa – 280	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Órgão	11 - Secretaria de Infraestrutura
Unidade	001 - Departamento Rodoviário
Funcional Programática:	11.001.0026.0782.0011.2138
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização de Vias
Projeto/Atividade	2138 - Manutenção Do Departamento Rodoviário
Despesa – 276	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 430.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 2º- Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	11 - Secretaria de Infraestrutura
Unidade	001 - Departamento Rodoviário
Funcional Programática:	11.001.0017.0542.0011.2140
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização de Vias
Projeto/Atividade	2140 - Manutenção do Aterro Sanitário
Despesa – 279	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Funcional Programática:	11.001.0026.0782.0011.1134
Programa	0011 - Estradas Vicinais e Urbanização de Vias
Projeto/Atividade	1134 - Pavimentação de Vias E Passeios
Despesa – 255	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 260.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
Rio Negrinho, 18 de agosto de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 3374 - DE 18 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2618321

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO  
MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 16.222,50 (dezesesseis mil, duzentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	02 - Gabinete do Prefeito
Unidade	006 - Subprefeitura do Distrito de Volta Grande
Funcional Programática:	02.006.0015.0451.0002.2015
Programa	0002 - Gestão Administrativa Superior
Projeto/Atividade	2015 - Manutenção das Atividades da Sub-Prefeitura de Volta Grande
Despesa – 42	3390000000 - Aplicações diretas R\$ 16.222,50
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 2º- Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	02 - Gabinete do Prefeito
Unidade	006 - Subprefeitura do Distrito de Volta Grande
Funcional Programática:	02.006.0015.0451.0002.2021
Programa	0002 - Gestão Administrativa Superior
Projeto/Atividade	2021 - Manutenção do Cemitério e da Capela Mortuária
Despesa – 45	3390000000 - Aplicações diretas R\$ 10.815,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários
Despesa – 46	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.407,50
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
Rio Negrinho, 18 de agosto de 2020.  
JULIO CÉSAR RONCONI  
Prefeito Municipal

## **IPRERIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO**

### **EDITAL ELEIÇÃO CONSELHOS IPRERIO**

Publicação Nº 2617950

#### **EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DOS CONSELHOS ADMINISTRATIVO E FISCAL DO IPRERIO – QUADRIÊNIO 2020/2024 (RESUMO)**

O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho – IPRERIO, por sua Diretoria Executiva e do Presidente da Comissão Eleitoral, tornam público que fará realizar no Município de Rio Negrinho – SC, processo de escolha para preenchimento dos cargos de membros efetivos e suplentes dos representantes dos segurados nos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPRERIO, para o período de novembro de 2020 a novembro de 2024, regido pelas normas da Lei Municipal nº. 1.757/2005 e alterações supervenientes, pelo Regimento Interno, pelo Regimento Eleitoral e pelo Presente Edital.

#### **1. DO OBJETO**

1.1 - O objeto do presente Edital consiste na escolha, através do processo eleitoral, por voto secreto, dos representantes dos segurados para o preenchimento dos cargos de membros efetivos e suplentes nos Conselhos Administrativo e Fiscal do IPRERIO, para um mandato de 04 (quatro) anos a iniciar-se em novembro de 2020 e término em novembro de 2024.

1.2 – Serão eleitos 04(quatro) membros titulares e igual número de suplentes, para o Conselho Administrativo e 03 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para o Conselho Fiscal.

#### **2 - DAS INSCRIÇÕES**

2.1 - As inscrições estarão abertas no período de 14/09/2020 a 18/09/2020, dias úteis, das 08:00 (oito) horas às 11:30 (onze e trinta) horas e das 13:30 (treze e trinta) horas as 16:30 (dezesseis e trinta) horas, no Setor de Protocolo da sede administrativa da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Richard S. Albuquerque, nº 200, Centro, no Município de Rio Negrinho – Santa Catarina.

#### **3. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DE VOTAÇÃO**

3.1.A eleição será realizada no dia 20/10/2020, no horário das 8:00 as 17:00 horas, e na urna fixa do Distrito de Volta Grande a coleta de votos será até as 16:00 horas.

#### **DEMAIS INFORMAÇÕES A RESPEITO DO PLEITO ESTÃO NO EDITAL COMPLETO DISPONÍVEL NOS MURAI:**

Da Prefeitura, secretarias, fundações e autarquias, sindicato dos servidores públicos municipais assim como no sitio eletrônico do IPRERIO (<http://www.iprerio.sc.gov.br>) e da prefeitura municipal (<https://www.rionegrinho.sc.gov.br/>).

Rio Negrinho, 21 de agosto de 2020

EDGAR ANTON

Diretor Executivo do IPRERIO

BEATRIZ MARTENHUK VEISS

Presidente da Comissão Eleitoral



# Rodeio

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇO 40/2020, 41/2020, 42/2020, 43/2020, 44/2020, 45/2020, 46/2020, 47/2020, 48/2020, 49/2020, 50/2020, 51/2020, 52/2020, 53/2020 E 54/2020**

Publicação Nº 2616052

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio – Extrato de ata de registro de preço - Modalidade: Pregão Presencial - Registro de Preço 20/2020, Processo 31/2020. Órgão Gerenciador: Município de Rodeio - SC. Vigência: até 20/07/2021. Objeto: aquisição de eletrodomésticos, aparelhos eletrônicos, computadores e móveis para as escolas, creches e centros de educação infantil da rede municipal de ensino. Ata 40/2020 - Division Atacadista Ltda Epp, Valor estimado: R\$ 8.508,35, Ata 41/2020 - Sandro Vilmar Pires Me, Valor estimado: R\$ 83.000,00, Ata 42/2020 - Superar Eireli Epp, Valor estimado: R\$ 40.320,00, Ata 43/2020 - MM Comércio de Equipamentos Ltda Me, Valor estimado: R\$ 16.990,00, Ata 44/2020 - Comercial Vitoria Ltda - Me, Valor estimado: R\$ 1.953,00, Ata 45/2020 - Richesse Móveis Eireli Epp, Valor estimado: R\$ 22.805,00, Ata 46/2020 - JS Simões Eireli, Valor estimado: R\$ 9.192,00, Ata 47/2020 - Franciele Cristine Lamin Me, Valor estimado: R\$ 16.696,00, Ata 48/2020 - Vicente Departamentos Eireli Me, Valor estimado: R\$ 191,40, Ata 49/2020 - Afb Prime Industria, Comercio e Distribuição de Equipamentos - Eireli, Valor estimado: R\$ 19.645,50, Ata 50/2020 - L&S Comercial, Valor estimado: R\$ 20.700,00, Ata 51/2020 - Fistarol Prestadora de Serviços Eireli Me, Valor estimado: R\$ 38.960,00, Ata 52/2020 - R.S. Comercio de Eletrodomésticos Ltda, Valor estimado: R\$ 42.800,00 Ata 53/2020 - Escolares Industria e Comércio de Móveis Ltda, Valor estimado: R\$ 40.800,00 e Ata 54/2020 - Techno Soluções Eireli, Valor estimado: R\$ 38.000,00. Rodeio 14/08/2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 24/2020**

Publicação Nº 2613848

Estado De Santa Catarina - Município de Rodeio - aviso de licitação - pregão presencial nº 24/2020 - menor preço. Objeto: aquisição de veículos para secretaria municipal de educação. Fim da entrega de propostas: às 08h30min do dia 04/09/2020. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pmcomp@terra.com.br ou pelo fone 47 – 33840161, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, em dias úteis. Rodeio 24 de agosto de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal



# Salto Veloso

## PREFEITURA

### PORTARIA N° 369/2020

Publicação N° 2618310

PORTARIA N°. 369 DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA READAPTAÇÃO DE SERVIDOR.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC, no uso de suas atribuições em conformidade com a Lei Municipal 570/91,

RESOLVE:

Art. 1º. Autoriza a readaptação do servidor municipal CLODOALDO JOSÉ VIGOLO, Operador de Máquina Classe I, lotado na Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, em virtude de modificação em seu estado de saúde, conforme laudo médico, emitido pelo perito médico do Município, na data de 19 de agosto de 2020, o qual continua atuando na função de Motorista na Secretaria de Saúde e Assistência Social, nos termos do Artigo 23, da Lei nº 570/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 20 de agosto de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

### PORTARIA N° 370/2020

Publicação N° 2618312

PORTARIA N°. 370 DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso - SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. DÉBORA BARONCHELLO ANSILIERO, pelo período de 08/08/2020 a 08/10/2020, totalizando 62 dias, conforme perícia médica, parte integrante da presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 20 de agosto de 2020.

ANA ROSA ZANELA  
Prefeita Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 17/2020

Publicação Nº 2616335

#### CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº17 /2020

Termo de credenciamento que entre si celebram o Município de Santa Terezinha do Progresso e a empresa INSTITUTO SANTÉ, para prestar Serviços de Exames Médicos e Consultas especializados para manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida TANCREDO NEVES, nº. 337, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.612.847/0001-90 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. DERLI FURTADO brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Santa Terezinha do Progresso, inscrito no CPF sob o Nº 219.982.219-20, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa INSTITUTO SANTÉ, Pessoa Jurídica de Direito Privado, estabelecida na Rua São José, nº. 306, Centro - na Cidade de Itapiranga - SC, inscrita no CNPJ sob nº08.776.971/0007-25, neste ato representado por seu Procurador (conforme documento em anexo), Sr. Janir Luiz Bach Brasileiro, Diretor, inscrito no CPF nº 927.615.939-87, portador da Cédula de Identidade nº 2.942.757, doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objetivo credenciar Pessoas Jurídicas para serviços de Exames Médicos e Consultas especializados para manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Santa Terezinha do Progresso.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

Os valores a serem pagos pelo Município por exame será conforme Anexo I deste edital.

Os procedimentos a serem prestados por essa Instituição serão;

Procedimento de pequeno porte com valor de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais)

Procedimento de médio porte com valor de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

Procedimento de grande porte com valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais)

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

A CREDENCIADA deverá prestar os Serviços (Exames Especializados e Consultas) na Sede da empresa Credenciada, sendo que os serviços deverão ser executados conforme necessidade do município, mediante apresentação de autorização emitida pela Secretaria Municipal de Saúde.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os Serviços contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de exames realizadas, acompanhada de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, em conta corrente em nome da Credenciada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de Serviço;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias – Exercício 2020:

10.301.0025.2.025 – Manutenção das atividades da unidade Básica de Saúde.

3.3.90.39.50.0000 – Serviços Médico-Hospitalares, Odontológico e Laboratorial.

3.3.90.39.99.0000 – Outros Serviços Pessoas Jurídicas.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

Para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;  
 c) por acordo entre as partes;  
 d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**  
 Fica eleito o foro da Comarca de Campo Erê - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor e forma.

Santa Terezinha do Progresso/SC, 14 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO EMPRESA CREDENCIADA  
 Instituto Santé  
 Prefeito Municipal Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

## DECRETO MUNICIPAL Nº. 176/2020

Publicação Nº 2618357

DECRETO Nº 176/2020

Dispõe sobre regulamentação da autorização para abertura de crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1461, de 09 de Dezembro de 2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1490/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1461, de 09 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 382.655,97 (trezentos e oitenta e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais noventa e sete centavos).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041230009.2.004000 Manutenção das Atividades do Dpto de Fazenda				
40	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
53	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
66	0119	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.013000 Manutenção de creche				
74	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
86	0300	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154510040.1.01000 Execução de pavimentação asfáltica e calçamento nas ruas do perímetro urbanos				
	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	252.655,97

Art. 2º. Para dar cobertura crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme a Lei n. 1461, de 09 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 382.655,97 (trezentos

e oitenta e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais noventa e sete centavos), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esporte				
11	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
12	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.021000 Manutenção das atividades do setor de cultura				
6	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00
7	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	21.000,00
8	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
278120021.1.029000 Manutenção e Reforma de Centro Comunitário				
132	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
278120021.1.036000 Reforma e manutenção de quadra esportiva				
131	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.1.021000 Manutenção e Reforma do Prédio do Centro Administrativo				
18	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.007000 Contribuição para Associações de Município				
27	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061810009.12.040000 Aquisição e Instalação de Sistema de Monitoramento Eletrônico para Segurança Pública				
136	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar				
59	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
68	0119	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
26782040.1.028000 Reforma de Barracão para Almoarifado				
142	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.855,45
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.034000 Manutenção, Ampliação e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
93	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
94	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.1.013000 Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários				
76	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	26.000,00

10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.02900 Manutenção das atividades de Proteção Social Básica				
108	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	57.800,52

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 21 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## LEI MUNICIPAL N° 1490/2020

Publicação N° 2618358

LEI N° 1490 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, constante da Lei n. 1461, de 09 de Dezembro de 2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina;  
Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1461, de 09 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.02 Depto de Fazenda				
041230009.2.004000 Manutenção das Atividades do Dpto de Fazenda				
40	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.008000 Manutenção das atividades da Secretaria de Educação				
53	0101	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
66	0119	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00

04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123650018.2.013000 Manutenção de creche				
74	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154520040.2.033000 Manutenção das atividades de serviços urbanos				
86	0300	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00

06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
154510040.1.01000 Execução de pavimentação asfáltica e calçamento nas ruas do perímetro urbanos				
	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	252.655,97
	0350	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	157.344,03

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º desta Lei, serão provenientes de anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme a Lei n. 1461, de 09 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), a seguir especificados:

02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				

278120021.2.024000 Manutenção das atividades do setor de esporte				
11	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
12	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
133920021.2.021000 Manutenção das atividades do setor de cultura				
6	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	4.000,00
7	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	21.000,00
8	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
278120021.1.029000 Manutenção e Reforma de Centro Comunitário				
132	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
02.00 Gabinete do Prefeito Municipal				
02.02 Depto de Cultura, Esporte e Turismo				
278120021.1.036000 Reforma e manutenção de quadra esportiva				
131	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.1.021000 Manutenção e Reforma do Prédio do Centro Administrativo				
18	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	50.000,00
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.007000 Contribuição para Associações de Município				
27	0100	3.3.50.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
061810009.12.040000 Aquisição e Instalação de Sistema de Monitoramento Eletrônico para Segurança Pública				
136	0300	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	10.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.01 Dpto de Educação				
123610018.2.012000 Manutenção do Transporte Escolar				
59	0101	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
04.00 Secretaria de Educação				
04.02 FUNDEB				
123610018.2.010000 Manutenção das atividades de Ensino Fundamental - FUNDEB				
68	0119	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
26782040.1.028000 Reforma de Barracão para Almoarifado				
142	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	8.855,45
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.02 Depto de Serviços Urbanos				
175120040.2.03400 Manutenção, Ampliação e adm. dos serviços de tratamento e distribuição de água potável				
93	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	20.000,00
94	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	40.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
267820040.1.013000 Aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários				
76	0100	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	26.000,00
06.00 Secretaria de Infraestrutura				
06.01 Depto de Obras				
154510040.1.04200 Pavimentação, sinalização e construção de ciclovia				

146	0350	4.4.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	157.344,03
10.00 Fundo Municipal de Assistência Social				
10.01 Fundo Municipal de Assistência Social				
082440028.2.02900 Manutenção das atividades de Proteção Social Básica				
108	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	57.800,52

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 21 de Agosto de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### **PORTARIA MUNICIPAL Nº. 181/2020**

Publicação Nº 2616849

PORTARIA Nº 181/2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida a licença para tratamento de saúde do servidor VOLMIR CONCHI BRAGANHOLI, Matrícula 10839/01 ocupante do cargo de Motorista de Veículos Leves, conforme o Atestado Médico no período de 11 de agosto de 2020 por prazo indeterminado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos 11 de agosto de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 148 de 09 de julho de 2020.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

### **PORTARIA MUNICIPAL Nº. 188/2020**

Publicação Nº 2616855

PORTARIA Nº 188/2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor CLADEMIR GASS, Matrícula 13153/01, conforme o Atestado Médico no período de 20 de agosto de 2020 à 26 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal



**PORTARIA MUNICIPAL N° 189/2020**

Publicação N° 2616881

PORTARIA N° 189/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde para o Servidor Público senhor AMANDIO EVALINO KOPSEL, Matrícula 13153/01, conforme o Atestado Médico no período de 20 de agosto de 2020 á 22 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA MUNICIPAL N° 190/2020**

Publicação N° 2616916

PORTARIA N° 190/2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde para a Servidora Pública senhora JULIA MARIA DALMOLIN VENDRAME, Matrícula 13122/01, conforme o Atestado Médico no período de 18 de agosto de 2020 á 24 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 18 de agosto de 2020.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 20 de agosto de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal



# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### HABITE-SE Nº 18/2020

Publicação Nº 2616362

Alvará de uso e Ocupação	
Habite-se	
018/2020	
Processo	0113.002.0002566
Proprietário ou Requerente	Roseli Aparecida Duarte
CPF/CNPJ	623.639.219-68
Localização	RUA MAJOR JOAQUIM A. DE CAMPOS, Nº 5794/5798, BAIRRO CENTRO
Inscrição Imobiliária	01.01.094.0167
Processo do Alvará de Construção	0113.002.0002213
Número do Alvará de Construção	61/2019
Área Licenciada	Aprovado processo 0113.002.0001637 - 129,36 m² Área Ampliada (Alvará 61/2019) – 32,64 m² Área total da edificação – 162,00 m²
Número de Pavimentos	01
Responsável Técnico (Projeto, hidrossanitário, Execução, entre outros).	Juliano Coelho Martins – Engenheiro Civil CREA-SC 110.399-6 / ART Nº7139341-4
Artigo 505 - Lei Complementar 224/2019 Para os casos previstos na Legislação Vigente	
Vigilância Sanitária Municipal	-
Habite-se do Corpo de Bombeiros/SC	Protocolo 10009160 / RE 582501392
Órgãos e Entidades Ambientais	-
Outros Órgãos e Entidades Municipais, Estaduais e Federais	-
Uso e Atividades Permitidas por Categoria de Incomodidade	
Uso e Atividade permitida conforme a Lei Complementar 224/2019	
Denominação da Obra	
Edificação Comercial	
Observação	
O presente documento é concernente ao "Relatório de Vistoria final" realizado em 19 de agosto de 2020 pelo Fiscal de obras e posturas Igor Secches Ghelfi.	
Santo Amaro da Imperatriz, 21 de agosto de 2020.	
Técnico Responsável Aprovação James Jones Silvestre Eng. Civil – CREA 047.441-4 Matrícula 3113	

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020 - FMS

Publicação Nº 2615883

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2020 - FMS

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E DEMAIS CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 08/09/2020

Início da sessão: dia 08/09/2020, às 09h00min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [saobentodosul.atende.net](http://saobentodosul.atende.net). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316125.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2020.

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira Municipal

### DECISÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA AGOSTO/2020

Publicação Nº 2615850

AUTUADO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ/CPF: 08.281.643/0001-62

DATA DA AUTUAÇÃO: 24/04/2019

DATA DA DECISÃO: 23/06/2020

PROCESSO: 13/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 37 INCISO I DA LEI MUNICIPAL 142/93.

PENALIDADE IMPOSTA: ADVERTÊNCIA.

AUTUADO: ACADEMIA MENDES DE CONDICIONAMENTO FÍSICO EIRELI - ME

CNPJ/CPF: 29.172.045/0001-25

DATA DA AUTUAÇÃO: 06/06/2019

DATA DA DECISÃO: 02/06/2020

PROCESSO: 17/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 32 INCISO I, ART. 34 INCISO V, ART. 37 INCISO II, ART. 38 INCISO I DA LEI MUNICIPAL 142/93 C/C ART. 52 INCISO V DO DECRETO ESTADUAL 23.663/84.

PENALIDADE IMPOSTA: MULTA NO VALOR DE R\$ 136,10 (CENTO E TRINTA E SEIS REAIS E DEZ CENTAVOS)

AUTUADO: FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI LTDA

CNPJ/CPF: 79.430.682/0215-53

DATA DA AUTUAÇÃO: 15/07/2019

DATA DA DECISÃO: 23/06/2020

PROCESSO: 22/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 32 INCISO II, ART. 35 INCISOS I E V, ART. 37 INCISO II, ART. 38 INCISO II DA LEI MUNICIPAL 142/93.

PENALIDADE IMPOSTA: MULTA NO VALOR DE R\$ 680,51 (SEISCENTOS E OITENTA REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS).

AUTUADO: SABRINA ALVES DA LUZ MEI

CNPJ/CPF: 16.656.502/0001-05

DATA DA AUTUAÇÃO: 06/08/2019

DATA DA DECISÃO: 23/06/2020

PROCESSO: 23/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 32 INCISO III, ART. 35 INCISOS II E VI, ART. 37 INCISO II, ART. 38 INCISO III, ART. 40 § 2º DA LEI MUNICIPAL 142/93 C/C ART. 52 INCISO V DO DECRETO ESTADUAL 23.663/84.

PENALIDADE IMPOSTA: MULTA NO VALOR DE R\$ 1.270,28 (HUM MIL E DUZENTOS E SETENTA REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

AUTUADO: TATIANE TIEPPO ME

CNPJ/CPF: 15.498.939/0001-03

DATA DA AUTUAÇÃO: 23/08/2019

DATA DA DECISÃO: 23/06/2020

PROCESSO: 25/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 32 INCISO II, ART. 35 INCISOS II E III, ART. 37 INCISO II, ART. 38 INCISO II DA LEI MUNICIPAL 142/93 C/C ART. 52 INCISO V DO DECRETO ESTADUAL 23.663/84.

PENALIDADE IMPOSTA: MULTA NO VALOR DE R\$ 635,14 (SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUATORZE CENTAVOS).

AUTUADO: TATIANE TIEPPO ME

CNPJ/CPF: 15.498.939/0001-03

DATA DA AUTUAÇÃO: 24/08/2019

DATA DA DECISÃO: 23/06/2020

PROCESSO: 26/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 32 INCISO III, ART. 35 INCISOS I, II, III, V E VI, ART. 37 INCISO II, ART. 38 INCISO III, ART. 39 DA LEI MUNICIPAL 142/93 C/C ART. 52 INCISO V DO DECRETO ESTADUAL 23.663/84.

PENALIDADE IMPOSTA: MULTA NO VALOR DE R\$ 5.081,04 (CINCO MIL E OITENTA E UM REAIS E QUATRO CENTAVOS).

AUTUADO: SUPERMERCADO GERMÂNIA

CNPJ/CPF: 01.905.097/0001-44

DATA DA AUTUAÇÃO: 10/08/2019

DATA DA DECISÃO: 23/06/2020

PROCESSO: 28/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 32 INCISO III, ART. 35 INCISOS I E II, ART. 37 INCISO II, ART. 38 INCISO III, DA LEI MUNICIPAL 142/93 C/C ART. 52 INCISO V DO DECRETO ESTADUAL 23.663/84.

PENALIDADE IMPOSTA: MULTA NO VALOR DE R\$ 1.270,28 (HUM MIL E DUZENTOS E SETENTA REAIS E VINTE E OITO CENTAVOS).

AUTUADO: JAIME FERREIRA DE LIMA

CNPJ/CPF: 620.659.399-15

DATA DA AUTUAÇÃO: 29/08/2019

DATA DA DECISÃO: 23/06/2020

PROCESSO: 29/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 32 INCISO I E II, ART. 34 INCISO V, ART. 35 INCISOS V, ART. 36, ART. 37 INCISO II, ART. 38 INCISO II, DA LEI MUNICIPAL 142/93 C/C ART. 52 INCISO V DO DECRETO ESTADUAL 23.663/84.

PENALIDADE IMPOSTA: MULTA NO VALOR DE R\$ 635,14 (SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E QUATORZE CENTAVOS).

AUTUADO: CLÍNICA DE RADIOLOGIA POR IMAGEM DIAGMAX SÃO BENTO DO SUL

CNPJ/CPF: 05.891.127/0001-61

DATA DA AUTUAÇÃO: 24/09/2019

DATA DA DECISÃO: 11/08/2020

PROCESSO: 31/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 34 INCISO III E V, ART. 37 INCISO I, DA LEI MUNICIPAL 142/93.

PENALIDADE IMPOSTA: ADVERTÊNCIA.

AUTUADO: ALEXANDRE MARIA DO VALLE

CNPJ/CPF: 049.756.949-30

DATA DA AUTUAÇÃO: 17/10/2019

DATA DA DECISÃO: 14/07/2020

PROCESSO: 32/2019

PROCTIPIFICAÇÃO DA INFRAÇÃO: TRANSGRESSÕES DE NORMAS SANITÁRIAS

DECISÃO FINAL: ART. 32 INCISO I, ART. 34 INCISO V, ART. 37 INCISO II, ART 38 INCISO I DA LEI MUNICIPAL 142/93 C/C ART. 52 INCISO V DO DECRETO ESTADUAL 23.663/84.

PENALIDADE IMPOSTA: MULTA NO VALOR DE R\$ 272,20 (DUZENTOS E SETENTA E DOIS REAIS E VINTE CENTAVOS)

**DECRETO N° 1898/2020**

Publicação N° 2615980

DECRETO N° 1898, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, da Lei 4.320/64, que dispõe que a Lei Orçamentária poderá conter autorizações do Poder Executivo;

Considerando o art. 4º, da Lei Municipal nº 4167/19, que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 002 - Abastecimento de Água

Atividade: 2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água

4490520000 - Equipamentos e material permanente (02060000) R\$ 45.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto, será utilizado recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

Órgão: 23 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

Unidade: 002 - Abastecimento de Água

Atividade: 2064 - Manutenção e Melhorias dos Serviços de Abastecimento de Água

3190050000 - Outros benefícios previdenciários (02060000) R\$ 14.000,00

3190130000 - Obrigações patronais (02060000) R\$ 24.000,00

3190160000 - Outras despesas variáveis – Pes. Civil (02060000) R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.  
São Bento do Sul, 21 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**DECRETO N° 1899/2020**

Publicação N° 2616368

DECRETO N° 1899, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO N° 1.872, DE 6 DE AGOSTO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, além do disposto no Decreto Estadual nº 719, de 13 de julho de 2020, Portaria SES nº 592 de 017/08/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido o Parágrafo Único no art. 24 do Decreto nº 1872, de 6 de agosto de 2020, com a seguinte redação:

Parágrafo Único. Fica facultada a designação de fiscais Ad Hoc, a critério da Autoridade de Saúde Municipal, para suprir a necessidade de fiscalização das ações de combate ao COVID-19."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de agosto de 2020.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020 - FMD**

Publicação Nº 2616198

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020.

OBJETO: Dispensa de Licitação para Contratação de Prestação de Serviço para a Manutenção dos aquecedores a Gás da Piscina Publica Municipal da FMD.

VALOR: R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por hora, sendo contratadas 39 (trinta e nove) horas, totalizando R\$ 5.460,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta reais).

CONTRATADA: RODRIGO KEIL

SÃO BENTO DO SUL, 20 DE AGOSTO DE 2020.

MARCIO VANDERLEI WEILLER

DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2020**

Publicação Nº 2618336

EXTRATO DO CONTRATO Nº 023/2020

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TRANSPORTES S.A.

DO OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) para profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de fevereiro à dezembro de 2020 de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 22/2020 de 10 de fevereiro de 2020.

Item	Qtde	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	2.700	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Mafra	R\$ 21,15	R\$ 57.105,00
	2.700	Unid.	Passagens Mafra x São Bento do Sul	R\$ 21,15	R\$ 57.105,00
2	600	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Rio Negrinho	R\$ 6,04	R\$ 3.624,00
	600	Unid.	Passagens Rio Negrinho x São Bento do Sul	R\$ 6,04	R\$ 3.624,00
3	200	Unid.	Passagens São Bento do Sul x Joinville	R\$ 27,20	R\$ 5.440,00
	200	Unid.	Passagens Joinville x São Bento do Sul	R\$ 27,20	R\$ 5.440,00
TOTAL					R\$ 132.338,00

DO VALOR: R\$ 132.338,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses a contar de fevereiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

ASS: ROSEMARY IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.

REUNIDAS TRANSPORTES S.A, como Contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2020**

Publicação Nº 2618341

EXTRATO DO CONTRATO Nº 027/2020

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Passagens que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa REUNIDAS TRANSPORTES S/A.

DO OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) para os Servidores Públicos desta prefeitura, para o período de fevereiro à dezembro de 2020, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 28/2020 de 12 de fevereiro de 2020.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	1.440	Unid.	Passagens sem seguro e sem taxa de embarque ida e volta SBS x Campo Alegre.	R\$ 6,38	R\$ 9.187,20
2	1.920	Unid.	Passagens sem seguro e sem taxa de embarque ida e volta SBS x Mafra.	R\$ 21,15	R\$ 40.608,00
3	960	Unid.	Passagens sem seguro e sem taxa de embarque ida e volta SBS x Rio Negrinho.	R\$ 6,04	R\$ 5.798,40
VALOR TOTAL R\$ 55.593,60					

DO VALOR: R\$ 55.593,60 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 11 (onze) meses a contar de fevereiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

São Bento do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

ASS: MARGARETH BAYERL KEISER, pela Secretaria de Administração do Município.

REUNIDAS TRANSPORTES S/A, como Contratada.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2020

Publicação Nº 2618345

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 167/2020

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços e Fornecimento de Cartões Magnéticos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa ROM CARD – ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELI.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartão magnético personalizado com logotipo exclusivo SÃO BENTO SOLIDÁRIA, através de sistemas com funções de créditos, adequado à comunicação institucional da Prefeitura de São Bento do Sul, para aquisição de gêneros alimentícios em estabelecimentos comerciais para auxílio às famílias em situação de vulnerabilidade decorrente da quarentena provocada pela pandemia do Coronavírus, devidamente credenciadas na Secretaria de Assistência Social, sendo os valores arrecadados pela campanha "São Bento Solidária" e conforme documentos anexos a Dispensa de Licitação nº 156/2020.

Item	Quant Estimada	Unid.	Descrição	Valor Creditado em cada cartão para uso do beneficiário	Percentual Taxa de Administração %	Valor a pagar por cartão (incluso percentual de taxa de admin.)	Valor máximo a pagar estimado até 31/12/2020 (incluso o percentual da taxa de admin.)
1	366	Cartão	Fornecimento de cartão magnético, com logotipo exclusivo SÃO BENTO SOLIDÁRIA, adequado à comunicação institucional da Prefeitura de São Bento do Sul, para aquisição de produtos em estabelecimentos comerciais credenciados.	R\$ 150,00	0%	R\$ 150,00	R\$ 54.900,00

DO VALOR: R\$ 54.900,00 – valor total estimado, referente ao valor creditado nos cartões, sendo o percentual da taxa de administração por cartão de 0% (zero por cento).

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses e 18 (dezoito) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2020.

ASS: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

ROM CARD – ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELI, como Contratada.

## JUSTIFICATIVA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020 - FMD

Publicação Nº 2616200

### JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com Dispensa de Licitação.

I- Objeto: Dispensa de Licitação para Contratação de Prestação de Serviço para a Manutenção dos aquecedores a Gás da Piscina Pública Municipal da FMD.

II - Contratada: RODRIGO KEIL

III - Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa de Licitação: A Dispensa de Licitação para Contratação de Prestação de serviço para a manutenção dos aquecedores a Gás da Piscina Pública Municipal da FMD, se justifica, visto que, os aquecedores necessitam de manutenção preventiva, bem como, a Piscina passou por recente reforma necessitando assim a reinstalação dos mesmos, se funda no art. 24, Inciso II, da Lei 8666/93 e se justifica em razão do valor da contratação que dispensa a realização do processo licitatório bem como atende ao que determina a Lei 8666/93.

IV- Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa RODRIGO KEIL, foi quem ofereceu menor preço unitário por hora de serviço prestado, desta forma atende aos interesses da administração.

V-Justificativa do Preço: R\$ 140,00 (cento e quarenta) por hora, sendo contratadas 39 (trinta e nove) horas, totalizando R\$ 5.460,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta reais), desta forma compatível com os preços praticados no mercado de acordo com os orçamentos realizados.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/9

MARCIO VANDERLEI WEILLER  
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos.

## PORTARIA N° 11367/2020

Publicação N° 2615983

PORTARIA N° 11367, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera Coordenadora Pedagógica

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 14 de agosto de 2020, MARCIANA STIEGLER FRANKENBERGER, do cargo de Coordenadora Pedagógica da EBM Dr. Hercílio Malinowsky, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

## PORTARIA N° 11368/2020

Publicação N° 2615986

PORTARIA N° 11368, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Diretora Escolar

PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893, de 19 de outubro de 2011,

RESOLVE:

Nomear, a partir de 14 de agosto de 2020, MARCIANA STIEGLER FRANKENBERGER, ocupante do cargo de Professor Anos Iniciais, para exercer a função de Diretora Escolar da EBM Dr. Hercílio Malinowsky (Porte III), com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:



**PORTARIA N° 11369/2020**

Publicação N° 2615987

PORTARIA N° 11369, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 14 de agosto de 2020, ERICA ZIPPERER, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da EBM Dr. Hercílio Malinowsky (Porte III), com gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA N° 11370/2020**

Publicação N° 2615989

PORTARIA N° 11370, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Coordenador Pedagógico

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 2893/2011,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 20 de agosto de 2020, REGIANE PINTO DIAS, para exercer a função de Coordenadora Pedagógica da EBM Alexandre Pfeiffer (Porte III), com gratificação de 40% (quarenta por cento) sobre seu vencimento de carreira.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO DOM N° \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA N° 11371/2020**

Publicação N° 2616290

PORTARIA N° 11371, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE PENSÃO POR MORTE

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 40, § 7º, inciso II da Constituição Federal/1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, c/c o § 8º, do art. 23, da Emenda Constitucional nº 103/2019, e art. 52, da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 31 de julho de 2020, pensão por morte à CRISLEIDE SPAUTZ DE OLIVEIRA, RAFAELA SPAUTZ DE OLIVEIRA e MANUELA SPAUTZ DE OLIVEIRA, na condição de cônjuge e filhas, respectivamente, do ex-servidor ativo LEANDRO ANTONIO DE OLIVEIRA.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do procedimento administrativo nº 13825/2020, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.



Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31 de julho de 2020.  
São Bento do Sul, 21 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## RESOLUÇÃO Nº 11/2020 CMDCA

Publicação Nº 2616002

### RESOLUÇÃO Nº 011/2020/CMDCA

ALTERA A RESOLUÇÃO CMDCA Nº 014, DE 08 DE AGOSTO DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL (CMDCA).

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 3540, de 27 de maio de 2015, Decreto Municipal nº 1190, de 18 de dezembro de 2015 que homologou o Regimento Interno do CMDCA e, de acordo com a deliberação da reunião plenária ordinária, em caráter virtual, realizada no dia 13 de agosto de 2020;

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar o art. 1º, da Resolução nº 014/2019/CMDCA que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

I – Comissão de Administração e Fiscalização do FIA (Fundo Municipal para a infância e Adolescência):

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Marcio Vanderlei Weiller e Michele Lino D'Oliveira Luiz Schlögl, e representantes não-governamentais, Otto M-Iler e Suélin Barboza.

b) Será presidida pelo conselheiro Otto M-Iler e terá como relatora a conselheira Michele Lino D'Oliveira Luiz Schlögl.

II – Comissão de Normas e Registros:

a) Será composta pelos seguintes conselheiros (as): representantes governamentais, Maiara Dufloth Pelissa e Lauro Ademar da Silva, e pelos representantes não-governamentais, Grazielli Eloise Schroeder e Wesley Monteiro dos Santos.

b) Será presidida pela conselheira Grazielli Eloise Schroeder e terá como relatora a conselheira Maiara Dufloth Pelissa.

(...)”

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2020

Marcelo Leandro Nenevê  
Presidente do CMDCA de São Bento do Sul

## RESOLUÇÃO Nº 12/2020 CMDCA

Publicação Nº 2616003

### RESOLUÇÃO Nº 12/2020/CMDCA

PRORROGAR A VALIDADE DOS REGISTROS DE ENTIDADES E INSCRIÇÃO DE PROGRAMAS NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SÃO BENTO DO SUL, QUE VIEREM A VENCER DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Bento do Sul (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 3540, de 27 de maio de 2015, Decreto Municipal nº 1190, de 18 de dezembro de 2015 que homologou o Regimento Interno do CMDCA e,

CONSIDERANDO a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) no Brasil e seus impactos no Município de São Bento do Sul – SC;

CONSIDERANDO as determinações dos Governos Estadual e Municipal;

CONSIDERANDO a Resolução nº 05/2020/CMDCA que dispõe sobre as deliberações do CMDCA de São Bento do Sul frente a Pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Resolução nº 10/2020/CMDCA que alterou o Art. 5º da Resolução nº 05/2020/CMDCA;

CONSIDERANDO a deliberação da 329ª reunião plenária do CMDCA de São Bento do Sul realizada no dia 13 de agosto de 2020 em caráter virtual;

**RESOLVE:**

Art. 1º O art. 5º, da Resolução nº 05/2020/CMDCA passa a ter a seguinte redação:

“Art. 5º Prorrogar a validade dos Registros, Inscrições e Programas das Entidades ou Órgãos junto ao CMDCA enquanto perdurar as orientações de enfrentamento da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) emitidos pelos órgãos competentes

Parágrafo único: Havendo necessidade, urgência ou denúncia envolvendo entidades ou órgãos inscritos neste Conselho, a Comissão de Normas e Registro do CMDCA providenciará a devida fiscalização e emitirá seu parecer sobre a situação, seguindo sempre orientações e normas sanitárias vigentes.”

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de agosto de 2020

Marcelo Leandro Nenevê

Presidente do CMDCA de São Bento do Sul

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA 016 DE 2020**

Publicação Nº 2615769

PORTARIA Nº 016, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

“Nomeia Assessor Parlamentar.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear o senhor Leo Malewschik Mafrá no cargo de Assessor Parlamentar, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 24 de agosto de 2020.

São Bento do Sul, 21 de agosto de 2020.

PETER ALEXANDRE KNEUBUEHLER

Presidente

---

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

---

**TERMO DE CONVÊNIO ITAÚ 2020**

Publicação Nº 2617284

EXTRATO DE CONVÊNIO

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Contratante: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

Contratada: ITAÚ UNIBANCO S.A.

Vigência: Início: 27/02/2020 - Término: 26/02/2025.

Objeto: Concessão de empréstimos consignados aos servidores do SAMAE.

São Bento do Sul, 20 de agosto de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### PORTARIA 347/2020

Publicação Nº 2616680

PORTARIA Nº 347/2020 DE 21/08/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias normais a Servidor Público Municipal, Sr. ADEMIR GOIS DA SILVA, matrícula 428/02, do dia 12/08/2020 a 10/09/2020, referente ao período aquisitivo de 05/04/2019 a 04/04/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12/08/2020.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 21 de agosto de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. Adm. e Fazenda

## São Bonifácio

## PREFEITURA

## ERRATA EXTRATO DO CONTRATO N° 47/2020

Publicação N° 2617746

## ERRATA EXTRATO DO CONTRATO N° 47/2020

ONDE LÊ-SE:

EXTRATO DO CONTRATO N° 37/2020

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Felipe Schmidt, nº 955, Bairro INSS, Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.742.267/0001-05.

Valor total do contrato: O valor pelos itens a serem pagos é de R\$ 25.780,00 (vinte e cinco mil e setecentos e oitenta reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS NOVOS (GRADE NIVELADORA) para atender para a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de São Bonifácio/SC, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos ao Pregão nº 17/2020.

Item	Descrição	Un.	Quantidade	Valor Unitário R\$	Total R\$
01	Grade niveladora nova com 28 discos com dimensões mínimas de 20", espessura de 3,5mm, largura de corte mínimo de 170mm, espessura do eixo 1.1/4, peso mínimo de 625kg.	Un.	02	12.890,00	25.780,00
Total					25.780,00

Vigência: Dá-se ao presente contrato a vigência até 31 de dezembro de 2020.

Pregão Presencial nº 17/2020

Data da assinatura: São Bonifácio, 14 de agosto de 2020.

LEIA-SE:

EXTRATO DO CONTRATO N° 47/2020

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: CASA DO PICA-PAU MÁQUINAS AGRÍCOLAS, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Felipe Schmidt, nº 955, Bairro INSS, Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.742.267/0001-05.

Valor total do contrato: O valor pelos itens a serem pagos é de R\$ 25.780,00 (vinte e cinco mil e setecentos e oitenta reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS NOVOS (GRADE NIVELADORA) para atender para a Secretaria Municipal de Agricultura do Município de São Bonifácio/SC, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos ao Pregão nº 17/2020.

Item	Descrição	Un.	Quantidade	Valor Unitário R\$	Total R\$
01	Grade niveladora nova com 28 discos com dimensões mínimas de 20", espessura de 3,5mm, largura de corte mínimo de 170mm, espessura do eixo 1.1/4, peso mínimo de 625kg.	Un.	02	12.890,00	25.780,00
Total					25.780,00

Vigência: Dá-se ao presente contrato a vigência até 31 de dezembro de 2020.

Pregão Presencial nº 17/2020

Data da assinatura: São Bonifácio, 14 de agosto de 2020.

**EXTRATO DO CONTRATO N° 48/2020**

Publicação N° 2617835

**EXTRATO DO CONTRATO N° 48/2020**

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 24.337.705/0001-67, sito a Rua Antonio da Bicota, nº 102, Palhoça/SC.

Valor total do contrato: O valor total do contrato é de R\$ 282.999,82 (duzentos e oitenta e dois mil e novecentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos). O pagamento será efetuado com base nas medições dos serviços\obra executados, mediante apresentação de nota fiscal.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO, CONFORME MEMORIAL E PROJETOS EM ANEXO.

Vigência: O presente contrato terá vigência a partir da sua assinatura, até 180 dias após a emissão da autorização de fornecimento, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Processo de Licitação nº 41/2020.

São Bonifácio/SC, 24 de agosto de 2020.

# São Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 107/2020 - ADM

Publicação Nº 2618292

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 107/2020 - ADM  
Pregão Presencial nº 067/2020- ADM  
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 07h45min – dia 03 de setembro de 2020.  
Abertura dos Envelopes: 07h46min – dia 03 de setembro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lórenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. [www.saocarlos.sc.gov.br](http://www.saocarlos.sc.gov.br)

SAO CARLOS/SC, 24 DE AGOSTO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO 108/2020 - ADM

Publicação Nº 2618293

Estado de Santa Catarina  
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 108/2020 – ADM  
Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia nº 016/2020 – ADM  
Tipo: Menor Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES EM TRECHO INICIAL DA RODOVIA EMSC-005.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Até as 07:45 horas – dia 10 de setembro de 2020.  
Abertura dos Envelopes: 07:46 horas – dia 10 de setembro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Demétrio Lorenz, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3030. <https://saocarlos.atende.net>.

SÃO CARLOS/SC, 24 DE AGOSTO DE 2020.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito

**DECRETO MUNICIPAL Nº 090/2020**

Publicação Nº 2615774

DECRETO Nº 090, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre alterações nas medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de São Carlos/SC, e dá outras providências.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e ainda, CONSIDERANDO a Portaria SES nº 251, de 16 de abril de 2020, que determina que todo estabelecimento público, privado ou filantrópico em funcionamento no Estado de Santa Catarina deve assegurar que todas as pessoas, ao adentrarem ao mesmo a utilização de máscaras; CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020, que estabelece critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de se conter a disseminação da COVID-19 e garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde; CONSIDERANDO o perceptível afrouxamento de parcela da população quanto à observância das regras de distanciamento e isolamento social;

CONSIDERANDO que, de acordo com a "Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)" da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS, disponível em "[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875)", existem evidências científicas de que o novo coronavírus é transmitido principalmente de pessoa para pessoa, por meio de gotículas do nariz ou da boca que se espalham quando uma pessoa com COVID-19 tosse, espirra ou fala;

CONSIDERANDO que, em que pese inexistir solução juridicamente fácil nem moralmente simples para um aparente conflito entre princípios e direitos constitucionais, como os da valorização social do trabalho e da livre iniciativa e do direito à saúde, compete ao gestor público, após a respectiva ponderação, optar na medida do possível pela prevalência do direito à saúde, face à sua indissociabilidade ao direito à vida, CONSIDERANDO a reunião de trabalho da Sala de Situação ao Coronavírus, realizada no dia 19 de agosto de 2020, na Prefeitura Municipal de São Carlos/SC;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam estabelecidos os critérios de funcionamento das atividades de interesse local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das Regiões de Saúde.

I – suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II – suspensão de atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III – suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV – suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, com exceção da prática de esportes individuais;

V – suspensão de conferências públicas ou privadas que acarretem aglomeração de pessoas, excepcionadas as missas e cultos religiosos;

VI – suspensão do funcionamento dos serviços públicos municipais, que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais;

VII – fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

VII – suspensão da prática de esportes coletivos, incluindo baralho, bocha, sinuca, jogos de tabuleiros e outros jogos coletivos;

Art. 2º - Fica determinado, o fechamento de praças, parques e espaços públicos de convivência, visando evitar a aglomeração de pessoas nos mesmos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência de 14 (quatorze) dias, podendo ser prorrogado ou suspenso conforme a situação de emergência de saúde pública no Município de São Carlos/SC.

São Carlos/SC, em 21 de agosto de 2020

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 091/2020**

Publicação Nº 2616701

DECRETO Nº 091, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso II da Lei Municipal nº 1871/2019 de 11 de Dezembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por SUPERAVIT FINANCEIRO no orçamento CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), nas seguintes Referências de Dotações Orçamentárias;

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		08
Unidade	Departamento de Agricultura		001
Função	Agricultura		20
Sub-função	Promoção da Produção Agropecuária		608
Programa	AGRICULTURA - PROSPERIDADE, INVESTIMENTOS E OPORTU		07
Atividade	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS AGRICOLAS		2.029
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor Total
(271)	Aplicação direta –3.3.90	3000 - Recursos Ordinários - SUPE-RAVIT	100.000,00
Valor Total R\$:			100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		04
Unidade	Departamento de Obras e Serviços Públicos		001
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Serviços Urbanos		452
Programa	SEGURANÇA - PÚBLICA TRANQUILIDADE E PROTEÇÃO		14
Atividade	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO FUNREBOM		2.025
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor Total
(272)	Aplicação direta –3.3.90	3000 - Recursos Ordinários – SUPE-RAVIT	20.000,00
Valor Total R\$:			20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2019, Conforme decreto 005/2019, na Destinação de Recursos DR 3000 – Recursos Ordinários – SUPERAVIT no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 21 de Agosto de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal.  
Registre-se e Publique-se.

## DECRETO MUNICIPAL Nº 092/2020

Publicação Nº 2616705

DECRETO N.º 092/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

“DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO/REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso III da Lei Municipal n.º 1871/2019 de 11 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por Anulação/Redução de Dotação Orçamentária no orçamento CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 425.000,00 (Quatrocentos e vinte e cinco mil reais), nas seguintes referências de dotações orçamentárias;

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		04
Unidade	Departamento de Obras e Serviços Públicos		001
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Serviços Urbanos		452



Programa	INFRAESTRUTURA E URBANISMO GERANDO CRESCIMENTO		05
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO URBANO		2.024
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo	Valor Total
(44)	Aplicação direta –3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários.	65.000,00
Valor Total R\$:			65.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		04
Unidade	Departamento de Estradas de Rodagem		002
Função	Transporte		26
Sub-função	Transporte Rodoviário		782
Programa	ESTRADAS PARA TODOS		06
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRANSPORTES VICINAIS		2.031
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo	Valor Total
(65)	Aplicação direta –3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários.	160.000,00
Valor Total R\$:			160.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		06
Unidade	Departamento de Agricultura		001
Função	Agricultura		20
Sub-função	Extensão Rural		606
Programa	AGRICULTURA - PROSPERIDADE, INVESTIMENTOS E OPORTU		07
Atividade	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		2.028
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo	Valor Total
(97)	Aplicação direta –3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários.	100.000,00
Valor Total R\$:			100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		07
Unidade	Departamento de Educação		001
Função	Educação		12
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, MODERNIDADE E VALORIZAÇÃO		12
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		2.045
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo	Valor Total
(112)	Aplicação direta –3.3.90	01.01 – Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		09
Unidade	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS		002
Função	Assistência Social		08
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL - QUALIDADE DE VIDA E AUTONOMIA		13
Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS		2.035
Referência	Modalidade de Aplicação	Vinculo	Valor Total
(175)	Aplicação direta –3.3.90	01.00 – Recursos Ordinários.	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação a que se refere o artigo anterior é de Redução/Parcial nas seguintes referências de dotações orçamentárias;

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		04
Unidade	Departamento de Obras e Serviços Públicos		001
Função	Urbanismo		15

Sub-função	Serviços Urbanos		452
Programa	INFRAESTRUTURA E URBANISMO		05
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO URBANO		2.024
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor Total
(43)	Aplicação direta –3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários.	65.000,00
Valor Total R\$:			65.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		04
Unidade	Departamento de Estradas de Rodagem		002
Função	Transporte		26
Sub-função	Transporte Rodoviário		782
Programa	ESTRADAS PARA TODOS		06
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE TRANSPORTES VICINAIS		2.031
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor Total
(64)	Aplicação direta –3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários.	160.000,00
Valor Total R\$:			160.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		06
Unidade	Departamento de Agricultura		001
Função	Agricultura		20
Sub-função	Extensão Rural		606
Programa	AGRICULTURA - PROSPERIDADE, INVESTIMENTOS E OPORTU		07
Atividade	MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		2.028
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor Total
(96)	Aplicação direta –3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários.	100.000,00
Valor Total R\$:			100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		07
Unidade	Departamento de Educação		001
Função	Educação		12
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, MODERNIDADE E VALORIZAÇÃO		12
Atividade	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO		2.045
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor Total
(111)	Aplicação direta –3.1.90	01.01 – Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto - Educação	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
---------------	---------------	--------

Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL		09
Unidade	Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS		002
Função	Assistência Social		08
Sub-função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL - QUALIDADE DE VIDA E AUTONOMIA		13
Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL-FMAS		2.035
Referência	Modalidade de Aplicação	Vínculo	Valor Total
(172)	Aplicação direta –3.1.90	01.00 – Recursos Ordinários.	50.000,00
Valor Total R\$:			50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 21 de agosto de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

## LEI MUNICIPAL Nº 1885

Publicação Nº 2616201

LEI MUNICIPAL Nº 1885, DE 21 AGOSTO DE 2020.

Fixa os subsídios do prefeito municipal, vice-prefeito, dos vereadores e dos secretários municipais de São Carlos/SC, para o período de 01/01/2021 a 31/12/2024, e dá outras providências.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal APROVOU e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O subsídio do prefeito municipal de São Carlos/SC, para o próximo mandato, com início em 1º de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2024, é fixado o valor de R\$ 15.711,03 (quinze mil setecentos e onze reais e três centavos) mensais.

Art. 2º - O subsídio do vice-prefeito municipal é fixado no valor de R\$ 7.069,97 (sete mil e sessenta e nove reais e noventa e sete centavos) mensais para o mesmo período especificado no artigo anterior.

Parágrafo Único. Em caso de o vice-prefeito assumir função de secretário municipal ou equivalente, fica vedado o acúmulo de remunerações.

Art. 3º - Aos secretários da Administração Municipal é fixado como subsídio mensal o valor de R\$ 5.498,87 (cinco mil quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e sete centavos).

Parágrafo único. O secretário municipal terá direito ao 13º (décimo terceiro) subsídio e férias anuais remuneradas com 1/3 (um terço) a mais do valor do subsídio.

Art. 4º - O subsídio mensal dos vereadores do Município de São Carlos/SC, para a próxima Legislatura, de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2024, será de R\$ 3.927,74 (três mil novecentos e vinte e sete reais e setenta e quatro centavos).

§ 1º - A cada falta injustificada aos trabalhos a que for convocado, incidirá ao vereador faltante os seguintes descontos sobre seus respectivos subsídios:

I - 5% (cinco por cento) a cada falta nas reuniões extraordinárias e solenes;

II - 10% (dez por cento) a cada falta nas reuniões ordinárias.

§ 2º - No caso de o vereador faltar sem justificativa num único dia, a todas as reuniões a que tiver sido convocado, será aplicado desconto único de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 3º - Sobre a falta do presidente, incidirá desconto referente ao valor fixado a título de subsídio ao vereador, nos mesmos percentuais.

§ 4º - Considerar-se-á justificada a falta do vereador nos trabalhos a que for convocado:

I - doença própria ou de familiar, comprovada por atestado médico;

II - quando estiver em missão de representação da Câmara de Vereadores;

III - caso fortuito ou força maior, comprovados;

IV - por motivo de seu casamento;

V - por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro, pais, parentes afins ou consanguíneos até o quarto grau;

VI - por motivo de nascimento ou adoção de filhos.

§ 5º - O suplente de vereador, quando convocado, receberá subsídio mensal, nos termos previstos nesta Lei, de forma proporcional ao período em que exerceu a titularidade do cargo.

Art. 5º - O subsídio mensal do presidente da Câmara, para este mesmo período, será de R\$ 5.891,63 (cinco mil oitocentos e noventa e um reais e sessenta e três centavos).

Parágrafo Único. O substituto legal que, na forma regimental, assumir a Presidência, nos impedimentos ou nas ausências do presidente da Câmara Municipal, fará jus ao recebimento do valor do subsídio do presidente, previsto neste artigo, proporcionalmente ao período da substituição.

Art. 6º - O subsídio mensal dos vereadores será pago normalmente durante os recessos parlamentares.

Art. 7º - As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas.

Art. 8º - É vedado o pagamento de parcela indenizatória relativa à convocação de sessão legislativa extraordinária.

Art. 9º - Os subsídios dispostos nesta lei terão sua expressão monetária revisada anualmente, considerando os mesmos índices e as mesmas datas observadas para a revisão geral da remuneração dos servidores do Município.

Parágrafo Único. No primeiro ano de mandato o percentual da revisão de que trata o caput será apurado a partir do dia 1º de janeiro de 2021 até o mês em que for concedida tal revisão aos servidores públicos municipais.

Art. 10 - O prefeito, o vice-prefeito, os secretários e os vereadores serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado nesta lei, em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Art. 11 - Em caso de licença por motivo de doença, devidamente comprovada, por atestado médico, o agente político continuará percebendo seu subsídio integral.

Art. 12 - As despesas decorrentes com a presente lei, correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento do Exercício.

Art. 13 - É vedado o pagamento de 13º (décimo terceiro) subsídio ao prefeito, vice-prefeito e vereadores.

Art. 14 - O prefeito gozará férias anuais de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de remuneração, ficando a seu critério a época para usufruir o descanso, comunicando-as a Câmara com prazo de 10 (dez) dias de antecedência.

Parágrafo Único. Na hipótese de não usufruir das férias, elas não serão cumulativas, tampouco convertidas em abono pecuniário.

Art. 15 - Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2021.

Art. 16 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 12 de agosto de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.418/2020

Publicação Nº 2615793

DECRETO Nº 3.418, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.341, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.342, de 17 de agosto de 2020,

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020 combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

26 - Secretaria Municipal de Esporte  
002- Diretoria de Esporte e Lazer  
1026 - Infraestrutura para o Esporte.  
3400000000000000000 - Despesas de Capital  
3440000000000000000 - Investimentos  
3449000000000000000 - Aplicações diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 30.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

26 - Secretaria Municipal de Esporte  
002- Diretoria de Esporte e Lazer  
2045 - Manutenção das Atividades da Gerência de Esportes  
3300000000000000000 - Despesas correntes  
3330000000000000000 - Outras despesas correntes  
3335000000000000000 - Transf. a instituições privadas s/ fins lucrativos  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 17 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

### DECRETO Nº 3.419/2020

Publicação Nº 2615795

DECRETO Nº 3.419, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 2.342, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.342, de 17 de agosto de 2020,

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020 combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 001- Fundo Municipal de Saúde  
 2118 - Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar.  
 3300000000000000000 - Despesas correntes  
 3330000000000000000 - Outras despesas correntes  
 3339000000000000000 - Aplicações diretas  
 01330100 - Transferências de Convênios - União/Saúde-COVID-19 ..... R\$ 8.800,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 8.800,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 001- Fundo Municipal de Saúde  
 2120 - Manutenção da UPA 24HS e Hospital Nossa Senhora da Graça  
 3300000000000000000 - Despesas correntes  
 3330000000000000000 - Outras despesas correntes  
 3339000000000000000 - Aplicações diretas  
 01330100 - Transferências de Convênios - União/Saúde-COVID-19 ..... R\$ 8.800,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .....R\$ 8.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 17 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
 Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
 Secretário Municipal de Finanças

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

## DECRETO Nº 3.421/2020

Publicação Nº 2615797

DECRETO Nº 3.421, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO  
 ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 14.970,00 (quatorze mil, novecentos e setenta Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com inciso I do art. 7º da Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

26- Secretaria Municipal de Esporte  
 002 – Diretoria de Esporte e Lazer  
 1026 - Infraestrutura para o Esporte  
 3400000000000000000 - Despesas de Capital  
 3440000000000000000 - Investimentos  
 3449000000000000000 - Aplicações Diretas  
 01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 14.970,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 14.970,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação da seguinte dotação orçamentária.

26- Secretaria Municipal de Esporte  
 002 – Diretoria de Esporte e Lazer  
 1026 - Infraestrutura para o Esporte  
 3300000000000000000 - Despesas correntes  
 3330000000000000000 – Outras Despesas Correntes  
 3339000000000000000 - Aplicações Diretas  
 01000000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 14.970,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 14.970,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 19 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
 Prefeito Municipal  
 WILSON FELÍCIO DOS REIS  
 Secretário Municipal de Finanças

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS  
 DECRETO Nº 3.421, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

O presente Decreto tem por finalidade suplementar a dotação no valor de R\$ 14.970,00 (quatorze mil, novecentos e setenta Reais), para a contrapartida da execução da obra da Manta Asfáltica do Ginásio de Esportes Waldir Quirino da Luz, conforme convênio junto ao Governo do Estado.

São Francisco do Sul – SC, 19 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
 Prefeito Municipal  
 WILSON FELÍCIO DOS REIS  
 Secretário Municipal de Finanças

## DECRETO Nº 3.422/2020

Publicação Nº 2615798

DECRETO Nº 3.422, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.  
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO  
 ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil Reais) ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com o Inciso IV do Art. 9º da Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020, combinado com o inciso I, §1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, nas seguintes dotações orçamentárias:

10- Secretaria Municipal de Educação  
 002 - Ensino Fundamental  
 1007 - Construção, reforma, ampliação e manutenção das Escolas  
 3400000000000000000 - Despesas de capital  
 3440000000000000000 – Investimentos  
 3449000000000000000 - Aplicações Diretas  
 03360000 – Salário Educação ..... R\$ 15.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º Como recursos necessários à execução do artigo anterior ocorrerão por conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial

do exercício com a fonte de recurso 03360000 – Salário Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 19 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

#### EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

DECRETO Nº 3.422, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

A presente suplementação tem por finalidade a reprogramação da aplicação dos recursos de Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Fonte de 03360000 – Salário Educação, com abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil Reais) para custeio de despesas para manutenção das Escolas garantindo a segurança e conforto dos alunos.

São Francisco do Sul – SC, 19 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

#### DECRETO Nº 3.424/2020

Publicação Nº 2615799

DECRETO Nº 3.424, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

DÁ CONTINUIDADE ÀS MEDIDAS DE ENFRETEAMENTO AO COVID-19.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suspenso até o dia 30 de agosto de 2020 a circulação de veículos de transporte municipal e intermunicipal de passageiros no Município de São Francisco do Sul em razão da região estar classificada como de risco gravíssimo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul – SC, 21 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

#### DECRETO Nº 3.425/2020

Publicação Nº 2615997

DECRETO Nº 3.425, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO Nº 3.186, DE 28 DE AGOSTO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE LANÇAMENTO E EXIGÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS INTERVIVOS - ITBI, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO A CESSÃO DE DIREITOS À SUA AQUISIÇÃO.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do



Município, e com base no art. 253, da Lei Complementar nº 1, de 27 de dezembro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º O §1º do art. 4º do Decreto nº 3.186, de 28 de agosto de 2019, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

§1º Concluída a análise, o requerimento será dirigido aos auditores fiscais para elaborar a estimativa do valor de mercado do imóvel objeto da transação, em procedimento próprio, com base nos dados do cadastro imobiliário, nos preços correntes oriundos das transações de bens de mesma natureza realizadas no mercado imobiliário de São Francisco do Sul, nas ofertas à venda no mercado imobiliário, no valor atribuído pelo contribuinte em guia informativa, na equiparação com valores de áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes, e enviará ao Departamento de Imposto de Transmissão de Bens Inter Vivos, o qual emitirá: (NR)”

Art. 2º O §2º do art. 5º do Decreto nº 3.186, de 28 de agosto de 2019, passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.

§2º O pedido de revisão apresentado será dirigido à Diretoria de Tributos, que encaminhará aos auditores fiscais para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, analisar e emitir parecer conclusivo, mantendo ou alterando a estimativa original e na sequência enviar ao Secretário Municipal de Finanças que adotará as providências necessárias. ” (NR)

DECRETO Nº 3.425, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 21 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

ANEXO I  
DECRETO Nº 3.425, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

REPARTIÇÃO ARRECADADORA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - SC

Imposto sobre Transmissão de Bens Inter Vivos (ITBI)

GUIA DE INFORMAÇÃO

ADQUIRENTE: \_\_\_\_\_. (qualificação)

TRANSMITENTE: \_\_\_\_\_. (qualificação)

Recolhe à repartição arrecadadora ou bancos autorizados, o imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI), conforme especificação abaixo:

Natureza da Transação:

Compra e Venda - Valor: R\$\_\_\_\_\_.

Alíquota 2% Imposto R\$\_\_\_\_\_.

Localização do Imóvel

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

IMÓVEL:\_\_\_\_\_

Valores R\$.

Mandato Causa Própria Compra e Venda Promessa Permuta.

Das Terras R\$\_\_\_\_\_.

Das benfeitorias R\$\_\_\_\_\_.

Total R\$\_\_\_\_\_.

Observações: Matrícula nº \_\_\_\_\_, Livro\_\_\_\_ Registro Geral, Ficha \_\_\_\_ do Cartório Imobiliário desta Comarca.

São Francisco do Sul, (dia) de (mês) do ano de 20\_\_\_\_\_.

Tabelião ou Responsável \_\_\_\_\_  
DECRETO Nº 3.425, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

#### PARA IMPUGNAÇÃO PELA REPARTIÇÃO ARRECADADORA

Valor das Terras ..... R\$\_\_\_\_\_.

Guia de Informação nº\_\_\_\_\_.

Das Benfeitorias ..... R\$\_\_\_\_\_.

Cad. Imobiliário:\_\_\_\_\_.

Total ..... R\$\_\_\_\_\_.

Imposto devido ..... R\$\_\_\_\_\_.

São Francisco do Sul, (dia) de (mês) do ano de 20\_\_\_\_\_.

Assinatura Servidor São Francisco do Sul – SC, 21 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

### LEI Nº 2.341/2020

Publicação Nº 2615787

LEI Nº 2.341, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020 combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

26 - Secretaria Municipal de Esporte  
002- Diretoria de Esporte e Lazer  
1026 - Infraestrutura para o Esporte.  
34000000000000000000 - Despesas de Capital  
34400000000000000000 - Investimentos  
34490000000000000000 - Aplicações diretas  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 30.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 30.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

26 - Secretaria Municipal de Esporte  
002- Diretoria de Esporte e Lazer  
2045 - Manutenção das Atividades da Gerência de Esportes  
33000000000000000000 - Despesas correntes  
33300000000000000000 - Outras despesas correntes  
33350000000000000000 - Transf. a instituições privadas s/ fins lucrativos  
01000000 - Recursos Ordinários ..... R\$ 30.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 17 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

## LEI Nº 2.342/2020

Publicação Nº 2615790

LEI Nº 2.342, DE 17 DE AGOSTO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.290, de 20 de dezembro de 2019, que aprovou o orçamento para o exercício de 2020 combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, na seguinte dotação orçamentária:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
001- Fundo Municipal de Saúde  
2118 - Manutenção Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar.  
3300000000000000000 - Despesas correntes  
3330000000000000000 – Outras despesas correntes  
3339000000000000000 - Aplicações diretas  
01330100 – Transferências de Convênios - União/Saúde-COVID-19 ..... R\$ 8.800,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES ..... R\$ 8.800,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional suplementar que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

19 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
001- Fundo Municipal de Saúde  
2120 - Manutenção da UPA 24HS e Hospital Nossa Senhora da Graça  
3300000000000000000 - Despesas correntes  
3330000000000000000 – Outras despesas correntes  
3339000000000000000 - Aplicações diretas  
01330100 – Transferências de Convênios - União/Saúde-COVID-19 ..... R\$ 8.800,00

TOTAL DA ANULAÇÃO .....R\$ 8.800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 17 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

WILSON FELÍCIO DOS REIS  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.604/2020**

Publicação Nº 2615800

PORTARIA nº 16.604, de 17 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, com a Lei Complementar nº 4/2003, Anexo III, e de acordo com as Comunicações Internas nº 256/2020 e 257/2020, da Secretaria Municipal de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR MAGALI FLORES SEVERINO, matrícula nº 8060860-07, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, para exercer a função gratificada de Coordenadora do CMEI Peixinho Dourado, com o percentual de 70%, a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 17 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.606/2020**

Publicação Nº 2615803

PORTARIA nº 16.606, de 19 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e conforme o disposto no §4º, do art. 8º, da Lei nº 1.299, de 22 de dezembro de 2011, com as alterações promovidas pela Lei nº 2.277, de 2 de dezembro de 2019, e de acordo com a Comunicação Interna nº 203/2020, da Secretaria Municipal de Saúde,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR PAMELA SILVA DE FREITAS, matrícula nº 7936206, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, para exercer a função gratificada de Coordenadora do NASF-AB, a partir de 23 de julho de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 23 de julho de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 19 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.607/2020**

Publicação Nº 2615806

PORTARIA nº 16.607, de 19 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR o Secretário Municipal de Assistência Social, LINCON MACHADO CAMARGO, como Gestor dos Termos de Fomento firmados entre o Município e as seguintes organizações da sociedade civil:

I – Associação de Serviços Sociais Voluntários de São Francisco do Sul;

II – Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Francisco do Sul;

III – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Francisco do Sul;

IV – Associação Comunitária Cristã São Paulo Apóstolo – Lar dos Idosos;

V – Grupo de Voluntárias(os) do Hospital e da Comunidade de São Francisco do Sul.

Art. 2º - Ficam designados para integrarem a Comissão de Monitoramento e Avaliação, destinada a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante Termos de Fomento em que a unidade concedente seja a Secretaria Municipal de Assistência Social, os seguintes servidores:

I - Efraim Tino Pereira - Matrícula nº 156973 - CPF nº 819.951.999-15;

II - Fabio da Costa - Matrícula nº 7907931 - CPF nº 055.740.229-82;  
III - Grasiela dos Santos Mira - Matrícula nº 8104085 - CPF nº 049.776.549-78.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 4 de agosto de 2020.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 16.392, de 14 de abril de 2020.

São Francisco do Sul - SC, 19 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

.	Publicada em ____/____/____. Edição DOM nº ____.
---	--

## PORTARIA Nº 16.608/2020

Publicação Nº 2615807

PORTARIA nº 16.608, de 19 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.400/2020, e considerando a Portaria nº 16.182, de 7 de janeiro de 2020, que averbou o tempo de contribuição da servidora, e de acordo com o Ofício nº 072/2020, do IPRESF,

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Abono de Permanência à servidora NILCE GRACIANO, matrícula nº 420557, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, atualmente exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde, conforme declaração anexa, a partir de 9 de agosto de 2018.

Art. 2º - O Abono de Permanência cessará quando da concessão do benefício de aposentadoria ao servidor titular do cargo de provimento efetivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 9 de agosto de 2018.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 19 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

## PORTARIA Nº 16.609/2020

Publicação Nº 2615809

PORTARIA nº 16.609, de 20 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR JACYER VICTOR NARDELLI, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 026.561.449-06, do cargo em comissão de Assessor I do Departamento de Assuntos do Aeródromo, nível CC03, da Gerência Administrativo-Financeiro, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 20 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 20 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA N° 16.610/2020**

Publicação N° 2615810

PORTARIA nº 16.610 de 20 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR Comissão Técnica Tripartite para atuar com fins específicos na emissão de pareceres técnicos referentes a estruturas de contenção (taludes, encostas, muros, etc...), estruturas de monitoramento (pontes, pontilhões, trapiches), corte de árvores que acarretam riscos à vida e ao patrimônio, com vistas a promover, por meio de uma gestão compartilhada, a melhoria no atendimento aos munícipes, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Meio Ambiente:

a) HELENA PURES ROLDÃO.

II – Coordenadoria de Defesa Civil:

a) GEOVAN LEANDRO BAUMGRATZ.

III – Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Integração:

a) DAYANE LUIZA D'ARÓZ.

Art. 2º - São atribuições da Comissão Técnica Tripartite:

I – atender de forma satisfatória as demandas relacionadas aos problemas envolvendo risco iminente à vida e ao patrimônio;

II – analisar e deliberar periodicamente sobre processos envolvendo risco iminente à vida ou ao patrimônio e a segurança da população;

III – dar prioridade ao apoio às ações preventivas e às demais relacionadas com a minimização de riscos;

IV – a articulação com órgãos de monitorização, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a previsão de desastres.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 14.962, de 5 de julho de 2018.

São Francisco do Sul - SC, 20 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA N° 16.611/2020**

Publicação N° 2615918

PORTARIA nº 16.611, de 21 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e conforme o art. 8º da Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESTITUIR ALESSANDRA MATTAR DEFREITAS, brasileira, residente e domiciliada neste Município, inscrita no CPF sob nº 024.910.049-50, Coordenadora do PROCON, nível CC01, do exercício INTERINO do cargo de Secretária Municipal de Atendimento ao Cidadão, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 21 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.612/2020**

Publicação Nº 2615919

PORTARIA nº 16.612, de 21 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR JOEL SOUZA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 491.262.619-87, do cargo em comissão de Assessor II da Divisão de Apoio Administrativo, nível CC-04, da Coordenadoria Geral de Integração Administrativa, do Gabinete do Prefeito, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 21 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 21 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.613/2020**

Publicação Nº 2615921

PORTARIA nº 16.613, de 21 de agosto de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 2.109, de 04 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Estrutura e Modernização Administrativa do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Sul e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR JOEL SOUZA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF sob o nº 491.262.619-87, para exercer o cargo de Secretário Municipal de Atendimento ao Cidadão, do Quadro de Agentes Políticos, da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 21 de agosto de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 21 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.614/2020**

Publicação Nº 2615816

PORTARIA nº 16.614, de 24 de agosto de 2020.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, e pelo art. 3º do Decreto nº 3.400/2020, e de acordo com o art. 148, da Lei Complementar nº 8/2003,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DETERMINAR à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, a Instauração do Processo de Sindicância Investigativa, para apurar as circunstâncias que envolvem servidor público efetivo em irregularidade no procedimento de pagamento de pensão por morte à pensionista M.F.S., falecida em 18 de dezembro de 2014, mesmo após seu falecimento, nos termos da conclusão do processo de Tomada de Contas Especial n. 09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 24 de agosto de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA

Secretária Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_.



# São João Batista

## PREFEITURA

### EDITAL - AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2020

Publicação Nº 2617307

Edital de CONVOCAÇÃO DE Audiência Pública

Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2020, elaboração e discussão da e LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2021 do Município de São João Batista.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e demais legislações aplicáveis, COMUNICA às entidades civis organizadas e a população em geral que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 14 de setembro de 2020, (segunda-feira) às 16:00 horas, transmitido ao vivo pela internet, com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2020, bem como elaborar e discutir a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2021, em cumprimento ao o disposto no art. 165, § 1º e 2º, da Constituição Federal e do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei Federal nº 4.320/64 .

Como medida para evitar a disseminação do Covid-19, a audiência terá participação presencial restrita e, os interessados, poderão acompanhar a transmissão ao vivo pela internet (videoconferência), conforme o Decreto Municipal nº 3.948/2020.

O link de acesso à audiência pública, assim como as necessárias instruções de acesso remoto, serão disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de São João Batista (<https://www.sjbatista.sc.gov.br>), em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da audiência.

Por meio dela, será permitido o envio de perguntas, que serão lidas e respondidas pelos integrantes da mesa, desde que tenham pertinência temática e guardem relação com os objetivos da sessão.

São João Batista, em 21 de agosto de 2020.

Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal

### LEI MUNICIPAL Nº 3.988/2020

Publicação Nº 2616406

Lei Municipal 3.988, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

Autoriza a transferência de modalidade de aplicação no valor de R\$ 2.496.000,00.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:  
Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir no valor de R\$ 2.496.000,00 (dois milhões quatrocentos e noventa e seis mil reais), para a seguinte modalidade de aplicação:

08 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.302.0004.2.038 – Manutenção do Hospital

3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.02 – Transf. a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Valor – R\$ 2.496.000,00 (dois milhões quatrocentos e noventa e seis mil reais)

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das anulações das seguintes modalidades de aplicação:

08 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.1.045 – Construção e Ampliação de Unidades de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)

10.301.0004.2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – ACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 329.500,00 (trezentos e vinte e nove mil e quinhentos reais)

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias

Valor – R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

10.301.0004.2.031 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Odonto

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)



10.301.0004.2.035 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 784.000,00 (setecentos e oitenta e quatro mil reais)

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias

Valor – R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

10.301.0004.2.037 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – Assist. Farmacêutica

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

10.301.0004.2.043 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – MAC

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais)

10.301.0004.2.049 – Funcionamento e Manutenção Centro Zoonose

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.02 – Aplicações Diretas

Valor – R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista - SC, 20 de agosto de 2020.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 511/2020

Publicação Nº 2615928

PORTARIA Nº 511/2020

Prorrogação de Contrato.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogado pelo período de 14/05/2020 a 13/05/2021, o contrato do (a) servidor (a) LOIRANA LEHMKUHL DA ROSA, admitido (a) para a função de MÉDICO VETERINÁRIO, junto a Secretaria Municipal de Agricultura, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 14 de maio de 2020.

São João Batista, 19 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

## PORTARIA Nº 512/2020

Publicação Nº 2615932

PORTARIA Nº 512/2020

Concede Licença Gestação

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 3065/2020 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora JACILENE RIOS DA SILVA, a contar de 16 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 19 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

**PORTARIA N° 514/2020**

Publicação N° 2615933

PORTARIA N° 514/2020

ACT

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário ALESSANDRA CARON para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MÉDICO, com exercício no Fundo Municipal de Saúde, pelo período de 03/08/2020 a 02/11/2020, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 03 de agosto de 2020.

São João Batista, 20 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
-------------------------

Secretário de Administração
-----------------------------

**PORTARIA N° 515/2020**

Publicação N° 2615935

PORTARIA N° 515/2020

ACT

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitido em caráter temporário DEBORA APARECIDA DOS SANTOS para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MÉDICO, com exercício no Fundo Municipal de Saúde, pelo período de 03/08/2020 a 02/11/2020, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e retroage seus efeitos a 03 de agosto de 2020.

São João Batista, 20 de agosto de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
-------------------------

Secretário de Administração
-----------------------------

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 112/2020

Publicação Nº 2615881

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 112/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Service Center GL Comercio de Peças

ORIGEM: Pregão Presencial nº 71/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em serviços de manutenção em bombas injetoras, para suprir as necessidades do setor de transportes e obras do município de São João do Oeste - SC."

VALOR: R\$ 43.960,00

PRAZO: 21.08.2020 até 21.08.2021

São João do Oeste – 21 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2020

Publicação Nº 2615888

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e D&amp;G Consultoria, Comércio e Serviços Eireli

ORIGEM: Pregão Presencial nº 70/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 778,00

PRAZO: 21.08.2020 até 21.08.2021

São João do Oeste – 21 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Gesul Comercial Ltda EPP

ORIGEM: Pregão Presencial nº 70/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 2.250,00

PRAZO: 21.08.2020 até 21.08.2021

São João do Oeste – 21 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Jackson Kothe MEI

ORIGEM: Pregão Presencial nº 70/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 1.795,00

PRAZO: 21.08.2020 até 21.08.2021

São João do Oeste – 21 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2020

PARTES: Município de São João do Oeste JV – Itch Informática Tecnologia em Impressão Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial nº 70/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 5.151,00

PRAZO: 21.08.2020 até 21.08.2021

São João do Oeste – 21 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 23/2020 E CONTRATO 20/2020**

Publicação N° 2616177

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 23/2020 e CONTRATO 20/2020

PARTES: Fundo Municipal de Saúde de São João do Oeste e Instituto Santé

ORIGEM: Pregão Presencial n° 03/2020

OBJETO: "Contratação de prestador de serviço que disponibiliza serviços médicos e hospitalares em obstetrícia (sobre aviso), durante 24 horas nos dias úteis, pontos facultativos, feriados, sábados e domingos, junto a unidade hospitalar, para atender todas as gestantes do município durante o período de gestação (intercorrências) pré-parto, parto e puerpério."

VALOR: R\$ 18.346,66

PRAZO: 24.08.2020 até 31.12.2020

São João do Oeste – 24 de agosto de 2020

Fernando Bisigo – Prefeito Municipal

**PP 73.2020 AQUISIÇÃO DE LAJOTAS PRE FABRICADAS**

Publicação N° 2616722

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0117/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 073/2020

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL conforme descrito a seguir:

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de lajotas pré-fabricadas de concreto a serem utilizados pelo setor de serviços urbanos de São João do Oeste.

Tipo de licitação: Menor preço por lote

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 14:00 horas do dia 15 de setembro de 2020 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 21 de agosto de 2020. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL

# São João do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO 11-2020\_1º ADIT. ARP 10-2020\_PREF

Publicação Nº 2615801

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE ADITIVO A ARP Nº 10/2020/PREF  
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2020/PREF  
Objeto: Fica reequilibrado os valores unitários do item 9, passando de R\$ 2,98 para R\$ 4,30.  
Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.  
Detentor da Ata: PAULO CARDOSO CONSTANTE-ME.  
Processo Licitatório nº 09/2020 – Pregão Presencial.  
São João do Sul/SC, 21 de agosto de 2020.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

### ADITIVO 12-2020\_1º ADIT. ARP 13-2020\_PREF

Publicação Nº 2615802

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE ADITIVO A ARP Nº 13/2020/PREF  
1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2020/PREF  
Objeto: Fica reequilibrado os valores unitários do item 3, passando de R\$ 5,31 para R\$ 5,95 e item 56, passando de R\$ 2,90 para R\$ 4,89 e item 57, passando de R\$ 3,92 para R\$ 4,95.  
Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.  
Detentor da Ata: LEONIR RAUPP ESPÍNDOLA - ME.  
Processo Licitatório nº 09/2020 – Pregão Presencial.  
São João do Sul/SC, 21 de agosto de 2020.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

### ADITIVO 13-2020\_2º ADIT. ARP 14-2020\_PREF

Publicação Nº 2615805

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE ADITIVO A ARP Nº 14/2020/PREF  
2º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2020/PREF  
Objeto: Fica reequilibrado os valores unitários do item 10, passando de R\$ 3,04 para R\$ 4,49 e item 49, passando de R\$ 5,26 para R\$ 6,99.  
Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.  
Detentor da Ata: SUPERMERCADO CATARINENSE EIRELI.  
Processo Licitatório nº 09/2020 – Pregão Presencial.  
São João do Sul/SC, 21 de agosto de 2020.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

### CONTRATO Nº 134A/2020

Publicação Nº 2615765

CONTRATO Nº 134A/2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL  
CONTRATADO: ALINE ESPÍNDOLA DE BORBA  
OBJETO: Contratação temporária para exercer o cargo de professor para ministrar aulas na E.E.B Prefeito Quintiliano João Pacheco -EJA da Secretaria Municipal de Educação deste município com carga horária de 20hs/semanais.  
VIGÊNCIA: 17/02/2020 a 18/12/2020  
VALOR MENSAL R\$: 690,88  
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal nº. 1616/2011 e Lei Municipal nº. 005/2009.

São João do Sul – SC, 17 de Fevereiro de 2020.  
MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 296/2020

Publicação Nº 2616632

DECRETO Nº 296/2020

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a C.I. Nº 42/2020, de 20/08/2020, fica EXONERADO o senhor HUELINTON MENDONÇA DE LIMA, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor da Secretaria Particular do Gabinete do Prefeito, CC-2, para o qual havia sido Nomeado através do Decreto Nº 107/2019, de 07/03/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 20 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 297/2020

Publicação Nº 2616639

DECRETO Nº 297/2020

"QUE EXONERA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com a C.I. Nº 41/2020, de 14/08/2020, fica EXONERADA a senhora – CLAUDIA MARCIANE SCHUMACHER PEREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Secretaria Particular – CC-1 (Secretaria de Administração, para o qual havia sido Nomeada através do Decreto Nº 178/2019, de 05/04/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 20 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 298/2020

Publicação Nº 2616640

DECRETO Nº 298/2020

"QUE NOMEIA CARGO COMISSIONADO"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor LUCAS TOMAZ HECK, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessor de Diretoria do Gabinete do Prefeito, CC-3.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Joaquim, 21 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**DECRETO Nº 299/2020**

Publicação Nº 2616952

DECRETO Nº 299/2020

"QUE NOMEIA CARGOS COMISSIONADOS"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com as C.I.s nº 41/2020 de 14/08/2020 e 42/2020 de 20/08/2020; ficam NOMEADAS as seguintes pessoas: - HUELINTON MENDONÇA DE LIMA, para ocupar o Cargo Comissionado de Chefe de Secretaria Particular - (Secretaria de Turismo) CC-1. - CLAUDIA MARCIANE SCHUMACHER PEREIRA, para ocupar o Cargo Comissionado de Assessora da Secretaria Particular - (Gabinete do Prefeito) CC-2.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 21 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 300/2020**

Publicação Nº 2617001

DECRETO Nº 300/2020

"QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL CULTURAL, REFERENTE À LEI 14.017/2020, DENOMINADA ALDIR BLANC"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, do Congresso Nacional.

Art. 2º - A União repassará ao Município de São Joaquim, em parcela única, no exercício de 2020, o valor de R\$ 204.702,12 (duzentos e quatro mil, setecentos e dois reais e doze centavos) para aplicação, pelo Poder Executivo, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de:

I - Renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;

II - Subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; e

III - editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

§ 1º - Do valor transferido ao município, 20% (vinte por cento) serão destinados às ações emergenciais previstas no inciso III do caput deste artigo.

§ 2º - Será destinado 50% para cada inciso (I e II), respeitando os 20% citados no § 1º deste artigo.

Art. 3º - Fará jus da renda emergencial descrita no Art. 2º, Inciso I, o solicitante que comprovar os seguintes requisitos:

I - Ter atuado social ou profissionalmente nas áreas artística e cultural nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei Emergencial Aldir Blanc, comprovada a atuação de forma documental ou auto declaratória;

II - Não ter emprego formal ativo;

III - Não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial ou beneficiário (a) do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalvado o Programa Bolsa Família;

IV - Ter renda familiar mensal per capita de até 1/2 (meio) salário-mínimo (R\$ 522,50 em 2020) ou renda familiar mensal total de até 3 (três) salários-mínimos (R\$ 3.135,00 em 2020), o que for maior;

V - Não ter recebido, no ano de 2018, rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos);

VI - Não ser beneficiário do auxílio emergencial previsto na Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

§ 1º - A renda emergencial prevista no inciso I do caput do art. 2º deste Decreto terá o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e será paga mensalmente desde a data de publicação da Lei Emergencial Aldir Blanc, em 3 (três) parcelas sucessivas.

§ 2º - O benefício referido no caput deste artigo também será concedido, retroativamente, desde 1º de junho de 2020.

§ 3º - O benefício referido no caput deste artigo será prorrogado no mesmo prazo em que for prorrogado o benefício previsto no art. 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020.

§ 4º - O recebimento da renda emergencial está limitado a 2 (dois) membros da mesma unidade familiar.

§ 5º - A mulher provedora de família monoparental receberá 2 (duas) cotas da renda emergencial.

Art. 4º - A documentação solicitada para o cadastro de pessoa física será:

- I - RG;
- II - CPF;
- III - E-mail/telefone;
- IV - Comprovante de residência;
- V - Currículo artístico;
- VI - Imagens comprobatórias da atuação cultural;
- VII - Cadastro no Mapa Cultural;
- VIII - Número da conta para transferência do recurso Banco, código do banco, agência e conta bancária (conta em nome do beneficiário).

Art. 5º - Fará jus do subsídio mensal descrito no Art. 2º, Inciso II, os espaços culturais e artísticos, microempresas e pequenas empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas e instituições culturais com atividades interrompidas.

Art. 6º - Compreendem-se como espaços culturais todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:

- I - pontos e pontões de cultura;
- II - teatros independentes;
- III - escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;
- IV - circos;
- V - cineclubes;
- VI - centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;
- VII - museus comunitários, centros de memória e patrimônio;
- VIII - bibliotecas comunitárias;
- IX - espaços culturais em comunidades indígenas;
- X - centros artísticos e culturais afro-brasileiros;
- XI - comunidades quilombolas;
- XII - espaços de povos e comunidades tradicionais;
- XIII - festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional;
- XIV - teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;
- XV - livrarias, editoras e sebos;
- XVI - empresas de diversão e produção de espetáculos;
- XVII - estúdios de fotografia;



XVIII - produtoras de cinema e audiovisual;

XIX - ateliês de pintura, moda, design e artesanato;

XX - galerias de arte e de fotografias;

XXI - feiras de arte e de artesanato;

XXII - espaços de apresentação musical;

XXIII - espaços de literatura, poesia e literatura de cordel;

XXIV - espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares;

§1º - Os espaços culturais e artísticos, as empresas culturais e organizações culturais comunitárias, as cooperativas e as instituições beneficiadas com o subsídio previsto no inciso II do caput do art. 2º deste Decreto, ficarão obrigados a garantir como contrapartida, após o reinício de suas atividades, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos das escolas públicas municipais ou de atividades em espaços públicos de São Joaquim, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido pela comissão.

§2º - O beneficiário do subsídio previsto no inciso II do caput do art. 2º deste Decreto deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício a Comissão, em até 90 (noventa dias) dias após o recebimento da última parcela do subsídio conforme orientações encaminhadas posteriormente pela CNM, podendo solicitar novos documentos ou adequações pertinentes pela comissão que será composta logo que o auxílio seja liberado.

§3º - O proponente deverá apresentar juntamente com a prestação de contas a sua sugestão de contra partida, onde passará pela análise e aprovação da comissão.

Art. 7º - A documentação solicitada para o cadastro de pessoa jurídica será:

I - Cartão CNPJ;

II - Estatuto e/ ou Contrato Social;

III - Qualificação técnica (Comprovação de empresa) /organizações culturais);

IV - Cadastro no Mapa Cultural;

V - Documentos pessoais do representante legal (RG/CPF/Comprovante de residência);

VI - Conta Jurídica: Banco, código do banco, agência e conta bancária (conta em nome da empresa).

Art. 8º - Os interessados terão o prazo de 45 dias para realização do cadastro contados da data de regulamentação da referida lei.

Parágrafo Único - As inscrições devem ser realizadas única e exclusivamente pelo portal da Prefeitura de São Joaquim no seguinte link: [saojoaquim.sc.gov.br](http://saojoaquim.sc.gov.br).

Art. 9º - Os participantes na realização do cadastro, automaticamente autorizam o município a divulgar nome e valor recebido no auxílio emergencial cultural no Portal da Transparência do município de São Joaquim.

Art. 10 - O cadastro será analisado por uma comissão instituída pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto (SMECD) no prazo de 07 (sete) dias que encerrarem as inscrições.

Parágrafo Único - O resultado da análise será notificado por e-mail e/ou mensagem pelo telefone disponibilizado no cadastro.

Art. 11 - Fica estabelecido que havendo saldo remanescente no inciso I, o mesmo poderá ser aplicado para ações dos Incisos I e II do Art. 2º deste Decreto.

Art. 12 - A prestação de contas terá como modelo o que ainda será definido pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e/ou pelo Município de São Joaquim.

Art. 13 - Os espaços/grupos que não possuírem CNPJ farão uma carta de anuência e colocarão o CPF de todos os integrantes, sabendo que ficará um único representante que receberá o auxílio.

Parágrafo único - O modelo da carta de anuência será disponibilizado no portal do município.

Art. 14 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 21 de agosto de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 011-2020 PARA PROFESSORES**

Publicação Nº 2618067

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 011/2020

CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.398/2016 E DECRETO Nº 390/2018

QUE AUTORIZA E REGULAMENTA CHAMADA PÚBLICA PARA PROFESSORES EM REGIME ESPECIAL DE AULAS NÃO PRESENCIAIS.

As Secretarias Municipais de Administração e Educação comunicam que encontram se abertas vagas para professores, oriundas da chamada do Processo Seletivo nº 02/2018 esgotadas e chamados todos os classificados em cada área seguindo a classificação final. A chamada acontecerá no dia 24 de agosto de 2020 (Segunda – Feira) às 15h no Departamento de RH, e as referidas contratações serão feitas através desta chamada e deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação dos profissionais.

01-VAGA VINCULADA PROFESSOR DE ARTE

TURNO: VESPERTINO

CARGA HORÁRIA: 20H SEMANAIS

Habilitado: Licenciatura Plena em Arte;

Não Habilitado: Cursando Licenciatura Plena em Arte a partir da terceira fase, Pedagogia Completa e ou Magistério/ com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais.

CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS VAGAS.

\* Maior Graduação

\*Graduação na área;

\*Cursando na área;

CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

- Maior Idade;
- Número de filhos;
- Maior Graduação

As contratações serão feitas pelo prazo acima citado.

Observação referente a chamada pública aulas não presenciais.

1-Os interessados nas vagas deverão comparecer com os documentos originais que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração e histórico escolar).

2- A participação dos candidatos interessado nas vagas desta chamada pública será permitida apenas utilizando máscaras e respeitando o distanciamento social por orientação.

ATENCIOSAMENTE;

FABIANO PADILHA

Secretário Municipal de Educação Cultura e Desporto

FME- Fundo Municipal de Educação

# São José

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº214/2020

Publicação Nº 2616677

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 214/2019 – PE 186/2019 – Processo 661/2019 – Proc. Adm.10911 /2019 – Fornecedor: EDUCACIONAL PEDAGÓGICOS E ACESSIBILIDADE EIRELI ME. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES, COMPREENDENDO LIVROS, JOGOS, BOMBA ELÉTRICA PARA ENCHER BALÃO, CORTINA BLACKOUT, CAIXA DE SOM PORTÁTIL, ANTENA INTERNA PARA TV, SUPORTE PARA TV, VARAL DE CHÃO, ENTRE OUTROS, PARA SEREM USADOS PELO CAPS AD, CAPS II E CAPS I, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC". Valor da ATA: R\$ 3590,25 (três mil, quinhentos e noventa reais e vinte e cinco centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de agosto de 2020.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº215/2020

Publicação Nº 2616681

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2020 – PE 186/2019 – Processo 661/2019 – Proc. Adm.10911 /2019 – Fornecedor: T NAVA COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS EIRELI. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES, COMPREENDENDO LIVROS, JOGOS, BOMBA ELÉTRICA PARA ENCHER BALÃO, CORTINA BLACKOUT, CAIXA DE SOM PORTÁTIL, ANTENA INTERNA PARA TV, SUPORTE PARA TV, VARAL DE CHÃO, ENTRE OUTROS, PARA SEREM USADOS PELO CAPS AD, CAPS II E CAPS I, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC". Valor da ATA: R\$ 946,87 (novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de agosto de 2020.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº216/2020

Publicação Nº 2616685

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 216/2020 – PE 186/2019 – Processo 661/2019 – Proc. Adm.10911 /2019 – Fornecedor: LPK LTDA EPP. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES, COMPREENDENDO LIVROS, JOGOS, BOMBA ELÉTRICA PARA ENCHER BALÃO, CORTINA BLACKOUT, CAIXA DE SOM PORTÁTIL, ANTENA INTERNA PARA TV, SUPORTE PARA TV, VARAL DE CHÃO, ENTRE OUTROS, PARA SEREM USADOS PELO CAPS AD, CAPS II E CAPS I, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC". Valor da ATA: R\$ 529,00 (quinhentos e vinte e nove reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de agosto de 2020.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº217/2020

Publicação Nº 2616695

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 217/2020 – PE 186/2019 – Processo 661/2019 – Proc. Adm.10911 /2019 – Fornecedor: VINICIUS MATOS KUSSYM ME. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES, COMPREENDENDO LIVROS, JOGOS, BOMBA ELÉTRICA PARA ENCHER BALÃO, CORTINA BLACKOUT, CAIXA DE SOM PORTÁTIL, ANTENA INTERNA PARA TV, SUPORTE PARA TV, VARAL DE CHÃO, ENTRE OUTROS, PARA SEREM USADOS PELO CAPS AD, CAPS II E CAPS I, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC". Valor da ATA: R\$ 22015,44 (vinte e dois mil, quinze reais e quarenta e quatro centavos). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de agosto de 2020.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº218/2020**

Publicação Nº 2616698

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 218/2020 – PE 186/2019 – Processo 661/2019 – Proc. Adm.10911 /2019 – Fornecedor: ZERO5 DISTRIBUIDORA EIRELI ME. Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E PERMANENTES, COMPREENDENDO LIVROS, JOGOS, BOMBA ELÉTRICA PARA ENCHER BALÃO, CORTINA BLACKOUT, CAIXA DE SOM PORTÁTIL, ANTENA INTERNA PARA TV, SUPORTE PARA TV, VARAL DE CHÃO, ENTRE OUTROS, PARA SEREM USADOS PELO CAPS AD, CAPS II E CAPS I, VINCULADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC". Valor da ATA: R\$ 4926,36 (quatro mil, novecentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos ). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 03 de agosto de 2020.

**DECRETO N.º 13675/2020**

Publicação Nº 2617206

DECRETO N.º 13675/2020

ALTERA O DECRETO 4464/2015, QUE APROVA OS CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA DE SAÚDE, INSTITUÍDA PELA LEI Nº 4.738/09, AOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. O §1º do artigo 4º do Decreto 4464/2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º. ....

§ 1º - Para todos os servidores comissionados a vigência do Plano de Assistência à Saúde cessará seus efeitos 30 (trinta) dias antes do término previsto no mandato da Chefe do Executivo Municipal. (...)"

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 21 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

RODRIGO JOÃO MACHADO Procurador-Geral do Município	VERA SUELY DE ANDRADE Secretária de Administração
---	--

**DECRETO Nº 13628/2020**

Publicação Nº 2618302

DECRETO Nº 13628/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 31 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

37.00 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

37.01 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

37.01.18.541.0109.1.563 – Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente

4.4.90.51.00.00.0033 – Obras e Instalações,

Recursos de Convênio com o Governo do Estado ..... R\$ 45.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 45.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 45.000,00

Total do Crédito Adicional Especial ..... R\$ 45.000,00



Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

37.00 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

37.01 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

37.01.18.541.0109.1.563 – Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente

1504 – 3.3.90.30.00.00.0033 – Material de Consumo,

Recursos de Convênio com o Governo do Estado ..... R\$ 30.000,00

1507 – 3.3.90.39.00.00.0033 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos de Convênio com o Governo do Estado ..... R\$ 15.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 45.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 45.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 45.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

## DECRETO Nº 13629/2020

Publicação Nº 2618301

DECRETO Nº 13629/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 31 e 34 da Lei Municipal nº 5.846 de 26 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

37.00 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

37.01 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

37.01.18.541.0109.1.563 – Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente

1510 – 4.4.90.51.00.00.0040 – Obras e Instalações,

Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 60.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 60.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 60.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 60.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

37.00 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

37.01 – FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

37.01.18.541.0109.1.563 – Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente

1506 – 3.3.90.30.00.00.0040 – Material de Consumo,

Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 30.000,00

1509 – 3.3.90.39.00.00.0040 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos Diretamente Arrecadados ..... R\$ 30.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 60.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 60.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## **PORTARIA FMEL/PMSJ N°022/2020**

Publicação N° 2616263

PORTARIA FMEL/PMSJ n° 22, de 18 de agosto de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 8.666/1993.

O Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei n° 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. n° 65, da Lei Ordinária n° 2.248, de 20 de março de 1991,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o servidor Gilmar de Brito, matrícula 430166-8 para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços n° 184 e 185/2020 decorrente do Pregão Eletrônico n° 038/2020, nos termos do art. 67 da Lei n° 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o servidor Edson Serafim, matrícula 332453, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor data designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

João David Garcia  
Superintendente da Fundação de Esportes e  
Lazer de São José - FUNESJ

## **PORTARIA SMS/PMSJ N°027/2020**

Publicação N° 2616675

PORTARIA SMS/PMSJ n° 027, de 05 de Agosto de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei n° 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. n° 65, da Lei Ordinária n° 2.248, de 20 de março de 1991,

### **RESOLVE:**

Art. 1º – Designar o Servidor Ana Claudia Scheidt, matrícula n° 428565-4, para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços n.º 214/2020 a 218/2020 decorrentes do Pregão Eletrônico n° 186/2019, nos termos do art. 67 da Lei n° 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;



- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;  
 VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;  
 VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;  
 IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados  
 X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;  
 XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;  
 XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;  
 XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;  
 XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;  
 XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designada a servidora Sr.<sup>a</sup> Geovana Stedile nº 215155, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni  
 Secretária Municipal de Saúde

## RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2020

Publicação Nº 2618303

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2020 – Processo nº 195/2020 – Proc. Adm. 2832/2020 Fornecedores: GOEDERT LTDA, RP COMERCIAL LTDA ME, COMERCIAL KS EIRELI E HEALTH CARE & DUBEBE IND. COMÉRCIO, IMP., EXP., DE PROD. DE HIGIENE PESSOAL, COSMÉTICOS E PERF. EIRELI. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DISPENSERS PARA ÁLCOOL EM GEL E/OU SABONETE LÍQUIDO E PAPEL TOALHA, MÁSCARA REUTILIZÁVEL E TERMÔMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO PARA AS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 184.500,00 (cento e oitenta e quatro mil e quinhentos reais). Vera Suely de Andrade – Secretaria de Administração.

## RETIFICAÇÃO DA PORTARIA SMA/PMSJ Nº018/2020

Publicação Nº 2616320

PORTARIA SMA/PMSJ nº 018, de 07 de agosto de 2020.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CASA CIVIL, SEGURANÇA, PROCURADORIA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO, EDUCAÇÃO, INFRAESTRUTURA, SAÚDE, PLANEJAMENTO E ASSUSTOS ESTRATÉGICOS E URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar os Servidores abaixo descritos para efetuar a fiscalização da Ata de Registro de Preços n.º 155 A 160/2020, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 187/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993:

Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito	Fiscal: Tiago Gorges	Matrícula n.º 23191-6
	Suplente: Ederson dos Santos Borges	Matrícula n.º 15698-1
Procuradoria Geral	Fiscal: Sandro José da Silva	Matrícula n.º 17001-1
	Suplente: Rafael Ferreira Juchem	Matrícula n.º 35284
Secretaria da Casa Civil	Fiscal: Marcos Henrique Petry	Matrícula n.º 4311680
	Suplente: Micheli Amaral	Matrícula n.º 331252
Secretaria de Assistência Social	Fiscal: Glades Gonçalves Panasolo	Matrícula n.º 428038-5
	Suplente: Renaldo Osvaldo da Silva	Matrícula n.º 428271-0
Secretaria de Administração	Fiscal: Camila Furlan Parucker	Matrícula n.º 4300459
	Suplente: Luiz Carlos Dams Junior	Matrícula n.º 161543

Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação	Fiscal: Andrey Francisco da Rosa	Matrícula nº 428363-5
	Suplente: Wiliam Quadros da Silva	Matrícula nº 4278266-7
Secretaria de Educação	Fiscal: Tânia Reina Janesch Wolf	Matrícula nº 13578-0
	Suplente: Joberto Cardoso	Matrícula nº 34331
Secretaria de Infraestrutura	Fiscal: Valdenir Vitor de Souza	Matrícula nº 1227-0
	Suplente: Jailson Hames	Matrícula nº 33154-6
Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos	Fiscal: Tatiana Heinzen Serafin Haviaras	Matrícula nº 428355-4
	Suplente: Maria Eduarda da Silveira	Matrícula nº 428239-6
Secretaria de Saúde	Fiscal: Marcio Hoegenn	Matrícula nº 4282159
	Suplente: Jailton Ademar Martins	Matrícula nº 4279956
Secretaria de Serviços Públicos -SUSP	Fiscal: Pedro Inácio da Silva	Matrícula nº 426191-7
	Suplente: Rafael Araújo	Matrícula nº 426462-2

PARÁGRAFO ÚNICO. Os servidores relacionados deverão desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado ficará automaticamente designado o Servidor suplente, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de julho de 2020.

Andréa Irany Pacheco Secretária de Segurança e Defesa Social	Rodrigo João Machado Procurador Geral do Município
Lédio Coelho Secretário da Casa Civil	Rosiméri Bartucheski Secretária de Assistência Social
Vera Suely de Andrade Secretaria de Administração	Lilian Sandin Boeing Secretária de Educação
Waldemar Bornhausen Neto Secretário de Desenvolvimento Econômico e Inovação	Michael Pedro Rosanelli Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos
Milton Bley Junior Secretário de Infraestrutura	Luiz Fernando Aquino Secretário de Plan. e Assuntos Estratégicos
Sinara Regina Simioni Secretária de Saúde	

## TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 105/2018-02

Publicação N° 2616346

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 105/2018-02 – Proc. Adm. 4567/2020 – Contratado: ITSCON TECNOLOGIA LTDA EPP. DO OBJETO DO TERMO



ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no Contrato nº 105/2018 e nos demais documentos que instruem o processo administrativo em epígrafe. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses com efeitos a partir de 10/09/2020. Data da assinatura: 11 de agosto de 2020.

## CÂMARA MUNICIPAL

### DECISÃO ADMINISTRATIVA N 004/2020 - PP 012-2020

Publicação Nº 2616489

DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 004/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020

OBJETO: A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE 01 (UM) LINK DEDICADO DE PELO MENOS 150 MBPS; 04 (QUATRO) ENDEREÇOS DE IP VÁLIDOS; PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES DE NEGAÇÃO DE SERVIÇOS (ANTI-DDOS), DE ACORDO COM O QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

ASSUNTO: Trata-se de Recurso interposto pela empresa ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA – em decorrência da desclassificação de sua proposta, bem como das contrarrazões apresentadas pelas empresas ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A E TELEFÔNICA BRASIL S/A – referente à Sessão do Pregão Presencial nº 012/2020 – Processo Administrativo 110/2020, realizada aos 07 (sete) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), às 10h00min, no Plenário da Casa Legislativa, onde se reuniram o Pregoeiro e a equipe de apoio, tendo a participação das empresas já mencionadas, bem como da empresa CLARO S/A - que não protocolou contrarrazões.

#### BREVE SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS EM RECURSO E CONTRARRAZÕES

A empresa recorrente alega que se apresentou a sessão do pregão presencial "com a mais estrita observância das exigências editalícias". Ademais, afirma que houve "tamanha ilegalidade", em decorrência de a segunda colocada não ter comprovado, em sessão, que cumpre o item 1.4 do Termo de referência - mesmo item que a desclassificou - e que a concessão de "oportunidade para apresentar posteriormente, incorreu na prática de ato manifestamente ilegal, além de não conceder benefício para a Recorrente". Ato contínuo, afirma que a Comissão de Licitação "sem maiores considerações, aceitou Certidão Negativa de Falência ou Concordata incompleta, sem a parte que valida sua veracidade".

Referente ao Backbone Internacional, a Recorrente em sua defesa, mais precisamente no item 4 de seu recurso, afirmou que "apresentou declaração e contrato firmado com a empresa Centurylink, para demonstrar que possui uma conexão ponto a ponto, solicitada no Termo de Referência". Não tendo, assim, "nenhuma base ou sustentação técnica para a desclassificação" da mesma. Além disso, alega que "apresentou toda documentação completa, não tendo culpa da falta de conhecimento técnico em relação ao backbone internacional por parte da Comissão de Licitação".

Ademais, alega que houve um suposto favorecimento a uma parte e desfavorecimento a outra, ocorrendo no julgamento "verdadeira ilegalidade", afirmando também que "a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalícia deve ocorrer na época oportuna, não podendo relegar-se para o futuro a apresentação de documento que deveria integrar o envelope pertinente à habilitação".

Portanto, em resumo, a Recorrente alega que foi "desclassificada injustamente pela falta de conhecimento técnico da Comissão Avaliadora". Ademais, alega que a empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A deve ser desclassificada porque "não entregou a Certidão de Falência e Concordata completa, bem como não apresentou nenhum comprovante em relação ao item 1.4 do Termo de Referência".

Por sua vez, a empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A, em sede de contrarrazões, alega que a empresa ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA "não foi capaz de atender na íntegra todas exigências do Instrumento Convocatório e, por isso, inconformada, apresentou Recurso Administrativo sem fundamentação lógica e razoável, na tentativa de induzir o Pregoeiro e sua equipe de apoio ao erro". Na sequência, em relação a ausência de documentação comprobatória para o item 1.4 do Termo de Referência, a empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A alega que a própria empresa Recorrente "informou durante a sessão e em seu recurso que a exigência era atendida subcontratando a infraestrutura da Century Link". Sendo que para a empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A "a Recorrente ignorou tal previsão e participou do certame ciente de que não possuía expertise exigida, podendo inclusive gerar prejuízo ao erário, caso a contratação se concretizasse nestes termos".

Já em relação à Certidão Negativa de Falência e Concordata, a empresa alega que a Recorrente não analisou "o mencionado documento com a devida cautela". Caso o tivesse analisado "identificaria no rodapé o código de autenticação disponível para comprovação de veracidade do documento emitido".

Finalizando suas contrarrazões, a empresa entende que restou "comprovado que o único objetivo da recorrente é conturbar e protelar o processo licitatório, visto que o seu recurso não apresenta nenhum fundamento lógico e razoável e não comprova em momento algum suas alegações, como também não apresenta documentação capaz de comprovar a expertise necessária para a execução do objeto".

Por sua parte, a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, alegou que "a Recorrente interpôs recurso apenas para reafirmar que não tem backbone, mas subcontrata o recurso de intermediários". Porém, a empresa entende que "o item 19.3 admite a prestação de esclarecimentos, não a reapresentação de documentos exigidos para o certame".

Por fim, a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, no seu entendimento, argumenta que "a decisão pela desclassificação da Recorrente está em estrita conformidade com o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e deve ser mantida, mas, pela mesma lógica e sob os mesmos fundamentos, a Recorrida ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A deveria ter sido inabilitada".

Assim, o Pregoeiro, efetuando a análise do recurso, bem como das contrarrazões apresentadas, resolve decidir o que segue:

CONSIDERANDO que os recursos e as contrarrazões serão apreciados pelo Pregoeiro, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para reformar ou manter sua decisão;

CONSIDERANDO que as normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade

de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação;

CONSIDERANDO que edital estipula que o Pregoeiro ou Autoridade Superior poderá, em qualquer fase do pregão presencial, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

CONSIDERANDO que o instrumento convocatório estipula que as proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

CONSIDERANDO que cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o Pregoeiro porventura julgar necessários;

CONSIDERANDO que a participação na licitação implica a aceitação integral e irretratável das normas do edital e seus anexos, e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem;

CONSIDERANDO que o item 1.4 do Termo de Referência do edital estipula que "A CONTRATADA deve ter o seu backbone IP com saída INTERNACIONAL através de conexão direta para os Estados Unidos da América (EUA) ou para o Continente Europeu. Essa saída deve ser composta por uma ou mais conexões "ponto a ponto" entre o backbone IP do provedor do AS (Access Server) remoto, sem backbones intermediários";

CONSIDERANDO o art. 3º. da Lei 8.666/93, que traz em seu escopo os princípios constitucionais básicos da isonomia e o da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e também sintetiza que nos processos licitatórios, a Administração Pública deve atender aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DO JULGAMENTO OBJETIVO;

CONSIDERANDO as anotações doutrinárias de nossos mestres em direito administrativo, cuja citação abaixo transcrevemos: "A licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção de proposta de contratação mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica. (Marçal Justen Filho, 2005, p.309);"

CONSIDERANDO que ainda mais vantajosa à Administração, a proposta que não guardar consonância com o edital deverá ser desclassificada em atenção ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei nº 8.666, de 1993;

CONSIDERANDO que a empresa Recorrente ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA apresentou documento que comprova não possuir seu backbone IP com saída INTERNACIONAL através de conexão direta para os Estados Unidos da América (EUA) ou para o Continente Europeu, utilizando-se de um intermediário através da Century Link, conforme informado pela própria Recorrente na documentação constante do envelope nº 2, bem como em sede Recurso, onde vinculou, automaticamente, o documento apresentado a sua proposta final;

CONSIDERANDO que o contrato firmado com a empresa Century Link, apresentado pela Recorrente ACESSOLINE TELECOMUNICACOES LTDA, em momento de habilitação, não deveria constar originariamente no envelope nº 2, sendo que a mesma o apresentou por livre e espontânea vontade;

CONSIDERANDO que é sabido que o "backbone" é a espinha dorsal da internet e por onde passa todo o tráfego de sinais que interliga os pontos de presença, as características técnicas, constantes no objeto, buscam encontrar empresas que proporcionem um serviço com o máximo grau de resiliência e, neste cenário, é completamente plausível exigir conectividade direta com pelo menos um dos dois pontos principais do Backbone Internet (Europa e Estados Unidos);

CONSIDERANDO também que no mercado atual muitos provedores atuam como trânsito para outros, compete requerer que a prestadora possua um throughput adequado com tal cenário, seja no contexto de conexões nacionais quanto internacionais, além de que as empresas que possuem conexões internacionais diretas apresentarão uma solução mais robusta, pois terão mais opções de rotas, aumentando assim a resiliência e a disponibilidade do serviço;

CONSIDERANDO que o Termo de Referência do edital do Pregão Presencial nº 012/2020 foi elaborado pela Coordenação de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal de São José/SC, que possui expertise e conhecimento para tal;

CONSIDERANDO que o Pregoeiro e sua equipe de apoio ampliaram as diligências com consulta, em sessão, ao corpo técnico de Tecnologia da Informação desta Casa, com o objetivo de verificar o cumprimento dos requisitos;

CONSIDERANDO que a empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A apresentou documentação que comprova que cumpre os requisitos do item 1.4 do Termo de Referência, indo ao encontro do que fora solicitado em edital;

CONSIDERANDO que a Certidão Cível de Falência e Concordata Negativa fornecida pela empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A, contendo o Código de Autenticação 2007-3114-4620-0317-4329, foi devidamente checado pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio junto ao site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, através do link <http://rupe.tjmg.jus.br/rupe/publico/paginas/autenticarDocumento.rupe>;

CONSIDERANDO que se o Pregoeiro mantiver sua decisão, negando o pedido do recurso, encaminhará o processo à apreciação da Autoridade Competente com os fundamentos que motivaram o indeferimento do recurso.

DA CONCLUSÃO

Diante do exposto e após análise do Recurso, Contrarrazões e documentos apresentados pelas empresas, sem nada mais evocar, sugere-se ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal de São José/SC a manter a desclassificação da empresa ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LTDA e a manter a habilitação da empresa ALGAR SOLUÇÕES EM TIC S/A do certame e, consequentemente, declará-la vencedora do citado Pregão Presencial, pelos fundamentos acima expostos.

São José/SC, 21 de agosto de 2020.

Bruno Gabriel Mello Machado  
Pregoeiro da CMSJ

---

## **AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - SJPREV**

---

### **PORTARIA 09/2020**

Publicação Nº 2616228

PORTARIA Nº 09, de 21 de agosto de 2020.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AUTARQUIA SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no Art. 11 da Lei Complementar nº 05/2002 e no Art. 4º, §6º do Decreto nº 13623/2020;

CONSIDERANDO, a edição do Decreto Municipal nº 13623, de 11 de agosto de 2020, que aprova o regimento interno do Comitê de Investimentos da Autarquia São José Previdência;

CONSIDERANDO, a necessidade de nomear os 05 (cinco) membros do supramencionado Comitê, para auxiliar no processo decisório quanto a formação e execução da política de investimentos da São José Previdência;

CONSIDERANDO, que a Chefe do Poder Executivo Municipal por meio do Anexo Único do Decreto nº 13623/2020, estabeleceu normas e procedimentos para a Criação do Comitê de Investimentos da Autarquia São José Previdência - SJPREV;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam designados como membros:

- Luís Fabiano de Araujo Giannini, matrícula 440-5, na condição de Diretor-Presidente da Autarquia;
- Marília Gomes Formento, matrícula 32637-2, na condição de segurada da SJPrev
- Victor Eduardo de Oliveira, matrícula 41666-5, na condição de segurado da SJPrev.
- Guilherme Clasen Gagliotti, matrícula 1331, na condição de segurado da SJPrev
- Claudia Marques de Andrade, matrícula 1333, na condição de segurada da SJPrev

Art.2º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.

São José, 21 de agosto de 2020.

Luis Fabiano de Araujo Giannini  
Diretor-Presidente da São José Previdência

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### AUA Nº 603/2020 - DOM - AJ WINTER MADEIRAS ME - 6032020

Publicação Nº 2618300

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PROTOCOLO Nº 603/2020  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 603/2020 CONDER

O Município de São José do Cedro - SC, endereço Rua Jorge Lacerda, 1049, Centro, CEP 89930-000, CNPJ 83.026.781/0001-10, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão da AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor AJ WINTER MADEIRAS ME, CNPJ 24.513.003/0001-97, para a atividade 15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira, no Município de São José do Cedro/SC. Sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

### DECRETO Nº 133/2020/SF

Publicação Nº 2615674

DECRETO Nº 133/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

19 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO SEMAE

01 SAA – SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE - SJCEDRO

"15"3.3.90.00.00.00.0247 Aplicações Diretas ..... R\$ 69.131,50

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), Recursos Ordinários - SEMAE, fonte 3.000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 134/2020/SF

Publicação Nº 2615675

DECRETO Nº 134/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso III do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

10.02 DEPTO. DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

1.034 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS

"242"4.4.90.00.00.3.0000 Aplicações Diretas ..... R\$433.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 433.000,00 (quatrocentos e trinta e três mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº 135/2020/SF

Publicação Nº 2615676

DECRETO Nº 135/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"79"3.3.90.00.00.1.0702 Aplicações Diretas ..... R\$150,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), Recursos Convênio Saúde Estado, Fonte 1.0702.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 18 de agosto de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.



**DECRETO Nº 6798/2020**

Publicação Nº 2615673

DECRETO Nº 6.798, DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE DESDOBRO E SERVIDÃO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e o disposto na Lei Complementar nº 077, de 05 de dezembro de 2018;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica autorizado o desdobro desdobramento de PARTE DO LOTE URBANO Nº 41 (quarenta e um), com a área de 255,00m² (duzentos e cinquenta e cinco metros), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 42 (quarenta e dois), com a área de 120,00m² (cento e vinte metros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, sob matrícula nº 11.049, de propriedade de RODRIGO REICHERT, CPF 055.311.119-16, para que seja desdobrada a área de 17,18m² (dezessete metros e dezoito decímetros quadrados), ficando de área remanescente 357,82m² (trezentos e cinquenta e sete metros e oitenta e dois decímetros quadrados), e que a área desdobrada seja unificada a PARTE DO LOTE URBANO Nº 38 (trinta e oito), com área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), PARTE DO LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove), com área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 41 (quarenta e um), com área de 285,00m² (duzentos e oitenta e cinco metros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, matriculado neste Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, sob matrícula nº 11.048, de propriedade de GLECI RUBIN, CPF 017.906.029-55, formando uma nova área de 392,18m² (trezentos e noventa e dois metros e dezoito decímetros quadrados) conforme as dimensões e confrontações a seguir:

IMÓVEL PRIMITIVO (matrícula 11.049): PARTE DO LOTE URBANO Nº 41 (quarenta e um), com a área de 255,00m² (duzentos e cinquenta e cinco metros), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 42 (quarenta e dois), com a área de 120,00m² (cento e vinte metros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações, em conjunto: ao NOROESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 42, medindo 30,00 metros; ao SUDOESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 42 e com parte do lote urbano nº 40, medindo 12,50 metros; ao SUDESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 41, medindo 30,00 metros; e ao NORDESTE, com a Rua dos Lírios, medindo 12,50 metros.

ÁREA DESMEMBRADA: PARTE DO LOTE URBANO Nº 41-A (quarenta e um "A"), com a área de 17,18m² (dezessete metros e dezoito decímetros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações, em conjunto: ao NOROESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 10,61 metros; ao SUDOESTE, com o lote urbano nº 40, medindo 1,62 metros; ao SUDESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 10,61 metros; e ao NORDESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 1,62 metros.

ÁREA REMANESCENTE: PARTE DO LOTE URBANO Nº 41 (quarenta e um), com a área de 237,82m² (duzentos e trinta e sete metros e oitenta e dois decímetros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 42 (quarenta e dois), com a área de 120,00m² (cento e vinte metros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 357,82m² (trezentos e cinquenta e sete metros e oitenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações, em conjunto: ao NOROESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 42, medindo 30,00 metros; ao SUDOESTE, com o lote urbano nº 40, medindo 10,88 metros; ao SUDESTE, com parte do lote urbano nº 41-A, medindo 10,61 metros; novamente ao SUDOESTE, com parte do lote urbano nº 41-A, medindo 1,62 metros; novamente ao SUDESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 19,39 metros; e ao NORDESTE, com a Rua dos Lírios, medindo 12,50 metros.

IMÓVEL PRIMITIVO (matrícula 11.048): PARTE DO LOTE URBANO Nº 38 (trinta e oito), com área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), PARTE DO LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove), com área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 41 (quarenta e um), com área de 285,00m² (duzentos e oitenta e cinco metros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 375,00m² (trezentos e setenta e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações, em conjunto: ao NOROESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 41, medindo 30,00 metros; ao SUDOESTE, com o lote urbano nº 40, medindo 12,50 metros; ao SUDESTE, com parte dos mesmos lotes urbanos nºs 38 e 39, medindo 30,00 metros; e ao NORDESTE, com a Rua dos Lírios, medindo 12,50 metros.

ÁREA UNIFICADA: PARTE DO LOTE URBANO Nº 38 (trinta e oito), com área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), PARTE DO LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove), com área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 41-A (quarenta e um "A"), com a área de 17,18m² (dezessete metros e dezoito decímetros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 392,18m² (trezentos e noventa e dois metros e dezoito decímetros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, com as seguintes confrontações, em conjunto: ao NOROESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 19,39 metros; ao NORDESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 1,62 metros; novamente ao NOROESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 10,61 metros; ao SUDOESTE, com o lote urbano nº 40, medindo 14,12 metros; ao SUDESTE, com parte dos lotes urbanos nºs 38 e 39, medindo 30,00 metros; e ao NORDESTE, com a Rua dos Lírios, medindo 12,50 metros.

Art. 2º. Após o processo de desdobro, fica autorizada a servidão de passagem que passa pelos seguintes imóveis: PARTE DO LOTE URBANO Nº 41 (quarenta e um), com a área de 237,82m² (duzentos e trinta e sete metros e oitenta e dois decímetros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 42 (quarenta e dois), com a área de 120,00m² (cento e vinte metros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 357,82m² (trezentos e cinquenta e sete metros e oitenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 11.049; e PARTE DO LOTE URBANO Nº 38 (trinta e oito), com área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), PARTE DO LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove), com área de 45,00m² (quarenta e cinco metros quadrados), PARTE DO LOTE URBANO Nº 41 (quarenta e um), com área de 285,00m² (duzentos e oitenta e cinco metros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 41-A (quarenta e um "A"), com a área de 17,18m² (dezessete metros e

dezoito decímetros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 392,18m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e dezoito decímetros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, matrícula nº11.048. Sendo que essa servidão de passagem irá dar acesso aos dois imóveis acima descritos. A área da servidão é de 53,86m<sup>2</sup>(cinquenta e três metros e oitenta e seis decímetros quadrados), sendo que desses, a área de 38,70m<sup>2</sup>(trinta e oito metros e setenta decímetros quadrados), ficará dentro do imóvel de matrícula 11.049, e o restante de 15,16m<sup>2</sup>(quinze metros e dezesseis decímetros quadrados), ficará dentro do imóvel de matrícula 11.048, com as seguintes descrições a seguir:

IMÓVEL 01 matrícula nº11.049(Serviente/dominante): PARTE DO LOTE URBANO Nº 41 (quarenta e um), com a área de 237,82m<sup>2</sup> (duzentos e trinta e sete metros e oitenta e dois decímetros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 42 (quarenta e dois), com a área de 120,00m<sup>2</sup> (cento e vinte metros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 357,82m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta e sete metros e oitenta e dois decímetros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, servidão com área de 38,70m<sup>2</sup>(trinta e oito metros e setenta decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: ao NOROESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 41, medindo 15,84 metros; ao SUDOESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 41, medindo 2,55 metros; ao SUDESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 15,84 metros; e ao NORDESTE, com a Rua dos Lírios, medindo 2,34 metros.

IMÓVEL 02 matrícula nº11.048(Serviente/dominante): PARTE DO LOTE URBANO Nº 38 (trinta e oito), com área de 45,00m<sup>2</sup> (quarenta e cinco metros quadrados), PARTE DO LOTE URBANO Nº 39 (trinta e nove), com área de 45,00m<sup>2</sup> (quarenta e cinco metros quadrados), PARTE DO LOTE URBANO Nº 41 (quarenta e um), com área de 285,00m<sup>2</sup> (duzentos e oitenta e cinco metros quadrados), e PARTE DO LOTE URBANO Nº 41-A (quarenta e um "A"), com a área de 17,18m<sup>2</sup> (dezessete metros e dezoito decímetros quadrados), da Quadra nº 06 (seis), perfazendo uma área total de 392,18m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e dois metros e dezoito decímetros quadrados), sem benfeitorias, situados na Rua dos Lírios, Bairro Isol, no Município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, servidão com área de 15,16m<sup>2</sup>(quinze metros e dezesseis decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: ao NOROESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 15,84 metros; ao SUDOESTE, com parte do mesmo lote urbano nº 41, medindo 0,85 metros; ao SUDESTE, com parte do lote urbano nº 41, medindo 15,84 metros; e ao NORDESTE, com a Rua dos Lírios, medindo 1,06 metros.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 19 DE AGOSTO DE 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.16/2020

Publicação Nº 2615656

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC  
SERVIÇO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº16/2020 – Registro de Preço

O Serviço Municipal de Abastecimento de Água e Esgoto do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº16/2020, Edital de Pregão Nº16/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA LOCAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DE LICENÇA DE PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO. Recebimento, abertura e julgamento às 9:00 horas do dia 03/09/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.95/2020

Publicação Nº 2616496

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº95/2020  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº95/2020, Edital de Pregão Nº95/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CANOS, MANGUEIRAS, FERRO, MATERIAIS ELÉTRICOS, EPI, ADUBOS ENTRE OUTROS NECESSÁRIOS PARA USO EM CONSERTOS, REPAROS E OUTROS SERVIÇOS GERAIS. O recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 04/09/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2020 - TP Nº 019/2020

Publicação Nº 2616188

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 08/09/2020, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1172020. MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. ENG. Nº 019/2020. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE SUBESTAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO E MEDIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NA PRAÇA DA BANDEIRA, BEM COMO DE ALTERAÇÃO DA ILUMINAÇÃO EXISTENTE NA TRAVESSA SÃO PEDRO COM REINSTALAÇÃO NA RUA TIRADENTES NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saoulourenco.sc.gov.br](http://www.saoulourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 21 de Agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 6.787, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615707

DECRETO Nº 6.787, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o Decreto nº 6.659, de 03 de abril de 2020, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 6.659, de 03 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Sistema de Compras do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), ou por meio do Portal de Compras Públicas, disponível no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>.

Parágrafo único. Os sistemas de que tratam o caput serão dotados de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame”.

“Art. 12. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou pela entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional do sistema adotado, que atuará como provedor”.

“Art. 13 .....  
IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quanto este mantiver sua decisão;  
..... ”

“Art. 19 .....  
I - credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame;  
.....

Parágrafo único. O fornecedor descredenciado do sistema terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente”.

“Art. 20. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados, por meio de aviso, da seguinte forma:

I - para bens e serviços comuns com valores estimados em até R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais), em imprensa oficial do município e/ou no Diário Oficial da União;

II - para bens e serviços comuns com valores estimados acima de R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais), em jornal de grande circulação estadual e em imprensa oficial do município e/ou no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles dispostos no Anexo Único, do Decreto Municipal nº 4.629, de 29 de abril de 2013.”



“Art. 21. A íntegra do edital será disponibilizada no sítio eletrônico do município <http://www.saolourenco.sc.gov.br/editais> e no endereço eletrônico do sistema adotado”.

“Art. 24 .....

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

..... ”

“Art. 26. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

§ 1º A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§ 2º Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sicaf e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

§ 3º O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§ 4º O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§ 5º A falsidade da declaração de que trata o § 4º sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 6º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§ 7º Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§ 8º Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§ 9º Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o § 2º do art. 38.” (NR)

Art. 2º O artigo 17, do Decreto nº 6.659, de 03 de abril de 2020, passa a vigorar, acrescido dos seguintes incisos:

“Art. 17 .....

X - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

XI - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão”. (NR)

Art. 3º As demais disposições do Decreto nº 6.659, de 03 de abril de 2020, permanecem inalteradas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.788, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615708

DECRETO Nº 6.788, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Altera o Decreto nº 4.629, de 29 de abril de 2013, que aprova o regulamento para a modalidade de licitação denominada de Licitação Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 4.629, de 29 de abril de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º .....

II - .....

a) definir o objeto do certame de forma clara e objetiva, obedecidas as especificações praticadas no mercado e o seu valor estimado;

..... ”

“Art. 12. ....

I - .....

a) para bens e serviços comuns com valores estimados em até R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais):

.....

b) para bens e serviços comuns com valores estimados acima de R\$ 352.000,00 (trezentos e cinquenta e dois mil reais):

.....

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles dispostos no Anexo Único, deste Decreto.” (NR)

Art. 2º O Anexo Único, do Decreto nº 4.629, de 29 de abril de 2013, passa a vigorar com as alterações constantes no Anexo Único deste Decreto.

Art. 3º As demais disposições do Decreto nº 4.629, de 29 de abril de 2013, permanecem inalteradas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 6.788, de 21 de agosto de 2020)

“ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 4.629, de 29 de abril de 2013)

#### CLASSIFICAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS”

Para efeitos da adoção da modalidade de licitação denominada Pregão consideram-se:

##### 1. BENS COMUNS:

###### 1.1. Bens de Consumo:

###### 1.1.1. Água mineral.

###### 1.1.2. Combustível e lubrificante.

###### 1.1.3. Gás.

###### 1.1.4. Gênero alimentício.

###### 1.1.5. Material de expediente.

###### 1.1.6. Material hospitalar, médico e de laboratório.

###### 1.1.7. Medicamentos, drogas e insumos farmacêuticos.

###### 1.1.8. Material de higiene, limpeza e conservação.

###### 1.1.9. Oxigênio.

###### 1.1.10. Material elétrico, hidráulico e de construção civil.

###### 1.1.11. Peças e componentes para veículos.

###### 1.1.12. Suprimentos de informática.

###### 1.1.13. Publicações e impressos.

###### 1.1.14. Insumos agrícolas.

###### 1.1.15. Sêmen.

###### 1.1.16. Material de proteção e segurança.

###### 1.1.17. Material para manutenção e conservação de estradas e vias.

###### 1.1.18. Material de artesanato.

###### 1.1.19. Material esportivo.

###### 1.1.20. Material de carpintaria.

###### 1.1.21. Passagens.

###### 1.1.22. Urnas Funerárias.

###### 1.1.23. Peças de vestuário, uniformes, tecidos e aviamentos.

###### 1.1.24. Sementes, mudas de plantas e insumos.

###### 1.1.25. Licenças de Software.

###### 1.1.26. Grama.

###### 1.2. Bens Permanentes:

###### 1.2.1. Mobiliário.

###### 1.2.2. Equipamentos em geral, exceto bens de informática.

###### 1.2.3. Utensílios de uso geral, exceto bens de informática.

###### 1.2.4. Veículos automotivos em geral.

###### 1.2.5. Equipamentos de Processamento de Dados.

###### 1.2.6. Implementos Agrícolas.

###### 1.2.7. Equipamentos da Linha Amarela.

###### 1.2.8. Estruturas e Correlatos.

##### 2. SERVIÇOS COMUNS:

###### 2.1. Serviços de Apoio Administrativo.

###### 2.2. Serviços de Apoio à Atividade de Informática:

- 2.2.1. Digitação.
- 2.2.2. Manutenção.
- 2.3. Serviços de Assinaturas:
  - 2.3.1. Jornal.
  - 2.3.2. Periódico.
  - 2.3.3. Revista.
  - 2.3.4. Televisão via satélite.
  - 2.3.5. Televisão a cabo.
- 2.4. Serviços de Assistência:
  - 2.4.1. Hospitalar.
  - 2.4.2. Médica.
  - 2.4.3. Odontológica.
  - 2.4.4. Veterinária
- 2.5. Serviços de Atividades Auxiliares:
  - 2.5.1. Ascensorista.
  - 2.5.2. Auxiliar de escritório.
  - 2.5.3. Copeiro.
  - 2.5.4. Garçom.
  - 2.5.5. Jardineiro.
  - 2.5.6. Mensageiro.
  - 2.5.7. Motorista.
  - 2.5.8. Secretária.
  - 2.5.9. Telefonista.
- 2.6. Serviços de Confecção de Uniformes.
- 2.7. Serviços de Copeiragem.
- 2.8. Serviços de Eventos.
- 2.9. Serviços de Filmagem.
- 2.10. Serviços de Fotografia.
- 2.11. Serviços de Gás Natural.
- 2.12. Serviços de Gás Liquefeito de Petróleo.
- 2.13. Serviços Gráficos.
- 2.14. Serviços de Hotelaria.
- 2.15. Serviços de Jardinagem.
- 2.16. Serviços de Lavanderia.
- 2.17. Serviços de Limpeza e Conservação.
- 2.18. Serviços de Locação de Bens Móveis.
- 2.19. Serviços de Manutenção de Bens Imóveis.
- 2.20. Serviços de Manutenção de Bens Móveis.
- 2.21. Serviços de Remoção de Bens Móveis.
- 2.22. Serviços de Microfilmagem.
- 2.23. Serviços de Reprografia.
- 2.24. Serviços de Seguro Saúde.
- 2.25. Serviços de Gravação.
- 2.26. Serviços de Tradução.
- 2.27. Serviços de Telecomunicações de Dados.
- 2.28. Serviços de Telecomunicações de Imagem.
- 2.29. Serviços de Telecomunicações de Voz.
- 2.30. Serviços de Telefonia Fixa.
- 2.31. Serviços de Telefonia Móvel.
- 2.32. Serviços de Transporte.
- 2.33. Serviços de Vale Refeição.
- 2.34. Serviços de Vigilância e Segurança Ostensiva.
- 2.35. Serviços de Fornecimento de Energia Elétrica.
- 2.36. Serviços de Apoio Marítimo.
- 2.37. Serviços de Aperfeiçoamento, Capacitação e Treinamento.
- 2.38. Serviços de Recapagens de Pneus.
- 2.39. Serviços de Horas Máquinas.
- 2.40. Serviços de Detonação de Rocha.
- 2.41. Serviços de Arbitragem Esportiva.
- 2.42. Serviços de Coleta de Lixo Reciclável.
- 2.43. Serviços de Assessoria e Consultoria.
- 2.44. Seguro de Bens Móveis ou Imóveis.
- 2.45. Serviços de Locação de Software.
- 2.46. Serviços de Medicina e Segurança no Trabalho.
- 2.47. Serviços de Torno.
- 2.48. Serviços para Manutenção e Conservação de Estradas e Vias.
- 2.49. Serviços de Dedetização.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 906, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616303

PORTARIA Nº 906, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal JESSICA APARECIDA LUCATELLI, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3356/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 20 de agosto de 2020 por tempo indeterminado.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de agosto de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020.

### **PORTARIA Nº 907, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616305

PORTARIA Nº 907, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal JAQUELINE NOVELLO BORGES, ocupante do cargo de Técnico de Apoio Administrativo, matrícula nº 3627/03, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 20 a 27 de agosto de 2020.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de agosto de 2020.

São Lourenço do Oeste - SC, 21 de agosto de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020.

**ATA DO EDITAL DA TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 014**

Publicação Nº 2615949

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE**

CNPJ: 83.021.873/0001-08  
RUA DUQUE DE CAXIAS, N.789  
C.E.P.: 89990-000 - São Lourenço do Oeste - SC

**TOMADA DE PREÇO****Nr.: 14/2020 - TP**

Processo Administrativo: 98/2020  
Processo de Licitação: 98/2020  
Data do Processo: 07/07/2020

Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE READEQUAÇÃO DA ESTRUTURA E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PPCI) DA EBM SÃO ROQUE, EBM NOSSA SRA. DE LOURDES E EBM SANTA MARIA GORETTI (PRÉDIO ANTIGO SENAI) TODAS VINCULADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, CONFORME PROJETOS EM ANEXO.

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 75/2020 (Sequência: 2)**

Ao(s) 20 de Agosto de 2020, às 08:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 501/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 98/2020, Licitação nº 14/2020 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A Comissão Permanente de Julgamento de Licitações designada pela Portaria nº 501/2020, inicia a sessão fazendo a abertura dos envelopes de proposta das empresas habilitadas L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA. e PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCÊNDIO LTDA., verificando que ambas as proponentes cumprem com as exigências previstas no Edital, ficando vencedora a empresa PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCÊNDIO LTDA., conforme segue abaixo. Considerando que os representantes das proponentes não estão presentes em sessão e não apresentaram termo de renúncia ao prazo recursal, a Comissão decide conceder o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação das empresas participantes, com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a", da Lei nº 8.666/1993, referente ao julgamento das propostas. Sem mais haver constar encerra-se esta ata.

**LOTE: 1****Participante: 8859 - PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCENDIO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PPCI) DA EBM SÃO ROQUE	SER	1,00	Preventi	0,0000	29.303,36	29.303,36
2	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PPCI) DA EBM NOSSA SRA. DE LOURDES	SER	1,00	Preventi	0,0000	15.486,07	15.486,07
3	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PREVENTIVO CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO (PPCI) DA EBM SANTA MARIA GORETTI (PRÉDIO ANTIGO SENAI)	SER	1,00	Preventi	0,0000	55.424,50	55.424,50
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							100.213,93
<b>Total Geral -----&gt;</b>							100.213,93

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

São Lourenço do Oeste, 20 de Agosto de 2020

**COMISSÃO:**

ANI CAROLINI PEREIRA - ..... - Presidente da Comissão de Licitação  
LENIR FATIMA CRUZETTA - ..... - SECRETARIO  
MARCIO ALVES RODRIGUES - ..... - AUXILIAR DIRETO

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### 06/2020 FMS PROCESSO LICITATÓRIO - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Publicação N° 2616718

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 06/2020 FMS  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo DISPENSA DE LICITAÇÃO, o presente tem por finalidade AQUISIÇÃO DE TESTES RÁPIDO SWAB DE NASOFARINGE (NASAL) PARA DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTÍGENOS DE SARS-CoV-2 (COVID-19). Maiores informações, bem como edital na íntegra e anexos poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 21 de agosto de 2020.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 23/2020/SECRETARIA DE URBANISMO

Publicação Nº 2616759

EDITAL Nº 23/2020/SECRETARIA DE URBANISMO  
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

O Secretário Municipal de Urbanismo, no uso das atribuições do Art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código de Obras Municipal e suas respectivas alterações;  
CONSIDERANDO que o contribuinte abaixo encontra-se em local incerto e não sabido, e ainda, que o mesmo não foi localizado por ocasião da emissão de notificação anterior.

RESOLVE,

Art. 1º NOTIFICAR o contribuinte abaixo relacionado, por desrespeitar à Notificação Nr.º 220/2020, citada para realizar a retirada de materiais de construção do espaço público em frente ao Lote Urbano nº 93, sito na rua Leopoldo Kosmann, bairro São Sebastião, em São Miguel do Oeste - SC.

Art. 2º Fica o notificado abaixo relacionado para que no prazo de 10 (dez) dias, a partir do primeiro dia útil após a data da publicação, realizem a retirada dos materiais de construção do espaço público, caso contrário será emitido o Auto de Infração junto do Setor de Tributação da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sob pena de Inscrição em DIVIDA ATIVA. Fica ciente, também, de que o não cumprimento das medidas antes mencionadas ensejará a demanda judicial cabível à espécie.

CONTRIBUINTE	NOTIFICAÇÃO	Lote Rural/Rua
NEURI PARMIGIANI CPF: 907.366.999-53	220/2020	Lote Urbano nº 93, rua Leopoldo Kosmann, São Sebastião, em São Miguel do Oeste - SC

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), no endereço eletrônico [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste - SC, em 21 de agosto de 2020.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
Secretário De Urbanismo

### PORTARIA Nº 0147/2020

Publicação Nº 2615849

PORTARIA Nº 0147/2020

DISPÕE SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE ACORDO COM OS NÍVEIS DE RISCO DA AVALIAÇÃO DO RISCO POTENCIAL REGIONAL PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990,e,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.260, de 16 de março de 2020, o qual "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (covid-19) e dá outras providências";



CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19, o qual estabelece medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19, bem como os serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 464 de 03 de julho de 2020, que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das ações de combate à Covid-19 em Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020, que estabeleceu, dentre outras normas, critérios de funcionamento das atividades públicas de interesse regional e local, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO o mapa de avaliação do risco potencial da COVID-19 para a Região Extremo Oeste emitida pelo COES – Central de Operações de Emergência em Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o Município não pode deixar os contribuintes desamparados da prestação dos serviços públicos administrativos;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre o funcionamento do serviço público municipal de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional da Secretaria de Estado da Saúde, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. O funcionamento do serviço público municipal acompanhará os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

CAPÍTULO II

DOS NÍVEIS DE RISCO

Art. 2º Os níveis de risco estão identificados com as seguintes cores:

I – vermelha: risco potencial gravíssimo;

II – laranja: risco potencial grave;

III – amarela: risco potencial alto;

IV – azul: risco potencial moderado.

Parágrafo único. Os níveis de risco são aqueles estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 3º No caso da região ser classificada em risco potencial gravíssimo, o funcionamento dos serviços públicos municipais deverá ser suspenso, desde que não seja possível prestá-los de forma remota, excetuados os serviços essenciais.

Art. 4º No caso da região ser classificada em risco potencial grave, o funcionamento dos serviços públicos municipais ocorrerá de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais.

Art. 5º No caso da região ser classificada em risco potencial alto, o funcionamento dos serviços públicos municipais ocorrerá de forma presencial, respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais.

Art. 6º No caso da região ser classificada em risco potencial moderado, o funcionamento dos serviços públicos municipais ocorrerá de forma presencial, respeitadas as normas de vigilância sanitária.

Art. 7º A implementação das medidas de enfrentamento constantes nesta Portaria se dará de forma automática, conforme a classificação de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 8º Independentemente da classificação de risco, deverá ser:

I – mantida a utilização de máscaras por todos os servidores;

II – adaptado os serviços públicos presenciais para atendimento com redução de público e de trabalhadores, desde que obedecidas as normas sanitárias, devendo ser mantidos em regime de trabalho remoto aos servidores e trabalhadores dos grupos de risco e adotado o sistema de rodízio e/ou novos turnos que assegurem a redução do número de pessoas no ambiente de trabalho;

III – controlado o fluxo de atendimento nos estabelecimentos de atenção à saúde, de forma a evitar o contato de pessoas infectadas (ou com suspeita de estarem com COVID-19) com pessoas não infectadas, a fim de orientar a população quanto ao local mais adequado para atendimento, de acordo com os sintomas apresentados.

CAPÍTULO III

DOS SERVIÇOS PÚBLICOS CONSIDERADOS ESSENCIAIS

Art. 9º Para fins do disposto nesta Portaria, são considerados serviços públicos essenciais:



I - saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;  
II - assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;  
III - defesa civil;  
IV - captação, tratamento e distribuição de água;  
V - captação e tratamento de esgoto e lixo;  
VI - iluminação pública;  
VII - serviços funerários;  
VIII - vigilância sanitária;  
IX - inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;  
X - aeroporto;  
XI - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center), para suporte de outras atividades previstas nesta Portaria;  
XII - fiscalização tributária;  
XIII - fiscalização ambiental;  
XIV - monitoramento de construções que possam acarretar risco à segurança;  
XV - atividades de advogados e contadores que não puderem ser prestadas por meio de trabalho remoto;  
XVI - atividades da imprensa;  
XVII - atividades acessórias ou de suporte e a disponibilização dos insumos necessários à efetivação de serviços/atividades essenciais estabelecidos nesta Portaria, especialmente quando se tratar das atividades de saúde e de segurança pública, ressalvado o funcionamento exclusivo para esse fim;  
XVIII - transporte de profissionais da saúde;  
XIX – PROCON.

#### CAPÍTULO IV DAS MEDIDAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 10. Os servidores que não desempenharem trabalho presencial deverão exercê-lo de forma remota, não se tratando de dispensa/folga.

§ 1º Deverão, prioritariamente, exercer suas atividades de forma remota, os agentes públicos:

- I - que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimam o sistema imunológico;
- II - com 60 anos ou mais;
- III – gestantes.

§ 2º A fim de evitar a aglomeração nos espaços públicos e como forma de adotar o distanciamento necessário à prevenção do contágio com a COVID-19, poderão ser adotados mecanismos de flexibilização da jornada de trabalho, tais como a fixação de escalas de revezamento por turnos alternados, a ampliação do horário do expediente administrativo e a adoção de regime misto, presencial e remoto.

Art. 11. O servidor em regime de trabalho remoto/teletrabalho deverá atender prontamente o contato do Município e, durante o respectivo período, não poderá praticar outras atividades que não estejam relacionadas com o desempenho do seu trabalho.

§ 1º O servidor que estiver em regime de trabalho remoto/teletrabalho não faz jus ao recebimento de hora extraordinária, salvo com autorização expressa do Secretário da pasta.

§ 2º A inobservância injustificada do disposto no caput configura descumprimento de dever funcional e sujeitará o servidor às penalidades disciplinares previstas em lei.

§ 3º Além do disposto no § 2º deste artigo, o não atendimento do contato do Município pelo servidor será considerado falta em serviço, com o consequente desconto no pagamento do salário.

Art. 12. As atividades desenvolvidas pelo servidor em regime de trabalho remoto/teletrabalho deverão ser registradas em relatório, conforme o Anexo I desta Portaria, que serão posteriormente confirmadas pela sua Chefia Imediata.

Art. 13. Compete aos titulares de cada pasta/secretaria a definição dos servidores que desenvolverão as atividades por meio de trabalho remoto, de modo a compatibilizar com o disposto nesta Portaria.

#### CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O disposto nesta Portaria não impede que os titulares dos órgãos, Secretarias e das entidades da Administração Pública Municipal adotem medidas já previstas em outras normas, tais aquelas contidas nos Decretos nº 9.286/2020 e nº 9.301/2020, desde que de forma mais restritiva.

Art. 15. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, ou até a edição de ato revogador pelo Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 20 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

### **PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1108/2020**

Publicação Nº 2616289

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1108/2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

Considerando os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

Considerando a portaria de nomeação SAFGP/DDP N. 0963/2020 de 22 de julho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º DAR POSSE E INICIO DE EXERCÍCIO a MAXCIEL ZORTEA, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Psicólogo, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao Órgão Central da Administração Municipal, designado para atuar junto ao CREAS, na Secretaria Municipal de Assistência Social, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, a partir de 20 de agosto de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 20 de agosto de 2020.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

### **PROCESSO Nº 148/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2616321

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2020

O Município de São Miguel do Oeste/SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de eletricitista para execução de trabalhos de iluminação, sob forma de confecção, montagem ornamentação, conserto, instalação, ligação, manutenção dos elementos diversos que compõem as decorações natalinas, desligamento e retiradas do material das ruas, praças, calçadão, rótulas, entre outros, para Secretaria Municipal de Cultura do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I, termo de referência do edital.

Cadastro das propostas: Às 08h do dia 26 de agosto de 2020 até às 08h15min do dia 08 de setembro de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h30min do dia 08 de setembro de 2020.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações vigentes, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, sito a Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 36312006, e o edital consta na íntegra no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no site [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 21 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**SUSPENSÃO PROCESSO Nº 129/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2615736

EDITAL DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 129/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 77/2020

O Senhor Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Alencar Barbieri, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e,

CONSIDERANDO que a empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA interpôs impugnação ao Edital retificado;

CONSIDERANDO que ante tal situação, não haverá tempo hábil para emissão do Parecer Jurídico e Decisão Administrativa, em virtude da sessão de julgamento estar marcada para o dia 25 de agosto de 2020;

Por meio do presente Edital decide suspender o Processo Licitatório nº 129/2020, Pregão Eletrônico nº 77/2020, para análise da impugnação apresentada e para que sejam tomadas as devidas providências.

São Miguel do Oeste- SC, 21 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**SUSPENSÃO PROCESSO Nº 139/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2615726

EDITAL DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2020

O Senhor Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Alencar Barbieri, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e,

CONSIDERANDO que o CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO interpôs impugnação ao Edital;

CONSIDERANDO que ante tal situação, não haverá tempo hábil para emissão do Parecer Jurídico e Decisão Administrativa, em virtude da sessão de julgamento estar marcada para o dia 24 de agosto de 2020;

Por meio do presente Edital decide suspender o Processo Licitatório nº 139/2020, Pregão Eletrônico nº 86/2020, para análise da impugnação apresentada e para que sejam tomadas as devidas providências.

São Miguel do Oeste- SC, 21 de agosto de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 0068/2020 - NOMEAÇÃO**

Publicação Nº 2616208

PORTARIA Nº 0068/2020

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E POSSE PARA O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR E RELAÇÕES COMUNITÁRIAS DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º NOMEAR, a partir de 21 de agosto de 2020, a Sra. MOIRA LÍGIA BRANDÃO, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF nº 004.271.949-62 e RG nº 13/0 3.400.001, no Cargo de Assessor Parlamentar e Relações Comunitárias, em conformidade com a Lei Complementar nº 020/2013 datada de 21 de fevereiro de 2013.

Art. 2º As atribuições e competências do Assessor Parlamentar e Relações Comunitárias são as previstas na Lei Complementar nº 020/13, e demais legislações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação da presente Portaria, correrão à conta nas rubricas específicas do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Registre-se, publique-se e comunique-se o interessado.

Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,  
Em 21 de agosto de 2020.  
Everaldo Di Berti  
Presidente

Certifico que a presente Portaria,  
foi publicada na forma da lei, nesta data.

José Cirilo Chittó  
Secretário Executivo

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 070/2020

Publicação Nº 2615835

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 070/2020

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado o Sr. REGINALDO DE FREITAS CORRÊA 863.675.369-49, inscrito no CNPJ sob nº. 15.605.795/0001-39, com sede na Rua Antonio Brasil Schroeder, 1843, Bela vista, São José - SC, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO

Este contrato tem como objeto a contratação de mão de obra para manutenção no sistema de eletricidade no Centro de Educação Infantil Leônidas Vieira Francener, neste Município.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 2.580,00 (dois mil quinhentos e oitenta reais).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTAMENTO

O preço contratado não será reajustado.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

4. O prazo de vigência deste contrato será de 20 a 24/08/2020.

4.1. Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2. Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. As partes elegem o foro da Comarca de São José – SC, para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2. Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos as normas da Lei n.º. 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordados e ajustados PREFEITURA e CONTRATADO assinam este contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Pedro de Alcântara, SC, 20 de agosto de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal	REGINALDO DE FREITAS CORRÊA 86367536949 Contratado
---	---

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020

Publicação Nº 2615972

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0200

www.pmspa.sc.gov.brtributos@pmspa.sc.gov.br

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APRESENTA O PRESENTE EDITAL:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o Edital da chamada pública para seleção de Engenheiro Civil, conforme quadro de vaga anexo a este edital.

Parágrafo Único- Tal edital se faz necessário devido à vaga remanescente não preenchida por servidores efetivos.

Art. 2º - Os/as interessados (as) em participar, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Tributação e Fiscalização do Município de

São Pedro de Alcântara, no dia 31 de agosto de 2020, às 8h30, portando a seguinte documentação:

- I - Xerox Identidade;
- II - Xerox CPF;
- III - Xerox PIS PASEP;
- IV - Xerox Carteira Trabalho;
- V - Xerox Título de Eleitor;

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0200  
www.pmspa.sc.gov.brtributos@pmspa.sc.gov.br

- VI - Quitação Eleitoral;
- VII - Xerox Certificado de Reservista (masculino);
- VIII - Xerox Títulos Escolares;
- IX - Xerox Certidão de Casamento;
- X - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF;
- XI - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);
- XII - 01 Foto 3 x 4 atual;
- XIII - Comprovante de Residência;
- XIV - Folha corrida judicial;
- XV - Cópia da Carteira de Registro Profissional.

§ 1º Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, localizada no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento: 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h ou através do telefone (48) 32770122 - ramal 221.

§ 2º A não apresentação da documentação no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada tem como pré-requisito o título de conclusão do Ensino Superior em Engenharia Civil, com Registro no Conselho da Classe e a idade mínima de 18 anos.

Art. 4º - Havendo mais de um(a) interessado(a) pela vaga serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- I - Título de pós-graduação, na área de atuação; havendo empate;
- II - Tempo de serviço na área; havendo empate;
- III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizada para desempate a maior idade do candidato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0200  
www.pmspa.sc.gov.brtributos@pmspa.sc.gov.br

Parágrafo Único - Para o critério de desempate em tempo de serviço, o(a) candidato(a) deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de serviço. A não apresentação de tal documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

São Pedro de Alcântara, 20 de agosto de 2020.

ALLAN FRANCISCO DE SOUZA  
Secretário Municipal de Tributação e Fiscalização

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0200  
www.pmspa.sc.gov.brtributos@pmspa.sc.gov.br

#### ANEXO I

##### Quadro de Vagas

CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA
Engenheiro Civil	01	Certificado de conclusão de Ensino Superior em Engenharia Civil e Registro no Conselho da Classe	1.980,76	20 horas

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0200  
www.pmspa.sc.gov.brtributos@pmspa.sc.gov.br



**ANEXO II****DESCRIÇÃO DO CARGO DESCRIÇÃO SUMÁRIA**

Assessora a administração municipal com pareceres técnicos, elaboração de projetos, bem como a execução, direção ou fiscalização de obras civis, objetivando sua qualidade técnica e economia. **DESCRIÇÃO DETALHADA**

01 – Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente.

02 – Executar estudo, planejamento, projeto e especificação;

03 – Executar estudo de viabilidade técnico-econômica;

04 – Prestar assistência, assessoria e consultar;

05 – Dirigir obras e serviços técnicos;

06 – Executar vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e pareceres técnicos;

07 – Realizar ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensino e divulgação técnica e extensão;

08 – Elaborar orçamento;

09 – Efetuar a padronização, mensuração e controle de qualidade;

10 – Executar obras e serviços técnicos;

11 – Conduzir equipes de instalação, sondagem, operação, reparo e manutenção;

12 – Executar instalação, montagem e reparo;

13 – Operar e realizar manutenção de equipamentos e instalação;

14 – Executar desenho técnico;

**RESOLUÇÃO FMS/SC Nº001, DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616235

**RESOLUÇÃO FMS/SC Nº001, DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

**INSTITUI A CRIAÇÃO DE COMITÊ DE CRISE REFERENTE A EMERGÊNCIA EM SAÚDE PÚBLICA DA PANDEMIA COVID-19 – CORONAVIRUS E NOMEIA MEMBROS.**

Art. 1º Fica instituído o comitê de crise, com a incumbência de operacionalizar, e articular ações para o enfrentamento e resposta imediata à emergência de saúde pública, coronavírus (COVID-19).

Parágrafo único. As ações e os serviços públicos de saúde voltados à contenção de emergência serão articuladas pela Comissão de Resposta ao Coronavírus em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Ficam nomeados para compor o Comitê de Crise:

I – Representantes do Poder Executivo:

a) – Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social;

Simone Moretti

b) – Enfermeira ESF;

Camila Albino Siegel

c) – Médica do ESF,

Deise Klauck

d) – Assistente Social;

Dayana Cristina Costa Ribeiro

e) – Vigilância Sanitária;

Aristeu Jorge Nascimento

f) – Vigilância Epidemiológica;

Catiane da Silva Pereira Junckes

II) Representantes da Sociedade Civil;

a) - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

Edite Hack

b) – Presidente do Conseg 206 / São Pedro de Alcântara;

Mário de Oliveira

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

São Pedro de Alcântara, 20 de agosto de 2020.

SIMONE MORETTI

Secretária Municipal de Saúde

E Desenvolvimento Social



# Saudades

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ATA Nº 017/2020

Publicação Nº 2616825

EXTRATO DE ATA Nº 17/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1533/2020.

RELAÇÃO DE MATERIAL REGISTRADO COM A EMPRESA:

Nome do Fornecedor: VANELLI AGROPECUÁRIA LTDA  
CNPJ: 05.166.501/0001-66 Inscrição Estadual: 254419534 Inscrição Municipal:  
Endereço: HERMANNAICHINGER nº 05 Bairro: CENTRO  
Cidade: IBIRAMA Estado: SC CEP: 89140-000  
Telefone/Fax: (49) 3433-2227 E-mail: franel@netxan.com.br  
Representante Legal:

FRANCISCO

NESTOR

VANELLI

Lote	Item	Especificação	Marca	Quant.	Unid.	Valor Unidade R\$
1	3	Sêmen bovino da raça Holandesa, cor Preto e Branco, com Prova Americana não inferior a Abril/2020, que atenda as seguintes características mínimas conforme prova oficial ou com conversão pelo Interbull: - TPI Igual ou superior a 2.600; - PTA Leite igual ou superior a 800 libras; - PTA Proteína em % igual ou superior a 0.0; - PTA Gordura em % igual ou superior a 0.05; - PTA Tipo igual ou superior a 1.5; - PTA Composto de Úbere igual ou superior a 0.8; - PTA Composto de Pernas e Pés igual ou superior a 0.0; - PTA Vida Produtiva igual ou superior a 4.0; - Taxa de Prenhez das filhas igual ou superior a 0.0; - Contagem de Células Somáticas igual ou menor a 2.95; - Facilidade de Parto	PROPHECY	1.500	DS	23,50
1	5	Sêmen bovino da raça Jersey, com Prova Americana não inferior a Abril/2020, que atenda as seguintes características mínimas conforme prova oficial ou com conversão pelo Interbull: - JPI Igual ou Superior a 50; - PTA Leite Igual ou superior a 1000 libras; - PTA Tipo Igual ou superior a 1.2; - Estatura igual ou superior a 0.0; - PTA Composto de Úbere igual ou superior a 8.0; - Contagem de Células Somáticas igual ou inferior a 3.05; - PTA Vida Produtiva igual ou superior a 3.0;	SWOOSH	2.000	DS	24,74

Saudades, 21 de agosto de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ATA Nº 018/2020

Publicação Nº 2616837

EXTRATO DE ATA Nº18/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1533/2020.

RELAÇÃO DE MATERIAL REGISTRADO COM A EMPRESA:

Nome do Fornecedor: FÁBIO JOSÉ RECKZIEGEL ME  
CNPJ: 10.369.055/0001-27 Inscrição Estadual: 256.563.683 Inscrição Municipal:  
Endereço: BRASÍLIA nº 2060 Bairro: CENTRO  
Cidade: PINHALZINHO Estado: SC CEP: 89870-000



Telefone/Fax: 49-3366-2371 88076411 E-mail:

Representante

Legal:

FÁBIO

JOSÉ

RECKZIEGEL

Lote	Item	Especificação	Marca	Quant.	Unid.	Valor Unidade R\$
1	1	Sêmen Bovino da Raça Red Angus, provado pela Associação Canadense ou Americana da Raça, com provas oficiais não inferiores a Abril/2020, que contenha as seguintes características mínimas: - Facilidade de Parto: DEP igual ou maior a 10; - Peso ao nascer: DEP igual ou menor a 0; - Peso a desmama: DEP igual ou maior a 40, TOP 10% ou melhor; - Peso ao ano: DEP igual ou maior a 90, TOP 5% ou melhor;	SEMEX - ONE AND ONLY	4.500	DS	14,90
1	2	Sêmen bovino da raça Holandesa, cor Preto e Branco, com Prova Americana não inferior a Abril/2020, que atenda as seguintes características mínimas conforme prova oficial ou com conversão pelo Interbull: - TPI Igual ou superior a 2.600; - PTA Leite igual ou superior a 1400 libras; - PTA Proteína em % igual ou superior a 0.0; - PTA Gordura em % igual ou superior a 0.01; - Confiabilidade para Produção igual ou superior a 77%; - PTA Tipo igual ou superior a 1.0; - PTA Composto de Úbere igual ou superior a 0.8; - PTA Composto de Pernas e Pés igual ou superior a 0.0; - PTA Vida Produtiva igual ou superior a 3.5; - Taxa de Prenhez das filhas igual ou superior a 0.0; - Contagem de Célula	SEMEX- KRYPTON	2.500	DS	22,60
1	4	Sêmen bovino da raça Holandesa, cor Preto e Branco, com Prova Americana não inferior a Abril/2020, que atenda as seguintes características mínimas conforme prova oficial ou com conversão pelo Interbull: - TPI Igual ou superior a 2.700; - PTA Leite igual ou superior a 1400 libras; - PTA Proteína em % igual ou superior a 0.01; - PTA Gordura em % igual ou superior a 0.00; - Confiabilidade para Produção igual ou superior a 77%; - PTA Tipo igual ou superior a 1.2; - PTA Composto de Úbere igual ou superior a 1.0; - PTA Composto de Pernas e Pés igual ou superior a 0.5; - PTA Vida Produtiva igual ou superior a 4.0; - Contagem de Células Somáticas igual ou menor a 2.95; - Facilidade de Pa	SEMEX- PATRIOT	2.500	DS	21,90
1	6	Sêmen bovino da raça Jersey, com Prova Americana não inferior a Abril/2020, que atenda as seguintes características mínimas conforme prova oficial ou com conversão pelo Interbull: - JPI Igual ou Superior a 80; - PTA Leite Igual ou superior a 700 libras; - PTA Tipo Igual ou superior a 1.0; - PTA Composto de Úbere igual ou superior a 7.0; - Contagem de Células Somáticas igual ou inferior a 3.0; - PTA Vida Produtiva igual ou superior a 4.5;	SEMEX- MARVEL	2.500	DS	22,50
1	7	Sêmen bovino da raça Jersey, com Prova Americana não inferior a Abril/2020, que atenda as seguintes características mínimas conforme prova oficial ou com conversão pelo Interbull: - JPI Igual ou Superior a 70; - PTA Leite Igual ou superior a 600 libras; - PTA Tipo Igual ou superior a 1.0; - Estatura igual ou superior a 0.0; - PTA Composto de Úbere igual ou superior a 6.0; - Contagem de Células Somáticas inferior a 2.9; - PTA Vida Produtiva igual ou superior a 5.0; - Taxa de Prenhês das Filhas – DPR igual ou superior a 0.0;	SEMEX - ZEBULON	2.000	DS	22,60

Saudades, 21 de agosto de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2020-FMS

Publicação Nº 2616351

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 17/2020-FMS

PROCESSO Nº. 57/2020-FMS

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em aferição de balanças para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 08 de setembro de 2020 às 14h.

Abertura do Processo: 08 de setembro de 2020 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2020-FMS

Publicação Nº 2616361

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2020-FMS

PROCESSO Nº. 58/2020-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para construção, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos, de sala para profissionais do setor Saúde, através da união de módulos, totalizando a área mínima construída de 28,8m<sup>2</sup>, para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 09 de setembro de 2020 às 14h.

Abertura do Processo: 09 de setembro de 2020 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2020-PMS**

Publicação Nº 2616385

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2020-PMS

PROCESSO Nº. 149/2020-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de telhas de fibrocimento e pregos, para atender as necessidades das Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 10 de setembro de 2020 às 14h.

Abertura do Processo: 10 de setembro de 2020 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 24 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.245/2020, DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616670

DECRETO Nº 5.245/2020, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 5.231/2020, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA :

Art. 1º Fica alterado o "caput" do art. 1º do Decreto nº 5.231/2020, de 5 de agosto de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam suspensas até o dia 27 de agosto de 2020, podendo este prazo ser revisto a qualquer tempo, conforme estabelecido no artigo 7º, deste Decreto, as seguintes atividades:"

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no Decreto nº 5.231/2020, de 5 de agosto de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, condicionada a sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 20 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal

Publicado por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA

Procurador Municipal

**DECRETO Nº 5.246/2020, DE 20 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616671

DECRETO Nº 5.246/2020, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

ALTERA O DECRETO Nº 5.068, DE 13 DE ABRIL DE 2020, QUE DECLARA ESTADO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL, NOS TERMOS DO COBRADE Nº 1.5.1.1.0 - DOENÇAS INFECCIOSAS VIRAIIS, PARA FINS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e,

DECRETA:

Art. 1º O inciso II do art. 4º, do Decreto nº 5.068, de 13 de abril de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º Ficam suspensas, em todo o território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020:

[...]

III – até 12 de outubro de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;”.

Art. 2º Ficam revogados os dispositivos em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 20 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal  
Publicado por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

**PORTARIA Nº 8.412/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616673

PORTARIA Nº 8.412/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

REESTRUTURA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº. 818/1993, de 5 de outubro de 1993, alterada pela Lei Municipal nº. 1.586/2007, de 10 de julho de 2007 e Lei Municipal nº2.119/2015, de 15 de setembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Reestruturar a composição do Conselho Municipal de Saúde, a saber:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO, PROFISSIONAIS DE SAÚDE E PRESTADORES DE SERVIÇOS:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde

- Gabriela Grabowski Bosco – titular
- Roseane Finta – suplente

b) Um representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

- Elisa Andreia da Silva de Assis – titular
- Dalila Isabel Ronchi Konell – suplente

c) Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças

- Adriana Steilein – titular
- Hercílio Peitruka Junior – suplente

d) Um representante dos Prestadores de Serviços do SUS

- Jerri Luciano Klabunde – titular
- Melisse dos Santos Marcon – suplente

e) Um representante dos Profissionais de Saúde

- Natalia Vila Machado – titular
- Silvanete Regina Zoz – suplente

## II – REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS:

### a) Dois representantes dos movimentos comunitários

- Lourdes Correa Kath – titular
- Renildo João Tomaselli - titular
- Adeilson Gosch Machado – suplente
- Alirio Engel – suplente

### b) Um representante de Associações de moradores ou entidades equivalentes

- Almir Pereguda – titular
- Miguel Valentin Noll – suplente

### c) Dois representantes de Organizações Religiosas

- Lourival José Tomaselli – titular
- João Fidelis – titular
- Dulce Schreiber Nunes – suplente
- Samuel da Silva – suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008, revogando-se a Portaria nº 8.081/2019, de 19 de novembro de 2019.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 21 de agosto de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS  
Secretário da Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

ATA CONCORRÊNCIA 01/2020-PMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2615936

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 1/2020 - CC
	Processo Administrativo: 130/2020
	Processo de Licitação: 14/07/2020

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Número da ATA: 140/2020 (Sequência: 3)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

outorga de permissão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Schroeder, nos termos da Lei Municipal n.º 1.681/2008, de 16 de setembro de 2008 e Lei Federal n.º 8.987, de 13/02/1995 e Convênio de trânsito n.º 0095/DETRAN/ASJUR/2020

A comissão reuniu-se para abertura do envelope de proposta da empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME conforme determinado em ata anteriormente. Constatando que a empresa apresentou a proposta de acordo com o edital, foi declarada vencedora do certame a empresa GUINCHO DOIS IRMÃOS LTDA. - ME. Diante do exposto abre-se prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata às empresas participantes.

Schroeder, 21 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

- |                               |         |                                       |
|-------------------------------|---------|---------------------------------------|
| Daniela Samulescki            | - ..... | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Valderi Rocha de Camargo      | - ..... | - Membro                              |
| Rafaela Susan Kienen          | - ..... | - Membro                              |
| Ivandra de Souza              | - ..... | - Membro                              |
| Marlene Neumann               | - ..... | - Secretária                          |
| Tiago Rafael Muchalski Petry  | - ..... | - Membro Suplente                     |
| Natascha Luize Kopper Strelow | - ..... | - Membro Suplente                     |



## ATA PREGÃO PRESENCIAL 14\_2020-FMS (SEQUÊNCIA 03)

Publicação Nº 2616253

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09  RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b>  <b>Nr.: 14/2020 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo:  Processo de Licitação: 38/2020  Data do Processo: 07/07/2020</p>
	<p>Folha: 1/2</p>

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 26/2020 (Sequência: 3)**

Ao(s) 21 de Agosto de 2020, às 13:30 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 8266/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 38/2020, Licitação nº 14/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para etapa de lances conforme determinado em ata anteriormente. Os documentos serão analisados com data de 17 de agosto de 2020, data da abertura do processo. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora empresa GENESIO A. MENDES & CIA LTDA. para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa GENESIO A. MENDES & CIA LTDA. apresentou Alvará de Licença e Localização sem autenticação, este documento é exigido no edital no item 7.1.6 e deve obedecer ao disposto no item 7.4 do edital, sendo assim a empresa GENESIO A. MENDES & CIA LTDA não apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim inabilitada. Será passado o item 01 para a segunda colocada a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. Constatando vencedora empresa A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa A. G. KIENEN & CIA. LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata às empresas participantes.

**Participante: 12839 - A G KIENEN & CIA LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	CELEBRA 200MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 026.13.001215-2)	COMP	360,00	PFIZER	0,0000	4,59	1.652,40
3	ROSUVASTATINA 5MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0900074-44.2019.8.24.0026)	COMP	360,00	E.M.S	0,0000	0,41	147,60
4	ROSUVASTATINA 10MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0301638-15.2016.8.24.0026)	COMP	360,00	E.M.S	0,0000	0,45	162,00
5	ROSUVASTATINA 20MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 5000330-24.2019.8.24.0026)	COMP	720,00	GERMED	0,0000	0,79	568,80
6	XARELTO 15MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 0000284-28.2016.8.24.0026)	COMP	500,00	BAYER	0,0000	7,64	3.820,00
7	XARELTO 20MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 5000330-24.2019.8.24.0026)	COMP	500,00	BAYER	0,0000	7,64	3.820,00
8	ARISTAB 10MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0302674-29.2015.8.24.0026) (ACIP 5002384-60.2019.8.24.0026)	COMP	510,00	ACHE	0,0000	4,59	2.340,90
9	ARISTAB 15MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0302674-29.2015.8.24.0026) (ACIP 5002384-60.2019.8.24.0026)	COMP	510,00	ACHE	0,0000	7,22	3.682,20
10	INVOKANA 300MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0900333-44.2016.8.24.0026)	COMP	360,00	JANSSEN	0,0000	5,77	2.077,20
13	CLORIDRATO DE TRAZODONA - DONAREN 150MG COMPRIMIDOS (ACIP 026.06.000564-0)	COMP	500,00	APSEN	0,0000	3,85	1.925,00
14	JANUVIA 100MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 0900074-44.2019.8.24.0026)	COMP	1.000,00	MERCK	0,0000	7,28	7.280,00
16	NESINA PIO 25+30MG CAIXA COM ..... (ACIP)	COMP	500,00	TAKEDA	0,0000	4,06	2.030,00
17	KEPRA 250MG CAIXA COM ..... (ACIP)	COMP	210,00	UCB	0,0000	1,86	390,60
19	LIRAGLUTIDA 6MG CAIXA COM ..... (ACIP)	CX	36,00	NOVO NORDISK	0,0000	226,50	8.154,00
20	INVEGA 6mg (PALIPERIDONA)	COMP	336,00	JANSSEN	0,0000	23,05	7.744,80
<b>Total do Participante -----&gt;</b>							<b>45.795,50</b>



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER</b>		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 14/2020 - PR</b>	
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 38/2020 Processo de Licitação: 07/07/2020 Data do Processo:	
		Folha: 2/2	

Participante: 14464 - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	DIOVAN HCT 160/25MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 026.14.00367-9)	COMP	350,00	NOVARTIS	0,0000	2,644	925,40
11	RITALINA LA 40MG CAIXA COM 30 CAPSULA (ACIP 5000500-50.2011.404.7209)	CAPS	480,00	NOVARTIS	0,0000	6,07	2.913,60
21	MABTHERA 100mg (RITUXIMABE)	FR	10,00	ROCHE	0,0000	1.128,744	11.287,44
22	MABTHERA 500mg (RITUXIMABE)	FR	10,00	ROCHE	0,0000	5.635,197	56.351,97
Total do Participante ----->							71.478,41
Total Geral ----->							117.273,91

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 21 de Agosto de 2020

COMISSÃO:

- Daniela Samulescki
- ..... - Pregoeiro(a)
- Ivandra de Souza
- ..... - Equipe de Apoio
- Guilherme Sandmann Da Silva Vianna
- ..... - Equipe de Apoio
- Valderi Rocha de Camargo
- ..... - Equipe de Apoio
- Natascha Luize Kopper Strelow
- ..... - Equipe de Apoio
- Rafaela Susan Kienen
- ..... - Equipe de Apoio

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 62\_2020-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

Publicação Nº 2615880

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 62/2020 - PR</b></p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 140/2020 Data do Processo: 30/07/2020</p>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em fornecimento de serviço de varrição manual e roçada para suprir a necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 139/2020 (Sequência: 1)**

Ao(s) 21 de Agosto de 2020, às 09:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 8266/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 140/2020, Licitação nº 62/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas CECILIA GIRALDELO MACIEL 04952798976, ADRIANO MACIEL 04557300976, CELETA - SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA. - ME, SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME, ALESSANDRO JUVENAL BOGO 08110422942, S M BUDNIAK & CIA LTDA. - ME e NIVISA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas CECILIA GIRALDELO MACIEL 04952798976, ADRIANO MACIEL 04557300976, CELETA - SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA. - ME, SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME, ALESSANDRO JUVENAL BOGO 08110422942 e NIVISA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. - ME estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatou-se que a empresa S M BUDNIAK & CIA LTDA. - ME apresentou documentos de identificação sem autenticação, este documento é exigido no item 4.1.1 e deve obedecer ao disposto no item 4.1.3.1, sendo assim o representante da empresa S M BUDNIAK & CIA LTDA. - ME não está credenciado para a licitação. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas CECILIA GIRALDELO MACIEL 04952798976, ADRIANO MACIEL 04557300976, CELETA - SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA. - ME, SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME, ALESSANDRO JUVENAL BOGO 08110422942, S M BUDNIAK & CIA LTDA. - ME e NIVISA SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA. - ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME para o item 01, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa SJS PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA. ME apresentou CND municipal vencida em 17/08/2020 este documento é exigido no item 7.1.3 se tratando de empresa ME e de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no seu artigo 43 traz que "As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. § 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. § 2º A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação". Sendo concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de nova certidão, caso contrário será considerada inabilitada. Constatando vencedora a empresa CECILIA GIRALDELO MACIEL 04952798976 para o item 02, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa CECILIA GIRALDELO MACIEL 04952798976 apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

**Participante: 13141 - SJS PRESTADORA DE SERVICOS LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Empresa Especializada em Serviço de Roçada de beira de rua e limpeza em geral em áreas (pátios e terrenos) da Prefeitura, incluso máquina e ferramentas. (com fornecimento de mão de obra especializada e equipamentos) - A segurança viária no local do serviço cabe a contratada (colocação de cones, placas de sinalização e tela de proteção) Município de Schroeder.	H	1.200,00		0,0000	20,00	24.000,00

**Total do Participante -----> 24.000,00**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**
**Nr.: 62/2020 - PR**

Processo Administrativo:  
 Processo de Licitação: 140/2020  
 Data do Processo: 30/07/2020

Folha: 2/2

**Participante: 14091 - CECILIA GIRALDELO MACIEL 04952798976**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Contratação de Empresa Especializada em serviços de capina e varrição manual em ruas públicas e estradas, com serviços adicionais como varrição manual de acostamento e passeios públicos, recolhimento de resíduos sólidos, roçadas, pintura de meio fio e postes. A Empresa é responsável pelo transporte dos funcionários até o local do serviços, todas as máquina, ferramentas e placas de sinalização e segurança pessoal utilizados nas operações de serviços.	H	5.000,00		0,0000	17,90	89.500,00

**Total do Participante ----->** 89.500,00

**Total Geral ----->** 113.500,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 21 de Agosto de 2020

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki - ..... - Pregoeiro(a)  
 Ivandra de Souza - ..... - Equipe da Apoio  
 Guilherme Sandmann Da Silva Vianna - ..... - Equipe de Apoio  
 Valderi Rocha de Camargo - ..... - Equipe de Apoio  
 Natascha Luize Kopper Strelow - ..... - Equipe de Apoio  
 Rafaela Susan Kienen - ..... - Equipe de Apoio

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

GIZIELE GOMES GIRARDI - ..... - Representante  
 SAMOEL SIQUEIRA SALLES - ..... - Representante  
 ADRIANO MACIEL - ..... - Representante  
 ADRIANO MACIEL - ..... - Representante  
 LEANDRO ROBERTO ALVES - ..... - Representante  
 CEDINEI LOPES - ..... - Representante  
 ALESSANDRO JUVENAL BOGO - ..... - Representante

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 14/2020-FMS

Publicação Nº 2616252

Página: 1/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020**

Número do Registro de Preços: 13/2020      Data do Registro: 21/08/2020      Válido até: 21/08/2021						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Und.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	DIOVAN HCT 160/25MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS ( ACIP 026.14.00367-9)	COMP	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14464)	NOVARTIS	0	2,6440
2	CELEBRA 200MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 026.13.001215-2)	COMP	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14179)	NOVARTIS	0	3,2500
1		COMP	A G KENEN & CIA LTDA (12839)	PFIZER	0	4,5900
2		COMP	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14179)	EUROFARMA	0	4,8400
1		COMP	A G KENEN & CIA LTDA (12839)	E.M.S	0	0,4100
2		COMP	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14179)	EMS	0	0,5100
1		COMP	A G KENEN & CIA LTDA (12839)	E.M.S	0	0,4500
2		COMP	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14179)	GERMED	0	0,6500
1		COMP	A G KENEN & CIA LTDA (12839)	GERMED	0	0,7900
2		COMP	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14179)	GERMED	0	0,8900
1		COMP	A G KENEN & CIA LTDA (12839)	BAYER	0	7,6400
1		COMP	A G KENEN & CIA LTDA (12839)	BAYER	0	7,6400
1		COMP	A G KENEN & CIA LTDA (12839)	ACHE	0	4,5900

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020**

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 13/2020				Data do Registro: 21/08/2020		Válido até: 21/08/2021	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
9	ARISTAB 15MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0302674-29,2015.8.24.0026) (ACIP 5002384-60,2019.8.24.0026)	COMP	A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	ACHE	0	7,2200	1
10	INVOKANA 300MG CAIXA COM 30 COMPRIMIDOS (ACIP 0900333-44,2016.8.24.0026)	COMP	A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	JANSSEN	0	5,7700	1
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14179)	JJ	0	6,3900	2
11	RITALINA LA 40MG CAIXA COM 30 CAPSULA (ACIP 5000500-50,2011.404.7209)	CAPS	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14464)	NOVARTIS	0	6,0700	1
			A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	NOVARTIS	0	8,4500	2
13	CLORIDRATO DE TRAZODONA - DONAREN 150MG COMPRIMIDOS (ACIP 026.06.000564-0)	COMP	A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	APSEN	0	3,8500	1
14	JANUVIA 100MG CAIXA COM 28 COMPRIMIDOS (ACIP 0900074-44,2019.8.24.0026)	COMP	A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	MERCK	0	7,2800	1
16	NESINA PIO 25+30MG CAIXA COM ..... (ACIP)	COMP	A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	TAKEDA	0	4,0600	1
17	KEPRA 250MG CAIXA COM ..... (ACIP)	COMP	A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	UCB	0	1,8600	1
19	LIRAGLUTIDA 6MG CAIXA COM ..... (ACIP)	CX	A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	NOVO NORDI	0	226,5000	1
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14179)	NOVO NORDI	0	231,0000	2
20	INVEGA 6mg (PALIPERIDONA)	COMP	A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	JANSSEN	0	23,0500	1
21	MABTHERA 100mg (RITUXIMABE)	FR	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14464)	ROCHE	0	1.128,7440	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020**

Página: 3/5

**Número do Registro de Preços: 13/2020      Data do Registro: 21/08/2020      Válido até: 21/08/2021**

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
22	MABTHERA 500mg (RITUXIMABE)	FR	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14179)	ROCHE	0	1.646,3500	2
			A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	ROCHE	0	3.890,0000	3
			CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14464)	ROCHE	0	5.635,1970	1
			F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA (14179)	ROCHE	0	8.222,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020**

Página: 4/5

**Número do Registro de Preços:** 13/2020      **Data do Registro:** 21/08/2020      **Válido até:** 21/08/2021

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			A G KIENEN & CIA LTDA (12839)	ROCHE	0	9.740,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 13/2020

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 13/2020		Data do Registro: 21/08/2020		Válido até: 21/08/2021	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO aquisição de medicamentos de ações judiciais para a Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)					

Schroeder, 21 de Agosto de 2020.



**DECRETO Nº 5.244/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616669

**DECRETO Nº 5.244/2020, DE 18 DE AGOSTO DE 2020**

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL****02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.06.181.0014.2.057 - Manutenção Convênio Polícia Militar		
3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0010 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. ....	R\$	1.000,00
3.3.91.39.00.00.00.00 - 00.01.0293 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....	R\$	500,00

**02.04 - DIRETORIA MUNICIPAL DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)**

02.04.04.125.0002.2.013 - Manutenção do PROCON		
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.1110 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica .....	R\$	12.000,00

**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO****12.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER**

12.01.27.812.0007.2.040 - Manutenção das Atividades Desportivas		
3.3.90.40.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur. ....	R\$	1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL****02.01 - CHEFIA DE GABINETE**

02.01.06.181.0014.2.057 - Manutenção Convênio Polícia Militar		
4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0010 - Obras e Instalações .....	R\$	1.000,00
4.4.30.42.00.00.00.00 - 00.01.0293 - Auxílios .....	R\$	500,00

**02.04 - DIRETORIA MUNICIPAL DEFESA DO CONSUMIDOR (PROCON)**

02.04.04.125.0002.2.013 - Manutenção do PROCON		
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.1110 - Equipamentos e Material Permanente .....	R\$	12.000,00

**12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO****12.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER**

12.01.27.812.0007.2.040 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica ..... R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 18 de Agosto de 2020.

**OSVALDO JURCK**

Prefeito Municipal

**FERNANDO RODRIGO DA ROSA**

Resp.Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

**TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY**

Assessor Jurídico

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1987

Publicação Nº 2616707

DECRETO Nº 1987, DE 21 AGOSTO DE 2020

Prorroga mandato dos Membros do Conselho Municipal Direitos dos Idosos – CMDI e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica Municipal e de acordo e de acordo com § 3º do art. 5º da Lei Municipal nº 1875, de 13 de junho de 2016, que dispõe sobre a Reestruturação da Política Municipal dos Direitos dos Idosos e Cria o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI e dá outras providências, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.856 de 25 de março de 2020 que declara situação de emergência no Município de Seara, e prorroga o prazo das medidas de enfrentamento à situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a continuidade da proibição de reuniões de grupos e similares objetivando o enfrentamento ao estado de emergência conforme normas das legislações vigentes a nível nacional, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que as disposições acima que inviabilizam a realização de fórum próprio das entidades não governamentais, especialmente convocado pelo Conselho Municipal Direitos dos Idosos – CMDI, conforme estabelecido no § 5º do art. 5º da Lei Municipal nº 1875, de 13 de junho de 2016, com fim, de que os membros representantes da sociedade civil sejam eleitos por seus pares, assim como a inviabilidade técnica da realização da plenária por teleconferência,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado, até 31 de agosto de 2021, o mandato dos Membros do Conselho Municipal Direitos dos Idosos – CMDI nomeados pelo Decreto nº 1499, de 03 de setembro de 2018, nos termos do § 3º do art. 5º da Lei Municipal nº 1875, de 13 de junho de 2016.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, em 21 de agosto de 2020

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 21 de agosto de 2020

Dirlei Giombelli Wildner  
Secretária de Administração

### LEI Nº 2051

Publicação Nº 2616709

LEI Nº 2051, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Define denominação Oficial da Sede do Município, Distritos e Comunidades Rurais do Município de Seara e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso XXVI do art. 108, combinado com o inciso XVI do art. 41 da Lei Orgânica Municipal faz saber a todos os habitantes deste Município que o Poder Legislativo aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominados oficialmente a sede do município, os distritos e as seguintes comunidades rurais do Município de Seara/SC:

- I. Seara, Perímetro Urbano (Sede)
- II. Distrito de Nova Teutônia
- III. Distrito de Caraíba
- IV. Linha Caçador
- V. Linha Sede Floresta
- VI. Linha São Marcos
- VII. Linha Dois Irmãos
- VIII. Linha Forquilha

IX. Linha Bernardi  
X. Linha Bonita  
XI. Linha Santa Cruz  
XII. Linha Celso Ramos  
XIII. Linha Rosina Nardi;  
XIV. Linha Rui Barbosa;  
XV. Linha São Valentim;  
XVI. Linha Vani;  
XVII. Linha 13 de Maio;  
XVIII. Linha São Brás;  
XIX. Linha São Pedro;  
XX. Linha Filippi;  
XXI. Linha São Paulo;  
XXII. Linha Smaniotto;  
XXIII. Linha Sagrado Coração;  
XXIV. Linha Ariranhazinha;  
XXV. Linha Lageado dos Fortes;  
XXVI. Linha Marrecas;  
XXVII. Linha Gramado;  
XXVIII. Linha Nova Brasília;  
XXIX. Linha Ferenz;  
XXX. Linha Pinhalzinho  
XXXI. Linha Rosário;  
XXXII. Linha Esperança;  
XXXIII. Linha Dom Pedro I;  
XXXIV. Linha Ipiranga;  
XXXV. Linha Taquarimbó;  
XXXVI. Linha Salete;  
XXXVII. Linha São Roque;  
XXXVIII. Linha Água Bonita;  
XXXIX. Linha Santa Lúcia;  
XL. Linha Berno;  
XLI. Linha Consoladora;  
XLII. Linha São Rafael;  
XLIII. Linha Altamiro Guimarães;  
XLIV. Linha Vitória;  
XLV. Linha Três Fronteiras.

Parágrafo único. Eventuais documentos nos quais constem denominação divergente da estabelecida no presente artigo, deverão ser alterados na medida em que se fizer necessário.

Art. 2º Ficam revogadas as Leis nº 28, de 17 de maio de 1967 e nº 825, de 30 de abril de 1992.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 21 de agosto de 2020.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO 150/2020

Publicação Nº 2616485

Processo Licitatório nº. 150/2020.

Edital de Pregão Presencial nº. 077/2020 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 03/09/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais e prestação de serviço para recapeamento de ruas deste município. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 21 de agosto de 2020.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 151/2020**

Publicação N° 2617305

Processo Licitatório 151/2020.

Edital de Pregão Presencial nº. 078/2020 – Registro de Preços

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 13h30min do dia 03/09/2020, "envelopes de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição e instalação de parques infantis. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 21 de agosto de 2020.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

# Serra Alta

## PREFEITURA

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2017

Publicação Nº 2615174

#### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N.º059/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE LOCAÇÃO DE SOFTWARES SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente Termo, O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 12C 1.233.665, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado; a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67 representada pelo Sr. Alexandre Paloski, gerente de filial, inscrito no CPF sob nº 022.178.849-21, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato, para fazer constar as seguintes alterações:

#### Cláusula Primeira – DO OBJETO

O Contrato supra citado passa a vigorar com a seguinte alteração, respeitando o disposto no artigo 65, I, "a" da Lei. 8.666/93:

- Ficam acrescidos ao objeto referente aumento qualitativo os valores mensais de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) do Sistema PROTOCOLO FLY, com usuários ilimitados, e em parcela única R\$ 1.980,00 (Hum mil, novecentos e oitenta reais) referente a implantação, conversão e treinamento dos respectivos aplicativos, devendo atender aos seguintes requisitos: (Anexo 1).

#### Cláusula Segunda – DO REAJUSTE E VIGÊNCIA

Os valores dos novos aplicativos contratados através deste instrumento serão reajustados depois de decorrido o interregno mínimo de 12 meses, com base no índice previsto no contrato principal, apurado no período de referência, a contar da data de assinatura do presente termo.

O presente instrumento terá vigência a partir de 24/08/2020 a 24/08/2021.

#### Cláusula Terceira - DAS DOTAÇÕES

As despesas resultantes deste termo aditivo correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas no orçamento vigente para o exercício de 2020 e 2021 na seguinte classificação: 03.01.2.300- Manutenção da Administração Geral. 3.3.90.00 DR 0001.

#### Cláusula Quarta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Serra Alta/SC, 24 de Agosto de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.  
ALEXANDRE PALOSKI  
CONTRATADA

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA  
Advogado OAB/SC 54.175

#### Testemunhas

EDERSON CEREZOLLI CPF: 029.867.439-43 Sec. de Administração	LUANA RAFAELA WALKER GIRELLI CPF: 009.277.159-96 Diretora do Dpto. de Plan. e Finanças
---	--

## ANEXO: 1

## APLICATIVO DE PROTOCOLO FLY

Descrição
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização da Data/Hora e usuários que anexaram documentos ao processo.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar configurações e personalizações de notificações para envio via e-mail e SMS. As configurações disponíveis para envio por e-mail deverão ser: <ul style="list-style-type: none"> <li>* Emitir e-mail ao requerente a cada tramitação;</li> <li>* Emitir e-mail ao beneficiário a cada tramitação;</li> <li>* Emitir e-mail ao responsável a cada andamento efetuado;</li> <li>* Emitir e-mail aos usuários a cada andamento efetuado;</li> <li>* Emitir e-mail somente ao usuário informado ao efetuar um andamento para o mesmo organograma;</li> <li>* Emitir e-mail ao responsável do processo quando for anexado um documento;</li> <li>* Emitir e-mail ao responsável do organograma quando for deferida uma solicitação de abertura;</li> <li>* Emitir e-mail ao responsável do organograma quando for aberto um processo;</li> </ul> As configurações disponíveis para o envio de SMS deverão ser: <ul style="list-style-type: none"> <li>* Enviar SMS ao requerente/beneficiário a cada processo concluído;</li> <li>* Enviar SMS ao requerente/beneficiário a cada processo concluído;</li> </ul>
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a funcionalidade, realizar consultas de processos utilizando o endereço do requerente ou do beneficiário. Os seguintes dados deverão ser utilizados para a consulta: <ul style="list-style-type: none"> <li>* Bairro – Requerente;</li> <li>* Bairro - Beneficiário;</li> <li>* Logradouro – Requerente;</li> <li>* Logradouro - Beneficiário;</li> <li>* Loteamento – Requerente;</li> <li>* Loteamento - Beneficiário.</li> </ul>
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização dos pareceres realizados no processo consultado, a fim de saber o motivo do deferimento ou indeferimento do processo, sendo possível identificar o organograma e o usuário que inseriu o parecer.
Possibilitar o cadastro de usuários em uma central unificada
Permitir ao usuário realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema, possibilitando utilizar certificados digitais do Tipo A1 e A3 e a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos. Após conclusão da assinatura o usuário emissor recebe uma notificação de conclusão do processo de assinatura, sendo possível visualizar o documento assinado no momento do recebimento da notificação.
Possibilitar ao cidadão a visualização das movimentações realizadas no processo consultado, para que o cidadão possa identificar em qual situação o processo se encontra no momento da consulta.
Possibilitar ao servidor público realizar análise das solicitações cadastradas pelo cidadão. Sendo possível visualizar os dados do cidadão, bem como os documentos anexados exigidos pelo órgão público e os documentos anexados pelo cidadão no momento da abertura da solicitação.
Permitir aos usuários que possuam permissão de acesso definir em qual formato deseja visualizar os relatórios do sistema, devendo ser possível escolher os seguintes formatos de saída: PDF; HTML; XLS.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar transferência de um processo para outro usuário pertencente ao mesmo organograma, para que o processo passe a ser analisado pelo mesmo.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização de todas as movimentações que podem ser efetuadas nos processos consultados, ou ao abrir um processo, para que o usuário efetue todas as movimentações necessárias em uma única página.
Permitir aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a personalização dos menus do sistema, podendo bloquear cadastros, processos e relatórios que não serão utilizados, como também configurar o posicionamento de cada funcionalidade conforme a necessidade do usuário.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar registro e consulta de convênios, para emissão de guias de pagamento.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar o registro de endereços. O registro consiste no preenchimento dos dados de Logradouros, Condomínios, Loteamentos, Bairros, Estados e Municípios.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a edição de dados dos processos já registrados nos sistemas.
Possibilitar ao usuário realizar cópias de processos já registrados no sistema.
Possibilitar aos usuários do sistema que possuam permissão de acesso a página, encaminhar processos encerrados para outros organogramas, para que os mesmos possam ser arquivados.
Possibilitar ao administrador do sistema realizar a definição do limite de retroação em dias para abertura de processos.
Possibilitar ao cidadão realizar filtros dos seus processos por situação, sendo possível filtrar por: <ul style="list-style-type: none"> <li>* Todos os processos;</li> <li>* Processos encerrados;</li> <li>* Processos em análise;</li> <li>* Processos não analisados;</li> <li>* Solicitações pendentes.</li> </ul>
A navegação entre os campos da tela deve permitir ser realizada através da tecla <input type="checkbox"/> Enter <input type="checkbox"/> e <input type="checkbox"/> Tab <input type="checkbox"/> .
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a criação e a emissão de solicitação de comparecimento do cidadão a entidade.
Possibilitar aos usuários dos sistemas que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização de todos os processos que estão em análise na entidade, e a quanto tempo cada processo está sem movimentação, para controle dos processos que estão a muito tempo sem receber movimentação.

Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização de todas as pessoas cadastradas na entidade através de um relatório, permitindo visualizar todos os tipos de pessoas, ou apenas as pessoas físicas ou jurídicas. Para que seja possível o controle da quantidade de pessoas que estão cadastradas na entidade e o tipo de cada uma delas.
Possibilitar ao cidadão a visualização dos documentos anexados e pendentes de anexação dos processos consultados.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição da quantidade de processos ainda não analisados que serão permitidos por usuário.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a criação de organogramas externos, que não fazem parte da entidade, sendo possível o envio e o recebimento de processos.
Possibilitar aos usuários que possuem permissão de acesso a página, realizar a visualização do histórico dos andamentos realizados, confirmados e excluídos de um processo.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a configuração das regras para ajuntamento de processos, para definição se o ajuntamento será realizado por anexação ou por apensamento.
Permitir ao usuário cadastrar feriados existentes, a fim de definir as datas de vencimentos das guias de pagamento, para que não haja cobrança de acréscimos quando um vencimento tenha sido configurado em um feriado.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso, realizar a visualização dos dados de encerramento, arquivamento e estorno dos mesmos ao consultar um processo, a fim de saber em qual data e qual usuário realizou alteração dessas movimentações.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição de quais organogramas da entidade estarão ativos ou inativos. Os organogramas inativos não receberão processos.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possua permissão de acesso a página, realizar a visualização de todos os processos encerrados na entidade em um determinado período, para que os mesmos possam receber arquivamento.
As atualizações da solução devem ser realizadas de maneira automatizada sem necessidade de interferência do usuário.
Possibilitar através de um relatório, para usuários que possuam previamente permissão de acesso a funcionalidade, a filtragem por data dentro de um período de um ano para visualização de acessos dos usuários.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar andamento de processos de forma individual ou por lote para outros organogramas da entidade
Possibilitar ao cidadão a visualização dos andamentos realizados no processo consultado, para que o cidadão possa identificar em qual local o seu processo se encontra no momento da consulta.
Possibilitar ao cidadão a consulta de solicitações e processos abertos por ele, bem como a consulta de processos através do número único.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar abertura de processos e seus volumes, para que sejam encaminhadas aos responsáveis e estes determinem uma providência
Permitir a qualquer cidadão solicitar serviços à entidade através da abertura externa de protocolos. Para realizar uma solicitação de abertura é necessário que o cidadão realize login para realizar acesso ao ambiente de abertura de processos. Ao acessar o ambiente por um link de acesso exclusivo de um órgão, os campos (Município e Entidade) já devem estar preenchidos automaticamente pelo sistema, sendo possível realizar alteração caso necessário.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a personalização dos modelos dos relatórios no formato desejado. Podendo definir o uso do modelo padrão, disponibilizado pelo sistema, ou o modelo personalizado com base nas informações que o sistema fornece.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a emissão de comprovantes de abertura de processos.
Possibilitar ao usuário de destino a visualização de organogramas que não realizaram os andamentos do processo que se encontram em paralelo.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição dos tipos de notificação que o mesmo deseja receber via e-mail, podendo escolher entre os tipos: * Receber notificação dos processos que me encaminharam; * Receber notificação dos processos em que sou o responsável do organograma; * Receber notificações dos processos que o sistema me enviou automaticamente; * Receber notificação dos processos que podem ser enviados para todos os usuários do organograma.
Possibilitar aos usuários da entidade que possuam permissão de acesso ao ambiente, realizar a visualização da quantidade de processos abertos por cada usuário da entidade, para controle de quantos processos cada usuário do sistema está responsável.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar confirmação de recebimento de processos individualmente ou por lote de processos enviados ao organograma em que usuário pertence, para que os mesmos possam ser analisados no organograma.
Disponibilizar aos servidores públicos, um ambiente centralizado que contém ajuda relacionada às funcionalidades do sistema.
Permitir que ao realizar entrega de documentos, o usuário que possui permissão de acesso a esta funcionalidade, selecione vários documentos para anexação ao processo desejado.
Possibilitar aos usuários do sistema que possuam permissão de acesso a página, configurar se os processos poderão receber andamentos quando houverem taxas pendentes de pagamento.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar o cadastro de agrupadores de solicitações, para categorização das solicitações posteriormente criadas.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a funcionalidade, realizar o cancelamento e estorno de guias de pagamento.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar anexação de documentos em formato digital, realizando vínculo a processos.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a emissão de etiquetas previamente configurada, para processos já registrados no sistema.
Permitir aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a inserção de pareceres por processo, possibilitando informar se o parecer realizado é conclusivo.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão, realizar o acesso ao sistema sem a necessidade de instalações e atualizações.
Possibilitar ao usuário que possua permissão de acesso, a visualização através de um relatório, a procedência do processo, se o mesmo é de origem interna ou externa.
Possibilitar aos usuários do sistema que possuam permissão de acesso a página, o envio e o recebimento de processos para entidades externas, para que os processos possam ser analisados, quando necessário, por entidades não pertencentes ao usuário.



Permitir aos usuários que possuam, permissão de acesso a página, adicionar indexadores ou reajustar os seus valores por data conforme os índices econômicos estabelecidos, para que sejam atribuídos às guias de pagamento.

Permitir aos usuários que possuam permissão de acesso a página realizar a assinatura digital de documentos emitidos no sistema com certificados do Tipo A1 e A3, possibilitando a aplicação de múltiplas assinaturas nos documentos.

Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso ao ambiente, realizar a personalização de scripts para validação da solicitação de abertura externa, conforme necessidade da entidade, sendo possível a utilização das seguintes variáveis:

- \* Código do beneficiário;
- \* E-mail do beneficiário;
- \* inscrição municipal do beneficiário;
- \* Motivo da solicitação de abertura;
- \* Usuário que cadastrou a solicitação;
- \* Data/Hora de alterações realizadas na solicitação de abertura;
- \* Usuário que realizou alterações na solicitação de abertura;
- \* Descrição do resultado da solicitação;
- \* Situação da solicitação;
- \* Data/Hora da abertura da solicitação;
- \* Número do telefone celular do requerente;
- \* Número do telefone residencial do requerente;
- \* CEP do requerente e/ou beneficiário;
- \* Bairro do requerente e/ou beneficiário;
- \* Complemento do endereço do requerente e/ou beneficiário;
- \* Código da solicitação de abertura;
- \* Código do município;
- \* Código do bairro;
- \* Código do logradouro;
- \* Inscrição da pessoa;
- \* Nome da pessoa;
- \* Logradouro;

Ao cadastrar o script para a entidade, o mesmo deverá ser valido para todos os organogramas dessa entidade.

Possibilitar ao administrador do sistema, realizar a definição de qual organograma da entidade, será o responsável para realizar o arquivamento de processos.

Para cada novo atendimento iniciado pelo recurso deverá ser vinculado um código exclusivo, podendo ser listado e visualizado pelo usuário posteriormente.

Possibilitar aos usuários que possuem permissão de acesso a página, realizar a criação de solicitações que serão vinculados aos protocolos. As solicitações poderão ser utilizadas pela entidade ao realizar abertura de processos internamente e externamente.

Possibilitar aos usuários que possuem permissão de acesso a página, visualizar todas as solicitações de abertura, utilizando o período desejado para visualização, e a situação das solicitações de abertura definidas, que são:

- \* Não analisado
- \* Deferido
- \* Indeferido

Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a criação de um resumo para cada solicitação do organograma para identificação do assunto de cada processo ao se realizar uma consulta.

Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, visualizar os últimos processos movimentados, permitindo que os mesmos sejam ordenados por data para visualização.

Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso ao ambiente, realizar a personalização de scripts para validação do cadastro de documentos, conforme necessidade da entidade, sendo possível a utilização das seguintes variáveis:

- \* Código do documento;
- \* Descrição do documento;
- \* Se o documento é duplicado;

Ao cadastrar o script para a entidade, o mesmo será valido para todos os organogramas dessa entidade.

Possibilitar ao usuário que possua permissão de acesso a funcionalidade, filtrar por todos os usuários previamente cadastrados na entidade, para posterior visualização através de um relatório o último acesso destes usuários, bem como a quantidade de dias sem acessos dos mesmos.

Possibilitar identificação visual dos usuários do sistema através de imagens (foto).

Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, receber e enviar mensagens para outros usuários pertencentes a mesma entidade, para uma comunicação efetiva entre os usuários do sistema.

Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição da numeração sequencial de cada solicitação, sendo possível escolher entre as opções:

- \* Entidade;
- \* Entidade/Ano;
- \* Grupo;
- \* Grupo/Ano;
- \* Solicitação;
- \* Solicitação/Ano;
- \* Sequencial/Ano;

A numeração escolhida será apresentada ao realizar uma abertura de processos.

Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a interação de guias de pagamento com o sistema tributário, para posterior pagamento das taxas.
Possibilitar ao usuário que possua previamente permissão de acesso a funcionalidade, escolher o formato de visualização dos dados emitidos através de um relatório. Os formatos disponíveis deverão ser no mínimo PDF,HTML e XLS.
Possibilitar ao usuário visualizar informações de encerramento e arquivamento do processo consultado, para que o cidadão possa identificar em qual local seu processo foi encerrado e arquivado, bem como os motivos do encerramento do processo.
Possibilitar ao usuário do sistema, que possua permissão de acesso a página, realizar a visualização de todos os processos ajuntados na entidade ou no organograma em um determinado período, para controle de quais processos possuem ajuntamento e qual tipo de ajuntamento os processos se encontram no momento da consulta.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar o estorno de arquivamento de processos, para possibilitar que o mesmo seja encaminhado para outro departamento.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a emissão de gráficos dos processos abertos por organograma, solicitação e por usuários
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuem permissão de acesso a funcionalidade, realizar a exclusão de andamentos de processos individualmente ou por lote.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, definir quais documentos serão de entrega obrigatória antes de realizar o encerramento de um processo.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar andamentos de processos para outros organogramas de forma individual ou por lote
<p>Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso ao ambiente, realizar a personalização de scripts para validação do cadastro de pareceres, conforme necessidade da entidade, sendo possível a utilização das seguintes variáveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Se o parecer possui anexos;</li> <li>* Os usuários que podem visualizar o parecer;</li> <li>* Data/Hora do estorno do parecer;</li> <li>* Organograma emissor do parecer;</li> <li>* Usuário que está adicionando o parecer;</li> <li>* Descrição do parecer;</li> <li>* Resultado do parecer;</li> <li>* Se o parecer é conclusivo;</li> <li>* Código do parecer;</li> </ul> <p>Ao cadastrar o script para a entidade, o mesmo será válido para todos os organogramas dessa entidade</p>
<p>Possibilidade de utilizar operadores nos filtros personalizados, como: Menor ou igual; Maior ou igual; Igual; Contém; Não Contém; Contido em; Não contido em; Inicia com; Termina com e Entre.</p> <p>* Contido em e Não contido em, devem disponibilizar opção para informar dados por intervalo e intercalado, ex. 1, 2,10-15, ou seja, o valor 1 e o valor 2, incluindo os valores de 10 à 15.</p>
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a parametrização de quais usuários da entidade terão permissão de realizar tramitações e encerramento de processos, nos organogramas em que o usuário está vinculado, mesmo que os processos não estejam atualmente com ele.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a exclusão de processos que não possuam movimentações, encerramento, arquivamento, ajuntamento e guias geradas mesmo realizado o estorno das mesmas
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a emissão de relatórios disponibilizados em formato PDF, HTML e XLS para visualização dos dados no formato desejado.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, escanear documentos, para que sejam anexados aos seus devidos processos automaticamente, sem a necessidade de realizar a digitação manual do documento.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, definir como as consultas de processos externas serão realizadas.
Permitir aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar o cadastro de taxas, para utilização nas cobranças das guias de pagamento.
Possibilitar aos usuários que possuam previamente permissão de acesso a funcionalidade, visualizar se os usuários cadastrados na entidade são do tipo administrador, plus ou básico para realizar alterações quando necessário.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar andamentos de processo de forma paralela, possibilitando que um processo seja analisado por mais de um organograma ao mesmo tempo.
Possibilitar a configuração para que seja permitido a alteração e a exclusão de documentos anexados em um processo apenas pelo usuário que anexou o documento. Quando esta configuração estiver ativa, somente o administrador do sistema e o usuário que anexou o documento no processo, deverão poder alterar ou excluir este documento.
<p>Possibilitar ao usuário que possua permissão de acesso a página, filtrar as solicitações de abertura que deseja visualizar, para maior assertividade na consulta, através de um relatório. As opções de filtragem deverão ser no mínimo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Modelo do relatório (Permite visualizar as informações através de um relatório padrão do sistema, ou através de um modelo personalizável que foi previamente personalizado);</li> <li>* Solicitação de abertura (permite filtrar por solicitações de abertura previamente cadastrado);</li> <li>* Solicitação (permite filtrar por solicitações previamente cadastradas)</li> <li>* Requerente (permite filtrar pelo requerente da solicitação de abertura)</li> <li>* Beneficiário (permite filtrar pelo beneficiário da solicitação de abertura quando houver).</li> </ul>
<p>Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, registrar documentos que serão utilizados nos processos da entidade, sendo possível informar os seguintes campos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Documento;</li> <li>* Descrição.</li> </ul>
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a funcionalidade, adicionar observações, quando necessário, ao anexar documentos ao processo, para posterior visualização ao realizar consultas de processos.

Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização da relação de taxas do processo consultado, para identificação dos valores correspondentes ao processo
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso ao ambiente, realizar a personalização de scripts conforme necessidade da entidade, para validação da abertura de processos, sendo possível a utilização das seguintes variáveis: * Súmula; * Observação do processo; * Recebimento de notificações do processo; * Data prevista para encerramento; * Local de protocolização; * Número do CPF/CNPJ do requerente e beneficiário; * Beneficiário; * Código da solicitação; * Data de nascimento do requerente e do beneficiário; * Observação do volume do processo; * Número de páginas do volume do processo; * Data de abertura do volume do processo; * Código do processo principal; * Usuário que protocolou o processo; * Organograma de destino; * Prioridade do protocolo; * Número do documento; * Procedência do processo; * Data de protocolização; * Número sequencial do processo; * Número do processo; * Ano de protocolização;
Ao cadastrar o script para a entidade, o mesmo será válido para todos os organogramas dessa entidade
Possibilitar ao cidadão que possua permissão, a visualização dos pareceres realizados no processo consultado.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição de quais organogramas da entidade cada usuário do sistema possua acesso
Possibilitar ao usuário decidir quais guias pré-estabelecidas no sistema, serão demonstradas ao acessar o sistema.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar arquivamento de processos individualmente ou por lote, para posterior localização física desses processos
Possibilitar a visualização da etiqueta após a realização das configurações
Possibilitar que os usuários do sistema escolham a melhor forma para realizar o acesso ao sistema, permitindo fazer uso do usuário registrado na Central de Usuários da empresa contratada, bem como a utilização de certificado digital (e-CPF), usuário de rede (LDAP) ou acessar o sistema utilizando uma conta do Yahoo.
A atualização do sistema deve ocorrer sem que seja necessária a paralização de todas as estações de trabalho
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição das páginas do sistema que possibilitarão a assinatura digital de documentos. As páginas disponíveis deverão ser no mínimo: * Abertura de processos; * Pareceres; * Entrega de documentos; * Solicitação de abertura externa
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar o cadastro de organogramas, para atender a organização estrutural da entidade. O cadastro consiste em informar a máscara do organograma, a sigla, a descrição e seu tipo de administração.
Possibilitar ao usuário que possua previamente permissão de acesso a funcionalidade, a visualização através de um relatório, os usuários que nunca acessaram o sistema na entidade logada.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização da data e hora do último acesso ao sistema de cada usuário da entidade, bem como a quantidade de dias em que os usuários não acessam o sistema, para controle de usuários inativos na entidade.
Possibilitar ao usuário o ajuntamento de processos por anexação ou apensamento.
Possibilitar a realização de trâmites de todos os processos em ambiente digital, com dispensa do trâmite em papeis.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a definição de quais dados os cidadãos poderão utilizar para realizar consulta de processos. Os dados disponíveis deverão ser no mínimo: * Número do processo; * Nome do requerente; * CPF/CNPJ do requerente; * Nome do beneficiário; * CPF/CNPJ do beneficiário.
Possibilitar aos usuários do sistema verificarem todas as importantes melhorias acrescentadas em cada versão lançada.
Possibilitar aos usuários que possuem permissão de acesso visualizar através de um relatório os totalizadores da situação do processo conforme filtros previamente aplicados
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, definir se todos os processos serão apresentados na página inicial, ou será demonstrado apenas os processos pertencentes ao usuário logado.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar a visualização do histórico de movimentações do processo consultado, para que seja possível identificar todas as movimentações que o processo recebeu desde sua abertura.

Possibilitar o envio de notificações ao requerente e/ou beneficiário a cada trâmite processual através do envio de e-mail e/ou SMS. Sendo possível o envio de notificações personalizadas.
Possibilitar ao administrador do sistema configurar quais usuários terão permissão para realizar a exclusão de processos na entidade.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso ao ambiente, realizar a personalização de scripts para validação do processo de andamentos, conforme necessidade da entidade, sendo possível a utilização das seguintes variáveis: * Observação do andamento; * Organograma de destino; * Data/Hora do andamento; * Usuário para qual o processo será enviado; * Usuário que recebeu o processo; Ao cadastrar o script para a entidade, o mesmo será válido para todos os organogramas dessa entidade.
Possibilitar aos usuários que possuem permissão de acesso a funcionalidade, realizar auditoria das operações realizadas no sistema.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, definir quais processos serão tratados com sigilo e quais organogramas poderão visualizar os documentos e/ou pareceres dos processos definidos como sigilosos.
Possibilitar ao usuário que possua permissão de acesso a funcionalidade realizar consulta rápida por requerente e beneficiário do processo.
Possibilitar ao cidadão comum e ao servidor público realizar a visualização das movimentações realizadas no processo consultado, a fim de ter conhecimento da situação atual do processo.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar encerramento de processos de forma individual ou por lote.
Possibilitar aos usuários do sistema, que possuam permissão de acesso a página, realizar estorno de encerramento, para que o processo possa ser movimentado novamente
Possibilitar aos usuários do sistema que possuam permissão de acesso a página, realizar consultas de processos cadastrados na entidade, para visualização das informações registradas no processo consultado, utilizando os seguintes dados disponibilizados: * Número do processo; * Ano de protocolização; * Código do organograma atual; * CPF/CNPJ do beneficiário; * CPF/CNPJ do requerente; * Data prevista (dd/mm/aaaa); * Local de protocolização; * Nome do beneficiário; * Nome do requerente; * Nome fantasia; * Número da solicitação; * Número do documento; * Número do requerente; * Observação; * Processo; * Protocolado em (dd/mm/aaaa); * Protocolado por; * Protocolo; * Solicitação; * Usuário atual.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a personalização dos cadastros do sistema, adicionando novos campos a eles, bem como a criação de novas página para utilização no menu de cadastros.
Possibilitar aos usuários que possuam permissão de acesso a página, realizar a criação de roteiros, sendo possível defini-los em formato linear ou em paralelo. Possibilitando que os processos possam ser analisados em mais de um organograma ao mesmo tempo.
Possibilitar ao cidadão ao registrar uma solicitação de serviços, a apresentação das informações adicionais, de forma a permitir a inclusão de informações não previstas nos campos padrões do cadastro.
Possibilitar a visualização em gráfico do total de processos criados, e a situação de cada um dos processos na abertura externa de processos.

**Sul Brasil****PREFEITURA****DECRETO Nº 0276-2020 DE 12-08-2020- SUPL SUPERÁVIT 2019 PM-FMS RETIFICAÇÃO NOME DO ARQUIVO**

Publicação Nº 2618367

DECRETO Nº 0276/2020 DE 12/08/2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 30.800,00 (trinta e oitocentos reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente:

06.004.0020.0608.0010.2.051- Incentivo a Hora Máquina para Empreendimentos Agropecuários

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00(371)	0300300	Outras Despesas. Correntes- Apl. Diretas	R\$ 30.000,00

05.001.0010.301.0008-1.007- Aquisição de Veículo para Transporte de Passageiros

4.4.90.00 (372)	03023002	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 800,00
-----------------	----------	-----------------------------------	------------

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor de R\$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2019.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 12 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal  
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

JOÃO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

**DECRETO Nº 0295-2020 LEI Nº 1.254-2020 DE 20-08-2020 PL 023-2020**

Publicação Nº 2618361

DECRETO Nº 0295/2020 DE 20/08/2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019 e Lei nº 1.254/2020 de 20 de agosto de 2020.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 503.397,85 (quinhentos e três reais trezentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades e Ações do Orçamento Municipal Lei Municipal nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

06.003.0026.0782.001-1.018- Ampliação do Parque Rodoviário Municipal

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (365)	01531053	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 267.753,12

06.003.0026.0782.0011.1.003- Pavimentação de Estradas Vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.93.00 (367)	01791079	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

## 05.002.0008.0244.0009.2.033- Atendimento aos Programas de Assistência Social

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.9.00 (368)	01521052	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas	R\$ 24.950,77

## 05.001.0010.0301.0008.2.021- Assistência Médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.9.00 (369)	01521052	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas	R\$ 10.693,96

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor R\$ 503.397,85 (quinhentos e três reais trezentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), proveniente de Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b- COVID 19, Fonte de Recursos 01531053. Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado, Fonte de Recursos 01791079, conforme publicação no e-Sfinge captura em 29/07/2020 e Comunicado TCE/SC de 31/07/2020. Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência Social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) COVID-19, Fonte de Recursos 01521052.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 20 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

**DECRETO Nº 0296-2020 LEI Nº 1.255-2020 DE 20-08-2020 PL 024-2020**

Publicação Nº 2618362

DECRETO Nº 0296/2020 DE 20/08/2020

“ DIPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019 e Lei nº 1.255/2020 de 20 de agosto de 2020.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 100.000,000 (cem mil reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades e Ações do Orçamento Municipal Lei Municipal nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

## 05.001.0010.301.0008-1.007- Aquisição de Veículo para Transporte de Passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (366)	01791079	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 100.000,000 (cem mil reais), proveniente de Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado Fonte de Recursos 01791079 não previstas na LOA.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 20 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração



**DECRETO Nº 0297-2020 LEI Nº 1.256-2020 DE 20-08-2020 PL 025-2020**

Publicação Nº 2618364

DECRETO Nº 0297/2020 DE 20/08/2020

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019 e Lei nº 1.256/2020 de 20 de agosto de 2020.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 40.000,000 (quarenta mil reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades e Ações do Orçamento Municipal Lei Municipal nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

06.004.0020.0608.0010.1.024- Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (370)	01761176	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Especial no valor de R\$ 40.000,000 (quarenta mil reais), proveniente de Emendas Parlamentares Individuais -Transferência Especial (Inciso I do art 1º, EC nº 105/2019) Fonte de Recurso 01761076. Será anulada a seguinte Dotação orçamentária:

05.001.0012.0365.0006.1.031- Ampliação e Reformada Creche Municipal

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (347)	01761176	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 20 de agosto de 2020.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

**DECRETO Nº 0298 DE 21 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2616417

DECRETO Nº. 0298 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RODRIGO KROTH FACCO, OCUPANTE DO CARGO DE ASSESSOR CULTURAL NO DEPARTAMENTO DA CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001 e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, a pedido o Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, RODRIGO KROTH FACCO, portador do RG nº 5652320 SSP/SC, ocupante do cargo de Assessor Cultural com Lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de 10.06.2019, e está Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),  
21 de agosto de 2020.  
EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOAO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

**LEI MUNICIPAL Nº 1.254-2020 DE 20-08-2020 PL 023-2020**

Publicação Nº 2618344

LEI MUNICIPAL Nº 1.254/2020 DE 20/08/2020

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 503.397,85 (quinhentos e três reais trezentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades e Ações do Orçamento Municipal Lei Municipal nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

06.003.0026.0782.001-1.018- Ampliação do Parque Rodoviário Municipal

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (365)	01531053	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 267.753,12

06.003.0026.0782.0011.1.003- Pavimentação de Estradas Vicinais

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.93.00 (367)	01791079	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 200.000,00

05.002.0008.0244.0009.2.033- Atendimento aos Programas de Assistência Social

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.9.00 (368)	01521052	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas	R\$ 24.950,77

05.001.0010.0301.0008.2.021- Assistência Médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.9.00 (369)	01521052	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas	R\$ 10.693,96

Artigo 2º – Para cobertura do Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor R\$ 503.397,85 (quinhentos e três reais trezentos e noventa e sete reais e oitenta e cinco centavos), proveniente de Recursos transferidos da União sem destinação específica (LC 173/2020 -Art. 5º, II-b- COVID 19, Fonte de Recursos 01531053. Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado, Fonte de Recursos 01791079, conforme publicação no e-Sfinge captura em 29/07/2020 e Comunicado TCE/SC de 31/07/2020. Recursos transferidos da União destinados a ações de Saúde e Assistência Social (LC 173/2020 -Art. 5º, I-b) COVID-19, Fonte de Recursos 01521052.

Artigo 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 20 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

**LEI MUNICIPAL Nº 1.255-2020 DE 20-08-2020 PL 024-2020**

Publicação Nº 2618347

LEI MUNICIPAL Nº 1.255/2020 DE 20/08/2020

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 100.000,000 (cem mil reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades e Ações do Orçamento Municipal Lei Municipal nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.



## 05.001.0010.301.0008-1.007- Aquisição de Veículo para Transporte de Passageiros

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (366)	01791079	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 100.000,00

Artigo 2o – Para cobertura do Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação no valor de R\$ 100.000,000 (cem mil reais), proveniente de Emendas Parlamentares Impositivas - Transferências do Estado Fonte de Recursos 01791079 não previstas na LOA.

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 20 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

**LEI MUNICIPAL Nº 1.256-2020 DE 20-08-2020 PL 025-2020**

Publicação Nº 2618350

LEI MUNICIPAL Nº 1.255/2020 DE 20/08/2020

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 40.000,000 (quarenta mil reais), destinados a suplementar os seguintes Projetos/Atividades e Ações do Orçamento Municipal Lei Municipal nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

## 06.004.0020.0608.0010.1.024- Ampliação da Patrulha Agrícola Mecanizada

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (370)	01761176	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Artigo 2o – Para cobertura do Crédito Especial no valor de R\$ 40.000,000 (quarenta mil reais), proveniente de Emendas Parlamentares Individuais -Transferência Especial (Inciso I do art 1º, EC nº 105/2019) Fonte de Recurso 01761076. Será anulada a seguinte Dotação orçamentária:

## 05.001.0012.0365.0006.1.031- Ampliação e Reformada Creche Municipal

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4.4.90.00 (347)	01761176	Investimentos- Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00

Artigo 3o – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 20 de agosto de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal

JOÃO PAULO GUBERT  
Diretor de Administração

# Tangará

## PREFEITURA

### PE 002/2020

Publicação Nº 2616433

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

#### Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 093/2020 Pregão Eletrônico n. 002/2020

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CALHAS E MÃO-DE-OBRA RELACIONADA ÀS MESAS, PARA TODAS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO E AO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 10/09/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450 ou através dos sites <https://www.tangara.sc.gov.br/> e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>.

Tangará, 21 de Agosto de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

### PE 003/2020

Publicação Nº 2616664

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

#### Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 098/2020 Pregão Eletrônico n. 003/2020

Objeto o registro de preço a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SAÚDE, OBRAS, EDUCAÇÃO, AGRICULTURA, TURISMO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, CORPO DE BOMBEIROS E POLÍCIA MILITAR DO MUNICÍPIO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 11/09/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450 ou através dos sites <https://www.tangara.sc.gov.br/> e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>.

Tangará, 21 de Agosto de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

### PE 003/2020 - FMAS

Publicação Nº 2616430

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

#### Aviso de Licitação

Processo Licitatório n. 06/2020 Pregão Eletrônico n. 03/2020

Objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA VIRTUAL PARA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPEDAGEM DO SISTEMA EM SERVIDOR VIRTUAL, DE MODO A ATENDER O DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 09/09/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450 ou através dos sites <https://www.tangara.sc.gov.br/> e <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/18/>.

Tangará, 21 de Agosto de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 483, DE 21 DE AGOSTO DE 2020. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2616683

PORTARIA Nº 483, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 041, de 03 de dezembro de 2007;

Considerando, que o Servidor IVAN PALERMO IMTHON, descumpriu às Cláusulas do Contrato de Trabalho nº 067/2020;

Considerando, o teor do Parecer, expedido pela Assessoria Jurídica do Município, e às provas juntadas no Processo Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Servidor IVAN PALERMO IMTHON, ocupante do cargo de MÉDICO - PSF, a partir de 21 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 21 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 484, DE 21 DE AGOSTO DE 2020. CEDE SERVIDORA DO MUNICÍPIO À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2616691

PORTARIA Nº 484, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

CEDE SERVIDORA DO MUNICÍPIO À DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 092, de 04 de abril de 2017;

Com amparo, no disposto da alínea “a”, inciso III, do Art. 2º, da Lei nº 2.504, de 26 de maio de 2020;

Considerando, o teor do Ofício nº 349/2020/SMS/TG, expedido pela Secretária de Saúde, Assistência Social e Habitação, e conforme à anuência do Prefeito Municipal;

Considerando, que o Servidor ENZO ROGÉRIO MAYER, atuante na Secretaria de Saúde, Assistência Social e Habitação, encontra-se afastado para concorrer a cargo eletivo, conforme Portaria nº 464/2020. E, tendo em vista a necessidade, e para o bom funcionamento do Secretaria de Saúde, Assistência Social e Habitação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, a cessão da Servidora MARIA HELENA FERLIM, pertencente ao quadro de Servidores do Município, ocupante do cargo de DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO – NÍVEL CC - 21, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, à disposição da Secretaria de Saúde, Assistência Social e Habitação.

Parágrafo único. O Município poderá por interesse público, requisitar a qualquer momento, a Servidora de volta a sua Secretaria de origem.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 21 DE AGOSTO DE 2020.

NADIR BAU DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PR 054/2020**

Publicação Nº 2616193

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

**Aviso de Licitação**

Processo Licitatório n. 106/2020 Pregão Presencial n. 54/2020

Objeto o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE PLOTAGEM COM ADESIVOS EM VINIL E APLICAÇÃO DE PELÍCULA DE PROTEÇÃO SOLAR PARA AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Os envelopes contendo a documentação e propostas de preços serão recebidos até às 14h00min do dia 03/09/2020. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Adm. do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 35327450.

Tangará, 23 de Agosto de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA

Prefeito Municipal

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 031-2020

Publicação Nº 2615940

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 031/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2020  
Licitação Exclusiva ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que foi retificado o edital de licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO GERAL (móveis sob medida conforme projetos), E EQUIPAMENTOS DIVERSOS, PARA READEQUAÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL E LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL PROFESSOR IVO LUIZ HONNEF, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 08/09/2020, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: (49)36580064, ou pelo site: [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br) Tigrinhos (SC), 21 de agosto de 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 271/2020

Publicação Nº 2615852

PORTARIA Nº. 271/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar nº. 035/2015;

#### RESOLVE:

Art. 1º. Fica Concedida Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, Sra. MARI ADRIANA OGLIARI PERONDI, portadora do CPF nº. 020.314.909-23, Efetina no cargo de Enfermeira, cadastrada sob a matrícula nº 338/01, pelo período de 07 (sete) dias, a partir de 21 de Agosto de 2020 a 27 de Agosto de 2020, retornando as atividades normais em 28 de Agosto de 2020, nos termos do art. 109 da Lei Municipal Complementar nº. 035/2015 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tigrinhos), conforme Atestado Médico apresentado.

Lei Municipal Complementar nº 035/2015.

Art. 109 Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em exame médico, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus pelo período de 15 (quinze) dias, sendo que após, o funcionário deverá encaminhar o devido procedimento junto ao Instituto Nacional de Seguro Social. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 21 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e um de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe  
Secretário Municipal de  
Administração e Fazenda.

**PORTARIA 272/2020**

Publicação N° 2618325

PORTARIA Nº. 272/2020, DE 24 DE AGOSTO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal, Sra. ALINE CRISTIANE DOS SANTOS CERVENSKI BACH, portadora do CPF nº. 074.610.219-40, efetiva, Fiscal de Vigilância Sanitária e Epidemiológica, 40 horas semanais, Matrícula nº. 653/01, relativo ao período aquisitivo de Janeiro 2019 a Janeiro de 2020, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 24 de Agosto de 2020 a 07 de Setembro de 2020, retornando as atividades normais em 08 de Setembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE AGOSTO DE 2020.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração  
e Fazenda.

# Tijucas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1595-2020

Publicação Nº 2618315

DECRETO Nº 1595, 24 DE AGOSTO DE 2020.

Alteram dispositivos do Decreto nº 1554, 07 de junho de 2020 e do Decreto nº 1563, 25 de junho de 2020, que dispõe sobre as novas medidas sanitárias considerando a situação atual de emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus (COVID19), que especifica.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria federal nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da COVID-19 no Estado de Santa Catarina, de acordo com o Decreto nº 562, de 2020, e suas atualizações;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associada ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do Estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e a atual estrutura de saúde existente;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria SES nº 464, de 3 de julho de 2020, da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a publicação da Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, que determina quais medidas de enfrentamento da Covid-19 devem ser adotadas de acordo com a Avaliação de Risco Potencial nas Regiões de Saúde, classificadas como Gravíssimo, Grave, Alto e Moderado;

CONSIDERANDO o estabelecido na Portaria Conjunta SED/SES nº 612, de 19 de agosto de 2020, das Secretarias de Saúde e de Educação do Estado de Santa Catarina, que Prorroga até 12 de outubro de 2020, a suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino profissional, em todos os níveis e modalidades;

CONSIDERANDO o determinado na Portaria SES nº 626, de 21 de agosto de 2020, da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, que mantém a suspensão de atividades esportivas coletivas de caráter amador recreativo para conter a disseminação da Covid-19, vale principalmente para coibir a abertura de quadras e campos de futebol society;

CONSIDERANDO o estabelecido no art. 36 do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, onde os Municípios do Estado, por meio dos respectivos Prefeitos, poderão estabelecer medidas específicas de enfrentamento mais restritivas do que as previstas nos Decretos Estaduais ou em Portarias do Secretário de Estado da Saúde, observadas as informações técnicas do COES e de acordo com a necessidade apresentada, a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 18 de agosto de 2020, relacionada à região da Grande Florianópolis, que inclui o Município de Tijucas, como risco potencial grave da doença do novo Coronavírus,

DECRETA:

Art.1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 1554, 07 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

(...)

II – até 12 de outubro de 2020, as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA), ensino profissional, em todos os níveis e modalidades, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo;

(...)

Art. 2º O inciso VI do art. 3º do Decreto nº 1563, 25 de junho de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º (...)

(...)

VI – Permanecem suspensas as atividades esportivas coletivas de caráter amador recreativo nas Arenas de Esportes e Quadras Esportivas públicas e privadas, comerciais e não comerciais.

(...)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Tijucas (SC), 24 de agosto de 2020.

ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito do Município de Tijucas

## **EXTRATO RESULTADO DO REGISTRO DE PREÇO Nº 062/PMT/2020**

Publicação Nº 2615890

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 132/PMT/2020 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062/PMT/2020

Objeto: Aquisição de Materiais e Suprimentos de Informática para Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, do Município de Tijucas/SC.

Empresas Vencedoras do Processo: FT PETTIRINI LTDA foi vencedora dos itens: 05, 06, 08, 13, 17, 22 e 27 no valor de R\$ 16.590,50 (Dezesseis mil quinhentos e noventa reais e cinq-enta centavos)

FRANCIELE CRISTINE LAMIN foi vencedora dos itens: 03, 04, 07, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 23, 25, 26 e 34 no valor de R\$ 22.780,60 (Vinte e dois mil setecentos e oitenta reais e sessenta centavos)

COMP1 INFORMÁTICA foi vencedora dos itens: 01, 10, 11 e 30 no valor de R\$ 6.525,00 ( Seis mil quinhentos e vinte e cinco reais)

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

## **RESULTADO DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/FMAS/2020**

Publicação Nº 2616034

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 007/FMAS/2020 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 007/FMAS/2020

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual a ser utilizado pelos funcionários da Equipe Multifuncional da Rede Social Assistência do SUAS, para combate ao COVID - 19, da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Tijucas - SC.

Empresas Vencedoras do Processo: MAYCON WILL EIRELI foi vencedora do item: 03 no valor de R\$ 5.975,00 (Cinco mil novecentos e setenta e cinco reais)

SULVALE EQUIPAMENTOS EIRELI foi vencedora dos itens: 01 e 02 no valor de R\$ 2.465,00 (Dois mil quatrocentos e sessenta e cinco reais)

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas



**Timbó****PREFEITURA****ATA ANÁLISE DOCUMENTOS DISPENSA FIA - SENAI/ATA ANÁLISE DOCUMENTOS DISPENSA 01 2020 FIA - SENAI**

Publicação Nº 2617591

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2020– FIA

INTERESSADO: SERVIÇO NACIONAL DE ARENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI

Às nove horas, do vigésimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte (20/08/2020), na sala do setor de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº. 1782, de 18 de dezembro de 2019, alterada pelas Portarias de nº. 1880 – 10/02/20 e de nº. 2053 – 29/05/2020, para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº. 01/2020 - FIA.

Considerando a justificativa constante do processo licitatório, foram analisados os documentos regulares (abaixo relacionados), integrantes deste processo de Dispensa de Licitação apresentados pela empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, CNPJ nº.03.774.688/0022-80:

Justificativa formal do motivo característico da Dispensa e/ou inexigibilidade / Requisição de compras e serviços contendo a descrição detalhada do objeto / Dotação orçamentária/ Valor/ Forma de pagamento/ Prazo de execução e outras informações necessárias.	Lei 8.666/93 art. 15 § 7º III e art. 8º, Art. 14 Acórdão TCU 254/2004
Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó/SC e do Município Sede da Empresa – Florianópolis (SC)	Art. 29, III - Lei 8.666/93, Art. 193 CTN e Art. 50 da LC Municipal 142/98
Cartão do CNPJ	Lei 8666/93 Art, 29, I
Certificado de Regularidade do FGTS	Lei 8666/93 Arts. 27 e 29
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93 Art. 29 III
Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93 Art. 29 II
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93 Art. 29 V
Orçamento Detalhado - Originais das propostas de preços e demais documentos que comprovem justifiquem os preços do fornecedor ou outro documento que comprove que os preços praticados pelo fornecedor são os praticados no mercado	Lei 8.666/93 Art. 38, IV
Declaração que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública; que não é impedido de transacionar com a Administração Pública.	Lei 8.666/93
Declaração da empresa proponente, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos catorze anos	Lei 8666/93 Art. 27 V CF art. 7º - XXXIII

Da análise destes documentos, e levando-se em consideração a apresentação de toda documentação, a Comissão de Licitações entende que a empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

THOMAZ H. N. CAMPREGER Presidente	TAINARA FISTAROL Membro	RAQUEL CRISTINA CUNHA TESKE Membro
--------------------------------------	----------------------------	---------------------------------------

**AVISO RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01 2020 FUMREPOM**

Publicação Nº 2617593

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2020 FUMREPOM  
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar, informa aos interessados que, considerando o recebimento de impugnação ao instrumento convocatório referente ao Pregão Presencial nº 01/2020 FUMREPOM, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PARA A CENTRAL E PONTOS DE VIDEOMONITORAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA (SERVIÇOS) E PEÇAS DE REPOSIÇÃO (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 2 COMPANHIA DE POLICIA MILITAR DE TIMBÓ, ficam retificados os itens 7.3.4.5 e 4.5, do Edital e Termo de Referência, respectivamente, bem como incluídos os subitens 7.3.4.5.1 e 4.5.1, do Edital e Termo de Referência, respectivamente.

O Edital Retificado ficará substituído no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), link de licitações, devidamente renomeado para livre consulta.

Em atenção às alterações, fica suspensa a sessão pública designada para o dia 26/08/2020, sendo designada nova sessão pública, devendo os envelopes serem protocolados e entregues na Central de Protocolos da Prefeitura de Timbó/SC até às 09hr00min do dia 08/09/2020 e o início da sessão pública se dará às 09hr05min do mesmo dia.

Permanecem inalteradas as demais condições.

TIMBÓ/SC, 21/08/2020  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração, representando o Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113.2020 PMT**

Publicação Nº 2617594

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 113/2020 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante VPA PAVIMENTAÇÃO EIRELI - ME, CNPJ nº. 07.516.335/0001-06, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 28/08/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 21 de agosto de 2020.  
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 114.2020 FMMA**

Publicação Nº 2617595

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 114/2020 FMMA

A Central de Licitações convoca, através do presente, a Sra. ANDRÉA KAESTNER KAMP, CPF nº. 725.662.649-53, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 31/08/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 21 de agosto de 2020.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

**DECISÃO - IMPUGNAÇÃO - PP 01 2020 FUMREPOM**

Publicação Nº 2617642

**DECISÃO****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 FUMREPOM****I. Dos Fatos:**

1. O Município de Timbó/SC, através do Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar, representado pela Secretária da Fazenda e Administração, Sra. Maria Angélica Faggiani lançou licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Nº 01/2020, com a finalidade de CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO PARA A CENTRAL E PONTOS DE VIDEOMONITORAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA (SERVIÇOS) E PEÇAS DE REPOSIÇÃO (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA 2 COMPANHIA DE POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ.

2. A empresa CORINGA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE SEGURANÇA LTDA. apresentou impugnação, alegando, em apertada síntese, que o instrumento convocatório é restritivo à competitividade ao exigir que "A proponente, por intermédio de responsável técnico, deverá efetuar e declarar visita ao local, até 2 (dois) dias úteis da abertura do certame, para dirimir dúvidas quanto aos serviços de manutenção corretiva e preventiva para o cumprimento das obrigações objeto da licitação", disposta nos itens 7.3.4.5 do Edital e 4.5 do Termo de Referência.

3. Alega que a exigência da obrigatoriedade de visita técnica restringe a competitividade, pleiteando que a visita seja apenas facultativa, podendo o licitante apresentar declaração de que tem plenos conhecimentos da prestação de serviços.

4. É, em síntese, o relatório.

**II. Da tempestividade:**

5. O item 4.1 do Edital preconiza que "Até 02 (dois) dias úteis antes do início da Sessão Pública e de abertura dos envelopes de propostas os interessados poderão solicitar, por escrito, esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório."

6. Assim, verifica-se a tempestividade da presente impugnação, uma vez que o prazo para recebimento das propostas é até o dia 26/08/2020 e a impugnação foi protocolada em 18/08/2020.

**III. Do Mérito:**

7. Analisando os termos da impugnação interposta pela r. Impugnante, no que diz respeito à pretendida alteração no instrumento convocatório, tem-se por DEFERIR o requerimento apresentado. Vejamos.

8. O itens 7.3.4.5 do Edital e 4.5 do Termo de Referência trazem a seguinte exigência:

A proponente, por intermédio de responsável técnico, deverá efetuar e declarar visita ao local, até 2 (dois) dias úteis da abertura do certame, para dirimir dúvidas quanto aos serviços de manutenção corretiva e preventiva para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. (grifou-se).

9. Em análise ao requerimento apresentado e à natureza do objeto licitado conclui-se que, de fato, não há necessidade de que a visita mencionada seja realizada de forma obrigatória pela licitante, revelando-se tal exigência excessiva, conforme entendimento jurisprudencial consolidado.

10. No caso, para a execução do objeto licitado, a declaração do licitante de que conhece os equipamentos licitados, bem como o funcionamento dos mesmos, estando apta a cumprir plenamente com o objeto do Edital, é condição suficiente para atestar a capacidade em cumprir com o objeto. Inclusive, tal possibilidade encontra-se expressa no art. 30, §3º da Lei nº 8.666/93:

Art. 30 (...) § 3 o Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior

11. No mesmo sentido é a jurisprudência:

(...) ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em: (...) 9.4. dar ciência à Prefeitura Municipal de Curuçá/PA, de modo a evitar ocorrências similares em futuros certames que envolvam recursos públicos federais, acerca das seguintes falhas e irregularidades, identificadas no instrumento convocatório e no processamento do RDC Presencial 001/2018-Semout/PMC: (...) 9.4.2. exigência, por meio dos itens 5.1 a 5.4 e 9.6.4.1, de realização de visita técnica como condição de habilitação no certame, sem que tal requisito, ao que tudo indica, conte com prévia e suficiente justificativa e sem previsão de sua substituição por declaração do responsável técnico da empresa de que possui pleno conhecimento do objeto, extrapolando o disposto no inc. III do art. 30 da Lei 8.666/1993 e contrariando reiterada jurisprudência desta Corte, tais como, apenas para citar alguns exemplos, os Acórdãos 983/2008, 2395/2010, 2990/2010, 1842/2013, 234/2015 e 372/2015, todos do Plenário (...) 23. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo: (...) d.1) exigir vistoria ao local das obras somente quando for imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação, devendo o edital prever

a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto (Acórdão 372/2015-Plenário, relatado pelo Ministro Weder de Oliveira) (...) ( TCU – Acórdão 2361/2019 – Plenário – Relator Augusto Sherman).

A exigência de visita técnica obrigatória em um único dia para efeito de habilitação é considerada indevida por esta Corte de Contas, a exemplo do disposto no Acórdão 2150/2008-TCU-Plenário: '9.7.5. abstenha-se de inserir em seus instrumentos convocatórios cláusulas impondo a obrigatoriedade de comparecimento ao local das obras quando, por sua limitação de tempo e em face da complexidade e extensão do objeto licitado, pouco acrescente acerca do conhecimento dos concorrentes sobre a obra/serviço, de maneira a preservar o que preconiza o art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei 8.666/93, sendo suficiente a declaração do licitante de que conhece as condições locais para a execução do objeto. (TCU - Acórdão 1172/2012-Plenário – Relator José Mucio Monteiro).

Não se olvide ainda que a capacidade no cumprimento do objeto é decorrência do próprio edital, o qual prevê que ao aceitarem participar do procedimento licitatório, as empresas declaram ter pleno conhecimento dos termos constantes do edital e das condições gerais e particulares da licitação. Ainda, constitui obrigação da empresa vencedoras fornecer objeto com ótima qualidade e dentro dos padrões exigidos no edital. In verbis:

### 13 - OBRIGAÇÕES

#### 13.2 - DA EMPRESA VENCEDORA:

g) Fornecer o objeto com ótima qualidade e dentro dos padrões exigidos neste edital e legislação aplicável à espécie;

Ante o exposto, deverá ser acolhida a impugnação apresentada, a fim de alterar 7.3.4.5 do Edital e 4.5 do Termo de Referência para que as visitas ali mencionadas sejam uma faculdade, e não obrigação da licitante.

Ademais, deverá ser acrescido a obrigatoriedade de que, caso não realizada a visita técnica, a empresa deverá apresentar declaração de que tem conhecimento dos equipamentos licitados, bem como do funcionamento dos mesmos, estando apta a cumprir plenamente com o objeto do Edital.

Ao departamento de licitações para as alterações pertinentes.

Dê-se ciência à impugnante.

#### IV. Da Conclusão:

12. Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da eficiência, legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se pelo DEFERIMENTO da presente Impugnação, para que:

- a) Se substitua o termo “deverá” por “poderá” no item 7.3.4.5 do Edital 01/2020 FUNREPOM e 4.5 do Termo de Referência;
- b) Se acrescente ao Edital nº 01/2020 FUNREPOM a obrigatoriedade de apresentação de declaração pela licitante no sentido de que tem conhecimento dos equipamentos licitados, bem como do funcionamento dos mesmos, estando apta a cumprir plenamente com o objeto do Edital, no caso de não ser realizada a visita técnica.

13. Ao departamento de licitações para as providências cabíveis em relação aos dispositivos acima citados.

14. Dê-se ciência à Impugnante e publicidade a presente decisão, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Timbó, 21 de agosto de 2020.

Maria Angélica Faggiani  
Secretária da Fazenda e Administração

### EXTRATO CONTRATO 111 2020 - PMT

Publicação Nº 2617600

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO.  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 111/2020

AUTORIZANTE: Secretaria da Fazenda e Administração

AUTORIZADO: ELETROTEC SISTEMAS DE ENERGIA LTDA - EPP.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviços para a reforma e adequação das instalações elétricas da Central de Atendimento ao Cidadão, compreendendo material e mão de obra, em acordo com as peças gráficas, memorial descritivo e cronograma físico financeiro. Conforme Edital de Tomada de Preços nº 30/2020 PMT.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 19/08/2020 a 18/08/2021.

VALOR TOTAL: R\$ 199.899,00 (cento e noventa e nove mil, oitocentos e noventa e nove reais).  
DATA DA ASSINATURA: 19/08/2020.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária da Fazenda e Administração

### **EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 108.2019 PMT**

Publicação N° 2617608

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 108/2019

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.

AUTORIZADO: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução por mais sessenta (60) dias, a contar de 08/08/2020 e o prazo de vigência por mais 90 (noventa) dias, a contar de 08/08/2020.

DATA DA ASSINATURA: 07/08/2020.

MOACYR CRISTOFOLINI JUNIOR  
Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

# Três Barras

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 55/2020 - PMTB

Publicação N° 2616672

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 52/2020

DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo Licitatório n° 36/2020

Modalidade: "Tomada de Preços n° 12/2020"

Termo Aditivo n° 55/2020

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n°. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, n°. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n°. 30.150.827/0001-42, regularmente estabelecida na Rua Professora Selma Teixeira Graboski, n° 172, Bairro Cruzeiro, cidade de Rio Negro/SC, CEP. 89.295-000 e-mail: engenharia@construtorawr.com.br, neste ato representado por Antônio Claudio Tascheck, portador do RG n° 02017811/SSP/SC, doravante denominada de CONTRATADA.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, artigo 22 inciso II §3º, artigo 23 inciso I alínea "b" e artigos 54 à 80, bem como as condições dispostas no Procedimento Licitatório n° 36/2020, Edital Tomada de Preços n° 12/2020..

Objeto: Altera-se a Cláusula Terceira do Contrato Principal n° 52/2020, incluindo serviços e materiais indispensáveis à conclusão dos serviços num valor total de R\$ 3.742,86 (três mil e setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos), constantes na planilha elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, (OF.ENG. 08/2020), anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo.

Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal n° 52/2020, prorrogando o prazo de execução/vigência, disposta nos itens 4.2 e 4.3 para até 02 de setembro de 2020, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, caso surjam situações supervenientes devidamente justificadas.

Valor: O valor total do presente Termo Aditivo a ser acrescentado ao Contrato n° 52/2020 será de R\$ 3.742,86 (três mil e setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 21 de agosto de 2020.

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 56/2020 - PMTB

Publicação N° 2616713

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 16/2020

DE COMPRA E VENDA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Processo Licitatório n° 123/2019

Modalidade: "Tomada de Preços n° 12/2019"

Termo Aditivo n° 56/2020

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n°. 83.102.400/0001-35, com sede na Avenida Santa Catarina, n°. 616, em Três Barras – SC, por seu Prefeito Municipal o Sr. LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Três Barras - SC, doravante denominado CONTRATANTE.

Contratado: Y. J. PRADO CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 31.320.555/0001-44, estabelecida na Chácara Faxinal dos Carvalhos, S/N, município de Pinhão – PR, neste ato, representada por seu Proprietário o Sr. YAGO JOSÉ PRADO.

Base Legal: Este Instrumento Contratual encontra-se amparo legal na Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei 8.666/1993, artigo 22 inciso II §3º, artigo 23 inciso I alínea "b" e artigos 54 à 80, bem como as condições dispostas no Procedimento Licitatório n° 123/2019, Edital Tomada de Preços n° 12/2019.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal n° 16/2020, suprimindo o valor total de R\$ 10.202,81 (dez mil e duzentos e dois reais e oitenta e um centavos), conforme planilha elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo, a saber:

Rua Osvaldo Correa		Rua Donald Hoffmann	
Item	Valor	Item	Valor
3.0	R\$ 917,02	2.0	R\$ 101,92
4.0	R\$ 3.610,60	3.0	R\$ 468,00
6.0	R\$ 2.813,96	4.0	R\$ 1.724,30
		6.0	R\$ 567,02
Total	R\$ 7.341,58	Total	R\$ 2.861,23

Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 16/2020, incluindo serviços e materiais indispensáveis à conclusão dos serviços, num valor total de R\$ 8.258,45 (oito mil e duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), constantes na planilha elaborada pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal, anexo inseparável deste Instrumento de Aditivo.

Rua Osvaldo Correa		Rua Donaldo Hoffmann	
Item	Valor	Item	Valor
6.0	R\$ 3.199,29	6.0	R\$ 5.059,16

Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 16/2020, prorrogando o prazo de execução/vigência, disposta nos itens 4.2 e 4.3 para até 31 de agosto de 2020, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, caso surjam situações supervenientes devidamente justificadas.

Valor: Considerando as supressões e os acréscimos realizados, o valor total do presente Termo Aditivo a ser suprimido ao Contrato nº 16/2020 será de R\$ 1.944,36 (um mil e novecentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras – SC, 21 de agosto de 2020.



# Treviso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 403/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615843

DECRETO Nº 403/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ESTABELECE NOVAS MEDIDAS A SEREM ADOTADAS POR PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS, DURANTE A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 45 da Lei Orgânica Município, e

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria federal nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO que a Administração Pública Municipal vem atuando com diligência em todas as frentes para a prevenção da proliferação do vírus, sem descuidar do desenvolvimento das atividades econômicas para o desenvolvimento do Município;

CONSIDERANDO que a retomada de atividades demanda a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Treviso;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 464, de 3 de julho de 2020, que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO que a necessidade de prestação de serviços, de forma presencial, ainda que em horário reduzido e com redução de pessoal, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO

Seção I

Das atividades declaradas essenciais

Art. 1º Ficam declaradas como essenciais todas as atividades exercidas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, uma vez que fundamentais para o atendimento das necessidades da comunidade.

Seção II

Das Medidas Adotadas No Serviço Público Municipal

Art. 2º Diante do previsto no inciso III do art. 8º da Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020, ficam definidas as seguintes providências:

I - fica mantido o regime de revezamento em dois turnos, conforme previsto no Decreto n.º 274/2020, de 09 de abril de 2020;

II - fica mantido o Regime Excepcional de Teletrabalho para os servidores e trabalhadores do grupo de risco, quando possível, nos termos do Decreto n.º 274/20, 274/2020, de 09 de abril de 2020.

Art. 3º Periodicamente, ou sempre que for considerado necessário, conforme Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, os servidores públicos serão submetidos aos testes para o monitoramento de contaminação pela COVID-19, no âmbito da Administração Direta e Indireta.

Seção III

Das medidas a serem adotadas pelo Poder Público

Art. 4º Ficam mantidas todas as medidas elencadas no Decreto Municipal n.º 362/2020, e posteriores modificações, devendo ainda ser observadas as seguintes providências, por parte do Poder Público Municipal:

I – fiscalização da utilização de máscaras por todos os indivíduos acima de 2 (dois) anos de idade em qualquer espaço público ou privado



compartilhado, com exceção do ambiente domiciliar;  
II – identificação e comunicação à população das atividades mais propensas à transmissão da COVID-19;  
III – monitoramento de todos os casos suspeitos e confirmados de COVID-19, de forma que casos sintomáticos permaneçam em isolamento domiciliar ou sejam encaminhados para recebimento de atendimento hospitalar;  
IV – monitoramento e atendimento de pessoas com doenças crônicas;  
V – notificação e investigação de casos, surtos e todos os óbitos suspeitos de COVID-19 e registro por meio dos sistemas de informação oficiais;  
VI – controle do fluxo de atendimento nos estabelecimentos de atenção à saúde, de forma a evitar o contato de pessoas infectadas (ou com suspeita de estarem com COVID-19) com pessoas não infectadas, a fim de orientar a população quanto ao local mais adequado para atendimento, de acordo com os sintomas apresentados;  
VII – acompanhamento dos dados epidemiológicos sobre a circulação do novo coronavírus e outros vírus respiratórios utilizando as ferramentas de análise de dados disponibilizadas pelo Governo do Estado, assim como outras utilizadas pelos Municípios;  
VIII – reforço de campanhas educativas para os profissionais da área da Saúde e a população em relação às medidas não farmacológicas preventivas para doenças respiratórias, incluindo a COVID-19, como etiqueta respiratória, higiene das mãos, uso de EPIs e uso de máscara;  
IX – monitoramento da rede de Unidades Sentinela de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

Art. 5º Fica suspensa a entrada de novos residentes em Instituição de Longa Permanência de Idosos (ILPI).

## CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 7º Permanecem em vigor as determinações constantes de Decretos e Portarias anteriormente publicadas, que não conflitem com o aqui disposto, sendo que as atividades não referidas nos Decretos e Portarias municipais seguirão as diretrizes sanitárias editadas pela SES.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 21 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 404/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2615889

DECRETO Nº 404/2020, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 930/19, de 16 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no valor de R\$420.000,00 (Quatrocentos e vinte mil reais) para adicionar a seguinte dotação orçamentária do orçamento vigente:

05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

1.039 – Aquisição de Veículo para o Transporte Escolar

Dotação 28

4.4.90.00.00.00.00.0022 – Aplicações Diretas .....R\$ 320.000,00

06 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

01 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

1.041 – Revitalização da Praça Benjamin Scussel

Dotação 66

4.4.90.00.00.00.00.0207 – Aplicações Diretas .....R\$ 100.000,00

TOTAL ..... R\$ 420.000,00

Art. 2º. Os recursos destinados à abertura de crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação de recursos de Emenda Parlamentar e Convênio.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONVÊNIO .....R\$ 270.000,00

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EMENDA PARLAMENTAR ..... R\$ 150.000,00

TOTAL ..... R\$ 420.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 17 de agosto de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 21 de agosto de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 24 de agosto de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### LEI ORDINARIA 2045

Publicação Nº 2615689

LEI MUNICIPAL Nº 2045 de 21 de agosto de 2020

CONCEDE AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA FAMÍLIAS ATINGIDAS POR FENÔMENO CLIMÁTICO VERIFICADO NO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito de Treze Tílias, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar despesas no limite de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) na forma de auxílio financeiro direto para recuperação de propriedades atingidas pelas ocorrências climáticas adversas verificadas nos dias 14 e 15 de agosto no município de Treze Tílias.

Art. 2º. Além do previsto no artigo anterior, fica o município autorizado a fornecer horas/máquina, sem cobrança de preço público, utilizando maquinário terceirizado ou próprio, nas propriedades atingidas, para fins de recuperação de moradias e meios de produção, na quantidade julgada necessária por comissão a ser nomeada, por decreto, pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º. Ficam autorizadas as suplementações necessárias para fazer frente as despesas decorrentes dessa Lei, para fins de dotar de recursos o Fundo de Defesa Civil do município, órgão atrelado à Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 5º. O prefeito regulamentará por decreto os critérios de distribuição dos recursos financeiros na medida das necessidades dos atingidos.

Art. 6º. Para ter acesso ao benefício, o interessado deverá fazer solicitação no setor de Defesa Civil que funciona na Sede da Prefeitura Municipal.

Art. 7º. De posse do formulário, a comissão prevista no artigo 2º fará visita no local do sinistro, elaborará relatório específico e emitirá parecer favorável ou não à solicitação, podendo pedir parecer do Serviço Social do município.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,  
21 de agosto de 2020.

MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças Designado

### PORTARIA Nº 109/2020

Publicação Nº 2617267

PORTARIA Nº 109/20 DE 21 DE AGOSTO DE 2020

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER a pedido, a partir do dia 21 de agosto de 2020, licença prêmio a servidora municipal abaixo mencionada, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA DE CIÊNCIAS, conforme Art. 160 da Lei Complementar nº 40/2011.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Maíra Godinho C. Neves	03/02/2014 à 03/02/2019	21/08/2020 à 18/11/2020	90

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 21 DE AGOSTO DE 2020.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN  
Chefe De Gabinete Do Prefeito  
Designado pela Portaria Nº 193/2019

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### LEILÃO PÚBLICO Nº 26.2020

Publicação Nº 2615866

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 26/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

O município de TROMBUDO CENTRAL, SC, com sede na Praça Arthur Siewerdt, nº 01, Centro, cidade de Trombudo Central, CEP 89.176/000, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.731/0001-75, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO ON LINE às 09 HORAS do dia 10 de setembro de 2020. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial Sr. ROGER WENNING, matrícula AARC/340, para venda à vista de bens móveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites [WWW.LEILOESREI.COM.BR](http://WWW.LEILOESREI.COM.BR), [WWW.DIARIODELEILOES.COM.BR](http://WWW.DIARIODELEILOES.COM.BR) ou [WWW.TROMBUDOCENTRAL.SC.GOV.BR](http://WWW.TROMBUDOCENTRAL.SC.GOV.BR), ou ainda pelos telefones (47) 3544 0271 na Prefeitura ou (47) 9 8886 0512 com o Leiloeiro. Aplicam-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Trombudo Central (SC), em 24 de agosto de 2020.

GEOVANA GESSNER

PREFEITA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

# Tunápolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2138/2020

Publicação Nº 2616139

DECRETO Nº.2138/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Prorroga os efeitos do Decreto nº 2.006/2018, de 21 de agosto de 2018 e contém outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, no exercício das atribuições emanadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado para mais 2 (dois) anos os efeitos do Decreto nº 2.006/2018 que homologa o resultado classificatório das provas do Concurso Público do Edital nº 001/2018.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente ato, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,  
aos 21 de Agosto de 2020.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff  
Técnico em controladoria Interna

### PORTARIA Nº 5434/2020

Publicação Nº 2618356

PORTARIA Nº. 5.434/2020  
Em 24 de Agosto de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com base na Lei Orgânica Municipal e baseado na Lei Complementar nº. 13/2006 e atualizações, além da Legislação federal vigente, bem como o Decreto Municipal nº. 2.006/2018 que dispõe sobre a classificação final do Concurso Público nº. 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, MARILZE FORMAGINI, com cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM ESF, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social, cargo este de provimento EFETIVO, neste município, nível 17ATM2 – A2, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, baseado no Decreto 2.006/2018, de 21 de agosto de 2018, referente à homologação final da classificação do Concurso Público nº 001/2018, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 24 de Agosto de 2020

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na  
Presente data

BRUNO LENGERT  
Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

# União do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N. 4.502/2020

Publicação Nº 2618366

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.502, de 24 de agosto 2020.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, FLAVIO FALCÃO SCHIAVO, ocupante do cargo de Odontólogo, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 01/09/2020 à 30/09/2020, relativas ao período aquisitivo de 01/03/2019 à 29/02/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 24 de agosto 2020.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

### DECRETO MUNICIPAL N. 4.503/2020

Publicação Nº 2618368

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.503, de 24 de agosto 2020.  
Concede Férias de Direito ao Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73. da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Artigo 61 da Lei Complementar N.º 093, de 21 de setembro de 2015,

**DECRETA:**

Art.1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias ao Servidor(a) Público(a) Municipal, JACKELINE CASSARO, ocupante do cargo de Auxiliar em Saúde Bucal, 40 horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, a serem gozadas no período de 01/09/2020 à 30/09/2020, relativas ao período aquisitivo de 03/06/2019 à 02/06/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 24 de agosto 2020.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

Registrado em data supra e publicado conforme lei municipal Nº 1010/2014.

# Urubici

## PREFEITURA

### COMUNICADO ABERTURA PROPOSTA TP 005/2020

Publicação N° 2616178

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 020/2020  
PROCESSO DE COMPRA N° 019/2020  
TOMADA DE PREÇOS N° 005/2020

Decorrido o prazo legal sem manifestação de recurso, comunicamos as empresas participantes da Tomada de Preços 005/2020, que a abertura dos envelopes contendo as proposta de preço das empresas habilitadas ocorrerá no dia 25 de agosto de 2020 às 13 horas na sala da Comissão de Licitação. Urubici, 21 de agosto de 2020. Patricia Figueredo Wiggers - Presidente da Comissão de Licitação.

### DECRETO N° 2599/2020

Publicação N° 2616465

DECRETO N° 2599/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2129/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico  
2016 – OPERACIONALIZAÇÃO FUNCIONAMENTO SECRET. TRANSPORTES E OBRAS  
3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas .....R\$ 80.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 ..... R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 11 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### DECRETO N° 2600/2020

Publicação N° 2616467

DECRETO N° 2600/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2129/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0301 – Secretaria da Fazenda e Administração  
2007 – PREVENÇÃO DE SINISTROS - BOMBEIROS  
3393.00.00.00.00.00.0180 – Aplicações Diretas Decorrente de Op. Entre Órgão ..... R\$ 3.880,00



TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 3.880,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Anulação de Dotação, sendo:

0301 – Secretaria da Fazenda e Administração

2007 – PREVENÇÃO DE SINISTROS - BOMBEIROS

3350.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Instit. Privadas sem Fins Lucrativos ..... R\$ 3.880,00

TOTAL ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ..... R\$ 3.880,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 13 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2601/2020

Publicação Nº 2616472

DECRETO Nº 2601/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2129/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0401 – Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Saneamento Básico

2110 – CISAMA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SANEAMENTO BÁSICO

4471.00.00.00.00.00.0080 – Transferências a Consórcios Públicos ..... R\$ 9.124,89

0701 – Secretaria da Assistência Social

2018 – OPERACIONALIZAÇÃO SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL

3390.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 17.124,89

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 ..... R\$ 17.124,89

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 17 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2602/2020

Publicação Nº 2616476

DECRETO Nº 2602/2020

SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, com base na Lei nº 2129/2019, resolve:

DECRETAR:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a seguinte dotação do Orçamento Vigente:

0501 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

2112 – MANUTENÇÃO CONSERVAÇÃO PARQUE DE EXPOSIÇÕES

4490.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para a suplementação que trata o artigo anterior correrão por conta de Excesso do Recurso 0080, sendo:

TOTAL EXCESSO RECURSO 0080 ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici/SC, em 17 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

### EXTRATO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA TP 002/2020

Publicação Nº 2616499

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2020

PROCESSO DE COMPRA Nº 015/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2020

EXTRATO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção do Centro de Apoio ao Turista, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital, e em conformidade com o contrato de repasse OGU nº 869967/2018 – operação 1058424-35. Adjudicação: 21/08/2020. Homologação: 21/08/2020. Contratado: Dayane Barbara Mendes EPP. CNPJ: 36.064.878/0001-38. Valor: R\$ 206.988,32 (duzentos e seis mil novecentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

### EXTRATO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA TP 003/2020

Publicação Nº 2616500

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2020

PROCESSO DE COMPRA Nº 016/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2020

EXTRATO ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para construção de uma quadra esportiva coberta na Escola Nucleada Bernardo Henrique Warmling, em conformidade com o Termo de Convênio nº 2019 TR 001449, por meio da Secretaria de Estado da Educação, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. Adjudicação: 21/08/2020. Homologação: 21/08/2020. Contratado: Construtora Gam Eireli. CNPJ: 25.332.492/0001-43. Valor: R\$ 118.495,66 (cento e dezoito mil quatrocentos e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

### LEI Nº 2192/2020

Publicação Nº 2616458

LEI Nº 2192/2020

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL SÃO JOSÉ DE URUBICI.

Antônio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici-SC no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 18, inciso XIX da Lei Orgânica, art. 3º, inciso IV da Lei Federal nº 13.019/14, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com o Hospital São José de Urubici, entidade beneficente comprovada pela portaria nº 1.945/18 emitida pelo Ministério da Saúde que deferiu a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, CNPJ 86.517.638-0002-09, localizado na Rua Boanerges Pereira de Medeiros, 1196, Centro, Urubici-SC, com o objetivo de repassar o valor de R\$ 29.811,93 (vinte e nove mil, oitocentos e onze reais e noventa e três centavos) para custear a aquisição

dos seguintes equipamentos de proteção individual (EPI) para auxiliar no enfrentamento da pandemia da COVID-19: luvas, máscaras, aventais descartáveis, tocas e testes rápidos para diagnóstico da COVID-19 que serão aplicados/utilizados pelo próprio Hospital.

Art. 2º - A Prestação de Contas dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal de acordo com a Instrução Normativa N.TC-14/2012, capítulo IV do TCE/SC.

Art. 3º - A vigência do Convênio se estenderá até 31/12/2020.

Art. 4º A despesa correrá à conta de dotação própria prevista no orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Urubici, 18 de Agosto de 2020.

Antônio Zilli  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.  
Urubici, 18 de agosto de 2020.

## **PORTARIA Nº 322/2020**

Publicação Nº 2616439

PORTARIA Nº 322/2020

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Patrini Leilane Biz, exercendo o cargo de Nutricionista, Função Gratificada - FG – 03, nos termos do artigo 1º, anexo VI da Lei Complementar nº 009/2013, por um período de 02 meses, conforme art. 4º da Portaria nº 438/2019 - CPPAD.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 12 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 323/2020**

Publicação Nº 2616440

PORTARIA Nº 323/2020

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base na Portaria nº 438/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Carmem Maristela Della Justina Lorenzetti, exercendo o cargo de Digitador, Função Gratificada - FG – 03, nos termos do artigo 1º, anexo VI da Lei Complementar nº 009/2013, por um período de 02 meses, conforme art. 4º da Portaria nº 438/2019 - CPPAD.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 12 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 324/2020**

Publicação Nº 2616442

PORTARIA Nº 324/2020

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à Servidora Diovana Godinho Macedo, exercendo o cargo de Farmacêutica, Função Gratificada - FG – 05 (40%), nos termos do artigo 1º, anexo VI da Lei Complementar nº 009/2013, por um período de 02 meses, conforme art. 4º da Portaria nº 438/2019 – CPPAD, sendo que 20% é referente ao cargo de farmacêutica e 20% é da CPPAD.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 12 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 325/2020**

Publicação Nº 2616445

PORTARIA Nº 325/2020

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política (afastamento do cargo e das funções) ao Servidor Odailto Pacheco de Oliveira, ocupante do cargo de Motorista, do Grupo Ocupacional III – Transportes, Obras e Serviços Auxiliares – TSA, no período de 14 de agosto à 20 de novembro de 2020, com direito à percepção dos seus vencimentos integrais, conforme estabelece o parágrafo único do art. 68 da Lei Complementar Municipal nº 769/2002 e art. 1º, inciso II, letra "I", da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 2º - O servidor deverá apresentar junto ao Setor de Pessoal comprovante do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, sob pena de perder a vantagem remuneratória de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 14 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 326/2020**

Publicação Nº 2616446

PORTARIA Nº 326/2020

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política (afastamento do cargo e das funções) à Servidora Gorete de Melo, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional III – Transportes, Obras e Serviços Auxiliares – TSA, no período de 14 de agosto à 20 de novembro de 2020, com direito à percepção dos seus vencimentos integrais, conforme estabelece o parágrafo único do art. 68 da Lei Complementar Municipal nº 769/2002 e art. 1º, inciso II, letra "I", da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 2º - O servidor deverá apresentar junto ao Setor de Pessoal comprovante do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, sob pena de perder a vantagem remuneratória de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 14 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N° 327/2020**

Publicação N° 2616449

PORTARIA N° 327/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear membros para compor a Comissão de Avaliação do Desempenho de Servidores da Prefeitura Municipal, sendo eles:

- Marcus Vinicius Nunes de Souza – Secretário da Fazenda e Administração
- Cassiano Rodrigo de Souza – Agente Administrativo
- Gisleine Morgan Soares Pereira - Escriturária
- Joaquim Roque Souza – Sargento dos Bombeiros
- Tasiane Menin Pickler – Secretária da Assistência Social
- Rosicléia Jeremias Matos – Assistente Social
- Gisiane Letícia de Souza – Secretária de Saúde
- Larissa Zapelini Warmling - Enfermeira

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 14 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA N° 328/2020**

Publicação N° 2616452

PORTARIA N° 328/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao Servidor Willian Junior Stange, exercendo o cargo de Motorista de Ambulância na Secretaria Municipal de Saúde, gratificação de acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 050/2019, no período de 20/08/2020 à 30/09/2020, em razão das despesas com alimentação, pernoite, ligações telefônicas e locomoção na cidade de destino.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 20 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 329/2020**

Publicação Nº 2616454

PORTARIA Nº 329/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Processo Seletivo nº 001/2019/SMAS,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 123/2020, que admitiu em Caráter Temporário a Senhora Letícia Helena da Silva, para exercer o Cargo de Monitor na Casa Lar, no período de 21/08/2020 à 21/02/2021, com carga horária de 40 horas semanais, Grupo Ocupacional II – Atividades da Administração em Geral – AAG, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo, tudo de acordo com a Lei nº 770/2002 e suas alterações, em virtude de crianças menores abrigadas naquela casa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 21 de Agosto de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

# Urussanga

## PREFEITURA

### ADT 01/88/2020

Publicação Nº 2615694

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
SECRETARIA DE SAUDE

EXTRATO DO CONTRATO: ADT 01/88/2020  
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 16/2020  
DATA DE ASSINATURA: 21/08/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
CONTRATADO: CONTATO INTERNET EIRELI  
CNPJ/CPF: 07.562.175/00001-31  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PONTO DE INTERNET PARA A UNIDADE SATELITE DE SAUDE DO CENTRO  
VALOR ADITIVO: 1.500,00  
VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2020

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020/FMS

Publicação Nº 2616184

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2020/FMS

Objeto: Tem por finalidade o registro de preço para a aquisição parcelada de medicamentos para o tratamento dos diagnosticados com COVID-19 no município de Urussanga/SC, novos e de boa qualidade, conforme edital e seus anexos, de acordo com a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020. Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 28/08/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h15 dia 28/08/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano “2020” situação “ABERTA”. Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2020/PMU

Publicação Nº 2616212

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

#### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2020/PMU

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade registrar preços com o objetivo de aquisição parcelada de serviços de sanitização para enfrentamento da emergência de Saúde Pública, de acordo com a Lei 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, de acordo com o edital e seus anexos.

Recebimento dos envelopes: até 13h30 dia 28/08/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14h00 do dia 28/08/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano “2020” situação “ABERTA”. Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188.

Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020/PMU**

Publicação Nº 2616248

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA**AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2020/PMU**

Objeto: O presente edital tem por objetivo a aquisição de equipamento de informática (servidor) para atendimento e suporte das câmeras instaladas na Central da Polícia Militar de Urussanga/SC, montado no gabinete pronto para instalação, de boa qualidade, de acordo com o edital e seus anexos.

Recebimento dos envelopes: até 08h30 dia 03/09/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h15 do dia 03/09/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2020" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

**AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2020/PMU**

Publicação Nº 2616270

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA**AVISO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 16/2020/PMU**

Objeto: Contratação de empresa para construção da segunda etapa do IL Mulin Santo Sartor no Parque Municipal Ado Cassetari Vieira no município de Urussanga/SC, com o fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes dos projetos básicos. Recebimento dos envelopes: até 14h00 dia 09/09/2020 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 14:30h do dia 09/09/2020. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br), na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2020" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail [urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br](mailto:urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br) ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal

**DECRETO GP/Nº 80/2020**

Publicação Nº 2616841

DECRETO GP/Nº 80, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Estabelece novas medidas a serem adotadas por pessoas físicas e jurídicas, durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus (COVID-19).

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 46, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria federal nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO que a Administração Pública Municipal vem atuando com diligência em todas as frentes para a prevenção da proliferação do vírus, sem descuidar do desenvolvimento das atividades econômicas para o desenvolvimento do Município;

CONSIDERANDO que a retomada de atividades demanda a adoção de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Urussanga;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 464, de 3 de julho de 2020, que instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020;



CONSIDERANDO que inexistência evidência estatística que vincule o aumento de casos com o funcionamento do transporte coletivo, uma vez que se encontra paralisado há mais de 1 mês;

CONSIDERANDO que a necessidade de prestação de serviços, de forma presencial, ainda que em horário reduzido e com redução de pessoal, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta.

DECRETA:

## CAPÍTULO I

### DAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO

#### Seção I

##### Das Atividades Declaradas Essenciais

Art. 1º Ficam declaradas como essenciais todas as atividades exercidas no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, uma vez que fundamentais para o atendimento das necessidades da comunidade.

#### Seção II

##### Das Medidas Adotadas no Serviço Público Municipal

Art. 2º Diante do previsto no inciso III do art. 8º da Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020, ficam definidas as seguintes providências:

I – ficam mantidas as medidas previstas no Decreto Municipal GP/Nº 33, de 16 de abril de 2020;

II – fica mantido o Regime Excepcional de Teletrabalho para os servidores e trabalhadores do grupo de risco, nos termos do Decreto Municipal GP/Nº 33, de 16 de abril de 2020.

Art. 3º Periodicamente, ou sempre que for considerado necessário, conforme Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde, os servidores públicos serão submetidos aos testes para o monitoramento de contaminação pela COVID-19, no âmbito da Administração Direta e Indireta.

#### Seção III

##### Das medidas a serem adotadas pelo Poder Público

Art. 4º Ficam mantidas todas as medidas elencadas no Decreto Municipal GP/Nº 14, de 17 de março de 2020 e posteriores, devendo, ainda, ser observadas as seguintes providências, por parte do Poder Público Municipal:

I – fiscalização da utilização de máscaras por todos os indivíduos acima de 2 (dois) anos de idade em qualquer espaço público ou privado compartilhado, com exceção do ambiente domiciliar;

II – identificação e comunicação à população das atividades mais propensas à transmissão da COVID-19;

III – monitoramento de todos os casos suspeitos e confirmados de COVID-19, de forma que casos sintomáticos permaneçam em isolamento domiciliar ou sejam encaminhados para o Centro de Triagem do Coronavírus (COVID-19), localizado no Posto de Saúde Antônio Gonzaga Nunes no Bairro da Estação, pelo período preconizado e casos que possam se agravar recebam atendimento hospitalar;

IV – monitoramento e atendimento de pessoas com doenças crônicas;

V – notificação e investigação de casos, surtos e todos os óbitos suspeitos de COVID-19 e registro por meio dos sistemas de informação oficiais;

VI – controle do fluxo de atendimento nos estabelecimentos de atenção à saúde, de forma a evitar o contato de pessoas infectadas (ou com suspeita de estarem com COVID-19) com pessoas não infectadas, a fim de orientar a população quanto ao local mais adequado para atendimento, de acordo com os sintomas apresentados;

VII – acompanhamento dos dados epidemiológicos sobre a circulação do novo coronavírus e outros vírus respiratórios utilizando as ferramentas de análise de dados disponibilizadas pelo Governo do Estado, assim como outras utilizadas pelos Municípios;

VIII – reforço de campanhas educativas para os profissionais da área da Saúde e a população em relação às medidas não farmacológicas preventivas para doenças respiratórias, incluindo a COVID-19, como etiqueta respiratória, higiene das mãos, uso de EPIs e uso de máscara.

#### Seção IV

##### Das Fiscalizações

Art. 5º Na forma da Lei nº 1514, 14 de novembro de 1994 e Lei Orgânica Municipal, ficam reconhecidos como autoridades de saúde no Município de Urussanga os militares e servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização do cumprimento das medidas específicas de enfrentamento à COVID-19, sem prejuízo da atuação de órgãos com competência fiscalizatória específica.

Parágrafo único. Constatado pelas autoridades de que trata o caput deste artigo o descumprimento das medidas estabelecidas em Decretos ou em Portarias vigentes, a fiscalização da Vigilância em Saúde deve apurar eventual prática de infrações administrativas sanitárias previstas na Lei nº 1514, 14 de novembro de 1994, na Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou na Lei Estadual nº 6.320, de 20 de dezembro de 1983, bem como do crime previsto no art. 268 do Código Penal.

## CAPÍTULO II

### DO RETORNO DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL

Art. 6º Diante do disposto no art. 9º da Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020, fica autorizado o retorno do transporte coletivo urbano municipal, a partir do dia 24 de agosto de 2020, as 00:00, devendo observar as determinações contidas no Decreto GP/Nº 59, de 5 de junho de 2020.

## CAPÍTULO III

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 7º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município.

Art. 8º Permanecem em vigor as determinações constantes de Decretos e Portarias anteriormente publicadas, que não conflitem com o aqui disposto, sendo que as atividades não referidas nos Decretos e Portarias municipais seguirão as diretrizes sanitárias editadas pela SES.

Art. 9º Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 21 de agosto de 2020.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

INGRID ZANELATO

Secretária de Saúde

# Vargeão

## PREFEITURA

### DECRETO 084-2020 - SUPLEMENTAÇÃO EXCESSO SECRETÁRIA M. DE SAÚDE - SAÚDE BUCAL

Publicação Nº 2616688

DECRETO Nº 084/2020 Vargeão, 18 de Agosto de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO FINANCEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR FELIPE, PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEÃO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 1679/2019 de 25/11/2019;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil), no orçamento do exercício de 2020 do Fundo Municipal Saúde de Vargeão, na seguinte programação de despesa:

ORGÃO	10.00	FUNDO MUNICIPAL SAÚDE VARGEÃO	
UNIDADE	10.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
RECURSO	01.38	VINCULADOS	
PROJETO	10.301.1001.2031	MANUT. BLOCO DE ATENÇÃO BASICA VARIÁVEL	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.	Aplicações Diretas	25.000,00
		TOTAL DOS CRÉDITOS	25.000,00

Art. 2º - Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional de que trata o artigo anterior, será utilizado o excesso de arrecadação por conta do recurso Transferências de do Sistema Único de Saúde no valor R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina,  
em 18 de Agosto de 2020.

VOLMIR FELIPE  
Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra  
GIOVANI LUIZ WILMSEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

### DECRETO 085-2020 - REGULAMENTA NOVAS AÇÕES DO COVID 19 NO ÂMBITO DA REGIÃO DA AMAI

Publicação Nº 2616692

DECRETO Nº 085 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE MEDIDAS MAIS RESTRITIVAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO COVID-19 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL APÓS REUNIÃO DE PREFEITOS DA REGIÃO DA AMAI E CIR-REGIÃO DE XANXERÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO-SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, ainda,

Considerando que o Município de Vargeão – SC foi classificado como risco gravíssimo, na matriz epidemiológico-sanitário, por conta da epidemia do vírus Covid-19;

Considerando que a situação atual demanda o emprego urgente de medidas mais restritivas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do vírus Covid-19, no Município de Vargeão-SC;

Considerando a necessidade da continuidade de orientação e afastamento social, a fim de evitar o contágio com o vírus COVID-19.

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam determinadas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19) em todo o território do município de Vargeão – SC.

Art. 2º. Diante da necessidade da continuidade do distanciamento social, a fim de evitar o contágio decorrente do Covid-19, fica determinado, o atendimento pelos munícipes, das seguintes medidas:

I – Fica determinada a obrigatoriedade do uso de máscara facial de proteção em todo o território do município de Vargeão-SC, por todos os indivíduos que transitarem em via pública ou que adentrarem a quaisquer estabelecimentos públicos ou privados.

II – O uso de máscara facial, será, obrigatório em toda a extensão do município, inclusive quando duas ou mais pessoas transitarem simultaneamente em um mesmo veículo, exceto quando do mesmo núcleo familiar.

III – É obrigatório o afastamento dos colaboradores ou funcionários que estejam com suspeitas ou confirmação do vírus Covid-19, pelo

prazo mínimo de 14 dias.

IV – Os representantes legais dos estabelecimentos comerciais, ficam obrigados a afastar todos os colaboradores ou funcionários que estejam no grupo de risco dentre eles, idosos acima de 65 anos, diabéticos, hipertensos e gestantes.

V – Os estabelecimentos comerciais ficam obrigados a reduzir a sua capacidade de ocupação interna para 50% do limite total, inclusive, devendo estabelecer um espaçamento entre as pessoas de 1,50m (um metro e meio).

VI – Deve-se optar pelo atendimento não presencial ao público quando necessário o atendimento presencial, é obrigatório o uso de álcool gel 70%, pelos clientes, colaboradores ou funcionários.

VII – Os estabelecimentos comerciais ficam responsáveis pela organização das filas que, eventualmente, se formarem observando sempre uma distância mínima de 1,50m (um metro e meio) entre as pessoas, além disso, deverão higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparação anti sépticas adequada.

VIII – Comércio em geral, varejistas, atacadistas, galerias e centros comerciais o horário de funcionamento será das 08h às 18h, de segunda a sábado, inclusive aos domingos e feriados, com as seguintes restrições:

a) Os clientes não poderão provar: roupas, calçados ou acessórios dentro do estabelecimento comercial;

IX – Supermercados e Lojas de Departamentos, o horário de funcionamento, será das 08h às 19h, diariamente, além de domingos e feriados, com as seguintes restrições:

a) Fica proibida a divulgação ou a degustação de produtos alimentícios na parte interna;

b) Fica restringido o acesso simultâneo aos supermercados de apenas uma pessoa por família;

X – Nos Postos de Combustíveis, o horário de funcionamento será das 07h às 22h, de forma diária, inclusive em domingos e feriados;

XI – Nas lojas de conveniência, o horário de funcionamento será das 08h às 19h, diariamente, inclusive aos domingos e feriados, com as seguintes orientações:

a) Não será permitido a ingestão de alimentos ou bebidas na parte interna e externa do estabelecimento;

b) As lojas anexas aos postos de combustíveis poderão permanecer abertas apenas para o recebimento de pagamento dos produtos e combustíveis;

XII – Nas academias de ginásticas, musculação, de dança, funcionais, escolas de natação será permitida as atividades individuais, sendo que as aulas coletivas terão as seguintes restrições:

a) Limitação de ocupação de 30% (trinta por cento) da capacidade autorizada pelo Corpo de Bombeiros, além do distanciamento de 1,50m(um metro e meio) por pessoa;

b) realizar a desinfecção total dos aparelhos antes e após o uso dos aparelhos, com álcool 70% e intensificar a higienização de todo o ambiente uma vez por período, com desinfetantes indicados do tipo água sanitária e álcool tipo 70% equivalente com registro no Ministério da Saúde;

c) adotar o uso de face shield (máscara escudo) ou óculos de proteção, além de máscara de tecido por todos os colaboradores;

d) utilizar pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia;

e) utilizar apenas 50% dos aparelhos de treinamento cardiorrespiratório, priorizando o uso intercalado.

f) Fica proibido o contato físico no caso de academias de lutas.

XIII – Nos Restaurantes, Lanchonetes, Sorveterias, Pizzarias, Cafeterias, Food Truk e Atividades Similares, o horário de funcionamento será até as 20h de forma presencial, inclusive, aos domingos e feriados, após este horário, poderá funcionar somente para retirada no balcão e delivery, com as seguintes restrições;

a) O(s) último(s) cliente(s) deverão ingressar ao estabelecimento até às 19h40min para ser atendido presencialmente;

b) atendimento integral da Portaria SES n. 256 de 21 de abril de 2020;

c) manutenção do afastamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) de raio entre cada cliente que estiver consumindo no local;

d) Máximo de 02 pessoas por mesa, no caso de pessoas que coabitam na mesma unidade residencial, fica permitido o uso de até 04 pessoas por mesa;

e) O consumo de alimentos ou bebidas, será permitido apenas para as pessoas que estiverem sentadas;

f) Fica proibida a utilização de som ao vivo e o uso de narguilés;

g) proibição de utilização de atrativos como espaços para crianças, jogos de sinuca e similares;

h) Fica proibido o uso e ingestão de bebida alcoólica e alimentos nas calçadas, passeios, e vias públicas.

XIV – Nas padarias e confeitarias o horário de funcionamento, será das 08h às 19h, de segunda a sábado, inclusive aos domingos e feriados, com as seguintes restrições:

a) Nos estabelecimentos que as padarias e confeitarias, estejam anexos a outros estabelecimentos a capacidade de pessoas fica limitada a 30% da capacitada máxima estabelecida pelo Corpo de Bombeiros;

XV – Os salões da beleza e barbearias somente poderão atender com horário marcado evitando aglomerações de clientes;

XVI – Os serviços autônomos e de profissionais liberais, permanecem autorizados, observado o atendimento individual com distanciamento de 1,50(um metro e meio), além das medidas de segurança gerais.

XVII– Fica autorizado a liberdade religiosa e de cultos no Município, desde que observado a Portaria Ses nº 254 de 20/04/2020, em especial pela disposição dos incisos do art. 2º, a saber:

a) A lotação máxima autorizada será de 30% (trinta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

b) Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

c) Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70%ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;

XVIII – Fica autorizado a abertura de hotéis, pousadas e similares, desde que observado as seguintes restrições:

a) Seguir as regras previstas no artigo 2º, da Portaria SES nº 244/2020;

b) no momento da realização do check-in deverá ser aplicado formulário de detecção de pacientes sintomáticos respiratórios;

c) os hotéis com capacidade igual ou maior a 20 (vinte) quartos deverão realizar a aferição de temperatura corporal dos clientes e funcionários, antes de adentrar ao estabelecimento, através de termômetros infravermelhos ou outro instrumento correlato

d) disponibilizar álcool gel 70% para uso dos clientes na recepção, nas portas dos elevadores e nos corredores de acesso aos quartos;

e) não permitir a permanência e circulação em espaços comuns, como saunas, salas de reunião;

f) fica recomendada a não utilização de sistemas de ar condicionado central;

g) o estabelecimento deverá definir e executar protocolos de desinfecção de ambientes, superfícies e equipamentos diário para todos os ambientes e após cada check-out de hóspedes;

XIX – As seguintes atividades ficam proibidas:

- a) Qualquer modalidade de espetáculos ou festas que acarretem aglomeração de pessoas, dentre elas, teatro, casa noturna, parque temático, baile, show espetáculos, festas de comunidades.
- b) Festas particulares em residências, sendo que em caso de flagrante a autoridade estará autorizada a adentrar na residência, por força do art. 268 do Código Penal e do art. 5º, XI, da Constituição Federal de 1988;
- c) Aulas referente aos alunos que estão cursando o ensino fundamental e ensino médio, até a data do dia 12 de outubro de 2020;
- d) Utilização de saunas;
- e) Nas instituições de longa permanência de idosos, exceto nos casos em que exista risco de morte do idoso;
- f) Eventos esportivos e atividades esportivas coletivas de contato, a exemplo das atividades futebol, futsal, voleibol, basquete entre outras;
- g) Jogos de campeonatos profissionais ou amadores, até a data do dia 31/12/2020.
- h) Atividades ao ar livre em parques e praças, como caminhadas aos finais de semana, nos termos do Decreto Estadual n. 724 de 17 de julho de 2020;
- i) Nos condomínios, áreas comuns, como piscinas, salões de festas e saunas;
- j) A Reunião de pessoas em velórios;
- k) Transporte escolar de alunos da rede de ensino municipal;
- l) O ingresso no município de vendedores ambulantes;
- m) Utilização de som ao vivo em estabelecimentos e o uso de narguilés;
- n) BARES ficam proibidos de aglomerar pessoas com intuito de jogos e consumo de bebidas alcólicas. Todo e qualquer tipo de jogos, estão proibidos. Somente poderá funcionar para atendimento de entregas no balcão ATÉ AS 18h.
- o) Cursos presenciais de qualquer espécie;
- p) Visitas turísticas e afins;
- q) Reuniões públicas ou privadas, exceto as realizadas por meio digital.

XX – Os cursos livres, ficam proibidos, excepcionalmente poderão ser permitidos aqueles relacionados à segurança e saúde pública, devendo ser autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde;

Fica autorizada a realização de carreatas em veículos e similares, desde que nenhum integrante da carreta, saia dos veículos;

XXI – Fica autorizada as aulas de estágios obrigatórios presenciais curriculares e aulas de laboratórios, com as devidas restrições gerais e de distanciamento desse Decreto;

XXII – Fica autorizado o transporte intermunicipal de alunos e acadêmicos para as respectivas aulas de estágios obrigatórios presenciais curriculares, observando-se o distanciamento e as restrições gerais desse decreto.

XXIII – As atividades de creches ficam suspensas até a data do dia 31/12/2020, devendo a Secretaria Municipal de Educação deliberar junto com o Conselho Municipal de Educação sobre o disposto no item 2.7 do Parecer n. 05/2020, do Conselho Nacional de Educação;

XXIV – As instituições bancárias e financeiras ficam autorizadas ao funcionamento, observadas as diretrizes ilustradas na Portaria n. 192, da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Art. 3º. Em qualquer hipótese, o funcionamento da atividade deverá observar os seguintes cuidados mínimos com a higiene de fornecedores, colaboradores, produtos, equipamentos e consumidores:

I - disponibilizar na entrada do estabelecimento e em outros lugares estratégicos de fácil acesso, álcool gel 70% para utilização de colaboradores e clientes;

II - higienizar, antes do início das atividades e após cada uso, durante o período de funcionamento, as superfícies de toque (carrinhos, cestos, cadeiras, maçanetas, corrimão, mesas e bancadas), preferencialmente com álcool gel 70%;

III - higienizar antes do início das atividades e durante o período de funcionamento, com intervalo máximo de 03 (três) horas, os pisos e banheiros, preferencialmente com água sanitária;

IV - manter locais de circulação e áreas comuns com os sistemas de ar condicionados limpos (filtros e dutos) e, obrigatoriamente, manter pelo menos uma janela externa aberta ou qualquer outra abertura, contribuindo para a renovação de ar;

V - manter disponível kit completo de higiene de mãos nos sanitários de clientes e colaboradores, com sabonete líquido, álcool gel 70% e toalhas de papel não reciclado;

VI - observar o Manual para a Limpeza e Desinfecção de Superfícies, da Anvisa, destacando-se:

- a) Medidas de precaução, bem como o uso do EPI, devem ser apropriadas para a atividade a ser exercida e necessária ao procedimento.
- b) Não varrer superfícies a seco, por conta do favorecimento da dispersão de microrganismos que são veiculados pelas partículas de pó, devendo utilizar varredura úmida, que pode ser realizada com mops ou rodo e panos de limpeza de pisos.
- c) Para a limpeza dos pisos devem ser seguidas técnicas de varredura úmida, ensaboar, enxaguar e secar, utilizando desinfetantes com potencial para limpeza de superfícies incluem aqueles à base de cloro, álcoois, alguns fenóis e iodóforos e o quaternário de amônio.
- d) Todos os equipamentos deverão ser limpos a cada término da jornada de trabalho, ainda com os profissionais usando EPI.
- e) A frequência de limpeza das superfícies pode ser estabelecida para cada serviço, de acordo com o protocolo da instituição;

VII - estabelecer o teletrabalho para as atividades administrativas e para aqueles que se inserem no grupo de risco;

VIII - Os funcionários que se enquadram no grupo de risco e que exercem atividades não compatíveis com o teletrabalho devem ser liberados para permanecerem em suas residências, à disposição da empresa;

IX - todos os colaboradores que apresentaram sintomas característicos da doença devem ser afastados e todos aqueles que tiveram contato com quem apresentou esses sintomas serem colocados em quarentena e encaminhada essa informação a Secretaria Municipal da Saúde;

X - insumos como máscaras, álcool 70% devem ser disponibilizados para os colaboradores, além de luvas de borracha para contribuir com os cuidados que a linha de frente necessita no atendimento ao público;

XI - os estabelecimentos poderão adotar medidas mais severas e restritivas, a critério de sua Administração e desde que embasadas em informações técnicas.

Art. 4º. O controle do comércio em geral, inclusive a higienização das mãos e conferência do uso de máscaras deve ocorrer por meio de um funcionário, o qual seguirá as normas impostas neste Decreto, orientando os usuários dos métodos de prevenção e segurança epidemiológica;

Art. 5º. Havendo descumprimento das medidas previstas neste Decreto, as autoridades competentes ou seus agentes devem apurar eventual prática de infração administrativa, aplicando-se as seguintes sanções:

I – Pessoa física que não estiver utilizando máscara ou descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto consistirá em infração sanitária com multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais);

II – O estabelecimento comercial que descumprir quaisquer das normas previstas neste decreto, ou que autorizar o acesso de pessoas sem a utilização de máscaras, salvo no momento das refeições, consistirá em infração sanitária com multa no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais);

III – Os recursos provenientes das multas, serão destinados as ações de enfrentamento a pandemia do COVID 19 no âmbito do município de Vargeão – SC.

Art. 6º. Ficam investidos como autoridades e saúde, com poder de polícia administrativa, cabendo-lhes a fiscalização das medidas específicas de enfrentamento do COVID-19, na forma deste Decreto e dos que lhe antecederam, sem prejuízo da atuação dos órgãos com competência fiscalizatória específica, os seguintes cargos:

I – os servidores da Defesa Civil do Município;

II – os fiscais de obras e posturas;

III – fiscais de tributos;

Art. 7º. O Descumprimento das normas de saúde pública, em especial, descrita nesse Decreto, permite ao órgão fiscalizador, lavrar termo de abertura de processo administrativo, com a imediata suspensão das atividades do estabelecimento comercial, no caso de novo descumprimento, poderá cassar definitivamente, o alvará de funcionamento.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 em conformidade com o Decreto Municipal nº 020 de 18 de março de 2020 e suas alterações.

Gabinete do Prefeito de Vargeão - SC, em 21 de agosto de 2020.

VOLMIR FELIPE  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N° 32/2020

Publicação N° 2615900

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Eletrônico nº 32/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Decreto Municipal nº 047/2012 de 28 de setembro de 2012 e Decreto Municipal nº 076/2019 de 07 de outubro de 2019 e Decreto Federal 10.024 de 20 de Setembro de 2019, e demais legislações aplicáveis, que realizará no dia 04 de setembro de 2020, às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, visando o REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses, para aquisição de testes Covid-19, para pesquisa de antígeno realizado através da metodologia Imunocromatologia para pesquisa do RNA viral na célula de nasofaringe, com no mínimo sensibilidade de 86% e especificidade de 95%, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 32/2020. Local: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Informações complementares serão prestadas através do e-mail [compras@vargeao.sc.gov.br](mailto:compras@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link [http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con\\_licitacoes.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces)

Vargeão, SC, 21 de agosto de 2020.

Volmir Felipe  
Prefeito Municipal



# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### DECRETO N° 070/2020

Publicação N° 2616004

DECRETO N.º 070/2020, de 19 de agosto de 2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita – SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.176/2019 de 20 de novembro de 2019, e,

Considerando o Decreto nº 068/2020 de 15 de agosto de 2020, que Declara Situação Anormal Classificada como de Emergência no Município de Vargem Bonita por Granizo:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 09 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

UNIDADE 09.03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE 2.040 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade 339000.00.03.0000.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do superávit financeiro apurado no exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 19 de agosto de 2020

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios – DOM em 21/08/2020, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária de Administração e Finanças

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO N° 17.518/20

Publicação N° 2616244

DECRETO N° 17.518/20, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

Nomeia Diretor do Departamento de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei n° 3.566/18;

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, SOLANGE APARECIDA RIBAS ZAGO, para exercer o cargo comissionado de Diretor do Departamento de Saúde, símbolo DAS-2, criado pela Lei n° 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09.

Videira, 20 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

### DECRETO N° 17.519/20

Publicação N° 2616245

DECRETO N° 17.519/20, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo n° 16269/2020,

#### RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, CAMILA REGINA ROSTIROLA, do cargo de provimento efetivo de Professor de Séries Iniciais, admitida pelo Decreto n° 11.419/14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 14 agosto de 2020.

Videira, 20 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431



**DECRETO Nº 17.520/20**

Publicação Nº 2616240

DECRETO Nº 17.520/20, DE 20 DE AGOSTO DE 2020.

Estabelece valores para a utilização dos espaços do Centro de Inovação Dante Martorano, do Município de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 17, da Lei nº 3.780/2020,

DECRETA

Art. 1º Fixa os valores a serem despendidos pela utilização dos espaços do Centro de Inovação Dante Martorano do Município de Videira, conforme seguem:

- I – Escritório de Projetos – R\$ 100,00 (cem reais) mensais, limitado ao período máximo de 6 (seis) meses;
- II – Incubadora – R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, pelo período de 2 (dois) anos prorrogáveis por igual período;
- III – Coworking – R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais, limitado ao período máximo de 1 (um) ano;
- IV – Incubadora Virtual – R\$ 30,00 (trinta reais) mensais, limitado ao período máximo de 1 (um) ano;
- V – Espaço Interativo – 70,00 (setenta reais) por hora.

Art. 2º O usuário fica obrigado a recolher o respectivo valor, através de Documento de Arrecadação Municipal – DAM.

Art. 3º Serão formalizados contratos com os usuários de acordo com as diretrizes, regras e obrigações definidas em Edital específico para cada local.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 20 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

**DECRETO Nº 17.521/20**

Publicação Nº 2616719

DECRETO Nº 17.521/20, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Exonera Assessor de Vídeo-Produções

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/18,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 31 de agosto de 2020, JEAN CARLOS ALVES, do cargo comissionado de Assessor de Vídeo-Produções, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, com exercício no Gabinete do Prefeito, nomeado pelo Decreto nº 16.276/19.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 31 de agosto de 2020.

Videira, 21 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 31 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**DECRETO Nº 17.522/2020**

Publicação Nº 2617661

DECRETO Nº 17.522/20, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

Altera as disposições do Decreto 17.462/20 que Dispõe sobre as medidas de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) no âmbito do Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 72, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus – COVID19;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o Decreto de nº 562, de 17 de abril de 2020 do Estado de Santa Catarina e suas alterações;

Considerando a decisão da AMARP em reunião dos Prefeitos realizada em 20 de agosto de 2020;

Considerando a Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020;

**DECRETA**

Art. 1º Altera o inciso §2º, do art. 1º, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

(...)

§ 2º São considerados essenciais todos os serviços públicos Municipais.”

Art. 2º Altera o inciso I, do §2º, do art. 6º, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

(...)

§2º

(...)

I – As celebrações e cultos poderão ocorrer apenas aos domingos, com exceção da religião adventista que poderá realizar exclusivamente aos sábados e as religiões de matriz africana (umbanda, candomblé, entre outros), bem como, os centros espíritas às sextas-feiras;

(...)”

Art. 3º Altera o art. 30, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30 Fica proibida a realização de eventos esportivos, profissionais ou amadores, bem como a prática de atividades esportivas coletivas de contato amadores, profissionais e de treinamento.

§1º Fica autorizada a prática de esportes individuais e coletivos SEM contato físico, em clubes, academias e afins, devendo ser observadas as regras estabelecidas nas Portarias expedidas pelo Estado de Santa Catarina, além das seguintes:

I – Funcionamento com limite de 30% da capacidade máxima do local;

II – Uso obrigatório de máscara recomendadas e na forma correta, inclusive durante a prática do esporte;

III – Higienização dos locais e equipamentos após cada uso;

IV - Funcionamento apenas com agendamento prévio, com intervalo suficiente para que não ocorram aglomerações;

- V – Vestiários devem permanecer fechados;  
VI – Expressamente proibida a permanência de usuários no local, antes ou após o encerramento da atividade, ressalvado o tempo necessário para deslocamento;  
VII – Vedada a prática por usuários pertencentes ao grupo de risco;  
VIII – Proibida a realização de competições, disputas e afins, estando liberadas apenas para treino ou atividade recreativa;  
IX – Proibida a comercialização de gêneros alimentícios e bebidas, devendo bares e lanchonetes porventura existentes nos locais permanecerem fechados.

§2º Verificado pelas autoridades de saúde o descumprimento de quaisquer das regras dispostas neste artigo, bem como, nas Portarias do Estado de Santa Catarina, o estabelecimento será imediatamente interditado pelo prazo de 30 (trinta) dias, independentemente de notificação anterior.

Art. 4º Altera o caput, do art. 36, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 36 Fica autorizado, a partir de 24 de agosto de 2020, o transporte público coletivo urbano, devendo seguir as seguintes condições:  
(...)"

Art. 5º Altera o art. 46, do Decreto 17.462/20, de 15 de julho de 2020, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 46 Fica determinado, a partir de 24 de agosto de 2020, o encerramento do horário de funcionamento das lojas de departamentos e supermercados diariamente às 22h00min."

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## LEI Nº 3.832/20

Publicação Nº 2616241

LEI Nº 3.832/20, DE 10 DE AGOSTO DE 2020.

Institui o programa de descarte correto de medicamentos vencidos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os Munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As farmácias e as drogarias deverão disponibilizar recipientes para armazenar medicamentos e produtos de perfumaria com o prazo de validade vencido para descarte no Município de Videira.

§ 1º Para o fim de que trata este artigo, consideram-se produtos que contaminam o ambiente e que, por suas especificidades necessitam de destinação adequada.

§ 2º Entende-se por recipientes adequados: material resistente à ruptura e vazamento, impermeável e inviolável, os quais devem possibilitar segregar a coleta dos resíduos em medicamento sólido, medicamento líquido e resíduos recicláveis.

Art. 2º Cabem às indústrias, fabricantes, manipuladoras, importadoras e distribuidoras que atuem no Município de Videira disponibilizar os recipientes de coleta aos pontos de venda, sendo aquelas corresponsáveis pela cadeia da logística reversa.

§ 1º Entende-se por logística reversa o conjunto de ações, procedimentos e meios com destinação final ambientalmente adequada, com a finalidade de preservar a saúde pública, proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente, através da coleta adequada de resíduos de medicamentos descartados pela população.

§ 2º Nos recipientes de coleta deverá constar a seguinte expressão: "Descarte seu medicamento vencido, alterado ou não utilizado aqui".

Art. 3º Cabe aos responsáveis pelos pontos de venda manter o acesso livre e desimpedido aos recipientes, mantê-los em perfeitas condições de limpeza e conservação e adotando medidas visando que o seu conteúdo não transborde.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos pontos de venda devem solicitar, por meio de documento próprio, às indústrias fabricantes, manipuladoras, importadoras e distribuidoras o recolhimento dos resíduos especificados nesta Lei e a troca dos recipientes quando necessário.

Art. 4º As indústrias, fabricantes, manipuladoras, distribuidoras, importadoras e comércio varejista de medicamentos ficam responsáveis por desenvolver e executar seus próprios Programas de Gerenciamento de Resíduos Farmacêuticos Domiciliares, atendendo às etapas de logística reversa descritas no artigo 2º, parágrafo 1º.

Parágrafo único. Os Programas referidos no caput devem ser apresentados por escrito aos órgãos municipais competentes, os quais ficarão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos mesmos.

Art. 5º Ficam proibidas as seguintes formas de destinação final dos medicamentos domiciliares vencidos:

I - lançamento "in natura" a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações ou equipamentos não adequados;

III - lançamentos em corpos d'água, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas naturais ou artificiais, em redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de gás natural ou de televisão a cabo, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas às inundações.

Art. 6º As indústrias, manipuladoras, distribuidoras, importadoras e comércio varejista de medicamentos ficam responsáveis pela elaboração de ações de comunicação e informação, com finalidade educativa, a respeito do descarte adequado de medicamentos e do uso racional dos medicamentos.

Art. 7º O descumprimento de quaisquer dispositivos desta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, notificando o infrator para sanar a irregularidade no prazo máximo de 30 dias, contados da notificação, sob pena de multa;

II - não sanada a irregularidade prevista no inciso I, será aplicada multa no valor de 1 salário mínimo nacional;

III - em caso de reincidência, a multa prevista no inciso II será aplicada em dobro;

IV - constatada a segunda reincidência em desobediência a esta Lei, o estabelecimento sofrerá o embargo de 30 dias por parte da Prefeitura Municipal não podendo comercializar os seus produtos;

V - uma vez aplicadas as sanções dos parágrafos anteriores e mesmo assim a farmácia ou drogaria não tendo cumprido as normas previstas nesta Lei, o estabelecimento perderá o alvará municipal de funcionamento, estando proibido assim de funcionar.

Art. 8º É da competência da Prefeitura Municipal exercer o poder de fiscalização e no caso do descumprimento desta Lei, aplicar as penas previstas no art.7º, sem prejuízo das sanções civis e penais.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 10 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0542/2020**

Publicação Nº 2616254

PORTARIA nº 0542/2020

Revoga a Portaria nº 0708/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0708/18, que designa GUSTAVO DE OLIVEIRA PIVA, Agente Administrativo II, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor de Controle e Acompanhamento de Programa, símbolo FG-1, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2020.

Videira, 20 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0543/2020**

Publicação Nº 2616251

PORTARIA nº 0543/2020

Revoga a Portaria nº 0416/20

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0416/20, que designa MARLENE DO PRADO ZONTA, Auxiliar de Enfermagem, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2020.

Videira, 20 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0544/2020**

Publicação Nº 2616250

PORTARIA nº 0544/2020

Revoga a Portaria nº 0587/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0587/19, que designa CAMILA REGINA ROSTIROLA, Professora, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível I, símbolo FG-2, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 14 de agosto de 2020.

Videira, 20 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0545/2020**

Publicação Nº 2617766

PORTARIA nº 0545/2020

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nº 14024030.1.00028/20-2, nos assentos funcionais do servidor MARIO PEDRO FONTANELLA, detentor da matrícula funcional nº 5036, e do cargo de provimento efetivo de Procurador Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 16523/2020,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor MARIO PEDRO FONTANELLA, Procurador Municipal, detentor da matrícula funcional nº 5036, do período de 10 (dez) anos, 8 (oito) meses e 11 (onze) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 14024030.1.00028/20-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 21 de agosto de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

**RESULTADO DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 - PMV**

Publicação Nº 2617747

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

**RESULTADO DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2020 - PMV**

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado da análise da documentação de habilitação do processo em epígrafe, cujo objeto é a OUTORGA, PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO POR PESSOAS FÍSICAS (PRODUTORES RURAIS), COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE PRODUTORES RURAIS PARA EXPLORAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS POR MEIO DE PERMISSÃO DE USO. À vista das exigências constantes no item 04 do Ato Convocatório – DA HABILITAÇÃO - e seus subitens, constatou-se que o produtor rural Adriano Likoski Scussiatto protocolizou o envelope contendo os documentos de habilitação. Após a análise da documentação a comissão considera HABILITADO o produtor rural Adriano Likoski Scussiatto. Sendo que qualquer eventual recurso quanto ao procedimento efetuado deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 21 de agosto de 2020.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**RETIFICAÇÃO EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2020-FMS**

Publicação Nº 2618062

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

**RETIFICAÇÃO EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 45/2020-FMS**

O Município de Videira, através do Fundo Municipal de Saúde, torna pública a retificação do extrato da Dispensa de Licitação nº 45/2020, veiculado na edição nº 3238, publicação nº 2615530 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no dia 20/08/2020, onde se lê:

"FORNECEDOR: SUBSTANCIA - FARMACIA DE MANIPULACAO E HOMEOPATIA LTDA – para os itens 01 HIDROXICLOROQUINA 400MG", item 02 - "INVERMECTINA 6MG" e item 03 "ZINCO QUELATO 60MG.

FORNECEDOR: FARMACIA GARDINI LTDA ME para o item 04 - "VITAMINA D 5000UI"  
leia-se

"FORNECEDOR: FARMACIA GARDINI LTDA ME – para os itens 01 HIDROXICLOROQUINA 400MG", item 02 - "INVERMECTINA 6MG" e item 03 "ZINCO QUELATO 60MG.

FORNECEDOR: SUBSTANCIA - FARMACIA DE MANIPULACAO E HOMEOPATIA LTDA para o item 04 - "VITAMINA D 5000UI".

Videira – SC, 21 de agosto de 2020

Dorival Carlos Borga

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 138/2020 - PMV**

Publicação Nº 2616011

Termo Aditivo nº 138/2020

Contrato/CT nº 232/2019

Processo: TP 36/2019-PMV

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão no valor de R\$ 115.517,98 (cento e quinze mil, quinhentos e dezessete reais, e noventa e oito centavos), estando, o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 21/08/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 139/2020 - PMV**

Publicação Nº 2616174

Termo Aditivo nº 139/2020

Contrato/CT nº 218/2019

Processo: TP 28/2019-PMV

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão no valor de R\$ 9.061,49 (nove mil, sessenta e um reais, e quarenta e nove centavos), estando, o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 21/08/2020.



**TERMO ADITIVO Nº 140/2020 - PMV**

Publicação Nº 2616230

Termo Aditivo nº 140/2020

Contrato/CT nº 229/2019

Processo: TP 35/2019-PMV

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando o acréscimo de R\$ 123.028,27 (cento e vinte e três mil, vinte e oito reais, e vinte e sete centavos), e a supressão no valor de R\$ 183.802,47 (cento e oitenta e três mil, oitocentos e dois reais, e quarenta e sete centavos), estando, o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 21/08/2020.

**TERMO ADITIVO Nº 141/2020 - PMV**

Publicação Nº 2616291

Termo Aditivo nº 141/2020

Contrato/CT nº 14/2020

Processo: TP 32/2019-PMV

Contratado: TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI

Objeto: Adequar material e mão-de-obra conforme solicitação, planilha e quantitativos constantes na justificativa da Secretaria responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato e da obra, ocasionando a supressão no valor de R\$ 308,83 (trezentos e oito reais, e oitenta e três centavos) estando o aditivo dentro do permitido em Lei.

Data: 21/08/2020.

**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020 - VISAN**

Publicação Nº 2617726

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN

RESULTADO DO JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2020 - VISAN

A Comissão Especial de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação e julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA REFORMA DA ESTRUTURA CIVIL DAS UNIDADES FÍSICAS DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, a Comissão Especial de Licitações considera HABILITADA a empresa SWL Tecnologia em Limpeza, Saneamento e Construção Ltda para a segunda fase do prélio. Diante da desistência expressa do prazo recursal do julgamento da habilitação da empresa participante, passou-se para a abertura e análise da proposta, restando vencedora a empresa SWL Tecnologia em Limpeza, Saneamento e Construção Ltda por apresentar valor de R\$ 296.927,56 (duzentos e noventa e seis Mil novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e seis centavos). O representante legal da empresa desiste expressamente do prazo recursal.

Videira, 21 de agosto de 2020.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



**Vitor Meireles****PREFEITURA****DECRETO Nº 078/2020**

Publicação Nº 2615757

DECRETO Nº 078 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

"Dispõe sobre a realização de audiência pública, por transmissão ao vivo e das outras providências".

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela lei orgânica municipal, artigo 79, inciso VI, e,

Considerando que o artigo 196 da Constituição da República prevê que a saúde é direito de todos e dever do Estado, o qual é garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos;

Considerando a Declaração da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020 de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela ocorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (com público superior a cem pessoas);

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando o Decreto 525/2020 de 23 de março de 2020, do Governo do Estado de Santa Catarina;

Considerando que estudos demonstram a eficácia das medidas de afastamento social para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando a imperiosa necessidade de adoção de medidas de prevenção, cautela e redução da transmissibilidade da COVID-19; e,

Considerando o Decreto Municipal nº 021/2020 que dispõe sobre a situação de emergência no Município de Vitor Meireles, define medidas adicionais para a prevenção e enfrentamento à COVID-19.

**DECRETA:**

Art. 1º. As audiências públicas realizadas pelo município em seus diferentes órgãos serão realizadas por transmissão ao vivo, devendo ser adotadas, temporária e excepcionalmente, no período de emergência de saúde pública (COVID-19);

Art. 2º. A Audiência será realizada no dia e horário previamente agendados em ambiente virtual e transmitida ao vivo pela internet, em plataforma cujo link será disponibilizado a todo e qualquer cidadão interessado, no site oficial do município ([www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br)) em até 24 hs (vinte e quatro horas) antes do início da audiência, acompanhada das necessárias instruções de acesso remoto.

Parágrafo Único: Durante a transmissão da audiência, será facultado aos participantes o envio de perguntas, que serão lidas por um mediador técnico e respondidas pelos integrantes da mesa, por competência, desde que tenham pertinência temática e guardem relação com os objetivos da sessão.

Art. 3º. A audiência será gravada e permanecerá disponível no site do município ([www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br)), podendo ser reproduzida por qualquer equipamento ou dispositivo conectado à internet.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 21 de Agosto de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**DECRETO Nº 079/2020**

Publicação Nº 2617619

DECRETO N. 079, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

ALTERA O DECRETO N. 74/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º O Art. 3º, do Decreto n. 73/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Ficam autorizados os Fiscais da Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica, bem como a Enfermeira responsável pelo enfrentamento à pandemia, a realização de horas extras, aos finais de semana e feriados, objetivando imprimir esforços na fiscalização do cumprimento dos Decretos Municipais e demais normas de combate ao COVID-19.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 21 de agosto de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 080/2020**

Publicação Nº 2617660

DECRETO Nº 80, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS SANITÁRIAS PREVENTIVAS QUE DEVERÃO SER ADOTADAS EM ÂMBITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITOR OMEIRELES Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 e suas alterações, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Alerta 069 do COES para a região do Alto Vale do Itajaí, datado de 18/08/2020;

CONSIDERANDO a Resolução DIR 012/2020 da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI, de 20 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO as peculiaridades locais relativas ao funcionamento dos serviços públicos essenciais;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam prorrogadas, por 14 (quatorze) dias a contar de 24 de agosto de 2020, as medidas sanitárias de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19 determinadas pelos Decretos Municipais nº 67/2020, 73/2020 e 74/2020, no que não conflitam com as medidas determinadas no presente Decreto.

Art. 2º Fica suspenso, por 14 (quatorze) dias a contar de 24 de agosto de 2020, o funcionamento dos serviços públicos municipais que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais.

§ 1º Consideram-se serviços públicos essenciais os previstos nos Decretos Federal nº 10.282/2020 e Estadual nº 562/2020, e em suas normas complementares, bem como os disciplinados neste Decreto e os que vierem a ser considerados como essenciais em ato normativo municipal.

§ 2º São consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

Art. 3º Caberá aos Secretários Municipais editar ato administrativo disciplinando o rol de servidores que ficarão submetidos ao teletrabalho (home office), ou que estarão em gozo de férias, licença-prêmio ou em regime de banco de horas.

§ 1º Permanecem inalteradas as regras atinentes aos servidores que se enquadram no grupo de risco, aos quais igualmente se aplicam as disposições do caput deste artigo.

§ 2º Os servidores responsáveis pelo desempenho das atividades de que trata o § 2º do artigo anterior, se forem os únicos na função poderão continuar a desempenhar as atividades de modo presencial, desde que o trabalho remoto seja inviabilizado por questões de ordem tecnológica, de logística ou inerentes à própria função, devidamente justificadas pelo Secretário da pasta.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles, 21 de agosto de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0016/2020

Publicação Nº 2615879

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

PROCESSO Nº 0160/2020 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 0016/2020

O Município de Xanxerê/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Avelino Menegolla, justifica a Inexigibilidade de Licitação para o Credenciamento de Prestadores Serviços de Saúde, para Coleta e Realização Exame para o COVID-19, pelo método de Pesquisa de Sorologia Coronavírus IGG/IGM Quantitativa, Metodologia Imunoensaio Fluorescente (FIA), para atendimento aos pacientes do Município de Xanxerê-SC. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 25, caput. O Edital encontra-se aberto para os interessados em buscar o credenciamento e está disponível no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Informações complementares através do fone (49) 3441-8542.

Xanxerê-SC, 21 de agosto de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0121/2019

Publicação Nº 2616021

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0121/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratada: INOVA ASSESSORIA EM TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME

Objeto: Tem por objeto a Contratação de empresa especializada em telecomunicações, para fornecimento de telefonia móvel, para uso em smartphones, abrangendo: fornecimento de chips para uso em 20 (vinte) aparelhos devidamente habilitados com linhas pós-pagas para realizar ligações em todo território nacional, conforme previsto nos quantitativos e em outras especificações descritas neste edital. Fornecimento de relatórios mensais de consumo detalhados por linha. O uso racional dos serviços deverá se pautar pelo suporte direto da empresa vencedora à unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê, efetuando cortes, solicitações e religamentos, visando sempre a otimização do uso do serviço, conforme necessidade da organização, conforme especificações do Edital e quantidades estimadas constante do ANEXO I. Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 03 de setembro de 2020 vigorando até 02 de setembro de 2021, conforme ofício do 14º Batalhão de Bombeiros Militar e Parecer do Comitê Gestor.

Xanxerê-SC, 21 de agosto de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0129/2019

Publicação Nº 2616022

Extrato 1º Aditivo Contrato nº 0129/2019

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: TRACE TECNOLOGIA E GESTÃO DE FROTA LTDA ME.

Objeto: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de locação e implantação de sistema de rastreamento e monitoramento de veículos via satélite por gps/gsm/gprs, gerenciamento com acesso via web, incluindo o fornecimento de equipamentos via comodato, componentes e licenças de uso de software, instalação, configuração, capacitação e suporte técnico, garantia de funcionamento e certificação da Anatel, para a gestão de frotas da Secretaria Municipal de Saúde, na quantidade de até 30 veículos, conforme especificações descritas abaixo:

Fica aditado para mais 03 veículos o serviço de rastreamento, do Pregão Presencial nº 0080/2019, de acordo com o Parecer do Comitê Gestor da Prefeitura nº 454/2020, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. a Aditar	Valor Unt. R\$	Valor Total R\$
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de rastreamento e monitoramento por GPS/GSM/GPRS e gestão da frota de veículos do Município de Xanxerê, com leitora para cartão RFID para identificação do motorista, incluindo o fornecimento de no mínimo 3 (três) cartões por veículo.	03 und	26,90 Mensal	80,70
	TOTAL:			R\$ 968,40

Fica prorrogado o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses contados a partir de 11 de setembro de 2020, vigorando até 10 de setembro de 2021.

Xanxerê-SC, 21 de agosto de 2020. Avelino Menegolla - Prefeito Municipal de Xanxerê.

**PORTARIA 699-2020**

Publicação Nº 2616118

PORTARIA Nº 699/2020  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 24.08.2020 a 23.09.2020, a Servidor Público Municipal Sr. ADEMAR BIAZUS, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 1.781.469 e CPF nº 527.996.549-91 nomeado pelo Decreto Municipal nº JB 304/94 para o cargo de TECNICO EM AGROPECUÁRIA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Políticas Ambientais.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de 09.10.2001 a 23.07.2006 = 30 dias

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 21 de Agosto de 2020.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xaxim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 097/2020 - PREGÃO Nº 044/2020

Publicação Nº 2616027

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 097/2020

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 044/2020

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de sementes de pastagens de verão do tipo capim sudão, para atendimento a produtores do Município de Xaxim/SC que produzam e comercializem leite, de acordo com o Programa Municipal de Melhoramento de Pastagens de Verão e de Inverno da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, de acordo com a Lei Municipal nº 4.330, de 27 de abril de 2018.

Entrega dos Envelopes: até às 08h30min do dia 04 de setembro de 2020

Abertura dos Envelopes: às 09h do dia 04 de setembro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 07h às 13h, pelo fone (0\*\*49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br).

Xaxim (SC), 21 de agosto de 2020. Lírio Dagort. Prefeito Municipal.

**DECRETO 378/2020 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação N° 2616142

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO N° 378/20, de 11 de Agosto de 2020**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2020.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4435/19 de 16 de Dezembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 460.000,00 para as seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria da Infraestrutura

07.01 - Secretaria da Infraestrutura

07.01 - 26.782.2601 - 2.029 - 068/2020 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 460.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

07 - Secretaria da Infraestrutura

07.01 - Secretaria da Infraestrutura

07.01 - 26.782.2601 - 2.029 - 067/2020 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 350.000,00

07.01 - 26.782.2601 - 2.029 - 072/2020 - 4.4.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0000.000000 110.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 11 de Agosto de 2020

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**

**DECRETO 383/2020 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação N° 2616146

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO N° 383/20, de 14 de Agosto de 2020**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2020.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4435/19 de 16 de Dezembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 21.746,69 para as seguintes dotações orçamentárias:

04 - Secretaria de Administração

04.01 - Secretaria de Administração

04.01 - 04.122.0402 - 2.022 - 135/2020 - 3.3.93.00.00.00.00.00 - 0.3.0000.000000 21.746,69

Art 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

0.3.0000.000000 - Superávit financeiro 21.746,69

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 14 de Agosto de 2020

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**

**DECRETO 389/2020 - ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação N° 2616148

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE XAXIM****DECRETO N° 389/20, de 19 de Agosto de 2020**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento Programa de 2020.

LIRIO DAGORT, PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM, de acordo com as atribuições de seu cargo, conforme Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica e autorização contida na Lei Municipal nº 4435/19 de 16 de Dezembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 345.147,98 para as seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação e Cultura

06.01 - Departamento da Educação

06.01 - 12.361.1201 - 2.024 - 037/2020 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0019.000000 345.147,98

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

06 - Secretaria da Educação e Cultura

06.01 - Departamento da Educação

06.01 - 12.361.1201 - 2.024 - 035/2020 - 3.1.90.00.00.00.00.00 - 0.1.0019.000000 345.147,98

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 19 de Agosto de 2020

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**



# REPUBLICAÇÃO - RREO - 2020/03 - AN08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Publicação Nº 2616316



MUNICÍPIO DE XAXIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

## RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	7.050.600,00	7.050.600,00	4.727.607,49	67,05
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.189.000,00	2.189.000,00	1.472.382,60	67,26
1.1.1- IPTU	1.800.000,00	1.800.000,00	1.248.586,99	69,37
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	389.000,00	389.000,00	223.795,61	57,53
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	608.400,00	608.400,00	729.594,90	119,92
1.2.1- ITBI	600.000,00	600.000,00	728.615,86	121,44
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	8.400,00	8.400,00	979,04	11,66
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.333.200,00	2.333.200,00	1.671.159,08	71,63
1.3.1- ISS	2.200.000,00	2.200.000,00	1.624.389,60	73,84
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	133.200,00	133.200,00	46.769,48	35,11
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.920.000,00	1.920.000,00	854.470,91	44,50
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	56.340.000,00	56.340.000,00	23.856.419,75	42,34
2.1- Cota-Parte FPM	20.560.000,00	20.560.000,00	8.572.732,05	41,70
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	19.000.000,00	19.000.000,00	8.572.732,05	45,12
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	780.000,00	780.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	780.000,00	780.000,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	31.000.000,00	31.000.000,00	12.853.384,77	41,46
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	96.000,00	96.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	450.000,00	450.000,00	156.172,74	34,71
2.5- Cota-Parte ITR	34.000,00	34.000,00	1.093,06	3,21
2.6- Cota-Parte IPVA	4.200.000,00	4.200.000,00	2.273.037,13	54,12
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>63.390.600,00</b>	<b>63.390.600,00</b>	<b>28.584.027,24</b>	<b>45,09</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	2.781.000,00	2.781.000,00	1.385.936,78	49,84
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.160.000,00	2.160.000,00	1.074.621,77	49,75
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	511.420,00	511.420,00	262.105,00	51,25
5.4- Transferências Diretas - PNATE	99.180,00	99.180,00	47.618,30	48,01
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	10.400,00	10.400,00	1.591,71	15,30
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	482.400,00	482.400,00	54.477,97	11,29
6.1- Transferências de Convênios	476.400,00	476.400,00	53.813,22	11,30
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	6.000,00	6.000,00	664,75	11,08
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	148.400,00	148.400,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>3.411.800,00</b>	<b>3.411.800,00</b>	<b>1.440.414,75</b>	<b>42,22</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	10.936.800,00	10.936.800,00	4.771.521,14	43,63
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.800.000,00	3.800.000,00	1.714.546,26	45,12
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	6.200.000,00	6.200.000,00	2.570.676,45	41,46
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	90.000,00	90.000,00	31.240,83	34,71
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.800,00	6.800,00	218,57	3,21
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	840.000,00	840.000,00	454.839,03	54,15
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	22.484.000,00	22.484.000,00	10.370.897,27	46,13
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	22.400.000,00	22.400.000,00	10.367.655,05	46,28
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	84.000,00	84.000,00	3.242,22	3,86
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>11.463.200,00</b>	<b>11.463.200,00</b>	<b>5.596.133,91</b>	<b>48,82</b>

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



MUNICÍPIO DE XAXIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	15.423.000,00	15.423.000,00	8.214.626,07	53,26	8.214.626,07	53,26
13.1- Com Educação Infantil	4.863.000,00	4.863.000,00	3.785.778,69	77,85	3.785.778,69	77,85
13.2- Com Ensino Fundamental	10.560.000,00	10.560.000,00	4.428.847,38	41,94	4.428.847,38	41,94
14- OUTRAS DESPESAS	7.061.000,00	7.250.534,57	2.307.970,21	31,83	2.307.970,21	31,83
14.1- Com Educação Infantil	2.321.000,00	2.321.000,00	163.577,87	7,05	163.577,87	7,05
14.2- Com Ensino Fundamental	4.740.000,00	4.929.534,57	2.144.392,34	43,50	2.144.392,34	43,50
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	22.484.000,00	22.673.534,57	10.522.596,28	46,41	10.522.596,28	46,41
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB					VALOR	
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						10.522.596,28
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						79,21
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						22,25
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-1,46
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						202.864,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020²						189.537,57
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.829.000,00	10.829.000,00	4.516.812,97	41,71	4.370.654,90	40,36
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	21.233.000,00	21.422.534,57	9.370.573,49	43,74	8.640.821,12	40,34
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.300.000,00	15.489.534,57	6.573.239,72	42,44	6.573.239,72	42,44
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.933.000,00	5.933.000,00	2.797.333,77	47,15	2.067.581,40	34,85
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	32.062.000,00	32.251.534,57	13.887.386,46	43,06	13.011.476,02	40,34
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						5.596.133,91
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						189.534,57
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ³						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						5.785.668,48
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						7.225.807,54
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						25,28
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.168.000,00	2.168.000,00	1.800.404,61	83,04	1.098.364,15	50,66
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.803.600,00	2.015.817,91	336.268,41	16,68	254.163,57	12,61
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	3.971.600,00	4.183.817,91	2.136.673,02	51,07	1.352.527,72	32,33
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	36.033.600,00	36.435.352,48	16.024.059,48	43,98	14.364.003,74	39,42
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2020 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			340.685,04		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			327.926,54		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			12.758,50		0,00	



MUNICÍPIO DE XAXIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.367.655,05	1.074.621,77
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.242,22	635,70
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	10.370.897,27	1.075.257,47
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	10.370.897,27	1.075.257,47

XAXIM, 21/08/2020

LIRO DAGORT  
Prefeito Municipal

JULIANO SORGATTO  
Contador - CRC/SC-032895/O-5

MARCELO LUIZ DUZ  
Controlador Interno - CRC/SC-027807/O-1

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.55, Unidade Responsável - Contadoria Geral do Município

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# REPUBLICAÇÃO - RREO - 2020/03 - AN12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Publicação Nº 2616319

Página 1/5

Município de XAXIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO



RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1.00

	RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	%(b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		7.050.600,00	7.050.600,00	4.727.607,49	67,05
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		2.189.000,00	2.189.000,00	1.472.382,60	67,26
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU		1.800.000,00	1.800.000,00	1.248.586,99	69,37
Receita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		389.000,00	389.000,00	223.795,61	57,53
ITBI		608.400,00	608.400,00	729.594,90	119,92
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI		600.000,00	600.000,00	728.615,86	121,44
Receita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		8.400,00	8.400,00	979,04	11,66
ISS		2.333.200,00	2.333.200,00	1.671.159,08	71,63
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS		2.200.000,00	2.200.000,00	1.624.389,60	73,84
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF		133.200,00	133.200,00	46.769,48	35,11
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		1.920.000,00	1.920.000,00	854.470,91	44,50
Cota-Parte FPM		54.780.000,00	54.780.000,00	23.856.419,75	43,55
Cota-Parte ITR		19.000.000,00	19.000.000,00	8.572.732,05	45,12
Cota-Parte IPVA		34.000,00	34.000,00	1.093,06	3,21
Cota-Parte ICMS		4.200.000,00	4.200.000,00	2.273.037,13	54,12
Cota-Parte IPLEXportação		31.000.000,00	31.000.000,00	12.853.384,77	41,46
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		450.000,00	450.000,00	156.172,74	34,71
Desoneração ICMS (LC 87/96)		96.000,00	96.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II</b>		<b>61.830.600,00</b>	<b>61.830.600,00</b>	<b>28.584.027,24</b>	<b>46,23</b>
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	15.919.249,00	15.919.249,00	9.888.425,02	61,99	-
Despesas Correntes	15.618.249,00	15.613.282,00	9.814.258,34	62,86	-
Despesas de Capital	301.000,00	305.967,00	54.166,68	17,70	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-

Município de XAXIM - SC

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO



DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)</b>	<b>15.919.249,00</b>	<b>15.919.249,00</b>	<b>9.868.425,02</b>	<b>61,99</b>	<b>6.919.613,52</b>	<b>43,47</b>	<b>6.474.993,74</b>	<b>40,67</b>	<b>-</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS					DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)	
Total das Despesas com ASPS (XI) = (XI)					9.868.425,02		6.919.613,52		6.474.993,74	
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XII)					0,00		0,00		0,00	
(+/-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)					0,00		0,00		0,00	
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)					0,00		0,00		0,00	
<b>(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)</b>					<b>9.868.425,02</b>		<b>6.919.613,52</b>		<b>6.474.993,74</b>	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)									4.287.604,09	
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)									0,00	
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)					5.580.820,93		2.632.009,43		-	
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)					0,00		-		-	
<b>PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)</b>					<b>34,52</b>		<b>24,21</b>		<b>-</b>	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO					Saldo Final (não aplicado)* (= h - (i ou j))
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Pagas (k)	
		Empenhadas (i)	Liquidadaas (j)			
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-	-



Município de XAXIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Página 3/5

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se <0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Individamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se <0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)	
	Empenhos de 2016 e anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										0,00
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										0,00
	TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										0,00
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS											
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012				Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w -(x ou y))			
					Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)				
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO											
				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (b/a)*100			
						Até o Bimestre (b)					
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)						0,00	0,00	0,00		0,00	
Proveniente da União - Fundo a Fundo						0,00	0,00	0,00		0,00	
Proveniente dos Estados						0,00	0,00	0,00		0,00	
Proveniente de outros Municípios						0,00	0,00	0,00		0,00	
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)						0,00	0,00	0,00		0,00	
OUTRAS RECEITAS (XXX)						0,00	0,00	0,00		0,00	
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO O DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Município de XAXIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Página 4/5

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	5.818.310,96	6.501.442,88	3.385.155,99	52,07	2.787.596,81	42,88	2.607.461,34	40,11	-
Despesas Correntes	5.501.810,96	6.035.026,88	3.225.624,14	53,45	2.670.567,61	44,25	2.490.432,14	41,27	-
Despesas de Capital	316.500,00	466.416,00	159.531,85	34,20	117.029,20	25,09	117.029,20	25,09	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.212.153,36	1.213.294,21	666.562,17	54,94	451.197,65	37,19	386.833,81	31,88	-
Despesas Correntes	1.212.153,36	1.213.294,21	666.562,17	54,94	451.197,65	37,19	386.833,81	31,88	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	337.054,40	344.698,25	136.940,31	39,73	112.128,00	32,53	64.218,01	18,63	-
Despesas Correntes	225.054,40	232.698,25	88.028,58	37,83	63.705,27	27,38	61.745,28	26,53	-
Despesas de Capital	112.000,00	112.000,00	48.911,73	43,67	48.422,73	43,23	2.472,73	2,21	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	243.161,28	244.839,90	239.577,71	97,85	231.066,61	94,37	212.176,70	86,66	-
Despesas Correntes	223.161,28	224.839,90	221.160,72	98,36	212.649,62	94,58	193.759,71	86,18	-
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	18.416,99	92,08	18.416,99	92,08	18.416,99	92,08	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>	<b>7.610.680,00</b>	<b>8.304.276,24</b>	<b>4.426.236,18</b>	<b>53,32</b>	<b>3.581.989,07</b>	<b>43,13</b>	<b>3.270.689,86</b>	<b>39,39</b>	<b>-</b>



Página 5/5

Município de XAXIM - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	21.737.559,96	22.420.691,88	13.253.581,01	59,11	9.707.210,33	43,30	9.082.455,08	40,51	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	1.212.153,36	1.213.294,21	666.562,17	54,94	451.197,65	37,19	386.833,81	31,88	-
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	337.054,40	344.698,25	136.940,31	39,73	112.128,00	32,53	64.218,01	18,63	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	243.161,28	244.839,90	239.577,71	97,85	231.066,61	94,37	212.176,70	86,66	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)</b>	<b>23.529.929,00</b>	<b>24.223.524,24</b>	<b>14.296.661,20</b>	<b>59,02</b>	<b>10.501.602,59</b>	<b>43,35</b>	<b>9.745.683,60</b>	<b>40,23</b>	<b>-</b>
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)</b>	<b>23.529.929,00</b>	<b>24.223.524,24</b>	<b>14.296.661,20</b>	<b>59,02</b>	<b>10.501.602,59</b>	<b>43,35</b>	<b>9.745.683,60</b>	<b>40,23</b>	<b>-</b>

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.55. Unidade Responsável - Contador Geral do Município

<sup>1</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.  
<sup>2</sup> Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).  
<sup>3</sup> Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

XAXIM, 21/08/2020

LIRIO DAGORT  
Prefeito Municipal

JULIANO SORGATTO  
Contador - CRC/SC-032895/O-5

MARCELO LUIZ DUZ  
Controlador Interno - CRC/SI



# REPUBLIÇÃO - RREO - 2020/03 - AN14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Publicação Nº 2616322



## Município de XAXIM - SC DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		95.195.680,00		
Previsão Atualizada		95.195.680,00		
Receitas Realizadas		45.342.710,83		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		3.786.545,77		
DESPESAS				
Dotação Inicial		95.195.680,00		
Créditos Adicionais		9.714.217,17		
Dotação Atualizada		104.909.897,17		
Despesas Empenhadas		53.537.207,01		
Despesas Liquidadas		41.354.874,77		
Despesas pagas		39.349.350,88		
Superavit Orçamentário		3.987.836,06		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		53.537.207,01		
Despesas Liquidadas		41.354.874,77		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		90.659.502,82		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		90.459.502,82		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		90.459.502,82		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-200.000,00	0,00	0,00
Resultado Primário		2.552.656,27	5.175.764,95	202,76
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	241.983,22	1.809,61	134.077,16	106.096,45
EXECUTIVO	241.983,22	1.809,61	134.077,16	106.096,45
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.313.757,00	8.694,63	356.249,77	1.948.812,60
EXECUTIVO	2.313.757,00	8.694,63	356.249,77	1.948.812,60
TOTAL:	2.555.740,22	10.504,24	490.326,93	2.054.909,05

Continua 1/2



Município de XAXIM - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A JUNHO 2020/BIMESTRE MAIO - JUNHO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.225.807,54	25%	25,28
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		8.214.626,07	60%	79,21
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	6.000,00
Despesa de Capital Líquida			6.949.114,07	9.820.738,56
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			120,95	73.479,05
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			4.303,00	15.697,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		6.919.613,52	15,00	24,21
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema Betha Sapo v 6.0.55, Unidade Responsável - Contadoria Geral do Município

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

XAXIM, 21/08/2020

LIRIO DAGORT  
Prefeito Municipal

JULIANO SORGATTO  
Contador - CRC/SC-032895/O-5

MARCELO LUIZ DUZ  
Controlador Interno - CRC/SC-027807/O-1

# Zortéa

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 0110/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA**

Publicação Nº 2616210

DECRETO Nº 0110/2020 DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM DOTAÇÃO QUE ESPECIFICA."

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Artigo 6º da Lei nº 0627/2019 de 11 de dezembro de 2019:

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 19.132,65 (dezenove mil e cento e trinta e dois reais com trinta e cinco centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Zortéa:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0028.2.040 – Manutenção da Oferta de Benefícios Eventuais  
3.3.90.00.00.00.00 - 00.01.0035.000000 (207) – Aplicações Diretas ..... R\$ 19.132,65

Transferências do Sistema Único de Assistência Social - 00.01.0035.000000 – R\$ 19.132,65

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 19.132,65

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Transferências do Sistema Único de Assistência Social - 00.01.0035.000000 – R\$ 19.132,65

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 19.132,65

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Zortéa – SC, 14 de agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI ANDREIA ANTUNES COSTA SARTORI  
PREFEITO MUNICIPAL SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS em Exercício  
Registrado e publicado o presente Decreto em 14 de agosto de 2020.

### **DECRETO Nº 112 DE 21 DE AGOSTO DE 2020 - "DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA SC. PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2616191

DECRETO Nº 112 de 21 de agosto de 2020.

"DISPÕE SOBRE NOVAS MEDIDAS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA SC. PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito de ZORTÉA (SC), no uso de atribuições, e,

CONSIDERANDO que o Congresso Nacional no dia 20 de março de 2020, reconheceu o Estado de Calamidade Pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101 de 2000;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 que "Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS de 04 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Portaria nº 356/GM/MS de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal nº 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, que Estabelece as Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 454/GM/MS, de 20 de março de 2020, que declara em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do COVID-19;

CONSIDERANDO que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia decorrente do coronavírus (COVID-19),

CONSIDERANDO o Decreto Legislativo Estadual nº 18.332 de 20 de março de 2020 que Declara Estado de Calamidade Pública em Santa Catarina, com efeitos até 31 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto nº 562 de 17 de abril de 2020, que Declara Estado de Calamidade Pública em todo o Território Catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - Doenças Infecciosas Virais, para fins de Enfrentamento à COVID-19 e estabelece outras providências, expedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020, que altera o art. 9º do Decreto Estadual nº 562 e dispõe que "A governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus.";

CONSIDERANDO os dados fornecidos pela Secretaria Estadual da Saúde do Estado de Santa Catarina, que demonstram a severa diminuição no número de leitos para tratamento dos pacientes infectados pelo COVID-19 em todo o Estado;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas para a prevenção, controle, redução e enfrentamento de contágio e de infecções causadas pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a aglomeração de pessoas contribui para a rápida disseminação do novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o aumento significativo de novos casos confirmados de infectados pelo novo coronavírus (COVID-19), demonstrando nos boletins epidemiológicos dos últimos dias do Município de ZORTÉA SC e a necessidade de regulamentar novas medidas para a contenção do vírus;

CONSIDERANDO, o Alerta 024 do COES emitido em 22 de julho de 2020, o qual define a Região Meio Oeste Catarinense como risco potencial gravíssimo, mantido pelo Alerta 047 do dia 28 e julho de 2020;

CONSIDERANDO que a Região da AMPLASC onde se encontra inserido o Município de ZORTÉA está nesse momento numa Região de Saúde Classificada como de Risco Gravíssimo segundo a matriz epidemiológico-sanitário da SES - Secretaria de Estado e Saúde de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que a instituição de medidas de distanciamento social é recomendada pela comunidade científica e pelos organismos internacionais, sendo considerada um meio eficaz para evitar o contágio e a consequente superlotação dos leitos hospitalares;

CONSIDERANDO a reunião de trabalho de forma virtual, dos Prefeitos da região da Associação do Meio Oeste Catarinense – AMMOC e da Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina - AMPLASC, juntamente a CIR - Comissão Intergestores Regional de Saúde, realizada no dia 20 de agosto de 2020;

#### DECRETA:

Art.1º- Ficam determinadas pelo período de 07 (sete) dias, a contar de 22 de agosto de 2020 as seguintes restrições:

I. Bares e tabacarias poderão funcionar até as 18h00 de segunda a sexta-feira, ficando vedado o funcionamento após este horário, bem como aos sábados, domingos e feriados;

II. Restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, funcionarão até às 23h00, independentemente do dia de semana;

III. Lojas de conveniência estarão proibidas de permitir o consumo de bebidas e a permanência a partir das 18h00, todos os dias da semana;

§1º- As restrições e obrigações estabelecidas por este artigo não se aplicam aos serviços de tele entrega ou retirada no estabelecimento.

§2º- Todos os estabelecimentos nos horários de funcionamento devem manter o distanciamento entre as mesas e adotar todos os protocolos de higienização.

Art.2º- Fica permitido missas e cultos religiosos com medidas do protocolo do estado.

Art.3º- Fica determinada a intensificação da conscientização da população relativa ao Novo Coronavírus (COVID-19), principalmente quanto ao uso de máscaras, uso obrigatório no município de Zortéa em vias públicas, praças, estabelecimentos comerciais em veículos com mais de dois passageiros e a proibição de aglomerações em qualquer estabelecimento, praças públicas, pátios de postos de combustíveis, casas e salões comunitários.

Art.4º- A fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas neste Decreto ficará a cargo da Vigilância Sanitária e da Segurança Pública.

Art.5º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ZORTÉA (SC), 21 de agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

ANDREIA SARTORI  
SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS INTERINA

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0020/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2020 - AQUISIÇÃO DE MADEIRAS PARA USO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA**

Publicação Nº 2616843

Processo Licitatório Nº 0065/2020  
Dispensa de Licitação Nº 0020/2020

**RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA**

O Prefeito de Zortéa-SC, Sr. Alcides Mantovani, tendo em vista a justificativa apresentada pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, bem como o parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação, fulcrada no inciso II, do art. 24 da Lei n. 8.666/93, com a empresa Adriana Falavigna, no valor total de R\$ 9.153,00 (nove mil cento e cinquenta e três reais) para aquisição de madeiras para uso da Secretaria de Infraestrutura do município de Zortéa;

Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação na imprensa oficial, como condição para eficácia dos atos, em cumprimento ao disposto no art. 26 da citada Lei n. 8.666/93.

Zortéa-SC, 24 de Agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI  
Prefeito em exercício

**EDITAL N.º 010/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020 - CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A FUNÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR - INGLÊS**

Publicação Nº 2617952

EDITAL N.º 010/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE CHAMADA PÚBLICA EMERGENCIAL VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA A FUNÇÃO DO CARGO DE PROFESSOR - INGLÊS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA/SC, ALCIDES MANTOVANI, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar normas para realização de chamada pública, visando à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vaga em razão do pedido de desincompatibilização dos servidores das referidas disciplinas, sobre o amparo do interesse público observando os princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, regendo-se pelas Instruções contidas neste Edital, com base no art. 37, incisos II, IX da CF, Lei Federal nº 8.745/93, Lei Municipal nº 014/1997 e Lei Municipal nº 132/2001.

A Chamada Pública destina-se à admissão em caráter temporário de Professor para a disciplina de Inglês, em razão do pedido de desincompatibilização dos servidores das referidas disciplinas.

1.1-Ficam abertas as inscrições para a contratação temporária de Professor da disciplina de Inglês, com carga horária de 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, não havendo candidato para suprir a vaga de Professor II, será aceito inscrição de Professor I.

VAGAS	PRAZO DA CONTRATAÇÃO	CARGO/CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
01 vaga + cadastro reserva	01/09/2020 a 16/11/2020	PROFESSOR II - Inglês - 20h. *PROFESSOR I - Inglês - 20h.	RS 1.460,93 R\$ 1.317,71

\* O valor da remuneração é correspondente à carga horária de 20 horas semanais, sendo que em caso de alteração da carga horária a remuneração será proporcional.

1.2. Os candidatos interessados deverão inscrever-se nos dias 24 e 25 de agosto de 2020, na Secretaria Municipal de Educação, no horário compreendido das 13h30min às 18h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Zortéa/SC, situada na Rua Otaviano Franceschi, 53, Centro, Zortéa/SC.

1.3. A inscrição far-se-á mediante:

- I. Cópia da carteira de identidade;
- II. Cópia do CPF e Comprovante de regularidade no CPF;
- III. Cópia do comprovante de escolaridade - Curso Superior Completo (Licenciatura Plena); na disciplina correspondente;
- IV. Comprovação de tempo de serviço de Professor (a) (se houver) através da CTPS ou de outro meio idôneo apto ao mesmo fim;
- V. Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;
- VI. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;
- VII. Atestado de frequência da fase/ ano em que estiverem cursando de acordo com a área escolhida;
- VIII. Documentos comprobatórios de cursos realizados pelo candidato, na área em que se inscrever;

1.4. A cópia dos documentos relacionados no item anterior deverá ser acompanhada de seus respectivos documentos originais, que após

conferência serão devolvidos de imediato ou ainda, podem ser apresentados através de cópia autêntica.

1.5. Na falta de qualquer documento acima não será aceita a inscrição do candidato não sendo permitido que o receptor designado para inscrição mantenha em seu poder inscrição com documentos faltantes.

1.6. Para inscrever-se, o candidato deverá preencher a ficha disponibilizada no anexo I do presente Edital.

1.7. Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas.

1.8. As inscrições serão gratuitas.

2. Os candidatos admitidos e classificados na forma deste edital receberão retribuição pecuniária mensal equivalente aos vencimentos fixados na Lei Municipal n.º 028/2015 para o cargo de professor e também o respectivo vale-alimentação.

3. Havendo dois ou mais candidatos para a vaga será adotado o seguinte critério de desempate:

I. Mestrado na área;

II. Pós-Graduação na área;

III. Graduação ou Bacharel na Área

IV. Tempo de serviço na função de Professor (a);

V. Cursos específicos na disciplina de Inglês;

VI. Maior idade do Candidato.

4. O resultado será divulgado no dia 26 de agosto de 2020.

4.1. Eventual recurso quanto à classificação poderá ser interposto no dia 26 de junho de 2020, no horário das 14:30hs até as 17:00hs.

4.1.1. Os candidatos serão convocados por ordem crescente de classificação para comparecer na Secretaria Municipal de Educação, no dia 27/08/2020, às 14:00 horas para escolha de vagas.

5. A convocação para contratação será feita via contato telefônico, ou via correio eletrônico, e pelos demais meios oficiais da Prefeitura Municipal de Zortéa – SC, os quais o candidato deve corretamente informar no momento de sua inscrição;

6. A inscrição na Chamada Pública implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelos candidatos das condições estabelecidas neste Edital.

7. A execução do contrato de trabalho será de conformidade com a Lei Municipal nº 132/2001, e Lei Complementar nº 028/2015.

8. A chamada Pública será válida para o exercício financeiro de 2020.

9. Todos os documentos dos candidatos classificados e aprovados, e as avaliações, ficarão arquivados na sede administrativa do Município de Zortéa – SC, à guarda do Departamento de Recursos Humanos.

10. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com o Departamento de Recursos Humanos.

Zortéa, 21 de agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

ANDREIA SARTORI  
SECRETÁRIA INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ANEXO I  
REQUERIMENTO PARA INSCRIÇÃO - EDITAL Nº 010/2020 DE 21 DE AGOSTO DE 2020.-SME

Nome:	
RG nº:	CPF nº:
Endereço: Rua:	Nº:
Bairro: Município: Estado:	
Email:	Telefone/Celular:

Documentos necessários para inscrição:

	Carteira de Identidade (cópia)
	Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia) e Comprovante de regularidade no CPF
	Título de Eleitor e Certidão de quitação eleitoral
	Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (cópia)
	Cópia do comprovante de escolaridade.
	Comprovante de tempo de serviço na área.
	Atestado de frequência da fase/ ano em que estiverem cursando de acordo com a área escolhida;
	Documentos comprobatórios de cursos realizados pelo candidato, na área em que se inscrever;

ZORTÉA SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

( Assinatura do candidato )

**LEI ORDINÁRIA Nº 642/2020 DE 19 DE AGOSTO DE 2020 - ALTERA A LEI N.º 484/2014 DE 04 DE ABRIL DE 2014, MAJORA A CARGA HORÁRIA DO MÉDICO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2616324

LEI ORDINÁRIA Nº 642/2020 DE 19 DE AGOSTO DE 2020.

altera A LEI N.º 484/2014 DE 04 DE ABRIL DE 2014, majora a carga horária do médico da unidade básica de saúde E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º: Fica majorada para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária do Médico da Unidade Básica de Saúde do Município, nos termos do anexo I da Lei n.º 484/2014 de 04 de abril de 2014, com majoração proporcional de vencimentos.

Art. 2º: Conforme a demanda da Unidade Básica de Saúde, a carga horária do Médico nela lotado poderá ser reduzida temporariamente para 20 (vinte) horas assim como novamente majorada para 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º: Fica alterado o anexo I da Lei n.º 484/2014 de 04 de abril de 2014, vigorando da seguinte maneira:

Nomenclatura	GOC	QTDE DE CARGOS	C/H
[...]	[...]	[...]	[...]
MÉDICO UBS	GE	1	40
MÉDICO ESF	GE	1	40

Parágrafo único: As demais disposições do Anexo I da Lei n.º 484/2014 de 04 de abril de 2014 permanecem inalterados.

Art. 4º: As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 5º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Zortéa, 19 de agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 19 de agosto de 2020.

ANDREIA ANTUNES COSTA SARTORI  
SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 0034/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2020 - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS PELO CONTRATADO, SEM EXCLUSIVIDADE, COM PRÉVIA APROVAÇÃO DO ÓRGÃO /ENTIDADE DO ORÇAMENTO DAS PEÇAS**

Publicação Nº 2617964

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0066/2020  
Pregão Presencial Nº 0034/2020

OBJETO: Constitui o objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS possível contratação de serviços mecânicos de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da frota municipal, com o fornecimento de peças pelo contratado, sem exclusividade, com prévia aprovação do órgão /entidade do orçamento das peças a serem substituídas;  
Conforme especificações contidas no anexo VII do edital

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente ser protocolados no Setor de Protocolo até às 14h00min, para abertura da Sessão às 14h05min do dia 04 de Setembro de 2020.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da sessão.

**MENOR PREÇO UNITÁRIO****INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

No endereço do Centro Administrativo, Sala de Licitações, sito à Rua Otaviano Oleoni Franceschi, nº 53, Centro, no Município de Zortéa/SC.  
No sítio: [www.zortea.sc.gov.br](http://www.zortea.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 13:00 horas às 19:00 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3557-2019

Zortéa-SC, 24 de Agosto de 2020.

ALCIDES MANTOVANI  
Prefeito de Zortéa



# Consórcios

## CIS/AMVI

### AUTORIZAÇÃO DISPENSA 061.2020

Publicação Nº 2618294

A U T O R I Z A Ç Ã O  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 061/2020

Objeto: Aquisição de 4 cadeiras giratórias, modelo diretor, com especificidades regulamentadas na NR17, para compor o mobiliário da sala de reuniões do CISAMVI.

Após análise da Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 061/2020, e afigurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a aquisição do objeto supramencionado por intermédio de contratação direta com Oneda Móveis Ltda. – CNPJ 80.480.874/0001-22, pelo valor de R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 21 de agosto de 2020.

Cleones Hostins  
Diretor Executivo

### EXTRATO DISPENSA 061.2020

Publicação Nº 2618295

EXTRATO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 072/2020  
Dispensa: 061/2020

Objeto: Aquisição de 4 cadeiras giratórias, modelo diretor, com especificidades regulamentadas na NR17, para compor o mobiliário da sala de reuniões do CISAMVI Contratado: Oneda Móveis Ltda. – CNPJ 80.480.874/0001-22

Valor total: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

Data de vigência: Entrega imediata após a publicação deste Extrato.

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau/SC, 21 de agosto de 2020.

Cleones Hostins  
Diretor Executivo

### PROTOCOLO INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Publicação Nº 2618297

PROTOCOLO DE TESTAGEM COVID-19  
PARA INICIATIVA PRIVADA

1ª Edição – agosto 2020  
PROTOCOLO GERAL

Este documento foi criado em parceria da Universidade Regional de Blumenau (FURB) com a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI). Este protocolo provém de portarias, resoluções e demais documentos oficiais, orientando quanto às medidas para práticas de proteção adequadas ao Enfrentamento à Pandemia do COVID-19. Serão apresentadas diretrizes e ações recomendadas para realizar a prevenção, triagem e avaliação dos funcionários na entrada dos trabalhadores, testagem, e ações de contenção no caso de identificação de casos positivos do COVID-19 nas empresas dos municípios. Destina-se aos gestores de iniciativas privadas, quanto à prevenção e monitoramento das condições de saúde de seus funcionários no período de Enfrentamento à Pandemia do COVID-19 nos 14 municípios que integram a AMMVI.

O protocolo objetiva apresentar ações de:

1. Prevenção;



2. Triagem dos funcionários;
3. Testagem;
4. Contenção.

## 1. PREVENÇÃO

As empresas devem implementar medidas de proteção contra a infecção de trabalhadores pelo SARS-COV-2 (coronavírus), atendendo aos seguintes requisitos<sup>1, 2</sup>:

1. Uso obrigatório de máscara por todas as pessoas durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, inclusive prestadores de serviço, entregadores e outros;
2. Distanciamento social (mínimo de 1,5m entre as pessoas);
3. Disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, para higienização das mãos;
4. Intensificar a higienização do ambiente de trabalho (utensílios, equipamentos, corrimãos, interruptores, sanitários, elevadores, entre outros);
5. Está proibida a utilização de bebedouros;
6. Priorizar trabalho remoto para os setores administrativos, quando possível;
7. Utilizar ventilação natural, sempre que possível;
8. Quando o estabelecimento possuir exclusivamente ventilação por ar-condicionado, os filtros devem ser higienizados diariamente;
9. Adotar medidas internas relacionadas à saúde do trabalhador, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho, priorizando o afastamento, sem prejuízo de salários, dos trabalhadores pertencentes a grupos de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento;
10. Em caso de algum trabalhador apresentar sintomas de contaminação pelo COVID-19, buscar orientação médica, bem como afastar do trabalho por um período mínimo de 14 (quatorze) dias ou, conforme determinação médica, e informar às autoridades sanitárias imediatamente desta condição.

## 2. TRIAGEM DOS FUNCIONÁRIOS

A triagem possui os seguintes objetivos:

1. Identificação de casos suspeitos, permitindo o encaminhamento precoce aos serviços de saúde;
2. Isolamento dos casos suspeitos, evitando a transmissão no ambiente de trabalho.

As portarias e seu detalhamento, bem como demais orientações por setor podem ser encontradas nos protocolos divulgados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, disponível em: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-portarias-estaduais3>.

É importante ressaltar que:

- Sintomas como: tosse, febre, dor de garganta, dificuldade para respirar, dor de cabeça, perda de olfato (anosmia), diminuição do olfato (hiposmia), alteração do paladar (ageusia), distúrbios gastrointestinais (náuseas/vômitos/diarreia), cansaço (astenia), diminuição do apetite (hiporexia) e falta de ar (dispneia), podem ser indicativos de infecção por COVID-19.
- O contato com um caso confirmado de COVID-19 é sugestivo de risco e, se apresentar sintomas, também deve ser considerado um caso suspeito.

Definição de contatante de caso confirmado<sup>12,4</sup>:

Considera-se contatante de caso confirmado da COVID-19 o trabalhador assintomático que teve contato com o caso confirmado da COVID-19, entre dois dias antes e dez dias após o início dos sinais ou sintomas ou da confirmação laboratorial, em uma das situações abaixo:

- a) ter contato durante mais de quinze minutos a menos de um metro de distância;
- b) permanecer a menos de um metro de distância durante transporte;
- c) compartilhar o mesmo ambiente domiciliar; ou
- d) ser profissional de saúde ou outra pessoa que cuide diretamente de um caso da COVID-19, ou trabalhador de laboratório que manipule amostras de um caso da COVID-19 sem a proteção recomendada.

Como realizar a triagem

1. Triagem deverá ser realizada por meio de questionário auto declaratório (modelo sugestivo está no Anexo 1).
2. Recomenda-se que todos os funcionários respondam diariamente ao questionário antes de acessar o local de trabalho, com o objetivo de identificar casos suspeitos de COVID-19.
3. Em caso de resposta positiva para as perguntas 1 e/ou 2, o funcionário deve ser considerado como um caso suspeito.

Observação:

Como sugestão, está indicado o uso do aplicativo Coronadados<sup>5</sup>, um software desenvolvido pela FIESC, gratuito, que permite que as empresas monitorem se há presença ou não de sintomas do vírus, bem como a evolução dele entre seus colaboradores. A página <https://www.coronadados.com.br/> contém as informações de como funciona o aplicativo, e como lideranças e trabalhadores podem fazer para obtê-lo. Sistematizar a triagem permite que uma menor quantidade de papel seja utilizada, evitando gastos e contribuindo com o meio ambiente. Para esta estratégia remota, profissionais que não enviaram o relato diário ou que relatam sintomas devem ser acompanhados através da

equipe responsável por esse monitoramento dentro da empresa.

#### Medição de temperatura<sup>2,4</sup>

4. Recomenda-se que todos os funcionários presenciais tenham sua temperatura aferida diariamente no momento da chegada e saída do local de trabalho.
5. Caso não seja possível utilizar medidores de temperatura sem contato, a higienização do termômetro com álcool 70% deve ser realizada a cada uso.
6. Caso a temperatura aferida de algum funcionário seja acima de 37,8°C, o funcionário deve ser considerado como um caso suspeito.

Para casos suspeitos e/ou confirmados, a empresa deve adotar as seguintes medidas<sup>1,2</sup>:

- a. Notificar todos os casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 à Vigilância Epidemiológica Municipal;
- b. Buscar orientação médica;
- c. Afastar do trabalho por um período mínimo de 14 (quatorze) dias ou, conforme determinação médica, e informar às autoridades sanitárias imediatamente desta condição;
- d. Afastar todos os trabalhadores confirmados para COVID-19, bem como as pessoas que tiveram contato (conforme definição de contatante de caso confirmado).
- e. O trabalhador somente retornará às suas atividades mediante atestado médico, da rede privada ou pública, atestando sua aptidão para o trabalho;
- f. Providenciar a realização de testes aos trabalhadores que forem classificados como casos suspeitos de doença pelo SARS-COV-2 (coronavírus), mediante solicitação médica;
- g. É recomendável que a empresa disponibilize a vacina contra o vírus Influenza a todos os trabalhadores.

### 3. TESTAGEM

#### Testes Rápidos (IgM/IgG)<sup>9</sup>

Testes rápidos positivos indicam que houve contato recente com o vírus (IgM) ou que já teve a infecção por Covid-19 e está se recuperando ou já se recuperou (IgG). No entanto, os anticorpos só aparecem em quantidades detectáveis nos testes pelo menos oito dias depois da infecção. Ainda assim, o teste pode ser positivo indicando que você teve contato com outros coronavírus e não com o SarsCoV-2/Covid-19 (falso positivo).

Da mesma forma, um resultado negativo não destaca que uma pessoa não esteja infectada pelo SarsCoV-2, pois inúmeros fatores influenciam os testes, tais como a sensibilidade/especificidade e a condição do paciente (resposta imunológica).

Em conformidade com a publicação do Ministério da Saúde, sobre o Monitoramento de Contatos, os Testes sorológicos, tais como o teste rápido, ELISA, ECLIA, CLIA para COVID-19 não deverão ser utilizados, de forma isolada, para definir a presença ou ausência da infecção pelo novo coronavírus, nem como critério para isolamento ou sua suspensão, independente do tipo de imunoglobulina (IgA, IgM ou IgG) identificada.

A Nota Técnica sobre a Acurácia dos testes diagnósticos registrados na ANVISA para a COVID-19, apresenta em sua Tabela 1, os 64 produtos diagnósticos para COVID-19, registrados no Brasil, através da ANVISA. Esta Nota Técnica pode ser acessada por meio do endereço: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/June/02/AcuraciaDiagnostico-COVID19-atualizacaoC.pdf>.

Ainda assim, caso os estabelecimentos optem por realizar as testagens em seus trabalhadores por meio do teste rápido (TR) para o COVID-19, estes devem<sup>8</sup>:

- a. Ter vínculo com um laboratório de análises clínicas devidamente regularizados junto à vigilância sanitária competente, não sendo recomendada a utilização de teste em pool (quando as amostras de secreções de um grupo de pessoas são agrupadas e submetidas a uma única testagem); OU
- b. Ter ambulatório dentro do estabelecimento, regularizado junto à vigilância sanitária competente, cujos profissionais capacitados serão responsáveis por emitir os laudos e realizar as notificações de casos positivos a VIGEP, bem como notificar todos os testes realizados no E-SUS-VE.
- c. Utilizar apenas testes homologados pela ANVISA;
- d. Deve ser informado antecipadamente a vigilância em saúde do município onde a empresa está instalada, sobre a realização dos testes para acompanhamento.
- e. Se a empresa realizar a testagem em assintomáticos, essa testagem deve ser rotineira, de 10 em 10 dias, garantindo que o trabalhador não tenha adquirido a doença durante esse período ou, não estar na janela imunológica da doença no momento da testagem.

#### Considerações gerais

Se a empresa optar em realizar a testagem por meio do Teste Rápido, orientamos considerar a natureza da atividade profissional, priorizando:

1. Trabalhadores que demandem maior contato com o público;
2. Que não possam realizar atividades por teletrabalho (home office);
3. Que exigem trabalho em ambientes de maior proximidade física;
4. Que realizam atividades desenvolvidas em ambientes sem ventilação adequada.

Segmentação dos funcionários de acordo com seu estado individual inicial em relação à Covid-19:

Recuperados	Diagnosticados previamente com Covid-19, sem sintomas há mais de 10 dias e RT-PCR negativo	Permissão para realizar atividades presencialmente
Infectados/suspeitos	Sintomáticos, RT-PCR positivo	Isolamento e ações de contenção
Grupo de risco	Funcionários que não estejam no grupo de recuperados ou infectados, e que possuam fatores de risco para Covid-19	Home office (se aplicável) ou afastamento
Sem diagnóstico	Não pertencentes aos grupos acima citados	Realizar testagem conforme protocolo

#### 4. CONTENÇÃO

Como comunicar os resultados aos funcionários e governo<sup>10</sup>

- Entregar o resultado ao funcionário assim que estiver disponível, de forma individual e respeitando sua privacidade.
- Em caso de resultado positivo para o teste de um funcionário, realizado em ambulatório próprio da empresa, esta deve notificar o resultado a vigilância em saúde do município e notificar o teste realizado no E-SUS-VE.
- Se o atendimento do caso ocorrer no serviço de saúde, hospital ou outro prestador de serviço de saúde, a empresa não precisará fazer a notificação diretamente.
- É recomendado que a área responsável pela gestão dos funcionários comunique aos outros colaboradores a existência de casos na empresa de forma clara e transparente, reforçando medidas de orientação e prevenção.
- Os colaboradores que tiveram contato direto com o caso suspeito ou confirmado de Covid-19 devem ser identificados e comunicados no menor tempo possível, respeitando ao máximo o anonimato do funcionário.

O que fazer caso um(a) funcionário(a) seja identificado como caso suspeito ou ativo de Covid-19:

Se o funcionário estiver sintomático:

- Deve permanecer em isolamento domiciliar por no mínimo 10 dias, e estar assintomático por no mínimo 24 horas, ou após avaliação clínica;
- Deve ser encaminhado para um serviço de saúde ou atendimento médico para orientações e avaliação;
- Os familiares (contato domiciliar) devem ser orientados a realizar isolamento domiciliar por 10 dias, podendo retornar às atividades após esse período, se estiver assintomático por no mínimo 24 horas, ou após avaliação clínica. Se apresentarem sintomas, deve-se procurar um serviço de saúde ou atendimento médico para orientações e avaliação.
- Após o isolamento mínimo de 10 dias, e estar assintomático por no mínimo 24 horas, ou após avaliação clínica, o funcionário poderá voltar ao trabalho.

Se o funcionário for identificado como um caso ativo de COVID-19 (teste positivo para COVID-19):

- Deve permanecer em isolamento domiciliar por no mínimo 10 dias.
- Deve ser encaminhado para um serviço de saúde ou atendimento médico para orientações e avaliação.

#### 5. LIMPEZA E DESINFECÇÃO

A portaria SES nº 349 de 22/05/2020<sup>11</sup>, estabelece, entre outros, o procedimento de limpeza e desinfecção de ambientes, e a conduta dos estabelecimentos frente aos trabalhadores confirmados e suspeitos. E coloca que é obrigatória a limpeza de objetos e superfícies, seguida de desinfecção para estabelecimentos públicos e privados como uma boa prática de rotina intensificada quando houver trabalhadores confirmados para o COVID-19.

Para a limpeza e desinfecção, é necessário que o estabelecimento permaneça fechado durante realização do procedimento, bem como respeite todo passo a passo disposto na portaria, que pode ser encontrada através do endereço: <http://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/portaria349-22-05-20.pdf>

Este protocolo não substitui o publicado no diário oficial dos municípios.

#### REFERÊNCIAS

- <sup>1</sup><http://dados.sc.gov.br/dataset/0a43e611-003a-48c8-a9d4-882abcde8caa/resource/7c2004e4-f43a-4a5d-abee-67d2248590cd/download/portaria-n-272-ses-de-27.04.2020.pdf> - Portaria SES Nº 272 DE 27/04/2020.
- <sup>2</sup><http://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/NT%2034%20-%20DIVS%20-%20MEDIDAS%20DE%20PROTE%20342020.pdf> - Nota Técnica nº. 34/2020 - DIVS/SUV/SES/SC - Atualizada em 24/07/2020.
- <sup>3</sup><http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-portarias-estaduais> - COVID-19 - Portarias Estaduais. Principais Portarias publicadas para o enfrentamento à pandemia de coronavírus (COVID-19) no Estado de Santa Catarina.
- <sup>4</sup><https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-20-de-18-de-junho-de-2020-262408085> - Portaria Conjunta nº 20, De 18 De Junho De 2020.
- <sup>5</sup><https://www.coronadados.com.br/> - Coronadados. Sistemas para monitoramento de sintomas em massa.
- <sup>6</sup><https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD013652/abstract> - Deeks JJ, et al. (2020). Antibody tests for identification of current and past infection with SARS-CoV-2. Cochrane Database of Systematic Reviews.
- <sup>7</sup><https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/June/02/AcuraciaDiagnostico-COVID19-atualizacaoC.pdf> - Acurácia dos testes diagnósticos registrados na ANVISA para a COVID-19.
- <sup>8</sup><http://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/portaria-ses-n-398-de-09.06.2020.pdf> - Portaria SES nº 398 de 09/06/2020.
- <sup>9</sup><http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/4340788/Perguntas+e+respostas+-+testes+para+Covid-19.pdf/9fe182c3-859b-475f-ac-9f-7d2a758e48e7> - Testes para Covid-19: perguntas e respostas.

10<https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/protocolo-de-testagem-covid-19-v-04.pdf> - Protocolo de Testagem.  
11<http://www.saude.sc.gov.br/coronavirus/arquivos/portaria349-22-05-20.pdf> - Portaria SES nº 349 de 22/05/2020.  
12[http://www.dive.sc.gov.br/notas-tecnicas/docs/af\\_gvs\\_coronavirus\\_6ago20\\_ajustes-finais-2.pdf](http://www.dive.sc.gov.br/notas-tecnicas/docs/af_gvs_coronavirus_6ago20_ajustes-finais-2.pdf) - Vigilância de Síndromes Respiratórias Agudas COVID-19. Ministério da Saúde (05/08/2020).

#### ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE TRIAGEM

1. Você teve contato próximo com alguma pessoa testada positiva para COVID-19 nos últimos 14 dias?

( ) Sim ( ) Não

2. Você apresentou algum dos seguintes sintomas nas últimas 24 horas?

1. Febre

( ) Sim ( ) Não

2. Calafrios

( ) Sim ( ) Não

3. Falta de ar

( ) Sim ( ) Não

4. Tosse

( ) Sim ( ) Não

5. Dor de garganta

( ) Sim ( ) Não

6. Dor de cabeça

( ) Sim ( ) Não

7. Dor no corpo

( ) Sim ( ) Não

8. Perda de olfato e/ou paladar

( ) Sim ( ) Não

9. Diarreia (por motivo desconhecido)

( ) Sim ( ) Não



# **PROTOCOLO DE TESTAGEM COVID-19**

## **PARA SERVIÇOS E PROFISSIONAIS DE SAÚDE**

1ª Edição – agosto 2020

## PROTOCOLO GERAL

---

Este documento foi criado em parceria da Universidade Regional de Blumenau (FURB) com a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI). Este protocolo provém de portarias, resoluções e demais documentos oficiais, orientando quanto às medidas para práticas de proteção adequadas ao Enfrentamento à Pandemia do COVID-19. Serão apresentadas diretrizes e ações recomendadas para realizar a prevenção, triagem e avaliação dos profissionais de saúde, testagem, ações de contenção no caso de identificação de casos positivos do COVID-19, e instruções que visam mitigar a falta de profissionais de saúde nas instituições públicas dos 14 municípios que integram a AMMVI.

O protocolo objetiva apresentar ações de:

1. Prevenção;
2. Triagem dos casos suspeitos;
3. Testagem;
4. Contenção;
5. Como mitigar a falta de profissionais de saúde;
6. Limpeza e desinfecção de superfícies.

### 1. PREVENÇÃO

---

As unidades devem reforçar as medidas de proteção contra a infecção pelo SARS-COV-2 (coronavírus), orientando os servidores a respeitarem as boas práticas no ambiente de trabalho<sup>1</sup>:

1. Distanciamento físico (maior de 1 metro), nos atendimentos e nas áreas de uso coletivo da unidade (recepção, enfermaria, áreas administrativas, consultórios, vestiário, refeitório, áreas de descanso, entre outros);
2. Uso de EPIs conforme protocolos específicos para cada tipo de atividade;
3. Intensificar as ações de higiene das mãos;
4. Limpeza do ambiente de trabalho de acordo com os documentos técnicos;
5. Afastamento de sintomáticos.
6. Ao agendar consultas ambulatoriais, questionar se os pacientes apresentam sintomas de infecção respiratória (por exemplo, tosse, coriza, dificuldade para respirar, cansaço e fraqueza). Esses pacientes devem ser

orientados, caso seja possível, a adiar a consulta para depois da melhora dos sintomas.

7. É recomendado o uso de alertas visuais (cartazes, placas e pôsteres etc.) na entrada dos serviços de saúde e em locais estratégicos (áreas de espera, elevadores, lanchonetes etc.) com informações sobre: principais sinais e sintomas da COVID-19; forma correta para a higiene das mãos com água e sabonete líquido OU preparação alcoólica para as mãos a 70% e sobre higiene respiratória/etiqueta da tosse.

8. Manter os ambientes ventilados (ar condicionado com exaustão, que garanta as trocas de ar ou manter as janelas abertas).

9. Eliminar ou restringir o uso de itens compartilhados por pacientes como canetas, pranchetas e telefones.

10. Orientar os profissionais de saúde a evitar tocar superfícies próximas ao paciente (ex. mobiliário e equipamentos para a saúde) e aquelas fora do ambiente próximo ao paciente, com luvas ou outros EPI contaminados ou com as mãos contaminadas.

11. Implantar medidas e orientações que possam garantir a paramentação e desparamentação adequadas.<sup>5</sup>

12. Ainda, lembretes automáticos simples, como mensagens de texto ou mensagem em aplicativos de mensagens podem ser enviados aos profissionais, para que autoavaliem sintomas consistentes com a COVID-19.<sup>5</sup>

Para estes lembretes, é recomendado o envio para os profissionais de saúde e demais profissionais (higiene e limpeza, nutrição, manutenção, etc.) que atuem nas áreas de atendimento com maior exposição a pacientes com COVID-19 ou que atendam uma população de alto risco de infecção pelo SARS-CoV-2, de modo a concentrar esforços e reduzir gastos.<sup>5</sup>

## 2. TRIAGEM DOS CASOS SUSPEITOS

A triagem possui os seguintes objetivos:

1. Identificação precoce de indivíduos sintomáticos permitindo a avaliação precoce de casos suspeitos entre profissionais da saúde;

2. Isolamento dos profissionais de saúde suspeitos, evitando a transmissão no ambiente de trabalho.

Considerações gerais:

• Sintomas como: tosse, febre, dor de garganta, dificuldade para respirar, dor de cabeça, perda de olfato (anosmia), diminuição do olfato (hiposmia), alteração do paladar (ageusia), distúrbios gastrointestinais

(náuseas/vômitos/diarreia), cansaço (astenia), diminuição do apetite (hiporexia) e falta de ar (dispneia), podem ser indicativos de infecção por COVID-19.

- O contato com um caso confirmado de COVID-19 é sugestivo de risco e, se apresentar sintomas, também deve ser considerado um caso suspeito.

#### Como realizar a triagem

1. A triagem deverá ser realizada por meio de questionário auto declaratório (modelo sugestivo está no Anexo 1).

2. Todos os profissionais do serviço de saúde devem se apresentar para avaliação pessoal e responder ao questionário dos sintomas de COVID-19 antes de cada turno de trabalho.<sup>5</sup>

3. Além do questionário, sugerimos também a avaliação da saturação de oxigênio, por meio da oximetria de pulso. Também deve ocorrer diariamente, antes de cada turno de trabalho.

4. Em caso de resposta indicando sinais e sintomas compatíveis com a suspeita de COVID-19, o gestor deverá fazer a avaliação e orientar o profissional a procurar atendimento/avaliação do seu estado de saúde. Os profissionais também devem ser afastados de suas atividades laborais, conforme orientações do Ministério da Saúde.<sup>5</sup>

5. Para que esta estratégia (de avaliação pessoal) seja executada é necessário que o serviço de saúde disponibilize uma equipe profissional, que possa atuar 24 horas por dia, para realizar a verificação de sinais e sintomas da doença em todos os profissionais do serviço, no momento da sua chegada.<sup>5</sup>

#### Sugestão:

Como sugestão, está indicado o uso do aplicativo Coronadados<sup>11</sup>, um software desenvolvido pela FIESC, gratuito, que permite que as empresas monitorem se há presença ou não de sintomas do vírus, bem como a evolução dele entre seus colaboradores. A página <https://www.coronadados.com.br/> contém as informações de como funciona o aplicativo, e como lideranças e trabalhadores podem fazer para obtê-lo. Sistematizar a triagem permite que uma menor quantidade de papel seja utilizada, evitando gastos e contribuindo com o meio ambiente.

Para esta estratégia (remota), profissionais que não enviaram o relato diário ou que relatam sintomas devem ser acompanhados através da equipe responsável por esse monitoramento dentro do serviço de saúde.<sup>5</sup>

### 3. AVALIAÇÃO E TESTAGEM

Para os profissionais assintomáticos é indicado o monitoramento e não



está recomendada a testagem.

#### Sobre os testes:

- Dos 64 testes registrados no Brasil, 15 são RT-PCR, 38 são testes imunocromatográficos, seis são por ELISA, dois são imunoensaios por quimioluminescência (CLIA) e três atuam por imunofluorescência (FIA) para a detecção e diferenciação de anticorpos IgA, IgG ou IgM contra o coronavírus (SARS-CoV-2).<sup>2</sup>

- Há testes sorológicos, que utilizam metodologias diversas para detectar anticorpos e fazem o uso de amostras como, sangue, soro ou plasma, e testes moleculares, que detectam a presença do antígeno, como o RT-PCR.<sup>2</sup>

- Os testes RT-PCR são considerados padrão-ouro para diagnóstico laboratorial da COVID-19.<sup>2</sup>

- A Nota Técnica sobre a Acurácia dos testes diagnósticos registrados na ANVISA para a COVID-19, apresenta em sua Tabela 1, os 64 produtos diagnósticos para COVID-19, registrados no Brasil, através da ANVISA. Esta Nota Técnica pode ser acessada por meio do endereço: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/June/02/AcuraciaDiagnostico-COVID19-atualizacaoC.pdf>.

#### Considerações gerais:

- Toda coleta de amostras para a realização de testes de COVID-19, independentemente do tipo de teste realizado, deve ser realizada por profissionais de saúde capacitados e paramentados com os EPI indicados para cada tipo de coleta e em ambiente com condições sanitárias preconizadas para esse procedimento;

- O teste a ser empregado depende também do tempo estimado de infecção, ou seja, o período de coleta mais oportuno para cada teste específico:

➔ **RT-PCR (biologia molecular):** Os testes de pesquisa viral por RT-PCR em tempo real devem ser colhidos entre o 3º e o 7º dias de sintomas de modo a minimizar o risco de resultado falso-negativo. Em pacientes internados, o período para coleta pode ser estendido.<sup>5</sup>

➔ **Teste rápido (TR):** A coleta de sangue para realização de teste rápido ou sorológico para detecção de anticorpos deve ser realizada, de forma geral, a partir do 8º dos sintomas.

O profissional de saúde sintomático respiratório<sup>5,7</sup>:

**a. OLIGOSSINTOMÁTICO:**

Que apresenta quadros de dor de garganta e/ou congestão nasal e/ou diarreia e/ou anosmia, sem febre e sem dispneia – sintomas isolados que ainda não se caracterizam como síndrome gripal.

Conduta: Deve ser afastado do trabalho imediatamente, bem como, agendar coleta para RT-PCR (3º ao 5º dia do início dos sintomas) e ser reavaliado em 7 dias.

O retorno ao trabalho deverá ocorrer se:

I. Não houver surgimento de febre ou dispneia nem agravamento do quadro na reavaliação após 7 dias e quando o trabalhador já estiver há, pelo menos, 24 horas assintomático, ou após avaliação clínica;

II. Quando estiver com no mínimo 7 dias após o início dos sintomas e RT-PCR não detectável e 24 horas sem sintomas.

Observação: Se PCR detectável, o trabalhador deverá ter seu afastamento estendido até completar no mínimo 10 dias do início de sintomas, podendo retornar às atividades após esse período, desde que esteja assintomático por, no mínimo, 24 horas ou após avaliação clínica.

**b. SINTOMÁTICO:**

Que apresenta qualquer sintoma respiratório acompanhado de febre ou dispneia – síndrome gripal).

**b1. Estratégia baseada em **testagem laboratorial**.**

Conduta:

I. RT-PCR positivo para COVID-19 independentemente de resultado de TR deverão ficar afastados até completar no mínimo 10 dias, e estar assintomático por no mínimo 24 horas, ou após avaliação clínica;

II. RT-PCR negativo para COVID-19 ou TR negativo para pesquisa de antígeno (após 3º dia de sintomas), ou para pesquisa de anticorpos IgM/IgG (após 8º dia de sintomas). Afastar do trabalho até resolução da febre sem uso de antitérmicos e sem sintomas respiratórios por, no mínimo, 24 horas do desaparecimento destes, ou após avaliação clínica.

Observação: Profissionais de saúde sintomáticos com teste rápido de antígeno ou anticorpos IgM/IgG positivos para COVID-19 não necessitam confirmação com RT-PCR para COVID-19 para diagnóstico e deverão ficar afastados até completar no mínimo 10 dias do início dos sintomas, e estar assintomático por no mínimo 24 horas, ou após avaliação clínica.

No caso do profissional oligossintomático ou sintomático não ter resultado de exame até o 7º dia ou ainda apresentar sintomas, deve ser coletado TR no 8º dia para definição de conduta:

I. Teste negativo e no mínimo 24 horas assintomático, ou após avaliação clínica: retorno ao trabalho.

II. Teste positivo: manter o isolamento domiciliar totalizando no mínimo 10 dias do início dos sintomas, e estar assintomático por no mínimo 24 horas, ou após avaliação clínica.

b2. Estratégia baseada em **sintomas**. Conduta:

I. Afastar do trabalho por no mínimo 24 horas sem febre e sem sintomas respiratórios sem uso de medicação ou após avaliação clínica, ou no mínimo por 7 dias após o início dos sintomas, o que for mais longo.

#### Observações:

- Profissional de saúde deverá retornar ao trabalho com uso de máscara cirúrgica em todos os ambientes até completar 10 dias do início dos sintomas.
- Profissional de saúde que foi previamente sintomático, ao retornar ao trabalho, não deverá assistir pacientes de maior risco (idosos, gestantes, crianças pequenas e imunodeprimidos) até que se complete 10 dias desde o início dos sintomas.

**Observação 1:** Os testes de pesquisa viral por RT-PCR em tempo real devem ser colhidos entre o 3º e o 7º dias de sintomas de modo a minimizar o risco de resultado falso-negativo.

**Observação 2:** Para pessoas previamente diagnosticadas com COVID-19 sintomático que permanecem assintomáticos após a recuperação: Um novo teste não é recomendado até 3 meses a partir da data de início dos sintomas. Se essa pessoa permanecer assintomática durante esse período de 90 dias, é improvável que um novo teste forneça informações úteis, mesmo que a pessoa tenha tido contato próximo com uma pessoa infectada.

**Observação 3:** Para pessoas previamente diagnosticadas com COVID-19 sintomático que desenvolvem novos sintomas consistentes com COVID-19 durante os 3 meses após a data do início dos sintomas:

- a) Se uma etiologia alternativa não puder ser identificada (como Influenza, por exemplo), a pessoa poderá realizar um novo teste, desde que seja realizado em conjunto com a avaliação de um especialista em doenças infecciosas e
- b) O isolamento pode ser considerado, especialmente se os sintomas se desenvolverem dentro de 14 dias após contato próximo com uma pessoa infectada.

O profissional de saúde assintomático contato de um caso suspeito ou confirmado de COVID-19:

I. **Se for contato próximo:** o profissional deverá usar máscara cirúrgica por 14 dias (em todos os ambientes: no trabalho ou mesmo fora dele); intensificar a higiene das mãos conforme técnica preconizada e frequência necessária; responder o questionário de triagem diária e entregá-lo ao gestor do serviço.

II. **Se for contato domiciliar:**

	Teste Positivo	Teste Negativo
Caso do domicílio realizou teste (RT-PCR)	Profissional de saúde mantém 10 dias de afastamento, a contar do início dos sintomas do caso.	Retorno imediato ao trabalho, desde que assintomático.
Teste indisponível	Afastamento do profissional por 7 dias, a contar do início dos sintomas do caso. Retorna ao trabalho após 7 dias, se permanecer assintomático.	

#### Lembrete Importante<sup>10</sup>

O teste padrão-ouro para diagnóstico da COVID-19 é o RT-PCR em tempo real, o qual detecta o RNA do vírus SARS-CoV-2. O melhor momento para sua coleta é entre o 3º e 7º dia a partir do início dos sintomas, por meio da coleta de swab de naso ou orofaringe.

Os testes sorológicos (testes rápidos) são aqueles que detectam anticorpos produzidos contra o vírus SARS-CoV-2 e o melhor momento para sua coleta é a partir de 10 a 15 dias do início dos sintomas. Podem ser usados como exame complementar para diagnóstico de infecção prévia ou recente por COVID-19, especialmente quando a infecção viral está em via aérea baixa e o RT-PCR em tempo real pode ser negativo em secreção de naso ou orofaringe. Mas atenção, **testes sorológicos não devem ser utilizados isoladamente** para estabelecer presença ou ausência de infecção ou re-infecção por SARS-CoV-2, diagnóstico de COVID-19, bem como para indicar período de infectividade da doença ou sinalizar possibilidade de retirada do isolamento.

## 6. CONTENÇÃO

Comunicar os resultados aos trabalhadores e ao Sistema de Vigilância:

→ Os trabalhadores devem receber os resultados de seus testes assim que estes estiverem disponíveis, sempre de maneira individual e respeitando sua privacidade.

→ Todos os casos suspeitos que tiverem coleta de material para investigação de COVID-19 deverão ser notificados pela instituição que fez o teste/coleta ou o atendimento do profissional, devendo notificar no e-SUS VE<sup>4</sup>(<https://notifica.saude.gov.br>). O resultado do exame, quando disponível, deverá ser incluído no sistema.

→ Ainda, conforme Portaria GAB/SES Nº 253 de 20/04/2020<sup>9</sup>, para os Estabelecimentos de Assistência à Saúde (EAS), público das esferas Federal, Estadual e Municipal, privado, organização social ou filantrópico em funcionamento no Estado de Santa Catarina deve notificar a Coordenação Estadual de Segurança do Paciente (CESP), os profissionais de saúde afastados do trabalho durante a duração da epidemia do COVID-19. Realizando a notificação através do formulário, que pode ser acessado no endereço: <https://forms.gle/Ms8XJ9H5TQqCR3bk7>, sendo todos os campos de preenchimento obrigatório.

→ Os trabalhadores que forem contatos próximos de casos suspeitos ou confirmados de COVID-19 na instituição, serão informados de forma clara e transparente sobre as condutas a serem adotadas (monitoramento) e sobre o grau de risco de contágio, mas sempre de modo responsável e cuidadoso em relação ao profissional infectado que é caso fonte. Lembrando que o diagnóstico de um paciente é um dado sensível, mesmo que o paciente seja um colega de trabalho, devendo ser utilizado com a finalidade exclusiva de evitar a propagação da doença ou para fins de monitoramento, análise e avaliação da pandemia pelos órgãos de saúde pública, garantindo os direitos individuais.

→ O gestor local deve fazer uma avaliação, junto com a equipe, das medidas de prevenção da COVID-19 implementadas no ambiente de trabalho, a fim de monitorar e incentivar a manutenção destas ações e corrigir possíveis inadequações que possam ter ocorrido. A medida que o período de pandemia passa a ser longo ou com o aumento da carga de trabalho ou com o aumento no número de casos na comunidade em geral (e também no atendimento), os processos de trabalho internos para realização das medidas de prevenção da COVID-19 devem ser atualizados para garantir sua eficiência.

## 7. COMO MITIGAR A FALTA DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE<sup>5</sup>

Conforme a progressão da pandemia, podem ocorrer desfalques nas equipes de saúde, pela escassez dos profissionais, devido a exposições ou doenças. Se a escassez destes profissionais for uma realidade no(s) município(s), os serviços de saúde e os empregadores (em colaboração com as áreas de Recursos Humanos e de Serviços de Saúde Ocupacional) podem

precisar adotar algumas estratégias de enfrentamento de crise para continuar a prestar assistência aos pacientes. Podem ser utilizadas estratégias como:

1. Implementar planos regionais para transferência de pacientes com COVID-19 para unidades de saúde ou locais de atendimento alternativos que possam receber esses pacientes;

2. Os profissionais que retornarem às atividades laborais, além das medidas de prevenção que devem ser adotadas por todos os profissionais, também devem:

a. Utilizar máscara cirúrgica para controle da fonte o tempo todo, dentro do serviço de saúde.

b. A máscara cirúrgica deve ser usada mesmo quando estiverem em áreas sem pacientes, como salas de descanso, postos de enfermagem etc.

c. Se precisarem remover a máscara, por exemplo, para comer ou beber, devem se afastar de pacientes/acompanhantes/visitantes e dos outros profissionais.

Observação: É importante ressaltar que a máscara N95/PFF2 ou equivalente com válvula expiratória não pode ser utilizada como controle de fonte, pois ela permite a saída do ar expirado pelo profissional que, caso esteja infectado, poderá contaminar pacientes, outros profissionais e o ambiente. No cenário atual da pandemia e em situações de escassez, em que só tenha disponível este modelo de máscara com válvula expiratória no serviço de saúde, recomenda-se o uso concomitante de um protetor facial, como forma de mitigação para controle de fonte. Porém, a exceção a esta medida de mitigação é o Centro Cirúrgico, onde estas máscaras não devem ser utilizadas, por aumentar o risco de exposição da ferida cirúrgica às gotículas expelidas pelos profissionais e assim aumentam o risco de infecção de sítio cirúrgico.

- Monitorar os seus sintomas e buscar reavaliar a saúde ocupacional se os sintomas respiratórios se repetirem ou piorarem.

## 8. LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES

Não há uma recomendação diferenciada para a limpeza e desinfecção de superfícies em contato com casos suspeitos ou confirmados pelo novo coronavírus.

É recomendada a limpeza concorrente, imediata ou terminal nas áreas de isolamento, conforme nota técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020<sup>1</sup>, que traz orientações para serviços de saúde, quanto a medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus.

Entre as medidas, reiteramos que deve-se limpar e desinfetar as superfícies que provavelmente estão contaminadas, incluindo aquelas que estão próximas ao paciente (por exemplo, grades da cama, cadeiras, mesas de cabeceira e de refeição, etc.) e superfícies frequentemente tocadas no ambiente de atendimento ao paciente (por exemplo, maçanetas, grades dos leitos, interruptores de luz, corrimões, superfícies de banheiros nos quartos dos pacientes, etc.).

Além disso, devem incluir os equipamentos eletrônicos de múltiplo uso (ex: bombas de infusão, monitores, etc.) nas políticas e procedimentos de limpeza e desinfecção, especialmente os itens usados pelos pacientes, os usados durante a prestação da assistência ao paciente e os dispositivos móveis (por exemplo, verificadores de pressão arterial e oximetria).

O serviço de saúde deve possuir Protocolos contendo as orientações a serem implementadas em todas as etapas de limpeza e desinfecção de superfícies e garantir a capacitação periódica das equipes envolvidas, sejam elas próprias ou terceirizadas.

Para mais informações, recomendamos o acesso a Nota Técnica supracitada.

Este protocolo não substitui o publicado no diário oficial dos municípios.

## REFERÊNCIAS

<sup>1</sup><http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+T%C3%A9cnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28> - Nota Técnica gvims/ggtes/anvisa nº 04/2020. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-COV-2). (atualizada em 08/05/2020).

<sup>2</sup><https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/June/02/AcuraciaDiagnostico-COVID19-atualizacaoC.pdf> - Acurácia dos testes diagnósticos registrados na ANVISA para a COVID-19.

<sup>3</sup><http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/4340788/Perguntas+e+respostas+-+testes+para+Covid-19.pdf/9fe182c3-859b-475f-ac9f-7d2a758e48e7> - Testes para Covid-19: perguntas e respostas.

<sup>4</sup><https://notifica.saude.gov.br> – e-SUS Notifica.

MÊS: \_\_\_\_\_

LOCAIS DE TRABALHO:

[illegible]

Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas - Protocolo de testagem para profissionais de saúde da rede municipal de saúde e documento Ministério da Saúde Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional pela Doença pelo Coronavírus 2019



**RATIFICAÇÃO DISPENSA 061.2020**

Publicação Nº 2618296

**TERMODERATIFICAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 061/2020**

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor de Oneda Móveis Ltda. – CNPJ 80.480.874/0001-22, para aquisição de 4 cadeiras giratórias, modelo diretor, com especificidades regulamentadas na NR17, para compor o mobiliário da sala de reuniões do CISAMVI.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 21 de agosto de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

**CISAM****ATA 04/2020 CREFISBA (18/08/2020)**

Publicação Nº 2618349

**ATA CREFISBA Nº 04/2020 – REUNIÃO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO – CREFISBA**

No dia dezoito de agosto de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, reuniram-se na sede do CISAM Meio Oeste, sito ao Acesso à Cidade Alta, nº 3815, Bairro São Cristóvão, em Capinzal/SC, para realização da Reunião Ordinária da CREFISBA, prevista no Art. 9º da Resolução nº 06/2013 do CISAM Meio Oeste, os Srs. Aluir Flemming (Diretor Técnico Operacional do CISAM Meio Oeste e membro da CREFISBA), Leomar Eggers (Contador do CISAM Meio Oeste e membro da CREFISBA), Matheus Pinheiro Massaut (Engenheiro Sanitarista do CISAM Meio Oeste e Presidente da CREFISBA), Nasser Ibrahim (Químico do CISAM Meio Oeste e membro da CREFISBA) e Sidnei Penzo (Presidente Interino do CISAM Meio Oeste, Diretor Administrativo e Financeiro e membro da CREFISBA), para tratar da seguinte pauta: (1) Cronograma de Fiscalização dos Sistemas de Abastecimento de Água dos municípios de Brunópolis, Vargem e Zortéa; (2) Determinação de quais documentos serão requeridos na solicitação aos prestadores de serviço de relatórios com informações de gestão acerca dos serviços de saneamento; (3) Apresentação do Relatório Anual de Atividades da Regulação – 2019; (4) Proposta de alteração no conteúdo do Relatório Anual de Atividades da Regulação; (5) Parecer jurídico a respeito da Lei Estadual 17.933; (6) Encaminhamentos da Resolução Normativa da Análise das Metas do PMSB. O sr. Matheus saudou todos os presentes e deu início as tratativas, foi apresentado o cronograma de fiscalização dos SAA's, sendo, os dias 19 e 26 de agosto agendados para os sistemas das cidades de Brunópolis e Vargem e 02 de setembro, o sistema da cidade de Zortéa. Foi informado que os documentos referentes a fiscalização já foram enviados e confirmados para Brunópolis e Vargem, sendo cumprido os prazos mínimos previstos na Resolução Normativa CISAM-REG 02/2017. Entretanto, em virtude da Portaria da Secretaria Estadual de Saúde Nº 592 de 17 de agosto de 2020 - que prevê a suspensão do funcionamento dos serviços públicos que não puderem ser prestados de forma remota, excetuados os serviços essenciais, a partir do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte, quando nas regiões de saúde classificadas em risco potencial gravíssimo – considera-se a possibilidade de suspensão das atividades de fiscalização agendadas para Vargem e Zortéa. Na sequência, discutiu-se a respeito de quais documentos serão solicitados aos prestadores de serviços de saneamento de que trata o Art 19 da Resolução CISAM 06/2013 e Art 17 Resolução Normativa CISAM-REG 01/2016. O sr. Leomar sugeriu solicitar: balancete financeiro mensal, demonstrativo de execução de despesas, despesas pagas e receitas realizadas. O sr. Sidnei sugeriu requerer a comprovação da publicação de relatório de informações quadrimestrais. E, por fim, o sr. Aluir contribuiu com a sugestão de requerer também o Relatório de preenchimento de informações da qualidade da água do SISAGUA. O sr. Matheus lembrou sobre a importância desta solicitação ser efetuada até o dia dez de setembro, visto que o envio das informações deve ocorrer neste mesmo mês, conforme estabelecido na Resolução 01/2016, que também prevê que seja concedido o prazo de vinte dias corridos dada a solicitação. A seguir foi apresentado o Relatório Anual de Atividades da Regulação referente ao ano de 2019, que foi aprovado e autorizado para publicação. Logo após, discutiu-se sobre a inclusão de novo conteúdo ao próximo Relatório Anual de Atividades da Regulação, que será referente ao ano vigente. Debateu-se sobre a inclusão da Prestação de Contas da Regulação passar a integrar o conteúdo do Relatório, bem como, a Projeção Orçamentária. A seguir, o sr. Matheus relatou que solicitou parecer jurídico ao assessor jurídico do CISAM Meio Oeste a respeito da aplicação da Lei Estadual 17.933. O parecer jurídico servirá para apoiar o CISAM-REG no posicionamento frente aos pedidos a respeito da vedação ao corte de abastecimento de água por inadimplência durante a pandemia de COVID-19. Por fim, debateu-se a sobre o projeto de Resolução Normativa para Análise das Metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico. Foi apresentado um projeto de Resolução Normativa que estabelece mecanismos e procedimentos técnicos para verificação do cumprimento das metas estabelecidas nos planos municipais de saneamento básico. Entre os mecanismos adotados, prevê-se, a solicitação de arquivo eletrônico da lei que aprovou o PMSB e seus anexos, bem como, o preenchimento de planilhas relativas a metas físicas, que servirão para informar o alcance das metas, prazos, ações realizadas, nível de atendimento. O sr. Sidnei assinalou a importância de também ser apontada na referida planilha se as metas do PMSB foram contempladas no Plano Plurianual do Município. Concordeu-se na continuidade da elaboração da minuta do projeto de Resolução Normativa, que voltará a ser debatida em próxima Reunião Ordinária para conclusão da proposta. Além disto, ao mesmo tempo em que se aguarda a implantação de normas de referência por parte da ANA, discutiu-se sobre a importância de uma revisão nas resoluções normativas do CISAM-REG, de forma que se torne a regulação mais operacional, considerando a atual estrutura da Câmara. Foi efetuada a leitura e unânime aprovação da presente ata, após o quê, procedeu-se o encerramento.

Aluir Flemming

Leomar Eggers

Matheus Pinheiro Massaut

Nasser Ibrahim

Sidnei Penzo

**CIGAMVALI****RESOLUÇÃO 026\_2020 - NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO**

Publicação Nº 2618343

RESOLUÇÃO Nº 026, DE 03 de Agosto de 2020.

Dispõe sobre a nomeação de Pregoeiro e Equipe de Apoio Especial para realizar procedimentos de pregão eletrônico para o Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DO VALE DO ITAPOCU – CIGAMVALI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público e ainda em consonância com as disposições da Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/05 e ainda em consonância com os preceitos contidos na Resolução 025/2020 de 15 de Julho de 2020 do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu - CIGAMVALI RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado para exercer a função de Pregoeiro, o Sr. MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA, tendo ainda como equipe de apoio ao pregoeiro os seguintes membros CINTIA MOKWA, servidora do Município de Corupá e a servidora LARA JAQUELINE BESEN, coordenadora de infraestrutura do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu – CIGAMVALI, tal nomeação é exclusiva para a realização de pregão de forma eletrônica nas plataformas online do <http://comprasgovernamentais.gov.br>

Art. 2º - No impedimento do PREGOEIRO, este será substituído pelos servidores CINTIA MOKWA, os quais terão as mesmas atribuições do PREGOEIRO, para o exercício para o ano de 2020.

Art. 3º - O membro nomeado como Pregoeiro, quando não for indicado para atuar no respectivo processo, poderá atuar no assessoramento dos trabalhos de cada pregão.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul - SC, em 03 de Agosto de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
Presidente do CIGAMVALI

**CISAM-SUL****EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 10/2020 - CISAM SUL**

Publicação Nº 2618346

**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-Sul, com sede no Município de Orleans/SC, torna público para o conhecimento de interessados, que fará licitação na modalidade Pregão (presencial), do tipo proposta de menor preço por item, no dia 03/09/2020, às 09:00h, no escritório do CISAM-SUL, situado na Rua Agenor Loli, 189, CAIXA POSTAL 101, Bairro Corridas, Orleans/SC, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DOS ENTES CONSORCIADOS, CONFORME DESCRIÇÃO NO ANEXO I E SEU TERMO DE REFERÊNCIA do edital normativo, de acordo com as normas da Lei Federal nº 10.520/02, subsidiária a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como da Lei Complementar nº 123/2006.

O referido edital e o arquivo de Compras Auto Cotação estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, bem como no site do CISAM-SUL: [www.cisam-sul.sc.gov.br](http://www.cisam-sul.sc.gov.br).

A proposta deverá ser PREFERENCIALMENTE apresentada em Pen Drive ou CD através do sistema Betha Compras Auto Cotação, disponível para download aos licitantes na página [www.betha.com.br](http://www.betha.com.br), link portal do cliente, onde aparecerá os sistemas para download, "Compras Auto cotação", facilitando assim o cadastro das propostas.

O sistema Compras Auto cotação é gratuito aos licitantes.

Outros esclarecimentos, pelo telefone (48) 3466-4261.

Orleans (SC), 24 de Agosto de 2020.

PAMELA MATTEI BRIGHENTE  
Presidente da Comissão de Licitação